Publicação comemorativa do 4.º aniversário de govêrno do
Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA,
em 31 de janeiro de 1960

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XVII VOLUME

RIO DE JANEIRO
1960

ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

por

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL
Secr.-Geral do C. N. G.

HILDEBRANDO MARTINS
Secr.-Geral do C. N. E.

DIREÇÃO GRÁFICA

ADOLPHO FREJAT
Superintendente do Serviço Gráfico

31 DE JANEIRO DE 1960

OBRA CONJUNTA DOS CONSELHOS
NACIONAL DE GEOGRAFIA E NACIONAL DE ESTATÍSTICA

PREFÁCIO

Os DOIS Estados que estudamos neste volume são dois Estados tìpicamente do Nordeste.

O Rio Grande do Norte, pela sua posição geográfica tem uma significação especial para o Brasil, pois que, é nesse Estado que se inflete a costa brasileira. Infletindo a costa para o norte, torna-se êsse Estado o mais oriental do Brasil. Isso tem tido tal importância, que durante a última guerra foi lá que se estabeleceu o pegão da Ponte Aérea que ligou a América à África.

Por outro lado, o Rio Grande do Norte se apresenta de uma maneira especial em relação ao seu clima. Há nêle como que uma faixa do sertão que se extende até a costa; quer dizer, que o clima semi-árido do sertão, vem até as praias de Areia Branca. Esta faixa, longe de dar ao Rio Grande do Norte condições de desolação, oferece para êsse Estado uma fonte de riqueza digna de ser ressaltada. É a zona das salinas: Macau, Mossoró e Areia Branca.

É verdade que, hoje, com os processos artificais de evaporação, tem diminuído bastante essa vantagem para o nordeste, e em especial, para o Rio Grande do Norte.

Por outro lado, em sua zona do sertão, de baixa precipitação pluviométrica se dispõe, contudo, de condições ótimas para o cultivo do algodão, e é excepcional a fibra longa de seus produtos, altamente credenciados no mercado internacional.

O que se pode dizer, entretanto, é que a zona fértil do Rio Grande do Norte, é uma faixa estreita e úmida que corre mais ou menos na direção norte-sul, pela costa, aquem para leste da Serra da Borborema.

Na realidade, a Serra da Borborema se localiza como uma barreira que dificulta a penetração de alíseos para o interior, tanto no Rio Grande do Norte como na Paraíba e mes-

mo em Pernambuco, é verdade que com menos rigor neste último Estado. Ela descarrega a umidade do ar, tornando o litoral úmido e baixando as alturas pluviométricas das precipitações do interior.

É por isso que esta faixa, que corre paralelamente à costa, desde Pernambuco e Paraíba e até parte do Rio Grande do Norte, vai ser responsável pelo baixo nível pluviométrico que se registra no sertão paraibano, entre duas faixas de climas menos severos.

A Paraíba tem os mais baixos registros no nível de precipitações: chega-se abaixo de 300 mm em alguns pontos. É verdade que na Paraíba podemos separar o seu território em três faixas: a litorânea, a que nos referimos atrás, úmida e fértil; a zona pròpriamente sêca; e, finalmente, uma zona de sertão, menos castigada, que representa o oeste paraibano.

O Rio Grande do Norte, entretanto, dispõe de uma faixa, é verdade que muito estreita, na Chapada do Apodi, semelhante às condições cearenses, isto porque, terminando a Serra da Borborema, pelo Vale do Jaguaribe penetram as massas equatoriais úmidas, levando até mais para o interior, condições amenas para o seu clima.

É por isso que o Rio Grande do Norte e a Paraíba têm tão marcadas semelhanças na sua formação ética. A vida e o desenvolvimento dêsses dois Estados, cuja colonização foi um tanto retardada, têm tido nos últimos tempos um desenvolvimento bem acentuado.

O Rio Grande do Norte e a Paraíba guardam então, bem nítida, aquela característica do homem nordestino, cujo temperamento é caldeado na luta constante frente às agressões do meio.

Na verdade, o nordestino forma um tipo selecionado no permanente embate pela sua sobrevivência, criando uma forma heróica de temperamento e condições excepcionais de persistência, que lhe traça o caráter por vêzes agressivo, por vêzes submisso.

Neste equilíbrio da personalidade nordestina imperam sentimentos que se desenvolvem brilhantemente, com formas as mais impresssionantes, como as descreve notàvelmente Euclides da Cunha.

Na expressão das características do povo nordestino, se destacam os paraibanos e os rio grandenses do norte. Daí, no período em que o Nordeste foi assolado pelo cangaço, êsses dois Estados, terem sido o teatro de cenas violentas. É que na Paraíba e no Rio Grande do Norte, o campo era propício para as exaltações dos temperamentos rudes que se formavam nas dificuldades do próprio meio.

Mas, se isso é verdade, é também certo que deram êstes dois Estados nordestinos expoentes da nossa vida política.

Estados de pequeno poder econômico, entretanto, tiveram papel saliente na vida republicana. É tão característica a definição do nordeste pelo quadro paraibano, que foi neste

Estado que escolheram os Bispos para realizarem uma conferência destinada a traçar planos para o soerguimento econômico. O lugar escolhido para sede do conclave foi Campina Grande, cidade do agreste, na encosta do sertão já no "platô", da serra da Borborema.

E foi escolhida essa cidade porque Campina Grande floresce como expressão efetiva das possibilidades do interior nordestino. Na realidade, o panorama de hoje difere do de ontem pela alteração da técnica da exploração da gleba. Mas esta alteração se é excepcional para ampliar a produtividade em todos os rincões da terra brasileira, ela o é, excepcionalmente, nas zonas nordestinas, e digamos melhor ainda, nas zonas semi-áridas que se abrem, com novas e exuberantes possibilidades, ante à substituição de uma agrilultura intensiva por uma agricultura extensiva.

Como preliminar para esta mutação, no quadro econômico do nordeste, se deve enfrentar o problema da irrigação.

A açudagem na Paraíba tem sido regular, mas não se tem dado a essa açudagem a complementação imprescindível de uma ampla irrigação, e assim se tem limitado o plantio de uma agricultura efêmera, na parte úmida das vazantes dos açudes.

Por outro lado, o baixo índice de industrialização no nordeste, onde apenas se excetua, em parte, Pernambuco, que é o centro industrial da região, deixa com pouca atividade uma população enorme na longa extensão das entre-safras. Além disto o baixo rendimento da produtividade agrícola no nordeste se agrava ante à debilidade do mercado de consumo resultante do pauperismo.

A intermitência das sêcas, por vêzes prolongada, deixa sem atividade durante longos espaços de tempo o nordestino. Essa é uma das razões agravantes do pauperismo cruel em que vive o sertanejo. A falta de ocupação, por outro lado, gera uma figura social tão bem caricaterizada do Jeca Tatu, dando ao nordestino a roupagem da indolência.

Mas a roupagem de indolência é apenas aparente quando não se examina o quadro da atividade efetiva de suas possibilidades num meio que atenda a seus reclamos de ocupação.

Êle não tem aplicação para o seu trabalho nas longas entre-safras, e por isso, tudo se agrava, quando se prolonga êste estado de inércia com a demora das chuvas.

O trabalho no clima ingrato do nordeste já é, em si, de baixo rendimento. O que produz no período de sua atividade é tudo que o tem de suprir durante todo o ano. Daí as crises serem agravadas pela redução do poder aquisitivo da moeda. Tôda vez que uma inflação monetária aparece, o drama da sêca nordestina se agrava, e profundamente.

Tem havido nestes últimos anos uma assistência do govêrno central para com os dramas que assolam o nordeste. É que o govêrno atende dando trabalho, e em conseqüência au-

mentando o poder aquistivo do homem nordestino, ao mobilizá-lo, no seu disponível de tempo.

Há uma reserva de potencial de riqueza expresso em trabalho que essa mobilização converte em utilidades.

Daí se compreender que é fundamental que se estabeleçam, no nordeste brasileiro, indústrias de transformação capazes de ocupar o trabalho dos seus homens aplicando-o na criação de riquezas nesses Estados.

Não há dúvida que a construção de estradas de rodagem, que tem sido o programa no combate à sêca, dando atividade ao homem nordestino, tem sido proveitosa, profícua mesmo, para o crescimento econômico dessa zona brasileira.

Mas, note-se que sempre a preocupação tem sido em abrir estradas de rodagem, que se, por um lado, mobilizam a riqueza, por outro mantém alto atrito econômico no seu deslocamento pelo elevado custo rodoviário. É uma solução, sem favor, criadora do progresso nordestino, mas não é a melhor.

Os cursos d'água são desprezados como meio de transporte e as estradas de ferro estão na agonia de sua decadência pelo abandono em que se encontram.

É que não se tem apreciado o problema de transporte, que envolve o custo econômico do deslocamento das utilidades, mas tôda a ação pública tem se orientado para enfrentar o problema de viação, que tem por objetivo estabelecer vias de ligação entre as fontes produtoras e os mercados de consumo.

Assim se estabelecem ligações com grandes atritos econômicos que mantém altos os custos finais das utilidades e degradam seus preços na origem, alimentando dessa forma o pauperismo em nosso interior e por um processo tão bem definido na ironia do dito popular de que "o frete come o legume".

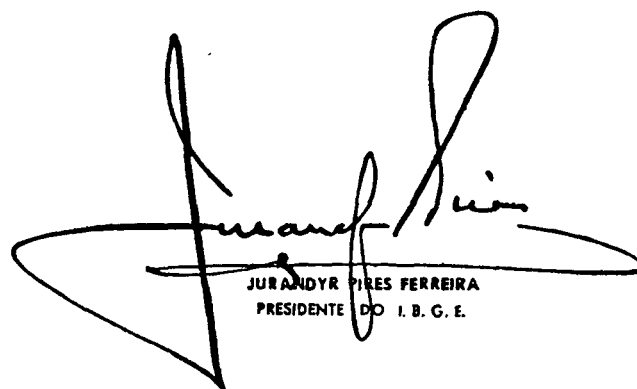
Há uma lei fatal de economia política que diz: "O valor final de uma utilidade no mercado é fixado pelo custo de produção mais alto".

Assim o ônus do transporte elevado vai implicar no aumento do custo das demais utilidades idênticas que têm acesso ao mercado.

É verdade que os rios intermitentes do nordeste, no seu regimem torrencial, não favorecem o estabelecimento de uma rêde de navegação interior; na Paraíba não existe um só rio capaz de oferecer condições razoáveis de navegabilidade salvo muito próximo a foz, no Rio Grande do Norte, talvez o Açu e o Mossoró pudessem ser econômicamente aproveitados.

Mas, as estradas de ferro representariam notável papel na obra de oferecer condições econômicas para que o sertanejo emergisse da situação de miséria em que está mergulhado.

As poucas vias férreas do nordeste estão, entretanto, em condições precárias de tráfego, o que explica o alarmante deficit em que vivem.

No Rio Grande do Norte faltam as imperiosas ligações de São Rafael a Caraúbas e de Afonso Bezerra a Macau; e, na Paraíba, a importante ligação de Campina Grande a Patos.

A navegação de cabotagem vem, também, sofrendo vivamente nos últimos tempos, em razão das condições de nossos portos. Os portos de Macau, e de Areia Branca não têm possibilidades de atender em bases econômicas à indústria salina. Está o atual govêrno empenhado em realizar a construção do pôrto tele-férreo de Areia Branca, que modificará, sem dúvida, as bases de exploração do sal no Rio Grande do Norte.

E o sal representa uma parcela importante na economia dêsse Estado. Contudo, no seu futuro se abrem perspectivas largas para o cultivo do algodão de fibra longa que tanto aí se aclimata. O sisal, o Agave e outras fibras, também, na Paraíba como no Rio Grande do Norte encontram condições magníficas de cultura.

É verdade que a falta de industrialização e as condições ingratas do transporte têm tornado menos exuberantes o entusiasmo pela prosperidade dessa região.

E tudo se agrava com o desânimo conseqüente das crises cíclicas das sêcas, não atendidas pelas açudagens feitas, que não dispõem de rêdes complementares, de irrigação capazes de suprir, em extensão, as deficiências de umidade das terras.

A necessidade de mercados para absorver a crescente produção nacional impõe a elevação do padrão de vida do povo nordestino. E hoje uma consciência do valor econômico do Nordeste, resultante de resolução impressionante de técnica, nos oferece as perspectivas brilhantes de riquezas, para colocar êsses estados no pórtico de uma nova era como pioneiros da integração efetiva das glebas desprezadas no passado no ritmo impressionante de nosso progresso.

JURANDYR PIRES FERREIRA
PRESIDENTE DO I. B. G. E.

INTRODUÇÃO

por

Hildebrando Martins da Silva
Secretário-Geral do C.N.E.

O homem do centro do País, oriundo de um Estado mediterrâneo como é Minas Gerais, ao percorrer, pela primeira vez, no Nordeste brasileiro o trecho Recife—João Pessoa da grande rodovia que o Presidente Juscelino Kubitschek está construindo, sente-se transportado a uma região em tudo diferente, desde as condições topográficas e climáticas até a própria configuração da paisagem humana.

Com efeito, a planície, que contrasta com as montanhas do centro, apresenta aspecto repousante, sem, todavia, tender para a monotonia. A vegetação é variada, constituindo-se de culturas regionais, tais como a cana-de-açúcar e os cereais, de cerrados e carrascos e de pequenas áreas empastadas.

De quando em quando, os velhos casarões de engenhos fazem-nos lembrar o fastígio de uma época passada, cujos reflexos, todavia, perduram ainda na economia da região.

O homem apresenta o aspecto típico do nordestino, acostumado às intempéries e, por isso mesmo, trazendo nas feições a marca dos duros embates travados.

João Pessoa dá ao forasteiro agradável impressão. Sem que possa ser classificada de grande cidade, apresenta, entretanto, características interessantes de núcleo populacional importante. Apreciável movimento comercial e intensa atividade particular imprimem-lhe cunho de dinamismo, o qual é substituído, poucos quilômetros além, pela paisagem tranqüila, serena e agradável de uma das mais belas praias brasileiras: a de Tambaú. Localizada no ponto mais avançado do Leste brasileiro, é inexcedível a sua beleza natural. Está ela, todavia, completada hoje pelas magníficas e modernas construções residenciais, as quais rivalizam com as das estações climáticas e dos centros de turismo do País.

Mas a Paraíba não é sòmente João Pessoa. O Estado, com os seus 59 municípios, situados nas diferentes zonas que o compõem, vem experimentando salutar desenvolvimento em suas atividades econômicas, especialmente a agrícola.

Com a população estimada em mais de 2 milhões de habitantes, para julho de 1959, o que dá uma densidade de quase 40 habitantes por quilômetro quadrado, explora o Estado inúmeras riquezas naturais, como sejam o berilo, a mica e o sal marinho, na indústria extrativa mineral; a casca de angico, a castanha de caju, a cêra de carnaúba e a oiticica, na extrativa vegetal; e a pesca, na produção extrativa animal. O abacaxi, a agave, o algodão, o arroz, a banana, a batata-doce e inglêsa, a cana-de-açúcar, o côco-da-baía, o feijão, o fumo, a mamona, a mandioca e o milho, figuram entre os principais produtos da exploração agrícola no Estado, que possui apreciáveis contingentes de gado bovino, eqüino, asinino, muar, suíno, ovino e caprino.

No setor comercial, cabe destacar o extraordinário surto de progresso de Campina Grande, sem dúvida o mais expressivo núcleo de atividades do interior do Nordeste brasileiro, com exclusão de algumas capitais de Estado.

* * *

O Estado do Rio Grande do Norte, cuja vida municipal vai também descrita nas páginas do presente volume da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", situa-se na zona do Nordeste definida como "polígono das sêcas", no qual tem noventa e dois por cento da sua área.

A sua principal riqueza é a agricultura, na qual se destaca o algodão, seguida da indústria extrativa mineral, com as famosas salinas do Rio Grande do Norte.

O Estado possui grandes reservas minerais. Sua extração de berilo representa quase 30 por cento da produção nacional; o gêsso alcança mais da têrça parte do total brasileiro; o sal marinho supera 50 por cento da produção do país; destacam-se, ainda, o mármore, a mica e a xilita. Na extração vegetal figuram a borracha, a casca de angico, a castanha de caju, a cêra de carnaúba (mais de um sexto da produção nacional) e a oiticica.

A pesca é praticada com resultados apreciáveis. Na produção agrícola destacam-se, além do algodão: a agave, a batata-doce, o côco-da-baía, o feijão, o fumo, a mandioca e o milho. Seus efetivos pecuários apresentam apreciáveis contingentes de bovinos, eqüinos, asininos, muares, suínos, ovinos e caprinos.

Estado de economia embrionária, sofrendo a inclemência do clima, a sua população haverá de depender, ainda por muitos anos, dos recursos que para lá são levados pelo Govêrno Federal, nas obras de combate às sêcas.

No "Prefácio" dêste volume, faz o Professor Jurandyr Pires Ferreira interessantes e oportunas considerações sôbre a economia do Rio Grande do Norte.

De nossa parte, acreditamos que o prosseguimento da política de combate aos fatôres do subdesenvolvimento, através de uma série de medidas e providências tendentes a incorporar essa região no setor da produtividade do País, virá trazer, com o rendimento das terras e a fixação do homem ao solo, novas perspectivas à vida do Nordeste brasileiro.

Índice Geral

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2 — 24 933

ACARI — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O território do município era habitado primitivamente pelos índios cariris, que para ali imigraram em virtude das perseguições que lhes moviam os colonizadores da Paraíba, ao findar-se o século XVII.

O fundador do povoado no local onde hoje se ergue a cidade foi o sargento-mor Manuel Estêves de Andrade, oriundo da Serra do Saco.

Em 1737, Manuel Estêves requereu permissão ao então Bispo de Olinda para erguer uma capela no povoado, o que foi deferido por Provisão Episcopal de 11 de novembro de 1737. Essa capela, consagrada à invocação de Nossa Senhora da Guia, recebeu foros de matriz em 13 de março de 1835, quando da criação da paróquia, privilégio que conservou até 1863, ano em que foi terminada a construção de nova e suntuosa matriz, em outro local.

A Resolução do Conselho do Govêrno, em 11 de abril de 1835, criou o município de Acari, em território desmembrado de Caicó; sua área de então compreendia a dos atuais municípios de Currais Novos, Cêrro Corá, Jardim do Seridó, Parelhas, Ouro Branco, Florânia, São Vicente, Cruzeta e Carnaúba dos Dantas.

Pela Lei n.º 119, de 15 de agôsto de 1898, a vila adquiriu foros de cidade.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, Acari é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão do Seridó. A sede do município, que dista 179 km em linha reta de Natal — direção 64º 57' S.O. — tem as seguintes coordenadas geográficas: 6º 26' 11" de latitude Sul e 36º 38' 28" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 290 metros.

CLIMA — Subtropical é o clima. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 34; média das mínimas — 27; média compensada — 30; precipitação no ano, altura total 315 mm.

ÁREA — A área do município é de 600 km².

Delegacia de Polícia e Cadeia Pública

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950, Acari registrou 16 318 habitantes, dos quais 7 882 homens e 8 436 mulheres. De sua população, 77% localizavam-se no quadro rural. Posteriormente o município sofreu desmembramento dos distritos de Carnaúba dos Dantas e Cruzeta, que contavam, naquela data, 2 473 e 4 675 habitantes, respectivamente.

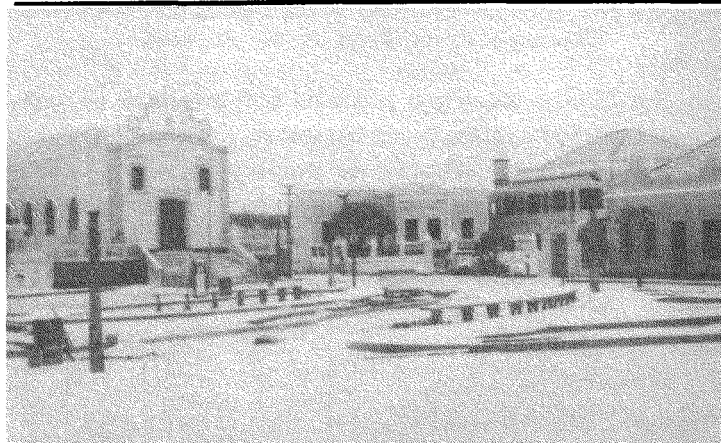
Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 9 062 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existe apenas uma aglomeração urbana — a do distrito-sede, com 1 867 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são os ramos de atividade que reúnem o maior número de pessoas no município.

A importância da agricultura na economia local decorre, principalmente, do cultivo do algodão da variedade mocó, de fibra longa e vida prolongada, exportado em volume apreciável para Natal. Também o feijão, o milho e a batata-doce são cultivados com regularidade e, em menor escala, vários tipos de frutas: banana, melancia, laranja, manga, etc.

Em 1955, o valor da safra atingiu 40 918 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	260 000	39 000
Feijão	Saco 60 kg	1 490	447
Milho	» » »	1 800	306
Batata-doce	Tonelada	250	250
Banana	Cacho	2 400	180

Vista parcial da Praça Presidente Vargas (em construção)

Vista de um trecho da Rua Dr. José Augusto

Embora as sêcas e a ausência de forragem abundante e permanente não permitam franco desenvolvimento da pecuária, não é pequena sua importância para a economia local.

Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	3 900	9 750
Eqüinos	130	156
Asininos	1 100	550
Muares	130	156
Suínos	2 400	1 080
Ovinos	4 100	1 230
Caprinos	1 900	475

Para a alimentação do gado, no período das sêcas, recorrem os criadores não só ao plantio de forragem nas vazantes dos açudes e no leito e margens dos rios, como também a numerosos cactos que constituem boa forragem: xiquexique, palma, etc. Essas atividades, penosas e estafantes, absorvem particularmente os trabalhos rurais.

Vista parcial de um trecho da Rua da Matriz

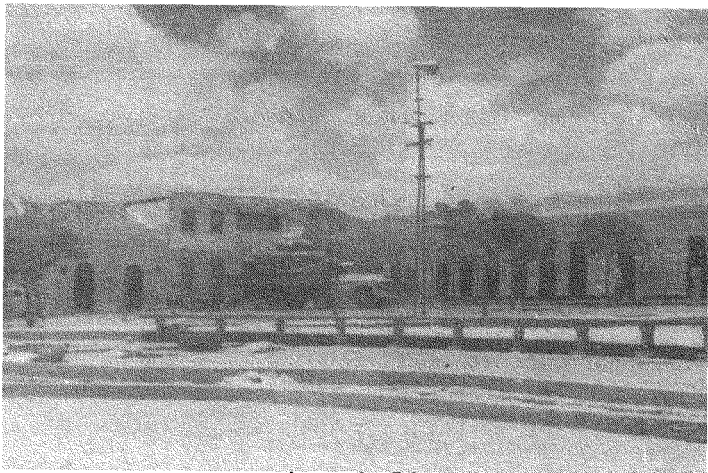
Em 1955, o município produziu 680 mil litros de leite, no valor de 1 700 milhares de cruzeiros.

A indústria de extração de produtos minerais constituiu uma das fontes de renda da população acariense.

Em 1955, a produção de minérios atingiu 2 685 milhares de cruzeiros, assim discriminada:

PRODUTOS	QUANTIDADE (gm)	VALOR (Cr$ 1 000)
Xilita	10 000	2 050
Columbita	8 000	560
Berilo	24 000	240
Estanho	300	15

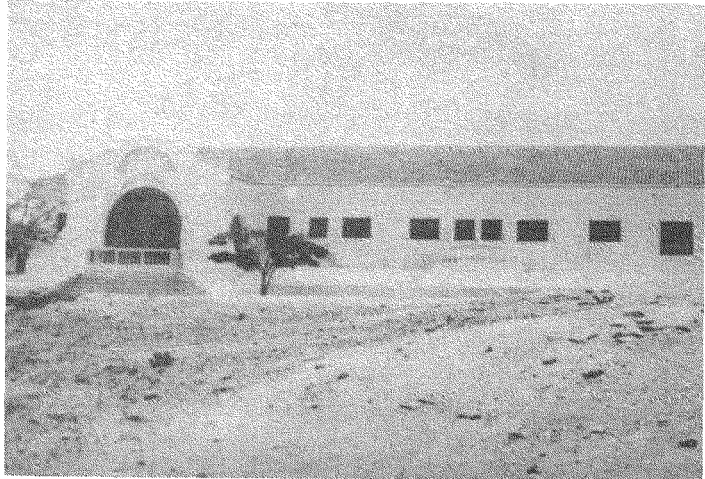
A exploração racional das jazidas já localizadas concorrerá, em futuro, para um maior desenvolvimento econômico do município, tão dependente das atividades agropecuárias, que se ressentem sobremaneira do regime irregular de chuvas.

A indústria é pouco desenvolvida e está intimamente ligada à produção de origem vegetal. É representada por duas usinas de beneficiamento de algodão e uma fábrica de óleos de semente de algodão.

Largo da Feira

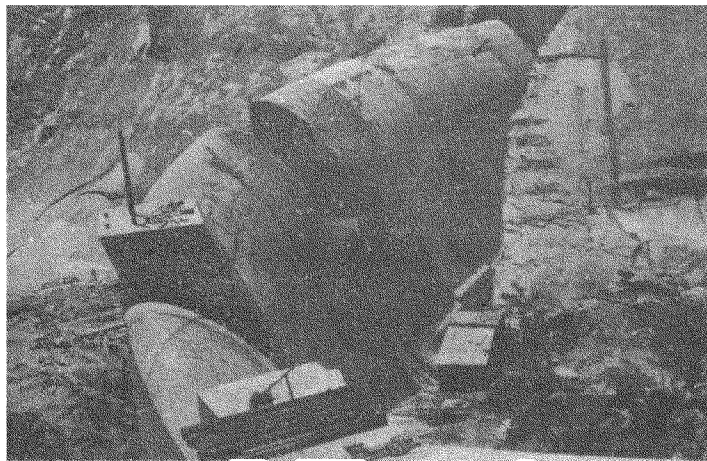
A falta de fôrça motriz e de água tem impedido a industrialização do município. Com a extensão da rêde da Cia. Hidrelétrica do São Francisco e a conclusão do reservatório Presidente Dutra, que comportará de 20 a 30 milhões de metros cúbicos de água, prevê-se grande surto de desenvolvimento industrial, desde que o município é produtor de várias matérias-primas.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município de Acari está situado em zona sertaneja, à saída de vários boqueirões dos contrafortes da Borborema, o que dificulta a construção de estradas de ferro.

A cidade acha-se localizada no sistema rodoviário central do Estado, ligando-se a Natal numa distância de 208 quilômetros. Cidades vizinhas — 1) Jardim do Seridó (22 km); 2) Carnaúba dos Dantas (18 km); 3) Cruzeta (19 km); 4) Currais Novos (30 km).

COMÉRCIO — Acari mantém transações comerciais com Natal e Currais Novos, no Estado, e Campina Grande e Recife. Seus principais produtos de exportação são o algodão e o óleo bruto de semente de algodão.

Maternidade Municipal

Entre os produtos importados figuram tecidos, gêneros alimentícios, bebidas, louças e, em virtude do próprio crescimento da cidade, materiais de construção (ferragens, madeiras, etc.).

Existem 18 estabelecimentos varejistas.

Açude Marechal Dutra, em Gargalheira, em fase de conclusão

ASPECTOS URBANOS — Acari tem 2 praças e 6 avenidas calçadas a paralelepípedos, estando em prosseguimento a pavimentação de outros logradouros públicos.

A energia elétrica é fornecida pela Emprêsa Elétrica Municipal e destina-se exclusivamente à iluminação pública e domiciliar, não havendo consumo de energia como fôrça motriz.

Em 1956, foi o seguinte o consumo de energia na sede municipal: iluminação pública — 2 880 kWh, domiciliar — 14 140 kWh.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município conta sòmente com uma Maternidade, que presta relevantes serviços não só à população acariense como à dos municípios vizinhos.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 38%, quota observada naquele ano, calculada sôbre o total das pessoas presentes de 10 anos e mais.

Ensino — O ensino primário é ministrado por 1 grupo escolar e 18 escolas para alfabetização da população rural.

Conta ainda o município com 1 Escola Normal Regional.

Vista parcial do acampamento do Açude Marechal Dutra

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1952-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

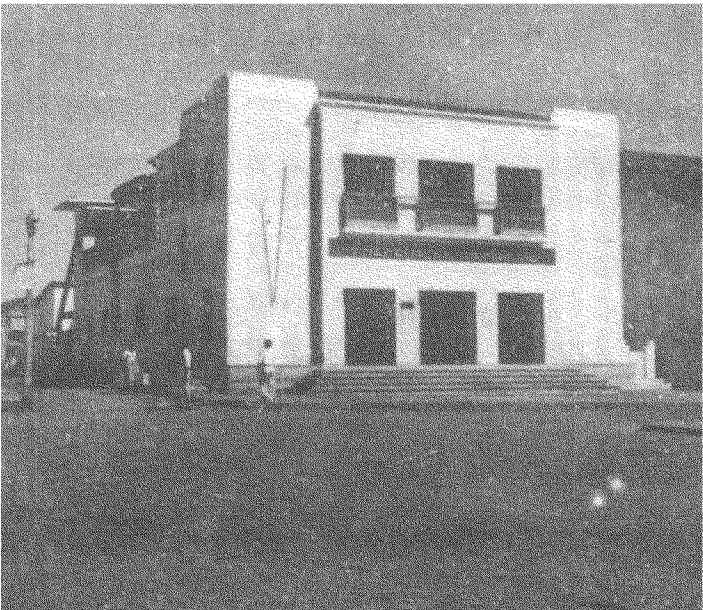
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1952	1 033	659	146	604
1953	1 117	984	174	542
1954	1 583	677	117	412
1955	4 152	1 144	553	753
1956	7 205	2 112	870	1 569

FESTEJOS POPULARES — O principal festejo popular é a tradicional Festa da Padroeira da cidade, Nossa Senhora da Guia, realizada todos os anos, entre 6 e 15 de agôsto. Na procissão do encerramento é comum a presença de devotos de pés descalços, conduzindo pedras à cabeça ou galhos de xiquexique nas mãos, em pagamento a promessas por graça alcançada.

AÇU — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Em meados do século XVII era o território habitado pelos índios chamados janduís — nome do chefe, que se estendeu à tribo.

A 6 de fevereiro de 1696, Bernardo Vieira de Melo, então governador da Capitania do Rio Grande do Norte, colocou-se à frente de uma pequena expedição e demandou à ribeira do Açu, onde fundou, ao que tudo indica no dia 24 de abril, o arraial de Nossa Senhora dos Prazeres, ponto de refôrço para a conquista do sertão, que até então vinha sendo agitado pela revolta dos indígenas. Foi iniciado, assim, o aldeamento dos índios e assegurado o estabelecimento dos colonos.

Prefeitura Municipal

Começou a desenvolver-se na ribeira do Açu a criação de gado, determinando a fixação de curraleiros. Em conseqüência do crescimento da pecuária e das riquezas dos terrenos salíferos, foram estabelecidas oficinas de carnes-sêcas, que no século XVIII chegaram a constituir importante

fator comercial. No início do primeiro quartel do século XVIII representava já a extração de cêra de carnaúba importante fator econômico naquela região da Capitania.

A 22 de julho de 1766, foi, por Ordem Régia, criado o município, que se instalou no dia 11 de agôsto de 1788. Recebeu então o nome de Vila Nova da Princesa. A princesa homenageada era Dona Carlota Joaquina de Bourbon, que se casara, em abril de 1785, com o futuro D. João VI.

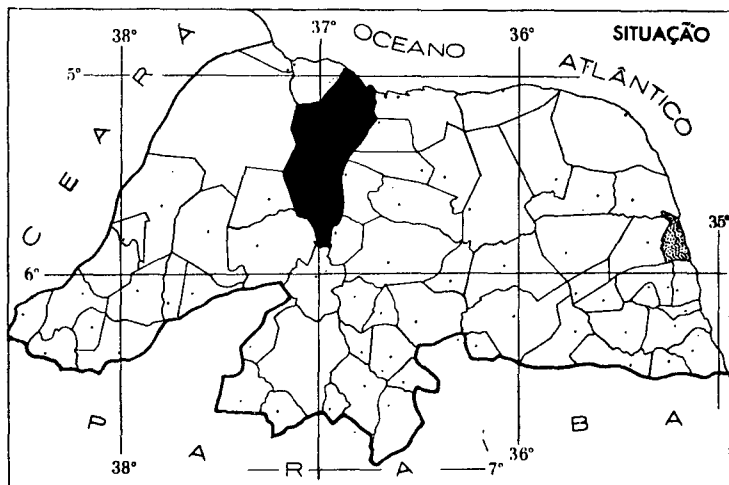
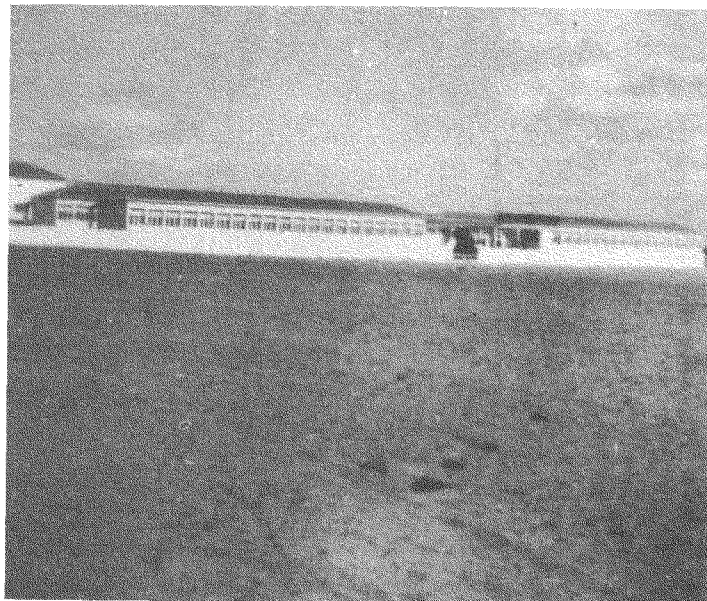
Agência do Banco do Brasil S.A. (pavimento térreo)
Equipe da Missão Cultura (pavimento superior)

A Lei provincial n.º 124, de 16 de outubro de 1845, concedeu à Vila Nova da Princesa foros de cidade, com o nome de Açu.

O nome Açu tem origem na "Taba-açu" (Aldeia Grande), então ponto de agrupamento dos selvagens da região, guerreiros, valentes, sem lei nem crença religiosa.

A comarca de Açu foi criada por Deliberação do Conselho da Província, de 11 de abril de 1833, e aprovada pela Lei provincial n.º 13, de 11 de março de 1835.

Segundo a divisão administrativa vigente em 1.º de janeiro de 1958, o município de Açu é composto de 2 distritos: Açu e Carnaubais.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está situada à margem esquerda do rio Açu, ou Piranhas, e dista, em linha reta, 190 km da Capital Estadual — Direção — 83° 39' N.O. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 5° 34' 20" de latitude Sul e 36° 54' 32" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Centro Educacional Presidente Juscelino Kubitschek

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 23 metros.

CLIMA — O clima da região é sêco e quente. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 33; média das mínimas — 29; média compensada — 31; precipitação no ano, altura total (mm) 423.

ÁREA — A área do município é de 2 562 km².

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950 o município registrou 27 259 habitantes: 13 276 homens — 13 983 mulheres. Da população, 80% localizam-se no quadro rural.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 30 031 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existem no município duas aglomerações urbanas — a cidade e 1 vila com os seguintes efetivos de população (quadros urbano e suburbano): Açu — 5 071 hab.; Carnaubais — 443 habitantes.

Educandário Nossa Senhora das Vitórias

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No Recenseamento de 1950, 67% das pessoas econômicamente ativas concentravam-se no ramo "agricultura e pecuária".

Embora num Estado que incorpora o polígono das sêcas, a agricultura é intensamente praticada no município,

Igreja-Matriz de São João Batista

constituindo um de seus principais fatôres econômicos. Da cidade de Açu até as proximidades dos limites com o Atlântico, existem aluviões riquíssimas e apropriadas a tôdas as culturas. Êsses terrenos fazem parte do vale do Açu.

O rio Açu recebe as primeiras águas em janeiro ou fevereiro e começa, em virtude de escassez de chuva no alto sertão, a secar em junho, quando seu leito se vai transformando em terra de cultura. É feita ali, à medida que as águas se vão escoando, a plantação de batata-doce, algodão, feijão, melão, milho, verduras e legumes. O cultivo de algodão é feito também nas caatingas, zonas mais sujeitas aos rigores das sêcas.

Em 1955, os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	210 000	31 200
Batata-doce	Tonelada	7 800	10 140
Milho	Saco 60 kg	20 000	2 800
Banana	Cacho	22 500	900

Embora as sêcas não permitam franco desenvolvimento da pecuária, não é pequena sua importância na economia local, havendo regular exportação de carne de bovino e peles de ovino e caprino. Há ainda indústria de manteiga e queijo.

Em 1955 Açu produziu 1 200 000 litros de leite, no valor de 3 600 milhares de cruzeiros.

Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	16 000	80 000
Eqüinos	1 800	7 200
Asininos	3 200	4 800
Muares	650	2 275
Suínos	4 000	3 200
Ovinos	13 000	6 500
Caprinos	9 500	4 750

Os principais produtos de origem animal apresentaram, em 1955, as seguintes cifras: carne verde de bovino — 65 340 kg; carne verde de suíno — 9 310 kg; carne verde de ovino — 4 176 kg; carne verde de caprino — 1 850 kg; toucinho fresco — 6 650 kg; couro salgado de gado bovino — 9 260 kg.

PRODUÇÃO EXTRATIVA — Constituem as indústrias extrativas (mineral e vegetal) outro importante ramo de atividade da população de Açu. Essas indústrias são representadas principalmente pela produção de sal e cêra de carnaúba.

Existem duas salinas. Segundo dados do Serviço de Estatística da Produção, o município, em 1954, teve uma produção de 33 586 toneladas de sal no valor de 5 milhões de cruzeiros. Êsse valor representou 9% do total estadual, que por sua vez contribuiu com 41% para o total do país. No período 1953-55, sua produção teve o seguinte desenvolvimento:

ANOS	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr$ 1 000)
1953	53 236	6 388
1954	33 586	5 038
1955	8 513	1 292

Em 1955 foram produzidas 130 153 toneladas de gêsso no valor de 16 milhões de cruzeiros.

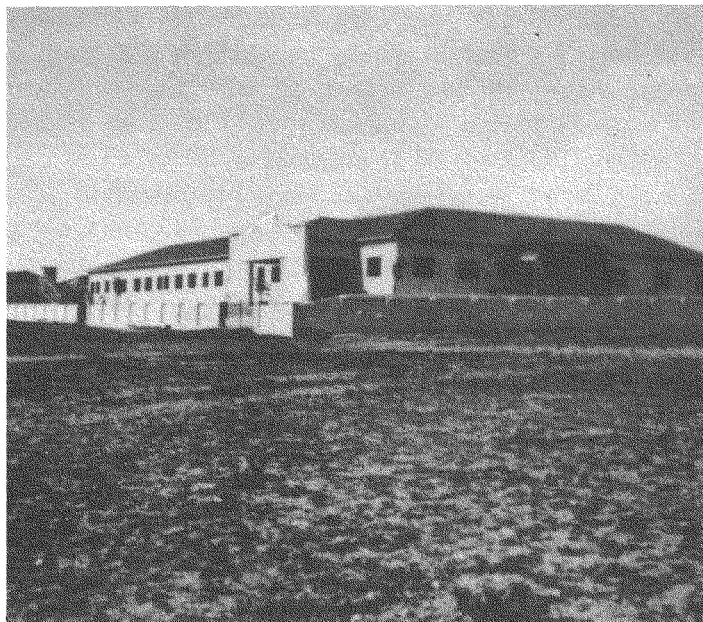
Existe ainda extração de mármore e gipsita.

Açu foi, em 1955, o terceiro produtor de cêra de carnaúba do Estado. A produção em 1955 foi de 128 toneladas, no valor de 5 milhões de cruzeiros, e representou, quanto ao valor, 17% do total estadual e 2% do total do país.

O município é pequeno produtor de oiticica. Em 1953 foram extraídas 40 toneladas da espécie, no valor de 48 milhares de cruzeiros.

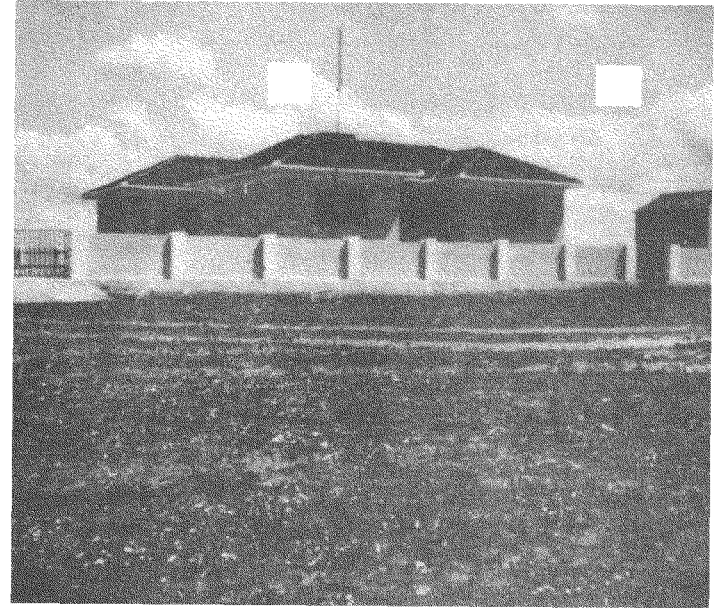
Açu é ainda o primeiro produtor de casca de angico do Estado. Em 1955 foram produzidas 80 toneladas, no valor de 48 milhares de cruzeiros.

A pesca é ativamente praticada no rio Açu, em lagoas, açudes e no mar. O produto obtido é comerciado com alguns municípios da Paraíba.

Em 1955 as 112 toneladas de pescado, no valor de 1 472 milhares de cruzeiros representaram 4% sôbre o total do pescado do Estado, o qual atingiu 2 930 toneladas,

Maternidade Ministro Mário Pinotti

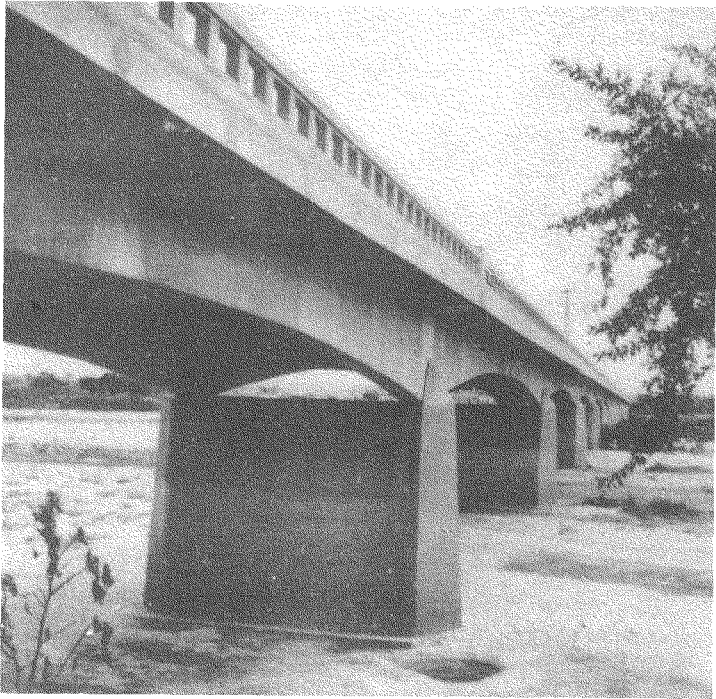
valendo 37 853 milhares de cruzeiros. Essa produção assim se apresenta, discriminada por espécie:

ESPÉCIE	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$ 1 000)
Coró	30 000	360
Tainha	18 000	270
Curimatã	10 000	180
Traíra	10 000	150
Pindunga	9 000	135
Voador	8 000	96
Bagre	8 000	80
Agulha	5 000	50
Piau	2 000	36
Tucumaré	1 000	15
Piranha	600	9
Cavala	500	11
Outras	10 000	80
TOTAL	112 100	1 472

Em relação às indústrias extrativas e de transformação, o Registro Industrial de 1955 informa que o município possuía 17 estabelecimentos, nos quais trabalhavam 323 pessoas, e cujo valor da produção atingiu 6 320 milhares de cruzeiros.

Pôsto Médico do SESP

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à capital estadual pelos seguintes meios de transporte: 1) Afonso Bezerra — rodovia (73 km); 2) Angicos — rodovia (50 km); 3) Areia Branca — rodovia (132 km); 4) Augusto Severo — rodovia (60 km); 5) Ipanguaçu — rodovia (6 km); 6) Jucurutu — rodovia (84 km); 7) Macau — rodovia — (79 km); 8) Mossoró — rodovia (78 km); 9) Pendências — rodovia (62 km); 10) São Rafael — rodovia (28 km); 11) Upanema — rodovia (44 km). Capital Estadual — rodovia (240 km); 1.° Misto: a) rodovia, até Angicos, já descrito; b) ferrovia (194 km); 2.° Misto: a) rodovia, até Mossoró, já descrito; b) aéreo (243 km); 3.° Misto: a) rodovia, até Macau, já descrito; b) marítimo (294 km).

COMÉRCIO E BANCOS — As principais praças com as quais Açu mantém transação comercial são: Fortaleza, Natal, Mossoró, Recife e Campina Grande. Exporta cêra de carnaúba, algodão, sal, gêsso, sementes de oiticica, couros e peles.

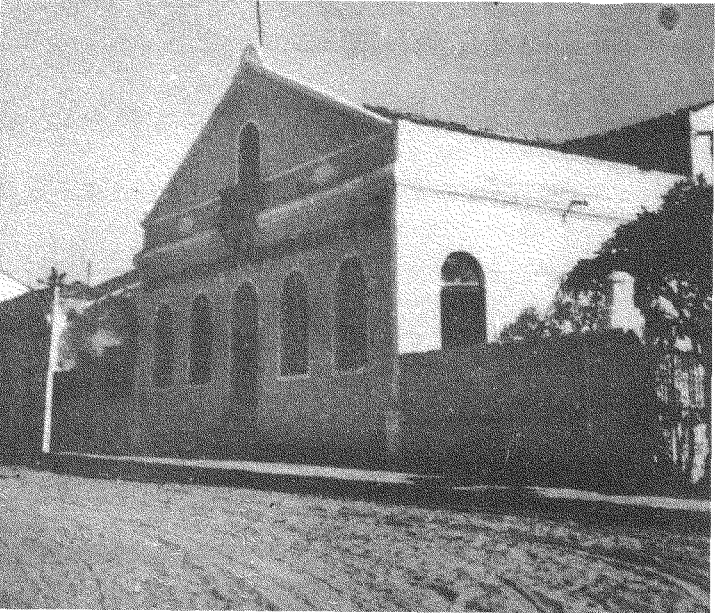
Conta o município 4 estabelecimentos atacadistas e 280 varejistas. Há 1 Agência do Banco do Brasil.

Ponte Felipe Guerra

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Açú é integrada por 66 logradouros públicos, dos quais 13 296 m² são calçados com paralelepípedos. Existem 384 ligações elétricas, 3 aparelhos telefônicos e 4 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Bispo Diocesano Dom Eliseu Simões Mendes, com a cooperação do Govêrno Federal e seus órgãos subordinados, vem desenvolvendo o grande Plano de Valorização e Recuperação do Vale do Açu, resultante da Conferência dos Bispos do Nordeste.

Já se acha em funcionamento na cidade de Açu o Serviço de Saúde Pública, encontrando-se em fase de conclusão o Pôsto de Saúde.

No município funcionam 3 farmácias. Exercem a profissão 3 médicos, 2 dentistas e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 33% da população de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Centro de Recuperação e Valorização do Vale do Açu

Núcleo residencial do município, pertencente à Fundação da Casa Popular

Ensino — Açu é dotado de 46 estabelecimentos de ensino primário, 1 de ensino comercial, 1 ginásio e 1 Escola Normal Regional.

O Instituto Padre Ibiapina abriga menores abandonados e ministra ensino pré-primário em regime de externato.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1951-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ANOS	FINANÇAS (Cr$ 1 000)			
	Receita arrecadada		Despesa realizada	Saldo ou deficit do balanço
	Total	Tributária		
1951	1 217	—	1 331	— 114
1952	1 321	—	1 530	— 209
1953	2 083	—	1 953	+ 130
1954	2 327	—	2 080	+ 247
1955	1 947	1 033	2 048	— 101
1956 (1)	1 897	1 074	1 897	—

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na cidade de Açu uma biblioteca, com um efetivo de 600 volumes.

EFEMÉRIDES E FESTAS POPULARES — Festa tradicional é a de 24 de junho, dia de São João, padroeiro da cidade, tìpicamente junina, com fogos de artifício, fogueiras e balões. Realiza-se também nesse dia a Vaquejada de São João, da qual habitualmente participam afamados vaqueiros.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A 3 quilômetros da sede está sendo construído o açude Mendubim, com capacidade para 56 000 000 m³.

Ainda como parte do Plano de Valorização e Recuperação do Vale do Açu, encontram-se já em funcionamento no município os seguintes órgãos: I.N.E.P. (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos); F.V. (Fomento Vegetal); C.N.E.R. (Campanha Nacional de Educação Rural); C.N.M.E. (Campanha Nacional de Merenda Escolar); F.I.S.I. (Fundo Internacional de Socorro à Infância); S.F. (Serviço Florestal); F.C.P. (Fundação da Casa Popular).

AFONSO BEZERRA — RN

Mapa Municipal no 5.° Vol.

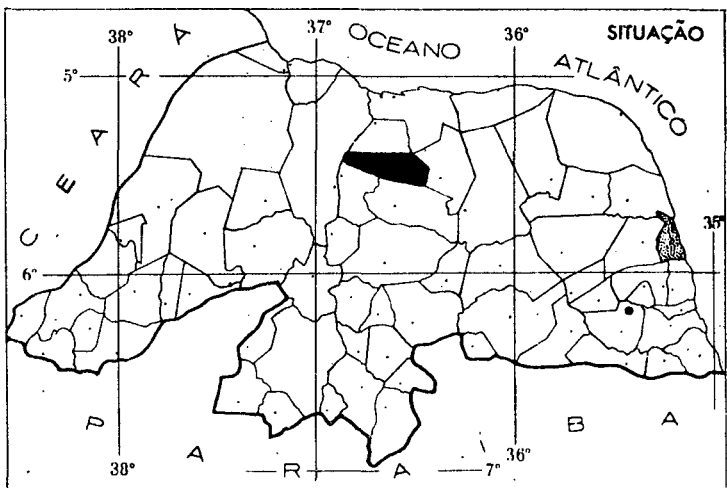
HISTÓRICO — Antiga povoação de Carapebas, nome derivado do vocábulo indígena "acara-peba", peixe escamoso de água doce e geralmente conhecido pela designação de cará.

Os primeiros habitantes da região foram Vicente Ferreira Barbosa, tenente-coronel Antônio Francisco Bezerra, tenente José Alexandre Solino da Costa e Agostinho Barbosa da Silva, proprietários, agricultores e criadores.

Pelo Ato municipal n.° 5, de 9 de junho de 1931, a povoação recebeu o nome de Afonso Bezerra, filho ilustre da t ı.

O distrito foi criado em 31 de outubro de 1938, no município de Angicos ao qual pertencia. A Lei estadual n.° 20, de 27 de outubro de 1953, criou o município que sòmente foi instalado a 1.° de janeiro de 1954.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.° de janeiro de 1958, Afonso Bezerra é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Centro-norte do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 80 metros a altitude da sede municipal.

CLIMA — Na região o clima é sêco. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 33; média das mínimas — 26; média compensada — 28; precipitação no ano, altura total 403 mm.

ÁREA — A área do município é de 591 km².

POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento de 1950, Afonso Bezerra tinha 6 128 habitantes, dos quais 3 078 homens e 3 050 mulheres. De sua população, 90% localizavam-se no quadro rural.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 6 595 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existe apenas uma aglomeração urbana — a do distrito-sede, com 1 037 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

Prefeitura Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são as principais atividades da população de Afonso Bezerra. A importância da agricultura na economia local decorre, principalmente, do cultivo do algodão do tipo mocó, exportado em volume apreciável para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 27 430 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	150 000	27 000
Feijão	Saco 60 kg	900	216
Milho	» » »	900	162

Não é pequena a importância da pecuária para a economia local. Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

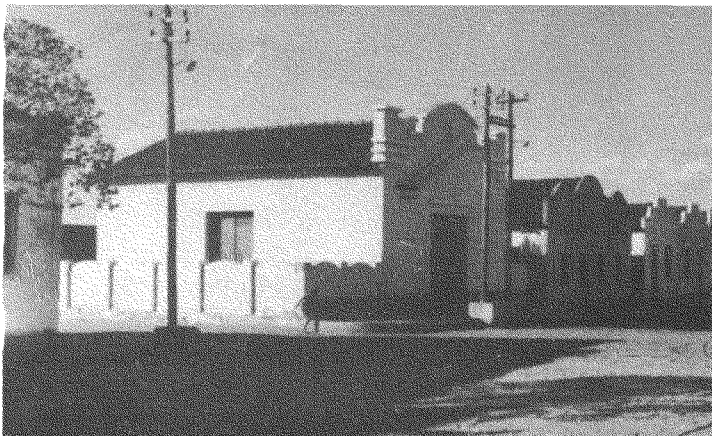
POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	3 500	12 250
Eqüinos	550	1 100
Asininos	500	200
Muares	250	800
Suínos	2 200	990
Ovinos	4 100	1 300
Caprinos	4 000	1 000

Estação da Rêde Ferroviária do Nordeste

A indústria é pouco desenvolvida e está intimamente ligada à produção de origem vegetal — beneficiamento do algodão.

Em 1955, contava o município 18 estabelecimentos industriais que ocupavam 22 operários, e apresentaram uma produção cujo valor ascendeu a 268 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Sampaio Correia, que o liga à Capital do Estado, num percurso de 192 km.

Afonso Bezerra liga-se às cidades vizinhas por estradas de rodagem: 1) Pedro Avelino (15 km); 2) Angicos (22 km); 3) Ipanguaçu (65 km); 4) Macau (67 km); 5) Açu (68 km).

Usina Elétrica Municipal

COMÉRCIO — Afonso Bezerra mantém transações comerciais com diversas Unidades da Federação, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, para os quais exporta algodão. Entre os produtos importados figuram tecidos, ferragens, louças, etc. Existem 23 estabelecimentos varejistas.

ASPECTOS URBANOS — Os logradouros públicos de Afonso Bezerra não são pavimentados.

O abastecimento de energia elétrica ainda é precário. Em 1956, a produção de energia atingiu cêrca de 3 089 kW e destinava-se exclusivamente à iluminação pública e particular, não havendo consumo de energia como fôrça motriz.

Existem 80 ligações elétricas.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja de 26%, calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais.

Ensino — Em 1956 havia 6 unidades de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1954	192	568	53	564
1955	221	650	82	627
1956	241	947	144	979

Mercado Público Municipal

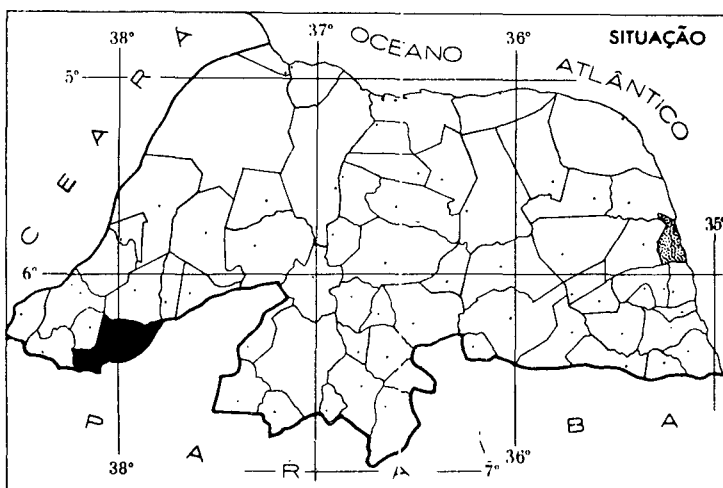
ALEXANDRIA — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os únicos elementos que permitem traçar-se a origem do município encontram-se no original de um Tombo de Demarcação, datado de 1759. Êste documento arrola como testemunha o prêto fôrro, de nome José da Costa, que, com as mãos em cima da Bíblia, jurou dizer sòmente a verdade. E disse, entre outras coisas, que era morador da fazenda Barriguda. Como se vê, o Tombo registra a vida de Alexandria quando era ainda uma simples fazenda e, a não ser o prêto José da Costa, desconhecem-se os nomes dos primeiros habitantes da região.

A Lei n.º 572, de 3 de dezembro de 1923, elevou o povoado de Alexandria, pertencente ao município de Martins, à categoria de vila. Sete anos depois, pelo Decreto número 10, de 7 de novembro de 1930, foi criado o município com a denominação de João Pessoa. A Lei n.º 9, de 24 de outubro de 1936, concedeu a João Pessoa foros de cidade, devolvendo-lhe o nome de Alexandria, a fim de evitar confusão toponímica com a Capital da Paraíba. O nome Alexandria resultou de uma homenagem a dona Alexandrina Barreto Ferreira Chaves, que nasceu no distrito e foi espôsa de Ferreira Chaves, senador da República, duas vêzes Ministro de Estado e duas governador do Estado.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de dois distritos: Alexandria e Tenente Ananias Gomes.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Serrana do Estado e a sede dista, em linha reta, 320 km da capital estadual — Direção — 77º 02' S.O. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 6º 24' 43" de latitude Sul e 38º 01' 03" de longitude W.Gr.

38° 37° OCEANO 36° SITUAÇÃO
ATLÂNTICO
5°
CEARÁ
6°
35°
PARAÍBA
38° 36°
7°

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 320 m.

CLIMA — Salubre, o clima. Quente no verão e temperado no inverno. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 33; média das mínimas — 27; média compensada — 30; precipitação anual, altura total — 462 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 750 km².

Vista parcial da cidade

POPULAÇÃO — O Recenseamento de 1950 registrou em Alexandria 15 361 habitantes: 7 754 homens e 7 605 mulheres. Da população do município, 90% localizam-se no qua ru

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 20 037 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existem no município duas aglomerações urbanas — Alexandria (1 505) e Tenente Ananias Gomes (188) — quadros urbano e suburbano.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No Recenseamento de 1950, 92% das pessoas econômicamente ativas (10 anos e mais) estavam ocupadas no ramo agropecuário. A agricultura é a maior fonte de riqueza do município. A principal cultura é o algodão, que em 1955 constituiu 79% de sua produção agrícola.

No mesmo ano os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Alg dão	Arrôba	180 000	20 700
Milho	Saco 60 kg	25 000	3 000
Feijão	» » »	4 200	777
Banana	Cacho	20 000	500
Arroz	Saco 60 kg	1 800	414
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 500	300

O município exporta o algodão e parte do excedente de sua produção agrícola para Mossoró e Campina Grande.

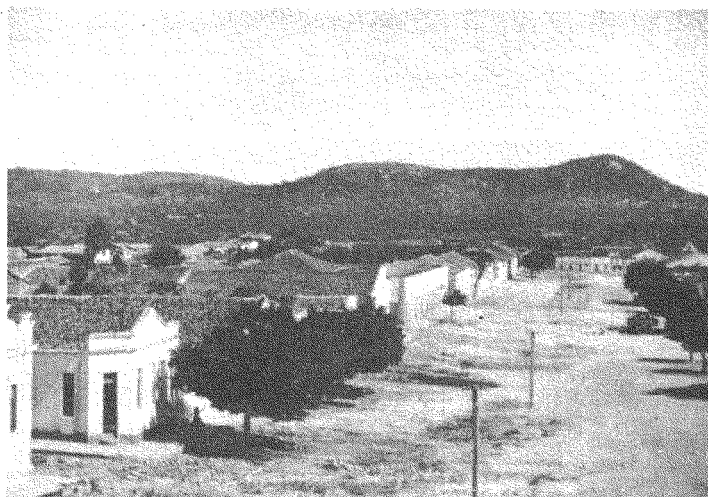
Grupo Escolar Municipal

Vista de uma residência particular do município

Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	6 700	20 100
Eqüinos	1 600	2 400
Asininos	1 100	330
Muares	600	1 200
Suínos	10 000	3 500
Ovinos	4 500	630
Caprinos	5 000	700

INDÚSTRIA — A indústria extrativa de Alexandria é representada pela extração mineral — água-marinha e berilo — e a vegetal — oiticica e madeira. Em 1955 foram produzidos 200 000 kg de sementes de oiticica, no valor de 300 milhares de cruzeiros. A produção de berilo no mesmo ano foi inexpressiva: 1 000 kg, no valor de 6 milhares de cruzeiros.

O Registro Industrial arrolou no município, em 1955, 64 estabelecimentos, nos quais trabalhavam 799 pessoas e cujo valor da produção atingiu 832 milhares de cruzeiros. Os principais estabelecimentos industriais de Alexandria dedicam-se ao beneficiamento de algodão, fabricação de rapadura e farinha de mandioca.

Vista parcial da Avenida Dr. Gregório Paiva

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Mossoró—Sousa e liga-se às cidades vizinhas e à capital estadual pelos seguintes meios de transporte: 1. Catolé do Rocha (PB) — carroçável (42 km); 2. Luís Gomes — carroçável (66 km); 3. Martins — ferrovia (28 km, até o distrito de Demétrio Lemos, do município de Martins) — carroçável (53 km); 4. Marcelino Vieira — carroçável (30 km); 5. Souza (PB) — ferrovia (56 km). Capital estadual — ferrovia e rodovia (547 quilômetros).

COMÉRCIO — Recife, Campina Grande e Mossoró são as praças com que o comércio local mais transaciona. Os principais produtos importados são: tecidos, medicamentos, ferragens, louças e bebidas. Conta o município 3 estabelecimentos atacadistas e 115 varejistas.

Aspecto parcial da Rua Ferreira Chaves

Travessa Arcaniro Almeida

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Alexandria possui 17 logradouros públicos, cinco parcialmente calçados e um inteiramente pavimentado com paralelepípedo. Existem 304 ligações elétricas. Em funcionamento 2 pensões. Há uma agência do D.C.T. e uma agência telefônica da Estrada de Ferro Mossoró—Sousa.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Acham-se em construção um hospital e uma maternidade. Em funcionamento encontram-se o Pôsto Médico Dr. Gregório Paiva e o Clube das Mães, que presta assistência médica às mães desamparadas. Existem 3 farmácias. Atendem à população 1 dentista, 2 farmacêuticos e 2 médicos no exercício da profissão.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 28% das pessoas de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — O município é provido de 53 unidades escolares do ensino primário fundamental comum e de 1 Curso Normal Regional.

Serra da Barriguda

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1950-56, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	260	367	154	434
1951	...	592	389	140	373
1952	...	756	502	203	770
1953	...	696	737	313	233
1954	...	1 155	658	187	688
1955	...	1 308	917	420	832
1956 (1)	48	1 824	1 462	650	1 441

(1) Orçamento. A Coletoria foi instalada em outubro de 1956.

EFEMÉRIDES — Dia 8 de dezembro, festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município.

ALMINO AFONSO — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O local onde hoje se ergue a cidade de Almino Afonso era centro de permutas, para onde convergiam habitantes das localidades de Pau dos Ferros, Patu e São Miguel, entre outras. Do comércio incipiente originou-se pequena feira-livre, a "Feira da Caieira", assim designada por se realizar nas proximidades de uma caieira. O desenvolvimento do comércio atraiu para a povoação número apreciável de colonizadores, que já então para ali afluíam de várias direções.

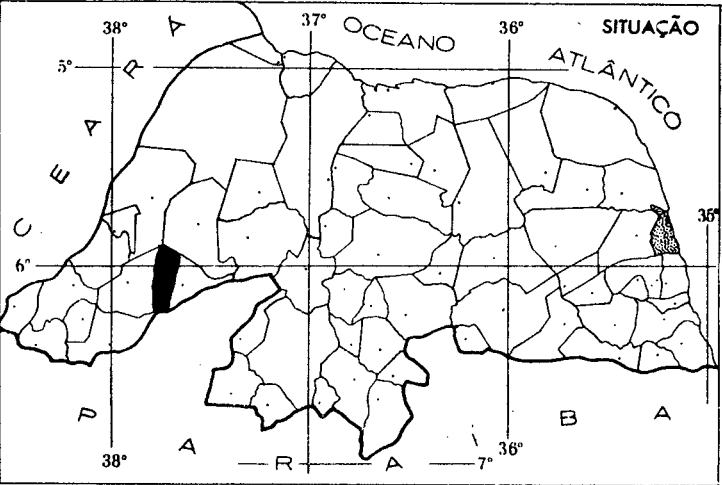
Em 1902, dona Florentina Nunes Amorim e Agostinho Fonseca, que habitavam a região desde 1898, mandaram erigir uma capela, em tôrno da qual se formou o primeiro núcleo de habitações.

Em 1918, em homenagem ao ilustre filho do lugar, Dr. Almino Afonso, depois de construído o primeiro mercado público, o povoado passou a ser denominado Almino Afonso.

O distrito de Almino Afonso foi criado pelo Decreto estadual n.º 603, de 31 de dezembro de 1938, com território do distrito de Patu, no município do mesmo nome. O município foi criado pela Lei estadual n.º 912, de 24 de novembro de 1953, ocorrendo sua instalação a 1.º de janeiro de 1954.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, Almino Afonso é constituído dos distritos de Almino Afonso e Ôlho-d'Água do Borges.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Serrana a oeste do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 236 m.

CLIMA — Salubre, o clima. Quente e sêco no verão e ameno no inverno. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 38; média das mínimas — 28; média compensada — 33; precipitação anual, altura total — 387 mm.

ÁREA — A área do município é de 352 km².

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950, quando Almino Afonso era ainda distrito, foram registrados 8 775 habitantes — 4 383 homens e 4 392 mulheres. Da população, 82% localizam-se no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Existem no município duas aglomerações urbanas — a cidade e uma vila — com os seguintes efetivos de população (quadros urbano e suburbano): Almino Afonso — 1 089; Ôlho-d'Água do Borges — 268.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Com base no Recenseamento de 1950, 80% das pessoas econômicamente ativas concentram-se no ramo agricultura e pecuária, destacando-se a agricultura e, nesta, a cultura do algodão.

Em 1955 os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor :

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	171 000	21 375
Milho	Saco 60 kg	9 800	980
Feijão	» » »	2 180	327
Cana-de-açúcar	Tonelada	525	221
Batata-doce	»	180	180

A pecuária não é muito desenvolvida, mas há regular exportação de gado.

Mossoró, alguns municípios do Ceará, Catolé do Rocha, Campina Grande e Patos, de Paraíba, são os principais consumidores da produção agropecuária de Almino Afonso.

Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim constituídos os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	3 000	9 600
Eqüinos	460	506
Asininos	720	324
Muares	570	1 140
Suínos	5 800	3 770
Ovinos	4 900	882
Caprinos	4 700	846

INDÚSTRIA — O Registro Industrial de 1955 arrolou no município 2 estabelecimentos, nos quais trabalhavam 5 pessoas (média mensal). A principal indústria é a da cal. Existe ainda a indústria rural, dedicada à produção de rapadura e farinha de mandioca.

Almino Afonso é pequeno produtor de cêra de carnaúba e oiticica, tendo extraído 3 000 e 20 000 quilos, respectivamente, em 1955.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Mossoró—Sousa e liga-se às cidades vizinhas e à capital estadual pelos seguintes meios de transporte: 1) Alexandria — carroçável (14 km); 2) Caraíbas — carroçável — (41 km); 3) Catolé do Rocha, PB — carroçável (12 km); 4) Martins — ferrovia (9 km); 5) Patu — ferrovia (9 km). Capital estadual — rodovia (415 quilômetros) — ferrovia (452 km).

COMÉRCIO — O comércio de Almino Afonso mantém transações com as praças de Mossoró, Campina Grande, Recife, Fortaleza e Catolé do Rocha. Importa tecidos, açúcar, café, louças e ferragens. Conta 64 estabelecimentos de comércio varejista.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal possui 79 ligações elétricas. Em funcionamento, há 2 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada apenas por uma farmácia, um farmacêutico e um dentista.

ALFABETIZAÇÃO — Com base no Censo de 1950, 26% das pessoas de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — Dispõe o município de 27 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum — 14 estaduais e 13 municipais.

Grupo Escolar Clodomir Chaves

Mercado Público Municipal

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	11	179	560	67	560
1955	12	252	647	130	532
1956 (1)	15	291	718	133	718

(1) Orçamento.

EFEMÉRIDES — Dia 19 de março, festa de São José, padroeiro do município.

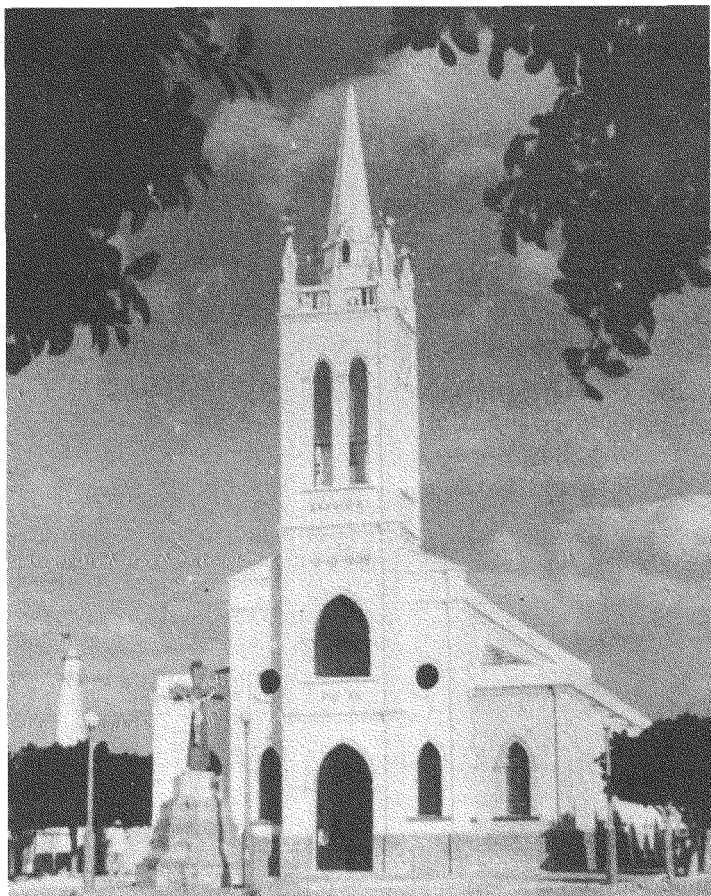
ANGICOS — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes da região foram os índios da tribo "pataxó", pertencente à nação gê ou tapuia.

Vários Municípios do Rio Grande do Norte originaram-se da fixação de algumas famílias nas caatingas, onde estabeleciam fazendas de criação. Assim aconteceu com Angicos. Acredita-se que as primeiras penetrações no território se tenham verificado em 1760 e que seu fundador foi o tenente Antônio Lopes Viegas, descendente de uma família de nome Dias Machado. Consta que em 1783, quando foi criada a vila Nova da Princesa (hoje cidade do Açu), abrangendo os municípios de Açu, Angicos, Macau e Santana do Matos, já se localizavam no território de Angicos diversas fazendas de criar.

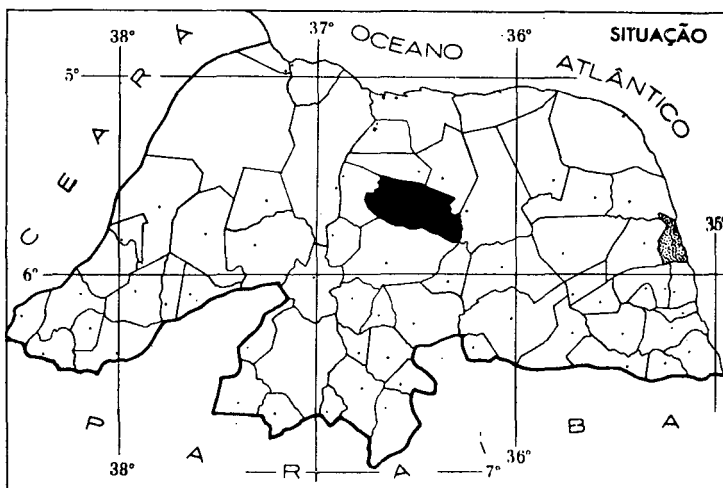
Abaixo do rio Pataxó, havia ainda uma parte de terra, assim distribuída: seis quilômetros do capitão-mor Baltazar da Rocha Bezerra; seis quilômetros do coronel Miguel Barbosa Bezerra; dezoito quilômetros do coronel Antônio da Rocha Bezerra. Essas posses estão registradas nos "Autos de medição de terras", de 1756. Não é conhecido se todos êsses proprietários ocuparam e dirigiram seus domínios no território do município, cuja denominação, segundo alguns autores, vem de angico, árvore de grande aspecto, muito comum no Norte.

Não é fácil precisar a situação de Angicos no primeiro quartel do século passado. No memorial dirigido, em janeiro de 1835, pelos Juízes de Paz aos deputados provin-

Igreja-Matriz Municipal

ciais, encontra-se êste trecho vago: "e porque pode ocorrer haver quem diga que Angicos não tem capacidade de ser Vila para vê-la dissolvida, não se lembrando que um têrmo, de mais de 40 léguas de comprimento e 14, 16 e 18 de largura, no qual se acham a Igreja Matriz e duas boas capelas, e povoado por mais de 5 000 almas, seria extraordinário deixar de ser Vila."

Em 1833, o Conselho Provincial de Natal, em proposta ao Govêrno-Geral, sugeriu a criação de diversas vilas, inclusive a de Angicos. A 11 de abril de 1833, o Presidente da Província, Manoel Lobo Miranda Henriques, desmembrava Angicos do território do município de Açu, concedendo-lhe, assim, autonomia. A população de Santana do Matos, que passou a pertencer à vila de Angicos, julgou-se prejudicada em seus direitos e começou a lutar contra a independência de Angicos. Mesmo assim foi instalada a primeira Câmara Municipal, a 27 de fevereiro de 1834, a qual funcionou até 12 de janeiro de 1835, sob a presidência do capitão Jerônimo Cabral. A lei n.º 26, de 28 de março de 1835, suprime a vila de Angicos, revertendo-a ao município de Açu, então Vila da Princesa. Em 13 de outubro de 1836, o Presidente da Província, João José Ferreira de Aguiar, restaurou, através da Resolução n.º 9, o município. A lei n.º 20, de 24 de outubro de 1936, concedeu a Angicos foros de cidade.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1957, o município é composto de 2 distritos: Angicos e Fernando Pedrosa.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona do Sertão centro-norte do Estado. A cidade está situada à margem esquerda do rio Pataxó, ou Angicos, e dista, em linha reta, 156 km da Capital Estadual — Direção — .... 85° 54' N.O. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 5° 39' 43" de latitude Sul e 36° 36' 18" de longitude Oeste Greenwich.

38° 37° 36° 35° 5° 6° 7°
OCEANO ATLÂNTICO
SITUAÇÃO
CEARÁ
PARAÍBA

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

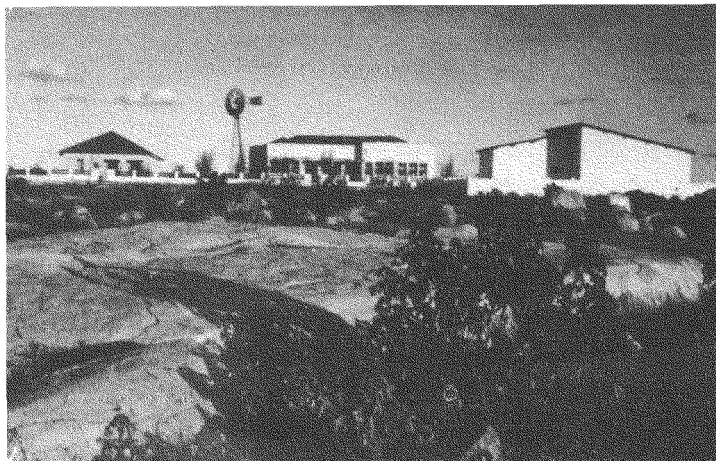
ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 109 m.

CLIMA — Sêco, ameno e salubre é como se classifica o clima. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 33; média das mínimas — 25; média compensada — 29; precipitação no ano, altura total — 294 mm.

ÁREA — A área do município é de 1 006 km².

POPULAÇÃO — Pelo Censo de 1950, a população do município é de 10 406 habitantes — 5 047 homens e 5 359 mulheres, considerando-se o desmembramento do distrito de Afonso Bessa, verificado em 27 de outubro de 1953. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 12 947 habitantes. Angicos apresenta uma densidade de 10 habitantes por quilômetro quadrado e 80% de sua população localiza-se no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Existem duas aglomerações urbanas — a cidade e uma vila — com os seguintes efetivos de população (quadros urbano e suburbano): Angicos — 1 355 hab.; Fernando Pedrosa — 917 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No Recenseamento de 1950, 82% das pessoas econômicamente ativas concentravam-se no ramo agricultura e pecuária. O algodão é a principal riqueza do município, que é grande produtor da es-

Maternidade, Pôsto de Puericultura e Pôsto de Saúde

pécie mocó. Produz o melhor algodão do Estado, exportando-o para São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 1955 os principais produtos agrícolas do município foram os seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	154 500	27 810
Feijão	Saco 60 kg	1 200	288
Milho	» » »	1 200	216

Angicos possui terras férteis e pastagens excelentes, cobertas geralmente pelo capim "penasco". A pecuária tem-se desenvolvido muito nos últimos anos.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam assim constituídos os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	7 000	21 000
Eqüinos	600	1 200
Asininos	1 000	400
Muares	400	1 600
Suínos	2 000	800
Ovinos	10 000	2 000
Caprinos	9 000	1 800

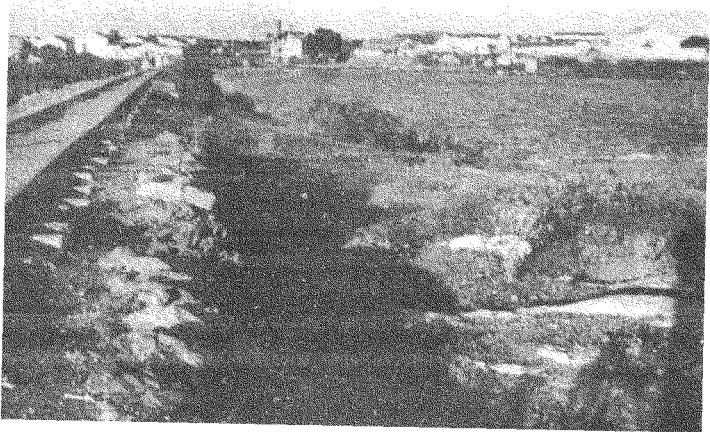
Os principais produtos de origem animal apresentaram, em 1955, as seguintes cifras: carne verde de bovino — 39 635 kg; carne verde de suíno — 28 742 kg; carne verde de ovino — 21 336 kg; carne verde de caprino — 1 040 kg; toucinho fresco — 20 050 kg.

A produção extrativa vegetal não tem grande significação econômica. Em 1955, Angicos produziu 17 960 kg de cêra de carnaúba e 10 000 de oiticica, no valor total de 549 milhares de cruzeiros.

A indústria é representada especialmente pelo beneficiamento do algodão e pela produção de óleo de caroço de algodão.

O Registro Industrial de 1955 informa que em Angicos existem 39 estabelecimentos industriais, os quais ocupavam 123 pessoas, tendo o valor da produção atingido, nesse ano, 921 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município, que é servido pela Estrada de Ferro Sampaio Correia, liga-se às cidades vizinhas e à capital estadual pelos seguintes meios de transporte: 1. Afonso Bezerra — rodovia (23 km); 2. Ipanguaçu — rodovia (49 km); 3. Lages — ferrovia (45 quilômetros) e rodovia (42 km); 4. Pedro Avelino — rodovia (40 km); 5. Santana do Matos — rodovia (48 km). Capital Estadual: 1) rodovia (202 km); 2) ferrovia (194 quilômetros).

Pôsto Agropecuário Municipal

Açude Público C.'' Jose Teodoro Filho

COMÉRCIO E BANCOS — Natal, Fortaleza, Recife, Campina Grande, São Paulo e Rio são as principais cidades com as quais o comércio local mantém transação. São 5 os estabelecimentos atacadistas e 40 os varejistas. Possui um escritório do Banco do Nordeste do Brasil e um correspondente do Banco do Rio Grande do Norte.

ASPECTOS URBANOS — A cidade tem duas ruas e uma praça calçadas com paralelepípedos. Os demais logradouros são arborizados e de aspecto agradável. Existem 217 ligações elétricas, 2 hotéis e 1 pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta Angicos com um hospital geral e 12 leitos disponíveis, e 1 farmácia. Exercem a profissão ali 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 26% das pessoas de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — O município é dotado de 30 unidades do ensino primário fundamental comum. A sede dispõe do grupo escolar José Rufino.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1950-56, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras :

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICIPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1950	298	542	152	...
1951	396	563	522	...
1952	1 320	645	627	...
1953	677	951	909	924
1954	1 254	883	736	649
1955	2 432	835	794	519
1956 (1)	4 108	1 000	922	...

(1) Orçamento.

EFEMÉRIDES E FESTAS POPULARES — De 1832 até a Abolição da Escravatura, realizava-se em Angicos, a "festa dos negros", no dia 31 de dezembro, data do encerramento da festa de Nossa Senhora do Rosário. Ainda hoje, por tradição, faz-se a procissão na mesma data.

Do dia 10 a 19 de março é celebrada a festa de São José, padroeiro do município.

Açude Público, denominado Silvio Pedroza, ex-Caraúbas

Outra tradição de Angicos é o Têrço da Cruz. Nos primeiros meses do ano reúnem-se em tôrno de Cristo, à frente da igreja, algumas mulheres, rezando e implorando chuva.

Realiza-se periòdicamente a vaquejada, que tem por fim exibir a destreza e a bravura do vaqueiro.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Situada a leste da cidade, a 36 quilômetros de distância, levanta-se a serra Cabrigi, onde se localiza o ponto mais alto do Estado, a 800 metros.

APODI — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O território que atualmente constitui o município de Apodi teria sido desbravado por Alonso de Hojeda, acompanhado de Américo Vespucio e de João de la Cosa, que chegou à desembocadura do rio Apodi no dia 24 de junho de 1499, em virtude do que tomou o território o nome de Missão de São João do Apodi. Apesar da resistência dos índios potiguares, habitantes da região, o explorador Hojeda lançou os primeiros fundamentos da povoação.

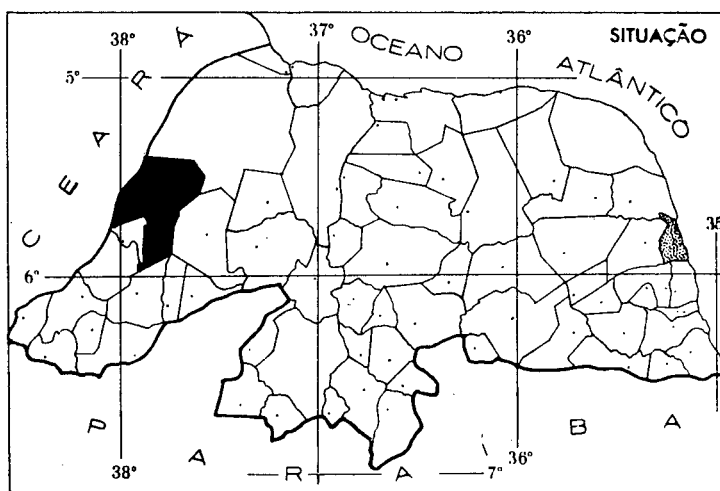
Tem-se por certo, no entanto, que os irmãos Manuel Nogueira Ferreira e João Nogueira foram os primeiros colonizadores, dedicando-se ambos ao cultivo da terra e à criação do gado. Em 19 de abril de 1680 o capitão-mor Geraldo de Suny concedia aos irmãos Nogueira sesmarias requeridas, ato êste confirmado pelo então Governador-Geral da Bahia, em 12 de fevereiro de 1682.

Em 1685 retornaram os Nogueiras à Paraíba, de onde eram naturais, de lá voltando, pouco depois, acompanhados de Manuel Nogueira e sua mulher D. Maria de Oliveira Correia, seu irmão Baltazar Nogueira e alguns escravos. Deram então prosseguimento aos trabalhos de colonização.

Entre 1690 e 1698 morreu Baltazar Nogueira, em luta travada com os índios paiacus. Não suportando os constantes assaltos dos silvícolas, retiraram-se os colonizadores para o Ceará, de onde retornaram mais uma vez, tempos depois, às terras da ribeira do Apodi, ocasião em que Manuel Nogueira foi nomeado capitão-mor da Ribeira. Daí por diante o território experimentou vivo surto de desenvolvimento, sendo mais bem explorado e conquistado, em virtude do auxílio prestado por sacerdotes que catequizavam os índios localizados nas terras de Podi.

O município foi criado pelo Conselho Provincial em sessão realizada a 11 de abril de 1833, vindo a confirmação dêsse ato com a Lei de 23 de março de 1835. A Lei n.º 988, de 5 de março de 1887, elevou Apodi à categoria de cidade.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, Apodi é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Oeste do Estado e sua sede dista, em linha reta, 288 km da Capital Estadual — Direção — 87° 51' N.O. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 5° 39' 55" de latitude Sul e 37° 48' 13" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 60 metros a altitude da sede municipal.

CLIMA — Quente e sêco, o clima, que é salubre.

ÁREA — A área do município é de 1 875 km².

POPULAÇÃO — O Recenseamento de 1950 registrou 15 336 habitantes: 7 661 homens e 7 675 mulheres. Os 93% da população do município localizam-se no quadro rural.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 17 341 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existe apenas uma aglomeração urbana — a da sede — com 1 094 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Com base no Censo de 1950, 85%, das pessoas econômicamente ativas (10 anos e mais) concentram-se na agropecuária. O município tem grandes possibilidades na agricultura, pela fertilidade do solo. O vale Apodi é uma das regiões mais promissoras do Estado, pois a água é encontrada ali em abundância no subsolo, não sofrendo a agricultura, assim, os rigores das sêcas.

Na várzea do Apodi destacam-se os extensos carnaubais e na chapada do Apodi encontra-se ainda grande reserva florestal, com apreciável quantidade de madeiras e de oiticica.

A lagoa Apodi, com aproximadamente 15 quilômetros de extensão, é muito piscosa e cercada de terras férteis, onde se desenvolve intensa atividade agrícola.

Vista parcial de uma serraria, ao fundo parte de um extenso carnaubal

Em 1955, os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

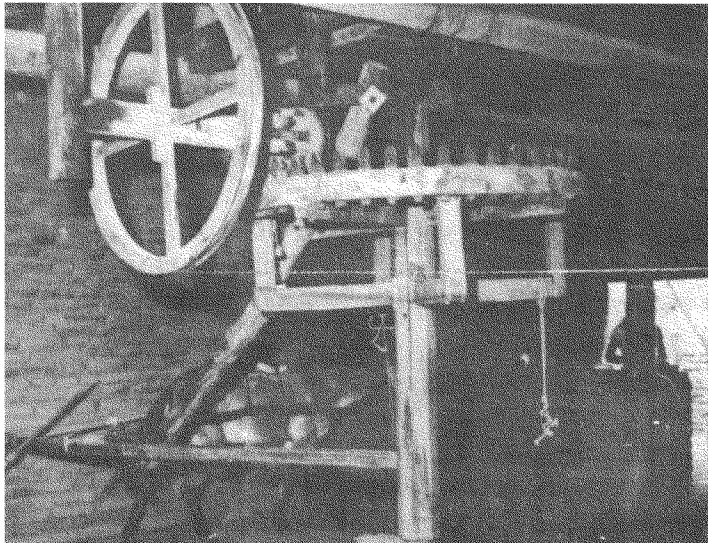
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	65 000	7 150
Feijão	Saco 60 kg	10 000	2 000
Banana	Cacho	35 000	1 050
Milho	Saco 60 kg	3 600	612
Arroz	» » »	1 000	260

O principal consumidor dos produtos agrícolas de Apodi é Mossoró.

Embora não se venha desenvolvendo satisfatòriamente, em virtude das sêcas, a pecuária não deixa de ter significação econômica. Apodi exporta para Mossoró gado bovino, ovino, caprino e suíno.

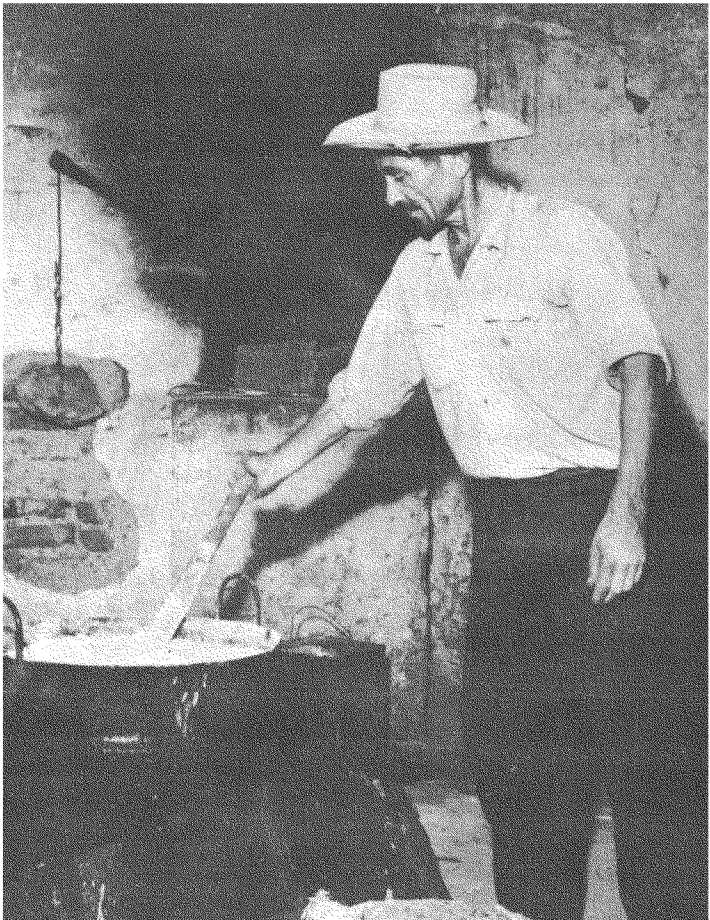
Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	9 000	31 500
Eqüinos	1 500	1 500
Asininos	3 500	1 400
Muares	3 500	5 250
Suínos	8 500	4 250
Ovinos	12 000	2 160
Caprinos	14 000	2 520

INDÚSTRIA — O Registro Industrial de 1955 informa que o município possuía 41 estabelecimentos, nos quais trabalhavam 190 pessoas e cujo valor da produção atingiu 1 391 milhares de cruzeiros.

Engenho de uma casa de farinha, movido a fôrça animal

A indústria extrativa vegetal constitui um fator importante na economia do município. Em 1955 foram extraídos 30 000 quilogramas de casca de angico, 150 000 quilogramas de cêra de carnaúba e 200 000 quilogramas de oiticica, no valor total de 7 216 milhares de cruzeiros. Há ainda considerável extração de madeira e lenha.

Na indústria de Apodi destacam-se os estabelecimentos de beneficiamento de carnaúba e arroz, preparo de couros e peles, fabricação de farinha de mandioca, rapadura, cal e cerâmica. Existe ainda uma pequena indústria de palha de carnaúba (chapéus, bôlsas, esteiras, etc.).

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à Capital estadual por estrada de rodagem: 1) Caraúbas (36 km); 2) Itaú (36 km); 3) Limoeiro do Norte, CE (93 km); 4) Mossoró (82 km); 5) Capital estadual (379 km).

Aspecto do fabrico da cêra de carnaúba, vendo-se o momento em que o operário mexe a calda no tacho

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Apodi mantém transações com as praças de Mossoró, Fortaleza e Campina Grande. Importa tecidos, ferragens, louças, bebidas, artigos de perfumaria, cigarros, conservas, sal, café, açúcar e farinha de trigo. Conta com 70 estabelecimentos de comércio varejista e 2 de atacadista.

Na sede existem correspondentes do Banco do Brasil e do Banco de Mossoró.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal conta 100 ligações elétricas; está em funcionamento uma pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada apenas por duas farmácias, 2 médicos e 2 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Com base no Recenseamento de 1950, 35% das pessoas de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1950-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

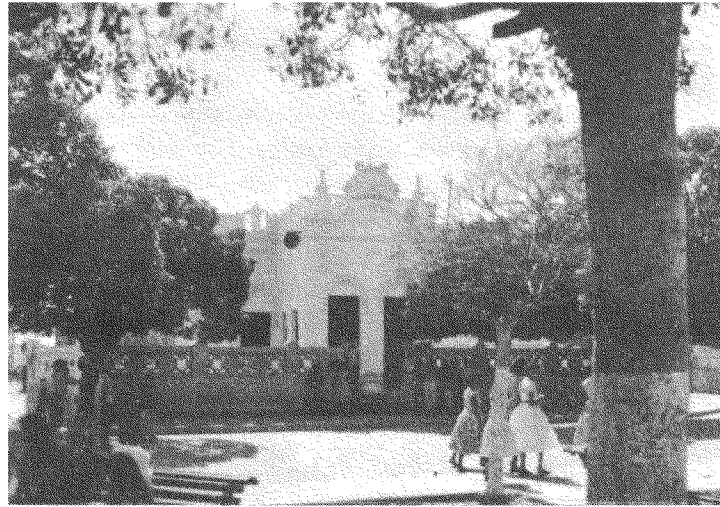
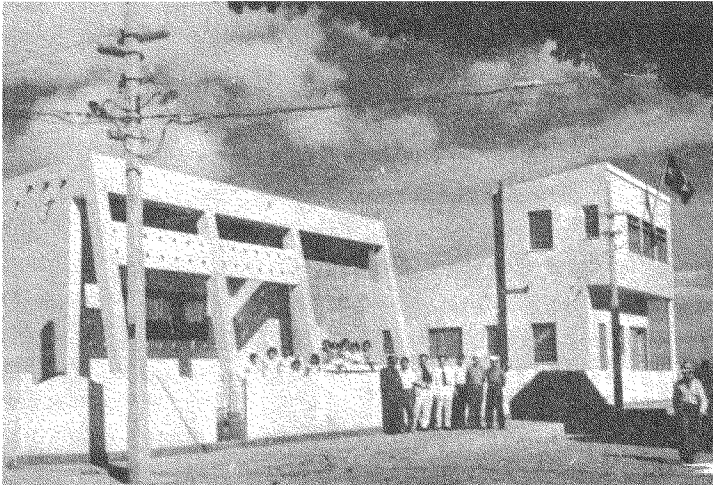
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	...	433	367	483
1951.......	...	...	461	404	483
1952.......	...	...	573	487	699
1953.......	...	374	968	848	856
1954.......	...	380	624	576	...
1955 (1)...	...	514	904	740	932
1956 (2)...	136	860	1 225	1 174	1 166

(1) Na arrecadação estadual está excluída a renda da Agência de Pedra de Abelhas, por não ter sido possível colhêr os dados daquele ano. — (2) Orçamento.
OBSERVAÇÕES — A Coletoria Federal de Apodi foi instalada em maio de 1956. A renda dos anos anteriores eram recolhidas à Coletoria Federal de Caraúbas. A renda municipal de 1954 compreende só até o mês de novembro.

EFEMÉRIDES — Constituem tradição religiosa em Apodi as festas de São João Batista e de Nossa Senhora da Conceição, realizadas, respectivamente, a 24 de junho e 8 de dezembro.

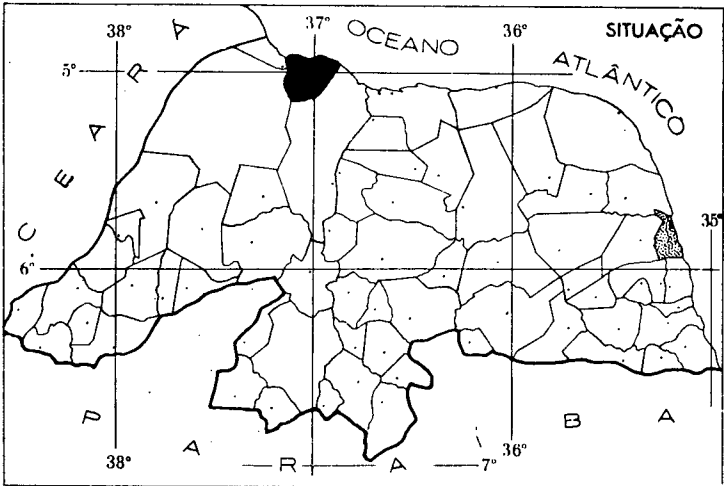
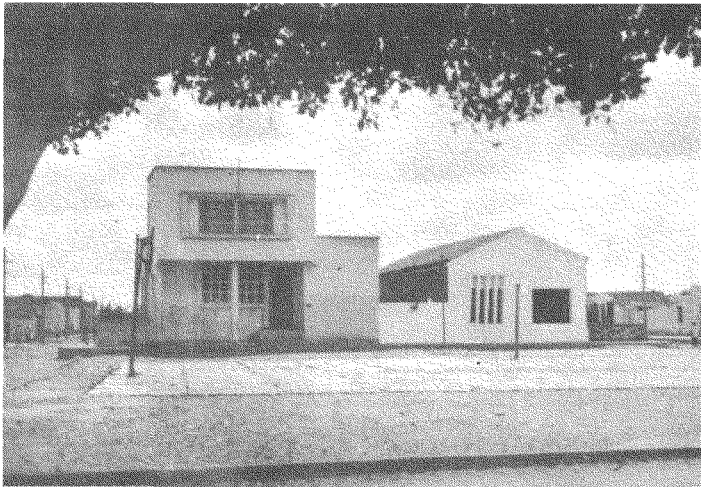
AREIA BRANCA — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo alguns historiadores, a primeira penetração no território que atualmente constitui o município de Areia Branca ocorreu no ano de 1633. Outros, entretanto, afirmam que a região era conhecida desde o comêço do século XVII, pois, acrescentam, em 1630 Adriano Werdouche já se referia ao território como sendo rico em extensas salinas. Em 1641 Gedeon Morris Jonge, comandante da guarnição holandesa do Ceará, referia-se às salinas do rio Iwipanin, hoje inexistente, que banhava Areia Branca ou "Areias Brancas", como consta em vários documentos. Até o ano de 1863 Areia Branca era completamente desabitada e coberta de matas. Segundo a tradição, por ocasião da guerra do Paraguai, a hinterlândia areia-branquense servia de abrigo para muitos daqueles que procuravam fugir ao recrutamento que se processava nas províncias do Império. Em 1867 existiam em Areia Branca apenas dois ou três ranchos de pescadores, pertencentes a Francisco Gomes da Silva e a alguns de seus filhos. As primeiras casas, verdadeiramente, começaram a ser edificadas em 1869. Dentre os seus construtores sòmente dois são lembrados: João Menino e João Francisco Borja, mais conhecido como Joca Soares, natural de Mossoró.

Prefeitura Municipal

Capitania dos Portos do Município

O povoamento, porém, sòmente se intensificou a partir de 1870, quando Joca Soares estabeleceu uma casa para venda de gêneros alimentícios, tecidos e outras utilidades, de que necessitavam os moradores da incipiente povoação. Foi ainda Joca Soares, juntamente com seu cunhado Joaquim Nogueira da Costa, o explorador da primeira salina de Areia Branca, no local denominado Serra Vermelha.

O município foi criado pelo Decreto estadual n.º 10, de 16 de fevereiro de 1892 (Resolução da Junta Governativa), com território desmembrado de Mossoró, ocorrendo sua instalação a 31 de março do mesmo ano. A sede municipal foi elevada à categoria de cidade em 24 de outubro de 1927 (Lei n.º 656). Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município de Areia Branca é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado no extremo setentrional da Zona do Sertão Centro-norte do Estado. A sede municipal, que dista 233 km em linha reta de Natal — direção 67º 26' N.O. — possui as seguintes coordenadas geográficas: 4º 57' 20" de latitude Sul e 37º 08'16" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Agência dos Correios e Telégrafos

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 2 metros.

CLIMA — Subtropical é o clima de Areia Branca.

ÁREA — A área do município é de 633 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950, Areia Branca registrou 11 239 habitantes, dos quais 5 461 homens e 5 778 mulheres. De sua população, apenas 32% localizavam-se no quadro rural.

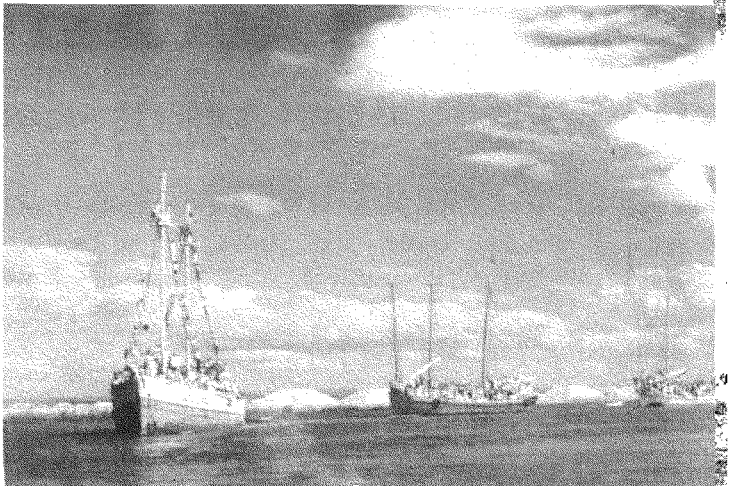
Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 14 281 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana — a do distrito-sede, com 7 665 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As indústrias extrativas de produtos minerais congregam o maior número de pessoas ativas no município. É que a base econômica de Areia Branca repousa na extração do sal marinho, indústria que se desenvolve de ano para ano. Importantes salinas estão ali localizadas, notadamente as situadas às margens do rio Mossoró e dos seus afluentes, das quais se extrai produto considerado magnífico. Cêrca de 60% das pessoas ativas em Areia Branca estão empregadas nas salinas (estivadores, barcaceiros, conferentes); 25% a 30% se dedicam à pesca; as restantes trabalham na agricultura e na pecuária. Em 1955, o município produziu cêrca de 47 999 toneladas de sal marinho, no valor de 7 198 milhares de cruzeiros. A produção do pescado atingiu 274 toneladas no valor de 4 275 milhares de cruzeiros, ou seja, 11% do valor da produção estadual.

Igreja-Matriz de N.S.ª da Conceição

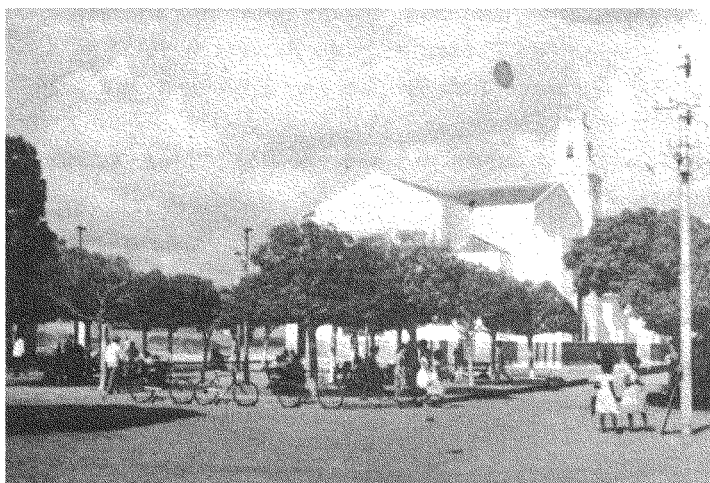
A agricultura e a pecuária não têm especial significado econômico. Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 243 milhares de cruzeiros e estava assim discriminada:

CULTURAS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Côco-da-baía	Cento	408	90
Feijão	Saco 60 kg	300	83
Algodão	Arrôba	450	50
Mandioca	Tonelada	39	19

Procissão de N.S.ª dos Navegantes

Quanto à pecuária, estavam assim discriminados, em 1956, os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	1 900	7 220
Eqüinos	150	225
Asininos	380	296
Muares	130	143
Suínos	390	195
Ovinos	800	280
Caprinos	1 400	490

A indústria em Areia Branca é representada por 14 estabelecimentos industriais. Êsses estabelecimentos, em 1955, ocupavam 90 operários e apresentaram produção cujo valor ascendeu a 1 598 milhares de cruzeiros.

Vista do Pôrto municipal

Praça da Conceição

MEIOS DE TRANSPORTE — Areia Branca é servida pelas vias marítima e terrestre. O pôrto, por onde se escoa tôda a produção de sal, é freqüentado regularmente por navios estrangeiros e nacionais.

Areia Branca liga-se às cidades vizinhas e à capital Estadual pelos seguintes meios de transporte:

Açu — Rodoviário: 114 km.

Mossoró — 1) Rodoviário: 40 km; 2) Ferroviário: 38 km.

Grossos — Marítimo: 3 km.

Macau — Marítimo: 65 km.

Aracati (Ceará): 104 km.

Capital Estadual: 1) Marítimo (306 km); 2) Rodoviário, via Canguaretama (338 km); via João Câmara (365 quilômetros).

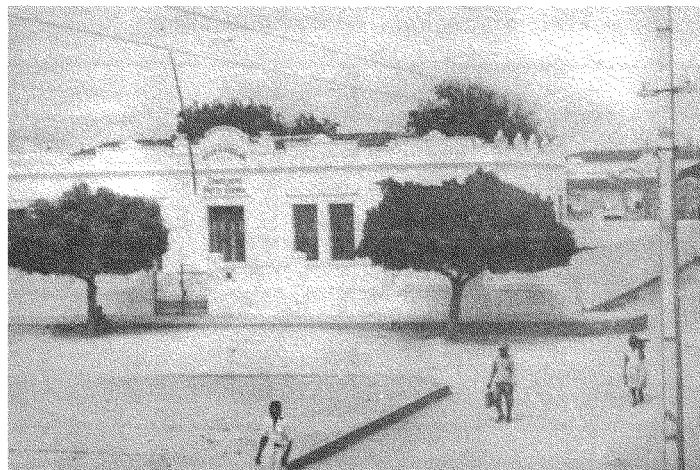
Maternidade D. Sarah Kubitschek

COMÉRCIO — Através de seu pôrto, que serve a rica zona sertaneja do oeste do Estado, Areia Branca exporta óleo de oiticica, algodão, cêra de carnaúba, gêsso e, principalmente, sal, não só o produzido no município como, também, o dos municípios de Mossoró e Grossos.

Mantém transações comerciais com diversos países e várias Unidades da Federação.

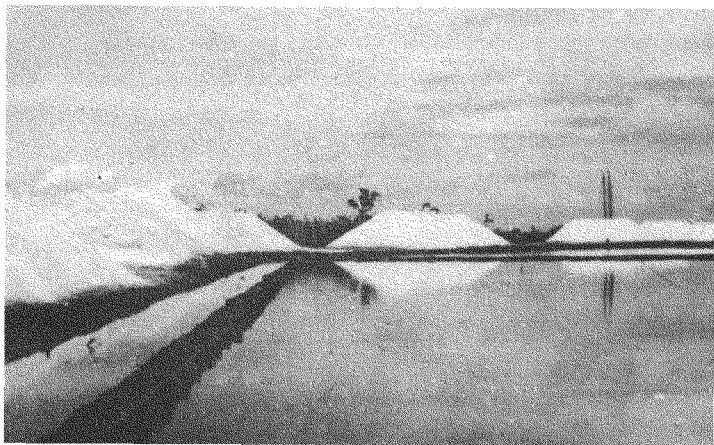
É feita regular exportação de sal para as praças de João Pessoa, Recife, Salvador, Santos, Rio de Janeiro, Rio Grande e Pôrto Alegre. Entre os produtos importados figuram gêneros alimentícios, tecidos, artigos manufaturados, oriundos, principalmente, de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Campina Grande. Em 1957, existiam 19 estabelecimentos comerciais atacadistas e 215 varejistas.

ASPECTOS URBANOS — Areia Branca possui 3 praças e 22 ruas calçadas a paralelepípedos, estando em prosseguimento a pavimentação de outros logradouros públicos. Possui rêde telefônica, cêrca de 40 aparelhos em 1.º de janeiro de 1957, e é abastecida de energia elétrica pela Usina Elétrica Municipal, que produziu, em 1956, 152 987 kW, distribuídos entre iluminação pública e 680 habitações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município conta com 6 ambulatórios: Prefeitura Municipal, Pescadores, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, Serviço Social da Indústria e Instituto Nacional do Sal. Encontram-se 2 médicos no exercício da profissão.

Grupo Escolar Conselheiro Britto Guerra

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 51%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

Ensino — Em 1956 existiam 37 unidades de ensino primário fundamental comum.

Serviço Telefônico Municipal

Salina Augusto Severo

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	2 665	2 664	3 000
Tributária	1 458	1 457	1 487
Despesa fixada	2 665	2 664	3 000
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	2 233	2 981	3 162
Tributária	1 215	1 393	1 454
Despesa realizada	2 296	2 930	3 162

ARÊS — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

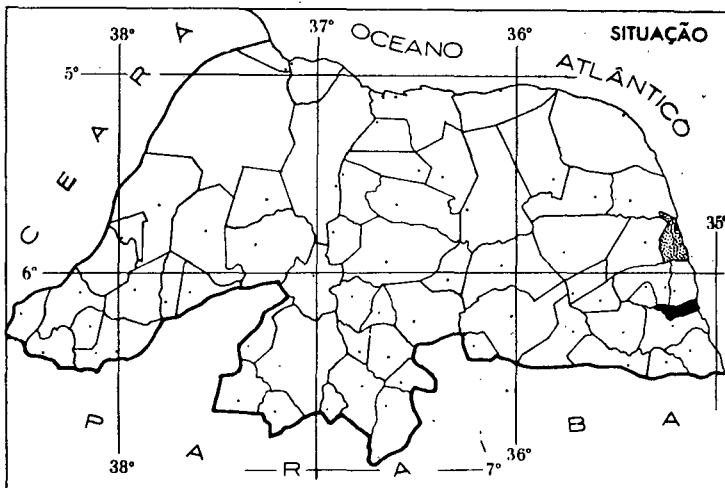
HISTÓRICO — Segundo alguns autores, deve-se o nome Arês a um português que habitou em época desconhecida a região, batizando-a assim em homenagem a uma vila do Alentejo, em Portugal.

Conta a tradição que Arês foi inicialmente uma aldeia de índios, cujo chefe se chamava Jacumaúma. Os componentes dessa tribo pertenciam a um núcleo indígena que vivia em Papari, do qual se desligaram, estabelecendo-se às margens do rio Jacu, próximo do local hoje denominado Estivas. Êsses índios, por Decreto governamental de 1850, foram considerados nacionais.

Conta-se ainda que os holandeses foram os primeiros elementos brancos a visitar a região de Arês, localizando-se numa ilha existente na lagoa de Guaraíras, onde construíram fortificações. Essa ilha, em que foram derrotadas, pelos portuguêses, as fôrças holandesas, recebeu o nome que até hoje conserva — ilha do Flamengo. Após a expulsão dos holandeses, os padres Jesuítas fundaram ali a Missão de São João Batista, construindo em 1659 a Matriz e o convento de Arês, ainda hoje existentes.

O município foi criado em 15 de junho de 1760, com o nome de Vila Nova de Arês. Criada a vila de Goianinha a 7 de agôsto de 1832, suprimiu-se a de Arês, que passou a integrar o território da nova vila. A 8 de agôsto de 1855, foi novamente restaurado pela resolução provincial n.º 318. A Lei provincial de 21 de abril de 1862 de novo o suprimiu, reincorporando-o à Goianinha. A Lei n.º 559, de 16 de dezembro de 1864, desmembrou-o de Goianinha e incorporou-o ao município de Papari. A 11 de dezembro de 1876, a Lei n.º 778 restaurou Arês em sua categoria de vila e sede de município. O Decreto n.º 457, de 29-III-1938 (em virtude do Decreto-lei federal n.º 311, de 2-III-1938) concedeu à vila de Arês foros de cidade.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, Arês é constituído de um único distrito — o da sede.

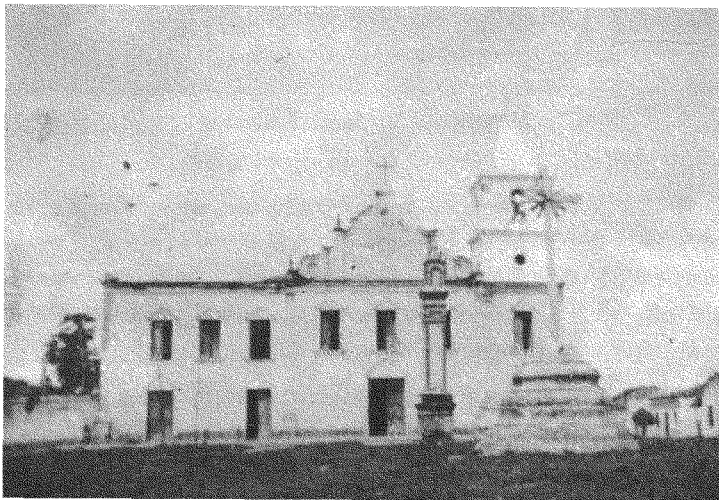
LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Litoral. A sede municipal, que dista 48 km em linha reta de Natal — direção 5° 39' E.S. — possui as seguintes coordenadas geográficas: 6° 12' de latitude Sul e 35° 10' de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 4 metros.

CLIMA — No município o clima é temperado.

ÁREA — A área do município é de 131 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950, Arês registrou 6 673 habitantes, dos quais 3 443 homens e 3 330 mulheres. Localizavam-se no quadro rural 72% da sua população.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 6 796 habitantes.

Vista do Convento municipal

Vista parcial da Usina Estivas S.A.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana — a do distrito-sede, com 1 899 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A "agricultura e pecuária" é o ramo de atividade que reúne o maior número de pessoas no município. A agricultura é pouco desenvolvida, sendo a cana-de-açúcar o principal produto da safra aresense. A produção agrícola em 1955 pode ser discriminada do modo seguinte:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	20 400	4 080
Côco-da-baía	Cento	6 720	995
Mandioca	Tonelada	983	592
Batata-doce	»	440	308

A pecuária, onde predomina o gado vacum, tem destacada importância para a economia local. Não vem apresentando, porém, o desenvolvimento desejado, não obstante as boas pastagens existentes, sobretudo nas margens das lagoas. Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	6 000	24 000
Eqüinos	1 500	1 500
Asininos	400	200
Muares	500	750
Suínos	3 000	2 400
Ovinos	600	240
Caprinos	1 000	300

Arês exporta gado para a Capital do Estado. A indústria limita-se exclusivamente à fabricação de açúcar, aguardente, farinha de mandioca, polvilho. Em 1955, o município contava com 29 estabelecimentos industriais, que ocupavam 339 operários e apresentaram uma produção cujo valor ascendeu a 534 milhares de cruzeiros. A pesca praticada no Atlântico e, sobretudo, na lagoa Guaraíras constitui outra importante atividade da população local.

MEIOS DE TRANSPORTE — Arês é servida pela Estrada de Ferro Sampaio Correia, que a liga à capital do Estado.

Liga-se às cidades vizinhas e a Natal por meio de rodovias: 1) Goianinha (13 km); 2) São José de Mipibu (17 km); 3) Nísia Floresta (21 km); 4) Natal (56 km)

COMÉRCIO — Arês mantém transações comerciais com Natal, Goianinha, Canguaretama, João Pessoa e Recife. Entre os produtos importados figuram tecidos, farinha de trigo, sal, manteiga, café, etc. Exporta, principalmente para a capital do Estado, produtos agrícolas e gado. Existem 39 estabelecimentos comerciais varejistas.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 25%, quota observada naquele ano (calculada sôbre as pessoas de 10 anos e mais).

Ensino — Em 1956 havia 17 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1952-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1952	506	448	85	496
1953	579	805	122	779
1954	495	563	53	584
1955	1 385	674	37	659
1956	1 584	1 138	141	793

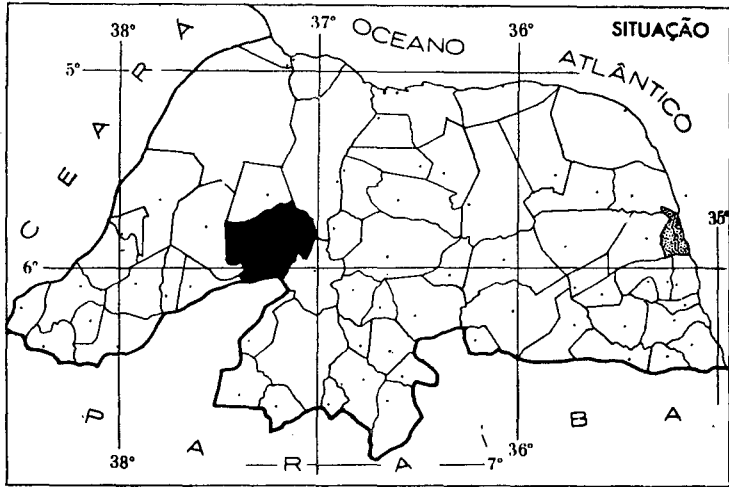
AUGUSTO SEVERO — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes da região foram os índios pêgas. Augusto Severo recebeu os primeiros povoadores por volta de 1750, quando o local ainda era conhecido pela denominação de Campo Grande — denominação decorrente das extensas campinas situadas à margem esquerda do rio Upanema. Nessa época estabeleceu-se na região um português chamado Gondim, lançando os primeiros fundamentos de fazendas de criar. A exploração pecuária foi posteriormente transferida a João do Vale Bezerra, fundador da capela de Nossa Senhora de Santana, atual matriz de Augusto Severo.

A Lei n.º 114, de 14 de setembro de 1858, criou o município com a primitiva denominação de Campo Grande e o território desmembrado do de Açu. Interêsses políticos, entretanto, fizeram com que fôsse derrogada, em 1868, a Lei de investidura, passando Campo Grande a simples categoria de distrito do município recém-criado de Caraúbas. A Lei n.º 613, de 30 de março de 1870, restaurou o município, com a denominação Triunfo. Em 28 de agôsto de 1903, a Lei n.º 191 deu-lhe o nome atual, em homenagem ao inventor norte-rio-grandense.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de dois distritos: Augusto Severo e Paraú.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão do oeste. A sede municipal, que dista 234 km em linha reta de Natal — direção 87° 15' S.O. — possui as seguintes coordenadas geográficas: 5° 51' 51" de latitude Sul e 37° 18' 44" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 65 metros a altitude da sede municipal.

CLIMA — O clima é quente, amenizado durante o inverno. Precipitação total no ano, altura total — 1 022 mm.

ÁREA — A área do município mede 1 405 km².

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950, Augusto Severo registrou 16 536 habitantes, dos quais 8 244 homens e 8 292 mulheres. De sua população, 91% localizavam-se no quadro rural. Posteriormente o município sofreu desmembramento do distrito de Upanema, que contava, naquela data, 5 189 habitantes.

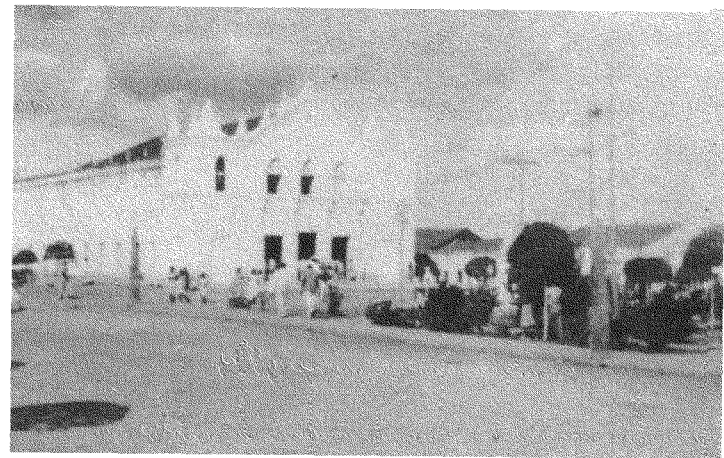
Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 12 257 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existem duas aglomerações urbanas — a do distrito-sede, com 548 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano) e a recentemente criada vila de Paraú, com cêrca de 600 habitantes, em 1956.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A "agricultura e pecuária" é o ramo de atividade que reúne maior número de pessoas no município.

A agricultura apresenta-se razoàvelmente desenvolvida, principalmente a lavoura do algodão; a pecuária, onde predomina o gado vacum, tem destacada importância para a economia local.

Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 15 013 milhares de cruzeiros e assim estavam discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	33 900	4 557
Melancia	Fruto	2 385 000	4 293
Batata-doce	Tonelada	2 100	2 520
Feijão	Saco 60 kg	8 600	1 290
Milho	» » »	8 620	1 138
Arroz	» » »	5 760	1 037

Igreja-Matriz Municipal

Quanto à pecuária, Augusto Severo, que dispõe de excelentes pastagens, é dos municípios rio-grandenses do norte onde mais se tem cuidado da melhoria dos rebanhos. A população pecuária é das maiores do Estado e estava assim discriminada em 1956:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	31 300	100 160
Eqüinos	2 600	4 680
Asininos	4 000	1 200
Muares	840	1 848
Suínos	16 000	9 280
Ovinos	29 800	5 960
Caprinos	13 700	2 603

O município exporta gado em quantidades apreciáveis para Natal, Currais Novos, Mossoró e Areia Branca. Em 1956 foram exportados 7 100 bovinos, 4 500 suínos e 4 000 caprinos.

A indústria é pouco desenvolvida, resumindo-se na fabricação de produtos alimentares: queijo, manteiga e massas alimentícias.

Em 1955 o município contava 4 estabelecimentos industriais, que ocupavam 8 operários e apresentaram produção cujo valor ascendeu a 61 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à Capital do Estado por meio de rodovias: 1) Upanema (28 km); 2) Açu (61 km); 3) São Rafael (54 km); 4) Jucurutu (60 km); 5) Brejo da Cruz (84 km); 6) Patu (56 km); 7) Caraúbas (33 km); 8) Natal (279 quilômetros).

COMÉRCIO — Augusto Severo mantém transações comerciais com Natal, Campina Grande, Mossoró e Recife. Exporta produtos agrícolas e, notadamente, gado. Entre os produtos importados figuram tecidos, artigos manufaturados e bebidas.

Em 1956 existiam 23 estabelecimentos comerciais varejistas.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 32%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas presentes de 10 anos e mais).

Ensino — Em 1956 havia 16 unidades de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	554	634	648
Tributária	51	44	45
Despesa fixada	554	634	648
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	568	658	...
Tributária	46	67	...
Despesa realizada	574	621	...

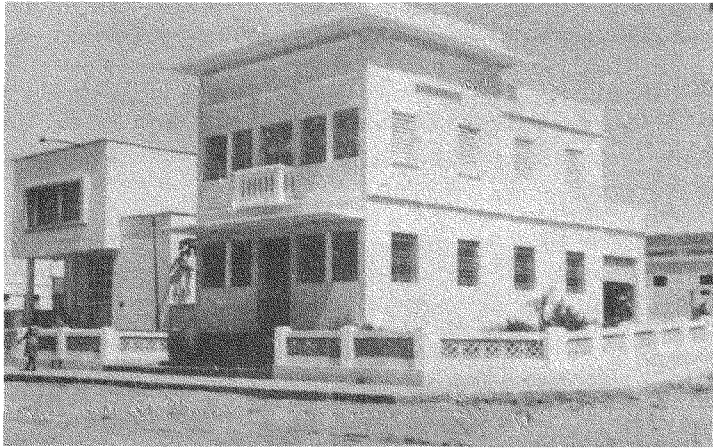
Praça Dr. José Augusto

CAICÓ — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A história do povoamento de Caicó está intimamente ligada à de tôda a região do Seridó e à de alguns municípios do Estado da Paraíba. Acredita-se que os primeiros fundamentos da colonização tenham sido lançados por volta de 1700, quando batedores paraibanos penetraram na região para dar caça aos índios caicós, que habitavam nas proximidades da confluência do rio Barra Nova com o Seridó. Expulsos os indígenas, vieram os plantadores de fazendas, surgindo então os primeiros núcleos demográficos, inteiramente voltados para a criação de gado bovino.

Aos primeiros povoadores do Seridó não passou despercebido a riqueza da terra em pastagens e aguadas. Requeridas às primeiras datas e espalhada a notícia da descoberta de uma nova região propícia à criação, acorrem para o local paraibanos, pernambucanos e portuguêses, a fim de situarem seus gados na terra conquistada. Entre os povoadores mais antigos registram-se os nomes do capitão Inácio Gomes da Câmara, Manoel de Sousa Fortes e tenente José Gomes Pereira.

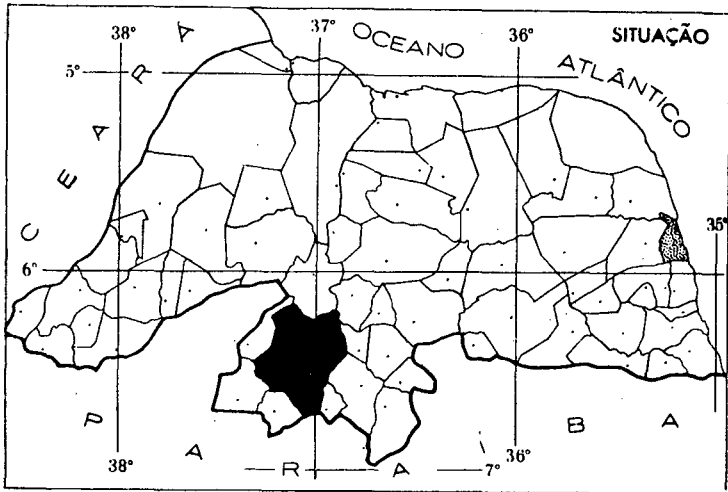
Em 1748, quando tôda a região do Seridó ainda pertencia à freguesia de Piancó (Paraíba), já era conhecida a povoação também denominada Seridó, possìvelmente situada no local em que mais tarde se assentaria a cidade de Caicó. Essa povoação, que parece ter sido a mais antiga do município, é citada em carta dirigida ao Governador de Pernambuco, datada de 1787, e que defendia a elevação do povoado a município. A êsse tempo, a povoação já era sede de distrito administrativo, criado por Alvará de 1748, e era denominada, também, Caicó.

Agência do Banco Rural do município, à esquerda a Agência dos Correios e Telégrafos

A tradição oral revela inúmeras lendas sôbre o nascimento de Caicó. Uma delas, a mais interessante, é a seguinte: "Quando o sertão era virgem dos pés brancos, a tribo dos caicós, de uma ferocidade terrível, julgava-se invencível, porque seu deus, Tupã, ali vivia incarnado num touro selvagem que morava num intrincado mofumbal, onde se encontra hoje edificada a cidade de Caicó. No entanto, a tribo foi exterminada na guerra dos silvícolas, permanecendo intacto o mofumbal com seu deus. Certo dia um vaqueiro inexperiente e indiscreto, tendo penetrado o mofumbal, sentiu-se repentinamente atacado pelo touro bravio e sagrado que, com certeza, iria exterminá-lo se não tivesse no momento tido a lembrança de prometer a Sant'Ana construir uma capela com sua invocação, caso fôsse livre de tão grande perigo. Como por encanto, o touro desapareceu. Alcançado o milagre, o vaqueiro destruiu a mata e iniciou, logo, a construção do templo prometido".

Catedral Municipal

O distrito foi criado por Alvará de 1748. A criação do município foi determinada pela Ordem Régia de 22 de julho de 1766, e executada pela Ordem do Govêrno, de 28 de abril de 1788, recebendo a nova comuna a designação de Vila Nova do Príncipe. A Lei provincial n.º 612, de 16 de dezembro de 1868, concedeu foros de cidade à sede do município de Vila Nova do Príncipe, o qual tomou o nome de Seridó, em face do Decreto estadual n.º 12, de 1.º de fevereiro de 1890, e o de Caicó por fôrça do Decreto estadual n.º 33, de 7 de julho dêsse ano.

Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de dois distritos: Caicó e São Fernando.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona do Seridó e sua sede dista, em linha reta, 223 quilômetros da capital Estadual — Direção — 69º 52' S.O. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 6º 27' 45" de latitude Sul e 37º 05' 45" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

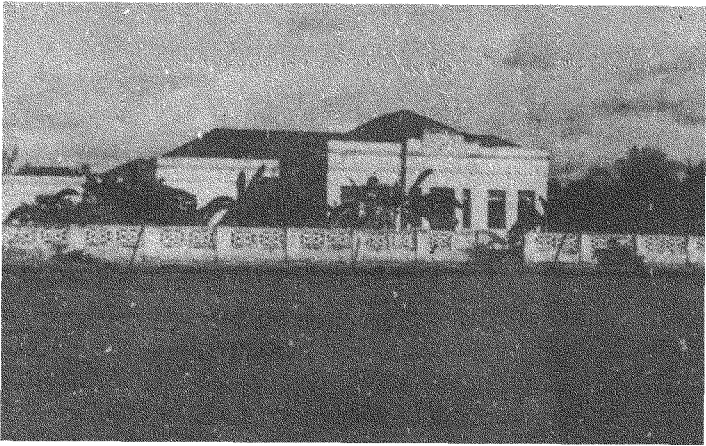
ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 135 metros.

CLIMA — Quente, sêco e salubre, o clima. A temperatura varia, via de regra, entre 22 e 37 graus centígrados. Precipitação anual, altura total: 546 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 1 842 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950 existiam no município 24 214 habitantes: 11 813 homens e 12 401 mulheres. Da população, 68% localizavam-se no quadro rural. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 26 859 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existem no município duas aglomerações urbanas. O Censo de 1950 dá apenas a população da cidade de Caicó — 7 755 habitantes. O distrito de São Fernando foi criado em 1954.

Ginásio Diocesano Municipal

Maternidade Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No Recenseamento de 1950, 69% das pessoas econômicamente ativas concentravam-se no ramo agropecuário. Neste ramo destaca-se a pecuária, a principal fonte de riqueza de Caicó, que é grande produtor de carne-sêca.

Com base no Censo Agrícola de 1950, dos 158 294 hectares dos estabelecimentos agropecuários do município, 105 714 hectares eram utilizados como pastagens.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	20 600	82 400
Eqüinos	1 200	3 000
Asininos	1 800	450
Muares	1 500	4 500
Suínos	9 100	2 548
Ovinos	31 800	7 950
Caprinos	28 000	7 000

Os principais produtos de origem animal apresentaram, em 1955, as seguintes cifras: carne verde de bovino — 478 305 quilogramas; carne verde de suíno — 82 880 quilogramas; carne verde de ovino — 46 788 quilogramas; toucinho fresco — 592 000 quilogramas; couro sêco do gado bovino — 38 973, valendo 716 146 milhares de cruzeiros.

Em 1955, os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Banana	Cacho	196 500	7 860
Algodão	Arrôba	579	5 211
Feijão	Saco 60 kg	2 840	767
Batata-doce	Tonelada	680	612
Arroz	Saco 60 kg	1 800	432

Indústrias — O Registro Industrial de 1955 informa que o município possuía 25 estabelecimentos, nos quais trabalhavam 115 pessoas e cujo valor da produção atingia 2 372 milhares de cruzeiros.

A indústria de Caicó compõe-se de estabelecimentos de beneficiamento de algodão, arroz e milho, preparo de couro, produção de óleos vegetais e cal.

A indústria extrativa vegetal constitui-se pràticamente da oiticica. Em 1955 foram extraídos 95 200 quilogramas de semente de oitica, no valor de 95 milhares de cruzeiros. A extração de origem mineral é representada pelo calcário, para fabricação de cal, e pela xilita.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à capital Estadual por estradas de rodagem: 1) Cruzeta (42 quilômetros); 2) Florânia (72 quilômetros); 3) Jardim de Piranhas (34 quilômetros); 4) Jardim do Seridó (47 quilômetros); 5) Jucurutu (57 quilômetros); 6) Ouro Branco (47 quilômetros); 7) Santa Luzia (90 quilômetros); 8) São João do Sabugi (43 quilômetros); 9) Serra Negra do Norte (55 quilômetros); capital Estadual (280 quilômetros).

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Caicó mantém transações com as praças de Natal, Mossoró, Campina Grande e Recife. Importa gêneros alimentícios, tecidos, medicamentos, ferragens, louças, sal, açúcar, bebidas, máquinas de costura. Exporta carne-sêca, algodão, oiticica, batata-doce, feijão e couros.

Conta o município 137 estabelecimentos de comércio varejista e 7 de atacadista. Dispõe de um banco e de uma agência bancária.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Caicó possui 19 logradouros públicos calçados a paralelepípedos, sendo 9 inteiramente e 10 parcialmente. Existem 1 040 ligações elétricas, bem assim 1 hotel, 2 pensões e 1 cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população por um hospital, com 40 leitos disponíveis, 5 farmácias, 6 médicos, 6 dentistas e 2 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 45% das pessoas de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

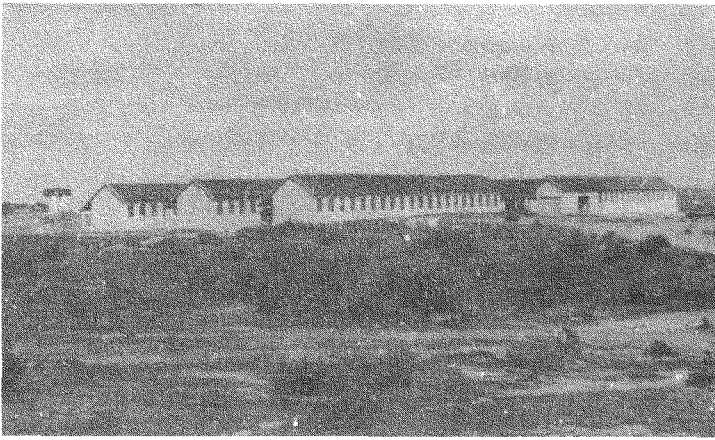
Ensino — No início do ano letivo de 1957, matricularam-se 3 229 alunos nos estabelecimentos de ensino primário fundamental comum e 459 nos estabelecimentos de ensino não primário.

O município é dotado de 59 unidades escolares de ensino primário, 3 do ensino secundário, 1 de normal, 1 de comercial, 1 de doméstico e 1 de profissional.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1950-1956, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	602	1 252	1 303	809	979
1951	1 060	1 770	3 569	396	1 673
1952	1 220	2 499	2 711	1 374	2 701
1953	1 165	2 266	2 706	1 694	1 069
1954	1 123	2 427	4 272	1 751	2 367
1955	1 437	3 210	3 737	1 877	3 696
1956 (2)	—	—	2 062	723	2 062

(1) Em face de a Coletoria do município ter sob sua jurisdição os municípios de Jucurutu, Jardim de Piranhas, Serra Negra do Norte e São João do Sabugi, e não haver registro discriminado por município, foi informada no quadro acima, a receita arrecadada nos 5 municípios. Todavia, aquela repartição afirmou que cêrca de 50% da receita se refere ao município de Caicó — (2) Orçamento.

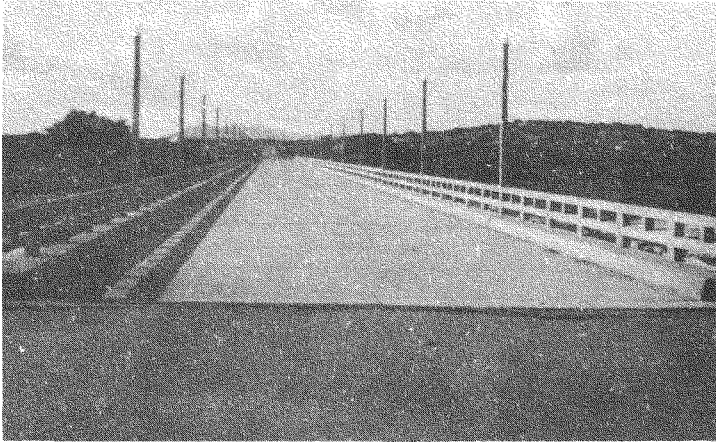
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem no município duas bibliotecas: "Olegário Vale", com 6 261 volumes, e "Professor Pedro Gurgel", com 1 019 volumes. Conta Caicó um jornal — "A Fôlha" —, órgão noticioso e informativo, de circulação semanal.

Instalações do Quartel do 1.º Batalhão Rodoviário

EFEMÉRIDES E FESTAS POPULARES — No último domingo do mês de julho realiza-se em Caicó a festa de Nossa Senhora de Santana, padroeira do município, e no mês de outubro a festa de Nossa Senhora do Rosário, ou dos Negros do Rosário, como é denominada no local. Nesta última os negros dançam pelas ruas, "assaltam" residências, coroam o rei e a rainha do ano e, por fim, carregam em procissão a imagem de Nossa Senhora do Rosário.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Na sede municipal faz-se, aos sábados, uma feira, das mais famosas no interior do Estado.

No município há dois açudes: Itans e Mundo Novo. O primeiro, construído sôbre o leito do rio Barra Nova, cobre 3 014 hectares e tem capacidade para 81 milhões de metros cúbicos. O segundo, sôbre o leito do riacho Pedra Branca, cobre 275 hectares e sua capacidade atinge 3 599 400 metros cúbicos.

O município possui o Pôsto Agrícola de Itans, para irrigação da lavoura da bacia do Itans e fornecimento de sementes e mudas selecionadas; o Pôsto Agropecuário de Caicó, para favorecer o desenvolvimento da agricultura e da pecuária; e o Pôsto de Vigilância Sanitária Animal, para assistência veterinária dos rebanhos, defendendo-os das doenças infecto-contagiosas e parasitárias.

Como obras importantes, conta o município a Ponte "Soldado Francisco Dias", sôbre o rio Seridó, com 200 metros de comprimento, recém-construída pelo 1.º Batalhão Rodoviário, ali sediado, e as obras do Serviço de Água de Caicó. E como planos e tentativas governamentais, registramos a pavimentação a asfalto da estrada Caicó—Natal, já iniciada.

Ponte "Soldado Francisco Dias", sôbre o rio Seridó, na estrada Caicó—Jucurutu

O município não possui pròpriamente emprêsas telegráficas. Todavia, existem em Caicó a Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, a Estação Radiotelegráfica da Polícia Militar (PYV-4) e a Estação Radiotelegráfica do 1.º Batalhão Rodoviário (PTR-2E), a primeira de uso público e as duas últimas de uso privativo.

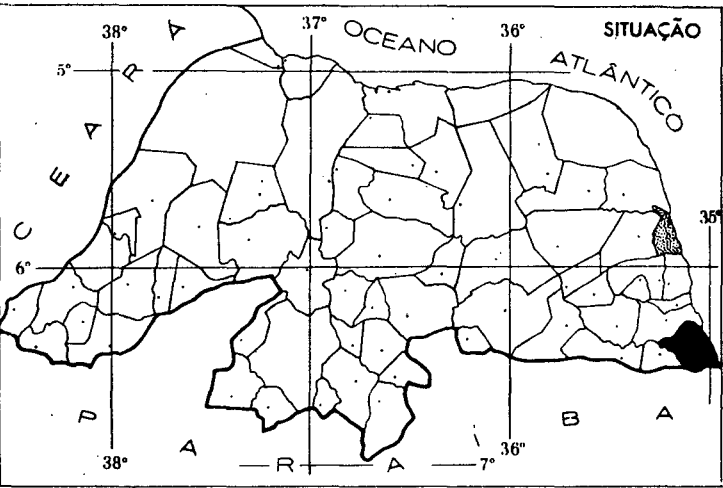
CANGUARETAMA — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O território do município era habitado, até meados do século XVIII, por uma tribo de índios denominados paiaguaias. O primeiro núcleo colonizador foi a aldeia Gramació, fundada em 1743 por um jesuíta, padre André do Sacramento, e situada à margem esquerda e acima uma légua da barra do rio Cunhaú. A aldeia Gramació foi elevada a vila, com o nome de Vila Flor, e instalada em 1769, pelo Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, em obediência à Carta Régia de 3 de maio de 1755, que mandava transformar em vilas os antigos aldeamentos indígenas.

O município, no estado atual de sua organização, representa a fusão de Vila Flor e Cunhaú, antigo centro de atividades políticas. Com a expulsão dos missionários, a sede municipal foi transferida para o povoado de Uruá, elevada a município pela Lei n.º 567, de 19 de julho de 1858, com o nome de vila Canguaretama. A Lei provincial n.º 955, de 16 de abril de 1885, elevou à categoria de cidade a sede do município de Canguaretama.

Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de três distritos: Canguaretama, Baía Formosa e Vila Flor.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Litoral. A sede municipal, que dista 70 quilômetros em linha reta de Natal — direção 6º 57' S.E. — possui as seguintes coordenadas geográficas: 6º 23' de latitude Sul e 35º 08" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 40 metros.

CLIMA — Clima frio, úmido no inverno.

Prefeitura Municipal

ÁREA — A área do município mede 535 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950, Canguaretama registrou 12 610 habitantes, dos quais 6 100 homens e 6 650 mulheres. De sua população, 78% localizavam-se no quadro rural. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 14 078 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existem três aglomerações urbanas: Canguaretama, Vila Flor e Baía Formosa. Canguaretama e Vila Flor contavam, na data do Censo, 3 009 e 450 habitantes, respectivamente (quadros urbanos e suburbano). Não se dispõe de dados para o distrito de Baía Formosa, criado recentemente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A extração de sal marinho e a pesca são as principais atividades da população local. A agricultura e a pecuária, apesar das excelentes terras e pastagens existentes no município, são pouco desenvolvidas.

Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 5 205 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Côco-da-baía	Cento	5 700	1 140
Cana-de-açúcar	Tonelada	3 800	950
Feijão	Saco 60 kg	1 600	720
Mandioca	Tonelada	1 473	556
Agave	Tonelada	107	426

Grupo Escolar "Fabrício Maranhão"

Coletoria Estadual

A população pecuária é uma das menores do Estado. Em 1956, estavam assim discriminados os rebanhos do município:

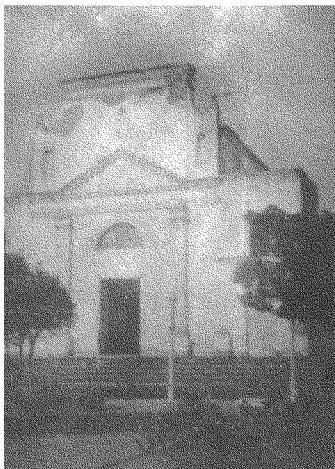
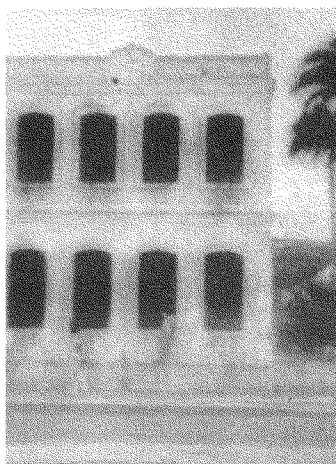
POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	2 900	11 600
Eqüinos	350	700
Asininos	230	115
Muares	450	1 800
Suínos	800	560
Ovinos	750	165
Caprinos	800	160

A extração de sal marinho e a pesca, como já foi assinalado, são as principais atividades da população de Canguaretama.

Em 1956, a produção de sal foi de 19 170 toneladas, no valor de 2 876 milhares de cruzeiros; a do pescado atingiu 620 toneladas valendo 4 755 milhares, ou seja, 13% do valor da produção de todo o Estado.

Em 1955, o município contava com 42 estabelecimentos industriais que ocupavam 428 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 851 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Sampaio Correia. O entroncamento desta ferrovia com a Rêde Ferroviária do Nordeste, na cidade de Nova Cruz, permite a ligação do município desde Natal até o Recife.

Por meio de rodovias, Canguaretama comunica-se com os municípios vizinhos, inclusive o de Mamanguape, na Paraíba.

Igreja-Matriz Municipal

Escola Comercial do município (em fase de reconstrução)

COMÉRCIO — O comércio no município não é desenvolvido. Quase todo o seu movimento mercantil é feito à base de exportação de sal marinho.

Existem 42 estabelecimentos comerciais varejistas, 1 atacadista e 6 estabelecimentos dedicados ùnicamente à exportação de sal.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 18%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

Ensino — Em 1956 havia 12 unidades de ensino primário fundamental comum.

Vista parcial da Praça Augusto Severo

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	796	964	1 010
Tributária	300	413	450
Despesa fixada	796	1 332	1 347
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	957	1 111	1 417
Tributária	364	426	443
Despesa realizada	959	1 089	1 211

CARAÚBAS — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O território do município começou a ser devassado em fins do século XVII, quando era então habitado pelos índios potis, cuja aldeia se localizava nas imediações da lagoa Apanha-Peixe.

O primeiro povoador, segundo reza a tradição, foi Baltazar Nogueira, filho de Manoel Nogueira, fundador de Apodi. Estabelecendo uma fazenda de gado às margens da lagoa Apanha-Peixe, construiu, para defender-se dos ataques dos índios, uma casa forte, cujo local conserva ainda êsse nome. A fazenda de Baltazar Nogueira foi saqueada e incendiada pelos índios na ausência de seu proprietário, quando teve que empreender uma viagem a Pernambuco.

Caraúbas tem como fundador o tenente-general Francisco de Souza Falcão, fidalgo português, que ali se estabeleceu, fundando a fazenda Cachoeira, na sesmaria do mesmo nome, adquirida por compra de Félix da Cruz.

Souza Falcão, numa de suas viagens a Pernambuco, onde se casara, trouxe dois sobrinhos da espôsa, Manoel da Cunha Pereira e Leandro da Cunha Bezerra Cavalcante. Pouco tempo depois de sua chegada na Fazenda Cachoeira, Leandro casou-se com sua prima Ana, filha de Souza Falcão. Após o casamento, fundou, por ordem de seu sogro, uma fazenda no Riacho das Caraúbas, data de terras que havia sido concedida a Souza Falcão. Corria então o ano de 1780.

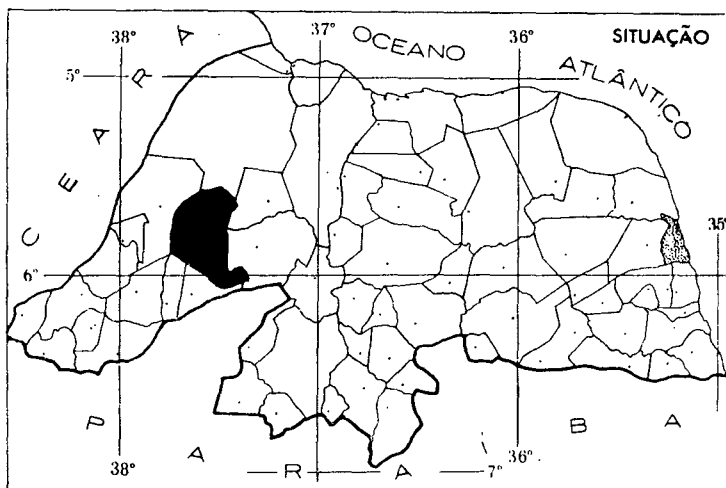
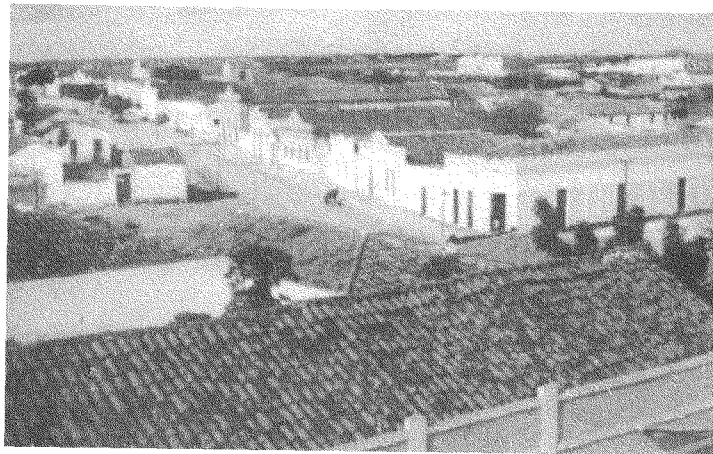
Em 1791 uma grande sêca ameaçou exterminar o gado da região. Leandro, devoto de São Sebastião, prometeu construir uma capela para o Santo se surgisse água franca para a manutenção de sua fazenda. Cavando então um poço perto do riacho, viu surgir água franca, que nunca mais secou, passando o local a chamar-se "Poço de São Sebastião".

Construída a capela, as romarias e as festas religiosas, realizadas em honra do santo mártir, atraíam para o local grande número de fiéis, que vinham até mesmo dos mais distantes sertões. Daí, teve origem o município.

A sede da fazenda de Leandro estava situada nas imediações do riacho Caraúbas, próxima a um bosque de caraùbeiras. Como a fazenda não tivesse nome, os vaqueiros da região, depois de construída a Capela, quando se dirigiam ao local, diziam que iam para "as Caraúbas"; assim, ficou denominado o município.

O distrito foi criado pela Lei provincial n.º 408, de 1.º de setembro de 1858. A Lei provincial n.º 601, de 5 de março de 1868, criou o município, com território desmembrado do de Apodi, ocorrendo sua instalação a 22 de janeiro de 1869. A Lei estadual n.º 372, de 30 de novembro de 1914, concedeu a Caraúbas foros de cidade.

Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de dois distritos: Caraúbas e Janduís.

LOCALIZAÇÃO — Caraúbas situa-se na Zona Fisiográfica do Oeste e sua sede dista, em linha reta, 261 quilômetros da capital estadual. Direção — 89° 11' S.O. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 5° 47' 46" de latitude Sul e 37° 33' 36" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista aérea da cidade

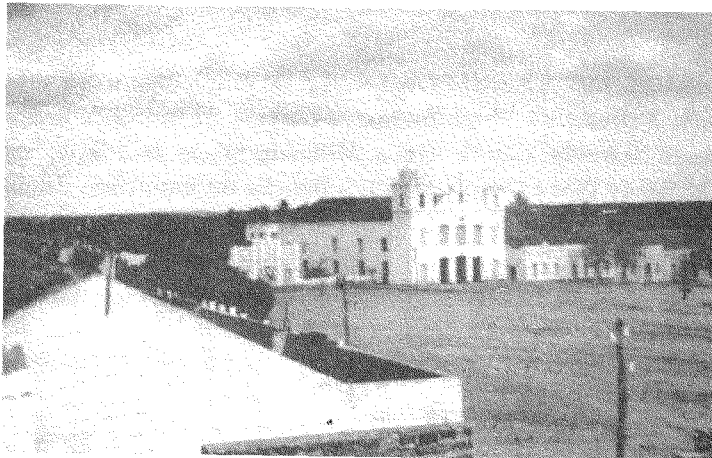
ALTITUDE — E' de 180 metros, a altitude da sede municipal.

CLIMA — Tem Caraúbas clima salubre; quente e sêco no verão e temperado no inverno. No verão, devido às brisas do nordeste que sopram constantemente, as noites são frescas.

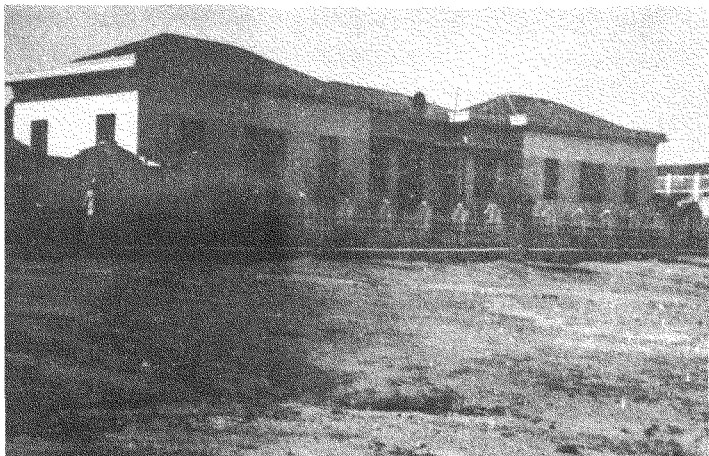
ÁREA — A área do município é de 1 373 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950 o município registrou 15 409 habitantes: 7 568 homens e 7 841 mulheres. Da população, 74% localizam-se no quadro rural.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 17 448 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existem duas aglomerações urbanas — a cidade e 1 vila — com os seguintes efetivos de população (quadros urbano e suburbano); Caraúbas — 1 692; Janduís — 519.

Praça São Sebastião, vendo-se ao fundo a Igreja-Matriz Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No Recenseamento de 1950, 85% das pessoas econômicamente ativas concentravam-se no ramo agropecuário. Neste ramo destaca-se a pecuária, em que realmente se assenta a economia local. As sêcas periódicas, todavia, não têm permitido o franco desenvolvimento dos rebanhos.

São freqüentes nos estabelecimentos dedicados à pecuária as pastagens artificiais, regadas com água dos açudes, Os capins preferidos são o paraíba, o colônia, o andrequicé e o camarona.

Grupo Escolar Antônio Carlos

A espécie do gado bovino mais comum é o produto do cruzamento do crioulo com o zebu, fazendo-se também o cruzamento do gir com o indu-brasil.

Em 31 de dezembro de 1956 assim estavam discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	36 900	110 700
Eqüinos	4 400	8 800
Asininos	5 000	2 500
Muares	2 300	5 750
Suínos	18 900	15 120
Ovinos	30 400	9 120
Caprinos	27 200	8 160

Em 1955, os principais produtos de origem animal foram os seguintes: carne verde de bovino — 63 990 quilogramas; carne verde de suíno — 17 465 quilogramas; carne verde de ovino — 17 328 quilogramas; carne verde de caprino — 19 280 quilogramas; toucinho fresco — 12 475 quilogramas; couro verde de gado bovino — 9 600 quilogramas; couro sêco de gado bovino, pele sêca de ovino e caprino — 1 976 quilogramas. O valor total dessa produção atingiu 3 588 milhares de cruzeiros. Caraúba produziu ainda, no mesmo ano, 960 000 litros de leite, no valor de 3 456 milhares de cruzeiros.

Na agricultura, igualmente prejudicada pelas sêcas periódicas, o principal produto é o algodão, cujo cultivo tem aumentado nos últimos anos.

Em 1955 os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	188 733	22 488
Batata-doce	Tonelada	1 200	1 200
Banana	Cacho	36 000	1 080
Feijão	Saco 60 kg	3 090	464
Milho	» » »	1 420	170
Arroz	» » »	600	132

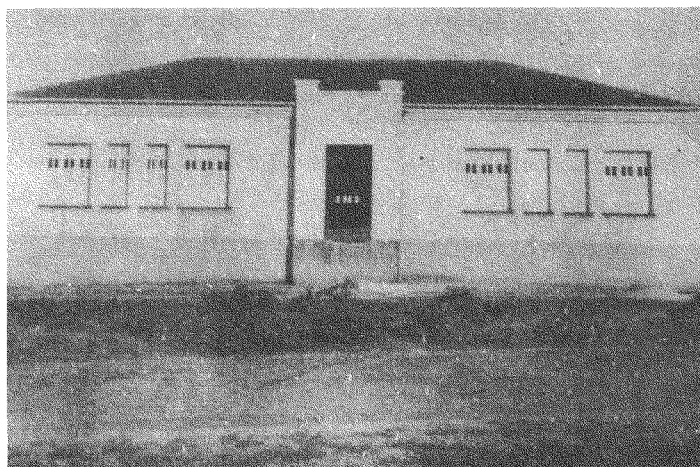
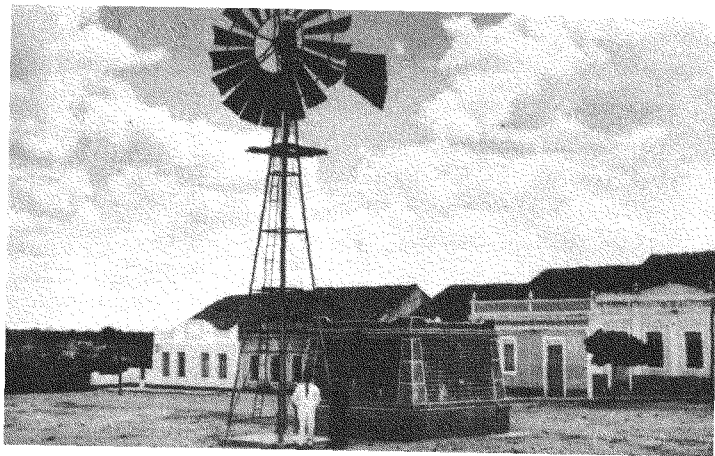
INDÚSTRIA EXTRATIVA VEGETAL — Há no município regular extração de casca de angico, cêra de carnaúba e oiticica. Em 1955 foram produzidos 10 000 quilogramas de casca de angico, 90 de cêra de carnaúba e 120 000 de oiticica, no valor total de 603 milhares de cruzeiros.

Indústria — Os principais estabelecimentos industriais do município dedicam-se ao beneficiamento do algodão e de arroz. O Registro Industrial para 1955 informa que Caraúbas possuía 5 estabelecimentos, nos quais trabalhavam 20 pessoas e cujo valor da produção atingiu 583 milhares de cruzeiros.

Mercado Público Municipal

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à capital estadual pelos seguintes meios de transporte: 1) Apodi — rodovia (37 quilômetros); 2) Augusto Severo — rodovia (33 quilômetros); 3) Martins — rodovia (68 quilômetros); 4) Mossoró — rodovia (80 quilômetros) — ferrovia (83 quilômetros); 5) Patu — rodovia (36 quilômetros) — ferrovia (37 quilômetros). Capital Estadual — rodovia e ferrovia (260 quilômetros). O município é servido pela Estrada de Ferro Mossoró—Souza.

COMÉRCIO E BANCOS — O município mantém transações comerciais com as praças de Mossoró, Campina Grande, Natal, Fortaleza e Recife. Conta Caraúbas com 52 estabelecimentos de comércio varejista e 2 de atacadista. Existe apenas na sede municipal um correspondente do Banco do Brasil.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Caraúbas está assentada num terreno sêco, cujo subsolo é composto de uma camada de rocha, a qual aflora em diversas partes do perímetro urbano, tornando impossível uma arborização exuberante. As ruas são bem traçadas e as construções boas e de aspecto agradável. São os seguintes os principais prédios existentes: Igreja Matriz, Estação da Estrada de Ferro Mossoró—Souza, Mercado Público, Prefeitura Municipal, Cine-teatro São Sebastião, Matadouro Público e Grupo Escolar Antônio Carlos.

Maternidade Municipal (em fase de construção)

Poço Tubular Municipal, localizado na Praça São Sebastião

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 40% das pessoas de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — O Grupo Escolar Antônio Carlos, que conta com 55 unidades do ensino primário fundamental comum, ministra instrução pública às crianças da sede municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	696	800	910
Tributária	152	168	246
Despesa fixada	696	800	910
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	710	918	1 250
Tributária	142	253	270
Despesa realizada	835	912	1 199

EFEMÉRIDES — Há dois feriados municipais — o primeiro consagrado ao padroeiro do município, São Sebastião, no dia 20 de janeiro; e o segundo no dia 30 de agôsto, data de falecimento do coronel Reinaldo Gomes Fernandes Pimenta, grande benfeitor de Caraúbas.

CARNAÚBA DOS DANTAS — RN

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes do território de Carnaúba dos Dantas foram os cariris, índios que dominavam todo o chamado Sertão do Acauã, na região compreendida entre Jardim do Seridó e Currais Novos. Tôda essa região era dominada pelo gentio da nação canindé e janduí, selvagens fortes, que viviam de assaltos e pilhagens. Alimentavam-se de frutos, raízes e mel de abelha. Não tinham pouso certo; andavam o dia inteiro e onde a noite os alcançava, aí dormiam.

O primeiro povoador de que se tem notícia foi o tenente Francisco Fernandes de Souza, que ali residiu por volta de 1700. Depois dêle apareceu Caetano Dantas Correia, falecido no dia 19 de julho de 1797.

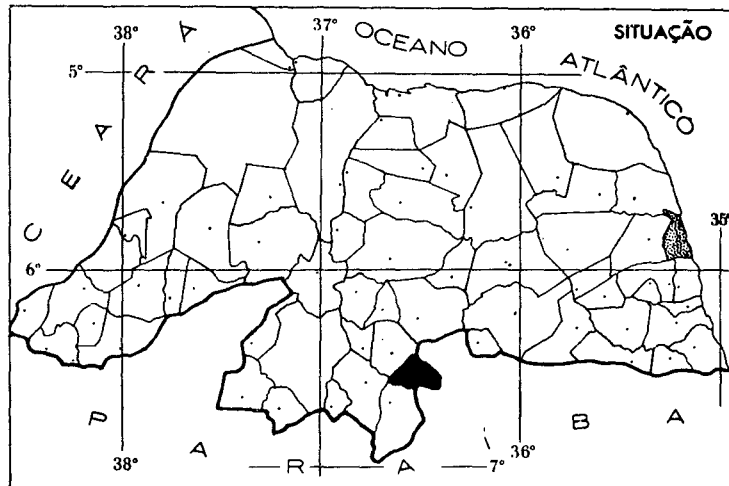
No local onde se ergue a cidade foi criada, em 1897, a primeira feira, que durou pouco mais de um ano, tendo sido restabelecida em 1903.

Em 1900, sob a orientação de Antônio Dantas Maria, descendente de Caetano Dantas Correia, foi construída a atual capela, sob a invocação de São José, em tôrno da qual se formou o povoado.

A denominação de Carnaúba dos Dantas tem origem no fato de haver sido o local onde se encontra a cidade coberto por uma mata de carnaúbas, acrescentando-se o nome Dantas em homenagem ao fundador do município — Caetano Dantas, como é chamado.

Carnaúba dos Dantas inclui-se entre os mais novos municípios do Estado. Foi criado pela Lei estadual número 1 028, de 11 de dezembro de 1953, com território desmembrado do município de Acari.

Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.° de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona do Sertão do Seridó.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é subtropical. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 33; média das mínimas — 27; média compensada — 29.

ÁREA — A área do município é de 371 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento de 1950, Carnaúba dos Dantas tinha 3 473 habitantes, dos quais 1 746 homens e 1 727 mulheres. Os 75% da população localizavam-se no quadro rural.

Prefeitura Municipal

Grupo Escolar Caetano Dantas

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 3 869 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana — a do distrito-sede, com 651 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A "agricultura e pecuária" é o ramo de atividade que reúne o maior número de pessoas ativas no município: cêrca de 85%.

Casa residencial, sita no Hôrto Florestal

Outra residência no Hôrto Florestal

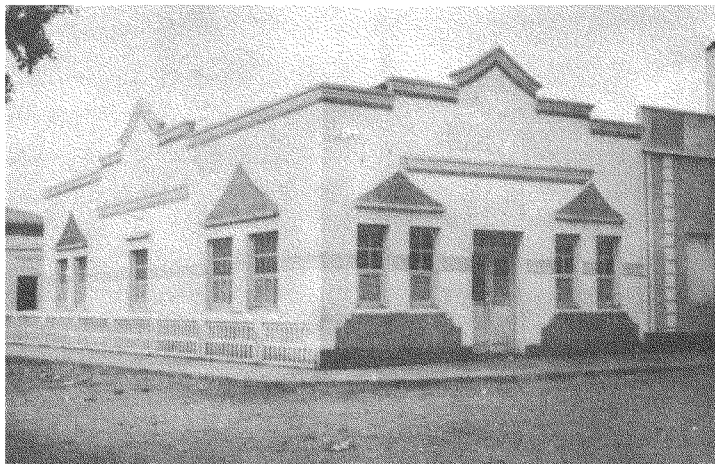
A importância da agricultura na economia local decorre principalmente do cultivo do algodão, que representou em 1955, 95% do valor de tôda a safra municipal.

A produção dos principais produtos agrícolas em 1955 pode ser discriminada do seguinte modo:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	2 175	21 750
Feijão	Saco 60 kg	1 800	522
Milho	» » »	1 400	238
Batata-doce	Tonelada	250	200

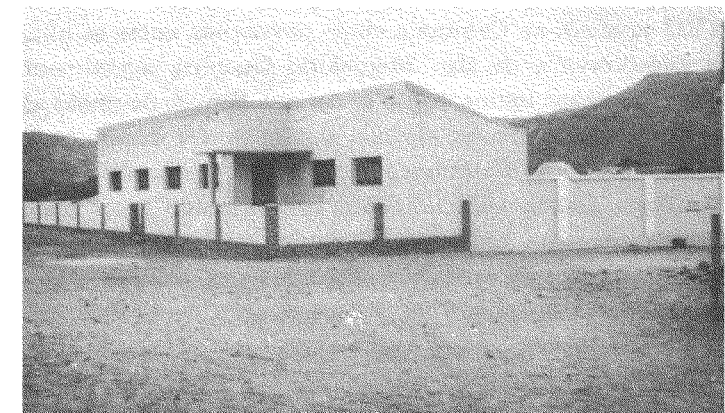
Pôsto fiscal Estadual

A pecuária é pouco desenvolvida, não tendo significado econômico. Em 1956, estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	3 100	10 850
Eqüinos	90	207
Asininos	520	364
Muares	130	260
Suínos	800	640
Ovinos	1 800	468
Caprinos	1 600	416

Biblioteca Pública Donatilla Dantas

A extração de produtos minerais constitui uma das fontes de renda da população carnaubense. Em 1955, a produção de minérios atingiu 4 382 milhares de cruzeiros, assim discriminada:

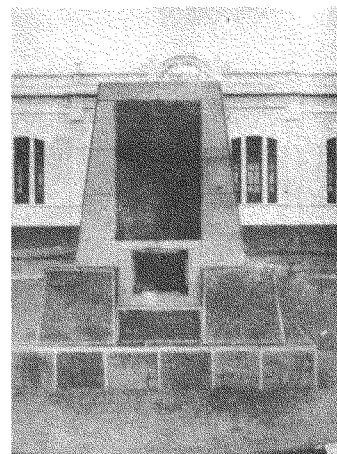
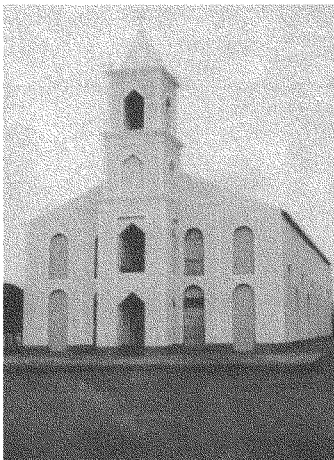
PRODUTOS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$ 1 000)
Xilita	30 000	2 400
Columbita	12 500	1 375
Berilo	71 400	607

MEIOS DE TRANSPORTE — Carnaúba dos Dantas liga-se às cidades vizinhas e à capital Estadual por meio de rodovias: 1) Parelhas — 24 quilômetros; 2) Acarai — 17 quilômetros; 3) Picuí (Paraíba) — 36 quilômetros; 4) Natal — 225 quilômetros.

Pôsto Médico Municipal

COMÉRCIO — O município mantém transações comerciais com Campina Grande e Natal, das quais importa gêneros alimentícios, tecidos e ferragens.

Existem 2 estabelecimentos comerciais atacadistas e 21 varejistas.

ASPECTOS URBANOS — O município não possui logradouros públicos pavimentados. E' abastecido de energia elétrica pela Prefeitura Municipal, existindo 208 ligações.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas seja superior a 38%, quota observada naquele ano, calculada sôbre as pessoas de 10 anos e mais.

Estátua de Caetano Dantas

Capela de São José

Ensino — Em 1955 havia 12 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1954	238	557	549	134
1955	273	669	656	750
1956	479	944	894	910

CEARÁ-MIRIM — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Durante quase cento e cinqüenta anos, de 1611 a 1760, Natal foi o único município da Capitania do Rio Grande do Norte. Na segunda metade do Século XVII existiam na Capitania cinco povoações, entre as quais se encontrava a de São Miguel do Guagiru, inicialmente habitada pelos índios tupis e cariris. Em 3 de maio de 1760 esta povoação foi elevada a vila, com a denominação de Vila Nova de Estremoz, pelo ouvidor Bernardo Coelho da Gama Casco, especialmente comissionado para transformar em vilas tôdas as povoações que haviam estado até então sob a direção da Companhia dos Jesuítas, expulsos por fôrça do alvará de 3 de setembro de 1759.

Estremoz conservou por muitos anos a categoria de vila.

Em 16 de julho de 1855 o deputado José Alexandre Seabra de Melo apresentou à Assembléia Provincial um projeto para transferir a sede do município para a povoação da Bôca da Mata, que seria elevada a município com a denominação de Briosa Vila do Ceará-Mirim. Houve um movimento de protesto contra a iniciativa. Mas outro deputado, Sr. João Maria Júlio Chaves, propôs a supressão do adjetivo Briosa e a 18 de agôsto daquele ano o projeto foi aprovado, sendo a transferência ordenada pela Lei provincial n.º 321, sancionada pelo presidente Antônio Bernardo de Passos. A povoação da Bôca da Mata ficava assim elevada à categoria de vila com a denominação de Vila do Ceará-Mirim.

Avenida Presidente Café Filho

Os adversários do plano conseguiram que a Assembléia Provincial suspendesse a transferência enquanto não fôssem construídas no novo local a Casa da Câmara e a Cadeia. Sòmente em 30 de julho de 1858 foi assinada pelo presidente Nunes Gonçalves a Lei n.º 370, que tornava sem efeito a suspensão da transferência. A mudança foi então efetuada e a Vila de Ceará-Mirim realizou sua primeira reunião municipal em 14 de outubro.

O vale começou a cobrir-se de canaviais. Com seu poderio econômico, baseado numa agricultura em expansão, Ceará-Mirim transformou-se num dos primeiros municípios da Província.

Os deputados provinciais Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, Pedro Soares de Araújo, Antônio Carlos Fernandes Pimenta e Galdino Procópio do Rêgo apresentaram, a 25 de maio de 1882, um projeto que, transformado na Lei provincial n.º 837, de 9 de junho do mesmo ano, elevou a Vila do Ceará-Mirim à categoria de cidade.

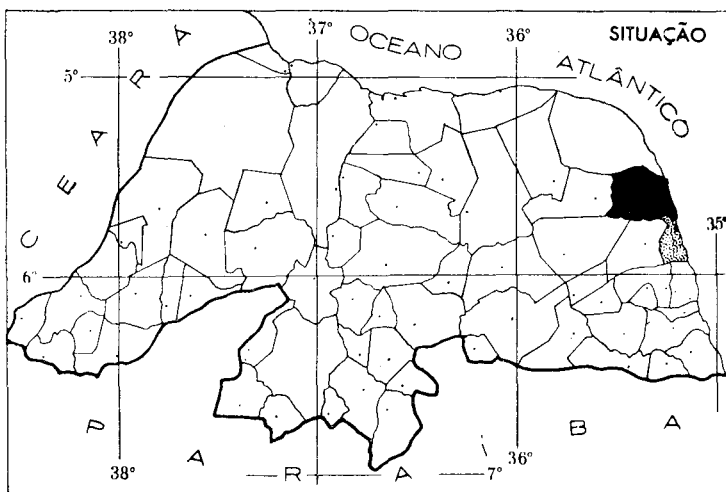
Segundo o quadro da divisão territorial vigente em 1.º de janeiro de 1958, o município de Ceará-Mirim é composto de um único distrito.

A comarca de Ceará-Mirim foi criada pela Lei provincial n.º 733, de 12 de agôsto de 1875, e instalada em 5 de maio de 1877 pelo então Juiz de Direito, Dr. José Inácio Fernandes Barros.

Residência colonial, do engenho São Francisco

Cruzeiro de Extremoz

Pelourinho de Extremoz

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona do Litoral, à margem direita do rio de mesmo nome, e a sede dista, em linha reta, 3 quilômetros da capital do Estado — Direção — 60° 18' N.O. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 5° 38' 04" de latitude Sul e 35° 25' 33" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 13 metros.

CLIMA — Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 30; média das mínimas — 26; média compensada — 28.

ÁREA — A área do município mede 862 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — A população de Ceará-Mirim atingia em 1.° de julho de 1950, por ocasião do último Recenseamento, 25 739 habitantes. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 28 960 habitantes.

Dos 48 municípios do Estado, apenas 8 possuem população superior à sua.

Localização da população — A população localiza-se de preferência no quadro rural, conforme dados do Recenseamento de 1950.

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE	
	Números absolutos	% sôbre o total
Cidade	5 092	19,78
Quadro rural	20 647	80,22
TOTAL (Todo o município)	25 739	100,00

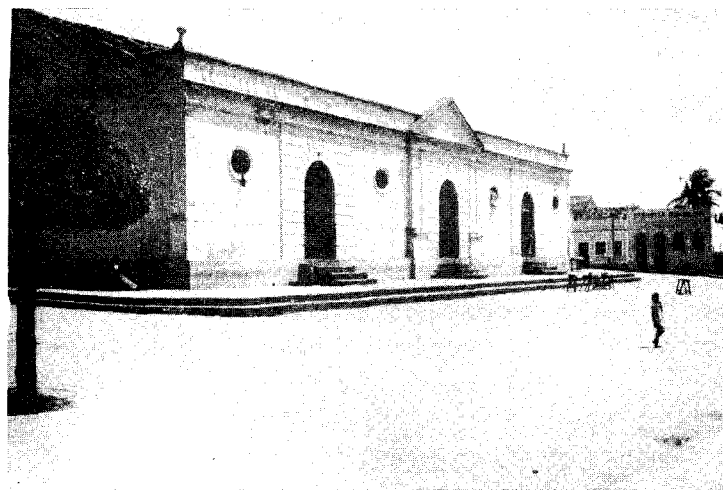
Assim, 20% da população do município localiza-se na cidade e 80%, no quadro rural.

Em todo o Estado do Rio Grande do Norte, 74% da população localiza-se no quadro rural.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica da população pode ficar bem caracterizada no quadro a seguir, no qual se observa a predominância do ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" (dados do Recenseamento Geral de 1950) nas atividades da população local:

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS		
	Total	Homens	Mulheres
Agricultura, pecuária e silvicultura	5 164	5 102	62
Indústrias extrativas	269	267	2
Indústrias de transformação	830	586	244
Comércio de mercadorias	410	374	36
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	—	—	—
Prestação de serviços	874	217	657
Transportes, comunicações e armazenagem	131	129	2
Profissões liberais	8	7	1
Atividades sociais	62	19	43
Administração pública, Legislativo, Justiça	30	26	4
Defesa nacional e Segurança pública	22	22	—
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	7 720	417	7 303
Atividades não compreendidas nos demais ramos, mal definidas ou não declaradas	5	3	2
Condições inativas	1 750	1 078	672
TOTAL	17 275	8 247	9 028

Por motivos evidentes, do total de 17 275 pessoas é conveniente que sejam subtraídos os efetivos correspondentes aos três últimos ramos constantes da tabela (ao todo, 9 475). Restam 7 800. As 5 164 pessoas ativas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" representam 66% sôbre êsse último total e as ativas nos ramos "indústrias de transformação" e "prestação de serviços", aproximadamente 11% cada uma.

Agricultura, pecuária e silvicultura — Como já foi assinalado, o ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" constitui a principal atividade econômica de Ceará-Mirim.

Mercado Público Municipal

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição

Em 1955 os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	180 000	39 600
Banana	Cacho	3 000 000	22 500
Côco-da-baía	Cento	22 000	4 400

O município produziu ainda, nesse ano, abacate, abacaxi, agave, algodão, batata-doce, feijão, fumo, laranja, mandioca, manga, milho e tangerina.

O valor total da produção agrícola foi de 74 771 milhares de cruzeiros.

Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	7 600	22 800
Eqüinos	2 400	4 800
Asininos	1 700	1 020
Muares	2 100	5 250
Suínos	2 100	1 470
Ovinos	2 000	800
Caprinos	1 700	680

Indústria de transformação — A principal indústria de transformação do município é a de produtos alimentares destacando-se a fabricação de açúcar.

Na tabela a seguir, que contém resultados do Censo Industrial, verifica-se que em 1949 o valor da indústria de produtos alimentares representou, pràticamente, a produção industrial de Ceará-Mirim (98% do total):

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	OPERÁRIOS OCUPADOS (média mensal) 1949	VALOR DA PRODUÇÃO EM 1949 (1)	
		(Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Produtos alimentares	676	32 276	97,56
Transformação de minerais não metálicos	22	720	2,18
Têxtil	3	48	0,15
Fumo	12	26	0,08
Bebidas	(x)	9	0,03
TOTAL		33 079	100,00

(x) Resultado omitido a fim de evitar individualização de informações.
(1) Inclusive receita proveniente de "serviços industriais prestados a terceiros".

Assinale-se que no ano em questão havia 21 estabelecimentos de indústria de produtos alimentares.

Pelo Registro Industrial, de 1952, o valor da produção do município atingiu 36 milhões de cruzeiros. Já em 1954 ultrapassou 45 milhões de cruzeiros, dos quais mais de 80% resultavam da produção de açúcar.

Êsses dados referem-se apenas a estabelecimentos que ocupavam 5 ou mais pessoas.

INDÚSTRIA EXTRATIVA — O município é produtor de cêra de carnaúba, cuja produção, em 1956, atingiu 11 700 quilogramas, no valor de 428 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — Ceará-Mirim é servido pela Estrada de Ferro Sampaio Correia e liga-se aos municípios vizinhos e à capital Estadual pelos seguintes meios de transporte:

(1) Macaíba — rodoviário: 30 quilômetros; (2) Taipu — rodoviário: 24 quilômetros; — ferroviário: 21 quilômetros; (3) Touros — rodoviário: 65 quilômetros. São Paulo de Potengi — rodoviário: 82 quilômetros. (4) capital Estadual — rodoviário: 50 quilômetros; — ferroviário: 39 quilômetros.

COMÉRCIO — As vendas de mercadorias atingiram os seguintes valores no comércio atacadista e varejista, segundo o Censo de 1950:

	Valor das vendas (Cr$ 1 000)
Comércio atacadista	125
Comércio varejista	6 984

Comparem-se êsses dados com os correspondentes ao município de Natal e ao Estado:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DAS VENDAS EM 1949		
	Total	Dos estabelecimentos	
		Atacadistas	Varejistas
NÚMEROS ABSOLUTOS (Cr$ 1 000)			
Estado do Rio Grande do Norte	1 238 776	793 758	445 018
Município de Natal	697 492	506 117	191 375
Município de Ceará-Mirim	7 109	125	6 984
% DE CEARÁ-MIRIM			
Sôbre o Estado do Rio Grande do Norte	0,57	0,02	1,57
Sôbre o município de Natal	1,02	0,02	3,65

Ruínas do antigo Convento da Vila de Extremoz (1751)

Os dados percentuais precisam a posição de Ceará-Mirim como praça comercial no Estado do Rio Grande do Norte.

INSTRUÇÃO PÚBLICA — Os resultados do Recenseamento de 1950 revelam a situação local quanto ao nível de instrução geral (pessoas presentes de 10 anos e mais):

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	3 729	21,59
Não Sabem ler e escrever	13 531	78,32
Sem declaração	15	0,09
TOTAL	17 275	100,00

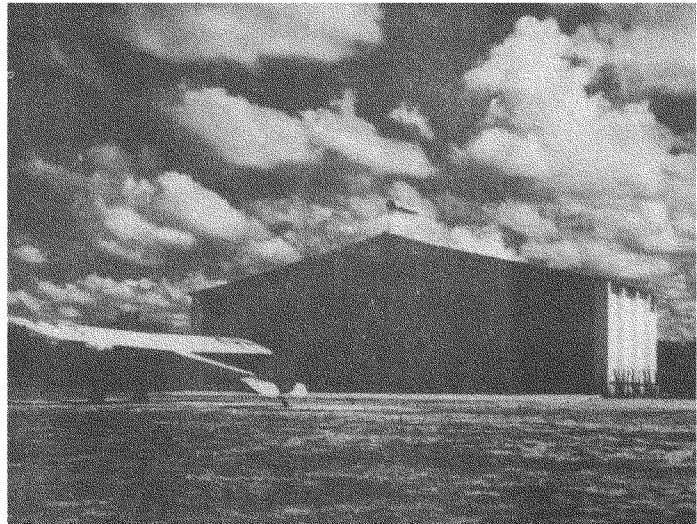
Como se verifica, 22% das pessoas presentes de 10 anos e mais eram alfabetizadas.

A percentagem correspondente para o Estado era de 32%.

Ensino primário — A tabela a seguir permite estabelecer confrontos que situam a posição de Ceará-Mirim no Estado quanto ao grau de escolaridade:

ESPECIFICAÇÃO	Estado do Rio Grande do Norte	Município de Ceará-Mirim
NÚMEROS ABSOLUTOS		
Pessoas presentes de 7 a 14 anos recenseadas em 1.º-VII-1950	200 110	5 027
Unidades escolares do ensino primário fundamental comum (1950)	1 209	27
Matrícula geral do ensino primário fundamental comum (1950)	73 179	1 711

A quota de pessoas em idade escolar matriculadas atinge 34% em Ceará-Mirim, contra 37% no Estado do Rio Grande do Norte (% da matrícula geral sôbre pessoas de 7 a 14 anos).

FINANÇAS PÚBLICAS — Para o período 1954-1956 são os seguintes os dados disponíveis sôbre as finanças do município, apurados pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças:

Campo de pouso da Escola de Pilotagem do Aeroclube Municipal

Casa de engenho bangüê, data de 1843 sua construção

ANOS	FINANÇAS (Cr$ 1 000)			
	Receita arrecadada		Despesa realizada	Saldo ou deficit do balanço
	Total	Tributária		
1954	1 594	614	1 532	+ 62
1955	1 772	744	1 827	— 55
1956 (1)	3 323	1 828	2 794	+ 529

(1) Orçamento.

A arrecadação das receitas federal e municipal apresentou os seguintes dados para o período 1951-1956, segundo a Diretoria das Rendas Internas e o Conselho Técnico de Economia e Finanças:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)	
	Federal	Municipal (1)
1951	531	900
1952	1 251	980
1953	563	980
1954	298	1 594
1955	...	1 772
1956	...	3 323

(1) Orçamento.

DIVERSOS ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — Numa extensão de quase 26 quilômetros, encontra-se no município o vale do Ceará-Mirim, que, pela excelência de suas terras, poderia constituir-se no celeiro do Estado. No referido vale está concentrada a cultura da cana-de-açúcar, base econômica de Ceará-Mirim.

A cidade tem diversos logradouros públicos, alguns arborizados e ajardinados. Possui também ruas calçadas com paralelepípedos e pedras irregulares. A edificação urbana é de boa qualidade e a cidade é iluminada por luz elétrica. Há poucos anos foi reconstruída a Fonte Pública, cuja existência remonta a 1883.

Quanto ao aspecto cultural, Ceará-Mirim possui 37 unidades de ensino primário fundamental comum, 1 ginásio e 1 curso normal, pertencendo estas duas últimas unidades ao Colégio Santa Águida, fundado em 1938 por Irmãs da Ordem de São Francisco e mantido pela mesma Ordem, até hoje.

Prestando serviços de assistência médico-hospitalar à população local, há 2 médicos no exercício da profissão, 1 ambulatório e 2 postos de saúde. No município funcionam ainda 2 farmácias.

CERRO CORÁ — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

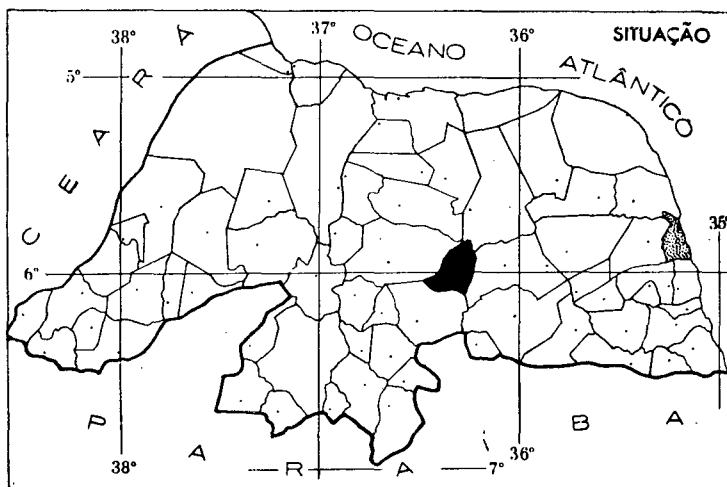
HISTÓRICO — As primeiras penetrações no território que atualmente constitui o município de Cêrro Corá ocorreram no último quartel do século XVII, quando para ali se dirigiu uma expedição que reprimiria a sublevação dos índios canindés e janduís, habitantes da região.

As correntes de povoamento afluíram, porém, sòmente nos meados do século seguinte quando colonizadores ali se fixaram, dedicando-se à agricultura e à pecuária.

Prefeitura, Fôro e Câmara Municipais

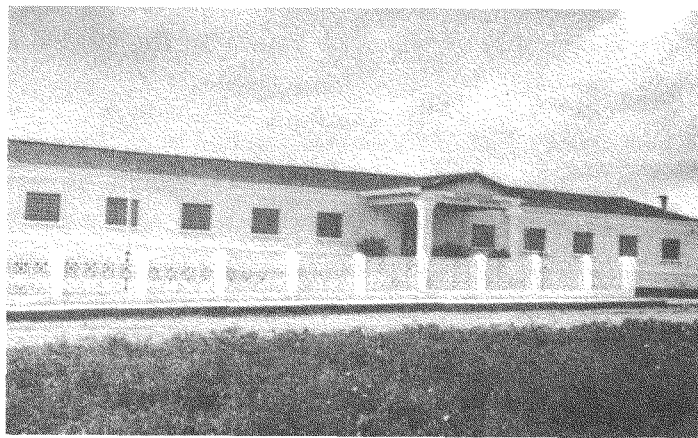
O município foi criado pela Lei estadual n.º 1 031, de 11 de dezembro de 1953, desmembrado do de Currais Novos.

Segundo o quadro administrativo do país, vigente em 1.º de janeiro de 1958, Cêrro Corá é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Seridó.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Situada na serra de Santana, a cidade de Cêrro Corá tem clima salubre; temperado e sêco no verão e frio e úmido no inverno.

ÁREA — A área do município soma 425 quilômetros quadrados.

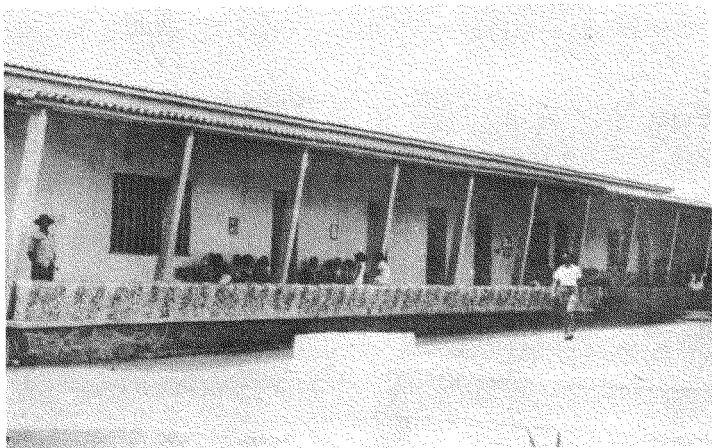
POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento de 1950, o município tinha 7 405 habitantes — 3 683 homens e 3 722 mulheres. Concentram-se no quadro rural 70% da população de Cêrro Corá. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 7 884 habitantes.

Maternidade Clotilde Santina

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana, a sede municipal, com 1 218 habitantes (quadros urbano e suburbano).

Grupo Escolar Querubina Silveira

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Conforme apurou o Recenseamento de 1950, 80% das pessoas econômicamente ativas (10 anos e mais) concentram-se no ramo agropecuário.

A principal cultura é o algodão, que em 1955 concorreu com 77% para o total da produção agrícola.

Hospital Dr. Mariano Coêlho

Pôsto de Saúde do S.E.S.P.E.

No mesmo ano os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	810	7 290
Agave	»	200	900
Milho	Saco 60 kg	3 600	432
Fava	» » »	800	192
Mamona	Tonelada	60	180
Feijão	Saco 60 kg	990	178

A pecuária constitui modesto ramo de atividade da população rural.

Em 31 de dezembro de 1956 assim estavam discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	3 500	8 750
Eqüinos	160	240
Asininos	1 200	360
Muares	200	400
Suínos	1 200	300
Ovinos	2 000	500
Caprinos	1 000	250

PRODUÇÃO EXTRATIVA — A indústria extrativa mineral constitui outro fator importante na economia de Cêrro Corá. Em 1955 foram extraídos 14 000 quilogramas de berilo, 12 050 de xilita e 1 000 de columbita, no valor total de 1 405 milhares de cruzeiros.

A indústria extrativa vegetal é inexpressiva: apenas extração de casca de angico.

Indústria — O Registro Industrial de 1955 consignou em Cêrro Corá 8 estabelecimentos, nos quais trabalhavam 62 operários (média mensal) e o valor de sua produção atingiu 201 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado por estradas de rodagem à capital estadual e às cidades vizinhas — Angicos, Currais Novos (42 quilômetros), Lages, Santana do Matos, São Tomé, Natal (192 quilômetros).

COMÉRCIO — O município conta com 1 cooperativa, 3 estabelecimentos de comércio atacadista e 21 de comércio varejista.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médica à população local uma maternidade e um hospital.

ALFABETIZAÇÃO — Com base no Censo de 1950, 25% das pessoas presentes de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — O ensino primário fundamental comum é ministrado por 18 unidades escolares.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000) 1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	121	601	739
Tributária	106	100	173
Despesa fixada	121	601	739
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	601	664	898
Tributária	108	100	150
Despesa realizada	194	518	1 023

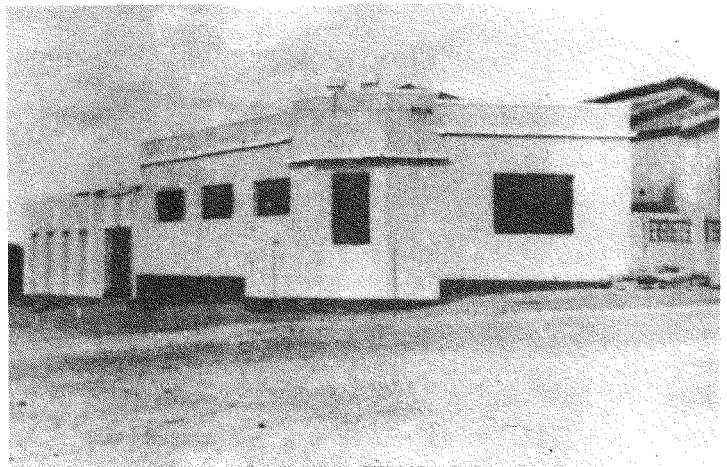
EFEMÉRIDES — No dia 24 de junho realiza-se em Cêrro Corá a festa de São João Batista, padroeiro do município.

CORONEL EZEQUIEL — RN

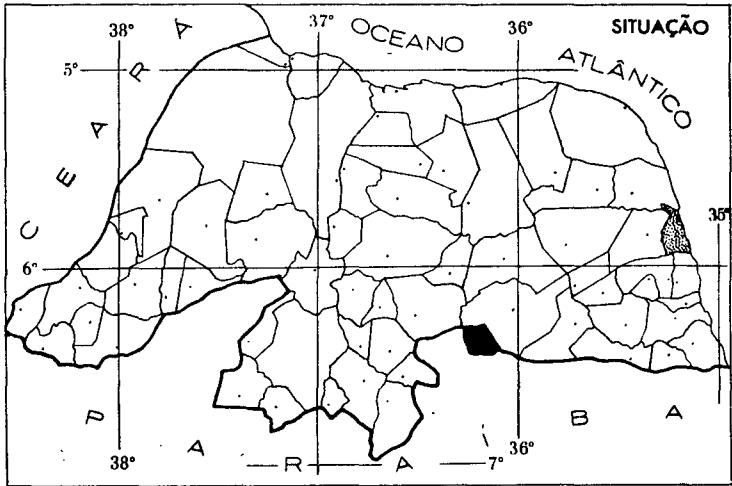
Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo tradição, o território do atual município de Coronel Ezequiel era habitado primitivamente pelos índios tapuios. As penetrações iniciais datam do século XVIII, quando colonizadores ali se fixaram, dedicando-se à agricultura e à pecuária.

As primeiras correntes de povoamento eram oriundas, principalmente, do Potengi.

O município foi criado pela Lei estadual n.º 1 029, de 11 de dezembro de 1953, com território desmembrado do município de Santa Cruz.

Prefeitura Municipal

Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de dois distritos — Coronel Ezequiel e Jaçanã.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Agreste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 420 metros.

CLIMA — Quente e sêco é o clima.

ÁREA — A área do município soma 213 quilômetros quadrados.

Aglomerações urbanas — Existem duas aglomerações urbanas — a do distrito-sede e a de Jaçanã.

POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento de 1950, Coronel Ezequiel tinha 10 255 habitantes, dos quais 5 023 homens e 5 232 mulheres. De sua população, 94% localizavam-se no quadro rural. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 11 974 habitantes.

Agência Fiscal Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A "agricultura e pecuária" é o ramo de atividade que congrega o maior número de pessoas ativas no município. A importância da agricultura na economia local decorre, principalmente, do cultivo do algodão, que representou, em 1955, 61% do valor de tôdas as culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico.

Escola Rural Municipal

Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 28 824 milhares de cruzeiros e assim estavam discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	1 755	17 550
Mandioca	»	8 200	4 920
Feijão	Saco 60 kg	13 200	1 980
Milho	» » »	16 800	1 848
Agave	Tonelada	370	1 480
Fava	Saco 60 kg	4 000	840

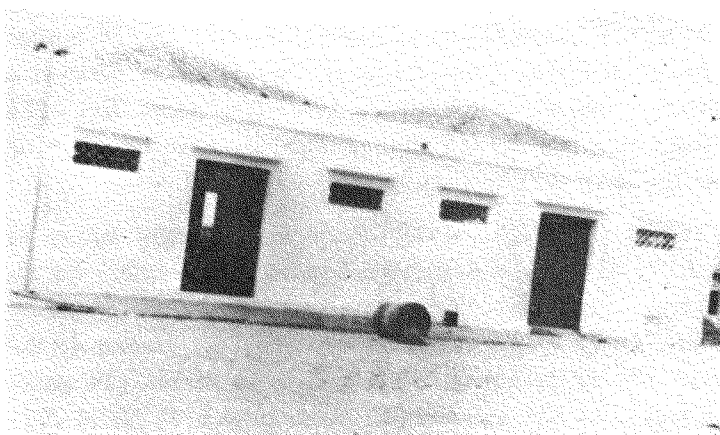
Quanto à pecuária, o município aparece em posição modesta no âmbito estadual.

Em 1956, estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	2 000	3 000
Eqüinos	630	441
Asininos	1 900	380
Muares	480	384
Suínos	3 800	1 140
Ovinos	4 100	615
Caprinos	800	160

A indústria é pouco desenvolvida e representada por 40 estabelecimentos. Êsses estabelecimentos ocupavam 390 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu sòmente 242 milhares de cruzeiros.

Poço José Gregório, sito na propriedade Jaçanã

MEIOS DE TRANSPORTE — Coronel Ezequiel liga-se a Natal e às cidades vizinhas por estrada de rodagem: 1) Santa Cruz (31 quilômetros); 2) Currais Novos (71

Mercado Municipal

quilômetros); Cuité (PB) — 18 quilômetros; Picuí (PB) — 30 quilômetros; Natal (145 quilômetros).

COMÉRCIO — O município mantém transações comerciais com Santa Cruz, Cuité (PB) e Natal, para os quais exporta algodão e agave. Entre os produtos importados figuram tecidos, bebidas, louças, etc.

Existem 15 estabelecimentos comerciais varejistas.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas seja superior a 20%, quota observada naquele ano, calculado sôbre o total das pessoas presentes de 10 anos e mais.

Ensino — O ensino primário é ministrado por 4 estabelecimentos: 1 na sede municipal, três situados na zona rural. Conta ainda o município com um curso de alfabetização de adultos.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	100	600	788
Tributária	75	48	102
Despesa fixada	100	600	788
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	71	581	824
Tributária	47	48	60
Despesa realizada	111	584	608

EFEMÉRIDES — Celebra-se anualmente, no dia 23 de novembro, a festa de Nossa Senhora do Amparo, padroeira do município.

CRUZETA — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

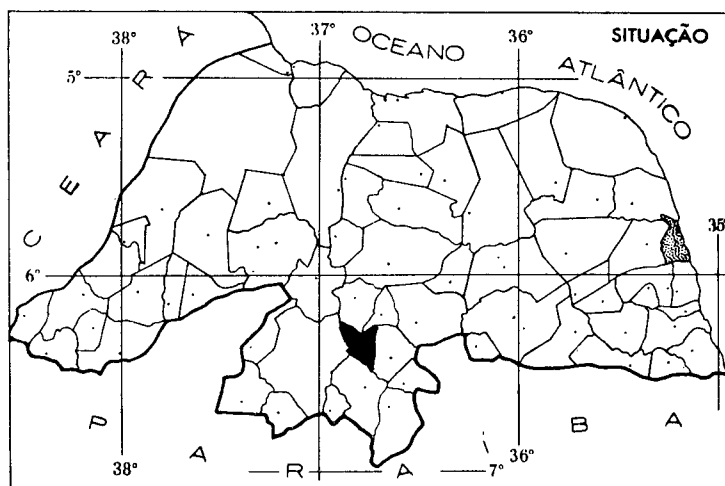
HISTÓRICO — Até 24 de novembro de 1953, Cruzeta era distrito do município de Acari, em cuja região habitavam os índios cariris antes da chegada dos colonizadores, que por sua vez os haviam expulso da Paraíba.

O município originou-se de uma fazenda, chamada Remédio, propriedade de Joaquim José de Medeiros, descendente da tradicional família Medeiros do Seridó. Doando parte de suas terras ao patrimônio da Igreja, deu origem ao povoado. A 24 de outubro de 1920, data da fundação de Cruzeta, realizou-se no município a primeira feira e foi rezada ali a primeira missa.

Vista parcial da cidade

O nome Cruzeta é devido ao cruzamento dos rios que hoje formam a bacia do açude público do município. Cruzeta passou a distrito no dia 18 de agôsto de 1937 e a 24 de novembro de 1953, a Lei n.º 915 criou o município.

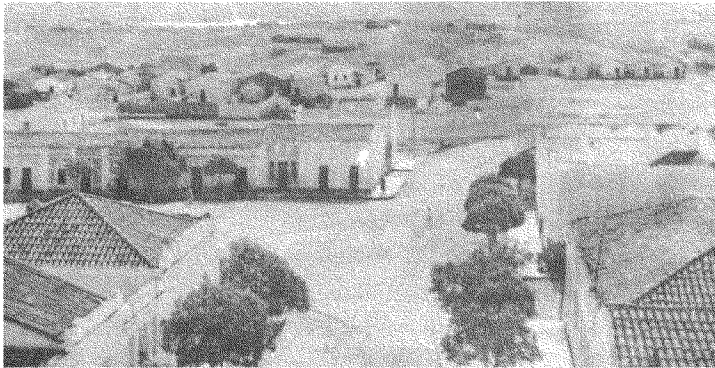
Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito, o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Seridó. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 6° 26' de latitude Sul e 36° 35' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Subtropical e salubre é como se classifica o clima da região.

ÁREA — A área do município mede 256 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento de 1950 o município contava 4 675 habitantes: 2 176 homens e 2 499 mulheres. Concentravam-se no quadro rural 74% de sua população.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 5 082 habitantes.

Praça Celso Azevedo

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana, a da sede, com 1 230 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Pelo Recenseamento de 1950, 69% das pessoas econômicamente ativas (10 anos e mais) concentram-se no ramo agropecuário.

Destaca-se na agricultura o algodão, que em 1955 concorreu com 94% para o total da produção agrícola. No mesmo ano os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	150 000	22 500
Feijão	Saco 60 kg	2 300	667
Batata-doce	Tonelada	500	425
Milho	Saco 60 kg	1 800	306

Juntamente com a agricultura, a pecuária constitui fator importante na economia local.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam assim discriminados os rebanhos de Cruzeta:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	3 400	10 200
Eqüinos	130	260
Asininos	1 000	500
Muares	170	340
Suínos	1 700	595
Ovinos	3 500	700
Caprinos	2 800	560

Cruzeta exporta parte de sua produção agropecuária para Acari, Currais Novos e Caicó.

A pesca absorve parcela considerável da população econômicamente ativa do município. O açude público de Cruzeta, sob o contrôle do D.N.O.C.S., com 29 874 metros cúbicos, além de favorecer a agricultura torna possível a pesca, intensamente praticada pelos habitantes. Em 1955 foram pescados 19 485 quilogramas de peixe no valor de 97 milhares de cruzeiros.

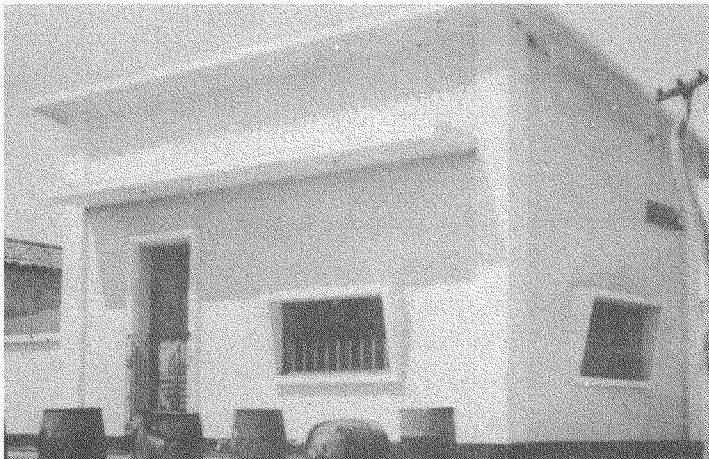
Pôsto de Saúde N.S.ª dos Remédios

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à capital Estadual por estrada de rodagem: 1) Acari (19 quilômetros); 2) Caicó (47 quilômetros); 3) Florânia (42 quilômetros); 4) Jardim do Seridó (30 quilômetros); 5) São José do Seridó (14 quilômetros); 6) São Vicente (42 quilômetros); 7) Natal (227 quilômetros). A 18 quilômetros da sede existe um campo de pouso, com hangar, casa de vigia, medindo 780x30 m.

Igreja-Matriz Municipal

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Cruzeta mantém transações com as praças de Currais Novos, Caicó e Natal, no Estado, e outras praças de Campina Grande e Pernambuco. Importa tecidos, farinha de trigo e de mandioca, açúcar, café, bebidas, fumo e ferragens.

Existem duas cooperativas: Cooperativa de Crédito Agrícola de Cruzeta e Cooperativa de Consumo da Estação Experimental do Seridó. Conta com 1 estabelecimento de comércio atacadista e 25 de varejista.

O Banco do Brasil mantém um correspondente na sede municipal.

Usina Elétrica Municipal

ASSISÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há em funcionamento um pôsto do Departamento Nacional de Saúde.

ALFABETIZAÇÃO — Apurou o Recenseamento de 1950, que 38% das pessoas de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — O ensino primário fundamental comum é ministrado por 7 unidades escolares.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	139	199	572	192	318
1955	236	257	661	159	472
1956 (1)	432	349	897	255	1 186

(1) Orçamento.

Vista parcial do Açude Público Municipal

EFEMÉRIDES — Anualmente, desde a fundação do município, é realizada, no período de 6 a 14 de outubro, a festa de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira de Cruzeta.

BIBLIOTECA — Existe uma biblioteca pública mantida pelo município, com 940 volumes.

CURRAIS NOVOS — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A sublevação dos índios ribeirinhos do Açu, ocorrida em 1687, não pôde ser dominada pelo govêrno da Capitania do Rio Grande do Norte. Em março de 1688, o então governador-geral Matias da Cunha enviou uma expedição punitiva que, cortando o sertão do Acauã, penetrou no território que atualmente constitui o município de Currais Novos. Comandou a expedição o paulista, governador de armas, Domingos Jorge Velho, que cumpria ordens do governador-geral.

As correntes de povoamento afluíram, porém sòmente em meados do século XVIII quando ali se estabeleceu o coronel Cipriano Lopes Galvão com fazenda de gado que entregaria a seu filho Sebastião.

Igreja-Matriz de Santa Ana

Com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária — para o que muito contribuiu o elemento negro — novos colonizadores ali se fixaram, notadamente os oriundos do interior de Pernambuco.

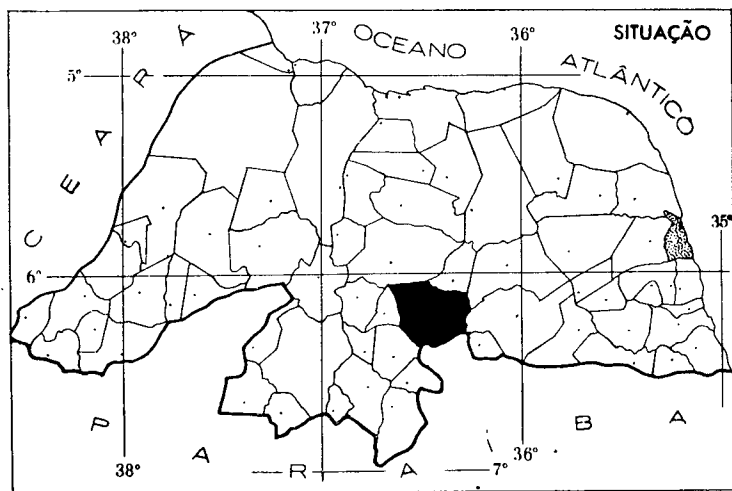
O topônimo Currais Novos deve-se aos "currais" construídos por Cipriano, ponto de confluência de vaqueiros, principalmente na época das apartações do gado.

A campanha abolicionista foi das mais intensas. Currais Novos era sede de um dos núcleos da sociedade "Libertadora Norte Rio Grandense", núcleo êste que tinha à frente Laurentino Bezerra de Medeiros, Cipriano Lopes Galvão de Vasconcelos e Juventino da Silveira Borges, entre outros. Tiveram os curralenses o mérito de libertar o último escravo a 19 de março de 1888, três meses antes, portanto, da promulgação da Lei Áurea.

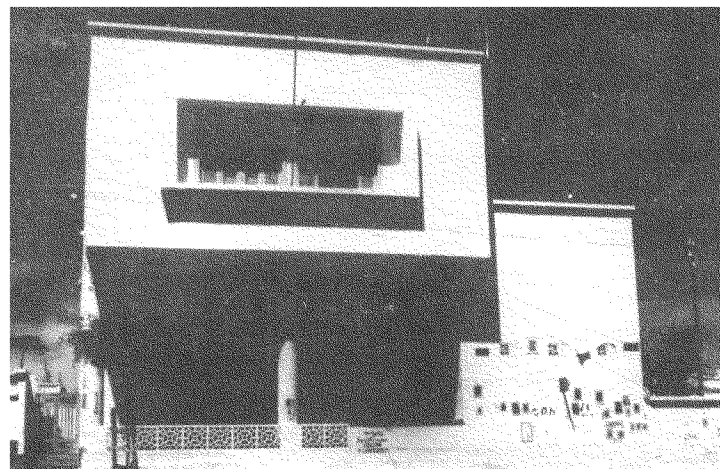
Vista aérea da cidade

O distrito de Currais Novos foi instituído por Lei provincial n.º 893, de 20 de fevereiro de 1884. A vila foi criada por Decreto estadual n.º 59, de 15 de outubro de 1890; e o município instalado em 6 de fevereiro de 1891, desmembrado do de Acari.

Segundo o quadro administrativo do país, vigente em 1.º de janeiro de 1958, Currais Novos é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão do Seridó. A sede municipal, que dista 156 quilômetros em linha reta de Natal — direção — 69º 14' S.O. — possui as seguintes coordenadas geográficas: 6º 15' 42" de latitude Sul e 36º 30' 55" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 400 metros.

CLIMA — Quente o clima, amenizado no inverno. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 32; média das mínimas — 27; média compensada — 26; precipitação no ano, altura total — 299 milímetros.

Agência dos Correios e Telégrafos

ÁREA — A área do município soma 1 124 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950, Currais Novos contava 28 433 habitantes, dos quais 13 984 homens e 14 449 mulheres. Da população, 77% localizavam-se no quadro rural.

Posteriormente o município sofreu o desmembramento do distrito de Cêrro Corá, que contava, naquela data, 7 405 habitantes.

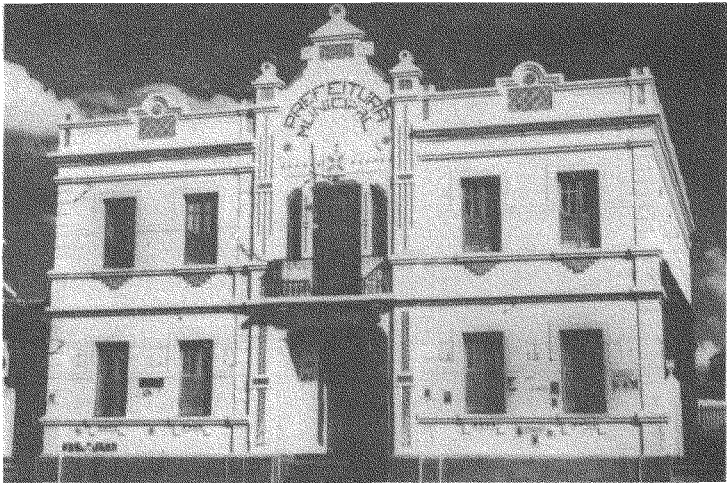
Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 23 871 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana — a do distrito-sede, com 5 179 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A "agricultura e pecuária" é o ramo de atividade que congrega o maior número de pessoas ativas no município. A importância da agricultura na economia local decorre, principalmente, da cultura do algodão da variedade mocó, que representou, em 1955, 80% do valor de tôdas as culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico.

Em 1955 o valor da safra municipal atingiu 22 159 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

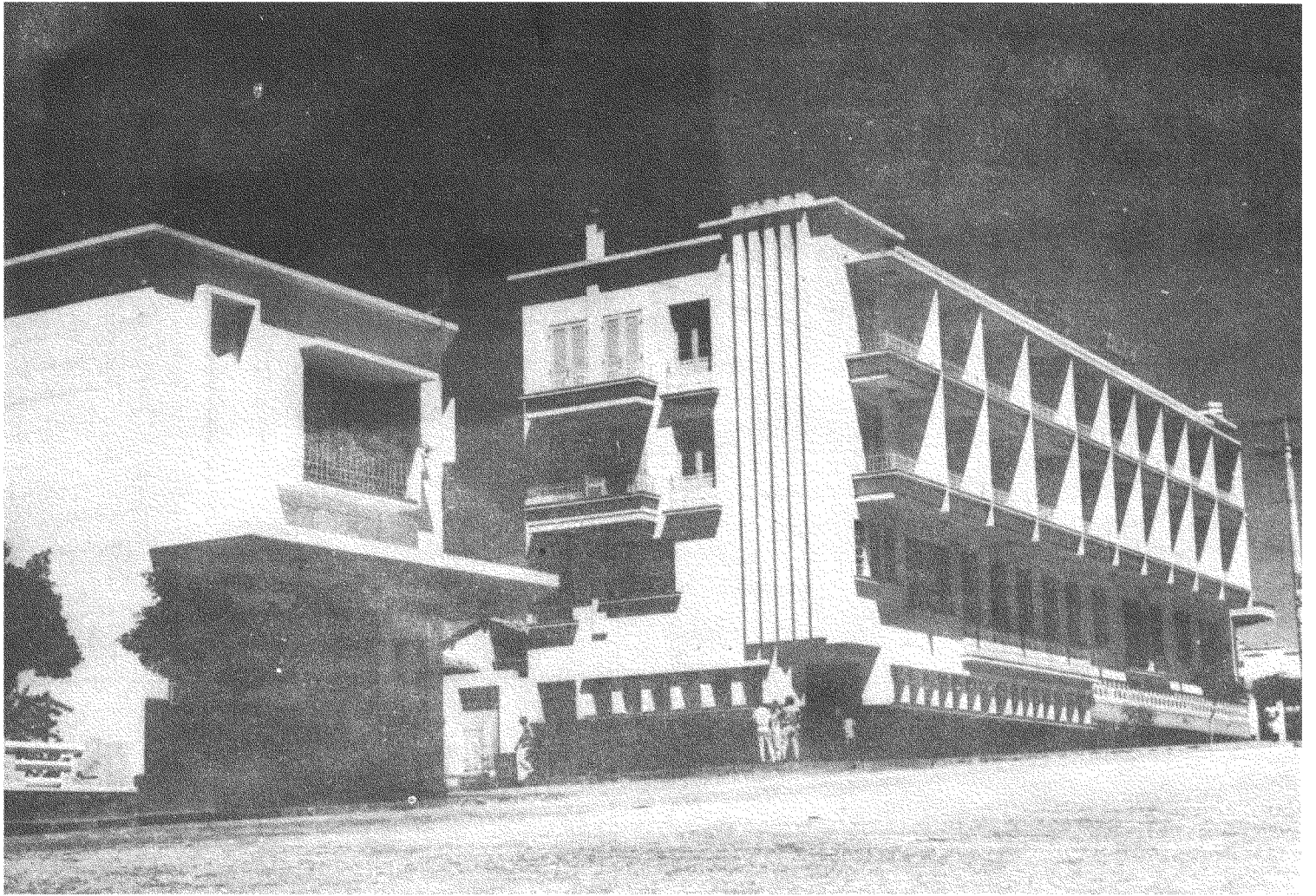
PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	1 980	17 820
Mamona	»	210	630
Feijão	Saco 60 kg	3 200	576
Fava	» » »	2 200	528
Batata-doce	Tonelada	400	400

Ainda que a agricultura e a extração de produtos minerais tenham maior significado econômico, não é pequena a importância da pecuária para a economia local.

Prefeitura Municipal

Os rebanhos do município são selecionados, fazendo-se mestiçagem em escala apreciável com o gado da raça zebu.

Em 1956, era a seguinte a população pecuária:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	10 000	30 000
Eqüinos	380	570
Asininos	2 500	750
Muares	400	1 200
Suínos	3 500	1 050
Ovinos	4 800	1 200
Caprinos	1 800	450

Vista parcial da Praça Cristo-Rei

Tungstênio — Hotel, e Cine-Teatro Desembargador Salustino

Em 1955, o abate de gado atingiu os seguintes efetivos:

	Cabeças abatidas
Bovinos	1 309
Suínos	352
Ovinos	383
Caprinos	282

A indústria extrativa de produtos minerais constitui atualmente uma das maiores fontes de renda da população de Currais Novos.

Grandes jazidas de xilita estão sendo exploradas, destacando-se as da mina de Brejuí, uma das maiores do país. Outra importante jazida é a da mina da Barra Verde, da organização norte-americana Wa-chang, cujo minério não está ainda sendo beneficiado, aguardando-se a montagem de máquinas de grande porte que ali se instalarão.

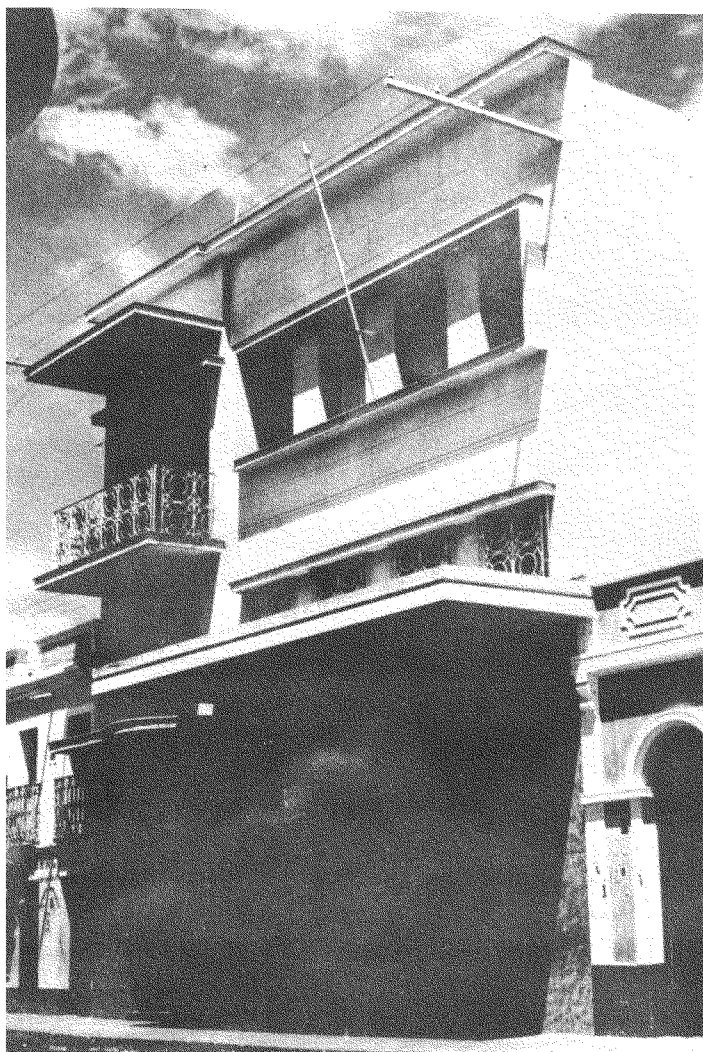
Em 1955 a produção de minérios atingiu 28 553 milhares de cruzeiros, assim discriminada:

PRODUTOS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$ 1 000)
Xilita	329 428	28 307
Columbita	500	150
Berilo	12 000	96

A indústria em Currais Novos é representada por 32 estabelecimentos. Êsses estabelecimentos ocupavam, em 1955, 810 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 1 540 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — Currais Novos acha-se incluído no sistema rodoviário central do Estado. Liga-se às cidades vizinhas e a Natal por meio de rodovias: 1) Acari (25 quilômetros); 2) Santa Cruz (72 quilômetros); 3) Cêrro Corá (42 quilômetros); 4) São Vicente (22 quilômetros); 5) Picuí (Paraíba) — (54 quilômetros); 6) Natal (182 quilômetros).

COMÉRCIO E BANCOS — Currais Novos mantém transações comerciais com Natal, Campina Grande, Paraíba e Recife. Os principais produtos de exportação são algodão e xilita. Entre os produtos de importação figuram tecidos, ferragens, medicamentos, etc.

Trecho da Rua Deodoro da Fonseca

Agência do Banco do Brasil S.A.

Existem 9 estabelecimentos comerciais atacadistas e 58 varejistas. Conta ainda com uma agência do Banco do Brasil, uma cooperativa de crédito e outra de consumo.

ASPECTOS URBANOS — Currais Novos possui 11 ruas calçadas a paralelepípedos, estando em prosseguimento a pavimentação de outros logradouros públicos. O município é abastecido de energia elétrica pela Usina Elétrica Municipal que produziu, em 1955, cêrca de 232 000 kWh.

O consumo de energia estava assim discriminado: iluminação pública — 47 000 kWh; particular e como fôrça motriz — 185 000 kWh. Existem 737 ligações elétricas.

Conta o município com 3 hotéis, 2 pensões e 1 cinema.

Avenida C.^el José Bezerra, ao centro Obelisco comemorativo da fundação da cidade

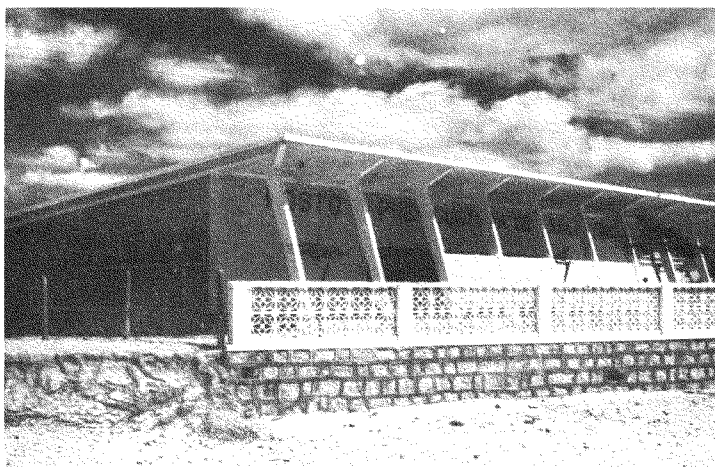
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Hospital Padre João Maria e a Maternidade — com 32 e 20 leitos disponíveis, respectivamente — prestam relevantes serviços não só à população local como à dos municípios vizinhos.

Existem 4 médicos e 5 dentistas no exercício da profissão.

Trecho da Rua Joventino da Silveira

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 25%, quota observada naquele ano, calculada sôbre o total das pessoas presentes de 10 anos e mais.

Instituto Jesus-Menino

Ensino — O município está dotado de 1 ginásio, 1 escola comercial e 1 curso normal regional. Em 1955, existiam 31 estabelecimentos de ensino primário, além de 4 cursos de alfabetização de adultos.

Pôsto de Puericultura

Trecho da Rua Floriano Peixoto

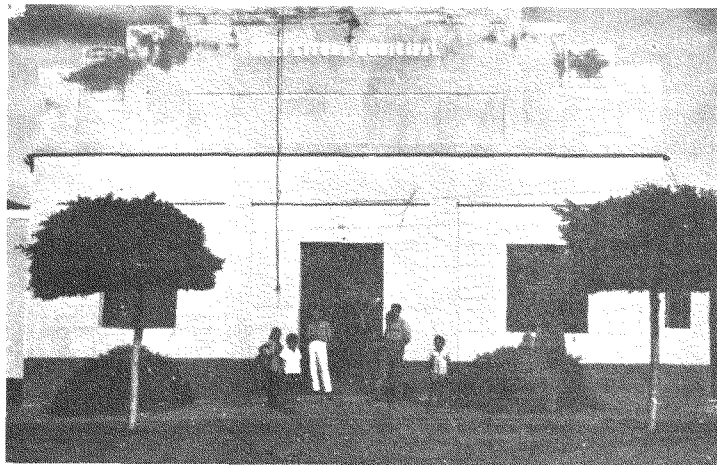
FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1952-1956, as finanças do município atingiam as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1952.......	1 731	2 756	1 501	821	1 574
1953.......	3 458	2 516	2 344	1 209	2 328
1954.......	2 998	1 884	2 017	871	1 984
1955.......	2 695	2 689	2 148	913	2 165
1956.......	...	...	(1) 1 957	...	...

(1) Orçamento.

FLORÂNIA — RN

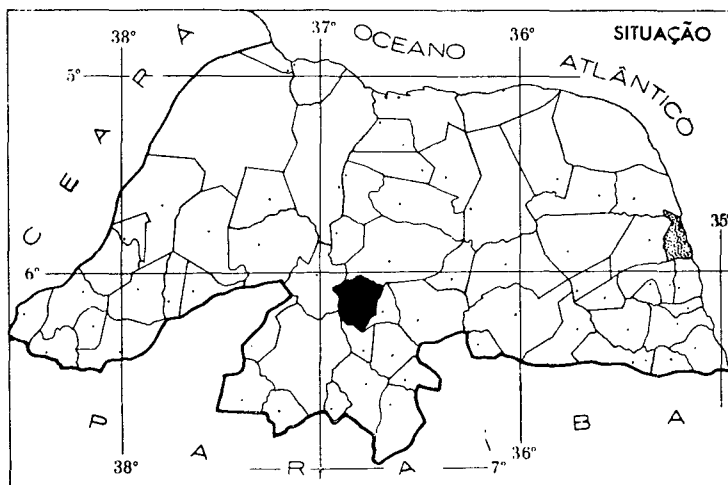
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O mais antigo povoador do município, ao que consta, foi Cosme de Abreu Maciel, que em 1743 possuía terras, casas e currais em Passaribu, tendo obtido, em 1754, sesmarias em Rossaurubu ou Vossaurubu, e, em 1756, no riacho da Luíza, antigo distrito de São Vicente, hoje município.

Prefeitura Municipal

O município e o distrito de Flôres foram criados pelo Decreto estadual n.º 62, de 20 de outubro de 1890, com território desmembrado do município de Acari. Em cumprimento ao Decreto-lei estadual n.º 268, de 30 de dezembro de 1943, o município e o distrito-sede tiveram o nome alterado para Florânia.

Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, Florânia é constituído de um único distrito — o da sede.

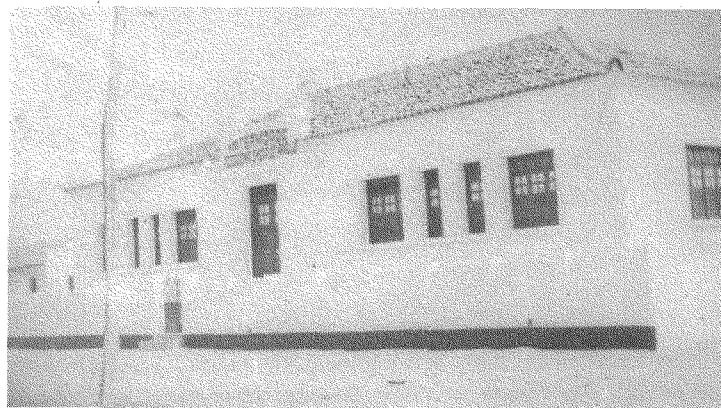
Vista de um trecho de uma das principais ruas da cidade

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão do Seridó. A sede municipal, que dista 184 quilômetros em linha reta de Natal — direção 77º 22' S.O. — possui as seguintes coordenadas geográficas: 6º 07' 36" de latitude Sul e 36º 49' 20" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — E' de 210 metros a altitude da sede municipal.

CLIMA — Sêco, temperado e salubre é o clima de Florânia.

ÁREA — A área do município mede 565 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950, Florânia contava 12 444 habitantes, dos quais 6 170 homens e 6 274

Maternidade Possidônia Emídia de Araújo

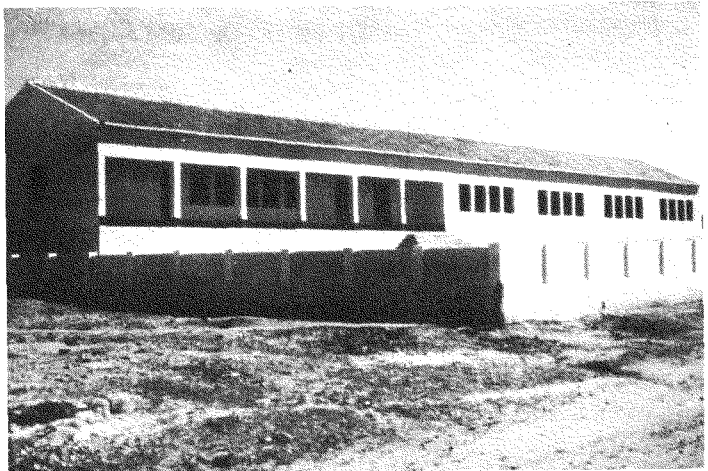
Igreja-Matriz de São Sebastião

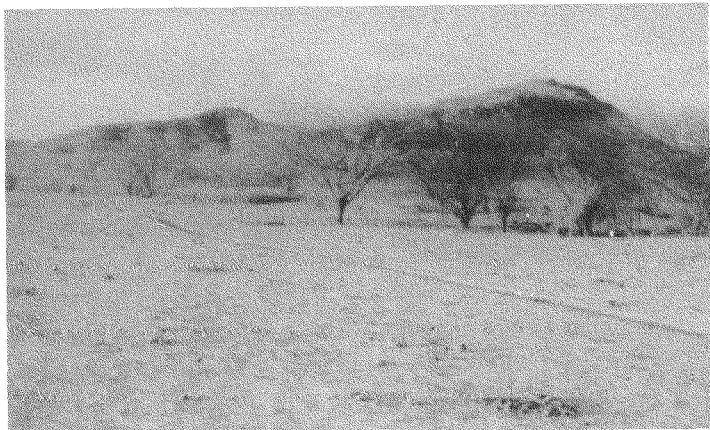
mulheres. Da sua população, 86% localizavam-se no quadro rural. Posteriormente o município sofreu desmembramento do distrito de São Vicente, que contava, naquela data, 3 636 habitantes.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 8 864 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana — a do distrito-sede, com 1 051 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

Grupo Escolar Cel. Silvino Bezerra, onde funciona atualmente o Externato N. S.ª das Graças

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município, pela sua posição geográfica, participa das mesmas condições dos demais da região do Seridó, sujeito, por conseqüência, aos flagelos periódicos da sêca, a lhe diminuírem a capacidade de produção agrícola e afetando sèriamente os rebanhos. Não obstante, a base econômica do município repousa na

Grupo Rural Municipal, atual Cel. Silvino Bezerra

agricultura e na pecuária. A importância da agricultura na economia local decorre principalmente da cultura do algodão do tipo mocó, que, em 1955, representou 55% do valor de tôdas as culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico.

Vista de um campo de algodão na época das sêcas

Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 11 127 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	690	6 210
Agave	»	378	1 888
Milho	Saco 60 kg	2 920	315
Feijão	Saco 60 kg	3 750	1 575

Em 1956, era a seguinte a população pecuária:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	6 600	33 000
Eqüinos	360	1 260
Asininos	3 500	1 925
Muares	1 500	7 500
Suínos	3 100	3 720
Ovinos	2 200	352
Caprinos	2 100	336

Residência de um proprietário rural

A indústria é pouco desenvolvida e representada por 10 estabelecimentos industriais. Êsses estabelecimentos ocupavam, em 1955, cêrca de 25 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 1 166 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por estradas de rodagem e carroçáveis, pelas quais está liga-

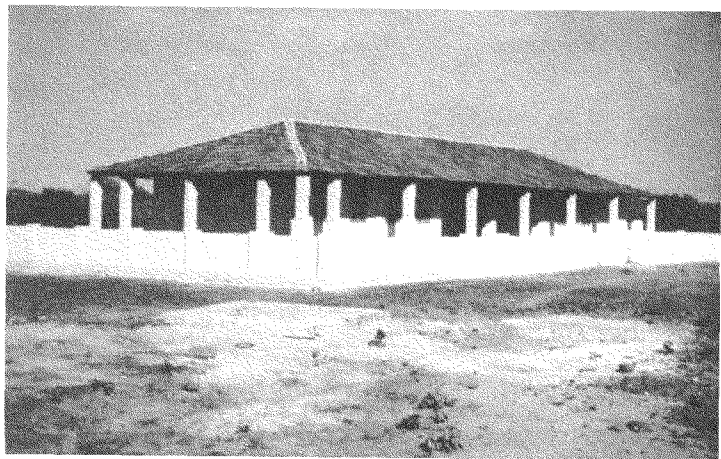
Rio Rossurubu, em época invernosa

do, não só aos principais centros econômicos, como aos municípios vizinhos. Por estrada de rodagem, liga-se aos municípios de São Vicente, Cruzeta, Caicó e Jucurutu.

COMÉRCIO — E' pequena a atividade comercial no município, sendo predominante o comércio do algodão. Existem 2 estabelecimentos comerciais atacadistas, 17 varejistas e uma cooperativa agropecuária.

ASPECTOS URBANOS — Florânia possui ruas calçadas com alvenaria poliédrica, algumas delas arborizadas. E' servida de energia elétrica.

Vista parcial de um trecho da cidade

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 32%, quota observada naquele ano, calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais.

Escola Rural Sítio Mucori Prêto

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	717	788	791
Tributária	119	99	93
Despesa fixada	717	788	791
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	1 269	680	977
Tributária	72	121	81
Despesa realizada	659	709	661

GOIANINHA — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros povoadores do município, conta a tradição, foram vendedores ambulantes procedentes de Goiana Grande (Pernambuco) e que teriam chegado ali por volta de 1679.

Eis, entretanto, o que diz Luís da Câmara Cascudo: "zona agrícola e pastoril, com pequena produção industrial, povoada desde os inícios da colonização". O nome primitivo era apenas Goiana, com várias grafias. De Guiana, abundância de caranguejos, perfeitamente adaptável ao local. E' tradução de Mário Melo à Goiana pernambucana, a Goiana Grande. A nossa é Goiana e o diminutivo português, distinguindo da Goiana Grande de Pernambuco. A Goiana norte-rio-grandense sempre possuiu êsse nome fixado nos mapas seiscentistas. Nenhuma influência sôbre o topônimo teria a tradição dos mascates da Goiana Grande".

O distrito foi criado anteriormente a 1757.

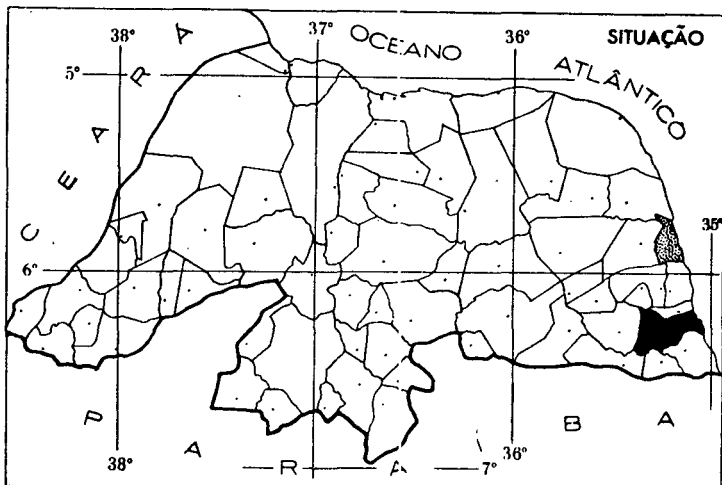
Prefeitura Municipal

A criação do município de Goianinha, levada a efeito pelo Decreto de 7 de agôsto de 1832, que transferiu para a povoação dêsse nome a sede do município de Arês, foi confirmada pela Resolução do Conselho do Govêrno, de 11 de abril de 1833.

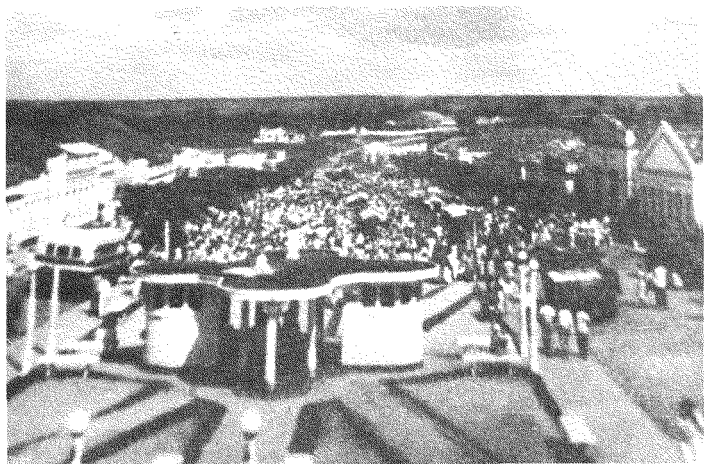
De acôrdo com a "Divisão Administrativa, em 1911", os distritos de Goianinha, Espírito Santo, Piau e Tibau são os de que se compõe o município de Goianinha, cuja sede se elevou à categoria de cidade por efeito da Lei estadual n.º 712, de 9 de novembro de 1928.

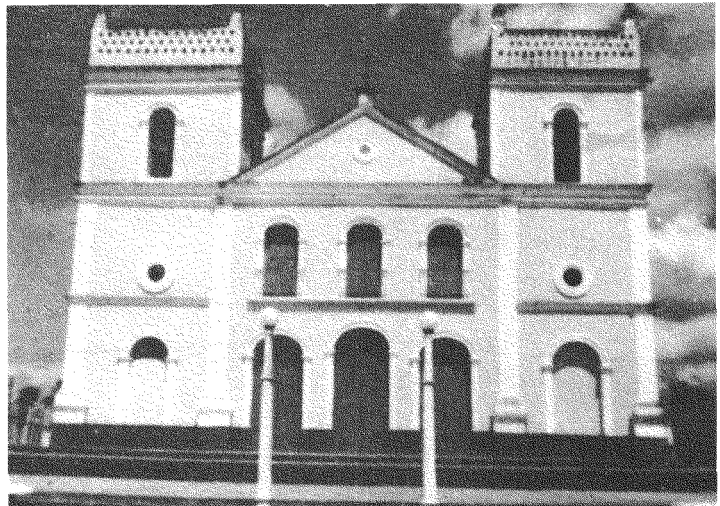
Agência dos Correios e Telégrafos

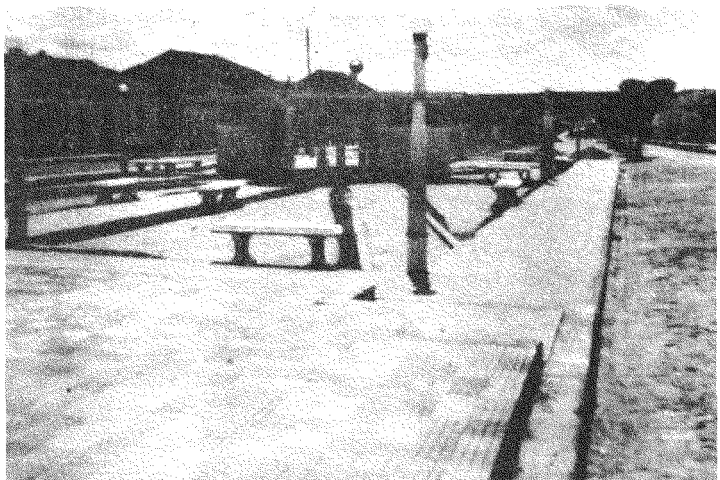
Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de três distritos: Goianinha, Espírito Santo e Tibau.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona do Litoral e a sede dista, em linha reta, 57 quilômetros da capital Estadual — Direção — 0° 49' S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 6° 16' de latitude Sul e 35° 13' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 31 metros.

CLIMA — Salubre, o clima; ameno no verão e frio no inverno.

Aspecto da cidade em dia de feira

ÁREA — A área do município soma 541 quilômetros quadrados.

Igreja-Matriz de N. S.ª dos Prazeres

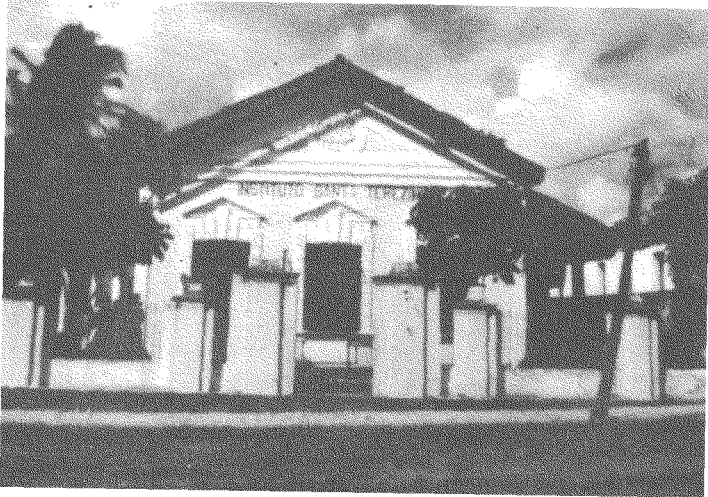
POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950, o município contava 21 040 habitantes: 10 434 homens e 10 606 mulheres. Concentravam-se na zona rural 93% da população do município.

Aspecto parcial da principal praça da cidade

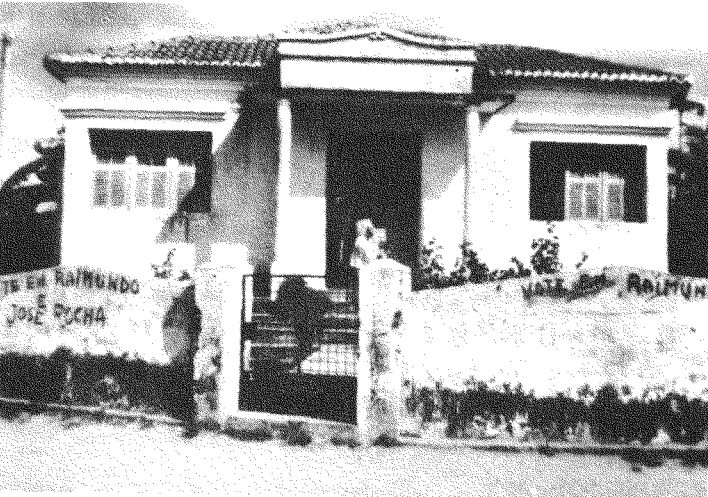
Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 29 551 habitantes.

Grupo Escolar Moreira Brandão

Aglomerações urbanas — Existem no município três aglomerações urbanas — a cidade e duas vilas. O Recenseamento de 1950 registrou apenas a população da cidade de

Goianinha — 1 472 habitantes. Os distritos de Espírito Santo e Tibau foram criados depois de 1950.

O Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Norte estima a população dêsses dois distritos em 1 370 habitantes.

Instituto Santa Terezinha

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Pelo Recenseamento de 1950, 90% das pessoas econômicamente ativas concentravam-se no ramo agropecuário.

Pôsto Médico Dr. Leandro Cavalcanti

Dotado de terras férteis, o município tem na agricultura sua maior fonte de riqueza. No Censo Agrícola de 1950, 20% das terras dos estabelecimentos agropecuários eram utilizadas com a lavoura.

Vista parcial da margem da praia de Pipa

São Sebastião da Pedra — Povoado de Pipa

Em 1955 os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Batata-doce	Tonelada	24 000	12 000
Mandioca	»	13 300	6 860
Algodão	»	885	5 428
Cana-de-açúcar	»	24 000	4 800
Feijão	Saco 60 kg	11 400	4 788
Côco-da-baía	Cento	7 160	1 432
Fava	Saco 60 kg	3 900	1 404

Goianinha produz ainda agave, banana, laranja, manga e milho. O valor total da produção agrícola atingiu, em 1955, 40 milhões de cruzeiros.

A pecuária contribui também com uma parcela considerável para a economia local. No Censo Agrícola de 1950, 16% das terras dos estabelecimentos agropecuários eram utilizadas com pastagens.

Outro aspecto parcial da praia de Pipa

Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	6 500	26 000
Eqüinos	1 000	1 000
Asininos	500	250
Muares	1 000	1 200
Suínos	6 000	6 000
Ovinos	2 000	800
Caprinos	4 000	1 200

Açude "Bosque" (em construção), com a cooperação do D.N.O.C.S.

Indústria — O Registro Industrial de 1955 informa que o município possuía 15 estabelecimentos, nos quais trabalhavam 231 pessoas e cujo valor da produção atingiu 1 946 milhares de cruzeiros. Os principais ramos da indústria são o têxtil (beneficiamento de algodão) e os de produtos alimentares.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se por estrada de rodagem às cidades vizinhas: Arês, Canguaretama, Nova Cruz, Pedro Velho e São José de Mipibu. E' servido pela Estrada de Ferro Sampaio Correia. Liga-se à capital estadual por estrada de rodagem (67 quilômetros) e ferrovia (64 quilômetros).

COMÉRCIO — Existem 1 estabelecimento de comércio atacadista na sede municipal e 98 de comércio varejista em todo o município.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 14% da população presente de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — O Grupo Escolar Moreira Brandão ministra ensino primário fundamental comum às crianças da sede do município, que conta com 40 unidades escolares.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	1 174	978	978
Tributária	174	195	195
Despesa fixada	1 254	978	978
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	804	959	1 331
Tributária	144	241	280
Despesa realizada	865	971	1 307

EFEMÉRIDES — Realiza-se anualmente na cidade de Goianinha a festa de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira do município.

GROSSOS — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Grossos foi, sem dúvida, um dos primeiros locais da região do rio Mossoró conhecido pelo homem branco. Parte do seu território já figurava nos vários mapas dos séculos XVI e XVII.

Por volta de 1760, o sargento-mor Antônio de Souza Machado, português de Braga (o mesmo que seria mais tarde o consolidador do povoamento de Mossoró), estabeleceu-se em Grossos com fazendas de criar gado e associou-se ao cunhado, José Alves de Oliveira, no estabelecimento de "oficinas de carne", onde se preparou a primeira carne de charque daquela região, com o fim de exportação para o sul do país. Parte daí a denominação de "Ilha das Oficinas", nome pelo qual era conhecida a atual Estação de Pôrto Franco.

Prefeitura Municipal

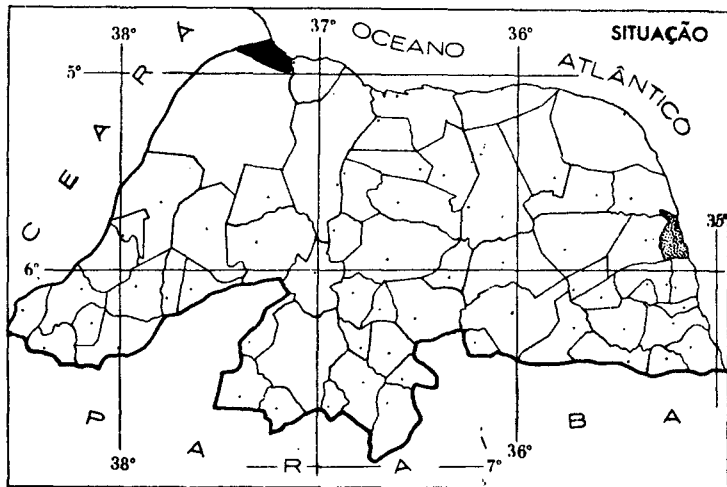
Em 1901, a povoação de Grossos foi elevada à categoria de vila pela Assembléia Estadual do Ceará, daí resultando a célebre questão de Grossos, de que foi patrono Rui Barbosa, que, em última instância, conseguiu ver reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal os direitos do Rio Grande do Norte.

Pela Lei n.º 1 005, de 11 de dezembro de 1953, Grossos foi desmembrada do município de Areia Branca, juntamente com o distrito de Tibau, formando um novo município situado à margem esquerda e na barra do rio Mossoró. A denominação de Grossos é bem antiga e, segundo alguns autores, originou-se de uma ilha, coberta de um capim muito grosso, e conhecida pela denominação de Ilha dos Capins Grossos.

Agência dos Correios e Telégrafos

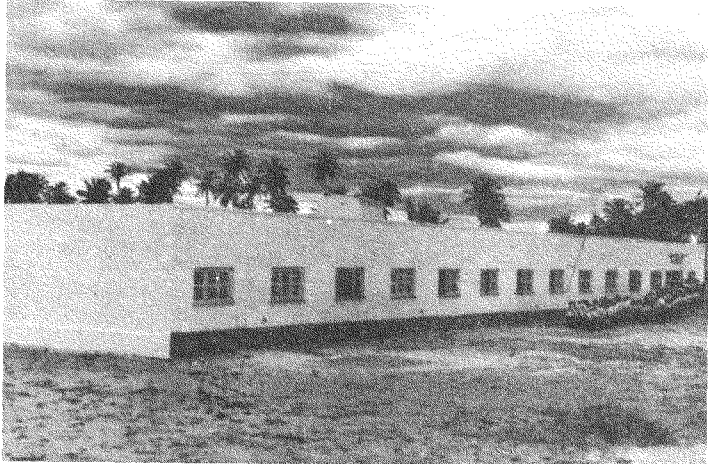
Capela do Sagrado Coração de Jesus

Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de dois distritos: Grossos e Tibau.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão Centro-Norte do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — E' subtropical o clima da região.

ÁREA — A área do município mede 201 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento de 1950, Grossos tinha 4 478 habitantes, dos quais 2 214 homens e 2 264 mulheres. Da sua população 54% localizavam-se no quadro rural.

Grupo Escolar Municipal, recém-construído

Aglomerações urbanas — Existem duas aglomerações urbanas — a do distrito-sede e a de Tibau — com 1 655 e 410 habitantes, respectivamente, na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

Escola Rural

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A extração de sal, nas salinas à margem do rio Mossoró, é a principal atividade da população local. Em 1956, sua produção atingiu 6 850 toneladas, no valor de 1 028 milhares de cruzeiros.

A pesca constitui outra importante atividade. A produção do pescado, em 1955, foi aproximadamente de 70 toneladas, no valor de 908 milhares de cruzeiros.

A agricultura e a pecuária não têm significado econômico.

Pôsto de Puericultura Professor Francisco Dias da Cunha

Em 1955, o valor total das culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico atingiu 201 milhares de cruzeiros, assim distribuídos: côco-da-baía — 151 milhares; feijão — 50 milhares de cruzeiros.

Os rebanhos do município são dos menores do Estado. Em 1956, a população pecuária era a seguinte:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	700	1 260
Eqüinos	150	225
Asininos	240	192
Muares	140	182
Suínos	250	137
Ovinos	1 100	220
Caprinos	1 300	260

A indústria é pouco desenvolvida e representada por oito estabelecimentos industriais. Êsses estabelecimentos

ocupavam, em 1955, 71 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 176 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — Grossos liga-se, por diversos meios de transporte, aos municípios seguintes: Areia Branca — Fluvial: 2 quilômetros. Mossoró — 1) Rodoviário: 40 quilômetros; 2) Misto: a) ferroviário (E.F.M.O.): 38 quilômetros, até a Estação de Pôrto Franco; b) fluvial ou rodoviário: 2 quilômetros. Aracati (CE) — Marítimo: 52 milhas.

COMÉRCIO — O comércio do município não é desenvolvido. Quase todo o seu movimento mercantil é feito à base da exportação do sal marinho.

Em 1956, havia 17 estabelecimentos de comércio varejista.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja de 30%, quota observada naquele ano, calculada sôbre o total das pessoas de 10 anos e mais.

Ensino — Em 1956, havia 17 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	273	717	730
Tributária	228	218	220
Despesa fixada	273	630	730
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	205	724	994
Tributária	187	214	237
Despesa realizada	271	1 060	846

IPANGUAÇU — RN

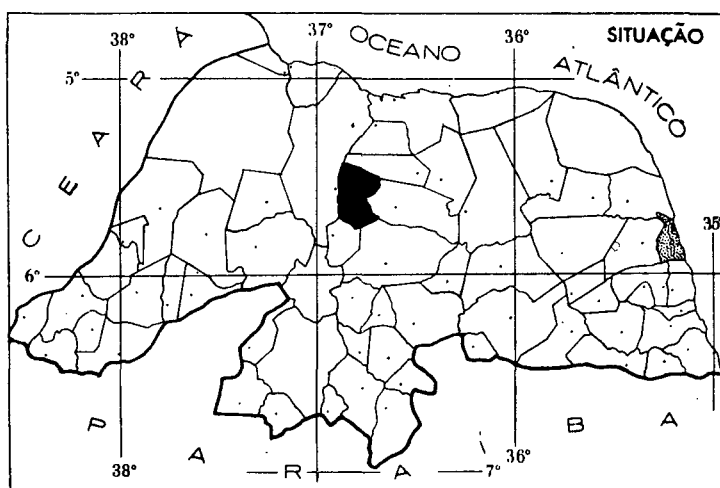
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A árvore genealógica potiguar parece ter raízes e tronco respectivamente no município de Natal — o primeiro a ser criado — e nas antigas Vilas de Portalegre, Arês, São José do Mipibu, Canguaretama e outras. Dêsses núcleos surgiram os primeiros municípios, dos quais se foram desmembrando outros, até formarem como que a copa da árvore, onde, no cume, se encontram as mais novas unidades municipais do Estado, e entre êles Ipanguaçu.

Até 23 de dezembro de 1948, Ipanguaçu era distrito de Santana do Matos. O povoamento originou-se de uma fazenda de gado, ali instalada pelo major Ovídio Montenegro. Antigo distrito de Sacramento, recebeu a denominação atual em homenagem a um tuxaua potiguar, que muito ajudou a colonização portuguêsa em fins do século dezesseis (XVI).

O município foi criado pela Lei estadual n.º 146, de 23 de dezembro de 1948, ocorrendo sua instalação a 1.º de janeiro de 1949.

Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, Ipanguaçu é constituído de um único distrito — o da sede.

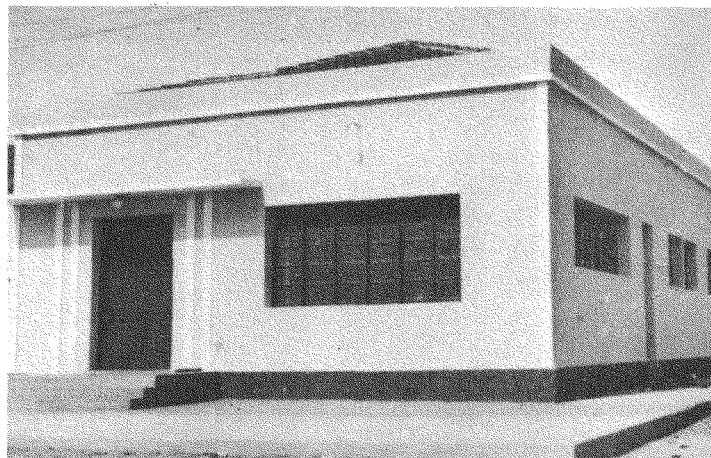
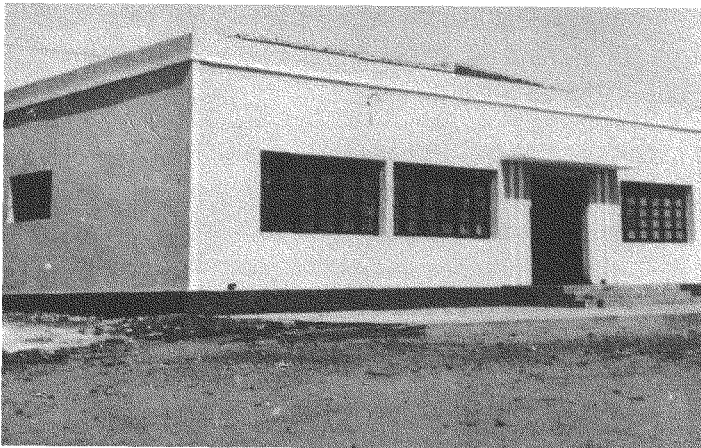
LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica Centro-Norte e a sede dista, em linha reta, 188 quilômetros da capital estadual — Direção — 81° 32' N.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 5° 31' de latitude Sul e 36° 53' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ÁREA — A área do município totaliza 589 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950 o município registrou 9 670 habitantes: 4 803 homens e 4 957 mulheres. Concentram-se no quadro rural 95% da população do município.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 10 430 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana, a da sede, com 615 habitantes (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No Recenseamento de 1950, 89% das pessoas econômicamente ativas (10 anos e mais) concentravam-se no ramo agropecuário. Dos 55 741 hectares pertencentes aos 409 estabelecimentos agropecuários do município, 3 875 eram utilizados com lavoura, e 16 027, com pastagens.

Prefeitura Municipal

Câmara Municipal

A principal cultura é o algodão, que em 1955 concorreu com 75% para o total da produção agrícola.

No mesmo ano os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	825	8 250
Batata-doce	»	1 200	1 200
Banana	Cacho	14 000	560
Milho	Saco 60 kg	2 600	390
Feijão	» » »	1 920	384

Ipanguaçu produz ainda arroz, côco-da-baía, laranja, manga e melancia.

A economia local depende também da pecuária. Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	7 500	30 000
Eqüinos	600	1 800
Asininos	2 700	1 350
Muares	400	400
Suínos	2 800	1 960
Ovinos	3 900	1 170
Caprinos	4 800	1 440

INDÚSTRIA EXTRATIVA — A produção extrativa vegetal é representada pela cêra de carnaúba, intensamente praticada em Ipanguaçu. Em 1955 foram produzidos ... 105 000 quilogramas, no valor de 4 200 milhares de cruzeiros.

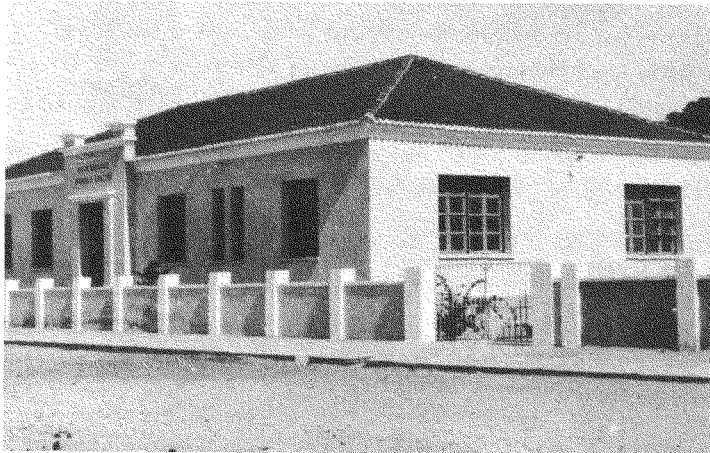
Indústria — O Registro Industrial de 1955 informa que existiam no município 11 estabelecimentos de indústrias diversas, nos quais trabalhavam 37 pessoas e cujo valor da produção atingiu 1 575 milhares de cruzeiros.

Pôsto Médico

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à Capital estadual por estrada de rodagem: 1) Açu (24 quilômetros); 2) Afonso Bezerra (54 quilômetros); 3) Angicos (48 quilômetros); 4) Pendências (63 quilômetros); 5) São Rafael (36 quilômetros); 6) Natal (225 quilômetros).

COMÉRCIO — Existem no município 6 estabelecimentos de comércio varejista.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento de 1950, 26% das pessoas presentes de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — Conta o município com 11 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum.

Maternidade Marola Caldas

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	547	579	654
Tributária	130	135	135
Despesa fixada	547	579	653
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	585	635	1 015
Tributária	72	101	138
Despesa realizada	645	495	653

ITAÚ — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros colonizadores do território que hoje constitui o município ali se estabeleceram no último quartel do século XVII. E' "região histórica no ciclo do gado, pela luta dos sesmeiros para a fixação e defesa dos currais contra os cariris", na expressão de Luís de Câmara Cascudo.

O município foi criado pela Lei n.º 376, de 14 de novembro de 1953, desmembrado do município de Apodi.

Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, Itaú é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão Oeste do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

CLIMA — Quente e sêco, o clima.

ÁREA — A área do município mede 337 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento de 1950 Itaú tinha 4 967 habitantes, dos quais 2 493 homens e 2 474 mulheres. De sua população, 77% localizam-se no quadro rural.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 5 312 habitantes.

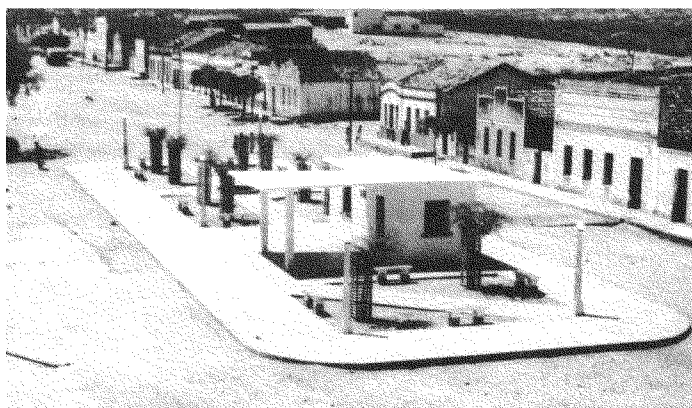
Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana, a do distrito-sede, com 428 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

Prefeitura Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A "agricultura e pecuária" é o ramo de atividade que reúne o maior número de pessoas ativas no município.

A importância da agricultura na economia local decorre, principalmente, do cultivo do algodão, que, em 1955, representou 56% do valor de tôdas as culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico. Também o feijão e o milho são cultivados com regularidade e, em menor escala, a cana-de-açúcar, batata-doce e mandioca.

Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 5 861 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	450	3 300
Feijão	Saco 60 kg	8 000	1 600
Milho	» » »	3 060	520
Cana-de-açúcar	Tonelada	414	104
Batata-doce	»	84	101
Mandioca	»	340	85

Principal praça da cidade

Quanto à pecuária, estavam assim discriminados, em 1956, os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	6 800	20 400
Eqüinos	1 000	1 000
Asininos	1 400	560
Muares	1 800	2 700
Suínos	5 000	2 000
Ovinos	12 000	2 400
Caprinos	10 500	1 890

A indústria é pouco desenvolvida e representada por 20 estabelecimentos industriais. Êsses estabelecimentos ocupavam, em 1955, 163 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 253 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — Itaú liga-se a Natal por estrada de rodagem, numa distância de 350 quilômetros. Cidades vizinhas: 1) Apodi (36 quilômetros); Portalegre (30 quilômetros); Iracema (CE) (60 quilômetros).

COMÉRCIO — O município mantém transações comerciais com Mossoró, Pau dos Ferros e Campina Grande

Outra praça do município, ao fundo a Igreja-Matriz

(PB). Entre os produtos importados figuram tecidos, ferragens, louças, sal, açúcar, café, etc.

Em 1956, havia 24 estabelecimentos comerciais varejistas.

ALFABETIZAÇÃO — Estima-se que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja da ordem de 35%, calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais.

Ensino — Em 1956, havia 34 unidades de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	116	696	796
Tributária	72	109	109
Despesa fixada	116	660	796
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	46	563	807
Tributária	31	45	66
Despesa realizada	90	504	875

EFEMÉRIDES — Celebra-se anualmente, no dia 22 de setembro, a festa de Nossa Senhora das Dores.

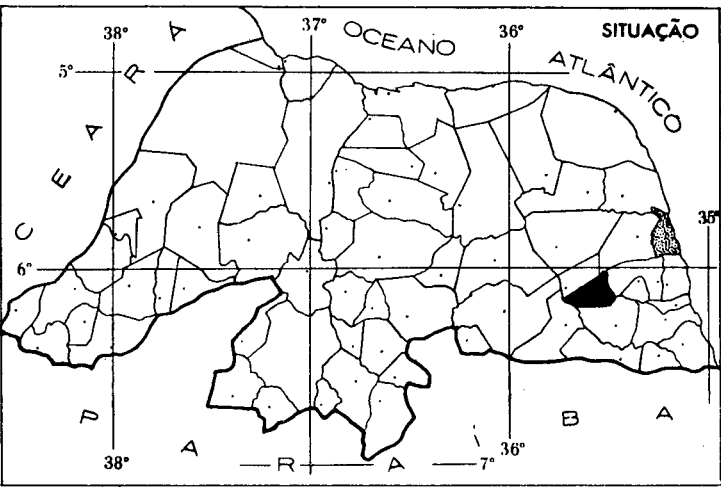
JANUÁRIO CICCO — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O município foi criado pela Lei n.º 996, de 11 de dezembro de 1953. O território de Januário Cicco ocupa tôda a área da antiga vila de Boa Saúde, que pertencia ao município de São José de Mipibu, e partes dos municípios de Santo Antônio e São José do Campestre. A instalação ocorreu a 1.º de janeiro de 1954, quando sua sede recebeu foros de cidade.

Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito — o da sede.

CLIMA — E' quente e sêco o clima.

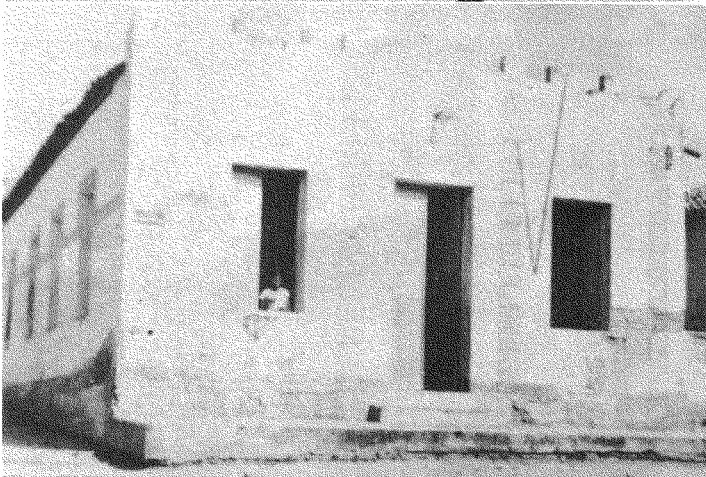
Prefeitura Municipal

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ÁREA — A área do município mede 264 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Estimativa da Agência Municipal de Estatística revela que o município contava em 1956, cêrca de 8 000 habitantes. Os 70% da população localizam-se no quadro rural.

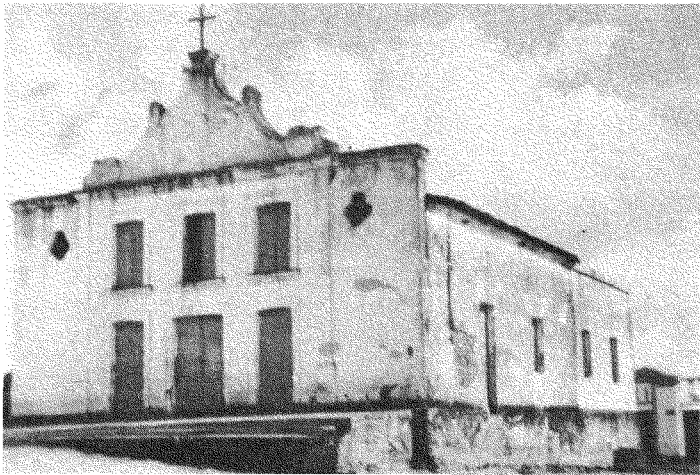
Aglomerações urbanas — Existe uma aglomeração urbana — a do distrito-sede.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A "agricultura e pecuária" é o ramo de atividade que congrega o maior número de pessoas ativas no município.

A importância da agricultura na economia local decorre, principalmente, do cultivo do algodão, que em 1955, representou, 56% do valor de tôdas as culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico.

Grupo Escolar Municipal

Também o milho, fava e feijão são cultivados com regularidade e, em menor escala, a mandioca e a agave.

Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 5 222 milhares de cruzeiros, com a seguinte discriminação:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	560	2 949
Milho	Saco 60 g	6 000	900
Fava	» » »	4 000	720
Feijão	» » »	1 140	268
Mandioca	Tonelada	465	209
Agave	»	39	176

Igreja-Matriz Municipal

Quanto à pecuária, estavam assim discriminados, em 1956, os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	8 500	34 000
Eqüinos	700	1 750
Asininos	620	620
Muares	250	500
Suínos	1 000	1 000
Ovinos	1 200	480
Caprinos	1 300	520

MEIOS DE TRANSPORTE — Januário Cicco comunica-se com os municípios vizinhos por meio de estradas carroçáveis: Monte Alegre (36 quilômetros); São José do Campestre (28 quilômetros); Serra Caiada (18 quilômetros); Santo Antônio (31 quilômetros); São José de Mipibu (33 quilômetros). Liga-se, também, à capital do Estado, por estrada de rodagem (86 quilômetros).

COMÉRCIO — O comércio não é desenvolvido. Quase todo o seu movimento mercantil é feito à base da exportação do algodão. Entre os produtos importados figuram tecidos, medicamentos, gêneros alimentícios, etc.

O município mantém transações comerciais principalmente com as praças de Nova Cruz, Santo Antônio e Natal.

Em 1957, havia 32 estabelecimentos comerciais varejistas.

ALFABETIZAÇÃO — Estima-se que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja da ordem de 15% calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais.

Rua Mário Câmara (principal)

Ensino — Em 1956, havia 17 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000) 1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	113	618	618
Tributária	79	79	79
Despesa fixada	113	618	618
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	68	597	835
Tributária	38	51	60
Despesa realizada	142	280	768

JARDIM DE PIRANHAS — RN

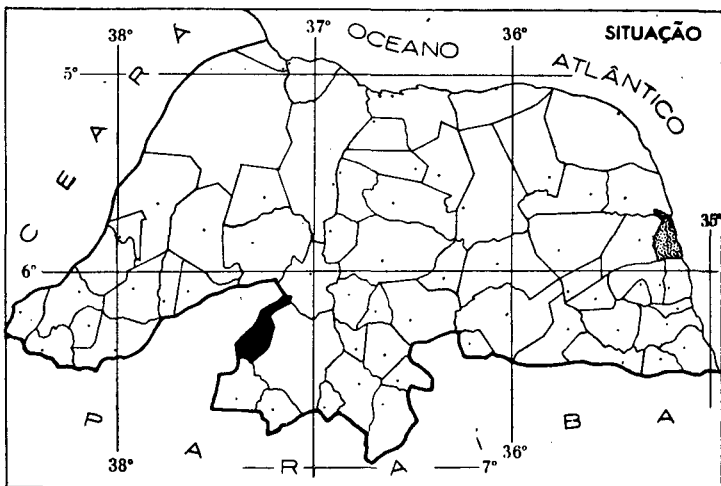
Mapa Municipal no 5.º Vol.

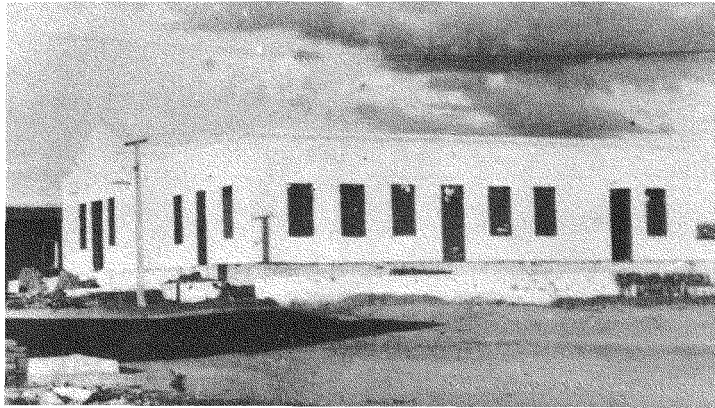
HISTÓRICO — A história do povoamento de Jardim de Piranhas está intimamente ligada à de tôda a região do Seridó. Acredita-se que os primeiros fundamentos da colonização tenham ocorrido no século XVII.

A primeira proprietária de terrenos na área que hoje constitui o município era Margarida Cardoso, que os doou para a construção de uma capela erigida sob a invocação de Nossa Senhora dos Aflitos.

Até o ano de 1948 o distrito de Jardim de Piranhas pertencia ao município de Caicó. A Lei n.º 146, de 23 de dezembro de 1948, criou o município, ocorrendo sua instalação a 1.º de janeiro de 1949.

Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, Jardim de Piranhas é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município pertence à Zona Fisiográfica do Seridó e a sede dista, em linha reta, 248 quilômetros da Capital estadual — Direção — 74° 03' S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 6° 23' de latitude Sul e 37° 21' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é salubre. Subtropical — quente e sêco no verão e ameno no inverno.

Prefeitura Municipal

ÁREA — A área do município soma 391 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950 o município tinha 5 750 habitantes — 2 817 homens e 2 933 mulheres. Concentravam-se no quadro rural 75% da população.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana, a da sede, com 1 089 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No Recenseamento de 1950, 90% das pessoas econômicamente ativas (10 anos e mais) concentravam-se no ramo "agricultura e pecuária".

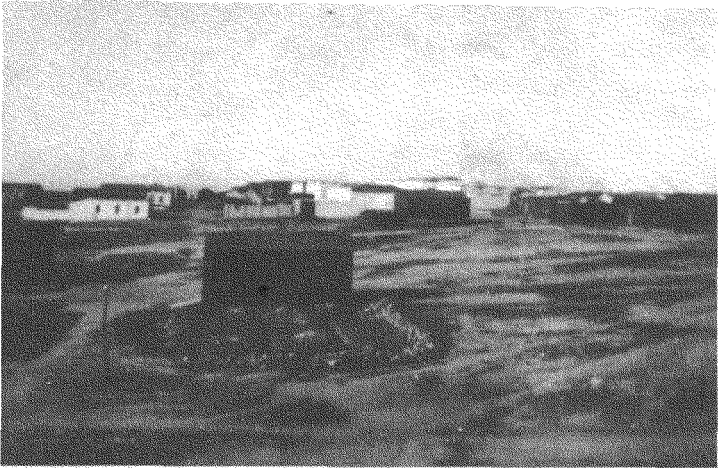
Em 1955, os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

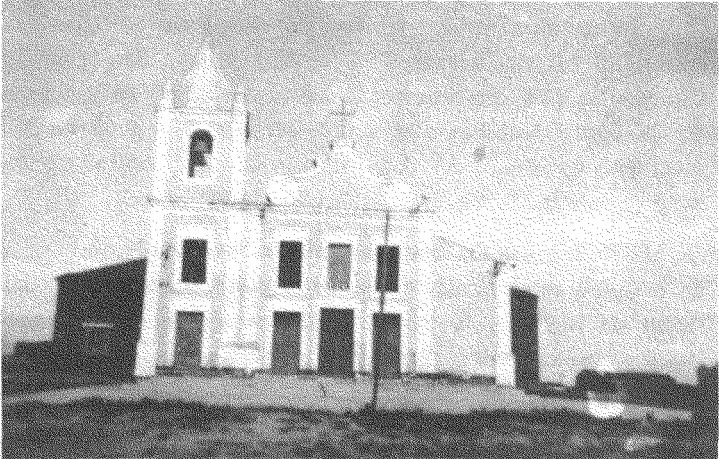
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Feijão	Saco 60 kg	1 530	505
Algodão	Tonelada	63	504
Batata-doce	»	300	300
Arroz	Saco 60 kg	600	144
Milho	» » »	500	70

Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	4 200	11 760
Eqüinos	180	540
Asininos	520	208
Muares	190	570
Suínos	330	198
Ovinos	1 200	360
Caprinos	300	90

Vista da cidade primitiva em 1954

Os principais produtos de origem animal apresentaram, em 1955, as seguintes cifras: carne verde de bovino — 54 270 quilogramas; carne verde de suíno — 31 010 quilogramas; carne verde de ovino — 6 300 quilogramas; carne verde de caprino — 10 680 quilogramas; couro salgado de gado bovino — 7 960 quilogramas; pele sêca de ovino — 368 quilogramas; pele sêca de caprino — 535 quilogramas; toucinho fresco — 22 150 quilogramas. O valor total dêsses produtos foi de 3 412 milhares de cruzeiros.

Vista da cidade nova em 1954

A produção de leite foi de 1 226 000 litros de leite, no valor de 3 065 milhares de cruzeiros. Há ainda regular produção de queijo e manteiga.

Igreja de N.S. dos Aflitos

INDÚSTRIA EXTRATIVA — A produção extrativa mineral é representada pela xilita, e a vegetal, pela oiticica. Em 1955, foram produzidos 2 600 quilogramas de xilita e 185 000 quilogramas de oiticica, no valor de 182 e 222 milhares de cruzeiros, respectivamente.

Mercado Público Municipal

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se por estrada de rodagem às cidades vizinhas: Caicó, Jardim do Seridó, Serra Negra do Norte e Jucurutu. Liga-se à Capital do Estado por estrada de rodagem (314 quilômetros).

COMÉRCIO E BANCOS — Existe uma cooperativa de crédito e uma agência do Banco do Nordeste do Brasil. O município conta com 3 estabelecimentos de comércio atacadista e 16 de comércio varejista.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 37% da população de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — Em 1956 foram registrados no município 17 estabelecimentos de ensino pré-primário, primário fundamental comum, e supletivo.

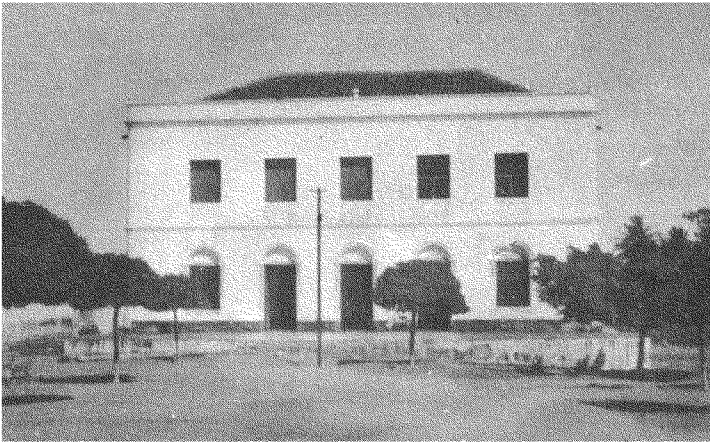
FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

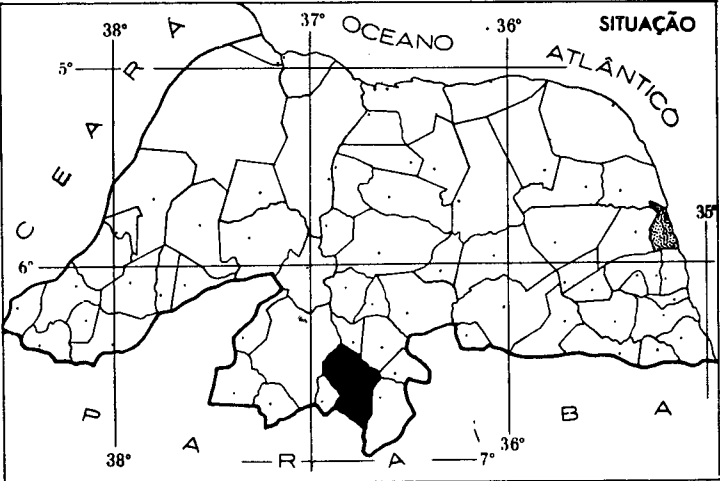
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	780	920	925
Tributária	111	140	139
Despesa fixada	780	920	925
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	694	748	1 073
Tributária	124	137	157
Despesa realizada	798	728	1 095

JARDIM DO SERIDÓ — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

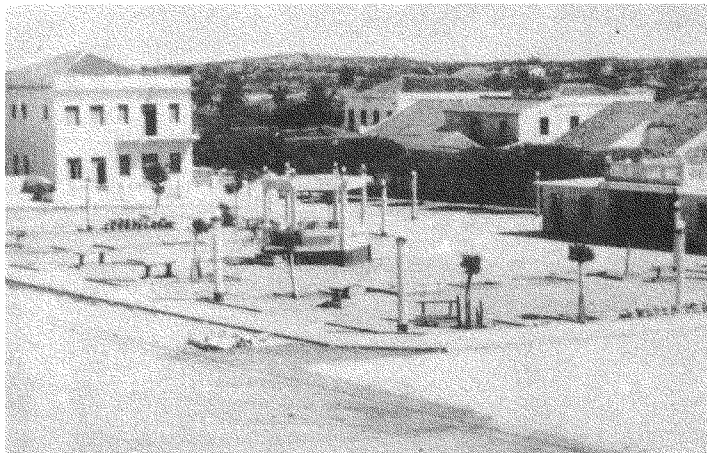
HISTÓRICO — As primeiras penetrações no território do atual município de Jardim do Seridó ocorreram no último quartel do século XVII, quando para ali se dirigiu uma expedição comandada por Domingos Jorge Velho, que reprimiria sublevação dos índios cariris, habitantes da região. As correntes de povoamento só afluíram, porém, depois de 1770, quando Antônio Azevedo Maia ali se estabeleceu, numa fazenda que denominou Conceição, adquirida ao sargento-mor Alexandre Nunes Matos. O município, antiga povoação de Conceição do Azevedo, foi criado pela Lei provincial n.º 407, de 1.º de setembro de 1858, com a denominação de Jardim. A instalação ocorreu a 4 de julho de 1859. Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, Jardim do Seridó é constituído do distrito-sede e dos de Santana e São José do Seridó.

Trecho da Rua Dr. Fernandes

Quartel de Polícia e Cadeia Pública

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão do Seridó. A sede municipal, que dista 196 quilômetros em linha reta de Natal, na direção de 62º 26' S.O. — tem as seguintes coordenadas geográficas: 6º 34' 59" de latitude Sul e 36º 46' 25" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

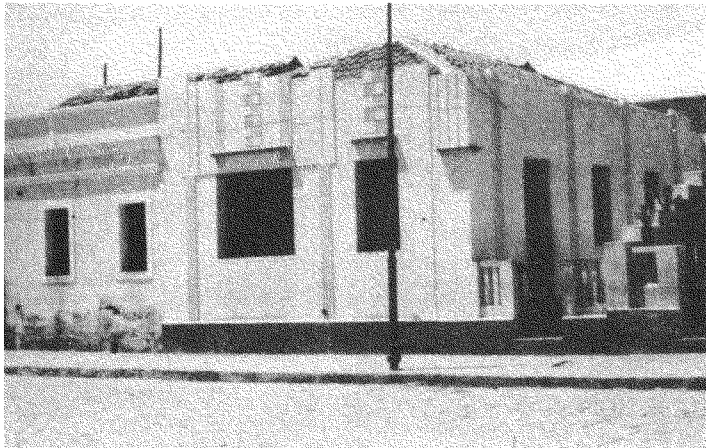
ALTITUDE — Altitude da sede municipal: 220 metros.

CLIMA — O clima é quente, amenizado no inverno.

ÁREA — Tem o município uma área de 808 quilômetros quadrados.

Praça Dr. José Augusto

Rua Cel. José Tomaz

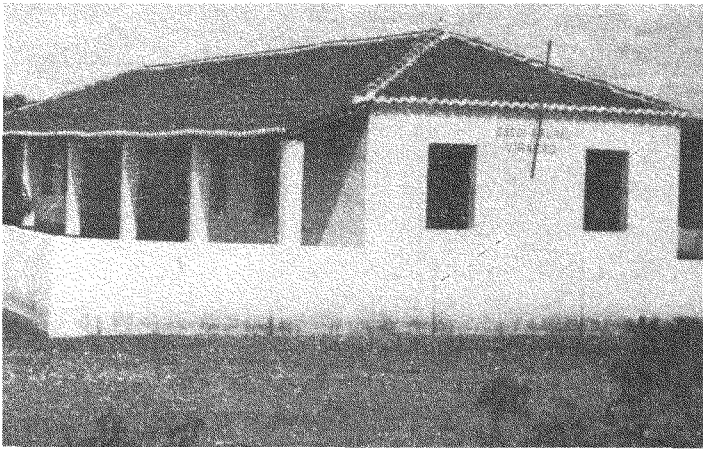
POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, Jardim do Seridó contava com 16 047 habitantes, dos quais 7 985 homens e 8 062 mulheres. Da população, 85% localizavam-se no quadro rural.

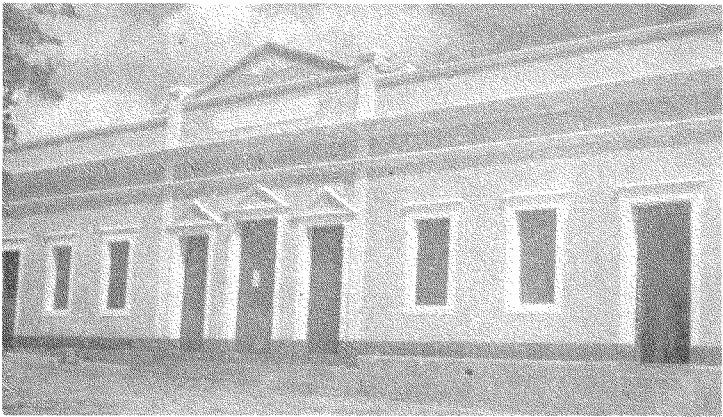
Posteriormente o município sofreu o desmembramento do distrito de Ouro Branco, que contava, naquela data, com 4 334 habitantes. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 12 784 habitantes.

Prédio da Legião Brasileira de Assistência

Aglomerações urbanas — Existem três aglomerações urbanas: Jardim do Seridó, São José do Seridó e Santana. As duas primeiras tinham, na data do Censo, 1 285 e 341 habitantes, respectivamente (quadros urbano e suburbano).

Não se dispõem de dados sôbre o distrito de Santana, criado recentemente.

Escola Rural do Sítio São Paulo

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A "agricultura e pecuária" é o ramo de atividade que congrega o maior número de pessoas ativas no município. A importância da agricultura na economia local decorre, principalmente, do cultivo do algodão da variedade mocó, um dos melhores que se conhece pela sua sedosidade, resistência e extensão da fibra. De ano para ano sua superior qualidade mais se acentua, graças aos métodos mecânicos já empregados no plantio. Em 1955, o valor da produção agrícola atingiu 11 457 milhares de cruzeiros, concorrendo o algodão com a parcela de 7 924 milhares, ou seja, 69% do valor de tôda a produção. Assim estavam discriminados, no mesmo ano, os principais produtos agrícolas.

Escola Rural do Sítio Viração

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	849	7 924
Feijão	Saco 60 kg	9 000	1 620
Batata-doce	Tonelada	1 250	1 250
Milho	Saco 60 kg	1 200	180
Arroz	»	330	119

Mercado Público

Quanto à pecuária, assim se discriminavam, em 1956, os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	3 200	16 000
Eqüinos	260	325
Asininos	1 900	1 900
Muares	150	300
Suínos	620	372
Ovinos	28 500	8 550
Caprinos	1 600	480

A extração de produtos minerais constitui boa fonte de renda da população. Em 1955, a produção de minérios

Edifício da Usina Elétrica Municipal

atingiu 5 144 milhares de cruzeiros, com a seguinte distribuição:

PRODUTOS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$ 1 000)
Xilita	61 479	4 920
Columbita	680	170
Berilo	7 700	54

A extração de produtos vegetais concorre, também, para a economia local. Em 1955 foram extraídas 352 toneladas de oiticica, no valor de 390 milhares de cruzeiros. A indústria é representada por 12 estabelecimentos industriais. Êsses estabelecimentos, em 1955, ocupavam 271 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 1 151 milhares de cruzeiros.

A indústria de beneficiamento do algodão é a de maior relêvo, seguindo-se a de fabricação de rapaduras e a cerâmica, além de várias outras de menor porte.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município se acha incluído no sistema rodoviário central do Estado. Liga-se, por estrada de rodagem ou estradas carroçáveis, aos principais centros econômicos e aos municípios de Caicó, Acari, Parelhas, Ouro Branco, Carnaúba do Dantas e Cruzeta. Comunica-se com Natal por meio de rodovia, cuja extensão é de 233 quilômetros.

COMÉRCIO — O movimento mercantil é feito à base da exportação do algodão. Além dêste produto, o comércio local transaciona com couros e peles, sementes de oiticica e vários minérios — xilita, columbita e berilo. Em 1956, havia 6 estabelecimentos comerciais atacadistas, 41 varejistas e uma cooperativa agropecuária.

Barradem do Sítio Currais Novos, vendo-se o plantio de arroz

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 35%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

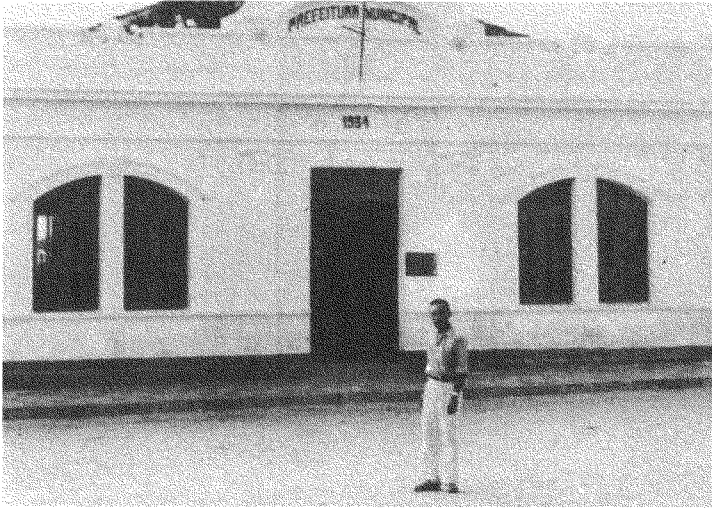
Ensino — Em 1956, havia 40 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

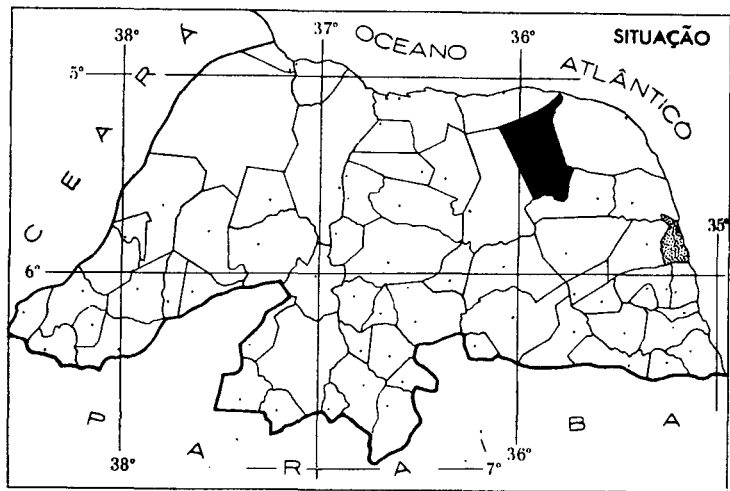
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	1 033	1 015	1 110
Tributária	364	340	340
Despesa fixada	1 033	1 015	1 110
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	897	985	1 378
Tributária	284	320	382
Despesa realizada	1 054	827	1 068

JOÃO CÂMARA — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Com o prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, que atingiu o território do município em 1910, começaram a surgir as primeiras casas no local onde hoje está situada a cidade de João Câmara. O município foi criado pela Lei estadual n.º 697, de 29 de outubro de 1928, com o nome de Baixa Verde, ocorrendo sua instalação a 1.º de janeiro de 1929. A Lei n.º 852, de 11 de junho de 1935, deu à vila foros de cidade. A partir de 19 de novembro de 1953, a Lei estadual n.º 899 mudou o nome do município para João Câmara. Segundo o quadro administrativo do país, vigente em 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito — o da sede.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Agreste e a sede dista, em linha reta, 72

quilômetros da Capital do Estado, na direção de 69° 55' N.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 5° 32' 19" de latitude Sul e 35° 48' 49" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 144 metros.

CLIMA — Salubre, ameno e sêco é o clima de João Câmara.

ÁREA — A área do município é de 1 241 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo os dados do último Recenseamento, o município, do qual em 25 de novembro de 1953 foi desmembrado o distrito de São Bento do Norte, tinha, em 1950, 14 586 habitantes — (7 167 homens e 7 419 mulheres). Concentram-se no quadro rural 76% da população. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 18 668 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana, a da sede, com 3 495 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Com base no Recenseamento Geral de 1950, pode-se afirmar que 76% das pessoas econômicamente ativas concentram-se no ramo agricultura e pecuária. Assenta-se na agricultura a economia de João Câmara. E' um dos maiores produtores de algodão do Estado. Em 1955 o algodão representou 54% do

Grupo Escolar Capitão José da Penha

Igreja-Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens

total da produção agrícola do município. No Censo Agrícola de 1950, 16% da área dos estabelecimentos agropecuários eram utilizados na lavoura.

Em 1955, foram os seguintes os principais produtos agrícolas, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	2 175	14 138
Agave	»	1 500	6 750
Mandioca	»	2 800	1 680
Milho	Saco 60 kg	8 600	1 548
Feijão	» » »	2 540	610
Manga	Cento	12 000	480

João Câmara produz ainda amendoim, banana, batata-doce, côco-da-baía, fava e melancia. Embora dotado de boas pastagens, o município não tem na pecuária um ramo de atividade tão importante quanto o da agricultura. Em 31 de dezembro de 1956, os rebanhos de João Câmara assim se discriminavam:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	7 300	36 500
Eqüinos	3 800	7 600
Asininos	3 200	1 600
Muares	1 100	2 750
Suínos	11 600	9 280
Ovinos	10 700	4 280
Caprinos	11 200	4 480

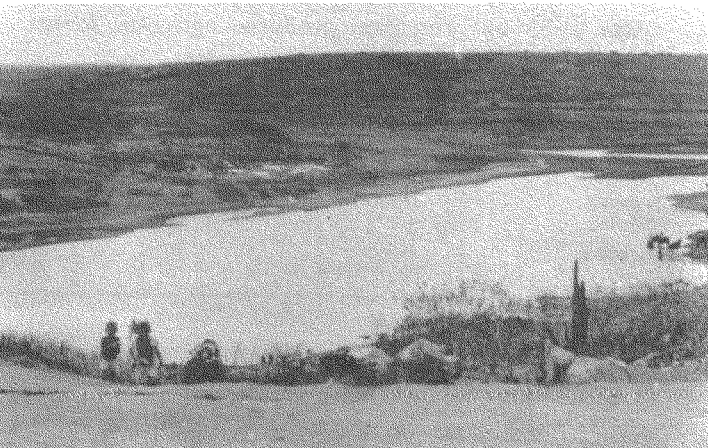
Produção de origem animal — Em 1955 o município produziu 65 605 quilogramas de carne verde de bovino, 13 230 de carne verde de suíno, 8 136 de carne verde de ovino, 8 980 de carne verde de caprino, 9 035 de couro salgado de gado bovino, 1 244 de couro sêco de ovino, caprino e

gado bovino, e 9 450 de toucinho fresco, no valor total de 116 milhares de cruzeiros.

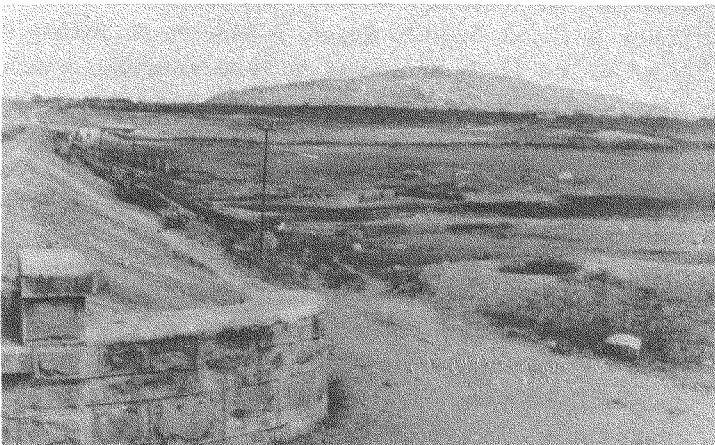
Indústria — O Registro Industrial de 1955 informa que o município possuía 13 estabelecimentos industriais, nos quais trabalhavam 291 pessoas e cujo valor da produção atingiu 1 141 milhares de cruzeiros. Entre êsses estabelecimentos destacam-se os de beneficiamento de algodão e os de fabricação de farinha de mandioca. João Câmara é um grande produtor de cal no quadro estadual, aparecendo em 1955 como o segundo produtor do Rio Grande do Norte. Nesse ano o município produziu 2 470 toneladas no valor de 1 112 milhares de cruzeiros.

Hospital Regional João Câmara (em construção)

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna é servida pela Estrada de Ferro Sampaio Correia. Liga-se por estrada de rodagem às cidades vizinhas de Macau, São Bento do Norte, Lages, Taipu e Touros. Está ligado à Capital estadual por estrada de rodagem (78 quilômetros) e ferrovia (88 quilômetros).

COMÉRCIO — Existem no município 86 estabelecimentos varejistas e um Mercado Público.

Açude Pedra D'Água, com a capacidade de 3 500 000 m³

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 22% das pessoas presentes de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — O Grupo Escolar Capitão José da Penha ministra instrução primária às crianças da cidade de João Câmara. Em 1955, em todo o município existiam 19 unidades de ensino primário fundamental comum.

Açude Grande, com a capacidade de 500 000 m³

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

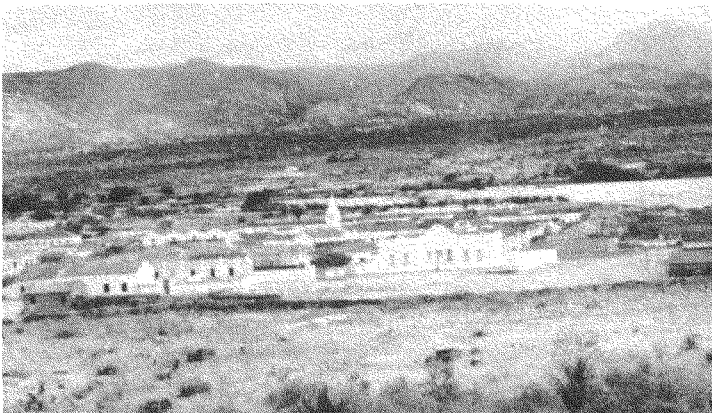
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	...	1 052	1 520
Tributária	...	230	375
Despesa fixada	...	1 052	1 520
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	...	1 116	1 442
Tributária	...	217	285
Despesa realizada	...	983	1 253

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Anualmente, no dia 19 de junho, celebra-se a festa de Nossa Senhora Mãe dos Homens, padroeira do município.

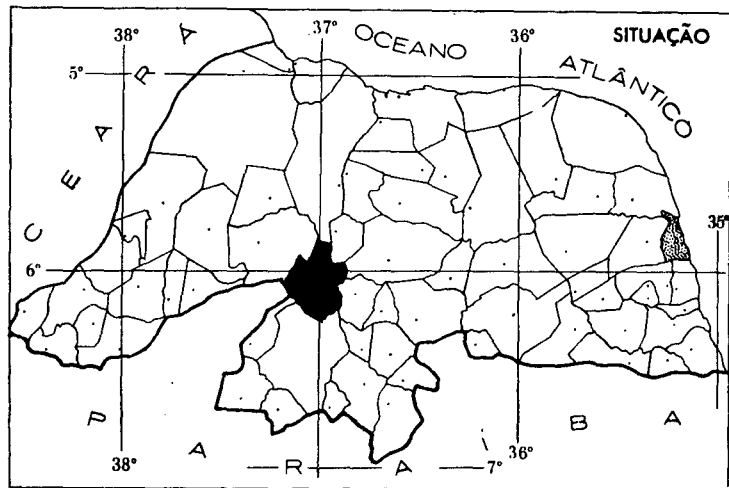
JUCURUTU — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes do território do município foram os índios da tribo Jucurutu, supostamente descendentes das tribos Canindé e Janduí. Inicialmente o local era conhecido por Saco dos Jucurutus. A causa determinante do povoamento do município é atribuída ao aldeamento de índios e à construção de uma capela, dedicada a São Sebastião e levantada por Antônio Batista dos Santos, primeiro povoador de Jucurutu, em 1862.

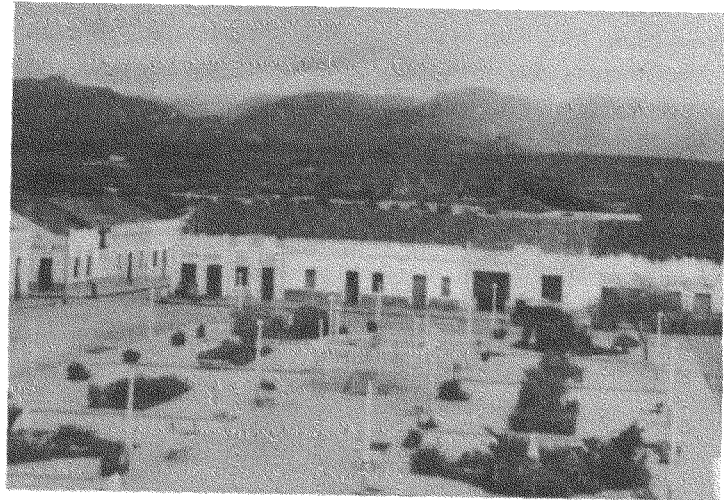
O município foi criado com a denominação de São Miguel de Jucurutu, por Decreto estadual n.º 932, de 11

Vista parcial da cidade

de outubro de 1935, com território desmembrado dos municípios de Caicó, Augusto Severo e Santana do Matos. A Lei n.º 87, de 10 de dezembro de 1936, concedeu à sede do município foros de cidade, que passou a chamar-se apenas Jucurutu, em virtude do Decreto n.º 603, de 31 de outubro de 1938. Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Seridó e a sede dista, em linha reta, 204 quilômetros da Capital estadual, na direção de 81º 30' S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 6º 02' 06" de latitude Sul e 37º 01' 02" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — E' de 70 metros a altitude da sede municipal.

CLIMA — Salubre, o clima local; quente e sêco no verão e ameno no inverno.

ÁREA — A área do município é de 898 quilômetros quadrados.

Praça Marechal Deodoro

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, o município contava 9 366 habitantes (4 662 homens e 4 704 mulheres). Concentram-se no quadro rural, 86% da população.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana, a cidade de Jucurutu, com 1 281 habitantes (quadros urbano e suburbano).

Igreja-Matriz de São Sebastião

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo o Censo de 1950, 92% das pessoas econômicamente ativas (10 anos e mais) concentravam-se no ramo agropecuário. Constitui a agricultura uma das mais importantes fontes de riqueza do município. Seguem-se a pecuária e a indústria extrativa mineral.

Em 1955 os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Batata-doce	Tonelada	5 800	5 800
Algodão	»	555	4 440
Milho	Saco 60 kg	13 340	1 708
Cana-de-açúcar	Tonelada	2 600	1 300
Feijão	Saco 60 kg	3 600	1 296

O município produziu ainda arroz, banana, côco-da-baía, fava, mamona, mandioca, manga, melancia, melão e tomate. O valor total da produção agrícola dêsse ano foi estimado em 16 milhões de cruzeiros. Os rebanhos da comuna estavam assim discriminados em 31 de dezembro de 1956:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	11 100	44 400
Eqüinos	170	255
Asininos	880	704
Muares	400	960
Suínos	4 800	3 840
Ovinos	12 000	3 600
Caprinos	4 000	1 200

Escola Comercial do Município

A produção de origem animal apresentou, em 1955, as seguintes cifras em quilogramas: carne verde de bovino — 45 765; carne verde de suíno — 26 355; carne verde de ovino — 8 940; carne verde de caprino — 6 220; toucinho fresco — 18 825; couro sêco de gado bovino — 3 729; pele sêca de ovino — 522; pele sêca de caprino — 312. O valor total dêsses produtos foi de 2 892 milhares de cruzeiros.

Indústria — A indústria extrativa mineral é representada pela xilita, cuja produção tem aumentado consideràvelmente nos últimos anos. Em 1956 foram extraídas 146 toneladas, no valor de 17 milhões de cruzeiros. Em relação às diversas classes de indústria, o Registro Industrial de 1955 informa que o município contava com 9 estabelecimentos, nos quais trabalhavam 176 pessoas e cujo valor da produção atingiu 325 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se, por estrada de rodagem, à Capital do Estado e às seguintes cidades vizinhas: 1 — Augusto Severo (60 quilômetros); 2 — Caicó (60 quilômetros); 3 — Florânia (57 quilômetros); 4 — Santana do Matos (54 quilômetros); 5 — São Rafael (...). Dispõe Jucurutu de um campo de pouso, a 6 quilômetros da cidade.

COMÉRCIO — Existem uma cooperativa agropecuária e 50 estabelecimentos de comércio varejista.

Quartel, Cadeia Pública e Delegacia de Polícia

ASPECTOS URBANOS — A cidade tem 25 logradouros públicos, com 5 300 metros calçados com paralelepípedos, e quase 600 prédios.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, 28% das pessoas presentes de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — O município conta com 27 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum e uma escola de comércio.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

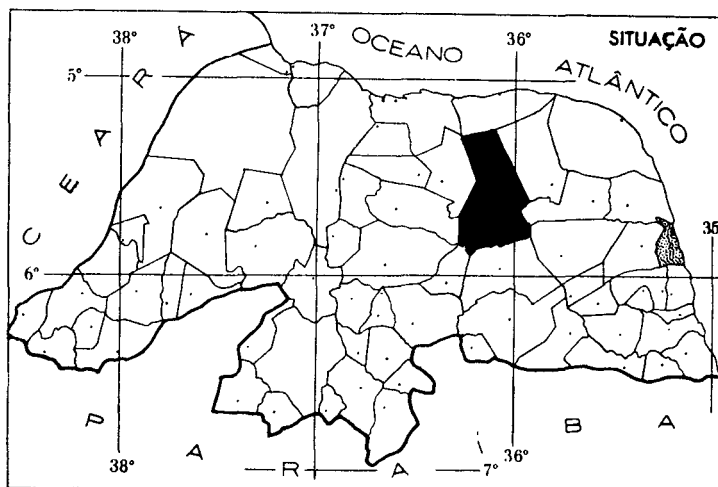
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	778	813	1 000
Tributária	194	212	321
Despesa fixada	778	813	1 000
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	784	897	1 494
Tributária	232	348	633
Despesa realizada	849	816	1 333

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Na sede municipal realiza-se anualmente, no mês de janeiro, a festa de São Sebastião, padroeiro de Jucurutu.

LAGES — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O município foi criado pela Lei estadual n.º 360, de 25 de novembro de 1914, com o nome de antiga fazenda existente no local desde 1832. Em 1943, pelo Decreto n.º 268, a designação foi modificada para Itaretama, sendo restituída a antiga denominação pela Lei número 1 032, de 11 de dezembro de 1953. E' servida pela Estrada de Ferro Sampaio Correia, que muito contribuiu para seu desenvolvimento. Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído dos distritos de Lages, Caiçara do Rio do Vento, Jardim de Angicos e Pedra Preta.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Centro-Norte do Estado. A sede municipal, que dista 116 quilômetros em linha reta de Natal, na direção de 85° 36' N.O., tem as seguintes coordenadas geográficas: 5° 41' 56" de latitude Sul e 36° 14' 51" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista da cidade

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 199 metros.

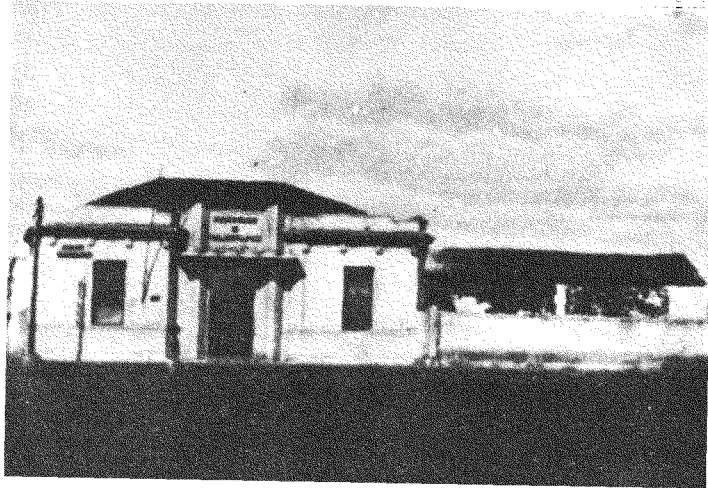
CLIMA — Sêco e saudável, o clima local.

ÁREA — A área do município é de 1 833 quilômetros quadrados.

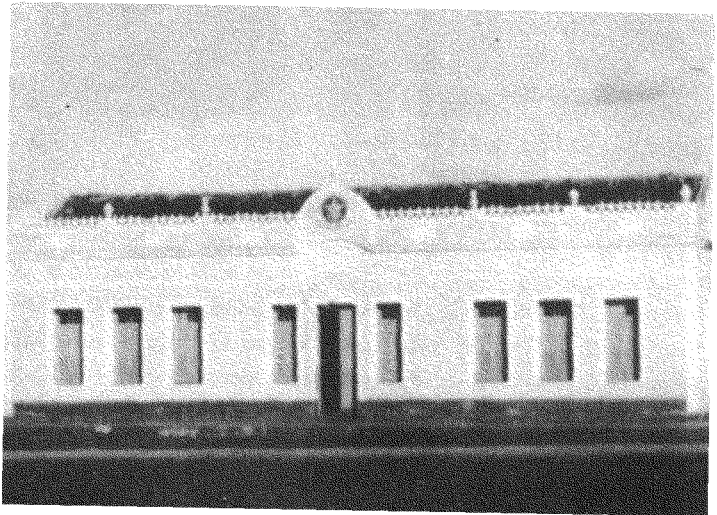
POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, Lages contava com 14 065 habitantes, dos quais 6 962 homens e 7 103 mulheres. Localizavam-se no quadro rural 86% da população.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 14 971 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existem quatro aglomerações urbanas: Lages, Jardim de Angicos, Pedra Preta e Caiçara do Rio do Vento. As três primeiras aglomerações contavam, na data do Censo, 1 559, 159 e 258 habitantes, respectivamente (quadros urbano e suburbano). Não se dispõe de dados sôbre o distrito de Caiçara do Rio do Vento, criado recentemente.

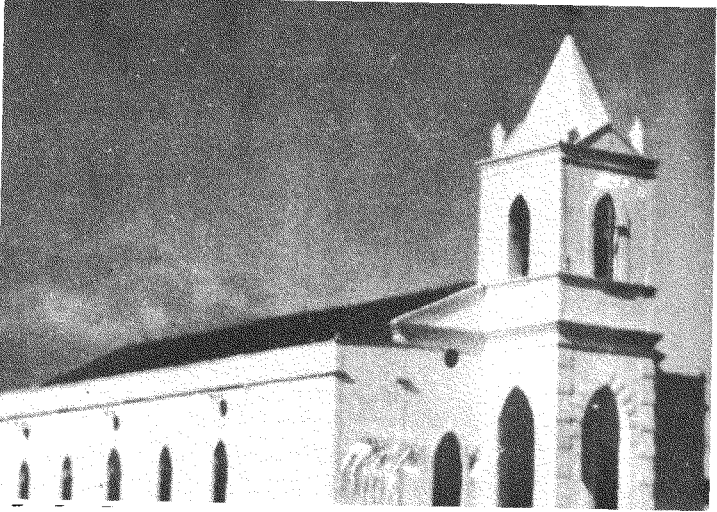
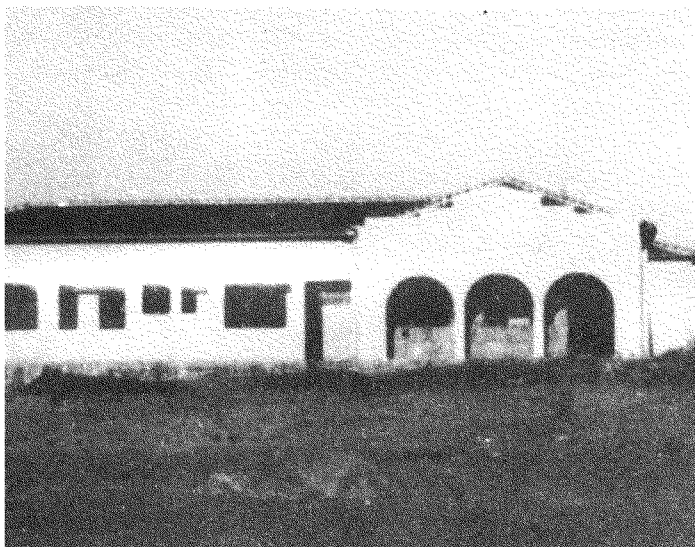
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constituem a agricultura e a pecuária o principal ramo de atividade da população local. A primeira é bem desenvolvida, não obstante

Agência dos Correios e Telégrafos

as sêcas periódicas que assolam a região. A grande fôrça da lavoura reside na cultura do algodão, que concorreu, em 1955, com 73% do valor total da produção agrícola do município. Ao algodão seguem-se as plantações de feijão, batata-doce e milho, produzidos com relativa abundância nos anos de bom inverno. Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 19 680 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	1 200	14 400
Feijão	Saco de 60 kg	23 240	4 416
Batata-doce	Tonelada	360	540
Milho	Saco de 60 kg	1 300	264
Agave	Tonelada	12	60

Grupo Escolar Pedro II

Quanto à pecuária, estavam assim discriminados, em 1956, os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	12 500	62 500
Eqüinos	1 500	2 700
Asininos	6 000	3 000
Muares	900	2 520
Suínos	9 000	8 100
Ovinos	13 000	5 200
Caprinos	12 000	4 800

A indústria é pouco desenvolvida e representada por 22 estabelecimentos industriais, que, em 1955, ocupavam 81 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 574 milhares de cruzeiros. A extração de produtos minerais constitui outra fonte de renda da população de Lages. Em 1955, extraíram-se 35 toneladas de xilita, no valor de 350 milhares de cruzeiros.

Igreja-Matriz de N.S.ª da Conceição

Maternidade Municipal (em fase de construção)

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna é servida pela Estrada de Ferro Sampaio Correia que a liga a Natal, num percurso de 149 quilômetros. Por estradas carroçáveis, o município comunica-se com todos os centros econômicos da região e às cidades vizinhas.

COMÉRCIO — O comércio do município não é desenvolvido. E' feito à base de exportação do algodão e do gado, sendo Lages um dos municípios que abastecem Natal com reses para corte.

Em 1956, havia 105 estabelecimentos varejistas e uma cooperativa agropecuária.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 31%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

Ensino — Em 1956, havia 43 estabelecimentos de ensino, inclusive um curso normal regional.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	...	715	860
Tributária	...	97	110
Despesa fixada	...	888	860
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	715	802	1 131
Tributária	97	106	167
Despesa realizada	711	854	1 144

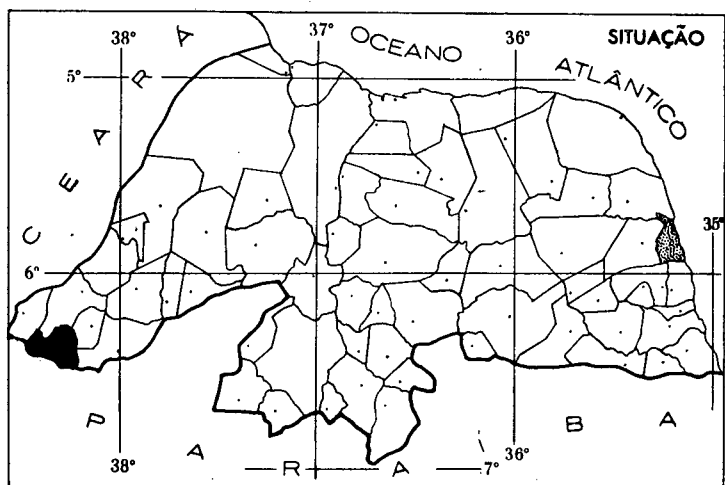
LUÍS GOMES — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O município foi fundado em 1756 pelo tenente-coronel Luís Gomes de Medeiros, natural do município de Caicó. Inicialmente, os povoadores se localizavam na chapada da serra Luís Gomes — onde está situada a sede do município —, na época denominada Serra do Senhor Bom Jesus. A Lei provincial n.º 976, de 1.º de junho de 1886, criou o distrito. O município foi criado pelo Decreto estadual n.º 31, de 5 de julho de 1890, com território desmembrado do município de Pau dos Ferros, ocorrendo sua instalação a 6 de agôsto do mesmo ano. O Decreto n.º 457, de 29 de março de 1938, concedeu a Luís Gomes foros de cidade.

O município está sujeito a sêcas periódicas. As mais severas foram as de 1877, 1908, 1915, 1919 e 1932. A última que assolou o território de Luís Gomes ocorreu em 1942. Por ocasião das sêcas deixam o município diversas levas de retirantes, que, passada a sêca, retornam em quase sua totalidade.

Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de dois distritos: Luís Gomes e José da Penha.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica Serrana e a sede dista, em linha reta, 360 quilômetros da Capital estadual, na direção de 78° 28' S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 6° 24' 52" de latitude Sul e 38° 23' 25" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 645 metros.

CLIMA — Possui Luís Gomes um dos melhores climas do Estado. No verão, a temperatura máxima em graus centígrados é 30 e a mínima, 24. No inverno, a máxima é 25 e a mínima 20.

ÁREA — A área do município é de 398 quilômetros quadrados.

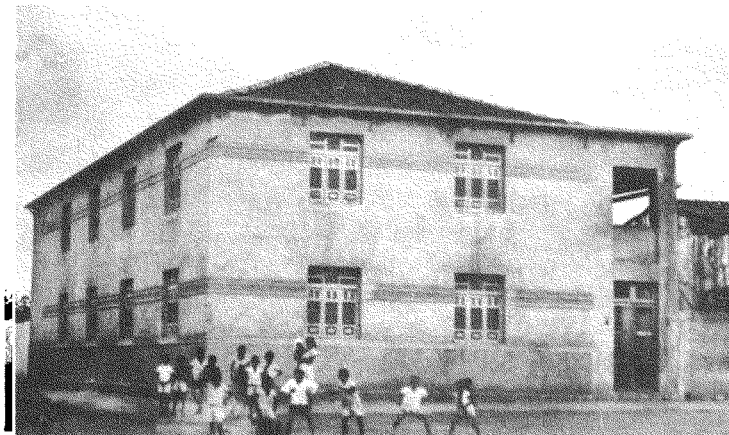
POPULAÇÃO — Pelos dados do Recenseamento Geral de 1950, havia 11 164 habitantes: 5 575 homens e 5 589 mulheres. Concentravam-se na zona rural 90% da população.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 13 451 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existem atualmente duas aglomerações urbanas, a cidade e uma vila, esta última criada em 1954. O Censo de 1950 fornece apenas a população do distrito-sede: 1 082 habitantes (quadros urbano e suburbano).

Prefeitura Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, 94% das pessoas econômicamente ativas (10 anos e mais) concentravam-se no ramo agricultura e pecuária. O município desenvolve intensa atividade na agricultura, sua principal fonte de riqueza. Em 1950, segundo dados do Censo Agrícola, 26% da área total dos estabelecimentos agropecuários de Luís Gomes eram utilizados com a lavoura. O principal produto é o algodão, que em 1955 concorreu com 62% para o total da produção agrícola da comuna. Nesse ano os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	3 057	24 456
Feijão	Saco de 60 kg	30 000	6 600
Milho	» » » »	43 700	5 244
Arroz	» » » »	5 040	1 134

Casa Paroquial

Houve ainda produção de agave, banana, batata-doce, cana-de-açúcar, côco-da-baía, fava, fumo, laranja, mamona, mandioca e manga. O valor total da produção agrícola foi de 40 milhões de cruzeiros. A pecuária ocupa lugar secundário na economia local. Em 31 de dezembro de 1956, estavam assim discriminados os seus rebanhos:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	4 300	8 600
Eqüinos	1 300	2 600
Asininos	1 400	1 400
Muares	1 400	2 800
Suínos	6 000	2 400
Ovinos	2 900	870
Caprinos	5 000	1 250

A produção de origem animal apresentou, em 1955, as seguintes cifras: carne verde de bovino — 51 840 quilogramas; carne verde de suíno — 84 735 quilogramas; carne verde de ovino — 21 768 quilogramas; carne verde de caprino — 24 330 quilogramas; toucinho fresco — 60 525 quilogramas; couro sêco de gado bovino — 4 224 quilogramas; pele sêca de ovino e caprino — 2 487 quilogramas. O valor total dessa produção foi de 5 milhões de cruzeiros.

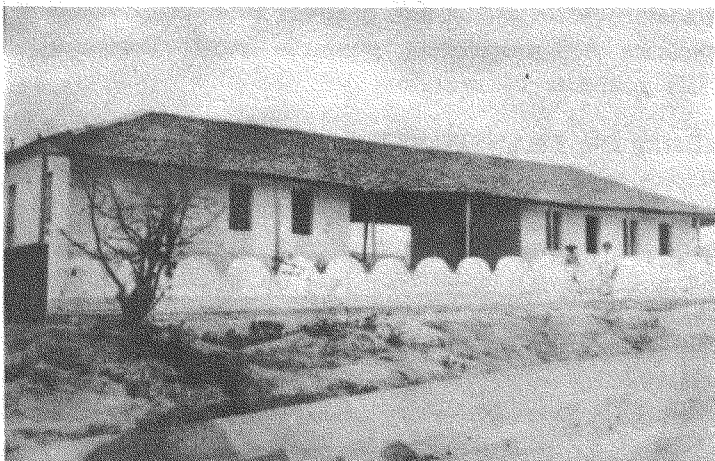
Produção extrativa — A indústria extrativa vegetal é a única existente no município, que apresenta uma produção modesta. Em 1955, foram extraídos 27 500 quilogramas de castanha de caju, 72 000 quilogramas de oiticica e 750 quilogramas de cêra de carnaúba, no valor total de 159 milhares de cruzeiros.

Igreja-Matriz de Senhora Sant'Ana

Indústria — Em relação às diversas classes de indústria, o Registro Industrial de 1955 informa que no município existiam 16 estabelecimentos, nos quais trabalhavam 43 pessoas e cujo valor da produção atingiu 1 738 milhares de cruzeiros.

Na zona rural existem 40 engenhos de rapadura e 50 casas de farinha de mandioca.

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna liga-se às cidades vizinhas e à Capital estadual por estrada de rodagem: 1 — Alexandria (66 quilômetros); 2 — Marcelino Vieira; 3 — Pau dos Ferros (51 quilômetros); 4 — São Miguel; 5 — Sousa, PB; 6 — Miraúma, PB; 7 — Natal (525 quilômetros).

COMÉRCIO — Existem 40 estabelecimentos de comércio varejista — 14 na sede do município e 26 na vila e povoados.

Grupo Escolar Municipal

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 32% da população presente de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — Conta o município com 35 unidades escolares do ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

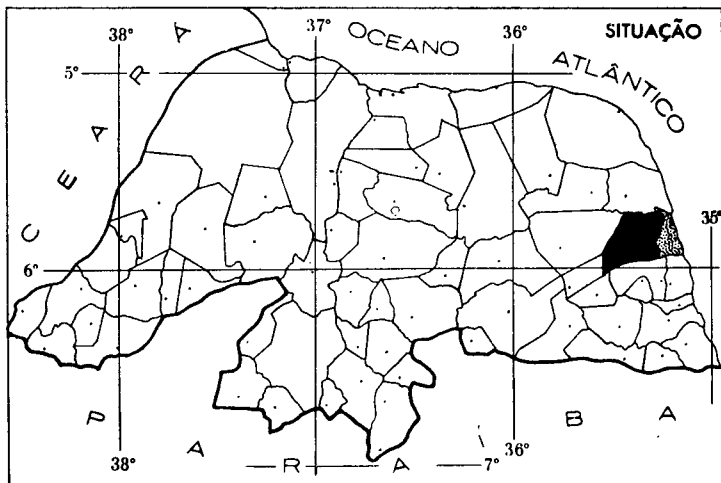
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	720	748	716
Tributária	85	105	146
Despesa fixada	720	748	716
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	666	779	1 116
Tributária	141	176	211
Despesa realizada	590	712	940

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Realizam-se anualmente duas festas religiosas: a de Nossa Senhora de Santana, padroeira do município, é celebrada nos dias 23 a 26 de julho, e a de São Francisco de Assis, padroeiro do distrito de José da Penha, nos quatro primeiros dias do mês de outubro.

MACAÍBA — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O topônimo Macaíba provém de uma espécie de palmeira, árvore não comum à região, existente na residência de Fabrício Gomes Pedroza, um dos primeiros povoadores do território. Nas últimas décadas do século XVIII, o núcleo demográfico existente era conhecido como Povoação do Coité, terra de plantio, sítios e fazendas. A Lei n.º 605, de 11 de março de 1868, criando um Juizado de Paz, já a designa, porém, como "Povoação de Macaíba". O município foi criado pela Lei provincial n.º 801, de 27 de outubro de 1877. A Lei provincial n.º 1 010, de 5 de janeiro de 1889, concede-lhe foros de cidade. Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de dois distritos — Macaíba e Felipe Camarão.

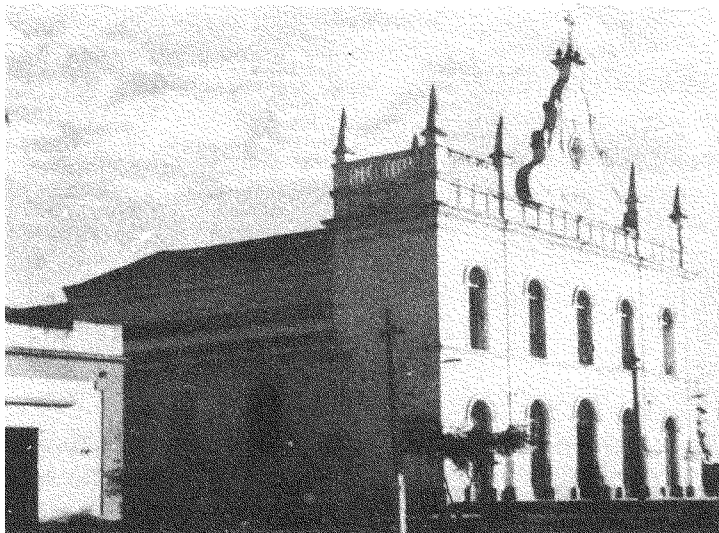
LOCALIZAÇÃO — O município está situado na zona do litoral. A sede municipal, que dista 20 quilômetros em linha reta de Natal, na direção de 60° 21' S.O., — tem as seguintes coordenadas geográficas: 5° 51' de latitude Sul e 35° 21' de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — E' de 50 metros a altitude da sede municipal.

CLIMA — Quente, sêco e salubre. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 34; média das mínimas — 16; média compensada — 26; precipitação no ano, altura total — 967 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 786 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, havia em Macaíba 40 339 habitantes, dos quais 19 887 homens e 20 452 mulheres. Localizavam-se no quadro rural 86% da sua população. Posteriormente, o município sofreu desmembramento do distrito de Serra Caiada, que contava, naquela data, 6 495 habitantes. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 43 369 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existem duas aglomerações urbanas: Macaíba e Felipe Camarão, que contavam, na data do Censo, 4 423 e 706 habitantes, respectivamente (quadros urbano e suburbano).

Igreja-Matriz Municipal

Obelisco em homenagem a Augusto Severo

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária congregam o maior número de pessoas ativas no município.

A agricultura é bastante desenvolvida, com culturas as mais diversificadas. Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 52 891 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mandioca	Tonelada	18 700	16 770
Algodão	»	1 785	8 925
Banana	Cacho	430 000	8 600
Agave	Tonelada	1 000	4 000
Milho	Saco de 60 kg	26 500	3 180
Manga	Cento	75 000	3 000
Batata-doce	Tonelada	2 560	2 560
Cana-de-açúcar	»	10 400	1 560
Fava	Saco de 60 kg	6 000	1 440

Além dos produtos especificados, o município produz ainda côco-da-baía, tomate e grande variedade de frutas. Quanto à pecuária, assim estavam discriminados, em 1956, os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	12 000	43 200
Eqüinos	2 100	3 780
Asininos	1 000	800
Muares	500	950
Suínos	5 000	4 250
Ovinos	2 600	1 690
Caprinos	3 200	1 760

A extração de produtos vegetais constitui também fonte de renda da população. Em 1955 foram extraídos 2 850 quilogramas de cêra de carnaúba, no valor de 95 milhares de cruzeiros. A indústria é representada por 43 estabelecimentos industriais, que, em 1955, ocupavam 445 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 2 194 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — Macaíba liga-se aos municípios vizinhos e à capital do Estado por estradas de rodagem: 1 — Ceará-Mirim (30 quilômetros); 2 — São Paulo do Potengi (52 quilômetros); 3 — Serra Caiada (54 quilômetros); 4 — São José do Mipibu (42 quilômetros); 5 — Natal (21 quilômetros).

COMÉRCIO — O comércio firma-se principalmente na exportação de produtos agrícolas, sobretudo o algodão. Na sede municipal em 1956 havia 3 estabelecimentos comerciais atacadistas, 135 varejistas e duas cooperativas de crédito. Natal é a principal praça com que Macaíba mantém transações comerciais.

ASPECTOS URBANOS — São calçados a paralelepípedos 35% dos logradouros públicos de Macaíba. Existem 380 ligações elétricas, uma pensão e 1 cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta Macaíba com 1 hospital, com 21 leitos disponíveis, e uma farmácia. Há um médico no exercício da profissão.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 17%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

Ensino — O ensino primário, em 1956, era ministrado por 40 estabelecimentos: 25 mantidos pelo Estado, 14 por particulares e 1 pelo município. Macaíba contava, também, com um curso agrotécnico e um de comércio.

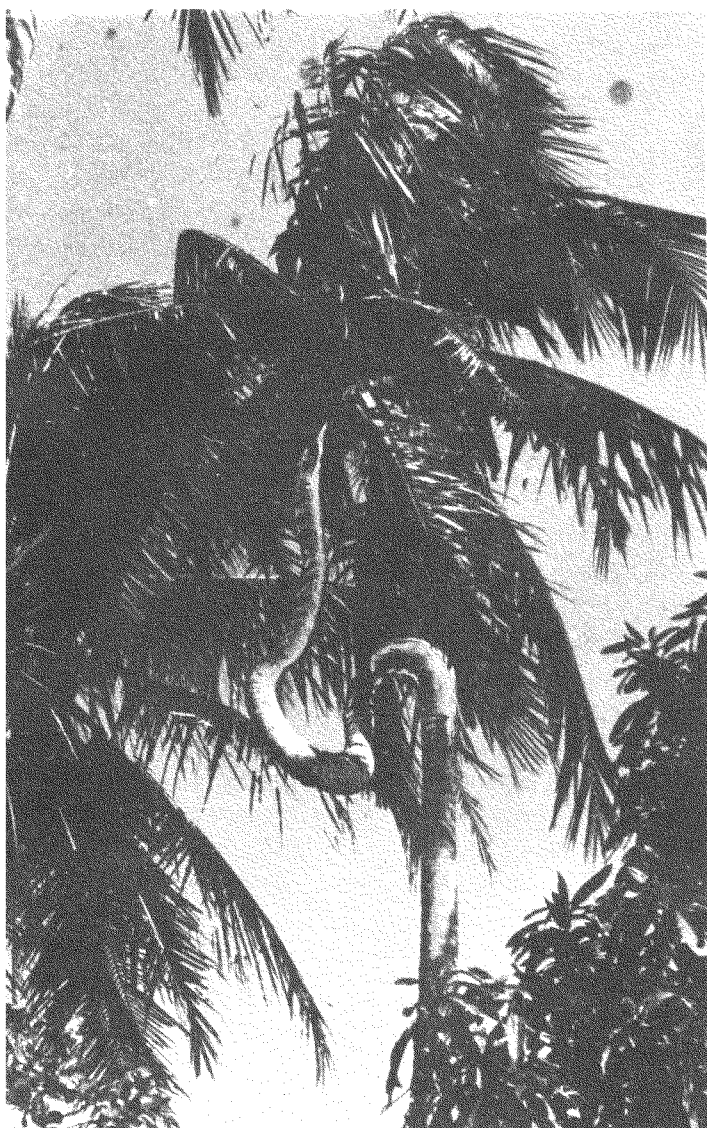
FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1952-1956, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1952	562	945	1 056	707	1 062
1953	735	687	1 430	1 259	1 353
1954	618	1 271	1 387	1 287	1 429
1955	651	1 011	1 474	1 374	1 479
1956 (1)	1 391	1 250	1 790	1 790	1 775

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Conta Macaíba com a biblioteca da Escola Agrotécnica de Jundiaí, especializada, com 600 volumes.

VULTOS ILUSTRES — São filhos do município o aeronauta Augusto Severo de Albuquerque Maranhão e o historiador Augusto Tavares de Lira.

FESTAS POPULARES — Como festas populares registram-se a ocorrência do "Fandango", "Boi dos Reis" e "Pastoril". Celebra-se, anualmente, no dia 8 de dezembro a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município.

Original coqueiro existente a longos anos na Escola Agrotécnica Municipal

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Existem em Macaíba 2 estabelecimentos de fomento agrícola, um estadual e outro federal. Atraem visitantes de municípios próximos as ruínas do Engenho Ferreira Torto e a Capela de Uruaçu. E' tradição local a festa denominada "Colheita da Jabuticaba", realizada entre os meses de janeiro e fevereiro. Durante alguns dias afluem para o Sítio Canavial dezenas de famílias locais e procedentes de Natal, dando à cidade um aspecto alegre e festivo.

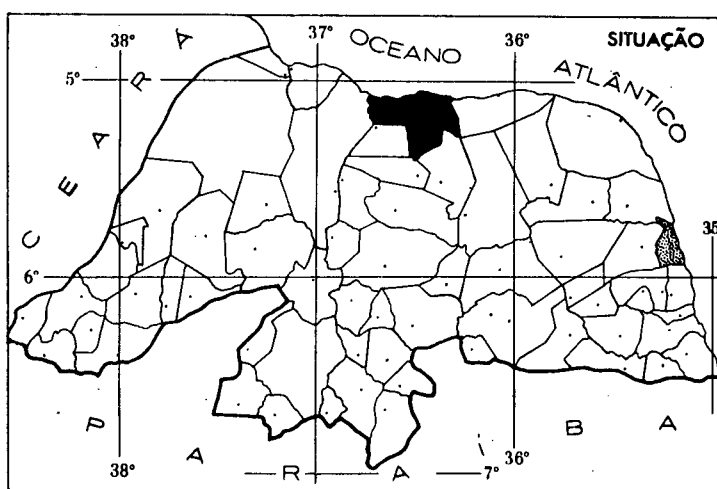
MACAU -- RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — No ano de 1825, aproximadamente, as águas do Atlântico começaram a invadir a pequena ilha de Manoel Gonçalves, que, nesse tempo, era habitada por portuguêses dedicados à exploração e ao comércio do sal. Em 1829, tornando-se impossível a permanência dêstes habitantes na ilha, decidiram êles transferir-se para outro local, escolhendo então a ilha de Macau, na foz do rio Açu. Os fundadores do povoado de Macau foram os portuguêses capitão Martins Ferreira, quatro genros dêste, José Joaquim Fernandes, Manoel José Fernandes, Manoel Antônio Fernandes e Antônio Joaquim de Souza, e ainda João Garcia Valadão e o brasileiro João da Hora. Os habitantes dedicavam-se inteiramente à exploração do sal, que ainda hoje constitui a base econômica do município.

Macau é uma corruptela da palavra chinesa *Ama-ngao*, que significa "abrigo ou pôrto de Ama, deusa dos navegantes".

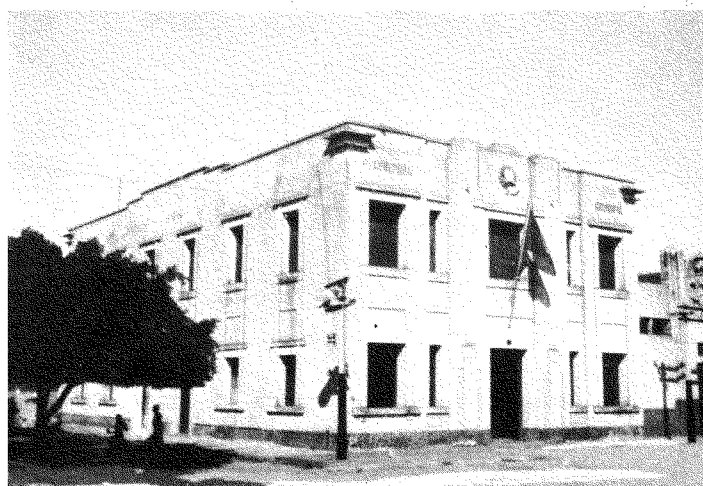
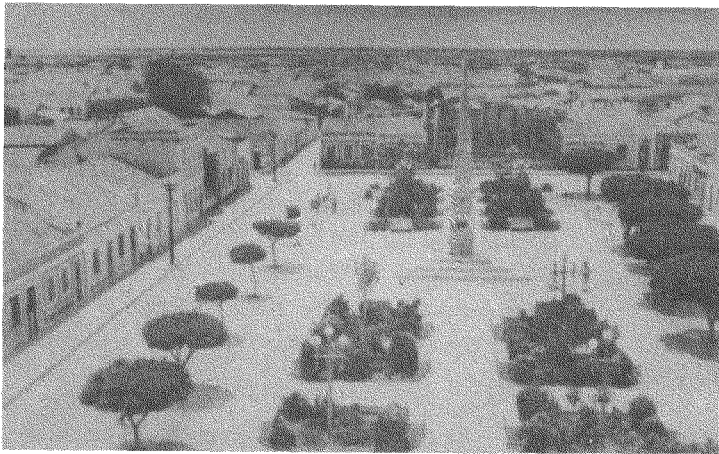
A povoação de Macau tornou-se município pela Lei n.º 158, de 2 de outubro de 1847. A Lei n.º 761, de 9 de outubro de 1875, concedeu a Macau foros de cidade. Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito, o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica Centro-Norte e a sede dista, em linha reta, 174 quilômetros da Capital estadual, na direção de 65° 47' N.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 5° 06' 56" de latitude Sul e 36° 38' 08" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de cinco metros.

CLIMA — Salubre, o clima. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 35; média das mínimas — 16; média compensada — 30. Precipitação no ano, altura total — 390,3 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 1 185 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento de 1950, o município contava 15 259 habitantes: 7 493 ho-

Praça da Conceição

mens e 7 766 muheres. A população, entretanto, está estimada atualmente em 18 000 habitantes. Concentram-se no quadro rural 50% da população.

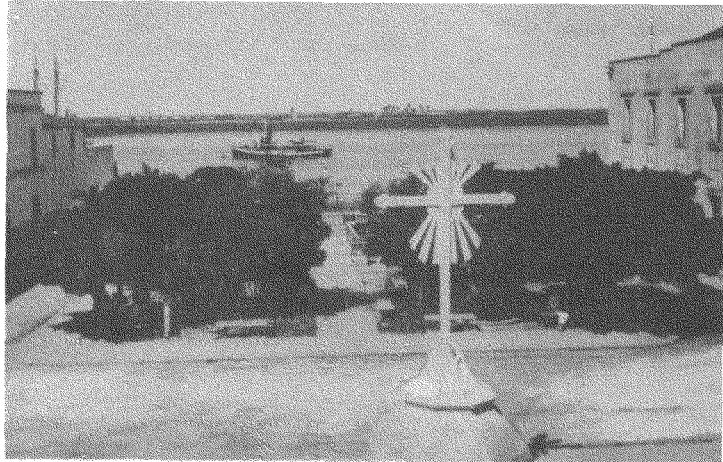
Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 26 343 habitantes.

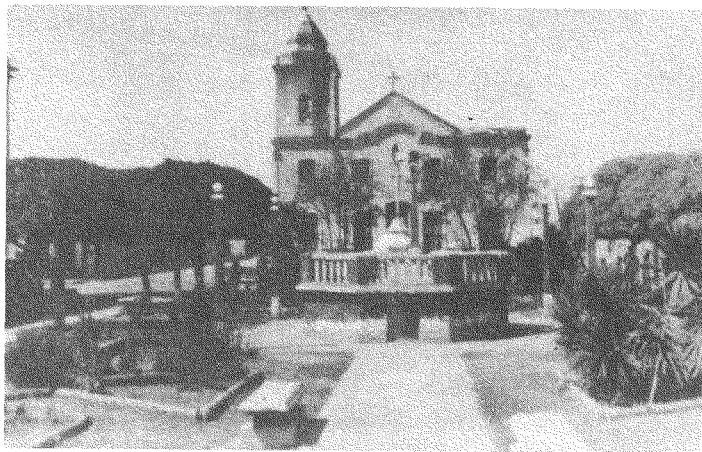
Aglomerações urbanas — Existe, atualmente, apenas uma aglomeração urbana, a da sede, com 7 661 habitantes.

Agência dos Correios e Telégrafos

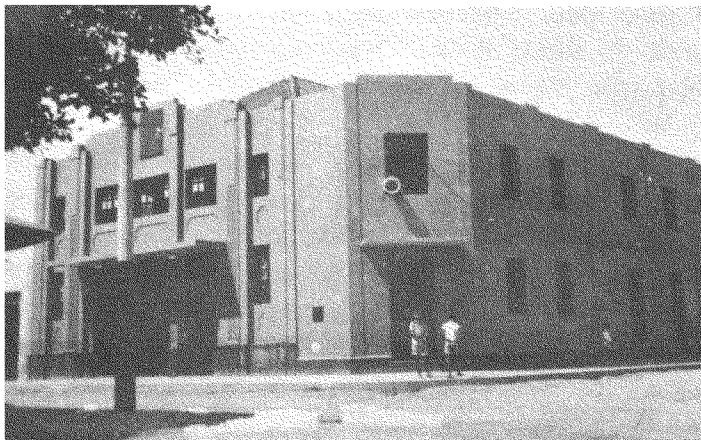
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Com base no Censo de 1950, 44% das pessoas econômicamente ativas concentram-se no ramo agropecuário e 25% no ramo indústrias extrativas. Embora o primeiro ramo absorva maior

Vista parcial da Rua Monsenhor Honório

número de pessoas, a base econômica do município está assentada na indústria extrativa do sal. Para o Rio Grande do Norte, o sal é uma das principais fontes de renda, ocupando, ao lado do algodão, posição de destaque na balança do comércio. Além de produzir sal de excelente qualidade, Macau é o maior produtor do Estado, para cujo total concorreu, em 1955, com 43%. As salinas de Macau estendem-se pelas margens dos rios Açu e Amargoso. Em 1955, a comuna produziu 151 080 toneladas de sal, no valor de 23 milhões de cruzeiros.

Praça Rio Branco

A produção agrícola é relativamente pequena, constituindo-se pràticamente na cultura do algodão e feijão, que em 1955 representaram 82% do total da produção agrícola de Macau.

Igreja-Matriz Municipal

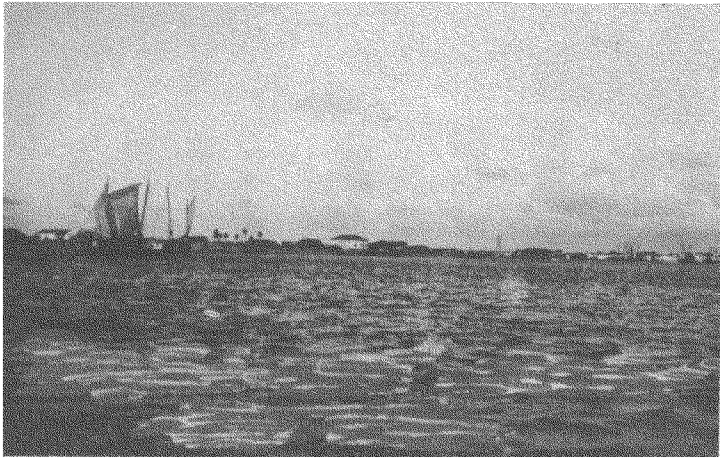
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	248	2 475
Feijão	Saco de 60 kg	7 280	2 475
Côco-da-baía	Cento	5 400	1 080
Milho	Saco de 60 kg	200	24
Melancia	Fruto	10 000	20
Melão	»	5 000	15

Trecho da Rua Augusto Severo

Cine-Teatro Eden

A pecuária não tem expressão na economia local. Em 31 de dezembro de 1956 assim se discriminavam seus rebanhos:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	1 900	7 600
Eqüinos	260	780
Asininos	170	85
Muares	100	250
Suínos	5 000	2 500
Ovinos	12 200	3 660
Caprinos	20 100	6 030

Produção de pescado — A pesca é praticada intensamente como atividade econômica, sendo o município um dos principais produtores de pescado do Estado. As principais espécies de peixe são: cavala, xaréu, agulha, voador, cação, sioba e dentão. Em 1955 foram pescados .... 221 319 quilogramas no valor de 2 808 milhares de cruzeiros.

Indústria — O principal ramo de indústria é o que se refere à extração e beneficiamento do sal. Em relação aos outros ramos, o Registro Industrial de 1955 informa que o município tinha 28 estabelecimentos, nos quais trabalhavam 528 pessoas e cujo valor da produção foi de 2 638 milhares de cruzeiros.

Aspecto do Pôrto Macau

MEIOS DE TRANSPORTE — Macau dispõe de vias marítimas, terrestres e fluviais. Acha-se instalado ali o principal pôrto de exportação de sal do Nordeste. O município liga-se às cidades vizinhas e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: 1) Açu — rodovia (79 quilômetros); 2) Afonso Bezerra — rodovia (67 quilômetros); 3) João Câmara — rodovia (110 quilômetros); 4) Pedro Avelino — rodovia (60 quilômetros); 5) Pendências — rodovia (30 quilômetros). A viagem de Macau a Natal, além da via marítima, num percurso de 122 milhas, pode ser feita de dois modos: a) rodovia (202 quilômetros); b) Misto — rodovia, até Pedro Avelino (60 quilômetros) — ferrovia (176 quilômetros). O município possui um campo de pouso no local denominado Tambaú, com duas pistas de 900 metros por 30 metros.

Salina Conde Pereira Carneiro

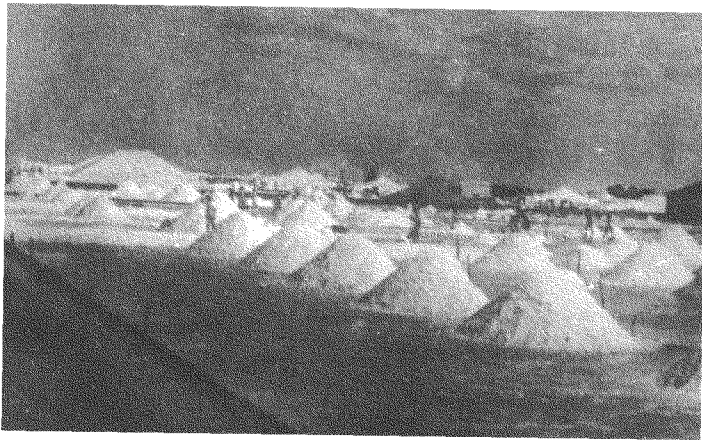
COMÉRCIO — O município mantém transação comercial com as praças de Pendências, Açu, Mossoró e Natal. Conta com 12 estabelecimentos de comércio atacadista e 180 de comércio varejista.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 41 ruas, 21 becos, duas avenidas e 4 praças. Dêsses logradouros públicos, estão calçados com paralelepípedos: 3 ruas, 4 becos e duas praças. Calçadas parcialmente existem 5 ruas e 5 becos. Conta a cidade com 551 ligações elétricas, 1 hotel, duas pensões e 1 cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — E' prestada assistência médico-sanitária à população por um Pôsto de Higiene e uma maternidade. No exercício da profissão encontram-se 3 médicos, 4 dentistas e 2 farmacêuticos; há 3 farmácias em funcionamento.

ALFABETIZAÇÃO — Com base no Recenseamento de 1950, pode-se afirmar que 35% das pessoas presentes de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — Ministravam ensino primário fundamental comum 35 escolas.

Colheita de Sal

Outro aspecto da Salina Conde Pereira Carneiro

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1951-1955, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951.......	7 371	8 496	3 016	2 458	2 783
1952.......	7 476	10 039	3 314	2 648	3 850
1953.......	7 342	8 855	3 466	2 438	3 527
1954.......	7 054	9 432	3 028	2 044	3 141
1955.......	7 678	12 366	3 378	2 404	3 474

ASPECTOS CULTURAIS — Existe na cidade de Macau a Biblioteca Pública Rui Barbosa, com 1 290 volumes.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Celebram-se anualmente duas festas religiosas — a de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município, realizada de 28 de novembro a 8 de dezembro, e a de Nossa Senhora dos Navegantes, que tem início no dia 11 de agôsto e termina no dia 15 do mesmo mês.

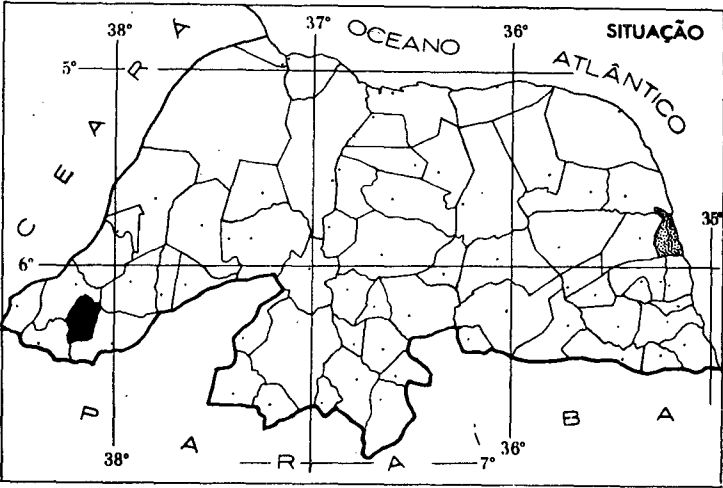
MARCELINO VIEIRA — RN

Mapa Municipal no 5.° Vol.

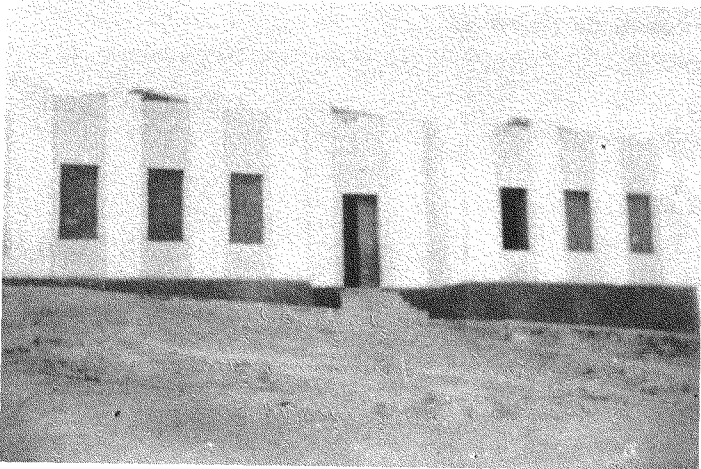
HISTÓRICO — O elemento povoador da região era procedente de Pernambuco e Paraíba, instalando-se no território do município em fins do século XVII, quando começou a ser também povoado o município de Pau dos Ferros, cujas primeiras sesmarias foram concedidas no início do século XVIII. O povoamento do município de Marcelino Vieira originou-se de fazendas de criação de gado.

Prefeitura Municipal

Antigo distrito de Vitória, pertencente ao município de Pau dos Ferros, passou a denominar-se Panatiz por fôrça do Decreto-lei estadual n.° 268, de 3 de dezembro de 1943. A Lei estadual n.° 909, de 24 de novembro de 1953, criou o município com o nome de Marcelino Vieira. Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.° de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito — o da sede.

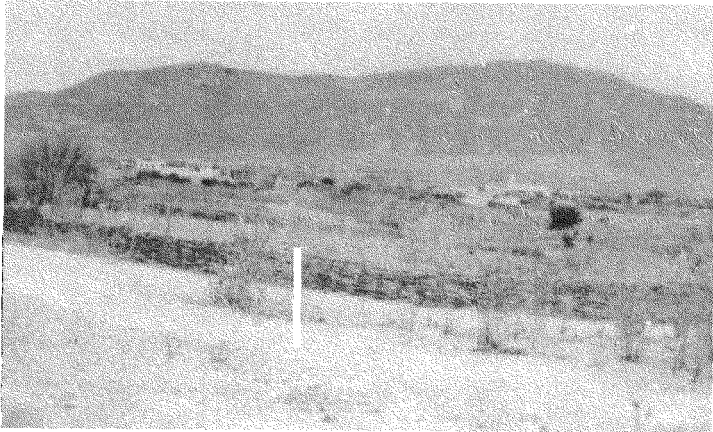
LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão Oeste do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente e sêco, o clima da região.

ÁREA — A área do município é de 292 quilômetros quadrados.

Grupo Escolar José Marcelino

POPULAÇÃO — Com base nos dados do Recenseamento de 1950, pode-se afirmar, Marcelino Vieira tinha 4 800 habitantes, dos quais 2 452 homens e 2 348 mulheres. Localizavam-se no quadro rural 83% da sua população.

Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 5 149 habitantes.

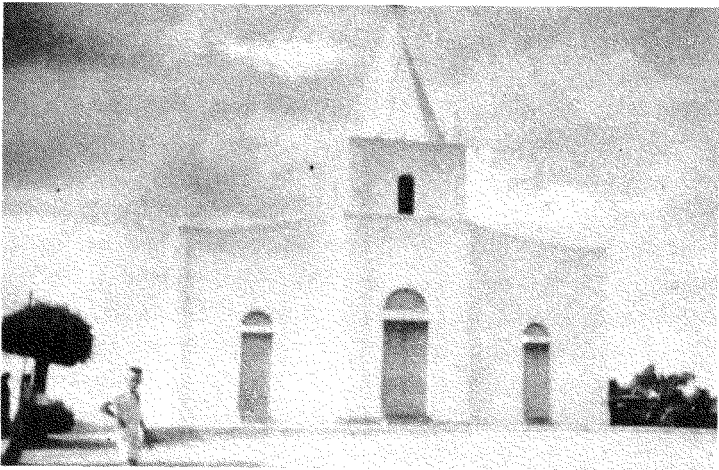
Aglomerações urbanas — Existe uma aglomeração urbana — a do distrito-sede, com 811 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O ramo "agricultura e pecuária" congrega o maior número de pessoas ativas no município. A importância da agricultura na economia local decorre principalmente do cultivo do algodão, que concorreu, em 1955, com 79% do valor total das culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico. Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 16 496 milhares de cruzeiros, assim estando discriminados os principais produtos:

Vista da cidade

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	1 448	13 028
Milho	Saco de 60 kg	13 500	2 025
Arroz	» » » »	2 400	720
Batata-doce	Tonelada	210	315
Cana-de-açúcar	»	625	156

Além dos produtos especificados, o município produz ainda mandioca, côco-da-baía, fumo em fôlha e grande variedade de frutos, tais como melancia, melão, banana. A pecuária é pouco desenvolvida. Em 1956, assim estavam discriminados os rebanhos do município:

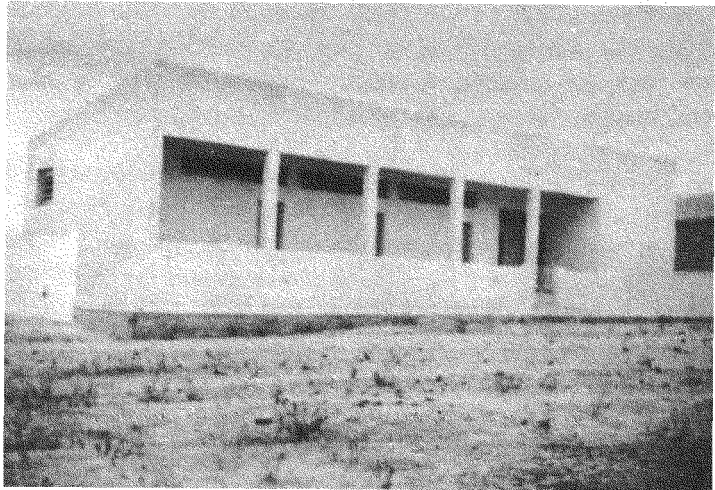
POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	2 200	5 720
Eqüinos	330	528
Asininos	360	216
Muares	900	1 800
Suínos	1 300	286
Ovinos	1 300	260
Caprinos	1 300	260

A extração de produtos vegetais concorre, ainda que modestamente, para a economia de Marcelino Vieira. Em 1955, foram extraídos 200 quilogramas de cêra de carnaúba e 25 toneladas de oiticica, no valor total de 46 milhares de cruzeiros. A indústria é pouco desenvolvida e representada por 9 estabelecimentos industriais que, em 1955, ocupavam 53 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 393 milhares de cruzeiros. O município produz quantidade apreciável de rapadura e farinha de mandioca.

Igreja de Santo Antônio

MEIOS DE TRANSPORTE — Marcelino Vieira está ligado a Natal, via Pau dos Ferros, por estrada de rodagem (436 quilômetros).

COMÉRCIO — O comércio do município é feito à base da exportação do algodão. Em 1956, havia 26 estabelecimentos comerciais varejistas.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a quota de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 42%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

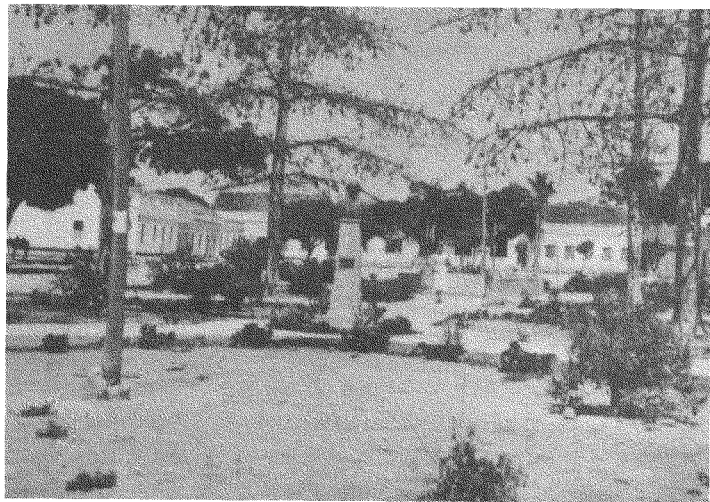
Ensino — Em 1956, havia 29 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

Ambulatório Dom Elizeu Mendes

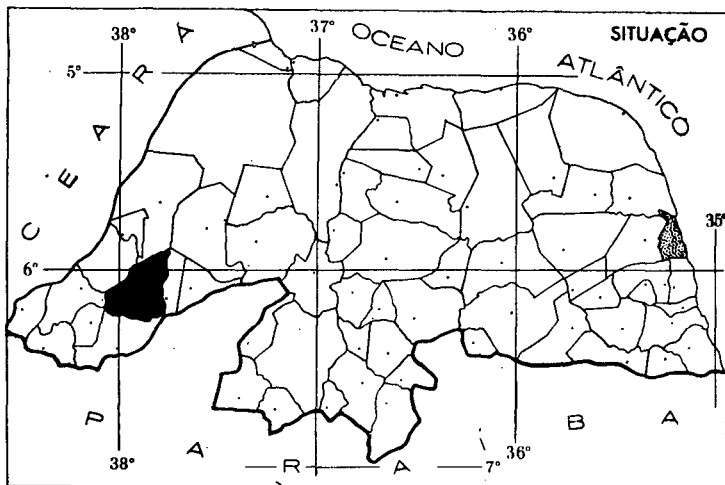
FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	90	621	680
Tributária	73	87	127
Despesa fixada	90	621	680
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	531	731	901
Tributária	44	88	118
Despesa realizada	150	574	920

MARTINS — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A região foi povoada desde o século XVIII. Em 21 de julho de 1736, Aleixo Teixeira, capitão-mor da aldeia de São João do Apodi dos Tapuias Paiacus, recebia terras no território que hoje constitui o município. O topônimo provém do proprietário Francisco Martins Roriz, dono de terras na serra da Conceição, depois serra do Martins. O município foi criado pela Lei provincial n.º 71, de 10 de novembro de 1841, na povoação da Serra dos Martins, que passou a chamar-se vila da Maioridade, em homenagem a D. Pedro II. A sede recebeu predicamento de cidade, com a denominação de Imperatriz, pela Lei n.º 168, de 30 de outubro de 1847, mudada para Martins pelo Decreto n.º 12, de 1.º de fevereiro de 1890. Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído dos distritos de Martins, Demétrio Lemos, Mineiro e Umarizal.

Vista parcial da Praça Dr. Almino Alvaro Afonso

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica Serrana e a sede dista, em linha reta, 303 quilômetros da Capital do Estado, na direção de 83º 09' N.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 6º 05' 20" de latitude Sul e 37º 54' 51" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 745 metros.

Prefeitura Municipal

CLIMA — Salubre e ameno é o clima de Martins, apontado como dos melhores do Estado, sobretudo para enfermos e convalescentes.

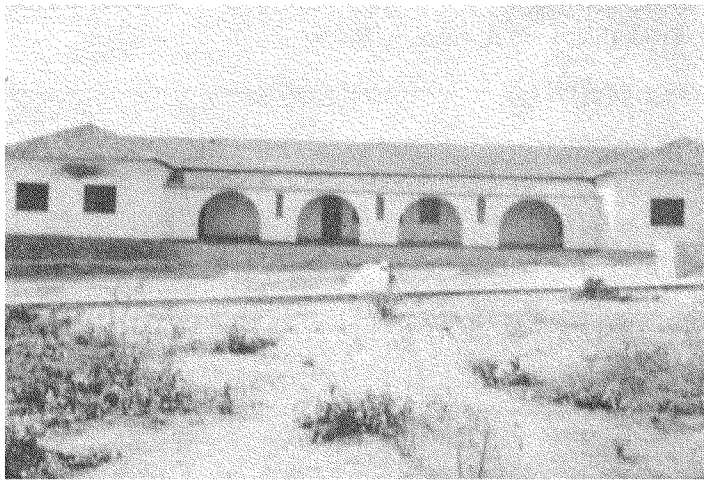
ÁREA — A área do município é de 886 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, o município tinha 21 581 habitantes (10 644 homens e 10 937 mulheres). Concentram-se no quadro rural 70% de sua população.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 24 406 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existem 4 aglomerações urbanas — a cidade e três vilas — com os seguintes efetivos de população (quadros urbano e suburbano), segundo o Censo de 1950: Martins — 2 155 habitantes; Demétrio Lemos — 451; Umarizal — 471. O Censo de 1950 não fornece dados sôbre o distrito de Mineiro, pois o mesmo foi criado em 1953.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Com base no Recenseamento Geral de 1950, podia-se afirmar que 80% das pessoas econômicamente ativas (10 anos e mais) concentravam-se no ramo agropecuário. A principal cultura é a do algodão, que em 1955 concorreu com 72% para o total da produção agrícola de Martins. Segundo a quan-

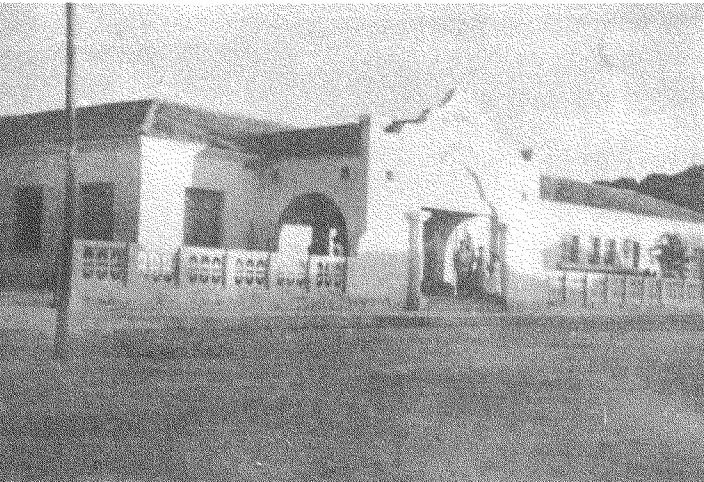
Fôro Municipal e sede do Centro Municipal da L.B.A.

Escola de Iniciação Agrícola (em construção)

tidade e o valor, foram os seguintes os principais produtos agrícolas:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	1 490	9 930
Milho	Saco 60 kg	10 800	1 944
Banana	Cacho	30 000	600
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 400	350
Feijão	Saco 60 kg	2 200	264

O município produziu ainda arroz, batata-doce, côco-da-baía, manga, mandioca e melancia. O valor total foi de 13 868 milhares de cruzeiros. Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	15 000	60 000
Eqüinos	2 400	3 400
Asininos	3 300	1 650
Muares	2 000	1 000
Suínos	50 000	35 000
Ovinos	20 000	5 200
Caprinos	30 000	9 000

A produção de origem animal foi a seguinte, em 1955: carne verde de bovino — 120 285 quilogramas; carne verde de suíno — 45 045 quilogramas; carne verde de ovino — 9 564 quilogramas; carne verde de caprino — 8 010 quilogramas; toucinho fresco — 32 175 quilogramas; couro sêco de gado bovino — 9 801 quilogramas; pele sêca de ovino e caprino — 959 quilogramas. O valor dessa produção foi de 5 722 milhares de cruzeiros.

Vista parcial da Maternidade Dr. Manoel Vilaça

Produção extrativa — É constituída de indústria extrativa vegetal e representa uma modesta contribuição para a economia local. Em 1955, foram extraídos 154 000 quilogramos de oiticica, 11 500 de castanha de caju e 1 850 de cêra de carnaúba, no valor total de 295 milhares de cruzeiros.

Indústria — Estabelecimentos industriais com 5 e mais de 5 operários, incluindo as pequenas indústrias rurais, existem 81, nos quais trabalham 310 pessoas e cujo valor da produção atingiu 3 230 milhares de cruzeiros.

Igreja-Matriz de N.S.ª da Conceição

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à Capital estadual pelos seguintes meios de transporte: 1. Alexandria — estrada carroçável (51 quilômetros); 2. Apodi — estrada carroçável (106 quilômetros); 3. Almino Afonso — estrada carroçável (9 quilômetros); 4. Caraúbas — estrada carroçável (68 quilômetros); 5. Patu — estrada carroçável (42 quilômetros); 6. Pau dos Ferros — estrada carroçável (51 quilômetros); 7. Portalegre — estrada carroçável (74 quilômetros); 8. Natal — estrada carroçável e rodovia (411 quilômetros).

COMÉRCIO E BANCOS — Conta o município com uma cooperativa agropecuária, 2 estabelecimentos de comércio atacadista e 89 de varejista. O Banco de Mossoró e o Banco do Brasil mantêm correspondentes em Martins.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 38% da população presente de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Vista parcial do Ginásio Municipal (em construção)

Ensino — Ministram instrução pública no município 72 unidades escolares do ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	822	874	955
Tributária	238	253	284
Despesa fixada	809	862	899
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	942	1 044	1 377
Tributária	299	354	323
Despesa realizada	855	938	1 374

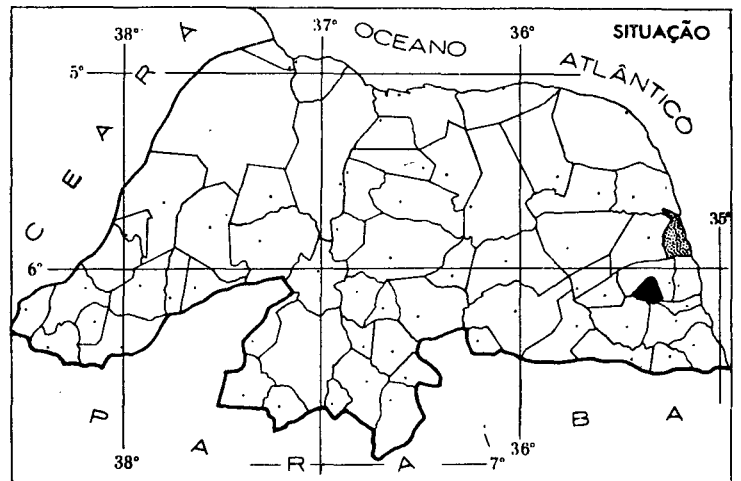
ASPECTOS CULTURAIS — Conta a cidade de Martins com um Museu Histórico Regional, uma Biblioteca Municipal e uma banda de música.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — E' celebrada anualmente a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Município.

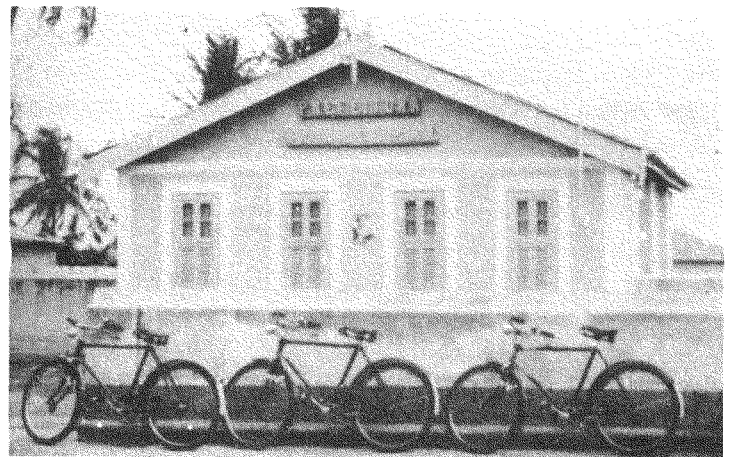
MONTE ALEGRE — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

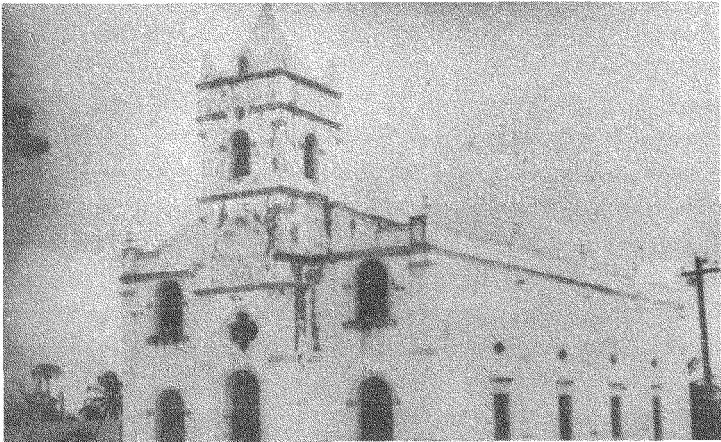
HISTÓRICO — Aproximadamente no ano de 1892, Antômo Miranda instalou, no local onde se situa hoje a cidade de Monte Alegre, um torcedor de cana, originando-se daí o nome primitivo do povoado — Bagaço, que em 1905 passou a denominar-se Monte Alegre. Pertencia então ao município de São José do Mipibu. O Decreto estadual n.º 603, de 31 de outubro de 1938, criou o distrito de Monte Alegre. A 30 de dezembro de 1943, o Decreto-lei estadual n.º 268 mudou-lhe o nome para Quirambu. Pela Lei estadual n.º 146, de 23 de dezembro de 1948, voltou a denominar-se Monte Alegre. O município foi criado pela Lei n.º 929, de 25 de dezembro de 1953. Segundo o quadro administrativo do país, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Litoral e Mata.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Salubre e ameno. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 30; média das mínimas — 25; média compensada — 27.

ÁREA — A área do município é de 97 quilômetros quadrados.

Prefeitura Municipal

POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento Geral de 1950, assinalava-se a existência de 7 078 habitantes (3 540 homens e 3 538 mulheres). Concentram-se no quadro rural 86% de sua população. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 7 950 habitantes.

Aspecto da Avenida Juvenal Lamartine

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Penha

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana — a da sede, com 1 338 habitantes, segundo o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Com base no Recenseamento Geral de 1950, concluía que 88% das pessoas econômicamente ativas concentram-se no ramo agropecuário, aparecendo em primeiro lugar a agricultura. Em 1955, os principais produtos agrícolas foram os seguintes segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Feijão	Saco 60 kg	7 500	2 025
Mandioca	Tonelada	2 800	1 960
Banana	Cacho	75 000	750
Algodão	Tonelada	90	600
Batata-doce	»	700	560
Milho	Saco 60 kg	2 200	257

Jardim de Infância Eugenia Rocha Alves

O município produziu ainda nesse ano agave, côco-da-baía, laranja, manga e tangerina. O valor total da produção foi de 6 538 milhares de cruzeiros. Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	3 200	11 200
Eqüinos	350	525
Asininos	270	162
Muares	260	520
Suínos	1 200	480
Ovinos	580	145
Caprinos	1 200	264

A produção de origem animal apresentou, em 1955, as seguintes cifras: carne verde de bovino — 21 600 quilogramas; charque de bovino — 19 600 quilogramas; carne verde de suíno — 8 855 quilogramas; carne verde de ovino e caprino — 4 066 quilogramas; couro verde, sêco e salgado de gado bovino — 10 980 quilogramas; pele sêca de ovino e caprino — 224 quilogramas; toucinho fresco — 6 325 quilogramas. O valor total dessa produção foi de 1 962 milhares de cruzeiros.

Maternidade N.S.ª da Penha

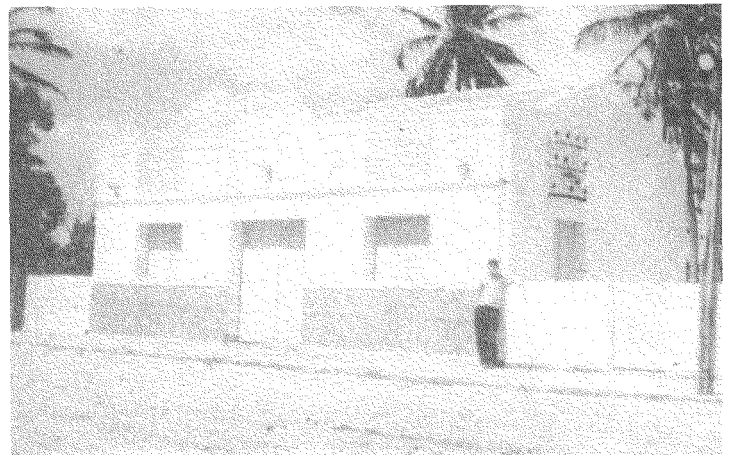
Indústria — O Registro Industrial de 1955 informa que existiam 3 estabelecimentos industriais, nos quais trabalhavam 16 pessoas e cujo valor da produção foi de 622 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — Monte Alegre liga-se aos municípios vizinhos e à capital do Estado por estrada de rodagem: 1 — Januário Cicco (30 quilômetros); 2 — Santo Antônio (36 quilômetros); 3 — São José de Mipibu (13 quilômetros); 4 — Natal (41 quilômetros).

COMÉRCIO — Existem 42 estabelecimentos de comércio varejista.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta Monte Alegre com 1 hospital, com 6 leitos disponíveis, e uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Pelos dados do Recenseamento Geral de 1950, 15% da população presente de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — Conta o município com 23 unidades escolares do ensino primário fundamental comum e uma de ensino pré-primário.

Usina Elétrica Municipal

7 — 24 933

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	147	627	620
Tributária	115	95	95
Despesa fixada	147	627	620
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	97	592	846
Tributária	68	67	75
Despesa realizada	273	706	732

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Celebra-se anualmente, em outubro, a festa de Nossa Senhora da Penha, padroeira do município.

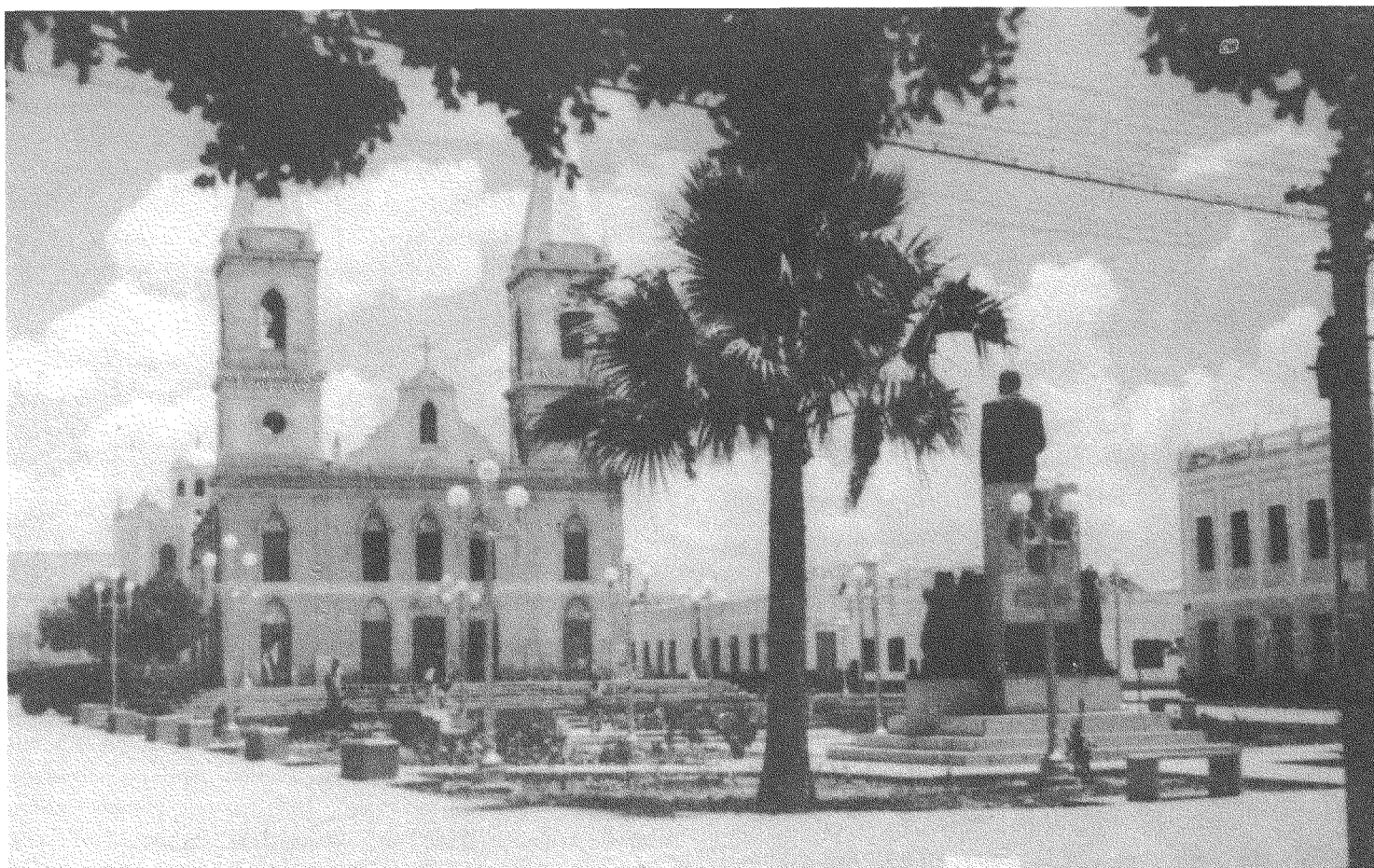
MOSSORÓ — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes da região foram os índios Monxorós (características: tipo baixo, ágil, platicéfalo, com hábitos de guerra e espírito taciturno). Segundo alguns autores, Mossoró é uma corruptela de monxoró. Mas há quem afirme que a palavra Mossoró vem de mororó, árvore flexível e resistente, muito comum no Norte.

Acredita-se que as primeiras penetrações em terras do município se haja verificado por volta de 1600, uma vez que cartas e documentos da época já faziam referências às salinas. Segundo Luiz da Câmara Cascudo, os holandeses Gedeon Morris de Jonge e Elbert Smiente andaram extraindo sal na região até 1644. Em 1701, o Governador de Pernambuco, D. Fernando Martins Mascarenhas, concedia ao Convento do Carmo, de Recife, terras em Paneminha e, em volta destas, as sesmarias de Entrada, Freire e Amaro, sítios ainda hoje pertencentes ao município de Mossoró. Seguiu-se a concessão de outras sesmarias a brasileiros e portuguêses. Por volta de 1760, o sargento-mor Antônio de Sousa Machado iniciava na ilha das Oficinas (hoje Pôrto Franco, município de Grossos) a preparação de carne salgada, exportando-a para o sul. Em 1770, era êle proprietário do Sítio Santa Luzia, onde, em 1772, construiu a capela de Santa Luzia, originando-se daí o povoado. Até 1842, essa capela pertenceu à freguesia de Apodi. Nesse ano, pela Resolução n.º 87, de 27 de outubro, foi criada a freguesia de Mossoró. Em 1852, pela Lei provincial número 246, de 15 de março, o povoado foi elevado à categoria de vila. Em 9 de novembro de 1870, pela Lei n.º 620, Mossoró recebeu foros de cidade. Em 30 de setembro de 1883, foi proclamada em Mossoró a extinção da escravatura na área territorial do município, passando então o mesmo a figurar entre as cidades que, por iniciativa própria, deram liberdade aos escravos. Deve-se êsse ato à ação da Libertadora Mossoroense, sociedade composta, na época, pela elite local. A Comarca de Mossoró foi criada pela Lei provincial n.º 499, de 23 de maio de 1861.

Segundo o quadro da divisão territorial vigente em 1.º de janeiro de 1958, o município é composto de 3 distritos: Mossoró, Baraúna e Governador Dix-Sept Rosado (ex-Sebastianópolis).

Vista aérea da cidade

Praça Vigário Antônio Joaquim

ASPECTOS FÍSICOS — Mossoró está a 246 quilômetros da capital Estadual, em linha reta. As coordenadas geográficas são as seguintes: 5° 11' 31" de latitude Sul e 37° 20' 40" de longitude Oeste Greenwich. O município, cuja área é de 4 391 quilômetros quadrados, tem a maior parte do território localizada na chapada do Apodi. O solo, em geral baixo, é argiloso e salífero nas proximidades do mar e na foz do rio Apodi ou Mossoró. Os terrenos das várzeas próximas ao rio são cobertos por extensos carnaubais. Nas partes mais elevadas há vastas áreas de macambira e pastagens irregulares. O principal rio, o Apodi, ou Mossoró, corta o território em sentido longitudinal, sudoeste-nordeste, banhando o distrito-sede, a vila de Governador Dix-Sept Rosado e o povoado de Santo Antônio. A partir dêste povoado e até sua entrada no Oceano Atlântico, êle é navegável por embarcações de pequeno calado.

38° 37° OCEANO 36° SITUAÇÃO
ATLÂNTICO
5° 6° 35°
CEARÁ
PARAÍBA
38° 7° 36°

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Dentre seus afluentes destacam-se o rio do Carmo (Upanema) e o rio Umari. O município possui grandes riquezas naturais, destacando-se os terrenos salíferos, as minas de gêsso e as pedras calcárias.

POPULAÇÃO — Mossoró, com seus 40 681 habitantes, ocupava, em 1950, por ocasião do último Recenseamento Geral, o 3.° lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado:

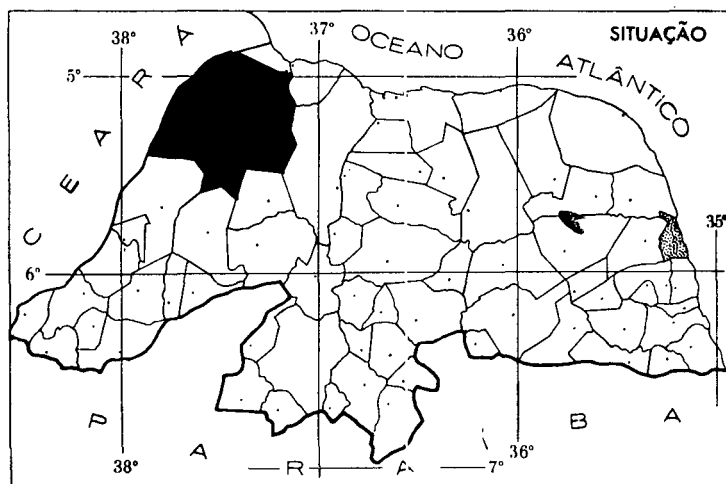
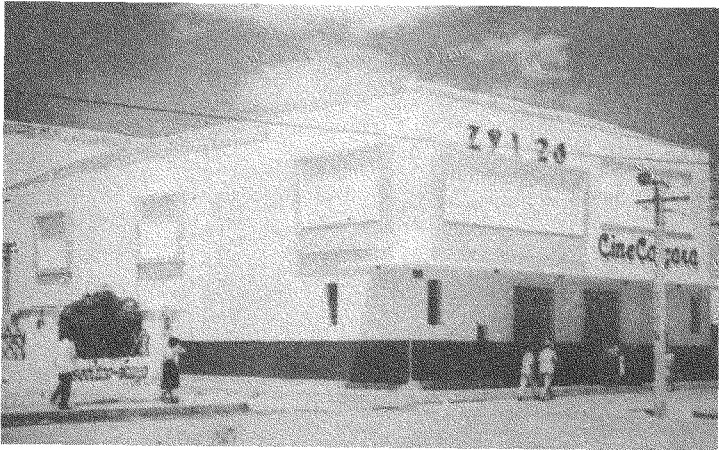
Natal	103 215
Santa Cruz	43 092
MOSSORÓ	40 681

Dos 40 681 habitantes de Mossoró, 19 472 eram homens e 21 209 mulheres. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 48 757 habitantes.

Côr — Em Mossoró, na data do Censo, 24 596 habitantes se declararam de côr branca, 11 417 de côr parda e 4 565 de côr preta. Houve ainda 103 pessoas que não declararam a côr.

Nacionalidade — Contaram-se no município apenas 19 estrangeiros e 6 brasileiros naturalizados.

Religião — Declararam professar a religião católica 39 342 habitantes, o que equivale a 97% das pessoas presentes no município. O número dos protestantes atingiu 1 130 e o dos espíritas 41. Sòmente uma pessoa declarou-se israelita. Dos restantes, 25 seguiam outras religiões, 96 se declararam sem religião e 46 nada declararam a respeito.

Principais aglomerações urbanas — Existiam no município, em 1.° de julho de 1950, duas aglomerações urba-

Cine Caiçara

nas — a cidade e uma vila — com os seguintes efetivos de população (quadros urbano e suburbano):

MOSSORÓ	19 612
Governador Dix-Sept Rosado	476

A cidade de Mossoró é a 2.ª de maior população do Estado:

MOSSORÓ	19812
Natal	94612
Caicó	7 755

Localização da população — De seus 40681 habitantes, 6638 localizavam-se no quadro urbano, 13450 no quadro suburbano e 20593 no quadro rural. Assim, 51% da população do município localizam-se no quadro rural. Em todo o Estado do Rio Grande do Norte, 74% da população encontra-se na zona rural.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os principais ramos de atividades econômicas da população estão discriminados na tabela a seguir (dados do Recenseamento Geral):

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS		
	Total	Homens	Mulheres
Agricultura, pecuária e silvicultura	4 656	4 605	51
Indústrias extrativas	883	879	4
Indústrias de transformação	1 284	1 182	102
Comércio de mercadorias	1 216	1 140	76
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	52	52	—
Prestação de serviços	1 784	740	1 044
Transportes, comunicações e armazenagem	869	850	19
Profissões liberais	47	29	18
Atividades sociais	312	124	188
Administração pública, Legislativo, Justiça	125	117	8
Defesa nacional e Segurança pública	72	72	—
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	13 443	1 171	12 272
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	187	171	16
Condições inativas	3 524	2 394	1 130
TOTAL	28 454	13 526	14 923

Subtraindo-se, por motivos óbvios, do total de 28454 pessoas, os dados referentes aos três últimos ramos da tabela acima (ao todo 17154 pessoas), resultam 11300. As pessoas ativas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" representam 41% dêsse último total; as ativas no ramo "prestação de serviços", 16%, e nos ramos "indústrias de transformação" e "comércio de mercadorias" 11% cada um. Como se vê, é nítida a predominância do ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Agricultura, pecuária e silvicultura — A "agricultura, pecuária e silvicultura" é, como se viu, o ramo de atividade que congrega maior contingente de pessoas econômicamente

Vista parcial da Praça Rodolfo Fernandes, vendo-se o Cine Pax

Avenida Mario Negócio

ativas. Uma das principais culturas, o algodão, cuja produção é utilizada na indústria têxtil (beneficiamento de algodão), tem relativa importância na economia local. Pertencente a um Estado que faz parte do "Polígono das Sêcas", fica a atividade agropecuária grandemente prejudicada em virtude das longas estiagens que ali se verificam regularmente. De 1951 para cá, sobretudo, essas estiagens se têm mostrado mais severas.

Em 1955, os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave	Tonelada	1 800	3 600
Algodão	»	375	2 900
Alho	»	98	1 138
Milho	Saco 60 kg	5 000	1 050

A comuna produziu ainda, nesse ano, arroz, banana, batata-doce, côco-da-baía, feijão mandioca e manga. O valor total da produção agrícola foi de 11 milhões de cruzeiros. Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	Quantidade (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	12 200	21 960
Eqüinos	2 100	3 150
Asininos	2 800	1 680
Muares	1 300	1 950
Suínos	6 500	4 225
Ovinos	9 100	2 002
Caprinos	13 000	2 600

Produção industrial — A produção industrial constitui pràticamente a base econômica de Mossoró que, de acôrdo com os resultados do Registro Industrial para 1953, aparece como o 2.º centro industrial do Estado do Rio Grande do Norte:

Municípios	Estabelecimentos existentes em 31-XII-1953	Valor da produção industrial em 1953 (Cr$ 1 000)
Natal	115	130 335
MOSSORÓ	48	112 798
Santa Cruz	49	68 552

A tabela a seguir permite verificar a participação dos diversos grupos de indústrias em relação ao total da classe. Convém assinalar que as apurações do Registro Industrial não abrangem a totalidade dos estabelecimentos existentes e sim apenas os que ocupam 5 ou mais pessoas:

CLASSES DE INDÚSTRIAS	Número de estabelecimentos 31-XII-1953	Operários ocupados (média mensal) 1953	VALOR DA PRODUÇÃO EM 1953 (1)	
			Cr$ 1 000	% sôbre o total
Indústrias extrativas				
Produtos minerais	14	211	9 329	8,27
Indústrias de transformação				
Mecânica	3	34	1 075	0,95
Mobiliário	4	41	2 222	1,97
Têxtil	7	125	89 362	79,22
Produtos alimentares	7	31	4 510	4,00
TOTAL (2)	48	545	112 798	100,00

(1) Inclusive receita proveniente de "serviços industriais prestados a terceiros". — (2) Na tabela não figuram os dados referentes às indústrias de "transformação de minerais não metálicos", "metalúrgica", "construção e montagem de material de transporte", "madeira", "química e farmacêutica", "vestuário, calçado e artefatos de tecidos", "editorial e gráfica" e "serviços industriais de utilidade pública", os quais foram omitidos a fim de evitar individualização de informações. Os resultados omitidos acham-se incluídos nos totais.

Como se vê, dentre as classes de indústria destaca-se a "têxtil" (beneficiamento do algodão) que representa 79% do total geral. Segue-se a classe das indústrias extrativas. Os produtos minerais do município são representados pelo sal e gêsso, cuja produção em 1955 colocou Mossoró em 2.º lugar dentro do Estado. Segundo dados do Serviço de Estatística de Produção, em 1955 foram produzidas no município 116 306 toneladas de sal, no valor de 17 milhões de cruzeiros. O quadro seguinte, elaborado com elementos fornecidos pelo Instituto Nacional de Sal, permite verificar a quantidade de sal exportada no primeiro semestre do ano salineiro de 1953-1954:

MESES	Quantidade (t)
Julho	12 834
Agôsto	9 715
Setembro	6 044
Outubro	15 900
Novembro	11 800
Dezembro	15 528
TOTAL	71 821

No período 1952-1955, a produção teve o seguinte desenvolvimento, segundo dados do Serviço de Estatística da Produção:

ANOS	Quantidade (t)	Valor (Cr$ 1 000)
1952	125 466	15 056
1953	55 237	6 628
1954	137 841	20 676
1955	116 306	17 446

Mossoró concorreu em 1955 com 10% para produção de gêsso do país. Eis o quadro da produção no período 1953-1955:

ANOS	Quantidade (t)	Valor (Cr$ 1 000)
1953	69 435	7 933
1954	46 782	5 614
1955	16 862	1 723

Produção extrativa vegetal — Mossoró é o segundo produtor de cêra de carnaúba do Estado: a produção em 1955

foi de 356 toneladas, o que corresponde a 40% do total estadual, no valor de 7 milhões de cruzeiros. Foi ainda o maior produtor de oiticica do Rio Grande do Norte: as 440 toneladas produzidas atingiram o valor de 748 milhares de cruzeiros.

Produção de óleos e gorduras vegetais — Mossoró é também o maior produtor de óleo de algodão e óleo de oiticica do Estado. Em 1955, foi a seguinte a produção de óleo e subprodutos extraídos do caroço de algodão e do óleo de oiticica:

ESPECIFICAÇÃO	Quantidade (t)	Valor (Cr$ 1 000)
Algodão		
Óleo	1 142	17 846
Bôrra	54	146
Casca	1 623	1 354
Línter	39	242
Torta	4 998	7 600
Oiticica		
Óleo	1 314	10 904

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por duas estradas de ferro: Cia. de Estradas de Ferro Mossoró e Estrada de Ferro Mossoró—Sousa. Mossoró liga-se às cidades vizinhas e à Capital estadual pelos seguintes meios de transporte:

Açu — Rodoviário: 74 quilômetros;

Apodi — Rodoviário: 82 quilômetros;

Aracati (CE) — Rodoviário: 120 quilômetros;

Carnaúbas — 1) Rodoviário: 84 quilômetros; 2) Ferroviário (E.F.M.S.): 83 quilômetros;

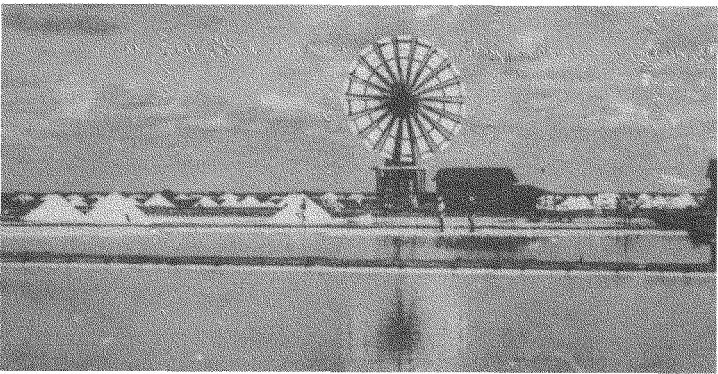
Grossos — 1) Rodoviário: 40 quilômetros; 2) Misto: a) ferroviário (E.F.M.S.): 38 quilômetros, até a Estação de Pôrto Franco; b) fluvial ou rodoviário: 2 quilômetros;

Limoeiro do Norte, CE — Rodoviário: 108 quilômetros;

Russas — CE — Rodoviário: 84 quilômetros;

Upanema — Rodoviário: 42 quilômetros;

Capital Estadual — 1) Rodoviário: 297 quilômetros; 2) Aéreo: 343 quilômetros; 3) Misto: a) rodoviário até Angicos: 120 quilômetros; b) ferroviário (E.F.C.R.N.): 194 quilômetros.

TRANSPORTE AÉREO — Mossoró conta com o aeroporto Dix-Sept Rosado, onde pousam, diàriamente, quatro aviões comerciais. Três emprêsas de navegação aérea servem o município: Panair do Brasil, Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul e Real. Segundo a Diretoria de Aeronáutica Civil, o aeroporto de Mossoró apresentou, em 1956, o seguinte movimento:

Número de pousos	1 412
Passageiros transportados	
Embarcados	4 538
Desembarcados	4 410
Bagagem (quilogramas)	
Embarcada	54 010
Desembarcada	57 707
Carga (quilogramas)	
Embarcada	23 119
Desembarcada	69 778
Correio (quilogramas)	
Embarcado	1 810
Desembarcado	2 470

Salinas do rio Mossoro

Segundo ainda a mesma fonte, em 1954, apenas dois municípios do Rio Grande do Norte possuíam serviço aéreo: Natal e Mossoró. O número de pousos em Mossoró, nesse ano, representou 37% do total do número de pousos do aeroporto de Natal.

COMÉRCIO — Mossoró constitui um dos centros comerciais mais importantes do Rio Grande do Norte. Ocupa, quanto ao valor das vendas no comércio atacadista e varejista, o 2.º lugar no quadro estadual, sendo superado apenas pela capital. De acôrdo com o Censo Comercial de 1950, existiam no município 560 estabelecimentos — 505 varejistas e 55 atacadistas. O pessoal ocupado nesses estabelecimentos somava 874 habitantes: 677 nos primeiros e 197 nos segundos.

O valor das vendas em 1949, nos dois tipos de comércio, foi de 208 milhões de cruzeiros, cabendo 155 milhões ao comércio atacadista e 53 ao varejista. Comparem-se êsses dados com os correspondentes ao município de Natal e ao Estado:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DAS VENDAS		
	TOTAL	Dos estabelecimentos	
		Atacadistas	Varejistas
NÚMEROS ABSOLUTOS (Cr$ 1 000)			
Estado do Rio Grande do Norte	1 238 207	797 514	440 693
Município de Natal	692 151	506 117	186 034
Mossoró	207 765	154 680	53 085
NÚMEROS RELATIVOS			
% de Natal sôbre o Rio Grande do Norte	55,90	63,46	42,21
% de Mossoró sôbre Rio Grande do Norte	16,78	19,40	12,05

INSTRUÇÃO PÚBLICA — Os resultados do Recenseamento de 1950 revelam a situação de Mossoró quanto ao nível de instrução geral (pessoas presentes de 10 anos e mais).

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	12 657	44,48
Não sabem ler e escrever	15 735	55,30
Sem declaração	62	0,22
TOTAL	28 454	100,00

Das pessoas presentes de 10 anos e mais, 44% eram alfabetizados. A percentagem correspondente para o Estado do Rio Grande do Norte era de 27%.

Ensino — A tabela a seguir permite verificar que no município de Mossoró é relativamente alta a percentagem das crianças matriculadas nas respectivas unidades escolares sôbre a população presente de 7 a 14 anos, recenseadas em 1950:

ESPECIFICAÇÃO	Estado do Rio Grande do Norte	Município de Mossoró
Pessoas presentes de 7 a 14 anos, recenseadas em 1.º-VII-1950	200 210	7 762
Unidades escolares de ensino primário fundamental comum (1950)	1 209	90
Matrícula geral do ensino primário fundamental comum (1950)	73 179	4 575

A quota de pessoas em idade escolar matriculadas atinge 59% em Mossoró contra 37% no Estado do Rio Grande do Norte (% da matrícula geral sôbre as pessoas de 7 a 14 anos). Conta o município atualmente com 167 unidades do ensino primário fundamental comum, 4 cursos de ensino secundário, 1 de ensino comercial e 1 de pedagógico (normal).

FINANÇAS PÚBLICAS — Para o período 1951-1955 são os seguintes os dados disponíveis sôbre as finanças do município:

ANOS	FINANÇAS (Cr$ 1 000)			
	Receita arrecadada		Despesa realizada	Saldo ou deficit do balanço
	Total	Tributária		
1951	6 389	5 889	6 119	+ 270
1952	5 666	5 176	5 941	— 275
1953	7 870	6 632	7 869	+ 1
1954	7 160	6 718	7 157	+ 3
1955	7 559	7 411	7 554	+ 5

A arrecadação da receita federal, estadual e municipal apresentou os seguintes dados para o mesmo período:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)		
	Federal	Estadual	Municipal
1951	...	11 351	6 389
1952	11 528	16 366	5 666
1953	9 714	14 997	7 870
1954	11 226	14 224	7 160
1955	14 632	15 044	7 559

DIVERSOS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de Mossoró, cuja altitude é de 20 metros, está localizada

Cine Jandaia

ao norte do Estado do Rio Grande do Norte, à margem do rio do mesmo nome. Foi edificada nas encostas de uma chapada, que se eleva suavemente da margem esquerda daquele rio. Os aspectos naturais mais atraentes são as salinas. As pirâmides de sal, alinhadas às margens do Mossoró, apresentam um quadro curioso, principalmente quando a luz do sol permite a formação das miragens nos terrenos saliníferos. Pela situação geográfica, importância comercial e industrial e características de sede do Bispado, Mossoró constitui ponto de atração da zona. Como centro de ensino médio, Mossoró atrai estudantes de outras localidades, abrigando anualmente cêrca de mil jovens forasteiros. Afora as inúmeras bibliotecas particulares, a cidade conta com duas bibliotecas municipais: Biblioteca Pública Municipal de Mossoró e Biblioteca Pública Municipal de Governador Dix-Sept Rosado. A primeira, com cêrca de 7 000 volumes, e a segunda com 500. Na sede municipal acham-se instaladas duas radioemissoras: Rádio Difusora do Mossoró e Rádio Tapuio. Entre as várias instituições existentes destacam-se o Núcleo do SESI, que presta assistência médica e dentária aos industriários e mantém uma escola de pequenas indústrias, corte, costura e culinária, e a União de Artistas, sociedade beneficente que presta assistência dentária, mantém um pequeno ambulatório e socorre seus associados com auxílio-natalidade e com pecúlio de morte. O município de Mossoró foi distinguido com menção honrosa no concurso promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal e o Ponto IV, em colaboração com a Comissão Consultiva da Administração Pública e a revista "O Cruzeiro".

NATAL — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

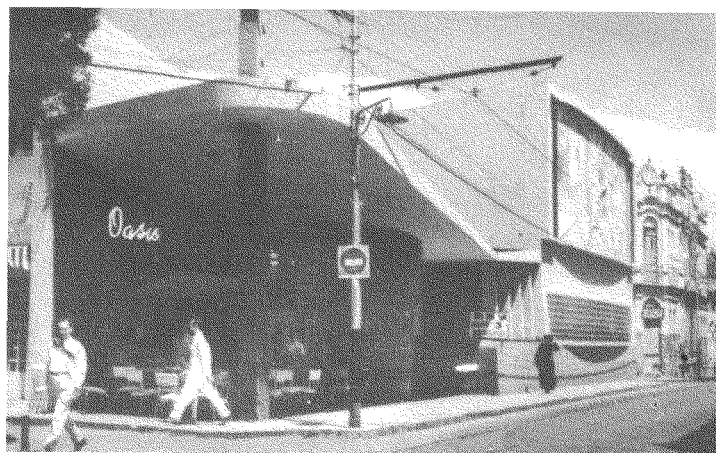
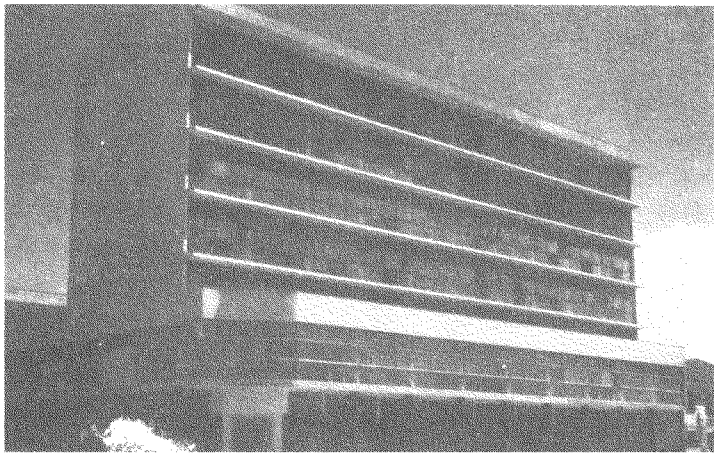
HISTÓRICO — Na doação que D. João III fêz a João de Barros estava o Rio Grande do Norte. Para exploração da terra que lhe coube, o famoso autor das *Décadas*, associado a Fernão Álvares de Andrade e Aires da Cunha, organizou uma expedição colonizadora, de que participavam seus dois filhos — Jerônimo e João. Em novembro de 1935, a expedição, com 5 naus e 5 caravelas, 900 homens e mais de 100 cavalos, deixou o Reino, atingindo em dezembro do mesmo ano a capitania de Pernambuco, onde Duarte Coelho a agasalhou, fornecendo-lhe intérpretes, guias e uma pequena embarcação para pesquisa do litoral.

Vista parcial de Areia Preta

Palácio do Govêrno

De Pernambuco, segundo Varnhagem, referido por Luís da Câmara Cascudo, a garbosa frota saiu bordejando pela costa, rumo ao norte, e foi fundear na foz do rio Baquipe, rio Pequeno ou do Ceará-Mirim, menos de 12 quilômetros acima da futura cidade de Natal. Na embocadura do Ceará-Mirim, Aires da Cunha, comandante da expedição, encontrou fortíssima resistência por parte dos Potiguares, auxiliados pelos franceses que faziam escambo com os indígenas. Prosseguindo para o norte, os expedicionários tentaram fortuna no quinhão de terras de Fernão Álvares de Andrade, mas, ao atingirem as águas do Maranhão, naufragou a nau capitânia, sucumbindo Aires da Cunha. Em março de 1536 os remanescentes da expedição chegaram à ilha do Maranhão, onde fundaram um povoado a que deram o nome de Nazaré, ali permanecendo por 3 anos, em meio a grandes trabalhos e vicissitudes. Haviam morrido cêrca de 700 homens, e os restantes, renunciando aos seus sonhos de grandeza, abandonaram o lugar em caravelões e, após navegarem à matroca, foram dar nas Antilhas, em agôsto de 1538. Outra expedição, fracassada como a anterior, teria sido levada a cabo no ano de 1555, ainda por iniciativa de João de Barros, dela participando os seus dois filhos. O fato é que até 1561 o donatário não estabelecera povoação nas terras do Rio Grande do Norte nem praticara atos de posse, conquanto os franceses continuassem a manter assíduo comércio com os silvícolas. A 6 de março do mesmo ano, o donatário requeria ao jovem rei D. Sebastião proibisse a ida de qualquer pessoa, sob qualquer pretexto, às suas terras do Brasil, embora na dita capitania não houvesse povoamento.

Expulsos da Paraíba, os franceses refluíram para o Potengi, transformando aquêle sítio em núcleo irradiante de incursões. Jacques Riffault, por exemplo, guardava as suas naus na curva do rio Potengi, e dali saíram 13, em 1597, para atacar Cabedelo. A região em que atualmente se localiza a cidade de Natal era domínio dos Potiguares, cuja amizade com os franceses facilitava o trânsito das naus gaulesas e o tráfico de pau-brasil.

A expedição que deveria fundar o forte e a cidade só se realizou em dezembro de 1597, no govêrno de Dom Francisco de Sousa, em obediência a cartas régias. Composta de 7 navios e 5 caravelões, tendo por capitão-mor Francisco de Barros Rêgo e por almirante Antônio da Costa Valente, a frota de guerra partiu de Pernambuco e velejou para o norte, enquanto que por terra, acompanhando Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor daquela capitania, iam três companhias de *gente de pé*, comandadas por Jerônimo de Albuquerque, seu irmão Jorge e Antônio Leitão Mirim, êste último à frente de uma companhia montada. Apesar de parcialmente dizimados

Rádio Nordeste

Edifício do I.P.A.S.E.

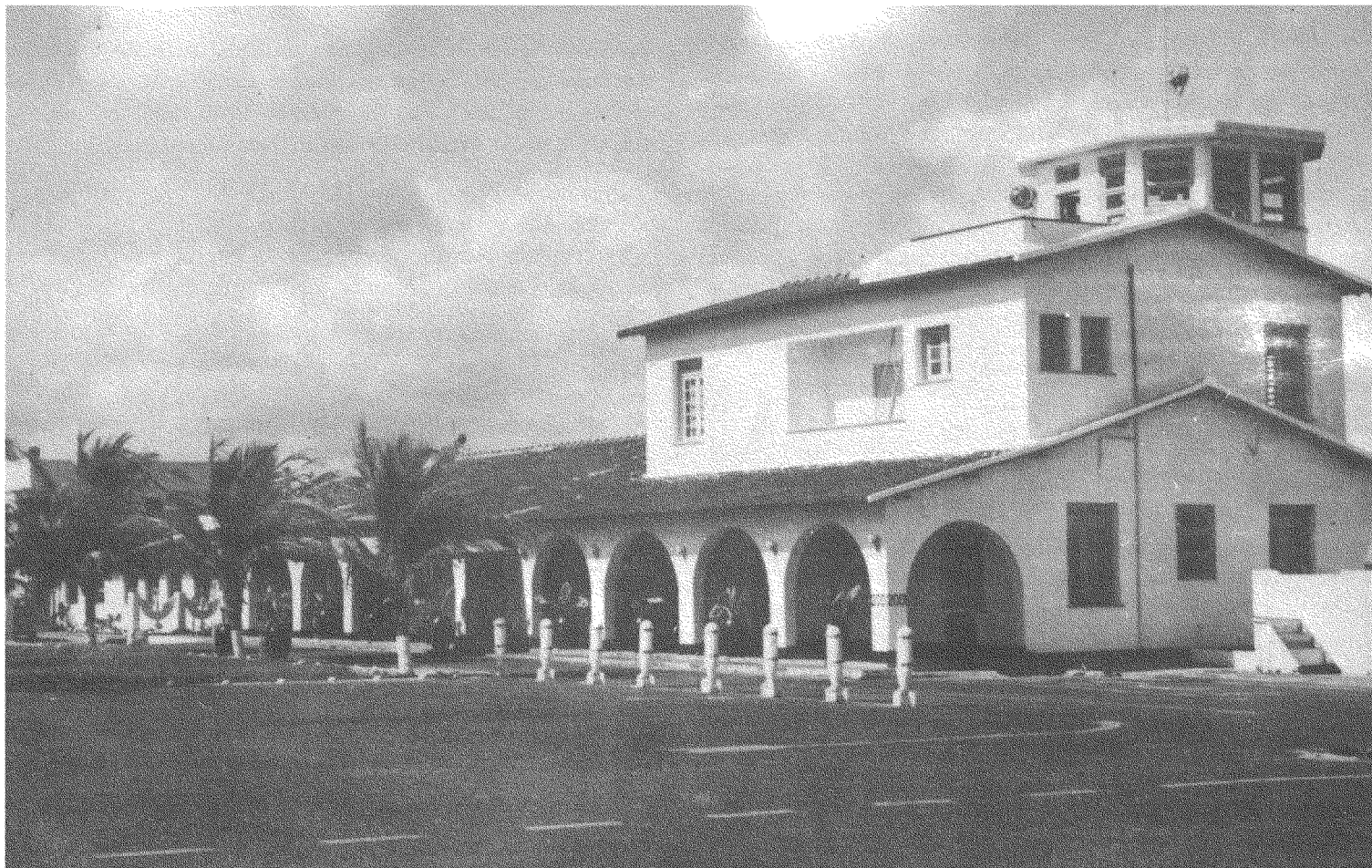
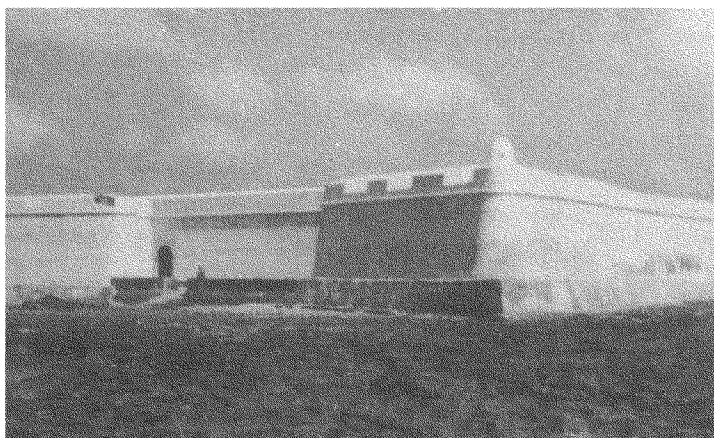
pela varíola, os expedicionários atingiram a foz do Potengi em fins de 1597, empenhando-se em lutas com os franceses e seus aliados indígenas. Num arrecife, a 700 metros da barra do Potengi, foi iniciada a construção do Forte na manhã do Dia dos Santos Reis, 6 de janeiro de 1598. Seguem-se lutas cruentas, com avanços e recuos, até que, mercê do paciente trabalho de persuasão desenvolvido pelos Jesuítas, concertaram-se as pazes com os Potiguares, retirando-se os franceses.

Deu-se início, então, a "uma povoação no rio Grande, a uma légua do Forte, a que chamam Cidade dos Reis", conforme frei Vicente do Salvador, cuja afirmativa, a propósito, não tem sido aceita pacìficamente. No mapa divulgado por Barleus, em 1647, figura Natal como uma aldeia habitada por portuguêses. Robert Southey sugere que a povoação primitiva estava perto do Forte e foi posteriormente transferida para lugar conveniente.

Não são poucos os historiadores que atribuem o topônimo ao fato de a demarcação da cidade ter sido feita no Natal de 1599. O padre Serafim Leite afirma, no entanto, que a escolha teve em vista o tempo em que a armada entrou na barra do Rio Grande do Norte. Assim, à margem do rio Potengi, o Rio Grande, ergueu-se a cidade de Natal. A quem cabe a fundação parece ser outro ponto controverso. Autores modernos admitem estar invalidada a tradição que outorgava a Jerônimo de Albuquerque esta glória, em vista de saber-se que, quinze dias após o feito, era capitão da Fortaleza João Rodrigues Colaço, a quem cabe o ato, até prova em contrário, como observa Câmara Cascudo.

O povoamento foi lento. Em 1608, Diogo de Menezes, em carta a el-Rei, afirmava que, embora estivesse criada a cidade, a população era escassa. Em 1614, tinha doze casas; a igreja não possuía portas. A situação parece que não melhorou no domínio holandês. No século XVIII o capitão-mor do Forte mudou-se para a Rua Grande, onde nasceu a cidade; em 1759 o ouvidor-mor admitiu, com pessimismo, a existência de 118 casas. Até a altura de 1922 a cidade pouco mudara. A partir do govêrno de Pedro Velho, no entanto, começou a modernizar-se, iniciando um surto de progresso.

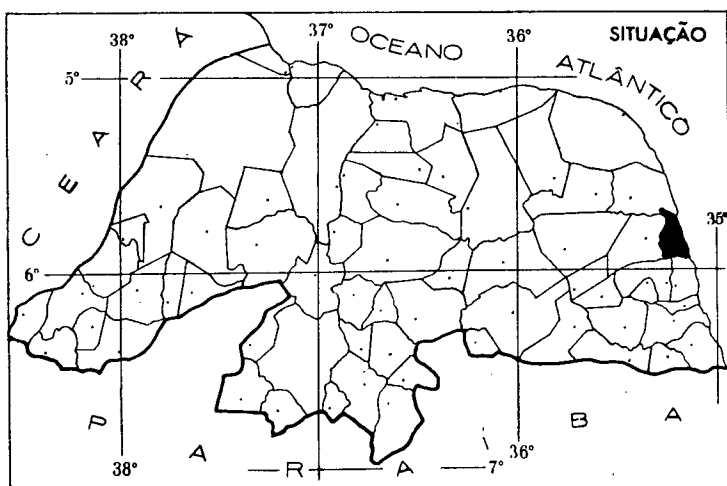
Segundo a divisão administrativa vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é composto de 3 distritos: Natal, Redinha e Parnamirim.

ASPECTOS FÍSICOS — O município de Natal está situado em zona pouco acidentada, à costa leste do Rio Grande do Norte. O relêvo, não muito acentuado, compreende as planícies litorâneas, os tabuleiros terciários e os morros de rochas do embasamento antigo. A costa é baixa e are-

Clube dos Oficiais da Aeronáutica

Fortaleza dos Reis Magos

nosa, apresentando, no entanto, aspectos dos mais variados, porque, além das praias características do litoral nordeste do Brasil, encontram-se, ao longo das mesmas, sucessões de dunas e pequenas colinas, lagoas e enseadas protegidas pelo cordão de recifes praieiros que acompanha a costa e se interrompe na foz do rio Potengi.

O clima local é quente, mas ameno. A variação anual da temperatura é pequena. As chuvas ultrapassam 1 000 milímetros anuais.

Quanto à vegetação, o que domina são as formações típicas das regiões litorâneas. Há mangues, junto ao estuário dos rios, vegetação halófila de poucas espécies, mas de aspecto denso e invadida periòdicamente pelas marés, e os cajueiros, plantados ao longo das praias. Para o interior, existem pequenas áreas de matas e de mangabeirais silvestres. A sede municipal tem 20 metros de altitude média.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO — O município de Natal está situado na Zona Fisiográfica do Litoral, uma das 7 zonas em que se acha dividido o Estado do Rio Grande do Norte. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 5° 45' 46", de latitude Sul e 35° 12' 04", de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS — Natal contava, na data do Recenseamento Geral de 1950, com 103 215 habitantes, dos quais 47 619 homens e 55 596 mulheres, ocupando o 15.° lugar na relação dos municípios mais populosos do país. A população da Capital representava, naquele ano, 11% da registrada no Estado. Para 1.° de julho de 1958 a população do município foi estimada em 172 667 pessoas (estimativa do Laboratório de Estatística do Conselho Nacional de Estatística). Na discriminação dos habitantes segundo a religião, verifica-se que o município reflete, aproximadamente, a composição do conjunto estadual (91% de católicos em Natal contra 98% em todo o Estado). Em relação à côr, nota-se que Natal apresenta os mesmos grupos dominantes do quadro estadual, com cêrca de 50% de brancos, 8% de pretos e 42% de pardos, contrapondo-se à quota estadual de 49%, 9%, 42%, respectivamente. Quanto à nacionalidade, os brasileiros natos e naturalizados constituem 99% da população, ou seja, idêntica percentagem correspondente para o Estado. A cidade (quadros urbano e suburbano do distrito-sede) congrega 92% dos habitantes do município. Enquanto em todo o Estado do Rio Grande do Norte encontram-se aproximadamente 74% de seus habitantes no quadro rural, assinala Natal, neste mesmo quadro, apenas 5% de sua população.

Iate Clube Municipal

Crescimento — O Laboratório de Estatística do Conselho Nacional de Estatística calculou o incremento da população de Natal no curso do período 1940-1950; os resultados do cálculo podem ser assim resumidos:

População presente em 1.°-IX-1940	54 836
População presente em 1.°-VII-1950	103 215
Incremento relativo de população entre os dois Censos	88,22%

Êsse incremento relativo — 88,22% — verificado em 9 anos e 10 meses é o maior registrado em tôdas as capitais.

A população estimada para o período compreendido entre 1.° de julho de 1949 e 1.° de julho de 1958 é a seguinte:

1949	96 785
1950 (Recenseamento)	103 215
1951	110 072
1952	117 384
1953	125 182
1954	133 498
1955	142 367
1956	151 825
1957	161 917
1958	171 667

Essas estimativas não têm caráter oficial e se destinam apenas a servir de base a estudos estatísticos.

Praça Pedro Velho

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas de Natal — indústria de transformação, comércio de mercadorias, transporte, comunicação e armazenagem e prestação de serviços — são identificadas, em parte, pelas elevadas quotas de pessoas que exercem a ocupação principal nos referidos ramos. Considerando-se o total das pessoas de 10 anos e mais e, dentre estas, o contingente das que exercem atividades econômicas, pode-se estimar a quota das que trabalham nos ramos "indústria de transformação" em 15%, "comércio de mercadorias" em 14%, "transporte, comunicações e armazenagem" em 10% e "prestação de serviços" em 27% (quotas calculadas sôbre o referido total, exclusive os habitantes inativos, os que exercem atividades domésticas não remuneradas e discentes e os que não puderam ser incluídos em algum ramo).

O ramo "prestação de serviços" reúne o maior número de pessoas em Natal. O forte contingente de pessoas ativas nesse ramo é característica de grandes centros urbanos. No município, apenas 12% das pessoas que declararam exercer atividades no referido ramo a exerciam em estabelecimentos devidamente instalados; as demais ou se dedicavam a atividades particulares ou eram empregados domésticos.

Produção industrial — Constitui a indústria importante atividade econômica da população de Natal. As principais parcelas dêste ramo cabem às indústrias de produtos alimentares e às indústrias de couros e peles e produtos similares. Segundo apuração preliminar do Registro Industrial, no ano de 1955, o valor da produção dos 138 estabelecimentos que ocupavam 5 ou mais pessoas atingiu 200 ı ilhões de cruzeiros. A tabela a seguir permite verificar participação dos diversos grupos de indústria em relaçã ao total da classe:

PROI JÇÃO INDUSTRIAL	Número de estabelecimentos	Operários ocupados (em 31-XII-1955)	VALOR DA PRODUÇÃO (1)	
			Cr$ 1 000	% sôbre o total
Transformação de minerais não metálicos	5	92	3 509	1,76
Metalúrgica	9	67	7 205	3,61
Madeira	5	34	1 680	0,84
Mobiliário	13	63	4 278	2,14
Couros e peles e produtos similares	4	356	57 568	28,84
Química e farmacêutica	5	28	6 578	3,30
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	12	104	8 160	4,09
Produtos alimentares	60	388	79 344	39,75
Bebidas	4	34	3 776	1,89
Editorial e gráfica	12	100	6 029	3,02
Diversas	3	22	1 992	0,99
TOTAL GERAL (2)	138	1 623	199 599	100,00

(1) Inclusive receita proveniente de "serviços industriais prestados a terceiros". — (2) Inclusive indústrias extrativas de produtos minerais, indústria da construção e montagem do material de transporte, têxtil e do fumo. Assim, 69 % da produção industrial correspondem às indústrias de produtos alimentares e indústrias de couros e peles.

Segundo o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, a produção de origem animal foi a seguinte em 1955:

	Quantidade (t)	Valor (Cr$ 1 000)
Carne verde de bovino	1 466	34 623
Carne verde de suíno	161	3 464
Carne verde de ovino	107	2 559
Couro verde de boi, vaca e vitelo	255	2 457
Toucinho fresco	113	2 535

A preparação de óleo de caroço de algodão e subprodutos, em 1955, assim se apresentou:

	Quantidade (t)	Valor (Cr$ 1 000)
Algodão		
Óleo	1 019	10 350
Torta	3 974	4 805
Casca	1 530	798
Línter	51	253

Comércio de mercadorias — O fato de a cidade de Natal funcionar como centro redistribuidor torna o "comércio de mercadorias" um ramo de atividade importante da população local. O Recenseamento de 1950 registrou 1 156 estabelecimentos, dos quais 100 atacadistas e 1 056 varejistas, que ocupavam 2 927 pessoas. O valor total das vendas no comércio atacadista alcançou 63% das realizadas por todo o comércio atacadista do Estado; o valor das vendas realizadas pelo comércio varejista representou 42% de todo o comércio varejista estadual. Dados divulgados pela Diretoria de Levantamentos Estatísticos revelam que em 1954 havia em Natal 93 estabelecimentos comerciais atacadistas com um limite anual de vendas não inferior a 200 mil cruzeiros. Êsses estabelecimentos ocupavam cêrca de 965 pessoas e realizaram vendas no valor de 726 milhões de cruzeiros. As despesas com pessoal atingiram vinte e seis milhões de cruzeiros e os impostos de importação e vendas e consignações, pagos pelos estabelecimentos, abrangeram cêrca de 33 milhões de cruzeiros. O giro comercial permite avaliar a importância comercial do município. Em 1956, foi calculado em cêrca de 2 551 milhões de cruzeiros — aproximadamente 45% do giro comercial de todo o Estado.

Cais do Pôrto Municipal

OUTRAS ATIVIDADES — *Produção agrícola* — Embora o município apresente pequena área territorial, é a agricultura uma atividade que ocupa algum contingente de pessoas econômicamente ativas. Em 1955, assim se discriminava a produção agrícola:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	Números absolutos (Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Côcc-da-baía	1 769	30,28
Manga	1 500	25,67
Banana	1 080	18,48
Mandioca (brava e mansa)	751	12,85
Cana-de-açúcar	330	5,65
Feijão	98	1,68
Laranja	98	1,68
Arroz com casca	86	1,47
Outros (1)	131	2,24
TOTAL	5 843	100,00

(1) Em "outros" estão incluídos abacate, agave, batata-doce, limão e milho.

Praça Almirante Tamandaré

Praça da Jangada

O côco-da-baía contribui com 30% para o valor total da produção agrícola. E' grande a quantidade de coqueirais esparsos pela própria cidade e pelo interior.

Pecuária — A criação de gado é de pequena monta. Em 1956, o valor da população pecuária era de 30 milhões de cruzeiros e assim se discriminava:

	Quantidade (cabeças)	Valor (Cr$ 1 000)
Bovinos	7 900	23 700
Eqüinos	300	750
Asininos	3 300	1 650
Muares	300	750
Suínos	3 200	3 200
Ovinos	560	168
Caprinos	420	126

Areia Preta

Pesca — Natal é um dos principais municípios pesqueiros do Estado. Há peixes em abundância e de boa qualidade. Em 1956, assim se discriminava a produção de pescado:

PESCADO	Quantidade (Kg)	Valor (Cr$ 1 000)
Tainha	12 000	360
Xaréu	12 000	360
Cavala	8 000	240
Dourado	9 500	238
Dentão	6 000	150
Bicuda	5 000	150
Arabaiana	4 700	141
Serro	5 400	135
Outros (1)	202 200	5 344
TOTAL	264 800	7 118

(1) Em "outros" está incluído o pescado não colonizado (160 000 kg com valor de 4 301 milhares de cruzeiros).

Prestação de serviços — A "prestação de serviços", como já se indicou, é o ramo que congrega maior número de pessoas em Natal. A sua condição de centro urbano e de gravitação econômica, aliada à de centro portuário, explica, de algum modo, a quota relativamente elevada da população econômicamente ativa no referido ramo. Das pessoas que declararam desenvolver atividades nesse ramo, sòmente 12% a exerciam em estabelecimentos devidamente instalados. Recorrendo-se aos resultados do Censo dos Serviços de 1950, verifica-se que nos 508 estabelecimentos inquiridos estavam ocupadas 957 pessoas. A receita auferida pela totalidade dos estabelecimentos atingiu 30 milhões de cruzeiros, ou seja, 48% do valor da produção realizada pelos estabelecimentos industriais no mesmo ano.

Predominavam econômicamente os serviços de confecção, conservação e reparação, cuja receita — 10 mi-

Vista da Praia da Areia Preta

lhões de cruzeiros — representou 35% do valor total da receita de todos os serviços.

O pôrto de Natal e seu movimento — O pôrto de Natal é de grande expressão econômica para o município e para a região, em geral. E' o centro importador e exportador do Estado, por onde se faz o comércio de todos os produtos da região, com exceção do sal, cuja exportação é feita sobretudo pelos portos de Areia Branca e Macau. Com um bom ancoradouro interno, extenso e profundo, formado pelo rio Potengi, o pôrto de Natal situa-se a 1 240 milhas de distância do Rio de Janeiro e dispõe de 400 metros de cais acostável, que atinge 8 metros de profundidade em águas mínimas do canal de acesso. Em 1956 tinha 2 armazéns, com a área útil de 3 550 metros quadrados, 1 frigorífico com capacidade útil de 980 metros cúbicos e cinco guindastes (Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais). O movimento de embarcações foi o seguinte, no período 1952-1956 (Serviço de Estatística Econômica e Financeira):

ANOS	Número de navios	Tonelagem de registro (1 000 t)
1952	312	590
1953	261	433
1954	267	429
1955	277	438
1956	297	521

Cais Tavares de Lira

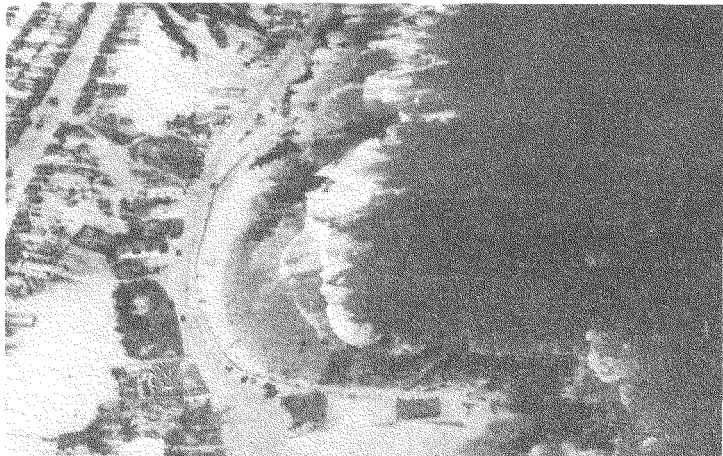
Quanto ao comércio exterior, o movimento de mercadorias teve o seguinte desenvolvimento, no período do qüinqüênio 1952-1956:

ANOS	QUANTIDADE (t)		VALOR (Cr$ 1 000)	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação
1952	2 585	34 571	51 299	85 224
1953	1 479	40 380	59 337	49 005
1954	4 748	39 207	60 606	82 130
1955	16 127	42 913	125 669	105 723
1956	9 062	49 964	240 910	129 729

Areia Preta

Verifica-se um decréscimo na quantidade de mercadorias exportadas, em 1956, em virtude de naquele ano não ter sido incluído o milho, que no ano anterior representou 31% do volume total da exportação. A maior parcela na exportação corresponde à xilita. Em 1956, êsse produto representou 75% do valor total. O sisal ou agave e a carnaúba aparecem, também, com parcelas apreciáveis: 12% e 5%, respectivamente. A exportação assim se discrimina:

MERCADORIAS EXPORTADAS	1956	
	Quantidade (t)	Valor (Cr$ 1 000)
Xilita	1 240	181 370
Sisal ou agave e semelhantes em bruto	4 019	28 318
Carnaúba	157	12 684
Torta de caroço de algodão	3 208	8 192
Algodão em rama ou pluma	100	3 280
Peles de gado caprino sêcas	26	2 183
Berilo	61	1 570
Mamona, palma-crísti ou rícino	202	1 300
Outras	30	1 776
TOTAL	9 043	240 673

No movimento de importação, no mesmo ano, a gasolina aparece como principal mercadoria importada, representando 39% do valor total. A seguir, encontra-se o trigo

Vista aérea da Praia de Areia Preta

Ponte Igapó

em grão. Assim se discrimina o movimento de importação em 1956 pelo pôrto de Natal:

MERCADORIAS IMPORTADAS	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr$ 1 000)
Gasolina a granel	13 525	50 339
Trigo em grão	6 915	15 824
Gasolina para aviação	3 666	10 928
Máquinas e aparelhos para extração de substâncias minerais, n.e	312	10 702
Óleo para fornos ou caldeiras de vapor, "fuel oil"	15 322	9 978
Óleo para motores de explosão, "diesel oil"	7 586	8 852
Máquinas e aparelhos para beneficiamento de cereais e produtos agrícolas, n.e	70	4 178
Outras	2 567	18 928
TOTAL	49 964	129 729

Em relação ao comércio de cabotagem, em 1956, foram exportadas 43 489 toneladas de carga (frete líquido correspondente de 29 172 milhares de cruzeiros) e importadas 76 929 toneladas. Em 1955 foram embarcados 3 265 passageiros e desembarcados 1 845 (Comissão de Marinha Mercante).

MEIOS DE TRANSPORTE — Natal é servido por todos os meios de transporte. Além de um pôrto organizado, onde ancoram navios nacionais e estrangeiros, conta com um excelente aeroporto em Parnamirim, com numerosas pistas de asfalto e areia comprimida e alojamentos para o pessoal em trânsito ou permanente, em edifício especialmente construído. Várias são as linhas que mantêm o transporte aéreo regular entre Natal e outras cidades do país e do exterior. A Estrada de Ferro Sampaio Corrêa serve ao município, sendo também a via fluvial do Potengi utilizada diàriamente no tráfego interdistrital. A cidade está razoàvelmente servida de ônibus e autolotações.

Os municípios vizinhos ligados a Natal por diversos meios de transporte são os seguintes:

Ceará-Mirim — 1) Rodoviário: 32 km; 2) Ferroviário: 39 quilômetros;

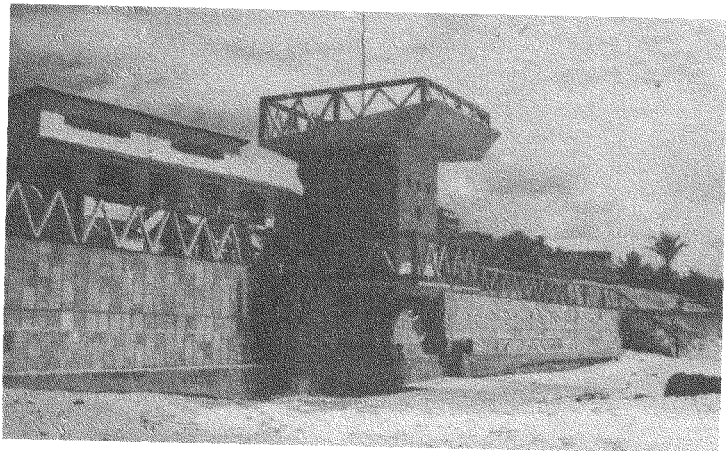
Macaíba — Rodoviário: 21 quilômetros;

Nísia Floresta — 1) Rodoviário: 43 quilômetros; 2) Ferroviário: 42 quilômetros;

São José de Mipibu — 1) Rodoviário: 39 quilômetros; 2) Ferroviário: 40 quilômetros;

Capital Federal — 1) Marítimo: 2 356 quilômetros; 2) Aéreo: 2 168 quilômetros; 3) Rodoviário via Feira de Santana, BA: 2 982 quilômetros.

Transporte aéreo — O movimento aéreo no aeroporto de Natal assim se discrimina, em 1956:

Número de pousos	3 067
Passageiros transportados	
Embarcados	20 339
Desembarcados	19 929
Bagagem (kg)	
Embarcada	269 504
Desembarcada	275 342
Carga (kg)	
Embarcada	349 763
Desembarcada	158 469
Correio (kg)	
Embarcada	11 140
Desembarcada	16 921

Pôsto de Salvamento

CONSTRUÇÃO CIVIL — O movimento de construções civis licenciadas no município apresentou o seguinte desenvolvimento no período 1953-1957:

Anos	Construções licenciadas	Área de piso m²
1953	334	41 742
1954	244	29 750
1955	460	48 254
1956	651	59 880
1957 (1)	332	20 229

(1) Até julho.

O valor da transcrição de transmissões de imóveis por compra e venda apresentou o seguinte ritmo no período 1953-1957:

Anos	Número	Valor (Cr$ 1 000)
1953	679	24 904
1954	507	18 038
1955	592	37 776
1956	750	59 570
1957 (1)	353	29 571

(1) Até julho.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA — O consumo particular de energia elétrica como fôrça motriz pode constituir significativo índice de produção industrial, na medida em que as condições de fornecimento e consumo se apresentarem normais. Em Natal, o consumo dessa espécie de energia segue ritmo crescente:

Anos	Consumo particular como fôrça motriz (1 000 kWh)
1953	1 144
1954	1 326
1955	1 370
1956	1 550
1957 (1)	904

(1) Até julho.

MOVIMENTO BANCÁRIO — Natal é importante centro bancário e concentra pràticamente todo o movimento do Estado. Vejam-se, a seguir, os dados correspondentes apenas aos saldos de maior expressão dados em milhares de cruzeiros, fornecidos pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira e referentes a 31 de maio de 1957:

CONTAS	SALDOS EM 31-V-57 (Cr$ 1 000)		% de Natal sôbre o Estado
	Estado	Natal	
Empréstimos em c/c	717 972	566 630	78,92
Títulos descontados	631 556	468 200	74,13
Depósitos a vista e a curto prazo	507 798	444 888	87,61
Depósitos a prazo	47 175	41 439	87,84

Achavam-se instalados, em 1957, os seguintes estabelecimentos bancários: Banco do Brasil S. A., Banco Comércio e Indústria Norte-Rio-grandense S. A. (matriz), Banco do Estado de São Paulo S. A., Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco do Povo S. A., Banco do Rio Grande do Norte S. A. (matriz).

SALÁRIOS — Com relação ao salário-mínimo do trabalhador adulto (vigente a partir de 1.º de agôsto de 1956), o Estado do Rio Grande do Norte acha-se dividido em duas sub-regiões, cujos salários-mínimos mensais variam de 1 800 a 1 250 cruzeiros. Natal faz parte da 1.ª sub-região, com salário-mínimo mensal de 1 800 cruzeiros.

CUSTO DA VIDA — Apresentam-se, na tabela seguinte, os índices gerais do custo da vida e os da alimentação, calculados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho:

ANOS	NÚMEROS ÍNDICES MENSAIS (janeiro de 1948 = 100)	
	Total das despesas	Alimentação
1950	135	128
1951	146	145
1952	168	169
1953	193	194
1954	223	232
1955	251	264
1956	311	342
1957 (1)	396	442

(1) De janeiro a setembro. Dados sujeitos a retificação.

Como se vê, o índice do custo da alimentação acompanha o nível do correspondente índice geral (que é a média geométrica ponderada dos índices de alimentação, habitação, vestuário, higiene, transporte, luz e combustível).

Pelo confronto do índice correspondente ao total das despesas (396) com os relativos aos diversos itens da despesa pode-se notar, na tabela a seguir, que no período de

Lagoa Manoel Felipe

janeiro a outubro de 1957 a alimentação e a habitação contribuíram mais fortemente para a elevação do custo da vida:

ITENS DA DESPESA	NÚMEROS ÍNDICES MENSAIS (1957) (1)
Alimentação	442
Habitação	800
Vestuário	251
Higiene	348
Transporte	140
Luz e combustível	358

(1) De janeiro a outubro. Dados sujeitos a retificação.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Segundo informações do Serviço de Estatística da Saúde, havia em Natal, em 1955, 29 estabelecimentos de assistência médico-sanitária — 13 mantidos por entidade oficial e 16 por particulares. O número de leitos atingia 1 385, dos quais 255 destinavam-se a finalidade geral e 1 130 a especializada (41 para cirurgia, 10 para traumatologia ou ortopedia, 190 para obstetrícia e ginecologia, 35 para doenças transmissíveis agudas, 34 para pediatria e puericultura, 210 para neuropsiquiatria, 145 para tuberculose e 465 para outras especialidades). Pessoal em atividade: 105 médicos, 7 dentistas, 1 farmacêutico, 104 enfermeiros e 13 outros auxiliares. Os serviços de saúde pública contavam com 19 estabelecimentos, dos quais 9 oficiais e 10 particulares. Havia 88 médicos, 23 dentistas, 1 farmacêutico e 56 enfermeiros pertencentes a êstes serviços.

INSTRUÇÃO PÚBLICA — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que, atualmente, a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 62%, quota observada naquele ano (cálculo sôbre o total das pessoas presentes de 10 anos e mais). A percentagem correspondente para o Estado do Rio Grande do Norte era de 32%.

Ensino — Segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, o ensino primário fundamental comum contava, em 1955, 137 unidades escolares com matrícula geral de 14 941. O número de professôres do ensino primário fundamental comum ascendia a 336, e o de alunos matriculados, a 14 941, assim discriminados:

ENTIDADE MANTENEDORA	PROFESSÔRES	ALUNOS MATRICULADOS NO INÍCIO DO ANO
Estado	188	8 409
Município	—	—
Particular	148	6 532
TOTAL	336	14 941

Em 1956, o movimento escolar referente ao ensino secundário e normal foi o seguinte:

CURSOS	UNIDADES ESCOLARES	NÚMERO DE PROFESSÔRES	ALUNOS MATRICULADOS			CONCLUSÕES DE CURSOS EM 1955
			Total	Homens	Mulheres	
Ginasial	7	117	2 926	1 583	1 343	344
Colegial	5	77	939	667	272	132
Normal	1	19	81	2	79	21

Aspecto parcial da Praia da Redinha

No município, funcionam 5 estabelecimentos de ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Medicina, Escola de Serviço Social e Faculdade de Filosofia.

FINANÇAS PÚBLICAS — Em 1957, a receita total orçada para o município foi de 50 000 milhares de cruzeiros, dos quais 39 150 correspondentes à tributária; a despesa prevista nesse ano foi de 49 991 milhares de cruzeiros.

No período 1953-1957, as finanças do município apresentaram o seguinte movimento (dados fornecidos pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças e Inspetoria Regional de Estatística Municipal):

ANOS	FINANÇAS (Cr$ 1 000)			
	Receita arrecadada		Despesa realizada	Saldo ou deficit do balanço
	Total	Tributária		
1953 (1)	16 058	11 935	16 057	+ 1
1954	18 795	13 993	14 400	+ 4 395
1955	27 715	18 721	23 860	+ 3 855
1956 (1)	50 000	39 150	49 991	+ 9
1957 (2)	50 000	39 150	49 991	+ 9

(1) Orçamento. — (2) Orçamento para 1957.

As principais contas em que se decompõe a receita tributária orçada para 1957 são as seguintes:

	(Cr$ 1 000)
Tributária	39 150
Impostos	36 800
Territorial	600
Predial	6 500
Sôbre indústrias e profissões	28 000
De licença	600
Jogos e Diversões	1 000
Sêlo	200
Outros	100
Taxas	2 350
Expediente	50
Fiscalização e serviços diversos	100
Limpeza pública	2 000
Outras	200

Outro aspecto da Praia da Redinha, nas proximidades do Rio Doce

A despesa municipal, em 1957, estêve assim distribuída:

	(Cr$ 1 000)
Despesa total	49 991
Administração geral	6 835
Exação e fiscalização financeira	7 564
Segurança pública e assistência social	468
Educação pública	1 768
Saúde pública	968
Fomento	983
Dívida pública	35
Serviços de utilidade pública	25 162
Encargos diversos	6 208

A arrecadação da receita federal, estadual e municipal apresentou os seguintes dados para o período 1952-1957:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)		
	Federal (1)	Estadual (1)	Municipal
1952	27 892	12 591	12 271
1953	24 223	20 454	(2) 16 058
1954	27 879	21 872	18 795
1955	38 162	29 946	27 715
1956 (2)	30 140	21 650	(2) 50 000
1957			(3) 50 000

(1) Dados da Inspetoria Regional de Estatística. — (2) Orçamento. — (3) Orçamento para 1957.

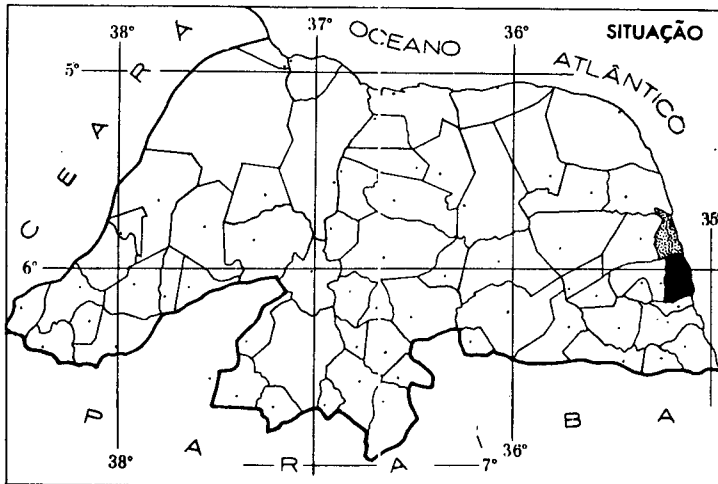
DIVERSOS ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — A topografia da cidade de Natal apresenta-se ondulada, o que explica as diversas ladeiras que interligam os bairros. Duas grandes avenidas comunicam a Cidade Alta com a Cidade Baixa, esta última localizada numa depressão de terreno, quase no mesmo plano do nível do mar. O Potengi, que deságua no Atlântico, próximo ao Forte dos Reis Magos, é regularmente navegável até a cidade de Macaíba, constituindo fácil via de acesso ao interior. Há outros rios no município, bem como diversas lagoas. A instalação da Comissão de Obras do Pôrto em 1892 deu grande impulso, especialmente a partir de 1902, ao povoamento da zona norte e leste da Ribeira, Rocas, Areial e Montagem. A fisionomia de Natal vem-se modificando sem cessar nos derradeiros tempos. E' intenso o movimento de construção em alguns bairros, onde surgem ruas bem traçadas, exibindo residências modernas. A natureza, entretanto, naquilo que apresenta de mais interessante, tem sido preservada, conservando os seus aspectos primitivos. A Ribeira, onde até 1902 estêve localizada a sede administrativa do Govêrno estadual, conservou os grandes hotéis da época, as casas comerciais, as alfaiatarias, as farmácias, os clubes de dança e, durante 20 anos, o primeiro cinema da cidade, inaugurado em 1911. As linhas das duas estradas de ferro que servem ao município, a Central e a antiga Great Western, aproximaram o bairro do Refoles (corruptela de Riffault) do da Guarita ou Gurita. São dignas de nota, pela sua beleza, as praias de Natal, como por exemplo as de Areia Preta e Redinha. Observa-se nesta última um sistema de dunas que, inclinando-se a princípio do sudoeste para o noroeste, se enfileiram paralelamente ao longo da costa, separadas pelas ondulações dos promontórios cobertos de vegetação típica. A altura das dunas varia de 30 a 40 metros. Nas areias, encravadas entre as dunas, encontram-se as capongas, verdadeiras lagoas de água doce. Algumas medem aproximadamente 10 000 m^2 e atingem a profundidade de 2,50 m. Êste sistema de dunas não é o único, registrando-se, ao todo, quatro. O Forte dos Reis Magos, marco inicial da ocupação do território, constitui relíquia já tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. "Com sessenta e quatro metros de comprimento, perímetro de duzentos e quarenta, frente e gola de sessenta metros, o Forte artilhava-se de maneira admirável para a época". Reedificado em pedra 20 anos após a fundação, começou a ser restaurado nos últimos tempos, por sugestão do historiador Luís da Câmara Cascudo, constituindo hoje um dos motivos de atração turística.

Rico é o calendário das festividades religiosas e dos folguedos natalenses, que no passado se revestiam de grande brilho. Procurando incentivar tôdas as manifestações da vida popular da cidade, a administração municipal promove, desde 1956, um ciclo de festividades natalinas, com exibições folclóricas, de cujo repertório constam o fandango, a lapinha, o pastoril, o boi calemba, a chegança, o bambelê, cavalhada, araruna e os congos.

NÍSIA FLORESTA — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O território do município é conhecido desde 1607, quando era citado pela abundância de peixes e pelas roças de milho dos indígenas do redor das lagoas Guaraíras, Papeba e Papari. O povoamento foi determinado pela criação de gado e pela pesca abundante nas inúmeras lagoas locais, especialmente a de Papari, chamada Paraguaçu no século XVII. O município foi criado pela Lei provincial n.º 242, de 18 de fevereiro de 1852, sob a denominação de Vila Imperial de Papari. O Decreto n.º 12, de 1.º de fevereiro de 1890, mudou-lhe o nome para Vila de Papari, cuja sede recebeu foros de cidade pelo Decreto n.º 457, de 29 de março de 1938. A denominação atual provém do Decreto-lei n.º 146, de 23 de dezembro de 1948, em homenagem à escritora Nísia Floresta, que ali nasceu. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Litoral e Mata e a sede dista, em linha reta, 36 km da capital do Estado, na direção de 1° 25' S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 6° 05' 26" de latitude Sul e 35° 12' 33" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 30 m.

CLIMA — Salubre, ameno e sêco no verão e frio e úmido no inverno — êste o clima de Nísia Floresta.

ÁREA — A área do município é de 318 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, o município contava com 7 392 habitantes (3 582 homens e 3 810 mulheres). Concentravam-se no quadro rural 85% da população. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 8 110 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana — a da sede —, com 1 087 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo o Censo de 1950, 73% das pessoas econômicamente ativas concentravam-se no ramo agropecuário. Na economia local, entretanto, tem maior relêvo a agricultura. Com a recuperação do Vale Capió, realizada pelo Departamento Nacional de Saneamento, aumentaram consideràvelmente as possibilidades agrícolas do município. As várzeas adjacentes do rio Trairi, que formam o fértil Vale Capió, são agora cobertas por diversos tipos de culturas, permanentes e temporárias, livres das enchentes destruidoras do rio Trairi. Em 1955, os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Feijão	Saco 60 kg	36 450	14 580
Cana-de-açúcar	Tonelada	18 000	2 700
Banana	Cacho	223 000	2 230
Mandioca	Tonelada	2 560	1 568

O município produziu ainda, nesse ano, algodão, batata-doce, côco-da-baía, laranja, manga, milho e tomate. O valor total da produção foi de 22 402 milhares de cruzeiros.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	3 200	12 800
Eqüinos	370	740
Asininos	200	40
Muares	170	680
Suínos	500	400
Ovinos	250	75
Caprinos	300	75

Produção de pescado — A pesca é praticada em Nísia Floresta com fins comerciais, ocupando razoável parcela da população econômicamente ativa. Em 1955, foram produzidos 67 950 quilogramas de peixe, no valor total de 783 milhares de cruzeiros. Existe no município a Colônia de Pescadores Z-10, situada no povoado Pirangi do Sul.

Indústria — O Registro Industrial de 1955 informa que existiam 6 estabelecimentos, nos quais trabalhavam 59 pessoas e cujo valor da produção foi 190 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Sampaio Correia e liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: 1. Arês — rodovia, estrada carroçável (9 km); 2. São José de Mipibu — rodovia, estrada carroçável (4 quilômetros); 3. Natal — rodovia, estrada carroçável (43 quilômetros) — ferrovia (38 km).

COMÉRCIO — Conta o município com 57 estabelecimentos de comércio varejista. Entre os produtos importados figuram tecidos, bebidas e gêneros alimentícios.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nísia Floresta conta com três logradouros públicos calçados a paralelepípedo. Ligações elétricas existem 145.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por dois médicos do Estado. Existe ainda uma maternidade anexa ao Pôsto de Puericultura, com 8 leitos disponíveis.

ALFABETIZAÇÃO — Consoante dados censitários de 1950, das pessoas presentes de 10 anos e mais 32% sabiam ler e escrever.

Ensino — Ministram ensino primário fundamental comum à população infantil 17 escolas.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1952-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1952	—	127	470	38	594
1953	—	107	750	52	748
1954	—	165	572	36	572
1955	—	149	616	42	665
1956 (1)	87	457	981	45	964

(1) Orçamento.

EFEMÉRIDES — Celebra-se anualmente, no dia 18 de dezembro, a festa de Nossa Senhora do Ó, padroeira do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de Nísia Floresta conta com uma biblioteca pública — "Duque de Caxias" — instalada na Prefeitura Municipal. Há no município um monumento à escritora Nísia Floresta, localizado no Sítio Floresta, onde nasceu a escritora.

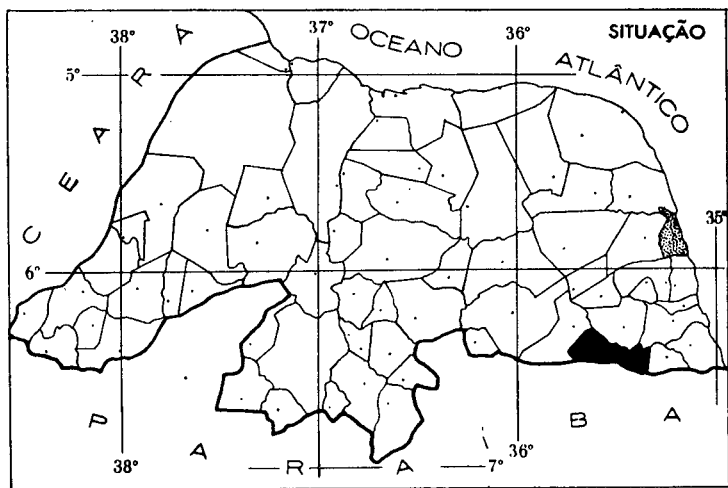
NOVA CRUZ — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — No início do século XVII estabeleceram-se no território onde hoje se encontra o município os primeiros povoadores, instalando no local uma hospedaria destinada ao repouso dos boiadeiros que conduziam gado das províncias de Pernambuco e da Paraíba, e que tinham também o intuito de se fixar em terras devolutas. O povoamento começou na Serra de São Bento. A atual cidade de Nova Cruz originou-se de outro núcleo de colonização, inicialmente chamado Urtigal, mas que no comêço do século XIX era conhecido pelo nome de Anta Esfolada. Era então uma propriedade rural ligada ao ciclo agropecuário às margens do rio Aririmatau, importante pelo papel que desempenha na região. Baseado na tradição, assim explica Manoel Dantas a origem do nome Nova Cruz: "Havia ali uma Anta, que muitos diziam possuir o espírito maligno e todos auguravam mal a quem conseguisse apanhá-la em dia aziago. Um caçador prendeu a Anta na armadilha, numa sexta-feira, e resolveu, para tirar-lhe o feitiço, esfolá-la viva. Ao primeiro talho a anta deu um pulo enorme, deixando a pele nas mãos do caçador e embrenhando-se, assim esfolada, na mata, onde adquiriu logo fama de um animal feroz e fantástico. A anta esfolada era o terror misterioso daquelas paragens e já ia adiantado o povoado sem que se conhecesse outra denominação que não a de Anta Esfolada. Um missionário, conhecedor das artes diabólicas e grande em exorcismos, percebeu que o demônio andava a fazer mal pela terra metido no corpo da anta. Mandou vir de Santa Cruz (município sertanejo) uns galhos de inharé e com êles fêz uma cruz, que fincou no ponto mais alto da vereda por onde o animal costumava passar. Ninguém mais viu a anta esfolada e o povoado tomou, então, a denominação de Nova Cruz".

O município foi criado pela Lei provincial n.º 245, de 15 de março de 1852. A Lei n.º 470, de 3 de dezembro de 1919, concedeu-lhe foros de cidade. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de dois distritos: Nova Cruz e Serra de São Bento.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Agreste. A sede municipal, que dista 83 quilômetros em linha reta de Natal — direção 18° 15' S.O. —, tem as seguintes coordenadas geográficas: 6° 28' 26" de latitude Sul e 35° 26' 07" de longitude Oeste Greenwich.

SITUAÇÃO
OCEANO ATLÂNTICO
CEARÁ
PARAÍBA
38°
37°
36°
35°
5°
6°
7°

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 123 m.

CLIMA — Na região o clima é sêco e salubre. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 32; média das mínimas — 15; média compensada — 26. Precipitação pluviométrica no ano, altura total: 392 milímetros.

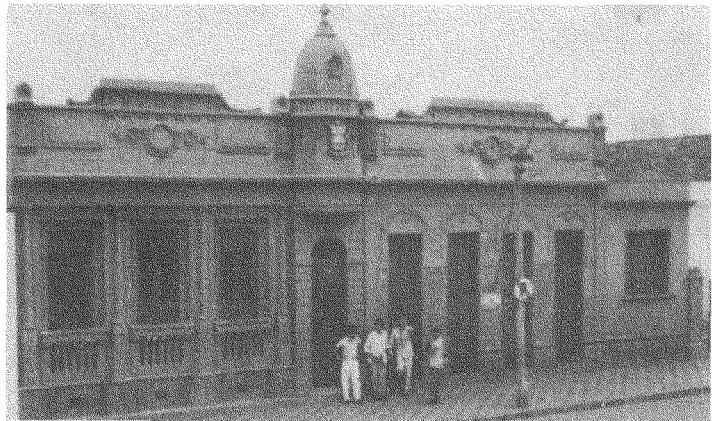
ÁREA — A área do município é de 447 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, Nova Cruz contava com 27 565 habitantes, dos quais 13 293 homens e 14 272 mulheres. Localizavam-se no quadro rural 79% da população.

Igreja-Matriz da Paróquia da Imaculada Conceição

Aglomerações urbanas — Existem duas aglomerações urbanas — Nova Cruz e Serra de São Bento, que contavam, na data do Censo, 5 131 e 631 habitantes, respectivamente (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O ramo "agricultura e pecuária" congrega o maior número de pessoas ativas da comuna. Situado em fértil região do Estado, livre em quase sua totalidade dos rigores da sêca, Nova Cruz é dos muni-

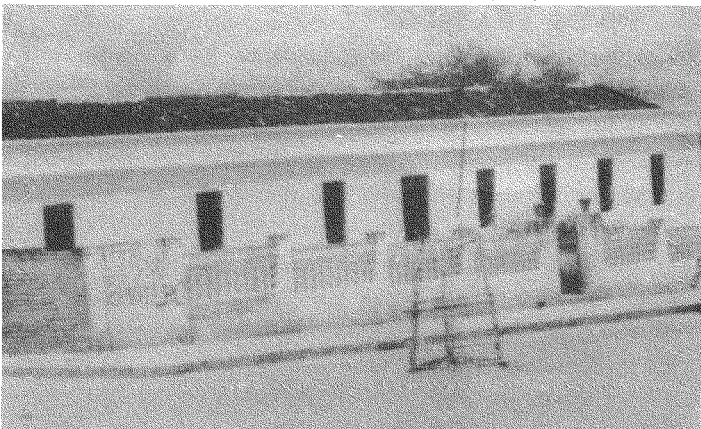
cípios do Rio Grande do Norte onde se pratica com intensidade a agricultura.

Coletoria Estadual

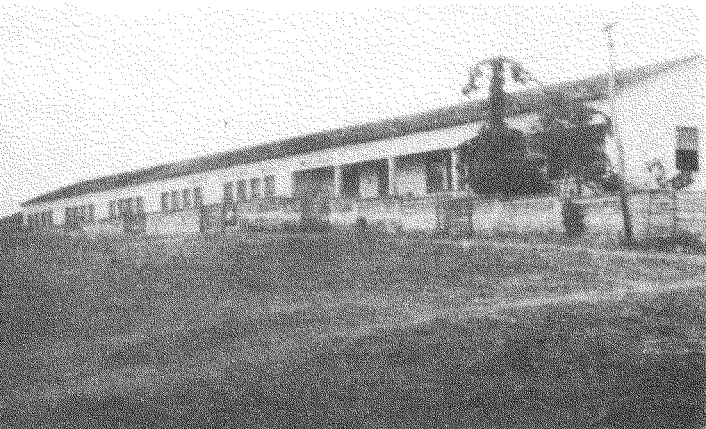
As culturas agrícolas são as mais diversificadas. Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 88 306 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mandioca	Tonelada	28 800	28 960
Milho	Saco de 60 kg	106 500	17 040
Algodão	Tonelada	2 160	14 400
Agave	»	2 500	12 500
Batata-doce	»	8 100	9 720
Fava	Saco de 60 kg	13 000	3 900

Rua 15 de Novembro

Além dos produtos especificados, o município produz ainda mamona, feijão e grande variedade de frutos, tais como melancia, manga, laranja e banana. A pecuária vem-

Ginásio N.S.ª do Carmo

Instituto Santa Gema

-se desenvolvendo de ano para ano. Os criadores locais têm dedicado especial atenção à melhoria dos rebanhos, adquirindo reprodutores de raça zebu, a que melhor se adapta

Grupo Escolar Alberto Maranhão

ao clima e pastagens locais. Em 1956, estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	40 000	180 000
Eqüinos	4 100	12 300
Asininos	3 300	2 640
Muares	1 800	5 400
Suínos	12 000	14 400
Ovinos	9 000	4 500
Caprinos	12 000	6 000

Pôsto Agropecuário Municipal

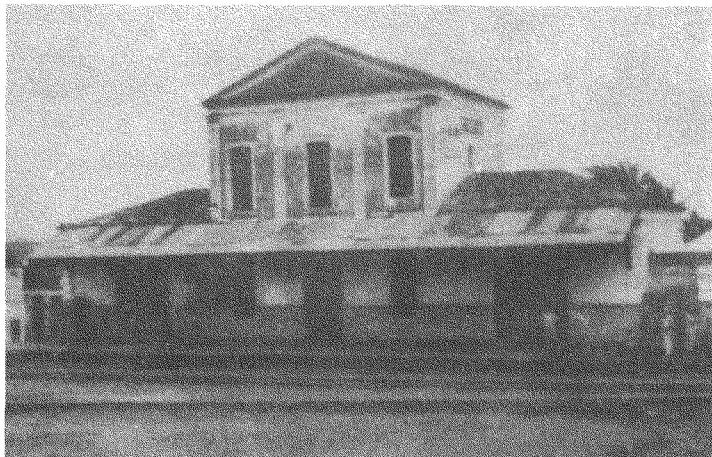
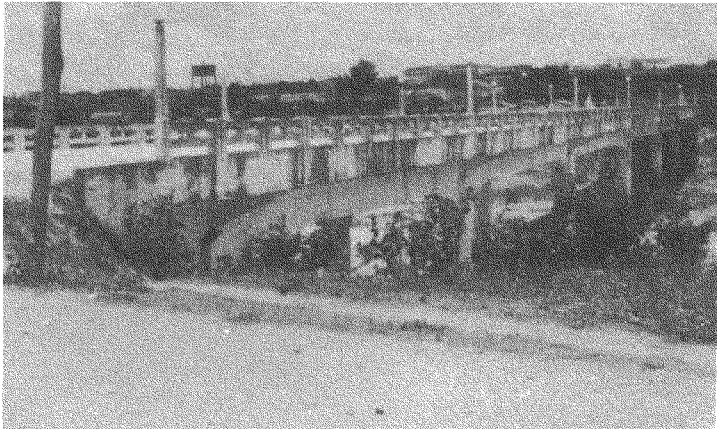
A indústria é representada por 28 estabelecimentos industriais, que, em 1955, ocupavam 170 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 3 902 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município constitui entroncamento ferroviário da Estrada de Ferro Sampaio Correia e da Rêde Ferroviária do Nordeste. Comunica-se com Natal por ferrovia ou rodovia: 1. Ferrovia (120 km); 2. Rodovia (109 km). Liga-se às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: 1. Santo Antônio — rodovia (25 km); 2. Pedro Velho — ferrovia e rodovia (30 km); 3. São José do Campestre — rodovia (45 km); 4. Caiçara (PB) — ferrovia e rodovia (20 km); 5. Mamanguape — rodovia (40 km); 6. Canguaretama — ferrovia e rodovia (42 quilômetros).

Pôsto de Saúde Estadual

COMÉRCIO — O comércio é dos mais desenvolvidos, cujas transações se fazem especialmente com o Estado da Paraíba, sendo a feira de Nova Cruz conhecida e procurada pelos habitantes daquele vizinho Estado. Mantém o município transações comerciais com as praças de Natal, João Pessoa, Recife e Campina Grande, para as quais exporta algodão, mamona, couros e cereais. Entre os produtos importados figuram tecidos, medicamentos, ferragens, bebidas, madeiras, etc. Em 1956, havia 6 estabelecimentos comerciais atacadistas, 82 varejistas e uma cooperativa agropecuária.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é abastecida de energia elétrica pela Usina Elétrica Municipal, que produziu, em 1956, cêrca de 200 000 kW. Existem 446 ligações elétricas. Nova Cruz tem 4 ruas pavimentadas: duas calçadas com paralelepípedos e duas com pedras irregulares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada assistência médico-sanitária à população apenas por um Pôsto de Saúde. Registram-se 2 médicos no exercício da profissão.

Estação da Rêde Ferroviária do Nordeste

Ponte Curimatau

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a quota de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 21%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

Ensino — Em 1956, havia 52 unidades escolares de ensino primário fundamental comum. Funcionam ainda em Nova Cruz dois cursos de ensino secundário e um comercial.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	1 585	1 585	1 585
Tributária	616	616	616
Despesa fixada	1 585	1 584	1 584
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	1 221	1 702	2 215
Tributária	443	755	1 134
Despesa realizada	827	1 274	2 077

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Celebra-se anualmente, no período de 25 de dezembro a 1.º de janeiro, a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município.

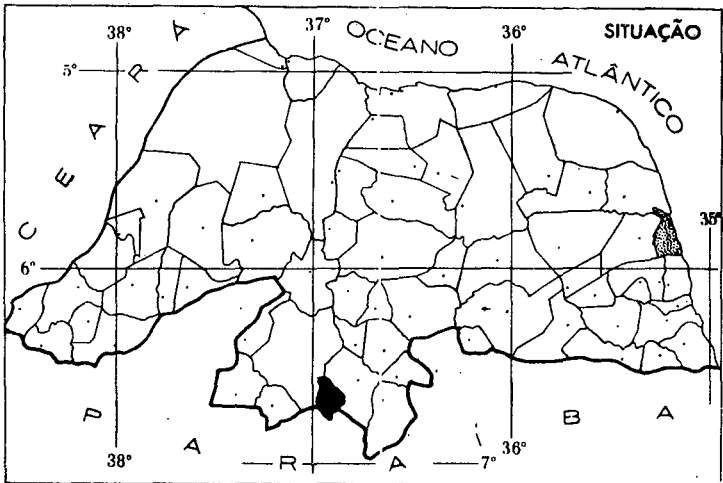
OURO BRANCO — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Ouro Branco foi inicialmente distrito do município de Jardim do Seridó, região habitada pela tribo indígena dos Paiacus quando chegaram ali os primeiros colonizadores, em 1734. A cidade originou-se da criação de uma feira e da edificação de uma capela, dedicada ao Divino Espírito Santo. Os habitantes da região, voltados inteiramente para a agricultura e a criação de gado bovino, reuniam-se no nascente povoado para o comércio e a prática religiosa.

O município foi criado pela Lei n.º 907, de 21 de novembro de 1953, e instalado a 1.º de janeiro de 1954.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão do Seridó.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente e ameno no inverno. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 29; média das mínimas — 27; Precipitação anual, altura total: 454 mm.

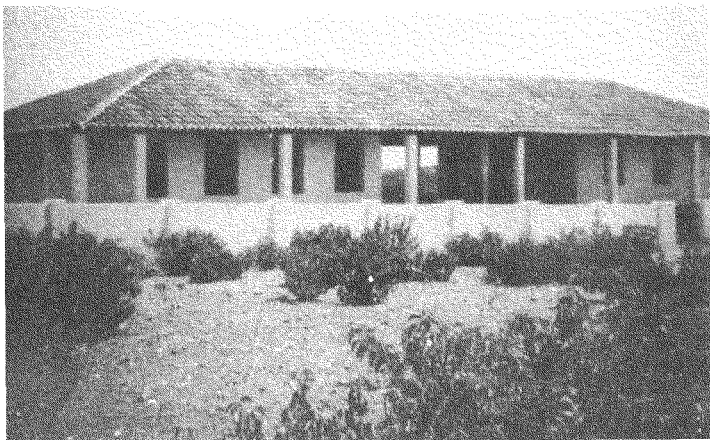
ÁREA — A área do Município é de 228 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento Geral de 1950, Ouro Branco tinha 4 334 habitantes, dos quais 2 152 homens e 2 182 mulheres. De sua população, 81% localizavam-se no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana — a do distrito-sede, com 843 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária congregam o maior número de pessoas ativas no município. A importância da agricultura na economia local decorre principalmente do cultivo do algodão, que concorreu, em 1955, com 60% do valor total das culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico. Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 5 034 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	323	3 010
Feijão	Saco de 60 kg	5 920	1 066
Batata-doce	Tonelada	525	525
Arroz	Saco de 60 kg	460	138
Milho	» » » »	900	135

Capela do Divino Espírito Santo

Escola Rural de Esguicho

Além dos produtos especificados, o município produz ainda cana-de-açúcar, côco-da-baía, manga, banana, etc. A pecuária é pouco desenvolvida. Em 1956, assim estavam discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	1 600	8 000
Eqüinos	110	137
Asininos	980	980
Muares	70	140
Suínos	390	234
Ovinos	10 300	3 090
Caprinos	780	234

A extração de produtos vegetais concorre, também, para a economia do município. Em 1955, eram extraídas 140 toneladas de oiticica, no valor de 168 milhares de cruzeiros. A indústria é representada por 3 estabelecimentos, que, em 1955, ocupavam 8 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 241 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — Ouro Branco liga-se à capital do Estado e aos municípios vizinhos pelos seguintes meios de transporte: 1. Caicó — rodovia (47 km); 2. Jardim do Seridó — rodovia (30 km); 3. Santa Luzia (PB) — estrada carroçável (24 km); 4. São João do Sabugi — estrada carroçável (30 km); 5. Natal — rodovia (263 km).

Matadouro Público Municipal

COMÉRCIO — O comércio firma-se principalmente na exportação do algodão. Em 1956, havia 2 estabelecimentos comerciais atacadistas, 12 varejistas e uma cooperativa agropecuária.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 35%, quota observa-

da naquele ano (Calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

Ensino — Em 1956, havia 16 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	126	656	800
Tributária	87	87	104
Despesa fixada	126	623	800
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	656	588	588
Tributária	87	59	59
Despesa realizada	623	516	516

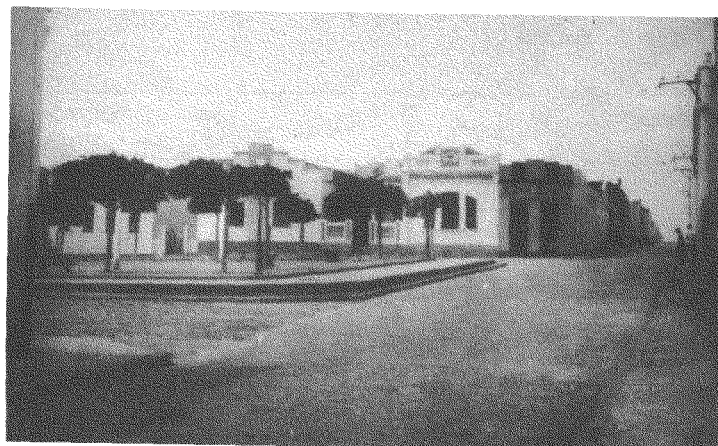
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Realizam-se, anualmente, nos dias 2, 3 e 4 de outubro, as festas do Padroeiro, o Divino Espírito Santo, e São Francisco.

PARELHAS — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

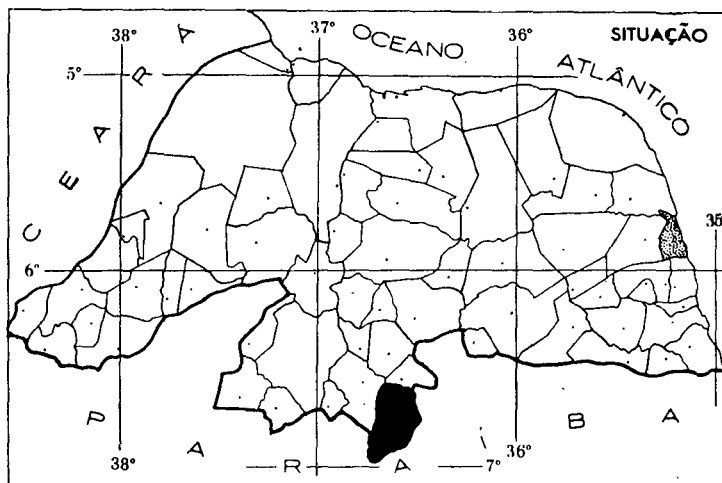
HISTÓRICO — A primeira penetração verificada na região foi no século XVII, por ocasião da ocupação holandesa. Os conquistadores holandeses aliaram-se aos índios da nação Janduí, primitivos habitantes da região, provocando a sublevação geral dessas tribos guerreiras e antropófagas. Vieram então tropas da Paraíba e até mesmo o Têrço Paulista, sob o comando de Domingos Jorge Velho. Os primeiros povoadores, procedentes das margens do rio São Francisco, vieram após a pacificação dos índios e encontraram nas margens do rio Seridó terras propícias à agricultura e à criação de gado. O mais antigo povoador de que se tem notícia é o tenente Francisco Fernandes de Souza, que ali chegou por volta de 1700.

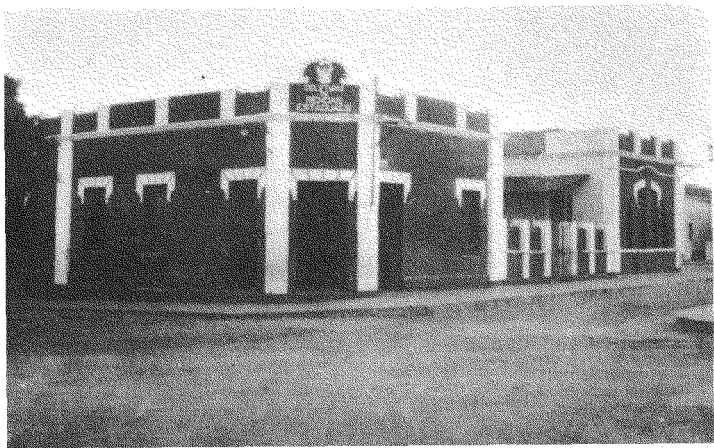
O local onde se ergue hoje a cidade de Parelhas era em meados do século XIX um tabuleiro revestido de densa mata, apenas cortada pela "Estrada do Boqueirão", e onde havia sido plantada a Fazenda Boqueirão. Ali se reuniam os boiadeiros que se dirigiam para a Paraíba. Cavaleiros que iam para a feira de Conceição do Azevedo (hoje Jardim do Seridó) costumavam experimentar seus cavalos

Prefeitura Municipal

Praça Arnaldo Bezerra

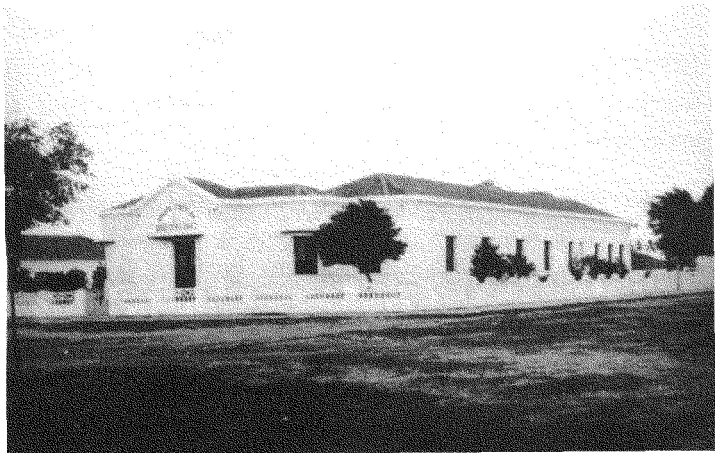
nessa ampla estrada — correndo parelhas —, originando-se daí o nome do município.

Com a epidemia de cólera-morbo de 1856, que irrompeu em todo o território do Rio Grande do Norte, Sebastião Gomes de Oliveira e Cosme Luís, habitantes daquela parte do Seridó, fizeram um voto de erigir uma capela consagrada a São Sebastião, se lhes fôsse concedida a graça de escapar ao flagelo. Desaparecida a peste, construíram a capela e à sua volta surgiram as primeiras casas. Em 1888, o padre Bento Pereira de Maria Barros fêz realizar no povoado a primeira feira. A êle se deve o aumento do patrimônio da paróquia de São Sebastião, para o qual doou uma propriedade. A freguesia de Parelhas foi criada a 8 de dezembro de 1920. A Lei n.º 478, de 26 de novembro de 1920, elevou o povoado à categoria de vila. A criação do município, porém, só se verificou seis anos depois, através da Lei n.º 630, de 8 de novembro de 1926. A Lei n.º 656, de 22 de outubro de 1927, concedeu a Parelhas foros de cidade. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de dois distritos: Parelhas e Equador.

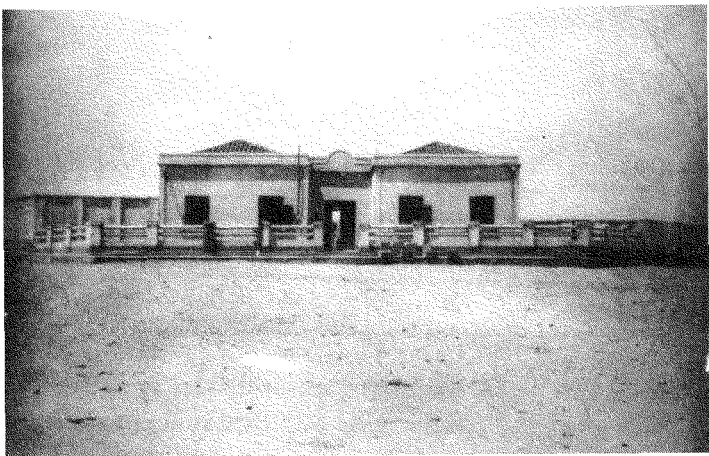
LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Seridó e a sede dista, em linha reta, 191 quilômetros da Capital estadual, na direção de 57° 40' S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 6° 41' 07" de latitude Sul e 36° 39' 36" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 320 metros.

Coletoria de Rendas Estaduais

CLIMA — Em Parelhas o clima é salubre, quente e sêco. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 33; média das mínimas — 21; média compensada — 27. Situado em região semi-árida, as precipitações anuais variam entre 600 e 360 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 808 quilômetros quadrados.

Grupo Escolar Barão do Rio Branco

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, o município contava com 13 418 habitantes (6 545 homens e 6 873 mulheres). Localizam-se no quadro rural 83% de sua população.

Aglomerações urbanas — Existem duas aglomerações urbanas — a cidade e uma vila — com os seguintes efetivos de população (quadros urbano e suburbano): Parelhas — 2 214; Equador — 491.

Quartel da Polícia Militar

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Ainda segundo o Censo de 1950, 90% das pessoas econômicamente ativas concentravam-se no ramo agricultura e pecuária. A principal cultura do município é o algodão, base da economia de Parelhas. Cultiva-se a variedade mocó, que encontra na zona do Seridó habitat próprio. Essa variedade, que, além de apresentar mais rendimento, é a única que resiste às sêcas, desenvolve-se bem tanto nas encostas das serras como nos terrenos planos e arenosos. A cultura de milho, feijão e

Igreja-Matriz de São Sebastião

Estátua de São Sebastião

batata-doce, quase sempre sujeita aos rigores das longas estiagens, é feita, na época das vazantes, nos leitos dos rios, integrantes da bacia oriental do rio Seridó, que atravessa o município em tôda a sua extensão.

Em 1955 os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

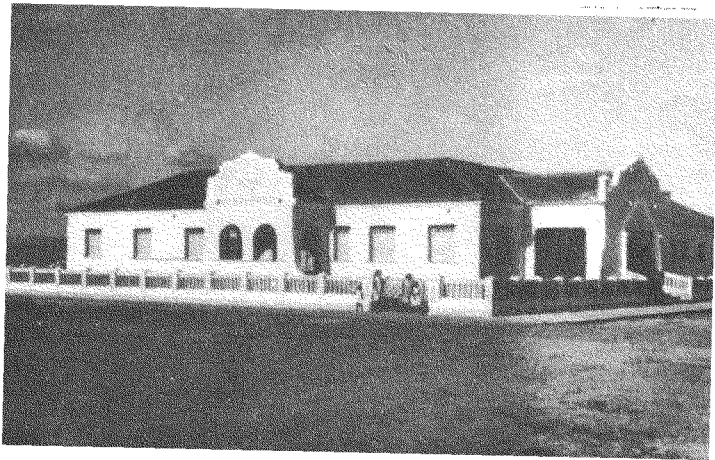
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	2 250	32 500
Milho	Saco de 60 kg	6 000	900
Batata-doce	Tonelada	1 000	800
Banana	Cacho	15 000	750
Feijão	Saco de 60 kg	2 300	345

O município produziu ainda, nesse ano, arroz, côco-da-baía, manga e melancia. O valor total de sua produção agrícola foi de 26 milhões de cruzeiros.

Casa Paroquial

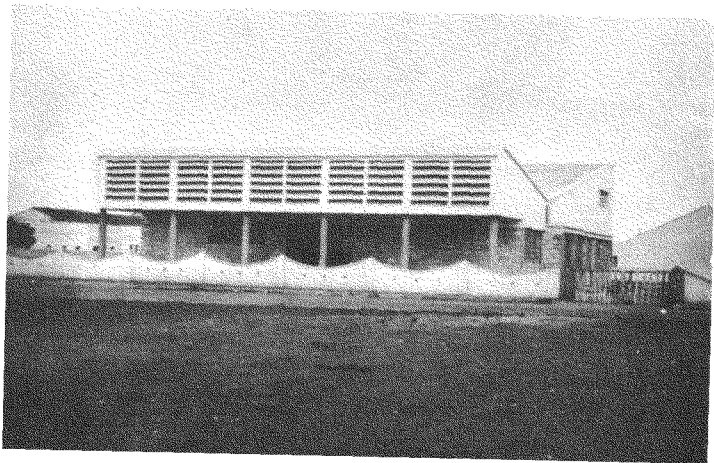
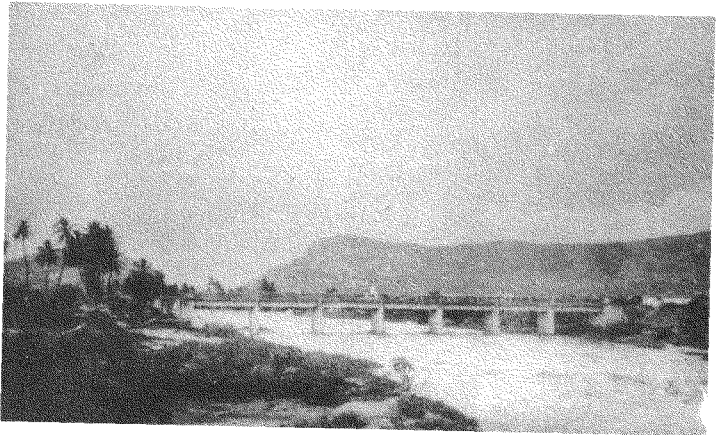
Numa região sujeita a sêcas periódicas, é difícil o desenvolvimento da pecuária. Mesmo assim os criadores do município têm procurado melhorar os rebanhos de gado

bovino, suíno e lanígero. O gado alimenta-se de capim--penacho, capim-elefante, taquari e, nos períodos de longas estiagens, de palma, xiquexique e torta de caroço de algodão. Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos locais:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	5 500	20 900
Eqüinos	300	750
Asininos	1 600	1 280
Muares	600	1 200
Suínos	2 000	2 000
Ovinos	2 600	650
Caprinos	2 800	700

Maternidade Dr. Graciliano Cordão

Indústria extrativa — A produção extrativa mineral é representada pelo berilo, columbita e mica. Em 1955 foram extraídos 79 800 quilogramas de berilo, 36 160 de columbita e 1 500 de mica, no valor total de 4 345 milhares de cruzeiros. A extração vegetal atingiu, no mesmo ano, apenas 33 milhares de cruzeiros. Sua produção foi a seguinte: casca de angico — 8 000 quilogramas; oiticica — 4 500 quilogramas; castanha de caju — 3 000 quilogramas.

Indústria — O Registro Industrial de 1955 informa que existiam 8 estabelecimentos industriais, nos quais trabalhavam 26 pessoas e cujo valor da produção foi de 1 796 milhares de cruzeiros. Dentre êsses estabelecimentos destacam-se uma fábrica de óleos vegetais e três estabelecimentos de beneficiamento de algodão.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado por estrada de

Clube Centenário

Ponte sôbre o rio Seridó

rodagem: 1. Acari (29 quilômetros); 2. Carnaúba dos Dantas (29 quilômetros); 3. Caicó (67 quilômetros); 4. Jardim do Seridó (20 quilômetros); 5. Natal (238 quilômetros).

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações comerciais com as praças de Natal, Campina Grande, Recife e alguns municípios vizinhos. Parelhas conta com 5 estabelecimentos de comércio atacadista e 105 de comércio varejista. O Banco do Rio Grande do Norte e o Banco do Brasil mantém correspondentes no município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Parelhas está situada num tabuleiro amplo e limpo, à margem esquerda do rio Seridó. As ruas são largas e bem arborizadas. No centro da cidade destacam-se a Avenida João Pessoa e a Praça Arnaldo Bezerra, esta dotada de jardim e um coreto.

As construções são de boa qualidade, destacando-se dentre elas a igreja Matriz, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco e o prédio da Prefeitura Municipal.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, da população de 10 anos e mais, 43% sabiam ler e escrever.

Ensino — Ministram ensino primário fundamental comum 54 unidades escolares. Conta o município com um Curso Normal Regional e uma Escola Técnica de Comércio.

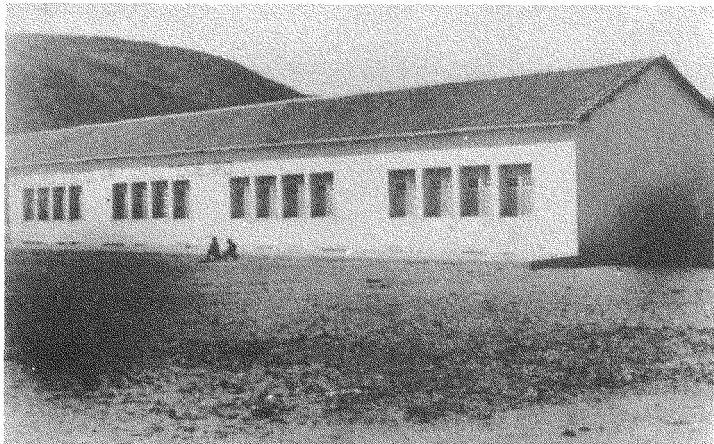
FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	908	2 000	1 310
Tributária	302	325	483
Despesa fixada	908	1 002	1 310
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	955	1 280	2 733
Tributária	283	436	900
Despesa realizada	926	1 568	2 617

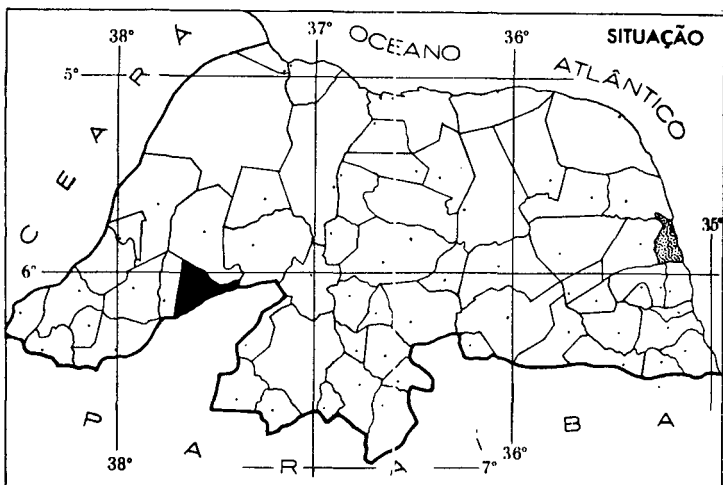
MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Realiza-se anualmente, no mês de janeiro, a festa de São Sebastião, padroeiro do município.

PATU — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O território que atualmente constitui o município de Patu era habitado primitivamente pelos índios Cariris. Zona pastoril, ligada ao ciclo dos currais fixadores da população durante o século XVIII, desenvolveu-se lentamente ao correr do século XIX, segundo Luís da Câmara Cascudo. Seus povoadores eram oriundos principalmente da fronteira paraibana e do Martins. Figura principal dessa época é o coronel Comandante do Regimento de Ordenanças da Ribeira do Apodi, Antônio de Lima Abreu Ferreira, que em 1758 doou terras para a capela de Nossa Senhora dos Impossíveis na serra que ficou conhecida como Serra do Lima.

Grupo Escolar João Godeiro recém-construído

O município foi desmembrado do de Martins e criado pelo Decreto n.º 53, de 25 de setembro de 1890, ocorrendo sua instalação em 10 de novembro do mesmo ano. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, Patu é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Oeste. A sede municipal, que dista 273 quilômetros em linha reta de Natal — direção 81º 55' S.O. —, tem as seguintes coordenadas geográficas: 6º 06' 33" de latitude Sul e 37º 38' 17" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 275 metros.

CLIMA — Quente, o clima, amenizado no inverno.

ÁREA — A área do município é de 448 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, Patu contava com 16 633 habitantes, dos quais 8 355 homens e 8 278 mulheres. Localizavam-se no quadro rural 83% da população. Posteriormente, o município sofreu desmembramento dos distritos de Almino Afonso e Ôlho-d'Água do Borges, que contavam, naquele ano, 5 985 e 2 790 habitantes, respectivamente.

Prefeitura Municipal

Aglomerações urbanas — Existe uma aglomeração urbana — a do distrito sede, com 1 531 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária congregam o maior número de pessoas econômicamente ativas no município. Patu, embora situado em região semi-árida, é dotado de terras apropriadas para a agricultura. Dispõe, igualmente, de boas pastagens para criação. A importância da agricultura na economia local decorre principalmente do cultivo do algodão, que concorreu, em 1955, com 72% do valor de tôdas as culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico.

Assim estavam discriminados, naquele ano, os principais produtos agrícolas:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	2 454	20 450
Feijão	Saco de 60 kg	19 080	6 106
Milho	» » » »	8 700	870
Cana-de-açúcar	Tonelada	600	252
Batata-doce	»	215	215
Arroz	Saco de 60 kg	1 000	180

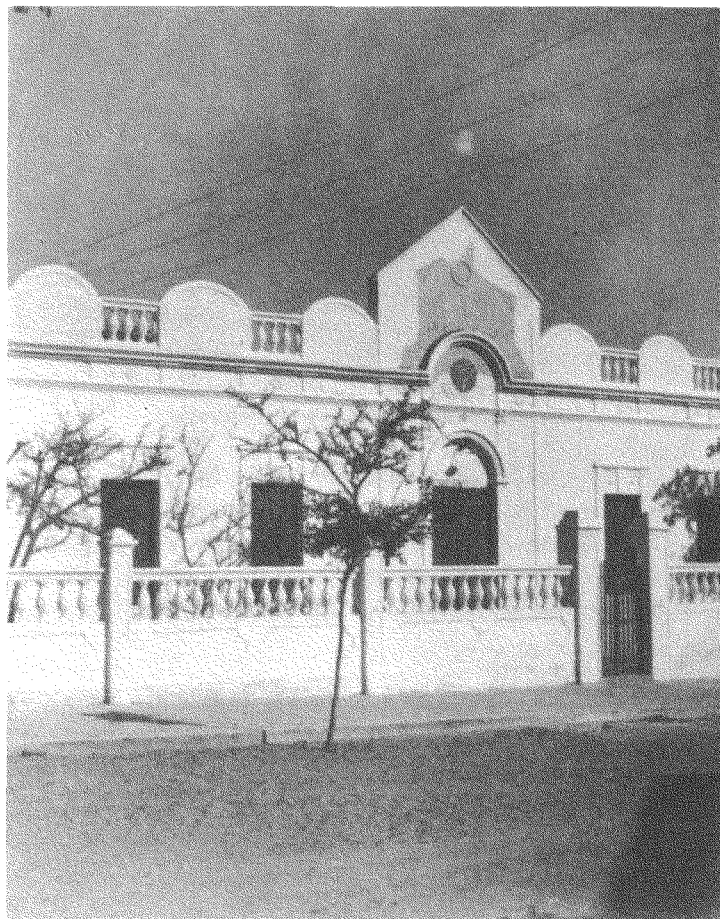
Igreja-Matriz Municipal

Além dos produtos especificados, o município produz ainda mandioca, mamona, fumo em fôlha e grande variedade de frutos, tais como melancia, melão, manga, banana, etc. A extração de produtos vegetais contribui, também, para a economia de Patu. Em 1955, extraíram-se 400 quilogramas de borracha de maniçoba, 3 toneladas de cêra de carnaúba e 15 toneladas de oiticica, no valor total de 152 milhares de cruzeiros. Quanto à pecuária, Patu aparece em posição modesta no âmbito estadual. Em 1956, assim estavam discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	4 900	17 150
Eqüinos	720	864
Asininos	840	378
Muares	700	1 540
Suínos	5 700	3 705
Ovinos	4 700	1 410
Caprinos	4 200	1 260

Vista parcial da Praça João Carlos

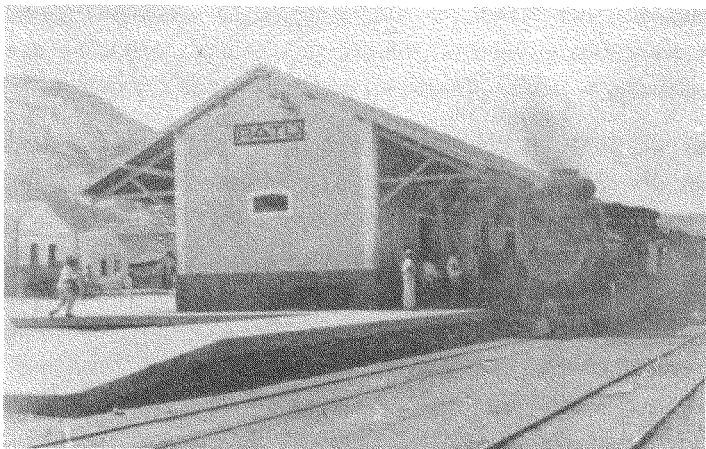
A indústria é representada por 6 estabelecimentos industriais, que, em 1955, ocupavam 39 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 244 milhares de cruzeiros. A indústria de maior relêvo é a do beneficiamento do algodão.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada Mossoró—Sousa. Por essa ferrovia, a comuna dista da cidade de Mossoró, por onde se escoa grande parte de sua produção, 120 quilômetros. O seu território está, por outro lado, cortado por estradas de rodagem e estradas carroçáveis que o põem em comunicação com os municípios de Caraúbas, Almino Afonso, Augusto Severo, Brejo do Cruz, e Catolé do Rocha, êstes dois últimos no Estado da Paraíba. Liga-se a Natal por estrada de rodagem (369 quilômetros) e por ferrovia, via Mossoró (434 quilômetros).

Antigo Grupo Escolar Municipal

COMÉRCIO — O comércio local firma-se na exportação do algodão, couros e peles e sementes de oiticica. Patu mantém intercâmbio comercial com vários municípios, notadamente com os de Mossoró e Campina Grande (Paraíba).

Em 1956, havia 4 estabelecimentos comerciais atacadistas, 34 varejistas e uma cooperativa de crédito.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas seja superior a 31%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

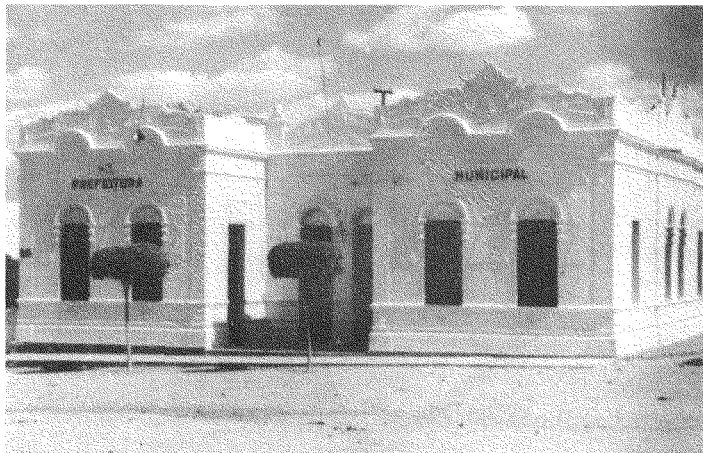
Ensino — Em 1956, havia 11 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, além de dois cursos de alfabetização de adultos.

Estação Ferroviária Municipal

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	878	876	905
Tributária	183	171	192
Despesa fixada	878	876	905
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	717	736	1 006
Tributária	142	158	149
Despesa realizada	919	446	704

PAU DOS FERROS — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Foram indígenas da tribo dos Cariris ou Panatis, emigrados da Paraíba, os primitivos habitantes de Pau dos Ferros. As incursões iniciais de civilizados através do território onde atualmente se localiza o município teriam ocorrido em fins do século XVII, no rumo sul-norte, pelas ribeiras dos rios Piranhas e Apodi. Esta suposição se deve ao fato de terem sido feitas em princípios do século seguinte as primeiras concessões de datas. Em 1733, foram concedidas sesmarias na região a Luís da Rocha Pita Deusdará, Simão de Fonseca e D. Maria Joana, herdeiros do coronel Antônio da Rocha Pita, radicado na Bahia e senhor de grandes áreas no Ceará e Rio Grande do Norte. Os concessionários, ao requererem posse das terras, frisavam em suas petições o destino que lhes seria

Prefeitura Municipal

dado: a criação do gado. Foi, com efeito, a pecuária importante fator de fixação de grupos humanos no território, constituindo, ao mesmo tempo, a base sôbre a qual se processaria a evolução econômica da zona. Naquele mesmo ano, Francisco Marçal foi incumbido de fundar uma fazenda de criação de gado e tão bem se houve na empreitada que em pouco tempo, a par do crescimento da propriedade, desenvolveu-se também um núcleo populacional, que já contava em 1738 com uma capela. A origem do topônimo Pau dos Ferros é explicada por Luís da Câmara Cascudo com apoio na tradição oral sertaneja. Os vaqueiros que transitavam pela zona e tinham por hábito repousar à sombra das frondosas oiticicas que se erguiam à beira de pequena lagoa gravavam no tronco de uma delas, com ferro em brasa, as marcas das respectivas fazendas, a fim de torná-las conhecidas, facilitando assim a identificação das reses tresmalhadas. A árvore ficou conhecida como Pau dos Ferros, nome que se estendeu à fazenda e, posteriormente, à freguesia e ao município. Conforme o mesmo autor, o "Pau-dos-ferros", comum a várias zonas pastoris, constitui uma das mais curiosas instituições solidaristas do Nordeste.

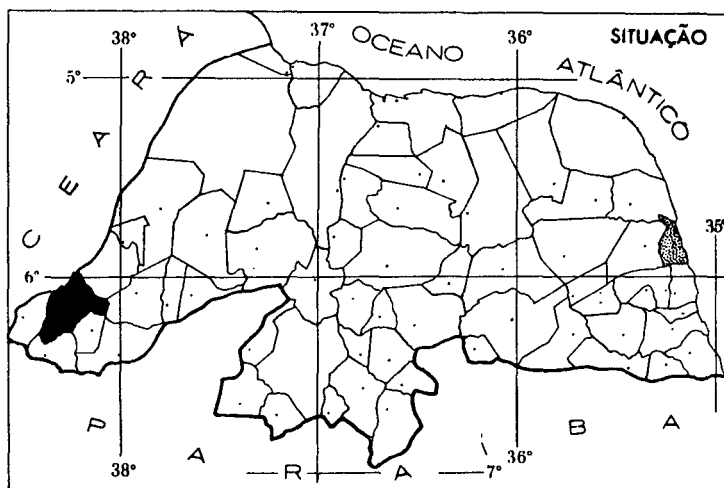
Grupo Escolar Joaquim Correia

A Resolução provincial n.º 344, de 4 de setembro de 1856, elevou o povoado, que pertencia ao município de Portalegre, à categoria de vila. Em 19 de janeiro do ano seguinte, foi instalado o novo município, com território desmembrado da comuna de que fazia parte. Em 2 de dezembro de 1924, pela Lei n.º 593, a vila de Pau dos Ferros foi elevada à categoria de cidade.

Segundo a divisão territorial do Brasil, vigente em 1.º de janeiro de 1958, o município compõe-se dos seguintes distritos: Pau dos Ferros, Joaquim Correia, Rafael Fernandes e Riacho de Santana.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Pau dos Ferros, desmembrada da de Maioridade, hoje Martins, foi criada a 8 de agôsto de 1873, pela Lei n.º 683, com jurisdição no território municipal. Foi classificada de primeira entrância, verificando-se sua instalação a 15 de dezembro do mesmo ano.

LOCALIZAÇÃO — O município está na Zona Serrana, uma das 6 Zonas Fisiográficas em que o Estado do Rio Grande do Norte se acha dividido. Dela fazem parte mais 8 municípios: Alexandria, Luís Gomes, Martins, Patu, Portalegre, São Miguel, Almino Afonso e Marcelino Vieira.

Pau dos Ferros confina ao norte com o Estado do Ceará; a nordeste, com o município de Portalegre; a leste, com o de Martins; a sudeste, com o de Marcelino Vieira; a su-sudeste, com o de Luís Gomes; e, a oeste, com o de São Miguel, todos pertencentes ao Rio Grande do Norte. A distância em linha reta, relativamente à capital Estadual, é de 335 quilômetros, na direção 83° 23' S.O. As coordenadas geográficas são 6° 06' 44" de latitude Sul e 38° 12' 30" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 190 metros.

CLIMA — Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 36; média das mínimas — 29; média compensada — 32. Precipitação anual — 1 152 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 723 quilômetros quadrados.

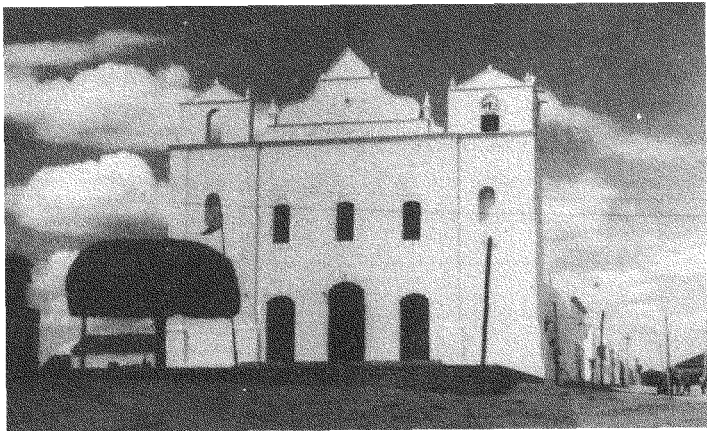
ASPECTOS FÍSICOS — O território do município apresenta-se pouco acidentado. As principais elevações pertencem ao sistema nortista brasileiro, constituindo um prolongamento da ramificação da chapada do Araripe. As mais importantes serras são as de Almas, Bom Será ou Cantinho, Barreiras, São José, Varandas, Jandaíra, Quebra, Ós e Agreste. Contam-se, ainda, algumas elevações: Capa, Tamanduá, Cabelo-não-tem, Melancias, Encanto, etc. Os rios existentes são temporários, apresentando-se secos após o inverno. O Apodi tem a sua importância avultada por estar ligado à história do município, constando ter o seu curso servido de via de penetração aos pioneiros do território. Os demais são, na maioria, tributários do Apodi, e entre êles podem ser citados o riacho do Jatobá, pela margem direita, e os do Encanto (ou da Conceição), de Santana e do Meio, pela margem esquerda. Outros riachos existem, mas de menor extensão e volume de água. As lagoas de Pau dos Ferros permanecem sêcas durante grande parte do ano. São de pequena dimensão e pouca profundidade, podendo ser citadas as seguintes: Redonda, dos Veados, Recanto, Comprida, da Ema etc. Os solos do município variam, na sua constituição e aspecto, de uma zona para outra. Assim, nos chamados "baixios", predominam as terras humíferas e argilosas e por vêzes, também, as argilo-siliciosas. Nas caatingas o solo apresenta-se argiloso, enquanto nos tabuleiros tem a formação areno-pedregosa. A coloração é variada: escura nos baixios, vermelha nas caatingas e esbranquiçada ou amarelada nos tabuleiros.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS — O município de Pau dos Ferros em 1950, segundo o último Recenseamento, compunha-se de três distritos: o da sede, Riacho de Santana e Panatis, com uma população global de 17 517 habitantes (8 752 homens e 8 765 mulheres). Distribuída por uma área de 1 015 quilômetros quadrados, a essa população correspondia a densidade demográfica de 17 habitantes por quilômetro quadrado. Posteriormente, a situação ficou modificada com a perda do distrito de Panatis, elevado a muncípio sob a denominação de Marcelino Vieira. Por outro lado, foram criados os distritos de Joaquim Correia e Rafael Fernandes.

Das modificações havidas resulta que, com a composição atual, o município teria, na data do Censo, aproximadamente 12 717 habitantes (excluídas apenas as 4 800 pessoas recenseadas no antigo distrito de Panatis, visto que Joaquim Correia e Rafael Fernandes eram povoados do distrito-sede). Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 14 509 habitantes. Com referência à côr, predomina o elemento branco com uma percentagem de 74% sôbre o total da população; os restantes 26% distribuem-se do seguinte modo: 19% de pardos e 7% de pretos.

Relativamente à religião, a quase totalidade, representada pela quota de 99%, declarou-se católica apostólica romana. Na época do Censo, a totalidade da população era composta de brasileiros natos. Essas quotas muito se aproximam do quadro estadual, à exceção das referentes à côr, onde se observa equilíbrio entre os habitantes que se declararam de côr branca ou parda — 49% e 42%, respectivamente. Quanto à localização, 79% dos habitantes se acham no quadro rural, 12% no quadro urbano e 9% no suburbano. Na cidade de Pau dos Ferros, ou seja, nos quadros urbano e suburbano do distrito-sede, localizam-se 15% da população.

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total de habitantes econômicamente ativos (onde não se incluem, além dos inativos, os que exercem atividades domésticas não remuneradas, atividades escolares discentes e os que não puderam ser incluídos em alguns dos outros ramos), 89% se dedicam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicul-

Vista parcial da Praça da Matriz

Igreja-Matriz Municipal

tura". Como se pode ver, esta percentagem é bem expressiva e demonstra a preponderância daquele ramo de atividade sôbre os demais. O que lhe vem a seguir — prestação de serviços — constitui apenas 3% do referido total.

Agricultura e pecuária — A principal cultura agrícola é a do algodão, que em 1955 constituiu 63% da produção municipal. Em seguida, porém muito distanciada quanto ao valor, vem a do feijão, representando 17% do total. Outros produtos cultivados, também em menor escala, são: milho, arroz, batata-doce, banana, fumo, cana-de-açúcar, mandioca, melancia, côco-da-baía e melão, com produção inferior a 8% cada um. No mesmo ano, foi a seguinte a produção agrícola de Pau dos Ferros (dados do Serviço de Estatística da Produção):

PRODUTOS AGRÍCOLAS	VALOR DA PRODUÇÃO	
	Números absolutos (Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Algodão	22 275	62,87
Feijão	6 106	17,23
Milho	2 925	8,26
Outros	4 127	11,64
TOTAL	35 433	100,00

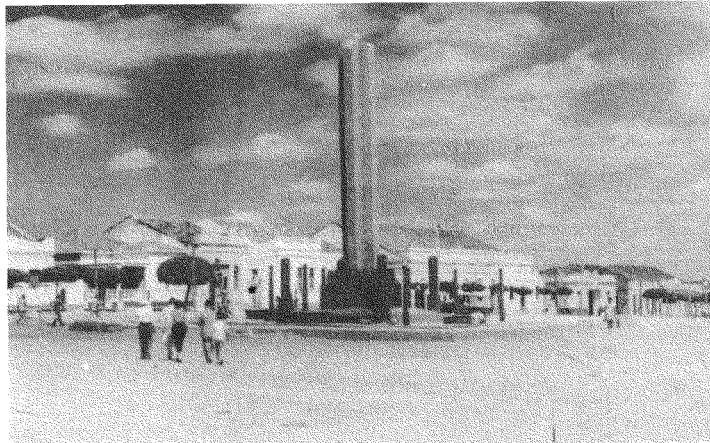
A produção do algodão evoluiu de 36 mil arrôbas, no valor de quase 5,5 milhões de cruzeiros em 1951, para 247 mil, em 1954, no valor aproximado de 30 milhões de cruzeiros, caindo, no ano seguinte, para 165 mil arrôbas e 22 milhões, respectivamente. O rebanho bovino (dados do Serviço de Estatística da Produção referentes a 1956) constitui o mais importante item da produção pecuária: 6 500 cabeças no valor de quase 17 milhões de cruzeiros, o que representa 49% do valor de todos os rebanhos. Com menor participação, vêm, a seguir, os muares, asininos, eqüinos, suínos, ovinos e caprinos. O gado é exportado para os municípios vizinhos, embora em pequena escala.

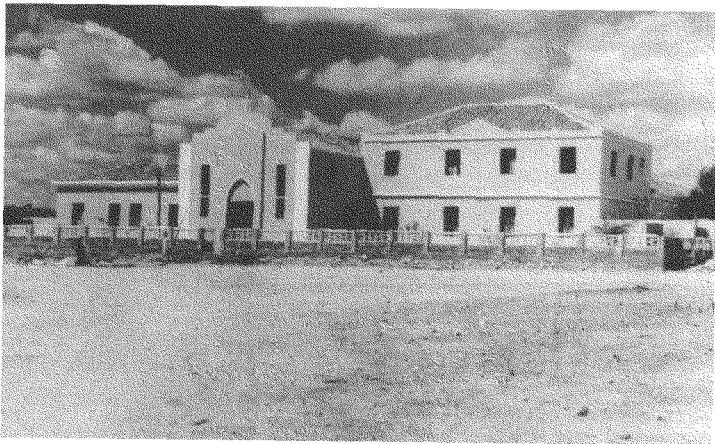
Indústrias de transformação — De acôrdo com os dados preliminares do Registro Industrial, para 1955, apenas a indústria têxtil, representada pelo sub-ramo "beneficiamento e preparação do algodão e de fibras para fins têxteis, tratamento de pêlos, etc.", possuía estabelecimentos com 5 ou mais pessoas ocupadas, nos quais o valor da produção alcançou 30 241 milhares de cruzeiros. A produção da madeira transformada para diversos fins apresentou, em 1954, os seguintes resultados:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Madeira para construção	m3	1 450	297
Lenha	m3	49 000	1 910
Dormentes	um	5 000	100

MEIOS DE TRANSPORTE — Pau dos Ferros liga-se aos municípios vizinhos e às capitais estadual e federal pelos seguintes meios de transporte:

Alexandria — rodoviário (60 quilômetros); Martins — rodoviário (51 quilômetros); Portalegre — 1) rodoviário (72 quilômetros); São Miguel — rodoviário (42 quilômetros); Marcelino Vieira — rodoviário (30 quilômetros); Luís Gomes — rodoviário (51 quilômetros); Pereiro, CE — (54 quilômetros); Capital Estadual — 1) rodoviário, via Seridó (450 quilômetros), ou via Mossoró (493 quilômetros); 2) Misto — rodoviário até Angicos e ferroviário (Estrada de Ferro Sampaio Correia) até Natal (483 quilômetros), ou rodoviário até Mossoró e via aérea a Natal (409 quilômetros); 3) Aéreo (332 quilômetros); Capital Federal — até Natal, vias já descritas. Daí ao DF: 1) Marítimo (2 356 quilômetros); 2 Aéreo (2 168 quilômetros); 3) Rodoviário, via Feira de Santana, BA (2 982 quilômetros).

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com diversas praças, principalmente com as de Mossoró e Campina Grande, e secundàriamente com a capital Estadual, Fortaleza e Recife. Em 31 de dezembro de 1955, existiam 13 estabelecimentos do comércio atacadista (que negociavam também a varejo) e 64 do comércio varejista. Entre os principais produtos importados para consumo da população municipal incluem-se tecidos, calçados, chapéus, bebidas, ferragens, miudezas, produtos alimentícios, combustíveis, etc. A produção agropecuária é, na maior parte, comerciada dentro do município. Alguns agricultores vendem o algodão antes da safra e o entregam no tempo da colheita. É modesto o movimento bancário. O Banco do Nordeste vem prestando assistência financeira às classes produtoras através de operações de crédito. Em confronto com Mossoró, os saldos correspondentes às contas bancárias de maior expressão assim se apresenta-

Outro aspecto parcial da Praça da Matriz

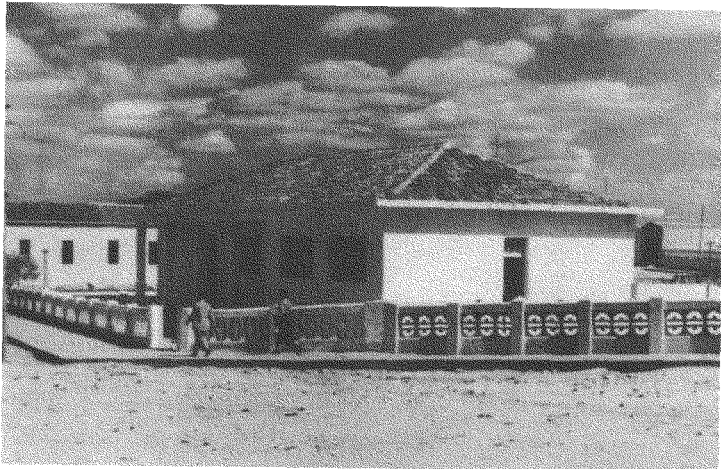
9 — 24 933

Patronato Alfredo Fernandes

ram em 31 de maio de 1957 (dados do Serviço de Estatística Econômica e Financeira):

CONTAS	SALDOS EM 31-V-1957 (Cr$ 1 000)		% de Pau dos Ferros sôbre
	Pau dos Ferros	Mossoró	
Empréstimos em c/c......	4 558	56 838	8,02
Títulos descontados.......	86	95 979	0,09
Depósitos a vista e a curto prazo................	463	42 291	1,09

SALÁRIOS — O Decreto que fixou os novos níveis de salário-mínimo para o trabalhador adulto, em vigor desde 1.º de agôsto de 1956, classificou o Estado do Rio Grande do Norte na 6.ª região, que compreende ainda duas sub-regiões: a primeira corresponde a Natal e a segunda aos demais municípios, entre os quais o de Pau dos Ferros. O salário-mínimo estipulado para a última sub-região foi de 1 250 cruzeiros.

INSTRUÇÃO PÚBLICA — Os dados censitários de 1950 permitem estimar em pouco mais de 42% a quota atual das pessoas presentes de 10 anos e mais, alfabetizadas no município. Ao Estado corresponde uma quota de pessoas alfabetizadas (10 anos e mais) pouco superior a 32%.

Ensino — Em 1955, contavam-se no município 56 unidades do ensino primário fundamental comum. O ensino de nível médio é ministrado pelo Curso Normal Regional, que se destina a preparar professôres para as escolas primárias. Em 1955, foi diplomada a primeira turma, composta de 20 alunos.

Pôsto de Higiene Estadual

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita total orçada para o município foi, em 1956, de 1 115 milhares de cruzeiros, correspondendo à tributária 295 milhares. A despesa fixada para o referido ano foi de 1 115 milhares de cruzeiros.

Os dados reproduzidos a seguir (Conselho Técnico de Economia e Finanças) mostram como se comportaram as finanças municipais no período 1951-1956:

ANOS	FINANÇAS (Cr$ 1 000)			
	Receita arrecadada		Despesa realizada	Saldo ou deficit do balanço
	Total	Tributária		
1951............	656	232	658	— 2
1952............	690	232	628	+ 62
1953 (1)........	1 057	248	1 057	—
1954............	687	102	441	+ 246
1955............	962	267	1 017	— 55
1956 (1)........	1 115	295	1 115	—

(1) Dados do orçamento.

Seção de Fomento Agrícola 3.ª Patrulha Agrícola Mecanizada

As principais contas em que se decompõe a receita tributária orçada para 1956 foram as seguintes:

	(Cr$ 1 000)
Tributária	295
Impostos	279
Predial	15
Sôbre indústrias e profissões	120
De licenças	142
Jogos e diversões	2
Taxas	16
Expediente	4
Fiscalização e serviços diversos	1
Limpeza pública	3
Melhoramentos	6
Outras	2

A arrecadação da receita federal, estadual e municipal apresentou os seguintes dados para o período 1951-56:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)		
	Federal (1)	Estadual (1)	Municipal
1951........................	401	481	656
1952........................	429	772	690
1953........................	485	528	(2) 1 057
1954........................	313	712	687
1955........................	484	3 077	962
1956........................	550	4 068	(2) 1 115

(1) Dados da Inspetoria Regional de Estatística. — (2) Orçamento.

Pôsto Agropecuário Municipal

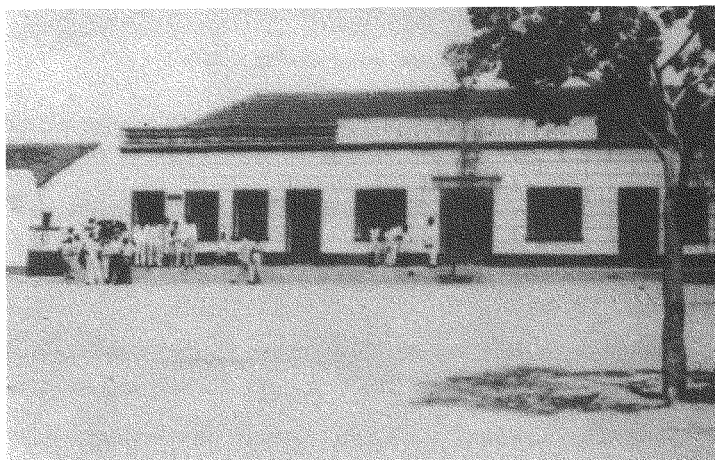
DIVERSOS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Pau dos Ferros vem experimentando apreciável progresso nos últimos anos, principalmente no que concerne à parte urbanística. Têm surgido edificações e ruas de traçado moderno, transformando em parte o primitivo aspecto da cidade. A municipalidade mandou erigir um obelisco na praça principal em comemoração ao 1.º centenário de instalação do município e bicentenário de fundação da freguesia. Em 1955, havia 56 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum. Do ensino não primário existe 1 estabelecimento que se destina à formação de professôres. Há 3 bibliotecas: uma estudantil, vinculada ao Grupo Escolar Joaquim Correia, e duas pertencentes a instituições religiosas, duas estações radiotelegráficas, 4 pensões e 1 cinema. O Pôsto de Saúde, o Círculo Operário Pau-ferrense, a Conferência de São Vicente de Paulo e o Patronato Alfredo Fernandes prestam auxílio aos habitantes de Pau dos Ferros. Através de um Pôsto Agropecuário, do Serviço de Defesa Animal, da Patrulha Motomecanizada e da Casa da Lavoura, a agricultura e a pecuária recebem assistência permanente. Dentre os maiores açudes existentes citam-se o "25 de Março" e o "Santana", com capacidade de cêrca de 10 e 7 milhões de metros cúbicos de água, respectivamente. Embora sem a mesma atração que antes ofereciam, ainda se realizam no município as tradicionais pelejas ou desafios entre cantadores ou violeiros, bem como os reisados, no período das festas de Natal e Reis. Outra diversão é a vaquejada, praticada nas fazendas no fim da estação invernosa. A festividade em louvor à Padroeira — Nossa Senhora da Conceição —, realizada anualmente de 29 de novembro a 8 de dezembro, desloca para Pau dos Ferros fiéis procedentes de municípios vizinhos. Também são bastante animadas as festas juninas.

PEDRO AVELINO — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

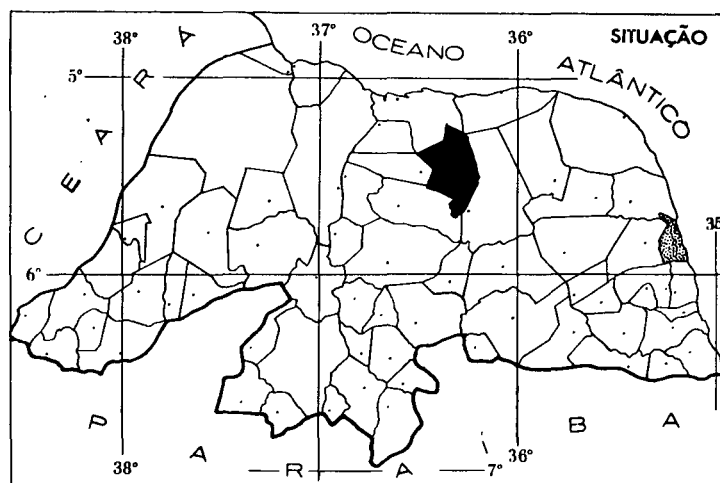
HISTÓRICO — As terras do município de Pedro Avelino foram concedidas ao coronel Antônio da Rocha Bezerra, em sesmaria de 22 de julho de 1786. Os primeiros povoadores, entretanto, foram os quatro irmãos Gaspar, Felix, Diogo e Jacinto Lopes e Manoel José do Nascimento, Alexandre Xavier e Gonçalo Xavier.

As primeiras construções foram levantadas em 1877. Em 1896 foi criada a primeira escola e, em 1912, a primeira feira semanal. A capela primitiva, dedicada a Santa Luzia, foi erguida em 1916 por João Cândido e João Gomes.

Inicialmente o povoado chamou-se Gaspar Lopes, denominação conservada até 1921. Em Ato de 24 de dezembro, o Presidente da Intendência mudou-lhe o nome para Epitácio Pessoa, em homenagem àquele Presidente da República, por ter autorizado a conclusão do ramal da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, que termina ali. A 8 de janeiro de 1922 era inaugurada a Estação Central. Novos habitantes começaram a se estabelecer no povoado, impulsionando-lhe a agricultura e o comércio.

Prefeitura Municipal

Antigo distrito de Epitácio Pessoa, pertencente ao município de Angicos e criado pelo Decreto-lei n.º 603, de 31 de outubro de 1938, transformou-se em município, com a denominação de Pedro Avelino, por fôrça da Lei estadual n.º 146, de 3 de dezembro de 1948.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito, o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica Centro-Norte e a sede dista, em linha reta, 132 quilômetros da capital do Estado — Direção — 78° 31' N. O. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 5° 32' de latitude Sul e 36° 22' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima de Pedro Avelino é salubre, quente e sêco. A temperatura em graus centígrados varia entre 26, no inverno, e 36, no verão.

Vista parcial de um trecho da cidade

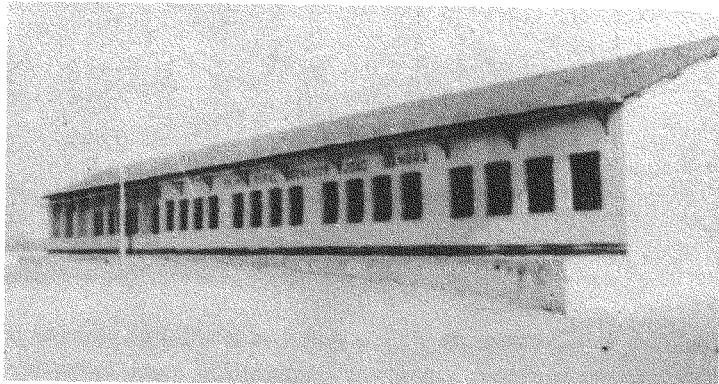
ÁREA — A área do município mede 1 019 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950 o município contava 10 948 habitantes — 5 614 homens e 5 334 mulheres. Localizam-se no quadro rural 80% de sua população.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 13 568 habitantes.

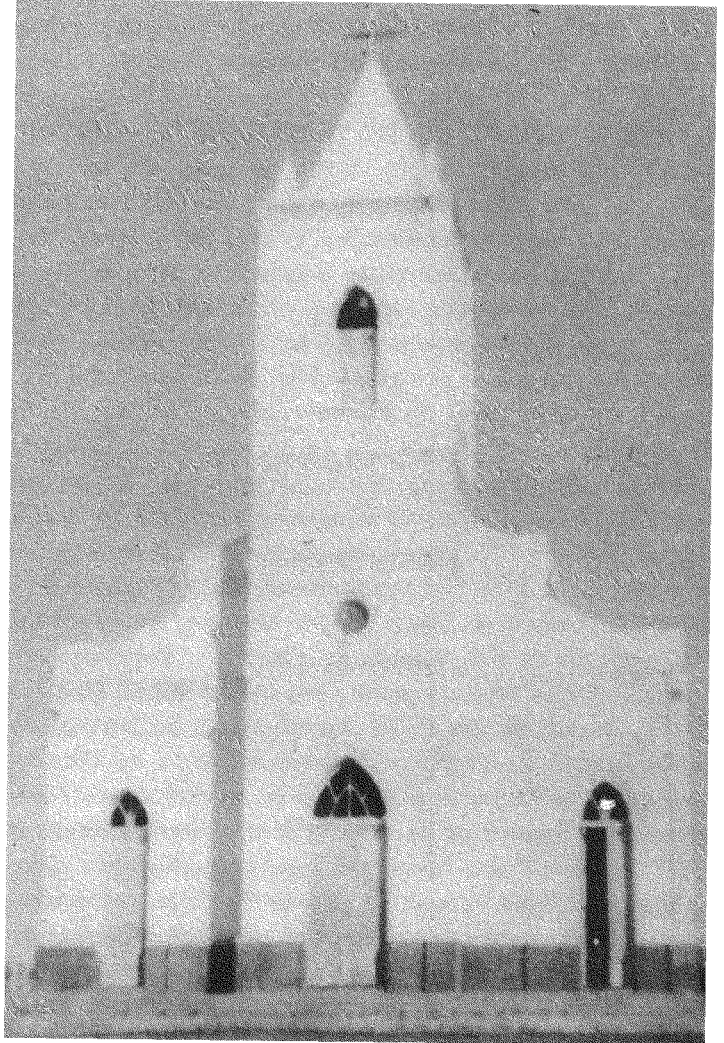
Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana — a da sede —, com 1 536 habitantes (quadros urbano e suburbano).

Quartel do Destacamento Policial do Município

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No Recenseamento de 1950, verificou-se que 90% das pessoas econômicamente ativas se concentravam no ramo agricultura e pecuária. Nesse ano, 35% das terras dos estabelecimentos agropecuários do município eram utilizadas com a lavoura. A principal cultura agrícola é o algodão, base econômica de Pedro Avelino.

Grupo Rural Senador João Câmara

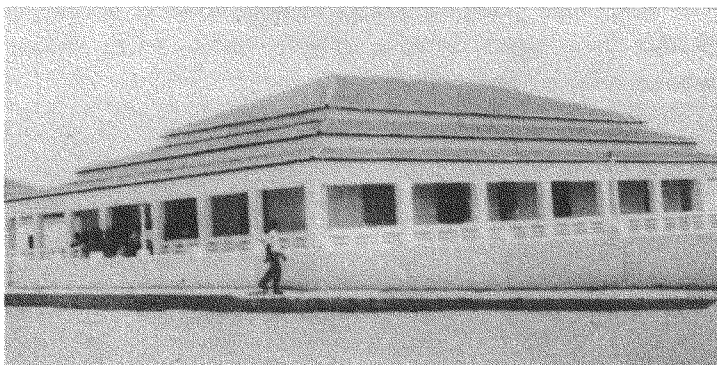
Em 1955 os principais produtos agrícolas foram os seguíntes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 1000)
Algodão	Tonelada	3 690	36 900
Feijão	Saco de 60 kg	1 740	609
Milho	» » »	2 500	450
Batata-doce	Tonelada	180	360

O município produziu ainda, nesse ano, banana, côco-da-baía, melancia e melão. O valor total da produção agrícola em 1955 foi de 38 454 milhares de cruzeiros.

Igreja-Matriz Municipal

Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os seus rebanhos:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	4 200	16 800
Eqüinos	2 00	600
Asininos	400	160
Muares	240	552
Suínos	1 800	1 440
Ovinos	2 000	600
Caprinos	2 800	840

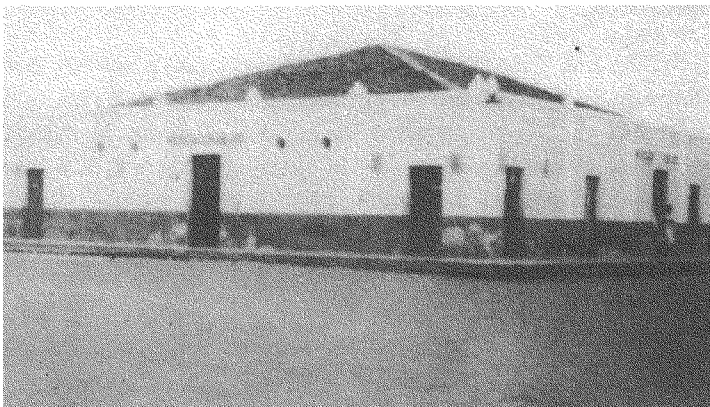
A produção de origem animal apresentou, em 1955, as seguintes cifras: carne verde de bovino — 30 375 kg; carne verde de suíno — 8 050; toicinho fresco — 5 750; carne verde de caprino e ovino — 10 568 kg; couro sêco e salgado de gado bovino — 3 771 kg; pele sêca e salgada de ovino e caprino — 1 096 kg. O valor total dessa produção atingiu 1 531 milhares de cruzeiros.

Clube Municipal

Indústria — O Registro Industrial de 1955 informa que existiam no município 4 estabelecimentos dedicados à indústria, ocupando 6 operários (média mensal). Destacam-se, dentre êsses estabelecimentos, 2 de beneficiamento de algodão.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Sampaio Correia e liga-se às cidades vizinhas e à capital estadual: 1. Angicos — rodovia (40 km); 2. Macau — rodovia (60 km); 3. Natal — ferrovia e rodovia (183 km).

COMÉRCIO — Conta Pedro Avelino com uma cooperativa agropecuária, 1 estabelecimento de comércio atacadista e 40 estabelecimentos de comércio varejista.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 27% das pessoas presentes de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — Em 1955 ministraram ensino primário fundamental comum às crianças do município 15 unidades escolares.

Mercado Público Municipal

FINANÇAS PÚBLICAS — No Período 1954-56, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	663	962	1 121
Tributária	149	176	168
Despesa fixada	659	962	1 121
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	643	829	1 250
Tributária	93	168	233
Despesa realizada	628	602	1 135

PEDRO VELHO — RN

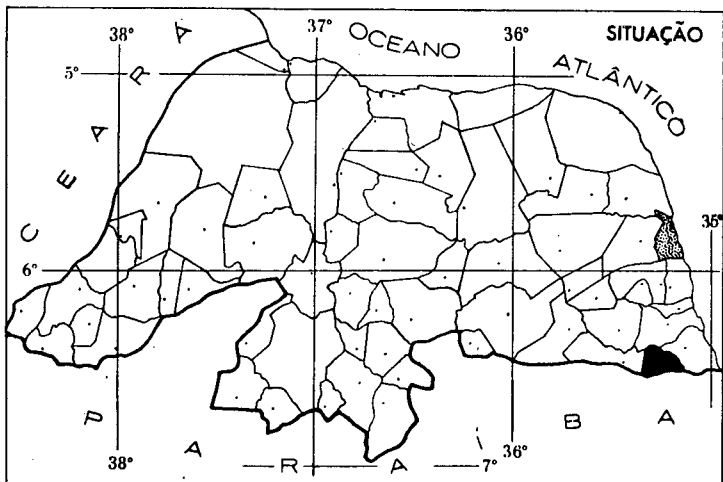
Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O município foi criado pela Lei estadual n.º 24, de 10 de maio de 1890, com a denominação de Cuitèzeiras, tendo por sede a vila do mesmo nome, em território desmembrado do município de Canguaretama.

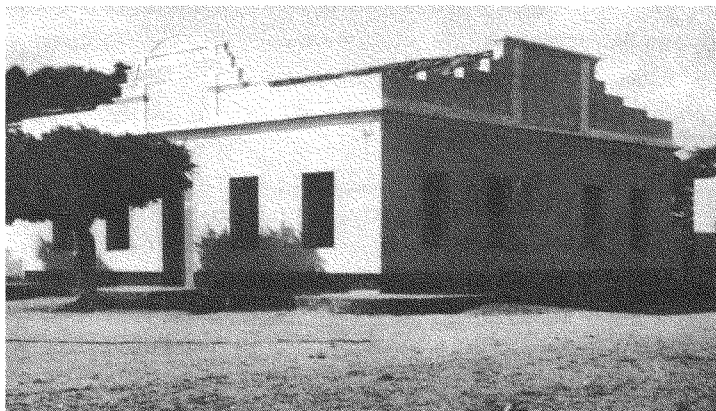
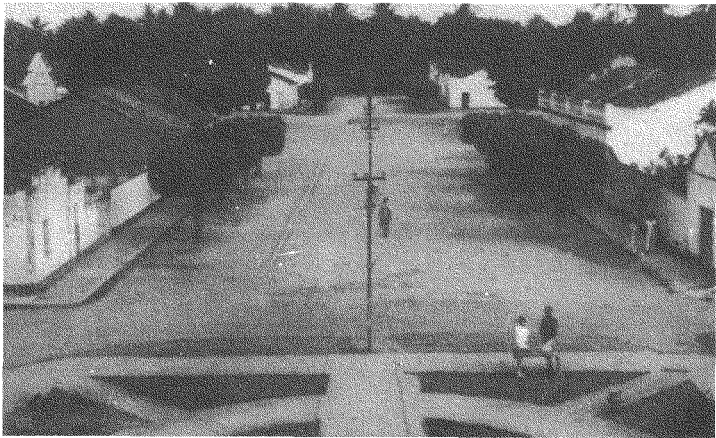
Em 1901, grande cheia do rio Curimataú inundou a pequena povoação, destruindo-a quase que totalmente, restando, apenas, a igreja de Santa Rita de Cássia, orago da vila. Os habitantes, temendo futuras inundações, fixaram-se em chapada próxima à povoação, fundando novo núcleo urbano que denominaram Vila Nova, nome êste modificado para Pedro Velho, pela Lei n.º 261, de 26 de novembro de 1908.

Adquiriu foros de cidade pela Lei n.º 13, de 19 de outubro de 1936.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído dos distritos de Pedro Velho e Montanhas.

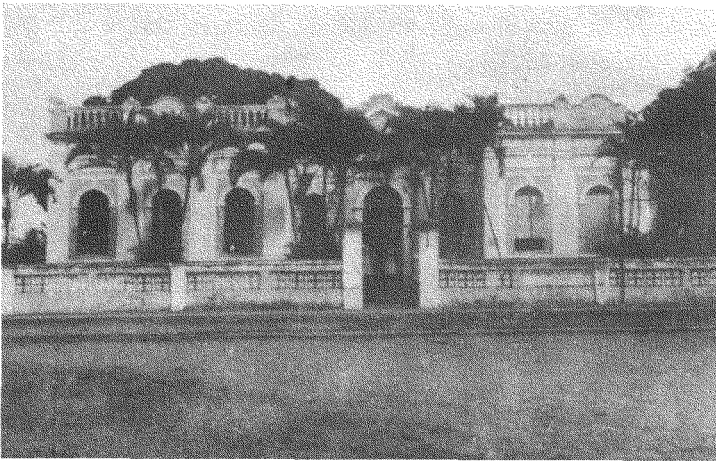
LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Agreste. A sede municipal, que dista 76 km em linha reta de Natal — direção 3º 03' S.O. — tem as seguintes coordenadas geográficas: 6º 27' de latitude Sul e 35º 14' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 55 metros a altitude da sede municipal.

CLIMA — O clima é temperado e salubre. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 32; média das mínimas — 27; média compensada — 29.

Prefeitura Municipal

Vista parcial da Praça São Francisco

ÁREA — A área do município totaliza 237 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950, Pedro Velho contava 15 667 habitantes, dos quais 7 629 homens e 8 038 mulheres. Os 83% da população localizavam-se no quadro rural.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 17 311 habitantes.

Grupo Escolar Pedro Velho

Aglomerações urbanas — Existem duas aglomerações urbanas: Pedro Velho e Montanhas, que contavam, na data do Censo, 2 041 e 692 habitantes, respectivamente (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O ramo "agricultura e pecuária" congrega o maior número de pessoas econômicamente ativas no município.

Pedro Velho dispõe de terras férteis e de bons campos de pastagens. As lavouras mais disseminadas são as do algodão, batata-doce e mandioca, sendo apreciável a quantidade de farinha obtida anualmente.

Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 7 033 milhares de cruzeiros, assim estando discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	300	1 800
Batata-doce	»	1 860	1 499
Mandioca	»	3 880	1 144
Cana-de-açúcar	»	2 150	602
Milho	Saco de 60 kg	3 150	473
Feijão	»	1 940	388
Côco-da-baía	Cento	1 600	320
Fumo em fôlha	Tonelada	40	264

Além dos produtos acima especificados, o município produz fava, agave, arroz e grande variedade de frutos: manga, laranja, melancia, banana. etc.

Igreja-Matriz de São Francisco de Assis

Histórica Igreja de Santa Rita de Cássia

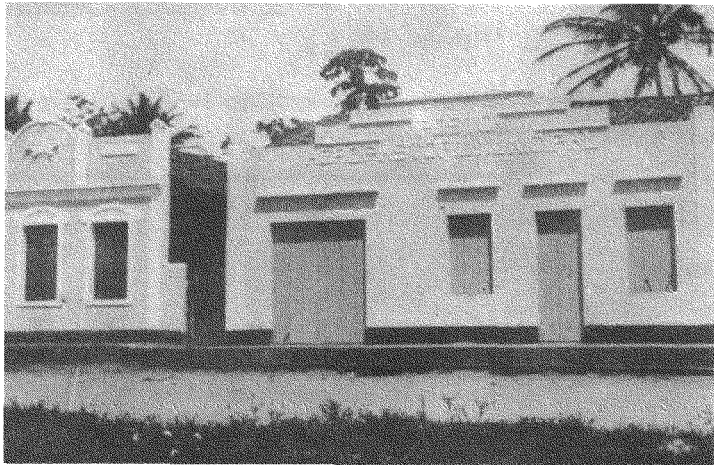
Quanto à pecuária, assim estavam discriminados, em 1956, os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	8 000	21 600
Eqüinos	2 800	5 040
Asininos	570	342
Muares	630	1 701
Suínos	8 000	5 200
Ovinos	930	279
Caprinos	1 600	480

A indústria é representada por 9 estabelecimentos industriais. Em 1955, êsses estabelecimentos ocupavam 50 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 667 milhares de cruzeiros.

As indústrias de maior relêvo são as do beneficiamento do algodão, produção de açúcar bruto e de farinha de mandioca.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Sampaio Correia, que o liga a Natal, num percurso de 92 km. Pedro Velho liga-se ainda às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: 1. Canguaretama — ferrovia e rodovia (12 km); 2. Santo Antônio — rodovia (36 km); 3. Nova Cruz — ferrovia e rodovia (30 km); 4. Goianinha — ferrovia e rodovia (29 km); 5. Mamanguape (PB) — rodovia (84 km).

Dista da Capital do Estado, por estrada de rodagem, 99 km.

Pôsto Agropastoril Municipal

Casa das Mães

COMÉRCIO — O município exporta algodão, farinha de mandioca, couros e batata-doce. Entre os produtos importados figuram tecidos, bebidas e ferragens.

Em 1956, havia um estabelecimento comercial atacadista e 75 varejistas.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 21%, quota observada naquele ano, calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais.

Ensino — Em 1956, havia 30 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	600	600	600
Tributária	101	101	101
Despesa fixada	600	600	600
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	601	701	1 005
Tributária	73	97	109
Despesa realizada	470	456	552

EFEMÉRIDES — Celebra-se anualmente, no dia 4 de outubro, a festa de São Francisco de Assis, padroeiro do município.

PENDÊNCIAS — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O território do atual município de Pendências recebeu os primeiros povoadores por volta de 1861. Era então habitado pelas tribos cariri e janduí, aliadas que, por muitos anos, se empenhavam em lutas contra outras tribos e os primeiros colonizadores. Daí se originou a denominação de Pendências, que significa lutas, contendas.

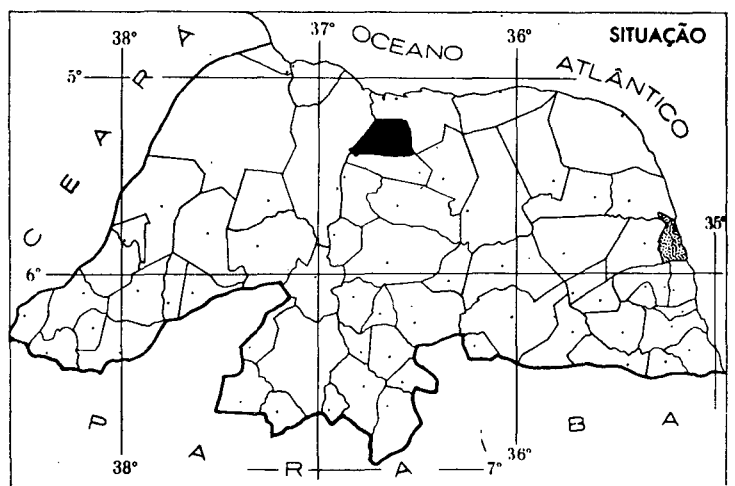
Antes da chegada dos primeiros colonizadores o local constituía uma sesmaria, concedida, em 9 de outubro de 1712, ao sargento-mor do Têrço dos Paulistas José de Morais Navarro.

Antigo distrito de Independência, criado pelo Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938, e pertencente ao município de Macau. A 30 de dezembro de 1943 passou a denominar-se Pendências, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 268.

A Lei estadual n.º 1 039, de 12 de dezembro de 1953, elevou o distrito à categoria de município, ocorrendo sua instalação no dia 1.º de janeiro de 1954.

Vista parcial da cidade

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito, o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona do Sertão Centro-Norte.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 20 metros a altitude da sede municipal.

CLIMA — Em Pendências o clima é Salubre; quente e sêco no verão e temperado no inverno.

Grupo Escolar Luiz Gonzaga

ÁREA — A área do município soma 409 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento de 1950, Pendências tinha 8 294 habitantes — 4 069 homens e 4 225 mulheres. Localizavam-se no quadro rural 75% de sua população. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 8 873 habitantes.

Igreja-Matriz Municipal

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana, a da sede, com 2 033 habitantes (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Com base no Censo de 1950, 80% da população econômicamente ativa concentra-se no ramo agricultura e pecuária. A economia local, entretanto, está assentada na agricultura e na extração do sal.

Em 1955 os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	278	2 775
Feijão	Saco de 60 kg	6 000	1 440
Batata-doce	Tonelada	130	117

O município produziu ainda, nesse ano, banana, fumo, mandioca, melancia, melão, milho e tomate. O valor total de sua produção agrícola foi 4 570 milhares de cruzeiros.

Avenida Félix Rodrigues

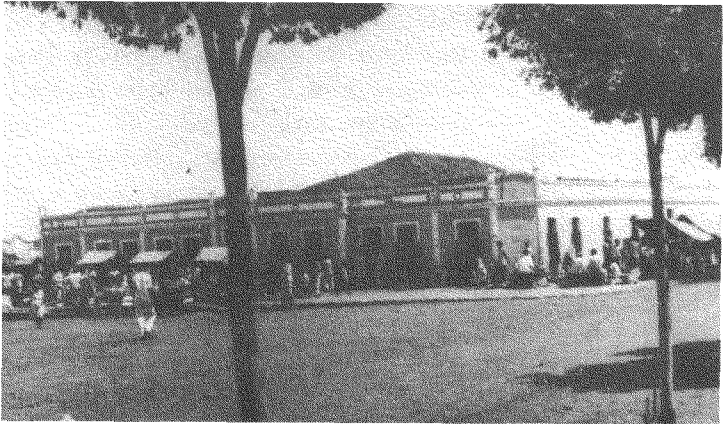
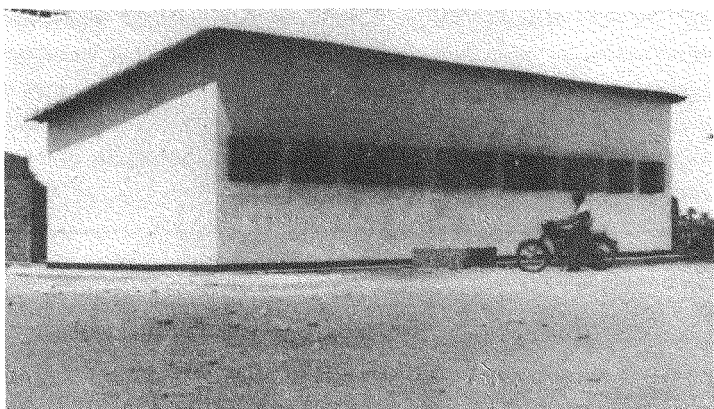
Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados seus rebanhos:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	4 700	18 800
Eqüinos	930	2 790
Asininos	680	340
Muares	180	450
Suínos	9 900	7 920
Ovinos	11 900	3 570
Caprinos	20 000	6 000

A produção de origem animal apresentou em 1955 as seguintes cifras: carne verde de bovino — 109 080 kg; carne verde de suíno — 22 960 kg; carne verde de ovino e caprino — 13 170 kg; couro sêco de gado bovino — 8 888 quilogramas; pele verde de ovino e caprino — 2 978 kg; pele sêca de ovino e caprino — 69 kg; toicinho fresco — 16 400 kg. O valor dessa produção foi de 3 433 milhares de cruzeiros.

Indústria extrativa — Existem no município duas salinas grandes e outras menores. A produção do sal, como já foi salientado, é um dos fatôres que compõem a base econômica de Pendências. Em 1955 foram extraídos 5 049 600 quilogramas, no valor de 757 milhares de cruzeiros.

Em posição mais modesta aparece a produção extrativa vegetal. Em 1955 foram produzidos 9 000 quilogramas de cêra de carnaúba, no valor de 300 milhares de cruzeiros.

O Registro Industrial de 1955 informa que existiam 27 estabelecimentos dedicados às diversas classes de indústria. Trabalhavam nesses estabelecimentos 95 operários (média mensal) e o valor de sua produção foi de 1 243 milhares de cruzeiros.

Mercado Público Municipal

Pôsto de Puericultura

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à Capital do Estado por estradas de rodagem: 1. Açu (54 km); 2. Macau (30 km); 3. Pedro Avelino (60 km); 4. Afonso Bezerra (42 km); 5. Natal (232 quilômetros).

COMÉRCIO — Conta o município com 110 estabelecimentos de comércio varejista. Pendências mantém transações comerciais com Açu, Mossoró e Natal.

ALFABETIZAÇÃO — Apurações do Censo de 1950 concluem que 35% das pessoas presentes de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	319	804	754
Tributária	237	187	170
Despesa fixada	319	804	754
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	162	688	891
Tributária	116	130	80
Despesa realizada	146	610	898

PORTALEGRE — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Portalegre é uma das mais antigas povoações do Rio Grande do Norte. A primeira tentativa de devassamento do território remonta ao século XVII. Em 1684, Manuel Nogueira penetrou na região, fincando dormentes na terra para garantir sua propriedade. Admitem alguns que, por essa razão, a serra existente no atual município passou a chamar-se Serra dos Dormentes. Apesar de Manuel Nogueira haver falecido em 1715, antes de obter do govêrno concessão das terras, estas continuaram em poder dos descendentes do desbravador. Quinze anos depois, D. Margarida de Freitas, filha de Manuel Nogueira, casada com Carlos Vidal Borromeu, começou a firmar-se em seus domínios.

Em 1750, Carlos Vidal herdou a sesmaria situada na Serra, por morte de seu irmão, Clemente Gomes de Amorim. Pouco tempo depois, adoecendo D. Margarida de Freitas, Carlos Vidal Borromeu fêz promessa a Santana, com esperança de seu restabelecimento. Em vista disso, doou duzentas braças de terras e mandou que se construísse uma capela dedicada à Santa. Com êsse fato, a serra onde se situava a sesmaria passou a chamar-se Serra de Santana.

Em 1761, entretanto, os criadores do Apodi, julgando-se prejudicados pela ação dos indígenas, pediram a retirada dos aborígines para outro lugar. Atendidos na petição, foi designado o juiz Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco para levar a efeito a medida. Escolhido o local onde deveriam ficar os silvícolas, a 8 de dezembro foi erigida a vila de Portalegre.

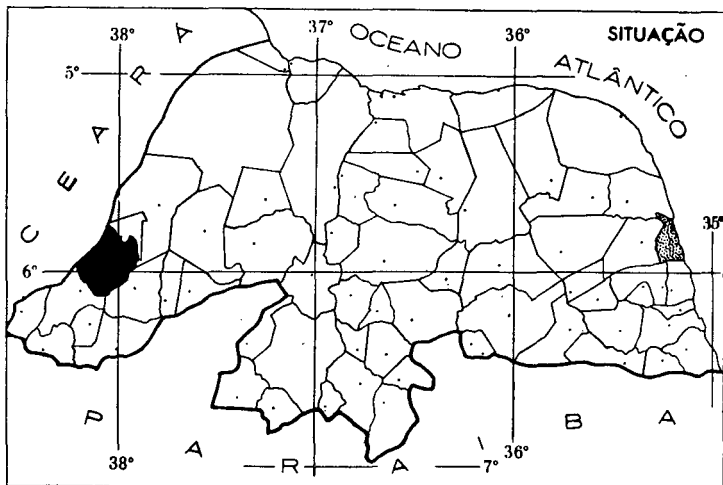
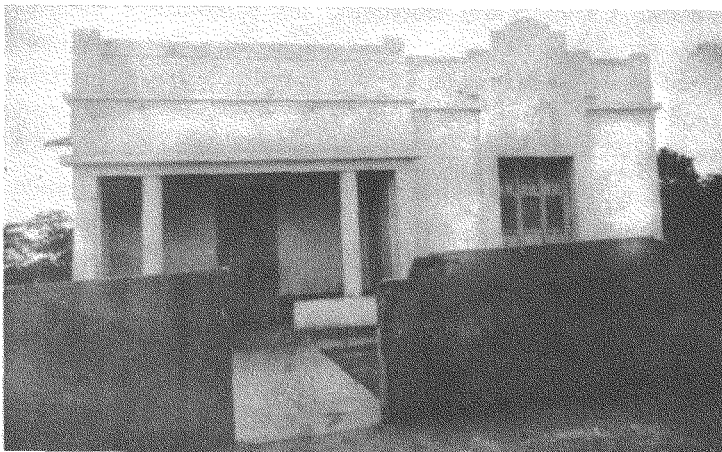
Conta a tradição que ao chegar ao cimo da serra, descortinando belo panorama, Castelo Branco pronunciou esta frase: — É uma porta alegre do sertão! Daí se teria originado o topônimo. Segundo alguns autores, porém, é desprovida de autenticidade a assertiva.

Há outra hipótese plausível: o nome Portalegre seria proveniente de uma vila do Alentejo. Ocorre, efetivamente, que algumas das mais antigas povoações existentes na então Capitania do Rio Grande do Norte tiveram nomes de vilas pertencentes àquela província portuguêsa. Essa hipótese, aventada por Antônio Soares, é confirmada por Luís da Câmara Cascudo.

A coexistência pacífica de brancos e índios não foi possível na vila recém-criada. Quando em 1817 se desencadeou a revolução republicana, foi movida tenaz perseguição aos indígenas, que se refugiaram nos sertões cearenses. Mas voltaram sete anos depois, travando luta com os habitantes da vila.

A vila de Portalegre teve atuação destacada nos acontecimentos da História do País: assim foi na citada Revolução de 1817 e nos movimentos da Independência e da Abolição.

Segundo a divisão administrativa vigente a 1.º de janeiro de 1958 o município de Portalegre é constituído de 3 distritos: Portalegre, Francisco Dantas e Rodolfo Fernandes.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Oeste do Estado e a sede dista, em linha reta, 309 km da Capital estadual — Direção — 84° 39' S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 6° 02' de latitude Sul e 37° 59' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Prédio onde funciona a Câmara Municipal

ALTITUDE — A altitude da sede municipal mede 635 m.

CLIMA — Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 28; média das mínimas — 23; média compensada — 24; precipitação anual: 606 mm.

ÁREA — A área do município orça 546 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — A população do município atingia em 1.º de julho de 1950, por ocasião do último Recenseamento Geral, 10 545 habitantes.

Na mesma data, a população da cidade (quadros urbano e suburbano do distrito-sede) alcançava 775 habitantes.

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO — O município de Portalegre compreendia, naquela data, apenas um distrito — o da sede:

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE	
	Números absolutos	% sôbre o total
Cidade	775	7,41
Quadro rural	9 679	92,59
TOTAL	10 454	100,00

De acôrdo com os dados do Serviço Nacional de Recenseamento, 93% da população do município localizam-se no quadro rural e apenas 7% na cidade. Em todo o Estado do Rio Grande do Norte, 74% da população localizam-se no quadro rural.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística a população em 1957 era de 12 576 habitantes.

Vista parcial da Praça Presidente Vargas

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica da população de Portalegre pode ficar bem caracterizada na tabela a seguir, na qual se observa a predominância do ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" nas atividades da população local, consoante dados do Recenseamento Geral de 1950:

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS		
	Total	Homens	Mulheres
Agricultura, pecuária e silvicultura	2 913	2 894	19
Indústrias extrativas	2	2	—
Indústrias de transformação	22	18	4
Comércio de mercadorias	57	57	—
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	—	—	—
Prestação de serviços	98	29	69
Transportes, comunicações e armazenagem	3	3	—
Profissões liberais	2	1	1
Atividades sociais	25	5	20
Administração pública, Legislativo, Justiça	10	10	—
Defesa nacional e Segurança pública	8	8	—
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	3 508	288	3 220
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	3	2	1
Condições inativas	437	232	205
TOTAL	7 088	3 549	3 539

Por motivos óbvios, do total de 7 088 pessoas é conveniente sejam subtraídos os dados relativos aos três últimos ramos (ao todo 3 948 pessoas). Resultam 3 140. As 2 913 pessoas ativas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" representam cêrca de 93% sôbre êsse último total, sendo nítida a predominância dêsse ramo.

Convém assinalar que, apresentando-se a produção florestal do município com algum relêvo (em 1954, quase atingiu 1 milhão de cruzeiros), provàvelmente muitos habitantes que declararam exercer a principal atividade no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" exerciam-na, efetivamente, nas "indústrias extrativas".

Agricultura, pecuária e silvicultura — Como se vê, o ramo principal da atividade econômica de Portalegre é o da "agricultura, pecuária e silvicultura".

A população do município dedica-se ao cultivo do algodão e da mandioca e à pecuária, na qual se destacam, quanto ao valor, o rebanho suíno e o muar.

No conjunto dos estabelecimentos agropecuários recenseados em Portalegre, a área em matas é aproximadamente o triplo da área em pastagens e pouco mais de 15 vêzes a área cultivada.

De acôrdo com o Serviço de Estatística da Produção, em 31 de dezembro de 1956, existiam em Portalegre 9 500 cabeças de bovinos, 1 300 de eqüinos, 2 400 de asininos e 3 000 de muares. Do gado menor, contavam-se 9 000 cabeças de suínos, 18 000 de ovinos e 15 000 de caprinos. O valor total da população pecuária era estimado em 31 980 milhares de cruzeiros.

Os principais produtos agrícolas em 1955 foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Feijão	Saco de 60 kg	36 000	5 400
Mandioca	Tonelada	5 600	1 960
Algodão		246	1 639

O município produziu ainda, nesse ano, arroz, banana, batata-doce, cana-de-açúcar, côco-da-baía, fava, fumo, la-

Igreja-Matriz Municipal

ranja, manga e milho. O valor total da produção agrícola foi 11 433 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município de Portalegre liga-se às cidades vizinhas e à Capital estadual pelos seguintes meios de transporte: Apodi — 1) Misto: a) a cavalo até Dormentes: 3 km; b) rodoviário: 60 km. Martins — 1) Misto: a) a cavalo até Vertentes: 9 km; b) rodoviário: 9 km. Pau dos Ferros — 1) Misto: a) a cavalo até Fazenda Jacu: 15 km; b) rodoviário: 21 km. Capital Estadual — 1) Misto: a) a cavalo até Dormentes: 3 km; b) rodoviário: 416 km ou: a) rodoviário até Mossoró: 150 quilômetros; b) aéreo: 243 km ou: a) rodoviário até Angicos: 209 km; b) ferroviário (Estrada de Ferro Ceará—Rio Grande do Norte): 194 km.

COMÉRCIO — As vendas de mercadorias dos estabelecimentos varejistas em 1949 atingiram no comércio de Portalegre a modesta cifra de 932 milhares de cruzeiros, segundo o Censo Comercial de 1950 (dado preliminar). Êsse valor representava, aproximadamente, 0,5% do valor das vendas do comércio varejista do município de Natal e 0,2% do correspondente valor para o Estado do Rio Grande do Norte.

Existiam, em 1957, 2 estabelecimentos de comércio atacadista e 83 de comércio varejista.

INSTRUÇÃO PÚBLICA — Os resultados do Recenseamento de 1950 revelam a situação de Portalegre quanto ao nível de instrução geral (pessoas presentes de 10 anos e mais):

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE DE 10 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	2 791	39,38
Não sabem ler e escrever	4 261	60,11
Sem declaração	36	0,51
TOTAL	7 088	100,00

Como se verifica, 39% das pessoas presentes de 10 anos e mais eram alfabetizadas. Ao Estado corresponde a percentagem de 27%.

Ensino primário — A tabela a seguir permite estabelecer confrontos que situam a posição de Portalegre no Estado do Rio Grande do Norte, quanto ao grau de escolaridade:

ESPECIFICAÇÃO	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	MUNICÍPIO DE PORTALEGRE
NÚMEROS ABSOLUTOS		
Pessoas presentes de 7 a 14 anos, recenseadas em 1.º-VII-1950	200 210	2 415
Unidades escolares do ensino primário fundamental comum (1950)	1 209	37
Matrícula geral do ensino primário fundamental comum (1950)	73 179	1 969
NÚMEROS RELATIVOS		
Pessoas de 7 a 14 anos por unidade escolar	165,60	65,27
% da matrícula geral sôbre pessoas de 7 a 14 anos	36,55	81,53
Pessoas matriculadas por unidade escolar	60,53	53,22

Os confrontos estabelecidos (fontes: Serviço Nacional de Recenseamento e Serviço de Estatística da Educação e Cultura) devem ser entendidos com certas ressalvas, a começar pela idade escolar arbitràriamente limitada na faixa de 7 a 14 anos.

Se tôdas as pessoas de 7 a 14 anos freqüentassem a escola, a cada unidade escolar corresponderiam 65 alunos em Portalegre e 166 em todo o Estado. Na realidade, o número de pessoas matriculadas por unidade escolar, em Portalegre, é de 53 (ao Estado corresponde um coeficiente de 61 pessoas por unidade escolar).

A quota de pessoas em idade escolar matriculadas atinge 82% em Portalegre, contra 37% no Estado do Rio Grande do Norte (percentagem da matrícula geral sôbre pessoas de 7 a 14 anos).

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	636	634	638
Tributária	130	130	115
Despesa fixada	431	431	542
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	736	804	1 100
Tributária	185	196	201
Despesa realizada	724	848	1 014

DIVERSOS ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — A principal serra do território é a de Portalegre, no cimo da qual está situada a cidade. Banha o município o rio Apodi ou Mossoró.

Vista parcial do Núcleo Residencial Presidente Juscelino Kubitschek

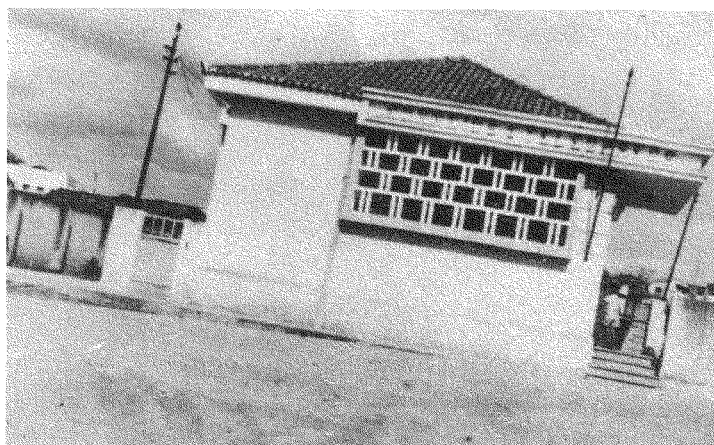
Dentre os pontos pitorescos do município destacam-se a fonte da Bica, de água potável, e que dista aproximadamente 400 metros da cidade; a fonte do Brejo, a respeito da qual correm algumas lendas, e a queda de água denominada "Pinga", no riacho da Bica.

Tratando-se, como já foi visto, de uma das mais antigas localidades do Rio Grande do Norte, as manifestações populares em Portalegre apresentam aspectos sobremaneira interessantes. São dignas de nota, por exemplo, as festas juninas. A chamada "dança de São Gonçalo", que era uma curiosa tradição, hoje não se realiza mais.

SANTA CRUZ — RN

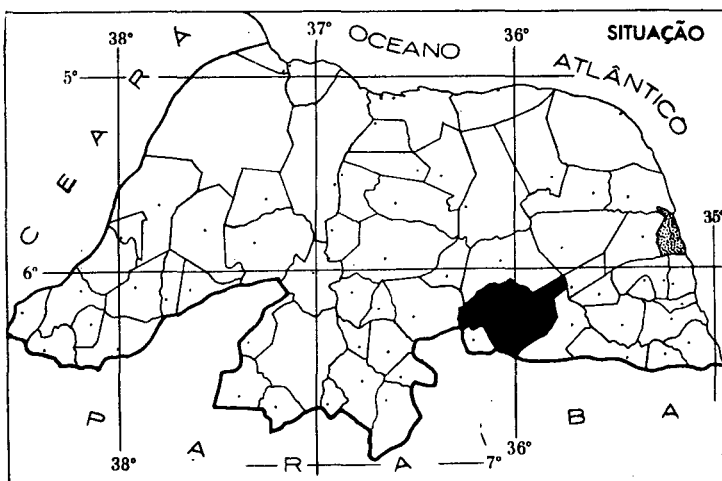
Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Data do século XVIII a penetração inicial no território do município, habitado então pelos índios Tapuios. Mas sòmente em 1831 se estabeleceram no local os primeiros povoadores. Eram êles Lourenço da Rocha, seu irmão João da Rocha e João Rodrigues da Silva. Em 1835 os irmãos Rocha construíram uma capela, dedicada a Santa Rita de Cássia, e o nascente povoado recebeu o nome de Santa Rita da Cachoeira. Posteriormente, a aldeia recebeu diversos nomes: Santa Cruz do Inharé, Santa Cruz da Ribeira do Trairi e, por último, Santa Cruz. O primeiro nome nasceu do fato de ter vindo da Fazenda Cachoeira a primitiva imagem da Padroeira; Inharé por causa de uma espécie de árvore conhecida por êste nome e abundante no local; Trairi é nome indígena dado também ao rio que banha o município. Existe uma lenda a respeito da denominação Santa Cruz, transmitida em diversas versões pelos habitantes do município: um missionário, ouvindo falar que os habitantes das ribeiras do rio Trairi sofriam as inclemências das sêcas, bem como ataques de animais ferozes, e que entre os quais havia lutas e rivalidades, resolveu visitar o povoado. Ao chegar ali, mandou erguer uma grande cruz, feita com ramos de árvore conhecida pelo nome de inharé, em local por êle escolhido, em frente da capela. Um grande buraco foi aberto e o missionário mandou que nêle todos depositassem suas armas. Cobertas as armas com terra, foi ali fincada a cruz. Então disse o missionário: "Há de vir um padre, muito estimado, e mandará retirar esta cruz para um morro; não consintam, pois esta é a Santa Cruz do Inharé". Contam ainda que o pé de inharé era tido como sagrado e que atraía tôda sorte de males quando sucedia quebrarem-lhe um dos galhos. As fontes

Vista de um trecho da Rua Dr. Eloy de Souza

Agência Postal-Telegráfica do Município

secavam, os animais tornavam-se ferozes, a terra se cobria de pragas e epidemias. Depois que o missionário ergueu a Cruz de Inharé, os malefícios cessaram, as fontes jorraram água, os animais tornaram-se mansos.

A Lei provincial n.º 24, de 27 de março de 1835, criou o distrito. O município foi criado pela Lei provincial número 777, de 11 de novembro de 1876, com território desmembrado do município de São José de Mipibu. O nome atual data de 1890. A Lei estadual n.º 362, de 3 de novembro de 1914, concedeu a Santa Cruz foros de cidade A comarca do município foi criada por fôrça da Lei número 463, de 27 de março de 1919. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de 4 distritos: Santa Cruz, Campo Redondo, Tangará e Trairi.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Agreste e a sede dista, em linha reta, 104 quilômetros da capital do Estado, na direção de 60° 15' S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 6° 13' 53" de latitude Sul e 36° 01' 12" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 240 m.

CLIMA — Em Santa Cruz o clima é salubre; quente e sêco no verão e ameno no inverno.

ÁREA — A área do município é de 1 504 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento Geral de 1950, pode-se afirmar que a população é de 32 837 habitantes — 16 035 homens e 16 802 mulheres. Concentram-se no quadro rural 87% de sua população.

Capela de Tangará

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 36 502 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existem 4 aglomerações urbanas — a sede e 3 vilas. A cidade conta 3 197 habitantes e o distrito de Campo Redondo, 1 224. Depois do Censo de 1950, o município perdeu o distrito de Jericó, hoje município de Coronel Ezequiel, e adquiriu mais dois distritos — Tangará e Trairi, criados em 1953.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Com base no Censo de 1950, verifica-se que 93% da população econômicamente ativa concentram-se no ramo agropecuário. Nesse ano, 22% das terras dos estabelecimentos agropecuários eram utilizados com a lavoura e 25% com pastagens. Dotado

Vista parcial da Praça Cel. Ezequiel

Grupo Escolar Municipal

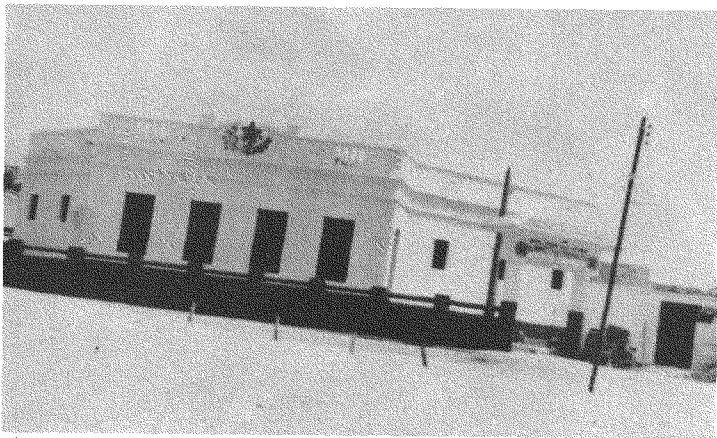
de terras férteis, o município tem na agricultura a maior fonte de riqueza. De suas culturas destaca-se a do algodão. A espécie cultivada é o mocó de fibra longa, que apresenta maior rendimento e adapta-se melhor ao clima local. Em 1955 os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

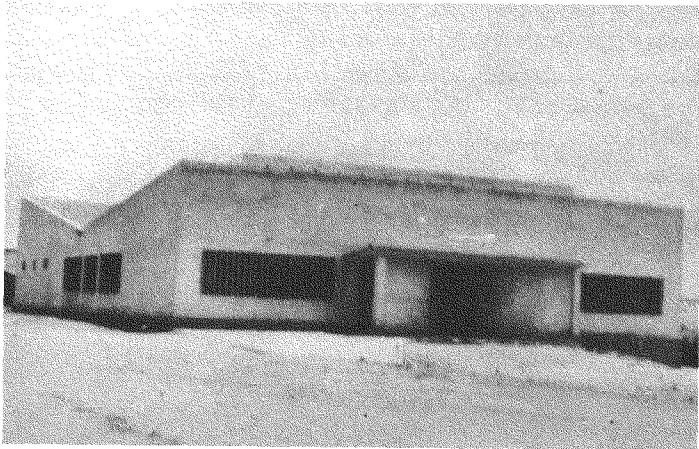
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	10 005	100 050
Milho	Saco de 60 kg	36 000	4 320
Feijão	» » » »	16 000	3 840
Fava	» » » »	8 000	1 760
Agave	Tonelada	220	880

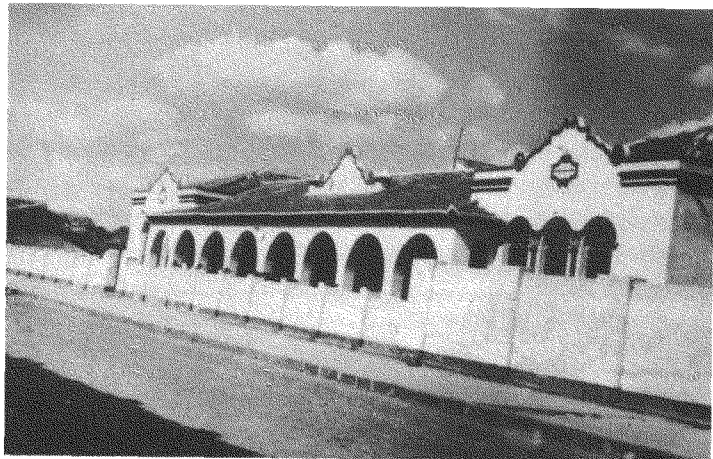
Maternidade Ana Bezerra

O município produziu ainda, nesse ano, banana, batata-doce, côco-da-baía e mandioca. O valor total dessa produção foi de 111 milhões de cruzeiros. A pecuária tem-se desenvolvido nos últimos anos, com participação ativa na economia de Santa Cruz. Em 31 de dezembro de 1956, estavam assim discriminados os seus rebanhos:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	41 900	62 850
Eqüinos	1 200	960
Asininos	7 700	2 310
Muares	3 800	3 800
Suínos	2 100	630
Ovinos	40 000	7 200
Caprinos	27 600	5 520

A produção de origem animal apresentou em 1955 as seguintes cifras: carne verde de bovino — 209 790 kg; carne verde de suíno — 45 290 kg; carne verde de ovino

Quartel de Polícia do município

e caprino — 42 150 kg; couro verde e sêco de gado bovino — 38 794 kg; pele sêca de ovino e caprino — 2 313 kg; toucinho fresco 32 350 kg. O valor total dessa produção foi de 11 milhões de cruzeiros.

Sede do "Clube Trairi"

Indústria de transformação — A indústria de transformação do município ocupa 2% da população econômicamente ativa e está constituída de duas classes: têxtil (beneficiamento e produção de fios de algodão) e produtos alimentares. A primeira concorreu com 94% para o total do valor da produção industrial, que foi, em 1955, de 35 milhões de cruzeiros.

Instituto Cônego Monte

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado por estrada de rodagem: 1. Currais Novos (68 km); 2. Macaíba (94 km); 3. Nova Cruz (75 km); 4. Santo Antônio (66 km); 5. São José de Mipibu (42 km); 6. São Tomé (37 km); 7. Serra Caiada (42 km); 8. Natal (115 km).

COMÉRCIO — Conta a sede municipal com uma cooperativa, 3 estabelecimentos de comércio atacadista e 49 de comércio varejista. O Banco do Rio Grande do Norte e o Banco do Brasil mantêm correspondentes no município.

Conjunto residencial da administração do Açude Trairi

ALFABETIZAÇÃO — Com base no Censo de 1950, 20% da população presente de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — Ministra ensino primário fundamental comum à população local o Grupo Escolar Quintino Bocaiúva. Em 1956, havia 28 unidades escolares de ensino primário, um estabelecimento de ensino secundário e um de ensino comercial.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	1 160	886	1 025
Tributária	421	304	397
Despesa fixada	1 160	886	1 455
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	1 071	972	1 801
Tributária	451	350	705
Despesa realizada	1 184	568	1 621

Vista do Açude Trairi

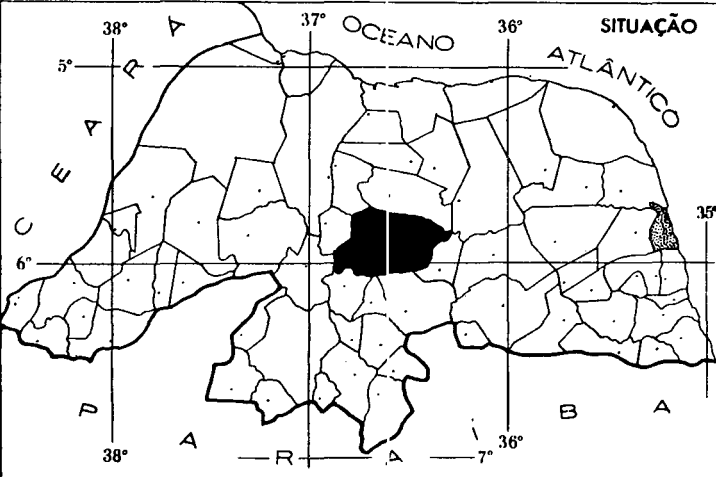
MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — No dia 22 de maio realiza-se anualmente a festa de Santa Rita de Cássia, padroeira do município.

SANTANA DO MATOS — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A região que atualmente constitui o município de Santana do Matos era habitada primitivamente por tribos indígenas, dentre as quais se destacavam a dos Janduís e a dos Paiacus, pertencente esta última à nação dos Icós, oriundos do Ceará. A primeira penetração do território foi feita pelo português Manuel José dos Matos, que ali se estabeleceu com fazenda de gado denominada Bom Bocadinho. Mandou êle erguer uma capela, na qual entronizou uma imagem de Santana, chamada do Matos, devido ao nome de seu possuidor.

O distrito foi criado por Alvará datado de 13 de agôsto de 1821. Em virtude da Resolução provincial n.º 9, de 13 de outubro de 1836, criou-se o município com a denominação de Vila Constitucional de Santana do Matos e território desmembrado do de Açu. Posteriormente, foi suprimido pela Lei Provincial n.º 314, de 6 de agôsto de 1855, ocorrendo a reinstalação a 5 de setembro do mesmo ano. Pela Lei n.º 663, de 27 de outubro de 1927, adquiriu foros de cidade. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, Santana do Matos é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão Centro-Norte. A sede municipal, que dista 163 km em linha reta de Natal — direção de 82° 22' S.O. —, possui as seguintes coordenadas geográficas: 5° 57' 29" de latitude Sul e 36° 39' 24" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 140 metros a altitude da sede municipal.

CLIMA — Na região o clima é quente e salubre.

ÁREA — A área do município é de 1 700 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, Santana do Matos contava 17 243 habitantes, dos quais 8 564 homens e 8 679 mulheres. Localizavam-se no quadro rural 91% da população.

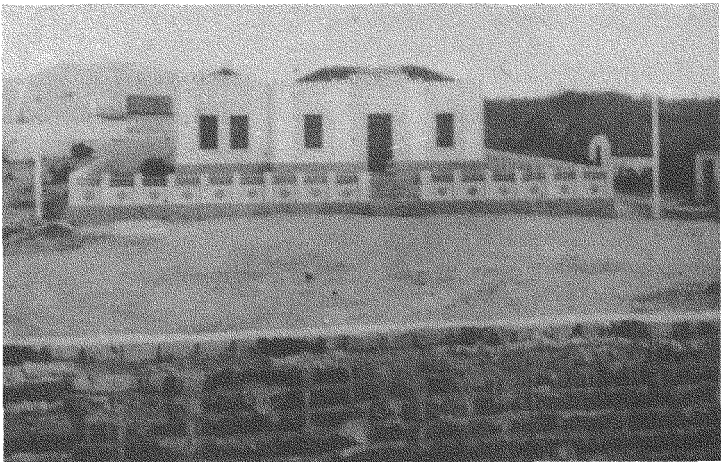
Aglomerações urbanas — Existe uma aglomeração urbana — a do distrito-sede, com 1 516 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

Agência dos Correios e Telégrafos

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária congregam o maior número de pessoas ativas. Apesar de situado em região assolada pela sêca, Santana do Matos é um dos municípios do Rio Grande do Norte onde a agricultura é mais desenvolvida. Dada a extraordinária fertilidade de suas terras, de que a serra de Santana é um admirável exemplo, a sua produção agrícola, mesmo nos anos escassos, é surpreendente. As culturas são as mais diversificadas. Em 1955 o valor da safra municipal atingiu 73 138 milhares de cruzeiros, assim estando discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Feijão	Saco de 60 kg	45 000	32 400
Algodão	Tonelada	1 950	19 500
Batata-doce	»	15 000	12 000
Milho	Saco de 60 kg	21 000	3 150
Mandioca	Tonelada	3 200	2 560

Além dos produtos especificados, o município produz ainda fava, mamona, arroz e grande variedade de frutos, tais como banana, melancia, melão, laranja, etc. No quadro estadual, os rebanhos do município são relativamente elevados. Em 1956, era a seguinte a população pecuária:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	15 000	45 000
Eqüinos	1 600	2 400
Asininos	3 500	1 400
Muares	1 500	3 750
Suínos	8 000	2 400
Ovinos	12 000	2 400
Caprinos	9 000	1 800

Maternidade Nossa Senhora Santana

Igreja-Matriz Municipal

A extração de produtos minerais e vegetais concorre, também, para a economia local. Em 1955, extraíram-se 234 toneladas de xilita, no valor de 19 768 milhares de cruzeiros, e 35 toneladas de borracha de maniçoba, valendo 385 milhares de cruzeiros. A indústria é representada por 13 estabelecimentos industriais, que, em 1955, ocupavam 433 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 1 600 milhares de cruzeiros. As indústrias de maior relêvo são as de beneficiamento do algodão, fabricação de óleos vegetais, da produção da cal viva. Em 1955, foram produzidas 280 toneladas de cal no valor de 88 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — Santana do Matos está ligado por estradas de rodagem ou estradas carroçáveis aos principais centros econômicos e aos municípios de Currais Novos (38 km), Florânia (25 km), Jucurutu (36 km), São Rafael (30 km), Ipanguaçu (35 km), Angicos (33 km) e Cêrro Corá (48 km). Dista 196 quilômetros da capital do Estado, por estrada de rodagem.

COMÉRCIO — O comércio do município firma-se principalmente na exportação do algodão, feijão e couros e peles. Em 1956, havia 52 estabelecimentos comerciais varejistas e uma cooperativa agropecuária.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 28%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

Ensino — Em 1956, havia 49 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	1 381	1 537	1 587
Tributária	572	772	822
Despesa fixada	1 381	1 537	1 587
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	1 224	1 275	1 857
Tributária	567	401	806
Despesa realizada	1 586	1 221	1 336

SANTO ANTÔNIO — RN

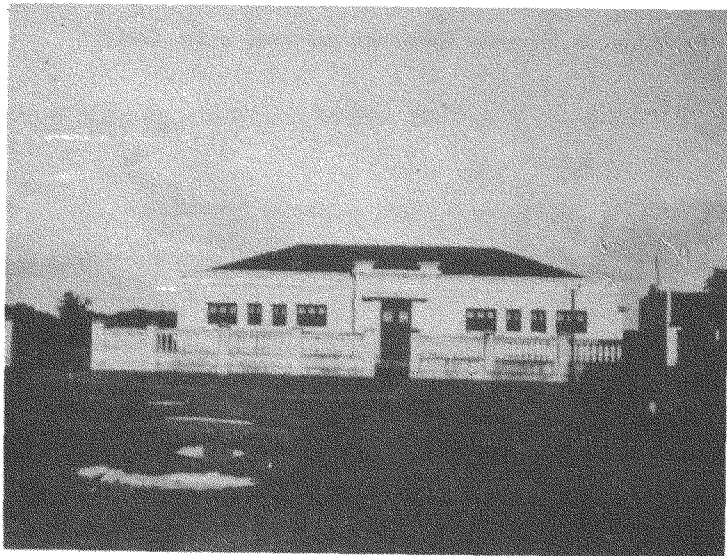
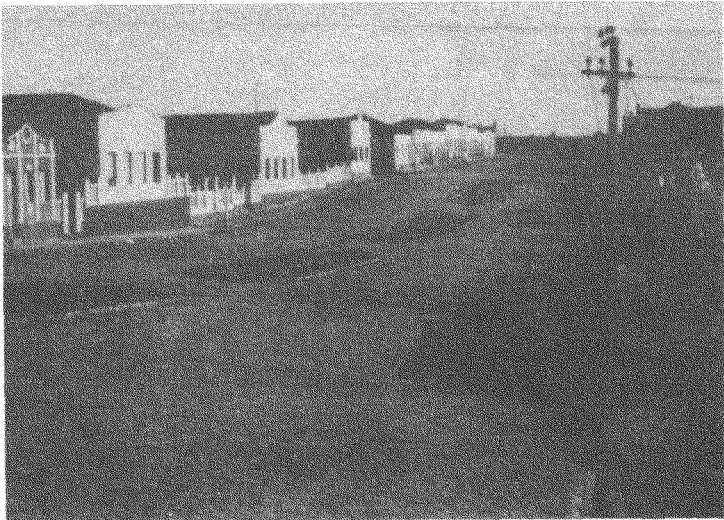
Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Em meados do século XIX o local onde se acha hoje a cidade de Santo Antônio era conhecido por Salto da Onça, região deserta e inculta. Um de seus mais antigos proprietários foi Florêncio da Costa Paloma, que em 1850 vendeu suas terras a D. Ana Joaquina de Pontes, pernambucana, que ali se estabeleceu com seu marido e filhos.

Dona Ana de Pontes fundou a povoação, desenvolveu, com sua família, a agricultura, construiu casas e doou, em 1869, terreno para uma capela, que foi levantada e consagrada a Nossa Senhora da Conceição.

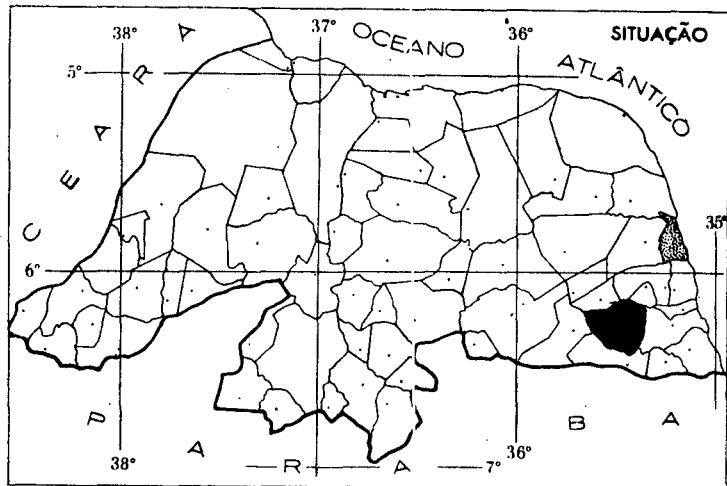
Já em 1874, D. Ana e sua família haviam alcançado razoável situação na agricultura e na indústria rural. Decidiram então criar uma pequena feira, que começou a atrair forasteiros e novos habitantes. Essa feira, que marcou o início do povoado, continuou sem interrupção e constitui hoje uma tradição do comércio de Santo Antônio.

O nome de Santo Antônio foi dado pelo Vigário de Goianinha, padre Manoel Francisco Borges, quando rezou a primeira missa em Salto da Onça.

O município foi criado pelo Decreto n.º 32, de 5 de julho de 1890, com território desmembrado do município de Goianinha. Foi extinto em 31 de março de 1891, por fôrça do Decreto n.º 102, e restaurado pelo Decreto n.º 6, de 8 de janeiro de 1892. Pelo Decreto n.º 457, de 29 de

Maternidade Rodopiano de Azevedo

Vista de um trecho da principal rua da cidade

março de 1938, a sede do município recebeu foros de cidade.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito, o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Agreste e a sede dista, em linha reta, 66 quilômetros da Capital do Estado — Direção — 25º 37' S.O. As coordenadas geográficas são: 6º 18' de latitude Sul e 35º 28' de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 110 metros a altitude da sede municipal.

CLIMA — Em Santo Antônio, o clima é salubre, sêco e ameno.

ÁREA — A área do município é de 744 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950, a população registrada foi de 32 026 habitantes — 15 978 homens e 16 048 mulheres. Localizavam-se no quadro rural 92% de sua população.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 36 471 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana — a da sede —, com 2 440 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No Recenseamento de 1950, 96% das pessoas econômicamente ativas concentravam-se no ramo agricultura e pecuária.

Em 1955 os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	3 750	27 500
Fava	Saco de 60 kg	60 000	21 600
Mandioca	Tonelada	23 000	11 700
Milho	Saco de 60 kg	75 000	11 250
Batata-doce	Tonelada	2 800	2 240
Feijão	Saco de 60 kg	8 000	1 440
Agave	Tonelada	300	1 350

O município produziu ainda, nesse ano, banana, côco-da-baía, laranja, manga e melancia. O valor total da produção agrícola foi de 79 milhões de cruzeiros.

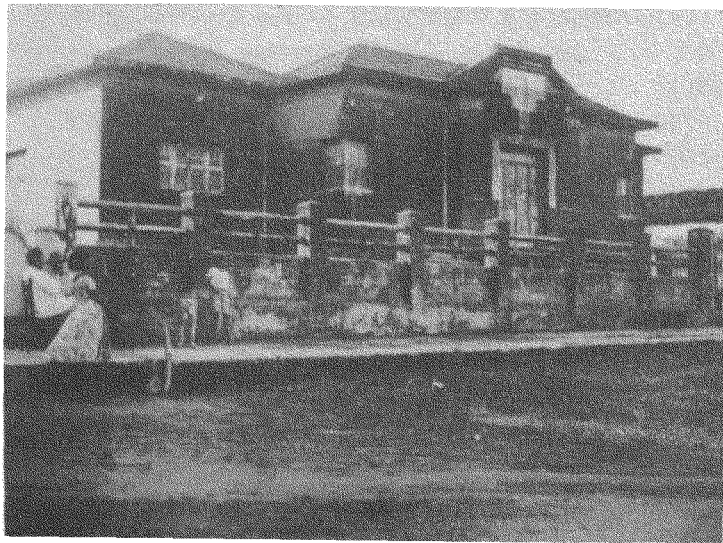
Igreja-Matriz de Santo Antônio

Em 31 de dezembro de 1956, estavam assim discriminados os seus rebanhos:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	13 000	52 000
Eqüinos	2 500	2 500
Asininos	1 500	750
Muares	2 000	6 000
Suínos	10 000	8 000
Ovinos	3 500	1 400
Caprinos	1 000	400

A produção de origem animal foi a seguinte, em 1955: carne verde de bovino — 95 985 quilogramas; carne verde de suíno — 23 765 quilogramas; toucinho fresco — 16 975 quilogramas; carne verde de ovino e caprino — 3 016 quilogramas; couro verde e sêco de gado bovino — 17 341 quilogramas; pele sêca e verde de ovino e caprino — 650 quilogramas. O valor total dessa produção foi de 4 milhões de cruzeiros. Nesse ano foram produzidos 2 200 000 litros de leite no valor de 8 milhões de cruzeiros.

Indústria — O Registro Industrial para 1955 informa que existiam 3 estabelecimentos de indústria de transformação, nos quais trabalhavam 7 pessoas e cujo valor da produção foi de 577 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal liga-se aos municípios vizinhos e à Capital do Estado por estrada

Grupo Escolar Dr. Manoel Dantas

de rodagem: 1) Goianinha (35 quilômetros); 2) Nova Cruz — (20 quilômetros); 3) Santa Cruz (66 quilômetros); 4) São José de Mipibu (51 quilômetros); 5) Natal (80 quilômetros).

COMÉRCIO — Conta a sede do município com uma cooperativa, um estabelecimento de comércio atacadista e 20 casas de comércio varejista.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 16% da população presente de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — O Grupo Escolar Dr. Manuel Dantas ministra ensino primário fundamental comum às crianças da sede do município, que conta com 17 unidades escolares.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

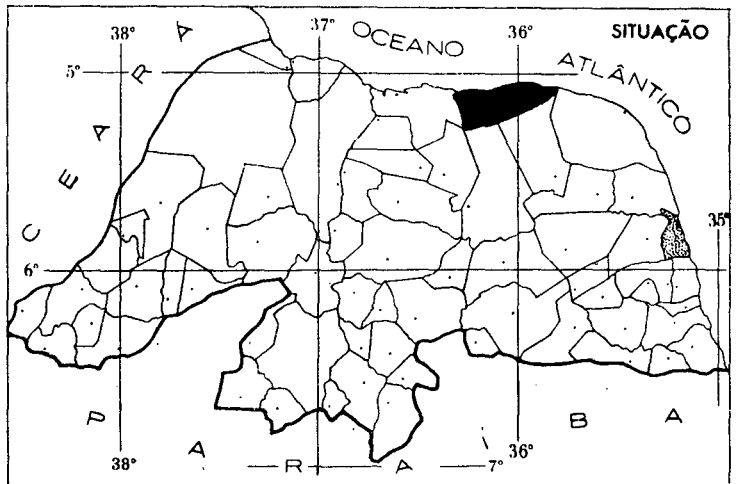
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	418	900	900
Tributária	140	237	237
Despesa fixada	418	900	787
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	635	49	1 019
Tributária	81	19	95
Despesa realizada	226	61	327

SÃO BENTO DO NORTE — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Pelo Decreto estadual n.º 603, de 31 de outubro de 1938, foi criado no município de Baixa Verde, atual João Câmara, o distrito de São Bento do Norte.

A Lei estadual n.º 823, de 25 de novembro de 1953, elevou o distrito à categoria de município. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, São Bento do Norte é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Agreste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Na região o clima é quente, amenizado no inverno.

ÁREA — A área do município é de 916 quilômetros quadrados.

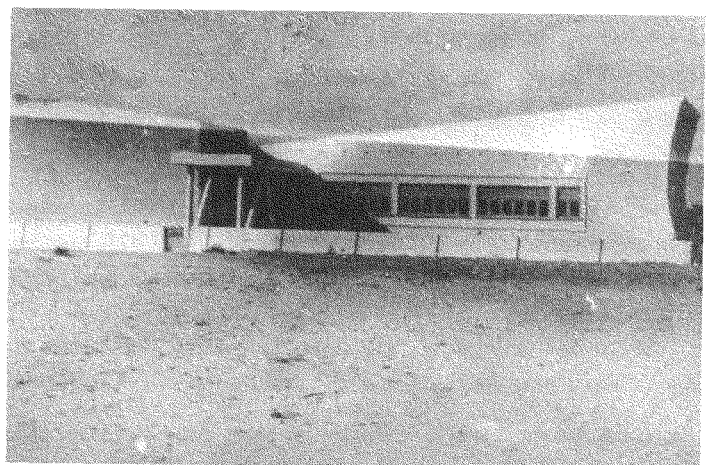
POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento de 1950, São Bento do Norte tem 10 159 habitantes, dos quais 5 086 homens e 5 073 mulheres. De sua população, 93% localizavam-se no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Existe uma aglomeração urbana — a do distrito-sede — com 739 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária congregam o maior número de pessoas ativas.

A importância da agricultura na economia local decorre principalmente do cultivo do algodão, que concorreu, em 1955, com 81% do valor de tôdas as culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico.

O valor da safra municipal, naquele ano, estava assim discriminado:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	2 625	16 415
Milho	Saco de 60 kg	7 600	1 368
Feijão	» » » »	2 520	605
Mandioca	Tonelada	1 200	600
Batata-doce	»	300	300

Prefeitura Municipal

Pôsto de Saúde Estadual

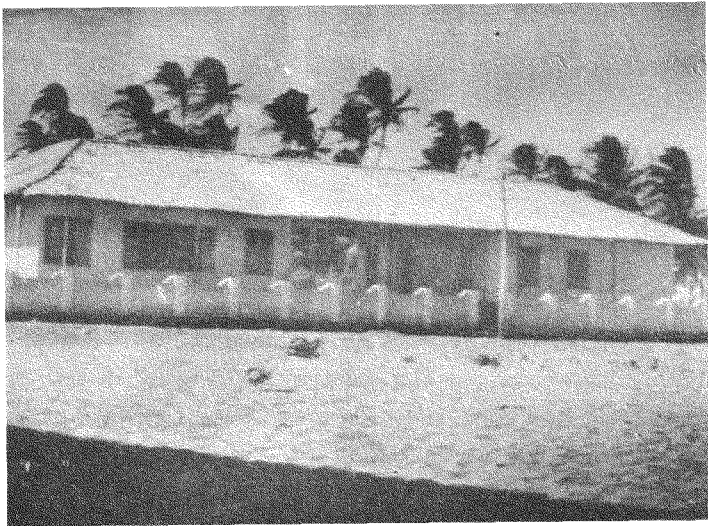
Quanto à pecuária, assim estavam discriminados, em 1956, os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	2 100	8 400
Eqüinos	1 000	1 500
Asininos	1 800	360
Muares	800	2 400
Suínos	4 500	2 250
Ovinos	2 500	625
Caprinos	3 500	875

A pesca constitui outra importante atividade da população local. A produção do pescado, em 1955, atingiu 237 toneladas no valor de 2 370 milhares de cruzeiros, ou seja, 6% do valor de tôda a produção estadual.

Vários povoados praieiros — Caiçara e Galinhos, entre outros — vivem da pesca, notadamente do peixe-voador, exportado em quantidade apreciável para Natal e para o Estado da Paraíba.

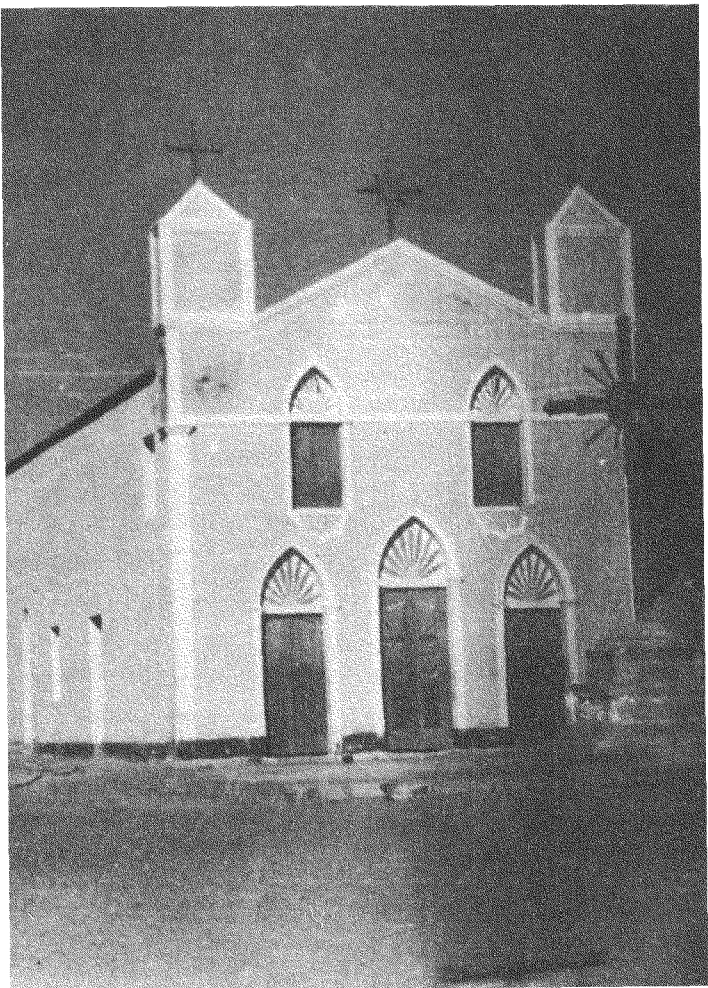
A indústria é representada por 7 estabelecimentos industriais, que ocupavam, em 1955, 20 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 795 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — São Bento do Norte liga-se aos municípios vizinhos por meio de estradas carroçáveis. Dista 158 quilômetros de Natal, por estrada de rodagem.

Escola Rural Municipal

COMÉRCIO — O comércio do município firma-se principalmente na exportação do algodão e do pescado.

Em 1956, havia 70 estabelecimentos comerciais varejistas e duas cooperativas.

ALFABETIZAÇÃO — Pelos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 22%, quota observada naquele ano, calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais.

Ensino — Em 1956, havia 18 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

Igreja-Matriz Municipal

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total		733	903
Tributária		116	237
Despesa fixada		733	903
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	591	797	1 100
Tributária	98	208	280
Despesa realizada	152	754	1 077

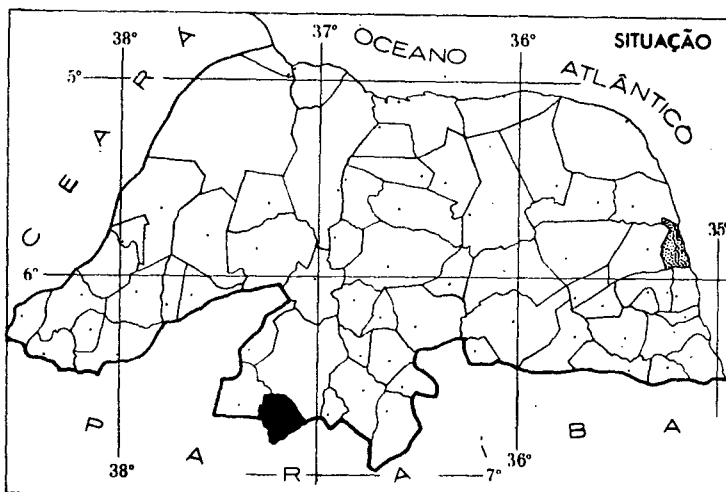
SÃO JOÃO DO SABUGI — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O município teve origem na Fazenda São João, de propriedade de Ana Joaquina de Souza, viúva de Francisco Correia de Souza, doadora, em 1832, de terreno onde se construiu uma capela sob a invocação de São João Batista. Dentre os primeiros povoadores destaca-se a figura do tenente Antônio de Medeiros Rocha Júnior, que muito contribuiu para o desenvolvimento da comuna.

O município foi criado pelo Decreto-lei n.º 146, de 23 de dezembro de 1948, com território desmembrado de Serra Negra.

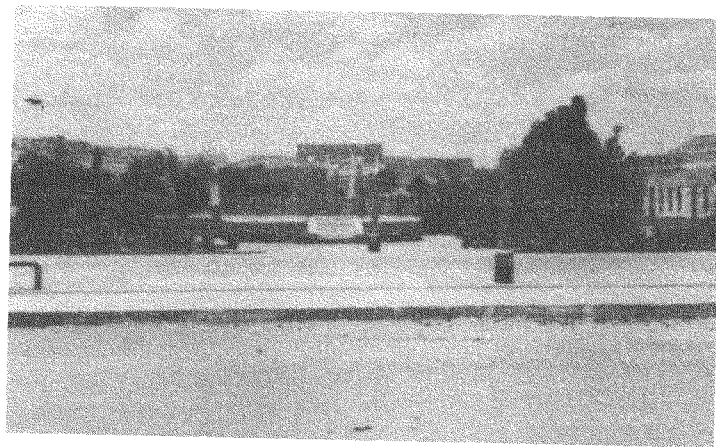
Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, São João do Sabugi é constituído de um único distrito — o da sede.

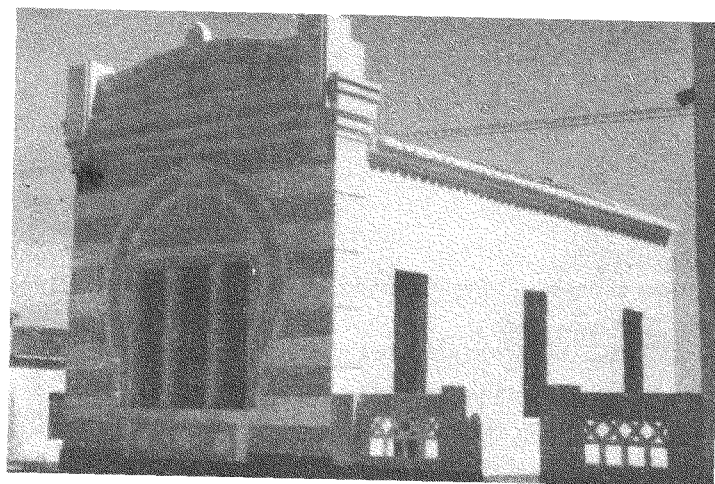
LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão do Seridó. A sede municipal, que dista 246 quilômetros em linha reta de Natal — direção 64° 28' S.O. — tem as seguintes coordenadas geográficas: 6° 43' de latitude Sul e 37° 13' de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente, saudável, é o clima da região. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 37; das mínimas — 22.

ÁREA — A área do município totaliza 400 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950, São João do Sabugi contava 4 494 habitantes, dos quais 2 257 ho-

Prefeitura Municipal

Praça Dix-sept Rosado Maia

mens e 2 237 mulheres. Localizavam-se no quadro rural 80% de sua população. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 4 768 habitantes.

Sede Musical "Honório Maciel"

Aglomerações urbanas — Existe uma aglomeração urbana — a do distrito-sede —, com 920 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

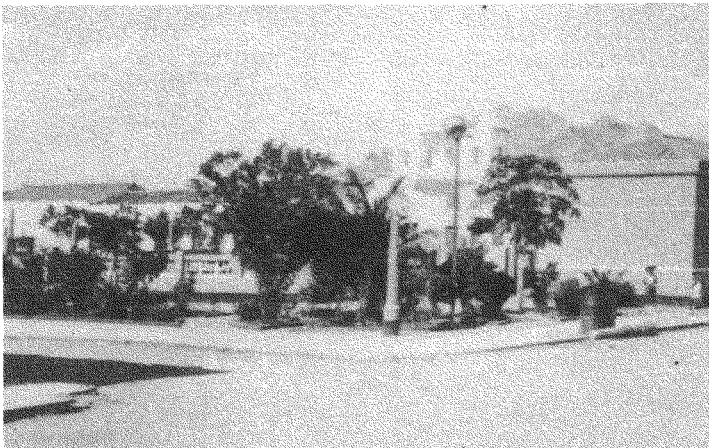
Vista parcial da cidade

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária congregam o maior número de pessoas ativas. A importância da agricultura na economia local decorre principalmente da cultura do algodão, que concorreu, em 1955, com 64% do valor de tôdas as culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico.

Vista de uma das principais ruas da cidade, ao fundo a Igreja-Matriz

O valor da safra atingiu, naquele ano, 5 094 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	375	3 250
Feijão	Saco de 60 kg	5 100	587
Batata-doce	Tonelada	635	445
Arroz	Saco de 60 kg	1 600	384
Banana	Cacho	9 350	281

Em escala reduzida o município produz ainda fava, cana-de-açúcar, milho e grande variedade de frutas.

Vista parcial da Praça da Liberdade

Quanto à pecuária, assim estavam discriminados, em 1956, os rebanhos locais:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	6 000	24 000
Eqüinos	300	570
Asininos	2 800	1 120
Muares	350	770
Suínos	1 800	828
Ovinos	4 700	1 410
Caprinos	1 800	504

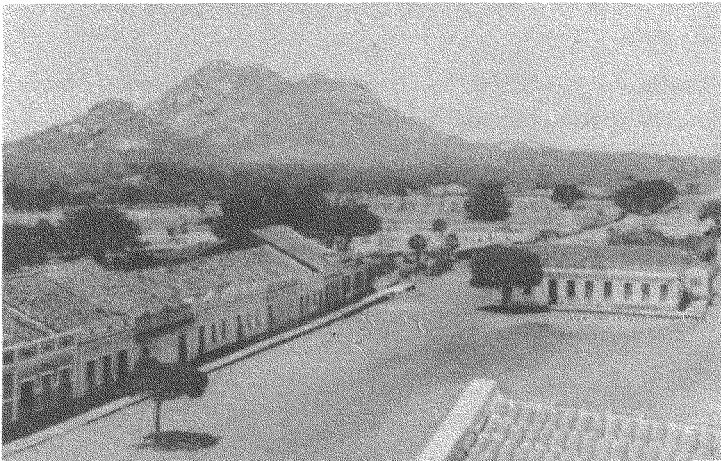
A extração de produtos minerais e vegetais concorre também para a economia de São João do Sabugi.

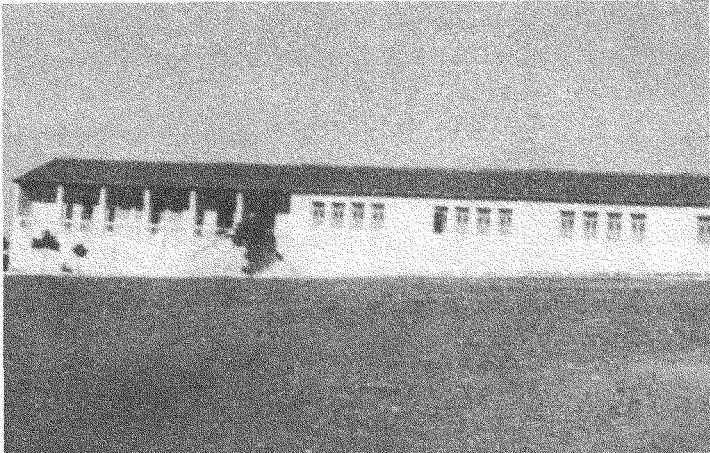
Em 1955, foram extraídas 17 toneladas de xilita no valor de 1 710 milhares de cruzeiros; 3 toneladas de casca de angico e 15 toneladas de oiticica, no valor total de 20 milhares de cruzeiros.

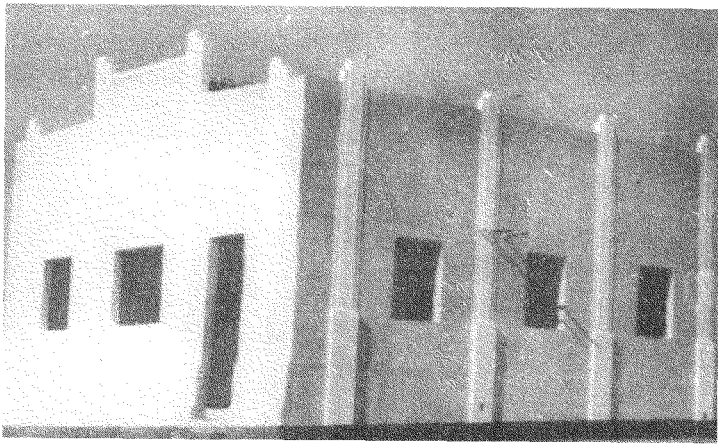
O município conta ainda com apreciáveis jazidas de pedra calcária, ferro, pedra de louça, cristal de rocha, magnetita, rutilo, ouro (veio e aluvião), barita e gêsso.

A indústria é representada por 9 estabelecimentos industriais. Êsses estabelecimentos ocupavam, em 1955, 26 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 539 milhares de cruzeiros.

Pôsto de Saúde Estadual

Em 1955, São João do Sabugi produziu 360 toneladas de cal viva, no valor de 135 milhares de cruzeiros.

Vista parcial do município

MEIOS DE TRANSPORTE — O município conta exclusivamente com rodovias. Liga-se às seguintes cidades: 1) Caicó — 42 quilômetros; 2) Santa Luzia (PB) — 59 quilômetros; 3) São Mamede (PB) — 36 quilômetros; 4) Serra Negra do Norte — 29 quilômetros; 5) Patos (PB) — 60 quilômetros; 6) Natal, via Ouro Branco — 300 quilômetros; via Caicó — 342 quilômetros.

Grupo Escolar Senador José Bernardo

COMÉRCIO — O comércio firma-se principalmente na exportação do algodão. O intercâmbio comercial se faz sobretudo com as praças de Natal e Campina Grande.

Cadeia Pública Municipal

Em 1956, havia 3 estabelecimentos comerciais atacadistas, 152 varejistas e uma cooperativa agrícola.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 42%, quota observada naquele ano, calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais.

Ensino — Em 1956, havia 19 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	702	664	673
Tributária	107	107	112
Despesa fixada	498	551	673
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	656	704	1 055
Tributária	100	122	164
Despesa realizada	442	729	1 168

SÃO JOSÉ DE MIPIBU — RN

Mapa Municipal no 4.° Vol.

HISTÓRICO — Aldeamento dos mais antigos e mais populosos da Capitania do Rio Grande do Norte, citado abundantemente no século XVII.

Já no relatório do bragantino Adriano Werdouche, em 20 de maio de 1630, constava que "existiam na Capitania cinco ou seis aldeias, que reunidas podiam contar de 700 a 750 índios flecheiros e a principal era chamada Mopebu".

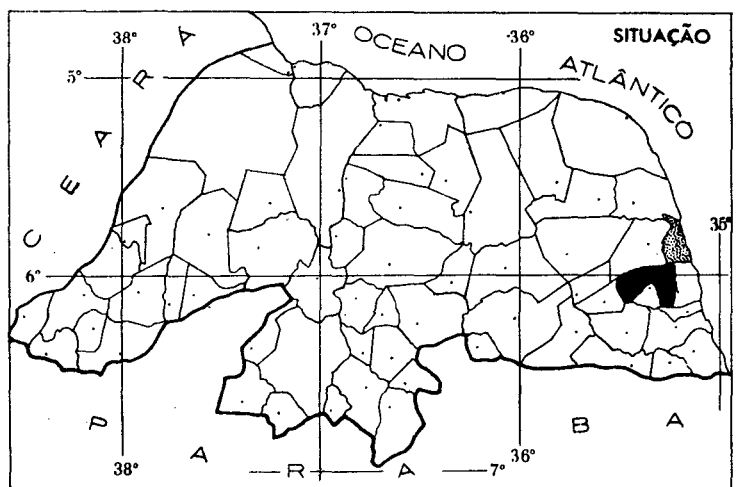
Em carta de 22 de janeiro de 1689, o Senado da Câmara de Natal pedia ao Bispo de Pernambuco um Padre, informando que "nesta Capitania há uma paragem em o meio dela a que chamavam Mopebu donde há uma Capela em que se administravam os sacramentos aos moradores desta Ribeira", o que denunciava uma vida social já em vias de organização.

No final do século XVII, o aldeamento habitado pelos índios tupis e provàvelmente pelos cariris foi entregue aos Frades Capuchinhos, que ali se conservaram até 1762. Nesse ano, com a instalação da vila de São José do Rio Grande, termina a assistência dos Capuchinhos, entregues os indígenas aos seus próprios cuidados e à ganância dos administradores civis que dilapidam o patrimônio dado pelo Rei aos aborígines.

O município foi criado pelo Alvará de 3 de maio de 1758, confirmado pela Carta Régia de 14 de setembro de 1758 e instalado em 22 de fevereiro de 1762 com predicamento de vila de São José do Rio Grande, designação provinda de pequeno rio que atravessava a aldeia. O nome da vila também prestava homenagem, além de São José, ao príncipe D. José Francisco Xavier, filho da futura rainha D. Maria I, e a El-rei D. José.

Pela Lei provincial n.° 125, de 16 de outubro de 1845, São José recebeu foros de cidade; pela Lei de 17 de julho de 1855 viria a denominar-se "Cidade de Mipibu".

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.° de janeiro de 1958, o município é constituído dos distritos de São José de Mipibu, Lagoa Salgada e Vera Cruz.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Litoral do Estado. A sede municipal, que dista 35 quilômetros em linha reta de Natal — direção 6° 51' S.O. — tem as seguintes coordenadas geográficas: 6° 04' 24" de latitude Sul e 35° 14' 18" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 50 metros.

CLIMA — Ameno e salubre, o clima local.

ÁREA — A área do município mede 397 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950, São José de Mipibu registrou 35 265 habitantes, dos quais 17 564 homens e 17 701 mulheres. Os 87% da população localizavam-se no quadro rural. Posteriormente, o município sofreu desmembramento dos distritos de Boa Saúde e Monte Alegre, que contavam, na data do Censo, 8 040 e 7 078 habitantes, respectivamente.

Aglomerações urbanas — Existe uma aglomeração urbana — a do distrito-sede —, com 2 897 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

Cruzeiro assinalando a entrada do Século XX

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária congregam o maior número de pessoas ativas. As lavouras de maior vulto são as da cana-de-açúcar, batata-doce, mandioca, feijão e algodão.

Em 1955, o valor da safra municipal atingiu 26 429 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Batata-doce	Tonelada	9 000	7 200
Cana-de-açúcar	»	37 200	6 696
Banana	Cacho	400 000	5 200
Mandioca	Tonelada	3 100	2 170
Feijão	Saco de 60 kg	6 000	1 320
Algodão	Tonelada	120	800
Agave	»	180	720

Além dos produtos especificados, o município produz ainda milho e grande variedade de frutos, tais como abacate, abacaxi, laranja, manga, etc.

A pecuária constitui modesta atividade da população local. Em 1956, assim estavam discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	6 000	13 200
Eqüinos	600	600
Asininos	400	200
Muares	700	280
Suínos	3 000	2 100
Ovinos	3 000	750
Caprinos	3.000	750

A indústria é representada por 22 estabelecimentos industriais. Êsses estabelecimentos ocupavam, em 1955, 314 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 1 276 milhares de cruzeiros.

A indústria de açúcar mascavo, rapadura e aguardente é a característica do município, embora também se produza, em certa escala, farinha de mandioca.

Em 1956, havia seis engenhos produtores de rapadura e aguardente.

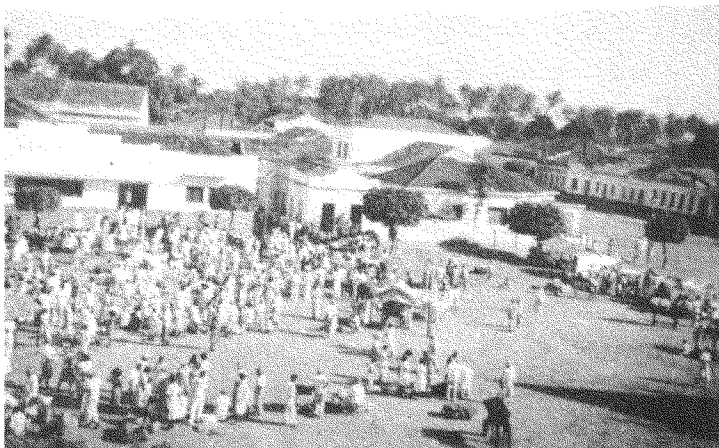
MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por ferrovia e rodovias. A Estrada de Ferro Sampaio Correia, pela qual se liga a Natal e aos municípios da zona sul do Estado, mantém trens diários entre a capital estadual e São José de Mipibu.

A sede municipal comunica-se com os principais centros econômicos e com os municípios de Monte Alegre, Januário Cicco, Nísia Floresta, Arês e Goianinha. São José de Mipibu dista 39 quilômetros de Natal, por estrada de rodagem.

COMÉRCIO — As maiores transações comerciais giram em tôrno dos produtos da indústria da cana-de-açúcar, principalmente de aguardente. O algodão e cereais dão margem, também, a algum movimento mercantil.

Em 1956, havia 73 estabelecimentos comerciais varejistas (53 na sede municipal) e uma cooperativa agropecuária.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 15%, quota observada naquele ano, calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais.

Ensino — Em 1955, havia 18 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

Aspecto de um dia de feira no município

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	915	915	982
Tributária	245	245	253
Despesa fixada	915	915	972
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	738	863	1 285
Tributária	132	181	228
Despesa realizada	794	807	1 309

SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

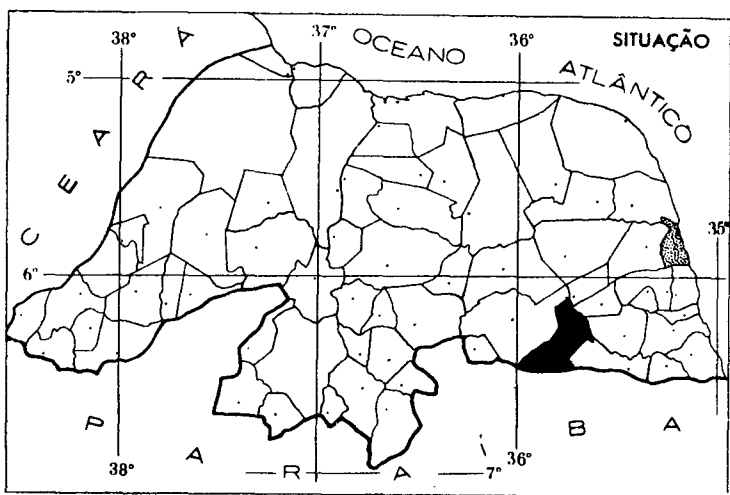
HISTÓRICO — Trata-se de antigo distrito de Campestre, pertencente ao município de Nova Cruz. Pelo Decreto-lei estadual n.º 268, de 30 de dezembro de 1943, passou a denominar-se São José do Campestre.

O município foi criado pela Lei estadual n.º 146, de 23 de dezembro de 1948. Em 1954 perdeu uma pequena faixa de sua área, que passou a integrar o município de Serra Caiada, criado a 24 de novembro de 1953.

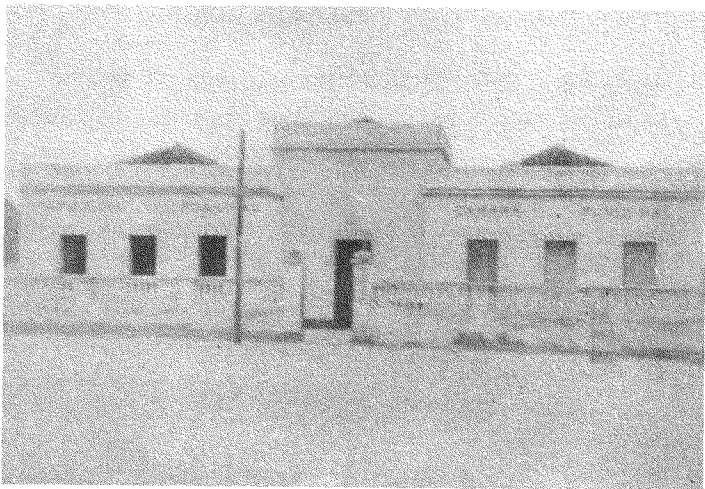
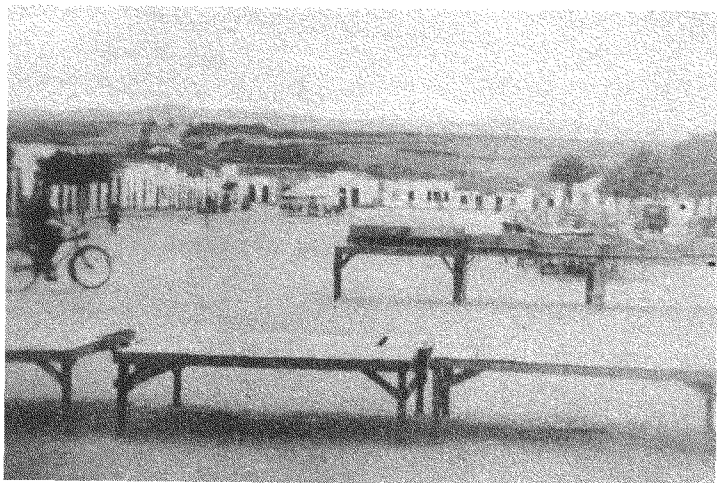
Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de dois distritos: São José do Campestre e Japi.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Agreste e a sede dista, em linha reta, 82 quilômetros da Capital do Estado — Direção — 42° 46' S.O. As coordenadas geográficas são: 6° 18' de latitude Sul e 35° 42' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 175 m.

CLIMA — Na região o clima é salubre; quente e sêco no verão e ameno no inverno.

ÁREA — A área do município soma 689 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950 o município contava 12 837 habitantes — 6 297 homens e 6 540 mulheres. Localizam-se no quadro rural 87% de sua população. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 15 834 habitantes.

Prefeitura e Câmara Municipais

Vista parcial da Rua do Comércio

Aglomerações urbanas — Existem duas aglomerações urbanas — a cidade e uma vila. A sede municipal conta, segundo elementos do Censo de 1950, 1 724 habitantes. O distrito de Japi foi criado em 1953.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo o Recenseamento de 1950, 95% da população econômicamente ativa concentrava-se no ramo agropecuário.

Em 1955 as principais culturas agrícolas foram as seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Feijão	Saco de 60 kg	60 000	15 000
Algodão	Tonelada	1 418	7 695
Agave	»	390	1 755
Milho	Saco de 60 kg	4 000	600
Fava	»	3 000	540

Sede do Clube Recreativo Municipal

Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	15 800	71 100
Eqüinos	1 400	3 500
Asininos	1 200	960
Muares	580	1 450
Suínos	2 200	2 200
Ovinos	2 300	920
Caprinos	2 000	800

Igreja-Matriz Municipal

A produção de origem animal apresentou, em 1955, as seguintes cifras: carne verde de bovino — 13 095 kg; carne verde de suíno — 7 770 kg; toicinho fresco — 5 550 kg; carne verde de ovino e caprino — 16 534 kg; couro salgado de gado bovino — 1 940 kg; pele sêca de ovino e caprino — 898 kg. O valor total dessa produção foi de 987 milhares de cruzeiros.

Indústria — O Registro Industrial de 1955 informa que existiam 4 estabelecimentos industriais, nos quais trabalhavam 14 pessoas e cujo valor da produção foi de 643 milhares de cruzeiros.

Rua Presidente Vargas

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado por estrada de rodagem à capital do Estado (108 km) e aos municípios vizinhos: Nova Cruz, Santa Cruz e Santo Antônio.

COMÉRCIO — Conta o município com uma cooperativa de crédito, 1 estabelecimento de comércio atacadista e 35 de comércio varejista.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento de 1950, 20% das pessoas presentes de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — Em 1956, funcionavam no município 21 unidades de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	672	755	855
Tributária	141	141	173
Despesa fixada	672	755	855
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	633	724	1 100
Tributária	70	99	116
Despesa realizada	880	759	1 090

SÃO MIGUEL — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

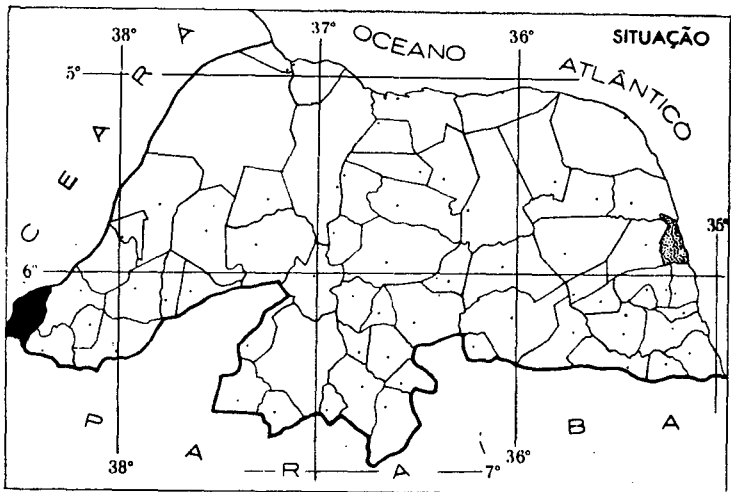
HISTÓRICO — A primeira penetração no território que hoje constitui o município de São Miguel foi feita por José Antônio de Carvalho, oriundo de Icó, que descobriu as lagoas de São João e do Cedro, esta a 29 de setembro de 1750, dia consagrado a São Miguel.

Ali se estabelecendo, José Antônio construiu residência, em tôrno da qual se formou o primeiro núcleo de habitações. O povoamento do município foi conseqüência do ciclo dos currais de Apodi, Portalegre e Pau dos Ferros.

O município foi criado pela Lei estadual n.º 776, de 11 de dezembro de 1876, com território desmembrado de Pau dos Ferros.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído dos distritos de São Miguel, Coronel João Pessoa e Doutor Severiano.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica Serrana e a sede dista, em linha reta, 369 km da Capital do Estado — Direção 82° 13' S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 6° 12' 52" de latitude Sul e 38° 30' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 715 m.

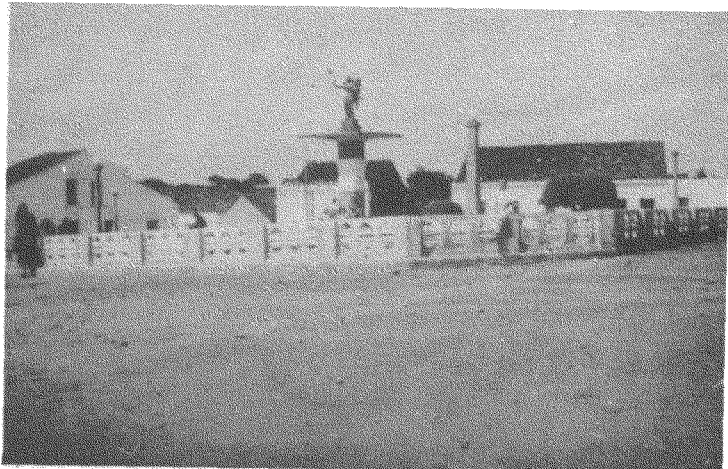
CLIMA — Clima salubre tem São Miguel. Ameno no verão e frio no inverno. A temperatura em graus centígrados varia entre 20 e 30.

ÁREA — A área do município é de 402 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950 o município registrou 15 720 habitantes — 7 772 homens e 7 948 mulheres. Localizam-se no quadro rural 91% de sua população. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 19 020 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existem 3 aglomerações urbanas — a cidade e duas vilas. O Censo de 1950 fornece apenas a população da cidade de São Miguel — 1 303 habitantes. Os distritos de Coronel João Pessoa e Doutor Severiano foram criados em 1953.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Consoante o Recenseamento de 1950, 94% da população econômicamente ativa concentrava-se no ramo agropecuário.

Dotado de terras férteis, o município tem na agricultura sua maior fonte de riqueza.

Passeio Público Municipal

Igreja-Matriz de São Miguel

Em 1955 os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	3 105	20 700
Milho	Saco de 60 kg	144 000	14 400
Feijão	»	23 400	3 276
Cana-de-açúcar	Tonelada	17 680	2 652
Arroz	Saco de 60 kg	7 500	1 875

O município produziu ainda nesse ano amendoim, banana, batata-doce, côco-da-baía, fava, fumo, laranja, mandioca e manga. O valor total de tôda a produção agrícola foi 45 milhões de cruzeiros.

A pecuária é inexpressiva, destacando-se apenas a criação de suínos. Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	2 000	4 000
Eqüinos	1 600	3 200
Asininos	1 600	640
Muares	1 300	3 900
Suínos	15 000	4 500
Ovinos	2 300	276
Caprinos	3 500	420

Indústria — Segundo elementos do Registro Industrial, contava o município, em 1955, com 88 estabelecimentos industriais, incluídas as pequenas indústrias rurais (fabricação de aguardente, rapadura e farinha de mandioca) nas quais trabalhavam 1 052 pessoas e cujo valor da produção foi de 1 731 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se aos congêneres vizinhos e à Capital do Estado por estrada de

rodagem: 1. Luís Gomes (48 km); 2. Pau dos Ferros (42 km); 3. Natal (496 km).

COMÉRCIO — A principal praça comercial com a qual São Miguel mantém transação é a de Mossoró. Existem no município 1 estabelecimento de comércio atacadista e 90 firmas de comércio varejista.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 24% das pessoas de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — Ministram ensino primário fundamental comum às crianças 53 unidades escolares.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças municipais atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	722	692	757
Tributária	137	137	161
Despesa fixada	722	692	757
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	656	828	1 210
Tributária	100	232	235
Despesa realizada	720	693	1 159

SÃO PAULO DO POTENGI — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — No comêço dêste século existia, à margem esquerda do Potengi, o povoado de Juremal, importante centro comercial, pertencente ao antigo município de São Gonçalo. No inverno de 1909, uma enchente ameaçou inundar a povoação, e o maior comerciante do lugar, Bento Urbano de Araújo, resolveu mudar-se para a outra margem, levando consigo outros habitantes de Juremal.

A idéia da mudança, entretanto, foi combatida por Avelino Pinheiro Borges, chefe político do povoado, uma vez que o local escolhido pelos habitantes de Juremal pertencia ao município de Macaíba.

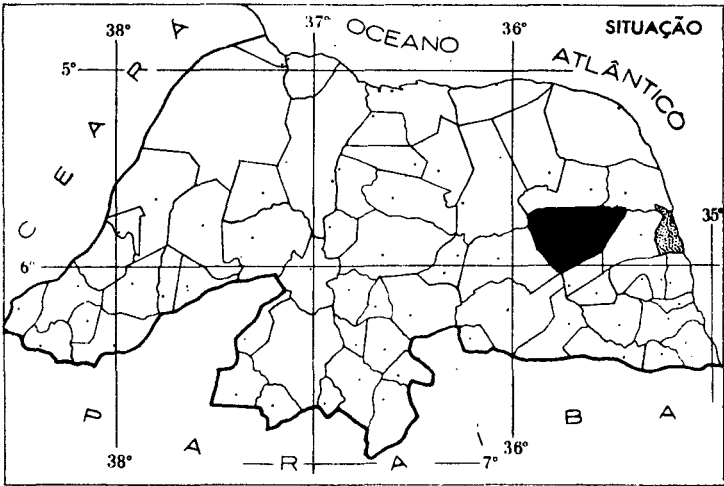
A mudança efetuou-se e a nova povoação foi localizada em terras do coronel Maurício Freire, que muito trabalhou para seu progresso.

Nessa época o chefe político do município de São Gonçalo, Estêvão Rapouso Moura da Câmara, descontente com a mudança, quis manter em pé o povoado Juremal, conservando sua feira, que durou ainda 12 anos. Mas no lado oposto do rio uma outra feira se desenvolveu ràpidamente, fazendo desaparecer lentamente a de Juremal.

O Distrito de São Paulo do Potengi foi criado pelo Decreto Estadual n.º 603, de 31 de outubro de 1938.

O Decreto-lei estadual n.º 268, de 30 de dezembro de 1943, criou o município, com território desmembrado do de Macaíba e do extinto município de São Gonçalo, quando sua sede foi elevada à categoria de cidade. A instalação ocorreu a 1.º de janeiro de 1944.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Agreste e a sede dista, em linha reta, 64 km da Capital do Estado — Direção — 75° 47' S.O. As coordenadas geográficas são: 5° 54' de latitude Sul e 35° 46' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

CLIMA — Salubre é o clima local; quente e sêco no verão e ameno no inverno. Temperatura média anual, em graus centígrados: 28. Precipitação anual: 500 mm.

ÁREA — A área do município é de 1 235 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Quando do Recenseamento de 1950, havia no município 24 192 habitantes — 12 026 homens e 12 166 mulheres. Localizavam-se no quadro rural 94%

Igreja-Matriz Municipal

da população. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 27 109 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana — a da sede —, com 1 358 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No Recenseamento de 1950, 95% da população econômicamente ativa concentrava-se no ramo agricultura e pecuária.

Em 1955 os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	2 076	16 464
Mandioca	»	14 200	4 544
Milho	Saco de 60 kg	19 900	2 388
Agave	Tonelada	480	1 920
Batata-doce	»	2 000	1 600

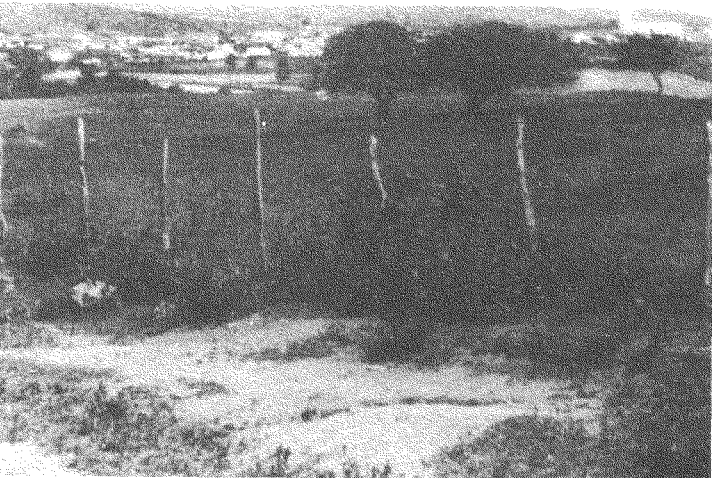
As condições gerais do desenvolvimento da pecuária são animadoras e sua integração na economia de São Paulo do Potengi tem-se processado ascensionalmente.

Em 31 de dezembro de 1956 estavam assim discriminados seus rebanhos:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	14 000	56 000
Eqüinos	1 400	2 800
Asininos	780	390
Muares	570	1 140
Suínos	3 200	3 840
Ovinos	7 600	2 280
Caprinos	7 000	2 100

A produção de origem animal apresentou, em 1955, as seguintes cifras: carne verde de bovino — 172 260 kg; carne verde de suíno — 45 500 kg; carne verde de ovino e caprino — 27 178 kg; toicinho fresco — 32 500 kg; couro sêco de gado bovino — 14 036 kg; pele sêca de ovino e caprino — 1 492 kg. O valor total dessa produção foi de 8 milhões de cruzeiros.

Indústria — O Registro Industrial de 1955 informa que existiam no município 6 estabelecimentos industriais, nos quais trabalhavam 38 pessoas e cujo valor da produção foi de 264 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: 1) Ceará-Mirim — rodovia (82 km); 2) Macaíba — rodovia (52 km); 3) São Tomé — rodovia (60 km); 4) Natal — rodovia (72 km).

Vista geral da cidade, tomada de ângulo distante

Feira-livre no povoado São Pedro

COMÉRCIO — Conta o município com 92 estabelecimentos de comércio varejista.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, 21% das pessoas presentes de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — Ministram ensino primário fundamental comum à população infantil 30 escolas.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

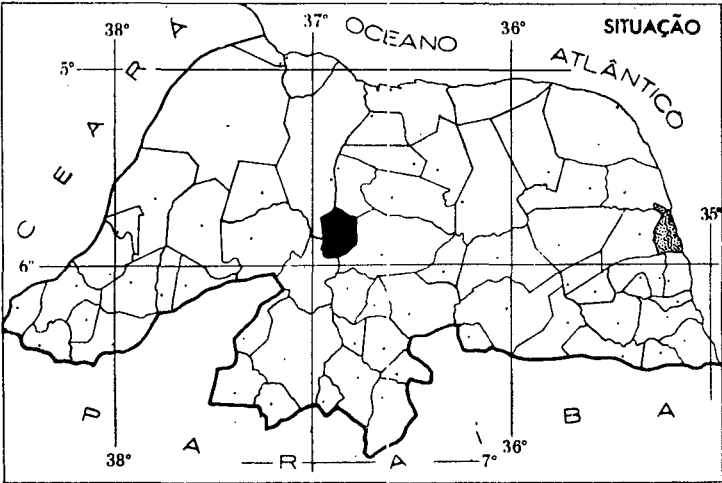
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	1 144	1 244	1 181
Tributária	163	163	240
Despesa fixada	1 142	1 244	1 181
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	738	813	1 276
Tributária	148	140	254
Despesa realizada	791	860	1 025

SÃO RAFAEL — RN

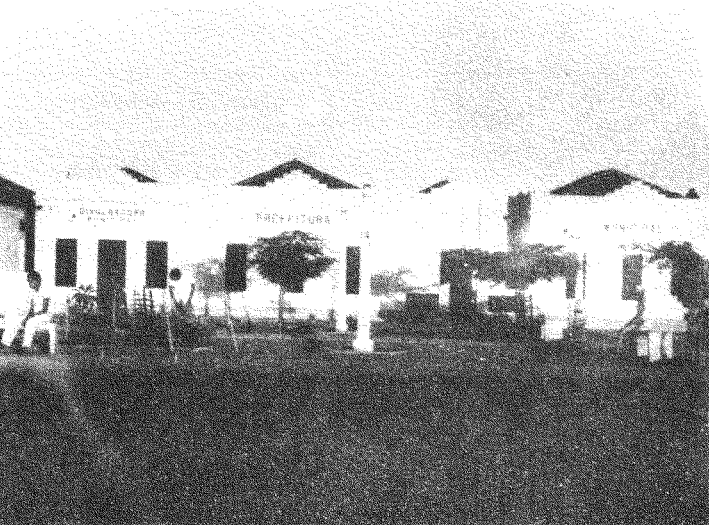
Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — O mais antigo proprietário de terras na região que hoje constitui o município de São Rafael foi o capitão João Francisco da Costa, que ali já estava estabelecido no ano de 1765. De início, a povoação denominava-se Caiçara, designação modificada para São Rafael por Frei Serafim de Catânia, fato êste ocorrido entre os anos de 1840 e 1850. O topônimo Caiçara figurava, no entanto, na Lei n.° 381, de 16 de agôsto de 1858, que estabelecia na localidade uma escola primária. O município foi criado pela Lei estadual n.° 146, de 23 de dezembro de 1948, com território desmembrado de Santana do Matos. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.° de janeiro de 1958, São Rafael é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica Centro-Norte e a sede dista, em linha reta, 191 km

da capital do Estado, na direção de 88° 46' S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 5° 48' de latitude Sul e 36° 56' de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

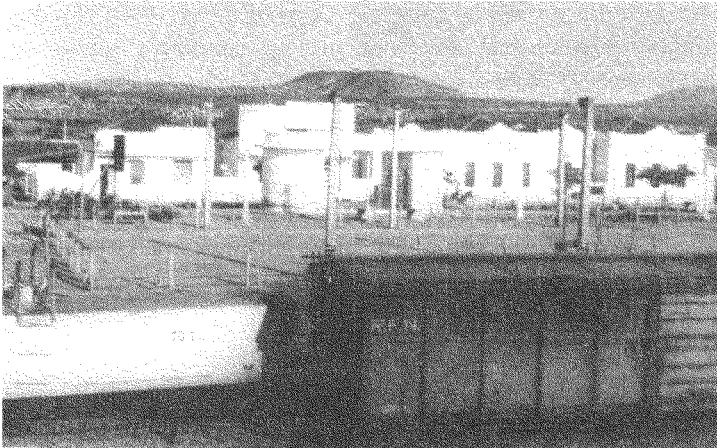
CLIMA — São Rafael tem clima salubre, quente e sêco.

ÁREA — A área do município é de 537 quilômetros quadrados.

Prefeitura e Divulgadora Municipais

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, o município registrou 6 390 habitantes (3 092 homens e 3 298 mulheres). Localizavam-se no quadro rural 88% da população. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 7 906 habitantes.

Grupo Escolar Tristão de Barros

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana — a da sede — com 758 habitantes.

Praça Governador Dix-Sept Rosado

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, das pessoas econômicamente ativas, 92% concentravam-se no ramo agropecuário. Em 1955, os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	857	6 852
Batata-doce	»	2 500	1 250
Feijão	Saco de 60 kg	1 050	315

O município produziu ainda, nesse ano, arroz, banana, côco-da-baía, manga, melancia, melão e milho. O valor total da produção agrícola foi de 9 milhões de cruzeiros. Em 31 de dezembro de 1956, estavam assim discriminados os rebanhos do município:

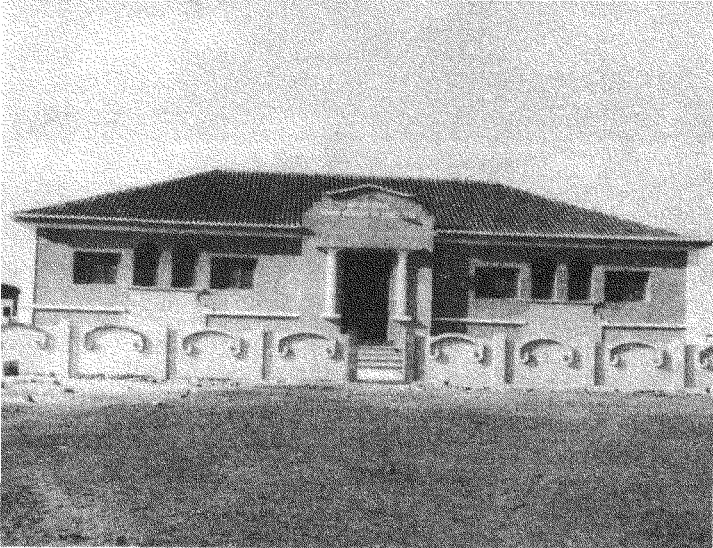
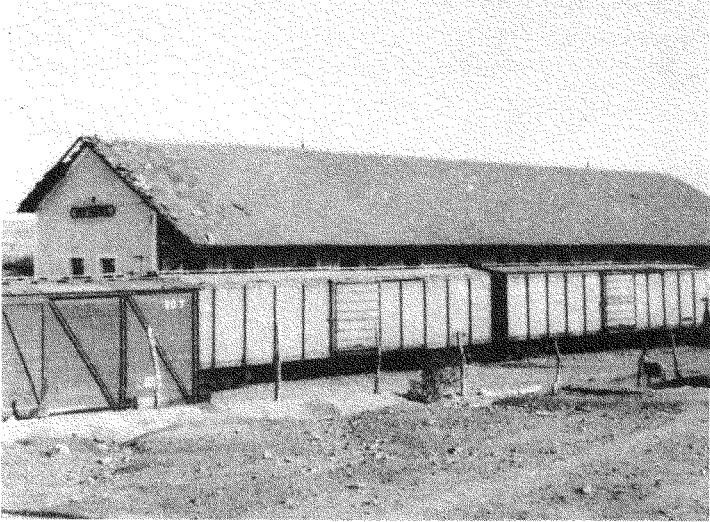
POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	4 500	13 500
Eqüinos	900	1 800
Asininos	1 700	680
Muares	700	1 400
Suínos	1 800	450
Ovinos	6 500	1 625
Caprinos	7 000	1 400

A produção de origem animal apresentou, em 1955, as seguintes cifras: carne verde de bovino — 40 365 kg; carne verde de suíno — 11 095 kg; toicinho fresco — 7 925 quilogramas; carne verde de ovino e caprino — 14 430 kg; couro salgado de gado bovino — 5 980 kg; pele sêca de ovino e caprino — 782 kg. O valor total dessa produção foi de 2 177 milhares de cruzeiros.

Indústria — Segundo elementos do Registro Industrial, em 1955 existiam no município 3 estabelecimentos industriais, em que trabalhavam 13 pessoas, atingindo o valor de sua produção 718 milhares de cruzeiros.

Indústria extrativa — A indústria extrativa mineral é representada pela xilita, cuja produção, em 1955, foi de 20 000 quilogramas, valendo 1 600 milhares de cruzeiros. Existem ainda jazidas de areias monazíticas e mármore. A indústria extrativa vegetal é constituída de oiticica e cêra de carnaúba. Em 1955, foram extraídos 30 000 kg de oiticica e 12 000 de cêra de carnaúba, no valor total de 400 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Sampaio Correia e liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: 1. Açu — rodovia (28 km); 2. Ipanguaçu — rodovia (36 km); 3. Jucurutu — rodovia (44 km); 4. Santana do Matos — rodovia (54 km); 5. Natal — rodovia (276 km) — ferrovia (239 km).

COMÉRCIO — Conta o município com 28 estabelecimentos de comércio varejista.

Maternidade N.S.ª da Conceição

Estação da Rêde Ferroviária do Nordeste

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, das pessoas presentes de 10 anos e mais, 30% sabem ler e escrever.

Ensino — Nove unidades escolares, em 1956, ministravam às crianças ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-56, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1959
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	700	700	712
Tributária	125	125	138
Despesa fixada	647	647	712
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	670	655	1 012
Tributária	100	115	140
Despesa realizada	688	742	1 211

SÃO TOMÉ — RN

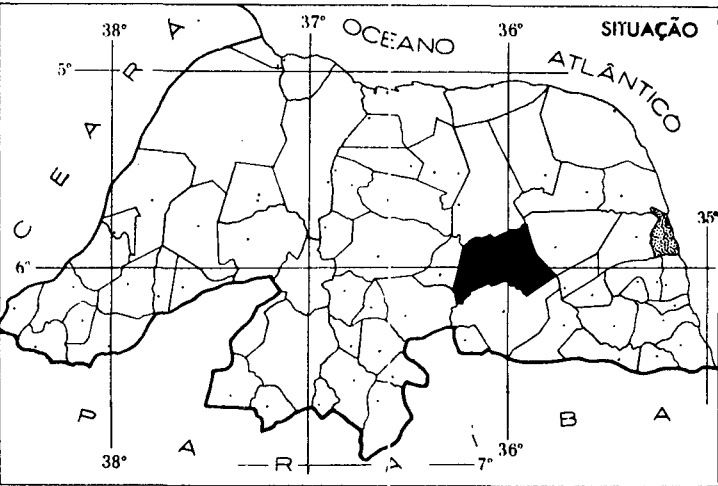
Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O primeiro habitante do atual município de São Tomé foi Francisco Diniz da Penha, que em 1736 requereu e obteve do Governador da Província do Rio Grande do Norte, capitão-mor João Teyne Barreto de Menezes, a Carta de data e sesmaria do Pica-Pau, de 10 de janeiro daquele ano. De posse da data, tratou Francisco Diniz da Penha de edificar sua fazenda de criação de gado, construindo as primeiras casas, cercando pastagens e estabelecendo as primeiras culturas.

Em fins do século XVIII, a Fazenda Barra, em cujas terras nasceu o povoado de São Tomé, pertencia ao coronel Francisco de Araújo Correia. Por volta de 1890, tal povoado tinha uma casa comercial, à margem direita do rio Potengi, pertencente a Tomás de Moura Barbosa, e algumas casas. Chamava-se então Bodega, por causa do estabelecimento de seu fundador. Em 1894 foram construídos o cemitério e a capela.

O município foi criado pela Lei estadual n.º 698, de 29 de outubro de 1928, com territórios desmembrados dos

municípios de Santa Cruz, Currais Novos, Lages e Macaíba. A instalação ocorreu a 1.º de janeiro de 1929. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de dois distritos: São Tomé e Barcelona.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Agreste e a sede dista, em linha reta, 99 quilômetros da capital do Estado, na direção de 76° 37' S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 5° 58' 13" de latitude Sul e 36° 04' 19" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 175 metros.

CLIMA — Em São Tomé o clima é salubre; ameno e sêco no verão e frio no inverno. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 30; média das mínimas — 26.

ÁREA — A área do município é de 1 465 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, o município contava com 17 850 habitantes (8 829 homens e 9 021 mulheres). Localizam-se no quadro rural 89% da população.

Aglomerações urbanas — Existem duas aglomerações urbanas — a cidade e uma vila —, com os seguintes efetivos de população: São Tomé — 1 235; Barcelona — 654 habitantes.

Vista geral da cidade

Vista parcial da cidade

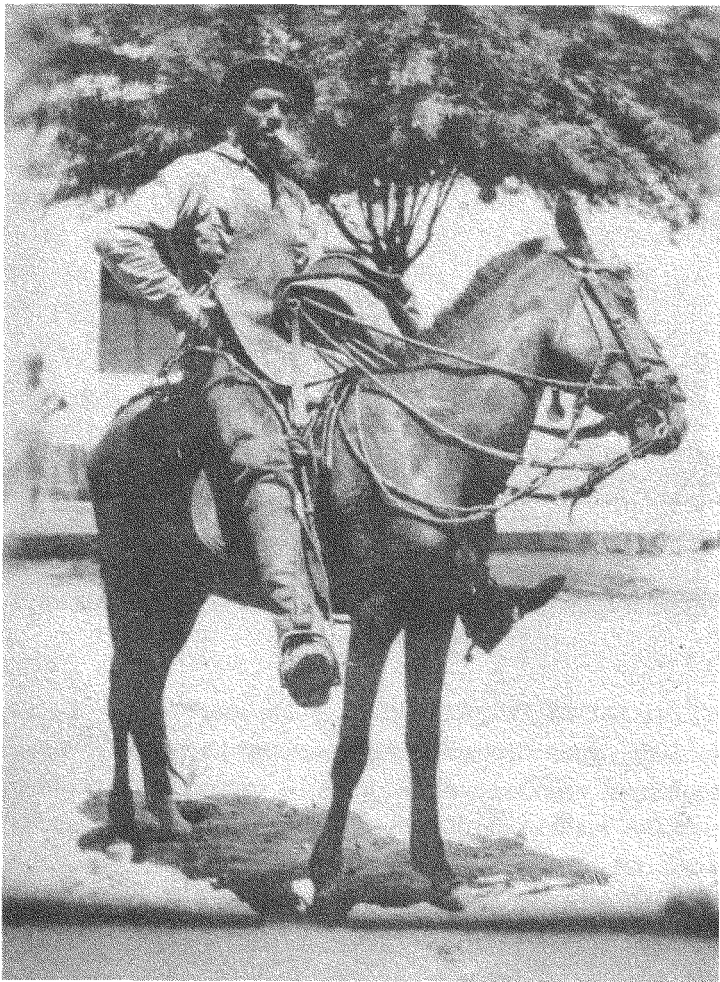
ATIVIDADES ECONÔMICAS — De acôrdo com o Censo de 1950, concentravam-se no ramo agropecuário, 95% da população econômicamente ativa. A produção agrícola é uma das maiores do Estado. O principal produto, algodão mocó, em 1955 representou 91% do total da produção agrícola, que foi, segundo a quantidade e o valor, a seguinte:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	4 883	48 120
Batata-doce	»	1 800	1 440
Milho	Saco de 60 kg	6 000	900
Feijão	» » » »	1 670	701
Outros	—	—	1 656

Em outros estão incluídos agave, arroz, banana, côco-da-baía, fava, laranja, mamona, mandioca, melancia, melão e tomate. A pecuária, ao lado da agricultura, muito contribui para a economia de São Tomé. Em 31 de dezembro de 1956, estavam assim discriminados seus rebanhos:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	20 400	81 600
Eqüinos	1 300	3 900
Asininos	2 300	3 450
Muares	1 000	4 000
Suínos	6 400	4 480
Ovinos	10 000	5 000
Caprinos	8 800	4 400

A produção de origem animal apresentou, em 1955, as seguintes cifras: carne verde de bovino — 185 760 quilogramas; carne verde de suíno — 44 590 quilogramas; toucinho fresco — 31 850 quilogramas; carne verde de ovino e caprino — 29 758 quilogramas; couro sêco e salgado de gado bovino — 23 749 quilogramas; pele sêca e salgada de ovino e caprino — 3 776 quilogramas. O valor total dessa produção foi de 9 milhões de cruzeiros.

Indústria extrativa — A indústria extrativa mineral vem sendo intensamente praticada no município, que possui grandes jazidas de berilo, columbita, mármore, mica, cal-

Vaqueiro, tipo característico da região

cário para cal e xilita. São os seguintes os dados disponíveis sôbre a produção extrativa mineral em 1955:

PRODUTOS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$ 1 000)
Xilita	64 000	5 120
Mármore	2 580 000	1 548
Columbita	3 600	1 080
Berilo	41 000	287

Em 1955 a produção de cal atingiu 1 320 000 quilogramas no valor de 924 milhares de cruzeiros.

Indústria — O Registro Industrial de 1955 informa que existiam 15 estabelecimentos industriais, em que trabalhavam 179 pessoas. Dentre êsses estabelecimentos destacam-se 3 de beneficiamento de algodão e um de agave.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: 1. Currais Novos — rodovia (96 quilômetros); 2. Lages — rodovia (44 quilômetros); 3. Macaíba — rodovia (80 quilômetros); 4. Santa Cruz — rodovia (37 quilômetros); 5. Natal — rodovia (101 quilômetros).

COMÉRCIO — A principal praça comercial para onde São Tomé exporta seus produtos agropecuários é Natal. Conta o município com 3 cooperativas agropecuárias.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, da população presente de 10 anos e mais, 18% sabem ler e escrever.

Ensino — São Tomé conta com 31 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum e 3 de alfabetização de adultos.

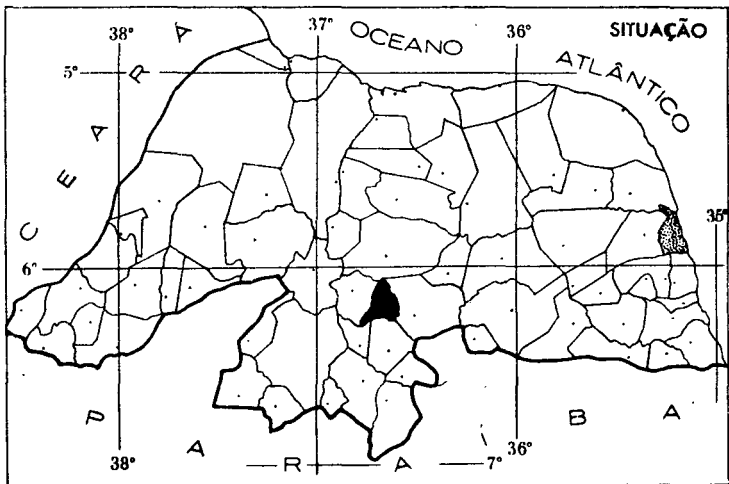
FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	970	1 086	1 086
Tributária	238	333	333
Despesa fixada	968	1 086	1 086
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	927	1 028	1 439
Tributária	250	282	392
Despesa realizada	1 011	795	1 165

SÃO VICENTE — RN

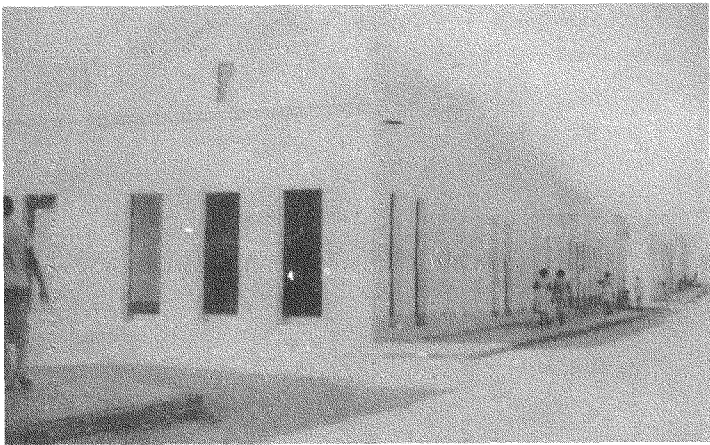
Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — Em 1756, Cosme de Abreu Maciel, o mais antigo povoador de Florânia, já possuía terras no Riacho da Luísa, antigo distrito de São Vicente. Até 11 de dezembro de 1953, São Vicente foi distrito de Florânia, quando passou a município por fôrça da Lei estadual n.° 1 030. O distrito foi criado pelo Decreto estadual n.° 603, de 31 de outubro de 1938, com o nome de São Vicente. Pelo Decreto-lei estadual n.° 268, de 30 de dezembro de 1943, o distrito passou a denominar-se Luísa, e pela Lei estadual n.° 146, de 23 de dezembro de 1948, voltou ao nome de São Vicente. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.° de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito — o da sede.

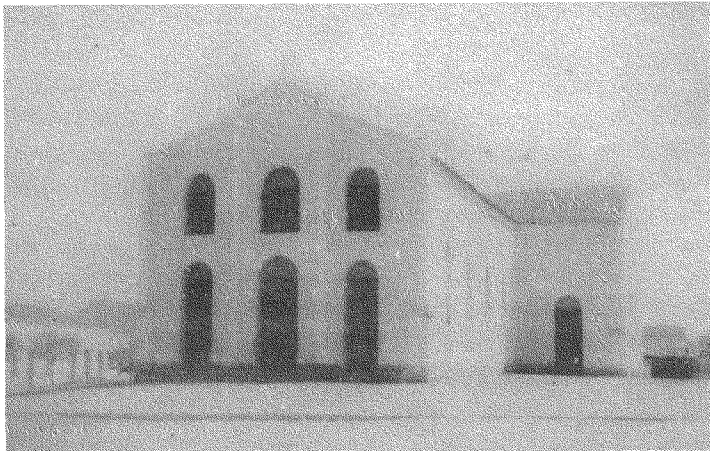
LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão do Seridó.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 210 metros.

CLIMA — Sêco, salubre, é o clima de São Vicente.

ÁREA — A área do município é de 197 quilômetros quadrados.

Prefeitura Municipal

POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento de 1950, pode-se afirmar que tinha São Vicente 3 636 habitantes, dos quais 1 767 homens e 1 869 mulheres. Localizavam-se no quadro rural 82% da população.

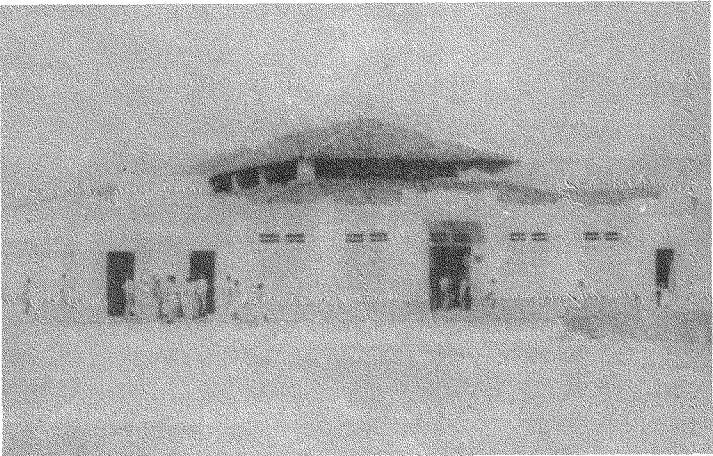
Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 3 741 habitantes.

Capela de São Vicente

Aglomerações urbanas — Existe uma aglomeração urbana — a do distrito-sede —, com 650 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária congregam o maior número de pessoas ativas. As

Pôsto Médico Municipal

lavouras de maior vulto são as do algodão e feijão, que concorreram, em 1955, com 88% do valor de tôdas as culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico. O valor da safra municipal, naquele ano, atingiu 6 829 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS CRLTURAS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	452	3 913
Feijão	Saco de 60 kg	9 000	2 070
Milho	»	1 600	179
Arroz	»	520	151
Agave	Tonelada	30	135

Mercado Público Municipal

O município produz ainda fava, mandioca, mamona e grande variedade de frutos. Quanto à pecuária assim estavam discriminados, em 1956, os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	3 200	16 000
Eqüinos	320	1 120
Asininos	2 600	1 170
Muares	1 300	6 500
Suínos	4 200	5 040
Ovinos	2 800	448
Caprinos	1 900	304

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado a Natal por 210 quilômetros de estrada de rodagem e, ainda, aos municípios de Currais Novos (27 quilômetros), Cruzeta (37 quilômetros) e Florânia (22 quilômetros).

COMÉRCIO — O comércio local firma-se principalmente na exportação do algodão.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 32%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

Emprêsa Elétrica Municipal

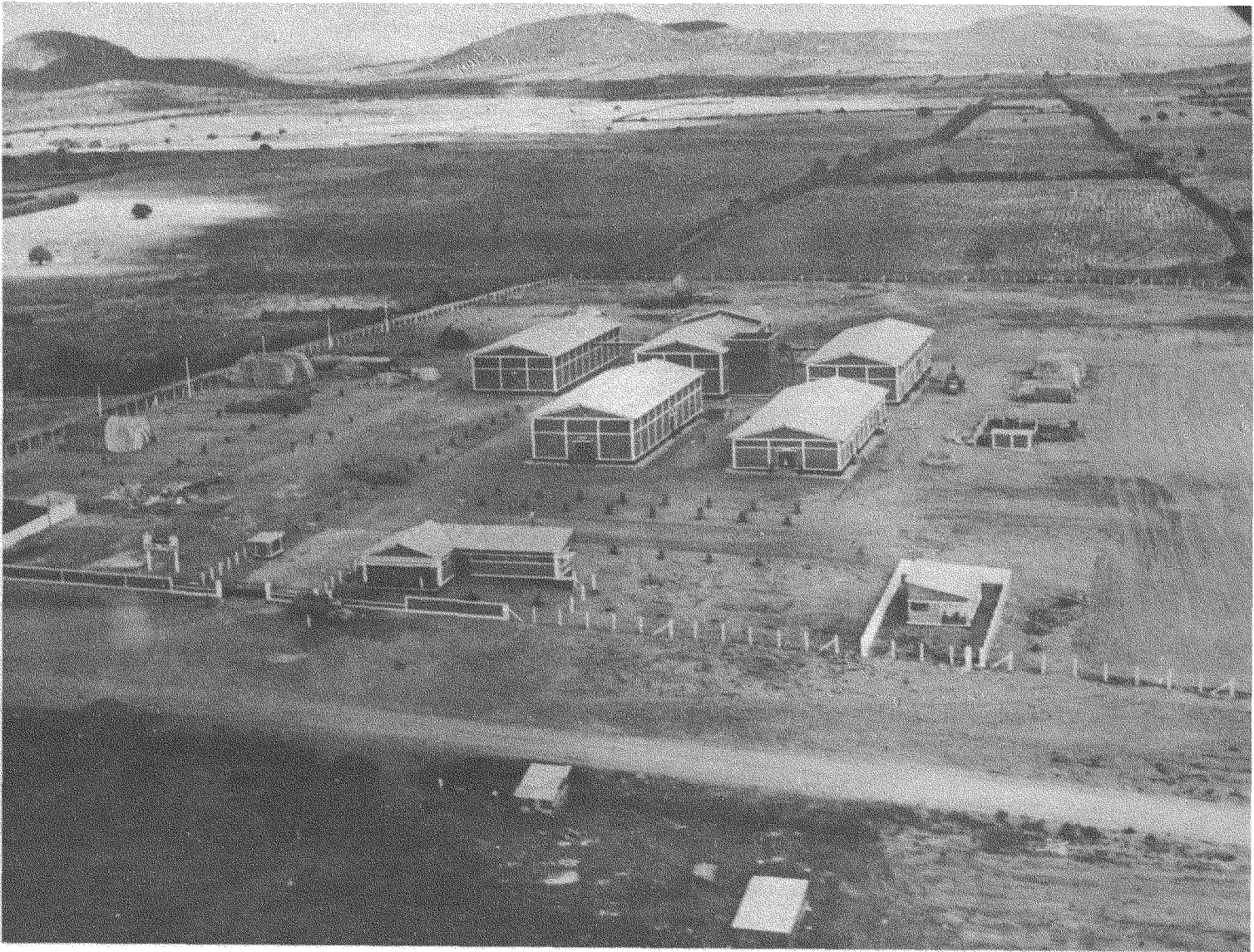
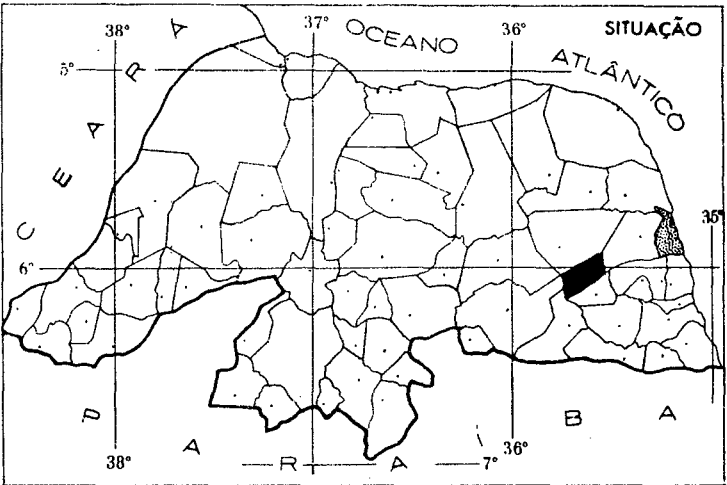
Ensino — Em 1956, havia 11 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	155	623	643
Tributária	85	86	75
Despesa fixada	155	623	643
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	582	609	784
Tributária	61	65	76
Despesa realizada	96	505	348

SERRA CAIADA — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O município foi criado pela Lei n.º 908, de 24 de novembro de 1953, com território desmembrado do município de Macaíba e, ainda, terras dos municípios de São José do Campestre e São José de Mipibu. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, Serra Caiada é constituída de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Agreste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente e salubre é o clima de Serra Caiada.

ÁREA — A área do município é de 217 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, o município contava com, aproximadamente, 11 527 habitantes no ano de 1957. Localizam-se no quadro rural 92% da população.

SANBRA — Usina de beneficiamento de algodão

Usina de Beneficiamento de algodão, pertencente a Anderson Clayton & Cia. Lt.da

Aglomerações urbanas — Existe uma aglomeração urbana — a do distrito-sede.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária congregam o maior número de pessoas ativas. A importância da primeira na economia local decorre principalmente do cultivo do algodão da variedade mocó, que concorreu, em 1955, com 43% do valor de tôdas as culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico. O valor da safra municipal, naquele ano, atingiu 9 849 milhares de cruzeiros, assim estando discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	758	4 242
Mandioca	»	3 440	2 672
Milho	Saco de 60 kg	8 000	960
Feijão	» » » »	3 280	656
Agave	Tonelada	140	560
Batata-doce	»	345	414

Quanto à pecuária, assim estavam discriminados, em 1956, os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	3 000	10 800
Eqüinos	700	1 190
Asininos	650	455
Muares	380	684
Suínos	950	807
Ovinos	750	412
Caprinos	1 100	605

A indústria é pouco desenvolvida e representada por 5 estabelecimentos que, em 1955, ocupavam 18 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 397 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado a Natal por 75 quilômetros de estrada de rodagem e, ainda, aos municípios vizinhos: São Paulo do Potengi (30 quilômetros), Macaíba (54 quilômetros), Januário Cicco (18 quilômetros), São José do Campestre (32 quilômetros), Santa Cruz (43 quilômetros).

COMÉRCIO — O comércio local firma-se principalmente na exportação do algodão.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 17%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

Ensino — Em 1956, havia 3 unidades escolares de ensino primário fundamental comum mantidas pelo Estado, duas mantidas por particulares, além de 8 cursos de alfabetização mantidos pela União.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

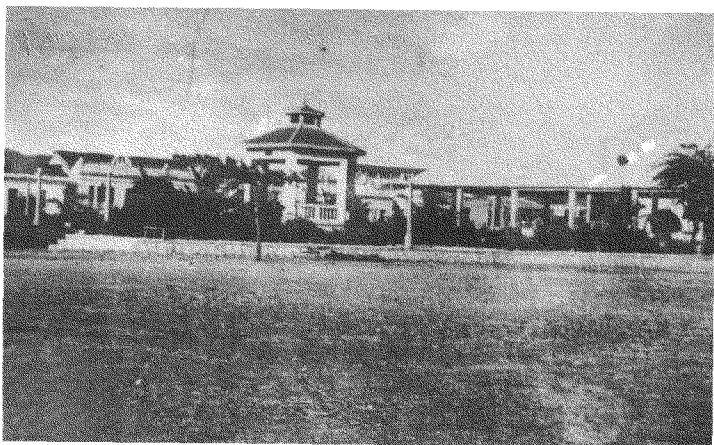
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	102	631	763
Tributária	90	90	91
Despesa fixada	102	631	763
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	93	719	888
Tributária	58	74	86
Despesa realizada	86	465	706

SERRA NEGRA DO NORTE — RN

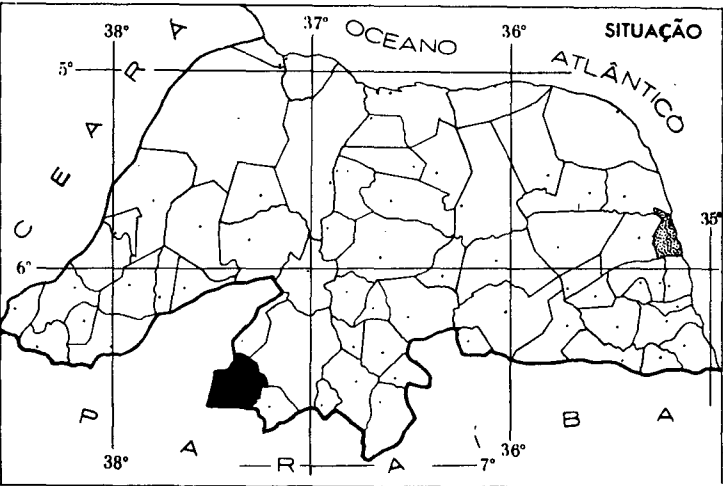
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo a tradição, o território que hoje constitui o município de Serra Negra do Norte era grande sesmaria, dada, em 1670, a João de Freitas da Cunha. Morrendo o sesmeiro, herdou-a o irmão, Domingos Freitas Cunha, que a vendeu a Manuel Barbosa de Freitas e êste a doou ao seu sobrinho Manuel Pereira Monteiro, fundador da povoação e grande agricultor e criador. Data de 1728 a presença de Manuel Pereira Monteiro no local onde hoje se ergue a cidade. Por iniciativa sua e de seus filhos, já se encontrava, em 1735, erigida a primeira capela. A 19 de janeiro de 1764, o capitão-mor Francisco Pereira Monteiro, da Fazenda Arapuá, autorizava o tabelião Antônio Gonçalves de Melo a lavrar uma escritura de doação de terra, em favor da capela de Nossa Senhora do Ó, que posteriormente foi erigida em outro local, mas sempre sob a mesma invocação.

O município foi criado pela Lei provincial n.º 688, de 3 de agôsto de 1874, com território desmembrado de Caicó, ocorrendo a instalação a 21 de maio de 1875. Pelo Decreto n.º 457, de 29 de março de 1938, adquiriu foros de cidade.

Vista parcial da cidade

Praça Dinarte Mariz

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1957, Serra Negra do Norte é constituída de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão do Seridó. A sede municipal, que dista 263 quilômetros em linha reta de Natal — direção de 67° 38' S.O. —, tem as seguintes coordenadas geográficas: 6° 38' 59" de latitude Sul e 37° 23' 58" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 160 metros.

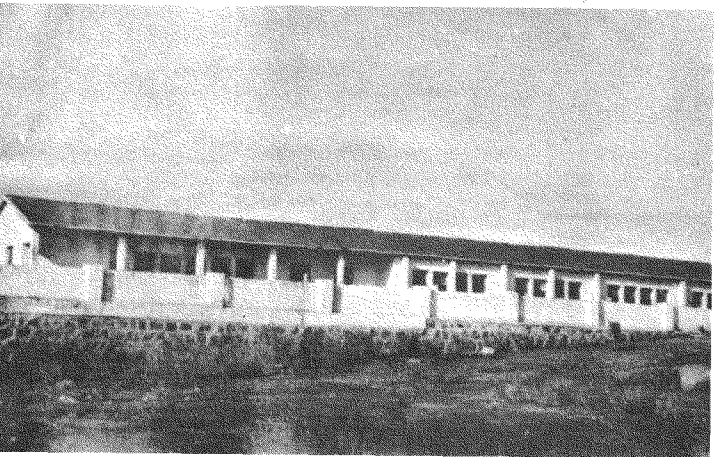
CLIMA — O clima local é quente, salubre.

ÁREA — A área do município é de 663 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, Serra Negra do Norte contava com 6 942 habitantes, dos quais 3 490 homens e 3 452 mulheres. De sua população, 87% localizavam-se no quadro rural.

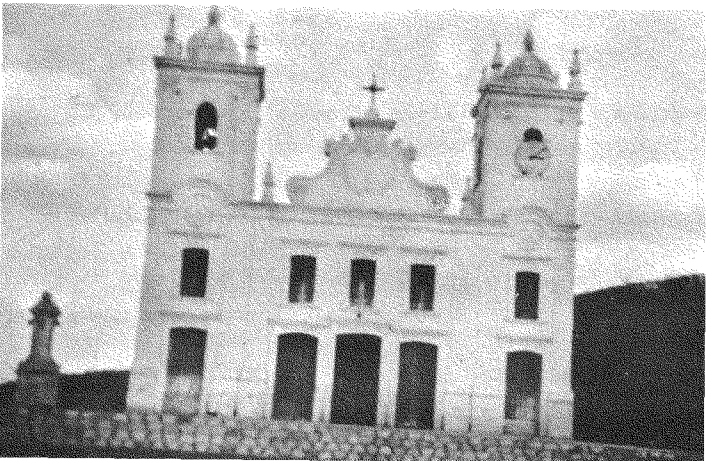
Aglomerações urbanas — Existe uma aglomeração urbana — a do distrito-sede, com 907 habitantes na data do Censo (quadros urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária congregam o maior número de pessoas ativas. A importância da agricultura na economia local decorre principalmente do cultivo do algodão da variedade mocó, que concorreu, em 1955, com 71% do valor de tôdas as culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico. O valor da safra municipal, naquele ano, atingiu 9 409 milhares de cruzeiros, estando assim discriminados os principais produtos:

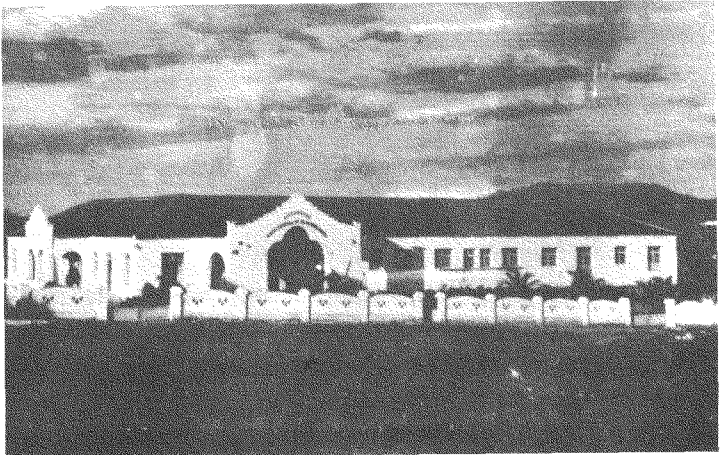
PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	720	6 696
Feijão	Saco de 60 kg	2 400	720
Arroz	» » » »	2 000	500
Batata-doce	Tonelada	665	479

Grupo Escolar C.el Mariz

Além dos produtos especificados, o município produz ainda cana-de-açúcar, mandioca e grande variedade de frutos. Quanto à pecuária, assim estavam discriminados, em 1956, os rebanhos de Serra Negra do Norte:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	7 900	23 700
Eqüinos	920	1 380
Asininos	900	270
Muares	850	1 700
Suínos	5 300	1 590
Ovinos	15 200	2 888
Caprinos	7 500	1 125

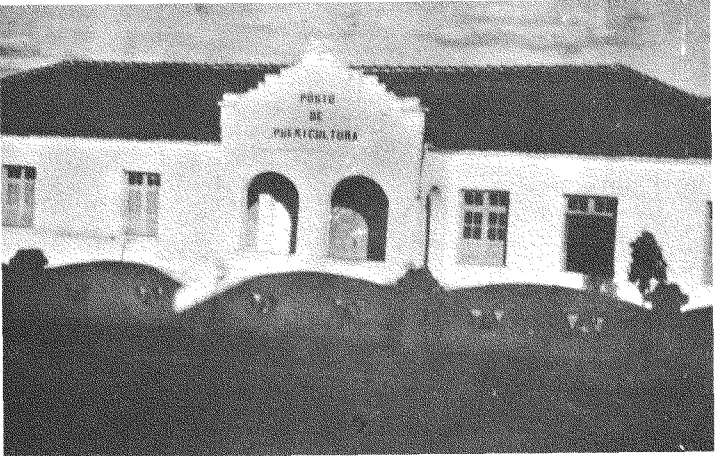
A extração de produtos minerais e vegetais constitui, também, fonte de renda da população local. Em 1955, extraíram-se 687 quilogramas de xilita no valor de 55 milhares de cruzeiros; 380 quilogramas de cêra de carnaúba e 11 toneladas de oiticica, no valor total de 26 milhares de cruzeiros. A indústria é representada por 24 estabelecimentos industriais, que, em 1955, ocupavam 111 operários e

Igreja-Matriz Municipal

apresentaram produção cujo valor atingiu 2 249 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado a Natal, via Caicó, por 336 quilômetros de estrada de rodagem. Comunica-se ainda por estradas de rodagem, com os municípios de Jardim de Piranhas (50 quilômetros), Caicó (55 quilômetros), São João do Sabugi (29 quilômetros), Patos (53 quilômetros), Pombal (60 quilômetros) e Brejo do Cruz (30 quilômetros), os três últimos no Estado da Paraíba.

Maternidade Maria Cândida de Medeiros Mariz

COMÉRCIO — O comércio firma-se principalmente na exportação do algodão, couros e peles. O intercâmbio comercial se faz, sobretudo, com as praças de Natal, Campina Grande e Recife. Em 1956, havia um estabelecimento comercial atacadista, 22 varejistas e uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Serra Negra do Norte contava, em 1954, com 27 logradouros públicos: 25 ruas, uma praça e uma travessa. A área urbana calçada a paralelepípedos correspondia a cêrca de 24%. O número de prédios existentes atingia 300, dos quais 151 localizavam-se na zona urbana e 149 na suburbana. Predominavam os prédios exclusivamente residenciais — 242. A cidade é servida de energia elétrica. Em 1956, a produção dessa energia atingiu 19 330 kW, assim distribuída: iluminação pública — 8 325, iluminação particular — 8 920.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Serra Negra do Norte conta com as seguintes instituicões de assistência: uma Maternidade, 1 Pôsto de Puericultura, 1 Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência, uma Farmácia. Um médico, 1 dentista e 2 farmacêuticos encontram-se no exercício da profissão.

Pôsto de Puericultura Dr. Manuel Vilaça

Açude Cacimbas, com a capacidade de 3 800 000 m^3

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 30%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

Ensino — Em 1956, havia 25 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	820	671	738
Tributária	62	105	102
Despesa fixada	820	671	738
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	606	716	994
Tributária	56	111	91
Despesa realizada	502	599	698

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade a Biblioteca Senador José Bernardo, inaugurada em 1941. É mantida pela Prefeitura, possuindo cêrca de 1 515 volumes catalogados.

FESTEJOS — As mais destacadas manifestações populares são de ordem religiosa e realizadas em homenagem à padroeira da cidade — Nossa Senhora do Ó. As celebrações verificam-se no período de setembro a novembro, variando de acôrdo com a marcha dos trabalhos da safra do algodão. Quando êsses trabalhos já se encontram em fase final, realiza-se a festa da padroeira, sempre em período de lua cheia, o que se explica pela necessidade de as estradas não se encontrarem às escuras.

De todos os pontos do município, bem como das cidades vizinhas acorrem então numerosas pessoas, que ali vão assistir a tôdas as celebrações.

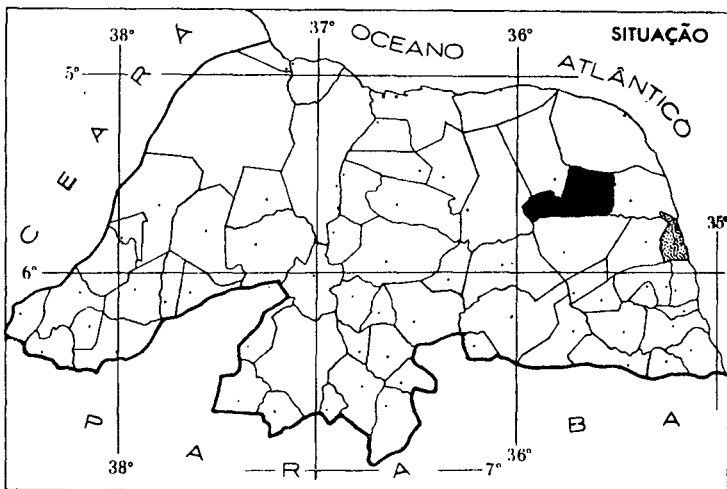
TAIPU — RN

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Foi esta uma das regiões mais densamente povoadas da Capitania do Rio Grande do Norte, em fins do século XVII. Em 1742, o território era denominado Taipu-Grande, e a população local, disseminada por grande número de propriedades rurais, dedicava-se ao cultivo de cereais.

O município foi criado pelo Decreto n.º 97, de 10 de março de 1891, com território desmembrado de Ceará-Mirim.

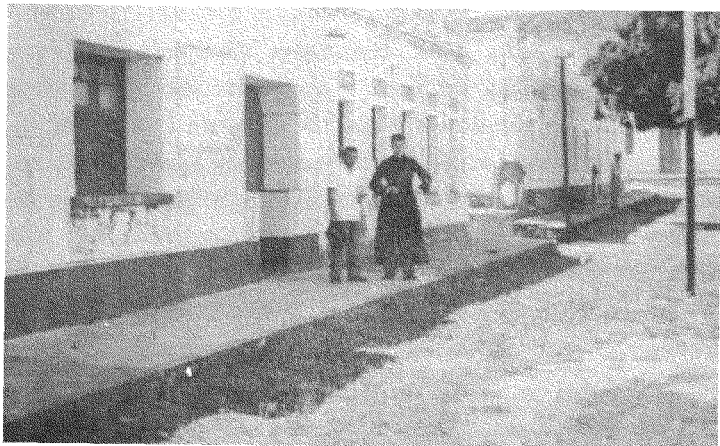
Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, Taipu é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Agreste. A sede municipal, que dista 47 quilômetros em linha reta de Natal — direção 69° 54' N.O. —, tem as seguintes coordenadas geográficas: 5° 37' 06" de latitude Sul e 35° 35' 44" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 41 metros.

CLIMA — Sêco e salubre é o clima de Taipu.

ÁREA — A área do município soma 942 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, Taipu contava 15 156 habitantes, dos quais 7 581 homens e 7 575 mulheres. De sua população, 92% localizavam-se no quadro rural.

Trecho da Praça 10 de Março

Aspecto parcial de uma fazenda do município

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 17 090 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existe uma aglomeração urbana — a do distrito-sede —, com 1 162 habitantes na data do Censo (quadro urbano e suburbano).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária congregam o maior número de pessoas ativas. Taipu é possuidor de ricas várzeas, que, bem cultivadas, o tornariam um dos celeiros do Estado. Entretanto, vez por outra são inundadas pelas cheias do rio Ceará-Mirim, que destroem completamente as lavouras. A região oeste do município ressente-se da falta de água, não permitindo que a agricultura tome ali o desenvolvimento desejado. A importância da agricultura na economia local decorre principalmente do cultivo de algodão e mandioca, que concorreram, em 1955, com 60% do valor de tôdas as culturas agrícolas sujeitas a inquérito estatístico.

O valor da safra municipal, naquele ano, atingiu 5 424 milhares de cruzeiros, assim discriminados os principais produtos:

PRINCIPAIS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Tonelada	305	1 827
Mandioca	»	3 600	1 440
Feijão	Saco de 60 kg	5 020	853
Agave	Tonelada	160	816
Milho	Saco de 60 kg	2 420	322

Quanto à pecuária, estavam assim discriminados, em 1956, os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	1 200	3 600
Eqüinos	2 100	5 250
Asininos	590	295
Muares	1 000	2 500
Suínos	6 500	3 250
Ovinos	9 200	2 760
Caprinos	6 000	1 200

A extração de produtos vegetais constitui outra fonte de renda da população local. Em 1955, foram extraídos 1 500 quilogramas de cêra de carnaúba, no valor de 50 milhares de cruzeiros.

A indústria é representada por 26 estabelecimentos industriais, que, em 1955, ocupavam 6 operários e apresentaram produção cujo valor atingiu 1 558 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Sampaio Correia. Por estradas de rodagem ou por ferrovia liga-se aos municípios de Ceará-Mirim, João Câmara, Lages e Natal. O percurso de Taipu à capital do Estado, pela Sampaio Correia, é de 60 quilômetros.

COMÉRCIO — O comércio local não apresenta grande desenvolvimento. Exporta algodão, couros e peles, sendo Natal seu melhor mercado. Em 1956, havia 73 estabelecimentos comerciais varejistas.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 21%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total de pessoas de 10 anos e mais).

Ensino — Em 1956, havia 35 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	550	615	640
Tributária	68	68	68
Despesa fixada	550	615	640
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	614	673	990
Tributária	81	86	116
Despesa realizada	748	651	870

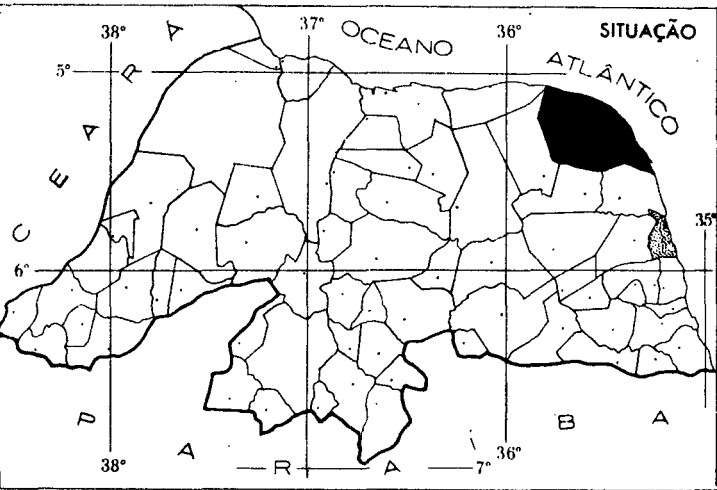
TOUROS — RN

Mapa Municipal no 4.° Vol.

HISTÓRICO — Contam que a descoberta de quatro canhões sôbre um monte junto à praia indicava que já nos tempos coloniais existia ali um povoado de alguma importância econômica e que, sem dúvida, o monte artilhado defendera a cidade de possíveis invasores. Existem duas versões sôbre a origem do nome do município. A primeira explica que o monte artilhado apresentava a forma de uma cabeça de touro; e a segunda, que portuguêses, ao chegarem ali, encontraram um rebanho de bovino pastando. Luiz da Câmara Cascudo afirma que a região é conhecida desde fins do século XVII e se denominava então Pôrto do Touro e Pôrto de Touros, invalidando assim a versão oral, que faz datar êsse nome do século XVIII, quando os portuguêses ali se fixaram e encontraram um rebanho de gado.

Durante a sêca de 1792-1796 os habitantes do interior procuraram o litoral e a zona de Touros desenvolveu-se consideràvelmente, vivendo à base de pescarias e agricultura. Em 15 de janeiro de 1832 a povoação de Touros possuía 202 fogos e 692 habitantes.

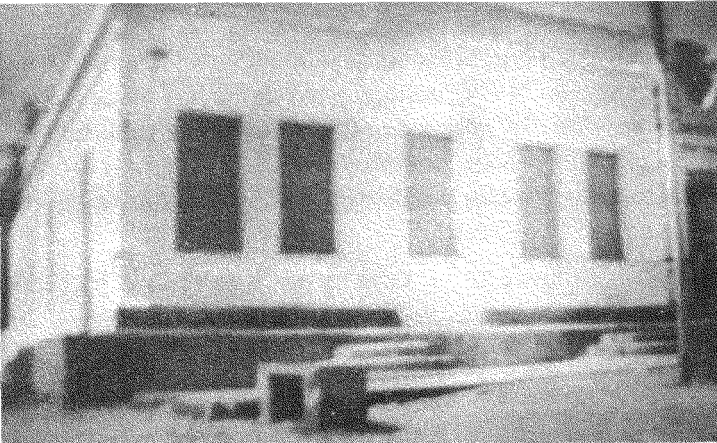
O município de Touros foi criado pela Resolução do Conselho do Govêrno, de 11 de abril de 1833, confirmada pela Lei provincial n.° 21, de 27 de março de 1835. O território foi desmembrado do município de Extremoz, posteriormente Ceará-Mirim. O Decreto n.° 457, de 29 de março de 1938, concedeu à sede de Touros foros de cidade. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.° de janeiro de 1958, o município é constituído de três distritos: Touros, Barra de Maxaranguape e Maxaranguape.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Litoral e Mata e a sede dista, em linha reta, 68 quilômetros da Capital do Estado — direção de 24° 31' N.O. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 5° 11' 59" de latitude Sul e 35° 27' 26" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 5 metros.

CLIMA — O clima de Touros é considerado salubre; sêco e ameno.

ÁREA — A área do município é de 1 964 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, o município contava com 22 124 habitantes — 10 961 homens e 11 163 mulheres. Localizam-se no quadro rural 87% de sua população. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 26 656 habitantes.

Prefeitura Municipal

Igreja-Matriz de Bom Jesus dos Navegantes

Aglomerações urbanas — Existem 3 aglomerações urbanas — a cidade e duas vilas. O Censo de 1950 fornece apenas a população da cidade de Touros — 1 446 habitantes — e a da vila Maxaranguape — 1 344. O distrito de Barra de Maxaranguape foi criado em 1953.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — De acôrdo com o Censo de 1950, da população econômicamente ativa 78% concentravam-se no ramo agropecuário e 13% no ramo indústrias extrativas (pesca). Em 1955 os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave	Tonelada	1 000	3 800
Côco-da-baía	Cento	12 600	2 848
Algodão	Tonelada	270	2 610
Mandioca	»	3 860	1 202

O município produziu ainda, nesse ano, abacaxi, banana, batata-doce, cana-de-açúcar, fava, feijão, manga e milho. O valor total da produção agrícola foi de 12 milhões de cruzeiros. Em 31 de dezembro de 1956 assim estavam discriminados seus rebanhos:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	5 000	12 500
Eqüinos	1 100	1 430
Asininos	2 900	725
Muares	380	570
Suínos	3 600	1 080
Ovinos	3 500	525
Caprinos	4 500	675

A produção de origem animal apresentou, em 1955, as seguintes cifras: carne verde de bovino — 37 920 quilogramas; carne verde de suíno — 11 865 quilogramas; toucinho fresco — 8 475 quilogramas; carne verde de ovino e caprino — 8 494 quilogramas; couro sêco de gado bovino — 3 476 quilogramas; pele sêca de ovino e caprino — 462 quilogramas. O valor total dessa produção foi de 1 539 milhares de cruzeiros.

Produção de pescado — Existem no município 4 colônias de pesca, que é o segundo ramo de atividade, depois da agropecuária. A pesca é praticada ao longo da costa, nos rios e nas lagoas. Em 1955, foram produzidos 190 500 quilogramas de pescado, no valor total de 2 milhões de cruzeiros.

Indústria — O último Registro Industrial informa que em 1955 existiam no município 40 estabelecimentos industriais, em que trabalhavam 191 pessoas e cujo valor da produção foi 431 milhares de cruzeiros. Na maioria os principais estabelecimentos são pequenas fábricas de farinha de mandioca, açúcar mascavo e rapadura.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se aos vizinhos e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: 1. Ceará-Mirim — rodovia (65 quilômetros); 2. João Câmara — rodovia (83 quilômetros); 3. Taipu — rodovia (55 quilômetros); 4. Natal — rodovia (104 quilômetros).

COMÉRCIO — O município conta com uma cooperativa e 130 estabelecimentos de comércio varejista.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento de 1950, das pessoas de 10 anos e mais, 25% sabem ler e escrever.

Ensino — Em 1956 existiam 31 unidades escolares de ensino primário fundamental comum e a matrícula escolar registrou 467 alunos.

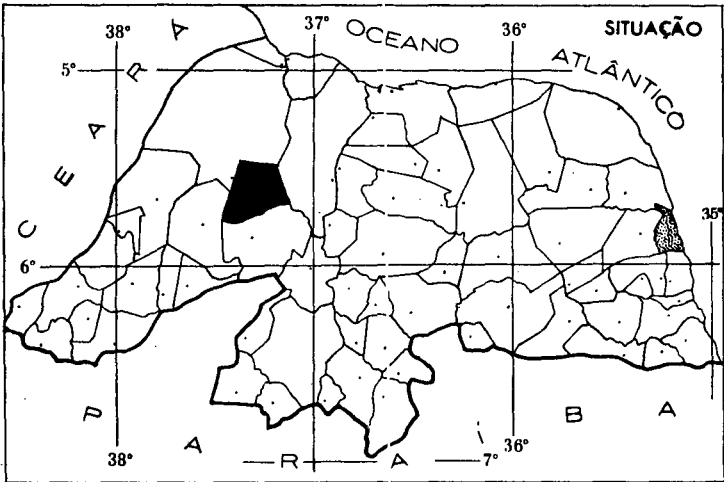
FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	617	731	811
Tributária	142	142	165
Despesa fixada	586	653	677
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	597	663	939
Tributária	88	106	150
Despesa realizada	724	615	452

UPANEMA — RN

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes da região, segundo consta, foram os índios Pêgas. O povoado originou-se de uma fazenda de criação de gado. Foi inicialmente povoado e distrito do município de Augusto Severo, cujo território recebeu os primeiros povoadores por volta de 1750. Coube ao Padre Francisco Adelino de Brito, natural do município de Augusto Severo, dar início ao povoado em 1867, construindo, em terras doadas por um fazendeiro do local, casas e uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Em 1874 foi construída a primeira escola. Povoado que se denominou inicialmente Curral da Várzea ou Conceição de Upanema, ou ainda Rua da Palha, transformou-se em distrito pelo Decreto estadual n.º 603, de 31 de outubro de 1938, com o nome de Upanema (*u-panema*, "água má, imprestável, sem peixes"). A Lei estadual n.º 874, de 16 de setembro de 1953, elevou o distrito à categoria de município, cuja instalação teve lugar no dia 1.º de janeiro de 1954. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o município é constituído de um único distrito — o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica Oeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é quente e sêco no verão; ameno no inverno.

ÁREA — A área do município é de 908 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Com base no Recenseamento Geral de 1950, pode-se afirmar que o município tinha 5 189 habitantes — 2 581 homens e 2 608 mulheres. Localizam-se no quadro rural 83% de sua população. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 era de 5 749 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana — a da sede —, com 887 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo dados do Censo de 1950, das pessoas econômicamente ativas, 94% concentram-se no ramo agricultura e pecuária. Em 1955, os principais produtos agrícolas foram os seguintes, segundo a quantidade e o valor:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Melancia	Fruto	1 352 000	2 704
Algodão	Tonelada	180	1 560
Batata-doce	»	434	521
Milho	Saco de 60 kg	2 890	434

Upanema produziu ainda, nesse ano, arroz e feijão. Em 31 de dezembro de 1956, assim estavam discriminados os rebanhos do município:

POPULAÇÃO PECUÁRIA	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	3 500	10 500
Eqüinos	300	600
Asininos	1 100	363
Muares	60	168
Suínos	2 500	1 625
Ovinos	4 400	1 188
Caprinos	3 400	782

A produção de origem animal apresentou, em 1955, as seguintes cifras: carne verde de bovino — 27 405 quilogramas; carne verde de suíno — 6 020 quilogramas; carne verde de ovino e caprino — 6 098 quilogramas; toucinho fresco — 4 300 quilogramas; couro salgado de gado bovino — 4 060 quilogramas; pele sêca de ovino e caprino — 333 quilogramas. O valor total dessa produção foi de 1 186 milhares de cruzeiros.

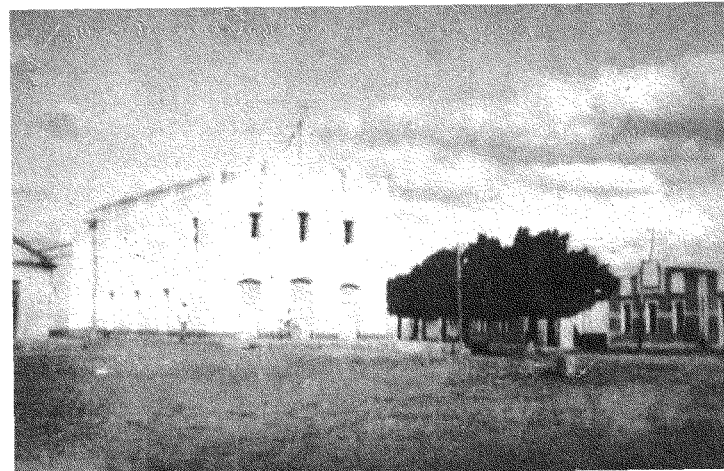
Indústria extrativa — É praticada intensamente em Upanema a extração de cêra de carnaúba. Em 1955, foram produzidos 49 086 quilogramas, no valor de 2 454 milhares de cruzeiros.

Indústria de transformação — O Registro Industrial de 1955 informa que existiam 43 estabelecimentos, na maioria pequenas indústrias rurais, nos quais trabalhavam 101 pessoas e cujo valor da produção foi 1 553 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município liga-se às cidades vizinhas e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: 1. Açu — rodovia (48 quilômetros); 2. Augusto Severo — rodovia (30 quilômetros); 3. Caraúbas — rodovia (54 quilômetros); 4. Mossoró — rodovia (51 quilômetros); 5. Natal — rodovia (322 quilômetros) — Misto: a) rodovia, até Angicos (120 quilômetros); b) ferrovia (194 quilômetros).

COMÉRCIO — Conta o município com 18 estabelecimentos de comércio varejista.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, das pessoas presentes de 10 anos e mais, 32% sabem ler e escrever.

Ensino — Em 1956, ministravam ensino primário fundamental comum 12 unidades escolares.

Capela de N.S.ª da Conceição

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1954-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (Cr$ 1 000)		
	1954	1955	1956
ORÇAMENTO			
Receita prevista			
Total	201	612	628
Tributária	134	99	91
Despesa fixada	201	612	628
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Receita arrecadada			
Total	569	593	856
Tributária	78	73	103
Despesa realizada	107	413	388

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Celebra-se anualmente, no dia 8 de dezembro, a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município.

MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA

ALAGOA GRANDE — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações feitas por colonos portuguêses no território conhecido por "Sertão do Paó", então dominado por índios Cariris, datam, provàvelmente, da primeira metade do século XVII. Contudo, sòmente após 1700 é que se deu início à colonização daquele território, quando Domingos da Rocha e o alferes Isidoro Pereira Jardim (ou Gondim) estabeleceram-se com fazendas de criação nas proximidades da lagoa do Paó, localizada no sopé da serra da Borborema, a qual, aí, se elevava com grandes penhascos que serviram, pràticamente, para deter o avanço dos colonizadores acima mencionados.

Pertencia o "Sertão do Paó" ao município de Mamanguape e, mais adiante, ao de Areia, à época de sua ocupação por Domingos da Rocha e Isidoro Pereira.

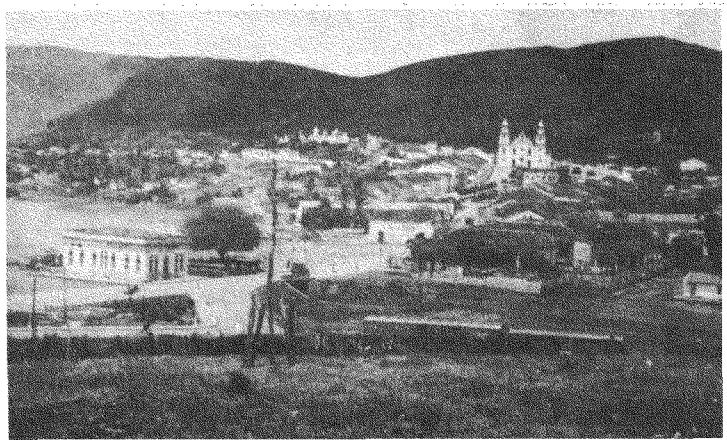
O vocábulo "Paó" significa no idioma tupi "nesga (de terra) que sobe", e era alusivo ao aspecto peninsular da faixa de terra formada em conseqüência das cheias da lagoa existente — que na época invernosa atingia quase três quilômetros de extensão — e do rio Mamanguape. Precisamente nesse local, os colonos estabeleceram-se com suas famílias e pertences, dando origem, por conseguinte, ao núcleo donde se constituiu o povoado da Lagoa Grande do Paó.

Na circunvizinhança da lagoa, seus moradores iniciaram os primeiros plantios, sendo escolhidas as férteis baixadas e vales para o cultivo da cana-de-açúcar, enquanto nas encostas e tabuleiros semeou-se o algodão.

Progredia o núcleo, quando, em 1767, os herdeiros do alferes Isidoro Pereira requerem e obtêm sesmarias, que lhes são concedidas a 14 de maio daquele ano. Nessa época, já existiam seus primeiros engenhos de açúcar.

A Lei n.º 5, de 9 de julho de 1847, constituiu o distrito do município de Areia, que, por sua vez, se tinha tornado independente do de Mamanguape. Como reação à lei que obrigava o povo ao registro de nascimentos e óbitos, irrompeu, em 1851, a chamada revolta do "Ronco da Abelha", tendo sido seu território campo fértil para o desenvolvimento de agitações, mormente por parte do elemento feminino que, a todo transe, procurava desmoralizar as resoluções governamentais que visavam aquela determinação legal.

Deve-se ao monge carmelita Frei Alberto Santa Júlia Cabral, cumprindo ordens emanadas do Bispado de Olinda, a criação da paróquia local, sob a invocação de Nossa Senhora da Boa Viagem, ocorrida a 1.º de outubro de 1861, com a Lei n.º 38. Aquêle religioso permaneceu à frente dos destinos espirituais de sua circunscrição até o ano de 1864, quando foi substituído pelo cônego Firmino Cavalcanti, a quem se deve, entre outros melhoramentos, a reforma da igreja Matriz e a construção das capelas de Nossa Senhora do Rosário e São José.

Foi 1864 um ano de grandes conquistas para sua gente. Assim é que, pela Lei n.º 129, de 29 de outubro, o povoado eleva-se à categoria de vila, com o nome de Alagoa Grande, cuja instalação ocorreu a 26 de outubro de 1865. Concomitantemente, pois, criou-se-lhe o município, com território

Vista geral da cidade

desmembrado do de Areia. Ainda no ano de 1864, pela Lei n.º 154, de 10 de novembro, foi criado têrmo judiciário agregado à comarca de Areia, tendo como primeiro juiz municipal o Dr. Francisco A. Correia Lima. Por volta de 1872, criaram-se as primeiras escolas municipais e foram ensaiados os passos iniciais para a instalação do tráfego postal, enquanto a sociedade ganhava organização e nasciam os primeiros movimentos políticos organizados. Tanto que, por ocasião da revolta dos "Quebra-Quilos", Alagoa Grande viveu fase de enorme ebulição, que durou cêrca de três anos, como reflexo das agitações promovidas na vizinha cidade de Areia. Pela Lei provincial n.º 551, de 5 de setembro de 1874, criou-se a comarca de Alagoa Grande, cujo primeiro juiz nomeado foi o Dr. Francisco Jovito Cavalcanti de Albuquerque. Com grandes festividades, em concentração das mais brilhantes, o povo inaugurou o ramal da Estrada de Ferro Conde D'Eu, ligando Alagoa Grande à capital da Paraíba, a 29 de junho de 1902. Foi um marco sensível para o progresso econômico, social e político da região. A primeira professôra diplomada com que contou a vila foi D. Aurora Petronila Peixoto de Vasconcelos, que se estabeleceu com sua "aula primária" em 1904, contribuindo, relevantemente, para a alfabetização dos alagoa-grandenses.

Por fôrça da Lei estadual n.º 286, de 27 de março de 1908, foram concedidos foros de cidade à sede do município de Alagoa Grande, o qual teve como primeiro prefeito o coronel Joaquim Pereira de Miranda Henriques. Fato igualmente dos mais auspiciosos ocorreu em 1910, com a inauguração da ponte de cimento armado sôbre o rio Mamanguape, na Estrada Alagoa Grande—Areia.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Boa Viagem

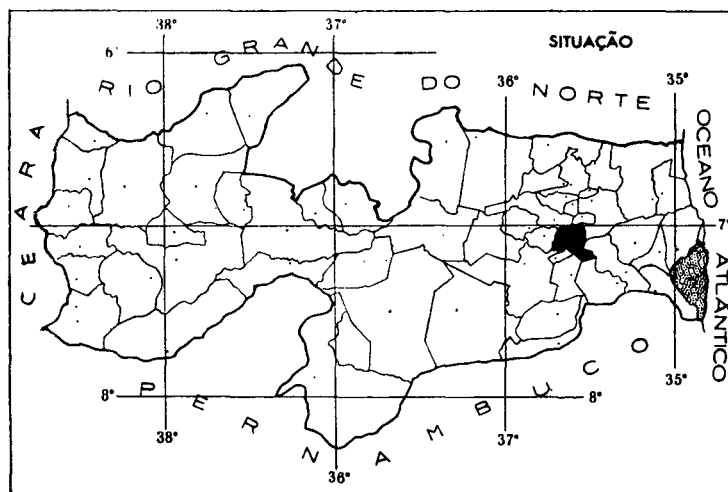
Agência dos Correios e Telégrafos

Nas divisões administrativas do Brasil concernentes a 1911 e 1933, o município consta de um único distrito, o da sede.

No ano de 1919, a cidade obteve notável melhoria no setor do ensino e educação: inaugurou-se o Colégio Nossa Senhora do Rosário, dirigido pelas Irmãs Dorotéias, até os dias de hoje. A revolução de 1930, que tão marcantes traços deixou assinalados na vida de todo o país, empolgou também Alagoa Grande, tendo seus filhos, como homenagem à atuação do "grande general nordestino", dado o nome de Juarez Távora ao povoado de Água Doce.

Segundo as divisões territoriais de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o município já se subdivide em dois distritos: Alagoa Grande e Juarez Távora. Ainda por fôrça daqueles diplomas legais, a comarca estava constituída de dois têrmos judiciários: Alagoa Grande e Alagoa Nova. No quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, nenhuma alteração é feita na parte administrativa, enquanto na judiciária o têrmo de Alagoa Nova aparece com o topônimo modificado para Laranjeiras, o qual, posteriormente, é erigido em comarca, por fôrça do Decreto-lei n.º 39, de 10 de abril de 1940. Dessa forma, fica a comarca de Alagoa Grande reduzida a um único têrmo — o da sede — compondo-se o município dos dois distritos já mencionados, *ex vi* da Lei número 318, de 7 de janeiro de 1949. Tal estrutura administrativo-judiciária ainda hoje se observa, consubstanciada na Lei estadual n.º 1 198. de 2 de abril de 1955.

Ginásio N. S.ª do Rosário

LOCALIZAÇÃO — O município de Alagoa Grande está incluído na Zona Fisiográfica da Caatinga, muito embora na realidade boa parte de suas terras se encontrem localizadas em zona brejosa, como alguns de seus vizinhos (Areia, Alagoa Nova, etc.). Os municípios que com êle se limitam são Areia, Alagoinha, Guarabira, Pilar, Alagoa Nova, Ingá, Itabaiana e Campina Grande. A cidade de Alagoa Grande está situada a 130 metros acima do nível do mar e tem como coordenadas geográficas 7° 03' de latitude Sul e 35° 38' de longitude W. Gr., seguindo o rumo N.O., em referência à capital Estadual, de onde dista, em linha reta, 80 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente e sêco é o clima dominante no município, que, na época invernosa, torna-se ligeiramente úmido. Enquanto isto, a temperatura na sede municipal oscila entre 20 e 32°C, à sombra. As precipitações pluviométricas atingiram, em 1956, 1 751,513 milímetros.

ÁREA — Estende-se o município por uma área de 427 quilômetros quadrados, situando-se como o 43.º entre as 57 comunas do Estado, existentes em 31-VII-1957. Essa área representava menos de 1% da superfície total do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico que domina o município é o rio Mamanguape, que nasce na Lagoa Salgada, situada em Campina Grande; após atravessar Alagoa Grande, vai desaguar no Atlântico, na baía do Coqueirinho. Tem como tributários os riachos Mundaú ou Serra Grande, Urucu e Gregório, pela margem esquerda, e Zumbi, à direita, todos no território municipal.

Várias lagoas e açudes completam-lhe a hidrografia, cumprindo destacar, entre as primeiras, a lagoa Grande (outrora conhecida por "Lagoa do Paó"), da Engenhoca, Avenca, Verde, Carneiros, Tapera, Funda, Pedra Furada e outras; entre os açudes apenas um, construído pelo govêrno federal no distrito de Juarez Távora, tem importância.

Na parte acidentada do município, cumpre salientar a existência das serras de Paquevira, Queimadas, Balanço, Sino, Caiana, Quirino, Tauá, Boa Vista, etc., tôdas denominações da Borborema. O ponto culminante de Alagoa Grande é o pico do Cruzeiro, que se ergue logo em frente à cidade, em direção à de Areia.

Vista parcial da Praça 27 de Março e Rua Apolônio

RIQUEZAS NATURAIS — Não é dos mais beneficiados, nesse aspecto, o município. O impacto contínuo, durante muitos anos, de caçadas sistemáticas, devastou sua fauna silvestre, quase que de todo. Hoje, restam poucos espécimes de veados, tatus e pacas, enquanto em maior abundância encontram-se o coelho, o preá, o guaxinim e algumas aves, como o marreco e as galinhas-d'água.

A derrubada desenfreada das matas municipais reduziu, consideràvelmente, as reservas de madeira para corte e construção, havendo, apenas, poucas espécies, como a baraúna, a aroeira, o pau-d'arco, o angico e outras.

As únicas jazidas compensadoramente existentes e em exploração são as de argilas, que servem, sobretudo, como matéria-prima para a fabricação de tijolos e telhas. Diz-se que o subsolo local encerra, em pequena escala, ferro, mica, enxôfre, tantalita, columbita, berilo, etc., porém não foi feita, ainda, qualquér exploração da matéria.

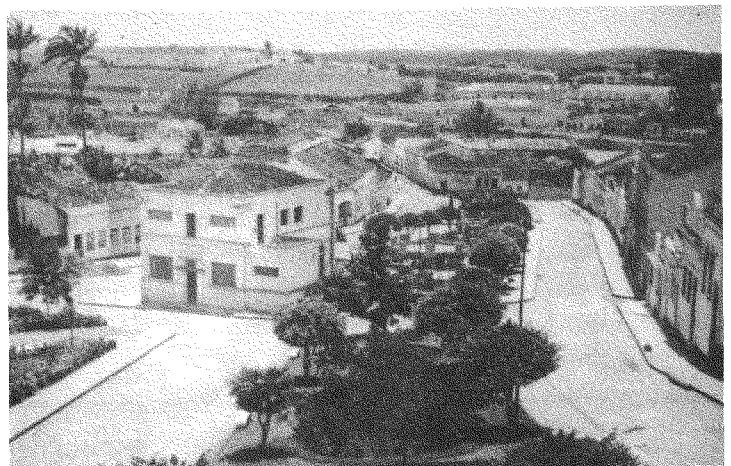
POPULAÇÃO — As informações censitárias relativas a 1.º-VII-1950 davam ao município 29 840 habitantes, representando 1,74 do total estadual e colocando Alagoa Grande como o 28.º entre os 41 municípios paraibanos de então.

A tabela exposta fixa a população segundo cada um de seus distritos, especificando-a por zonas (urbana e rural):

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Alagoa Grande	26 021	6 990	19 031
Juarez Távora	3 869	1 017	2 852
TOTAL	*29 890*	*8 007*	*21 883*

Vê-se, pois, que 73,22% de seus habitantes viviam na zona rural, isto é, aproximadamente o mesmo índice relativo a todo o Estado, que era de 73%. Àquela época a cidade de Alagoa Grande era sua principal aglomeração urbana, contando 6 690 habitantes, o que a colocava entre as dez maiores da Paraíba.

Composição — As operações censitárias de 1950 davam para Alagoa Grande, segundo os vários aspectos pesquisados, a seguinte situação: *quanto ao sexo*, havia entre as 29 890 pessoas (14 015 homens e 15 875 mulheres); *côr* — eram brancos 12 531 habitantes, pretos 4 411, pardos 12 904, enquanto 44 não declararam a côr; *religião* — 29 677 declararam-se católicos apostólicos romanos, 162 protestantes, 3 espíritas, 7 de outras religiões, 2 sem religião e 39 sem religião declarada; *estado conjugal* — 6 333 eram solteiros, 9 114 casados, 14 desquitados e 1 089 viúvos (206 homens e 883 mulheres), sendo que não apresentaram declaração 6 pessoas; *nacionalidade* — com exceção de 2 estrangeiros e 2 naturalizados, os demais eram nascidos no país.

Estimativa da população — Segundo cálculos levantados pelo Departamento Estadual de Estatística, em 31-VII-1956, havia no município 33 246 habitantes, o que levava a considerá-lo o 24.º dentre os 57 municípios do Estado, então existentes. Tendo em vista sua área de 427 quilômetros

Praça Dom Adauto e Rua Presidente Getúlio Vargas

quadrados, apresentava-se com uma densidade demográfica de 77,86 habitantes por quilômetro quadrado, muito superior à da Unidade a que pertence que era de 30,40.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Mercê de sua localização em terrenos propícios ao desenvolvimento de atividades agropastoris, tem Alagoa Grande os fundamentos de sua economia naquele setor, predominando a agricultura sôbre a pecuária, mormente nas zonas de brejo, pois, na caatinga, há equilíbrio relativo.

Grupo Escolar Apolônio Zenaide

Agricultura — Os habitantes do município concentram suas atividades agrícolas, sobretudo, nas produções de algodão, cana-de-açúcar, fibra de agave, mandioca e cereais, onde se destacam a fava, o milho e o feijão como as mais em evidência. Em 1956, estimou-se em quase noventa milhões de cruzeiros sua produção agrícola, conforme se pode depreender da leitura da tabela apresentada a seguir:

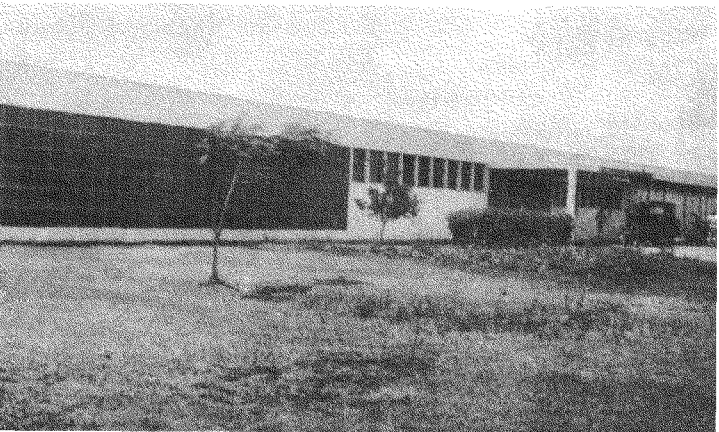
ESPÉCIE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	30 000
Algodão herbáceo	19 990
Agave (fibra)	12 000
Milho	7 049
Fava	6 720
Feijão	4 320
Outros	6 840
TOTAL	*86 919*

Em "outros produtos" foram incluídos: mandioca, batata-doce, banana, laranja, arroz, côco-da-baía e fumo.

Pecuária — São pequenos os rebanhos locais, muito embora a existência de boas pastagens e a propriedade do clima. De maior relêvo para a economia do município, é seu rebanho bovino, cuja situação, nesse particular, assim se apresenta:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Asininos	2 500
Bovinos	13 000
Caprinos	3 200
Eqüinos	5 200
Muares	4 200
Ovinos	2 500
Suínos	5 500
TOTAL	*36 100*

Há forte predominância do gado bovino que significa quase 40% dos rebanhos pecuários alagoa-grandenses.

Indústria — É muito pequeno o parque industrial de Alagoa Grande, que se reduz, pràticamente, à produção de

Hospital e Maternidade do S.E.S.P.

origem rural, onde despontam o beneficiamento de algodão, com uma usina descaroçadora, a produção de açúcar de uma usina e a de rapadura e aguardente de cana obtida por 26 engenhos, bem como o desfibramento da agave ou sisal feito em cêrca de 50 desfibradores. Tais estabelecimentos, nessas atividades, empregam uns 1 200 operários, apresentando uma produção global estimada em 100 milhões de cruzeiros. A partir de 1950, o valor da produção do município quadruplicou até o ano de 1956, conforme se depreende da tabela adiante exposta:

ANOS	VALOR (Cr$ 1 000)
1950	25 000
1951	35 000
1952	50 000
1953	65 000
1954	75 000
1955	85 000
1956	100 000

COMÉRCIO — Reconhecidamente modesto, seu comércio vive da atividade de 4 estabelecimentos atacadistas e 40 varejistas, que se dedicam aos ramos de tecidos, estivas,

Rua Dr. Francisco Montenegro

louças, ferragens, material elétrico, perfumarias, miudezas, etc., no setor da importação, enquanto exporta algodão em pluma, fibra de agave, milho e outros de menor vulto.

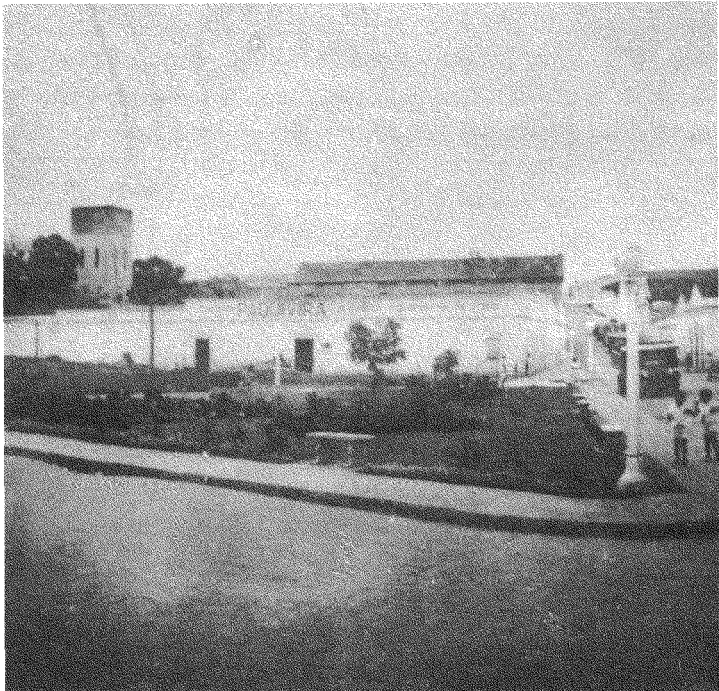
Em 1956, o giro comercial aproximado foi de .... Cr$ 25 000 000,00, tendo as principais transações sido efetuadas com as praças de Campina Grande, João Pessoa e Recife.

FINANÇAS PÚBLICAS — De acôrdo com informações prestadas pelas respectivas repartições arrecadadoras, foi o seguinte o movimento financeiro do município, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	462	2 256	767	353	651
1951	706	2 419	831	405	1 019
1952	633	3 141	1 061	420	1 046
1953	771	3 060	1 329	497	1 035
1954	1 113	3 899	1 363	593	1 498
1955	620	5 796	3 109	1 030	3 167
1956	1 196	6 476	2 914	1 421	2 746

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Alagoa Grande, situada no trajeto da estrada-tronco que demanda o extremo interior da Paraíba, via Brejo, e possuindo um ramal da Rêde Ferroviária do Nordeste, liga-se às sedes dos municípios vizinhos observadas as seguintes distâncias: *através de rodovia* — Alagoinha (17 quilômetros), Pilar (94 quilômetros), Itabaiana (117 quilômetros), Ingá (94 quilômetros), Serra Redonda (50 quilômetros), Campina Grande (53 quilômetros), Alagoa

Nova (25 quilômetros) e Areia (17 quilômetros); *por ferrovia* — Pilar (91 quilômetros), Itabaiana (106 quilômetros), Ingá (144 quilômetros) e Campina Grande (188 quilômetros).

Com a capital Estadual, liga-se por estradas de ferro e rodagem, com as distâncias respectivas de 138 e 129 quilômetros. Há no município 26 veículos rodoviários, entre caminhões, automóveis e jipes. As rêdes rodoviária e ferroviária, dentro do município, estendem-se por 30 e 8 quilômetros, respectivamente.

Praça C.el Elísio Sobreira e Rua Presidente João Pessoa

Tanto a cidade de Alagoa Grande como a vila de Juarez Távora dispõem de agências postais-telegráficas, pertencendo ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade contava, em 1954, com 45 logradouros públicos, sendo 11 pavimentados e 2 arborizados, enquanto um era, simultâneamente, arborizado e ajardinado. Existiam na mesma época 2 131 prédios. De seus logradouros, 41 estão servidos de eletricidade, com cêrca de 900 ligações domiciliárias. Um moderno e bem dotado serviço de abastecimento d'água canalizada serve a 9 logradouros, apresentando mais de 300 derivações domiciliárias.

Dentre os seus logradouros, destacam-se as Praças D. Adauto e 27 de Março, a Avenida Presidente Getúlio Vargas e a Rua Dr. Francisco Montenegro. Completam a feição da cidade um cinema, um hotel e uma pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município está bem servido neste setor com o moderno Hospital e Maternidade mantido pelo S.E.S.P., com 40 leitos disponíveis. Além dêsse, temos um Pôsto de Higiene, um contra a Bouba e outro contra o Tracoma. Os profissionais em atividade no município são: 7 médicos, 2 dentistas e um farmacêutico. Completam êsse aspecto duas enfermeiras diplomadas e 10 auxiliares de enfermagem.

Duas farmácias e duas drogarias operam na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Cooperativa de Crédito Agrícola Limitada de Alagoa Grande emprestou, em 1956, Cr$ 1 892 250,40, enquanto os depósitos ascenderam a Cr$ 2 273 326,70.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, era dos mais altos o índice de analfabetismo que dominava no município, com apenas 19,05% de pesoas alfabetizadas, enquanto no Estado era de 25,30, conforme se demonstra no quadro a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	4 774	19,05
Não sabem ler e escrever	20 208	80,60
Sem declaração de instrução	75	0,35
TOTAL	*25 057*	*100,00*

Ensino — Nesse particular, o município está bem servido, porquanto, no ano letivo em andamento, existem registrados 52 estabelecimentos que ministram o ensino primário fundamental comum, sendo 16 estaduais, 29 municipais, 9 supletivos (federais) e 2 particulares. Dêsse total, 17 estão localizados nas zonas urbana e 35 na rural. Êsses estabelecimentos registraram, em conjunto, a matrícula inicial de 2 509 alunos.

O Ginásio Nossa Senhora do Rosário, dirigido pelas Irmãs Dorotéias, fundado em 1919, é o único estabelecimento de ensino médio que funciona no município.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O legislativo municipal é constituído por 9 vereadores, tendo o eleitorado votante nas eleições de 3-10-1955 atingido 2 625 pessoas. Seu atual prefeito é o Sr. José Ferreira de Paiva, eleito sob a legenda do Partido Social Democrático.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como ocorre, habitualmente, nas cidades paraibanas, Alagoa Grande comemora, com muita animação, o Dia da Padroeira, que consta de festas profanas e religiosas. Entre as primeiras, destacam-se retretas animadas com a realização de jogos e prendas; as últimas constam de uma novena, que se desenvolve entre os dias 27 de janeiro e 2 de fevereiro de cada ano, em intenção à Virgem da Boa Viagem. Essas manifestações se encerram com bela e tradicional procissão.

VULTOS ILUSTRES — Dentre seus filhos mais ilustres, citam-se o Dr. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, ex-Governador da Paraíba e ex-Embaixador brasileiro na Indonésia e conceituado advogado no Rio de Janeiro; e o Desembargador Severino Montenegro, jurista respeitável e grande orador, membro do Tribunal de Justiça do Estado, Professor da Faculdade de Direito e seu ex-Diretor.

BIBLIOGRAFIA — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolando de Medeiros. *Notas sôbre a Paraíba* — Irineu Joffily. *Sinopse Estatística do Município de Alagoa Grande* — C.N.E. — 1948. *Censo Demográfico da Paraíba, de* 1950 — S.N.R. *Autoria*: Francisco A. Galvão Neto — AE de Areia.

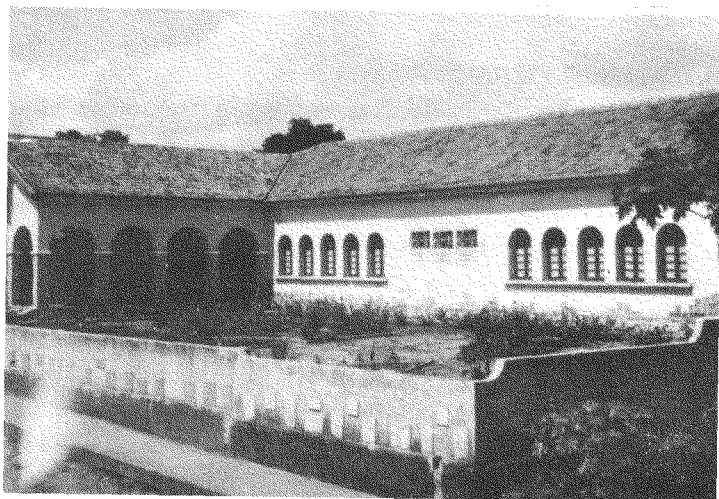
12 — 24 933

ALAGOA NOVA — PB

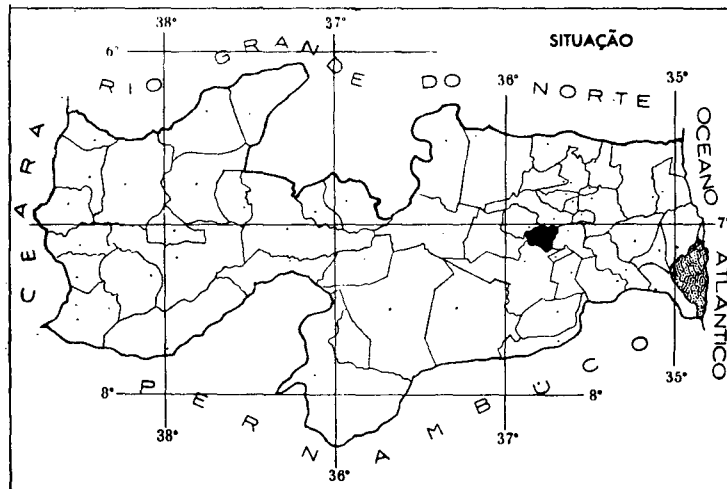
Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Tendo sido destruídos os arquivos do Executivo Municipal, por ocasião da revolta dos "Quebra-Quilos", rebelião popular, em 1874, contra a adoção do Sistema Métrico Decimal e de novos impostos mandados cobrar pelo Govêrno Provincial, não foi possível coordenar, com maiores detalhes, a história de Alagoa Nova. Segundo notas de historiadores, conclui-se que Francisco Falcão, Marçal de Miranda e Simão Ferreira da Silva requereram 9 léguas de terra em 1717. Desta sesmaria, em vista de limitar-se com a serra "Lagoa Nova", parece ter derivado o nome do atual município.

Sob a invocação de Nossa Senhora de Santana, foi criada em 22 de fevereiro de 1837 a freguesia de Alagoa Nova. Em 1892, foi fundada a Banda de Música, sendo o seu primeiro regente o maestro Ursulino Candinho. Em 1924, foi extinta, não tendo sido reorganizada até a presente data. Por Decreto-lei n.º 6, de 22 de fevereiro de 1837, foi a povoação elevada à categoria de distrito de Paz. Vila criada por Lei provincial n.º 10, de 5 de setembro de 1850, e pelo mesmo ato desmembrada do município de Campina Grande, sendo instalado em 27 de fevereiro do ano seguinte. A Lei estadual n.º 157, de 5 de junho de 1900, suprimiu o município de Alagoa Nova, o qual foi restabelecido pela Lei n.º 215, de 10 de novembro de 1904. Pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, que fixou o quadro territorial do Estado para o qüinqüênio 1939-1943, Alagoa Nova teve seu topônimo modificado para Laranjeiras, sua antiga denominação, quando fazia parte do município de Campina Grande. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu o quadro da divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigente em 1944-1948, o município voltou a denominar-se Alagoa Nova. No quadro territorial fixado pela Lei estadual n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, para figurar no qüinqüênio 1949-1953, Alagoa Nova compreende os distritos da sede, Lagoa de Roça (ex-Aldeia Velha, ex-Bultrim) e Matinhas (ex-Caamirim).

Até 1940, a cidade de Alagoa Nova figurava como têrmo judiciário da comarca de Alagoa Grande. Pelo Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, foi criada a comarca de Laranjeiras, com um têrmo dêsse nome desligado de Alagoa Nova. No quadro da divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, a comarca passou a denominar-se Alagoa Nova, ficando formada, ùnicamente, pelo têrmo de Alagoa Nova (ex-Laranjeiras). As Leis números 318, de 7 de janeiro de 1949, e 1 198, de 2 de abril de 1955, que regulamentaram, posteriormente, o assunto, mantiveram a situação anterior.

Grupo Escolar Professor Cardoso

LOCALIZAÇÃO — O município está situado nos contrafortes da serra da Borborema e, totalmente, na Zona Fisiográfica do Brejo. A cidade tem as coordenadas geográficas seguintes: 7º 04' 30" de latitude Sul e 35º 45' 00" de longitude W. Gr. São seus municípios vizinhos: ao norte, Areia; a leste, Alagoa Grande; ao sul, Ingá e Campina Grande; e a oeste Campina Grande e Esperança. Dista da capital do Estado, em linha reta, 98 quilômetros.

SITUAÇÃO

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade acha-se a 500 metros acima do nível do mar.

CLIMA — É quente e úmido, variando a temperatura entre 18 e 32ºC à sombra.

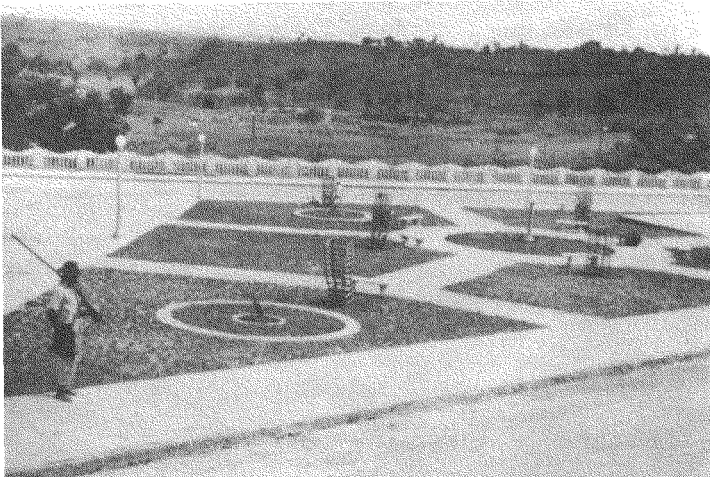
ÁREA — Segundo coleta feita pelo Conselho Nacional de Estatística, é de 247 quilômetros quadrados. Ocupa o 41.º lugar entre os municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destacam-se as serras Beatriz, Boa Vista, Cascavel, Grande, Juá e Uruçu. Cortam o município os rios Mamanguape, que, ao sul, serve de limite entre Alagoa Nova e Campina Grande, e Riachão, nos limites com o município de Areia. No curso do rio Mandaú, durante o período de chuvas, forma-se a queda d'água Pitombeira, sendo o seu potencial utilizável avaliado em 1 000 H.P.; outra no riacho Queira-Deus e a terceira no riacho Caixão. Convém notar que os vários cursos acima não são perenes.

RIQUEZAS NATURAIS — Alagoa Nova acha-se com as reservas de matas quase totalmente esgotadas, tendo em vista proprietários locais não se preocuparem com o reflorestamento de suas terras, o que concorreria sobremodo para a valorização de seus imóveis. Nenhuma descoberta de jazidas mineralógicas foi assinalada até a presente data, contribuindo talvez o fato para o maior empobrecimento econômico do município.

Vista da entrada da cidade pela estrada de Areia

POPULAÇÃO — Os resultados do Censo Demográfico de 1950 a seguir transcritos retratam os aspectos demográficos mais importantes do município.

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Alagoa Nova	17 115	2 858	13 257
Alagoa de Roça	5 787	769	5 018
Matinhas	7 341	242	7 109
TOTAL	*30 243*	*3 869*	*26 374*

Praça construída pelo Professor Rogério Martins

Com 30 243 habitantes colocou-se Alagoa Nova no 27.º lugar entre os 41 municípios paraibanos então existentes. Das suas aglomerações urbanas, a única que possuía mais de mil habitantes era a sede do município, cuja população, como se vê no quadro acima, era de 2 858 pessoas. Verifica-se também que a população rural do município correspondia a 87% do total. Essa percentagem é bem mais elevada que a do Estado, que é de 73%.

Através dos diferentes grupos a população, assim se distribuía: *Sexo* — 14 458 homens e 15 785 mulheres. *Côr* — 15 437 brancos, 11 389 pardos, 3 378 pretos e 39 sem declaração de côr. *Religião* — 29 901 católicos apostólicos romanos, 257 protestantes, 31 espíritas, ortodoxo 1, sem religião 36, e sem declaração de religião 17. Das pessoas de 15 anos e mais, 9 074 eram casadas, 6 382 solteiras, 999 (194 homens e 805 mulheres) viúvas, e 1 desquitada. Estrangeiro havia apenas 1 em todo o município.

Estimativa — Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, referente a 31-XII-1956, a população do município àquela data era de 33 638 habitantes. Essa população assegura ao município o 23.º lugar entre as 57 unidades congêneres ora existentes na Paraíba e dá-lhe a densidade demográfica de 136 habitantes por quilômetro quadrado, das mais elevadas do Estado, haja vista que a dêste é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

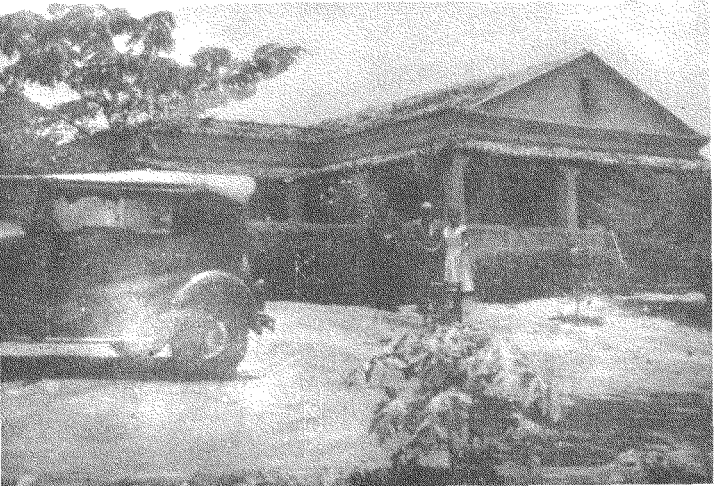
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constitui a agricultura e a criação do gado, juntamente com as indústrias de transformação de produtos alimentares, as principais atividades da população local. A cana-de-açúcar é a principal cultura agrícola, seguida da mandioca, agave e cereais (milho, feijão, fava, etc.).

Em 1956, o valor total da produção agrícola atingiu a importância de Cr$ 59 468 000,00, conforme a tabela a seguir:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Abacaxi	Fruto	2 040 000	6 120
Agave (Fibra)	kg	1 412 000	8 472
Banana	Cacho	138 000	3 450
Batata-inglêsa	Saco de 60 kg	13 000	6 300
Cana-de-açúcar	Tonelada	45 000	13 500
Cebola	Arrôba	3 600	540
Fava	Saco de 60 kg	600	288
Feijão	» » » »	2 000	3 000
Fumo	Arrôba	24 600	6 150
Mandioca	Tonelada	36 300	11 400
Milho	Saco de 60 kg	2 041	248
TOTAL			*59 468*

Existem no município, segundo dados do Registro Industrial, 30 engenhos de fabricação de rapadura e aguardente, 341 fábricas de corda de agave e outras de menos importância, ocupando 2 750 pessoas. O valor da produção industrial em 1956 foi de Cr$ 11 977 000,00. Dêsse valor quase 50% cabem ao beneficiamento de agave e o restante à farinha de mandioca, rapadura e aguardente.

A população pecuária, em 31 de dezembro de 1956, estava assim constituída:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Asininos	800	1 600
Bovinos	3 000	15 000
Caprinos	5 000	1 500
Eqüinos	2 500	7 500
Muares	1 000	4 000
Ovinos	900	450
Suínos	7 000	8 400

Biblioteca P. Dr. Zamenhof

O comércio está representado por 28 estabelecimentos varejistas, não existindo nenhum digno de menção, por seu valor comercial.

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO — Financiando os pequenos agricultores existe uma Cooperativa de Crédito Agrícola em regime de cooperação com a Agência do Banco do Nordeste do Brasil Sociedade Anônima.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido diàriamente por várias emprêsas de ônibus que estabelecem comunicação com as cidades vizinhas. Liga-se aos municípios vizinhos e à capital Estadual pelos seguintes meios de transporte:

Campina Grande — rodoviário: 28 quilômetros;

Alagoa Grande — rodoviário: 25 quilômetros;

Esperança — rodoviário: 19 quilômetros;

Areia — rodoviário: 18 quilômetros;

Pocinhos — rodoviário: 58 quilômetros;

Capital Estadual — rodoviário: 149 quilômetros (via Campina Grande) e 129 quilômetros (via Alagoa Grande);

Capital Federal — rodoviário: 2 786 quilômetros (via Campina Grande).

O município possui 22 veículos rodoviários: 2 automóveis, 2 jipes, 3 camionetas, 12 caminhões e 3 ônibus; é cortado por 132 quilômetros de estradas de rodagem.

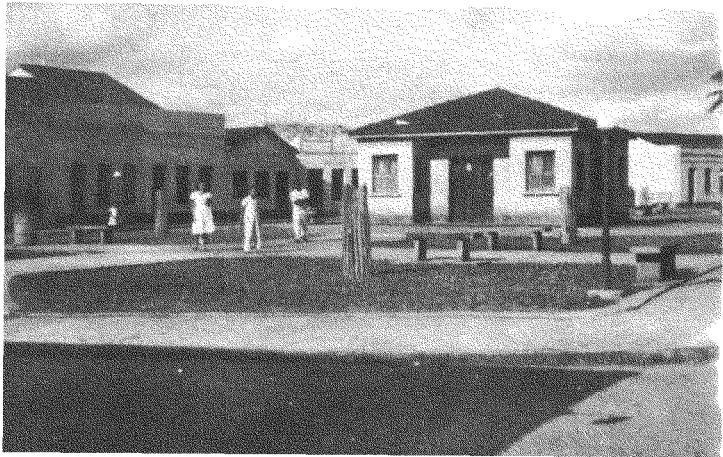
Como vias de comunicação, há uma Agência Postal-telegráfica, na sede do município e duas agências postais, nas vilas de Matinhas e Alagoa de Roça.

Há também serviço telefônico, através do qual é feita a ligação com a capital do Estado e várias outras cidades paraíbanas.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	312 624	672 643	555 921	190 430	507 710
1951	430 402	970 044	619 317	205 164	617 347
1952	643 428	947 268	678 412	236 923	632 285
1953	1 571 728	730 953	1 060 191	203 962	847 145
1954	1 842 267	957 644	885 931	217 300	876 427
1955	1 132 425	1 096 646	913 760	267 187	948 339
1956	2 123 132	1 555 940	1 831 988	466 003	1 566 966

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funciona na sede um pôsto do Serviço Especial de Saúde Pública, con-

Praça e Pavilhão Públicos

Praça Dr. João Tavares

juntamente com um laboratório de exames, não só prestando assistência médica à população, como também distribuindo medicamentos com as pessoas reconhecidamente sem meios para sua aquisição.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, era de 3 657 o número de pessoas de 5 anos e mais que sabiam ler e escrever, sendo que 811, 161 e 35 se achavam localizados na cidade de Alagoa Nova e nas vilas de Alagoa da Roça e Matinhas, respectivamente, e o restante, ou seja, 2 650, no quadro rural, segundo dados do Recenseamento realizado naquele ano. A percentagem de alfabetizados — 14%, é inferior à do Estado, que é de 29%. Dada a instalação de novas escolas não só pelo Govêrno Estadual como também pelo Municipal, observa-se que entre o ano do Recenseamento e o de 1956 vem ocorrendo um sensível aumento sôbre as cifras mencionadas.

Vista da feira do município

Ensino — Em 1956, com uma matrícula de 2 903 alunos, funcionaram 52 estabelecimentos de ensino fundamental comum, sendo 7 mantidos pelo Govêrno Federal, 16 pelo Estadual, 22 pelo Municipal, e 7 por entidades particulares. Em cooperação com o "Serviço de Extensão Agrícola da Escola de Agronomia do Nordeste" do município de Areia, há também uma Escola de Corte, Costura e Arte Culinária, com regular freqüência. Dessas escolas, 3 situavam-se na sede municipal, duas na vila de Alagoa de Roça, uma na vila de Matinhas e 46 no quadro rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede estão situados dois sodalícios: "Clube Recreativo 21 de Abril" e

"Associação Recreativa de Alagoa Nova", além da Biblioteca "Analice Caldas" e serviço de alto-falante, êstes dois útlimos mantidos pela municipalidade.

ASPECTOS URBANOS — Dezoito ruas e duas praças, as principais delas quase tôdas calçadas a paralelepípedos, constituem a cidade de Alagoa Nova. Estão edificados 875 prédios nas zonas urbana e suburbana da sede, onde existem também 292 ligações elétricas. O distrito-sede é servido por um pôsto telefônico que o liga a Campina Grande, tendo o serviço em aprêço sede nesta última.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Em 31 de dezembro de 1956, estavam inscritos 4 847 eleitores. O poder Legislativo Municipal está representado por 7 vereadores, dos quais 4 da U.D.N. e 3 do P.S.D. Em virtude do falecimento do Dr. Ascendino Virgínio Moura, Prefeito que se elegeu em 3 de outubro de 1955, cujo mandato tinha seu término em 30 de novembro de 1959, dirige os destinos do município o Sr. Manoel Pereira da Cunha, Vice-Prefeito em exercício.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Entre as comemorações festivas destacam-se a de Nossa Senhora de Santana, realizada em janeiro ou fevereiro de cada ano, com grandes solenidades, e de 7 de Setembro, festejada pelas unidades escolares em colaboração com o Poder Executivo. Além das enumeradas, outras são comemoradas, como São João, Natal e Ano Novo.

VULTOS ILUSTRES — Do início de sua vida municipal até a época presente, vários de seus filhos distinguiram-se, não só no âmbito da comuna como também em outras partes do país: João Tavares Cavalcanti, Odilon Lira, José Saldanha Araújo, Dr. Pedro Tavares, como chefes políticos; Dr. Antônio Pereira Diniz, representando o Estado na Câmara de Deputados; Sr. Samuel Duarte, como Governador do Estado e, posteriormente, Deputado Federal, de cuja Casa exerceu a presidência; Dr. Pedro Moreno Gondim, como Deputado Estadual, exercendo atualmente o cargo de Vice-Governador do Estado.

OUTROS ASPECTOS — Alagoa Nova é comarca de 1.ª entrância, tendo atualmente como Juiz de Direito o Dr. Carlos Augusto Romero.

A Paróquia compõe-se de uma Matriz e três capelas, onde são mantidas várias associações religiosas, tendo à sua frente como vigário o padre Emiliano de Cristo. O culto protestante está representado pelos templos da Assembléia de Deus e Congregacional.

O patronímico observado para o município é alagoa-novense.

Acha-se instalada no município uma Agência de Estatística, órgão coletor da estatística brasileira.

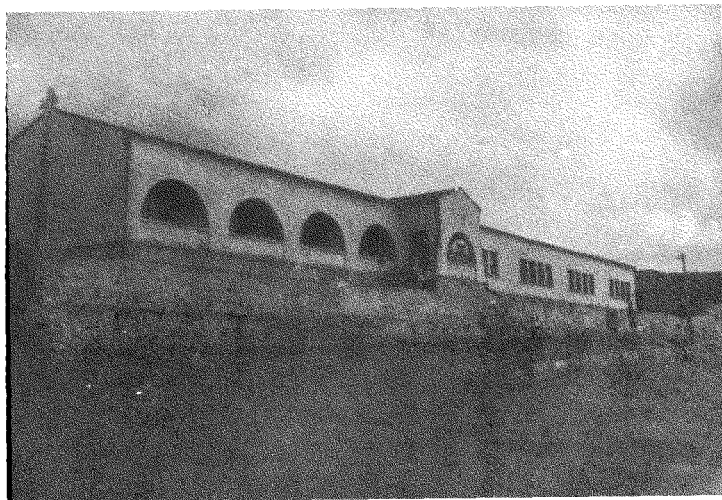
BIBLIOGRAFIA — *Dicionário Corográfico da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. *Anuário Estatístico do Estado da Paraíba.* 1949-1953. *Boletim Estatístico* — Ano VII março a maio — Divulgação do Departamento Estadual de Estatística do Estado da Paraíba. *Documentação Municipal da Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba. Autoria*: Evaldo Gonçalves de Queiroz.

ALAGOINHA — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

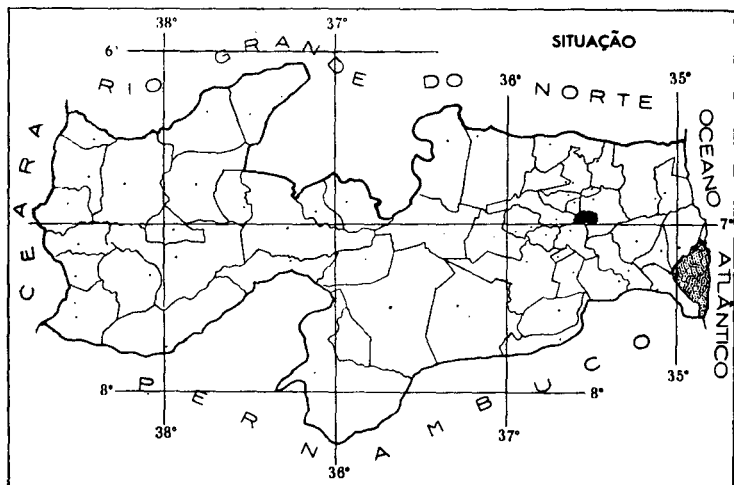
HISTÓRICO — Segundo reza a história, por volta do segundo quartel do século XVI, um pequeno grupo de contrabandistas franceses chegou à região, onde já encontrou forte aldeamento de índios Potiguares, os quais lhes opuseram enorme resistência à penetração. Êsses contingentes gauleses demandavam a antiga serra de Cupaoba, ao norte, em busca, talvez, do ouro que lá diziam existir em abundância. Tais indígenas, posteriormente, aliaram-se aos franceses, com os quais passaram a tumultuar a região, levando o desassossêgo aos dirigentes da Capitania, bem como aos colonos que lá residiam. Êsses fatos obrigaram a que o governador da Capitania, Feliciano Coelho de Carvalho, interviesse, determinando a expulsão dos elementos perturbadores da ordem e arrefecendo a exaltação dos aborígines. Logo depois, ao tempo do domínio holandês, o governador Elias Herckman, com tropa regular, por ordem do Conde Maurício de Nassau, inspirado nos mesmos motivos da penetração francesa, vasculhou aquelas paragens, em busca de minas auríferas, dadas, então, como existentes. Aliás, essa incursão, em que foram gastos dois longos meses, resultou de todo infrutífera e compreendeu uma grande área, em que hoje se encontram, entre outros, os municípios de Guarabira e Caiçara. Exatamente no local descrito, havia uma pequena lagoa em uma propriedade cujo nome não se sabe bem ao certo, mas parece ter sido mesmo "Alagoinha". Aí, com o continuar dos tempos, a colonização portuguêsa, servindo-se dos naturais do país, do braço negro e de alguns mamelucos, organizou um núcleo de população que foi mais tarde conhecido por povoado de Alagoinha, graças ao acidente geográfico já descrito.

Muito embora se afiance que "Alagoinha" era uma antiga propriedade pertencente ao tenente Joaquim José de Moura, Coriolano de Medeiros, em seu conceituado "Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba", informa, haver ocorrido, por volta de 1870, a fundação da vila sendo "seu primeiro habitante Luís Honorato, que, compreendendo a importância do local, ali edificou casa para vivenda e comércio. Secundou-o o tenente José de Moura..."

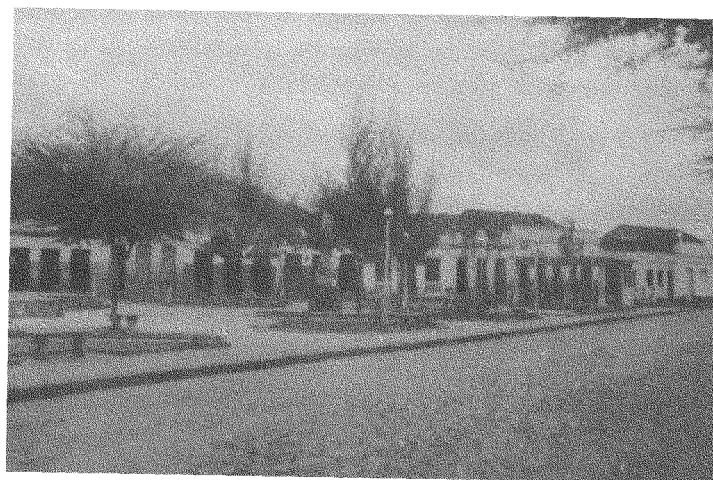
O que não merece contestação é que êsse povoado ou vila deu origem à atual cidade de Alagoinha. Adiante, outras figuras vieram compor a população local, encontrando-se com destaque, entre essas, o capitão Firmino Alves Pequeno, primeiro, e, depois, Francisco Rocha Pereira e

Grupo Escolar Joaquim Moura

José Luís Beltrão. A êsses dois últimos cidadãos coube a iniciativa de erigir uma capela, terminada sob as ordens do Padre Antônio Francisco Ramalho, que foi seu primeiro Vigário.

Por Decreto eclesiástico da Diocese da Paraíba, de 21 de novembro de 1909, foi criada a paróquia sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Como distrito de Guarabira, Alagoinha aparece nas divisões administrativas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 1 010, de 30 de março de 1938, e, finalmente, no quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-43, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Em face do Decreto-lei estadual número 520, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial para vigorar em 1944-48, o distrito guarabirense de Alagoinha passou a denominar-se Tauatuba, que, em língua tupi, significa "abundância de barro vermelho" (de "tauá" — barro, e "tuba" — abundância). A Lei estadual número 318, de 7 de janeiro de 1949, faz voltar, novamente, o topônimo primitivo ao distrito e vila de Tauatuba. Criado o município e comarca pela Lei estadual número 979, de 3 de dezembro de 1953, teve sua instalação festivamente comemorada no dia 30 do mesmo mês e ano, figurando com um único distrito componente. Por Ato do então Governador José Américo de Almeida, foi o Dr. Geraldo Gomes Beltrão, de tradicional família alagoinhense, nomeado seu primeiro prefeito.

LOCALIZAÇÃO — Está situado na Zona Fisiográfica da Caatinga. Limita-se com os municípios de Guarabira, Alagoa Grande, Areia e Pilões. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 15° 23' 32" de latitude Sul e 6° 49' 01" de longitude W. Gr., distando (em linha reta) da capital do Estado cêrca de 80 quilômetros. Tem uma altitude de 50 metros, aproximadamente.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É quente e sêco, o dominante no município. Contudo, em determinada época do ano, correspondente ao inverno, a temperatura torna-se bastante agradável: de um modo geral entre 20 e 30°C., à sombra, para as médias das mínimas e máximas, respectivamente.

ÁREA — Sua área estimada é de aproximadamente 87 quilômetros quadrados, pois sendo um município novo, ainda não foi rigorosamente determinada. Dessa forma apresentava-se como um dos menores do Estado, ocupando o 54.º lugar entre os 57 municípios paraibanos.

Praça João Pessoa

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Assenta-se o município numa planície, na fralda oriental da Borborema. Como decorrência da zona em que se acha situado, e por fôrça das irracionais derrubadas de suas matas, aparece, hoje, como que despido de vegetação em quase tôda a superfície. Entretanto, é justo destacar as serras da Cameleira, do Capim, do Boi, da Vaca Morta, do Môfo, do Curral Picado, do Tauá e do Bom Fim, não existindo cursos d'água dignos de menção.

Grupo Escolar Municipal

RIQUEZAS NATURAIS — O município é pobre nesse aspecto, destacando-se, apenas, algumas argileiras. Encontram-se ainda, embora em pequena quantidade, algumas madeiras como: pau-d'arco, cedro, sucupira, angico, baraúna, louro e outras.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o então distrito de Alagoinha, pertencente a Guarabira, possuía 8 693 habitantes, dos quais 4 161 homens e 4 532 mulheres, dando a média de 99 habitantes por quilômetro quadrado.

Localização da população — À época do Recenseamento Geral de 1950, a população estava assim distribuída: o distrito da sede com um total de 1 866 habitantes nas zonas urbana e suburbana, e 6 827 na zona rural, num total de 8 693.

Aglomerações urbanas — Contava, apenas, com um centro urbano — a vila de Alagoinha, com 1 866 habitantes, de acôrdo com o Censo Demográfico de 1950.

Estimativa da população — Estimativa feita pelo Departamento Estadual de Estatística, em 31 de dezembro de 1955, dá ao município 9 669 habitantes, colocando-o no 54.º lugar entre os demais municípios paraibanos e ocupando 0,50% da população do Estado. A mesma estimativa confere à cidade 2 075 pessoas, classificando-a no 33.º lugar entre as demais. A sua densidade demográfica é, atualmente, de 111,13 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Alagoinha é essencialmente agrícola, onde se destacam as culturas de agave e de algodão, mandioca, milho, arroz, batatinha, feijão e cana-de-açúcar. O valor dessa produção, em 1956, superou a 23 milhões de cruzeiros conforme se pode observar pelo quadro a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave	Quilograma	1 000 000	5 000
Algodão herbáceo	Arrôba	20 400	3 060
Arroz	Saco de 60 kg	1 000	420
Batata-doce	Tonelada	1 180	364
Cana-de-açúcar	Tonelada	13 000	3 250
Fava	Saco de 60 kg	3 000	900
Feijão	Saco de 60 kg	5 500	1 650
Fumo	Arrôba	2 840	341
Laranja	Cento	50 000	6 000
Mamona	Quilograma	16 000	64
Mandioca	Tonelada	3 600	1 200
Manga	Cento	8 000	400
Milho	Saco de 60 kg	3 300	594
TOTAL	—	—	*23 243*

Indústria — A tabela a seguir mostra a situação industrial do município, de acôrdo com os levantamentos procedidos em 1956:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Rapadura	Quilograma	822 150	4 110
Aguardente	Litro	265 500	2 124
Fibra de agave	Quilograma	243 780	1 156
Farinha de mandioca	Quilograma	89 150	89
TOTAL	—	—	*7 479*

As indústrias da rapadura e da aguardente vêm tomando sensível desenvolvimento no município, sobretudo nestes dois últimos anos. Segundo o inquérito acima mencionado, havia 97 estabelecimentos com 486 operários, aproximadamente, tendo o valor da produção superado a 7 milhões de cruzeiros.

Pecuária — Embora de pequena significação, os seus rebanhos assim se apresentavam:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Bovinos	3 650
Suínos	1 800
Muares	1 000
Asininos	900
Caprinos	900
Ovinos	700
Eqüinos	560

As terras destinadas às pastagens representam 25% de sua área e são cobertas de pastagens naturais.

Comércio — Seu comércio é ativo e florescente com os municípios vizinhos. Existem, atualmente, 51 estabelecimentos comerciais na sede municipal, que exploram os ramos de tecidos em geral, estivas, ferragens, cereais, etc. Em 1955, êstes estabelecimentos apresentaram um movimento no valor de Cr$ 2 981 460,00, calculando-se para muito mais, em 1956. Mantém transações, principalmente com Guarabira, Areia, Alagoa Grande, Sapé, Esperança, Campina Grande e, ainda, com as capitais dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Rua Governador José Américo

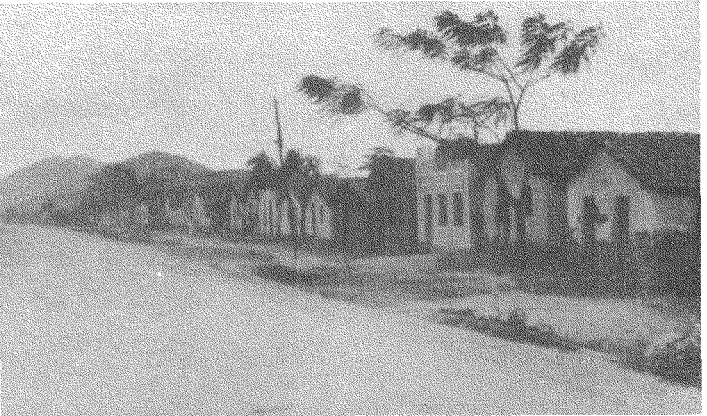
FINANÇAS PÚBLICAS — O município orçou a receita e fixou a despesa para o exercício financeiro de 1956 em Cr$ 1 334 504,00. A evolução das finanças municipais neste primeiro triênio de autonomia administrativa foi a seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1954	...	720	...	631
1955	1 296	1 003	196	1 003
1956	1 061	1 334	328	1 334
1957 (1)	...	1 400	...	1 400

(1) Orçamento.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade está ligada à capital do Estado e às sedes dos municípios vizinhos por estradas de rodagem: Guarabira (17 quilômetros), Alagoa Grande (17), Areia (34), Pilões (23) e capital Estadual (87).

Há no município 18 veículos rodoviários: 12 caminhões, 3 camionetas, 2 jipes e 1 automóvel comum. Sua rêde rodoviária, das menores do Estado, mede apenas 51 quilômetros.

Como vias de comunicação, dispõe de uma agência postal-telegráfica, do Departamento de Correios e Telégrafos, na sua sede.

Vista de um trecho da Avenida Moura Filho

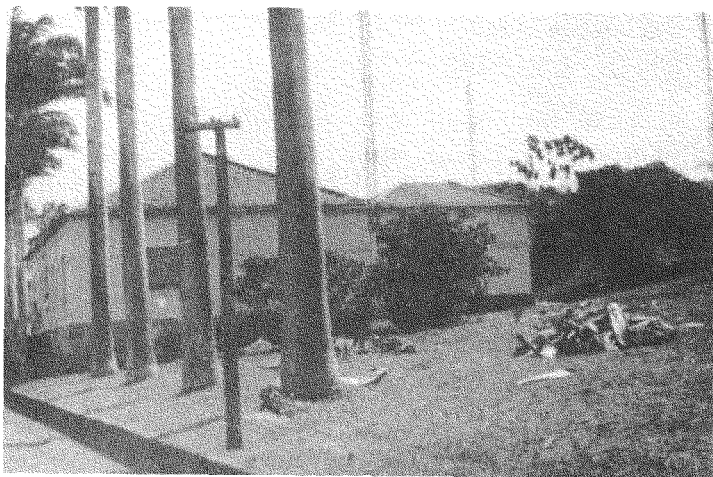
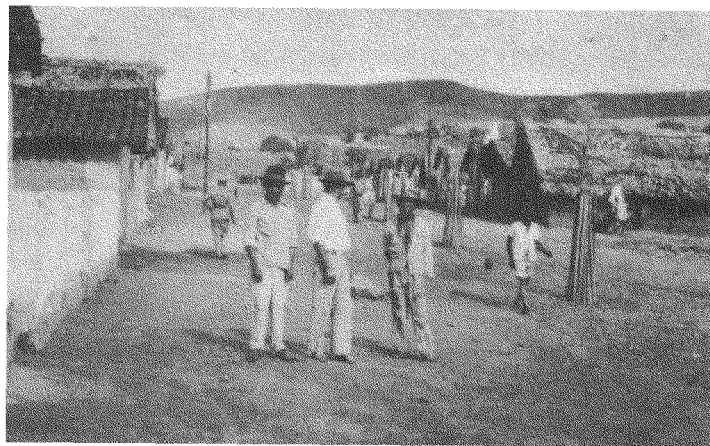
ASPECTOS URBANOS — Localizada no ponto de convergência das principais estradas de rodagem das zonas da Caatinga e Brejo, Alagoinha apresenta-se agradável e alegre a todos que a visitam. Suas construções são ainda de estilo antigo, possuindo, atualmente, 719 predios e 18 logradouros, dentre os quais se destaca a Praça João Pessoa, sendo 8 pavimentos a paralelepípedos, com uma área calculada em 1 650 metros quadrados, e 3 arborizados. A iluminação pública estende-se por todos os logradouros e a domiciliária conta com 226 ligações elétricas. Dos seus edifícios mais importantes, destacam-se a Igreja Matriz de N. S.ª da Conceição, o Grupo Escolar Joaquim Moura e a Prefeitura Municipal. Dispõe, ainda, de um cinema, um clube recreativo denominado "1.º de Março" e um hotel.

ALFABETIZAÇÃO — Das 1 603 pessoas, de 5 anos e mais, presentes na então vila de Lagoinha quando da realização do Censo Demográfico de 1950, 399, ou seja, 24,89%, sabiam ler e escrever. Essa percentagem é muito baixa, em se tratando de população urbana, vez que a correspondente à tôda a população do Estado é de 25,36%.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 38 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, contando 855 alunos matriculados. Daquele total, 16 eram do ensino supletivo, 14 municipais, 6 estaduais e duas particulares. Convém ressaltar, ainda, a existência de uma escola do ensino profissional (Centro de Iniciação Profissional Coronel Manuel Martins).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Entre outros, destaca-se o Clube Recreativo 1.º de Março, Biblioteca Pública Municipal José Rodrigues de Carvalho, e um serviço de alto-falantes, que promovem o divertimento dos habitantes da cidade.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O Legislativo Municipal está constituído de 7 vereadores. No último pleito realizado a 3 de outubro de 1955, votaram 1 378 eleitores. O atual prefeito é o Senhor Dr. Elógio Martins de Araújo (PSD) Seu primeiro prefeito foi o Dr. Geraldo Gomes Beltrão, que tomou posse no ano de 1933, quando da criação do município.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — No período de 22 a 24 de dezembro de cada ano, realiza-se a tradicional festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município, encerrando-se com uma procissão solene. Convém salientar ainda outras festividades que se realizam por ocasião das datas de 7 de setembro, Natal e dos santos do mês de junho.

Estação Experimental do município

Trecho da Rua Nova Descoberta

VULTOS ILUSTRES — Dentre os seus filhos ilustres, são dignos de menção o Dr. *José Rodrigues de Carvalho,* destacado político e jornalista; Dr. *Ovídio Montenegro,* escritor e jornalista; Dr. *Valdemar Batista Sales,* advogado e escritor, autor de um livro sôbre a Amazônia.

OUTROS ASPECTOS — Apesar de sua pequena extensão territorial, merece certa distinção entre os demais municípios da Caatinga paraibana. Conta com uma Estação Experimental para o cultivo do algodão e um Pôsto Agropecuário. É sede da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em cuja jurisdição se localizam 10 templos, datando a sua fundação de 8 de dezembro de 1909, além de um templo protestante (Igreja Evangélica Assembléia de Deus). Aos domingos, realiza-se a feira semanal, com grande afluência dos moradores do município e de outros vizinhos.

O patronímico dos seus habitantes é alagoinhense.

Na cidade, acha-se instalada uma Agência de Estatística, órgão do sistema brasileiro de estatística.

BIBLIOGRAFIA — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; *Sinopse Estatística do Município de Guarabira* — 1948; *Documentação Municipal da Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.*

ANTENOR NAVARRO — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — No começo do século XVII, Luís Quaresma Dourado, da Paraíba, e a Casa da Tôrre, da Bahia, adquiriram várias sesmarias na ribeira do rio do Peixe. Em 1691, o capitão-mor Antônio José da Cunha, da Capitania de Pernambuco, conseguindo a amizade dos índios chamados Icós Pequenos, estabeleceu-se às margens do rio do Peixe, com uma fazenda de criação, a qual, segundo documentos da época, reunia mais de 1 500 cabeças de gado. Até 1765, porém, o local onde agora se ergue a cidade era uma fazenda de criação, pertencente ao capitão João Dantas Rothéa, morador do distrito de Piancó. Êste fazendeiro, num pedido de sesmaria, alegava que "era senhor e possuidor de um sítio de criar gado na ribeira do rio do Peixe, chamado São João, que houve por compra à Casa da Tôrre..." Desta fazenda resultou o povoado, depois vila de São João do Rio do Peixe, e, por fim, a atual

Prefeitura Municipal

cidade de Antenor Navarro, em homenagem ao Interventor Federal dêsse nome, falecido num desastre de aviação, em 23 de abril de 1927, na Bahia.

O distrito foi criado pela Lei provincial número 96, de 28 de novembro de 1863, e o município sob o topônimo de São João do Rio do Peixe, pela Lei número 727, de 8 de outubro de 1881, tendo sido seu território desmembrado do município de Sousa. Posteriormente, pelo Decreto municipal número 50, de 26 de maio de 1932, aprovado pelo Decreto estadual número 284, de 3 de junho do mesmo ano, o município em aprêço passou a denominar-se Antenor Navarro, apresentando-se, na divisão territorial do Brasil, integrado por um só distrito, o da sede. De conformidade com as divisões territoriais de 31-12-1936 e 31-12-1937, como também o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 1 010, de 30 de março de 1938, Antenor Navarro subdivide-se em três distritos: o da sede, Belém e Pilões, observando-se, ainda, tal fato no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto-lei estadual número 1 164, de 15 de novembro de 1938, e onde, todavia, o segundo distrito (Belém) passa a chamar-se Canaã. A comarca de Antenor Navarro foi criada pelo Decreto-lei estadual número 39, de 10 de abril de 1940, abrangendo um único têrmo, libertado da de Sousa.

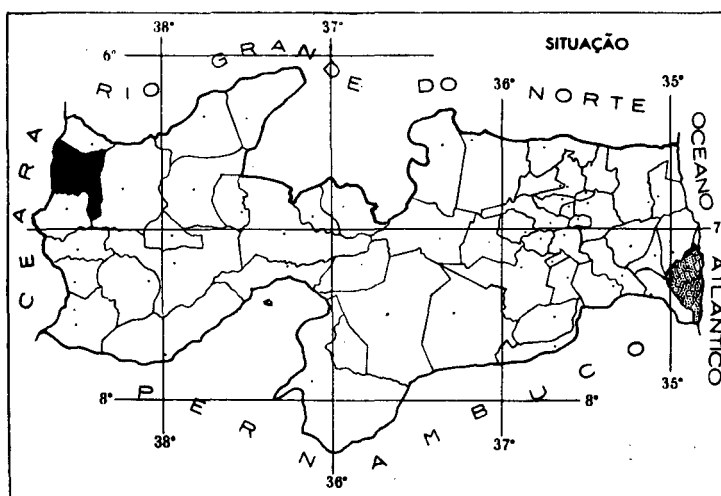
No quadro territorial estabelecido para vigorar no qüinqüênio 1944-48, pelo Decreto-lei número 520, de 31 de dezembro de 1943, o município permanece subdividido em três distritos: Antenor Navarro, Brejo das Freiras (ex-Pilões) e Uiraúna (ex-Canaã). Vê-se, pois, que dois de seus distritos tiveram modificados seus topônimos. Pela Lei número 318, de 7 de janeiro de 1949, que fixa a divisão administrativa do Estado, que vigoraria até janeiro de 1953, o município é composto dos distritos da sede, Uiraúna, Brejo

Igreja-Matriz de N. S.ª do Rosário

das Freiras e Poço Dantas. Com a criação do município de Uiraúna, desmembrado do de Antenor Navarro, pela Lei número 972, de 2 de dezembro de 1953, ficou o dito município com apenas o distrito da sede e o de Brejo das Freiras, visto que o distrito de Poço Dantas, inclusive sua sede, foi, em grande parte, incorporado do município de Uiraúna.

LOCALIZAÇÃO — Está o município localizado na Zona Fisiográfica do Sertão. Limita-se com os seguintes municípios: Uiraúna, Sousa e Cajàzeiras, na Paraíba, e Icó e Baixio, no Estado do Ceará.

A cidade dista (em linha reta) 395 quilômetros da capital Estadual, sendo seu rumo em relação à mesma O.N.O., correspondendo-lhe as seguintes coordenadas geográficas: 6° 43' 56" de latitude Sul e 38° 26' 55" de longitude W. Gr., e situa-se a 230 metros acima do nível do mar.

SITUAÇÃO
RIO GRANDE DO NORTE
CEARÁ
PERNAMBUCO
OCEANO ATLÂNTICO
38° 37° 36° 35°
6° 7° 8°

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É quente e sêco, sendo porém as noites bastante frescas, em face das brisas que sopram das costas cearenses. A temperatura oscila de 28° para as mínimas a 35°C para as máximas, à sombra. O pluviômetro local registrou, em 1956, 1 702 milímetros nas precipitações.

ÁREA — Até 1954, a área do município era de 1 479 quilômetros quadrados, ocupando o 15.° lugar em relação aos demais municípios paraibanos. Entretanto, com o desmembramento sofrido com a criação do município de Uiraúna, a sua superfície ficou reduzida a 591 quilômetros quadrados, classificando-se no 22° lugar entre os 57 municípios existentes.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município assenta-se em vastos tabuleiros e planícies levemente ondulados, excetuando-se a parte onde se erguem serras de certo vulto, das quais se destacam as do Padre, do Constantino, da Arara e das Gamelas, cujos vales são excelentes para as culturas de feijão, mandioca, cana-de-açúcar, banana, algodão, etc.

O rio do Peixe é o principal curso d'água do município, seguindo-se pela sua importância o riacho Cacaré.

RIQUEZAS NATURAIS — Merece destaque a fonte termal de Brejo das Freiras, no distrito do mesmo nome, considerada como estação balneária de importância para a região e o Estado, pelo poder curativo de suas águas. Aparecem, ainda, algumas jazidas de pedra calcária e argilas.

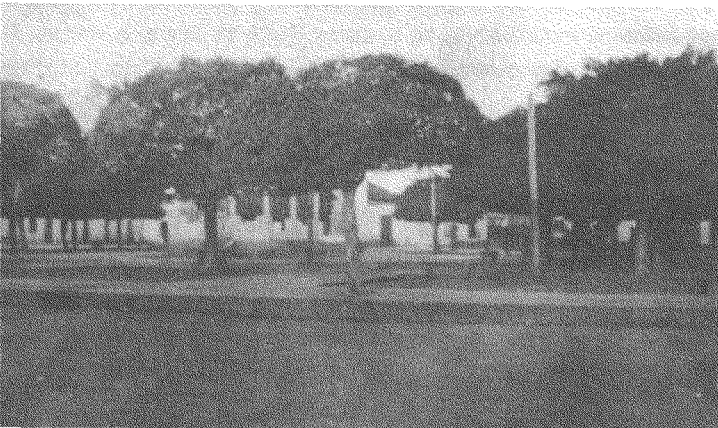
No reino vegetal, apenas restam no município pequenas e esparsas áreas cobertas de matas e outras de capoeiras, sem expressão.

POPULAÇÃO — No quadro a seguir consignam-se os elementos mais importantes sôbre a população do município, transcritos dos resultados do Censo Demográfico de 1950:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Antenor Navarro	12 066	2 066	10 000
Brejo das Freiras	10 035	183	9 852
Poço Dantas	4 387	103	4 284
Uiraúna	8 074	1 658	6 416
TOTAL	*34 562*	*4 010*	*30 552*

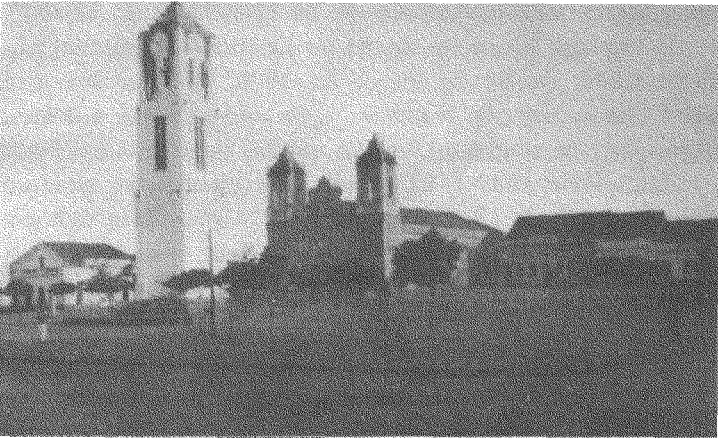
Essa população total de 34 562 habitantes assegurou-lhe o 20.º lugar entre os 41 municípios paraibanos existentes à época do Censo. Das suas aglomerações urbanas então destacavam-se a sede do município com 2 066 habitantes e a vila de Uiraúna com 1 658. Como se verifica no quadro exposto, a população rural — 30 552 pessoas, representa 88% do total. Essa percentagem é superior à do Estado, que é de 73%.

Estação Ferroviária da Rêde de Viação Cearense

Segundo os diferentes grupos, a população assim se compunha: *Sexo* — 17 332 homens e 17 230 mulheres. *Côr* — 23 551 brancos, 5 476 pretos, 5 468 pardos e 67 sem declaração de côr. Das pessoas de 15 anos e mais, 10 823 eram casadas, 6 331 solteiras, 1 012 (272 homens e 740 mulheres) viúvas e 6 desquitadas; 85 não declararam o estado conjugal. *Religião* — 34 211 católicos apostólicos romanos, 295 protestantes, 1 espírita, 5 de outras religiões, 7 sem religião e 43 sem declaração de religião. Em tôda a comuna, achavam-se presentes apenas 2 estrangeiros.

Praça Padre Cirilo de Sá

Rua Luiz Bernardo

Antenor Navarro é um dos raros municípios paraibanos cuja população masculina é maior que a feminina.

Estimativa da população — Com o desmembramento territorial sofrido pelo município, em virtude da criação do de Uiraúna, sua população ficou reduzida a cêrca de 24 752 habitantes, segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, em 31-12-1956, colocando-se no 32.º lugar entre os municípios paraibanos, ocupando 1,55% do total da população do Estado. Igualmente, os habitantes da cidade foram estimados em 2 298, classificando-se em 33.º lugar entre as demais. Em 1950, a densidade demográfica era de 23,38 habitantes por quilômetro quadrado; entretanto, com o desmembramento sofrido, aumentou para 41,88, enquanto a do Estado é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

Praça Barão do Rio Branco

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem como sustentáculo de sua economia a agricultura e a pecuária, regularmente desenvolvidas. Apresenta como principais produtos agrícolas o algodão, o milho, o arroz, o feijão, a mandioca e a cana-de-açúcar.

O valor da produção agrícola, em 1956, assim se expressava:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão arbóreo	Arrôba	150 688	24 863
Milho	Saco de 60 kg	71 000	8 520
Arroz	» » » »	7 313	1 828
Feijão	» » » »	3 472	1 042
Algodão herbáceo	Arrôba	2 300	379
Cana-de-açúcar	Tonelada	2 190	328
Banana	Cacho	3 600	108
Mandioca	Tonelada	540	97
Batata-doce	»	60	36
TOTAL	—	—	*37 201*

Pelo quadro acima, observa-se a posição destacada que tem o algodão no cômputo geral de sua produção, concorrendo com 66% do valor total.

Antenor Navarro possui também a sua indústria, embora em pequena escala, conforme se observa pelo quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão em pluma	147 510	4 867
Cêra de carnaúba	2 300	92
Rapadura	146 910	670
Farinha de mandioca	135 000	432
Outros	294 900	1 061
TOTAL	*726 620*	*7 123*

Com base no Registro Industrial de 1956, havia cêrca de 40 estabelecimentos industriais que ocupavam 5 ou mais pessoas, num total de 421 operários, cujo valor da produção superou a 7 milhões de cruzeiros, figurando em primeiro plano o beneficiamento do algodão que concorreu com 68% do valor total da produção industrial.

Trecho da Avenida Jacob Frantz

A pecuária também tem regular significação, sendo os efetivos de seus rebanhos, em 1956, os seguintes:

ESPÉCIE	NÚMERO DE CABEÇAS
Bovinos	7 900
Suínos	6 000
Caprinos	3 100
Ovinos	3 000
Asininos	1 700
Eqüinos	800
Muares	500

A atividade comercial é representada por 2 estabelecimentos atacadistas e cêrca de 130 varejistas no comércio de tecidos em geral, cereais, algodão, drogas, etc.

FINANÇAS PÚBLICAS — Pela tabela exposta podemos observar o que foram as finanças de Antenor Navarro no último qüinqüênio:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	—	1 671	665	402	1 007
1952	—	2 266	1 164	576	1 191
1953	—	2 061	1 299	497	923
1954	—	2 244	1 074	410	984
1955	48	2 414	1 242	531	1 717

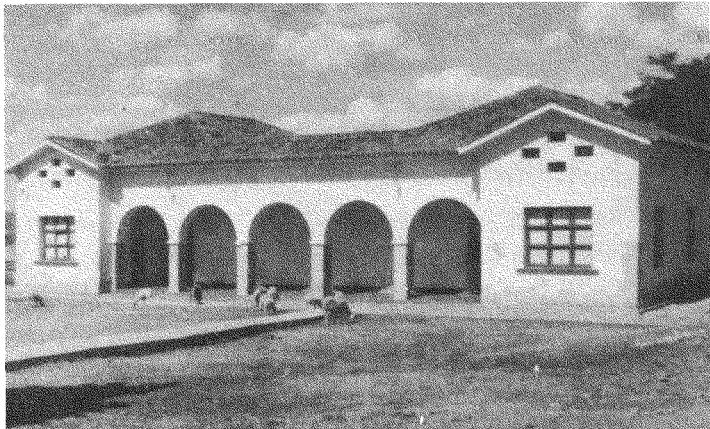
Rua Líbio Brasileiro

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal está ligada às demais cidades vizinhas por meio de estradas de rodagem e ferro (Rêde de Viação Cearense). Por estrada de rodagem, com Uiraúna (36 quilômetros), Sousa (26), Cajàzeiras (23), Icó (107) e Baixio (36), estas duas últimas no Estado do Ceará. Dista 457 quilômetros da capital do Estado. Por estrada de ferro, com Sousa (27), Cajàzeiras (24) e Baixio (33).

Conta o município com apenas 25 veículos rodoviários: 5 jipes, 19 caminhões e uma camioneta, sendo cortado por 156 quilômetros de estradas de rodagem.

Como vias de comunicação dispõe a cidade de uma Agência dos Correios e Telégrafos com serviço postal-telegráfico.

ASPECTOS URBANOS — Com pouco mais de 2 000 habitantes, é Antenor Navarro das menores cidades paraibanas. Em número de 20 são os seus logradouros públicos, dos quais 3 são arborizados e pavimentados a paralelepípedos. É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a 18 logradouros e a domiciliária serve a 369 dos 630 prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade não dispõe de hospital ou casa de saúde; entretanto, existe a fonte termal de Brejo das Freiras onde se acha localizado um confortável hotel. As propriedades terapêuticas de suas águas têm ação sôbre as funções gastrintestinais e hepáticas, estimulantes do tegumento cutâneo, linfatismo, anemia, fraturas ósseas de lenta consolidação, luxações, etc. É freqüentada de preferência, por pessoas dos municípios vizinhos e especialmente do Recife, João Pessoa, Fortaleza e Campina Grande. Funcionam no município um Pôsto de Higiene, mantido pelo Estado, 3 drogarias e uma farmácia.

Prédio dos banheiros da Estância Termal de Brejo das Freiras

Um médico e um dentista exercem a profissão no município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe a Cooperativa de Crédito Agrícola de Antenor Navarro Limitada, com 1 303 associados, tendo apresentado, em 1956, um movimento de 907 empréstimos no valor de Cr$ 7 769 677,00 além da Sociedade de São Vicente de Paula, que também prestou auxílios no valor de Cr$ 12 753,80.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados registrados no Recenseamento Geral de 1950, assim se apresenta o nível de instrução no município:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	6 921	24,51
Não sabem ler e escrever	21 305	75,49
TOTAL	28 226	100,00

A percentagem de alfabetização é inferior à do Estado, que é de 25,36%.

Ensino — Em 1956, segundo informação contida na XXI Campanha Estatística, contava o município com apenas 20 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, sendo 15 estadual e 5 federais do ensino supletivo. Dessas escolas, 4 situavam-se na sede do município, uma na vila de Brejo das Freiras e 15 no quadro rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade possui a Biblioteca Pública Municipal Padre José Dantas, com mais de 1 000 volumes.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — A Câmara Municipal está composta de 7 vereadores, tendo votado 3 627 eleitores no pleito de 3 de outubro de 1955. O atual prefeito é o Senhor Manoel Fernandes Dantas (U. D. N.).

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — Em primeiro plano, destaca-se a festa da padroeira do lugar, data em que todo o povo do município congrega-se num só pensamento — homenagear sua protetora. Ainda são comemoradas as datas de 7 de Setembro, Natal e os Santos do mês de junho.

OUTROS ASPECTOS — Semanalmente realizam-se feiras não só na cidade como nas vilas, notadamente as de gado, em especial a do povoado Melancias, uma das mais importantes de todo o sertão paraibano.

Funciona no município um Pôsto de Fomento Agrícola, mantido pelo Ministério da Agricultura.

Há no município 13 templos católicos e 1 protestante.

O patronímico dos seus habitantes é navarrense.

Na cidade, acha-se instalada uma Agência de Estatística, órgão do sistema brasileiro de estatística.

BIBLIOGRAFIA — *A Parahyba* — João de Lyra Tavares; *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954; *Sinopse Estatística do Município de Antenor Navarro* — C. N. E. — 1948; *Documentação Municipal da Inspetoria de Estatística da Paraíba*.

AUTORIA: Manoel Meireles — A. E. de Pocinhos.

ARARUNA — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Datam dos meados do século XVIII os primórdios da história de Araruna. As terras hoje abrangidas pelo município integravam as "datas" de Tacima, ao norte, e de Jaguaré, ao sul. A primeira dessas "datas" pertencia a Matias Nunes, e a segunda presume-se tenha sido constituída pelas terras concedidas ao capitão Luís Ferreira da Soledade e Antônio Rodrigues da Costa que, segundo Coriolano de Medeiros, em seu "Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba", requereram-nas precisamente a 24 de outubro de 1766.

Várias tribos indígenas, da importante nação Cariri, habitavam por aquêle tempo a região, que, anos depois, se foi povoando com criadores oriundos do Rio Grande do Norte que ali se estabeleceram com fazendas de gado, praticando, também, a agricultura. Coube, todavia, a Feliciano Soares do Nascimento a fundação da povoação de Araruna, o que ocorreu em 1845.

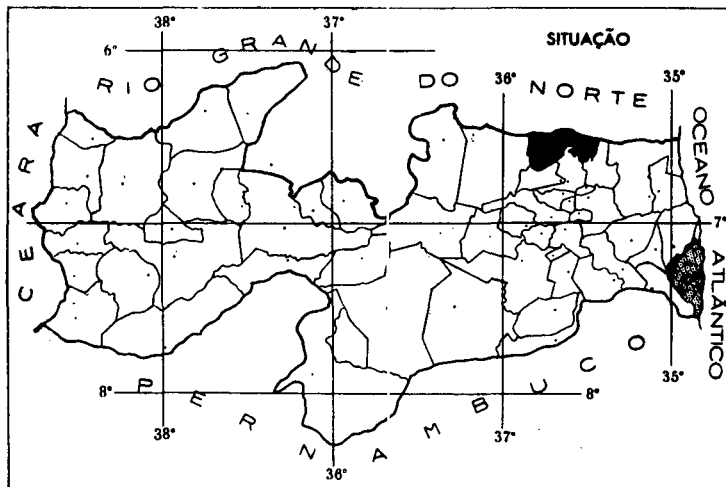
O vocábulo "Araruna" significa em língua indígena "arara preta". Tal denominação dada à serra mais importante do município, em decorrência de existir na região essa ave com a plumagem azul-escuro, estendeu-se depois ao povoado que surgiu nos contrafortes daquele ocidente geográfico.

Desenvolveu-se a povoação e, pela Lei provincial número 25, de 4 de julho de 1854, era elevada à sede da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na época criada. Desmembrado do município de Bananeiras, ao qual sempre pertenceu, criou-se, por fôrça da Lei provincial número 616, de 10 de julho de 1876, o município de Araruna, cuja instalação ocorreu a 16 de novembro do mesmo ano. Na divisão administrativa referente a 1911, figura com três distritos: Araruna, Tacima e Riachão. Entretanto, na relativa a 1933, aparece apenas com um único distrito: Araruna. Outra alteração na sua composição apresenta o município nas divisões territoriais de 31-XII-1936 e 31 de dezembro de 1937, onde volta a figurar com três distritos: Araruna, Cacimba de Dentro e Tacima. Ainda nesses quadros, apresenta-se Araruna como têrmo judiciário da comarca de Bananeiras. Em 1938, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro do mesmo ano, a sede do município recebeu foros de cidade. A comarca foi criada pelo Decreto-lei estadual número 39, de 10 de abril de 1940, constituída de um só têrmo. Na divisão territorial vigente, o município é têrmo da comarca do mesmo nome e per-

Um ângulo da Praça João Pessoa

manece com os mesmos distritos: Araruna, Cacimba de Dentro e Tacima.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se o município de Araruna na Zona Fisiográfica da Caatinga, limitando-se com Bananeiras, Caiçara, Cuité e Solânea, e com o Estado do Rio Grande do Norte.

A sede municipal, que dista 115 quilômetros da capital do Estado, em linha reta, no rumo N.O., tem a altitude de 580 metros e as seguintes coordenadas geográficas: 6° 31' de latitude Sul e 35° 44' de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É quente e sêco o clima do município, principalmente no verão. Ameniza-se durante o inverno, quando sua temperatura baixa até 18°C. A média das máximas é de 33°C. O município está sujeito ao flagelo das sêcas que assolam, de quando em vez, a região.

ÁREA — Com 807 quilômetros quadrados, que correspondem a 1,43% da área do Estado, coloca-se Araruna no 26.° lugar entre os 57 municípios paraibanos ora existentes.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Calabouço (divisor natural entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte), Curimataú, Cachoeirinha, Riachão e Salgadinho; as lagoas Poró, do Meio e Salgada e as serras da Araruna e da Confusão constituem os principais acidentes geográficos da comuna.

RIQUEZAS NATURAIS — Pràticamente, não há riquezas naturais no município. Trechos do seu solo contêm argila, que, aliás, é aproveitada no fabrico de telhas e tijolos.

Ginásio 4 de Julho, da Fundação Padre Ibiapina

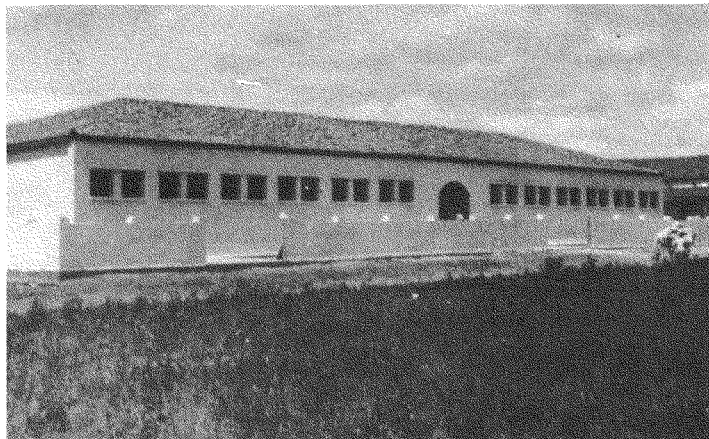
A flora é representada por esparsos espécimes de aroeira, baraúna, pau-d'arco etc. Na fauna, que também é pobre, destacam-se preás, tatus, veados e rapôsas. Há aves de bela plumagem: papagaios, periquitos, maracanãs e outras.

POPULAÇÃO — Consignam-se a seguir os elementos de maior interêsse referentes à população, extraídos dos resultados do Censo Demográfico realizado em 1950.

MUNICÍPIO, CIDADE E VILAS	POPULAÇÃO		
	Total	Homens	Mulheres
Município de Araruna	40 814	20 135	20 679
Cidade de Araruna	2 261	1 050	1 211
Vila de Cacimba de Dentro	1 010	447	563
Vila de Tacima	1 674	776	898
Quadro rural	35 869	17 862	18 007

Com 40 814 habitantes — 2,38% do total estadual —, colocou-se Araruna no 15.° lugar entre os 41 municípios paraibanos então existentes.

Das 3 aglomerações urbanas — Araruna, Cacimba de Dentro e Tacima, destaca-se a primeira, sede do município, que, no concêrto das demais cidades do Estado, logrou colocar-se no 22.° lugar.

Também no quadro acima se verifica a franca superioridade da população rural sôbre a urbana, correspondendo a primeira a 87,8% e a segunda a apenas 12,2% do total.

Hospital e Maternidade D. Maria Júlia Maranhão, entidade particular

A percentagem da população rural é das mais elevadas do Estado, ultrapassando em muito a dêste, que é de 73%.

COMPOSIÇÃO — Segundo os diferentes grupos, a população do município dividia-se assim: *Sexo* — 20 153 homens e 20 679 mulheres. *Côr* — 30 854 brancos, 4 218 pretos e 5 645 pardos; 101 pessoas não declararam a côr. *Estado civil* — De 15 anos e mais, 22 107 pessoas, 7 820 eram solteiras, 13 053 casadas, 9 desquitadas e 1 172 (277 homens e 895 mulheres) viúvas. *Religião* — 40 500 católicos apostólicos romanos, 115 protestantes, 26 espíritas, 3 de outras religiões, 39 sem religião e 62 sem declaração de religião.

ESTIMATIVA — De acôrdo com estimativa elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística, referente a 31 de dezembro de 1956, as populações do município e da cidade, são, respectivamente, de 45 396 e 2 515 habitantes figurando, assim, no 13.° e 28.° lugares, entre os 54 municípios e cidades existentes àquela data. Com essa população, a densidade demográfica do município eleva-se para 56 habi-

tantes por quilômetro quadrado, enquanto a do Estado é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são as principais atividades econômicas do município. Em 1950, segundo os resultados dos Censos Econômicos, essas atividades congregavam 95% das pessoas de 10 anos e mais em atividades, exceto domésticas.

Agricultura — Em 1956 o valor da produção agrícola foi de Cr$ 46 491 000,00, conforme especificação no quadro abaixo:

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave (Fibra)	5 000	Kg	4 010 000	16 040
Feijão	650	Saco de 60 kg	17 000	15 300
Algodão herbáceo	1 300	Arrôba	33 000	4 950
Milho	800	Saco de 60 kg	24 500	3 675
Batata-doce	25	Tonelada	330	3 500
Mandioca brava	700	»	6 970	3 485
Mandioca mansa	80	»	750	1 500
Abacate	10	Cento	5 800	1 160
Mamona	190	Kg	200 000	1 000
Outros	—	—	—	5 881
TOTAL	—	—	—	*56 491*

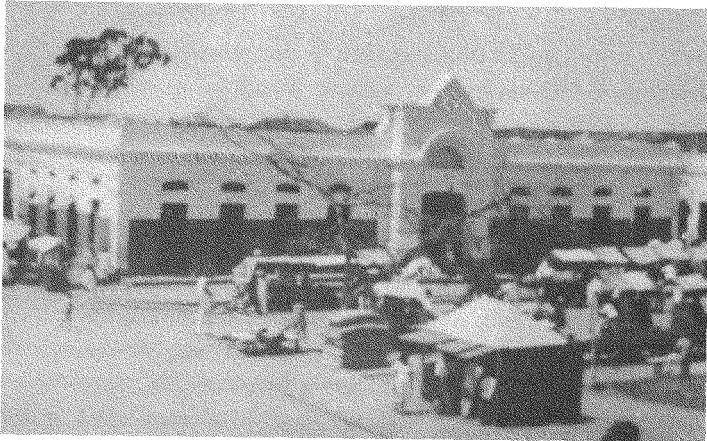
Daí se verifica que os principais produtos agrícolas do município são a agave e o feijão, que, juntos, contribuíram com mais de 55% do valor total da produção.

Pecuária — É relativamente desenvolvida a pecuária ararunense. Em 1956 os rebanhos tinham os efetivos registrados no quadro abaixo:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Asininos	12 500
Bovinos	17 500
Caprinos	17 000
Eqüinos	9 200
Muares	8 500
Ovinos	14 500
Suínos	18 500

Os rebanhos asinino, eqüino e muar são dos maiores do Estado.

A agricultura e a pecuária não apresentam maior desenvolvimento em conseqüência das sêcas que periòdicamente devastam o município.

Comércio — É pouco desenvolvido o comércio ararunense. Há em todo o município cêrca de 50 estabelecimentos, dos quais 35 no distrito-sede. O município exporta agave, algodão, feijão e mamona e importa estivas em geral, tecidos, ferragens, louças e miudezas.

Mercado Público Municipal

Igreja Santo Antônio, sua construção data do Século XVIII

Indústria — A principal atividade industrial do município é o desfibramento de agave. Das outras indústrias, tôdas de menor vulto, a que mais sobressai é a rudimentar fabricação de farinha de mandioca, como se vê no quadro abaixo, onde se registra a produção industrial segundo a espécie, referente a 1955:

ESPÉCIE	VALOR (Cr$)
Agave desfibrado	5 128 000,00
Farinha de mandioca	2 635 500,00
Pão, bolachas, etc	2 591 000,00
Telhas e tijolos	410 000,00
Energia elétrica	128 837,00
TOTAL	*10 894 337,00*

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO — Há, apenas, a Cooperativa de Crédito Agrícola de Araruna, entidade filiada à Cooperativa de Crédito Agrícola da Paraíba.

FINANÇAS PÚBLICAS — No qüinqüênio 1952-56, as finanças públicas no município registraram os seguintes números:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1952	1 844	1 158	553	1 096
1953	...	1 160	...	1 096
1954	1 680	1 130	...	1 064
1955	2 551	2 149	...	2 138
1956	...	2 243	1 016	1 830

Não há coletoria federal no município. Os impostos federais são recolhidos pela coletoria de Caiçara.

Igreja-Matriz de N.S.ª da Conceição

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Araruna liga-se por meio de rodovias às cidades de Bananeiras (48 quilômetros), Caiçara (52 quilômetros), Cuité (80 quilômetros), Solânea (45 quilômetros), Nova Cruz — RN (42 quilômetros) e à capital Estadual (171 quilômetros).

Há, ainda, um campo de pouso, onde aterrissam aviões de pequeno porte, tipo "teco-teco".

O município possui 29 veículos rodoviários — 27 caminhões e 2 automóveis, e conta com 262 quilômetros de estradas de rodagem, em sua totalidade de pavimentação deficiente (terra melhorada).

Na sede municipal há uma agência postal-telegráfica e nas vilas de Cacimba de Dentro e Tacima agências postais, tôdas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Araruna, com 2 261 habitantes (Recenseamento Geral de 1950), é uma pequena cidade com 26 logradouros públicos e 701 prédios. Dêsses logradouros, 4 são calçados a paralelepípedos e 2 arborizados. Os principais são a Praça João Pessoa, onde há um busto dêsse eminente brasileiro, as Avenidas Epitácio Pessoa e Solon de Lucena, e a Rua Barão do Rio Branco. Entre os edifícios, destacam-se a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o Mercado Público, a Prefeitura Municipal e o Grupo Escolar Pereira da Silva. A cidade é servida de luz elétrica. Todos os seus logradouros públicos são iluminados e as ligações domiciliares estendem-se a 220 prédios. Há no distrito-sede 1 cinema (Cine São Pedro), 1 clube recreativo (Clube 14 de Julho) e 2 templos católicos.

A Prefeitura mantém um pequeno serviço telefônico urbano, que possui apenas 4 aparelhos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionam na cidade a Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora de Fátima e o Pôsto de Higiene. Acha-se em construção a Casa de Saúde e Maternidade Maria Júlia Maranhão. Apenas 1 médico e 1 dentista exercem a profissão no município. Há duas drogarias e uma farmácia na cidade, e ainda 4 drogarias no interior do município.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo Demográfico realizado em 1950, das 33 850 pessoas de 5 anos e mais, apenas 4 333, ou seja, 12,6% sabiam ler e escrever. É assim Araruna o município paraibano que apresentou a mais baixa percentagem de alfabetização. A correspondente a todo o Estado é de 29%, muito maior, portanto, que a sua.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 87 unidades de ensino primário, com 1 719 alunos matriculados (apenas das escolas que preencheram os boletins). Dessas, 11 se localizavam no quadro urbano e 76 no rural. O Ginásio 4 de Julho, mantido pela Fundação Padre Ibiapina, começou a funcionar em 1957.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Prefeitura Municipal mantém uma pequena biblioteca (Biblioteca Pereira da Silva), com cêrca de 800 volumes.

VULTOS ILUSTRES — Entre os ilustres filhos de Araruna, sobressaem os poetas Pereira da Silva e Perilo de Oliveira. O primeiro foi membro da Academia Brasileira de Letras e o segundo, morrendo môço, ainda assim legou à posteridade obras literárias importantes como, por exemplo, o livro "Canções que a vida me ensinou".

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — No pleito realizado em 3 de outubro de 1955, votaram 4 495 eleitores. O Legislativo está constituído por 7 vereadores. O atual Prefeito é o Senhor Benjamin Gomes Maranhão.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais festas religiosas do município são as de Nossa Senhora da Conceição, de 4 a 8 de dezembro, e São Sebastião, de 18 a 20 de janeiro, durante as quais se realizam, diàriamente, além dos atos religiosos, jogos e sorteios de prendas e outras distrações proporcionadas pelos parques de diversões. No último dia das festas, realiza-se concorrida e tradicional procissão.

OUTROS ASPECTOS — O município é sede da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, que conta com 12 templos católicos. Na vila de Cacimba de Dentro há 1 templo protestante.

Funciona na vila de Tacima um Pôsto Agropecuário.

BIBLIOGRAFIA — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba; Sinopse Estatística do Município de Araruna* — 1948 — C.N.E.; *Censo Demográfico da Paraíba; Documentação Municipal da I.R.*

AREIA — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes da região foram, segundo o Padre Luís Gonzaga, estudioso do assunto, os índios da tribo dos Buçaçás ou Bruxaxás (alusivo ao canto das cigarras), ramo tupi da nação Potiguara, distribuídos por cêrca de cinco ou seis tabas localizadas nos sítios hoje conhecidos como Jandaíra, Queimadas, Alto Redondo, Vaca Brava, Gitó e Caxexa. Outros, contudo, inclusive Irineu Pinto afirmam serem Cariris ou indígenas que dominavam aquêles sítios.

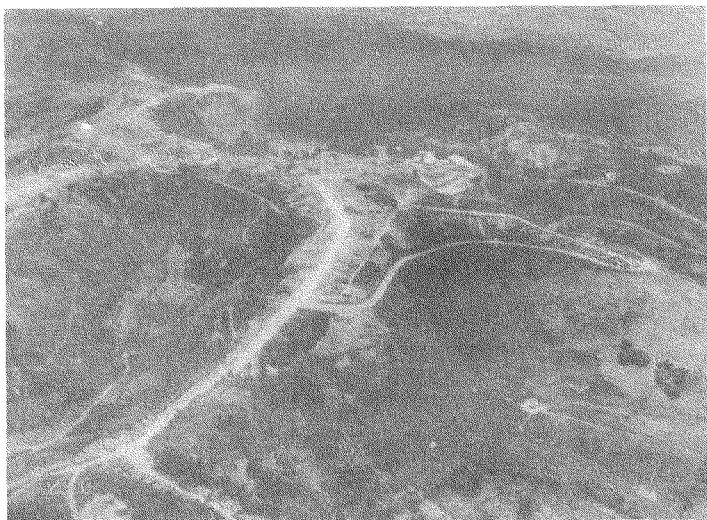
A primeira notícia da exploração do território de Areia data do ano de 1625, quando o português Manoel Rodrigues penetrou naquela região, fato que não possui maiores riquezas de detalhes. Segundo o historiógrafo Celso Mariz, o local foi palmilhado pela expedição de Elias Herkmann, o qual, em relatório ao govêrno holandês, alude à existência de serras escarpadas onde "o ar é salubre e muito temperado..." Outros assentamentos existentes e mais precisos dão que, em meados do século XVII, desbravadores portuguêses percorreram a região e um dêles, de nome Pedro, misto de bandeirante, camboeiro e comerciante, que recebeu a alcunha de Bruxaxá, herdada dos indígenas com quem fêz amizade, atingindo o local, nêle levantou acampamento. Pedro Bruxaxá chegou ao dorso da serra da Borborema, de onde vislumbrou férteis vales, de clima europeu e águas cristalinas, as quais ofereciam belíssimas paisagens. Tão entusiasmado ficou o bandeirante que resolveu ali estabelecer pousada definitiva. Permanecendo no sítio escolhido, mais ou menos visitado por outros bandeirantes, como pouso obrigatório que era de tropeiros e boiadeiros, os quais demandavam o sertão paraibano, fundou êle uma feitoria chamada "Pouso do Bruxaxá", mais tarde conhecida, sòmente, por "Bruxaxá", a qual, evoluindo com a vinda de outros portuguêses, finalmente, deu origem à povoação. Dada a existência de um riacho cujo leito era constituído de areia alvíssima, e considerando o abrejado de seus vales, passou o "Bruxaxá", então, a denominar-se Brejo d'Areia. Em 8 de junho de 1725, foi despachado pela Coroa um requerimento do coronel Mathias Soares Taveira, solicitando uma data de terra no lugar denominado "Jussara", ao sopé do local onde hoje se ergue a cidade. Em sua petição, o coronel Mathias mencionava "limites com terras de Valcácer", o que leva a supor a existência de colonização independente da de Bruxaxá, antes daquele ano, nas proximidades. O distrito, pertencente ao antigo município de Monte-Mor, hoje Mamanguape, criou-o a Provisão régia datada de 29 de junho de 1813. Segundo o "Anuário Estatístico" editado pela Arquidiocese da Paraíba, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição é criada a 18 de maio de 1815. As citações históricas dão, concomitantemente, essa data como a de sua elevação à vila e criação do município de Brejo de Areia, por fôrça de Alvará regio. A 20 de julho do mesmo ano, desligou-se administrativamente de Mamanguape, muito embora sua instalação só tenha ocorrido a 30 de agôsto de 1818.

Rua Presidente Vargas e Praça João Pessoa

Igreja-Matriz de N.S.ª da Conceição

Areia, pelos filhos idealistas que lhe nasceram, serviu de palco a várias agitações republicanas e liberais. Foi o que aconteceu em 1817, quando eclodiu a Revolução Pernambucana, cujos reflexos se fizeram sentir, sobretudo, em Areia. De março a maio, vários tumultos sacudiram a localidade, até que, a 19 dêste último mês, os direitos de Sua Majestade Imperial foram restabelecidos, através de uma declaração firmada por Sebastião Nobre de Almeida e outros.

Em 1822, fundou-se sua primeira escola, fato que determinou significativo desenvolvimento cultural posterior para a vila.

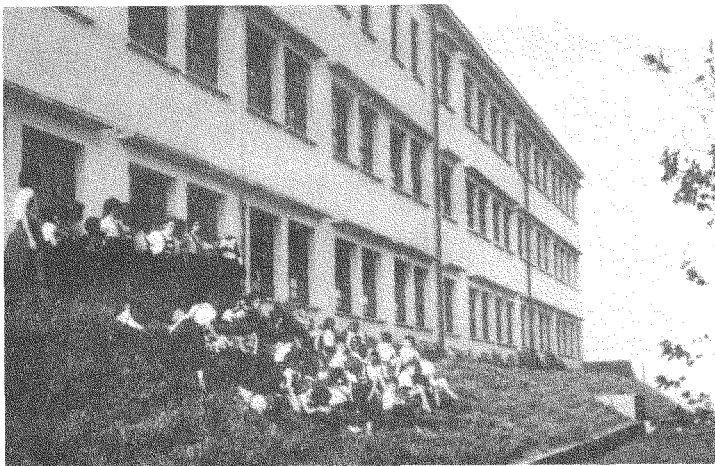
Novos movimentos sediciosos surgem na Paraíba, figurando Areia como epílogo de uma abortada revolta, a 28 de fevereiro de 1822. Contudo, não perdem os liberais areenses a flama patriótica e, dois anos depois, associam-se aos pernambucanos da Confederação do Equador. Os fatos culminaram com a proclamação de 5 de maio de 1824, quando o povo, a tropa e as autoridades constituídas estabeleceram um Govêrno Provisório, para o qual é eleito

Vista aérea da cidade

presidente o sargento-mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque. Êste, à frente de tropa irregular, marcha para Itabaiana, onde se fere violento combate com as fôrças legalistas do coronel Carneiro da Cunha, que vencem o primeiro duelo. No campo, jazem mortos cêrca de 90 areenses. Concentrando, novamente, seus efetivos em Pilar, Félix Antônio manda um ultimato ao Govêrno, a 2 de julho, avisando que ia prender o governador Felipe Néri e implantar um regime liberal. Contudo, Felipe Néri deixa o govêrno e seu sucessor negocia a paz com os rebelados de Pernambuco. Daí, começam os sucessivos reveses das fôrças areenses, que terminam destroçadas.

A 21 de maio de 1829, foi criada, em Areia, a primeira Agência dos Correios.

Em 1831, provàvelmente, dá-se a instalação da comarca de Areia, abrangendo, ainda, os territórios de Campina Grande, Bananeiras e São João do Cariri, conquanto outros elementos dêem sua criação pela Lei provincial número 27, de 6 de julho de 1864.

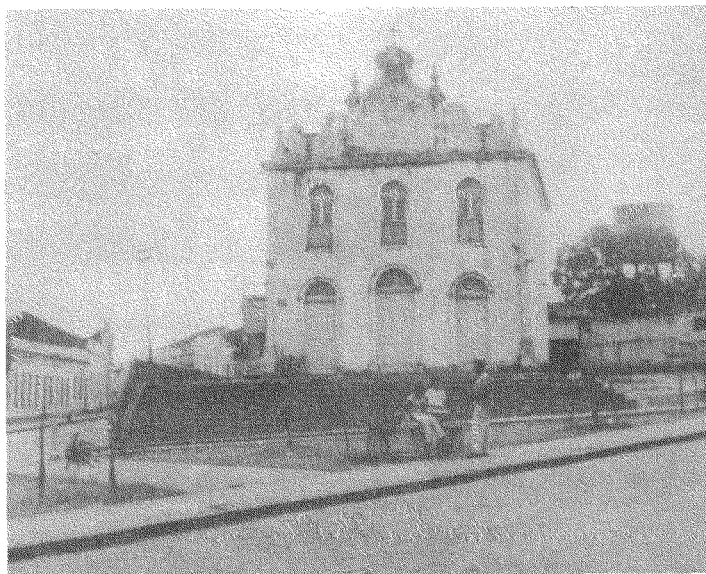
Já em 1835, Areia era um dos sete colégios eleitorais da Paraíba, tendo o padre areense Francisco de Holanda Chacon feito parte da primeira Assembléia Provincial, estabelecida naquele ano. Nessa época, filhos ilustres da terra eram tidos como figuras de proa na política provincial: o advogado e rábula Luiz Vicente Borges, o historiador Maximiano Machado e o coronel Joaquim José dos Santos Leal, os quais fizeram parte da Assembléia Provincial no período compreendido entre 1840 e 1849.

Por volta de 1845, organizou-se um censo em Areia, cujo resultado revelou a existência de 3 689 "fogos" e 37

Escola Normal e Ginásio Santa Rita

eleitores. Foi, por fim, elevada à categoria de cidade pela Lei provincial número 2, de 18 de maio de 1846.

A Revolução Praeira de 1848 estendeu-se à Paraíba e, particularmente, a Areia, onde se verificaram pesados choques. Nessa emergência, salientaram-se o coronel José dos Santos Leal, o major Joaquim Gomes da Silva, à testa de 100 "granadeiros", o coletor de rendas Antônio José Gonçalves Lima, Francisco Romão, Messias Francisco Bezerra e outros, que fortificaram a cidade e prepararam a resistência às fôrças governistas. A última batalha foi travada em Areia a 21 de fevereiro de 1849, tendo os liberais sofrido completa derrota, que pôs fim à sediação. A 5 de setembro do mesmo ano, o chefe político local, Dr. Alípio Chacon, é assassinado, determinando a queda do então dominante Partido Liberal.

Por volta de 1853, o engenheiro francês Jean Jacques Brunet, em missão científica, visitou Areia, onde fêz explorações geológicas e fósseis. Em seu regresso à Europa levou consigo o menino Pedro Américo de Figueiredo, que, posteriormente, imortalizou-se como grande pintor de fama internacional.

Dois engenheiros estrangeiros, Bless e Polemann, em 1858, efetuaram estudos geográficos na região, determinando, inclusive, as coordenadas da cidade e levantando a topografia do terreno por onde passaria a futura estrada de rodagem de acesso a Areia.

Igreja do Rosário

O "Teatro Minerva", orgulho de seus habitantes, foi construído no ano de 1859, por iniciativa particular. Sòmente quarenta anos depois é que a capital do Estado veio a possuir o "Teatro Santa Rosa".

O banheiro público do Quebra, de reconhecida tradição histórica municipal, e ainda hoje existente, foi construído em 1885.

1873 encontra o município a braços com a revolta dos "Quebra-Quilos", sendo Areia agitada violentamente, durante cêrca de dois anos. Só em 1875 é que cessaram de todo essas agitações.

O último quartel do século XIX marcou as mais belas páginas cívicas da vida areense, quando o movimento abolicionista empolgou seus filhos, os quais, liderados pelos cidadãos Rodolfo Pires e Manuel da Silva, aliados ao maman-

guapense Castro Pinto, foram às tribunas e à praça pública, defendendo os pretos contra o regime de escravatura a que se achavam submetidos. Com essa campanha, conseguiram não só a alforria de muitos escravos, mas, sobretudo, despertar a consciência cívica do povo para êsse grave problema social e humano. De tal modo repercutiu a campanha daqueles bravos que, a 3 de maio, isto é, dez dias antes do decreto imperial assinado pela Princesa Isabel, nenhum escravo havia em Areia; todos êles tinham sido restituídos à liberdade.

A República já a encontrou com um alto nível de desenvolvimento agrícola, pois, à época, funcionavam mais de cem engenhos de rapadura, onde se plantavam, também, o café, a mandioca e os cereais. Cêrca de duas centenas de casas-de-farinha existiam àquela altura. Segue-se uma fase das mais brilhantes da vida municipal. Criaram-se jornais, inauguraram-se escolas, fundaram-se grêmios artísticos e culturais. Seus filhos foram tomando, a pouco e pouco, amplo domínio da vida pública da Paraíba. Brilharam nos cenários políticos, culturais e religiosos. Tamanho foi o esplendor a que chegaram os areenses em sua hegemonia sôbre os destinos do Estado, que o Padre Meira, num laivo satírico, disse uma frase que bem caracterizava a circunstância: "Na Paraíba de hoje nada é de barro; tudo é de areia..."

Praça Dr. João Suassuna, destacando-se a Igreja de N. S.ª do Rosário e o Ginásio Coêlho Lisbôa

Assim é que surgiram vultos proeminentes que integravam, com brilhantismo, a elite do município e do Estado, produzindo para a terra comum.

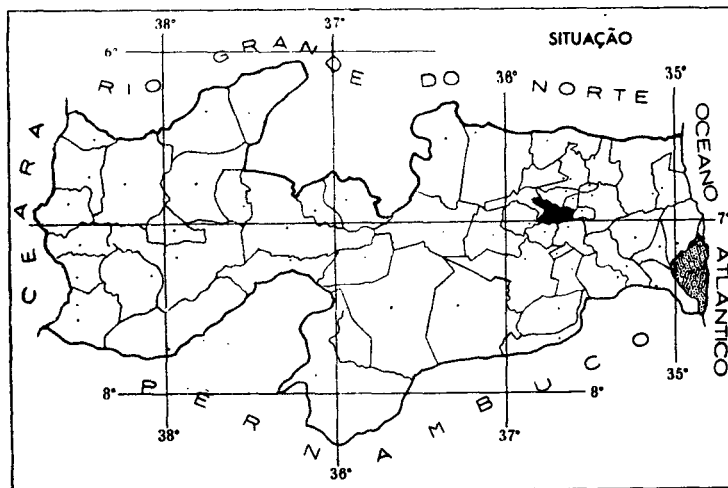
Segundo a divisão administrativa do Brasil, referente a 1911, o município divide-se em dois distritos: Areia e Lagoa do Remígio.

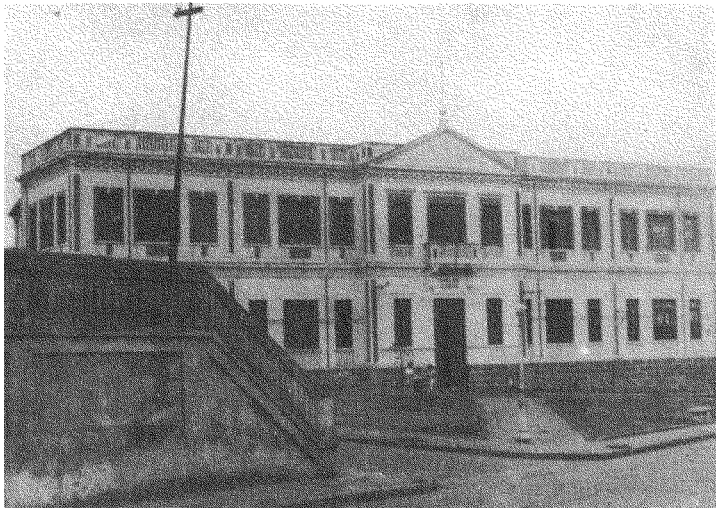
Das mais negras para sua economia foi a década 1920-1930, quando se verificou o colapso dos cafèzais e deu-se a desvalorização de rapadura, provocando tremenda inquietação no seio dos agricultores. A revolução de 1930 agitou, novamente, a política local, havendo violentos choques isolados entre os partidários das duas facções existentes (Conservadores e Liberais).

Na divisão concernente a 1933, Areia apresenta-se com um único distrito, o da sede. Contudo, volta a compor-se dos dois antigos distritos — Areia e Lagoa do Remígio — nas relativas a 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 1 010, de 30 de março de 1938. Ainda era comarca integrada por três têrmos: Areia, Esperança e Serraria, sendo que, em 1937, perdera o têrmo de Serraria para Bananeiras. Segundo os Decretos-leis números 1 164, de 15-11-38, e 520, de 31-12-1943, o município continua a formar-se dos mesmos distritos, observando-se que o segundo passou a chamar-se, simplesmente, Remígio, e a comarca ficou reduzida, apenas ao têrmo da sede desde que o de Esperança constituiu a comarca de mesmo nome, de acôrdo com o Decreto-lei número 39, de 10 de abril de 1940. A 14 de março de 1957, pela Lei estadual número 1 667, foi criado o município de Remígio, de forma que Areia ficou reduzida ao distrito da sede.

Escola de Agronomia do Nordeste, pavilhão principal

LOCALIZAÇÃO — Pertence Areia à Zona Fisiográfica do "Brejo", em magnífico planalto, além da encosta oriental da Borborema. Limita-se com os municípios de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alagoinha, Pilões, Remígio e Serraria. A sede municipal estende-se em plena crista da serra da Borborema, a 618 metros acima do nível do mar, sendo, pois, uma das mais altas do Estado, apenas suplantada por Teixeira (790 metros), Princesa Isabel (660) e Esperança (635).

Dista em linha reta, da capital do Estado, 92 quilômetros, seguindo o rumo O.N.O. Tem como coordenadas geográficas: 6° 58' 12" de latitude Sul e 35° 42' 15" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O município tem clima uniforme, ameno e saudável, tornando-se bastante úmido por ocasião do inverno, notadamente nos meses de junho, julho e agôsto. A tem-

Ginásio Coêlho Lisbôa (alunos do sexo masculino)

peratura da cidade varia entre 15 e 30ºC, à sombra, para as médias das mínimas e máximas, respectivamente, enquanto a compensada atinge 22 graus centígrados. No ano de 1956, as precipitações pluviométricas totalizaram 1 228,7 milímetros.

ÁREA — Em 1954, a superfície do município era de 539 quilômetros quadrados, enquanto, com a separação do distrito de Remígio, tornado autônomo, ficou reduzida a 239 (estimativa para 31-7-1957, feita pela Inspetoria Regional). Esta situação conferia-lhe o 51.º lugar entre os 58 municípios existentes. Verifica-se, pois, que era dos menores de todo o Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Situado, como se disse, em plena Borborema, o município apresenta-se extremamente acidentado, configurando-se o relêvo prenhe de vales, encostas abruptas e morros escarpados. Nessas encostas e vales, correm inúmeros caudais, cujos mais importantes são o rio de Bananeiras e os riachos Mandaú, Pitombeira, Pedregulho, Marzagão e Fechado. Dos vários açudes existentes, merece citação, apenas, o "Vaca Brava", com 3 450 metros cúbicos, cujas águas abastecem a cidade de Campina Grande. Duas cachoeiras de pequeno porte, mas aproveitáveis, merecem destaque: a de Pitombeira e a de Pedregulho, que interrompem os riachos do mesmo nome. As encostas ao sopé da cidade apresentam-se ricas em fontes cristalinas, entre as quais avultam a do Piringa, Limoeiro, Bonito e Quebra (onde se situam os célebres banhos públicos).

Rua Pedro Américo

RIQUEZAS NATURAIS — Pouquíssimas são as riquezas do solo areense. Assim, de suas antigas e portentosas matas, quase nada mais resta, já que o homem derrubou-as inclementemente para o plantio da agave e da cana-de-açúcar, e, sobretudo, para a queima de lenha. Nos reinos mineral e animal ainda mais pobre é êsse aspecto.

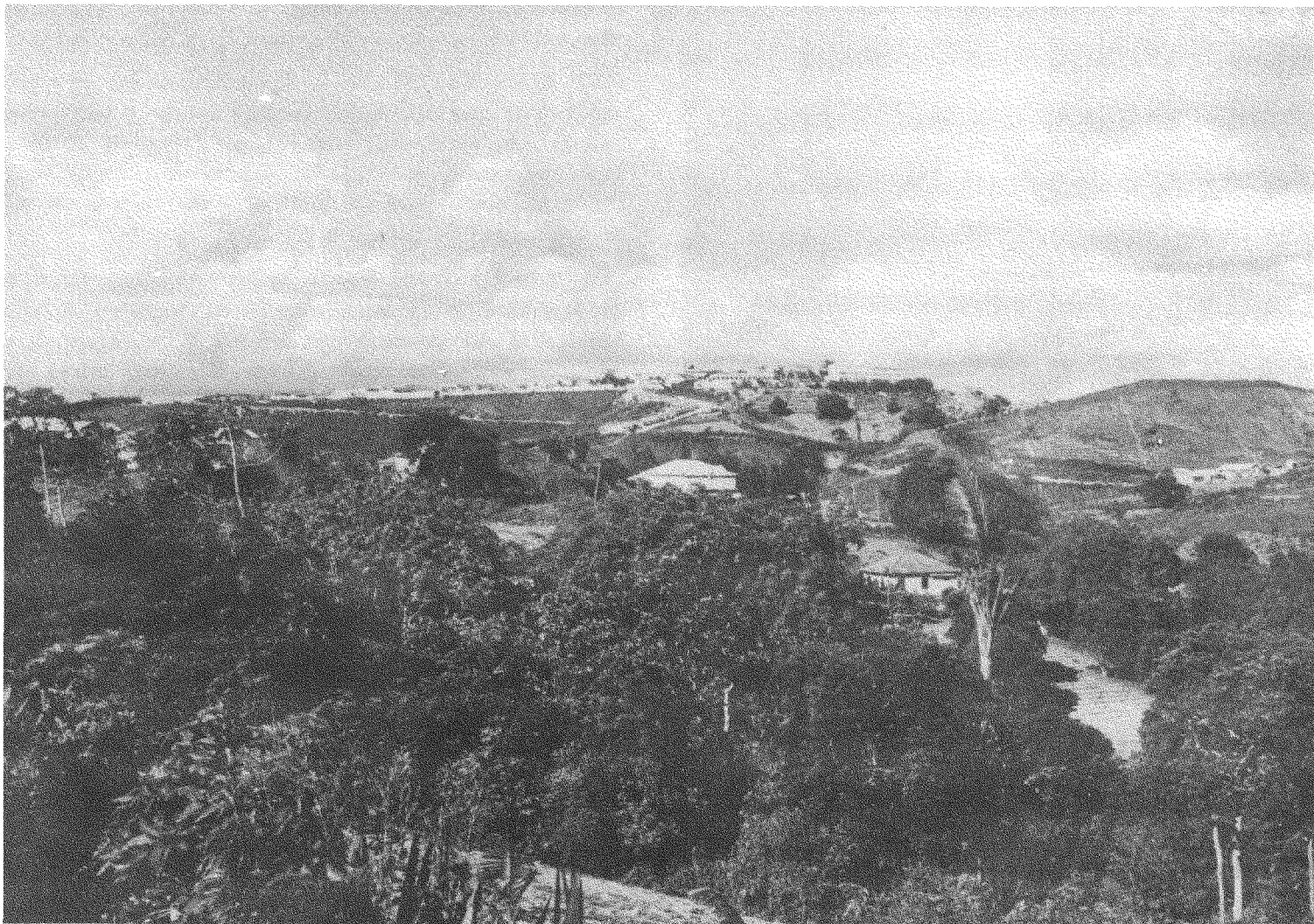
POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, o município compunha-se de dois distritos, Areia e Remígio, e era povoado por 46 300 almas, ocupando o 12.º lugar entre os de todo o Estado. Essa população assim se distribuía, conforme as zonas urbana e rural dos distritos:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Areia	29 531	3 629	25 902
Remígio	16 769	1 274	15 495
TOTAL	*46 300*	*4 903*	*41 397*

Rua 7 de Setembro

Por essa tabela, verifica-se que a população municipal se localizava em massa nos campos, com cêrca de 90%, enquanto o índice relativo ao Estado era de 73,30%.

Os 46 300 moradores de Areia estavam assim compostos: *sexo* 22 577 homens e 23 723 mulheres; *côr* — eram brancos 30 210, pretos 9 374 e pardos 6 659, enquanto 57 não declararam a côr; *religião* — 45 982 diziam-se católicos apostólicos romanos, 156 protestantes, 118 espíritas, 3 de outras religiões, 27 sem religião e 14 sem declaração; *estado conjugal* — das 25 641 pessoas de 15 anos e mais, 9 536 eram solteiras, 14 444 casadas, 31 desquitadas e 1 619 viúvas, sendo 316 homens e 1 313 mulheres, não tendo feito declaração específica, apenas, 11 pessoas; *nacionalidade* — excetuados os 14 estrangeiros e 1 brasileiro naturalizado, os demais habitantes eram nascidos em solo pátrio.

Estimativa da população — O Departamento Estadual de Estatística estimou sua população, em 31-XII-1956, em 33 198 habitantes, enquanto a da cidade atingiu 4 036. Essa diferença com respeito à população recenseada em 1950 deve-se ao desmembramento de Remígio, pelo qual

Sítio da cidade de Areia, com lavoura de agave nos arredores

ficou Areia reduzido ao distrito da sede. Dessa forma, a densidade demográfica do município elevou-se para 138,90 habitantes por quilômetro quadrado, muito superior à do Estado, que ultrapassava pouco de 33 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Município essencial e tradicionalmente agrícola, Areia tem-se valido da agricultura, como sustentáculo de sua economia. Em segundo plano, figura a indústria, tìpicamente rural, vindo por último o comércio e a pecuária. Segundo as informações censitárias (dados de 1950), da população ativa (com 10 anos e mais), que totalizava 31 781 pessoas, 12 545 se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", ou seja, 40% daquele total.

Agricultura — Com quase 90% de sua gente labutando nos campos, Areia apresenta um quadro bastante significativo no que diz respeito à produção agrícola, que se caracterizou sempre pelo sistema da monocultura, através de cinco ciclos distintos: 1.°) introdução e desenvolvimento da cultura canavieira, nos primórdios da colonização; 2.°) representado pela fase do café, que, introduzido por volta de 1800, desapareceu, pràticamente, após as três primeiras décadas de 1900, devastado pelas pragas e pelo esgotamento do solo; 3.°) retôrno da cana-de-açúcar, cuja desvalorização quase leva os agricultores do município à bancarrota; 4.°) integrado pelo agave ou sisal, muito embora ainda se registrasse a presença secundária da cana-da-açúcar. Introduzida depois de 1930, como planta ornamental, ganhou notável incremento durante a segunda Grande Guerra, pela aplicação de sua resistente fibra em ingredientes explosivos de material bélico. Foi grande sua exportação para os Estados Unidos da América, até que, mais ou menos em 1952, começou seu declínio, graças à competência da África Oriental Inglêsa, México e Moçambique. A cana-de-açúcar volta a predominar, muito embora não tenha desaparecido a cultura do sisal (agave). Essas as fundamentais, convindo mencionar, ainda, as do milho, feijão, mandioca, além do algodão, amplamente cultivado em seu antigo distrito de Remígio, hoje município.

Apresentando economia distinta, os dois distritos componentes de Areia (sede e Remígio) são assinalados, adiante, individualmente, para melhor aquilatar-se a do primeiro, no ano de 1956, cujo valor total foi de Cr$ 29 267,00, conforme tabela exposta:

PRODUTOS	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	44 730
Agave ou sisal (fibra)	24 941
Mandioca brava	8 064
Manga	4 200
Feijão	2 822
Laranja	2 400
Abacate	2 000
Mandioca mansa	1 040
Algodão	29
Outros	2 041
TOTAL	*92 041*

Entre as espécies com menor apresentação, tem-se banana, bergamota, batata-doce, milho, fumo, batatinha, fava e mandioca.

Há nítida predominância da agricultura do distrito de Areia sôbre a do antigo de Remígio, onde apenas o algodão herbáceo tem maior valor que o da sede. Segundo o Censo Agrícola de 1950, havia no município 1 125 propriedades rurais. Atualmente, com o desmembramento de Remígio, ficou reduzido a 625 que, quanto à área, assim se agrupavam:

Até 10 hectares	100
de 11 a 50	250
de 51 a 100	160
de 101 a 500	50
de 501 a 1 000	56
de mais de 1 000	9

De sua superfície, 85% se acham ocupados pela agricultura e 5% pelas pastagens.

Pecuária — A zona de criação do município está tôda localizada em Remígio, conforme se depreende da especificação de seus rebanhos, segundo os distritos, em 1956:

REBANHOS	N.º DE CABEÇAS		
	Total	Areia	Remígio
Bovinos	8 000	1 000	7 000
Eqüinos	2 000	800	1 200
Asininos	2 000	500	1 500
Muares	4 000	3 000	1 000
Suínos	3 000	2 000	1 000
Ovinos	1 200	400	800
Caprinos	7 000	3 000	4 000
TOTAL	*27 200*	*10 700*	*16 500*

Escola Normal e Ginásio Santa Rita

Indústria — Em Areia, predominam as indústrias de transformação, decorrentes da atividade agrícola. As principais produções, em 1956, foram as de rapadura, aguardente, sisal ou agave (fibra) e farinha de mandioca. Já em 1955, o município, com 94 engenhos, era o maior produtor de rapadura do Estado, com 40% da produção paraibana e de aguardente de cana (63%). Além das indústrias já citadas, de natureza rural, existem, ainda, uma usina de açúcar, uma fiação e tecelagem de algodão, oficinas mecânicas, panificadoras, olarias e uma pequena tipografia que, em 1956, totalizaram uma produção no valor de .... Cr$ 166 964 380,00, assim discriminados:

ESPÉCIE	VALOR (Cr$ 1 000)
Rapadura	49 550
Aguardente	18 480
Sisal ou agave (fibra)	28 180
Farinha de mandioca	14 757
Outras	55 997
TOTAL	*166 964*

Em "outras" espécies, estão incluídas as produções de açúcar e álcool da Usina Santa Maria, e as de fios e sacos de algodão da Fiação e Tecelagem Arenópolis, únicas no ramo, no município, com vultosa contribuição.

Comércio — É bem ativo seu movimento comercial, consistindo, principalmente, na exportação de seus produtos agrícolas e industriais para as capitais paraibana, pernambucana, potiguar e cearense, além de Campina Grande e municípios limítrofes. Importa tecidos, calçados, medicamentos, bebidas, cigarros, gêneros alimentícios (alguns), ferragens e material elétrico. As facilidades de comunicação com Campina Grande tornam mais intensas as relações comerciais entre as duas praças. O município possuía 20 casas comerciais de primeira ordem, e cêrca de 50 de pequeno vulto. As primeiras realizaram um giro comercial de mais de 40 milhões de cruzeiros, em 1956.

ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO — Na cidade de Areia, opera uma Agência do Banco do Brasil, cujo movimento pode ser assim sintetizado:

CONTAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Empréstimos em c/c	28 903
Títulos descontados	8 869
Depósitos	3 010

FINANÇAS PÚBLICAS — O município apresentou, durante o período compreendido entre 1950 e 1956, o seguinte movimento financeiro, relativamente às três órbitas fiscais (federal, estadual e municipal):

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	921	1 986	965	460	1 077
1951	1 392	3 626	1 221	675	1 173
1952	1 805	3 672	1 432	777	1 573
1953	1 415	3 613	1 835	772	1 805
1954	2 234	3 566	1 297	744	1 941
1955	2 004	4 614	2 105	929	2 036
1956	2 173	5 907	2 906	1 166	2 617
1957 (*)			1 860	1 809	1 860

(*) Orçamento.

Rua da Gameleira

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Areia é servida, apenas, por estradas de rodagem, que a ligam com as sedes dos municípios vizinhos de Alagoa Grande (17 quilômetros), Alagoa Nova (18), Alagoinha (34), Cuité (97), Esperança (25), Pilões (26), Serraria (16) e Solânea (89).

Dista, ainda, de Campina Grande e João Pessoa, respectivamente, 54 e 121 quilômetros, através de rodovia.

A Prefeitura Municipal registrou, em 1956, a existência de 122 veículos a motor, sendo 13 automóveis, 31 caminhões, 40 camionetas, 4 ônibus, 19 jipes, 15 tratores e 2 motociclos. Havia, ainda, 28 bicicletas. Segundo estimativa criteriosa, 120 veículos circulam, diàriamente, nas rodovias.

A seis quilômetros da cidade, existe um pequeno campo de pouso, pertencente ao Aeroclube local, em terra melhorada, medindo sua pista 840 x 60 metros. Possui uma pequena aeronave em serviço.

As comunicações são feitas por intermédio do Departamento dos Correios e Telégrafos. Na sede há uma agência postal-telegráfica e telefônica. A Agência Telefônica de Areia, em circuito com o Serviço Telefônico de Campina Grande e com a Radional, permite um contato direto da população areense com João Pessoa, Campina Grande, Recife e Rio de Janeiro, além de outras cidades paraibanas. Na cidade de Areia, funcionam 44 aparelhos telefônicos particulares, inclusive na zona rural, e mais o Serviço de Radiotelegrafia da Polícia Militar do Estado (destacamento local).

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Êste importante setor da vida municipal está representado pela Unidade Sanitária de Areia, do Serviço Especial de Saúde Pública, Enfermaria da Escola Normal e Ginásio Santa Rita e um Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Anexo àquele primeiro serviço, funciona uma maternidade, completamente instalada, dispondo de dez leitos, salas de esterilização, operação e curativos, além de laboratório e farmácia próprios. Duas farmácias e uma drogaria operam no município, que conta com 2 médicos e dois dentistas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social está relativamente bem desenvolvida no município, que conta com os serviços sociais da Paróquia, uma colônia da "Organização das Voluntárias" e do Serviço Especial de Saúde, êste por meio de visitadoras sociais.

Três cooperativas funcionam no município, tôdas de amparo à lavoura: a Cooperativa de Crédito Agrícola de Areia, a Cooperativa dos Agavicultores e a Cooperativa de Consumo da Escola de Agronomia do Nordeste.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Areia, situada no alto da Borborema, proporciona excelentes impressões paisagísticas de beleza e imponência. Possui 32 logradouros, sendo duas avenidas, 23 ruas, duas travessas, 5 largos e praças, cuja área pavimentada a paralelepípedos é de 17 038 metros quadrados, representando 62,5% do total. Dêsses logradouros, 4 são arborizados e 4 arborizados e ajardinados simultâneamente. Os principais logradouros da cidade são as Ruas Xavier Júnior, Pedro Américo, Santa Rita e Vigário Odilon, e as Praças João Pessoa, João Suassuna, Solon de Lucena e 13 de Maio. O número de prédios existentes em 1954 era de 1 318. Dêsses, os mais importantes eram o Ginásio Coelho Lisboa, a Escola Normal e Ginásio Santa Rita, a sede do SESP, a Fiação e Tecelagem Arenópolis, o Teatro Minerva e os templos católicos da Matriz e de Nossa Senhora do Rosário, além do importante conjunto residencial e escolar da Escola de Agronomia do Nordeste, localizado próximo à cidade.

A cidade é saneada e possui um moderno serviço de abastecimento de água, cuja rêde se estende a todos os logradouros, havendo 291 ligações domiciliárias.

A energia elétrica é de origem técnica, existindo 672 ligações residenciais, espalhando-se a rêde por 28 logradouros, com 320 focos.

Um cinema (o antigo e histórico "Teatro Minerva") e dois hotéis concorrem para o progresso da cidade.

O Serviço Telefônico opera com 44 aparelhos que se localizam tanto na zona urbana como na rural.

ALFABETIZAÇÃO — Areia figura como dos municípios mais atrasados em matéria de alfabetização, com um índice de 16,38% de pessoas sabendo ler e escrever. A tabela abaixo fixa com detalhes essa situação dos 38 427 areenses de 5 anos e mais, à época do levantamento censitário de 1950:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS	
	Total	%
Sabendo ler e escrever	6 294	16,38
Não sabendo ler e escrever	32 126	83,60
Sem declaração	7	0,02
TOTAL	*38 427*	*100,00*

O elevado índice de analfabetismo dominante em Areia (muito superior à média estadual — 25,36%) resulta do

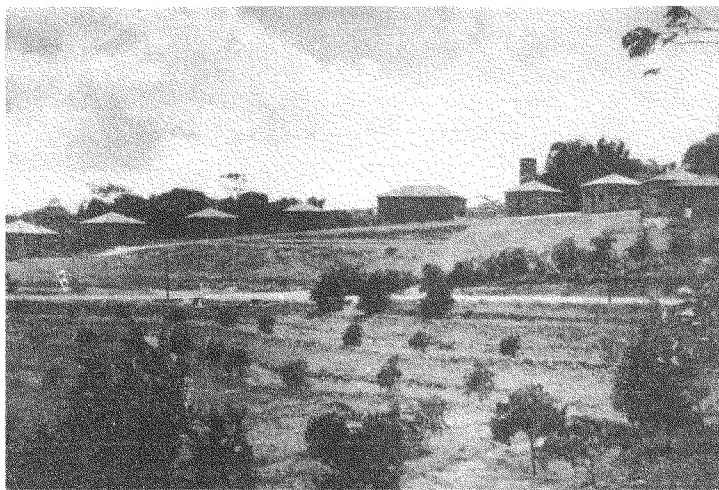
fato de a população estar quase totalmente localizada no campo, em atividade proibitiva ao recebimento de instrução, como se observa nos "domínios" da cana-de-açúcar.

Ensino — Apesar do elevado índice de analfabetismo existente em 1950, o município conta com bom número de estabelecimentos escolares. Assim, em 1956, funcionaram 45 unidades de ensino primário, sendo 8 na zona urbana e 37 na rural. Daquele total, 20 eram municipais, 17 estaduais, 6 supletivas (federais) e duas particulares. Em 1957, o número de alunos matriculados nos vários estabelecimentos somam 2 287, com exceção dos de ensino supletivo, que eram 220. No ensino extraprimário convém assinalar a existência de estabelecimentos de renome, como a Escola Normal e Ginásio Santa Rita, o Ginásio Coelho Lisboa e a Escola de Agronomia do Nordeste. O primeiro dêsses educandários é um dos mais importantes do Estado, sendo muito conhecido em várias Unidades Federadas e possuindo alunos até do sul do País. A Escola de Agronomia do Nordeste, fundada em 1936, quando Ministro da Agricultura o Sr. José Américo de Almeida, possui dois cursos: o Superior de Agronomia e o Agrotécnico Médio. Em 1956, nesses dois cursos, estavam matriculados 93 alunos, sendo 56 no Superior e 37 no Agrotécnico. Conta com excelente aparelhamento técnico-científico, campos de demonstração, rebanhos selecionados, etc. Movimenta uma verba anual de vinte milhões de cruzeiros.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Areia, como importante centro de atividades culturais, se tem salientado pela difusão de idéias e pela melhoria do nível técnico das práticas agrícolas dos habitantes não só do município como também do Estado e de alguns de seus vizinhos, como o Rio Grande do Norte e o Ceará.

Casa onde nasceu Pedro Américo

Um jornalzinho, a "Gazeta Acadêmica", órgão dos estudantes da Escola de Agronomia, é o único periódico em circulação, atualmente. Há tempos, a cidade possuía seu jornal, o "Século", de modesta apresentação.

Existem três bibliotecas em funcionamento, tôdas com mais de mil volumes, pertencendo à Escola de Agronomia, Ginásio Santa Rita e Prefeitura Municipal.

Vista residencial dos alunos da E.A.N.

A "Casa de Pedro Américo", onde nasceram o grande pintor e seu irmão Aurélio de Figueiredo, hoje patrimônio histórico, abriga o museu e a biblioteca, o primeiro com o nome do insigne artista areense e a segunda denominada "Rodrigues de Aquino", aquêle constituído de objetos pessoais e quadros pertencentes a Pedro Américo.

PARTICULARIDADES — Entre as principais que avultam na cidade, temos o Cine-Teatro Minerva, o mausoléu e a Casa de Pedro Américo, o obelisco comemorativo ao 3 de maio e o velho "Banheiro do Quebra".

O Teatro Minerva constituía-se, à época de sua inauguração (1859), no orgulho dos habitantes da vila, por ser, pràticamente, o primeiro e único da Paraíba. É encimado por uma estátua da deusa Minerva, em cujo pedestal esconde-se uma urna que encerra documentos contendo a história e os nomes dos que batalharam por sua construção. O mausoléu do pintor Pedro Américo foi construído no cemitério de Areia, justamente para receber-lhe os despojos, de volta da Itália, ao ensejo da comemoração do primeiro centenário de seu nascimento. A "Casa Pedro Américo", onde êle nasceu, foi restaurada e entregue ao patrimônio municipal. É sede da Biblioteca Rodrigues de Aquino, e Galeria dos Areenses Ilustres.

O obelisco da Praça 3 de Maio é comemorativo à passagem da libertação dos escravos areenses.

O velho "Banheiro do Quebra" é um dos recantos mais pitorescos e tradicionais da vila de Areia. Foi construído em 1885, estando, atualmente, interditado pelo serviço de abastecimento de água.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Nesse aspecto, Areia tem, hoje, pouco a apresentar, pois a evolução eliminou, pràticamente, todos os antigos festejos e rituais observados por seu povo, outrora. As festividades religiosas se confundem com as populares, e, entre elas, convém destacar-se a Semana Santa, o Mês Mariano e a novena dedicada à Nossa Senhora do

Rosário; o dia da padroeira — Nossa Senhora da Conceição — também é comemorado com festejos, iniciando-se em fins de novembro e indo até 8 de dezembro a ela consagrado.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Votaram, em 1955, 3 743 eleitores. O Sr. Antônio de Azevedo Maia (UDN) é o prefeito municipal. A atual Câmara do município conta com 9 vereadores em exercício.

VULTOS ILUSTRES — Areia foi, sem nenhuma contestação, o município paraibano que contribuiu com a mais expressiva gama de seus filhos para as páginas gloriosas da Paraíba. Os nomes de Pedro Américo e Aurélio de Figueiredo, com suas portentosas aquarelas, pintaram para Areia, para o Brasil e para a Europa, inscrevendo em letras de ouro seus nomes e o da pátria na galeria da fama e da legenda; Dom *Adauto Aurélio de Miranda Henriques,* vulto ímpar do clero paraibano, foi o primeiro arcebispo da Paraíba; *Álvaro Machado,* senador, governador e preclaro chefe-político; *Coelho Lisboa* e *Octacílio de Albuquerque,* destacados parlamentares, sendo o último um dos mais consagrados mestres de ensino dos que pontilharam no "Liceu Paraibano", além dos educadores *Joaquim* e *Manuel da Silva*. Muitos outros contribuíram para elevar bem alto o nome de Areia, como o Monsenhor Walfredo Leal e João Machado, que foram chefes políticos e governaram o Estado, e *Abdon Milanez e Cunha Lima,* na Assembléia Legislativa. Um seu filho, porém, *José Américo de Almeida,* nos tempos atuais, ganhou nome nacional, como político e administrador, fazendo-se respeitado em todos os quadrantes do país. Foi deputado federal, senador, governador do Estado e, por duas vêzes, Ministro da Viação do Brasil, além de ser Ministro do Tribunal de Contas da União. É hoje emérito prosador regionalista, cumprindo destacar suas duas grandes obras, que o tornaram conhecido nas letras nacionais: "A Paraíba e seus problemas" e a "Bagaceira".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Areia, apesar de rigorosamente não possuir atrativos turísticos, tem como ponto a merecer menção uma gruta existente no lado sul da serra do Algodão, onde, segundo o engenheiro francês Jean Jacques Brunet, foram encontradas, sepultas em finíssima areia, as ossadas humanas que pertenceram a indígenas habitantes da região, os quais para ali as levaram, usando o local como "campo santo". Essa gruta, de forma irregular, não permite que a luz e a chuva nela penetrem, a não ser em pequena escala. Em suas paredes interiores existem, riscados na pedra, pinturas e caracteres cobertos a tinta encarnada. Também na serra da Caxexa, hoje quase tôda em território do novo município de Remígio, encontram-se gravados sinais muito semelhantes.

BIBLIOGRAFIA — *A Parahyba* — João Lyra Tavares — Imprensa Oficial — 1910; *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; *Corografia do Município de Areia* — Antônio Benvindo; *Síntese Histórica da Paraíba* — Luiz da Silva Pinto — Imprensa Oficial — 1942; *Sinopse Estatística do Município de Areia* — C.N.E. — 1948; *Cidades e Homens* — Celso Mariz — "A União Editôra" — 1945.

AROEIRAS — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Aroeiras, sede do município desde 2 de dezembro de 1953, através da Lei estadual número 980, daquela data, tem sua origem ligada à construção de uma "Casa de Farinha" de propriedade do Sr. Antônio Gonçalves, ao lado da qual passou a funcionar, desde o ano de 1881, uma "feira" sob rústica latada de palha de côco-catolé. Tal abrigo foi feito pelo Sr. João de Souza, antepassado de tradicional família ainda hoje espalhada por todo o município, razão por que, a princípio, o lugar recebeu a denominação de "Feira de Catolé dos Souzas". Posteriormente, se tendo em vista a abundância, na região, de árvores de nome "aroeiras", foi êste têrmo adotado como denominação do primitivo núcleo dos "Souzas", conservando-se até nossos dias.

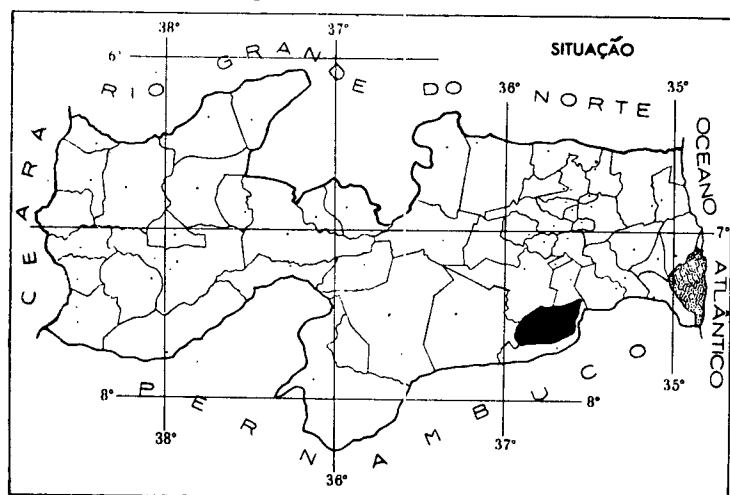
O desenvolvimento de Aroeiras foi lento, permanecendo durante muito tempo estacionária a sua vida econômica, política e social, conseqüência do isolamento a que lhe submetia a falta de estradas ligando-a a outros centros de maior progresso. Tornou-se povoado desde o princípio dêste século, integrando o município de Umbuzeiro, criado desde o dia 2 de maio de 1890, pelo Decreto número 15, do Govêrno estadual. Em 13 de maio de 1927, o Sr. João Evangelista Pereira fundou a Banda de Música ainda hoje existente, e que recebeu o nome de Filarmônica Coronel Antônio Pessoa.

Prefeitura Municipal

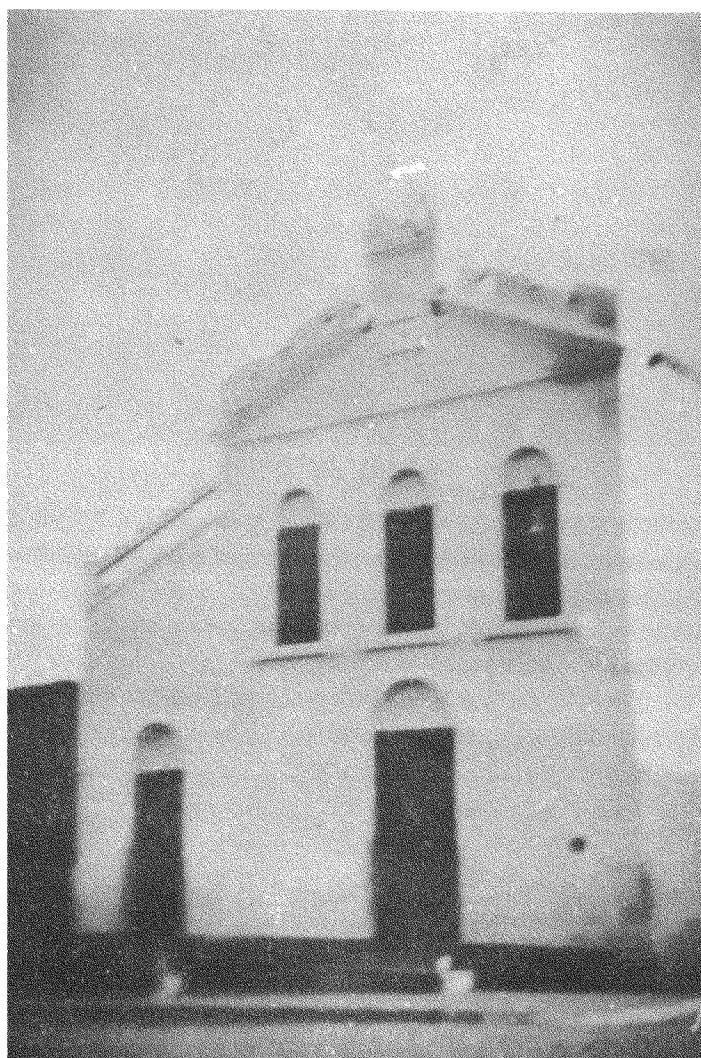
Dado o seu desenvolvimento, foi Aroeiras transformada em vila, em 15 de novembro de 1938, pelo Decreto número 1 164, do Govêrno estadual.

Quando da oportunidade da criação dos novos municípios da Paraíba, em 1953, os habitantes de Aroeiras, através do que havia de mais representativo na sociedade, se movimentaram a fim de conseguir a sua emancipação política de Umbuzeiro. Um memorial foi apresentado pelo deputado Roberto Pessoa na Assembléia Legislativa do Estado, tendo sido decretada a independência política no dia 2 de dezembro do referido ano, pela Lei que recebeu o número 980. Por ato de 25 de dezembro de 1953 do Arcebispado da Paraíba, era criada a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, subordinada à jurisdição eclesiástica da Arquidiocese de João Pessoa.

Foi nomeado primeiro Prefeito da cidade o Sr. João Evangelista Pereira, que faleceu no exercício de seu cargo, sendo substituído, em 1955, pelo Sr. Trajano Martins Arruda. Em 3 de outubro do mesmo ano, elegia-se primeiro prefeito constitucional o Sr. Sebastião Souto Maior, tendo tomado posse em 30 de novembro de 1955, estando ainda em exercício. Os vereadores então eleitos são os Senhores: Pedro Paula de Almeida, Antônio Pedro da Silva, Salvino Fernandes de Moura, João de Brito Lira, Manoel Siqueira Luna, Antônio Tavares e Olegário Herculano do Nascimento.

LOCALIZAÇÃO — Aroeiras está encravada no peneplano da Borborema, ocupando parte da área da "Caatinga" paraibana. Limita-se com os seguintes municípios: Umbuzeiro, ao sul e leste; Campina Grande e Ingá, ao norte, e Cabaceiras a oeste. Não foram estabelecidas ainda as coordenadas geográficas da sede. A cidade está localizada a uma altitude de 300 metros, de acôrdo com as curvas de níveis que constam no mapa do Estado da Paraíba, impresso pelo Conselho Nacional de Geografia, distando da capital do Estado cêrca de 144 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

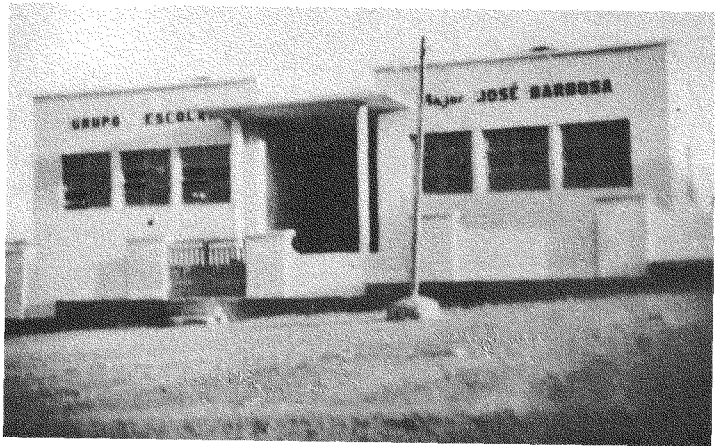
CLIMA — Apresenta-se com um clima ligeiramente quente, no verão, e úmido, no inverno, sendo porém ameno em determinados períodos. A temperatura oscila de 16 a 29 graus centígrados.

ÁREA — A superfície territorial é de 832 quilômetros quadrados, figurando assim no 25.º lugar entre os 58 municípios paraibanos ora existentes.

Igreja-Matriz Municipal

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O relêvo do município não apresenta acidentes geográficos de importância, contando-se algumas elevações conhecidas como a serra de "Quatro Cantos", das "Torres", "Juá" e dos "Batistas", sendo a mais alta a primeira, onde existe um pôsto de observação do Serviço Geográfico do Ministério da Guerra. O município é banhado pelo rio Paraíba que o separa de Umbuzeiro, e pelo rio Paraibinha que serve de limite entre Campina Grande, Ingá e Aroeiras, bem como pelo riacho Salinas, divisor das terras aroeirenses das de Cabaceiras.

RIQUEZAS NATURAIS — Das matas que, certamente, cobriam a área que hoje ocupa o município de Aroeiras, existem apenas alguns remanescentes, não se registrando a ocorrência de jazidas e minas.

POPULAÇÃO — A população do município, pelo Recenseamento Geral de 1950, era de 18 312 habitantes, sendo 8 989 homens e 9 325 mulheres, enquanto 16 876 estavam no quadro rural, o que representa 92% do total da população da comarca. A população estimada pelo D. E. E., para 31-12-1955, foi de 20 052 habitantes, dando para a comuna uma densidade demográfica de 24 habitantes por quilômetro quadrado, inferior à do Estado, que é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado. Com êsse contingente, o município coloca-se no 39.º lugar entre as demais comunas do Estado.

Aglomerações urbanas — Existe, apenas, uma aglomeração urbana, a da sede, com 1 573 habitantes.

Grupo Escolar José Barbosa

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas ativas do município, 90% aproximadamente dedicam-se à agricultura e à pecuária. A agave (sisal) e o algodão são as principais culturas agrícolas da comuna, constituindo a pecuária uma atividade econômica subsidiária.

Em 1956 o valor da produção agrícola do município foi estimado em quase 50 milhões, assim discriminado:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	1 492 295	14 922
Feijão	1 080 000	12 960
Agave	1 500 000	7 500
Fava	648 000	5 832
Milho	1 800 000	5 400
Farinha de mandioca	1 256 000	1 884
Mamona	175 000	700

De acôrdo com o Registro Industrial de 1956, o valor da produção industrial no município atingiu a cifra de Cr$ 10 650 700,00.

Com referência à pecuária, os rebanhos estavam, em dezembro de 1956, assim discriminados:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	13 000	32 500
Suínos	12 000	8 400
Caprinos	15 000	3 000
Ovinos	10 000	2 200
Muares	700	1 750
Asininos	600	240
Eqüinos	1 000	100

O comércio existe em função do reduzido consumo dos habitantes da sede municipal, não constituindo um fator de progresso econômico. Existem sòmente 25 estabelecimentos varejistas na cidade de Aroeiras, explorando o comércio de tecidos, miudezas, especiarias e drogas.

ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO — Não existe nenhum estabelecimento de crédito neste município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Aroeiras liga-se aos municípios vizinhos e à capital do Estado por estradas de rodagem, sendo as seguintes as distâncias, em quilômetros, da sua para as sedes circunvizinhas: Umbuzeiro 45 quilômetros, Campina Grande 59 quilômetros, Ingá 74 quilômetros, Itabaiana 70 quilômetros e Cabaceiras 96 quilômetros. Dista da capital do Estado 144 quilômetros, também por estrada de rodagem, ligando-se à capital Federal, via Campina Grande, numa extensão de 2 645 quilômetros.

Conta o município com 9 veículos rodoviários: 1 ônibus, uma camioneta e 7 caminhões. Em seu território há 87 quilômetros de estradas de rodagem.

Rua do Comércio

Como meios de comunicação, o município dispõe de Agência postal-telefônica localizada na sede.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1954	672	792	266	729
1955	1 070	896	399	919
1956	1 447	1 371	594	699

Não há coletoria federal no município. Os impostos da União são recolhidos à coletoria de Umbuzeiro.

ASPECTOS URBANOS — Na cidade, a principal rua é calçada a paralelepípedos, com uma área de 2 200 metros quadrados, registrando-se a existência de 582 prédios, em 1956. Há, em Aroeiras, 201 ligações elétricas domiciliares, com um consumo total de 25 000 velas diárias, sendo 7 000 para fins de iluminação pública e 18 000 para fins particulares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não existe no município nenhum estabelecimento hospitalar ou paraospitalar que dispense assistência médico-sanitária aos habitantes da região, daí por que êstes, quando necessário, demandam outros centros de maior desenvolvimento.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, levando em consideração a população presente de pessoas com 5 ou mais anos de idade, a então vila de Aroeiras possuía 1 194 habitantes; dêstes, apenas 456 eram alfabetizados e o restante não sabia ler nem escrever. Na zona rural é de se presumir que o índice de alfabetização fôsse muito menor, em face da ausência de escolas e professôres.

Ensino — Possui o município de Aroeiras 47 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, assim discriminadas: 12 estaduais. 11 supletivas e 24 municipais. Dessas escolas, duas localizavam-se no quadro urbano e 45 no quadro rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Desde o ano de 1927 que existe em Aroeiras uma banda de música, a princípio denominada "Filarmônica Coronel Antônio Pessoa". Depois, êsse nome foi mudado para "Banda de Música 22 de Novembro", em homenagem ao dia de Santa Cecília, padroeira dos músicos. Desnecessário é ressaltar que a filarmônica em aprêço goza de grande prestígio na sociedade local, sendo convidada, muitas vêzes, para animar festas populares fora do município.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Como órgão legislativo, possui o município uma Câmara Municipal composta de sete vereadores, sendo três da UDN, três do PSD e um do PTB. Em três de outubro de 1955 elegeu-se o primeiro prefeito constitucional da comuna, Sr. Sebastião Souto Maior, ainda em exercício.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Realizam-se, anualmente, duas festas populares compostas da parte religiosa e da parte profana. A primeira se compõe de novena, quermesse, missa etc. A segunda consiste na instalação de carrosséis, barracas e pavilhões, pontos de reunião do povo. Ambas as festas se encerram com procissões, uma no dia de São Sebastião, 20 de janeiro, e a outra de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da Paróquia, no dia 28 de outubro.

VULTO ILUSTRE — Filho de Aroeiras, temos o major *José Barbosa Monteiro,* considerado como um dos heróis da resistência contra os "Dezoito de Copacabana", em cujo episódio histórico perdeu a vida.

PARTICULARIDADES — A Feira da cidade se realiza no sábado com a afluência dos habitantes da zona rural, interessados no abastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade. A denominação patronímica usada pelos habitantes é aroeirense.

Funciona na sede municipal uma Agência de Estatística, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

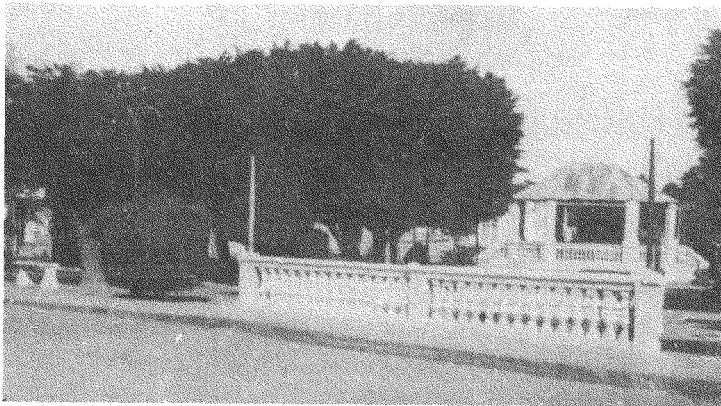
BIBLIOGRAFIA — *Dicionário Corográfico da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; *Anuário Estatístico do Estado da Paraíba* — 1949-1953; *Boletim Estatístico* — Ano VII, março a maio — Departamento Estadual de Estatística do Estado da Paraíba; *Documentação Municipal da Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.*

BANANEIRAS — PB

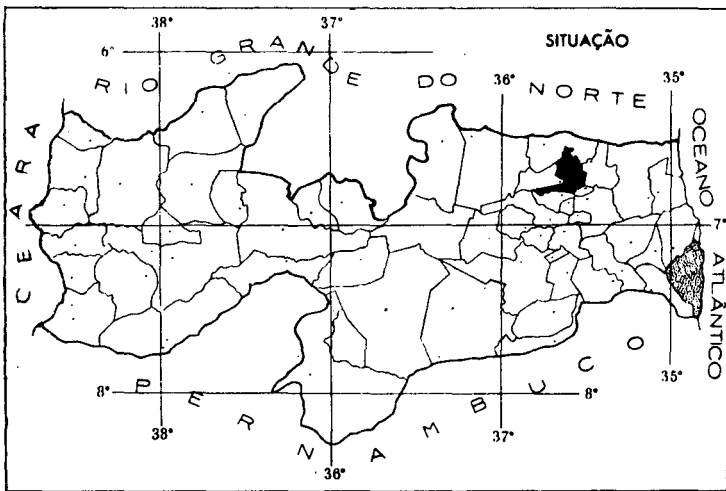
Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — "A colonização de Bananeiras começou na segunda ou terceira década do século XVII, sendo dos primitivos desbravadores conhecidos os nomes de Domingos Vieira e Zacarias de Melo, moradores em Mamanguape, os quais ali obtiveram sesmarias, em 1716. Nas adjacências de uma lagoa situada no fundo de um vale, crescia um bananal de espécie diferente, que produzia frutos minúsculos e imprestáveis para a alimentação. Daí o nome dado ao local e à povoação que ali se formou". (Coriolano de Medeiros — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba.*) A comuna pertenceu, até 1827, à jurisdição da vila de São Miguel da Baía da Traição, passando em seguida ao têrmo de Areia. Foi elevada à categoria de vila, em virtude da Resolução do Conselho da Província, tomada em sessão extraordinária de 9 de maio de 1833, em execução do art. 1.º do Decreto de 13 de dezembro de 1832, sendo instalada em 10 de outubro de 1833. Data, conseqüentemente, daí, a criação do município.

A comarca de Bananeiras foi criada pela Lei provincial número 19, de 10 de outubro de 1857, composta de dois têrmos: Bananeiras e Araruna, sendo, mais tarde, integrada por três: os dois supracitados e mais o de Serraria. Em virtude da Lei provincial número 690, de 16 de outubro de 1879, foram concedidos foros de cidade à sede do município, que, nas divisões administrativas do Brasil, concernentes aos anos de 1911 e 1933, figura integrado por um só distrito. Segundo as divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 1 010, de 30 de março de 1938, o município subdivide-se em quatro distritos: Bananeiras, Borborema, Pilões do Maia (em 1937) e Moreno, assim permanecendo no quadro territorial em vigência no qüinqüênio 1939-43, fixado pelo Decreto-lei estadual número 1 164, de 15 de novembro de 1938, quando, no entanto, o distrito de Pilões do Maia teve o topônimo simplificado para Maia. Por fôrça do Decreto-lei estadual número 39, de 10 de maio de 1940, criaram-se as comarcas de Araruna e Serraria, com os têrmos de mesmo nome, desmembrados da de Bananeiras. Esta, por conseguinte, no quadro territorial em vigência no qüinqüênio 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual número 520, de 31 de dezembro de 1943, figura integrada por um só têrmo, perdendo, entretanto, por fôrça dêste mesmo Decreto, parte do seu território, que passou a compor o novo distrito de Dona

Vista parcial da cidade

Vista parcial da Praça Epitácio Pessoa

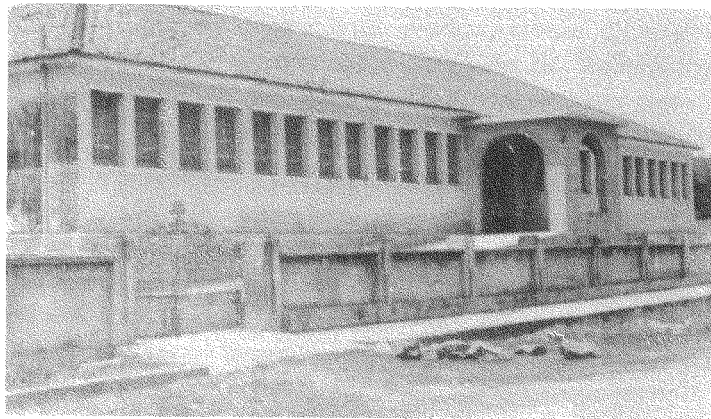
Inês, do mesmo município, figurando assim com cinco distritos: Bananeiras, Camucá (ex-Borborema), Dona Inês, Maia e Solânea (ex-Moreno). Pela Lei número 318, de 7 de janeiro de 1949, Camucá voltou a denominar-se Borborema, continuando o município com o mesmo número de distritos. A Lei número 967, de 26 de novembro de 1953, deu autonomia ao distrito de Solânea, tornando-o município; Bananeiras ficou reduzida a quatro distritos: o da sede, Borborema, Dona Inês e Maia, continuando, ainda, como comarca constante de um único têrmo.

LOCALIZAÇÃO — Está situado no sopé da Borborema, quase todo na Zona Fisiográfica do Brejo. Os seus municípios limítrofes são: Solânea, Araruna, Caiçara, Pirpirituba, Pilões e Serraria. As coordenadas geográficas da sede do município são dadas pelos seguintes pontos: 6° 41' 11" de latitude Sul e 35° 37' 41" de longitude W. Gr. Dista (em linha reta) 94 quilômetros da capital do Estado. Tem uma altitude de 552 metros, de acôrdo com o mapa do Estado da Paraíba, editado em 1951 pelo Conselho Nacional de Geografia.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Seu clima é quente e úmido, oscilando a temperatura de 16° a 29°C, à sombra, apresentando-se frio nas épocas chuvosas, quando a temperatura baixa até a 14° centígrados.

ÁREA — O município contava, em 1954, com 750 quilômetros quadrados, ocupando o 28.° lugar entre os 54 municípios paraibanos. Entretanto, com o desmembramento territorial ocorrido com a criação do município de Solânea, sua superfície ficou reduzida a 377 quilômetros quadrados, passando a ocupar o 46.° lugar entre os demais.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seu território é um tanto acidentado, encontrando-se, entre outras, algumas elevações como: o pico de Roma e serras da Borborema, Dona Inês e Cedro.

O município é banhado pelos rios Curimataú e Araçagi, além de diversos riachos, sendo os principais o Bananeiras, o Canafístula, o Salgado e o Goiamunduba. Há pequenas lagoas e inúmeros açudes localizados nas suas propriedades agrícolas. Destaca-se ainda o salto sôbre o Canafístula, aproveitado pela barragem Borborema, que fornece energia hidrelétrica à cidade, à vila de Borborema e ainda às cidades vizinhas de Pilões, Serraria, Solânea e algumas propriedades agrícolas.

Maternidade Padre Ibiapina

RIQUEZAS NATURAIS — Nas elevações existentes em seu território, presume-se haver indícios de minérios de ferro, além de argileiras que se encontram sempre em exploração.

POPULAÇÃO — Os resultados do Censo Demográfico de 1950, transcritos na tabela abaixo, revelam a situação populacional do município:

DISTRITOS	TOTAL	QUADRO URBANO	QUADRO RURAL
Bananeiras	16 771	2 825	13 946
Borborema	13 338	1 339	11 999
Dona Inês	9 253	682	8 571
Maia	10 426	217	10 209
Solânea	11 435	2 420	8 015
TOTAL	*61 223*	*7 483*	*53 740*

Com 61 223 habitantes (3,57% da população estadual), Bananeiras era dos mais populosos municípios do Estado, ou seja, o 5.° entre os 41 então existentes. De 5 aglomerações urbanas existentes àquela época, destacam-se a sede municipal e a vila de Solânea.

A população rural — 53 740 habitantes, correspondia a 88% do total, o que lhe dá característica de município essencialmente campestre, haja vista a taxa referente ao Estado, — 73% — muito inferior à sua.

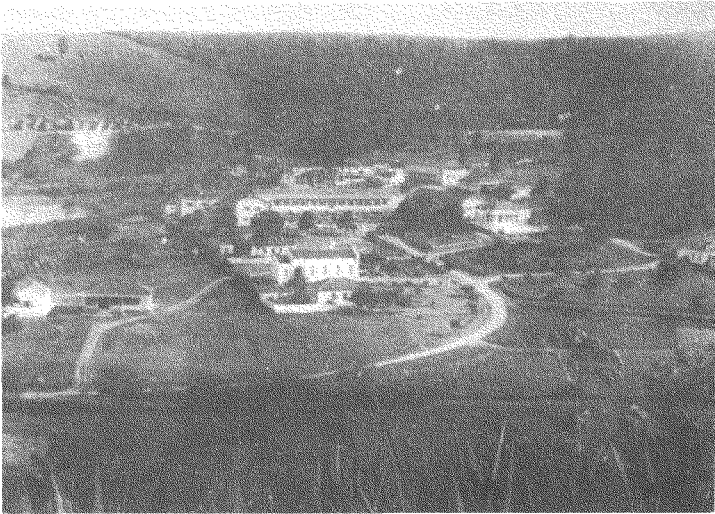
Composição — A população, segundo os diversos grupos, assim se constituía: *côr* — 34 302 brancos, 9 442 pretos, 17 353 pardos e 126 sem declaração de côr; *religião* — 60 653 eram católicos romanos, 244 protestantes, 67 espíritas, 7 de outras religiões, 141 sem religião e 11 sem declaração de religião; *estado conjugal* — 12 918 solteiros, 18 374 casados, 27 desquitados, 1 980 viúvos (400 homens e 1 580 mulheres) e 87 sem declaração de estado conjugal.

Quanto à nacionalidade, quase todos seus habitantes eram brasileiros, com exceção de 4 estrangeiros.

Estimativa — Segundo estimativa levantada pelo D. E. E., em 31-12-1956, a população do município ficou reduzida a 55 378 habitantes, em virtude do desmembramento territorial que sofreu com a criação do município de Solânea, colocando-se assim, no 6.º lugar entre as 57 comunas paraibanas ora existentes. A sua densidade demográfica, das mais elevadas do Estado, é, atualmente, de 146,89 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Repousa a economia do município essencialmente, em sua agricultura e, em função desta, na indústria rural. As principais culturas agrícolas são as da cana-de-açúcar, agave, cereais, etc., conforme se observa pelo quadro explicativo a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	120 000	36 000
Algodão herbáceo	Arrôba	150 600	24 849
Agave	kg	1 575 000	9 450
Arroz	Saco de 60 kg	8 300	7 968
Laranja	Cento	96 000	7 680
Fumo	Arrôba	42 000	6 300
Feijão	Saco de 60 kg	5 500	4 400
Manga	Cento	82 500	3 300
Mandioca brava	Tonelada	5 360	3 216
Mandioca mansa	»	2 000	3 000
Milho	Saco de 60 kg	20 000	2 760
Banana	Cacho	84 000	2 100
Batata-doce	Tonelada	1 500	1 800
Outras	—	—	1 373
TOTAL	—	—	*114 196*

Igreja-Matriz de N. S.ª do Livramento

Vista da Escola Agrotécnica Municipal

A indústria está representada por cêrca de meia centena de engenhos de rapadura e aguardente, avultado número de desfibradores de agave e inúmeras casas-de-farinha. Segundo apuração do Registro Industrial, em 1956, a produção ultrapassou 29 milhões de cruzeiros, conforme se vê abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão em pluma	Quilograma	398 640	11 959
Fibra de agave	»	1 187 470	6 681
Rapadura	»	1 066 560	3 826
Farinha de mandioca	»	501 220	2 040
Energia elétrica	kWh	173 866	391
Aguardente	Litro	45 240	297
Outros	—	1 000 550	4 002
TOTAL	—	—	*29 196*

Pela exposição acima, observa-se que o beneficiamento do algodão muito contribui para a economia municipal, concorrendo com 40% do valor total da produção industrial. Encontram-se espalhados pelo município cêrca de 265 estabelecimentos com 1 903 operários, aproximadamente.

A atividade pecuária não tem grande significação econômica, visto que a maior parte do território abrange a Zona do Brejo, onde a criação é pouco desenvolvida, intensificando-se, apenas, na faixa atingida pelo curimataú. O efetivo dos rebanhos existentes, em 1956, assim se apresentava:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Bovinos	7 200
Caprinos	2 800
Ovinos	2 600
Suínos	2 500
Eqüinos	2 400
Muares	1 500
Asininos	500

Seu comércio é bastante desenvolvido, contando com um estabelecimento atacadista e mais de uma centena de varejistas. A rêde de relações comerciais estende-se a João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Recife e outras cidades vizinhas.

ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO — Existe, na cidade, uma Agência da Caixa Econômica Federal, operando com real proveito.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município apresenta regular movimento financeiro. Para melhor elucidação, damos abaixo a evolução das finanças municipais no período compreendido entre 1951-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951.......	450	2 965	1 279	1 099	1 242
1952.......	575	2 222	1 575	1 211	1 291
1953.......	600	1 698	1 922	1 297	1 219
1954.......	1 200	1 616	1 415	910	886
1955.......	936	1 594	1 644	1 089	1 245
1956.......	1 507	2 154	2 622	1 798	1 530

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A sede municipal liga-se às demais vizinhas por estradas de rodagem e de ferro (Rêde Ferroviária do Nordeste). Por meio de rodovia com Caiçara (52 quilômetros), Solânea (34), Araruna (48), Pirpirituba (28), Pilões (19), Serraria (18) e à capital Estadual (129).

Por estrada de ferro, com Caiçara (63), Pirpirituba (30) e mais com a capital do Estado (138).

Estação Ferroviária

Em 1956 foram registrados no município 61 veículos motorizados: 22 caminhões, 26 jipes, 6 camionetas, 5 automóveis e 2 ônibus. Há no município apenas 70 quilômetros de estrada de rodagem. Existe na cidade uma Agência dos Correios e Telégrafos, com serviço postal-telegráfico.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Bananeiras conta atualmente cêrca de 3 000 habitantes, 720 prédios e 36 logradouros públicos. Dêstes, 5 são pavimentados a paralelepípedos, 2 arborizados, 1 ajardinado e 1 ajardinado e arborizado simultâneamente. É servida de luz elétrica e de água canalizada. A iluminação pública estende-se a 20 logradouros e a domiciliária a 305 prédios. A rêde distribuidora de água canalizada serve a 18 logradouros e 300 domicílios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade dispõe da bem aparelhada Maternidade "Padre Ibiapina", com 45 leitos disponíveis, além de 40 berços e 25 caminhas. Existem, ainda: o Pôsto Federal de Tracoma, o Pôsto de Higiene e o Pôsto de Combate à Bouba, êste no distrito de Borborema e aquêle, na própria cidade; uma farmácia e uma drogaria completam êsse aspecto.

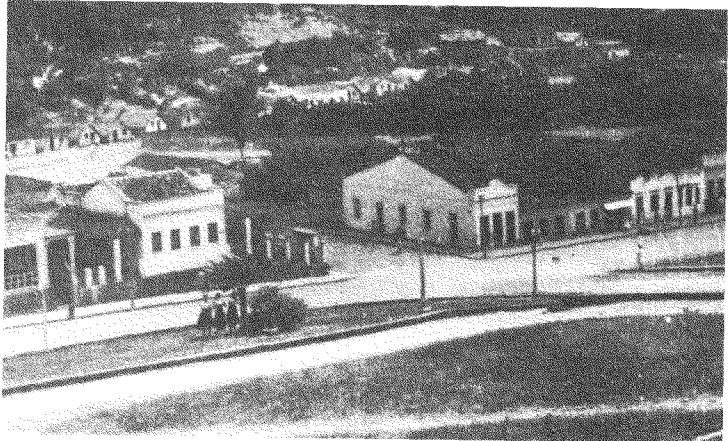
Rua Cel. Antônio Pessoa

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe a Cooperativa de Crédito Agrícola de Bananeiras Limitada, tendo como fim o financiamento aos pequenos agricultores; possuía 150 associados. Destacamos a Sociedade São Vicente de Paula, que vem prestando relevantes serviços à pobreza local, e que, em 1956, concedeu auxílios e benefícios no valor de Cr$ 60 788,00. Há também uma Agência da Caixa Econômica Federal da Paraíba.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, o nível de instrução em Bananeiras assim se apresentava:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever.....................	6 877	13,52
Não sabem ler e escrever..................	43 983	86,48
TOTAL..............................	*50 860*	*100,00*

Ensino — Em 1956, existiam no município 39 unidades do ensino primário fundamental comum, sendo 11 estaduais, 13 federais (de ensino supletivo), 12 municipais e 3 particulares, além da Escola Profissional Agrotécnica "Vidal de Negreiros", mantida pelo Govêrno Federal, que recebe alunos dêste e de outros municípios.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade possui uma Biblioteca Pública Municipal, denominada Antenor Navarro, com cêrca de 3 300 volumes, tendo durante o ano de 1956 oferecido 2 194 consultas, e também uma outra, a Vidal de Negreiros, pertencente à Escola Agrotécnica, com mais de 1 000 volumes catalogados.

Vista parcial da cidade

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O Legislativo Municipal é composto de 7 vereadores, sendo o atual Prefeito da comuna o Senhor Homero de Almeida Araújo, eleito pela coligação PSD-UDN. Votaram nas eleições de 3 de outubro de 1955 2 480 cidadãos.

VULTO ILUSTRE — Entre outros, destaca-se *Antônio de Aragão*, magistrado, político emérito, que pode ser tido como seu maior filho.

OUTROS ASPECTOS — A cidade conta com um hotel, três pensões, dois cinemas e uma livraria, que lhe completam a feição.

A denominação patronímica dos habitantes é bananeirense.

Na cidade acha-se instalada uma Agência de Estatística, órgão do sistema estatístico brasileiro.

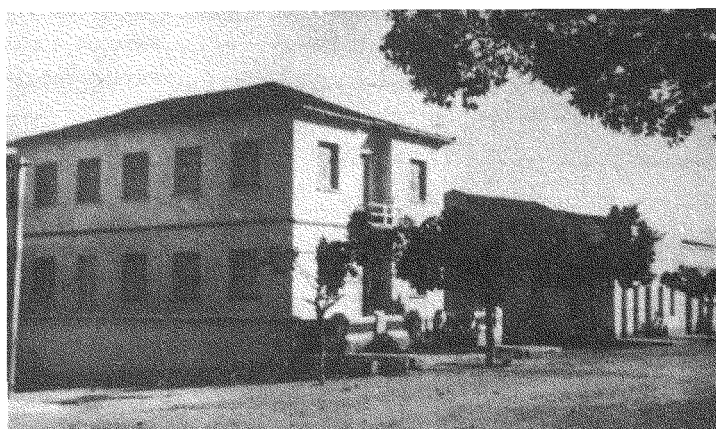
BIBLIOGRAFIA — *A Parahyba* — João Lyra Tavares; *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; *Sinopse Estatística do Município de Bananeiras* — C. N. E. — 1948; *Documentação Municipal da Inspetoria Regional de Estatística*.

BONITO DE SANTA FÉ — PB

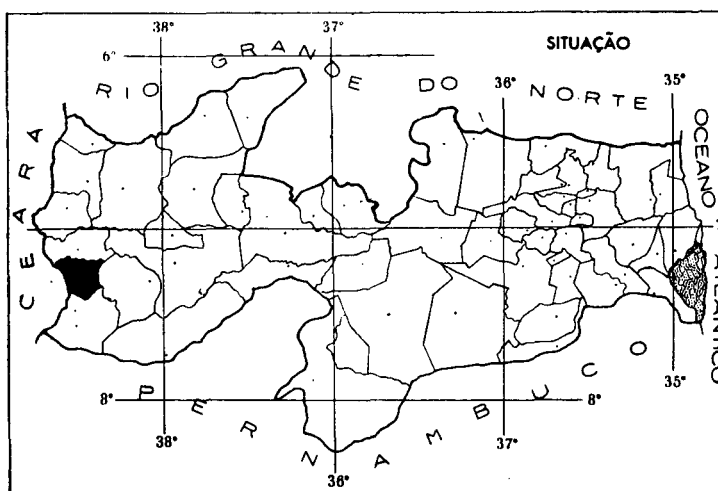
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O primeiro colonizador das terras hoje abrangidas pelo município de Bonito de Santa Fé pertencia à tradicional família Arruda Câmara, de origem pernambucana, que ali se estabeleceu após a sujeição dos índios Cariris, provàvelmente no começo do século XVIII, quando se deu a colonização do território de São José de Piranhas, a cujo município pertenceu o território de Bonito de Santa Fé até a sua emancipação. A propriedade de Arruda Câmara foi adquirida mais tarde por Manuel Lopes Diniz, Manuel José de Souza e Francisco de Souza, que ali se dedicaram à agricultura e fundaram uma povoação a que deram o nome de Santa Fé. Em 1876, por fôrça da Lei número 617, de 10 de julho daquele ano, foi criado o distrito de Santa Fé, com sede na povoação do mesmo nome.

Nos fins do século XIX, a zona onde hoje se localiza a cidade de Bonito de Santa Fé era infestada de cangaceiros. Ali residia a família Timóteo de Sousa, que envidava esforços no sentido de afastar ditos desordeiros daquela região. Conseguido êsse intento, Francisco Timóteo de Sousa e seu cunhado Tomaz da Costa Romeu, com a colaboração dos demais moradores, resolveram erigir uma capela, sob a invocação de Santo Antônio, e criar uma feira semanal. Ao redor da capelinha, foi-se formando a povoação e, num domingo do ano de 1889, realizou-se a primeira feira semanal.

A Lei número 30, de 29 de fevereiro de 1896, transferiu a sede do distrito para o povoado de Bonito, de futuro mais promissor, embora mais novo que o outro — Santa Fé. Nas divisões administrativas do Brasil referentes a 1911 e 1933 o município de São José de Piranhas figura com apenas um distrito — o do mesmo nome, pelo que se depreende haja sido extinto o distrito de Bonito. Entretanto, nas divisões territoriais de 31-XII-1936 e 31 de dezembro de 1937, volta o município de São José de Piranhas a constituir-se de dois distritos, entre os quais o de

Prefeitura Municipal

Bonito de Santa Fé. O município de Bonito foi criado pelo Decreto-lei estadual número 1 164, de 15 de novembro de 1938, abrangendo o território do ex-distrito de Bonito de Santa Fé, desmembrado do município de Jatobá, ex-São José de Piranhas, e constituído de dois distritos: Bonito e Monte Horebe. O têrmo judiciário, criado pela mesma Lei número 1 164, ficou integrando a comarca de Itaporanga, até 1940, quando, em virtude do Decreto-lei número 39, de 10 de abril daquele ano, foi criada a comarca de Bonito. Segundo o quadro territorial anexo ao Decreto-lei estadual número 520, de 31 de dezembro de 1943, e vigente no qüinqüênio 1944-1948, o município, o têrmo judiciário e a cidade passaram a denominar-se Bonito de Santa Fé. Presentemente, continua o município constituído dos mesmos dois distritos: Bonito de Santa Fé e Monte Horebe e é sede da comarca do mesmo nome.

LOCALIZAÇÃO — Fica o município de Bonito de Santa Fé localizado no extremo oeste do Estado, na Zona Fisiográfica do Sertão e limita-se com os municípios de São José de Piranhas, Conceição e Itaporanga e o Estado do Ceará. A sede do município, que dista da capital do Estado 402 quilômetros em linha reta, no rumo S. O., fica a 7° 18' 47" de latitude Sul e 38° 30' 58" de longitude W. Gr. A sua altitude é de 575 metros, uma das mais elevadas do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É excelente o clima do município, cuja temperatura varia entre 20° e 33° C. Em 1955 verificou-se uma precipitação pluviométrica de 784,6 milímetros.

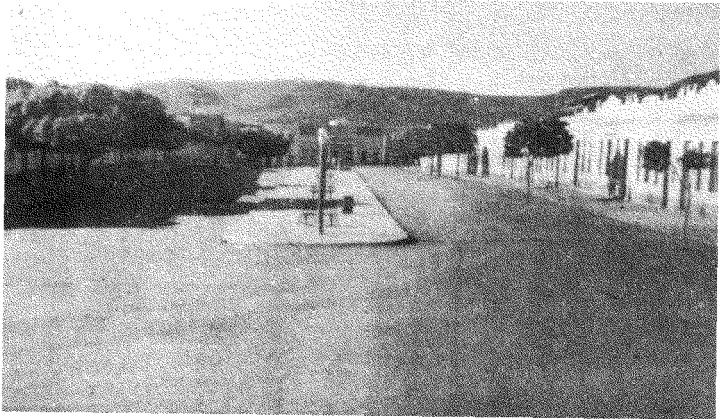
ÁREA — Com 514 quilômetros quadrados (0,9% da superfície do Estado), Bonito de Santa Fé, no tocante à superfície, figura no 39.º lugar entre os 54 municípios paraibanos ora existentes.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre os acidentes geográficos existentes no município, destacam-se o rio Piranhas, os riachos Bonito, Cachoeirinha, Pau-d'-Arco, Paraguai, Solidão e Angelim e as serras do Braga e Bom Jesus, a primeira nos limites com o Ceará e a segunda com o município de Conceição.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui, ainda, apesar das devastações que tem sofrido, algumas matas, onde se encontram madeiras de qualidade, tais como o cedro, o pau-d'arco e o louro. No reino animal, sobressaem: onças, veados, rapôsas, tatus e tamanduás. Existem, também, no município, calcários e argila.

POPULAÇÃO — Transcrevem-se a seguir resultados do Censo Demográfico realizado em 1950, que evidenciam a situação do município sob o aspecto populacional.

MUNICÍPIO, CIDADE E VILA	POPULAÇÃO		
	Total	Homens	Mulheres
Município	7 584	3 726	3 808
Cidade	1 297	620	677
Vila de Monte Horebe	236	118	118
Quadro rural	6 051	3 038	3 013

Igreja-Matriz de Santo Antônio

Rua Dr. Batista Leite

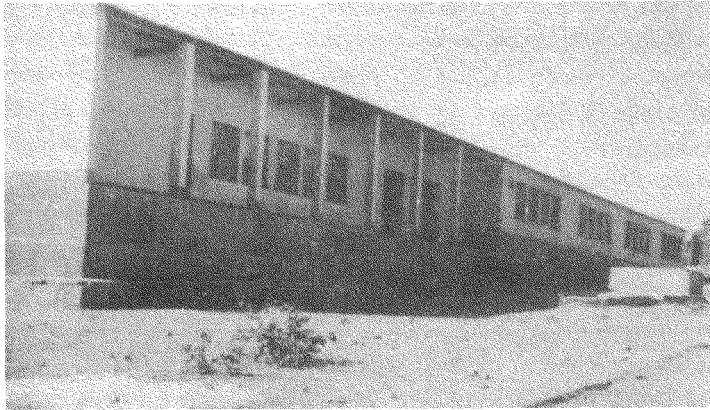
Com apenas 7 584 habitantes, Bonito de Santa Fé era o menos populoso município do Estado. As suas aglomerações urbanas — a sede municipal e a vila de Monte Horebe, possuíam àquela época, respectivamente, 1 297 e 236 habitantes. A população rural, como se verifica no quadro — 6 051 habitantes —, representava 79% do total. Essa percentagem é superior à do Estado, que é de 73 por cento.

Composição — Segundo os vários grupos, a população assim se constituía: *sexo* — 3 776 homens e 3 808 mulheres. *Côr* — 5 630 brancos, 1 832 pretos e 107 pardos; 15 não declararam a côr. *Estado civil* — Das pessoas de 15 anos e mais (em número de 4 033), 1 546 eram solteiras, 2 280 casadas e 198 (29 homens e 169 mulheres) viúvas; 11 não declararam o estado civil. *Religião* — Afora 12 protestantes, 1 sem religião e 6 sem declaração de religião, todos os demais se declararam católicos apostólicos romanos.

Estimativa — Segundo a estimativa referente a 31 de dezembro de 1956, elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística, a população do município era àquela data de 8 435 habitantes. Com êsse efetivo, figurava ainda em último lugar entre os 54 municípios existentes. Entretanto, atualmente, com a instalação do município de Cabedelo, a êste pertence aquela posição. Com a atual população, o município apresenta a densidade demográfica de 16,42 habitantes por quilômetro quadrado, muito mais baixa que a do Estado, que é de 33,69.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a agropastoril, como bem atestam os resultados do Recenseamento Geral de 1950, segundo os quais, das 2 195 pessoas ativas (exceção das atividades domésticas) de 10 anos e mais, 1 923, ou seja, 88%, se dedicavam a essa atividade.

Agricultura — O valor da produção agrícola em 1956 atingiu a quantia de Cr$ 13 622 000,00. Dêsse valor, quase 50%, isto é, precisamente Cr$ 6 420 000,00 cabem ao algodão, principal produto agrícola do município. No quadro abaixo verifica-se o valor da produção, segundo a espécie:

ESPÉCIE	VALOR (Cr$)
Algodão	6 420 000,00
Feijão	1 613 000,00
Mandioca brava	1 440 000,00
Cana-de-açúcar	1 260 000,00
Milho	1 152 000,00
Outros	1 737 000,00
TOTAL	*13 622 000,00*

Grupo Escolar Municipal

Pecuária — A pecuária no município não tem o mesmo valor da agricultura. Os efetivos dos seus rebanhos são reduzidos, como se vê no quadro abaixo, referente a 1956:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Asininos	1 600
Bovinos	2 500
Caprinos	2 600
Eqüinos	1 500
Muares	1 500
Ovinos	2 500
Suínos	3 800

Indústria — A indústria consiste apenas na fabricação de rapadura e de farinha de mandioca, conforme tabela abaixo correspondente a 1956:

PRODUTOS	N.º DE ESTABELECIMENTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA (kg)	VALOR (Cr$)
Farinha de mandioca	50	658 000	1 974 000,00
Rapadura	24	392 000	1 960 000,00
TOTAL			*3 934 000,00*

Comércio — Em todo o município há apenas 19 estabelecimentos comerciais, todos varejistas, que transacionam com a capital do Estado e a cidade de Campina Grande donde importa o município tecidos, estivas em geral, medicamentos, ferragens, louças, miudezas, etc. e para onde exporta algodão, e agave, principalmente. Segundo os resultados dos Censos Econômicos de 1950, o município possuía àquela época 398 propriedades agrícolas, 35 estabelecimentos comerciais e 14 industriais.

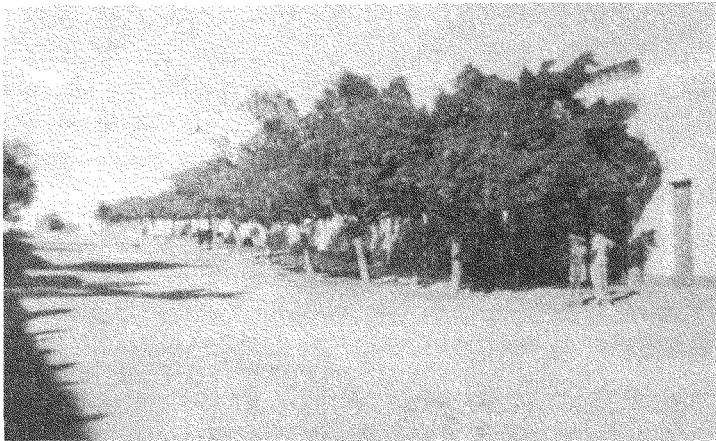
ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO — Funciona no município a Cooperativa de Crédito Agrícola, entidade filiada à Cooperativa de Crédito Agrícola da Paraíba.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Bonito de Santa Fé liga-se através de rodovias às seguintes cidades, que lhe são vizinhas: Itaporanga (91 quilômetros), Conceição (32 quilômetros), São José de Piranhas (32 quilômetros) e Mauriti — CE (48 quilômetros). Com a capital do Estado, liga-se, também, por meio de rodovia, num percurso de 495 quilômetros. Conta o município com 135 quilômetros de estradas, em sua maioria, de péssima qualidade. Os veículos motorizados são 8 jipes e 7 caminhões.

Como vias de comunicação, funcionam no município duas agências postais-telegráficas do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma na sede municipal e a outra na vila de Monte Horebe.

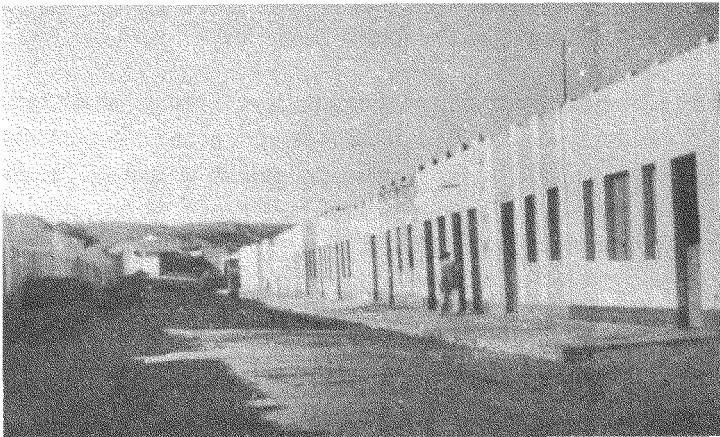
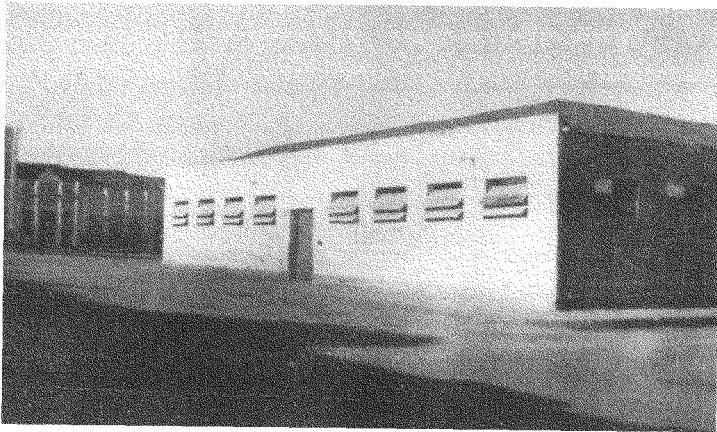
FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1951-1956, verificaram-se os seguintes registros sôbre finanças públicas no município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)		DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal	
1951	242	344	379
1952	356	462	508
1953	288	705	705
1954	573	661	661
1955	980	878	878
1956	—	1 080	976

A Coletoria Federal foi instalada em 21 de maio de 1956.

Rua Epitácio Pessoa

ASPECTOS URBANOS — Com cêrca de 1 500 habitantes — tal é a estimativa de sua população atual —, Bonito de Santa Fé é uma das menores cidades da Paraíba. Conta com apenas 27 logradouros públicos e 421 prédios. Dêsses seus logradouros, 3 são arborizados, 1 ajardinado, 1 ajardinado e arborizado simultâneamente. A cidade é servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 16 logradouros e conta com 120 focos. Na domiciliária há 135 ligações. Há na cidade 1 cinema (Cine Santo Antônio) 1 hotel e 1 templo católico.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Pràticamente, não há assistência médica no município, que conta, apenas, com duas farmácias, cujos responsáveis fazem as vêzes de médico.

ALFABETIZAÇÃO — Das 6 527 pessoas de 5 anos e mais presentes no município na data do último Recenseamento Geral (1950), apenas 1 629, ou seja, cêrca de 25%, sabiam ler e escrever. Essa percentagem é inferior à do Estado, que é de 29%.

Rua Adrelino Timóteo

Mercado Público Municipal

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 78 escolas de ensino primário. Destas, 14 localizavam-se na sede do município, duas na vila de Monte Horebe e 62 no quadro rural. Estão incluídos no total os cursos de Alfabetização de Adultos.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os mais ilustres filhos do município, destaca-se o Dr. *João Cavalcanti de Arruda,* atualmente no exercício das elevadas funções legislativas de Senador da República, pelo Estado da Paraíba.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O Legislativo Municipal é constituído de 7 vereadores. No último pleito eleitoral, realizado em 3 de outubro de 1955, votaram 1 514 eleitores. O atual Prefeito do município é o Senhor Adauto Luiz de Oliveira.

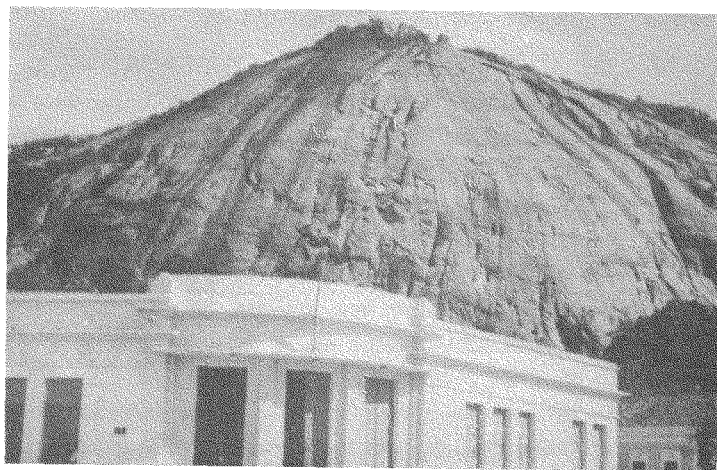
OUTROS ASPECTOS — Bonitenses é como se denominam os naturais do município. A designação de "Bonito" provém da propriedade rural, em cujas terras se edificou a capelinha, nas proximidades da "casa da fazenda" e onde se formou a atual cidade. A mais importante festa do município é a de Santo Antônio, padroeiro da cidade, que se realiza no dia 13 de junho. Durante os dias de festa, o aspecto da cidade transmuda-se com o movimento desusado conseqüente do afluxo de fiéis procedentes do interior do município.

BIBLIOGRAFIA — *Sinopse Estatística do Município de Bonito de Santa Fé* — C. N. E. — 1948; *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; *A Parahyba* — João de Lyra Tavares; *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954.

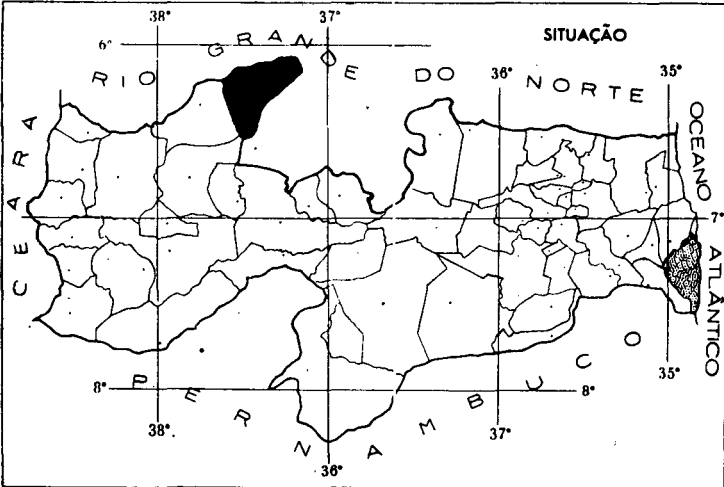
BREJO DO CRUZ — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento do território do atual município de Brejo do Cruz iniciou-se nos primeiros quartéis do século XVII. A fertilidade do solo e a existência de mananciais atraíram para aquela região não só paraibanos doutras paragens, como ainda rio-grandenses do norte, pernambucanos e até baianos. Dentre os primeiros povoadores, destaca-se o português Antônio Barroso Pereira, que se fixou naquelas plagas, no Sítio Ôlho-d'Água do Meio, por volta do ano de 1600. Coube, todavia, a Manuel da Cruz Oliveira, descendente dos Oliveira Ledo, famosos desbravadores do sertão paraibano, que ali residia nos meados do século XVIII, a fundação do povoado que seria mais tarde a atual cidade de Brejo do Cruz. Conta-se que no local então denominado Ôlho-d'Água dos Boqueirões, de propriedade de Manuel da Cruz Oliveira, verificaram-se alguns milagres, cujo fato motivou a mudança de sua denominação para Ôlho-d'Água dos Milagres. Em 1752, por iniciativa daquele Senhor e em face da ocorrência dos milagres já citados, foi erigida no local em aprêço uma capela sob a invocação de Nossa Senhora dos Milagres. Apesar de haver-se denominado sucessivamente Ôlho-d'Água dos Milagres e Taquarituba, o lugar já era conhecido também pelo nome de Brejo do Cruz. "Brejo", dada a existência de água estagnada e a umidade do solo, e "do Cruz", por pertencer à propriedade do já citado Manuel da Cruz Oliveira, também conhecido apenas pelo sobrenome Cruz.

Segundo outra versão, Serra do Brejo teria sido a denominação primitiva do local, e a escritura de doação do tereno para construção da capela de Nossa Senhora dos Milagres entregue em 20 de abril de 1774 por D. Maria Manuela Pereira da Silva ao Padre Manuel Joaquim Pereira Coimbra. Dada a confirmação doutras fontes da data de 1752 como a da edificação da capela, é de se supor que a construção do templo tenha antecedido a doação do terreno. Em 1870, foi construída a Igreja de Nossa Senhora dos Milagres, que ainda, atualmente, se mantém em boas condições. A criação do distrito ocorreu em 1874, por fôrça da Lei provincial n.º 572, de 1.º de outubro daquele ano. A Lei provincial n.º 727, de 8 de outubro de 1881, criou o município de Brejo do Cruz, com território desmembrado de Catolé do Rocha, cuja instalação se deu a 1.º de outubro do ano seguinte. Na divisão administrativa do Brasil, relativa a 1911, figura o município constituído de um só distrito — o de igual nome. O município de Brejo do Cruz, nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, figura como têrmo judiciário da comarca de Catolé do Rocha. Também na referida divisão territorial de 1937, o município passou a formar-se de 2 distritos: Brejo do Cruz e Belém. Segundo o quadro territorial estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, o distrito de Belém passou a denominar-se Bom Jesus. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, criou-se a comarca de Brejo do Cruz. Outras alterações ocorreram quanto ao nome do 2.º distrito, que na divisão territorial em vigência no qüinqüênio 1944-1948 foi mudado para Taiaguí e pela Lei n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, voltou

Prefeitura Municipal

à antiga denominação de Belém. Na divisão territorial vigente o município mantém-se com os distritos de Brejo do Cruz e Belém e permanece têrmo-sede da comarca do mesmo nome.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica do Sertão, é o mais setentrional município do Estado e limita-se com os vizinhos de Catolé do Rocha e Pombal e o Estado do Rio Grande do Norte. A sede municipal localiza-se a 6° 21' de latitude Sul, 37° 30' de longitude W. Gr., a 301 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado, e a 190 metros de altitude.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente e sêco. A temperatura varia entre 20°C, no inverno e 35°C, no verão. Em 1956, registrou-se uma precipitação pluviométrica de 759 milímetros.

ÁREA — Sem ser dos maiores municípios do Estado (15.° entre os 57 ora existentes), Brejo do Cruz, com seus 1 449 quilômetros quadrados (2,2% da área do Estado) possui área superior à média dos municípios paraibanos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O Rio Piranhas, os riachos Taperoá, Aldeia, Vinagre, Jandaia, Ipueiras, Jenipapeiro e Leite, e as serras do Brejo, das Betânias e da Cachoeira, são os principais acidentes geográficos do município.

RIQUEZAS NATURAIS — Há minérios no município: xilita e calcários. Entre os vegetais, destacam-se a aroeira, o angico, o pau-d'arco e a carnaúba, ainda existentes, não obstante a devastação que têm sofrido. A fauna é representada por esparsos exemplares de onças, veados, rapôsas, tatus, etc.

POPULAÇÃO — Os dados constantes no quadro abaixo, extraídos dos resultados do Censo Demográfico de 1950, são os de maior importância sôbre a população do município.

MUNICÍPIO, CIDADE E VILA	POPULAÇÃO		
	Total	Homens	Mulheres
Município	21 631	10 721	10 910
Cidade	1 024	453	571
Vila de Belém	208	93	115
Quadro rural	20 399	10 175	10 224

Com essa população de 21 631 habitantes (1,26% da população do Estado), o município de Brejo do Cruz figurava no 36.° lugar entre os 41 municípios então existentes no Estado. A sede municipal e a vila de Belém, suas únicas aglomerações urbanas, possuíam, como se vê no quadro acima, população muito reduzida. Em 1950, apenas duas cidades paraibanas (Soledade e Cabaceiras) possuíam população inferior à de Brejo do Cruz. Era Brejo do Cruz o município que apresentou em 1950 a maior percentagem (94,3%) de população rural na Paraíba. A taxa correspondente ao Estado foi de 73,30%.

Composição — A população assim se compunha: *Sexo* — 10 721 homens e 10 910 mulheres. *Côr* — 13 384 brancos, 6 843 pardos e 1 387 pretos; 17 não declararam a côr. *Estado conjugal* — Das pessoas de 15 anos e mais (em número de 11 690), 6 773 eram casadas, 4 246 solteiras, 637 (197 homens e 440 mulheres) viúvas e 5 desquitadas; 29 não declararam o estado conjugal. *Religião* — 21 487 católicos romanos, 102 protestantes, 2 espíritas, 7 sem religião e 33 sem declaração de religião.

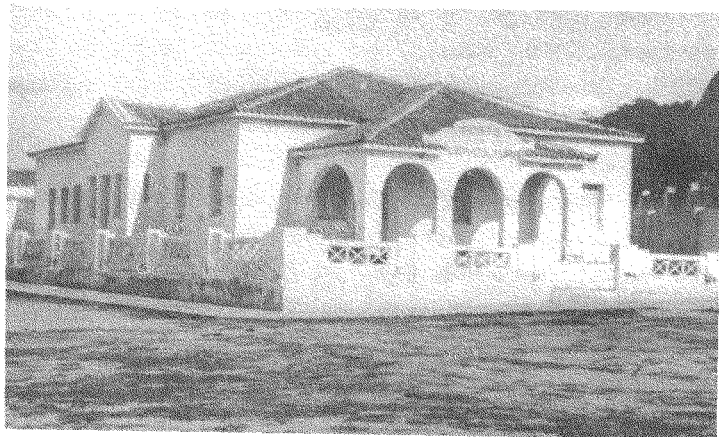
Estimativa — A população do município, segundo estimativa elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística para 31-XII-1956, era, àquela data, de 24 059 habitantes. Essa população dá-lhe a densidade de 16,60 habitantes por quilômetro quadrado, das mais baixas do Estado e muito inferior à dêste, que é de 33,69. Entre os 54 municípios ora existentes, o município coloca-se no 34.° lugar, situação melhor que a de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são as mais importantes atividades econômicas no município. Corroborando essa afirmação, os resultados do Censo Demográfico de 1950 indicam que das 6 396 pessoas de 10 anos e mais, que exerciam atividades econômicas pròpriamente ditas, 86,1%, ou seja, precisamente 5 508, dedicavam-se àquelas atividades.

Agricultura — O principal produto agrícola do município é o algodão, que em 1956, como se verifica no demonstrativo abaixo, concorreu com cêrca de 80% do valor total da produção.

PRODUTOS	VALOR (Cr$)
Algodão	42 976 000,00
Feijão	6 720 000,00
Milho	2 800 000,00
Batata-doce	1 000 000,00
Arroz	528 000,00
Outros	581 000,00
TOTAL	*54 605 000,00*

Pecuária — A pecuária brejo-cruzense é das mais desenvolvidas do Estado. Os seus maiores rebanhos são os de ovinos, caprinos e bovinos, como evidencia a tabela abaixo:

ESPÉCIE	N.° DE CABEÇAS
Asininos	1 600
Bovinos	66 000
Caprinos	95 000
Eqüinos	5 200
Muares	4 000
Ovinos	150 000
Suínos	55 000

Pôsto de Puericultura

Indústria — O valor da produção industrial do município no ano de 1956 atingiu a importância de Cr$ 28 057 665,00. O principal ramo industrial — beneficiamento de algodão — concorreu com Cr$ 12 935 590,00. A seguir vem a indústria extrativa com Cr$ 11 244 200,00, na qual sobressaem a produção de xilita — Cr$ 8 385 000,00 e a de semente de oiticica — Cr$ 1 200 000,00. A indústria de transformação, na qual se destacam a farinha de mandioca e a rapadura, contribuiu com o restante, ou seja, 3 milhões, 877 mil e 875 cruzeiros.

Comércio — Há no município 4 estabelecimentos comerciais atacadistas e 57 varejistas, que transacionam com a capital do Estado e Campina Grande, Natal e Fortaleza. Exporta algodão, xilita e gado e importa estivas em geral, tecidos, ferragens, louças, miudezas, medicamentos etc.

Resultados censitários — Segundo os resultados dos censos econômicos de 1950, naquela época o município contava com 947 propriedades rurais, 90 estabelecimentos industriais e 77 comerciais.

ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO — A Cooperativa Agrícola de Brejo do Cruz é o único estabelecimento de crédito existente no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se o município de Brejo do Cruz às sedes municipais vizinhas por estradas de rodagem, com as seguintes distâncias: Pombal — 89 quilômetros, Catolé do Rocha — 30 quilômetros, Caicó — 54 quilômetros, Patu — 42 quilômetros, Augusto Severo — 84 quilômetros, Serra Negra do Norte — 54 quilômetros, e Jurutu — 108 quilômetros, as duas primeiras na Paraíba e as demais no Rio Grande do Norte.

Grupo de casas residenciais

Da Capital do Estado, pela mesma via, dista 456 quilômetros. O município possui 24 veículos motorizados: 3 automóveis e 21 caminhões. As estradas de rodagem existentes no território do município são, na sua totalidade, de terra melhorada e medem 292 quilômetros.

Como vias de comunicação, o município dispõe de duas agências do Departamento dos Correios e Telégrafos: uma na sede municipal e outra no povoado de São Bento.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1952-1956, as finanças públicas no município expressaram-se de acôrdo com a tabela abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1952	161 201,20	1 294 351,90	585 000,00	161 000,00	561 164,20
1953	306 000,40	1 032 030,00	1 030 000,00	178 000,00	1 001 183,20
1954	251 900,30	1 473 751,60	961 000,00	228 000,00	1 010 563,30
1955	249 027,10	1 594 366,90	1 101 000,00	228 000,00	1 132 183,20
1956	573 000,00	3 141 543,00	1 980 000,00	703 000,00	1 090 000,00

ASPECTOS URBANOS — Brejo do Cruz é, como já foi dito anteriormente, uma das menores cidades da Paraíba, com apenas cêrca de 1 200 habitantes, atualmente. Possui 26 logradouros públicos e pouco mais de 300 prédios. Dêsses seus logradouros, 2 são pavimentados a paralelepípedos e 2, arborizados. É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a 12 dos seus logradouros, com 140 focos, e a domiciliária conta com 129 ligações (dados de 1954). Em 1955 iniciou-se o serviço de abastecimento de água. O manancial captado é um poço artesiano. A rêde distribuidora tem sòmente 900 metros de extensão, servindo apenas a 5 logradouros e a 61 prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dois postos de saúde, um mantido pelo Estado (Pôsto de Higiene) e outro pelo município (Pôsto Médico Municipal), além de um pôsto de puericultura, mantido pela Sociedade D. Jandira Melo, prestam assistência médica à população brejo-cruzense. Exercem a profissão no município 2 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. Há no município uma farmácia e 3 drogarias.

ALFABETIZAÇÃO — Corresponde a 23,6% o número de pessoas de 5 anos e mais que sabem ler e escrever. Essa percentagem é inferior à do Estado, que é de 25,36%.

Ensino — Das 69 escolas de ensino primário que funcionaram no município em 1956 (inclusive os cursos de alfabetização de adultos), 8 são localizadas na sede do município, uma na vila de Belém e 60 no quadro rural.

VULTOS ILUSTRES — O Dr. *João Agripino Filho*, atualmente Deputado Federal pela Paraíba, dos mais destacados parlamentares paraibanos e político de grande influência no Estado, é, sem dúvida, dos mais ilustres filhos do município de Brejo do Cruz. É justo, também, mencionar-se o educador, jornalista e político *Antônio Gomes de Arruda Barreto*, falecido em 1908.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Sete vereadores constituem o Legislativo Municipal. Nas eleições realizadas em 3 de outubro de 1955, votaram 2 483 eleitores. O atual Prefeito do município é o Senhor Francisco Alves Feitosa.

OUTROS ASPECTOS — A mais importante festa do município é a de Nossa Senhora dos Milagres, Padroeira da cidade, que se realiza do dia 30 de novembro a 8 de dezembro. Aos domingos, há concorrida feira semanal, onde são expostos à venda produtos da região. Nas proximidades da vila de Belém, acha-se instalado um pôsto agropecuário, mantido pelo Ministério da Agricultura. A paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, que tem por sede a cidade de Brejo do Cruz, possui em sua circunscrição 9 templos. No povoado de São Bento, há 1 templo protestante.

BIBLIOGRAFIA — 1) *A Parahyba* — João de Lyra Tavares. 2) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba.* Coriolano de Medeiros. 3) *Sinopse Estatística do Município de Brejo do Cruz* — C.N.E. — 1948. 4) *Datas e Notas para a História da Parahyba* — Irineu Pinto — Imprensa Oficial, Parahyba do Norte — 1908. 5) *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954. 6) *Documentação Municipal da Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.*

AUTORIA — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística.

CABACEIRAS — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo afirmam os historiadores, foi em meados do século XVII que chegaram ao atual município de Cabaceiras os primeiros civilizados, tendo como chefe o bandeirante baiano, Antônio de Oliveira, fundador da vila de Boqueirão, primeiro núcleo de casas de brancos que a comuna possuiu.

Dentro de pouco tempo, a população do vilarejo seria aumentada de maneira muito pitoresca, segundo rezam as lendas.

O capitão Pascoal de Oliveira Lêdo, mulato e vaqueiro da Casa da Tôrre, sobrinho bastardo de Antônio de Oliveira, apaixonou-se na Bahia por uma pequena de família tradicional e cheia de preconceitos. Garantem alguns cronistas que se tratava mesmo de sobrinha ou filha de criação de um fidalgo de Tatuapara. Os pais não queriam nem ouvir falar em semelhante casamento.

Resolveram os apaixonados fugir a cavalo, altas horas da noite, mas os cachorros deram parte. Alarmada a família, os homens acenderam archotes e saíram em perseguição aos fugitivos.

De carreira em carreia, parando apenas para mudar de cavalo, os namorados alcançaram, na terceira noite, a margem direita do São Francisco. Nessa altura, teve Pascoal idéia bem feliz. Como houvesse muita gente aglomerada na beira do rio, disse para os curiosos: "Vou levar um tição aceso, que levantarei bem alto. Se a luz não se apagar, é porque teremos chegado do outro lado do rio. Se se apagar, é porque morremos afogados".

Meteu-se dentro da água, com a namorada na garupa, e chicoteou o cavalo. Alcançando o meio do rio, deixou cair o tição. Quando os perseguidores chegaram, horas mais tarde, receberam a notícia de que o casal de namorados havia perecido.

Mas a verdade é que estavam bem vivos. Atravessaram o atual Estado de Pernambuco pela ribeira do Moxotó, galgaram os contrafortes da Serra da Borborema, e foram surgir exatamente no lugar onde a serra do Carnoió sofre uma solução de continuidade, e que, por êsse motivo, se chamava Boqueirão. Ali já se estabelecera o tio Antônio de Oliveira, que os escondeu e agasalhou.

Quando os parentes importantes da môça vieram a saber da verdade, não quiseram usar de represálias, porque os Oliveira Lêdo eram então na Paraíba também ricos e latifundiários. Não lhes seria difícil juntar uma porção de "cabras" para repelir qualquer veleidade dos antigos patrões baianos.

A numerosa descendência daquele casal de namorados espalhou-se por todo o sertão paraibano, onde a história dos seus amôres ainda hoje é cantada em verso e prosa. Os pormenores da fuga rocambolesca vêm descritos de maneira magistral no livro "Lendas e Superstições", de Ademar Vidal, recentemente publicado. A lenda, aliás, se refere apenas ao episódio do tição, porque tudo o mais é verdade defendida por um dos maiores historiadores que a Paraíba tem possuído, Coriolano de Medeiros, que, a respeito de Pascoal de Oliveira Lêdo, diz o seguinte: "O nome dêste aventureiro anda na história confundido com o de outro parente seu, mais afortunado, Pascásio de Oliveira Lêdo".

A Pascásio, e não a Pascoal, pertencia a fazenda onde hoje se encontra a cidade de Cabaceiras, e que recebera êste nome pela abundância dessa planta na região.

Em 1730, vendia Pascásio a propriedade a Domingos de Farias Castro e Antônio Ferreira Guimarães. Muito religiosos, e morando nos extremos da fazenda, os novos donos combinaram levantar uma capela no lugar onde se desse o encontro dos dois, partindo cada um, a pé, de sua casa. Segundo a tradição, o local onde os dois amigos se encontraram e trocaram saudações é o mesmo onde hoje se acha a matriz de Cabaceiras, substituta da primitiva capelinha.

A freguesia só seria criada em 1833, sendo seu primeiro Vigário o Padre Plácido da Silva Santos. Simultâneamente, foi o arraial criado distrito do município de Campina Grande. A povoação subiu à categoria de vila com a designação de "Vila Federal de Cabaceiras", pela Resolução do Conselho do Govêrno, de 21 de julho de 1834, confirmada por Lei provincial n.º 11, de 4 de junho de 1835, quando se desmembrou de Campina Grande, para se constituir município autônomo. Governava então a Paraíba o Dr. Manuel Maria Carneiro da Cunha, vice-presidente em

Açude Boqueirão

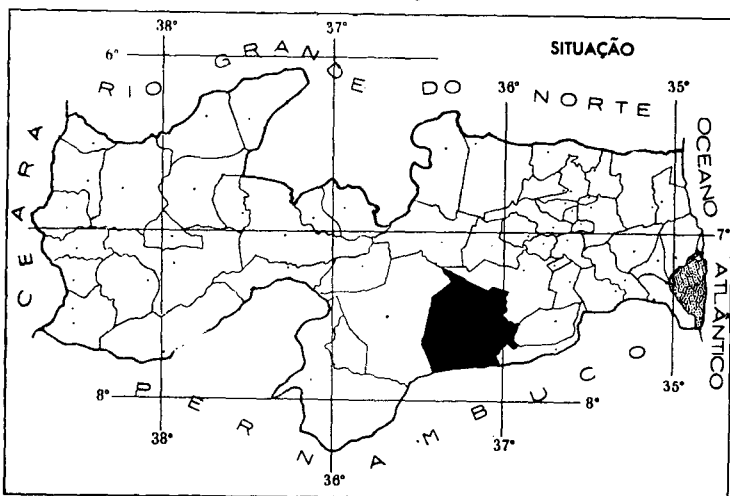
exercício. A sede municipal foi transferida para a povoação de Bodocongó por Lei provincial n.º 134, de 25 de outubro de 1864, e para a de Barra de São Miguel por Lei estadual n.º 166, de 10 de julho de 1900. Foi restabelecida a sede em Cabaceiras por Lei estadual n.º 264, de 17 de setembro de 1907.

Seu primeiro juiz municipal foi o Dr. Pais Barreto, em 1835, e seu primeiro Juiz de Direito, o Dr. João Lopes, em 1924. Extinta a comarca em 1929, seria novamente criada em 1940.

Cabaceiras seria o arquivo da colonização do interior da Paraíba se não tivesse sido diversas vêzes assaltada. Os "quebra-quilos" atacaram-na em 1874, queimaram-lhe os arquivos e atiraram todos os pesos e medidas decimais num poço formado pelo rio Taperoá.

Pelo disposto no Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, criou-se a comarca, com um só têrmo, o de mesmo nome, desmembrado da de Campina Grande.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente em 31 de dezembro de 1955, o município é composto de sete distritos: Cabaceiras, Alcantil, Bodocongó, Carnoió, Caturité, Potira e Riacho de Santo Antônio.

LOCALIZAÇÃO — O município de Cabaceiras fica localizado no Cariri paraibano e os municípios limítrofes são: São João do Cariri, Campina Grande, Aroeiras e Umbuzeiro, na Paraíba, e Surubim, em Pernambuco. A sede municipal dista 197 quilômetros da capital do Estado através de Campina Grande e suas coordenadas geográficas são as seguintes: 7° 29' 20" de latitude Sul e 36° 17' 03" de longitude W. Gr. A cidade, localizada a 420 metros de altitude, está sôbre o planalto da Borborema, em trecho levemente ondulado, de "meia laranja".

Posição do Município, em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O município é considerado o "pólo sêco do Brasil", pelo pequeno índice de precipitações pluviométricas.

Pràticamente desprovido de associações vegetais e com afloramentos de rochas cristalinas (granitos, gnaisses e xistos), é natural que as suas médias térmicas sejam altas.

Em 1956, caíram na sede municipal apenas 179 milímetros de chuvas, o que lhe importa a característica de clima tìpicamente árido.

A oscilação térmica, no mesmo ano, foi de 22°C (média das mínimas) a 28°C (média das máximas).

Graças à influência da altitude e dos ventos, as noites são frescas, mesmo nos dias de maior calor.

ÁREA — O município mede 2 796 quilômetros quadrados, o que lhe confere a terceira colocação no Estado. Esta cifra corresponde a 4,96% da Paraíba.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os cursos de água que banham o município são os rios Paraíba (onde atualmente, se encontra em fase conclusiva a Represa do Boqueirão), o Taperoá, o Santa Rosa e o Sucuru, bem como os riachos Ramada, Santo Antônio, da Barra, Salinas, do Bodocongó, Ipueira e outros de menos volume.

A grandiosa Represa do Boqueirão, jugulando o Paraíba, recentemente inaugurada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, determinou a formação do majestoso açude de mesmo nome, com 536 000 000 de metros cúbicos de capacidade, especialmente construído para servir ao abastecimento de água da cidade de Campina Grande.

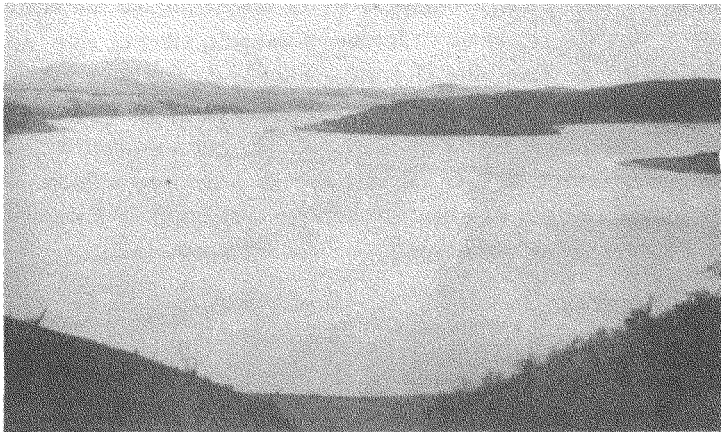
Dentre as serras que se encontram no município, destacam-se as de "Aldeia", "Corredor", "Monte", "Facão", "Carnoió" e "Caturité". Esta última se notabiliza pelo pico que apresenta o mesmo nome.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — Existem no município jazidas de pedras calcárias, ferro e cristais de rocha, sendo que o tipo padrão da vegetação local é o xeréu. Encontram-se, também, o facheiro, o xiquexique, a macambira e a coroa-de-frade. O marmeleiro, a pereira e a quixabeira são os principais representantes do grupo florístico. Próximo dos cursos de água, vêem-se agrupamentos de caraìbeiras, angico, aroeira, baraúna, maçaranduba.

POPULAÇÃO — A população do município atingia, em 1.º-VII-1950, por ocasião do último Recenseamento Geral, 30 954 habitantes, dos quais 15 297 eram homens e 15 657, mulheres. *Côr*: Dos 30 954 habitantes recenseados, 26 470, ou seja, 86%, declararam-se de côr branca. Os 14% restantes distribuíam-se entre 3 997 pretos, 444 pardos e 43 que deixaram de declarar a côr. *Nacionalidade*: Afora 1 habitante que declarou nacionalidade estrangeira, a população do município era constituída de brasileiros natos. *Religião*: As pessoas que declararam, na data do Censo, professar a religião católica, representavam pràticamente a totalidade dos habitantes do município: 30 922 (99,90%). Os 32 restantes incluíam-se nos seguintes grupos: espíritas, outras religiões, sem religião e sem declaração de religião.

Aglomerações urbanas — Existiam no município, em 1.º de julho de 1950, 7 aglomerações urbanas — a cidade e 6 vilas — com os seguintes efetivos de população (quadros urbano e suburbano):

CABACEIRAS	581
Alcantil	204
Bodocongó	521
Carnoió	548
Caturité	279
Potira	393
Riacho de Santo Antônio	276

Localização da população — De seus 30 954 habitantes recenseados em 1950, 2 239 localizavam-se no quadro urbano, 563, no quadro suburbano, e 28 152, no quadro rural.

Vista da bacia do Açude Boqueirão

Como se vê, o município é preponderantemente rural, com 91% de sua população localizados nessa zona. Em todo o Estado da Paraíba 73% da população localizam-se no quadro rural.

Estimativa — Segundo estimativa elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística, referente a 31-XII-1956, a população do município àquela data era de 55 378 habitantes, apresentando-se como dos mais populosos municípios do Estado, o 6.º entre os 58 existentes, e com a densidade demográfica de 19,80 habitantes por quilômetro quadrado, inferior à do Estado, que é de 33,69.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica da população do município pode ficar bem caracterizada na tabela a seguir, na qual se observa a predominância do ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" (dados do Recenseamento Geral de 1950):

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS		
	Total	Homens	Mulheres
Agricultura, pecuária e silvicultura	7 824	7 716	108
Indústrias extrativas	41	41	—
Indústrias de transformação	88	87	1
Comércio de mercadorias	122	119	3
Comércio de imóveis e valores mobiliários, créditos, seguros e capitalização	—	—	—
Prestação de serviços	139	62	77
Transportes, comunicações e armazenagem	48	45	3
Profissões liberais	4	4	—
Atividades sociais	75	13	62
Administração pública, Legislativo, Justiça	44	41	3
Defesa naciona e Segurança pública	12	12	—
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	10 959	1 135	9 824
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal defi.. das ou não declaradas	6	6	—
Condições inativas	1 456	946	510
TOTAL	*20 818*	*10 227*	*10 591*

Por motivos óbvios, do total de 20 818 pessoas é conveniente sejam subtraídos os dados relativos aos três últimos ramos (ao todo 12 421 pessoas). Resultam 8 397. As 7 824 pessoas ativas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" representam 93% dêsse último total.

Agricultura — O município de Cabaceiras, num Estado que faz parte do polígono das sêcas, está localizado no território denominado Zona do Médio Sertão dos Cariris Velhos — região sêca, pedregosa, abundante em tabuleiros próprios para a criação de gado, com baixadas propícias à agricultura quando se mostram favoráveis as condições climáticas, fato que não ocorre com muita freqüência. Os terrenos ali são todos derivados da desagregação que sofrem as rochas cristalinas e formam o platô da serra da Borborema, isto é, granito, gnaisse e xistos.

Com sua vegetação de cactos e bromélias, está em condições, durante as sêcas, de preservar seus rebanhos. Por êste motivo, a maior fôrça de economia do município concentra-se na pecuária, principalmente no gado bovino.

A espécie de bovino ali criada é o zebu, tipo mais resistente às condições locais, de vez que o regime de criação mais comum é o da sôlta.

Segundo o Serviço de Estatística da Produção, a população pecuária do município em 1956 atingia o valor total de 136 270 milhares de cruzeiros. Como já foi dito, o principal rebanho era o de gado bovino, com 18 500 cabeças. O resto da população pecuária estava assim discriminada:

Eqüinos	2 000
Asininos	3 000
Muares	4 900
Suínos	25 000
Ovinos	13 400
Caprinos	25 000

Estando o município sujeito aos rigores das sêcas, fica o volume de sua produção agrícola na dependência da quantidade maior ou menor de água. Encontra-se, atualmente, em construção, na vila de Carnoió, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, uma barragem com capacidade para 536 000 000 de metros cúbicos, e muito deverá contribuir para o desenvolvimento da agricultura local.

Em 1956, as principais culturas agrícolas de Cabaceiras, em ordem de valor, foram as seguintes:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	VALOR DA PRODUÇÃO	
	Números absolutos (Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Milho	7 200	34,40
Feijão	7 200	34,40
Algodão	6 000	28,70
Agave	420	2,00
Banana	45	0,20
Côco-da-baía	32	0,20
Manga	21	0,10
TOTAL	20 *918*	*100,00*

Como já foi dito, as longas estiagens, que regularmente se verificam no município, prejudicam grandemente sua agricultura e determinam uma oscilação constante nas sa-

Barragem do Açude Boqueirão

fras de seus principais produtos agrícolas — milho, feijão e algodão. Pela tabela anterior, se verifica que o valor dêsses três produtos representam, em 1956, 97,50% do valor total da produção.

Entre as três culturas principais do município, todavia, destaca-se, pela sua importância econômica, a do algodão. A variedade preferida é o mocó, que resiste às sêcas prolongadas e, mesmo durante elas, apresenta produção compensadora, ainda que em menor quantidade.

A produção de algodão teve o seguinte desenvolvimento no período 1950 a 1956:

ANOS	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr$ 1 000)
1950	305	1 827
1951	116	1 155
1952	330	1 980
1953	375	2 625
1954	377	2 836
1955	450	2 025
1956	450	4 500
TOTAL	*2 403*	*16 948*

Indústria — A produção industrial do município, em 1955, atingiu a soma de Cr$ 2 015 800,00 (dois milhões, quinze mil e oitocentos cruzeiros), existindo, em 1956, 14 estabelecimentos industriais, explorando os ramos de panificação e energia elétrica.

Comércio — As vendas de mercadorias dos estabelecimentos varejistas em 1949 atingiram, no comércio de Cabaceiras, 1 710 milhares de cruzeiros, segundo o Censo Comercial de 1950. Êsse valor representou, aproximadamente, 0,7% do valor das vendas do comércio varejista do município de João Pessoa e 0,2% do correspondente valor para o Estado da Paraíba.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita total do município, para 1956, foi orçada em 1 630 milhares de cruzeiros. As principais parcelas dessa receita estão assim discriminadas (dados em milhares de cruzeiros):

Tributária	835
Impostos	324
Territorial	1
Predial	51
Indústrias e Profissões	228
Licenças	42
Outros	2
Taxas	180
De expediente	13
De fiscalização e serviços diversos	49
Outras	118

A despesa total orçada para o mesmo ano foi, também, de 1 447 milhares de cruzeiros.

A arrecadação da receita federal, estadual e municipal apresentou os seguintes dados para o período 1950-56:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)		
	Federal	Estadual	Municipal
1950	113	561	578
1951	154	815	607
1952	448	1 034	698
1953	365	1 017	1 014
1954	331	912	921
1955	397	1 290	1 037
1956	460	1 604	1 631

MEIOS DE TRANSPORTE — O município de Cabaceiras é servido por duas rodovias: a estrada central, que vai da cidade de Campina Grande à cidade de Caruaru (PE), construída pelo D.N.E.R., e a que vai da cidade de Campina Grande até a vila de Carnoió (Boqueirão), construída pelo D.N.O.C.S. As demais estradas são carroçáveis. O município liga-se às cidades vizinhas e às capitais Estadual e Federal pelos seguintes meios de transporte:

Campina Grande	Rodoviário:	75 km
Umbuzeiro	Rodoviário:	132 km
Aroeiras	Rodoviário:	96 km
São João do Cariri	Rodoviário:	93 km
Surubim (PE)	Rodoviário:	110 km
CAPITAL ESTADUAL	Rodoviário:	197 km
CAPITAL FEDERAL	Rodoviário:	2 660 km

Em 1956, foram registrados na Prefeitura 41 veículos. A rêde rodoviária do município tem 465 quilômetros de extensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, em Cabaceiras, um Pôsto de Saúde mantido pelo Govêrno do Estado, em cooperação com a municipalidade, prestando assistência médica gratuita à população, bem como medicamentos. Na vila de Carnoió, existe um Ambulatório funcionando por iniciativa do D.N.O.C.S., onde são atendidos os operários daquele Departamento que trabalham na represa do Boqueirão.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados censitários de 1950 revelam a situação de Cabaceiras quanto ao nível de instrução geral (pessoas presentes de 5 anos e mais):

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	8 544	36,67
Não sabem ler e escrever	16 831	63,33
TOTAL	*25 375*	*100,00*

Das pessoas presentes de 5 anos e mais, 36,67% eram alfabetizadas. A percentagem correspondente para o Estado da Paraíba era 25,36%.

Ensino — A tabela a seguir permite verificar que, tanto no Estado da Paraíba como no município, a quota de pessoas matriculadas nas respectivas unidades escolares constitui pequena fração da população presente de 7 a 14 anos, recenseada em 1950:

ESPECIFICAÇÃO	ESTADO DA PARAÍBA	MUNICÍPIO DE CABACEIRAS
Pessoas presentes de 7 a 14 anos, recenseadas em 1.º-VII-1950	362 229	6 495
Unidades escolares de ensino primário fundamental comum (1950)	1 875	49
Matrícula geral do ensino primário fundamental comum (1950)	119 722	2 464

No município de Cabaceiras, no corrente ano, há 24 estabelecimentos de ensino primário, pertencentes ao Govêrno do Estado, com 1 320 alunos matriculados e 43 do município, com 1 272 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dentre as associações esportivas existentes no município, destacam-se o Clube Retalhista de Carnoió e o Centro Esportivo Cabaceirense.

De há muito existe a Biblioteca Marechal José Pessoa possuindo mais de 1 000 volumes, de propriedade do município, que também mantém um Serviço de alto-falantes.

ASPECTOS URBANOS — Cabaceiras, com cêrca de apenas 600 habitantes, é a menor cidade paraibana. Tem, apenas, 10 logradouros públicos, dos quais 3 são arborizados, e 194 prédios. É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a todos os logradouros, a domiciliária, a 104 prédios.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Em 3 de outubro de 1955, existiam no município 7 119 eleitores inscritos. Exerce, atualmente, o cargo de Prefeito municipal o Senhor Ernesto Heráclito do Rêgo, eleito pela U.D.N. O Poder Legislativo está constituído de 7 vereadores, sendo 5 da U.D.N., 1 do P.S.D. e 1 do P.T.B.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O cabaceirense é tradicionalmente conservador no que se refere a festejos populares, havendo dêles que vêm sendo celebrados desde os primeiros dias da fundação da cidade, tal como a sua principal festa, em que se homenageia a padroeira, Nossa Senhora da Conceição, no dia 8 de dezembro de cada ano. Conservam-se o mesmo brilho, o mesmo entusiasmo e a mesma fé contagiante dos primeiros tempos. Uma grande procissão se realiza neste dia, percorrendo as principais artérias da cidade e tendo o acompanhamento de tôda a população do município, que acorre à sede municipal, impelida pelo espírito de fé, para louvar a Santa protetora.

Igualmente, nesse dia, as ruas se enchem de barracas de prendas, pavilhões, e o povo as superlota, dando uma demonstração autêntica de expressão festiva.

Outra festa que merece menção é a do "Dia de Reis", a qual pertence exclusivamente aos negros, que a fazem realizar e que saem às ruas munidos de pífanos, bombos e zabumbas a executarem músicas próprias, ao som das quais dançam o tão conhecido côco nordestino.

Na primeira segunda-feira do mês de agôsto, as ruas de Cabaceiras se povoam, mais uma vez, quando para ali convergem os habitantes das fazendas, dos distritos e municípios vizinhos, para, numa só massa, unidos pela fôrça da fé, homenagear o querido São Bento. É com missa e procissão que expressam o seu amor a êsse Santo. Pela manhã dêsse dia, é celebrada a missa na matriz e, à tarde, realiza-se a concorridíssima procissão, havendo, à noite, o baile que se prolonga madrugada adentro.

Ainda tem Cabaceiras os festejos juninos, dos quais se destaca a tão tradicional "Noite de São João", em 24 de junho. Caracteriza-se pelas grandes fogueiras levantadas em frente a cada residência e as danças de quadrilhas, herança dos mais remotos antepassados. Essa festa se reveste de um colorido impressionantemente folclórico.

VULTOS ILUSTRES — Cabaceiras tem tido filhos dos mais importantes, com atuação nos diversos setores da atividade humana.

São cabaceirenses o marechal *José Pessoa* e o tribuno *Félix Araújo,* morto prematuramente quando exercia as funções de vereador em Campina Grande.

PARTICULARIDADES — Exerce o cargo de Juiz de 1.ª entrância o Dr. Hermilo Carvalho Ximenes, nomeado recentemente.

O patronímico do município é cabaceirense.

Cabaceiras, que é denominada "Terra dos Cruzeiros", bem justifica tal nome, pois tem, a cercá-la, 4 dêsses monumentos, destacando-se, porém, o mais antigo e quase secular "Cruzeiro da Pedra" que se acha numa elevação de 150 metros, ao norte da cidade, sendo seguido, em importância, pelos cruzeiros do Santíssimo, do Rosário e da Menina, cada qual possuindo seu significado, também, histórico. São os únicos monumentos dignos de nota, além de sua igreja-matriz, datada de sua fundação, e a igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída pelos escravos, e onde os fiéis vêm elevar suas orações aos céus.

Funciona na cidade uma Agência de Estatística, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Notas Sôbre a Paraíba,* de Irineu Joffily (1892); 2) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba,* de Coriolano de Medeiros (1950); 3) *Evolução Econômica da Paraíba,* de Celso Mariz (1939); 4) *Sinopse Estatística do Município de Cabaceiras* — I.B.G.E. — 1948; 5) *Cabaceiras* — Monografia do I.B.G.E. — Conselho Nacional de Estatística — 1956.

N.B. — O histórico constante dêste "verbête" é de autoria da escritora paraibana Inês Mariz.

CABEDELO — PB

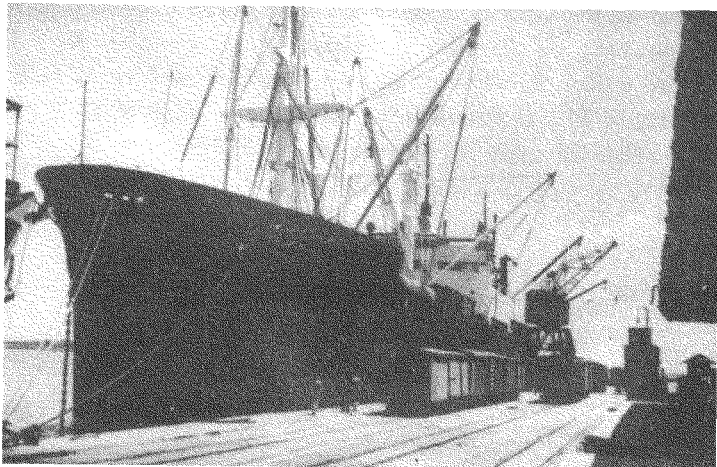
Mapa Municipal no 5.º Vol.

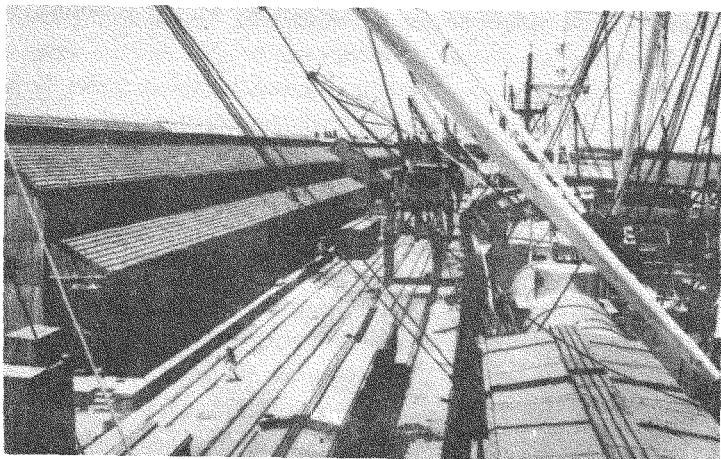
HISTÓRICO — Cabedelo é pôrto dos mais importantes à economia do Nordeste e o único de destaque da Paraíba. É até chamado de "porta de entrada" da cidade de João Pessoa, de cujo município fêz parte, até data recente. Por êle se escoa quase tôda a produção de algodão e agave do Estado, bem como parte da dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Cabedelo, muito embora não seja dos mais destacados municípios paraibanos, possui uma das mais ricas e belas histórias, notadamente quando das invasões francesas e holandesas, nos primórdios de nossa formação, em fins do século XVI. Seu nome provém das dunas de areia finíssima que se formavam outrora em suas praias. Data dessa época a construção do Forte Velho e da Fortaleza de Santa Catarina, sendo que só essa teve o poderio suficiente para resistir àquelas invasões. Dela, hoje só restam ruínas.

Em 1585, Martim Leitão deu início à colonização do local que, posteriormente, originaria o povoado de Cabeledo. E a fortaleza foi uma de suas primeiras construções, mais tarde desmontada pelos índios Potiguares, açulados pelos piratas franceses. Ao tempo da dominação holandesa, o forte trocou de nome, recebendo o de Margareth, em homenagem a uma dama da família de Nassau.

"Foi no dia 14 de dezembro de 1634, décimo primeiro da defesa de Cabedelo contra o terceiro ataque dos holandeses, que teve lugar o episódio dos célebres irmãos Antô-

Vista parcial da Praça Getúlio Vargas

nio e Francisco Peres Calhau. Viajavam êles na lancha carregada de víveres mandados pelo governador Antônio de Albuquerque Maranhão para matar a fome dos que pelejavam no forte, em defesa da terra. A certa altura, Antônio Peres Calhau foi ferido no braço direito, que dirigia o leme. Correu o irmão a socorrê-lo, pretendendo arrebatar-lhe a direção do barco, porém Antônio não consentiu, dizendo: "Enquanto eu tiver outro parente mais pró-

Pôrto Municipal

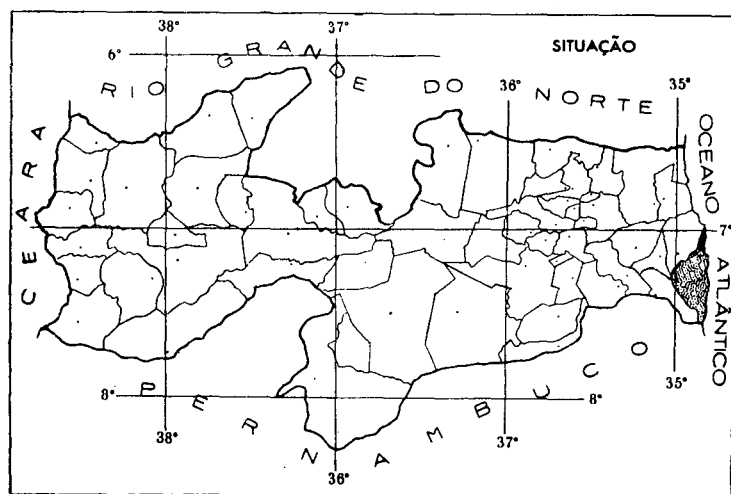
ximo (referia-se ao braço esquerdo) não necessitarei de tua ajuda e nem abandonarei meu pôsto". Passou o leme para a mão esquerda e continuou a governar a lancha até que outra bala, alcançando-o no tórax, prostou-o quase sem vida. O senso do dever dominou o gestó de Francisco; desta vez, antes de acudir ao irmão, acudiu ao leme. Quando uma terceira bala o atingiu na mão direita, passou o leme para a esquerda, e assim levou a bom têrmo a missão que lhes

Outra vista do Pôrto

havia sido confiada" ("Sinopse Estatística do Município de João Pessoa" — C.N.E. — 1948).

Pertencia Cabedelo ao município de João Pessoa, quando a Lei n.º 283, de 17 de março de 1908, lhe deu autonomia, ficando a povoação elevada à vila. Perdeu os foros de vila e município, por Lei estadual n.º 676, de 20 de novembro de 1928, a qual anexou o seu território ao município da Capital. Em divisão administrativa de 1933, voltava a figurar como distrito do município de João Pessoa. A Lei estadual n.º 1 631, de 12 de dezembro de 1956, mais uma vez fêz voltar Cabedelo à categoria de município, que se

Agência dos Correios e Telégrafos

compõe de um único distrito. Aquêle diploma legal cria a comarca, por desmembramento da da capital, cuja instalação está prevista para 4 de abril de 1959. A instalação do novo município verificou-se a 31 de janeiro de 1957.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Litoral e limita-se apenas com os de Santa Rita e João Pessoa. A cidade de Cabedelo não apresenta, ainda, determinadas, suas coordenadas geográficas. Dista

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

da cidade de João Pessoa, em linha reta, cêrca de 15 quilômetros, estando em relação à mesma colocada na posição norte.

CLIMA — Apresenta o clima comum do Estado, quente e sêco, variando a temperatura entre 22 e 35°C à sombra.

ÁREA — Segundo cálculos procedidos pela Inspetoria Regional de Estatística, possui Cabedelo cêrca de 30 quilô-

metros quadrados, colocando-se, dessarte, como o de menor superfície de todo o Estado.

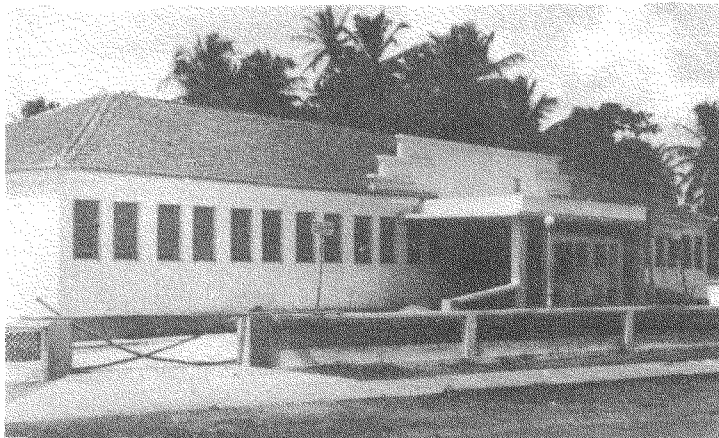
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município assenta-se em extensa e uniforme planície arenosa costeira, cujos únicos acidentes dignos de menção são o rio Paraíba, que lhe serve de limite com o município de Santa Rita, e a ilha da Restinga, naquele rio, já defronte à própria cidade de Cabedelo.

RIQUEZAS NATURAIS — O cajueiro é a única riqueza natural do município, planta que cobre grande parte de

Igreja-Matriz do Sagrado Coração de Jesus

sua extensão territorial, abastecendo, pràticamente, as fábricas de vinhos da capital, daquele precioso fruto.

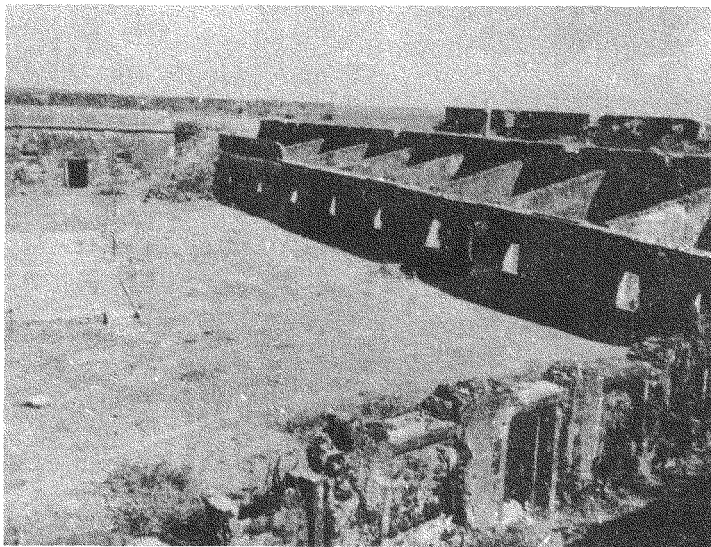
POPULAÇÃO — De acôrdo com os resultados obtidos pelo Recenseamento Geral de 1950, o então distrito de Cabedelo, que fazia parte do município da capital, era habitado por 7 404 pessoas, divididas entre 3 496 homens e 3 908 mulheres.

Localização da população — Ainda, de acôrdo com os resultados censitários de 1950, quase tôda a população, ou mais precisamente 6 748 almas, vivia nas zonas urbana e suburbana, enquanto apenas 656 moravam no campo, representando a irrisória percentagem de 8,8% sôbre o total. É o menos populoso município da Paraíba.

Maternidade Municipal

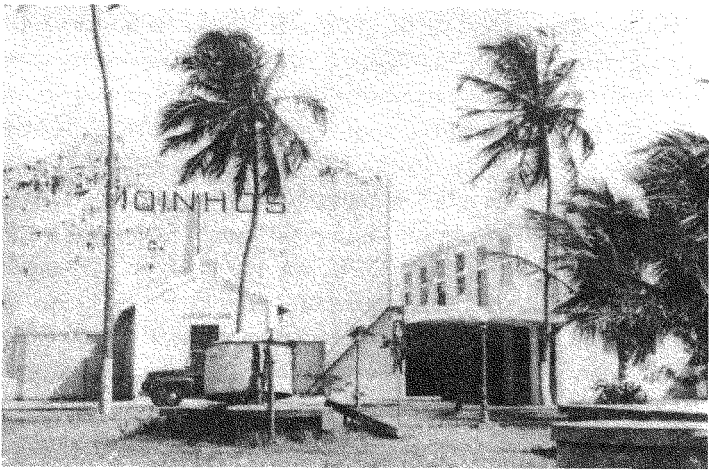
Estimativa da população — Pelo Departamento Estadual de Estatística, a população do município foi calculada, para 31-XII-1956, em 8 220 habitantes, sendo que a da cidade orça em 7 500 pessoas.

Aglomerações urbanas — O único centro urbanos do município é a cidade de Cabedelo, que, em 1950, como vila pertencente a João Pessoa, possuía 6 748 habitantes. Convém mencionar, ainda, o povoado do Poço, aprazível praia localizada a meio caminho entre as duas mencionadas cidades.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Pràticamente, não existe agricultura no município, em virtude das estéreis condições de seu solo arenoso e salino. Convém destacar, contudo, a cultura do côco-da-baía, com cêrca de 80 000 pés, cuja produção para 1957 foi estimada em 32 000 centos. A pecuária local se resume na existência de gado estabulado para a venda de leite à população cabedelense. Seu comércio não tem grande projeção, limitando-se à atividade de um único estabelecimento grossista e uns 20 varejistas. Encontram-se lá, ainda, os importantes depósitos de gasolina e óleo da "Esso", companhia americana, que explora, neste Estado, o ramo de vendas daquele precioso combustível. A pesca é uma das atividades significativas de seus habitantes e é feita por meio de pequenos barcos, geralmente a vela (botes, jangadas e canoas), que demandam o mar alto em busca de pescado para o abastecimento, não só da população local, como também da da capital paraibana. Tanto a exportação como a importação são apreciáveis, principalmente o embarque das fibras de algodão e agave. Atualmente, encontra-se em obras de ampliação seu pequeno cais. A indústria de Cabedelo pode-se re-

Pôsto de Puericultura Municipal São Francisco de Assis

Ruínas da histórica fortaleza de Santa Catarina, que foi teatro de violentos combates por ocasião da Guerra Holandesa

sumir na atividade do Moinho de Trigo da Emprêsa Teone, de modernas instalações, montado no subúrbio de Camalaú. Completam-lhe êste aspecto os seguintes ramos: panificação, moagem de café e milho e fabricação de gêlo.

ORGANIZAÇÃO E MOVIMENTO PORTUÁRIO — O Pôrto de Cabedelo está situado a 6° 58' 40" de latitude Sul e 34° 53' 00" W. Gr. Dista 85 milhas do pôrto anterior, que é o de Natal, e 1 165 do pôrto do Rio de Janeiro. A profundidade do canal de acesso varia de 5 a 10 metros e a do ancoradouro de 6 a 8 metros. A amplitude máxima da maré é de 3,42 metros. Sua exploração iniciou-se em 1935. O cais acostável é construído sôbre estacaria de aço, numa extensão de 400 metros (acha-se em construção um prolongamento de 200 metros). Possui 9

Vista parcial do Moinho Cabedelo

guindastes e 4 pontes rolantes, 2 086 metros linha férrea, 3 armazéns (acham-se em construção mais 4 armazéns), com área útil de 4 450 metros.

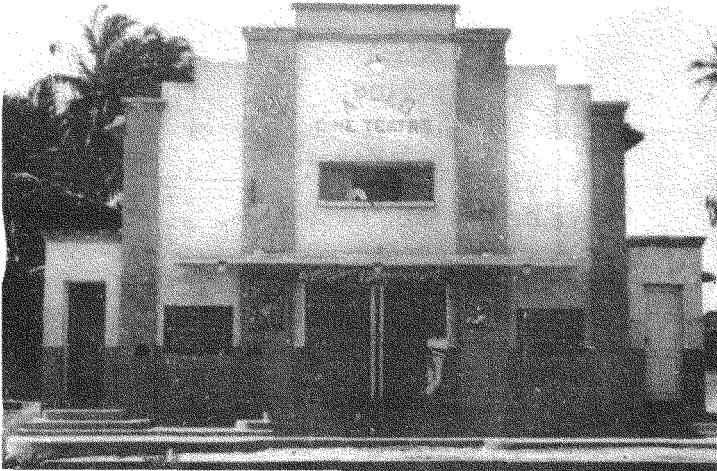
No quadro a seguir verifica-se o movimento do Pôrto de Cabedelo no período 1953-1956:

ANOS	NAVIOS ENTRADOS
1953	344
1954	364
1955	363
1956	312

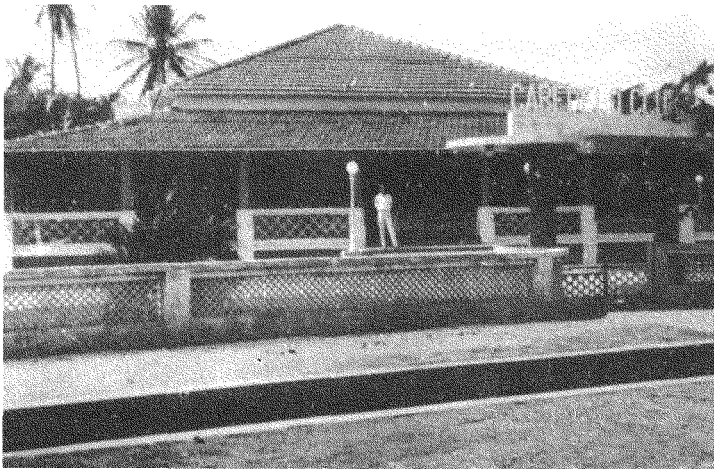
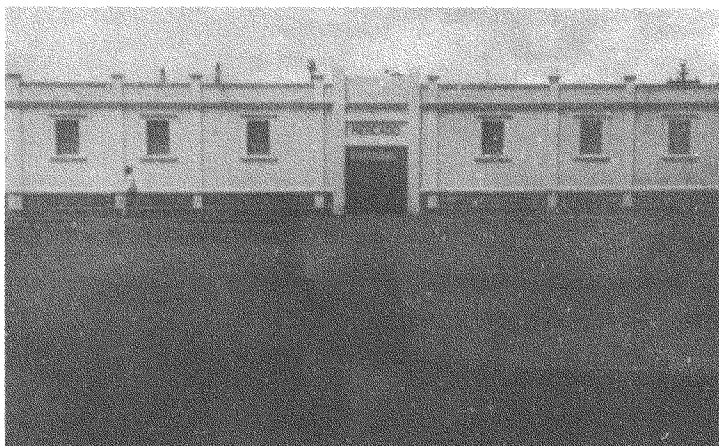
FINANÇAS MUNICIPAIS — A receita municipal para 1957 foi orçada em Cr$ 800 000,00.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade de Cabedelo liga-se, diretamente, com a capital, por meio de estradas de rodagem (18km) e ferro (18,729 km), e por via fluvial (rios Paraíba e Sanhauá — 22 km). Já com outros portos do país, comunica-se por via marítima, através das escalas mantidas pelas companhias de navegação nacionais e estrangeiras, cujos barcos nela atracam.

As comunicações são feitas por uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e, também, pela Emprêsa Paraibana de Telefones S. A. Em seu território, está instalada a estação Radional.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui duas praças, 20 ruas e 10 travessas. É servida por luz elétrica, tanto domiciliar como nas vias públicas, quase tôdas iluminadas.

Cine-teatro Apolo

Existe, ainda, um telefone para uso público que serve para as comunicações com a capital do Estado. Atualmente, estão sendo perfurados poços artesianos para o futuro abastecimento dágua, estando em fase final de construção um grande reservatório (caixa) dágua. É terminal da linha férrea que tem início no Recife (linha norte), denominada Rêde Ferroviária do Nordeste (antiga Great Western of Brazil Railway)

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste aspecto, Cabedelo possui um Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno Estadual, que se dedica à clínica médica geral e odontológica, um Pôsto de Puericultura, pertencente à Prefeitura

Cabedelo Clube

Mercado Público Municipal

Municipal e um Ambulatório do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (I.A.P.E.T.C.). Em fase final de construção, existe uma maternidade de boas proporções. Exercem suas atividades profissionais nesses estabelecimentos: 4 médicos, 2 dentistas e 3 enfermeiras. Há, também, na cidade, 3 drogarias, com regular sortimento.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, Cabedelo, naquela época, distrito de João Pessoa, possuía na vila 5 831 habitantes de 5 anos e mais, sendo que, dêste número, sabiam ler e escrever 2 837 e não o sabiam 2 974 pessoas.

Ensino — No município, existem apenas 3 grupos escolares, sendo 1 estadual e 2 municipais, afora três escolas elementares e três outras particulares. Funciona, também, no município, 1 ginásio cuja matrícula inicial em 1956 foi de 115 alunos, sendo 45 na primeira série, 27 na segunda e 43 na terceira.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O município está sendo dirigido por um Prefeito, Diógenes de Morais Martins, nomeado pelo Govêrno do Estado, em face de ter sido criada recentemente a comuna.

OUTROS ASPECTOS — As magníficas praias de Ponta de Mato e Formosa, na sede municipal, e Poço, no povoado de igual nome, são centros de atração turística, pela beleza da orla marítima pontilhada de coqueiros, contornando alvas areias. Convém pôr em destaque o grande monumento histórico que, à entrada do pôrto, ergue-se como vigia indormida — a Fortaleza de Santa Catarina — que, na época da invasão holandesa e dos assédios dos piratas franceses, serviu de palco a tremendos combates nem sempre vencidos pelos heróicos defensores. Como monumento de grande valor para a história da província, foi tombado ao Patrimônio Histórico. Dela, hoje, só restam ruínas.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Sinopse Estatística do Município de João Pessoa* — C.N.E. — 1948.

2) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros.

3) Documentação municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

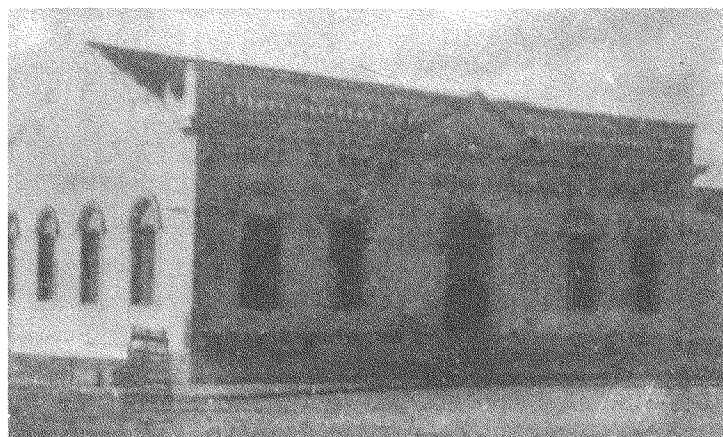
AUTORIA — Severino Baracuhy Ramalho.

CAIÇARA — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Sabe-se que o primeiro morador da região onde se situa o município foi um certo José de Abreu Cordeiro que, em 1776, obteve uma data de terras na Serra da Raiz. Mais tarde, em 1822, Luís Soares de Mendonça adquiriu a sesmaria onde atualmente assenta a cidade. Só em 1841, iniciou-se sua existência como agrupamento humano, quando Manuel Soares da Costa, José Vicente e Francisco da Costa Gonçalves construíram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, casas e cercados de ramos. A êstes davam o nome de *caiçaras*, denominação que se estendeu à povoação, a qual prosperou ràpidamente, dando ensejo a disputar as honras de vila com sua vizinha Serra da Raiz com situação topográfica de difícil acesso.

"Caiçara", vocábulo de origem indígena, significa — segundo Coriolano de Medeiros — "cercado de emergência que se traça em estacas com ramos espinhosos". No litoral designa a choupana onde os pescadores abrigam a jangada e os utensílios de pesca.

A Lei provincial n.º 758, de 6 de dezembro de 1883 deu ganho de causa aos moradores de Caiçara, que foi então elevada à categoria de vila, compreendendo o respectivo município o território da freguesia de Serra da Raiz. Isto provocou sério descontentamento de parte da população serrana, que via no progresso de Caiçara uma usurpação aos seus direitos de líder da região. Surgiram incidentes entre elas, alguns dos quais de graves e lamentáveis conseqüências. A rivalidade sempre crescente concorreu para a diminuição de seu progresso, até que a Lei n.º 776, de 2 de outubro de 1884, rebaixou-a de categoria, transferindo a sede do município para Serra da Raiz, elevada, por sua vez, à vila. Posteriormente, ambas pasaram a pertencer ao município de Guarabira. Em 1908 (Lei 309, de 7 de novembro), foi restabelecido o município de Caiçara com os limites determinantes da mesma Lei. Conforme as divisões administrativas do Brasil, referentes aos anos de 1911 e 1933, o município forma-se, apenas, do distrito-sede. Já nas divisões territoriais datadas de 31-XII-36 e 31-XII-37, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o município subdivide-se nos distritos de Caiçara, Belém (em 1937, Belém de Guarabira) e Serra da Raiz. Com a mesma composição distrital, continua no quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, fixa-

Grupo Escolar João Soares

do pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, notando-se, porém, a mudança do nome do distrito de Serra da Raiz, para Copaoba. Ainda por êsses mesmos diplomas legais, o têrmo judiciário subordina-se à comarca de Guarabira.

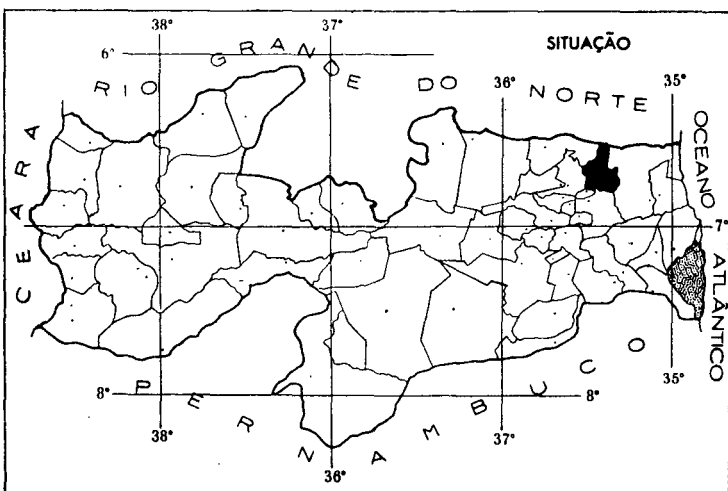
A comarca de Caiçara foi criada pelo Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940.

No quadro da divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, a referida comarca compõe-se, apenas, do têrmo de idêntica denominação. Pelo mencionado Decreto-lei, foi criado o distrito de Duas Estradas, constituído com território desmembrado dos distritos da sede e Serra da Raiz (ex-Copaoba), ficando, assim, o município, no quadro da divisão territorial vigente, formado pelos distritos de Caiçara, Curimataú (ex-Belém), Duas Estradas e Serra da Raiz (ex-Copaoba).

Pela Lei n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, que fixa a Divisão administrativa e Judiciária do Estado para o qüinqüênio 1949-1953, o município continua com o mesmo número de distritos, notando-se, apenas, que o de Curimataú passou a denominar-se Belém de Caiçara.

A Lei estadual n.º 1 732, de 6 de setembro de 1957, criou o município de Belém, desmembrado do de Caiçara, ficando assim êste constituído de apenas três distritos: Caiçara, Duas Estradas e Serra da Raiz.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Caatinga, uma das cinco zonas fisiográficas em que se divide o Estado, e limita com os municípios de Araruna, Bananeiras, Pirpirituba, Guarabira, Mamanguape e Belém, na Paraíba, e Nova Cruz, no Rio Grande do Norte.

A cidade de Caiçara tem como coordenadas geográficas os seguintes pontos: 6º 36' 50" de latitude Sul e .... 35º 23' 50" de longitude W.Gr., encontrando-se situada a 150 metros acima do nível do mar. Dista, em linha reta, 86 quilômetros da Capital do Estado, estando colocada em posição O.N.O., em relação à mesma.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima predominante no município é quente e sêco, porém ameno em determinadas épocas do ano.

Implantado em região sêca, dividido entre terrenos do brejo, caatinga e curimataú, Caiçara é hoje um município coberto de pouca vegetação.

ÁREA — A superfície do município é de 458 metros quadrados, representando 0,81% sôbre o total do Estado, estando colocado no 42.º lugar entre os 58 municípios existentes na Paraíba.

Monumento de N.S.ª do Destêrro

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município encontra-se em terrenos ondulados, destacando-se as serras da Raiz e Campo Alegre, ambas integrantes da cordilheira Copaoba.

Seus cursos de água de maior importância são os rios Curimataú e Camaratuba e os riachos Massaranduba, Luís e Picado. Há, também, algumas lagoas de pequena significação.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, destaca-se, apenas, uma fonte de água mineral, que vem sendo explorada regularmente. Nos reinos vegetal e animal, nada possui o município digno de registro.

POPULAÇÃO — O quadro abaixo contém os elementos mais importantes sôbre a população do município, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950.

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Caiçara	8 146	1 490	6 656
Belém	7 703	1 709	5 994
Duas Estradas	11 510	1 047	10 463
Serra da Raiz	10 133	1 707	8 426
TOTAL	*37 492*	*5 953*	*31 539*

Matriz de N.S.ª do Rosário

Com 37 492 habitantes, Caiçara colocou-se no 18.º lugar entre os 41 municípios então existentes na Paraíba.

Como se vê no quadro acima, o seu distrito mais populoso era o de Duas Estradas, com 11 510 habitantes.

A sua população rural representa cêrca de 84% do total. Note-se que a taxa respectiva correspondente ao Estado é de 73%, inferior, portanto, à do município.

Das suas aglomerações urbanas, a mais populosa era a vila de Belém, com 1 709 habitantes. A sede do município, com 1 490 habitantes, colocou-se em 3.º lugar, depois de Belém e de Duas Estradas, que tinha 1 707 habitantes.

Através dos vários grupos, a população assim se distribuía: *Sexo* — 18 325 homens e 19 167 mulheres. *Côr* — 31 224 brancos, 6 214 pretos e 4 pardos, e 50 sem declaração de côr. *Estado conjugal* — (Pessoas de 15 anos e mais) — 6 850 solteiros, 11 915 casados, 31 desquitados e 1 225 (248 homens e 977 mulheres) viúvos. Não havia um só estrangeiro no município. *Religião* — 36 107 católicos romanos, 273 protestantes, 13 espíritas, 42 sem religião e 57 sem declaração de religião.

Segundo estimativa elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística, referente a 31-XII-1956, a população do município àquela data era de 41 701 habitantes. Essa população dá ao município a densidade demográfica de 91 habitantes por quilômetro quadrado, muito superior à do Estado, que é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas da população são a agricultura e a pecuária. Predominam as culturas da agave, feijão, algodão, milho, mandioca e cana-de-açúcar, conforme demonstra o quadro abaixo:

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave	600	Quilograma	3 000 000	13 500
Feijão	2 150	Saco de 60 kg	25 000	10 500
Algodão herbáceo	3 000	Arrôba	80 000	8 800
Milho	1 700	Saco de 60 kg	14 000	3 360
Cana-de-açúcar	400	Tonelada	16 000	2 400
Mandioca-brava	300	»	4 500	2 250
Batata-doce	80	»	1 500	1 500
Banana	24	Cacho	45 000	1 350
Abacaxi	20	Fruto	180 000	540
Fava	150	Saco de 60 kg	2 100	756
Laranja	8	Cento	8 000	400
Manga	16	»	7 800	390
Mandioca-mansa	20	Tonelada	300	300
Pimenta-do-reino	12	Quilograma	2 000	240
Côco-da-baía	13	Cento	1 000	200
Arroz	50	Saco de 60 kg	2 000	180
Cebola	12	Arrôba	480	19
TOTAL	*8 555*	—	—	*46 685*

Seus rebanhos, em 31-XII-1956, foram calculados em 40 600 cabeças, conforme se pode verificar no quadro a seguir:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Asininos	3 500
Bovinos	11 000
Caprinos	9 000
Eqüinos	3 600
Muares	3 500
Ovinos	5 000
Suínos	5 000

O comércio é regularmente desenvolvido, existindo, na sede municipal, 11 estabelecimentos varejistas e 13 atacadistas em todo o município.

Na indústria, destaca-se, apenas, uma usina de beneficiamento de algodão, da firma Abílio Dantas Comércio e Indústria S. A., e uma fábrica de rêdes. Existem, ainda, 91 casas de farinha de mandioca, cuja produção, em 1956, atingiu o valor de Cr$ 26 100,00 bem como 49 desfibradoras de agave com produção no valor de Cr$ 3 350 000,00, 8 engenhos de rapadura com produção de Cr$ 518 940,00, 5 padarias que atingiram um valor de produção de ...... Cr$ 2 618 384,00 e 3 pequenas fábricas de alpercatas com o valor, também, de produção de Cr$ 217 000,00.

ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO — Há, no município, um escritório da "ANCAR" (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural) que vem proporcionando os maiores benefícios àquela comuna.

FINANÇAS PÚBLICAS — Para o período 1950-1957, são os seguintes os dados sôbre as finanças de Caiçara:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	365	2 219	1 132	552	1 139
1952	453	2 222	1 326	550	1 354
1953	507	...	1 354	486	932
1954	505	2 312	...	...	...
1955	485	3 698	1 696	767	2 277
1956	891	...	2 872	1 366	2 631
1957 (1)	...	...	2 843	...	2 843

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município liga-se às cidades vizinhas e às Capitais Estadual e Federal pelos seguintes meios de transporte:

Mamanguape — rodoviário: 84 km; misto — ferroviário: 89 km, rodoviário: 37 km; Guarabira — rodoviário: 34 km, ferroviário 34 km; Pirpirituba — rodoviário: 24 km,

Vista parcial da Rua João Pessoa

ferroviário: 33 km; Bananeiras — rodoviário: 52 km, ferroviário: 63 km; Araruna — rodoviário: 52 km; Nova Cruz (RN) — rodoviário: 22 km, ferroviário: 17 km; Capital Estadual — rodoviário: 143 km, ferroviário: 129 km; Capital Federal — Via João Pessoa, já descrito. Daí ao Distrito Federal: aéreo, 2 057 km; rodoviário, 2 758 km; marítimo, 2 229 km.

O município é servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste.

Existem 43 veículos rodoviários: 30 caminhões, 7 camionetas, 6 jipes. Sua rêde rodoviária mede 166 quilômetros.

Dispõe dos seguintes meios de comunicações de uso público: uma Agência Postal-telefônica na sede e cinco Agências Postais localizadas em Duas Estradas, Serra da Raiz, povoados de Logradouro, Sertãozinho e Lagoa de Dentro, tôdas pertencentes ao Departamento dos Correios e Telégrafos, do Govêrno Federal. A Rêde Ferroviária do Nordeste mantém os serviços telegráficos em suas estações de Duas Estradas e povoados de Logradouro e Sertãozinho.

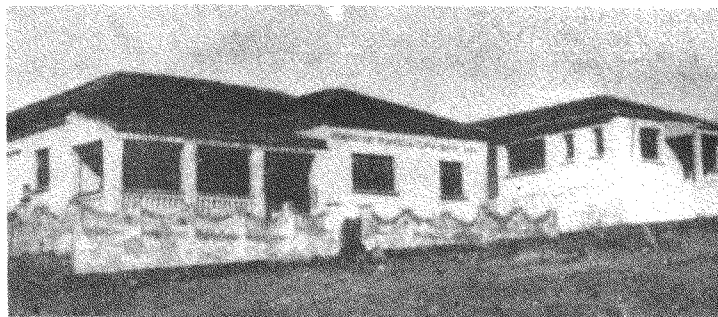
ASPECTOS URBANOS — Possuía a cidade, em 1954, 18 logradouros, sendo pavimentado — 1, arborizado — 1 e arborizado e ajardinado simultâneamente — 1. Foram cadastrados na mesma época 450 prédios nas zonas urbana e suburbana. O único melhoramento era a iluminação elétrica que servia a 15 logradouros. A iluminação domiciliária era distribuída a 12 logradouros com 160 ligações.

Funciona um cinema, denominado "Cine Rio Branco", com 200 lugares, 2 a 3 vêzes por semana.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com o Pôsto de Higiene Francisco Caitete, mantido pelo Govêrno Estadual, e o Pôsto de Puericultura Santana cuja entidade mantenedora é a Legião Brasileira de Assistência. O primeiro tem por finalidade a clínica médica em geral, enquanto o segundo se destina a um fim especializado que é prestar assistência a gestantes e distribuir alimentos às crianças pobres da cidade. Ambas as instituições vêm prestando relevantes serviços à população local. Desempenham suas atividades profissionais no município 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico. Existem três drogarias, uma localizada na cidade, uma em Duas Estradas e outra em Belém.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe, no município, uma Cooperativa de Crédito Agrícola que efetuou, em 1956, 74 empréstimos no valor de .... Cr$ 400 000,00.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a situação de Caiçara, quanto ao nível de instrução, era a seguinte: das 31 144 pessoas de 5 anos e mais, recenseadas, sabiam ler e escrever 2 409 homens e 2 750 mulheres, e não sabiam ler e escrever 12 744 do sexo masculino e 13 240 do sexo feminino. A percentagem para o município dos alfabetizados era, portanto, de 16,5%.

Ensino — O ensino está bem difundido no município, havendo 54 unidades escolares de ensino primário fundamental comum. Do total acima, 18 estabelecimentos estão localizados no distrito da sede municipal, 13 em Duas Estradas, 13 em Serra da Raiz e 10 em Belém. Conta, ainda, a população da cidade com o Clube das Mães "Nossa Senhora do Rosário", mantido pelo FISI, que ministra, além do ensino primário, o curso de bordados e flôres.

Pôsto de Puericultura Santa Ana e Agência Postal-telegráfica

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Na eleição realizada em 31-10-1955, votaram em todo o município 2 251 pessoas, com uma abstenção de 75%. Em exercício existem sete vereadores. Atualmente, o seu prefeito municipal é o Sr. Severino Ismael da Costa, eleito pela coligação P.T.B.-U.D.N.-P.S.D.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A 4 de janeiro de cada ano inicia-se a tradicional festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da cidade, encerrando-se a mesma com uma procissão em homenagem àquela santa. São festivamente comemoradas as datas de São João, São Pedro, Natal e Ano-Bom, bem como as 7 de setembro e 15 de novembro.

VULTOS ILUSTRES — Destacam-se entre seus filhos, o Dr. Valderedo Ismael de Oliveira, médico da Colônia Juliano Moreira do Distrito Federal, membro da Diretoria da Sociedade de Assistência a Psicopatas, da Metrópole do País, com cursos realizados em Buenos Aires e Paris; e o Dr. Valdemir de Miranda, Diretor da Casa de Saúde São Marcos, no Recife, e Professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife.

OUTROS ASPECTOS — Realizam-se feiras semanalmente, na sede do município e nas localidades de Sertãozinho, Logradouro e Lagoa de Dentro onde são expostos artigos de primeira necessidade, salientando-se farinha de mandioca, feijão, milho, frutas, côco, rapadura, que, na maior parte, são produtos da região.

O patronímico dos habitantes do município é caiçarense. Instalada na cidade acha-se uma Agência de Estatística, órgão pertencente ao sistema estatístico brasileiro.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Anuário Estatístico do Brasil* 1953 — Edição do C.N.E.; 2) — *Censo Demográfico do Estado da Paraíba* — 1950 — Edição do C.N.E.-S.N.R.; 3) — *Sinopse Estatística do Município de Caiçara* — Edição do C.N.E. — 1948; 4) — *Dicionário Corográfico da Paraíba de Coriolano de Medeiros* — 2.ª edição — Instituto Nacional do Livro; 5) — *"A Parahyba"* de João de Lyra Tavares — Edição da Imprensa Oficial 1909; 6) — Documentação Municipal da Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

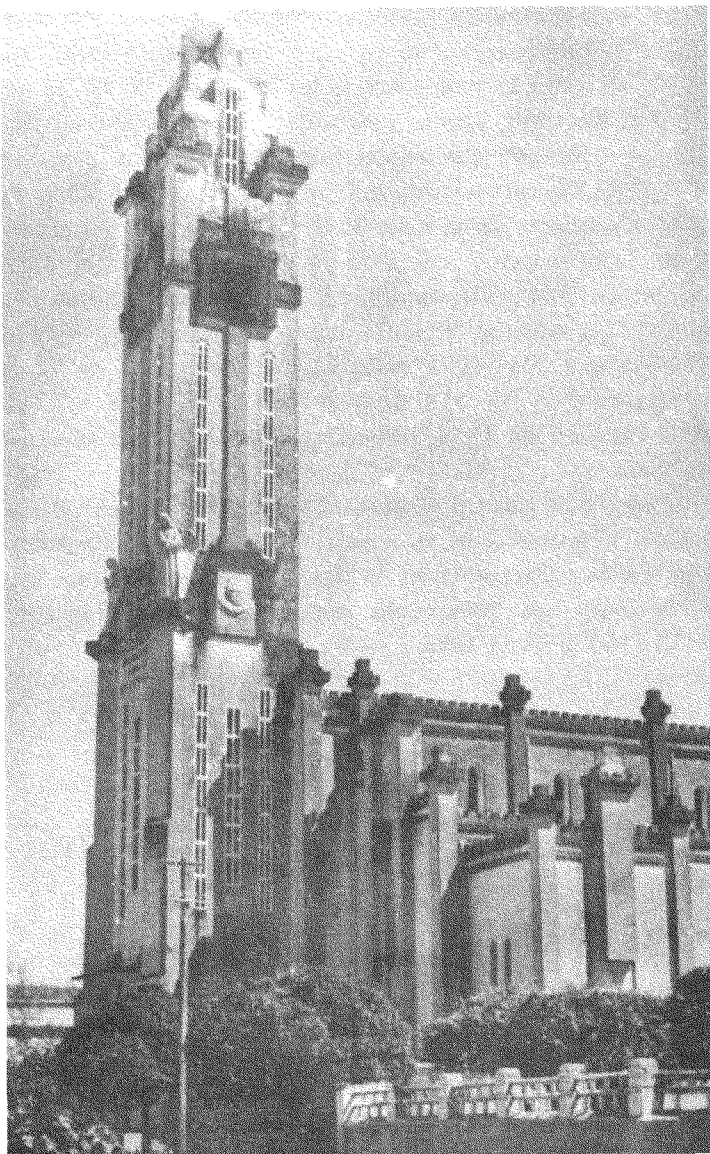
AUTORIA — Severino Baracuhy Ramalho.

CAJÀZEIRAS — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A atual cidade de Cajàzeiras originou-se de um sítio denominado "Cajàzeiras", pelas árvores dêsse nome existentes nesse local que fazia parte da sesmaria concedida em 7 de fevereiro de 1767, pelo governador da Capitania, Jerônimo José de Melo, ao pernambucano Luís Gomes de Albuquerque. Como presente de casamento, Luís Gomes de Albuquerque fizera doação, à sua filha Ana de Albuquerque, do sítio "Cajàzeiras", quando esta contraíra núpcias com Vital de Souza Rolim, membro de importante e tradicional família de Jaguaribe, Estado do Ceará, vindo ambos a residir aí. Do consórcio, nasceu, entre outros filhos, Inácio, a 22 de agôsto de 1800, o qual, em 1825, se ordenava em Olinda, no Estado de Pernambuco, voltando, mais tarde, para o sítio de seus pais, depois de conquistar, em Pernambuco, justo renome por ser erudito de nomeada.

Aí em seu sítio, fundou, oficialmente, um colégio, em 1843, que conseguiu considerável afluência de alunos não só da Paraíba, como também dos Estados vizinhos. Em volta do colégio, foi nascendo a povoação. Cresceu a cidade, que em breve se tornou poderoso núcleo de civilização. Cajàzeiras singularizou-se, assim, dentre tôdas as cidades do Brasil, pois teve, como São Paulo, seus alicerces firmados em um estabelecimento de ensino.

Por Lei provincial n.º 5, de 29 de agôsto de 1859, a capela feita pelas mãos de Ana de Albuquerque (mãe do Padre Inácio Rolim), foi elevada à categoria de matriz. Ainda hoje se conserva a primitiva imagem de Nossa Senhora da Piedade, padroeira da cidade. Pela mesma Lei, foi criado o distrito, elevado à categoria de vila pela Lei provincial n.º 92, de 23 de novembro de 1863, desmembrado do município de Sousa. A instalação do município se deu a 20 de junho de 1864. A Lei n.º 616, de 10 de junho de 1876, deu-lhe foros de cidade. Na divisão administrativa de 1911, o município se compunha de um só distrito, assim permanecendo, na divisão referente ao ano de 1933. Tamanho foi o seu desenvolvimento que, quando em 1914, se cuidou da fundação de uma diocese no sertão da Paraíba, Cajàzeiras foi a escolhida para a sede do Bispado.

Igreja-Matriz de N. S.ª de Fátima

15 — 24 933

Prefeitura Municipal

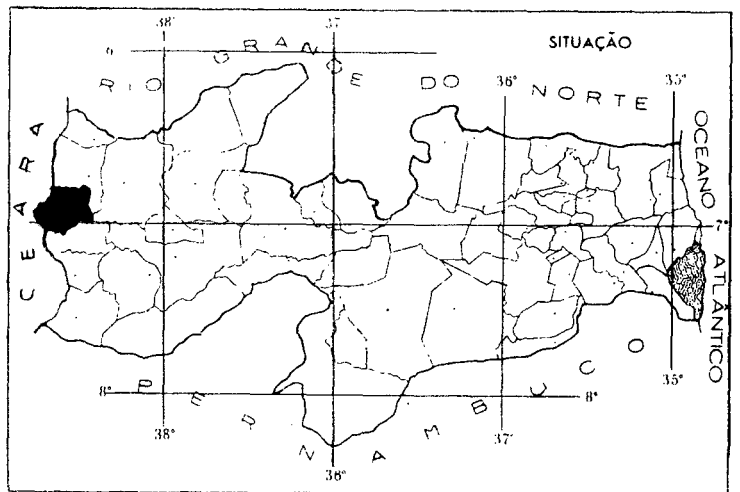
Em 1936, na divisão territorial efetuada em 31 de dezembro daquele ano, o município era composto de dois distritos: Cajàzeiras e Engenheiro Ávidos. Foi, por muito tempo, têrmo judiciário da comarca de Sousa. Naquele mesmo ano, foi o município considerado têrmo da comarca de Cajàzeiras.

Na divisão territorial de 31 de dezembro de 1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei n.º 1 010, de 30 de março de 1938, volta o município a ser formado de um só distrito, o da sede. Nas divisões efetuadas naqueles mesmos anos, o município é têrmo judiciário da comarca do mesmo nome, a qual abrange, também, o de São José de Piranhas, assim permanecendo no quadro territorial vigente em 1939-1943, fixado pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, apenas com alteração no topônimo São José de Piranhas, que, então, passa a ser Jatobá.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, Cajàzeiras passa a ser comarca de segunda entrância, formada pelo têrmo judiciário do mesmo nome, pois que o de Jatobá foi-lhe desmembrado, aparecendo, por isso, nos quadros territoriais vigentes nos qüinqüênios 1944-1948, 1949-1953 e 1954-1959, pelas Leis números 520, de 31 de dezembro de 1943, 318, de 7 de janeiro de 1949, e 1 198, de 2 de abril de 1955, respectivamente, com um têrmo, o da sede.

Ainda no quadro anexo ao Decreto-lei n.º 1 164, o município é formado de três distritos: Cajàzeiras, Cachoeira dos Índios e Engenheiros Ávidos, conservando-se com esta composição nos qüinqüênios seguintes, isto é, 1944-1948, 1949-1953 e 1954-1958.

Praça Cardeal Arcoverde

LOCALIZAÇÃO — Acha-se localizado na Zona Fisiográfica do Sertão. Os seus municípios limítrofes são os seguintes: Sousa, Antenor Navarro, São José de Piranhas, Baixio e Aurora, êstes dois últimos no Estado do Ceará. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 6º 53' 13" de latitude Sul e 38º 23' 41" de longitude Oeste de Greenwich, distando (em linha reta) 406 quilômetros da capital do Estado, seguindo o rumo O.N.O. A cidade situa-se a 291 metros de altitude.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Seu clima é quente e sêco, amenizado às vêzes pelos ventos alísios. Sua temperatura oscila de 28ºC a 36ºC, à sombra. A elevação de temperatura obedece mais à influência do equinócio e à ausência de matas, que ao critério das estações.

ÁREA — Segundo o Anuário Estatístico do Brasil de 1954, a superfície do município era de 888 quilômetros quadrados; com a mesma área, em 1956, ocupava o 24.º lugar entre os 54 municípios paraibanos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é pouco acidentado, encontrando-se algumas elevações, nos limites com outros municípios, constituindo o divisor de águas entre os mesmos. Estas elevações são ramos da serra da Borborema, a qual atravessa o Estado de nordeste a sudeste, onde recebe diversas denominações: serra da Arara, Balanço, Marimbas, Vermelha, e outras, destacando-se, ainda, o serrote denominado Cristo Rei, localizado na zona suburbana, onde se encontra a estátua do Redentor, imitação, em miniatura, da que existe no Corcovado, no Rio de Janeiro. Do seu cume, descortina-se um magnífico panorama da cidade.

O principal rio que banha o município é o Piranhas, cujo curso é interrompido pela barragem do mesmo nome, com capacidade de 255 000 000 de metros cúbicos. Existem, entre outros, os seguintes riachos: o Escurinho, o Santo Antônio, o Zé Dias, o Cacaré e o das Marimbas.

RIQUEZAS NATURAIS — O solo do município é rico em alguns minerais, apesar de não haver exploração; há ferro, ouro, chumbo, cristal de rocha, columbita, mica, etc. Existem ainda algumas jazidas de pedra calcária e argila, sempre em exploração, além de outras de roxo-terra.

No reino vegetal, não se encontram grandes riquezas, pois não há matas pròpriamente ditas. Destacam-se, entre-

Avenida Cel. Joaquim Matos

tanto, algumas árvores características da região sertaneja, como seja: o angico, a aroeira, a jurema, a pereira e o marmeleiro, que dão madeira para construção.

No reino animal, são encontrados, em alguns açudes, peixes como a traíra, o piau, a curimatã e outros.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, tinha o município 30 918 habitantes, sendo 15 359 homens e 15 559 mulheres. Em igual época, a cidade possuía 9 823 pessoas, ocupando o 5.º lugar entre as demais.

A população, segundo os diversos grupos, estava assim constituída: 1 968 pretos; 1 amarelo; 17 395 brancos; 11 515 pardos e 40 sem declaração de côr; 30 613 católicos romanos; 131 protestantes; 19 espíritas; 1 de outra religião; 26 sem religião e 28 sem declaração de religião; 30 911 brasileiros natos; 1 brasileiro naturalizado e 6 estrangeiros.

Localização da população — Das 30 918 pessoas recenseadas em 1950, 10 862 residiam nas zonas urbana e suburbana do município, isto é, 35% do total, enquanto os 65% restantes moravam nos campos.

Aglomerações urbanas — O município contava, à época do Recenseamento Geral de 1950, 3 aglomerações — a cidade e 2 vilas — apresentando os seguintes efetivos de população (quadro urbano e suburbano):

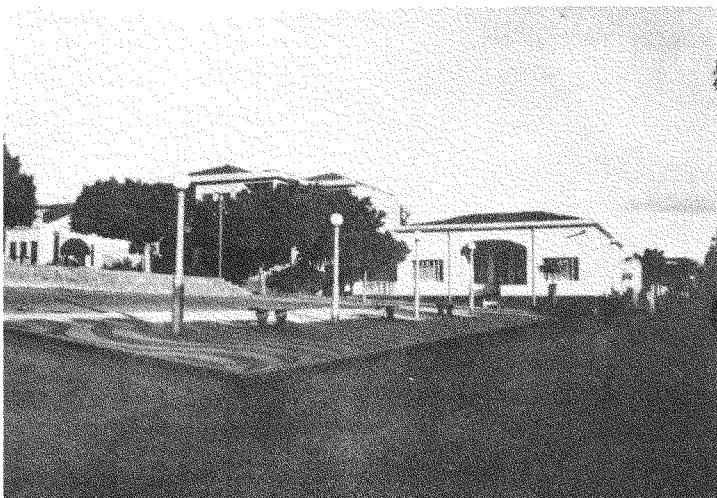
CAJÀZEIRAS	9 832
Cachoeira dos Índios	391
Engenheiro Ávidos	639

Parque Infantil Municipal

Presentemente, segundo estimativa apresentada pelo Departamento Estadual de Estatística, a cidade conta 10 mil e 936 habitantes.

Estimativa da população — Para 31-12-1956, o Departamento Estadual de Estatística estimou a população em 34 389 habitantes, colocando-se, assim, no 21.º lugar entre os 58 municípios paraibanos, ocupando 1,80% do total da população do Estado. A população da cidade foi igualmente estimada em 10 936 pessoas, classificando-se em 5.º lugar entre as demais do Estado, conforme se vê pelo quadro abaixo:

João Pessoa	99 567
Campina Grande	80 599
Patos	15 448
Santa Rita	15 750
CAJÀZEIRAS	10 936

A sua densidade demográfica é, atualmente, de 34,81 habitantes por quilômetro quadrado.

Praça N. S.ª de Fátima

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a agricultura, onde a produção algodoeira conta com condições climáticas e geológicas admiráveis, notadamente para as variedades de fibras longas e resistentes, como o "mocó" e o "mocòzinho", seguindo-se em importância, o arroz, o milho, o feijão e outros.

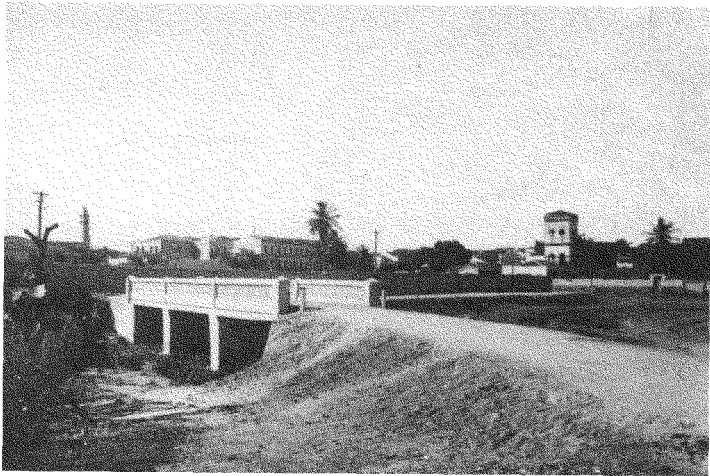
Em 1956, a produção agrícola elevou-se a 59 milhões de cruzeiros, conforme se vê pela discriminação do quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão arbóreo	Arrôba	308 404	50 887
Milho	Saco de 60 kg	16 128	3 064
Banana	Cacho	32 000	1 600
Feijão	Saco de 60 kg	5 045	1 261
Arroz	» » »	3 780	1 058
Manga	Cento	6 040	403
Côco-da-baía	»	1 170	351
Limão	»	6 700	315
Laranja	»	2 415	193
Batata-doce	Tonelada	60	90
Fumo	Arrôba	200	56
Outras	—	5 147	82

Pecuária — Há no município 1 394 propriedades rurais cadastradas na Coletoria Estadual. A pecuária ainda não está muito desenvolvida; os proprietários limitam-se apenas à compra de gado bovino que, após algum tempo de engorda, é vendido para o abastecimento local, não cons-

tituindo, exatamente, objeto de exportação. Em 1956, assim se apresentava o efetivo dos rebanhos existentes no município:

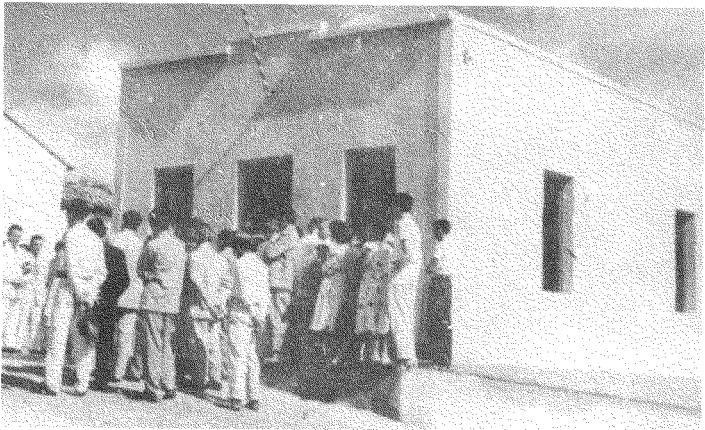
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	15 000	60 000
Suínos	8 000	6 400
Ovinos	4 500	900
Muares	3 500	7 000
Caprinos	2 800	560
Asininos	2 500	1 125
Eqüinos	2 000	3 400

Comércio — Apresenta-se bem desenvolvido. Segundo consta do livro de inscrições da Coletoria Estadual, existem na cidade 25 estabelecimentos atacadistas e cêrca de 600 varejistas, nos seguintes ramos: tecidos em geral, cereais, ferragens, etc. A rêde de relações comerciais se estende, no Estado, a Campina Grande e João Pessoa; no Ceará, a Juàzeiro, Crato e Fortaleza. O alto comércio mantém transações diretas com Recife, Rio e São Paulo. Importa objetos manufaturados, bebidas, sal, café, máquinas, chapéus, drogas, etc.

Ponte que liga a cidade ao bairro Belo Horizonte

Indústria — A produção industrial, em 1956, segundo apuração do Registro Industrial superou a 56 milhões de cruzeiros, conforme se vê pelo quadro abaixo:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Sabão	Quilo	7 750	5 262
Óleo de semente de algodão	"	1 203 634	4 832
Algodão em pluma	"	1 988 994	35 816
Farinha de mandioca	"	27 000	64
Rapadura	"	262 400	1 640
Pães e bolachas	"	173 000	3 380
Indústria gráfica	Milheiro	33 930	380
Calçados e artefatos de tecidos	Um	17 950	1 385
Artefatos de barro	Milheiro	31 000	1 328
Mobiliário	Um	1 029	1 440
Outros	—	44 950	717

O quadro acima espelha a situação privilegiada em que se encontra o beneficiamento do algodão, neste município, concorrente com cêrca de 60% do valor da produção industrial.

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO — Existem na cidade uma Agência do Banco do Brasil S.A. e a Cooperativa Banco Agrícola de Cajàzeiras Limitada, as quais vêm dispensando inestimáveis serviços ao comércio e à indústria do município.

Escola Municipal do povoado de Balanços

FINANÇAS PÚBLICAS — Em 1955, a receita municipal arrecadada foi de Cr$ 5 628 794,70, enquanto a despesa atingiu a cifra de Cr$ 6 230 638,60. Para 1956, o orçamento municipal previu a receita e fixou a despesa em Cr$ 4 000 000,00. Neste mesmo ano, as arrecadações estadual e federal atingiram Cr$ 12 048 000,00 e .... Cr$ 1 933 000,00, respectivamente.

A partir de 1951, a evolução das finanças municipais foi a seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	1 086	4 191	2 044	1 734	2 167
1952	1 354	6 571	2 700	2 532	2 518
1953	1 439	5 759	2 871	2 855	2 812
1954	1 618	7 954	3 145	3 129	2 857
1955	1 933	12 048	5 629	4 307	6 231
1956 (1)	2 534	9 309	4 000	3 330	4 000

(1) Orçamento.

Pelo exposto vê-se que para os cofres estaduais foi destinada a maior parte da arrecadação, isto em conseqüência dos tributos estaduais de vendas e consignações.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é bem servido por estradas de rodagem e de ferro (Rêde de Viação Cearense), fazendo ligação com diversas cidades do Ceará, inclusive Fortaleza, e ainda com Antenor Navarro, Sousa, Pombal, Patos, São José de Piranhas e Campina Grande, no Estado, conforme se vê abaixo:

Antenor Navarro — rodov. 23 quilômetros — ferrov. 24 quilômetros;

Açude Público na zona urbana da cidade

Praça Dom Moisés Coêlho

Sousa — rodov. 46 quilômetros — ferrov. 27 quilômetros;

São José de Piranhas — rodov. 32 quilômetros;

Aurora (CE) — rodov. 48 quilômetros.

Capital Estadual — rodov. 477 quilômetros ou misto: a) ferrov. 177 quilômetros até Patos; b) rodov. 171 quilômetros até Campina Grande; c) ferrov. 154 quilômetros; d) aéreo 125 quilômetros.

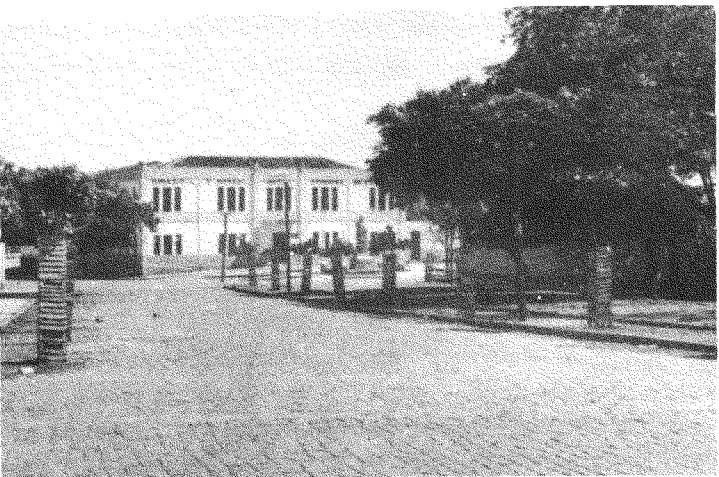
Capital Federal — via João Pessoa, já descrita, num total de 2 050 quilômetros. Além da Rêde Viação Cearense, é servida pelas emprêsas: Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte S.A., Viação Gaivota S.A., e outros de menor vulto.

Há no município 69 caminhões, 39 jipes, 15 automóveis comuns, 8 camionetas e 2 ônibus. Sua rêde rodoviária mede 264 quilômetros.

Como meios de comunicação dispõe o município de uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, na sede.

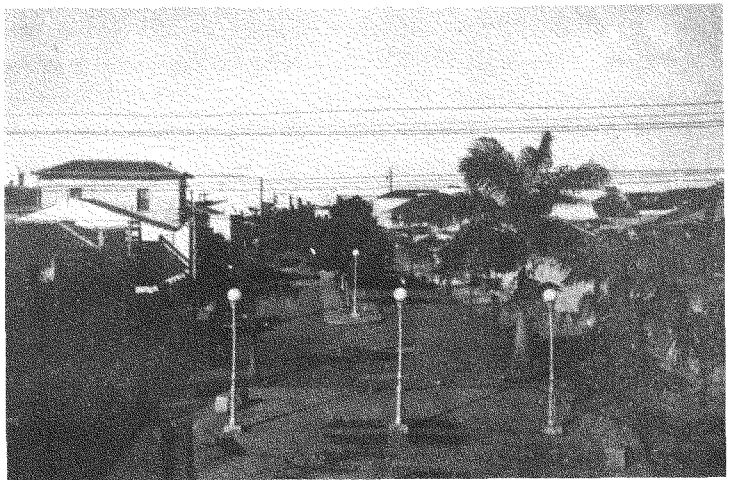
ASPECTOS URBANOS — Em 1956, a cidade se apresentava com 72 logradouros, dos quais, 34 calçados a paralelepípedos, num total de 77 385 metros quadrados, 24 arborizados e 4 simultâneamente arborizados e ajardinados.

Nas zonas urbana e suburbana existiam, em 1956, 3 800 prédios, dois cinemas, três hotéis, três pensões, duas livrarias, duas tipografias, campo de pouso medindo 950 metros x 100 metros e três clubes recreativos.

A iluminação pública estendia-se por 65 logradouros e a domiciliária contava 1 494 ligações elétricas.

Avenida Coronel Sabino Rolim

Funciona, também, na cidade, a Emprêsa Telefônica "Galvani", com cêrca de 170 aparelhos instalados, emitindo suas linhas pelas zonas urbana e suburbana.

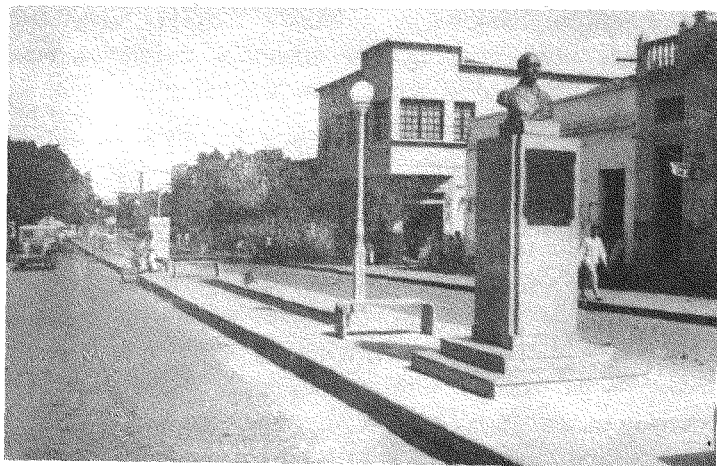
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há na cidade um Hospital Regional, com serviço anexo de maternidade e isolamento para tuberculosos, com 80 leitos, dispensando serviços de cirurgia, dermatologia, sifiligrafia, fisioterapia, ginecologia, obstetrícia, oftalmologia, traumatologia, otorrinolaringologia, etc., e um corpo bem treinado de médicos e enfermeiros de diversas especialidades, que vem servindo à população não sòmente de Cajàzeiras como de outros municípios vizinhos. Existe, ainda, um Pôsto de Higiene e Puericultura, quatro farmácias e quatro drogarias, seis médicos, seis dentistas, três farmacêuticos e um veterinário em atividade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Registra-se a Cooperativa Agrícola Mista de Cajàzeiras Limitada, para auxiliar o pequeno agricultor, contando com 410 associados, tendo efetuado, em 1956, 66 empréstimos no valor de Cr$ 294 500,00. Destacam-se, ainda, as seguintes associações de beneficência: Círculo Operário de Cajàzeiras, com 872 associados, tendo beneficiado 46 pessoas,

Vista parcial da Avenida Presidente João Pessoa

no total de Cr$ 46 002,00; Grêmio Artístico Cajazeirense, com 298 sócios, auxiliando 25 pessoas, com um total de Cr$ 5 235,00; Aprendizado Operário Beneficente de Cajàzeiras, com 192 membros, tendo prestado auxílios a 99 pessoas, no total de Cr$ 4 980,00 e ainda o S.A.I.M.A. e o Serviço Social dos Empregados no Comércio (núcleo municipal).

ALFABETIZAÇÃO — Como foi visto, Cajàzeiras nasceu no beiral de um colégio, tornando-se um centro de educação para alunos não só dêste Estado, como também dos Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Em 1950, por ocasião do Recenseamento Geral, o nível de instrução do município assim se expressava:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	8 034	31,54
Não sabem ler e escrever	17 465	68,46
TOTAL	*25 499*	*100,00*

Outro aspecto da Avenida Presidente João Pessoa

Ensino — Em 1956, contavam-se no município 74 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, sendo: 51 municipais, 19 estaduais e 4 particulares. Ginásio Salesiano "Padre Rolim", Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes, Escola Técnica de Comércio "Monsenhor Constantino Vieira", Escola de Datilografia e cursos especializados de corte e costura e arte culinária.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Aparece em primeiro plano na vida cultural, o Teatro de Amadores de Cajàzeiras, cuja sigla é "T.A.C.", tendo alcançado grande sucesso na sede municipal, em outras cidades, e até mesmo fora do Estado.

Há duas bibliotecas públicas, de caráter geral, sendo uma pertencente à Prefeitura Municipal, e outra, à Diocese de Cajàzeiras, ambas com cêrca de 2 500 volumes; uma Banda de Música; 3 firmas com serviços de alto-falantes; 2 jornais intitulados "O Correio do Sertão", órgão da Diocese, e o "Observador", independente e noticioso.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O poder legislativo está composto de 9 vereadores. O número de eleitores inscritos em 3-10-1955 atingiu 10 450. O atual prefeito é o Sr. Antônio Cartaxo Rolim (U.D.N.).

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Figura em primeiro plano a festa de Nossa Senhora da Piedade, padroeira do lugar, celebrada todos os anos, no mês de setembro, com extraordinárias solenidades religiosas e profanas. Grandes, também, são os festejos nas noites de São João, São Pedro e Santo Antônio.

São também comemoradas as datas de 7 de setembro, 15 de novembro, 1.º de maio e Natal. É de real significação a data comemorativa da fundação da cidade.

VULTOS ILUSTRES — Cajàzeiras teve filhos ilustres que se salientaram em diversos setores: Padre *Inácio Rolim*, fundador da cidade; Dr. *Antônio Joaquim de Couto Cartaxo*, que representou a Paraíba na primeira Constituição Republicana; D. *Moisés Coelho*, primeiro Bispo de Cajàzeiras e segundo Arcebispo da Paraíba; e muitos outros.

OUTROS ASPECTOS — As feiras se realizam aos sábados. É motivo para convergirem à cidade os habitantes rurais que na sua maior parte vão realizar negócios de produtos agrícolas e pecuários e operar transações nas agências bancárias e cooperativas. Fato digno de nota é a procissão ainda em uso para pedir chuva, sempre que o inverno tarda. Para tal fim, furta-se de uma casa da circunvizinhança uma imagem de São José (padroeiro do inverno) a qual é devolvida em dia predeterminado, festivamente, com música pela banda cabaçal, composta de tambores (zabumbas) e pífanos, foguetes e cantos com variantes ao sabor dos devotos.

O gentílico dos habitantes é cajazeirense.

Na cidade acha-se instalada uma Agência de Estatística, órgão do Sistema Brasileiro de Estatística.

BIBLIOGRAFIA — 1) *A Paraíba e seus Problemas* — José Américo de Almeida; 2) *A Parahyba* — João de Lyra Tavares; 3) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 4) *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954; 5) *Sinopse Estatística do Município de Cajàzeiras;* 6) *Documentação Municipal da Inspetoria Regional de Estatística.*

AUTORIA — Sylvio Timóteo de Sousa.

CAMPINA GRANDE — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O núcleo inicial de Campina Grande foi o aldeamento dos índios ariús, sob o comando do capitão-mor Teodósio de Oliveira Lêdo, em 1697, quando êste voltava do vale do Piranhas, na Capitania da Paraíba, cumprindo a missão de sertanista.

Anteriormente, segundo alguns cronistas, havia sido fundada a aldeia de Boqueirão, em 1670, por Antônio de Oliveira Lêdo. Diz Epaminondas Câmara, no livro "Os Alicerces de Campina Grande", que Antônio provàvelmente atraíra o sobrinho Teodósio de Oliveira Lêdo.

Tendo em vista que o aldeamento surgiu em zona de topografia privilegiada, sobremaneira plana, cercada de baraúnas, paus-d'arco, aroeiras, angicos e mulunguzeiros, no planalto da Borborema, caracterizando tudo isso a existência de uma *Campina Grande,* daí surgiu a denominação da aldeia.

No ano seguinte, em 1698, enviado pelo Governador da Capitania, Manuel Soares Albergaria, chegava um Frade do Convento de Santo Antônio, em João Pessoa, para o início da catequese dos silvícolas.

A assistência do Frade foi muito benéfica, de modo que a Carta Régia de 13 de janeiro de 1701 mandava "levantar capela e pagar ao capelão vinte e cinco mil réis de côngrua e doze mil réis para o fabrico e guisamento de hóstia e vinho".

Os fundamentos da primeira igreja foram lançados no mesmo local onde o missionário ministrava suas lições de catecismo, a partir de 1698.

Situado em boa posição geográfica, entre o alto sertão e a zona litorânea, com terras propícias às culturas de mandioca, milho e outros cereais indispensáveis à vida dos colonos, o aldeamento converteu-se ràpidamente em povoado próspero, que já em 1769 era freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, desmembrada da de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri de Fora.

Vista parcial da cidade

Em 1790, transformou-se em vila, sob a denominação de Vila Nova da Rainha, em decorrência dos têrmos da Carta Régia de 22 de julho de 1766. Data conseqüentemente daí a criação do município.

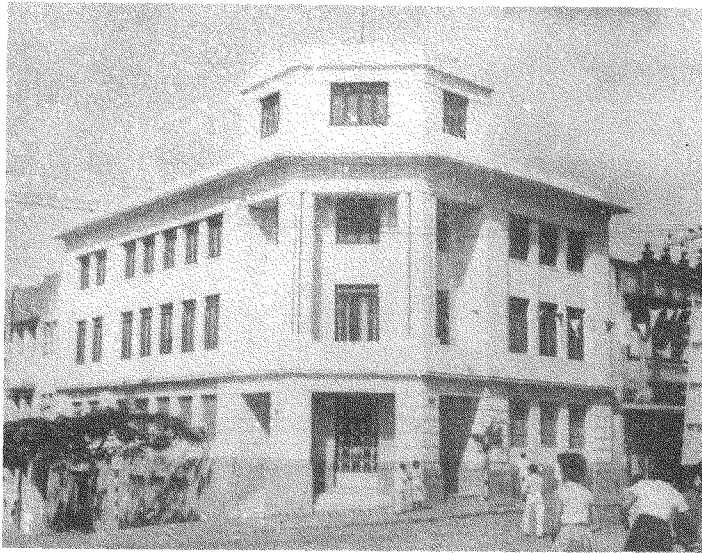
Campina Grande passou a ser ponto de ligação entre o litoral e os sertões, como entreposto do comércio, especialmente, de gado e de farinha. Era também "o ponto de reunião das duas grandes artérias do sertão, denominadas estradas do Seridó e de Espinharas".

A população de Campina Grande participou dos movimentos revolucionários de 1817 (Revolução Pernambucana), 1824 (Confederação do Equador) e 1848 (Revolução Praieira).

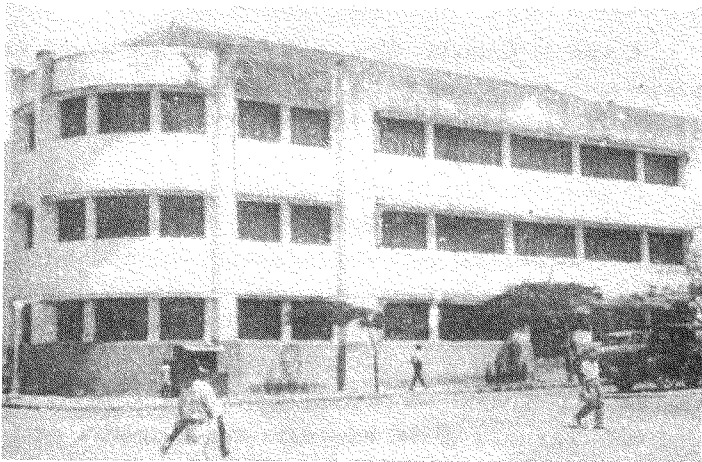
Edifício onde funciona a Agência dos Correios e Telégrafos

A vila de Campina Grande, até então, continuava em sua ascensão comercial. Entretanto, na década de 1850-1860, registram-se algumas crises com repercussões no comércio e na feira de cereais.

O povoado ficou então estacionário. Eis como relata essas crises o historiador Epaminondas Câmara, na obra citada: "Crise moral com o relaxamento dos costumes de certos moradores. Crise política com o esfacelamento da corrente conservadora e consequente hipertrofia liberal. Crise religiosa com a absorção dos vigários na política e o descaso que davam aos deveres espirituais. Crise comercial cada vez mais grave, em razão das epidemias, com a febre amarela que, em 1852, se generalizou no município. Crise econômica proveniente da grande sêca de 1845 e dos repiquetes que se sucediam constantemente".

"E para coroar a nefasta série, teve ainda o município de passar por dias amargurados quando irrompeu a rebelião popular da serra do Bodopitá, denominada "Ronco da Abelha". É que uma multidão de moradores de Catuama, Surrão, e doutros pontos serranos, cansadíssimos das promessas vãs do Govêrno e dos abusos do poder, não toleraram o "absurdo" do registro de nascimentos e óbitos, cujo regulamento (18 de julho de 1851) entrara em vigor. A mentalidade primitiva dessa gente, que só confiava nos vigários e tinha sobrada razão para isto, não compreendia por que se lançasse nos livros públicos o nome dos seus filhos. Ou o govêrno queria escravizar o resto da população ou o "maldito" planejara arrancá-la ao seio da Igreja Católica para lançar nas chamas eternas do inferno. E os caboclos da serra rebeleram-se a 16 de fevereiro de 1852,

Prefeitura Municipal

cometendo depredações nas casas das autoridades. Invadiram a vila do Imperador (Ingá) e se espalharam pelos municípios de Campina Grande, Alagoa Nova, Areia e povoações de Alagoa Grande e Araruna.

Em pouco tempo foram repelidos e destroçados pela polícia. O Govêrno Provincial dominou-os, venceu-os, mas, infelizmente, não soube arrancar-lhes o espírito de revolta, o ódio contra as más administrações e contra as iniqüidades sociais. Qualquer pretexto seria motivo para novos levantes. Vencia a fôrça, mas falhava a psicologia governamental. O desgosto popular tinha causas remotas e bem profundas..."

Recebedoria de Rendas do Estado

O têrmo judiciário de Campina Grande foi criado pela Lei provincial n.º 27, de 6 de julho de 1854, ficando anexado à comarca de Pilar. No dia 11 de outubro de 1864, Campina Grande foi elevada à categoria de cidade, pela Lei provincial n.º 137.

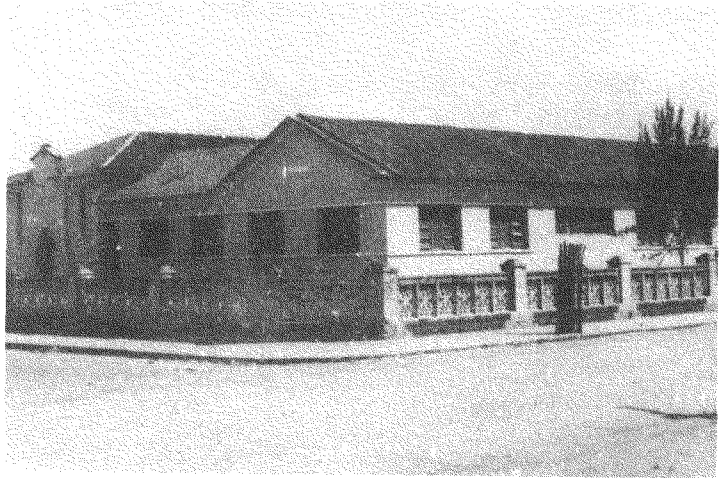
Um ano depois (Lei n.º 183, de 8 de agôsto de 1865), criou-se a comarca de Campina Grande.

Merece destaque especial o irrompimento, no município, da insurreição do "Quebra-quilos", em 1874. Sôbre essa revolta popular assim se manifesta o historiador Irineu Joffily, no livro "Notas sôbre a Paraíba", página 186, edição de 1892: "Foi no município dessa cidade que teve princípio em 1874 o movimento popular denominado — Quebra-quilos —, na serra Bodopitá, 4 léguas ao Sul da cidade.

Essa população serrana, ignorante e imbuída de prejuízos, já se tinha oposto em 1852 à execução de uma lei censitária que chamaram lei do cativeiro, movimento que ficou conhecido na crônica local pelo nome de "Ronco da Abelha".

A sedição "Quebra-quilos" foi feita por esta mesma população sem o menor plano preconcebido, e, por diversas causas e circunstâncias, percorreu a maior parte da Província, alastrando-se pelas vizinhas, e chegando mesmo até à das Alagoas.

A turba desenfreada queimou nessa cidade e em muitas outras os cartórios e arquivos municipais.

Para sufocar a sedição foi impotente o Govêrno Provincial; da capital do Império partiram fôrças comandadas pelo general Severiano da Fonseca, que, sem um combate sequer, sem a menor resistência, ocuparam Campina Grande.

Grupo Escolar Dr. Chateaubriand

Os sediciosos, apesar de numerosos, debandaram-se, porque não tinham um chefe capaz de os dirigir.

A punição do crime foi pretexto para as maiores violências por parte das fôrças ocupantes: centenas de populares de tôdas as idades foram presos, sujeitos ao suplício de "colête de couro" e remetidos para a Capital do Império.

Podemos assegurar, como testemunha de vista, que não é verdadeira a opinião dos que dizem ter sido a sedição "Quebra-quilos" promovida pelo clero paraibano e principalmente pelo missionário Padre Ibiapina.

A causa foi a decretação de novos impostos pela Assembléia Provincial da Paraíba em sua sessão dêsse ano. A notícia chegou a essa população pobre e ignorante de

Prédio do antigo Grupo Escolar Solon de Lucena, hoje em adaptação para a instalação da Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, já em funcionamento

Vista parcial da Praça da Bandeira

tal modo aumentada e extravagante, que despertou logo um ódio geral contra o Govêrno, que chamava — dos doutores ou bacharéis. Queriam um Govêrno de homens rústicos como êles.

Neste estado de exaltação de espírito, estava o povo quando se pôs em execução a lei que estabelecia o Sistema Métrico Decimal, cuja vantagem não podendo por êle ser compreendida, fêz explodir a mina já preparada.

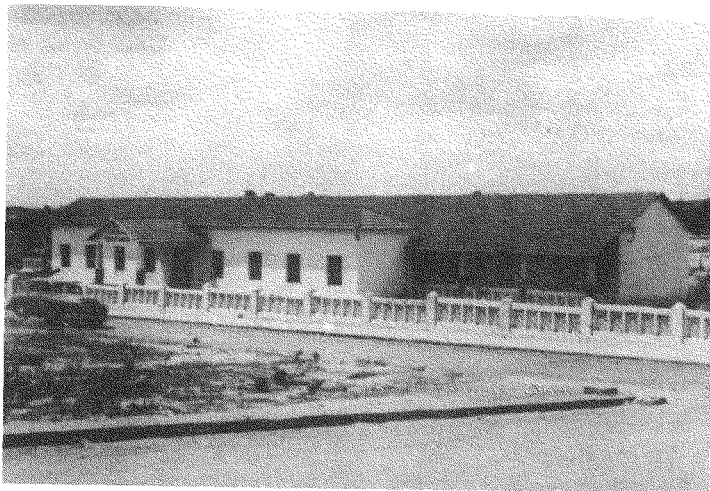
Os novos pesos, para êsse povo, simbolizavam o aumento dos impostos, a tirania do Govêrno, e por isto fêz convergir para êles o seu ódio. Dêste fato, pois, proveio o nome de "Quebra-quilos", dado aos sediciosos, os quais o maior mal que causaram foi a destruição de documentos preciosos com a incineração de muitos arquivos públicos".

Com a finalidade de pregar as idéias republicanas, foi fundado o melhor jornal que circulou no interior paraibano, no século passado. Trata-se da "Gazeta do Sertão", dirigido pelos Drs. Irineu Joffily e Francisco da Silva Retumba, cujo primeiro número apareceu em 1.º de setembro de 1888. O jornal foi empastelado em 6 de maio de 1891, ao que parece pela sua campanha contra personalidades do Govêrno do Estado e campinenses ilustres.

Foi muito lento o progresso registrado em Campina Grande desde a criação da cidade até o início do século XX, a não ser no setor comercial.

Afirma o autor de "Datas Campinenses": "Deve ter aumentado quatro vêzes ou mais o volume das operações comerciais. Basta verificar que em 1864 existiam cêrca de trezentos prédios e em 1892 quatrocentos e tantos. Ao findar-se o século, talvez já existisse quinhentas casas, chegando a seiscentas em 1907, quando veio a estrada de ferro.

A não ser o aumento de casas e alguns prédios construídos com finalidade especial — Cadeia Nova, Casa de Caridade, Grêmio de Instrução, Paço Municipal, etc. — a cidade apresentava pequena diferença em 1907 comparada com 1864. As mesmas igrejas, embora remodeladas, as mesmas casas de mercado, os mesmos açudes, os mesmos comboios de almocreves, o mesmo movimento de boiadas, o mesmo *modus vivendi*, a mesma rotina, os mesmos costumes. E tudo se renovou com a ferrovia que influiu sobremodo para integrar sua gente e suas cousas num sentido mais moderno, ou menos antiquado, se quisermos falar com mais franqueza. Até então, nenhum melhoramento público.

Convento de Santo Antônio

Grupo Escolar Murilo Braga

Até os prédios onde se instalavam os estabelecimentos de ensino não eram apropriados".

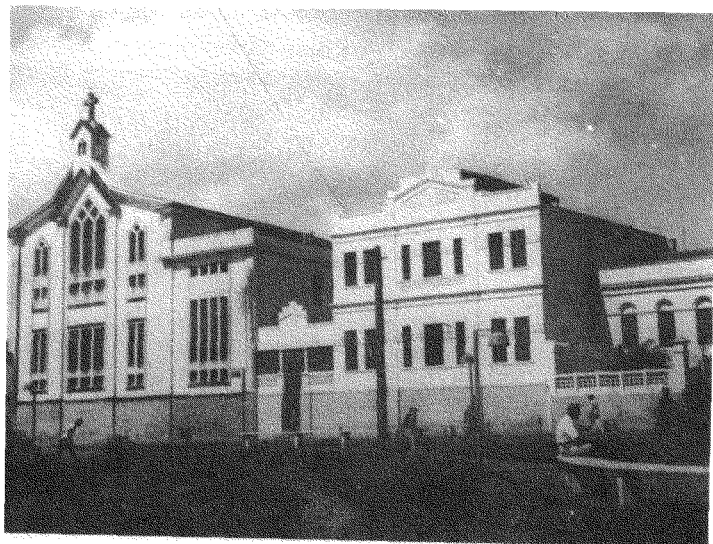
Ilustre historiador descreve as repercussões da nova linha férrea, afirmando que "com a estrada de ferro a cidade começou a crescer e seu comércio ressurgiu vencendo imediatamente Guarabira e Areia, Alagoa Grande e Itabaiana. Ponto terminal de trens, para ela foram convergindo todos os tropeiros e boiadeiros do interior. Era a consolidação dos seus elementos mais tradicionais. O mercado interno tomou certo aspecto de estabilidade, mesmo sem ter independência econômica, que lhe indicou os rumos a tomar para a concretização dum grande centro de atividades mercantis que viria a ser dentro em breve. Surgem na cidade colégios, cinemas, clubes dançantes, armazéns de mercadorias em trânsito, de estivas por atacado e de algodão em pluma".

Em 1920 Campina Grande tinha cêrca de 2 000 casas. O Recenseamento Geral promovido nesse ano contou no município 70 806 pessoas.

Nesse ano (1920) a municipalidade fêz inaugurar a iluminação pública das principais artérias da cidade.

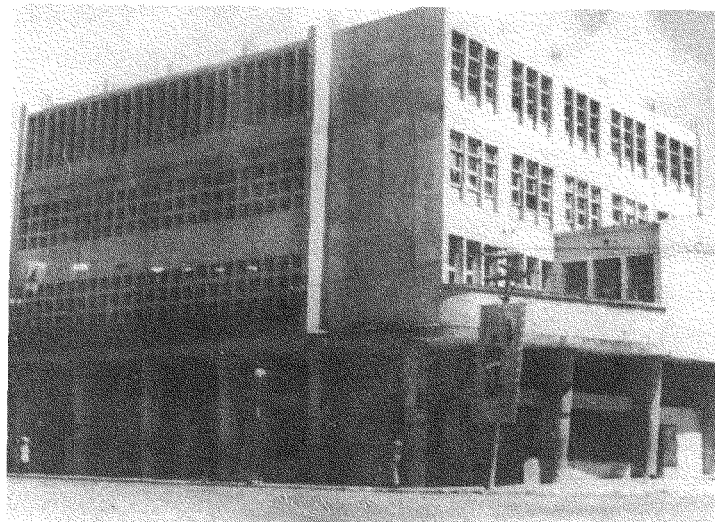
Com as comemorações do 1.º Centenário da Independência, foi inaugurado, no Largo da Matriz, o Monumento da Independência, em 7 de setembro de 1922.

Em 1925, a cidade já contava com dois cinemas: o "Apolo" e o "Fox", depois desaparecidos.

Em 1930, já havia 4 500 prédios e 52 escolas públicas.

Colégio da Imaculada Conceição, anexo à capela da Congregação das Damas Cristãs

Foi maior ainda a consolidação comercial da mesma com o aparecimento dos primeiros caminhões em tráfego regular. Entrou em decadência, portanto, o ciclo das carroças de boi e dos comboieiros, que prestaram tão relevantes serviços ao desenvolvimento de Campina Grande.

As indústrias locais cresceram e foram diversificadas no tocante às suas atividades.

Em 1936, no "Anuário da Paraíba" destacamos o seguinte trecho, no capítulo "Campina Grande — Principal cidade do interior do Nordeste brasileiro": "sobreleva-se pela grandeza crescente do seu imóvel que é de 14 575 casas, das quais 6 121 urbanas e as restantes, em número de 8 454, povoam os vários distritos do município; pelo seu intenso comércio de algodão, cujo crescente desenvolvimento a coloca naturalmente como sendo hoje a terceira praça algodoeira no mercado mundial. A sua população é de cêrca de 100 000 pessoas, inclusive os distritos. Possui 4 prensas hidráulicas, 5 estabelecimentos bancários, 3 fábricas de tecidos grossos, fios e aniagem, 3 fábricas de sabão, 2 de gêlo, 1 de camas de ferro e lavatórios, 1 de curtumes e vaquetas, 1 de mosaico e outras; vários colégios equiparados, sociedades dançantes. . ."

Sede da Associação Comercial de Campina Grande e da Federação das Indústrias da Paraíba

Outro fator marcante para o extraordinário desenvolvimento de Campina Grande foi a inauguração do serviço de abastecimento de água, a 18 de janeiro de 1940. As obras do importante melhoramento público foram iniciadas em 17 de setembro de 1937, pelo Governador Argemiro de Figueiredo.

A partir dêsse ano, a cidade não parou de crescer. Definiram-se as áreas suburbanas e foram calçadas as principais ruas e avenidas. Campina Grande tomou a feição de "urbs" moderna com a construção de numerosos edifícios públicos e particulares. Muito se deve ao Prefeito Werniaud Wanderley, precursor dessa revolução urbana.

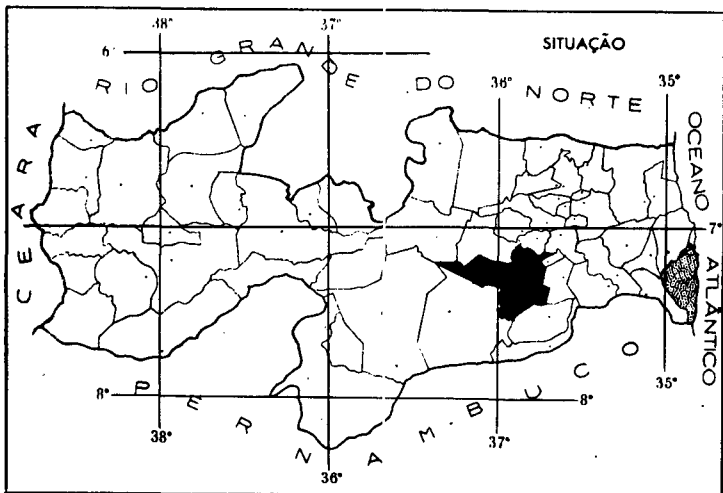
Na administração do Governador Osvaldo Trigueiro, foram iniciadas as obras de construção do Colégio Estadual de Campina Grande, finalmente inaugurado em 1953, pelo Governador José Américo.

Como marco mais recente do progresso da cidade, assinala-se a inauguração do fornecimento da energia de Paulo Afonso (Cia. Hidrelétrica do São Francisco), a 10 de junho de 1956, sendo a Edilidade concessionária da sua distribuição.

Pela Lei n.º 991, de 14 de dezembro de 1953, o município ficou dividido em 4 Juizados, com 2 Cartórios do Registro Civil (sede), 4 Tabelionatos e 1 Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Por outro lado, segundo quadro administrativo vigente a 31 de dezembro de 1956, o município é composto de 9 distritos: Campina Grande, Boa Vista, Galante, Fagundes, Catolé, Lagoa Sêca, Massaranduba, Queimadas e São José da Mata.

LOCALIZAÇÃO — O município de Campina Grande, segundo a última divisão da Paraíba em Zonas Fisiográficas, fica situado no Cariri. Os seus municípios limítrofes são: Pocinhos, Esperança, Alagoa Grande, Serra Redonda, Ingá, Aroeiras, Cabaceiras e Soledade.

A sede do município dista da Capital do Estado, em linha reta, 113 quilômetros e suas coordenadas geográficas são as seguintes: 7° 13' 11" de latitude Sul e 35° 52' 31" de longitude W. Gr. A altitude é de 550 metros. A cidade localiza-se no Planalto da Borborema, em trecho onde o relêvo começa a descer, através de suaves degraus sucessivos, em direção à planície litorânea.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — De acôrdo com a classificação dos professôres Henrique Morize e Delgado de Carvalho, o clima de Campina Grande enquadra-se no tipo equatorial semi-árido. Em vista da influência de certos fatôres locais, notadamente a altitude e a posição geográfica, suas médias térmicas anuais são sempre inferiores a 25°C. Em 1956, a média térmica compensada anual totalizou 23,4°C, sendo a média das máximas 30,8°C e das mínimas 18°C. As precipitações pluviométricas, no mesmo ano, somaram 810,9 milímetros. Os ventos são de E., N.E. e S.E. Em geral, o clima é fresco e agradável. Mesmo nos dias mais quentes, as noites são sempre frescas.

ÁREA — Em vista do desmembramento do município de Pocinhos, ocorrido em 1953, o município de Campina Grande possui, atualmente, a área de 1 723 quilômetros quadrados, correspondente a 3,1% do Estado da Paraíba. Esta área confere a Campina Grande o 10.º lugar entre tôdas as comunas paraibanas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município situa-se no planalto da Borborema, no trecho mais alto de suas escarpas orientais.

Casa da Criança "Dr. João Moura"

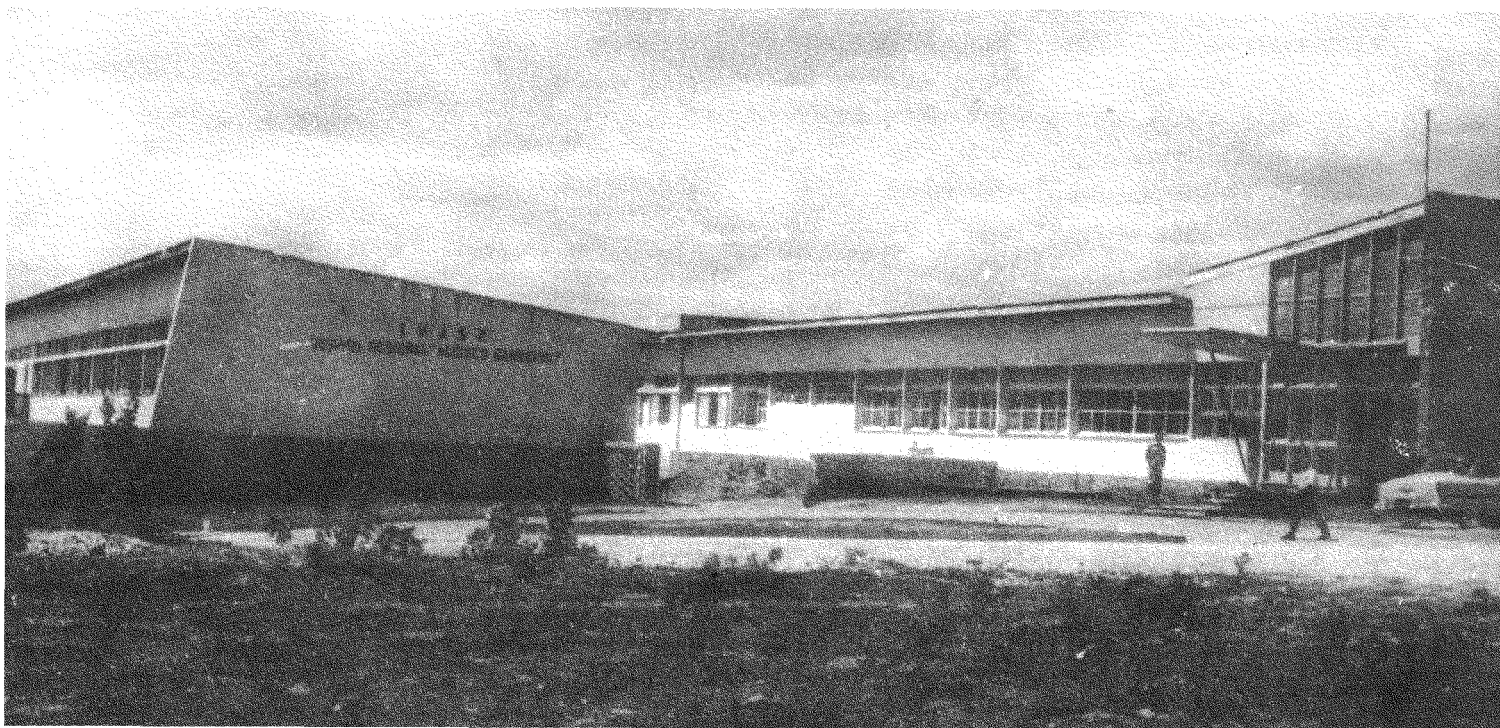
As curvas de níveis medeiam entre 500 a 600 metros. Não possui acidentes geográficos de destaque. As serras locais são simples desníveis do peneplano, com afloramentos de matacões de granitos e gnaisses: serras do Tigre, de Bodopitá, do Caiano, da Prata, de Queimadas, a "Pedra de Santo Antônio", etc.

Os pequenos rios são intermitentes, de regime torrencial, em vista da natureza do solo, do relêvo, das fracas precipitações e da elevada evaporação. São êles os riachos de Bodocongó, de Catolé e São Pedro, etc.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — Não há no município importantes riquezas naturais. No reino mineral, destacam-se sòmente jazidas de pedras calcárias e depósitos de argilas nobres.

A pequena camada de terreno sedimentar e a escassez das chuvas não permitem a formação de densas associações florestais. Dêsses fatôres decorreu a precariedade da roupagem vegetal do município. A paisagem florística é diversificada, com escassas formações de palmáceas (côco catolé), de cactos, de leguminâceas e de bromeliáceas (faxeiro, mandacaru, xique-xique, macambira, coroa-de-frade), além de rarefeitas associações de marmeleiro, juàzeiro e umbuzeiro.

No reino animal, destacam-se algumas famílias com certa variedade de indivíduos: *mamíferos* — saguins, caititus, veados, pacas, cutias, tatus, preás, gatos bravos, rapôsas, preguiças, etc.; *aves* — seriemas, garças, patos, gansos d'água, perdizes, jaçanãs, nambus, papagaios, rôlas, etc.

Grande Hotel, de propriedade da Prefeitura Municipal

Vista parcial do Hospital Regional Alcides Carneiro, de propriedade do I.P.A.S.E.

Há pequena pescaria nos açudes públicos e particulares.

Não há exploração organizada de madeira de lei. O município ressente-se da permanente extração de lenha e carvão.

A área de mata é estimada em 2 000 hectares.

POPULAÇÃO — A população do município atingia, em 1.º-VII-1950, por ocasião do último Recenseamento Geral, 173 206 habitantes (82 378 homens e 90 828 mulheres).

Campina Grande está em 1.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado da Paraíba, conforme o demonstram os resultados do Recenseamento Geral de 1950:

CAMPINA GRANDE	173 206
João Pessoa	119 326
Mamanguape	83 112
Guarabira	81 204
Bananeiras	61 223

Dos 1 894 municípios existentes em todo o país na data do Censo, apenas 12 tinham população maior que a sua.

Segundo os vários grupos, a população assim se distribuía: *Côr* — Em Campina Grande há predominância das pessoas que se declararam de côr branca: 152 534. O grupo dos pretos era o segundo em número: 20 313. O total dos pardos era 92. Havia 3 amarelos e 264 pessoas não declararam a côr. *Nacionalidade* — Em 1950, os estrangeiros totalizavam 113 e os brasileiros naturalizados, 16 pessoas. *Religião* — Dentre os 173 206 habitantes recenseados, 168 100 declararam-se católicos romanos; 3 767, protestantes e 419, espíritas; havia 146 pessoas de outras religiões, 268 não declararam a que professavam e 506 não tinham religião.

Localização da população — De seus 173 206 habitantes recenseados em 1950, 76 843 localizam-se no quadro urbano, 4 489 no quadro suburbano e 91 874 no rural. Assim, 53% de sua população estão localizados na zona rural. Em todo o Estado da Paraíba, 73% da população localizam-se no quadro rural.

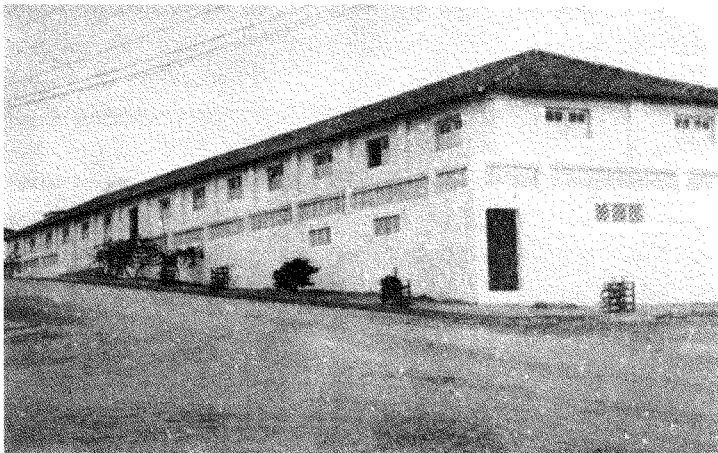
Aglomerações urbanas — Existiam no município, na mesma época, 9 aglomerações — a cidade e 8 vilas — com os seguintes efetivos de população (quadros urbano e suburbano):

CAMPINA GRANDE	72 464
Queimadas	1 581
Joffily	1 575
Galante	1 505
Lagoa Sêca	1 048
Puxinanã	1 026
Fagundes	1 003
Boa Vista	654
Massaranduba	476

A cidade de Campina Grande é a segunda de maior população no Estado, sendo a primeira a capital com 89 517 habitantes.

De acôrdo com a estimativa da população elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística, referente a 31-XII-1956, o município contava naquela data 169 708 habitantes, cifra que lhe dava a primeira colocação na Paraíba. Aquêle órgão de estatística regional calculou também a população da cidade em 80 599 pessoas, sendo a segunda do Estado, logo depois da Capital.

Acredita-se, entretanto, que pela sua posição geográfica e notável expansão econômica, a cidade de Campina Grande já atingiu a população de 100 000 habitantes, uma vez que vem recebendo, a partir de 1950, importantes contingentes de população do interior do Nordeste.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Com base em dados do Censo de 1950, a principal atividade da população local, pode ficar bem caracterizada na tabela a seguir, onde se

Pavilhão do Quartel onde se instalou o Terceiro Batalhão Ferroviário do Exército Brasileiro

observa a predominância do ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" no conjunto das atividades:

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS		
	Total	Homens	Mulheres
Agricultura, pecuária e silvicultura	30 627	28 564	2 063
Indústrias extrativas	114	100	14
Indústrias de transformação	5 746	5 100	646
Comércio de mercadorias	4 367	4 021	346
Comércio de imóveis e valores imobiliários, crédito, seguros e capitalização	194	171	23
Prestação de serviços	6 053	2 836	3 217
Transportes, comunicações e armazenagem	1 692	1 650	42
Profissões liberais	214	158	56
Atividades sociais	895	392	503
Administração pública, Legislativo, Justiça	458	424	34
Defesa Nacional e Segurança pública	270	269	1
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	57 901	5 109	52 792
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	142	117	25
Condições inativas	11 503	6 992	4 511
TOTAL	*120 176*	*55 903*	*64 273*

Por motivos evidentes, do total de 120 176 pessoas, convém sejam subtraídos os efetivos correspondentes aos três últimos ramos (ao todo 69 546 pessoas). Resultam 50 630. As 30 627 pessoas ativas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" representam cêrca de 60% sôbre êsse último total; as atividades no ramo "prestação de serviços", pouco acima de 12% e as atividades no ramo "indústrias de transformação", pouco mais de 11%.

Agricultura — "Agricultura, pecuária e silvicultura" é o ramo que congrega o maior número de pessoas no município.

Campina Grande não é essencialmente agrícola pois, como cidade-mercado, sua função é múltipla. É interessante observar, porém, como gravita sua vida econômica em tôrno do algodão que tem sua importância na safra municipal; a indústria têxtil, a primeira da comuna, o usa como matéria-prima; o comércio dêsse produto contribui com parcela importante da renda do município, visto como êste o recebe de várias outras localidades. A comuna funciona como centro distribuidor e pôsto classificador, não só dos municípios paraibanos como de outros Estados. Para o Norte a função redistribuidora atinge Piauí, Ceará e Maranhão; estão sob sua influência, segundo êste ponto de vista pelo menos regiões do sertão paraibano, interior de Pernambuco e da Bahia. Até mesmo centros do sul comerciam com Campina Grande, que recebe produtos de tôdas essas zonas, redistribuindo-os para o litoral, outros Estados e o exterior.

Note-se que a cidade — òbviamente o centro da vida municipal —, mantendo sob sua influência direta grande zona do interior paraibano — e mesmo de outras unidades da Federação —, acha-se, em parte, na dependência dessas regiões, no que se refere a abastecimento, pois razões de várias ordens não têm permitido que desenvolvesse seu "cinturão verde". Assim é que o próprio município fornece à sede municipal batata, feijão, milho e mandioca; do Brejo vêm cereais, tubérculos, frutas, legumes, rapadura e aguardente. De outros Estados (Alagoas e mesmo São Paulo e Rio Grande do Sul, os dois últimos, pelo menos, embora mantendo com a comuna relações comerciais, não podem ser incluídos em sua zona de influência), vêm arroz, farinha, açúcar, doces e conservas em geral.

Em 1956, a produção agrícola totalizou a quantia de Cr$ 170 249 000,00, de conformidade com o quadro que segue:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	VALOR DA PRODUÇÃO	
	Números absolutos (Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Mandioca	53 480	31,40
Algodão	27 180	16,00
Feijão	23 280	14,00
Batata-inglêsa	15 680	8,20
Milho	13 440	8,00
Agave	9 550	6,00
Fumo	7 000	4,10
Batata-doce	5 310	3,10
Abacaxi	4 500	3,00
Banana	4 320	2,50
Cana-de-açúcar	3 885	2,30
Outros (1)	2 624	1,40
TOTAL	*170 249*	*100,00*

(1) Em "outros" estão incluídos abacate, fava, laranja e limão.

Como se nota, a mandioca, o algodão e o feijão representam mais de 60% da produção agrícola municipal.

No período 1950-1956, a produção de mandioca, algodão e agave teve o seguinte desenvolvimento:

ANOS	QUANTIDADE (t)			VALOR (Cr$ 1 000)		
	Mandioca	Algodão	Agave	Mandioca	Algodão	Agave
1950	53 000	2 040	4 276	13 250	8 160	25 656
1951	93 000	1 200	6 888	48 360	9 600	54 041
1952	89 700	2 625	10 000	50 053	21 000	55 000
1953	99 400	4 154	7 200	54 810	29 147	28 800
1954	87 200	7 635	4 500	59 952	37 510	18 000
1955	84 000	2 886	2 700	63 200	24 257	11 880
1956	58 600	2 718	2 850	53 480	27 180	9 550

Quanto à pecuária, estavam assim discriminados, em 31-XII-1956, os rebanhos do município:

	Quantidade (cabeças)	Valor (Cr$ 1 000)
Bovinos	22 000	88 000
Suínos	20 000	16 000
Eqüinos	3 200	6 400
Muares	2 100	4 420
Caprinos	12 000	4 200
Ovinos	9 000	3 150
Asininos	2 100	2 520
TOTAL	70 400	124 690

Segundo resultados do Censo Agrícola de 1950, contava o município com 11 219 estabelecimentos agropecuá-

Edifício do Livro, onde funcionam a Livraria Pedrosa (andar térreo) e a Sociedade Odontológica do município

rios, dos quais 9 594 exploravam a agricultura numa área de 63 113 hectares —, (9 504 em pequena escala); 1 277 se dedicavam a atividades mistas — área de 73 048 hectares — (principalmente a agropecuária em pequena escala) e 145 à pecuária, com área de 37 210 hectares.

Da área dêsses estabelecimentos — 176 165 hectares — cêrca de 37% eram ocupados com pastagens e 24% com lavouras; os restantes 29% eram ocupados com matas, terras incultas e improdutivas.

Indústria — O parque industrial de Campina Grande é considerado o mais importante da Paraíba.

Em 1956, havia no município 253 indústrias, das quais 89 com 5 ou mais operários. No mesmo ano, o valor da produção industrial totalizou 956 milhões de cruzeiros.

Em 1955, segundo o Registro Industrial, foram computados em Campina Grande 71 estabelecimentos, que ocupavam 5 ou mais pessoas, no total de 1 970 operários; o valor da produção elevava-se a 763 milhões de cruzeiros (dados sujeitos a retificação). Destacava-se a indústria têxtil, com 8 estabelecimentos, 693 operários e a parcela de 45% sôbre o valor total da produção. Ao principal sub-ramo dessa indústria, o de beneficiamento do algodão, em que se incluía o fabrico de sacos, rêdes de fio, etc., achava-se atribuído o valor de 299 milhões de cruzeiros.

A indústria química e farmacêutica, que ocupa 209 operários, distribuídos por 7 estabelecimentos, cujo valor da produção ascendeu a 169 milhões de cruzeiros (23% sôbre o total), depende, em parte considerável, da produção de óleo vegetal extraído, principalmente do caroço de algodão (Campina Grande foi o primeiro produtor paraibano em 1954). Conforme dados do S.E.P., a produção de óleo de caroço de algodão no município, em 1955, ascendeu a 96 milhões de cruzeiros, relativos à quantidade de 7 599 toneladas. Os subprodutos eram os seguintes:

	Quantidade (t)	Valor (Cr$ 1 000)
Torta	25 389	31 764
Casca	10 926	3 300
Línter	646	2 372
Piolho	158	218
Bôrra	55	163
Resíduo	0	2

No mesmo ano, a produção de óleo de oiticica ascendeu a 51 toneladas, no valor de 408 milhares de cruzeiros.

À indústria química e farmacêutica pertencem ainda os seguintes sub-ramos, em ordem de valor: refinação de óleo e fabricação de sabão e velas.

O terceiro ramo era o da indústria de produtos alimentares (14%), cujos 15 estabelecimentos ocupavam 153 operários. Do valor total desta indústria — 108 milhões de cruzeiros —, a maior parcela era devida ao sub-ramo de refinação de açúcar.

A produção industrial de Campina Grande, no último triênio (1954-1956), vai expressa nos dados a seguir:

ANOS	VALOR (Cr$ 1 000)
1954	640 000
1955	763 000
1956	956 399

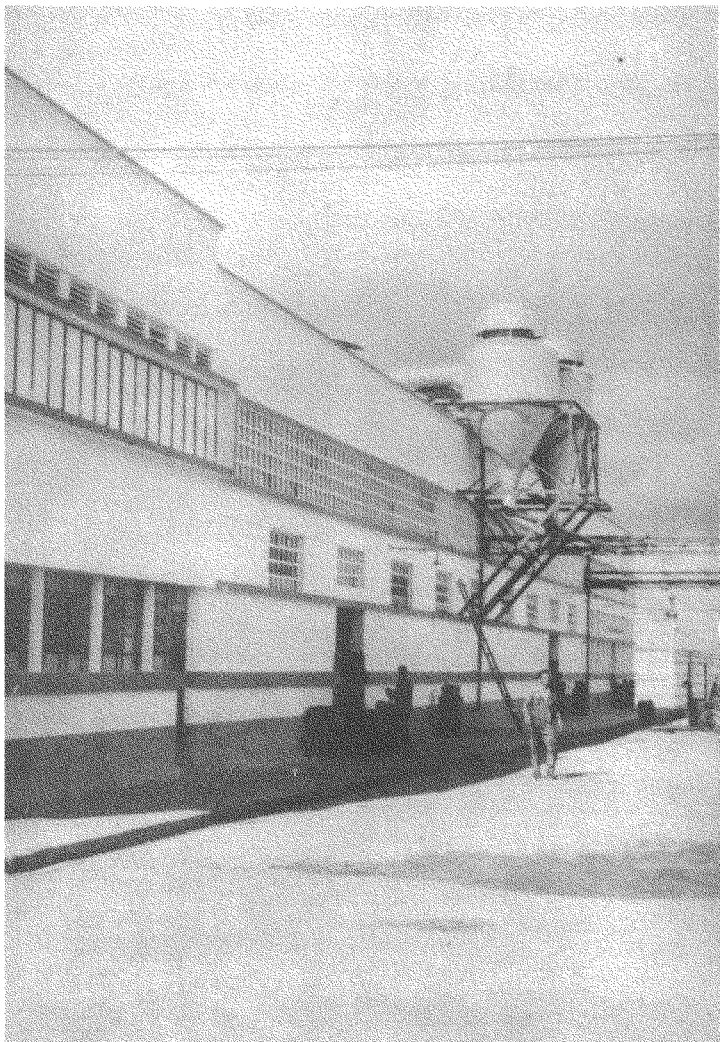
(Dados sujeitos a retificação)

Como se vê, a indústria municipal é sobremaneira diversificada e representa importante índice na obra de construção econômica e social do Nordeste semi-árido.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS — Tratando-se de importante centro econômico do Nordeste, é natural que o ramo "prestação de serviços" figure em destaque no quadro das atividades da população municipal.

Os dados adiante expostos são resultados do Censo dos Serviços por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, que se limitou a investigar as atividades desenvolvidas por estabelecimentos devidamente instalados:

CLASSES E GRUPOS DE SERVIÇOS	1-I-1950		CAPITAL APLICADO (Cr$ 1 000)
	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	
Serviços de confecção, conservação e reparação	269	953	6 288
Serviços de alojamento e de alimentação	77	312	2 961
Serviços de higiene pessoal	66	111	409
Serviços de diversão e radiodifusão	31	119	4 665
TOTAL	*443*	*1 495*	*14 323*

Os estabelecimentos que exploravam serviços ocupavam, na data do Recenseamento, e em conjunto, 1 495 pessoas, das quais 592 eram operários e 1 066, empregados.

Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. (SANBRA)

Das 6 053 pessoas que declararam exercer atividade no ramo "prestação de serviços", só 1 495 (25%) a exerciam em estabelecimentos devidamente instalados; as demais, ou se dedicavam a atividades particulares ou eram empregados domésticos.

Em 1949, a receita auferida pela totalidade dos estabelecimentos atingiu 24 704 milhares de cruzeiros:

CLASSES E GRUPOS DE SERVIÇOS	Salários e vencimentos	Outras despesas	Receita
	(Cr$ 1 000)		
Serviços de confecção, conservação e reparação	3 096	(1) 4 503	15 091
Serviços de alojamento e de alimentação	549	1 301	7 127
Serviços de higiene pessoal	197	526	1 217
Serviços de diversão e radiodifusão	157	730	1 269
TOTAL	*3 999*	*7 060*	*24 704*

(1) Consumo de matérias-primas, combustíveis, lubrificantes e energia elétrica

Predominavam econômicamente os serviços de confecção, conservação e reparação, cuja receita — 15 091 milhares de cruzeiros — representava aproximadamente 61% do valor total das receitas de todos os serviços.

COMÉRCIO — Grande empório do comércio de algodão, não só do Estado como de todo o Nordeste, Campina Grande é, em valor de vendas atacadistas, o primeiro município paraibano e o segundo quanto a vendas no varejo, ultrapassado apenas por João Pessoa. Apresenta a sede municipal tôdas as características de uma "cidade-mercado", destacando-se o seu comércio de algodão, o maior do Nordeste, com 28 firmas especializadas. Recentemente, tomou grande incremento o comércio de fibra de agave que, através de 16 firmas, opera no mercado nacional, e no exterior.

Segundo o Censo Comercial de 1950, as vendas, nos dois tipos de comércio, atingiram os seguintes valores:

	Valor (Cr$ 1 000)
Comércio atacadista	720 362
Comércio varejista	165 361

Comparem-se êsses dados com os correspondentes a João Pessoa e ao Estado:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DAS VENDAS		
	Total	Dos estabelecimentos	
		Atacadistas	Varejistas
NÚMEROS ABSOLUTOS (Cr$ 1 000)			
Paraíba	2 184 480	1 426 827	757 653
João Pessoa	814 418	583 148	231 270
Campina Grande	885 723	720 362	165 361
% DE CAMPINA GRANDE			
Sôbre a Paraíba	40,55	50,49	21,83
Sôbre João Pessoa	108,76	123,53	71,50

Os dados percentuais precisam a posição de Campina Grande como grande praça comercial do Estado, concentrando a metade do comércio atacadista paraibano.

A tabela a seguir apresenta dados do Recenseamento de 1950 sôbre o comércio atacadista:

RAMOS DE ATIVIDADE	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	VALOR DAS VENDAS DE MERCADORIAS (1949)	
		(Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Produtos agropecuários, matérias-primas produzidas pelas indústrias extrativas animal, vegetal e mineral	25	343 441	47,68
Gêneros alimentícios, bebidas e estimulantes	79	149 181	20,71
Fios têxteis, tecidos, artefatos de tecidos, artigos de tecidos, artigos de vestuário e artigos de armarinho	16	111 029	15,41
Combustíveis e lubrificantes	7	29 372	4,08
Ferragens e produtos metalúrgicos, material de construção	13	16 226	2,25
Outros	35	71 113	9,87
TOTAL	*175*	*720 362*	*100,00*

Em 1949, o valor das vendas de mercadorias dos três principais ramos de comércio atacadista representava, aproximadamente, 84% do valor total das vendas. O ramo "pro-

Aeroclube Municipal

dutos agropecuários, matérias-primas produzidas pelas indústrias extrativas, animal, vegetal e mineral" ocupava lugar de relêvo, com 48% do valor total das vendas de mercadorias.

Os dados a seguir, relativos ao algodão classificado em Campina Grande e beneficiado nos diversos municípios produtores, na safra 1953-54, permitem constatar a função centralizadora do município no que tange ao comércio de algodão:

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (t)
CAMPINA GRANDE	6 848
Sousa	2 310
Patos	1 761
Ingá	1 034
Piancó	741
Santa Luzia	617
Pombal	512
Pilar	462
Outros	2 158
TOTAL	*16 443*

À mesma época, foram classificadas 7 398 toneladas de algodão provenientes do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Piauí.

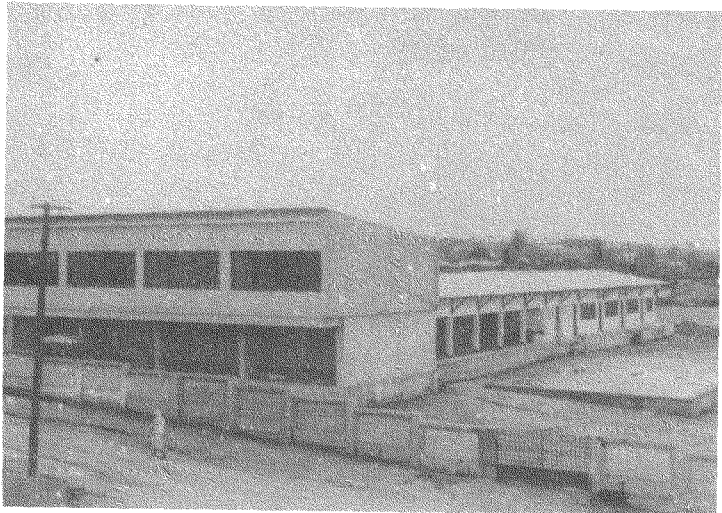
Por sua própria posição geográfica, localizada que está numa área de transição do Agreste para a Caatinga, Campina Grande funciona como ponto de contato entre diversas regiões fisiográficas da Paraíba: a Litorânea, o Brejo e a chamada região dos Cariris Velhos; daí sua importância, quer para o interior, de onde recebe geralmente os produtos, quer para o litoral e outros pontos, para os quais são distribuídos.

Os dados expostos adiante (algodão entrado em Campina Grande), relativos à safra de 1954-55, e devidos ao Departamento de Classificação de Produtos Agropecuários de Campina Grande, mostram indiretamente a importância do município como centro distribuidor de algodão, pois que a industrialização dêsse produto, no município, se limita ao beneficiamento e à extração de óleo:

MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA	QUANTIDADE (t)
CAMPINA GRANDE	10 859
Sousa	5 152
Patos	4 712
Santa Luzia	1 722
Piancó	1 625
Ingá	1 471
São Mamede	694
Uiraúna	643
Malta	570
Outros	2 962
TOTAL	*30 410*

Relativamente a outras Unidades da Federação o movimento é o seguinte:

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE (t)
Ceará	8 080
Pernambuco	792
Maranhão	241
Rio Grande do Norte	91
TOTAL	*9 204*

Não deve ser esquecido o comércio de produtos minerais ali realizado. De acôrdo com os dados fornecidos

Serviço Social da Indústria (S.E.S.I.)

pelo Laboratório do Departamento Nacional da Produção Mineral, foi amostrado e exportado, em 1956, o total de 2 614 510 quilogramas de minérios, conforme discriminação abaixo:

	Quantidade (kg)
Xilita	1 399 100
Berilo	584 980
Ambligonita	350 030
Barita	200 000
Columbita	46 400
Tantalita	34 000

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO — Campina Grande é, depois da capital do Estado, o principal centro bancário da Paraíba. Os dados seguintes, fornecidos pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, demonstram a situação relativamente ao ano de 1956:

CONTAS	SALDOS EM 31-V-56 (Cr$ 1 000)		
	Estado da Paraíba	Município de Campina Grande	% de Campina Grande sôbre a Paraíba
Empréstimos em c c	739 365	148 744	20,12
Títulos descontados	765 910	272 548	35,58
Depósitos a vista e a curto prazo.	661 920	250 570	37,86
Depósitos a prazo	69 804	15 415	22,08

Dos 13 estabelecimentos de crédito existentes em Campina Grande, 6 são matrizes dos seguintes bancos e cooperativas: Banco do Comércio de Campina Grande S. A., Banco Auxiliar do Povo, Banco Industrial de Campina Grande S. A., Cooperativa Banco Mercantil Ltda., Cooperativa Banco Agrícola de Campina Grande Ltda. e Cooperativa Agrícola de Campina Grande Ltda., bem como 1 Metropolitana do Banco Industrial de Campina Grande S. A., localizada no Bairro do Mercado.

Há Filiais ou Agências dos estabelecimentos de crédito: Banco do Brasil S. A., Banco da Lavoura de Minas Gerais, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil S. A., Casa Bancária Magalhães Franco e Banco do Povo S. A.

FINANÇAS PÚBLICAS — Segundo dados do Conselho Técnico de Economia e Finanças, Campina Grande arre-

Escola Técnica de Administração e Comércio

cadou, no exercício de 1955, 43 milhões de cruzeiros. Excluindo-se as capitais, sua arrecadação tributária, no mesmo ano — 29 milhões —, o coloca como o 13.º dos municípios brasileiros.

A receita total ultrapassa a da capital do Estado em 9 milhões de cruzeiros, o que revela o seu grau de desenvolvimento econômico. A importância do município pode ser constatada pelos dados a seguir, onde se discriminam as arrecadações dos municípios das capitais, com receitas inferiores a Campina Grande:

MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS	RECEITA MUNICIPAL			
	Arrecadação (Cr$ 1 000)		% s/Campina Grande	
	Total	Tributária	Total	Tributária
Rio Branco	3 436	1 707	7,9	5,9
Macapá	4 016	3 643	9,3	12,5
Boa Vista	5 797	4 049	13,4	13,9
Pôrto Velho	7 617	6 318	17,6	21,8
Cuiabá	9 362	4 624	21,6	17,9
Teresina	12 658	8 503	29,2	29,3
Florianópolis	18 148	13 667	41,9	47,1
Goiânia	18 597	14 857	42,9	51,2
Natal	27 715	18 721	64,0	64,5
São Luís	28 320	20 829	65,4	71,7
Maceió	30 145	25 054	69,6	86,3
Aracaju	32 620	27 789	75,3	95,7
João Pessoa	33 810	25 566	78,0	88,1
Manaus	39 965	24 011	92,2	82,7

Na Região Norte, apenas Belém, e na Nordeste, sòmente Recife e Fortaleza têm receita superior à sua.

O quadro abaixo consigna, no período 1950-56, a arrecadação das três órbitas governamentais:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	8 326	49 945	16 112	14 399	15 943
1951	13 557	75 750	25 726	21 002	25 456
1952	17 865	62 007	24 862	14 884	25 853
1953	18 645	55 466	24 428	22 742	23 925
1954	24 645	93 849	27 840	25 974	26 059
1955	36 245	159 650	45 930	38 518	48 555
1956	40 637	134 428	53 403	44 010	51 470

Confrontando-se as arrecadações federal, estadual e municipal, nota-se que para o erário estadual vai a maior parte da quatia arrecadada, pois, como se pode verificar pelos dados da tabela anterior, esta representa cêrca do quádruplo do que foi recolhido pela prefeitura local. Em parte, deve-se isto aos tributos estaduais de vendas e consignações e de exportação, que vão incidir nos produtos negociados nesse grande centro do comércio nordestino.

A receita do município de Campina Grande para o ano de 1956 apresentava-se, em seus diversos itens, do seguinte modo:

	Cr$ 1 000
Receita Orçamentária	46 982
Renda Ordinária	32 474
Renda Patrimonial	351
Renda Industrial	7 003
Rendas Diversas	4 183
Renda Extraordinária	2 971

	Cr$ 1 000
Receita Extra-orçamentária	6 421
Subvenções e Auxílios	1 052
Empréstimos	4 600
Depósitos Diversos	769

A despesa municipal, em 1956, acha-se distribuída conforme se pode observar pelos dados abaixo, segundo os serviços (dados fornecidos pela Agência Municipal de Estatística):

	Cr$ 1 000
Despesa total	51 467
Administração geral	3 129
Exação e fiscalização financeira	5 816
Segurança Pública e assistência social	5 886
Educação e Saúde	3 271
Serviços industriais	12 877
Dívida pública	1 286
Serviços de utilidade pública	12 568
Encargos diversos	6 633

MEIOS DE TRANSPORTE — Mercê de sua posição geográfica e de seu desenvolvimento econômico, Campina Grande é bem servida de estradas, estabelecendo ligações com as cidades vizinhas e a Capital do Estado. Nada menos de 17 emprêsas de transportes de cargas e passageiros têm sede nesta cidade. Outras 29 organizações cruzam, regularmente, a sua sede municipal. Cêrca de 450 automóveis e caminhões entram, diàriamente, na cidade, o mesmo ocorrendo com 6 trens de carga e passageiros.

As condições de transporte para Campina Grande facilitam sua função centralizadora relativamente ao comércio do algodão.

A cidade é servida pela Estrada de Rodagem Central da Paraíba, com início em Cabedelo e término em Cajàzeiras. Esta rodovia teve a sua pavimentação iniciada em dois trechos: João Pessoa—Campina Grande e Campina Grande—Soledade. Êstes trabalhos prosseguem regularmente. Desta estrada-tronco, derivam, no município de Campina Grande, estradas estaduais e municipais para os municípios de Pocinhos, Esperança, Alagoa Nova, Ingá, Aroeiras e Cabaceiras, bem assim para as vilas municipais (Queimadas, Galante, Fagundes, Lagoa Sêca, Boa Vista, Massaranduba e Catolé).

O município e a sede são servidos pela Rêde Ferroviária do Nordeste, que estabelece ligações com João Pessoa, Natal e Recife. Foi concluída a construção do trecho ferroviário Campina Grande—Soledade (99 km), já oficialmente inaugurado e com o tráfego aberto ao público.

Aspecto da Feira Regional, onde são expostos à venda tubérculos e legumes em geral

Campina Grande liga-se aos municípios vizinhos e às capitais estadual e federal pelos seguintes meios de transporte:

Ingá — 1) Rodoviário: 37 km; 2) Ferroviário: 44 km.

Serra Redonda — Rodoviário: 43 km.

Alagoa Grande — 1) Rodoviário: 57 km; 2) Misto — a) ferroviário até Paulo Magalhães: 123 km; b) rodoviário: 84 km ou ferroviário: 188 km.

Alagoa Nova — Rodoviário: 28 km.

Esperança — Rodoviário: 28 km.

Pocinhos — Rodoviário: 31 km.

Soledade — Rodoviário: 58 km.

Cabaceiras — Rodoviário: 75 km.

Aroeiras — Rodoviário: 59 km.

CAPITAL ESTADUAL — 1) Rodoviário: 121 km; 2) Ferroviário: 154 km; 3) Aéreo: 125 km.

CAPITAL FEDERAL — 1) Aéreo: 2 050 km. Via João Pessoa já descrita, daí ao DF; 2) Aéreo: 2 057 km; 3) Rodoviário, via Feira de Santana, BA: 2 758 km; 4) Misto — a) rodoviário: 18 km ou ferroviário, até Cabedelo: 19 quilômetros b) marítimo: 2 211 km.

Além do campo de pouso do aeroclube local, acha-se aberto ao tráfego aéreo o Aeroporto de Campina Grande, administrado pela Diretoria da Aeronáutica Civil (D.A.C.), distando 7 km do centro urbano.

A cidade é servida, diàriamente, pelos aviões comerciais do Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte-Nacional, bem como pelo Lóide Aéreo, com 4 aviões em tráfego diário.

É intenso o movimento anual do aeroporto local. Em 1955, o número de pousos no município representou pouco menos de um têrço do verificado no aeroporto da Capital do Estado. Quanto ao transporte de passageiros, porém, o movimento é pràticamente idêntico ao de João Pessoa.

De acôrdo com os dados da Diretoria de Aeronáutica Civil, o aeroporto de Campina Grande apresentou o seguinte movimento em 1955:

Número de pousos	619
Passageiros transportados	
Embarcados	6 468
Desembarcados	6 348
Bagagem (kg)	
Embarcada	88 657
Desembarcada	89 283
Carga (kg)	
Embarcada	107 224
Desembarcada	198 962
Correio (kg)	
Embarcado	9 112
Desembarcado	10 019

ASPECTOS URBANOS — Campina Grande possui todos os aspectos de uma cidade moderna. Dinâmica e progressista, suas artérias são, na grande maioria, largas e bem traçadas. O crescimento urbano obedece a gabarito elaborado por técnicos, no qual foram estabelecidas as "áreas funcionais" ou zoneamento.

O centro é ocupado pelo comércio varejista e bom número de residências. Dentre os bairros periféricos, há os que são tìpicamente residenciais e os que também acumulam funções comerciais ou industriais; as indústrias e o co-

mércio atacadista, não excluindo a existência de moradias modestas, estendem-se ao longo das estradas e da ferrovia.

Campina Grande, pela posição geográfica que ocupa, é considerada a "porta do sertão" e empório do comércio de algodão do Nordeste. Esta posição deu ensejo a que a comuna, de longa data, constituísse sua feira, pois que ali se concentram os produtos das diversas regiões, para serem trocados ou redistribuídos. Com a abertura de vias de comunicação para o interior, a cidade tornou-se o ponto de concentração não só dos rebanhos da área imediatamente vizinha como, também, do Estado. A feira de gado, em certa época, foi das mais famosas do interior nordestino.

Atualmente, a feira alia a sua condição de centro de abastecimento da cidade à de ponto de reunião dos produtores e consumidores de tôdas as regiões vizinhas. A par de sua função econômica, a feira, com sua vida palpitante, barracas variadas e riquezas de tipos humanos, constitui aspecto dos mais interessantes da cidade. Um dos tipos encontrados é o barbeiro popular, que exerce sua atividade quase ao ar livre, sob um telheiro simples.

A cidade possui 268 logradouros públicos, dos quais destacamos 6 praças e 7 avenidas, devidamente pavimentadas. Nada menos de 6 praças são arborizadas e 67 ruas, pavimentadas.

Os logradouros principais são as Praças Antônio Pessoa, Clementino Procópio, da Bandeira e Félix Araújo; as Avenidas: Floriano Peixoto, Getúlio Vargas e Marquês do Erval. Há dois importantes projetos urbanísticos, em vias de execução: o primeiro, de urbanização do Açude Velho, elaborado pelo famoso paisagista Burle Max, abrangendo a construção de "play-ground", sorveteria, restaurante, casino, passeios, biblioteca infantil, ajardinamento com plantas regionais, etc.; o segundo, referente à construção da Praça do Trabalho, no bairro residencial e hospitalar de São José, cujo projeto é da autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Estelita. O "Monumento ao Trabalho", a ser erigido nesta praça, é da autoria do escultor Abelardo da Hora.

A luz elétrica e a fôrça são fornecidas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), desde junho de 1956. A Prefeitura Municipal é concessionária da distribuição. A iluminação pública abrange 233 logradouros e as ligações domiciliares, em junho de 1957, somaram 13 011.

O abastecimento de água, atualmente com notória precariedade (3 985 ligações, em junho de 1957), está sendo reforçado mediante captação do manancial da Représa do Boqueirão, de Cabaceiras, prevendo-se a conclusão das obras em dezembro de 1958.

Vista parcial da Maternidade Dr. Elpídio de Almeida

O Serviço Telefônico Municipal está, também, sendo ampliado. Até o mês de setembro de 1957, foram instalados 798 telefones pela Prefeitura Municipal, totalizando 1 327 aparelhos em funcionamento. A ampliação da rêde telefônica planejada para 1957 prevê a instalação de 1 000 aparelhos, os quais, somados aos 529 já instalados em dezembro de 1956, irão perfazer 1 529 ligações.

A Edilidade adquiriu à Ericsson do Brasil uma Estação Telefônica com a capacidade de até 10 000 aparelhos, que serão ligados por etapas, de acôrdo com as necessidades locais.

A estação municipal possui ligações telefônicas com todos os seus distritos e com os municípios de Pocinhos, Alagoa Nova, Areia, Esperança, Ingá, Santa Rita e João Pessoa.

Além dêsse melhoramento mantido pela Edilidade, a cidade é servida pela Companhia Rádio Internacional do Brasil (Radional) e pelos postos telegráficos e telefônicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas .... (D.N.O.C.S.), da Polícia Militar da Paraíba e da Rêde Ferroviária do Nordeste.

Em 1956, o Departamento de Correios e Telégrafos, pela sua Agência de Campina Grande, expediu 271 029 telegramas e recebeu 169 233.

Campina Grande possui, atualmente, 19 155 prédios, alguns dos quais com três, quatro e até cinco pavimentos. Os edifícios que mais se destacam, pela sua linha moderna, são o Grande Hotel, a Recebedoria de Rendas, os Correios e Telégrafos, a Associação Comercial de Campina Grande, o Edifício do Livro (Livraria Pedrosa), a Escola Técnica de Comércio Municipal, o Edifício da Costura, o Hospital "Alcides Carneiro" — I.P.A.S.E., o Edifício Assu, o Colégio Estadual, o Banco do Brasil S. A., a Maternidade Municipal "Elpídio de Almeida", o Paço Diocesano, etc.

Cabe assinalar a existência de 6 cinemas, dois dos quais — o Capitólio e o Babilônia — com projeções em cinemascópio. Ainda a Edilidade, no momento, cogita da construção do moderno Teatro Municipal, projetada por arquitetos do Rio de Janeiro.

Funcionam 15 hotéis e 30 pensões, merecendo destaque especial o "Grande Hotel", de propriedade da Prefeitura Municipal.

Graças à sua potência econômica (cidade-mercado) e à posição geográfica da sede, é muito intenso o tráfego de veículos de outras regiões, afora o movimento dos veículos registrados na Prefeitura, os quais ascenderam, em 1956, a 665 automóveis e 761 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com 5 hospitais gerais, com 392 leitos. Entre êstes destacam-se o Hospital Regional "Alcides Carneiro", mantido pelo I.P.A.S.E., e a Maternidade Municipal "Elpídio de Almeida". Funcionam, ainda, a Casa de Saúde "Dr. Francisco Brasileiro", o Hospital Pedro I, mantido pela Loja Maçônica local, e o Pronto Socorro Municipal.

O Govêrno Estadual mantém o Centro de Saúde de Campina Grande, destinado a dar assistência às classes pobres.

Além dos órgãos assistenciais públicos e particulares já citados, conta, ainda a cidade com 8 ambulatórios, 2

Postos de Puericultura e 2 serviços de amparo à infância (Casa da Criança "Dr. João Moura" e Casa da Criança "Felix Araújo").

Em 1956, exerciam a profissão 62 médicos e 40 dentistas, e funcionaram 40 farmácias e drogarias.

O Hospital Regional "Alcides Carneiro", inaugurado em 1950, mantido pelo I.P.A.S.E., é um dos mais modernos nosocômios do país, destinando-se a prestar assistência médica e cirúrgica aos servidores federais do Nordeste e do Norte.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados censitários de 1950 revelam a situação do município quanto ao nível de instrução geral (pessoas de 5 anos e mais).

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	48 004	34,22
Não sabem ler e escrever	95 539	65,65
Sem declaração	189	0,13
TOTAL	*143 732*	*100,00*

No quadro acima se observa que eram alfabetizados no município 34,22% das pessoas presentes de 5 anos e mais. Essa taxa de alfabetização é superior à do Estado, que é de 25,36%.

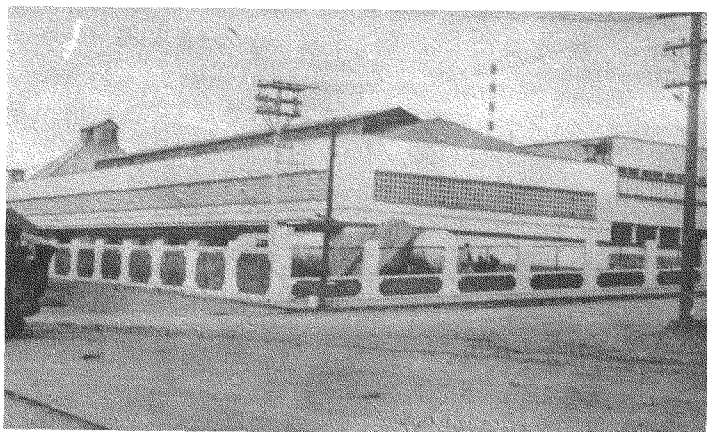
Ensino — Em 1950, existiam, no município, 273 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, nas quais, no início do mesmo ano, estavam matriculadas 17 861 crianças.

Pelos dados censitários, a quota de pessoas em idade escolar matriculadas atingiu 33% no Estado e era de 51% em Campina Grande (% da matrícula geral sôbre pessoas de 7 a 14 anos).

Em 1956, o número de unidades escolares de ensino primário fundamental comum elevou-se a 320. Havia 6 estabelecimentos de ensino médio: os colégios Diocesano Pio XI (curso ginasial, clássico, científico e técnico de contabilidade), Estadual de Campina Grande (ginasial, científico e clássico), Escola Preparatória para Educadores (Irmãos Marista) em Lagoa Sêca, Imaculada Conceição (ginasial, pedagógico e técnico de contabilidade) e Ginásio Alfredo Dantas (ginasial, pedagógico, comercial básico, contabilidade comercial); 2 Faculdades (Engenharia e Filosofia), tendo sido criadas a de Ciências Econômicas e a do Serviço Social, ainda não estão em funcionamento; dois seminários e uma escola de aprendizagem industrial, mantida pelo SENAI.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Campina Grande é notável centro cultural no interior do Nordeste. Possui 3 estações emissoras (Rádios Borborema, Cariri e Caturité, as duas primeiras pertencentes à "Cadeia Associada"), 22 associações culturais (destacando-se as Sociedades Médica, Odontológica e Politécnica), 7 tipografias e 4 livrarias.

A cidade se orgulha, com justiça, da Livraria Pedrosa, considerada uma das melhores do Nordeste, pelas suas modernas instalações e pelo grande sortimento de livros nacionais e estrangeiros.

Registramos, finalmente, 3 bibliotecas públicas com mais de 1 000 volumes, afora várias outras pertencentes a

Outro aspecto da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. (SANBRA)

entidades particulares e associações classistas e esportivas.

Os desportos são amparados pelo Poder Público, havendo para estas atividades, além de outros, os modernos Estádios "Dr. Plínio Lemos" e "Getúlio Vargas".

Circularam, em 1956, três periódicos, contando a cidade, a partir de outubro de 1957, com o jornal "Diário da Borborema", com feição moderna, integrante da "Cadeia Associada".

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — A Câmara Municipal é constituída de 15 vereadores, assim distribuídos por legenda partidária: U.D.N. — 5; P.S.D. — 1; P.L. — 3; P.S.P. — 3; e P.T.B. — 3.

Para o último pleito eleitoral, realizado em .... 3-10-1955, estavam qualificados 54 013 eleitores.

O atual Prefeito municipal, Dr. Elpídio Josué de Almeida, exerceu idênticas funções no período 1947-51.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas tradicionais no município são: Noites de "São João" e "São Pedro", "Natal" e "Ano Novo", "Reis" e "Mês de Maio".

O carnaval, principal festa popular na sede municipal, tem sempre os mesmos aspectos das cidades litorâneas.

Os festejos da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição, verificam-se no decorrer do mês de dezembro.

Nota-se que as antigas tradições portuguêsas, especialmente o "São João" e o "Mutirão", perderam aquêle arraigado sentido de comemoração ou utilização.

As transformações nos hábitos, tradições, crenças e sentimentos e até nas atividades econômicas podem ser observadas como decorrência da imitação de novos padrões de comportamento, à base do cinema, das revistas ilustradas, da imprensa, da radiodifusão, de viagens, bôlsas de estudos, enfim da assimilação da técnica e do progresso verificados em outras regiões.

A partir de 1947, os comícios eleitorais têm assumido caráter de festa popular com desfiles ou passeatas noturnas, em que tomam parte milhares de pessoas.

Não se deve esquecer a tradicional feira regional de Campina Grande, com seus variados tipos humanos e com o seu comércio de "meizinhas" (raízes medicinais), de flôres e artísticos objetos de barro.

VULTOS ILUSTRES — Entre os homens ilustres de Campina Grande podem ser mencionados o cientista *C. de Melo Leitão,* notável zoólogo e botânico; *Afonso Campos,* professor, jurista e político; *Mauro Luna,* professor, poeta e

jornalista, antigo membro da Academia Paraibana de Letras; *Rubens Saldanha*, escritor, jornalista e crítico de arte; *Dom João Irineu Joffily*, tribuno sacro e antigo Arcebispo de Belém; *Severino Pimentel*, poeta e jornalista; escritor *Hortêncio Ribeiro*, historiador e membro da Academia Paraibana de Letras; escritor *José Lopes de Andrade*, sociólogo, professor e membro da Academia Paraibana de Letras; escritor *Cristino Pimentel*, historiador; *Argemiro de Figueiredo*, antigo Governador e Interventor da Paraíba, Senador da República; e *José Joffily Bezerra*, deputado federal e vice-líder da maioria parlamentar.

Embora tenha nascido na Dinamarca, seria injusto esquecer *Cristiano Lauritzen*, que, como emigrante, se radicou em Campina Grande, no século passado, onde foi Prefeito Municipal durante dezenove anos, e deputado estadual.

OUTROS ASPECTOS — É dos mais expressivos o desenvolvimento de Campina Grande nos últimos anos. Tanto assim que, em agôsto de 1957, o município recebeu a medalha da primeira Menção Honrosa entre as dez comunas brasileiras de maior progresso, no concurso criado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (I.B.A.M.), em cooperação do Ponto IV do Govêrno dos Estados Unidos e a revista "O Cruzeiro".

É sede de Diocese e sua circunscrição religiosa abrange 13 municípios, com 24 paróquias e 158 templos.

O município é centro estudantil, atraindo estudantes secundários provenientes de quase todos os municípios da Paraíba e até mesmo de Estados vizinhos, em especial do Rio Grande do Norte. A partir de 1953, êsse afluxo aumentou em virtude do funcionamento do Colégio Estadual de Campina Grande.

Quanto ao ensino superior, iniciou-se em 1954 o curso de engenharia civil da Escola Politécnica da Paraíba; no ano seguinte, instalou-se a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande.

Acha-se localizada no município uma instituição técnico-científica, única do Nordeste — o Laboratório da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura — destinado à classificação de minérios para exportação.

A vida social do município é prestigiada pela existência de inúmeros clubes, entre os quais se destacam o Campinense Clube, o Aliança Clube 31 e Clube Aquático.

Funcionam na cidade, com elevado número de associados, o Rotary Clube de Campina Grande e o Lions Club, tendo sido fundado, recentemente, o Clube Campestre.

Sendo o principal centro de concentração industrial do Estado, nela ficam localizadas as sedes da Federação das Indústrias da Paraíba e do Serviço Social da Indústria (SESI).

A cidade é considerada a capital econômica da Paraíba, já pela sua participação arrecadação estadual (43%, em 1956), já porque o seu comércio e sua indústria constituem os mais fortes pilares da economia paraibana.

O município, depois do recebimento da energia de Paulo Afonso, vem sendo considerado um excelente centro para investimentos de capitais no Nordeste. Esta é a opinião da Federação das Indústrias de São Paulo, consubstanciada no livro "São Paulo e a Economia Nordestina", da coleção "O Pensamento da Indústria". Com efeito, aquela publicação aponta as razões existentes no município como "os melhores chamarizes do Nordeste ao investimento de capitais de outras regiões brasileiras, notadamente de São Paulo, confirmando o pensamento dos *business men* locais":

a) Situação privilegiada, no Interior do Nordeste, com relativa eqüidistância dos núcleos econômicos mais vivos da região;

b) Mão-de-obra abundante, mais barata do que a do Sul;

c) Cidade bem servida por vias de transporte;

d) Baixo salário-mínimo;

e) Variedade de matérias-primas vegetais, animais e minerais, algodão, agave, óleos vegetais, leite, couros e peles, minérios, etc.

f) Mercado regional em fase de expansão; facilidades oferecidas quer pela Municipalidade, quer pelo Govêrno do Estado e pela União, visando à instalação de novas indústrias;

g) Facilidade de aquisição de áreas para localização de indústrias e preço relativamente baixo.

O gentílico dos habitantes é "campinense".

Acha-se instalada na sede municipal uma Agência de Estatística, órgão local do sistema estatístico brasileiro.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Notas sôbre a Paraíba*, de Irineu Joffily (1892); 2) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba*, de Coriolano de Medeiros (1950); 3) — *Datas Campinenses*, de Epaminondas Câmara (1947); 4) — *Os Alicerces de Campina Grande*, de Epaminondas Câmara (1943); 5) — *Evolução Econômica da Paraíba*, de Celso Mariz (1939); 6) — *Sinopse Estatística do Município de Campina Grande* — IBGE — 1948; 7) — *Campina Grande* — Monografia do IBGE — Conselho Nacional de Estatística — 1957; 8) — *São Paulo e a Economia Nordestina* — edição da Federação das Indústrias de São Paulo — 1957; — 9) — *Documentação da Agência de Estatística de Campina Grande;* 10) — *Boletim da Federação das Indústrias da Paraíba* — vários números.

AUTORIA — José Paulino Costa Filho.

CATOLÉ DO ROCHA — PB

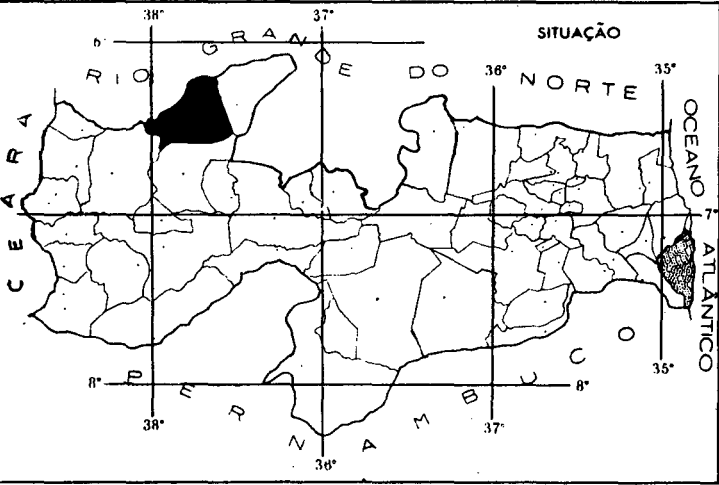
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1774, levado pelo espírito de conquista, chegou ao território ora constituído pelo município de Catolé do Rocha o tenente-coronel Francisco da Rocha Oliveira, descendente de Rocha Pita e neto da irmã do sertanista Teodósio de Oliveira Lêdo, o qual iniciou a colonização desta região, fazendo construir casas de residências, cercando pastagens, organizando plantações e construindo fazendas de gado. Pouco tempo depois, Rocha Oliveira edificou à margem do riacho Agon uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. Em tôrno do templo, foi-se formando então a povoação, que tomou o nome de Catolé do Rocha. "atolé", dada a abundância dessa palmeira no local, e "do Rocha", em homenagem ao proprietário das terras onde se assentava o povoado. Ainda hoje existem vestígios das primitivas edificações levantadas por aquêle sertanista.

Desmembrado do município de Pombal, criou-se o município de Catolé do Rocha, por fôrça da Lei provincial número 5, de 26 de maio de 1835. A sede municipal recebeu então a denominação de Vila Federal de Catolé do Rocha.

A instalação do município ocorreu a 30 de setembro daquele mesmo ano. A comarca foi criada pela Lei provincial n.º 691, de 16 de outubro de 1879, tendo sido suprimida, posteriormente, e restabelecida em virtude de Lei estadual n.º 681, de 18 de setembro de 1929. Nas divisões administrativas de 1911 e 1933, o município denomina-se Catolé do Rocha, figurando com um único distrito — o da sede. A sede do município foi elevada à categoria de cidade, pelo Decreto n.º 638, de 21 de janeiro de 1935. Nas divisões territoriais de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30-3-1938, são três os distritos componentes: o da sede, Coronel Maia e Jericó. Pelos mesmos instrumentos legais, era têrmo judiciário da comarca de Catolé do Rocha, à qual se subordina também o de Brejo do Cruz, assim continuando no quadro territorial fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-43. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, foi criada a comarca de Brejo do Cruz, formada pelo têrmo dêsse nome, desligada da de Catolé do Rocha, que, por conseguinte, no quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-48, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, passou a abranger, apenas, o têrmo da sede. Em virtude, também, do Decreto-lei acima, o distrito de Jericó passou a denominar-se Itacambá, tendo sido ainda criado o distrito de Riacho dos Cavalos, ficando, assim, o município, com os distritos da sede, Itacambá (ex-Jericó), Coronel Maia e Riacho dos Cavalos.

A Lei n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, por seu anexo, modifica a toponímia Itacambá, restabelecendo o nome do distrito para Jericó.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal tem como coordenadas geográficas 6º 20' 40" de latitude Sul e 37º 44' 48" de longitude W.Gr. Está situado o município na Zona Fisiográfica do Sertão, uma das cinco em que se divide o Estado. Dista da capital paraibana 326 quilômetros em linha reta, obedecendo o rumo O.N.O., e sua altitude, em relação ao nível do mar, é de 250 metros. São municípios limítrofes: Brejo do Cruz, Pombal e Sousa, no Estado, e Alexandria, Martins, Almino Afonso e Patu, no Rio Grande do Norte.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

CLIMA — Quente e sêco, sendo comuns as estiagens de julho a dezembro. A temperatura oscila de 20 a 30ºC à sombra.

ÁREA — Com seus 1 468 km², coloca-se no 14.º lugar entre os 57 municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Apesar de não possuir elevações dignas de maior destaque, o município apresenta as seguintes serras: Catolé ou Monte Tabor, do Moleque, Capim-Açu, da Barrigada, da Rajada e do Nogueira. A rêde fluvial, de pequena importância, conta com alguns riachos, destacando-se o Agon, dos Cavalos, Jerió e Ôlho-d'Água.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral, encontram-se a xilita, cujo valor de produção em 1956 atingiu Cr$ 300 000,00, e o barro para a fabricação de tijolos e telhas. A riqueza de maior importância é a oiticica, cuja produção de sementes em 1956 foi de 800 000 quilogramas, correspondendo ao valor aproximado de .... Cr$ 1 200 000,00. Afora a existência de peixes em alguns açudes do município, como seja, curimatã, tucunaré, apiari e piau, nada mais digno de registro tem-se a enumerar sôbre as riquezas de origem animal.

POPULAÇÃO — No quadro a seguir, transcrevem-se resultados do Censo Demográfico de 1950, que revelam os aspectos demográficos mais importantes do município:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Catolé do Rocha	14 993	2 535	12 458
Coronel Maia	3 663	58	3 605
Jericó	10 247	659	9 588
Riacho dos Cavalos	5 488	929	4 559
TOTAL	*34 391*	*4 181*	*30 210*

Essa população total de 34 391 assegurou a Catolé do Rocha o 21.º lugar entre os 41 municípios então existentes na Paraíba. Das suas quatro aglomerações urbanas, as mais importantes são, como se vê no quadro exposto, a sede municipal e a vila Riacho dos Cavalos com 2 535 e 929 habitantes, respectivamente. Município preponderantemente agropastoril, possuía em seu quadro rural 87% do total de sua população. Observe-se que essa percentagem é superior à do Estado, que é de 73%. Segundo os vários grupos, a população do município assim se distribuía: *Sexo* — 17 158 homens e 17 233 mulheres. *Côr* — 22 790 brancos, 9 458 pardos e 2 093 pretos, 50 não declararam a côr. *Religião* — 33 742 católicos romanos, 611 protestantes, 1 de outra religião, 14 sem religião e 23 não declararam a religião. *Estado conjugal* — Das pessoas de 15 anos e mais, 11 244 eram casadas, 6 144 solteiras, 6 desquitadas, e 943 (286 homens e 657 mulheres) viúvas. Em todo o município existiam 4 estrangeiros. De acôrdo com estimativa elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-XII-956 era de 38 252. Com essa população, que coloca o município no 17.º entre os 52 ora existentes no Estado, a sua densidade demográfica é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são as principais atividades econômicas do município. Na agricultura, destacam-se como produtos de maior expressão: o algodão, o feijão, a batata-doce, etc. O qua-

dro abaixo apresenta, de um modo geral, a produção do valor dos referidos produtos no ano de 1956:

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão arbóreo	11 200	Arrôba	168 000	26 880
Algodão herbáceo	7 700	»	140 000	21 000
Milho	15 500	Saco de 60 kg	120 000	24 000
Feijão	7 300	» » » »	24 500	11 760
Batata-doce	80	Tonelada	800	8 000
Outras	804	—	—	5 420
TOTAL	*42 084*	—	—	*97 060*

Na pecuária, temos em destaque as criações de bovinos, esta uma das maiores do Estado, suínos, ovinos, etc. Na tabela a seguir, registramos o efetivo, em 1956, dos rebanhos do município:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Suínos	32 000
Bovinos	30 000
Ovinos	23 000
Caprinos	16 000
Eqüinos	4 150
Muares	3 400
Asininos	3 180

O comércio é feito através de 4 estabelecimentos atacadistas e 224 varejistas, que exploram os ramos de gêneros alimentícios, tecidos, miudezas, calçados, etc. A indústria é representada por uma usina de beneficiamento de algodão, fábrica de óleo de caroço de algodão, outra de sabão, vários engenhos de rapadura e pequenos estabelecimentos que fabricam calçados. Em 1956, foram registrados 24 estabelecimentos industriais, que empregavam 366 pessoas, tendo o valor da produção atingido .... Cr$ 29 072 008,00.

FINANÇAS PÚBLICAS — Para o período 1950-57, são os seguintes os dados sôbre finanças:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	242	...	790	...	927
1951	303	1 174	855	437	844
1952	255	2 247	1 422	898	1 383
1953	461	1 681	1 628	745	1 658
1954	420	3 078	2 047	1 173	2 040
1955	421	4 478	3 160	1 992	2 940
1956	...	...	3 262	1 917	2 689
1957 (1)	...	...	2 784	1 677	2 784

(1) Orçamento.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Catolé do Rocha liga-se com as cidades vizinhas e capitais Estadual e Federal pelos seguintes meios de transporte:

Pombal — rodovia, 59 km; Sousa — rodovia, 123 km; Brejo do Cruz — rodovia, 30 km; Alexandria (RN) — rodovia, 34 km; Almino Afonso (RN) — rodovia, 60 km; Patu (RN) — rodovia, 30 km; Capital Estadual — rodovia, 429 km; Capital Federal (misto) — 2 656 km (rodovia, 445 km — mar 2 211 km).

Há no município 52 caminhões, 15 jipes, 6 camionetas e 3 automóveis. Sua rêde rodoviária mede 204 quilômetros.

As vias de comunicação do município pertencem ao Departamento dos Correios e Telégrafos e constam de uma Agência Postal-telegráfica e telefônica, na sede municipal, uma postal-telefônica, na vila de Jericó, e uma postal, na vila de Riacho dos Cavalos. A emprêsa telefônica Galvani, cuja sede está localizada na cidade de Cajàzeiras, mantém em Catolé do Rocha um serviço telefônico que serve às zonas urbana e suburbana da cidade e faz ligação desta com o distrito de Coronel Maia e povoados de Brejo dos Santos e Serrinha.

ASPECTOS URBANOS — Existem na cidade 41 logradouros, dos quais 7 são pavimentados, sendo uma praça arborizada e ajardinada, e 803 prédios. A iluminação pública estende-se por 28 logradouros, com 261 focos, e a domiciliária registra 366 ligações. Possui abastecimento de água canalizada, melhoramento de que se orgulha a cidade, sendo 147 o número de prédios beneficiados e 4 os chafarizes públicos. Há, também, na cidade um cinema que funciona 3 vêzes por semana.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apesar de não existirem no município hospitais e casas de saúde, 4 médicos exercem nêle suas atividades profissionais. Há na sede municipal duas farmácias e duas drogarias em cada uma das localidades a seguir: Jericó, Riacho dos Cavalos e povoado Brejo dos Santos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Neste setor existe o Círculo Operário de Catolé do Rocha, instituição essa com 188 sócios, que vem prestando relevantes serviços à classe, com assistência médica, dentária, funerária, etc.. Há uma cooperativa de crédito agrícola, filiada ao Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Estado, cujo valor dos empréstimos foi de Cr$ 334 000,00.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do último Recenseamento Geral de 1950, Catolé do Rocha, quanto ao nível de instrução de pessoas de 5 anos e mais, apresentava os seguintes números: sabiam ler e escrever 3 924 do sexo masculino e 3 708 do feminino. Não o sabiam 10 039 homens e 10 331 mulheres.

Ensino — Além da Escola Normal Regional D. Francisca Mendes, em 1956, existiam no município um curso de datilografia e 88 unidades do ensino primário geral, constituídas de 2 grupos escolares, 72 escolas elementares e 14 escolas de adultos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Edilidade mantém uma biblioteca com 1 200 volumes catalogados, tendo o movimento de consultas durante o ano de 1956 registrado o comparecimento de 300 pessoas.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Em 3-10-1955, votaram 4 188 eleitores, estando o poder legislativo municipal representado por 9 vereadores. É Prefeito municipal o Senhor Osório Olímpio de Queiroga, eleito pela União Democrática Nacional.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E RELIGIOSAS — Realiza-se de 31 de agôsto a 8 de setembro de cada ano a festa de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da cidade. Destaca-se, ainda, a tradicional festa de São Sebastião, de 11 a 20 de janeiro, que deve sua realização a uma promessa feita por habitantes do município, por ocasião de uma

epidemia que assolou a região. Segundo a tradição, esta não pode ser adiada ou antecipada, muito embora seja constituída apenas de solenidades religiosas, quando geralmente se realizam quermesses e outros festejos profanos.

BIBLIOGRAFIA —1) — *Sinopse Estatística do Município de Catolé do Rocha* — 1948; 2 — *Anuário Estatístico* — 1954; 3 — Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística.

AUTORIA — Severino Baracuhy Ramalho.

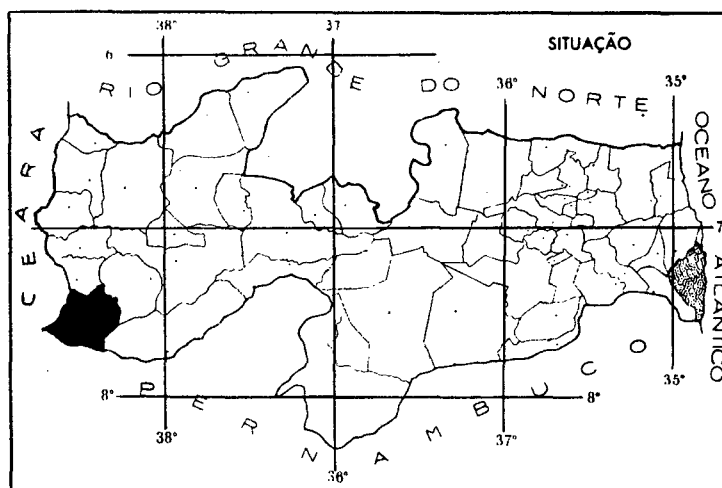
CONCEIÇÃO — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O território de Conceição, ainda no século XVIII, pertencia ao município de Piancó. Em começos do século XIX, João Rodrigues dos Santos e seus irmãos fundaram um povoado, a que deram o nome de Conceição. Na mesma época, foi criado o município de Misericórdia, ao qual aquêle ficou pertencendo. Em 1881, criou-se o município de Conceição, por fôrça da Lei n.º 727, de 8 de outubro daquele ano, com sede no povoado do mesmo nome, elevado então à categoria de vila. Pela mesma Lei, foi criado, também, o têrmo judiciário, sendo seu primeiro juiz municipal o Dr. Venâncio Neiva, que, mais tarde, seria Governador do Estado. Em 1890 foi criada a comarca, supressa dois anos depois. Na divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, o município está dividido em quatro distritos: Conceição, Santana, Santa Maria e Montevidéu, ao passo que, na referente ao ano de 1933, êle compõe-se, ùnicamente, do distrito-sede. De acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e os quadros anexos ao Decreto-lei n.º 1 010, de 30 de março de 1938, e fixado pelo de n.º 1 164, de novembro do mesmo ano, para vigorar no qüinqüênio 1939-43, dois são os distritos componentes: Conceiçãc e Santa Maria. Na mesma época e por fôrça dos instrumentos legais acima citados, o têrmo judiciário de Conceição subordina-se à comarca de Misericórdia, situação essa mantida no quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-43, já referido. A comarca de Conceição foi restaurada por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, constituída pelo têrmo dêsse nome, desligado da de Itaporanga. No quadro territorial judiciário-administrativo do Estado, em vigor no qüinqüênio 1944-48, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, Conceição continua formado pelos distritos da sede e Ibiara (ex-Santa Maria). Esta situação permanece inalterada nos quadros territoriais fixados pelas Leis números 318, de 7 de janeiro de 1949, e 1 178, de 2 de abril de 1955.

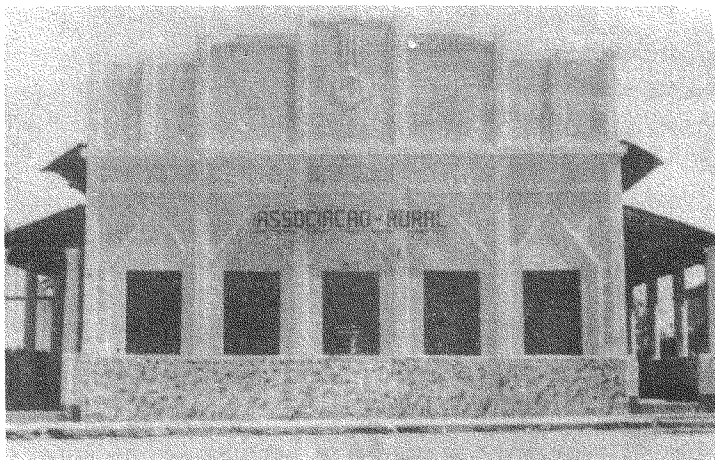
Prefeitura e Fôro Municipais

Grupo Escolar José Leite

LOCALIZAÇÃO — Situa-se o município na Zona Fisiográfica do Sertão, tendo por municípios limítrofes Itaporanga, Bonito de Santa Fé e Princesa Isabel, na Paraíba, Mauriti, no Ceará, Serra Talhada e São José do Belmonte, em Pernambuco. Apresenta para a sede as seguintes coordenadas geográficas: 7º 33' 37" de latitude Sul e 38º 30' 32" de longitude W.Gr. Sua altitude em relação ao nível do mar é de 370 metros e dista em linha reta da Capital do Estado 402 quilômetros, estando em relação à mesma, no rumo oés-sudoeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

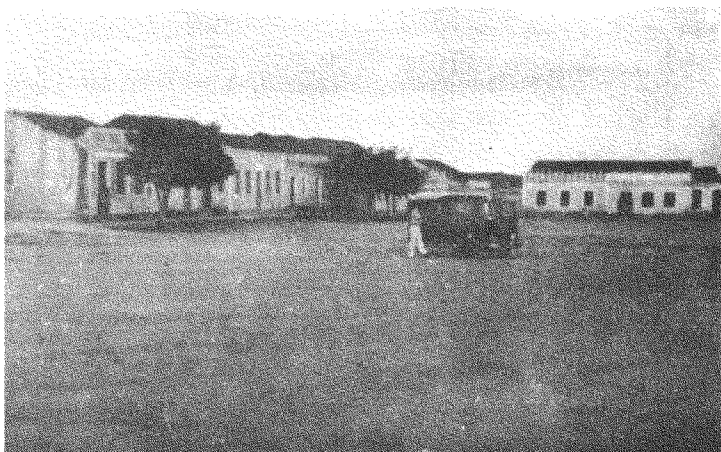
CLIMA — Apresenta o clima comum do Estado, isto é, quente e sêco, porém muito saudável, variando sua temperatura entre 20 e 26ºC à sombra.

ÁREA — A área de Conceição é de 1 301 km², estando no 19.º lugar em relação à superfície dos demais municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destacam-se entre as serras: a de Arara, que serve de limite com o Estado do Ceará, a do Padre ou Catolé, nos limites com Pernambuco, do Tamanduá, nos limites com Princesa Isabel, e Bom Jesus, nos limites com Bonito de Santa Fé. Além das acima mencionadas, estão localizadas no município as serras do Cachorro, Pico, Pintada, Poço e Vermelha. Seu mais importante curso dágua é o rio Piancó, devendo-se fazer

Associação Rural do município

referência aos riachos Grande, Boa Vista, Canas, Frecheiras, Várzea, Santana, Cabeças, Oiticica e da Serra Vermelha.

RIQUEZAS NATURAIS — Madeiras para construção e fabrico de carvão representam a riqueza de origem vegetal. A mineral está representada pela existência de calcário, cujas jazidas estão sendo exploradas regularmente, bem como argila para a fabricação de tijolos, telhas e louças.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 26 162 almas, sendo do sexo masculino 9 954 e do feminino 10 208, e estava assim constituída: brancos 16 236; pre-

Praça João Rodrigues dos Santos

tos 3 893; pardos 8; católicos apostólicos romanos 20 142; sem declaração de religião 20: solteiros 3 859; casados 6 034; desquitados e divorciados 13; viúvos 138 homens e 433 mulheres; não declararam o estado conjugal 21. Afora 4 brasileiros naturalizados e 1 que não declarou a nacionalidade, todos os demais habitantes do município eram brasileiros natos.

Localização da população — De acôrdo, também, com os resultados censitários de 1950, a população estava assim distribuída: 1 944 habitantes encontravam-se nas zonas urbana e 18 218, na rural. O distrito de Conceição apresentava os seguintes números: zona urbana 1 472 pessoas e rural 10 833, enquanto no distrito de Ibiara as zonas urbana e rural eram habitadas por 472 almas e 7 385, respectivamente.

Estimativa da população — Conforme os cálculos efetuados pelo Departamento Estadual de Estatística, a população foi estimada, para 31-XII-1956, em 22 425 habitantes para todo o município, e 1 637 para a cidade, estando, dêste modo, no 40.º lugar em relação às demais do Estado.

Aglomerações urbanas — O município possui duas aglomerações urbanas: a cidade, com 1 472 habitantes, e a vila de Ibiara, com 472; citam-se, ainda, os povoados de Bom Jesus, no distrito da sede, e Santana, em Ibiara, conforme resultados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Aproximadamente 70% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo agrícola. Ao algodão e à cana-de-açúcar,

Pôsto de Puericultura

seguem-se em importância, na safra local, o milho, o feijão, o arroz, etc. A tabela a seguir permite verificar a produção agrícola do município no ano de 1956:

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão arbóreo	17 400	Arrôba	192 500	31 782
Cana-de-açúcar	1 000	Tonelada	70 000	24 500
Milho	15 000	Saco de 60 kg	120 000	12 000
Arroz	130	» » » »	6 500	1 625
Banana	1 000	Cacho	62 100	1 242
Manga	6	Cento	24 800	620
Mandioca	30	Tonelada	150	27
Côco-da-baía	10	Cento	81	24
TOTAL	*34 576*	—	—	*71 820*

O comércio local está representado por cêrca de 60 estabelecimentos varejistas, não havendo qualquer unidade grossista. A pecuária tem valor relativo na popula-

Vista da Rua Solon de Lucena

ção estadual. O quadro a seguir apresenta o efetivo dos rebanhos de Conceição, em 1956:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Caprinos	35 000
Ovinos	30 000
Suínos	22 000
Bovinos	15 000
Asininos	8 000
Muares	6 000
Eqüinos	5 000

A indústria é servida por 148 estabelecimentos, a maioria de pequena importância. Segundo os resultados do Registro Industrial de 1956, a produção industrial foi a seguinte:

PRODUTOS	N.º DE ESTABELECIMENTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PESSOAL EMPREGADO	VALOR (Cr$ 1 000)
Rapadura	92	kg	1 441 400	1 288	4 508
Farinha de mandioca	38	»	140 000	418	840
Queijos	9	»	2 790	17	139
Manteiga	9	»	140	17	7
TOTAL	*148*	--	-	*1 740*	*5 494*

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1950-56, as finanças atingiram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	112	640	406	64	384
1951	153	451	398	53	381
1952	135	612	607	144	600
1953	148	679	893	190	877
1954	128	997	896	237	851
1955	172	972	952	218	938
1956 (1)	227	1 423	1 377	358	1 376

(1) Orçamento.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se com os municípios vizinhos e à capital do Estado, por via rodoviária:

1 — Princesa Isabel .... 136 km
2 — Bonito de Santa Fé .... 32 km
3 — Itaporanga .... 59 km
4 — Mauriti (CE) .... 49 km
5 — Serra Talhada (PE) .... 97 km
6 — São José de Belmonte (PE) .... 60 km
7 — Capital Estadual .... 463 km

No município há apenas 6 caminhões, 4 jipes e 2 ônibus. Sua rêde rodoviária mede 106 quilômetros.

As vias de comunicações pertencem ao Departamento dos Correios e Telégrafos e Polícia Militar da Paraíba, sendo que o primeiro possui duas Agências Postais-telegráficas, uma no distrito-sede e outra em Ibiara, e a segunda a Estação Radiotelegráfica PY-B-5, na cidade.

ASPECTOS URBANOS — Com 10 logradouros, dos quais apenas um é arborizado, Conceição conta atualmente com 420 prédios e cêrca de 1 600 habitantes. Todos os logradouros são servidos de luz elétrica com 450 focos, enquanto que a iluminação domiciliária estende-se a 6 logradouros com 220 ligações. Possui, ainda, a cidade duas pensões e um pequeno cinema.

Igreja-Matriz de N.S.ª da Conceição

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há um Pôsto de Higiene mantido pelo Govêrno Estadual, sendo a atividade do mesmo a clínica médica geral.

Exercem suas atividades profissionais no município 1 médico, 1 dentista e 2 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Encontra-se instalada na sede municipal a Cooperativa Agrícola Mista de Conceição, com 359 associados, tendo sido, em 1956, efetuados 58 empréstimos, no valor de .... Cr$ 446 000,00. A vila de Ibiara possui, também, uma Cooperativa Agrícola com 59 associados e o valor dos serviços executados pela mesma, em 1956, foi de Cr$ 324 900,00.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 revelou a existência de 16 339 pessoas de 5 anos e mais, sendo que, destas, 3 923 sabiam ler e escrever e os restantes 12 278 não eram alfabetizados.

Ensino — Funcionaram, em 1956, na cidade e em todo o município, 1 Grupo Escolar, 12 Escolas de Adultos e 10 Escolas Elementares. A cidade conta com ensino extraordinário, estando êste representado pela Escola Técnica de Comércio Professor Batista Leite e Escola Datilográfica Neli Leite.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O Poder Legislativo municipal está representado por 7 vereadores. O Prefeito municipal, Sr. João Mangueira Neto, foi eleito pela coligação UDN-PSD. Em 3-10-1955, votaram 2 927 pessoas dos

6 880 eleitores existentes, atingindo, portanto, 56,95% a abstenção nesse último pleito.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 2) — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954; 3) — *Sinopse Estatística do Município de Conceição* — 1948; 4) — Documentação Municipal da Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — Severino Baracuhy Ramalho.

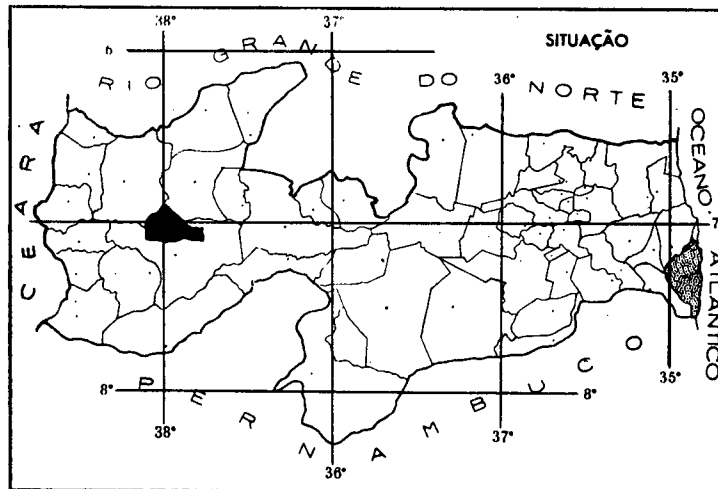
COREMAS — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Dominavam a região dos Coremas (de "Coreê — mbé" — "lábio inferior caído"), nome de numerosa tribo pertencente à nação Cariri, que ocupava vasta extensão ao S.O. da Paraíba. Guerreiros valentes, resistiram bravamente aos colonizadores, principalmente aos comandados pelos Oliveira Lêdo. Após três anos consecutivos de lutas renhidas, o coronel Manuel de Araújo Carvalho, vendo a impossibilidade de vencê-los pela violência e desejoso de cumprir as ordens emanadas do Governador Geral, D. João de Alencastro, num lance arriscado e de muita coragem, conseguiu, em fins do século XVII, com o concurso de três índios prisioneiros pertencentes àquela tribo, dos quais se fizera amigo, dirigir-se à presença do Cacique, em sua taba, negociando uma paz honrosa para ambas as partes. Com êsse feito, realizou o coronel Manuel de Araújo Carvalho a pacificação da região conflagrada do Piancó, podendo a mesma, daí por diante, ser habitada com relativa segurança pelos fazendeiros colonizadores. O povoado foi fundado com o nome de Boqueirão do Curema (posteriormente Curema), em virtude de situar-se no local em que o rio Piancó forma um "Boqueirão", onde, hoje, se ergue majestosa barragem que represa aquêle curso dágua sertanejo. Coube aos fazendeiros e comerciantes João Soares Evangelista, Manoel Gonçalves Piranhas, Antônio Moreira de Oliveira e Antônio Lucas Lacerda as honras de fundadores do lugar.

Pertencia, pois, Curema ao município de Piancó, e possuía, em 1910, 26 casas entre as de comércio e para outros fins. Segundo a divisão administrativa do Brasil, para 1911, já figurava Curema como distrito de Piancó. Sua primeira feira organizada realizou-se em 19 de maio de 1919. A prosperidade do povoado começou, realmente, em 1936, com o início das obras do Açude Curema, hoje Estevam Marinho, em homenagem ao seu construtor, em virtude do elevado número de pessoas empregadas na aludida obra, que passaram a residir no então acampamento Curema (que se situava no distrito de Curema).

O povoado de Curema foi elevado à categoria de vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, figurando como distrito de Piancó até 30 de dezembro de 1953, quando, por fôrça da Lei estadual n.º 1 005, daquela data, foi elevada à categoria de município e constituída comarca de primeira entrância, com a denominação de Coremas.

LOCALIZAÇÃO — A comuna fica localizada na Zona Fisiográfica do Sertão, limitando-se com os seguintes municípios: Piancó, Sousa e Pombal. A cidade de Coremas está situada à margem esquerda do rio Piancó, a 220 metros acima do nível do mar, tendo por coordenadas geográficas (estimativa extra-oficial) 7º 02' de latitude Sul e 37º 57' de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Seu clima é quente e sêco, oscilando a temperatura entre 23 a 34ºC, à sombra. Caíram chuvas, em 1956, num total de 934,4 milímetros.

ÁREA — A superfície da comuna é de 526 km², ocupando o 38.º lugar entre os 57 municípios paraibanos existentes em 1957.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios mais importantes são o Piancó e o Aguiar, cujas águas desembocam nos Açudes Estevam Marinho (ex-Curema) e Mãe D'Água, os quais formam um único sistema, cuja capacidade total é de um bilhão e trezentos e cinqüenta milhões de metros cúbicos (1 350 000 000 de metros cúbicos). São considerados como obra de engenharia de vulto nacional. Há, ainda, diversos riachos sem maior significação. No Açude Estevam Marinho estão sendo adaptadas duas turbinas com ...... 2 500 H.P. cada uma, sendo que uma delas já está concluída, fornecendo energia elétrica para as cidades de Coremas e Piancó. Existe uma ponte com 48 metros de comprimento e 13 de altura, sôbre o riacho Sêco, sangradouro do referido sistema. São dignas de menção a serra dos Doidos, que serve de limite entre o município e o de Piancó, e a serra de Santa Catarina.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, diversas são as jazidas de argila, muitas delas em exploração. No reino vegetal destacam-se, além da oiticica, algumas madeiras como: aroeira e baraúna. A vegetação é escassa, quase não existindo matas, porém, regiões há em que se extraem madeiras de lei para construções, como o cedro, a baraúna, o angico, etc.

POPULAÇÃO — Habitavam o território, à época do último Recenseamento Geral, quando o município ainda era distrito de Piancó, 8 805 pessoas, das quais 4 382 eram homens e 4 423, mulheres. Dêste total, 5 823 viviam na zona rural, representando cêrca de 66% do total.

Estimativa — A população do município, segundo cálculos do Departamento Estadual de Estatística para 31-XII-56, é de 9 793 habitantes, ocupando o 52.º lugar entre os 57 municípios do Estado, com uma densidade demográfica de 18,62 habitantes por quilômetro quadrado, muito inferior, portanto, à do Estado, que é de 33,69%. A cidade de Coremas, sua única aglomeração urbana, tem a população avaliada em 3 316 almas, ocupando o 23.º lugar entre as demais cidades paraibanas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária constituem as principais atividades econômicas do município. O algodão arbóreo, o arroz, o feijão, o milho, a batata-doce, são as suas principais culturas, conforme demonstra a tabela a seguir apresentada:

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agodão arbóreo	4 605	Arrôba	103 145	17 535
Feijão	830	Saco de 60 kg	8 400	4 032
Batata-doce	150	Tonelada	1 500	2 250
Arroz	520	Saco de 60 kg	7 800	2 496
Milho	360	» » » »	4 800	960
Banana	1	Cacho	12 180	486
Cana-de-açúcar	200	Tonelada	1 890	189

Nota-se que o algodão arbóreo concorreu, em 1956, com 63% do total da produção agrícola do município, que foi estimada em mais de 27 milhões de cruzeiros. A pecuária também tem grande significação na economia coremense, pois seus rebanhos foram avaliados em mais de 30 milhões de cruzeiros, podendo os efetivos existentes em 1956 ser verificados pelo quadro a seguir:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Bovinos	6 600
Ovinos	5 400
Caprinos	2 200
Asininos	1 050
Muares	530
Suínos	420

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO — É de pouca significação para o município a sua indústria. O Registro Industrial de 1956 acusou a existência de 7 estabelecimentos produzindo aguardente e rapadura, 4 de massas alimentícias, 6 de telhas e tijolos e 1 de carvão. Ocupavam-se nessas atividades 95 operários, apresentando o valor da produção de 2 milhões e quinhentos mil cruzeiros.

COMÉRCIO — O comércio local é bem desenvolvido, contando com 65 estabelecimentos nos ramos de estivas, tecidos, drogarias, ferragens, etc.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1954	...	229	177	107
1955	526	691	...	698
1956	712	894	178	873

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Coremas liga-se através de rodovias com as seguintes cidades: Piancó — 35 km, Pombal — 52 km, Sousa — 116 quilômetros. No município há 35 veículos: 24 caminhões, 7 camionetas, 3 jipes e 1 automóvel. Sua rêde rodoviária estende-se por 149 quilômetros.

Como vias de comunicação dispõe apenas de uma Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, na sede do município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Coremas tem atualmente cêrca de 3 400 habitantes, 640 prédios e 12 logradouros públicos. Dêstes, 1 é arborizado e outro ajardinado. É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a todos os logradouros, com 675 focos, e a domiciliária conta 436 ligações. Tem serviço de abastecimento de água canalizada, que conta com 150 ligações domiciliares. Há serviço de esgotos em 2 logradouros. Possui a cidade 3 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há na cidade 1 hospital geral com 24 leitos. Existem uma farmácia e duas drogarias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funciona na sede municipal uma cooperativa de consumo dos empregados do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, com 137 associados.

De acôrdo com os dados censitários relativos a 1950, a vila piancoense de Corema apresentou uma população de 2 559 pessoas de 5 anos e mais, sendo 1 301 homens e 1 258 mulheres.

ALFABETIZAÇÃO — Coremas, quando do Censo Demográfico de 1950 (Curema), era distrito de Piancó. Não existem dados sôbre a alfabetização nos distritos, mas apenas sôbre as suas sedes. Na então vila de Curema, dos seus 2 559 habitantes de 5 anos e mais 1 301, ou seja, cêrca de 50%, sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956, havia no município 45 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, sendo 3 federais, duas estaduais e 40 municipais, 11 localizadas nas zonas urbanas e 34 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui dois clubes recreativos e desportivos e um cine-teatro com 180 lugares.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Na eleição de 3-X-55, votaram 2 143 eleitores. O Legislativo Municipal é composto de 7 vereadores. O chefe do Executivo do município é o Sr. Antônio Lopes Filho, pertencente às fileiras do Partido Social Democrático.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 2) — *Sinopse Estatística do Município de Coremas* — C.N.E. — 1948; 3) — Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

Compilação da Inspetoria Regional de Estatística.

CRUZ DO ESPÍRITO SANTO — PB

Mapa Municipal n.o 4.º Vol.

HISTÓRICO — As antigas terras de Cruz do Espírito Santo foram habitadas, provàvelmente, antes da conquista portuguêsa, pelos índios Tabajaras, mais tarde localizados no litoral da Paraíba, à margem esquerda do rio de mesmo nome.

Com a chegada dos portuguêses, foi a região escolhida para o plantio da cana-de-açúcar. Fundaram-se, então, vários engenhos, dentre os quais é justo salientar o Espírito Santo, pertencente a Manoel Pires Correia. Êste, diante da pressão agressiva do elemento holandês, fugiu de suas terras, que foram ocupadas pelos invasores do solo paraibano. Mais tarde, o batavo Joan Van Olen comprou o dito engenho, vendendo-o, logo mais, a seu compatrício Mense Francen Aurenhaut, que o ocupou até a expulsão das tropas estrangeiras.

Um elemento popular alcunhado de "Rebelinho" organizou um plano de guerrilhas, ferindo-se, no local, um grande combate entre suas fôrças e as do invasor, que foram, por fim, derrotados, perecendo no combate o governador Ippo Eisen. Após a expulsão dos holandeses, o Engenho Espírito Santo foi adquirido por membros da prestigiosa família Rêgo Barros.

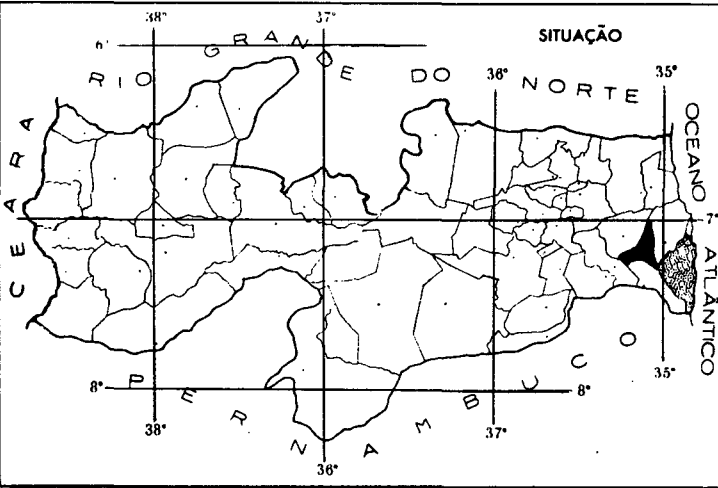
Não está bem esclarecida, contudo, a exata origem do núcleo que deu margem à formação do povoado donde nasceu a atual cidade de Cruz do Espírito Santo. No ano de 1789, o rio Paraíba, transbordando em face de enorme cheia, trouxe em suas águas, de local ignorado, uma grande cruz de madeira, deixando-a onde hoje se ergue a Praça Rio Branco, no centro da cidade. Êsse fato histórico deu ensejo a que os habitantes da região passassem a chamar de Cruz do Espírito Santo ao povoado que, antes, se formara na margem esquerda do rio Paraíba, em terras diante do Engenho Espírito Santo, ao qual se juntou o vocábulo "cruz", relativo ao sagrado objeto que viera ter àquelas paragens, para dar nome ao novo núcleo populacional.

Em 1860, com a criação do município de Pedras de Fogo, pela Lei provincial n.º 10, de 6 de agôsto daquele ano, desmembrado do município de Pilar, o povoado de Cruz do Espírito Santo, que até então pertencera a Pilar, passou a integrar o novo município. Florescia o povoado quando, pela Lei estadual n.º 40, de 7 de março de 1896, se transformou em sede do extinto município de Pedras de Fogo que passou a denominar-se Espírito Santo. Todavia, a Lei estadual n.º 125, de 7 de novembro de 1898, restabelecendo a vila de Pedras de Fogo, restaurou o município de igual nome, desmembrando seu território do de Espírito Santo, o qual foi mantido. Mais de um século depois de ter sido achada a cruz histórica, no ano de 1907, com a colaboração do vigário da freguesia local, Padre José João da Costa, cidadãos representativos daquela comuna, construíram um pedestal, onde a ergueram, perpetuando assim, até hoje, êsse passado histórico do município.

Segundo a divisão administrativa do Brasil, concernente a 1911, Espírito Santo subdividia-se em quatro distritos: o da sede e os de Sapé, Sobrado e São Miguel de Taipu.

Prosseguia o município em seu crescente progresso, quando, em abril de 1924, o rio Paraíba, novamente com grande cheia, invadiu a cidade e parte de sua zona rural, destruindo várias casas e causando consideráveis danos à população. Em face dessa calamidade, que abalou a vida econômica do município, e de a situação política do Estado lhe ser desfavorável, foi o então povoado de Sapé, pertencente ao município, elevado à categoria de vila e transformado em sede do município, que passou a denominar-se Sapé, por fôrça da Lei estadual n.º 627, de 1.º de dezembro de 1925, verificando-se sua instalação no dia 31 do mesmo mês e ano. Continuou Espírito Santo subordinado ao município de Sapé, até o ano de 1935, quando a interferência do coronel José Francisco de Paula Cavalcante, mais conhecido por "Cazuza Trombone", proprietário dos grandes Engenhos Massangana e Santana, exercendo o mandato de deputado à Assembléia Legislativa do Estado, consegue fazer voltar a sede do município para a localidade de Cruz do Espírito Santo, situação que perdurou nas divisões territoriais de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. No quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o município de Pedras de Fogo tem seu nome mudado para Espírito Santo, figurando, nesse quadro, subdividido em três distritos: Espírito Santo, Pedras de Fogo e Taquara. Pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, o distrito de Taquara foi extinto, e seu território incorporado ao de João Pessoa, ficando, assim, o município de Espírito Santo, no quadro territorial fixado pelo referido decreto, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, com dois distritos, apenas: o da sede e o de Pedras de Fogo. O Decreto estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, cria a comarca de Espírito Santo, com o têrmo desmembrado da de Santa Rita. Com o Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, o município passa a designar-se Maguari (nome de uma ave pernalta tipo de garça), no quadro territorial vigente para o qüinqüênio 1944-1948, compondo-se dos distritos da sede, Pedras de Fogo, Caaporã e São Miguel de Taipu. No ano de 1947, nova e terrível enchente do rio Paraíba produz graves inundações na cidade, destruindo-lhe quase 300 prédios. Para minorar o sofrimento da população contra os efeitos dessa calamidade o Govêrno Federal distribuiu auxílio financeiro vultoso. A Lei estadual n.º 318, de 7 de janeiro de 1948, fêz voltar a denominação do município para Cruz do Espírito Santo, com os seguintes distritos: Cruz do Espírito Santo (ex-Maguari), Pedras de Fogo, Caaporã e São Miguel de Taipu. Pedras de Fogo, desmembrado do território de Cruz do Espírito Santo, voltou à categoria de município, "ex vi" da Lei estadual n.º 895, de 11-3-1953, constituindo-se de dois distritos: o da sede e Caaporã, êste compreendendo o povoado de Cupiçura. A Lei estadual n.º 1 189, de 2 de abril de 1955, conservou esta situação.

LOCALIZAÇÃO — O município de Cruz do Espírito Santo encontra-se localizado na Zona Fisiográfica do Litoral, limitando-se com as seguintes comunas: Pedras de Fogo, Pilar, Santa Rita e Sapé. A sede municipal, situada à margem

esquerda do rio Paraíba, tem como coordenadas geográficas os seguintes pontos: 7° 09' de latitude Sul e 35° 06' de longitude W. Gr., estando a 190 metros acima do nível do mar. Dista da capital do Estado, em linha reta, 20 quilômetros, seguindo o rumo oeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tem clima em geral aprazível, predominando o tipo quente e sêco. A situação climática do município é bastante favorecida por estar êle em plena várzea do Paraíba, o que a torna amena, mesmo durante o verão. Como conseqüência, é igualmente agradável sua temperatura, que oscila de 19°C para as médias das mínimas a 35°C para as máximas, enquanto a média compensada atinge 29 graus centígrados.

ÁREA — A superfície do município é de 301 quilômetros quadrados, sendo, pois, um dos menores do Estado, onde ocupa o 43.° lugar.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Sendo um município bastante plano, poucos acidentes geográficos dignos de menção aparecem. Entre êsses, citam-se: o rio Paraíba, que banha a sede municipal e que, em suas cheias periódicas, tem causado grandes danos à cidade, como aconteceu nos anos de 1924 e 1947, quando parte da mesma foi inundada e destruída. Temos, ainda, os rios Mumbaba, Obim e Una e as lagoas Puxi e Gorda. O rio Obim tem como característica principal a excelência de suas águas para abastecimento das populações que lhe são ribeirinhas. O rio Una e as lagoas Puxi e Gorda são aproveitadas para irrigação dos grandes canaviais que cobrem a região. Destaca-se, ainda, o Açude Espírito Santo, na propriedade do mesmo nome, com capacidade para armazenar 4 500 000 metros cúbicos. Serve, também, para a irrigação dos canaviais da Usina São João. É um sítio aprazível, que apresenta excelentes pontos de interêsse turístico, freqüentemente procurado por pessoas desejosas de gozar as delícias de seus agradáveis banhos.

RIQUEZAS NATURAIS — Dentre as principais riquezas, podemos destacar, no município, as grandes reservas de madeira de lei que suas matas encerram, bem como a pedra granítica, que é abundante em suas terras, excelente para o preparo de paralelepípedos e para a construção civil, a cujas finalidades vem servindo.

POPULAÇÃO — Registram-se no quadro abaixo os mais importantes dados sôbre a população do município, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Cruz do Espírito Santo	14 064	1 465	12 599
Caaporã	5 627	868	4 759
Pedras de Fogo	8 700	1 915	6 785
São Miguel de Taipu	8 137	780	7 357
TOTAL	*36 528*	*5 028*	*31 500*

A população total de 36 528 habitantes assegurou ao município o 19.° lugar entre os 41 existentes no Estado. Dentre as suas aglomerações urbanas, destacavam-se então a vila de Pedras de Fogo (atual sede do município do mesmo nome) e cidade de Cruz do Espírito Santo, respectivamente com 1 915 e 1 465 habitantes.

A sua população rural — 31 500 pessoas, correspondia a 86,25% do total, taxa esta superior à do Estado que é de 73,30%, daí se concluir tratar-se de município nitidamente campestre. Segundo os diferentes grupos, a população municipal assim se compunha: *Sexo* — 18 442 homens e 18 086 mulheres. *Côr* — 26 405 brancos, 9 673 pretos, 405 amarelos e 45 sem declaração de côr. *Estado conjugal* (pessoas de 15 anos e mais) — 8 484 solteiros, 9 999 casados, 4 desquitados e 1 423 (469 homens e 954 mulheres) viúvos. Estrangeiros, apenas 2. *Religião* — 35 603 católicos apostólicos romanos, 749 protestantes, 60 espíritas, 80 sem religião e 36 sem declaração de religião. Ressalta-se que Cruz do Espírito Santo é um dos quatro municípios paraibanos cuja população masculina é maior que a feminina.

Atualmente, com o desmembramento territorial sofrido pelo município, em decorrência da criação do de Pedras de Fogo, a população ficou reduzida a cêrca de 24 694 habitantes (estimativa para 31-XII-1956). Ainda assim, está colocado no 33.° lugar entre os municípios paraibanos, contando com 1,30% do total da população do Estado. A sua densidade demográfica, em conseqüência do referido desmembramento, aumentou de 43 para 82 habitantes por quilômetro quadrado, pois a parte desmembrada era justamente a menos povoada.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município é sua agricultura. As principais culturas praticadas em suas terras são: cana-de-açúcar, batata-doce, mandioca-brava, algodão herbáceo, cereais (milho, feijão e fava), mandioca-mansa (aipim ou macaxeira) e outras de menor importância.

Cêrca de 70% das pessoas de 10 anos e mais, segundo o Recenseamento Geral de 1950, estão ocupadas na agricultura (atividade preponderante) e na pecuária (em pequena escala). A cana-de-açúcar é a base da riqueza do município, com uma produção anual (1955) no valor de 25 milhões de cruzeiros, correspondendo a, aproximadamente, cem mil toneladas. As demais culturas, naquele ano, valeram cêrca de 6,5 milhões de cruzeiros, o que bem demonstra a superioridade da lavoura canavieira. Em 1956, seus rebanhos estavam estimados em: 2 900 bovinos, 700 eqüinos, 280 asininos, 600 muares, 1 200 suínos, 170 ovinos

e 1 550 caprinos, os quais valiam, aproximadamente, 16 milhões de cruzeiros.

Comércio — Os principais ramos comerciais explorados no município são: estivas em geral, tecidos, bebidas, açúcar de usina, fumo em corda, cigarros, perfumes e miudezas. Existiam, em todo o município, 100 estabelecimentos comerciais, assim, discriminados, segundo as zonas: na sede municipal, 2 atacadistas e 23 varejistas; na vila de São Miguel de Taipu, 12 varejistas; e 63 varejistas espalhados por tôda a zona rural. Nenhum estabelecimento de crédito opera no município.

Indústria de transformação — A produção industrial do município, em 1955, valeu 7 151 841 cruzeiros, figurando o ramo de produtos alimentares com 2 012 000 cruzeiros, o de açúcar bangüê com 1 507 400 cruzeiros e o de bebidas com 988 696 cruzeiros. Além dêsses, temos outros de menor importância, tais como a moagem de milho e a fabricação de tijolos e telhas. A fabricação de farinha de mandioca também merece destaque pelo elevado número de pequenos produtores que congrega, para uma significativa produção total.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação financeira do município está representada pelos dados fixos na tabela seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	3 144	1 010	758	417	789
1951	3 283	1 124	881	470	830
1952	4 310	1 773	1 117	1 510	1 138
1953	4 694	2 390	1 351	605	1 074
1954	2 324	2 180	1 553	502	1 049
1955	3 400	1 885	1 481	444	1 475
1956 (*)	...	...	1 700	...	1 700

(*) Orçamento.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Rodovia Central Federal que o atravessa em demanda ao interior, por meio de seus dois troncos, um pela Zona do Tabuleiro, com largo trecho já pavimentado, e outro via Brejo, a terra melhorada. Além dessas, temos a Estrada Municipal que liga as sedes de Cruz do Espírito Santo e Pedras de Fogo, em terra melhorada, intransitável durante o inverno, por causa do rio Paraíba, e uma outra que, partindo do quilômetro 30 da estrada-tronco (via Brejo), atinge a vila de São Miguel de Taipu e a cidade de Pilar. O município é cortado, ainda, pela estrada de ferro da Rêde Ferroviária do Nordeste. Em dias alternados, três ou quatro trens cruzam a estação local, que dista 800 metros da cidade. Comunica-se com as cidades vizinhas e com a capital do Estado, observadas as seguintes distâncias: por via rodoviária — Santa Rita (14 quilômetros), Pilar (33), Sapé (18) e Pedras de Fogo (58); por ferrovia — Santa Rita (14 quilômetros), Pilar (31) e Sapé (20). Da capital do Estado dista, por via rodoviária, 24 quilômetros, e, por ferrovia 26. Há no município 11 caminhões e 9 automóveis. Sua rêde rodoviária mede apenas 84 quilômetros. Em suas comunicações com as cidades vizinhas e a capital Estadual, os habitantes do município utilizam-se, principalmente, dos ônibus de 12 emprêsas pertencentes a outros municípios, como, ainda, de caminhões e trens. Possui agências postais do Departamento dos Correios e Telégrafos, na vila de São Miguel de Taipu e na estação ferroviária Paula Cavalcante.

ASPECTOS URBANOS — Na cidade de Cruz do Espírito Santo existem 16 logradouros, sendo duas praças, 9 ruas, 4 travessas e 1 beco. Dêstes, 5 apresentam-se arborizados, sendo 3 totalmente e 2 parcialmente. Os logradouros pavimentados montavam a 6, dos quais 3 são totalmente pavimentados a paralelepípedos. Em 1956, havia na sede 234 ligações elétricas domiciliares, enquanto a rêde elétrica se estendia a 13 logradouros. A usina elétrica é de propriedade do município. Uma estação postal-telegráfica funciona na cidade. Existe um único cinema, com capacidade para 200 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — As únicas unidades médico-sanitárias que funcionam no município são 1 Pôsto de Higiene e 1 Pôsto de Puericultura, ambos no mesmo prédio e pertencentes à comuna. Não reside nenhum médico, dentista ou farmacêutico no município. No entanto, 2 dentistas, semanalmente, vindos da capital, prestam serviço na sede. Igualmente, nenhuma farmácia ou drogaria existe em Cruz do Espírito Santo.

ALFABETIZAÇÃO — A situação do município quanto ao nível de instrução geral (pessoas de 5 anos e mais) assim se apresentava no Censo de 1950:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	4 411	14,60
Não sabem ler e escrever (1)	25 800	85,40
TOTAL	*30 211*	*100,00*

(1) Inclusive sem declaração.

Eram alfabetizadas 14,60% das pessoas presentes de 5 anos e mais, o que representa um baixo índice.

Ensino — Em 1950 existiam 55 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, nas quais, no início do mesmo ano, estavam matriculadas cêrca de 3 000 crianças. Hoje, contudo, funcionam apenas 34 unidades escolares, inclusive 12 do ensino supletivo.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — São 7 os vereadores atualmente em exercício na Câmara Municipal. O eleitorado inscrito em 3-10-1955 era de 4 359 votantes, isto é, um dos mais baixos do Estado. Presentemente, administra o município o Senhor João Batista Brandão, eleito sob a legenda da União Democrática Nacional.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Comemora-se com regozijo a passagem do dia do padroeiro da cidade, o Divino Espírito Santo. Nessa ocasião, em tôrno da igreja, a população se congrega para render homenagem ao Santíssimo.

OUTROS ASPECTOS — O município está jungido ao domínio dos proprietários da grande lavoura canavieira da várzea do Paraíba, que dominam mais de dois terços da

área de Cruz do Espírito Santo. Seu progresso há anos se deteve, sendo hoje de estagnação o ambiente em que vive a comuna. A matriz consagrada ao Divino Espírito Santo é de sólida estrutura e bom aspecto.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *A Paraíba e seus Problemas* — José Américo de Almeida. 3) *Anuário Estatístico do Brasil* de 1954 — C.N.E. 4) *Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional da Paraíba.*

AUTORIA — Vicente Cunha Rêgo — A.E. de Cruz do Espírito Santo.

REDAÇÃO FINAL — Haroldo Escorel Borges.

CUITÉ — PB

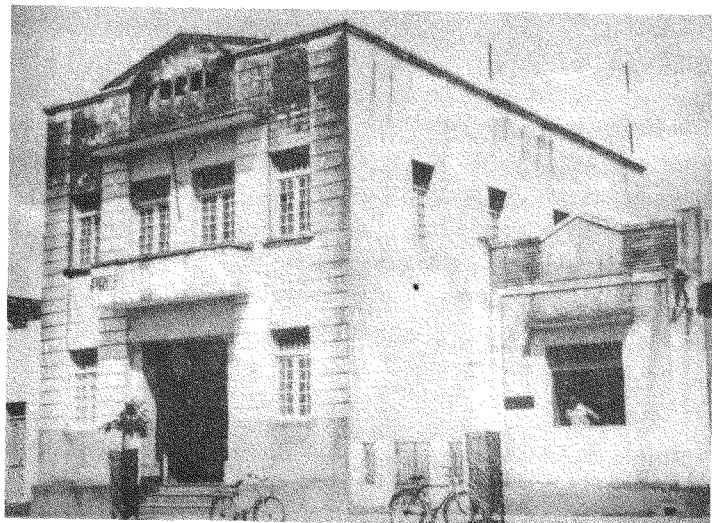
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A denominação de Cuité parece ter provindo do grande uso que os naturais da região faziam do fruto da cuitèzeira, o qual, sêco e aberto ao meio, servia para vários fins: cuia, gamela, côcho, etc. "Cuité" é vocábulo indígena composto de dois elementos: *cui* — vasilha, e *eté* — grande, real, ilustre.

Contam os mais velhos habitantes de Cuité que um certo senhor, proprietário no então povoado de Bananeiras, saíra à caça acompanhado de dois filhos. Penetrando mais e mais a densa mata, depararam com as verdejantes serras da Canastra e Bom Bocadinho, onde vieram a localizar magnífico ôlho-d'água, junto ao qual, em data não conhecida, veio a constituir-se um aglomerado humano, sob o nome de povoado de Ôlho-d'Água do Cuité. Aquela fonte desprendia-se de um penedo abrigado, em parte, por bela cuitèzeira, de existência multissecular.

À sombra de vetustas árvores e de sisudo penhasco, foram encontradas algumas inscrições, deixadas pelos índios "cuités", primitivos habitantes da região, que pertenciam à grande tribo dos "paicus", do grupo cariris ou kiriris, habitantes das serras do Cuité, Calabouço e São Bento. Êsses silvícolas foram aldeados, por volta do ano de 1696, pelo Padre João de Barros.

A 8 de dezembro de 1704, o Conde de Alvor solicitou e obteve a primeira sesmaria do distrito, enquanto Caetano Dantas Correia requereu a data de Lagoa do Cuité. Aquêle cidadão, juntamente com seu irmão Simplício Dantas Correia, procurou povoar o local, iniciando-o com a construção

Rua João Pessoa, ao fundo a Igreja de N S.ª das Mercês

Prefeitura Municipal (térreo), Fôro (1.º andar) e Agência Municipal de Estatística

da capela de Nossa Senhora das Mercês, que lhe deu maior incremento.

Com o desenvolvimento do povoado, a freguesia de Nossa Senhora das Mercês ganhou independência, libertando-se da freguesia de Caicó, no Rio Grande do Norte. Tal fato deu-se em agôsto de 1801, para uns, a 25 daquele mês e, para outros (ver Anuário Eclesiástico da Paraíba, 1908-18) a 12, por decreto do Sr. Bispo de Olinda, Dom José Joaquim de Azevedo Coutinho.

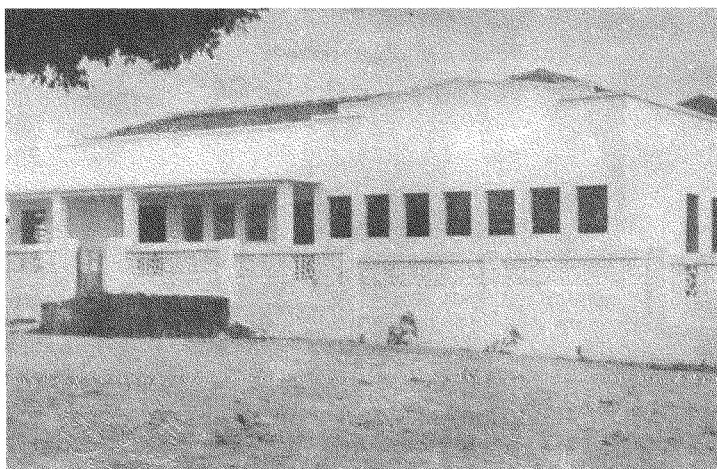
Há duas versões a respeito da controvertida data da criação do distrito de Cuité. Assim, como Distrito de Paz, supõe-se ter sido criado por volta do ano de 1800; alguns apontam o ano de 1827 como o correto.

Durante a aventura dos "Quebra-quilos", houve depredações e arruaças em Cuité, porém sem maiores conseqüências.

Por Lei n.º 4, de 27 de maio de 1854, Cuité foi criado município com os limites da freguesia e distritos existentes em 1800. Não consta dêsse ano a instalação da comuna, parecendo que tal fato se deu em fins de 1855, porquanto o primeiro orçamento votado pela Assembléia Estadual data daquele ano, para ter exercício no seguinte.

A 25 de junho de 1872, a Lei n.º 480 erigiu Cuité em comarca, suprimida, então, em 1891 e restabelecida em 1900. Em face da Lei n.º 212, de 29 de outubro de 1904, suprimiram-se o município e a comarca, os quais foram anexados aos de Picuí, aparecendo nessa mesma situação, na divisão administrativa do Brasil relativa a 1911. Na referente a 1933, não aparece mencionado o município de Cuité.

A Lei estadual n.º 99, de 18 de dezembro de 1936, restaurou o município, com sede no povoado de Serra do Cuité, então elevado a vila e sob êsse nome. Integram-no os distritos da sede e o de Barra de Santa Rosa, desligados do município de Picuí. Êste, todavia, na divisão territorial de 31-XII-1936 aparece, ainda, com os mencionados distritos, conservando o primeiro a designação de Cuité, simplesmente, em virtude de só se ter reinstalado o município de Cuité a 25 de janeiro do ano seguinte.

Na divisão territorial de 31-XII-1937 bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, Serra do Cuité apresenta-se integrado por dois distritos: o da sede e o de Barra de Santa Rosa.

Pôsto de Puericultura e Maternidade, em fase de construção

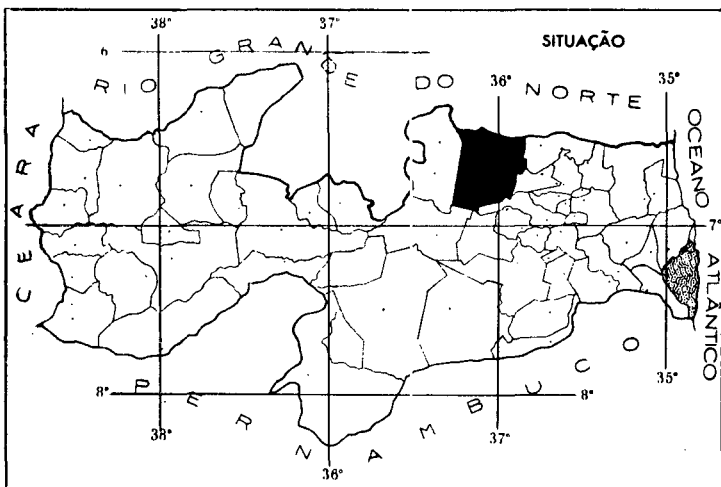
Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, que fixou o quadro territorial a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município teve seu nome simplificado para Cuité, aparecendo no referido quadro, composto, como anteriormente, de dois distritos: Cuité (ex-Serra do Cuité) e Santa Rosa (ex-Barra de Santa Rosa).

Pelo disposto no Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, criou-se a comarca de Cuité, com um só têrmo, desligado da de Picuí.

Permanece, ainda, inalterada a situação distrital no quadro da divisão territorial vigente no qüinqüênio de 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, e onde, no entanto, o segundo distrito readquiriu seu antigo nome de Barra de Santa Rosa.

A Lei estadual n.º 1 183, de 29 de março de 1955, criou o distrito de Nova Floresta, passando o município, assim, a conter três distritos: Cuité, Barra de Santa Rosa e Nova Floresta.

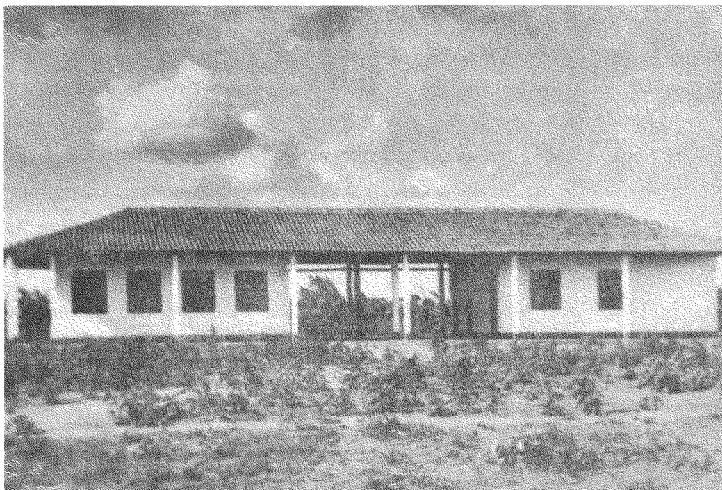
LOCALIZAÇÃO — O município de Cuité está localizado na Zona Fisiográfica do "Brejo", limitando com os de Soledade, Pocinhos, Remígio, Picuí, Araruna e Solânea, na Paraíba, e Santa Cruz e Coronel Ezequiel, no Rio Grande do Norte.

A sede municipal situa-se a 6º 29' de latitude Sul e a 36º 10' de longitude W. Gr., e dista da capital Estadual, em linha reta, 152 quilômetros, seguindo o rumo O.N.O. Sua altitude é de 620 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É quente e sêco o clima dominante em Cuité, muito embora goze de ótimo ambiente de altitude, que lhe dá uma temperatura quase sempre amena, oscilante de 17ºC a 28ºC (média das mínimas e das máximas), respectivamente.

ÁREA — Seu território ocupa uma área de 1 910 quilômetros quadrados, o que o situa como o 8.º em extensão, no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — De topografia muito acidentada, pela situação em que se encontra em pleno domínio da serra da Borborema, tem o município como principais serras a do Cuité, que lhe deu o nome, e a da Caxexa, que forma o boqueirão do rio Curimataú. Completando êsse aspecto, existem as serras do Bom Bocadinho, Canastra, Damião, Milagres, Muquém e Japi.

O rio Curimataú é o mais importante dos que cruzam o município, convindo anotar, ainda, a presença de seus tributários, os rios Japi ou Jacu, Santa Rosa e Cachorro Pintado, bem como os riachos Urubu ou Cabelo, Poleiro ou das Almas, Quandu e da Cruz, todos temporários.

Escola Rural Federal de Nova Floresta

O Ôlho-d'Água da Bica é uma rica fonte que se abre numa rocha a 140 metros de altura.

O açude que mais se destaca no município é o "Pimenta", na Fazenda Tanques, o qual mede cêrca de dois quilômetros de extensão, tendo uma profundidade de 11 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — Se bem que não estejam em exploração, o município possui, certamente, ricas jazidas de minérios, entre os quais avultam o ouro, os cristais, a mica e a xilita.

POPULAÇÃO — Os dados apurados pelo Recenseamento de 1950 dão para Cuité um total de 25 490 almas, as quais estavam distribuídas do seguinte modo:

DISTRITO	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Cuité	18 366	3 603	14 763
Barra de Santa Rosa	7 124	1 539	5 585
TOTAL	*25 490*	*5 142*	*20 348*

Êsse quadro permite verificar que, do total da população cuiteense, a grande maioria, isto é, cêrca de 80%,

vivia na zona rural, índice êsse superior ao do próprio Estado, que era de 73%.

Igualmente, depreende-se que seus únicos centros urbanos eram a cidade de Cuité, com 3 603 habitantes (17.° entre as cidades paraibanas) e a vila de Barra de Santa Rosa, com 1 539 pessoas.

Composição — *Sexo*: havia, àquela altura, no município, 12 453 homens e 13 037 mulheres; *côr*: eram brancos 17 856 indivíduos, pretos 2 847, pardos 13 511 e, apenas, 2 amarelos; *religião*: declararam-se católicas romanas 25 210 pessoas, protestantes 198, espíritas 12, 1 israelita, 32 de outras religiões, 12 sem religião e 15 sem declaração de religião; *estado conjugal*: Solteiros 5 768, casados 8 063 desquitados e divorciados 18 e viúvos 770, sendo 173 homens e 597 mulheres; todos os moradores do município eram brasileiros natos.

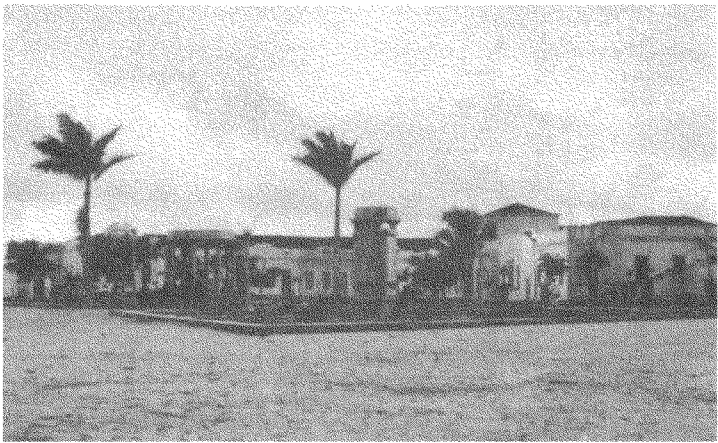
Estimativa da população — Para 31-XII-1956, o Departamento Estadual de Estatística estimou sua população em 28 551 habitantes. Verifica-se, pois, que sua atual densidade demográfica é de 15,7 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são consideradas suas principais atividades econômicas, aliás, com larga predominância sôbre as outras.

De acôrdo com os elementos censitários obtidos em 1950, das 17 937 pessoas de 10 anos e mais, 7 056, isto é, mais de 40%, se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", enquanto 146 trabalhavam na indústria e 192 no comércio.

Agricultura — Com a introdução da cultura da agave, o ramo agrícola ganhou extraordinária importância sôbre as demais atividades, suplantando, nìtidamente, a própria pecuária, como se pode verificar pela análise do quadro adiante exposto, relativo à produção de agave, algodão, mandioca, feijão e milho, que foram os mais destacados e que em conjunto, renderam mais de 120 milhões de cruzeiros:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	PRODUÇÃO	
	Quantidade (Tonelada)	Valor (Cr$ 1 000)
Agave	2 000	10 000
Algodão	2 160	28 000
Feijão	2 400	32 000
Mandioca	6 400	8 960
Milho	4 800	41 600
TOTAL	*17 760*	*121 360*

Vista parcial da cidade

Praça Barão do Rio Branco

Pecuária — Na estimativa feita para 1956, a pecuária está distribuída do seguinte modo:

REBANHOS	NÚMERO DE CABEÇAS	
	Quantidade	Valor (Cr$ 1 000)
Asininos	1 200	700
Bovinos	13 000	39 000
Caprinos	17 000	2 550
Eqüinos	400	1 000
Muares	600	2 100
Ovinos	15 000	2 400
Suínos	12 000	9 600
TOTAL	*59 200*	*58 350*

Comércio — Em todo o município, funcionam 5 estabelecimentos grossistas e 119 varejistas, explorando os ramos de tecidos em geral, gêneros alimentícios, chapéus, ferragens, drogas, perfumarias, miudezas e calçados.

Daquele total, 67 estabelecimentos localizavam-se na cidade, 27 na vila de Barra de Santa Rosa e 25 na vila de Nova Floresta.

Indústria — Em 1956, a produção industrial rendeu cêrca de 90 milhões de cruzeiros, evidenciando-se o beneficiamento de algodão com mais de 60% do valor total. Seguiam-se em importância as produções de fibra de agave (22%) e de farinha de mandioca (4,2%).

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1950-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	1 192	682	284	618
1951	—	1 372	718	307	818
1952	—	1 629	897	203	855
1953	—	1 328	1 221	319	1 284
1954	—	1 450	1 228	357	1 194
1955	—	2 251	1 376	490	1 412
1956	108	3 336	2 084	841	1 375

(1) A Coletoria Federal foi instalada em 1956, começando a operar a partir de junho daquele ano.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A sede municipal de Cuité liga-se às dos municípios vizinhos por meio de estradas de rodagem, conforme discriminação adiante: na Paraíba — Araruna (80 quilômetros), Solânea (77 quilômetros), Soledade (112 quilômetros), Picuí (29 quilômetros) e Remígio (via Esperança — 84 quilô-

metros); no Rio Grande do Norte: Santa Cruz (36 quilômetros) e Coronel Ezequiel (18 quilômetros).

Há no município 82 veículos rodoviários: 64 caminhões, 6 automóveis comuns, 4 jipes, 4 ônibus e 4 camionetas. Sua rêde rodoviária estende-se por 227 quilômetros.

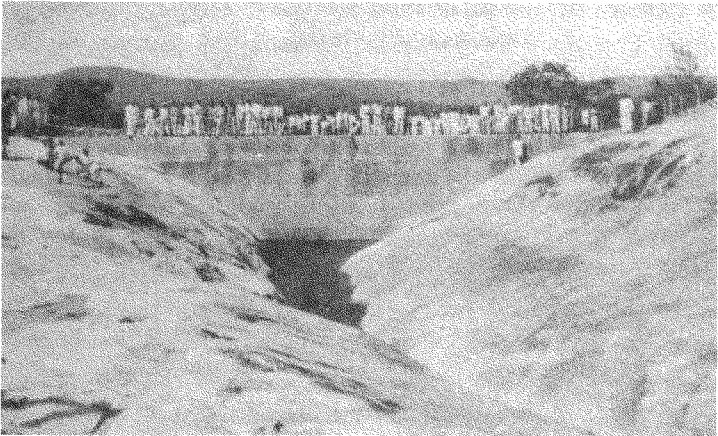
Como vias de comunicação, o município dispõe de uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma estação radiotelegráfica da Prefeitura, na sede do município, e de agências postais-telefônicas nas vilas de Barra de Santa Rosa e Nova Floresta.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os habitantes do município recebem assistência médica diretamente da Unidade Sanitária de Cuité, criada pelo Govêrno do Estado, a qual não dispõe de leitos para doentes. Existem 3 farmácias e 3 drograrias no município. Encontram-se em atividade 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico.

Rua Marechal Deodoro

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Duas cooperativas amparam as atividades da lavoura. Denominam-se Cooperativa de Crédito Agrícola de Cuité Limitada e Cooperativa Agropecuária de Cuité Limitada.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal possui 26 logradouros, sendo 4 pavimentados a paralelepípedos e um a pedras irregulares. Dêsses, 5 são arborizados e um simultâneamente arborizado e ajardinado, que é a Praça Barão do Rio Branco. Existem 988 prédios na cidade, disseminados por 22 artérias que contam com 334 ligações elétricas domiciliárias. Um cinema funciona na sede municipal.

Continuação da Rua 7 de Setembro

Tanque "Canoa do Boi Morto", localizado no distrito de Nova Floresta

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 computou 21 503 cuiteenses de 5 anos e mais que, segundo o grau de alfabetização, assim se agrupavam:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS	
	Total	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	4 221	19,62
Não sabem ler e escrever	17 251	80,22
Sem declaração de instrução	31	0,16
TOTAL	*21 503*	*100,00*

A simples análise dos elementos expostos revela que o índice de alfabetizados existentes no município era inferior ao do Estado — 25,36%.

O despontar do horizonte na propriedade Jardim

Ensino — Encontra-se relativamente bem difundido o ensino primário fundamental comum, em Cuité, de vez que, em 1956, funcionaram 40 unidades escolares, sendo 31 mantidas pelo Govêrno municipal e 9 pelo estadual. Além dêsses, temos uma escola paroquial, pertencente à Congregação Mariana, bem como uma Escola Normal Regional denominada Instituto América, e a Escola Profissional Pedro Viana.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Prefeitura Municipal dispõe de uma biblioteca pública denominada Doutor João da Mata, com mais de 1 250 volumes catalogados, e ainda o mesmo órgão mantém uma Banda de Música conhecida por Filarmônica 5 de Julho.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Às eleições realizadas no dia 3 de outubro de 1955 compareceram 3 201 eleitores.

A Câmara Municipal é composta de 7 vereadores, sendo o atual Prefeito o Dr. Orlando Venâncio dos Santos, pertencente aos quadros da União Democrática Nacional. Seu primeiro Prefeito foi o Sr. Pedro Viana da Costa, nomeado pelo Interventor Federal, em 1938.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A festa da padroeira Nossa Senhora das Mercês, comemorada a 24 de setembro, é das principais efemérides que congregam os habitantes do município em grandes festejos profanos e religiosos. Como ocorre em outros municípios, tais festividades se encerram com significativa procissão, acompanhada devotadamente pelos fiéis. A elas não faltam os tradicionais complementos profanos, onde se destacam os jogos de azar, carrosséis, etc.

VULTOS ILUSTRES — O município de Cuité serviu de berço a homens que lhe deram nome, como seja: o Monsenhor *João Clementino de Melo Lula,* camareiro secreto do Papa no Brasil; Dr. *Francisco de Figueiredo,* médico oculista de nomeada e ex-catedrático da Faculdade de Medicina de Recife; Dr. *Benedito Furtado,* professor de Filosofia no Recife; Dr. *José Odilon de Melo Lula,* odontólogo de projeção na capital do Estado e o Sr. *Jeremias Venâncio dos Santos,* ex-deputado estadual.

OUTROS ASPECTOS — Atualmente, a cidade de Cuité passa por considerável reforma em seus aspectos urbanísticos, convindo destacar que, no momento, acham-se em construção os prédios da Maternidade e Lactário, do Clube Recreativo e do Instituto América.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *Sinopse Estatística do Município de Cuité* — C.N.E. — 1948. 3) *Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.*

AUTORIA — *Histórico*: Haroldo Escorel Borges.

REDAÇÃO FINAL — José de Oliveira Costa.

ESPERANÇA — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Primitivamente, a região, hoje coberta pelo município de Esperança, foi habitada pelos índios Cariris que ali se estabeleceram em épocas remotas. Um reservatório de água potável, construído pelos primitivos habitantes, serviu de pretexto para a aproximação de colonos que forçaram os indígenas a uma retirada no sentido do interior. O primeiro nome dado a êsse depósito foi o de Tanque do Araçá, nas proximidades do qual um português de nome Marinheiro Barbosa construiu uma casa no lugar, atualmente, conhecido por Beleza dos Campos, apossando-se de todo o terreno por onde se estende, hoje, a área urbana da cidade. Acredita-se que logo depois tenha o referido colonizador abandonado suas terras, chegando mais tarde três irmãos, também portuguêses, Antônio, Laureano e Francisco Diniz que edificaram três casas de taipa na atual Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira. Numa dessas moradias foi celebrada uma missa por Frei Venâncio, o primeiro missionário a aparecer na região, constituindo êsse fato manifestação religiosa pioneira no lugar, onde, em 1860, foram construídos os currais de uma fazenda chamada Banabuié, outro nome da cidade de Esperança. Nesse mesmo ano, era fundada, pelo referido Frei Venâncio, uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Conselho, no mesmo lugar onde hoje se encontra a atual Matriz. Desnecessário é afirmar que, a esta altura, já existiam várias vivendas em derredor da aludida capela. Esta, segundo reza a tradição, teve sua construção financiada por uma senhora que prometera edificá-la, caso o surto de cólera-morbo, que grassava na época, desaparecesse do primitivo aldeamento. A importante Matriz que existe hoje, em cuja praça se verificam as construções religiosas nas diversas festas litúrgicas do ano, constituiu uma ampliação daquela modesta capela, ponto de origem desta florescente cidade.

O nome Banabuié fôra, posteriormente, mudado por Frei Herculano, ou, segundo Coriolano de Medeiros, por Padre Ibiapina, para o de Esperança, naquela época parte componente do município de Laranjeiras (atual Alagoa Nova).

Em 1908, no dia 30 de maio, tendo-se em vista o grande desenvolvimento da povoação, era criada a freguesia de Esperança, cujo primeiro vigário foi o Padre Francisco de Almeida. Depois de uma campanha das mais memoráveis, à frente o coronel Elísio Sobreira, obteve a vila sua elevação à categoria de município, através do Decreto-lei n.º 624, de 1.º de dezembro de 1925, desmembrado do

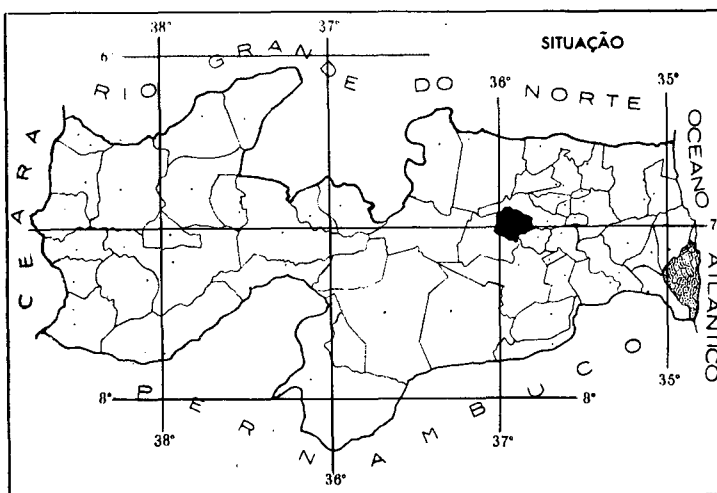
Igreja-Matriz Municipal

Prefeitura Municipal

de Alagoa Nova e instalado em 31 de dezembro do mesmo ano. Foi nomeado primeiro Prefeito o Sr. Manoel Rodrigues de Oliveira e para o cargo de Vice-Prefeito o Sr. Teotônio Tertuliano da Costa, os quais prestaram compromisso no edifício do Paço Municipal, na presença do Dr. João Marinho da Silva, juiz do têrmo, o que ocorreu na mesma data da instalação do município. Exerceram o mandato de primeiros vereadores os Srs. Manoel Pessoa de Melo Leitão, José da Cunha Neto, José de Araújo Souto, Francisco Rodrigues da Silva, Anísio Evangelista dos Santos, José Carolino Delgado e Cassimiro Jesuíno de Lima. Na divisão administrativa realizada em 31 de dezembro de 1936, Esperança constituía-se, apenas, de um distrito, o da sede, compondo-se, entretanto, na de 31 de dezembro de 1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, dos distritos da sede e Areal. Pelos Decretos-leis estaduais números 1 164, de 15 de novembro de 1938, e 520, de 31 de dezembro de 1943, o município de Esperança continua constituído dos distritos da sede e Areal, notando-se, porém, que, pelo primeiro daqueles Decretos-leis, o topônimo Areial (com i) está gravado Areal (sem i) e que, no segundo daqueles diplomas, êsse distrito passa a denominar-se Ariús. Na divisão administrativo-judiciária, relativa ao qüinqüênio 1949-1953, fixada pela Lei número 318, de 7 de janeiro de 1949, Ariús passa a denominar-se Novo Areal, o que ainda se mantém pela Lei número 1 198, de 2 de abril de 1955. Ao mesmo tempo, de acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e também o quadro anexo ao Decreto-lei Estadual número 1 010, acima referido, constitui um dos têrmos judiciários da comarca de Areia, assim figurando no quadro territorial em vigor

Vista parcial da cidade

no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de março de 1940, criou-se a comarca de Esperança, formada pelo têrmo judiciário de idêntico nome, que foi desmembrado da comarca de Areia. Assim, nos quadros territoriais administrativo-judiciários estaduais, fixados pelo Decreto-lei estadual número 520, de 31 de dezembro de 1943, e pelas Leis números 318 e 1 198, respectivamente, de 7 de janeiro de 1949 e 2 de abril de 1955, o município de Esperança compõe-se do têrmo único da comarca do mesmo nome.

LOCALIZAÇÃO — Encontra-se Esperança situada no planalto do Borborema, na Zona Fisiográfica do Brejo. Limita-se com os seguintes municípios: ao norte e nordeste, Remígio; ao sul e oeste, Pocinhos; a leste, Alagoa Nova. As coordenadas geográficas estabelecem a posição da cidade, a 7º 01' 07" de latitude Sul e 35º 51' 26" W.Gr. de longitude, estando a uma altitude de 635 metros; distando da capital do Estado, em linha reta, cêrca de 106 quilômetros, na direção oés-noroeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Durante o inverno, o clima apresenta-se frio e úmido, sendo temperado, com variações, no verão. A temperatura oscila de 18 a 28 graus centígrados.

ÁREA — Possui o município uma superfície de 392 km², ocupando o 45.º lugar entre as demais comunas paraibanas, de acôrdo com elementos fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Descansa o município em extenso e uniforme chapadão da Borborema, não apresentando grandes elevações. Destacam-se, apenas, o serrote dos Côcos com 624 metros e o serrote da Lagoa Salgada com 629 metros de altitude. Há, por outro lado, alguns cursos d'água, como o riacho Araçagi que nasce no lugar denominado Gravatàzinho, transformando-se depois no rio Araçagi, em território do município de Guarabira, neste Estado, e o riacho Mamanguape que nasce no lugar denominado Lagoa Salgada, no distrito de Novo Areal, recebendo no município de Alagoa Grande o nome de rio Mamanguape. Merecem destaque, também, as pequenas lagoas denominadas Pedra e Rasa e o riacho Cabeço ou Sapo.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — Não se encontram no município reservas florestais de importância, ape-

nas se registrando a existência de jazidas de pedras calcárias, algumas em exploração. Os representantes da fauna são os mesmos peculiares a tôda a região, nenhum se destacando pelo valor e raridade.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, possuía o município, em 1.º de julho do mesmo ano, 24 021 habitantes, distribuindo-se esta população entre 11 345 homens e 12 676 mulheres. Seus principais centros populacionais são a cidade de Esperança com 6 857 pessoas e a vila de Novo Areal, com menos de mil. Para 31 de dezembro de 1955, o Departamento Estadual de Estatística estimou-lhe a população em 26 303 almas, o que lhe conferia uma densidade demográfica de 67,09 habitantes por quilômetro quadrado. Já a estimativa do Departamento Estadual de Estatística, em 1956, atribui-lhe uma população de 26 718 habitantes, ocupando, assim, o 30.º lugar entre os 57 municípios paraibanos e apresentando uma densidade demográfica de 68 habitantes por quilômetro quadrado.

Localização da população — O quadro rural está povoado por 16 563 pessoas, representando 68% do total de sua população.

Aglomerações urbanas — Dois são os principais centros populacionais do município, representados pela cidade de Esperança com 6 857 pessoas e pela vila de Novo Areal, com menos de 1 000.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Esperança tem como atividade econômica principal a agricultura, que emprega 22% da população em idade ativa (10 anos e mais). A batatinha é a cultura mais em evidência, seguindo-se a agave, o milho, o feijão, a cebola, o fumo, etc.

A produção agrícola do município, em 1956, foi estimada em mais de 43 milhões de cruzeiros, de acôrdo com a discriminação abaixo:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave (fibra)	kg	320 000	1 600
Algodão herbáceo	Arrôba	9 000	1 215
Amendoim	kg	125 000	1 000
Banana	Cacho	4 800	132
Batata-doce	Tonelada	900	1 350
Batata-inglêsa	»	158 000	23 040
Cebola	Arrôba	11 000	396
Fava	Saco de 60 kg	4 500	3 150
Feijão	» » » »	8 000	7 680
Fumo	Arrôba	9 625	2 166
Mamona	kg	40 000	112
Mandioca brava	Tonelada	16 000	3 200
Milho	Saco de 60 kg	25 000	4 000

Ginásio Diocesano Municipal

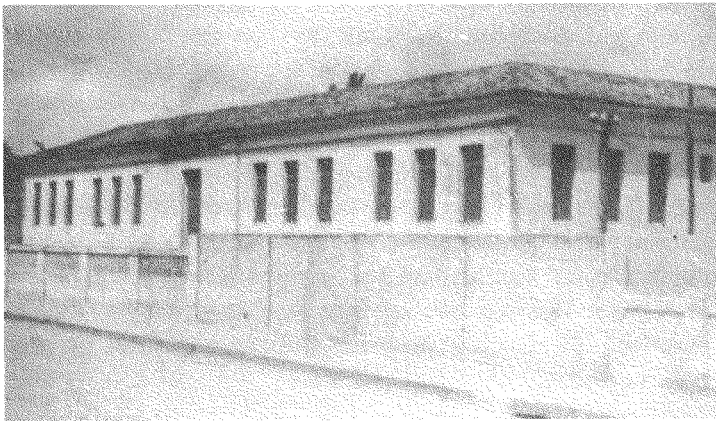
Tanque de pedra do reservatório d'água da cidade

O valor da produção industrial do município atingiu, em 1956, a cifra de mais de quatro milhões de cruzeiros, sendo que permanece ainda restrita à industrialização da farinha de mandioca, desfibramento de agave, fabricação de calçados em geral e malas de couro, etc. Como se vê, não tem grande significação econômica a produção industrial do município, inferior, em muito, à agrícola e à pecuária. Esta assim se distribui:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Asininos	1 850	1 295
Bovinos	2 800	14 000
Caprinos	1 600	480
Eqüinos	1 700	3 700
Muares	1 300	2 860
Ovinos	1 300	390
Suínos	4 000	3 200

A atividade comercial é reduzida, mantendo Esperança relações comerciais com outros centros para abastecimento interno e satisfação das necessidades de seus habitantes. Existem, na sede, 13 estabelecimentos varejistas de destaque e 7 atacadistas que operam em vários ramos como o de tecidos, miudezas, perfumarias, etc.

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO — Funcionam na sede duas Cooperativas de crédito, prestando auxílios financeiros à população rural, através de pequenos empréstimos a longo prazo. São elas a Cooperativa de Crédito Agrícola de Esperança e a Cooperativa de Beneficiamento e Venda de Batatinhas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Esperança está servida por três rodovias, ligando-a a Campina Grande, Pocinhos, Remígio e Areia. Além dessas, existem outras estradas de menor importância e tráfego, dentro da área municipal, comunicando as diversas fazendas e sítios entre si, totalizando cêrca de 62. Possuem as principais rodovias, em referência, as seguintes extensões: de Esperança a Campina Grande, 28 quilômetros, cobrindo, dentro do município, apenas 3 quilômetros; Esperança a Pocinhos, 30 quilômetros, numa extensão dentro do município de 16 quilômetros; Esperança a Areia, 25 quilômetros, dos quais 6 quilômetros dentro do município. Esperança está também ligada à capital do Estado e à capital da República, através de Campina Grande, por via rodoviária, numa extensão, respectivamente, de 151 e 2 372 quilômetros. Em 1956 existiam no município 87 veículos motorizados: 43 caminhões, 21 ônibus, 9 automóveis, 13 camionetas e 1 jipe.

Grupo Escolar Irineu Joffily

Sua rêde rodoviária mede 174 quilômetros. Dispõe de uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, em sua sede.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)		DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal	
1950	.	755 604	474 639
1951	...	865 297	1 153 467
1952	1 594 091	1 034 538	1 047 981
1953	1 322 793	1 271 255	1 244 399
1954	1 743 777	1 328 627	1 304 734
1955	2 094 909	1 431 834	1 462 748
1956	3 179 802	2 163 022	1 605 962

Obs.: Até 1956 não havia Coletoria Federal no município.

ASPECTOS URBANOS — Existem na cidade 53 logradouros públicos, constituídos de avenidas, ruas, praças e travessas. Dêstes, sòmente 7 são totalmente pavimentados e 3 parcialmente, registrando-se uma área de pavimentação a paralelepípedos num total de 10 884. Há, em Esperança, um Serviço de Abastecimento dágua mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública em colaboração com a Prefeitura Municipal. A distribuição pública de água é feita através de três chafarizes, vindo o líquido dos tanques de purificação bombeado por fôrça motor. O abastecimento domiciliar se dá por intermédio de carroças manuais. A energia elétrica da cidade é fornecida pela Prefeitura Municipal que dispõe de dois motores com uma capacidade total de mais de 300 H.P. Dos 53 logradouros existentes, 42 estão providos de iluminação elétrica, atingindo 625 o número de ligações domiciliares. Dos 2 063 edifícios encontrados em 1956, na cidade, destacam-se o da Prefeitura Municipal, o do Ginásio Diocesano, o dos Correios e Telégrafos, o do Grupo Escolar Irineu Jóffily, além do Estádio José Ramalho da Costa que constitui um dos mais importantes do Estado. Estabelecendo ligações com Campina Grande, Pocinhos, Alagoa Nova e Areia, existe um Pôsto Telefônico de propriedade do município de Campina Grande. Trafegam, aproximadamente, pela sede do município, 50 a 60 veículos em cada dia.

Vista parcial da Rua Dr. Silvino Olavo, vendo-se o Açude Público

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Desde o ano de 1950 que funciona em Esperança um Pôsto Médico, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública, provido de um ambulatório com quatro leitos, uma farmácia, um lactário e um laboratório. Além de um médico que superintende a clínica geral, existem outros funcionários, num total de 9.

ALFABETIZAÇÃO — Levando-se em consideração o Censo de 1950, das 19 745 pessoas, com mais de 5 anos, 2 644 homens e 2 750 mulheres sabiam ler e 6 634 homens e 7 717 mulheres eram analfabetos. Hoje, decorridos 7 anos, é de se presumir que o índice de alfabetização tenha aumentado, dada a criação de novas escolas no município, quer por parte da Edilidade, quer por iniciativa do Govêrno do Estado.

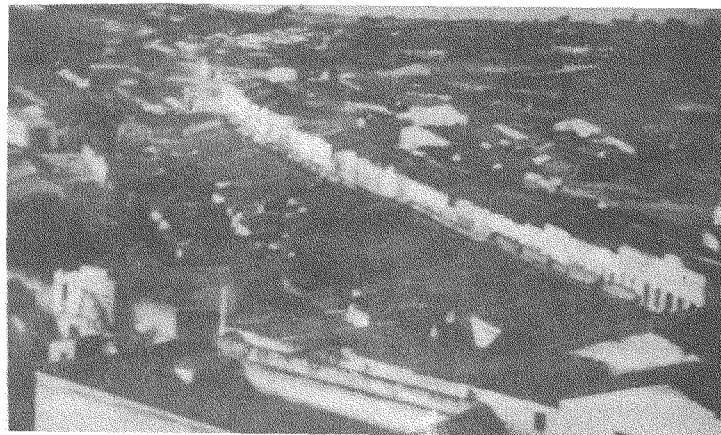
Estádio José Ramalho da Costa

Ensino — Em 1956, existiam no município cêrca de 53 unidades escolares de ensino primário fundamental comum e um Centro de Economia Doméstica que tem a seu cargo a tarefa de ministrar aulas de arte culinária, corte, costura e bordados. Funciona, também, o Ginásio Diocesano de Esperança, com um número de matrículas avultado em relação à população.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Além de dois serviços de alto-falantes, um dos quais pertence à Paróquia local, existe um cinema que funciona diàriamente com uma considerável freqüência. Contam os habitantes do município com uma biblioteca de mais de mil volumes, além de três associações recreativas e culturais em plena atividade.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Exercendo o cargo de Prefeito Municipal, se encontra o Sr. Joaquim Virgolino da Silva, eleito pela legenda da U.D.N., em 1955, bem como existem 7 vereadores em exercício, sendo 1 do P.S.P., 3 da U.D.N., 1 do P.S.D. e 2 do P.L. Quanto ao número de eleitores existentes, em vista da nova forma de alistamento, o povo se tem retraído um pouco, o que vem

impedindo que se faça uma estimativa do total de votantes neste município, atualmente. Em agôsto de 1956, o município apresentava um total de eleitores inscritos superior a cinco mil.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E RELIGIOSAS — Como festas populares em Esperança, destaca-se o carnaval que é comemorado com grande entusiasmo nos vários clubes da cidade e, também, nas ruas, onde aparecem os tradicionais "palhaços", "papangus" e os "blocos" de foliões improvisados, quase sempre dançando fantasiados ao som do zé-pereira e visitando residências e mercearias. Aí, geralmente, lhes são oferecidas bebidas, de preferência "cachaça", o estimulante ideal para que prossigam êles na sua peregrinação carnavalesca durante todo o dia. À noite, aos clubes, comparece o que há de melhor na sociedade local, decorrendo os bailes num ambiente de grande animação. Na terça-feira, via de regra, se realiza um concurso de fantasias, sendo o mesmo precedido de grande expectativa. Muitas vêzes ocorre que clubes de Esperança viajam a Campina Grande, confraternizando-se lá com os foliões campinenses, numa solidariedade "momesca" das mais expressivas.

Vista parcial da cidade

O "São João" não é festejado com menor entusiasmo. À noite, nas ruas há fogueiras bem nordestinas, em frente das residências festivamente ornamentadas com lanternas. Ao mesmo tempo, as calçadas servem de ponto de reunião para as famílias amigas, estendendo-se o "bate-papo" até altas horas. Além do milho verde assado na fogueira e comido logo depois, muitas vêzes, em determinadas casas, são oferecidas às pessoas da intimidade mesas de "pamonhas" e "canjicas", numa cordialidade típica dos homens simples do interior. Isso sem se falar no romantismo das adivinhações feitas pelas môças à beira das fogueiras, ora tentando se anteciparem no conhecimento do nome do rapaz eleito, ora procurando ver os rostos numa bacia cheia de água para saberem se morrerão ou não durante o ano. Quanto ao "São Pedro", os festejos se revestem das mesmas características dos de "São João", porém, com menor intensidade. Além dessas festas de cunho mais popular, há a da Padroeira, que se realiza, anualmente, no mês de janeiro em honra a Nossa Senhora do Bom Conselho. O dia de Natal e o de Reis também são celebrados com atos religiosos por iniciativa do vigário da Paróquia, o mesmo ocorrendo com o "7 de Setembro" e o "15 de Novembro" que são comemorados pelas escolas com solenidades cívicas.

VULTOS ILUSTRES — Muitos são os filhos de Esperança que se têm destacado nos mais diversos campos da atividade humana. Poderemos salientar o coronel *Elísio Sobreira,* que teve uma atuação das mais decisivas no movimento da emancipação política do município, tendo, muitas vêzes, ocupado o cargo de Comandante da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Recentemente, por ato do Govêrno do Estado, foi êle escolhido para patrono da referida Corporação, diante dos assinalados serviços prestados à Polícia paraibana. Também merece destaque o Sr. *Samuel Duarte,* ex-presidente da Câmara dos Deputados e político de prestígio nacional.

PARTICULARIDADES — O município de Esperança apresenta um número avultado de pequenas propriedades rurais, não obstante sua limitada extensão territorial: cêrca de 1 589 "sítios" para uma superfície de apenas 392 km^2, o que nos convence de que Esperança talvez seja o único município paraibano a apresentar tal desmembramento em seu território. Duas vêzes por semana, realiza-se uma feira com a afluência de gente de cidades vizinhas e da zona rural do município. Esperança tem conseguido grande notoriedade através de sua produção de "batatinhas", considerada como uma das melhores do Estado em qualidade. Os munícipes são chamados esperancenses. Funciona, na cidade, como órgão do sistema estatístico brasileiro, uma Agência Municipal de Estatística.

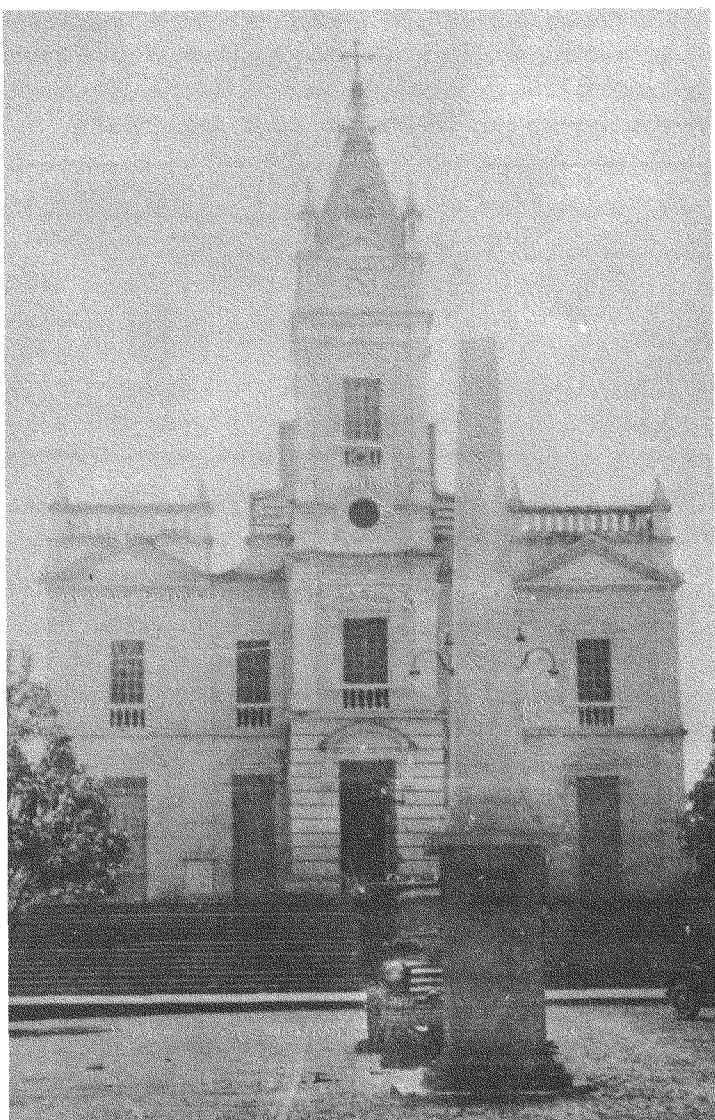
BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 2) — *Anuário Estatístico do Estado da Paraíba* — 1949-1950; 3) — *Boletim Estatístico* — Ano VII — Março-Maio — Divulgação do Departamento Estadual de Estatística; 4) — Documentação Municipal da Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — José Paulino Costa Filho.

GUARABIRA — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

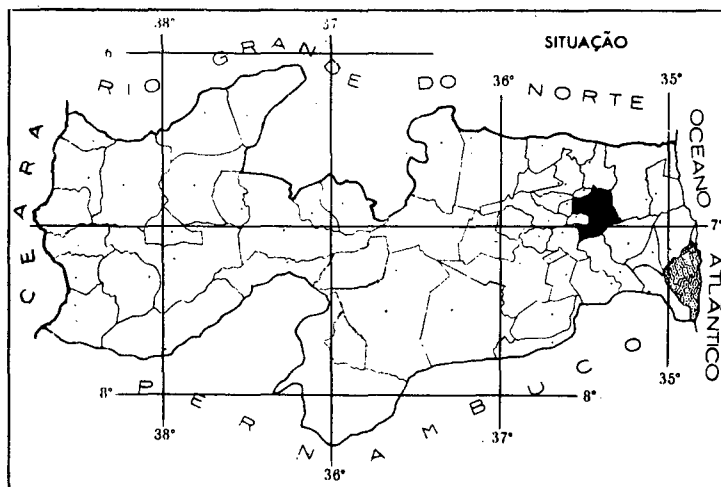
HISTÓRICO — Os terrenos que constituem o atual município de Guarabira foram perlustrados, desde o segundo quartel do século XVI, por contrabandistas franceses, depois por portuguêses e mamelucos e até por flamengos, devido a sua proximidade com a serra da Cupaoba que, posteriormente, tomou o nome de serra da Raiz. Nesse local, existiu, outrora, forte aldeamento de índios Potiguares, que viviam em constantes escaramuças com os colonizadores da capitania. Feliciano Coelho de Carvalho, que começou a governá-la em fins de 1592, teve de sustentar guerra com os índios da serra da Cupaoba, que, nesse tempo, estavam aliados aos franceses, que se haviam internado nessa região.

Em 1641, Elias Herckman, então governador holandês, à frente de numerosas tropas, dirigiu-se à serra da Cupaoba, em busca de ouro. Foi infrutífera essa pesquisa, que durou cêrca de dois meses. Em 1822, levantou-se no território municipal grande motim, como protestos à Constituição Portuguêsa jurada por D. João VI. Os insurretos, reunidos no povoado Cuité, avançaram contra a Lagoa do Paó e Areia, cidade esta onde foram desbaratados pelo povo e pelo destacamento local. Em 1874, o município foi invadido pelos *"quebra-quilos"*, que aí cometeram depredações. (Coriolano

Igreja-Matriz de N.S.ª da Luz

de Medeiros — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — p. 78.)

O português José Gonçalves da Costa Beiriz foi o verdadeiro fundador do aglomerado humano que deu origem à cidade de Guarabira, a pouca distância das terras do Morgado, instituído por Duarte Gomes da Silveira, um dos maiores vultos da conquista e colonização da Paraíba. Costa Beiriz levantou, no local, uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Luz, construiu habitações, formando o primitivo povoado em terreno a que os índios chamavam "Guaraobira" ou "Guirabira". A povoação floresceu, sendo elevada à vila, com a denominação de Independência, pela Lei provincial n.º 17, de 27 de abril de 1837, e teve sua instalação efetiva a 11 de novembro do mesmo ano. A comarca foi criada a 10 de outubro de 1857, extinta no ano seguinte e restaurada em 1870. Novamente extinta em 1871, foi restabelecida, definitivamente, pela Lei n.º 480, de 25 de julho dêsse mesmo ano. Pela Lei n.º 841, de 26 de novembro de 1877, foi elevada à categoria de cidade, com a atual denominação. Nas divisões administrativas referentes aos anos de 1911 e 1933, o município era formado por um só distrito — o da sede.

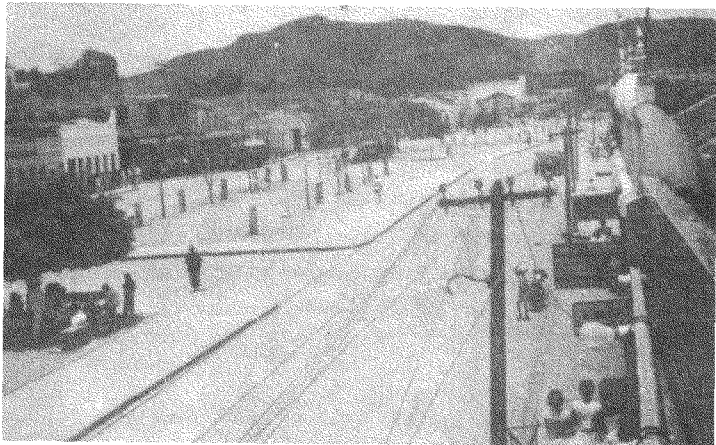
Já nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei n.º 1 010, de 30 de março de 1938, integram o município seis distritos: Guarabira, Alagoinha, Araçagi, Cuité, Mulungu e Pirpirituba, mantendo-se tal formação no quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-43, estabelecido pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, onde, todavia, o distrito de Cuité tem seu nome mudado para Cuitegi. Na mesma época e de acôrdo com o estipulado pelo Decreto-lei acima referido, a comarca de Guarabira é constituída de dois têrmos: o de Guarabira e o de Caiçara. Pelo disposto no Decreto-lei estadual número 39, de 10 de abril de 1940, criou-se a comarca de Caiçara, com o têrmo de igual nome, desligado da de Guarabira. Os diplomas legais baixados até a presente data não alteraram aquela situação. Em face do Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro para vigorar no qüinqüênio 1944-48, criou-se no município o distrito de Contendas, ficando, assim, no mencionado quadro, Guarabira dividida em sete distritos: o da sede, Araçagi, Camaràzal (ex-Mulungu), Contendas, Cuitegi, Pirpirituba e Tauatuba (ex-Alagoinha). Na divisão administrativa e judiciária do Estado, fixada pela Lei n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, Guarabira ainda se apresenta com sete distritos: o da sede, Araçagi, Alagoinha (ex-Tauatuba), Cachoeira (ex-Contendas), Cuitegi, Mulungu (ex-Camaràzal) e Pirpirituba. A Lei estadual n.º 652, de 5 de dezembro de 1951, criou o distrito de Pilõezinhos. Assim, pela Lei número 1 198, de 2 de abril de 1955, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado para o qüinqüênio 1954-1958, o município de Guarabira ficou reduzido a seis distritos: Guarabira, Araçagi, Cachoeira, Cuitegi, Mulungu e Pilõezinhos, deixando de figurar os de Alagoinha e Pirpirituba, em virtude de se terem constituído municípios autônomos, "ex vi" das Leis estaduais n.º 979, de 3 de dezembro de 1953, e 978, de 2 do mesmo mês e ano, respectivamente.

LOCALIZAÇÃO — Município central do Estado, localizado na Zona Fisiográfica da Caatinga, limita-se com os de Mamanguape, Caiçara, Belém, Pirpirituba, Pilões, Areia, Alagoinha, Alagoa Grande, Pilar e Sapé. A sede, que tem 89 metros de altitude, dista de João Pessoa, em linha reta, 73 quilômetros e está em relação à mesma na posição N.O. Apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 6º 51' 12" de latitude Sul e 35º 29' 25" Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente e sêco no verão, apresenta-se úmido no inverno. A temperatura oscila entre 16 a 36 graus centígrados à sombra.

Prefeitura Municipal

ÁREA — É de 578 km² a superfície do município, representando 1% sôbre o total do Estado, e entre os seus 57 municípios está colocado no 34.º lugar.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Não possuindo elevações dignas de maior destaque, Guarabira, no entanto, pode apresentar as seguintes serras, tôdas de pequeno vulto e contrafortes da Borborema: Aldeia, Boi, Gameleira, Canastra, Campineiro, Capim, Cruzeiro, Espinho, Juremá, Labirinto, Pau-d'Arco, Poço Escuro, Quati, Amarelinha, Prata, Lameiro, Tanque do Chão, Salgadinho, Belo Horizonte, Pedro Vieira e Várzea da Cobra. Algumas delas possuem interessantes grutas e cavernas. O município situa-se entre os que possuem rêde fluvial mais extensa no Estado. Os cursos d'água que se destacam são os rios Mamanguape e seu tributário, o Araçagi, bem como o Guarabira que lhe dá o nome; citam-se, ainda, os riachos Araçagi-Mirim, Mumbuca, Curral Picado, Tananduba, Poço Escuro, Quandu, Padre, Piraúna, Quati e outros. Convém notar que o rio Mamanguape é um dos mais importantes do Estado.

Vista parcial da Avenida Pedro II

RIQUEZAS NATURAIS — Existem no município algumas matas que, embora pequenas, fornecem lenha e madeiras diversas para construções. As riquezas de origem animal são representadas por peixes, encontrados em açudes do município, como também alguns animais: o veado, o mocó, o gato-maracajá, etc. Registra-se, quanto às de origem mineral, a existência de argila, ótima para a confecção de tijolos, telha e artefatos de barro.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, Guarabira, em relação aos 41 municípios existentes no Estado, naquela época, colocava-se no 4.º lugar quanto ao número de habitantes, que somavam 81 204, representando 4,73% da população total da Paraíba. No quadro abaixo verifica-se a localização dessa população:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Guarabira	26 354	9 245	17 780
Alagoinha	8 693	1 866	6 785
Araçagi	18 510	1 669	16 214
Cachoeira	5 564	393	5 214
Cuitegi	3 121	608	2 419
Mulungu	10 128	2 480	7 311
Pirpirituba	8 834	3 110	5 687
TOTAL	*81 204*	*19 551*	*61 653*

Daí se verifica que as principais aglomerações urbanas eram a sede do município e as vilas de Pirpirituba, Mulungu e Alagoinha, respectivamente com 9 245, 3 110, 2 480 e 1 866 habitantes. Atualmente, Pirpirituba e Alagoinha são sedes dos municípios dos mesmos nomes. Localizam-se no quadro rural 61 653 pessoas, correspondendo a 75,5% do total. Essa taxa é pouco superior à do Estado, que é de 73%.

Vista da Praça João Pessoa

Segundo os diferentes grupos, assim se distribuíam os munícipes: *Sexo* — 38 882 homens e 42 322 mulheres; *Côr* — 45 543 brancos, 6 019 pretos, 29 518 pardos e 124 sem declaração de côr; *Religião* — 80 536 católicos apostólicos romanos, 418 protestantes, 38 espíritas, 8 de outras religiões, 63 sem religião e 141 sem declaração de religião. *Estado conjugal* (Pessoas de 15 anos e mais) — 16 084 solteiros, 25 699 casados, 39 desquitados e 3 198 (653 homens e 2 535 mulheres) viúvos. Estrangeiros havia apenas 4, inclusive 1 naturalizado brasileiro.

Ginásio N.S.ª da Luz

Em conseqüência do desmembramento territorial sofrido pelo município, com a criação dos municípios de Pirpirituba e Alagoinha, a sua população ficou reduzida, segundo estimativa elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística para 31-XII-1956, a 70 826 habitantes. Essa população dá-lhe uma densidade demográfica de 122,53 habitantes por quilômetro quadrado, das mais elevadas do Estado e muitíssimo superior a dêste que é de 33,69.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Guarabira, econômicamente falando, é um dos mais progressistas da Paraíba. Tem como principal fonte de progresso a agricultura, destacando-se as culturas da mandioca, batata-doce, laranja, algodão herbáceo e outras, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mandioca	4 300	Tonelada	82 400	17 304
Batata-doce	700	»	8 250	12 375
Laranja	90	Cento	1 750	11 900
Algodão herbáceo	1 450	Arrôba	67 000	10 050
Outras	2 984	—	—	29 460
TOTAL	*9 524*	—	—	*91 089*

A pecuária está representada pela criação do gado bovino, asinino, eqüino, caprino, etc., cujos efetivos foram calculados pelo Departamento Estadual de Estatística, para 31-XII-1956, conforme se verifica na seguinte tabela:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Bovinos	20 000
Muares	5 500
Caprinos	5 200
Asininos	5 000
Eqüinos	2 100
Ovinos	1 300
Suínos	1 200
TOTAL	*40 300*

O comércio local é exercido por 14 estabelecimentos atacadistas e 84 varejistas, sendo um dos mais representativos da Paraíba. As indústrias de maior evidência em Guarabira são as de beneficiamento do algodão e agave, em decorrência da atividade agrícola, além das de sabão, rêdes, bebidas, mosaico, móveis, curtume, engenhos de rapadura e aguardente, etc. O quadro a seguir permite verificar as principais indústrias do município, em ordem decrescente do valor, no ano de 1956 e onde se destacam, sobremodo, as produções de algodão, com 71%, sabão comum, com 16% e fibra de agave ou sisal, com 11% sôbre o total obtido:

PRODUTOS	N.º DE ESTABELECIMENTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PESSOAL EMPREGADO	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão em pluma e outros	2	kg	893 419	45	37 263
Sabão	3	»	406 696	27	8 793
Fibra de agave	179	»	974 800	690	5 814
Artefatos de couro	2	»	103 938	24	2 658
Artefatos de barro	3	Milheiro	8 485	67	2 141
Outros *	563	—	—	1 847	16 171
TOTAL	*752*	—	—	*2 700*	*72 840*

* Inclusive casa de farinha de mandioca.

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO — Existem duas casas bancárias (filiais) e uma Associação de Crédito Agrícola.

Cine São José e Praça Antônio Guedes

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir espelha as finanças do município, no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal	
1950	586	2 863	2 199	1 944
1951	863	5 890	2 857	2 942
1952	950	5 696	3 050	3 140
1953	1 171	5 445	3 465	3 465
1954	1 172	6 676	3 389	3 389
1955	1 349	7 375	4 566	4 566
1956	1 922	7 842	6 203	5 688

Agência Municipal de Estatística, Agência dos Correios e Telégrafos e Cine São José

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município liga-se às sedes de seus vizinhos por estradas de rodagem e ferro (Rêde Ferroviária do Nordeste):

1 — Mamanguape, rodoviário — 50 km; misto, via Sapé (ferroviário — 52 km, rodoviário — 37 km).

2 — Pirpirituba (rodoviário — 10 km, ferroviário — 13 km).

3 — Alagoinha, rodoviário — 17 km.

4 — Pilões, rodoviário — 22 km.

5 — Caiçara (rodoviário — 34 km, ferroviário — 34 quilômetros).

6 — Sapé (ferroviário — 52 km, rodoviário — 69 km).

7 — Pilar (ferroviário — 78 km, rodoviário — 91 quilômetros). Misto (ferroviário — 62 km, rodoviário — 20 km.

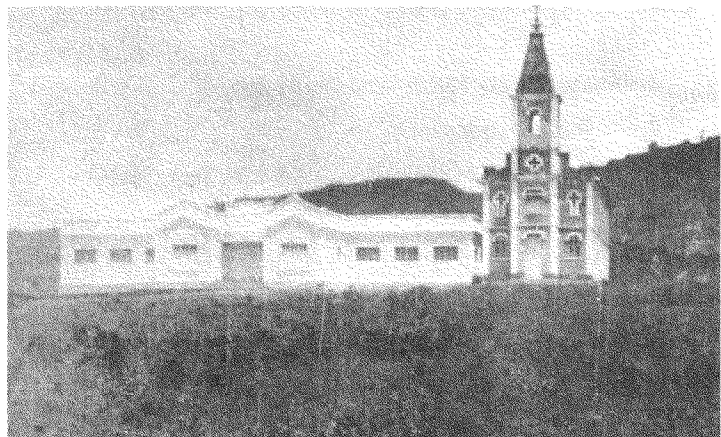
Está ligado à capital do Estado por meio de rodovia (109 km) e por ferrovia (95 km).

Há no município (31-XII-1956) 120 veículos rodoviários: 55 caminhões, 23 camionetas, 18 automóveis, 16 jipes e 8 ônibus. Sua rêde rodoviária estende-se por cêrca de 300 quilômetros.

O município é bem servido de meios de comunicação. Além do serviço telefônico, através do qual se comunica com a Capital do Estado e outras cidades paraibanas, dispõe de agências do Departamento dos Correios e Telégrafos na sede do município e nas vilas de Cuitegi, Araçagi, Mulungu e Cachoeirinha. Serve também a Guarabira, Cachoeira e Mulungu o serviço telegráfico da Rêde Ferroviária do Nordeste.

ASPECTOS URBANOS — Com cêrca de 10 000 habitantes, é Guarabira uma das principais cidades da Paraíba. Possui 76 logradouros públicos e 3 435 prédios. Daqueles 23 são pavimentados, 3 arborizados e 1 ajardinado. É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a 36 logradouros, com cêrca de 3 000 focos, e a domiciliária conta com aproximadamente 2 000 ligações. Há serviço de

Hospital Regional Municipal

água canalizada, inaugurado em 1956. Os reservatórios têm capacidade para 200 000 metros cúbicos. Além de 700 ligações domiciliárias, há 24 chafarizes públicos, localizados em vários pontos da cidade. É servida de telefone, através de cujo serviço se comunica com a capital do Estado. Funcionam na cidade 3 cinemas, uma estação de radiodifusão (ZYR-6 — Rádio Independência de Guarabira), 2 hotéis, além de várias pensões. Dentre seus principais logradouros, destacam-se as praças Antônio Guedes, Nossa Senhora da Luz e João Pessoa, e a Avenida D. Pedro II. Os seus edifícios mais importantes são: Matriz de Nossa Senhora

Ginásio Santo Antônio (masculino)

da Luz, Prefeitura Municipal, Hospital Regional, Ginásio Nossa Senhora da Luz, Correios e Telégrafos e Cine São José.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe um estabelecimento designado Unidade Sanitária, mantido pelo Govêrno Estadual, sendo a atividade do mesmo a clínica médica geral. O corpo clínico da referida instituição é constituído de 1 médico, 2 atendentes, 1 visitador sanitário e 2 guardas. Possui, ainda, a cidade, duas farmácias e 3 drogarias, com sortimento regular. Como se vê, neste aspecto, o município encontra-se muito atrasado, de vez que, pela situação econômica e social que desfruta, comportaria larga amplitude neste setor.

ALFABETIZAÇÃO — O quadro a seguir espelha a situação do município quanto ao nível de instrução geral das pessoas de 5 anos e mais, segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	11 248	16,6
Não sabem ler nem escrever	56 354	83,4
TOTAL	*67 602*	*100,0*

Ensino — Existem, no município, noventa e sete estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, trinta e sete escolas de ensino supletivo para adultos, uma escola de comércio e um ginásio, junto ao qual funciona um curso normal. A matrícula inicial registrada em 1957 foi de 1 892 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Conta a cidade com a biblioteca Rodrigues de Carvalho, mantida pelo Govêrno Municipal, com 2 383 volumes, sendo bem regular a freqüência à mesma, de vez que o movimento de consultas no ano de 1956 foi de 2 832.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O poder legislativo está representado, atualmente, por 9 vereadores. Votaram, na última eleição realizada em 3-10-1955, 4 505 pessoas. Presentemente o seu prefeito municipal é o Dr. Osmar de Aquino, eleito pela legenda da União Democrática Nacional.

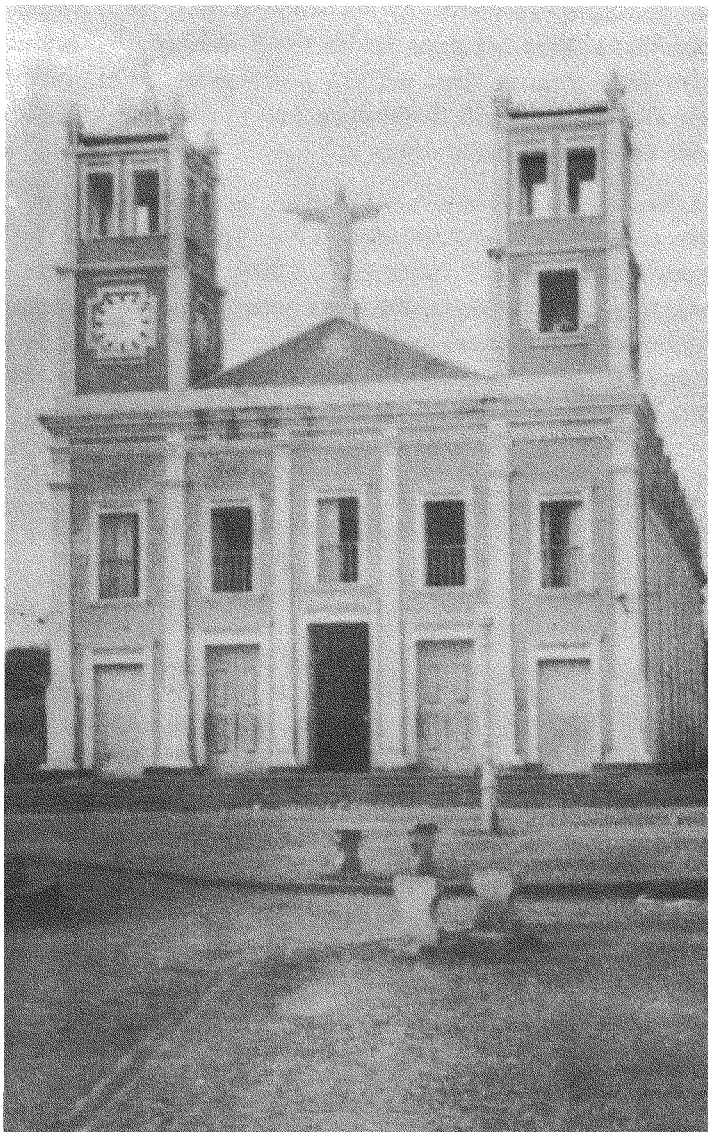
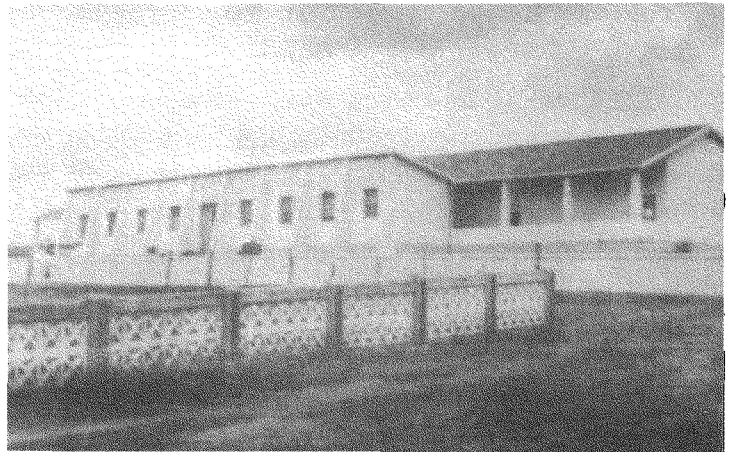
MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E RELIGIOSAS — Além da tradicional festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Luz, comemorada a 2 de fevereiro de cada ano, realizam-se festejos populares juninos em homenagem a São João e São Pedro.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Datas e Notas para a História da Parahyba* — Irieu Ferreira Pinto; 2) — *A Paraíba e seus problemas* — José Américo de Almeida; 3) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 4) — Anuário Estatístico do Brasil — 1954; 5) — *Sinopse Estatística do Município de Guarabira* — 1948; 6) — Documentação Municipal da Inspetoria Regional de Estatística.

AUTORIA — Severino Baracuhy.

INGÁ — PB

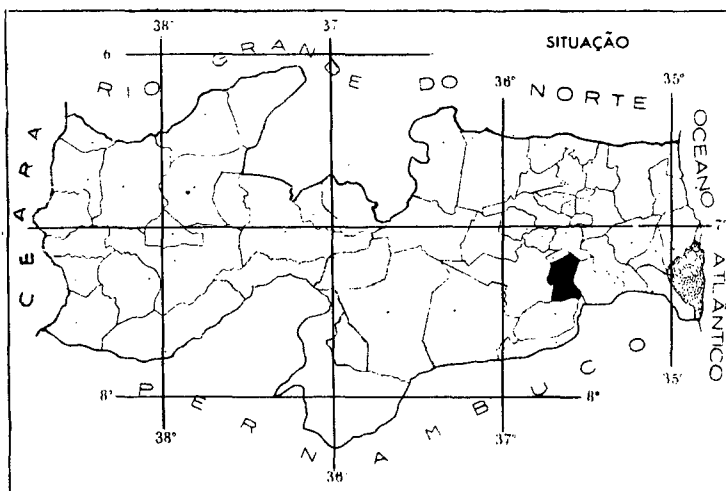
Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Nome de origem indígena, significa "cheio d'água", afirma Coriolano de Medeiros, no seu "Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba". Ingá tem sua história sujeita a controvérsias, de vez que diferem as opiniões a respeito de seus fundadores. Asseguram uns que um certo português, Manuel da Costa Travassos, obtivera, em tempo remoto, permissão para explorar aquelas terras, ali fixando residência, dedicando-se à criação de gado e à agricultura. Erigiu uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município, e, em tôrno do templo, desenvolveu o povoado que, florescente, passou à categoria de vila com o nome de Vila do Imperador (Lei provincial n.º 6, de 3 de novembro de 1840). Querem outros que, já em meados do século XVII, ali residiam ou possuíam fazendas de criação Francisco de Arruda Câmara, Gaspar Correia e Cosma Tavares Leitão, viúva do grande sertanista Teodósio de Oliveira Lêdo. Para lá, em 1776, fôra atraído Manuel Francisco, o descobridor do rio Cairaré. Obtendo, às margens dêsse rio, uma data de terra, Manuel Francisco aí situou moradia e currais, formando-se, então, o povoado que, mais tarde, passou à vila, com o nome já citado de Vila do Imperador e que, em 1864, pela Lei provincial n.º 3 foi substituído pelo de Ingá.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição

Grupo Escolar Abel da Silva

Pela existência de contínuos blocos de pedra com inscrições e numerosas gravuras indígenas, ali existentes, tem-se a impressão de que os primitivos habitantes da região eram dotados de apreciáveis conhecimentos. Infelizmente, as "Itaquatiaras" do Ingá não foram, até hoje, devidamente decifradas, aguardando-se, de futuro, alguém que traga luzes sôbre o que pretenderam dizer os seus autores. A isso a que podemos chamar de monumento arqueológico, o povo batizou de "Pedra Lavrada", e serviu de ponto de referência aos que demandavam o sertão da Paraíba, através de suas primeiras estradas.

A Lei estadual n.º 152, de 18 de maio de 1900, suprimiu o município, o qual foi, posteriormente, restaurado pela de n.º 225, de 19-11-1904. Nas divisões administrativas do Brasil, concernentes a 1911 e 1933, Ingá figura integrado por um distrito apenas, o da sede. Consoante as divisões territoriais de 31-12-1936 e 31-12-1937, como também o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o município em aprêço subdivide-se em quatro distritos: Ingá, Riachão do Bacamarte, Cachoeira de Cebolas e Serra Redonda, sendo que, de acôrdo com a primeira divisão territorial acima referida, Ingá é têrmo judiciário da comarca de Itabaiana, enquanto que, na segunda, e de conformidade com o quadro anexo ao Decreto-lei n.º 1 010, acima mencionado, e no territorial fixado para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, o têrmo judiciário é subordinado à comarca de Campina Grande, sendo que, por êste último Decreto e o de n.º 520, de 31-12-1943, que apresenta o quadro territorial a vigorar no qüinqüênio 1944-1948, continua idêntica formação distrital, observando-se, contudo, que, desde o estabelecimento do qüinqüênio 1939-1943, o distrito de Cachoeira de Cebolas possui nova designação — Itatuba. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 39, de 10-4-1940, criou-se a comarca de Ingá, abrangendo um só têrmo, o da sede, desligado da de Campina Grande. O distrito de Pontina, que não figurava no quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, aparece no relativo a 1949-1953, fixado pela Lei n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, ficando, assim, o município com os seguintes distritos: Ingá, Itatuba, Riachão do Bacamarte, Serra Redonda e Pontina. A Lei estadual n.º 992, de 17 de novembro de 1953, criou o município de Serra Redonda, por fracionamento do território de Ingá, de modo que, pela Lei estadual n.º 1 198, de 2 de abril de 1955, o município

fica composto dos distritos de Ingá, Itatuba, Riachão do Bacamarte e Pontina.

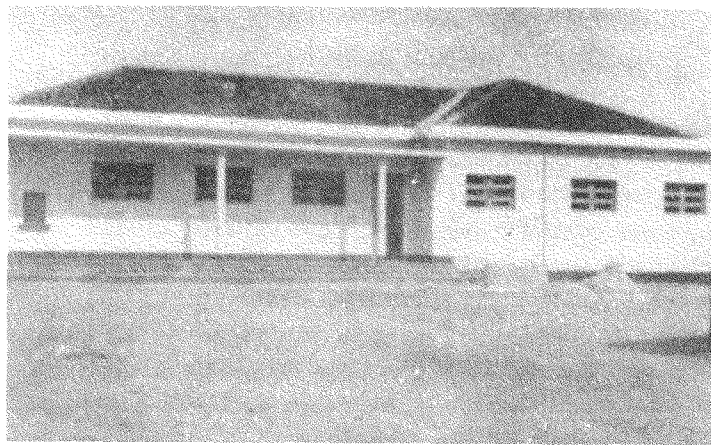
LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica da Caatinga, são seus municípios limítrofes: Itabaiana, Umbuzeiro, Aroeiras, Campina Grande, Serra Redonda e Alagoa Grande. A cidade de Ingá, sede do município, com 144 metros de altitude, tem como coordenadas geográficas 7° 17' 26" de latitude Sul e 35° 36' 31" de longitude W.Gr. Dista, em linha reta, da capital do Estado, 85 quilômetros e encontra-se, em relação à mesma, no rumo oés-sudoeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Apresenta o clima comum do Estado, isto é, quente e sêco, variando a temperatura entre 22 e 34°C à sombra.

ÁREA — Com a superfície de 480 quilômetros quadrados (cálculo efetuado pelo Departamento Estadual de Estatística, em face do desmembramento do antigo distrito de Serra Redonda), está no 41.° lugar em relação às áreas dos demais municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Grande parte do município situa-se nos contrafortes da Borborema, e são suas serras de maior destaque a do Gentio, do Pontes, Verde, Velha e Zabelê. Os cursos d'água que banham o município são os rios Gurinhém, Paraibinha, Surrão ou Caiuraré, Cachoeira e Bacamarte ou Ingá, que é o mais importante dentre êles; completam êsse aspecto os riachos Cedro, Tabocas e Tatu.

RIQUEZAS NATURAIS — Apenas as grandes jazidas de pedra granítica merecem destaque, muito embora exista em quase todo o município argila para a fabricação de tijolos, telhas e louças de barro.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, habitavam o município 29 107 pessoas, sendo 13 544 do sexo masculino e 15 563 do feminino. A população estava assim constituída: segundo a côr, eram brancos 19 430; pretos 2 583 e pardos 6 965, enquanto não declararam a côr 129; professavam a religião católica apostólica romana 28 513, a protestante 382, a espírita 8, havia sem religião 3 e sem declaração de religião 201; solteiros 6 008, casados 7 e viúvos 209 homens e 837 mulheres. Afora um brasileiro naturalizado e um sem declaração de nacionalidade, os demais habitantes eram brasileiros natos.

Maternidade Municipal (em fase de conclusão)

Localização da população — Dos 29 107 habitantes do município, encontravam-se no quadro rural 21 939, enquanto que, nos quadros urbano e suburbano, existiam 7 168. Esta população estava distribuída segundo os distritos do seguinte modo: Ingá 10 045 almas, Itatuba 5 622, Riachão do Bacamarte 2 629 e Serra Redonda 10 811.

Estimativa da população — O Departamento Estadual de Estatística calculou para 31-12-1956 a população do município em 20 350 pessoas, inferior, portanto, em relação à de 1950, de vez que houve desmembramento de seu território para formação do município de Serra Redonda. Está no 39.° lugar em relação à população das demais comunas do Estado e representa 1,07% sôbre o total da população paraibana. Para a cidade foi de 3 665 habitantes a estimativa feita, ficando esta no 21.° lugar entre as demais da Paraíba. É de 42,39 habitantes por quilômetro quadrado sua densidade demográfica.

Aglomerações urbanas — Existiam, em 1950, segundo o Recenseamento Geral, a cidade e três vilas, que eram: Ingá com 3 295 pessoas; Itatuba — 1 097; Riachão do Bacamarte — 994 e Serra Redonda com 1 782. Além dessas aglomerações, existem os povoados de Gameleira, Cachoeira dos Barbosas e Várzea Nova, no distrito da sede; Curemas, Serra Velha e Cajá, em Itatuba e, finalmente, Bacamarte no distrito de Riachão do Bacamarte.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária do município ocupam 60% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), principalmente distribuídas no trato das culturas de algodão, agave, feijão, milho e mamona.

União Cultural Ingàense

Agricultura — A tabela abaixo demonstra, por espécie, a produção agrícola do município, no ano de 1956:

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão herbáceo	2 620	Arrôba	60 590	6 816
Feijão	1 520	Saco de 60 kg	4 950	5 940
Agave (fibra)	573	kg	315 000	1 890
Fava	1 200	Saco de 60 kg	3 500	1 400
Milho	1 292	» » » »	4 120	824
Mamona	20	kg	60 000	360
Laranja	4	Cento	3 500	350
Manga	3	»	1 920	192
Mandioca	34	Tonelada	160	144
Côco-da-baía	27	Cento	570	114
Banana	1	»	2 700	76

Pecuária — A pecuária do município apresenta para o ano de 1956, segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, os rebanhos com os seguintes efetivos:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Bovinos	15 000
Suínos	4 000
Caprinos	3 000
Ovinos	2 800
Asininos	800
Muares	800

Comércio — É de pequena significação, a não ser por parte de algumas firmas que se encarregam da venda de fibras de algodão e agave e produtos de couro (alpercatas, cintos, arreios diversos para animais, etc.), existindo 2 estabelecimentos atacadistas e 63 varejistas.

Vista parcial da cidade

Associação Rural do município

Indústria — Segundo resultados preliminares do Registro Industrial de 1956, apresentava o município 25 estabelecimentos industriais. O quadro abaixo permite verificar as principais indústrias de transformação e o valor total dessa produção, que foi de 63 065 milhares de cruzeiros.

ESPÉCIE	UNIDADE	QUANTIDADE	PESSOAL OCUPADO	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão em pluma	kg	1 551 002	85	47 746
Fibra de agave	»	387 760	183	2 265
Pães e outros	»	71 829	11	1 216
Calçados	Par	14 951	11	630
Outros	—	—	—	531

FINANÇAS PÚBLICAS — Para o período 1950-1957, são os seguintes os dados sôbre as finanças do município de Ingá:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	229	1 131		302	1 044
1951	243	1 808	802	366	791
1952	242	1 439	1 050	412	1 005
1953	289	1 532	1 283	302	1 218
1954	284	2 237	1 196	404	1 094
1955	248	4 277	1 488	627	1 486
1956	259	4 527	1 858	721	1 856
1957 (1)	. . .	. . .	1 917	728	1 917

(1) Orçamento.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Com seus vizinhos, liga-se o município de Ingá por via rodoviária e ferroviária. Por estradas de rodagem, com Itabaiana (39 quilômetros), Umbuzeiro (110), Aroeiras (74), Campina Grande (37), Serra Redonda (18) e Alagoa Grande (94). E, por ferrovia, com Itabaiana (38 quilômetros) e Campina Grande (44 quilômetros). Com a Capital Estadual, através de rodovia, 100 quilômetros e por ferrovia, 110 quilômetros.

No município há 10 caminhões, 3 automóveis, duas camionetas e 1 jipe. Sua rêde rodoviária mede 152 quilômetros.

As comunicações são efetuadas por uma Agência Postal-telegráfica na sede e uma Postal-telefônica na vila de Itatuba. Há, ainda, na sede e na vila de Itatuba, um pôsto telefônico explorado pelo Serviço Telefônico da Cidade de Campina Grande, em cooperação com o de Ingá.

Mercado Público Municipal

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ingá possui 35 logradouros, dos quais 7 são pavimentados a paralelepípedos e 3 arborizados. Nas suas zonas urbana e suburbana existem, aproximadamente, 1 028 prédios. A iluminação pública e domiciliária estende-se a 23 artérias, sendo que nelas o número de ligações ascende a 380. As praças Getúlio Vargas, Rio Branco e Antenor Navarro são os principais logradouros. Conta, ainda, a cidade com 2 hotéis e 1 cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Encontra-se na sede municipal o Pôsto de Higiene mantido pelo Govêrno do Estado, que se dedica à clínica médica geral. Exercem suas atividades profissionais no município 1 médico e 1 farmacêutico. Há, ainda, uma farmácia e duas drogarias, sendo que uma destas está localizada na vila de Itatuba.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — São duas as cooperativas existentes no município: Cooperativa Caixa Rural de Ingá Limitada, com 236 associados, tende sido efetuados, pela mesma, em 1956, 99 empréstimos no valor de Cr$ 402 950,00, e a Cooperativa Agrícola Mista de Itatuba Limitada, com 204 associados e o número de 116 empréstimos no valor de Cr$ 543 560,00, também em 1956.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência de 24 384 pessoas de 5 anos e mais no município, sendo que, destas, sabiam ler e escrever 5 243 e não o sabiam 19 141. Êste índice de analfabetos (78,49%) era, pois, superior ao do Estado, com 74,70.

Ensino — A atividade escolar do município está representada pelo funcionamento de 55 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe uma biblioteca pública com 1 530 volumes e duas associações esportivas e culturais: a União Cultural Ingaense e o América Futebol Clube.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O Poder Legislativo municipal está representado por 7 vereadores em exercício, tendo votado na última eleição (31-10-1955) 2 678 eleitores. O Prefeito atual do município é o Senhor Francisco Ernesto de Andrade.

OUTROS ASPECTOS — Gravados na rocha granítica são encontrados desenhos e sinais de várias espécies; essas rochas são conhecidas, vulgarmente, por "Pedra Lavada" ou, pelos estudiosos, como "Itaquatiaras do Ingá".

BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *Sinopse Estatística do Município de Ingá* — C.N.E. — 1948. 3) Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — Severino Baracuhy Ramalho.

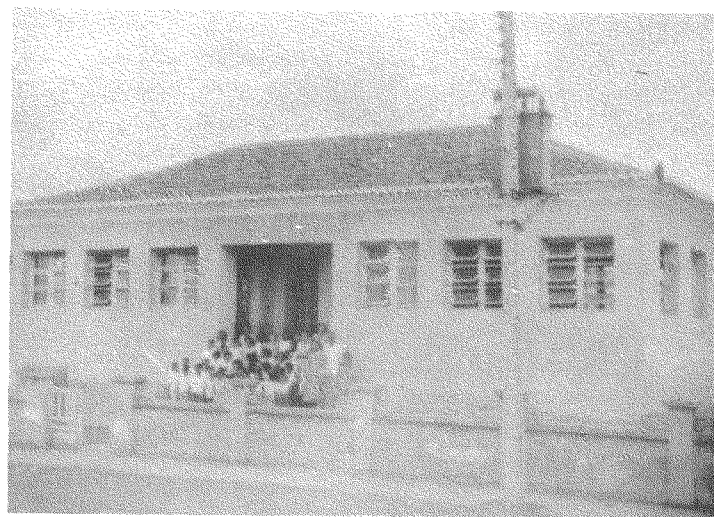
ITABAIANA — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O nome do município apresenta controvérsia histórica em tôrno de sua correta grafia. Para uns, é simplesmente Tabaiana, oriundo do vocábulo indígena *taba-anga*, que significa "morada das almas", enquanto outros registram Itabaiana, também provindo do tupi-guarani e resultante da fusão de *ita* ("pedra") e *baiana* ("que dança"), alusivos a uma pedra vermelha então existente no leito (freqüentemente sêco) do rio Paraíba, que corta a região, a qual balançava-se, em movimentos rotatórios, como que dançando. Esta parece a versão mais correta para explicar o significado do topônimo.

Em meados do século XVIII, muito provàvelmente, tem início a formação do núcleo colonial que originou Itabaiana, com os fundamentos da Missão do Pilar, estabelecidos no local pelos padres Jesuítas. Há quem afirme, até, que um certo padre Fidélis foi o fundador da povoação, localizada no município de Pilar.

A Lei provincial n.º 125, datada de 11 de outubro de 1864, cria a comarca de Itabaiana, com jurisdição sôbre o território de Pilar, inclusive.

Na primeira metade do século XIX, os moradores de Itabaiana, de armas nas mãos, participaram dos movimentos liberais revolucionários que se sucederam nos idos de 1817, 1824 e 1848. Tanto que, ainda hoje, existem vestígios dos combates sangrentos travados no riacho das Pedras entre os revoltosos de Félix Antônio e os legalistas do Presidente Felipe Nery, êstes sob o comando do coronel Estêvão Carneiro da Cunha.

Grupo Escolar Ana Ribeiro

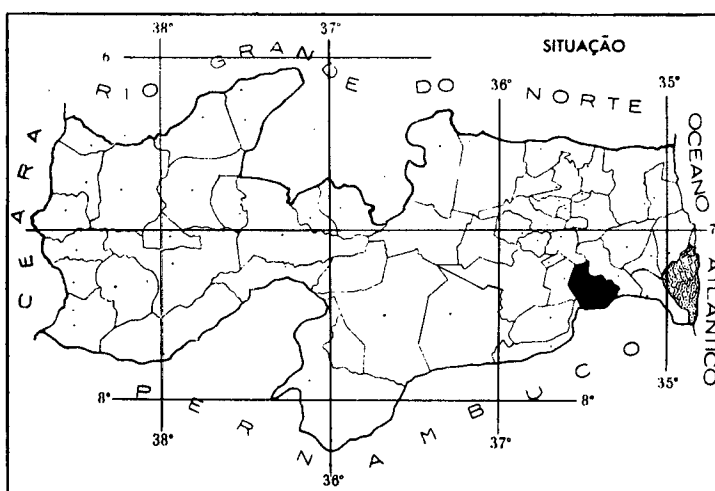
Igreja-Matriz Municipal

Pela Lei provincial n.º 723, de 1.º de outubro de 1881, o povoado foi erigido em vila, com a denominação de Itabaiana do Pilar. Êsse mesmo dispositivo legal suprimiu, ainda, o município de Pilar, cujo território foi anexado ao de Itabaiana, para onde se transferiu a sede municipal. Contudo, a Lei provincial n.º 800, de 8 de outubro de 1885, recompôs essa situação, fazendo voltar Pilar à categoria de vila e município ao qual se subordinou novamente Itabaiana, durante mais um lustro, quando foram definitivamente restaurados o município e a vila dêsse nome, pelo Decreto estadual n.º 14, de 23 de abril de 1890. Um ano após, o Decreto estadual n.º 63, de 26 de março de 1891, eleva a vila à categoria de cidade, conservando-lhe a primitiva denominação.

A paróquia de Nossa Senhora da Conceição, criou-a o Decreto diocesano de 2 de fevereiro de 1903, tendo sido "vigário encomendado" o reverendo padre Simão Phileto Patrício da Costa. Segundo a divisão administrativa do Brasil, datada de 1911, Itabaiana compõe-se do distrito de igual nome e dos de Salgado e Mogeiro de Cima, figurando, porém, na relativa a 1933, com apenas o distrito da sede.

Nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o município de Itabaiana compõe-se de quatro distritos: Itabaiana, Guarita, Mogeiro e Salgado. No quadro territorial em vigor no qüinqüênio fixado pelo Decreto n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938 (1939-1943), nenhuma alteração foi proposta; contudo, a comarca aparece dividida em dois têrmos — Itabaiana e Pilar, tendo êste último, contudo, se tornado comarca em 1940. Em face do Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, alterou-se para Tabaiana o topônimo da comarca e município, o qual, no qüinqüênio 1944-1948, ficou composto dos distritos de Tabaiana, Aburá (ex-Salgado), Guarita e Mogeiro. Pela Lei n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, o topônimo volta a Itabaiana, compondo-se dos distritos da sede, Mogeiro, Guarita e Salgado de São Félix (ex-Aburá). A Lei estadual n.º 996, de 17 de dezembro de 1953, criou-lhe o distrito de Campo Grande, elevando o total para cinco, de modo que, com a Lei n.º 1 198, de 2 de abril de 1955, são os seguintes seus distritos: Itabaiana, Campo Grande, Guarita, Mogeiro e Salgado de São Félix.

LOCALIZAÇÃO — O município de Itabaiana acha-se localizado na Zona Fisiográfica da "Caatinga", a sudoeste do Estado, limitando-se com os municípios paraibanos de Alagoa Grande, Ingá, Pilar e Umbuzeiro e os pernambucanos de Macaparana e Timbaúba. A sede municipal, que dista, em linha reta, 56 quilômetros de João Pessoa, seguindo o rumo S.O., situa-se a 80 metros acima do nível do mar e tem por coordenadas geográficas de latitude Sul 7° 19' 44" e de longitude W. Gr. 35° 19' 58".

SITUAÇÃO
RIO GRANDE DO NORTE
CEARÁ
PERNAMBUCO
OCEANO ATLÂNTICO

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Predominantemente quente e sêco, torna-se por demais abafado na época do verão e agradável pelo inverno. As temperaturas (médias) máxima e mínima sofrem oscilações entre 28°C e 24°C, à sombra, enquanto as precipitações pluviométricas assinaladas para o ano de 1956 foram da ordem de 770,2 milímetros.

ÁREA — Sua extensão territorial é de 612 quilômetros quadrados, portanto, o 33.º em superfície, no Estado, dentre seus 57 municípios.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Município pouco acidentado, tem a apresentar, contudo, a particularidade de ser banhado pelas águas do principal rio do Estado, o Paraíba, o qual, dentro de seu território recebe o rio Ingá e, entre outros, os riachos Salgado e Nogueira. Uma pequena rêde de açudes públicos e particulares se espalha por tôda a comuna, servindo-lhe a população e rebanhos, notadamente à época das sêcas que assolam o município, com freqüência. As únicas elevações que merecem destaque são as serras do Aburá e a do Piraná, onde se ergue o pico do Quicê, a 660 metros de altitude.

Avenida Presidente João Pessoa

RIQUEZAS NATURAIS — Pouco se tem a registrar nesse setor, além de algumas referências sôbre as pequenas matas que ainda lhe restam e a presença de jazidas de calcários e argila. Das primeiras se cortam madeira de lei para a indústria de móveis e construção civil e lenha para o consumo da população; entre as jazidas, convém pôr em destaque as de pedra calcária, donde se extrai uma fina cal, muito procurada pela indústria da construção civil da capital e dos arredores, pela excelência das qualidades que apresenta. Também há intensa exploração de argila para o fabrico de tijolos e telhas e artefatos de barro.

POPULAÇÃO — Por ocasião do último Recenseamento Geral, efetuado em 1950, o município contava com 38 471 habitantes, os quais se distribuíam pelas zonas urbana e rural, como segue:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Itabaiana	12 587	8 670	3 917
Guarita	4 823	202	4 621
Mogeiro	10 833	616	10 217
Salgado de São Félix	10 228	1 083	9 145
TOTAL	*38 471*	*10 571*	*27 900*

Como ocorre, freqüentemente, no Estado, também em Itabaiana era larga a predominância dos que habitavam o campo sôbre os dos centros urbanos. Assim, dos 38 471 indivíduos que abrangiam a população itabaianense, cêrca de 72,52% viviam na zona rural, enquanto no Estado êsse índice era de 73,30%. Seus centros urbanos eram a cidade de Itabaiana e as vilas de Guarita, Mogeiro e Salgado de São Félix, sendo que a sede municipal, com 8 670 almas, era o 7.º núcleo em importância na Paraíba, apenas suplantado por:

João Pessoa	89 517
Campina Grande	72 464
Patos	13 889
Santa Rita	12 362
Cajàzeiras	9 832
Guarabira	9 425

Composição — *Sexo*: dividiam-se os itabaianenses entre 18 017 homens e 20 454 mulheres; *cór*: 30 786 brancos, 3 390 pretos, 20 amarelos, 4 233 pardos e 42 sem declaração de côr; *estado conjugal*: 8 100 eram solteiros, 12 333 casados, 3 desquitados e 1 459 viúvos (325 homens e 1 134 mulheres), enquanto 22 aparecem sem declaração específica; *nacionalidade*: à exceção de 8 estrangeiros, todos os mais são brasileiros natos; *religião*: 37 784 católicos apostólicos romanos, 528 protestantes, 39 espíritas, 2 de outras religiões, 98 sem religião e 20 sem declaração de religião.

Estimativa da população — Pelos cálculos procedidos no Departamento Estadual de Estatística, relativos a 31 de dezembro de 1956, havia 42 790 habitantes no município, fato que lhe valia a colocação como o 15.º entre os 57 existentes no Estado, enquanto sua densidade demográfica era de cêrca de 70 habitantes por quilômetro quadrado, e a da Paraíba de, apenas, 33,69.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são o sustentáculo econômico de Itabaiana. Tanto que, por ocasião dos levantamentos censitários de 1950, 9 082 pessoas em idade ativa (10 anos e mais) se dedicavam àquele ramo, com atividade em estabelecimentos rurais.

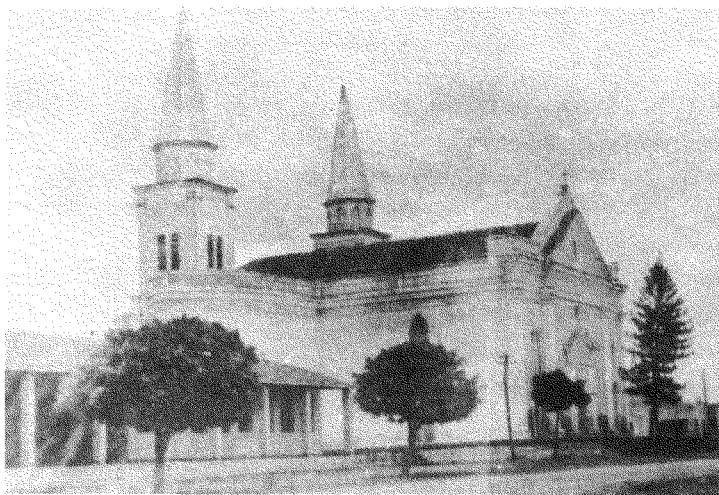
Agricultura — Como cultivos agrícolas mais praticados em Itabaiana, citam-se, em primeiro plano, o algodão, a agave, o milho, o feijão o amendoim e a batata-doce. O valor total da produção agrícola em 1956, ascendeu a quase cinqüenta milhões de cruzeiros, como se pode revelar da seguinte análise e onde o algodão (herbáceo), isoladamente, rendeu Cr$ 18 000,00, que representam quase 40% do valor já mencionado.

PRODUTOS	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	18 900
Milho	7 200
Fava	3 380
Manga	5 400
Agave	3 072
Feijão	2 915
Batata-doce	1 650
Amendoim	990
Mamona	420
Outros	5 463
TOTAL	*49 390*

Pecuária — É de fundamental importância para a economia do município, principalmente seu gado bovino, que é o mais numeroso, dentre os rebanhos itabaianenses, os quais assim se distribuíam:

REBANHOS	N.º DE CABEÇAS
Bovinos	23 000
Asininos	4 600
Caprinos	5 000
Suínos	11 000
Ovinos	4 000
Eqüinos	7 400
Muares	3 200
TOTAL	*54 200*

Êsses rebanhos valiam mais de 50 milhões de cruzeiros, segundo estimativa do Serviço de Estatística da Produção.

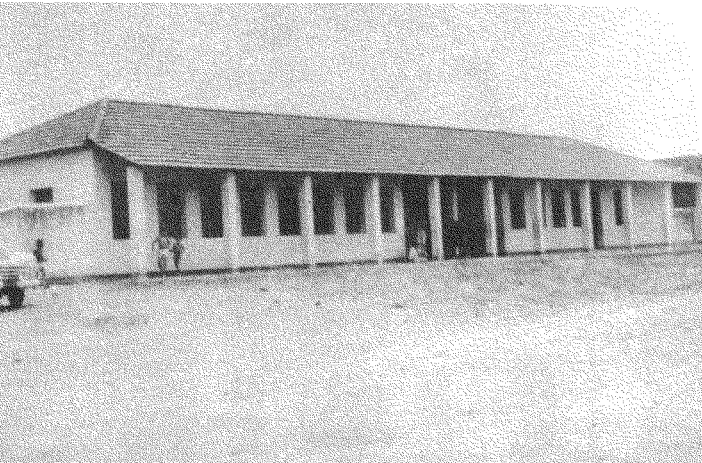
Indústria — A principal indústria estabelecida no município é a do beneficiamento de couros e peles, seguida da fabricação de sabão e do beneficiamento de algodão. Alguns outros pequenos ramos completam essa atividade, cujo cômputo geral, em 1956, atingiu um valor de 56 milhões, 337 mil e 692 cruzeiros.

Igreja da Vila de Guarita

Comércio — Possui um regular movimento comercial que se desenvolve em associação com as praças de Campina Grande, João Pessoa e Recife, principalmente. É feito através da atividade de 2 estabelecimentos atacadistas e 121 varejistas, que importam tecidos, estivas, louças, miudezas, ferragem, etc.; e exportam: couros beneficiados, algodão em pluma e agave (fibra).

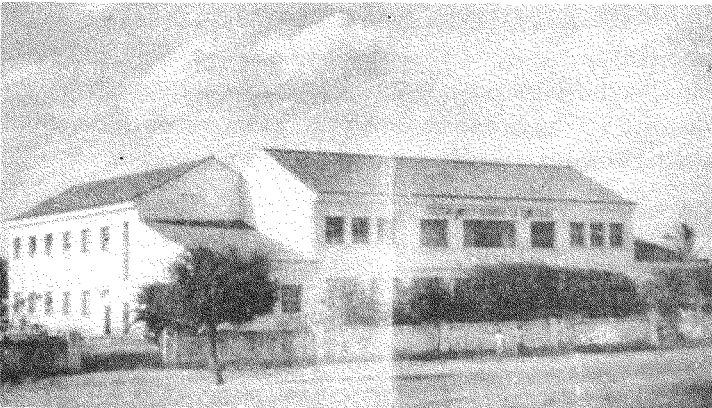
Estabelecimentos de crédito — Na cidade de Itabaiana funcionam dois estabelecimentos bancários: uma Agência do Banco do Brasil S.A. e o Banco de Crédito Agrícola de Itabaiana.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir fixa a posição financeira do município compreendido entre 1950 e 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	810	2 141	1 341	1 021	1 297
1951	1 423	2 483	1 400	786	1 490
1952	2 465	2 688	1 854	916	1 801
1953	1 396	3 502	2 295	889	2 328
1954	2 792	3 369	2 290	989	2 104
1955		4 680	2 589	1 197	2 597
1956		5 833	4 094	1 684	3 745

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — As comunicações entre a cidade de Itabaiana e as sedes dos municípios limítrofes são feitas por estradas de rodagem e de ferro (Rêde Ferroviária do Nordeste). Assim por via rodoviária, liga-se com Alagoa Grande (117 quilômetros), Ingá (39), Pilar (23) e Umbuzeiro (71), na Paraíba e Macaparana (60) e Timbaúba (37), em Pernambuco. Por ferrovia: Alagoa Grande (106 quilômetros), Ingá (38) e Pilar (15). À capital do Estado liga-se por meio de rodovia (73 quilômetros) e ferrovia (72). Há no município 33 caminhões, 13 automóveis, 12 ônibus, 10 camionetas e 7 jipes, perfazendo um total de 85 veículos.

Grupo Escolar Municipal

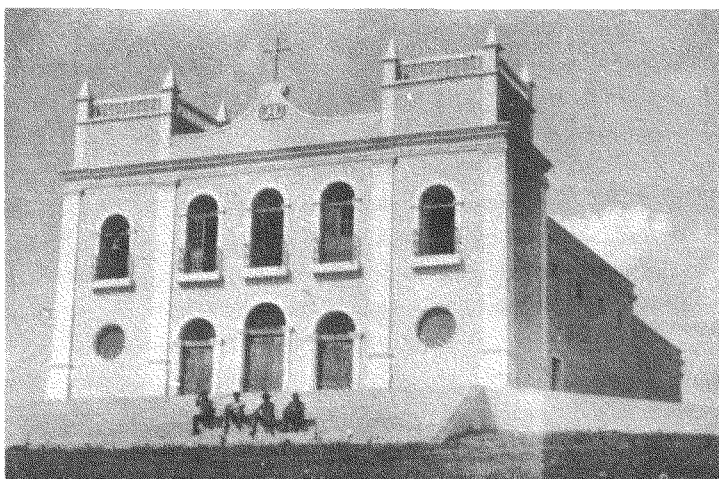
Os meios de comunicação de que se serve o município são todos pertencentes ao Departamento dos Correios e Telégrafos: agência postal-telegráfica situada na cidade e postais-telefônicas nas vilas de Campo Grande, Mogeiro e Salgado de São Félix.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é um dos mais importantes entroncamentos ferroviários do Estado; situa-se à margem direita do rio Paraíba. Atualmente, conta 65 logradouros públicos, sendo uma avenida, 39 ruas, 6 praças e 19 travessas. Dêsse total, 16 logradouros são pavimentados a paralelepípedos, 7 possuem arborização e 2, ajardinamento. Do total acima, tem-se que 12 são pavimentados a paralelepípedos, com uma área de 15 000 metros quadrados, aproximadamente.

Colégio N.S.ª da Conceição

A cidade possui 2 564 prédios, dos quais se destacam a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo, o Colégio de Nossa Senhora da Conceição, o Grupo Escolar Professor Maciel e o Pôsto de Higiene. Aparecem, ainda, na cidade, 1 cinema, 3 hotéis e 4 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionando em conjunto, existem em Itabaiana um Hospital e uma Maternidade com 62 leitos disponíveis, e, à parte, um Pôsto de Higiene Estadual. Suprem a população de medicamentos 4 farmácias e 3 drogarias, enquanto 4 médicos e 2 dentistas exercem suas atividades na sede do município.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Censo Demográfico de 1950 revelam a situação de Itabaiana quanto ao nível de instrução:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	6 769	20,98
Não sabem ler e escrever	25 466	79,62
TOTAL	*32 235*	*100,00*

Igreja-Matriz Municipal

Portanto, o índice de analfabetismo no seio de sua população era dos mais elevados, superior mesmo à média estadual fixada em 73%.

Ensino — Em 1956, havia no município 61 unidades de ensino primário fundamental comum, das quais eram estaduais 31, municipais 16, de ensino supletivo 10 e particulares 4, estando 28 localizadas na zona urbana e 33 na rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O único órgão informativo existente denomina-se "A Fôlha" e circula quinzenalmente; uma Biblioteca Pública Municipal, contando 1 200 volumes catalogados, funciona na sede municipal. Há duas tipografias operando no município.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O Poder Legislativo compõe-se de 9 vereadores em exercício, sendo o atual Prefeito o Sr. Benedito da Silveira, eleito pelo Partido Social Democrático. Em 3 de outubro de 1955, votaram 4 238 eleitores.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — Realiza-se todos os anos, de 4 a 8 de dezembro, a tradicional Festa da Padroeira — Nossa Senhora da Conceição. A data mais importante comemorada pelos itabaianenses é o 24 de maio, alusivo à Batalha do Riacho das Pedras, travada entre legalistas e revolucionários da Confederação do Equador, em 1824.

VULTOS ILUSTRES — Contam-se entre seus maiores filhos: *Florentino Meira de Vasconcelos*, que foi Ministro da Marinha e Senador do Império. *João Luís Freire*, revolucionário famoso de 1817; e *José Barbosa Monteiro*, engenheiro militar e jornalista emérito.

OUTROS ASPECTOS — Itabaiana já possuiu a maior feira de gado da Paraíba, condição que perdeu há pouco tempo. No entanto, às segundas-feiras, ainda é apreciável o movimento de compra e venda de gado.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *Sinopse Estatística do Município de Itabaiana* — C.N.E. — 1948. 3) *Monografia de Itabaiana* — C.N.E. — 1957. 4) Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — *Histórico*: Manuel Meireles. *Redação final*: Haroldo Escorel Borges.

ITAPORANGA — PB

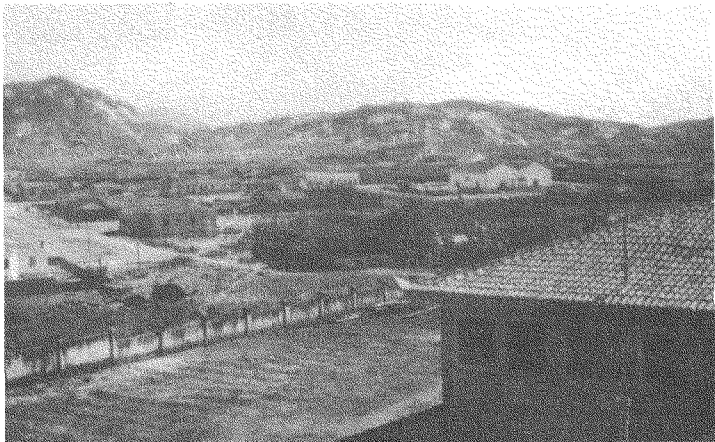
Mapa Municipal no 5.º Vol.

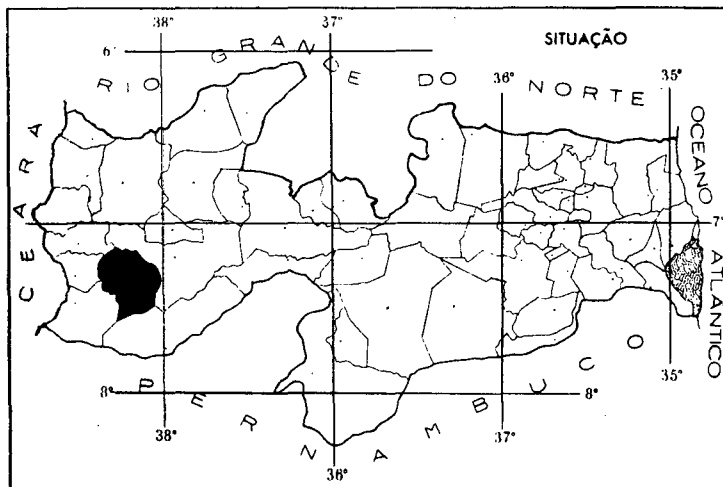
HISTÓRICO — Itaporanga, palavra de origem indígena, significando "Pedra Bonita", lembra a constituição do relêvo do solo, na sua maioria formado de tabuleiros pedregosos e ondulados e de consideráveis elevações cobertas de escassa vegetação.

O povoamento das terras onde hoje se localiza o município data do ano de 1765, quando o sertanista Antônio Vilela de Carvalho adquiriu, da Casa da Tôrre, uma data de terras, erigindo modesta vivenda, em local que deu origem à cidade. Por volta de 1840, Alexandre Gomes da Silva, Joaquim Carnaúba, João Madeira e o padre Lourenço fizeram erguer, então, de pedra e argila, casas de moradia e uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Por Decreto diocesano n.º 5, de 11 de julho de 1860, foi criada a paróquia de Misericórdia, tendo, ainda, como invocação Nossa Senhora da Conceição. Desmembrou-se do município de Piancó, adquirindo sua autonomia pela Lei provincial n.º 104, de 11 de dezembro de 1863, verificando-se sua instalação a 9 de janeiro de 1865, com o nome de Misericórdia. A comarca, criada pela Lei n.º 92, de 26 de outubro de 1897, foi extinta com a Lei n.º 124, de 7 de novembro de 1898 e restaurada pelo Decreto n.º 641, de 21 de janeiro de 1935. De conformidade com a divisão administrativa do Brasil, no ano de 1911, o município divide-se em dois distritos: Misericórdia e São Boaventura, sendo que, na relativa a 1933, êle figura com um distrito único, o da sede. Na divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1936, o referido município voltou a compor-se do distrito-sede e do de São Boaventura, sendo acrescido do de Timbaúba, na divisão datada de 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao De-

Igreja-Matriz Municipal

Palácio dos Poderes

creto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, que estipulava que os têrmos judiciários de Misericórdia e Conceição se achavam sob a jurisdição da comarca de Misericórdia. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, o nome do município foi mudado para Itaporanga, e seu distrito-sede bem como o de Serra Grande (ex-Timbaúba) perderam parte do território para formar o distrito de São Paulo. Itaporanga perdeu, outrossim, parte de suas terras para o distrito de Carrapateira, do município de Jatobá. No quadro territorial estabelecido pelo supracitado Decreto-lei n.º 1 164, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, apresentava-se formado pelos quatro seguintes distritos: Itaporanga (ex-Misericórdia), São Boaventura, São Paulo e Serra Grande. Ainda por efeito dêsse diploma legal, a comarca de Itaporanga foi incorporada ao têrmo de Bonito de Santa Fé, então pertencente à comarca de Cajàzeiras. Segundo o Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, Itaporanga passou a formar-se, apenas, do têrmo-sede, uma vez que foram desanexados os têrmos de Bonito e Conceição, os quais passaram a constituir as novas comarcas do mesmo nome. Passaram o município, o distrito e a comarca de Itaporanga, novamente, a denominar-se Misericórdia, em face do Decreto-lei estadual número 520, de 31 de dezembro de 1943. No quadro em vigor no qüinqüênio 1944-1948, que o mencionado Decreto-lei fixou, Misericórdia divide-se em quatro distritos: Misericórdia (ex-Itaporanga), Diamante (ex-São Paulo), Ibitiruçu (ex-Serra Grande) e São Boaventura, como também abrange um têrmo único — Misericórdia. Pela Lei n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, com vigência para o período qüinqüenal de 1949-1953, o município de Misericórdia volta a denominar-se Itaporanga, e o distrito de Ibitiruçu recebe, outra vez, o nome de Serra Grande, ficando, pois, o município formado pelos distritos da sede, Diamante, Serra Grande e São Boaventura.

Vista parcial da cidade

LOCALIZAÇÃO — Pertence Itaporanga ao conjunto dos municípios paraibanos que integram a chamada Zona Fisiográfica do Sertão, limitando-se com Bonito de Santa Fé, Conceição, Piancó e São José de Piranhas. Seguindo o rumo O.S.O., a sede municipal, à margem esquerda do rio Piancó, dista 352 quilômetros (em linha reta) de João Pessoa, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 7º 10' 20" de latitude Sul e 38º 04' 25" de longitude W.Gr., com uma altitude de 280 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima local é excelente, muito embora seja quente e sêco, favorecido que é por uma brisa que sopra durante as noites, principalmente, logo após o período hibernal. As chuvas têm pouca duração, caindo com mais freqüência nos meses de fevereiro a maio; as estiagens são periódicas, e ocorrem geralmente de junho a dezembro. Sua temperatura varia de 22 a 33ºC, à sombra.

ÁREA — A área abrangida pelo território de Itaporanga é de 1 282 quilômetros quadrados, sendo calculada em 2,29% sôbre o total do Estado, ocupando o 17.º lugar entre os demais municípios paraibanos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia local é formada de baixios arenosos e tabuleiros; contudo, em determinados trechos, os terrenos apresentam-se constituídos em grande parte de elevações mais ou menos salientes. As serras que se elevam no município pertencem aos sistemas da Chapada do Araripe e Serra da Borborema, que cortam a hinterlândia paraibana e cearense. Das serras do primeiro grupo, ao norte, destacam-se: as de Santa Rita, São Pedro e a serra Grande (assim denominada por ser a mais extensa do município). Das do segundo grupo, ao sul, são dignas de nota as de Barra Verde, Roça de Dentro, Cabeça de Antas (onde se encontra o ponto culminante da comuna), e a serra Branca ou do Leiteiro.

A hidrografia do município é uma das mais importantes da Paraíba. Como na maioria das regiões sertanejas, seus rios são temporários. O curso d'água de maior destaque é o rio Piancó, que banha a cidade pela margem esquerda. O Gravatá, seu afluente, torna-se bastante caudaloso nas estações invernais. Assinalam-se, ainda, os riachos Chatinha, do Frade, da Barra do Cantinho, Bruscas, Emas,

Queimadas, Aguiar e Vazantes, todos tributários do Piancó. Inúmeros pequenos açudes completam a hidrografia do município.

RIQUEZAS NATURAIS — Situado no "Polígono das Sêcas", o município apresenta-se parco em riquezas naturais. De origem mineral, encontramos jazidas de barro, utilizado na preparação de telhas e tijolos. As matas que cobrem o município são um pouco densas, mormente nas encostas das serras, sendo um dos municípios do Estado onde a devastação não foi tão acentuada. Delas extraem-se madeiras de lei e lenha para o consumo de sua população. Convém citar, ainda, a carnaubeira e a oiticica, presentemente exploradas pela indústria local, para a obtenção de cêra e sementes, estas muito empregadas na fabricação de óleo. Em suas matas, há caça em abundância e, nos rios, a pesca é largamente praticada.

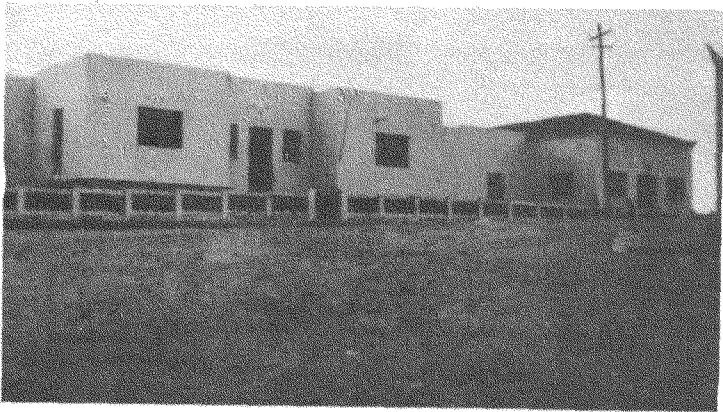
POPULAÇÃO — A população do município, por ocasião do último Recenseamento Geral, realizado em 1-7-1950, atingiu 28 908 habitantes, sendo, pois, o 30.º pela ordem de importância, no Estado da Paraíba. Êstes habitantes

Hospital Regional (em fase de conclusão)

estavam localizados, conforme o quadro a seguir apresentado:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Itaporanga	11 610	3 635	7 975
Diamante	4 217	1 139	3 087
São Boaventura	7 824	857	6 967
Serra Grande	5 257	455	4 802
TOTAL	*28 908*	*6 086*	*22 822*

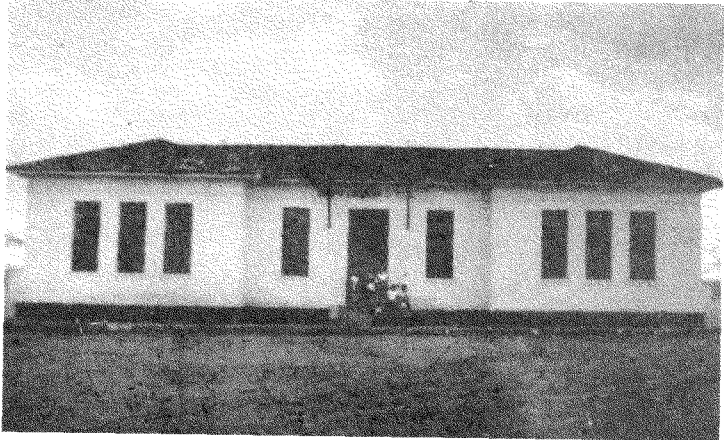
Do total de 28 908 habitantes, viviam no campo cêrca de 79%, enquanto o mesmo índice relativo ao Estado era de 74,64%.

Estimativa da população — Segundo cálculos efetuados pelo Departamento Estadual de Estatística para 31 de dezembro de 1956, havia em Itaporanga 31 654 indivíduos, dos quais 4 043 habitavam a cidade. Dessa forma, a densidade demográfica municipal elevou-se para 25,08 habitantes por quilômetro quadrado, inferior portanto, à do Estado, com 33,69. A cidade de Itaporanga, com 3 635 habitantes, e as vilas de Diamante, São Boaventura e Serra Grande eram seus centros urbanos. A primeira ocupava, naquela altura, o 15.º lugar dentre as 57 cidades paraibanas de então.

Escola Normal Padre Diniz

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os itaporanguenses têm na agropecuária sua atividade capital, sendo que, de acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, havia no município 9 608 pessoas de 10 anos e mais, das quais 7 771 se dedicavam à "agricultura, pecuária e silvicultura", representando mais de 80% dessa população.

Agricultura — Dos três ramos, é o mais importante, destacando-se as culturas do algodão, milho, arroz, banana, feijão, cana-de-açúcar e fumo. Em 1956, a produção total estava assim distribuída:

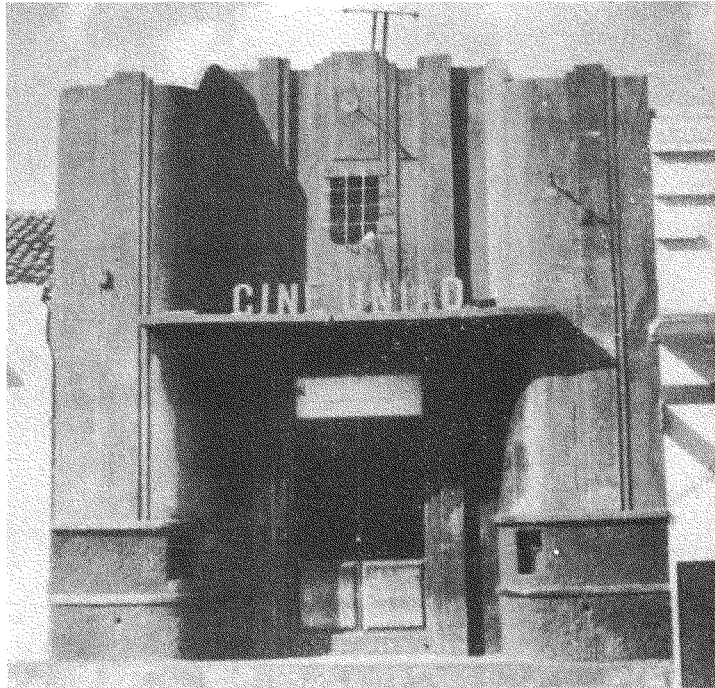
ESPÉCIE	UNIDADE	PRODUÇÃO	
		Quantidade	Valor (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	302 640	45 436
Milho	Saco de 60 kg	290 000	34 500
Arroz	» » » »	34 000	13 600
Banana	Cacho	429 000	12 870
Feijão	Saco de 60 kg	16 200	5 994
Cana-de-açúcar	Tonelada	10 200	2 550
Fumo	Arrôba	9 900	2 475
Outros	—	—	3 134
TOTAL	—	—	*120 559*

O algodão e o milho encontram-se, pois, em situação excepcional, representando, respectivamente, 38 e 29% daquela produção agrícola. A área cultivada é de 37 131 hectares, cuja maior parte é ocupada pelo cultivo do algodão herbáceo e arbóreo. Os principais mercados consumidores dos produtos agrícolas do município são Patos e Campina Grande, que congregam a maior parte da exportação dos municípios paraibanos e Estados limítrofes. Em 1950, foram recenseadas 1 419 propriedades agropastoris na comuna.

Grupo Escolar D. Vital

Pecuária — São bastante apreciáveis os rebanhos pecuários itaporanguenses, onde predominam os gados ovino, suíno e caprino.

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Asininos	6 000
Bovinos	19 000
Caprinos	30 500
Eqüinos	5 000
Muares	12 500
Ovinos	35 500
Suínos	25 500
TOTAL	*134 000*

Existem em Itaporanga grandes pastagens que propiciam o desenvolvimento daqueles rebanhos.

Comércio — Entre as cidades do vale do Piancó, Itaporanga é conhecida como um dos mais importantes centros comerciais, contando com 4 estabelecimentos atacadistas e mais de 100 varejistas, que importam chapéus, medicamentos, tecidos, bijuterias e utensílios domésticos, das praças do Recife, João Pessoa, Campina Grande e Patos, exportando algodão, fibra de agave e outros, em menor escala.

Cine União

Indústria — A indústria local vive do beneficiamento da agave e fabricação de calçados bebidas, rapadura, farinha de mandioca, queijo e manteiga. A tabela a seguir permite verificar o volume e a espécie da produção industrial obtida no ano de 1956, cujo valor total foi de quase cinco milhões e meio de cruzeiros:

PRODUTO	N.º DE ESTABELECIMENTOS	PRODUÇÃO	
		Quantidade (kg)	Valor (Cr$ 1 000)
Rapadura	55	778 032	3 752
Queijo	17	23 300	1 165
Farinha de mandioca	13	64 500	469
Manteiga	17	1 830	111
Outros	—	—	1 822
TOTAL	*102*	*867 662*	*7 319*

Estabelecimentos de crédito — Opera no município uma Agência do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Armazém da SANBRA

FINANÇAS PÚBLICAS — No período compreendido entre os anos de 1950 e 1956, o movimento financeiro registrado no município atingiu as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	153	1 163	530	153	530
1951	210	1 407	660	180	660
1952	259	2 437	1 073	556	1 073
1953	271	2 977	1 521	434	1 531
1954	273	2 588	2 008	580	2 008
1955	405	3 826	2 057	540	2 057
1956	645	5 160	2 744	786	2 744

ASPECTOS URBANOS — Itaporanga tem atualmente cêrca de 4 000 habitantes, 1 281 prédios e 36 logradouros públicos. Dêstes, apenas 2 são pavimentados. É servida de luz elétrica, possuindo 634 ligações domiciliares. Seus principais edifícios são a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Hospital Regional, Mercado Público, Palácio dos Podêres e o Grande Hotel. Há na cidade duas pensões e um pequeno cinema.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Itaporanga está ligada por estrada de rodagem, com as sedes municipais seguintes: Piancó (35 quilômetros), Princesa Isabel (84) — por estrada carroçável de trânsito temporário — Conceição (59), Bonito de Santa Fé, (91) — via Conceição — e São José de Piranhas (126, via Conceição e Bonito de Santa Fé). Da capital do Estado, dista 411 quilômetros.

Há no município 20 caminhões, 7 jipes e 2 ônibus. Sua rêde rodoviária mede 227 quilômetros. Como meios de comunicação dispõe de uma agência postal-telegráfica na

Avenida Getúlio Vargas

Grande Hotel

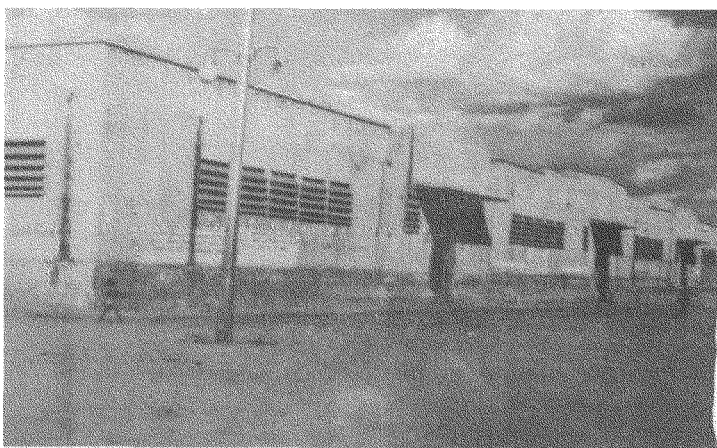
cidade e de agências postais-telefônicas nas vilas de São Boaventura e Diamante.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Acha-se instalado no município um Pôsto de Higiene pertencente ao Govêrno Estadual. Presentemente, encontra-se em fase final de construção um moderno conjunto que se destina ao Hospital Regional e Maternidade, vinculados a uma sociedade particular mantenedora dos aludidos nosocômios. Funcionam, ainda, em Itaporanga 8 drogarias e 7 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Com a finalidade de patrocinar as atividades dos agricultores, opera uma Cooperativa Mista de Crédito Agrícola, na sede do município, com 381 associados, cujos empréstimos somaram, no ano de 1956, o valor de Cr$ 300 000,00. Além dessa, há mais duas cooperativas congêneres nas vilas de São Boaventura e Diamante.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados censitários de 1950 revelam a situação do município quanto ao nível de instrução geral:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	5 107	21,51
Não sabem ler e escrever	18 605	78,36
Sem declaração	32	00,13
TOTAL	*23 744*	*100,00*

Eram alfabetizados no município 21,51% das pessoas de 5 anos e mais, média essa inferior à do Estado que é de 25,36%.

Mercado Público Municipal

Ensino — Em 1956, havia no município 86 unidades de ensino primário fundamental comum, com 507 homens e 715 mulheres matriculados, e uma de nível médio (escola normal rural) e outra de ensino comercial básico.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O número de eleitores inscritos até 3-10-1955 era de 16 648, um dos mais elevados do Estado. O seu poder legislativo se compõe de 9 vereadores em exercício. Dirige, atualmente, a edilidade o Senhor Abraão de Sousa Diniz, eleito pela União Democrática Nacional.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realiza-se, todos os anos, neste município, a tradicional Festa de Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro, em homenagem a sua padroeira. Por ocasião da Semana Santa, comemora-se o encerramento das solenidades com uma procissão do Senhor Morto, muito concorrida. Em junho, todos os anos, celebram-se com muito entusiasmo e alegria as festas joaninas.

Igreja de N.S.ª do Rosário

VULTOS ILUSTRES — Destaca-se o ex-interventor federal *José Gomes da Silva*, médico, político e revolucionário de 1930.

PARTICULARIDADES — Na serra Branca ou serra do Leiteiro, encontram-se em uma grande pedra algumas inscrições seculares de caracteres indecifráveis, inscritos, provàvelmente, pelos primitivos habitantes da região, antes de nela penetrar o elemento colonizador.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *Sinopse Estatística do Município de Misericórdia* — C.N.E. — 1948. 3) *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954. 4) Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — *Histórico*: Francisco Seráphico da Nóbrega Neto. *Redação final*: Haroldo Escorel Borges.

JOÃO PESSOA — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Antes de os portuguêses se interessarem pela exploração dos recursos naturais dessas terras, os franceses já o faziam, através do tráfico do pau-brasil. Foram mesmo os franceses os primeiros a se fixarem nessa região. Em Itamaracá, anteriormente à expedição de Cristóvão Jacques, que ali fundou, em 1526, uma feitoria, já houvera uma colônia francesa.

Quando da divisão do Brasil em capitanias hereditárias, coube a Pero Lopes de Sousa a capitania de Itamaracá. Desta doação recebeu o donatário a respectiva carta, datada de 1.º de setembro de 1534 e foral de 6 de outubro do mesmo ano.

A capitania de Itamaracá estendia-se do rio Santa Cruz, ao sul, até a baía da Traição, ao norte, compreendendo, portanto, em suas terras, as do atual município de João Pessoa.

Pero Lopes de Sousa estabeleceu uma colônia na ilha de Itamaracá, com o intuito de, posteriormente, estender o povoamento a tôda a capitania. Em 1539, entretanto, de regresso das Índias, aonde fôra a serviço da Coroa, o fidalgo português faleceu no naufrágio do navio em que viajava.

Com a morte de Pero Lopes de Sousa, D. Isabel de Gamboá, sua viúva, passou a governar a capitania em nome de seus filhos Pedro Lopes e Martim Afonso. Por morte dêstes, ainda menores, coube a capitania a D. Jerônima d'Albuquerque Sousa, também filha dos primitivos donatários.

Sem os recursos necessários ao desenvolvimento da capitania, os herdeiros de Pero Lopes nada puderam fazer nesse sentido. Ademais, os potiguares não permitiam que os colonos penetrassem em seus domínios.

Em 1560, Antônio Rodrigues Bacelar, capitão-mor de Itamaracá, por D. Jerônima d'Albuquerque Sousa, observando que os métodos postos em prática pelos portuguêses na capitania vizinha contra o gentio haviam atemorizado os potiguares, resolveu adentrar-se pelo sertão, estendendo assim os limites de suas terras. Avançara então até as cabeceiras do Araripe. Fê-lo sem encontrar resistência da parte dos selvagens. Êstes estavam então empenhados no comércio de pau-brasil com os franceses. Depois resolveram enfrentar os portuguêses, repelindo-os do continente e fazendo-os retrocederem à ilha de Itamaracá.

Ainda por essa época, os franceses, que se davam bem com os silvícolas, captando-lhes a confiança com o bom trato que lhes dispensava, continuaram em seu comércio ilegal do pau-brasil. No rio Paraíba "todos os anos chegavam ali vinte a trinta navios franceses à carga de pau-brasil, que os índios preparavam pelo inverno, aproveitando as enchentes próprias da estação para o conduzir ao pôrto do embarque".

Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas

Catedral Municipal

Era a mesma a situação da capitania de Itamaracá, quando Diogo Dias, obtendo de D. Jerônima d'Albuquerque uma sesmaria na várzea do Goiana, ali se estabeleceu com engenho de açúcar. Possuidor de grandes haveres, Diogo Dias, antes de dedicar-se a suas atividades agrícolas e industriais, procurou fortificar-se contra os indígenas. Construiu paliçadas e armou-as com artilharia.

Os silvícolas instigados pelos franceses e sob o comando dêstes, em 1754, atacaram as propriedades de Diogo Dias e, apesar da heróica resistência de seus defensores, saquearam e destruíram-nas. Na luta, morreram Diogo Dias e mais de seiscentos de seus homens.

O principal reduto dos potiguares era o Paraíba. Daí é que marcharam êles para o ataque a Diogo Dias. Aí é que comerciavam com os franceses. Era estratégica a disposição de suas aldeias, de acôrdo com as instruções dêstes, a fim de resistirem melhor aos ataques de quaisquer adversários.

Com o intuito de desalojar os indígenas do Paraíba, veio, em 1573, Fernão da Silva, no comando de uma divi-

Avenida Getúlio Vargas

são de cavalaria e de infantaria, o qual, batido pelos selvagens, voltou a Olinda.

Em 1579, o capitão João Tavares, vindo de Pernambuco, a mandado de Lourenço da Veiga, ocupou a ilha da Gamboa (Restinga ou São Bento), à foz do Paraíba, onde construiu um fortim. Abandonou depois João Tavares êsse fortim e estabeleceu-se à margem esquerda do rio, no local conhecido então por "Pôrto da Casaria", no qual permaneceu tolerado pelos índios e esquecido pelo Govêrno de Lisboa, durante algum tempo, retirando-se depois para Pernambuco.

No mesmo ano de 1579, Frutuoso Barbosa obtivera a concessão por dez anos da capitania da Paraíba, desmembrada de de Itamaracá. Veio de Portugal com uma armada com o fim de ocupar a Paraíba. Chegou a Pernambuco em 1582 e depois de entender-se com o Ouvidor-Mor da Capitania, Simão Rodrigues Cardoso, cujo auxílio solicitou para sua emprêsa, zarpou para a Paraíba. Aí chegando surpreendeu "oito naus francesas que estavam à carga de pau-brasil". Estando grande parte da tripulação dos navios em terra, capturou com facilidade cinco dêles, escapando-se os outros três.

"Deixando parte da esquadra nesse ponto, voltou com outra para a foz do rio a fim de examinar o sítio indicado em suas instruções, para a fundação do povoado e sede do Govêrno". Todavia, enquanto Frutuoso Barbosa escolhia o local, dava-se sério conflito entre os índios e a gente da esquadra fundeada naquele primeiro lugar. Nesse conflito morreram quarenta homens de Frutuoso Barbosa, inclusive um seu filho.

Combates sangrentos travaram-se também entre o gentio e as tropas de Simão Rodrigues que vieram reforçar as de Frutuoso Barbosa. Simão Rodrigues, no entanto, apesar das ponderações de Frutuoso Barbosa no sentido de que permanecesse na Paraíba, retornou a Pernambuco.

Tempos depois, também Frutuoso Barbosa retirou-se para Pernambuco e dali para a Bahia, em busca de recursos que lhe possibilitassem a defesa contra os nativos e o desenvolvimento da capitania.

No dia 1.º de março de 1584, sob o comando do general Diogo Flôres de Valdez, zarpou da Bahia, com destino ao Paraíba, uma esquadra. Nela vinha também Frutuoso Barbosa. Escalaram em Pernambuco, onde obtiveram mais tropas, que avançaram por terra para o Paraíba, sob o comando de D. Felipe de Moura, enquanto a esquadra prosseguia por mar.

Chegando à foz do rio Paraíba a esquadra de Valdez, mandou Diogo Vaz, com dois navios, explorar o rio. Subindo-o, Diogo Vaz observou "rolos de fumaça" nas pro-

Igreja de N.S.ª do Rosário

ximidades da ilha da Gamboa. Eram cinco naus francesas, cuja tripulação, na impossibilidade de fugir, ateara-lhes fogo, e internara-se nas matas, com os silvícolas, donde passaram a atacar os navios de Diogo Vaz.

Com a chegada ao Paraíba das tropas de D. Felipe, reuniram-se todos num local à margem esquerda do rio, a uma légua distante de sua foz. Declarou então Valdez "que ali onde estavam é que se devia formar a povoação". Frutuoso Barbosa discordou, argumentando que aquêle local não satisfazia às instruções que recebera sôbre o assunto.

Valdez, todavia, não tomou em consideração as ponderações de Frutuoso. Construiu um forte no local "fronteiro à ponta da ilha, onde o rio se bifurca", nomeando em seguida o capitão Francisco Castrejon como alcaide. O forte foi denominado S. Felipe e S. Tiago.

Frutuoso Barbosa então dirigiu-se ao general Valdez, pedindo-lhe "que o reconhecesse por capitão e governador na conformidade da provisão régia, que lhe apresentava", no que não foi atendido.

A 1.º de maio de 1584 embarcou Valdez para a Espanha. A guarnição do forte era constituída de espanhóis e portuguêses; aquêles, em maior número, ficaram sob o comando de Castrejon, e os portuguêses elegeram para seu comandante Frutuoso Barbosa.

Depois partiu também D. Felipe de Moura com suas tropas, pretendendo retornar a Olinda. Entretanto, no meio da jornada, foram essas tropas desbaratadas pelos indígenas, retrocedendo os sobreviventes ao forte.

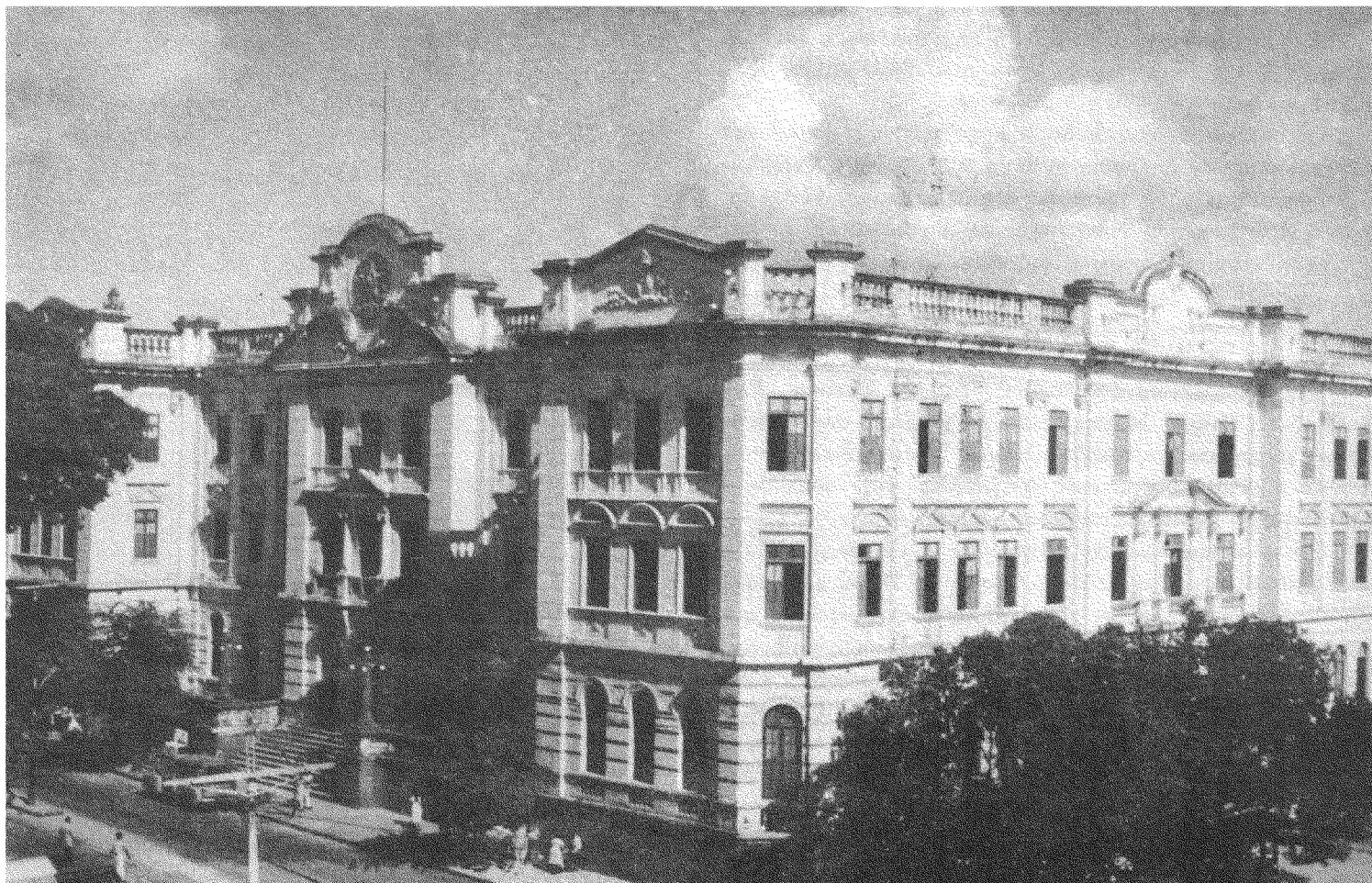
"Os Potiguares animados com a vitória alcançada contra fôrças tão numerosas, apresentaram-se diante da fortaleza, para tomá-la de assalto." Foram, entretanto, detidos pela artilharia e recuaram, resolvendo sitiá-la.

Na fortaleza, os víveres começaram a escassear, tornando a situação precária. Escreveu Frutuoso Barbosa ao Ouvidor-Geral Martim Leitão, solicitando auxílio. Em agôsto de 1584, partiu de Pernambuco com destino ao Paraíba Nicolau Nunes com vinte homens e algumas provisões.

Os índios, entretanto, persistiam no cêrco à fortaleza e com o auxílio dos franceses atacaram-na novamente. Castrejon e Frutuoso Barbosa pediram refôrço a Olinda. Enquanto isso, apertava-se cada vez mais o assédio dos indígenas. Quando as tropas de Olinda chegaram, nem água para beber restava mais aos sitiados. Essas tropas, então, repeliram os índios e franceses até a baía da Traição, salvando os homens sitiados de uma chacina quase certa.

Segundo a tradição, os primitivos habitantes do território que hoje constitui o município de João Pessoa eram os índios caetés, ramo tapuia dos mais atrasados e ferozes, que dominavam, igualmente, o litoral paraibano, à época do descobrimento.

Posteriormente, cederam lugar aos potiguares e tabajaras, que os expulsaram para o interior, e ergueram suas tabas às margens do "São Domingos", como era conhecido o rio Paraíba pelos primeiros colonos portuguêses que o visitaram.

Em março de 1585 chegava à Paraíba Martim Leitão, Ouvidor-Geral da Bahia, chefiando uma expedição que deveria restaurar os fortins da barra e desalojar os franceses de diversas posições. Em 2 de agôsto do mesmo ano, nova tentativa verificou-se pelo capitão João Tavares, que se aproveitou das desinteligências surgidas entre as duas tribos que habitavam as margens do Paraíba e rios próximos, conseguindo insinuar-se entre os Tabajaras e firmar um pacto de amizade com o seu morubixaba, o índio Piragibe. O

Agência dos Correios e Telégrafos

Igreja e ex-convento de São Bento

acôrdo verificou-se no dia 5, numa colina à margem direita do rio Sanhauá, pequeno afluente do Paraíba. É nesse local que hoje se encontra a cidade de João Pessoa.

Em homenagem ao santo do dia, recebeu o lugar o nome de Nossa Senhora das Neves, que, desde então, ficou sendo sua padroeira.

No intuito de consolidar o novo núcleo colonial, em novembro do mesmo ano, voltava à Paraíba o Ouvidor-Geral Martim Leitão, trazendo, a suas expensas, várias famílias. Providenciou imediatamente a construção de fortes, cadeia, igreja e casas de moradia.

Quando Portugal caiu no domínio espanhol, a cidade recebeu o nome de Felipéia, em homenagem ao rei da Espanha, D. Felipe II.

Em 1590, sendo governador Frutuoso Barbosa, Frei Antônio do Campo Maior, vindo do Capítulo das Províncias Menores de Lisboa com outros companheiros de fé, fundou o primeiro convento franciscano, cuja construção provisória foi concluída no ano seguinte.

Foi-se desenvolvendo lentamente a cidade, onde depois veio a radicar-se Duarte Gomes da Silveira, companheiro de Martim Leitão numa de suas expedições e que muito se afeiçoara ao lugar. A fim de auxiliar o progresso da cidade, instituiu êle prêmios para recompensar os habitantes que levantassem casas de moradia, tendo fundado, a 6 de dezembro de 1639, o Morgado Salvador do Mundo como patrimônio da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

A 24 de dezembro de 1634 foi a cidade ocupada pelo holandeses, depois de violentos ataques aos fortins da barra, defendidos pelas tropas aquarteladas em Cabedelo. Contava Felipéia 1 500 habitantes e em suas imediações funcionavam 18 engenhos de açúcar. Com a aproximação das fôrças batavas, o povo abandonou a cidade, depois de incendiar os prédios mais importantes. Comandados pelo coronel Segismundo Van Schkoppe, 2 500 homens invadiram a cidade, que depois de conquistada, tomou o nome de Frederiskstadt, em homenagem ao "Stathouder" holandês.

O povo paraibano não se sujeitou ao jugo estrangeiro e seu espírito de resistência teve como símbolo a figura de André Vidal de Negreiros, organizador do movimento de reação. E em 1654, conseguiu a Paraíba libertar-se dos holandeses, tomando posse do cargo de governador João Fernandes Vieira. Data dessa época a denominação Paraíba.

A comarca da Paraíba foi criada pela Provisão Régia de 12 de dezembro de 1678.

Provisão do Conselho Ultramarino, de 1.º de janeiro de 1756, mandava dizer ao governador da Paraíba que, depois de seu mandato, anexasse essa Capitania à de Pernambuco, o que realmente se deu.

Ordem Régia de 3 de novembro de 1797 declarava que, de 1.º de janeiro de 1798, em diante, se iniciaria o serviço regular de correios entre Lisboa e a Paraíba.

A 28 de abril de 1798, o Senado da Câmara, em grande vereação, fêz ver ao governador a necessidade de separar a Paraíba de Pernambuco, do qual só dependia finan-

Outra vista da Igreja de São Bento

Vista parcial da praia do Poço

ceira e militarmente, pois, forcejando sempre para se ver livre de seu vizinho poderoso, jamais deixou de possuir seu capitão-mor.

O Alvará de 28 de setembro de 1813 confirmou a criação do distrito-sede, enquanto a Lei provincial número 27, de 6 de julho de 1854, e as Leis estaduais n.º 8, de 15 de dezembro de 1892, e 256, de 9 de outubro de 1906, confirmam a criação da comarca.

A Lei estadual n.º 283, de 17 de março de 1908, eleva a povoação de Cabedelo a vila, constituindo-o, ao mesmo tempo, município independente, com território desmembrado do da Capital.

Na divisão administrativa correspondente a 1911, o município da Paraíba compunha-se de quatro distritos: da sede, Conde, Alhandra e Pitimbu.

Com a Lei estadual n.º 676, de 20 de novembro de 1928, Cabedelo perde a categoria de município, voltando a fazer parte do de Paraíba.

Tôda a Paraíba foi convulsionada pelos graves acontecimentos nacionais de 1930, em que ela, "pequenina e heróica", figurou como palco dos mais sangrentos acontecimentos, que culminaram com o assassínio, em Recife, por inimigos políticos, do chefe do govêrno, o Presidente João Pessoa, atingido no peito por mortal bala, em plena Rua do Imperador.

Foi o fogo lançado ao rastilho de pólvora no caminho da revolução no Norte, onde os paraibanos se destacaram pela bravura demonstrada ao enfrentar o poder do Govêrno Federal.

Seu povo, em última homenagem à memória do morto ilustre, conseguiu a aprovação da Lei estadual n.º 700, de 4 de setembro do mesmo ano, que mudou o nome do município e da comarca de Paraíba para João Pessoa.

Com a morte de João Pessoa, imediatamente foi organizado um govêrno provisório da Região Norte, tendo como chefe civil José Américo de Almeida e chefe militar o "general" Juarez Távora, ficando a Paraíba como sede do mesmo até que, triunfante o movimento, foi êle extinto, assumindo a interventoria o Dr. Antenor Navarro.

Segundo o quadro da divisão administrativa relativo a 1933, bem como nas divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, e ainda no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o município compreendia cinco distritos: João Pessoa, Cabedelo, Alhandra, Conde e Pitimbu.

Vista do cabo Branco

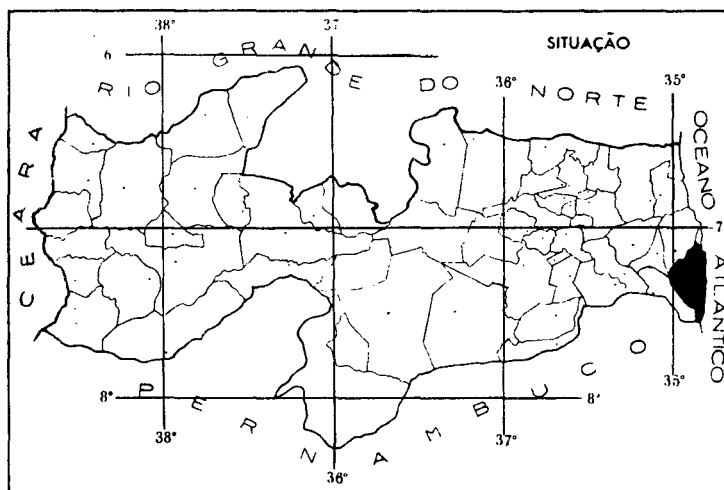
Na divisão judiciário-administrativa do Estado, vigente para o qüinqüênio 1939-43, fixado pelo Decreto-lei estadual 1 164, de 15 de novembro de 1938, o município foi acrescido do território do extinto distrito de Taquara, da comarca de Espírito Santo, ficando, dessarte, composto dos seguintes distritos: João Pessoa, Alhandra, Cabedelo, Conde, Pitimbu e Tambaú, êste elevado à categoria de distrito de paz, em face do art. 15, do Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o distrito de Tambaú foi extinto, ficando, pois, o município constituído pelos de João Pessoa, Alhandra, Cabedelo, Jacoca (ex-Conde) e Pitimbu.

A Lei estadual n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, que fixou a divisão, administrativo-judiciária para vigorar no qüinqüênio 1949-1943, conserva os mesmos distritos, modificando, apenas, a toponímia Jacoca, que passou a ser Vila do Conde.

Contudo, a Lei estadual n.º 1 631, de 12 de dezembro de 1956, criando o município de Cabedelo, reduziu o município da Capital a quatro distritos: João Pessoa, Alhandra, Pitimbu e Vila do Conde. Data de 31 de janeiro de 1957 a instalação da nova comuna de Cabedelo.

LOCALIZAÇÃO — O município de João Pessoa faz parte da zona fisiográfica do "Litoral", uma das oito em que se subdivide o Estado, a qual se caracteriza, de um modo geral, por amplo e típico revestimento florístico e chuvas regulares.

Ocupa larga faixa da região costeira da Paraíba, e limita com os municípios de Cabedelo, Pedras de Fogo e Santa Rita, na Paraíba, além de Goiana, em Pernambuco, encontrando-se as águas do Oceano Atlântico a leste de seu território.

Posição do Município em relação ao Estado

A cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, tem por coordenadas geográficas: 7º 06' 57" de latitude Sul e 34º 53' 14" de longitude W.Gr. (C.N.G. — Publicadas na Revista Brasileira dos Municípios — n.º 32 — Ano de 1955), sendo a cidade situada no ponto mais oriental de todo o Estado e do próprio país.

Situada a 45 metros de altitude, no sentido leste-oeste, estende-se das margens do rio Sanhauá às águas do Atlântico, na bela e decantada praia de Tambaú, seu mais atraente ponto turístico.

CLIMA — É de um modo geral quente e sêco, o clima dominante no município, tornando-se ligeiramente úmido

Palácio da Redenção

Faculdade de Direito

nas zonas palustres que existem em sua faixa sul; essas duas características climáticas mais se acentuam, isoladamente, nas duas estações do ano: pelo inverno, uma certa umidade, e, pelo verão, ao contrário, intensa calidez, observando-se, então, o predomínio das altas temperaturas.

As oscilações térmicas variam entre 18 e 36°C, à sombra, respectivamente para as médias das mínimas e das máximas sendo a compensada de 27°C.

Convém assinalar, neste setor, que o pôsto do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, localizado em João Pessoa, foi desmontado desde 1955, razão por que nenhuma observação tem sido registrada nos últimos anos.

Fator predominante na regularização do clima são, incontestàvelmente, as matas, que, quanto ao município, merecem um comentário à margem.

Sua vegetação, outrora luxuriante, sofreu (como ainda sofre) tremendas derrubadas, que a limitaram a pequenas e isoladas matas, das quais se destacam as do Buraquinho, da Penha e do Abiaí. A primeira mantém-se intacta graças à proteção governamental, uma vez que protege a zona dos poços artesianos que serviam ao antigo abastecimento de água e que, de qualquer modo, ainda fornecem o precioso líquido a uma determinada zona da cidade. Nas duas outras, continua a extração de madeira para lenha e construção, em grande escala, para as necessidades do consumo local.

ÁREA — Com uma área de 884 quilômetros quadrados João Pessoa representava 1,61% da extensão total do Estado.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS — Seu território apresenta uma grande faixa plana, principalmente na zona norte, onde se localiza a cidade, e outra um pouco ondulada, para o lado sul, porém, encontra-se despido de qualquer elevação digna de nota.

Sua costa apresenta-se recortada de pequenas e belas enseadas, das quais se destacam a do Bessa e a de Tambaú, em cuja extremidade sul ergue-se o Cabo Branco, onde se encontra a Ponta do Seixas, extremo oriental do continente sul-americano, com a longitude de 34° 47' 38" W.Gr.

As encostas do Cabo Branco elevam-se sôbre o mar a cêrca de 40 metros de altura, prolongando-se êle por mais de uma milha.

O rio Sanhauá determina a formação, em suas margens, de mangues extensos, geralmente cobertos pelo arbusto de mesmo nome.

Os principais cursos de água que banham o município são os rios Paraíba (que deu nome ao Estado) e seu afluente o Sanhauá, em cuja margem direita se ergue a cidade; ambos servem de limite natural com o município de Santa Rita. Destacam-se, também, os rios Gramame (que beneficia extensa zona agrícola), o Marés (captado para o abastecimento de água da Capital) e o Goiana (seu limite natural com o município pernambucano de mesmo nome). Além dêsses, completando-lhe a hidrografia, há outros de menor importância, porém, todos favorecendo o desenvolvimento agrícola da região: Taperobus, Jacoca, Jaguaribe, Popoca, Abiaí, Mandacaru, Acais, Graú (ou Garaú), Caú (ou Acaú), Cabedelo, Timbó e Camacho.

No centro da cidade, existe uma pequena lagoa natural, que é um de seus mais aprazíveis recantos.

RIQUEZAS NATURAIS — Os recursos naturais que predominam no município são as grandes jazidas de pedra calcária, cujos lençóis, afirma-se, estendem-se a terras pernambucanas, e as reservas florestais que, apesar de bastante desfalcadas pelo corte constante e pela falta de replantio, ainda têm sua significação.

As jazidas de calcário vêm sendo, de há muito, intensamente exploradas, seja para o fornecimento de matéria-prima à grande fábrica de cimento localizada em uma delas, seja pelas caieiras, para a extração de pedra destinada à construção civil ou fabricação de cal.

As matas do município, outrora luxuriantes, têm sido muito exploradas para servir a várias finalidades: corte de lenha para as turbinas da central elétrica, para as panificadoras e para o consumo residencial; madeiras de lei para as serrarias e construção civil, para a confecção de dormentes e para as locomotivas da Rêde Ferroviária do Nordeste e, finalmente, para o fabrico de carvão.

Entre as espécies encontradas, merecem referência especial o cajueiro, a mangabeira, a maçaranduba e o mangue, muito abundantes no município, e que têm, cada um, importância relativa como riqueza natural.

O cajueiro, por exemplo, merece um capítulo de história, pois, na época da safra, que corresponde aos meses de outubro a fevereiro, com maior incidência em novembro e dezembro, mobiliza grande parte das populações praieira e citadina que vão à cata do caju com o fito de vender-lhes os frutos às fábricas de vinho e aos habitantes da ci-

Vista do Convento de São Francisco

Praça João Pessoa

dade, que o apreciam bastante pelo extraordinário sabor e pelas propriedades medicinais de que é possuído aquêle fruto.

A mangabeira, que cobre, com o cajueiro, quase tôda a extensa área de tabuleiros do município, fornece um excelente fruto, a mangaba, apreciadíssimo pelos habitantes locais e também aproveitado na fabricação e engarrafamento de suco.

Cita-se, também, a maçaranduba, que existe nas matas pessoenses com certa abundância, e da qual se colhe um pequeno e saboroso fruto, muito procurado pelo povo. Além disso, é árvore de que se extrai um tipo de látex, não ainda explorado pela indústria paraibana, próprio para a fabricação de borracha, segundo análises já procedidas.

Por fim menciona-se a existência do "mangue", arbusto que cresce na lama marginal dos rios Sanhauá e Paraíba, de onde se colhe o tanino para curtimento de couros e a madeira para construção.

Os três primeiros — o cajueiro, a mangabeira e a maçaranduba — têm pois uma importância significativa na economia local, principalmente o primeiro, muito embora os dois últimos não apareçam muito nos registros da produção municipal. Apenas do cajueiro, há plantios artificiais, assim mesmo em pequena escala.

Pesca — Setor dos mais importantes, ainda, é o da pesca, à qual se dedica a maior parte dos habitantes da orla marinha e alguns das margens dos dois grandes rios.

Entre os muitos pescados no município, encontram-se com maior freqüência: camarão, sardinha, pescada, tainha, xaréu, xira, cangulo, guarajuba, serra, guaracibora, espada, caraúna, budião, batata e outros.

POPULAÇÃO — João Pessoa tinha 119 326 habitantes, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950. Nessa situação, era o segundo município do Estado, já que Campina Grande figurava em primeiro lugar, com 173 206 pessoas, e Mamanguape e Guarabira vinham-lhe imediatamente atrás, com 83 112 e 81 204 pessoas, respectivamente.

Com tais efetivos, João Pessoa era, ainda, o 28.º município mais populoso do país, àquela época, representando essa população cêrca de 7% de todo o Estado.

Crescimento — O laboratório de Estatística do Conselho Nacional de Estatística calculou o incremento relativo da população de João Pessoa, no período intercensitário decorrido de 1.º-IX-1940 a 1.º-VII-1950, em 26,49%. Aliás, segundo a mesma fonte, êsse incremento é o mais baixo entre os verificados para os restantes municípios das capitais do Nordeste.

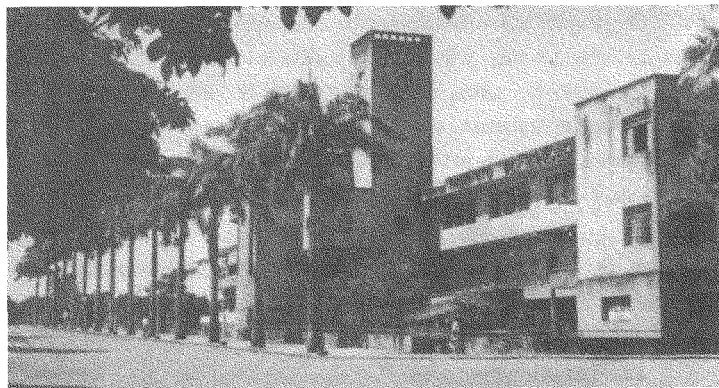
A população presente, estimada para o período 1950-1957 (1.º de janeiro) é a seguinte:

1950 — 117 908 hab.
1951 — 120 761 "
1952 — 123 682 "
1953 — 126 673 "
1954 — 129 738 "
1955 — 132 876 "
1956 — 136 090 "
1957 — 139 382 "

Essas estimativas não têm caráter oficial e se destinam, apenas, a servir de base a estudos científicos.

Composição — Os dados censitários de 1950 revelam para o município a seguinte composição — *sexo*: dos 119 326

Parque Solon de Lucena

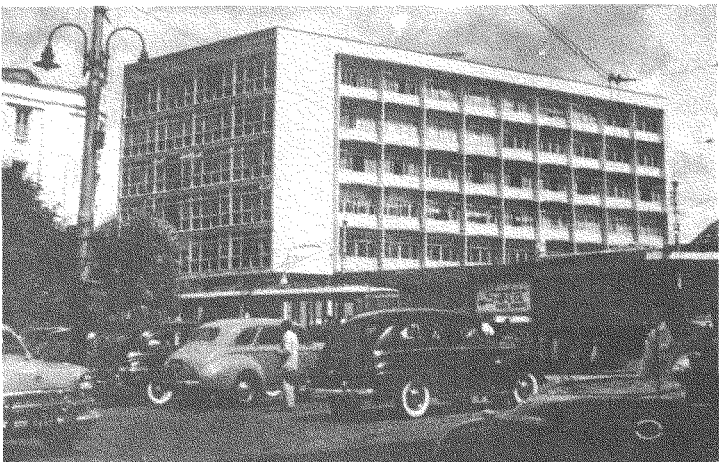
indivíduos, 54 998 eram homens e 64 328, mulheres, predominando, pois, como na quase totalidade dos municípios paraibanos, o elemento feminino; *côr*: era pequena a evidência do elemento branco, que contava 56 753 pessoas, vindo depois o pardo com 48 318, o prêto com 14 048 e o amarelo com 4; deixaram de declarar a côr 203 pessoas; *nacionalidade*: os estrangeiros presentes no município somavam 187 e os brasileiros naturalizados, 44; daqueles, a maior parte pertencia à colônia italiana; *religião* — declararam-se católicos romanos 11 833 (93%), protestantes, 4 483, espíritas, 1 545, sem religião 824 e 494 não declararam a religião que adotavam; seguem outras religiões 147 pessoas; *estado conjugal* — das pessoas presentes de 15 anos e mais, num total de 75 283, eram solteiras 33 644, casadas 34 914, desquitadas 140 e viúvas 6 191, das quais 1 132 pertenciam ao sexo masculino e 5 059 ao feminino.

Instituto de Educação

Localização da população — A tabela a seguir mostra a população pessoense, segundo os distritos, centros urbanos e zonas, de acôrdo com o Censo Demográfico de 1950:

DISTRITOS	POPULAÇÃO PRESENTE		
	Total	Urbana	Rural
João Pessoa	95 953	89 517	6 436
Cabedelo	7 404	6 748	656
Vila do Conde	6 189	180	6 009
Pitimbu	5 706	1 278	4 428
Alhandra	4 074	1 134	2 940
TOTAL	*119 326*	*98 857*	*20 469*

Uma análise detida dos elementos apresentados permite verificar que a grande maioria dos habitantes do município localizava-se na zona urbana (inclusive subúrbios) da Capital, com uma concentração superior a 73%, o que representa uma particularidade interessante, com uma inversão de valores, isto é, a incidência do mesmo índice (73%) vigorante para o total da população estadual residente no campo.

De suas demais aglomerações urbanas — Cabedelo, Pitimbu, Alhandra e Vila do Conde — apenas a primeira merecia destaque, não só pelo efetivo de sua população (6 748 indivíduos), como por ser o maior pôrto do Estado, através do qual se escoa a maior parte de seus produtos de exportação.

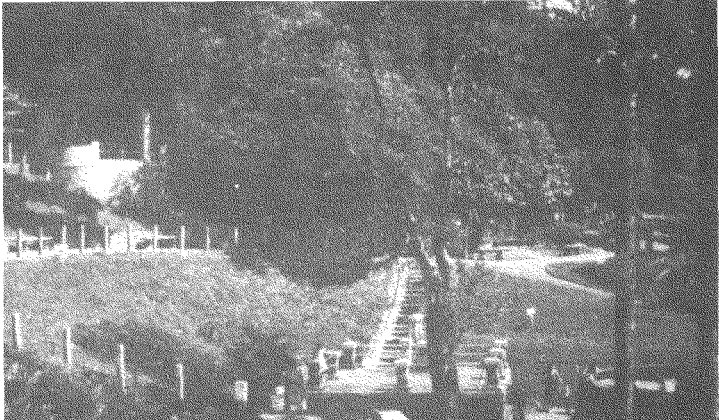
Estimativa da população — O Departamento Estadual de Estatística havia estimado a população do município, para 31-XII-1956, em 132 723 habitantes. Contudo, com a criação do município de Cabedelo, verificada a 12-12-1956, foi-lhe separado o território correspondente, de modo que, pelos

Edifício do I.P.A.S.E.

cálculos levantados na Inspetoria Regional de Estatística, naquela mesma data, a população municipal atingia, apenas, 124 500 indivíduos.

Dessa forma, continuava o município em segundo lugar, no Estado, apenas suplantado por Campina Grande com 169 708 pessoas.

E a cidade de João Pessoa, calculadamente, apresentava-se habitada por cêrca de 100 000 almas, o que lhe conferia o primeiro lugar na Paraíba.

Com tais efetivos, o município apresentava uma densidade demográfica de 140,84 habitantes por quilômetro quadrado, uma das mais altas médias do Estado, só inferior a Cabedelo (274 habitantes por quilômetro quadrado) e Bananeiras (146,89).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Há relativo equilíbrio na distribuição de valores dos elementos responsáveis pela economia do Estado. Contudo, a indústria e a agricultura,

Parque Arruda Câmara

Barreiras da encosta norte, pelo lado da praia de Tambaú

de certo modo, têm prevalência na formaçao das rendas municipais, mormente as indústrias do cimento e de óleos vegetais, que contribuem com elevada percentagem na produção total.

Na tabela a seguir, fornecida pelo Serviço Nacional de Recenseamento, observa-se, de per si, a importância atribuída a cada uma das atividades a que se dedicava, em 1.º de julho de 1950, a população do município.

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS		
	Total	Homens	Mulheres
Agricultura, pecuária e silvicultura	6 275	5 823	452
Indústrias extrativas	1 658	1 646	12
Indústrias de transformação	5 296	5 019	277
Comércio de mercadorias	4 141	3 677	464
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	321	273	48
Prestação de serviços	8 193	2 489	5 704
Transportes, comunicações e armazenagem	2 961	2 825	136
Profissões liberais	246	173	73
Atividades sociais	2 829	1 322	1 507
Administração pública, Legislativo, Justiça	2 046	1 645	401
Defesa nacional e Segurança pública	1 547	1 534	13
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	40 905	5 388	35 517
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	88	80	8
Condições inativas	12 423	7 912	4 511
TOTAL	*88 929*	*39 806*	*49 123*

Além da "indústria de transformação" e da "agricultura, pecuária e silvicultura", destacam-se os ramos "prestação de serviços" e "comércio de mercadorias", nos quais se reflete a condição de grande centro urbano de João Pessoa.

Agricultura — Juntamente com a silvicultura, é a atividade agrícola um ramo largamente explorado no município.

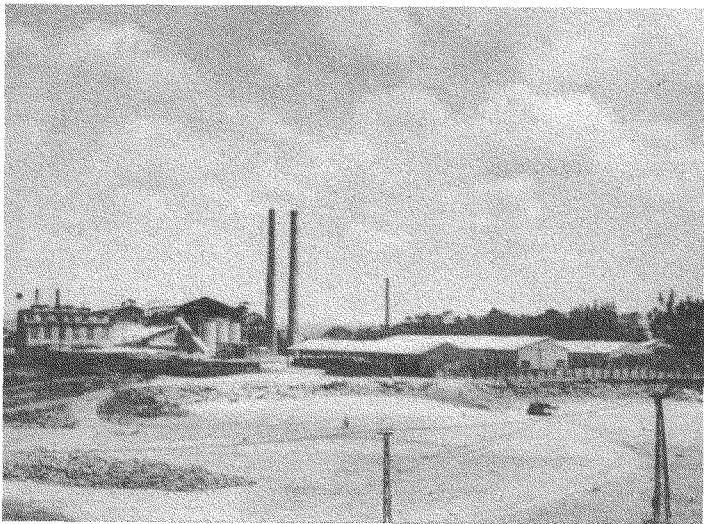
A cana-de-açúcar foi a primeira cultura a ser introduzida nas terras paraibanas, ainda sob o signo da Capitania de Itamaracá. Esta proporcionou o desenvolvimento econômico da colônia durante várias décadas, até que a penetração e exploração das terras interiores permitiu que outras culturas fôssem ali praticadas.

Segundo informações censitárias obtidas em 1950, foram arrolados em João Pessoa 392 estabelecimentos rurais, compreendendo uma área total de 39 728 hectares, o que corresponde, apenas, a 1% da área abrangida pela zona fisiográfica em que está situado o município — a Zona da Mata e Litoral.

Daqueles estabelecimentos, 339 praticavam exclusivamente a agricultura, enquanto 30 se dedicavam a atividades mistas (onde, ainda, predominavam os misteres agrícolas) e apenas 2 exploravam a pecuária.

Os estabelecimentos acima registrados não eram dotados de máquinas agrícolas (tratores, arados, grades, semeadeiras, pulverizadores e polvilhadeiras), em vista da agricultura rudimentar que ainda se pratica no Estado.

Em 1956, de acôrdo com estimativa feita pela Inspetoria Regional de Estatística, a produção agrícola de João Pessoa foi inferior a noventa milhões de cruzeiros, estando assim distribuída, segundo a espécie e o valor:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	VALOR DA PRODUÇÃO	
	N.os absolutos (Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Côco-da-baía	29 800	33,86
Banana	15 600	17,70
Abacate	13 000	14,74
Inhame	4 900	5,55
Manga	4 250	4,82
Caju	4 000	4,53
Mandioca-brava	3 900	4,42
Laranja	3 400	3,85
Cana-de-açúcar	2 016	2,28
Batata-doce	1 500	1,70
Outros	5 777	6,55
TOTAL	*88 143*	*100,00*

Fábrica de cimento de propriedade do grupo Matarazzo

Verifica-se da tabela acima que os frutos tropicais contribuem com mais de 46% do valor da produção obtida em 1956. Entre êsses frutos, destacam-se o côco-da-baía, a banana, o abacate, a manga, o caju e a laranja.

Três produtos — o côco-da-baía, a banana e o abacate representaram, no mesmo ano, cêrca de 66% daquela produção, que é tôda consumida pelos habitantes do próprio município.

Segundo elementos do Serviço de Estatística da Produção, as culturas de côco-da-baía e banana apresentaram o seguinte desenvolvimento no período de 1950-56:

ANOS	ÁREA CULTIVADA (ha)		PRODUÇÃO		VALOR (Cr$ 1 000)	
	Côco-da-baía	Banana	Côco-da-baía	Banana	Côco-da-baía	Banana
1950	2 650	344	108 000	655 000	12 960	5 240
1951	2 650	296	105 580	500 000	15 837	7 500
1952	2 700	298	107 200	560 000	16 080	10 080
1953	2 720	297	107 800	550 000	17 248	11 000
1954	2 720	297	101 100	520 000	22 040	11 440
1955	2 720	297	111 600	550 000	27 900	13 750
1956	2 720	297	108 000	520 000	29 800	15 600

Atualmente, encontra-se em franca decadência, no município, a cultura da agave, que apresentava boas perspectivas quando de sua introdução.

Pecuária — Não há grandes criações no município; em 1956, seus rebanhos foram estimados como segue, incluindo-se, nesses totais, o antigo distrito de Cabedelo:

REBANHOS	N.º DE CABEÇAS
Asininos	3 200
Bovinos	12 500
Caprinos	3 100
Eqüinos	3 300
Muares	3 150
Ovinos	2 300
Suínos	6 300
TOTAL	*34 350*

São pequenos, pois, seus rebanhos, convindo salientar que o gado bovino se encontra estabulado, não havendo gado sôlto, em pastagem.

Êsses rebanhos valiam cêrca de setenta milhões de cruzeiros, conforme estimativa do Serviço de Estatística da Produção.

Indústria extrativa — Dêsse ramo industrial, os dois únicos grupos que merecem destaque são a pesca e a extração de pedra calcária.

Pesca — O município é tido, pela situação que desfruta na orla marinha, como dos mais importantes em matéria de atividade pesqueira, no Estado.

A pesca é praticada de modo rotineiro e sem organização, sendo utilizados, como embarcações, botes e jangadas, além de "currais" para aprisionamento dos peixes.

Existem três Colônias de Pescadores (Z-2, Z-3 e Z-4) que registraram o seguinte movimento, no qüinqüênio 1952-1956, quando pelo Serviço de Estatística da Produção):

ANOS	PEIXE FRESCO	
	Quantidade (t)	Valor (Cr$ 1 000)
1952	252 580	2 267
1953	269 930	3 024
1954	327 510	4 525
1955	310 174	5 899
1956	351 860	6 835

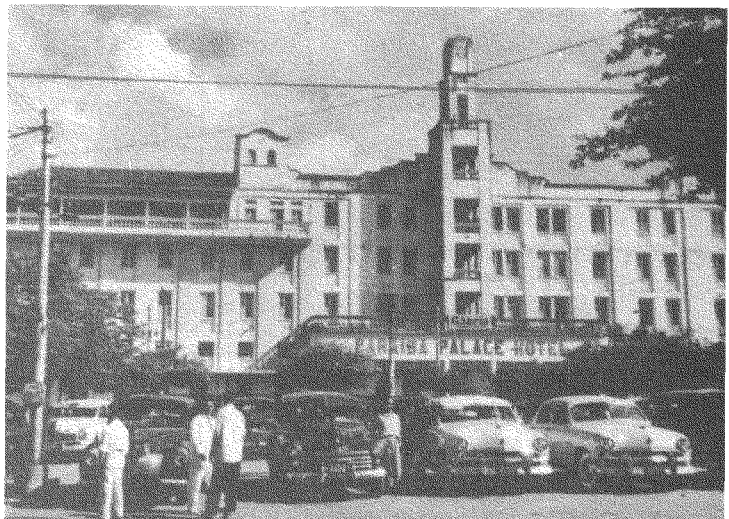
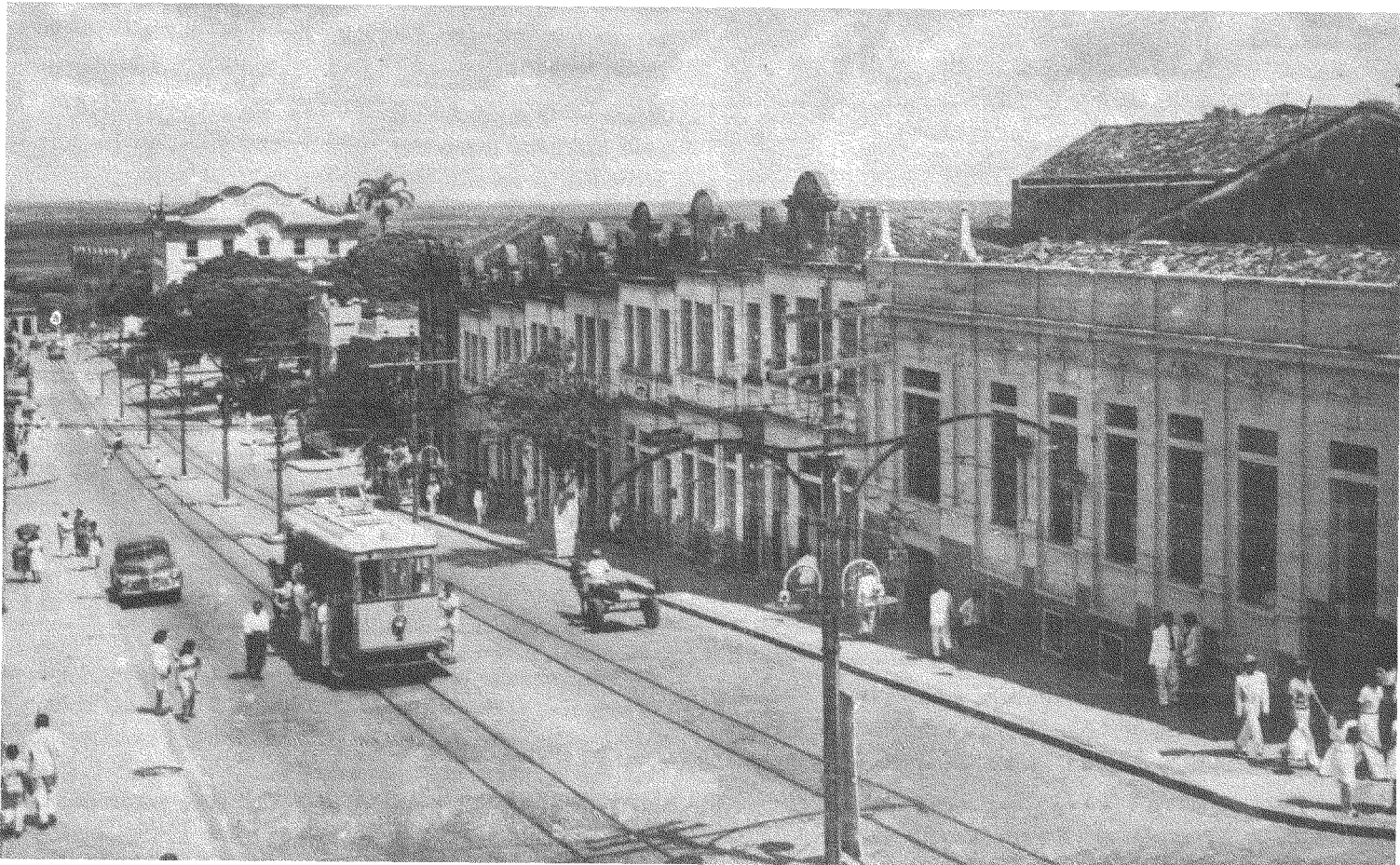
As maiores concentrações de pescadores, em 1956, estavam nas praias de Cabedelo, Poço, Tambaú, Penha, Jacumã e Pitimbu, sendo as duas últimas as que apresentaram maior movimento de pescado.

As principais espécies pescadas são: camarão, sardinha, pescada, tainha, xaréu e xira. Em 1955, as 62 toneladas dessas espécies valeram 1 104 milhares de cruzeiros, ou seja, 19% do valor total.

Outras espécies são também muito encontradas naquelas praias: cangulo, guarajuba, serra, guaracibora, espada, budião, batata, etc.

Extração de pedra calcária — A pedra calcária extraída destina-se a suprir de matéria-prima a fábrica de cimento e as caieiras cuja maioria se localiza em tôrno dela, além de servir à indústria da construção civil.

Indústria de transformação — Constitui um ramo importante da atividade da população de João Pessoa o das indústrias de transformação.

Em 1955, o valor da produção industrial do município elevou-se a 397 milhões de cruzeiros; as principais parcelas dêsse total resultaram das indústrias de transformação de minerais não metálicos, produtos alimentares e químicos e farmacêuticos (em cômputo, cêrca de 76%).

Paraíba Pálace Hotel

Avenida Guedes Pereira

A tabela a seguir permite verificar a participação das diversas indústrias relativamente ao total das produções obtidas em 1956 (dados provisórios do Registro Industrial, sujeitos a revisão, e referentes aos estabelecimentos com 5 ou mais pessoas, cujo montante foi superior a meio milhão de cruzeiros):

CLASSE DE INDÚSTRIA	N.º DE ESTABELECIMENTOS	OPERÁRIOS OCUPADOS EM 31.XII.56	VALOR DA PRODUÇÃO EM 1956 (1)	
			(Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Indústria de transformação				
Transf. de min. n.metálicos	12	670	169 657	31,00
Metalúrgica	4	52	10 860	1,98
Mat. elétrico e mat. de comunicações	(x)	(x)	(x)	(x)
Madeira	5	23	1 554	0,28
Mobiliário	10	106	14 257	2,60
Papel e papelão	(x)	(x)	(x)	(x)
Couros e pelos e prod. sim.	(x)	(x)	(x)	(x)
Química e farmacêutica	5	134	69 813	12,75
Têxtil	—	—	—	—
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	—	—	-	
Produtos alimentares	40	1 090	188 301	34,49
Bebidas	6	156	29 415	5,37
Fumo	(x)	(x)	(x)	(x)
Editorial e gráfica	7	99	12 135	2,21
Construção civil	3	124	7 025	1,28
Serviços industriais de utilidade pública	(x)	(x)	(x)	(x)
TOTAL GERAL	*97*	*2 769*	*547 217*	*100,00*

(1) Inclusive receita proveniente de "serviços industriais" prestados a terceiros.

(x) Resultados omitidos a fim de evitar individualização de informações. Os dados omitidos acham-se incluídos nos totais.

Dentre as indústrias de transformação de minerais não metálicos, destaca-se a produção de cimento, cujos dados são omitidos por existir, apenas, um único estabelecimento.

Quanto às indústrias de produtos alimentares, citam-se as referentes ao abate de reses, fabricação de pão, biscoitos, etc., moagem de trigo e torrefação de café; a indústria química e farmacêutica mais importante é a de preparação de óleos de caroço de algodão e subprodutos.

Outras indústrias de significação no município: bebidas (vinhos de caju, jenipapo e compostos), fabricação de farinha de mandioca e mosaicos.

Produção florestal — O município de João Pessoa é o maior produtor de lenha do Estado. Em 1954 a produção alcançou 590 000 metros cúbicos no valor de 26 milhões de cruzeiros.

Prestação de serviços — É a prestação de serviços o ramo que congrega maior número de pessoas ativas em João Pessoa. Convém notar, todavia, que o número de pessoas que realmente exercem atividade em estabelecimentos devidamente instalados é muito pequeno; apenas 1 564 pessoas, ou seja, 19% das que, à data do Recenseamento, declararam prestar serviços (8 193). As demais ou se dedicavam a atividades particulares ou eram empregados domésticos.

Os dados adiante expostos representam resultados preliminares do Censo dos Serviços, consoante o Recenseamento Geral de 1950. Convém esclarecer que o referido Censo se limitou a investigar apenas as atividades desenvolvidas por estabelecimentos devidamente instalados:

CLASSES E GRUPOS DE SERVIÇOS	1.º-I-1950		CAPITAL APLICADO (Cr$ 1 000)
	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	
Serviços de confecção, conservação e reparação	300	815	6 579
Serviços de alojamento e de alimentação	168	513	4 899
Serviços de higiene pessoal	96	150	822
Serviços de diversão e de radiodifusão	21	86	5 728
TOTAL	*585*	*1 564*	*18 028*

Em 1949, a receita auferida pela totalidade dos estabelecimentos atingiu 31 069 milhares de cruzeiros, ou seja, 13% do valor da produção realizada pelos estabelecimentos industriais:

CLASSES E GRUPOS DE SERVIÇOS	Salários e vencimentos	Outras despesas	Receita
	Cr$ 1 000		
Serviços de confecção, conservação e reparação	2 694	4 222	14 645
Serviços de alojamento e de alimentação	952	823	11 855
Serviços de higiene pessoal	425	1 104	2 154
Serviços de diversão e de radiodifusão	308	953	2 415
TOTAL	*4 379*	*7 102*	*31 069*

Predominavam econômicamente, como se vê, os serviços de confecção, conservação e reparação e os serviços de alojamento e de alimentação, cujas receitas de 15 e 12 milhões de cruzeiros, respectivamente, representavam em conjunto 87% do total de todos os serviços.

Comércio — Ao lado de Campina Grande, João Pessoa figura como empório comercial de maior expressão, no Estado.

Comércio exterior — O comércio exterior é feito pelo pôrto de Cabedelo, que, nos anos de 1938, 1948, 1955 e 1956, apresentou o seguinte movimento:

ESPECIFICAÇÃO	ANOS			
	1938	1948	1955	1956
Exportação:				
Quantidade (t)	47 134	68 338	83 807	222 569
Valor (Cr$ 1 000)	85 000	292 301	649 036	1 142 673
Importação:				
Quantidade (t)	15 042	5 814	79 307	155 629
Valor (Cr$ 1 000)	19 052	42 519	100 731	1 326 899

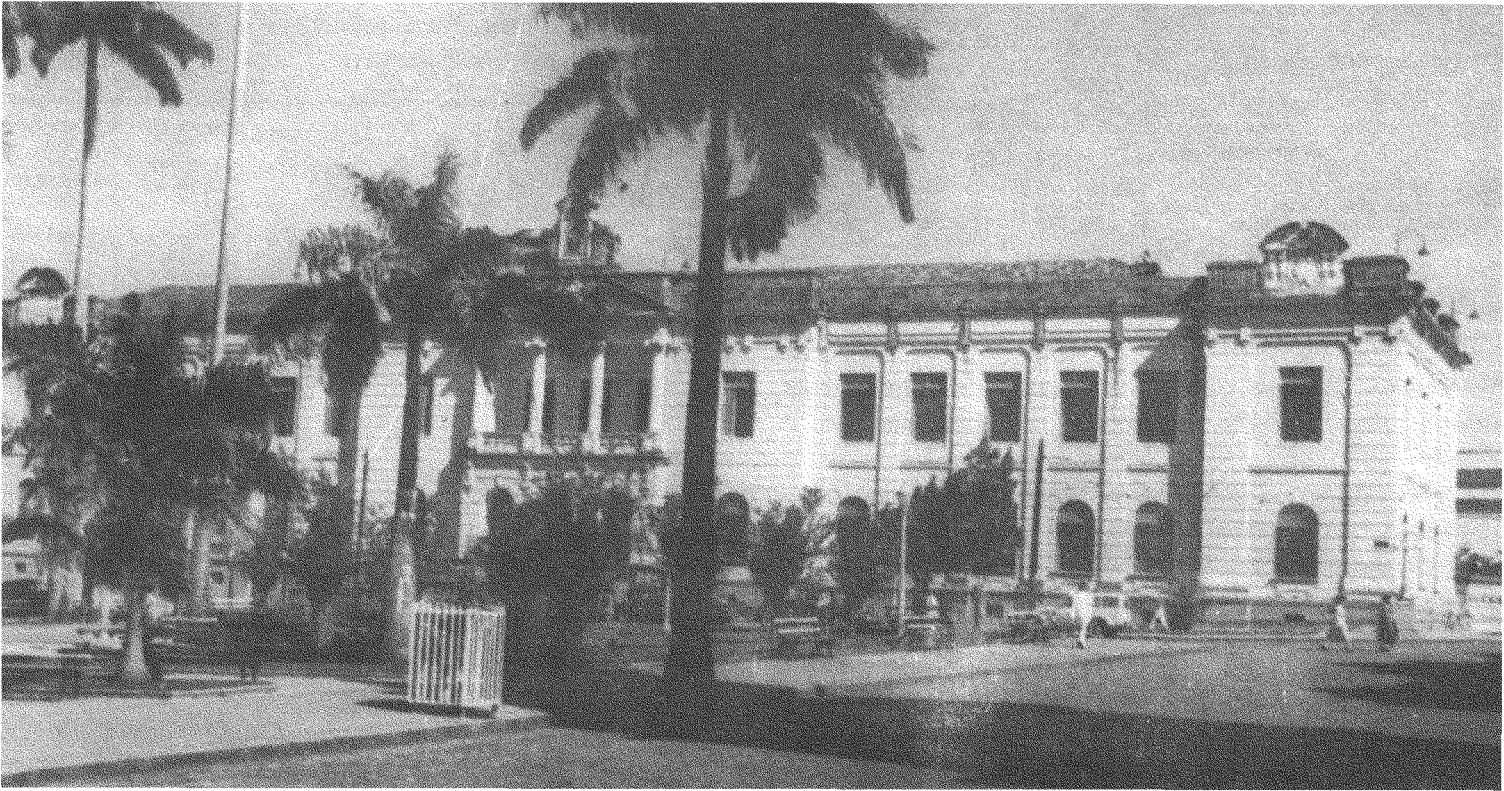
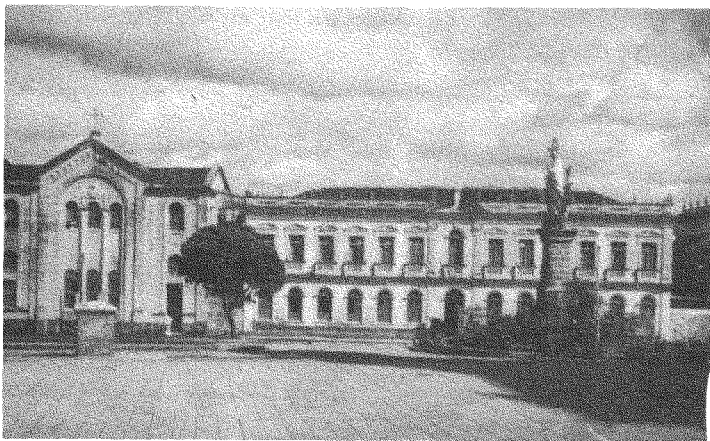
O maior movimento de exportação é representado pelo sisal ou agave. O total da exportação pelo pôrto de Cabedelo, em 1955, ascendeu a 650 milhões de cruzeiros (S.E.E.F.):

MERCADORIAS	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr$ 1 000)
Sisal ou agave e semelhantes	64 086	411 367
Cêra de carnaúba	1 629	92 140
Algodão em rama ou pluma	2 473	73 577
Milho	6 742	18 212
Torta de caroço	4 000	11 487
Minérios metálicos e seus concentrados, resíduos de metais	100	8 708
Mamona e palmas-crísti ou rícino	818	3 080
Outros	3 959	31 065
TOTAL	*83 807*	*649 636*

No movimento de importação, no mesmo ano, e segundo a mesma fonte, o óleo para fornos e caldeiras a vapor coloca-se em 1.º lugar, representando 36% sôbre o valor total da importação:

MERCADORIAS	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr$ 1 000)
Óleos para fornos ou caldeiras a vapor	63 900	36 008
Gasolina a granel	7 577	23 249
Máquinas e veículos, seus pertences e acessórios	98	13 416
Farinha de trigo	3 541	12 058
Trigo em grão	3 896	9 292
Outros	385	6 708
TOTAL	*79 397*	*100 731*

Comércio de cabotagem — O comércio de cabotagem é feito, na sua quase totalidade, por João Pessoa. Relativamente a todo o Estado, os totais dêsse comércio atingiram, em 1954, de acôrdo com o Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 107 309 toneladas exportadas no valor de 1 050 milhões de cruzeiros e 52 074 toneladas importadas, no valor de 614 milhões de cruzeiros.

Comércio local — Despachos e cargas — Os resultados do Censo Comercial, referentes a 1.º-1-1950, permitem verificar que João Pessoa congrega grande parte das ativi-

Palácio da Justiça

Colégio N.S.ª das Neves

dades de despachos de cargas e encomendas do Estado: dos 18 estabelecimentos dêsse tipo, 16 estão no município de João Pessoa. Em relação ao pessoal ocupado, seja na administração, seja como empregado, a situação permanece a mesma: do total geral de 59 empregados, 53 estão no município da Capital.

Quanto às despesas, de 1 560 milhares de cruzeiros, relativos aos estabelecimentos do Estado, 1 313 milhares se referem aos localizados em João Pessoa. A receita da Capital alcançou 1 982 milhares de cruzeiros dos 2 236 milhares relativos ao Estado.

Estabelecimentos atacadistas e varejistas — Constitui o comércio de mercadorias, segundo o valor, uma das principais atividades econômicas do município.

Em 1950, segundo resultados censitários, contava o município com 84 estabelecimentos atacadistas e 1 130 varejistas, enquanto, em 1956, foram registrados, apenas, 54 atacadistas e 932 varejistas.

A importância do comércio de João Pessoa fica evidenciada pelo confronto com os totais do Estado da Paraíba e do município de Campina Grande:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DAS VENDAS		
	TOTAL	Dos estabelecimentos	
		Atacadistas	Varejistas
NÚMEROS ABSOLUTOS (Cr$ 1 000)			
Estado da Paraíba	2 184 480	1 426 827	757 653
Município de João Pessoa	814 418	583 148	231 270
Município de Campina Grande	885 723	720 362	165 361
% DE JOÃO PESSOA			
Sôbre o Estado da Paraíba	37,28	40,87	30,52
Sôbre o Município de Campina Grande	91,95	80,95	139,86

Assim, nos dois tipos de comércio, o município concentrou cêrca de 37% das vendas realizadas em todo o Estado.

Em relação ao comércio varejista, João Pessoa foi o município que apresentou maior volume de vendas no referido ano e, em relação ao atacadista, apenas foi ultrapassado pelo município de Campina Grande.

Os inquéritos econômicos realizados pelo Conselho Nacional de Estatística (que abrangeram os estabelecimentos comerciais atacadistas com movimento total de vendas em 1953 não inferior a 200 mil cruzeiros) revelam que, em 1954, o município possuía 55 estabelecimentos com movimento de vendas no valor de 559 milhões de cruzeiros.

O comércio local mantém transações com os municípios de Campina Grande, Santa Rita e Guarabira, todos na Paraíba, além de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Pôrto Alegre; no estrangeiro, com Hamburgo e Bremen, na Alemanha, e alguns portos norte-americanos, inglêses, franceses, portuguêses, espanhóis, belgas e argentinos.

João Pessoa exporta, principalmente, fibras de algodão e agave, mamona, línter e milho, provenientes, na maioria, de outros municípios. Os principais artigos importados são: gêneros alimentícios em geral, louças, ferragens, material elétrico, máquinas, tecidos e artigos de armarinho, madeiras, papel, combustível e lubrificante.

Giro comercial — O giro comercial, também chamado venda mercantil, calcula-se na base da arrecadação do impôsto sôbre vendas e consignações, o qual incide pràticamente sôbre tôdas as vendas, sendo a única exceção de certo porte as efetuadas pelos pequenos agricultores. Em 1955, o giro comercial da Paraíba atingiu cêrca de 10 bilhões de cruzeiros e o de João Pessoa, quase 2 bilhões — aproximadamente 19% do giro comercial de todo o Estado, enquanto, em 1956, atingiu Cr$ 2 157 464 000,00.

Movimento bancário — O movimento bancário da Paraíba está concentrado, pràticamente, em João Pessoa e, no segundo plano, Campina Grande.

Funcionam, presentemente, na Capital do Estado, 11 estabelecimentos bancários, sendo 5 filiais e agências e 6 matrizes.

Entre os primeiros temos: Banco do Brasil, do Nordeste, da Lavoura de Minas Gerais, Nacional de Pernambuco, do Povo e a Caixa Econômica Federal da Paraíba.

Dos estabelecimentos matrizes cumpre fazer menção ao Banco do Estado da Paraíba e ao Banco Meireles.

Vejam-se os dados a seguir, correspondentes, apenas, aos saldos de maior expressão, mas suficientes para os fins ora em vista (dados fornecidos pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, referentes a 31-5-1956, expressos em milhares de cruzeiros:

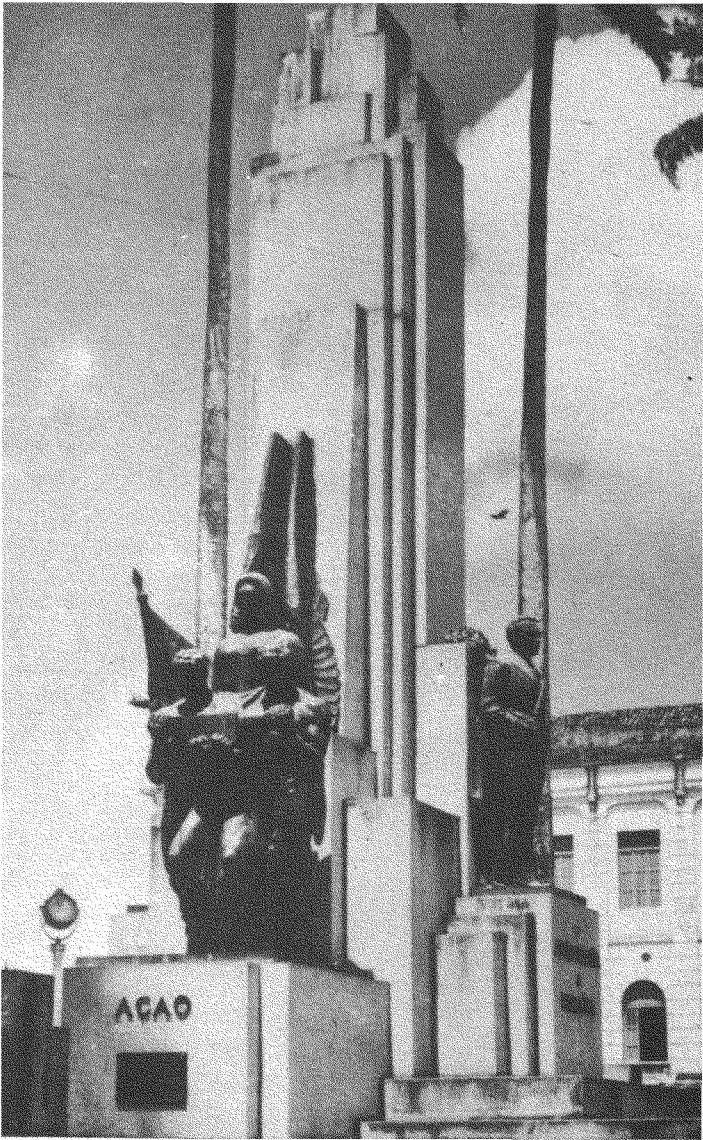
CONTAS	ESTADO DA PARAÍBA	MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE
Empréstimos em C/C	739 365	282 602	148 744
Títulos descontados	765 910	393 633	272 548
Depósitos a vista e a curto prazo	661 920	362 438	250 570
Depósitos a prazo	69 804	52 160	15 415

Avenida Guedes Pereira

Os montantes de empréstimos, títulos descontados e depósitos a vista e a curto prazo em João Pessoa, representavam, respectivamente, 38%, 51% e 55% dos totais do Estado, e os dos depósitos a prazo, 75%.

Custo da vida — Apresentam-se, na tabela seguinte, os índices gerais do custo da vida e os da alimentação calculados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho:

ANOS	NÚMEROS-ÍNDICES MENSAIS (1948 = 100)	
	Total das despesas	Alimentação
MÉDIAS MENSAIS DO ANO		
1950	143	140
1951	165	163
1952	179	179
1953	199	198
1954	249	243
1955	289	287
MÉDIAS MENSAIS DO PERÍODO JANEIRO — AGÔSTO		
1954	246	240
1955	285	283
1956	356	336

Como se vê, o índice do custo da alimentação acompanha o nível do correspondente índice geral (que é a média geométrica ponderada dos índices de alimentação e vestuário, higiene, habitação, transporte, luz e combustível).

Monumento a João Pessoa

Pelo confronto dos índices médios (média dos índices no período janeiro-agôsto de 1956) correspondentes ao total das despesas e os correspondentes aos diversos itens da despesa, pode notar-se, na tabela seguinte, que a habitação contribui para a elevação do custo da vida:

ITENS DA DESPESA	ÍNDICES MÉDIOS PARA JANEIRO/ AGÔSTO DE 1956
Alimentação	336
Habitação	764
Vestuário	286
Higiene	272
Transporte	282
Luz e combustível	177

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste (antiga Great Western of Brazil Railway) e liga-se às cidades vizinhas e à Capital Federal pelos seguintes meios de transporte:

Cabedelo — 1) rodoviário: 18 quilômetros; 2) ferroviário: 18 quilômetros; 3) fluvial: 23 quilômetros.

Santa Rita — 1) rodoviário: 10 quilômetros; 2) ferroviário: 12 quilômetros.

Pedras de Fogo — rodoviário: 63 quilômetros, via Santa Rita e Cruz do Espírito Santo ou 68 quilômetros via Goiana-PE.

Sua rêde rodoviária estende-se por 113 quilômetros, sendo 63 quilômetros federais (BR-11), 28 quilômetros estaduais e 22 quilômetros municipais.

Capital Federal — 1) Aéreo: 2 057 quilômetros; 2) rodoviário, via Feira de Santana: 2 758 quilômetros; 3) misto: a) rodoviário ou ferroviário: 18 quilômetros, até Cabedelo; 4) marítimo: 2 211 quilômetros.

Apenas os 18 quilômetros da estrada que liga o pôrto de Cabedelo à Capital são pavimentados a asfalto. Os restantes, em sua maioria, são em terra melhorada.

Na Delegacia Especial de Trânsito foram registrados, em 1956, 1 643 veículos a motor, assim distribuídos:

a) *para passageiros*:

automóveis	671
jipes	43
ônibus e microônibus	79
camionetas	56
ambulâncias	6
motociclos	48
outros	2

b) *para carga*:

caminhões	411
camionetas	248
veículos fechados	60
jipes	9
autos-socorro	1
outros	9

Além dêsses, havia 1 356 bicicletas e 289 carroças a tração animal.

Vista aérea da cidade

Cabo Branco

Transporte aéreo — Segundo a Diretoria de Aeronáutica Civil, o município de João Pessoa era servido pelas seguintes emprêsas de transporte aéreo: Viação Aérea Rio-grandense (VARIG), Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, Panair, Aeronorte e Consórcio Real-Aerovias.

Os aviões que servem João Pessoa se utilizam de um aeroporto situado no município de Santa Rita, distante uns 10 quilômetros da Capital.

Apesar de sua localização no município de Santa Rita, êsse aeroporto tem o movimento quase absoluto relacionado com João Pessoa, sendo ínfima a percentagem correspondente ao primeiro município.

No ano de 1955, o movimento do aeroporto foi o seguinte:

Passageiros transportados:

Embarcados	6 916
Desembarcados	6 560

Bagagem: (kg)

Embarcada	120 036
Desembarcada	240 799

Correio: (kg)

Embarcado	7 031
Desembarcado	12 059

Em 1956, o aeroporto de Santa Rita registrou o seguinte movimento de aviões e passageiros:

ESPECIFICAÇÃO	MOVIMENTO	
	Aviões	Passageiros
Entradas	2 033	6 779
Saídas	2 033	6 983

Verifica-se que, em relação ao número de aviões, o de passageiros é muito reduzido. Justifica-se êsse fato, porquanto, até meados do ano de 1957, só pequenos aviões mistos baixavam naquele aeroporto, por falta de melhor pista. Hoje, contudo, graças à nova pista pavimentada a concreto, com cêrca de 1 300 metros, estão descendo aparelhos tipo "Convair". Com essa medida, por certo, melhorará sensìvelmente, o tráfego de passageiros os quais, antes, buscavam o aeroporto de Recife para as viagens ao sul do país.

Movimento portuário — O único pôrto organizado com que conta o Estado é o de Cabedelo, de que se serve João Pessoa em suas relações comerciais com o restante do país e o estrangeiro, quando se utiliza da via marítima. E, em muito menor escala, para a pequena cabotagem, utiliza o Pôrto do Capim, de instalações precárias, que fica situado, pràticamente dentro da cidade, à margem direita do rio Sanhauá. Êsse pôrto dista 1 203 milhas do do Rio de Janeiro.

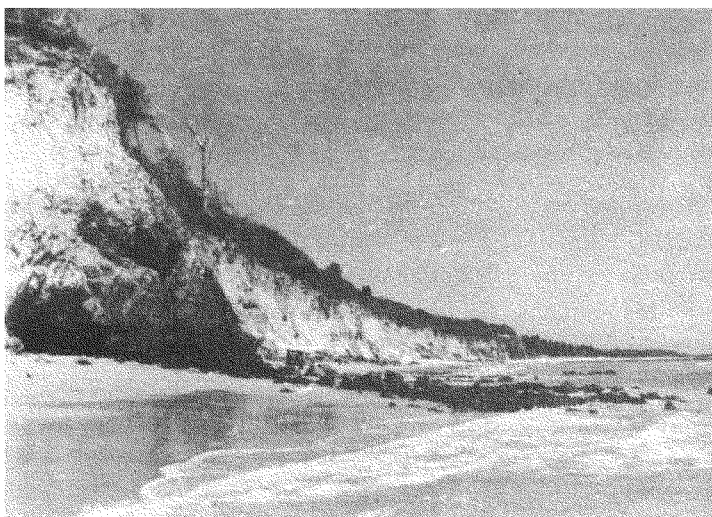
O pôrto de Cabedelo está ligado à cidade de João Pessoa por rodovia e ferrovia e, ainda, pelo sistema dos rios Sanhauá-Paraíba. Dispõe de um cais acostável de 400 metros de extensão, com as seguintes particularidades: canal de acesso com 5 a 10 metros de profundidade e ancoradouro de 6 a 8. A amplitude máxima da maré é de 3,42 metros. Sua exploração iniciou-se em 1935. Possui 9 guindastes e 4 pontes rolantes, 2 086 metros de linha férrea e 3 armazéns de carga, com área útil de 4 450 metros quadrados.

Presentemente, o pôrto encontra-se em obras de ampliação, constantes de um prolongamento de 200 metros de cais e 4 armazéns. Tais obras transformarão Cabedelo em um dos portos mais bem instalados do Nordeste do Brasil.

Dados do Serviço de Estatístcia Econômica e Financeira revelam que o movimento marítimo do Estado é quase todo feito pelo pôrto de Cabedelo, cujo cômputo geral, relativamente a embarcações, foi o seguinte, no período de 1950-1956:

ANOS	ENTRADAS	
	N.º de navios	Tonelagem de registro (1 000 t)
1950	491	986
1951	392	752
1952	444	759
1953	344	700
1954	364	761
1955	363	826
1956	312	...

A tabela exposta permite verificar a regularidade do movimento de entradas de navios no período em evidência, a exceção do último ano, quando foi dos mais fracos.

Comunicações — Os serviços de comunicação vêm sendo feitos por uma estação central postal-telegráfica, uma agên-

Ponta de Seixas, no Cabo Branco, que é o ponto extremo Leste do Brasil

cia telegráfica e 16 agências postais pertencentes ao Departamento dos Correios e Telégrafos, distribuídas pelos bairros, vilas e povoados de João Pessoa.

Além dêsses, existem outros serviços, como os da Companhia Rádio Internacional do Brasil (Radional) e vários outros de uso privativo, sendo que o primeiro põe a Capital do Estado em comunicação com a metrópole do país e outras capitais.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de João Pessoa, que, à época do Censo Demográfico de 1950, possuía 89 517 habitantes, sendo, assim, a primeira do Estado e a décima sétima do país, em 31-12-1956, era habitada por 89 567, estimativamente.

Estende-se da margem esquerda do rio Sanhauá até à praia de Tambaú, no litoral atlântico. Pràticamente, apresenta-se dividida em três planos — cidade alta, média e baixa — desde que se estende do sopé para o alto da colina que, em semicírculo, margeia a parte oriental do Sanhauá. A zona mais elevada assenta no alto daquela colina, a 45 metros acima do nível do mar.

De seus 442 logradouros, existentes em 1954, 103 eram pavimentados (330 659 metros quadrados a paralelepípedos e 67 009 metros quadrados de outros tipos) e 65 arborizados.

A rêde de iluminação elétrica cobre a quase totalidade de seus logradouros, contando com 5 759 focos e 17 317 ligações domiciliárias.

Em 1956, havia 234 logradouros servidos por água canalizada, com 10 414 ligações domiciliárias, e 157 ligados à rêde de esgotos, servindo a 4 448 prédios, enquanto 3 514 eram esgotados por meio de fossas. A extensão total da rêde de esgotos era de 18 000 metros e a do emissário 2 000.

Figuram como principais vias públicas: as Praças João Pessoa, Venâncio Neiva, da Independência, Pedro Américo, Aristides Lôbo e Vidal de Negreiros; as Avenidas Epitácio Pessoa, Beaurepaire Rohan, João Machado, General Osório, Almirante Barroso, João da Mata, Camilo de Holanda e Guedes Pereira; as Ruas Duque de Caxias, Odon Bezerra, Trincheiras, Barão do Triunfo, Cardoso Vieira, Maciel Pinheiro e outras, compondo mais de 20 bairros. Dêsses bairros, os mais importantes são: Trincheiras, Tambiá, Montepio, Jaguaribe, Cruz das Armas, Oitizeiro, Santa Júlia, Torrelândia, Expedicionários, Tambaú (praia de), Jardim Miramar, Jardim Manaíra, Róggers, Varadouro, Cordão Encarnado e Varjão.

Dos 20 147 prédios existentes em 1954, citam-se como os mais importantes: o Palácio da Redenção (ocupando ala de antigo convento jesuíta), o Palácio da Justiça, a Faculdade de Direito, o Colégio Estadual, o edifício de "A União", o Colégio Pio X, os Correios e Telégrafos, o Palácio das Secretarias, o Palácio Arquiepiscopal, a Secretaria das Finanças, a Catedral Metropolitana, a Matriz do Rosário e outros.

Possui, ainda, dois belos parques públicos que ornam a cidade: o Arruda Câmara e o Solon de Lucena. No meio dêste último existe uma bela lagoa natural, centro de atração turística.

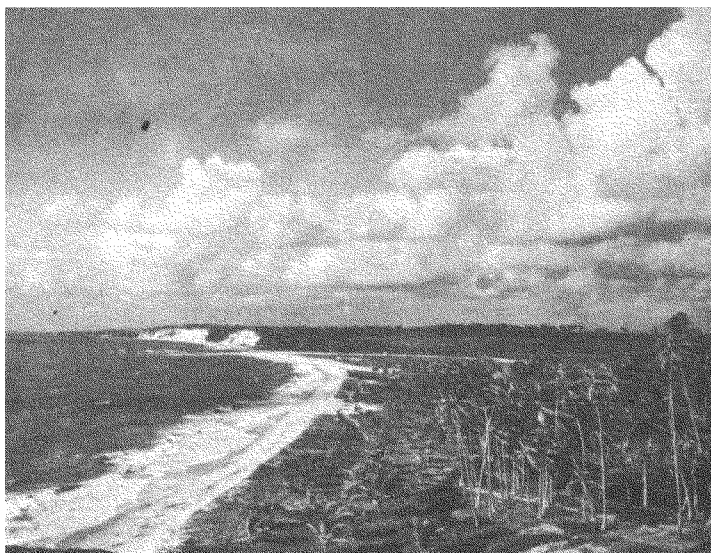
Havia, instalados pela Emprêsa Paraibana de Telefones, 1 178 aparelhos, ligados a um único centro telefônico.

No que diz respeito a meios de hospedagem, a cidade possui 10 hotéis, sendo 2 de primeira categoria, e 12 pensões.

Existem 13 cinemas e o "Teatro Santa Rosa", de construção muito antiga e em fase de reforma, a qual duplicará suas instalações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No setor da assistência médica, o município conta com uma regular rêde de hospitais, casas de saúde e maternidades, postos de puericultura, ambulatórios, etc., que prestam relevantes serviços a sua população.

Em 1955, havia em João Pessoa 30 estabelecimentos de assistência médico-sanitária, sendo 18 oficiais e 12 particulares. Em conjunto, possuíam êsses estabelecimentos 1 309 leitos, dos quais 464 para finalidades gerais, 602 para finalidades especializadas, 176 para maternidade e 67 para outras finalidades. Nesses estabelecimentos, estavam em atividade, além dos médicos, 134 enfermeiros e 94 auxiliares de enfermagem.

Os mais importantes eram os Hospitais de Pronto Socorro, Santa Isabel, São Cristóvão, Clementino Fraga, o da Fôrça Pública Regional e o de Alienados "Juliano Moreira", a Maternidade "Cândida Vargas", as Casas de Saúde e Maternidade São Vicente de Paula e Frei Martinho, o Manicômio Judiciário e o Hospital Infantil "Arlinda Marques dos Reis".

Barra do rio Gramame, no litoral do distrito-sede

A Diretoria de Saúde Pública mantém, ainda, o Centro de Saúde da Capital e uma rêde de ambulatórios localizados em vários de seus bairros.

Presentemente, estão em fase adiantada as obras do Hospital do Câncer "Napoleão Laureano" e do Hospital dos Tuberculosos, ambos de grande porte e modernas instalações projetadas.

Encontram-se em atividade no município 112 médicos e 61 dentistas. Tais números serão, provàvelmente, bastante acrescidos com as turmas de concluintes das Faculdades de Odontologia e de Medicina, que funcionam em João Pessoa.

Atualmente, existem 8 farmácias e 29 drogarias em funcionamento.

Associações de caridade — João Pessoa está, nesse significativo setor de vida social, relativamente bem servida, pois conta com 15 sociedades, que distribuem auxílios e amparam a população pobre da Capital.

A quase totalidade delas se prende a confrarias vicentinas, sendo as mais importantes a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra e a Obra de Amparo ao Berço. A primeira mantém um bem instalado leprosário (o Educandário "Eunice Weaver") no vizinho município de Santa Rita, com cuja manutenção despendeu, no ano de 1956, cêrca de um milhão de cruzeiros.

Asilos e recolhimentos — São seis as unidades de caráter eminentemente médico-social que existem no município, e que amparam a infância, a velhice e determinadas categorias de desvalidos: os abrigos de menores "Jesus de Nazaré" e "Melo Matos", o Orfanato "D. Ulrico", o Asilo de Mendicidade "Carneiro da Cunha", o do Bom Pastor e o Instituto dos Cegos da Paraíba.

Convém mencionar, ainda, o Instituto São José, notável instituição pertencente ao Cônego José da Silva Coutinho, que vem desenvolvendo há longos anos meritória obra filantrópica de assistência médica, social e financeira às populações pobres não só do município como, também, do Estado, com reflexos nos vizinhos (Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará).

Cooperativismo — O movimento cooperativista não tem tomado, nesse último decênio, o impulso relativo ao que se observa nas grandes capitais brasileiras.

No entanto, êle atua com certo êxito no município, através de um departamento oficial que supervisiona a atividade de tôdas as cooperativas existentes na Paraíba.

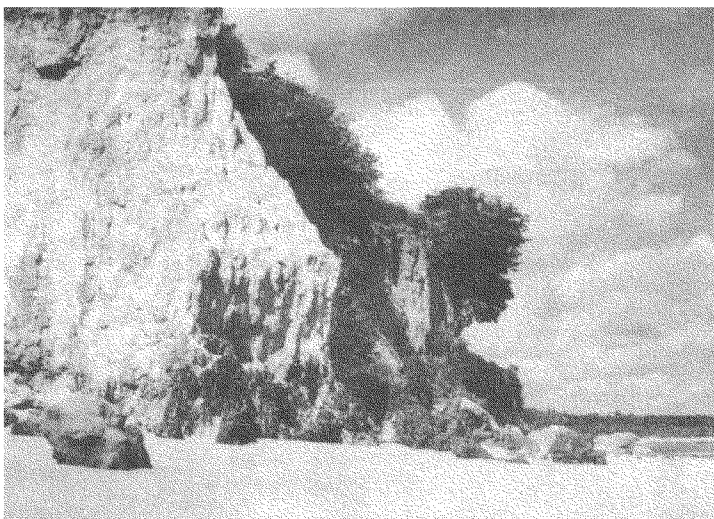
Entre as 9 cooperativas que funcionaram no município de João Pessoa, em 1956, 3 eram de crédito e 6 de consumo.

O "valor dos movimentos" das cooperativas de consumo, no cômputo geral, ascendeu, naquele mesmo ano, a dezoito milhões de cruzeiros, enquanto as de crédito emprestaram mais de quarenta milhões.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Recenseamento Geral de 1950 revelam a seguinte situação de João Pessoa, quanto ao nível de instrução, para os dois grupos populacionais (pessoas de 5 anos e mais ou 10 anos e mais):

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS		PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	50 876	49,67	48 051	54,03
Não sabem ler e escrever	51 421	50,21	40 770	45,85
Sem declaração	115	0,12	108	0,12
TOTAL	*102 412*	*100,00*	*88 929*	*100,00*

Da leitura da tabela apresentada, vê-se que quase 50% da população de 5 anos e mais eram alfabetizados, enquanto da de 10 anos e mais, 54,03% tinham instrução, isto é, um

Vista parcial da praia de Tambaú

Barreiras do Cabo Branco, no litoral do município

índice muito superior ao relativo a tôda a Paraíba, que foi de 25,36%.

Ensino — A cidade de João Pessoa constitui-se, hoje, em importante centro universitário, que conta com nove faculdades congregadas em tôrno da Universidade Estadual da Paraíba.

Em 1950, existiam no município, 156 unidades de ensino primário fundamental comum nas quais, no início do mesmo ano, estavam matriculadas 15 104 crianças.

À base dos dados censitários, a quota de pessoas em idade escolar matriculadas atingia, no mesmo ano, 70% (% de matrícula geral no ensino primário fundamental comum sôbre pessoas de 7 a 14 anos recenseadas; a mesma quota para o Estado, atingia, apenas, 33%).

De acôrdo com o quadro a seguir, verifica-se que, nos anos de 1955, 1956 e 1957, houve pequeno progresso no setor do ensino, mais se destacando no que respeita ao número de estabelecimentos escolares primários:

CURSOS (grau)	MATRÍCULA INICIAL			UNIDADES		
	1955	1956	1957	1955	1956	1957(2)
Primário geral (1)	14 732	13 938	...	133	215	227
Médio	5 796	5 534	5 562	15	15	13
Superior	425	450	711	8	8	9
TOTAL	*20 953*	*19 922*	...	*156*	*238*	*249*

(1) Inclusive ensino supletivo. — (2) Até 31/V/1957.

Além dos cursos mencionados, citam-se ainda 6 unidades de ensino artístico e 15 de outras espécies.

Das 215 unidades de ensino primário fundamental comum registradas em 1956, 164 estavam localizadas na zona urbana e 51 na rural. Enquanto isso, 82 eram estaduais, 45 municipais e 46 particulares, além de 42 de ensino supletivo.

Profissões liberais — No princípio do ano de 1956, havia em atividade no município 112 médicos, 184 advogados, 61 dentistas, 12 farmacêuticos, 27 engenheiros, 19 agrônomos e 3 veterinários.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — João Pessoa, como capital que é do Estado da Paraíba, apresenta significativa atividade cultural, ùltimamente reforçada com a criação de várias escolas superiores, as quais foram congregadas em tôrno de uma Universidade, e, também, da fundação de sociedades e grêmios culturais, notadamente no seio da classe estudantil.

Bibliotecas — Bibliotecas há 12, sendo duas com mais de 10 000 volumes — a Biblioteca Pública do Estado e a "Calixto Nóbrega" — e uma com mais de 6 000 — a Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. As restantes possuem acima de mil volumes cada.

Museus — Existe um único museu, pertencente ao Estado, contando menos de cinco anos, e em fase de organização.

Diversões públicas — Presentemente, existem na cidade 13 cinemas e um teatro, o "Santa Rosa". Vários clubes esportivos e sociedades recreativas concorrem para o entretenimento da população pessoense. Entre êles contam-se o Esporte Clube Cabo Branco e o Clube Astréa, como os mais destacados, congregando, cada um, cêrca de 1 500 associados.

Imprensa periódica — Em João Pessoa circulam três diários: "A União", que é o órgão oficial do Estado, fundada em 1892, "O Norte" e o "Correio da Paraíba".

Radiodifusão — Duas são as radioemissoras que funcionam na cidade: a Rádio Tabajara da Paraíba, de propriedade do Govêrno Estadual, e a Rádio Arapuan, pertencente a entidade particular.

Livrarias, tipografias e casas editôras — João Pessoa é servida por 10 livrarias e 8 tipografias. Uma única editôra — "A União" — encontra-se em atividade.

Cultos — Povo tradicionalmente católico, o pessoense conta com belos templos, sendo o município sede do Arcebispado da Paraíba. Entre os templos católicos, incluem-se a Matriz do Rosário, com seus ricos vitrais alusivos a vidas de santos, e o grande e suntuoso altar-mor; a Catedral Metropolitana ou Matriz de Nossa Senhora das Neves; as igrejas de São Francisco e São Bento das mais antigas da cidade, com trabalhos históricos em ouro e madeira de lei da mais pura arte; as igrejas da Conceição, Nossa Senhora de Lourdes, Mãe dos Homens, das Mercês, São José, São Gonçalo e São Sebastião.

Há também os conventos de São Francisco, anexo à igreja do mesmo nome, cuja construção primitiva data de 1950, o do Rosário e o de São Frei Pedro Gonçalves.

Dentre os inúmeros templos dedicados a outros cultos, merece citação o da Primeira Igreja Batista, em via de conclusão, e que é o maior templo protestante do Estado.

Em 1956, era o seguinte o número de templos dos vários cultos professados no município:

CULTOS	NÚMERO DE TEMPLOS
Católico romano (paróquias)	8
Protestante (igrejas)	19
Espírita (centros)	18
TOTAL	*45*

FINANÇAS PÚBLICAS — No período compreendido entre 1950 e 1956, João Pessoa apresentou o seguinte movimento

Parque Solon de Lucena

financeiro, obtido através dos órgãos coletores federais, estaduais e municipais:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	21 097	37 642	12 675	9 436	14 087
1951	24 450	51 967	16 980	11 607	16 615
1952	31 599	53 286	19 312	13 430	22 446
1953	31 027	46 349	22 358	15 188	21 610
1954	35 559	50 714	24 641	18 579	26 922
1955	51 970	75 778	33 810	25 566	34 688
1956	64 427	89 349	39 346	30 580	32 358

SEGURANÇA PÚBLICA — Os serviços de segurança pública estão afetos a várias organizações oficiais. Dentre elas destacam-se a Fôrça Pública Regional e o Departamento de Polícia Civil, por intermédio de suas várias Delegacias (de Costumes e Vigilância, Capturas, Trânsito, etc.). Anexo à Polícia Militar, funciona uma Companhia de Bombeiros, que possui três carros equipados contra incêndios.

Justiça — João Pessoa é sede de comarca de 3.ª entrância, contando, atualmente, com cinco Juizados de Direito e os demais órgãos encarregados de distribuir Justiça.

Possui, ainda, quatro cartórios de registro civil na sede e três nos distritos, além de seis tabelionatos.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Em João Pessoa está localizada a Assembléia Legislativa do Estado, composta de 40 deputados no exercício dos mandatos. Enquanto isso, são 15 os vereadores com assento na Câmara Municipal.

O Prefeito Constitucional do município é o Sr. Apolônio Sales de Miranda, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

Nas eleições de 3 de outubro de 1955, dos 42 741 eleitores inscritos, votaram apenas 26 358, representando uma abstenção de 38,32%, inferior à relativa a todo o Estado, que foi de 47,02%.

VULTOS ILUSTRES — Entre os mais destacados filhos da terra, convém relevar os seguintes nomes: *Amaro Gomes Coutinho,* rico proprietário, coronel de regimento de milícias brancas, que tomou parte saliente na Revolução de 1817, como membro da Junta Provisória. Com o fracasso do movimento, foi prêso e condenado à morte, subindo à fôrca, em Recife; logo após foi arrastado à cauda de um cavalo e esquartejado, tendo as mãos e cabeça salgadas e expostas às multidões num poste de sua propriedade "Zumbi", na capital paraibana. Era Cavaleiro da Ordem de Cristo. *Antônio Alfredo da Gama e Melo* — jornalista, orador e político, tendo chegado a representar a Paraíba no Senado e Câmara Federais. Foi, ainda, vice-presidente do Estado. *Antônio Camilo de Holanda* — militar e político, foi general-médico do Exército e presidente do Estado. *Branca Dias* — célebre heroína paraibana, de origem hebraica, que, prêsa e degredada para Lisboa, lá foi condenada à morte na fogueira, como feiticeira, fato que se consumou a 20 de março de 1760. *Francisca Moura* — educadora emérita; escreveu, ainda, algumas obras didáticas de grande aceitação pedagógica. *Francisco Antônio Carneiro da Cunha* — militar ilustre, herói da guerra do Paraguai. Foi, ainda, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. *Irineu Ferreira Pinto* — Historiógrafo de nomeada, compilou interessantes passagens da vida paraibana, enfeixadas em apresentável volume. *José Peregrino Xavier de Carvalho* — Um dos principais chefes militares, da Revo-

lução de 1817, por cuja causa foi condenado à morte e enforcado, contando, tão-só, dezenove anos de idade. Teve o corpo atado, depois, à cauda de um cavalo, e a cabeça e mãos salgadas e expostas à população, como advertência às pretensões libertárias de seus seguidores.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Povo tradicionalmente católico, o paraibano comemora com muita animação várias datas alusivas à passagem da vida dos santos, especialmente aquêles que mais de perto tocam à sensibilidade religiosa de seu povo.

A data de maior importância é a relativa ao dia da Padroeira — Nossa Senhora das Neves — que se comemora a 5 de agôsto de cada ano.

Como parte integrante dos festejos em honra da excelsa padroeira, realiza-se a tradicional "Festa das Neves", que se inicia a 27 de julho e termina a 5 de agôsto. Compõe-se de uma parte profana e uma novena, na Catedral Metropolitana e tem como cenário a ampla Avenida General Osório (conhecida como Rua Nova), que termina no pátio da Catedral. Nela estão instalados o parque de diversões, os jogos de prendas, os tabuleiros de iguarias regionais, etc., sendo, ainda, palco da famosa "retreta das Neves", que se prolonga durante dez dias.

No último dia, a 5 de agôsto, realiza-se a magnífica procissão, que é acompanhada por enorme multidão de fiéis, num submisso atestado de reverência à padroeira do lugar.

Outras festas religiosas são comemoradas, também, com brilhantismo, no município. Além da já citada, merece uma especial referência a de Nossa Senhora do Rosário, que apresenta características semelhantes à da padroeira.

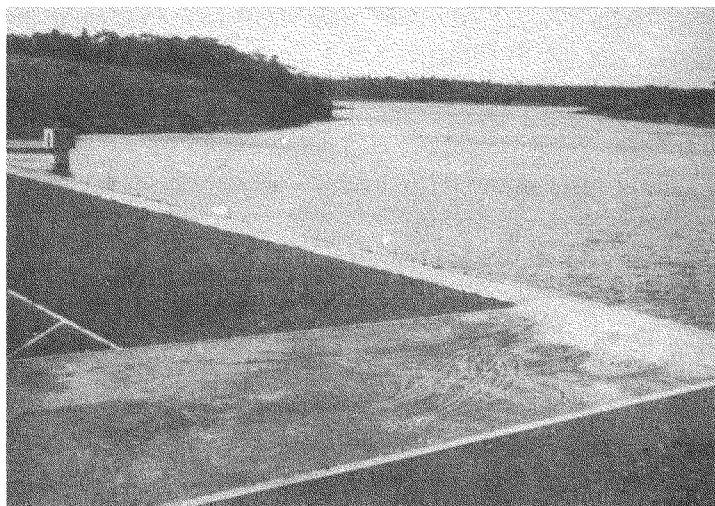
As festas juninas, o Natal, Ano-Bom e Reis são comemorados com muita animação pelos pessoenses.

O São João e o São Pedro têm uma significação especial para os habitantes da cidade, do mesmo modo como ocorre com os do interior de todo o Estado. Constam êsses festejos das tradicionais fogueiras, dos fogos de artifício, do balão, da canjica e pamonha e do milho assado. Até as adivinhações fazem parte obrigatória dessas festividades.

No domínio do folclore paraibano, quase nada há a registrar, desde que os "motivos modernos" pràticamente aniquilaram a existência das mais gratas tradições de seu povo, como o "pastoril", os "cordões", o "bumba-meu-boi", o "João-gostoso", os desafios de cantadores, etc., outrora tão em voga em seus domínios.

Ainda se apresentam, no entanto, algumas vêzes, os "pastoris", tanto nos bairros mais humildes da cidade, como na zona rural do município.

Como ocorre, geralmente, nas demais capitais brasileiras, o arraigado sentimento de patriotismo do povo extravasa-se nas brilhantes comemorações alusivas à passagem da data da Independência Nacional, quando tôda a gente vai à praça assistir aos desfiles ou paradas escolar e militar com que se homenageia o "Dia da Pátria".

MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS — O longo domínio colonizador português e a curta ocupação holandesa, em comparação com o que se deu em Pernambuco e Bahia, legaram relativamente pouco ao povo paraibano.

Reprêsa do rio Marés, que serve ao abastecimento do município

Dentre os monumentos portuguêses ali deixados figuram alguns templos católicos como as igrejas de São Bento, São Francisco e Misericórdia e o grande cruzeiro da Praça Matias Freire, todos tombados ao Patrimônio Histórico Nacional. Uma igreja na praia do Poço, obra portuguêsa, está hoje inteiramente em ruínas.

Na Praça da Independência, ergue-se um significativo obelisco dedicado à autonomia da Pátria Brasileira, com inscrições alusivas a D. Pedro I.

Em vários logradouros, erguem-se bustos e hermas a perpetuarem nomes de homens que, com brilhantismo, contribuíram para a glória da Paraíba e do Brasil.

Assim, ao centro da Praça João Pessoa, levanta-se majestoso monumento dedicado àquele que deu nome à capital paraibana, o ilustre Presidente João Pessoa. Nela, ao lado, existe, também, um busto do maior de todos os paraibanos, o ex-Presidente da República (período 1919 a 1922) Epitácio Pessoa, que durante longos anos foi chefe de uma das mais pujantes agremiações políticas da Paraíba.

Na Praça Venâncio Neiva, acha-se um busto dêsse outro grande estadista paraibano.

Também do Marquês de Tamandaré, Álvaro Machado, Augusto dos Anjos, Antônio Pessoa, Camilo de Holanda e Lavanère Wanderley, em vários pontos da cidade, existem esculturas.

Nas proximidades da Catedral Metropolitana, ainda se encontram as ruínas da Casa da Pólvora, que servia de antigo depósito militar.

Atrações turísticas — Muito embora não tenha locais de grande importância turística, o município e, principalmente, a cidade de João Pessoa, possuem recantos pitorescos que causam especial admiração ao visitante.

Nesse patricular, destacam-se dois parques: Arruda Câmara, com suas imensas e velhas árvores, alguns representantes aprisionados de sua fauna e uma antiga fonte de água cristalina, construída em cantaria; e o Solon de Lucena, no coração da cidade, que encerra uma lagoa natural, com fonte luminosa, em que a população costuma fazer retretas aos domingos.

A praia de Tambaú constitui, talvez, o maior atrativo turístico da capital paraibana. A ela acorrem os que visi-

tam João Pessoa, os quais não regateiam elogios a sua beleza natural.

OUTROS ASPECTOS MUNICIPAIS — João Pessoa possui dois hortos florestais: o Jardim Botânico, de propriedade do Ministério da Agricultura, destinado à produção e distribuição de essências florestais, e o "Simões Lopes", do Govêrno Estadual, que produz e vende fruteiras selecionadas.

Outro importante estabelecimento agropecuário do govêrno é a Granja São Rafael, cujas atividades se ligam ao aprimoramento dos rebanhos pecuários e aviários do Estado, pela seleção e venda das espécies. Essa produção, em 1956, valeu mais de meio milhão de cruzeiros.

De suas praias, a mais concorrida é a de Tambaú, que se destaca pela beleza natural de que é dotada, havendo outras, como Penha, Jacumã, Pitimbu, Coqueirinho, etc.

Nos domingos de verão, acorrem a Tambaú centenas de pessoas, fugindo à canícula que, invariàvelmente, domina o Estado. Interessante é frisar que não só a população urbana a ela se dirige, mas também a de cidades do interior da Paraíba e até de Pernambuco.

Atualmente, João Pessoa experimenta apreciável modificação em seu aspecto arquitetônico, graças à introdução do estilo moderno funcional. Devido aos financiamentos de instituições como a Caixa Econômica, o Montepio do Estado, os Institutos de Aposentadoria, etc., vários conjuntos residenciais têm surgido, nos subúrbios da cidade, como os Jardins Miramar e Manaíra, as vilas Popular, dos Motoristas, dos Comerciários, etc., que, dia a dia, melhoram a paisagem citadina.

João Pessoa era abastecida há bem pouco tempo, apenas pelo conjunto de poços artesianos do Buraquinho. Hoje, conta com a notável barragem de Marés, com instalações modernas para o tratamento químico das águas. Fica situada nas adjacências do subúrbio da cidade que recebe o mesmo nome da reprêsa e do rio Marés.

Na parte baixa da cidade, no Varadouro, localiza-se a Estação Conde d'Eu, pertencente à Rêde Ferroviária do Nordeste, donde partem as composições férreas para Cabedelo (linha norte), Recife, fração do interior do Estado e do Rio Grande do Norte.

Dois estádios abrigam as competições esportivas realizadas no município: o Estádio Governador José Américo, amplo, servido de arquibancadas, e que tem capacidade para mais de 30 000 espectadores; e o Estádio da Graça, do patrimônio municipal, de menores proporções.

Presentemente, encontram-se em construção as sedes dos dois principais sodalícios pessoenses, o Esporte Clube Cabo Branco e o Clube Astréa, obras estas que situarão tais agremiações sócio-desportivas como das melhores de todo o Nordeste.

Dos treze cinemas existentes, o "Plaza", o "Rex" e o "Santo Antônio" possuem modernas instalações para cinemascope.

Em João Pessoa, está sediada a Inspetoria Regional de Estatística, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como, também, o Departamento Estadual de Estatística, entidade a êle filiada.

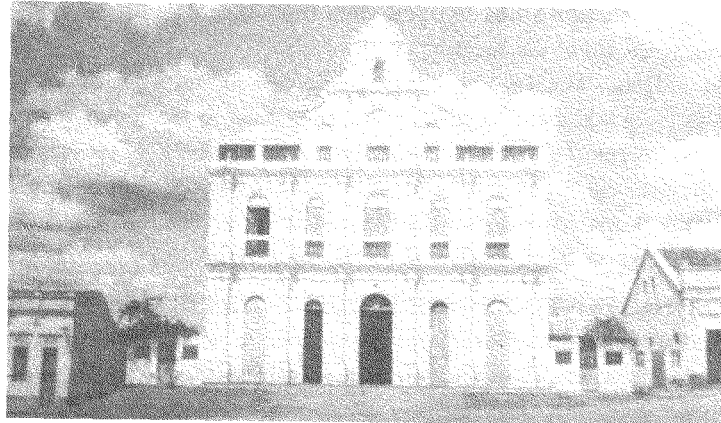
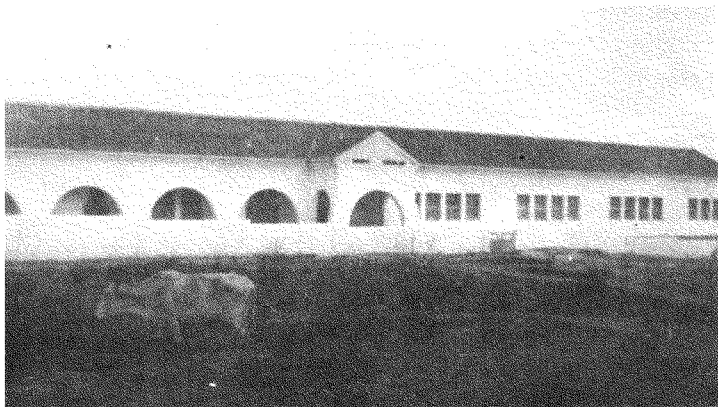
BIBLIOGRAFIA — 1) *Sinopse Estatística do Município de João Pessoa* — C.N.E. — 1948. 2) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 3) *"A Paraíba e Seus Problemas"* — José Américo de Almeida. 4) *A "Parahyba"* — João de Lyra Tavares. 5) *"Datas e Notas para a História da Paraíba"* — Irineu Ferreira Pinto. 6) *Documentação municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.*

AUTORIA — Haroldo Escorel Borges.

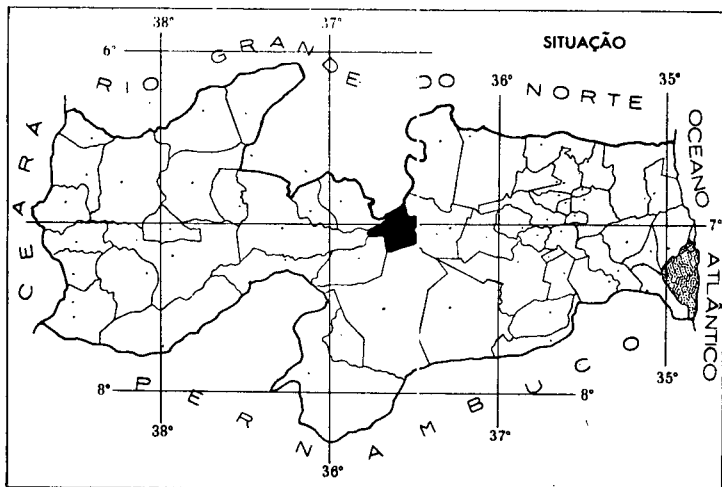
JUÀZEIRINHO — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Juàzeirinho originou-se de um pouso de tropeiros, na antiga fazenda Juàzeiro, de onde lhe provém a denominação. Não se sabe ao certo a data de sua fundação; presume-se, todavia, haja sido iniciada a povoação por volta do começo do século atual. Nas divisões administrativas do Estado, referentes a 31-12-1936 e 31-12-1937, entre os distritos do município de Soledade, figura o de Juàzeiro. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15-11-1938, a sede do município de Soledade foi transferida para a sede do distrito de Juàzeiro, tomando então, o município esta denominação. Em 1943, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro daquele ano, a sede do município volta para Soledade, que então se denomina Ibiapinópolis. No quadro da divisão judiciário-administrativa do Estado, estabelecido pelo citado Decreto-lei n.º 520, o distrito de Juàzeiro passa a

Prefeitura Municipal

Igreja-Matriz de São José

Grupo Escolar Municipal

denominar-se Juàzeirinho. Finalmente, no ano em curso, em virtude da Lei estadual n.º 1 747, de 25 de julho de 1957, foi criado o município de Juàzeirinho, constituído pelo território do distrito do mesmo nome, desmembrado do município de Soledade. A instalação do município deu-se no dia 27 de outubro de 1957, sendo seu primeiro prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o Senhor Joventino Batista de Azevedo.

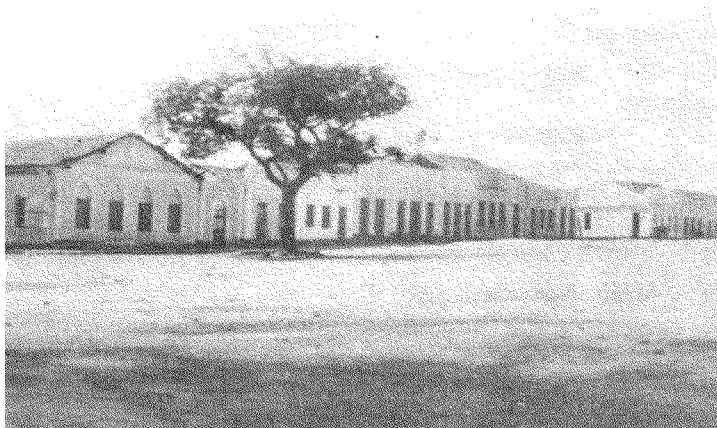
LOCALIZAÇÃO — Situa-se Juàzeirinho na Zona Fisiográfica do Cariri e se limita com os municípios de Soledade, São João do Cariri, Taperoá, Patos e Santa Luzia. A sede municipal, que fica a 570 metros de altitude, dista 190 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É quente e sêco o clima do município. No inverno, a temperatura desce a 18°C e ascende a 36°C, no verão. Entretanto, as noites são sempre frescas.

Vista de uma das principais ruas da cidade

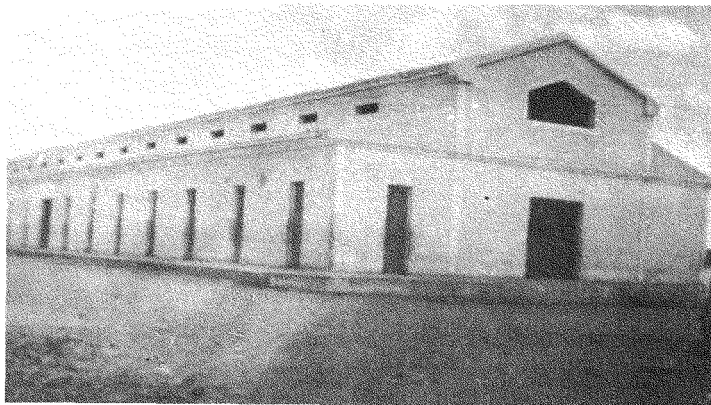
ÁREA — É de aproximadamente 500 quilômetros quadrados, segundo cálculos (sujeitos à retificação do órgão competente) da Inspetoria Regional de Estatística.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os riachos Juàzeiro, Seridòzinho e a serra dos Borges são os seus principais acidentes geográficos.

RIQUEZAS NATURAIS — Na Fazenda Seridòzinho há jazidas, em exploração, de spodumênio, columbita, berilo e ambligonita. A fauna e a flora são pobres. Na segunda, convém, entretanto, destacar, além de cactáceos e bromélias características da região, a aroeira, a baraúna e o angico.

Praça Floriano Peixoto

POPULAÇÃO — Quando do último Recenseamento Geral, Juàzeirinho, ainda distrito de Soledade, possuía 7 617 habitantes, sendo justamente o distrito mais populoso daquele município. A única aglomeração urbana existente no seu território é a sua sede, com 1 366 habitantes, sendo, também, a mais populosa da vila de Soledade. No seu quadro rural, habitavam cêrca de 82% de sua população. Observando-se a taxa correspondente ao Estado, que é de 73%, verifica-se tratar-se de município preponderantemente campestre. Estima-se, atualmente, a sua população em cêrca de 8 500 habitantes, o que lhe assegura a densidade de 17 habitantes por quilômetro quadrado, bem superior à do município do qual foi desmembrado, embora muito inferior à do Estado, que é de 33,69.

Vista de um trecho da Avenida Marechal Deodoro

ASPECTOS URBANOS — Juàzeirinho é a mais nova cidade da Paraíba, instalada que foi a 27 de outubro de 1957. Possui, atualmente, cêrca de 1 500 habitantes, 500 prédios e 8 logradouros públicos. Dêstes, 1 é pavimentado

Mercado Público Municipal

a paralelepípedos. A cidade é servida de luz elétrica. Dentre os seus principais logradouros, destacam-se a Praça Floriano Peixoto e a Avenida Marechal Deodoro. Os seus mais importantes edifícios são: a bela Matriz de São José, o Grupo Escolar, o Mercado Público e a Prefeitura Municipal.

OBSERVAÇÃO — Os demais dados estatísticos aqui não são fornecidos, visto que integram o verbete de Soledade, município ao qual até recentemente pertencia Juàzeirinho.

AUTORIA — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística.

MALTA — PB

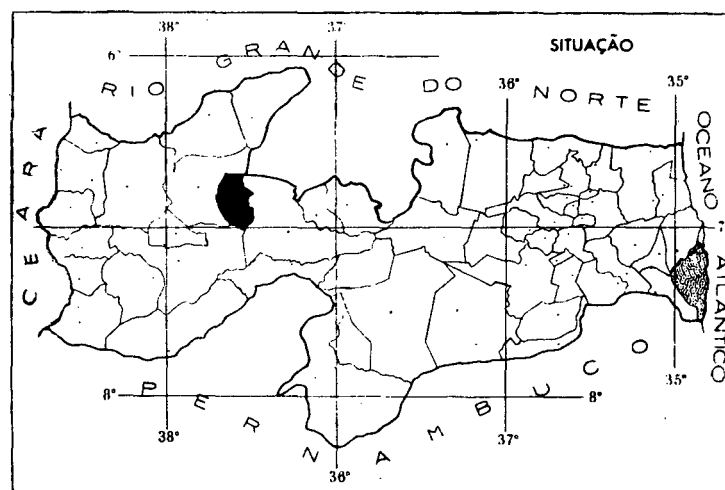
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Lá nos altos Sertões da Paraíba, mais afastados do litoral do Estado, os primeiros civilizados a nos perlustrarem procediam de Pernambuco e da Bahia. Nos fins do século XVII, ainda não haviam sido domados os indígenas daquela região, quando Teodósio de Oliveira Lêdo, precisamente em 1696, realizou uma "entrada" ao Piranhas e venceu a tribo dos Pêgas, habitantes, então, daquelas plagas.

A sede do município de Pombal, do qual foi desmembrado o de Malta, foi fundada em 1719. Malta, entretanto, só surgiu em 1830. Fundou-a João Fernandes de Freitas, que ali edificou uma capela no referido ano, em tôrno da qual nasceu a povoação. As terras da comuna, aos olhos dos criadores de gado, graças à fertilidade de seu solo, apresentavam-se como zona propícia à criação de gado e à cultura do algodão. Foram, por isso, ocupadas pelos mesmos, que, desenvolvendo-as, criaram núcleos agropecuários dos mais importantes da região. Em face dêsse desenvolvimento sócio-econômico, foi a povoação elevada à categoria de vila, pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, criando-se o respectivo distrito, integrante do município de Pombal. O município, criou-o a Lei estadual número 985, de 9 de dezembro de 1953, constituído de um só distrito, o da sede. Ficou também criada, por fôrça da Lei supracitada, a comarca de Malta, de 1.ª entrância, dela constando um têrmo único.

Vista da principal praça do município

LOCALIZAÇÃO — O município acha-se localizado no "Polígono das Sêcas", pertence ao conjunto dos que integram a chamada zona fisiográfica do Sertão, limitando-se com Patos, Piancó, Pombal e Brejo do Cruz. Coloca-se a noroeste do Estado, com as seguintes coordenadas geográficas: .... 6º 54' de latitude Sul e 37º 31' de longitude W.Gr. Sua altitude é de 340 metros.

SITUAÇÃO

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O seu clima é muito saudável, embora quente e sêco durante o período de estio, variando a temperatura entre 28 e 35ºC, à sombra. Periòdicamente, experimenta os rigores das sêcas prolongadas; as chuvas são torrenciais, mas breves, concomitantemente com trovões e relâmpagos.

ÁREA — A superfície de Malta não está perfeitamente determinada, em vista do litígio que existe entre o município e o de Pombal (de que se desmembrou). Calculadamente, no entanto, perfaz uma área de 573 quilômetros quadrados, segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística. Ocupa o 35.º lugar entre os municípios paraibanos, com uma percentagem de 1,01 em relação ao Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Suas serras fazem parte do sistema da Borborema e se apresentam pouco elevadas e escarpadas, dando origem a várias outras, tais como: serra do Melado (prolongamento da serra de Santa Catarina), João Ferreira e os serrotes Picos de Malta e dos Angicos. O único curso d'água caudaloso que merece citação é o riacho Condado, que corre na direção sul-norte e deságua no açude público do mesmo nome; a lagoa de Malta completa-lhe a hidrografia. A capacidade do Açude Condado é de 36 000 000 de metros cúbicos e se alonga por um vale, de belíssima perspectiva, irrigando vasta área, onde se pratica apreciável policultura.

RIQUEZAS NATURAIS — Os recursos naturais constam de jazidas calcárias e argilosas. Existem no município res-

Igreja-Matriz Municipal

tos de matas donde se extrai boa madeira de lei, como angico, aroeira, baraúna, utilizadas para construção e marcenaria. A fauna ainda apresenta espécimes, como rapôsas, mocós, veados, etc. No açude de Condado, um dos mais piscosos do interior nordestino, encontram-se grandes variedades de curimatãs, traíras, piaus, etc.

POPULAÇÃO — Contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, 10 689 habitantes, sendo 5 370 homens e 5 319 mulheres. Esclarece-se que, naquela época, Malta pertencia ao município de Pombal, como simples distrito.

Localização da população — De seus habitantes recenseados em 1950, 1 198 localizavam-se na zona urbana de seu único distrito, o da sede, e 9 481 na zona rural. Como se vê o município é preponderantemente rural, com 88,93% de sua população localizada no quadro campestre. Em todo o Estado da Paraíba, 73% da populacao localizam-se no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Uma única aglomeração importante há no município que é a cidade de Malta, atualmente com cêrca de 1 500 habitantes.

Estimativa da população — O Departamento Estadual de Estatística calculou a população de Malta, para 31-12-1956 em 11 889 habitantes, ocupando o 50.º lugar, na relação dos municípios paraibanos e apresentando a densidade demográfica de 38,2 habitantes por quilômetro quadrado, superior à do Estado, que é de 33,69.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Embora num Estado incorporado no "Polígono das Sêcas", a agricultura é intensamente praticada no município, constituindo um dos principais fatôres econômicos. Região sêca, abundante em tabuleiros é, no entanto, propícia à criação de gado, e, nos baixios, favorável à agricultura, quando as condições climáticas o permitem.

Agricultura — Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, os principais produtos agrícolas obtidos pelo município, em 1956, foram os seguintes:

ESPÉCIE	ÁREA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão arbóreo	1 004	Arrôba	37 620	8 276
Algodão herbáceo	800	»	14 200	1 917
Arroz	75	Saco de 60 kg	1 350	270
Banana	12	Cacho	18 000	720
Batata-doce	30	Tonelada	150	120
Côco-da-baía	14	Cento	125	37
Feijão	80	Saco de 60 kg	880	264
Laranja	20	Cento	16 000	800
Manga	4	»	3 200	1 440
Milho	450	Saco de 60 kg	4 500	585
Uva	0	kg	—	45
TOTAL	2 *489*	—	—	*14 474*

Daí se vê que o algodão, pelas variedades "arbóreo" e "herbáceo", era o mais importante produto agrícola, com cêrca de 70% sôbre o total da produção.

Pecuária — Embora não tenha posição de destaque no panorama estadual, não é pequena sua importância na economia local. Em 1956, o principal rebanho era o de gado caprino, com 6 050 cabeças. O resto da população pecuária estava assim discriminado: bovinos 4 750 cabeças, asininos 1 300, eqüinos 550, muares 600, ovinos 6 050, suínos 2 750.

Comércio — Seu comércio é pouco desenvolvido, contando com 13 estabelecimentos varejistas na sede (não existem atacadistas), que importam tecidos, ferragens, louças, medicamentos, etc. As principais praças com que o comércio local mantém transações são João Pessoa, Pombal, Patos e Campina Grande.

Indústria — Segundo dados preliminares do Registro Industrial, a indústria de Malta, em 1956, era representada por 17 estabelecimentos, que ocupavam 30 operários e cujo valor da produção ascendia a 17 milhões de cruzeiros. A indústria local está ligada à agricultura e reduz-se prática-

Pôsto de Saúde Municipal

mente ao beneficiamento do algodão (uma única usina na sede). O principal sub-ramo era o de panificação. A tabela a seguir discrimina os principais produtos obtidos, em 1956:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão beneficiado	kg	1 696 676	16 312
Calçados	Par	1 500	173
Móveis de madeira	Unidade	38	127
Produtos alimentares	kg	45 044	808
TOTAL GERAL	—	*1 743 258*	*17 419*

Segundo as apurações do Registro Industrial havia, apenas, um estabelecimento que ocupava mais de 5 pessoas. Além do beneficiamento do algodão e panificação, citam-se ainda a fabricação de artefatos de couro, de móveis e a de queijo e manteiga. No ano de 1956, a produção de cal e pedra elevou-se a 9 000 quilogramas, no valor de ...... Cr$ 16 000,00. Ascendia a Cr$ 230 000,00 o valor do fabrico de telhas e tijolos. O município é regular produtor de sementes de oiticica. Em 1956, foram extraídas 600 toneladas da espécie, no valor de Cr$ 1 080 000,00. Produz, também, embora em quantidade modesta, carvão vegetal, com um montante de 280 toneladas, no valor de ...... Cr$ 24 000,00, em 1956. A pesca é ativamente praticada no Açude Condado. O produto obtido é comerciado com alguns municípios vizinhos. Em 1956, as 23 toneladas de pescado, no valor de 282 milhares de cruzeiros, representavam naquele setor um lugar de destaque na vida econômica do município, constituindo uma das suas principais fontes de renda.

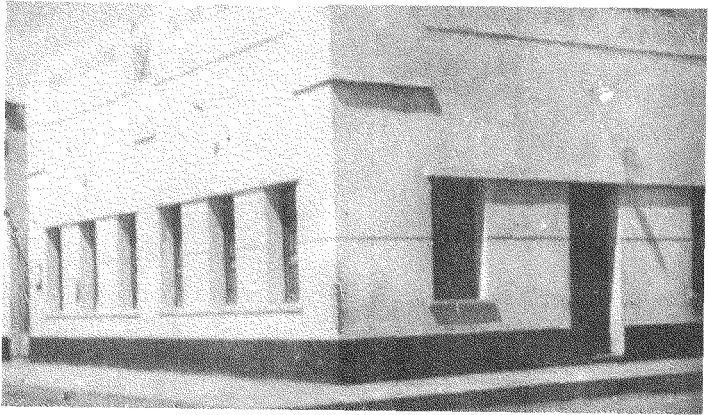
Essa produção se apresenta discriminada, por espécie:

ESPÉCIE	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Curimatã	kg	8 000	104
Traíra	»	10 000	120
Piau	»	800	10
Cangati	»	2 000	28
Piranha	»	2 000	25
TOTAL	—	*22 800*	*282*

FINANÇAS PÚBLICAS — Em 1956, a receita total orçada para o município foi de 1 395 milhares de cruzeiros; a despesa prevista nesse ano foi de 1 004 milhares de cruzeiros.

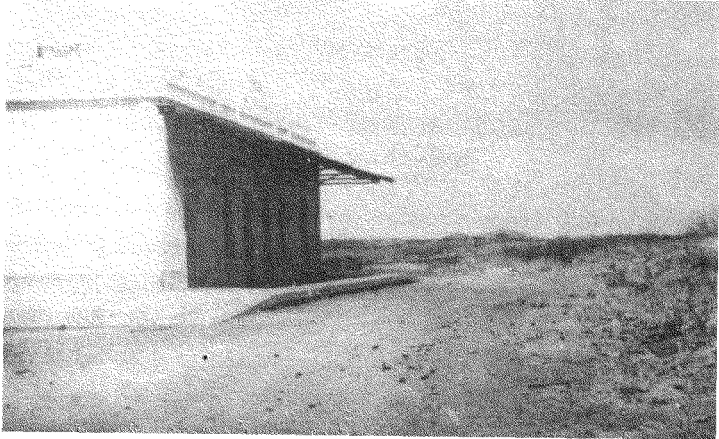
A arrecadação das receitas estadual e municipal apresentou as seguintes cifras (fornecidas pelo Departamento Estadual de Estatística).

ANOS	ARRECADAÇÃO			DESPESA MUNICIPAL
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1954	.	871	..	565
1955	1 155	904	...	1 147
1956	.	1 395	444	1 004

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se o município, por via rodoviária, com os seguintes vizinhos: Pombal (43 km), Patos (33) e Piancó (93). Por ferrovia (Rêde Ferroviária Cearense), está ligado a Pombal (38) e Patos (33). Com João Pessoa, comunica-se por estrada de rodagem (325 quilômetros).

Câmara e Fôro Municipais

No município há, apenas, 13 veículos rodoviários: 12 caminhões e 1 jipe. Sua rêde rodoviária, das menores do Estado, não atinge 100 quilômetros.

Como vias de comunicação, a comuna dispõe de duas agências postais-telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos: uma na cidade e outra no povoado de Condado.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Com a finalidade de patrocinar os agricultores, opera uma Cooperativa Mista de Crédito e Consumo Agrícola, com 193 associados. Em 1956, o valor dos serviços executados foi de Cr$ 1 709 097,00, orçando seus empréstimos em ...... Cr$ 84 563,00.

Estação Ferroviária (R.V.C.)

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Recenseamento Geral de 1950 revelam a situação da então vila de Malta, quanto ao nível de instrução geral:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	486	47,56
Não sabem ler e escrever (*)	536	52,44
TOTAL	*1 022*	*100,00*

(*) Inclusive pessoas sem declaração de instrução.

Ensino — Em 1955, existiam no município 19 unidades de ensino primário fundamental comum e 5 de alfabetização de adultos.

ASPECTOS URBANOS — Malta é uma das menores cidades da Paraíba. Possui presentemente cêrca de 1 600

Cadeia Pública

habitantes, 675 prédios e 13 logradouros públicos. Dêstes os principais são as Ruas João Pessoa, Antenor Navarro e Solon de Lucena. É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a 8 logradouros, com 100 focos, e a domiciliária conta com 182 ligações. Os seus principais prédios são: Prefeitura Municipal, Grupo Escolar Argemiro de Sousa, Matriz de Nossa Senhora da Conceição e o Pôsto de Higiene.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O número de eleitores votantes em outubro de 1955 foi de 2 483. O Poder Legislativo compõe-se de 7 vereadores. Dirige atualmente a Edilidade o Senhor Francisco Marques de Sousa, da legenda pessedista.

OUTROS ASPECTOS — Há, no município, vários aspectos que constituem motivo de atração aos turistas; é mister salientar o Açude Condado, construído pela Inspetoria de Obras Contra as Sêcas, com capacidade de 36 000 000 de metros cúbicos e que se alonga por um vale de belíssima perspectiva, irrigando vasta área. Existe um Pôsto Agrícola, sob dependência administrativa do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a fim de incentivar a agricultura e a pecuária.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 2) — *Sinopse Estatística do município de Pombal* — C.N.E. — 1948; 3) — Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística.

AUTORIA — Francisco Seraphico da Nóbrega Neto.

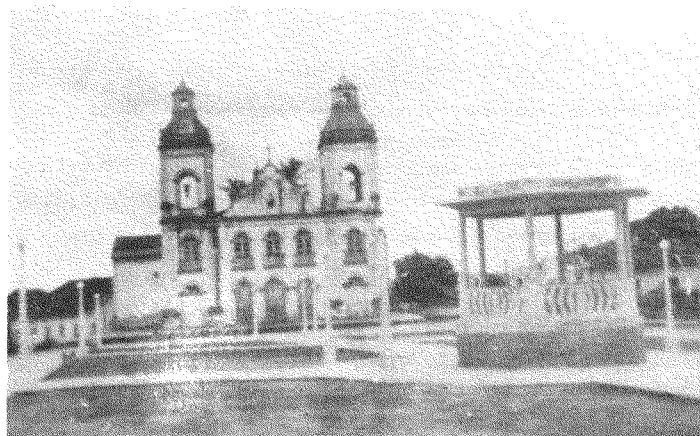
MAMANGUAPE — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

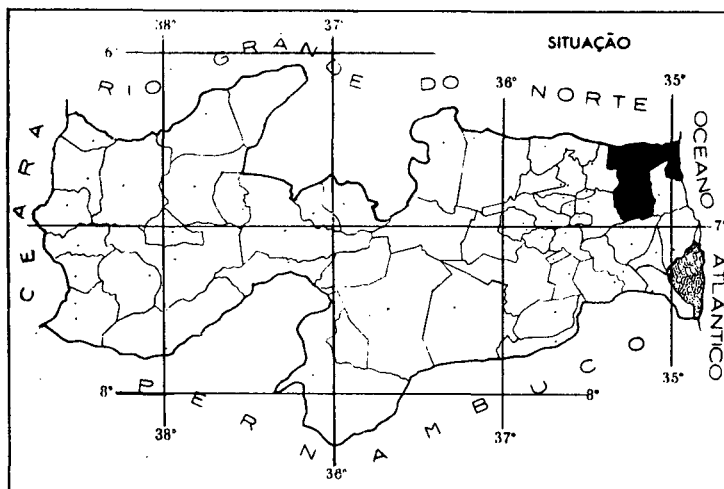
HISTÓRICO — Várias são as versões da origem do topônimo. Segundo Teodoro Sampaio, a designação de Mamanguape teria raízes indígenas e adviria da junção dos vocábulos: "mamã-guape", que quer dizer, "no bebedouro".

A desembocadura do rio Mamanguape e suas adjacências já eram freqüentadas por navegantes franceses, antes de os portuguêses iniciarem a colonização da Paraíba, em 1575. Com o estabelecimento da colonização portuguêsa, entre os séculos XVI e XVII, o pernambucano Duarte Gomes da Silveira interessou-se, vivamente, pelo progresso da região. Iniciaram os portuguêses o aldeamento dos índios Potiguares, habitantes da região, e o levantamento de engenhos, quando se deu a invasão holandesa, verificando-se o abandono da aldeia que seria a sede da região. Feita a Restauração, ali se estabeleceram os jesuítas e reconstruíram a antiga aldeia dos índios, que foi acrescida de colonos portuguêses. Como houvesse, porém, entre os selvagens e civilizados sérios atritos, as autoridades resolveram separá-los. Os índios foram transferidos para outra aldeia, situada num outeiro, mais próximo do mar. A nova povoação recebeu o nome de Monte-Mor, sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres. Na antiga, ficaram residindo as autoridades e os portuguêses. Com o progresso crescente de Mamanguape, pouco depois de 1839, foi elevada à sede municipal.

Segundo alguns autores, principalmente Mário Campêlo, que diz, textualmente, em sua "Monografia de Mamanguape", há uma confusão entre os têrmos Monte-Mor, Preguiça e Rio Tinto: "Confundem Monte-Mór com Preguiça e Rio Tinto". Rio Tinto foi construída no local à margem direita do rio Vermelho, onde assentava o engenho Preguiça; portanto, Monte-Mor e Rio Tinto são povoações distintas, separadas entre si por dois quilômetros. Contudo, há uma corrente que afirma ser a vila de Preguiça a antiga Monte-Mor, que recebeu aquela alcunha em vista de seus habitantes serem extremamente indolentes. A alcunha pegou, e, hoje, a povoação está quase extinta.

Ignora-se a data em que foi criado o município, sabendo-se, apenas, que sua primitiva sede estava localizada na vila de Monte-Mor, que, pela Lei provincial número 1, de 23-1-1839, foi transferida para a povoação de Mamanguape, posteriormente elevada à cidade, pela Lei n.º 1, de 25-10-1855, categoria que ainda hoje conserva e cujo centenário foi comemorado festivamente, a 25 de outubro de 1955. Pelo artigo 2.º, da Lei n.º 27, de 6 de julho de 1854, foi incorporada a comarca de Mamanguape à da capital. Posteriormente, a Lei n.º 106, de 11-12-1863, elevou-o à categoria de sede de comarca, confirmando-a as Leis estaduais números 8, de 15-12-1892, e 256, de 9-10-1936. Na divisão administrativa do Brasil, relativa a 1911, o município dividia-se nos seguintes distritos: Mamanguape (Bairro Baixo), Mamanguape (Bairro Alto), São João, São José do Rio Sêco, Jacaraú, Mataraca, Baía da Traição e Barra de Mamanguape, enquanto na relativa ao ano de 1933, êle compõe-se, ùnicamente, do distrito-sede. Já nas divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o município figura com cinco distritos: Mamanguape, Baía da Traição, Jacaraú, Rio Tinto e Tavares.

Igreja-Matriz de São Pedro e São Paulo

Por efeito do Decreto-lei n.º 1 164, de 15-11-1938, foi extinto êste último distrito, incorporando-se-lhe o território ao de Rio Tinto. Pelas leis supracitadas, os têrmos de Mamanguape e Sapé compõem a comarca que recebeu o nome daquele primeiro têrmo. No quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto-lei n.º 1 164, Mamanguape apresenta-se com os seguintes distritos: Mamanguape, Baía da Traição, Jacaraú, Rio Tinto e Mataraca, dos quais o último já fizera parte do município na divisão concernente a 1911, criado pela Lei n.º 424, de ...... 28-10-1915, no seu parágrafo único, artigo 10, não obstante ter sido omitido nas demais divisões. Pelo Decreto-lei estadual n.º 39, de 10-4-1940, o têrmo judiciário de Sapé foi erigido em comarca, ficando a de Mamanguape constituída, ùnicamente, de um têrmo, no qüinqüênio 1944-48, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31-12-1943, pelo qual o município possuía seis distritos: Mamanguape, Baía da Traição, Itapororoca, Jacaraú, Mataraca e Rio Tinto. No entanto, a Lei n.º 1 622, de 6 de dezembro de 1956, emancipa o distrito de Rio Tinto, tornando-o, em conseqüência, município independente, com território desmembrado do distrito de mesmo nome e do de Baía da Traição (pequena parte).

LOCALIZAÇÃO — O município de Mamanguape acha-se localizado na faixa litorânea do Estado. Pertence ao conjunto dos municípios paraibanos que integram a chamada Zona Fisiográfica do Litoral, limitando-se com os municípios paraibanos de Caiçara, Rio Tinto, Santa Rita e Guarabira, além de Pedro Velho e Canguaretama, no Rio Grande do Norte. Sua costa é banhada pelo Oceano Atlântico. Seguindo-se o rumo N.O., a sede municipal dista 40 km (em linha reta), de João Pessoa, possuindo como coordenadas geográficas os seguintes pontos: 6º 50' 21" de latitude Sul e 35º 07' 25" de longitude Oeste Greenwich, com altitude de 53 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é saudável, como em todo o litoral do Estado; no período das chuvas, a temperatura pode baixar a 20ºC e, no verão, eleva-se a 31,5 à sombra. O município não está sujeito ao flagelo das sêcas.

ÁREA — A área do município, depois do recente desmembramento que sofreu e pelo qual lhe tiraram o distrito de Rio Tinto é de 1 594 quilômetros quadrados. Em relação às demais comunas paraibanas, ocupa o 13.º lugar, com uma percentagem de 2,8 sôbre o Estado.

Vista parcial da Rua Batista Carneiro

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município, diz com exatidão Mário Campêlo na sua "Monografia de Mamanguape", é geralmente plano, possuindo extensos tabuleiros e algumas pequenas elevações nas adjacências dos rios Mamanguape e Camaratuba. De par com extensos vales e várzeas de agradável aspecto à beira-mar, existem extensas planícies, cobertas, parcialmente, de coqueiros. A sua rêde hidrográfica é uma das mais significativas, graças, sobretudo, aos importantes cursos d'água que o banham, como os rios Mamanguape e Camaratuba, que, com seus inúmeros tributários, tornam-na a mais extensa da Paraíba. O rio Mamanguape recebe, pela margem esquerda, os seguintes afluentes: Quandu, que nasce nos limites com o município de Guarabira, Itapororoca, Mata-Fome, Itapecerica (formado pelos riachos Ipioca, Curralinho e Luís Dias), da Pedra, Gurguri, Sertãozinho, que atravessa a cidade de Mamanguape, Salema, Maracujá, Passagem-da-Cobra, Patrício, Vermelho, Preguiça, Jaraguá, Cabeça-de-Boi, Três Rios, do Mero e da Caieira, também conhecido pelo nome de Camurupim e formado pelos rios Grupiúna, Silva, Estiva e Jacaré. Pela margem direita, recebe o rio Mamanguape os seguintes afluentes: rios Caracabu, dos Tanques, Tavares, do Rato, Siri Grande, Papagaio, Cavassu, Taberaba, Encantado, das Pedras, Quiabo, do Banco, Caragucena, da Aninga, Almécega, Maíra, Cafundó, Várzea Comprida, Tabuada, do Ribeiro, Cuité e Capuaba. São afluentes do Camaratuba, no município, os riachos Açude, Água Clara, Água Fria, Barro Branco, Bitu, Baepinho, Cernambi, Cumaru, Camela, Gameleira, Geral, Gonzaga, Ilha, Imbiribeira, Itaepe, Jandaia, Jurema, Jardim, Marimbu, Maripitanga, Mataraquinha, Pepina, Piabuçu, Pitanga da Estrada, Pitanguinha, Riachinho e São Bento. São ainda do município os rios Guaju, Miriri, Pacaré e Urupema, sendo que o Guaju é seu limite natural com o Estado do Rio Grande do Norte. Possui, também, o território mamanguapense várias lagoas: Boa Vista, Bonita, Campina, Capela, Cuité, Curral de Cima, Engenho Novo, Espinho, Fôlha, Jacaraú, Jandíroba e Negro Félix. A mais importante, contudo, é a extensa lagoa de Acajutibiró, onde deságuam vários ribeiros.

RIQUEZAS NATURAIS — Situado no litoral paraibano, o município apresenta-se bem caracterizado em riquezas naturais. Há indícios positivos de que seja rico em minérios, mas, segundo Coriolano de Medeiros, nenhum estudo foi realizado. Acham-se em exploração algumas jazidas de calcário, greda-branca, granito e argila. Mamanguape é ainda um dos municípios mais ricos do Estado, no que diz

Barra do Miriri, situada na costa do município

respeito a matas, possuindo espécies as mais diversas, como o vinhático, o pau-brasil, o cedro, a algaroba, o pau-marfim, o pau-d'arco, o pitiá, a peroba, a sucupira, o jitaí, o angico e muitas outras empregadas pela carpintaria, pela marcenaria e em construções civis. Quanto às plantas medicinais, é bem variada sua flora. Nos tabuleiros encontram-se a salsa, a cabacinha, a jurubeba, o manacá, como, também, a mangabeira, que produz o látex, empregado na fabricação da borracha (não estando em exploração) e da qual se colhem os deliciosos frutos. Dispondo de uma costa extremamente favorável, uma das mais piscosas do nordeste, a pesca é uma atividade muito antiga, praticada pela população local e pelos grupos remanescentes de índios potiguares. É largamente explorada por meio de jangadas, botes e canoas. Seus rios são propícios a essa atividade, e nos seus mangues abundam crustáceos de espécies variadas.

Os principais pescados são: albacora, agulhão-de-vela, ariacó, bicuda, cavala, serigado, cioba, cação, camurupim, camurim, dourado, guarajuba e outros.

POPULAÇÃO — A população mamanguapense, segundo revelou o Censo Demográfico de 1950, era de 83 112 pessoas, o que lhe conferia a honrosa menção de 3.º município da Paraíba, sòmente suplantado por Campina Grande .... (173 206) e João Pessoa (119 326). Distribuía-se, conforme a tabela adiante, pelos seguintes distritos e zonas:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Mamanguape	19 487	6 334	13 153
Baía da Traição	3 625	1 380	2 245
Itapororoca	13 655	2 189	11 467
Jacaraú	15 825	2 115	13 711
Mataraca	3 785	1 118	2 667
Rio Tinto	26 733	19 774	6 959
TOTAL	*83 112*	*32 910*	*50 202*

Êsses elementos permitiam verificar que 60,40% de seus habitantes moravam no campo, índice portanto, inferior ao do Estado, com 74,64. Vê-se, ademais, que seus principais centros eram a cidade de Mamanguape, com 6 334 habitantes e a então vila de Rio Tinto (hoje cidade), com 19 774, isto é, com mais do triplo da população da sede municipal. Os outros núcleos, todos de menos importância, eram as vilas de Baía da Traição, Itapororoca, Jacaraú e Mataraca.

Composição — *Sexo*: masculino 40 467 e feminino 42 649; *côr*: brancos 48 695, pretos 14 319 e pardos 19 950; não fizeram declaração de côr 148 indivíduos; *religião*: católicos apostólicos romanos 82 251, protestantes 750, espíritas 25, ortodoxo 1, 16 de outras religiões, 44 sem religião e 25 sem declaração de religião; *estado conjugal*: 18 939 eram solteiros, 24 975 casados, 42 desquitados, 3 351 viúvos, dos quais 841 homens e 2 510 mulheres; *nacionalidade*: quanto ao país de origem, Mamanguape era dos municípios paraibanos que possuía dos mais apreciáveis contingentes estrangeiros, com 46 pessoas, e 1 naturalizado, sendo os 83 065 restantes brasileiros natos.

Estimativa da população — Calculou o Departamento Estadual de Estatística sua população para 31-12-1956 em 62 443 habitantes. Essa grande diferença, para menos, se deve ao fato de seu antigo distrito de Rio Tinto ter sido elevado à categoria de município. Com tal população, Mamanguape situa-se como o 4.º município do Estado, sendo sua densidade demográfica de 39,17 habitantes por âuilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Como a grande maioria dos municípios paraibanos, Mamanguape tem na agricultura os fundamentos de seu progresso. Convém não desprezar, contudo, o significado especial que a pecuária, a pesca e a indústria açucareira têm no panorama econômico do município. Essas atividades são propiciadas pela excelência de boa parte de seu solo, cortado por inúmeros cursos dágua e protegido por considerável extensão florestal.

Igreja de N.S.ª do Rosário

Agricultura — Integrado na Zona Litorânea do Estado, tem Mamanguape como maior fonte de renda êsse ramo de atividade, ao qual, segundo o Recenseamento Geral de 1950, se dedicavam 15 292 pessoas de 10 anos e mais, isto é, cêrca de 26% das pessoas em idade ativa. O número de propriedades rurais, naquele ano, era de 425. Em 1956, as estimativas de sua produção agrícola atingiram quase sessenta milhões de cruzeiros, onde merecem especial referência as culturas de algodão e cana-de-açúcar. Não menos significativas são as de banana, mandioca-mansa e fava. O quadro a seguir dá uma idéia exata do valor da produção agrícola mamanguapense, em 1956:

ESPÉCIE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão herbáceo	19 946
Cana-de-açúcar	12 420
Banana	6 720
Mandioca-mansa	6 160
Outras	15 727
TOTAL	*59 946*

Como se vê, a grande fôrça agrícola do município estava nas produções de algodão e cana-de-açúcar, respectivamente, com 33 e 20% do total.

Pecuária — Não eram dos maiores os rebanhos pecuários do município, cujos efetivos estavam assim distribuídos:

REBANHOS	N.º DE CABEÇAS
Asininos	700
Bovinos	10 800
Caprinos	1 400
Eqüinos	4 500
Muares	1 550
Ovinos	700
Suínos	2 000
TOTAL	*21 650*

Dêsses rebanhos, que em 1956 valiam, aproximadamente, sessenta milhões de cruzeiros, só merecia citação o bovino, pelo número de cabeças existentes, superior aos dez milhares. Servem para o consumo da população e, ainda, em pequena parte, para o de João Pessoa.

Piscicultura — Mamanguape é, talvez, o mais importante município paraibano no que tange à pesca. Possui duas colônias de pescadores (Z-1 e Z-2) que congregam boa parte da população litorânea do município. Em 1956, os 160 000 quilogramas de pescado extraídos das águas marítimas e fluviais mamanguapenses renderam mais de três milhões de cruzeiros.

Entre as principais espécies pescadas, temos: albacora, ariacó, bicuda, cavala, cioba, cação, camurim, dourado, guarajuba, mero, tainha e xixaro (de água salgada) e urimatã, traíra e cará (de água doce).

Comércio — É modesto o comércio local, representado por estabelecimentos que se dedicam à compra e venda de estivas em geral, louças, ferragens, material elétrico, etc. Convém notar que alguns se dedicam à exportação do açúcar. Apenas dois estabelecimentos são atacadistas, enquanto 98 são varejistas. As principais praças com que transaciona são João Pessoa, Recife e Campina Grande.

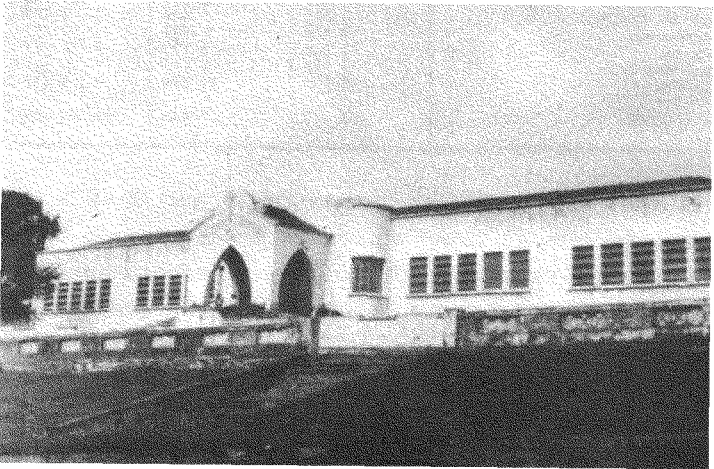
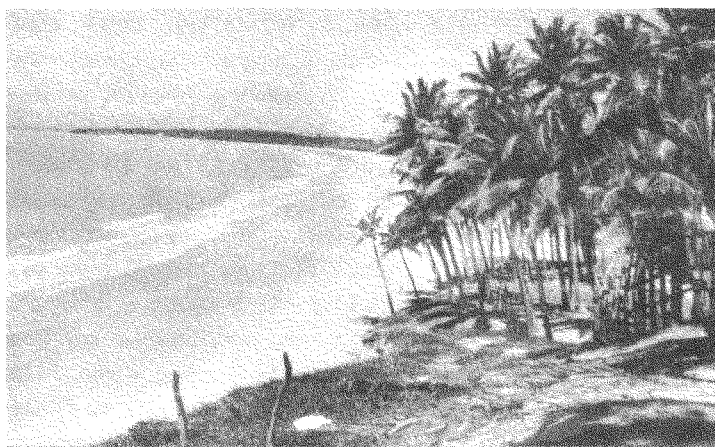
Indústria — Entre os ramos industriais, merecem ser citados: fabricação de açúcar de usina, aguardente de cana, farinha de mandioca e beneficiamento de algodão e arroz. Até 1956, Mamanguape possuía o centro industrial de Rio Tinto, um dos maiores da Paraíba, cujo território, por fôrça de ter-se tornado município, foi-lhe desanexado. Nêle está situada a grande fábrica de tecidos de propriedade dos irmãos Lundgren. Ainda naquele ano, a produção industrial mamanguapense, sem incluir a de Rio Tinto, foi de Cr$ 42 612 208,00, destacando-se a produção extrativa de origem mineral no valor de Cr$ 157 212,00, a de origem vegetal, com quase 5 milhões para madeira e lenha, mais de 3 e meio milhões de carvão e 760 mil cruzeiros para cipó e junco.

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO — Opera em Mamanguape uma agência da Caixa Econômica Federal da Paraíba, cujos depósitos, em 1956, ascenderam a ...... Cr$ 2 519 948,30.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento financeiro do município, no período compreendido entre 1950 e 1956, atingiu as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal	
1950	9 212	5 947	3 199	3 260
1951	14 792	9 167	3 390	3 440
1952	14 260	9 056	3 939	3 685
1953	16 237	10 251	3 880	4 098
1954	29 903	14 882	4 408	4 326
1955	33 486	15 392	5 273	5 440
1956	44 523	18 778	6 702	6 082

ASPECTOS URBANOS — Mamanguape é das principais cidades paraibanas. Conta atualmente cêrca de 7 000 habitantes, 1 615 prédios e 46 logradouros públicos. Dêstes, 12 são pavimentados, numa área de 18 000 metros quadrados, e 2 arborizados e ajardinados simultâneamente. É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se por 26 logradouros, com 305 focos, e a domiciliária conta com 409 ligações. Também é servida de água canalizada, tendo pouco mais de uma centena de ligações domiciliares. Tem serviço telefônico urbano e interurbano. Na cidade há, todavia, apenas 11 aparelhos. Um cinema e 1 hotel funcionam na cidade.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Mamanguape está ligada, por estrada de rodagem, às sedes dos seguintes municípios: Santa Rita (via Sapé e Cruz do Espírito Santo — 69 úm), Sapé (37), Guarabira (50), Caiçara (84) e Rio Tinto (6), na Paraíba,

Instituto Moderno

Praia Baía da Traição

além de Pedro Velho (59) e Canguaretama (59), no Rio Grande do Norte. Dista da capital Estadual 79 quilômetros. No entanto, acha-se em construção a rodovia Mamanguape—Santa Rita, que encurtará essa distância para, apenas, 47 quilômetros.

Existe um pequeno campo de pouso, onde aterrissam aviões do Aeroclube da capital. Há no município 43 caminhões, 18 ônibus, 8 automóveis, 9 jipes e 7 camionetas. Sua rêde rodoviária mede 199 quilômetros. As principais vias de comunicações utilizadas pelo município são duas agências postais-telegráficas e três agências postais, pertencentes ao Departamento dos Correios e Telégrafos, e, ainda, uma pequena rêde telefônica do patrimônio municipal, que põe os habitantes da cidade em contacto direto com João Pessoa.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em matéria de assistência médica, o município não é dos mais bem servidos. Nêle, existe, apenas, um Pôsto de Higiene, pertencente ao Estado.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Com a finalidade de patrocinar empréstimos aos agricultores locais, funciona a Cooperativa de Crédito Agrícola de Mamanguape Ltda., que, em 1956, possuía 548 associados, a quem foram distribuídos auxílios no montante de ...... Cr$ 744 500,00.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, o nível de instrução no município assim se apresentava:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS	
	Total	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	13 124	18
Não sabem ler e escrever	56 405	82
TOTAL	*69 529*	*100*

Essa tabela permite verificar que a maioria de sua população (82%3 era analfabeta, o que conferia ao município um índice muito mais elevado que o relativo ao Estado (74,64%).

Ensino — No município, existiam 94 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, sendo 28 na zona urbana e 66 nos quadros rurais. Daquele total, pertenciam ao Estado 28, ao município 35 e 20 eram federais (ensino supletivo) e 11 particulares. Além dêsses, havia uma Escola Normal Regional, o Ginásio Matias Freire, a escola profissional Coronel Frederico Lundgren e uma de datilografia. Os dois cursos de ensino médio registraram, em 1957, uma matrícula de 177 alunos. Cumpre destacar, ainda, a tradicional Escola Presidente João Pessoa, de Pindobal, destinada a menores abandonados ou delinqüentes, mantida pelo Govêrno do Estado. O Núcleo do Serviço de Proteção aos Índios mantém uma professôra que ministra aulas aos indígenas residentes na região.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — A Câmara Municipal de Mamanguape é composta de 9 vereadores, tendo votado, no pleito de 3 de outubro de 1955, o total de 8 289 eleitores. Seu atual Prefeito é o Sr. Francisco Gerbasi, eleito sob a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Entre as mais gratas manifestações do povo mamanguapense, contam-se as festas de caráter religioso. A tradição consagrou o dia dos apóstolos São Pedro e São Paulo, padroeiros do município, e o relativo a Nossa Senhora do Rosário, dedicando-lhes um culto todo especial. Durante as comemorações anuais, a cidade engalana-se para festejar a glória daqueles dois santos mártires. Realizam-se novenas, jogos e diversões, culminando com a imponente procissão em sua homenagem. Vez por outra, o município patrocina "cavalhadas" e "vaquejadas", que constam, as primeiras, de corridas de cavalo, onde os cavaleiros vestidos com trajos característicos exibem suas habilidades diante da multidão de aficionados; na "vaquejada", as corridas são feitas visando ao vaqueiro — montado a cavalo, em galope forçado — a "botar abaixo" a rês em velocidade, numa pista cercada, muitas vêzes, de arame farpado.

VULTOS ILUSTRES — Mamanguape é berço fértil de paraibanos insignes. Seu solo amigo viu nascerem homens que se ligaram, indissolùvelmente, à história da Paraíba, como *Alvaro de Carvalho,* emérito professor, prosador exímio e político de envergadura, que teve oportunidade de exercer, por algum tempo, o Govêrno Provisório do Estado; *Aristides Lôbo,* propagandista republicano e notável jornalista, teve papel relevante no Govêrno Provisório instalado em 1889, do qual fêz parte; *Carlos Dias Fernandes,* espírito polimorfo, cultor da poesia, do romance e do jornalismo, foi um dos mais destacados personagens das letras tabajaras. Entre as obras que legou, citam-se: o romance "A Renegada", "Os Cangaceiros", "Sólus", "Tôrre de Babel", e a grande obra "Fretana", de notável significado político; *José Pereira de Castro Pinto,* político de grande influência, tendo sido Governador do Estado em cujo cargo notabilizou-se como administrador abalizado e escrupuloso, e, ainda, senador, deputado-federal e conhecido advogado.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 2) — *Sinopse Estatística de Mamanguape* — C.N.E. — 1948; 3) — *A Paraíba e seus Problemas* — José Américo de Almeida; 4) — *A Parahyba* — João de Lira Tavares; 5) — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954; 6) — Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — Francisco Seraphico da Nóbrega Neto.

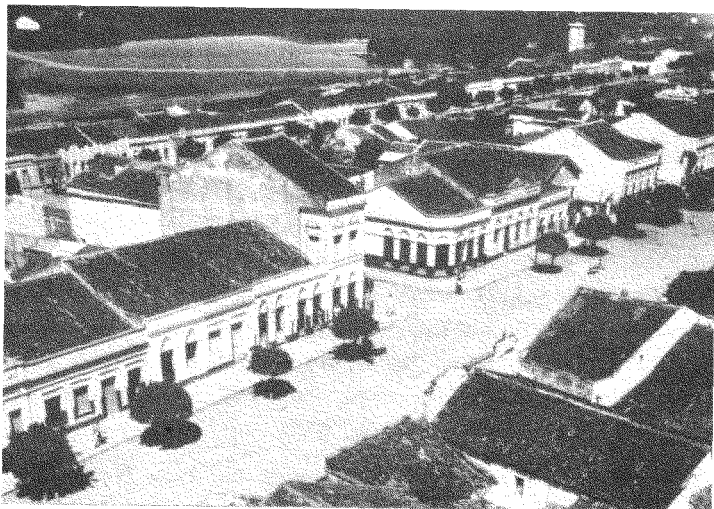
REDAÇÃO FINAL — Haroldo Escorel Borges.

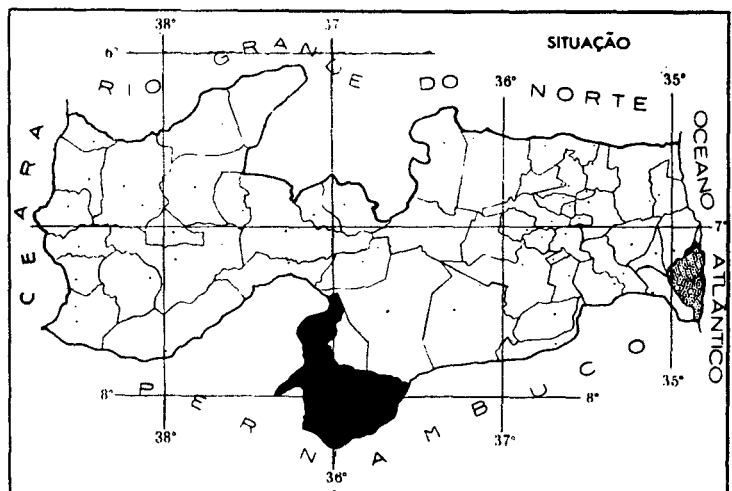
MONTEIRO — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Em fins do século XVIII, Custódio Alves Martins, João Pereira de Melo e alguns outros estabeleceram fazendas de criação de gado, no local onde, posteriormente, ergueu-se Monteiro. No ano de 1800, Manuel Monteiro do Nascimento e sua mulher desmembraram, de sua Fazenda Lagoa do Periperi, meia légua de terra em quadro, para constituir o patrimônio de uma capela consagrada a Nossa Senhora das Dores, por êles edificada no pátio de sua casa de vivenda, distante 300 metros da margem do rio do Meio. A excelência do local foi atraindo habitantes e, em pouco tempo, havia ali um povoado que, em 1840, já trocara o seu primitivo nome — Lagoa do Periperi — pelo de Povoação da Lagoa, contando, naquele ano, duas casas de telha. Pouco tempo depois, em homenagem ao seu fundador, recebeu o nome de Alagoa do Monteiro.

O distrito de Alagoa do Monteiro foi criado pela Lei provincial n.º 194, de 4 de setembro de 1865, e o município, pela Lei n.º 457, de 28 de junho de 1872, com território desmembrado do de São João do Cariri. A instalação do novo município ocorreu a 20 de janeiro do ano seguinte; a criação da comarca data de 1878. Na divisão administrativa do Brasil referente ao ano de 1911, o município de Alagoa do Monteiro divide-se em 4 distritos: o da sede, e os de São Tomé, São Sebastião do Umbuzeiro e Camalaú, aparecendo nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º-IX-1920, com os distritos já citados e mais o de Tigre. A Lei estadual n.º 540, de 18 de novembro de 1921, concedeu foros de cidade à sede do município de Alagoa do Monteiro, que, na divisão administrativa correspondente ao ano de 1933, figura, ùnicamente, com o distrito-sede.

De acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, Alagoa do Monteiro compõe-se de 6 distritos: o da sede, Camalaú, Prata, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e São Tomé, constituída a comarca, ùnicamente, pelo têrmo de igual nome. Essa situação foi confirmada pelos Decretos-leis estaduais de números 1 164, de 15 de novembro de 1938, e 520, de 31 de dezembro de 1943, que fixaram os quadros territoriais para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939 a 1943 e 1944-1948, observando-se apenas que, nesses quadros, o têrmo e a comarca denominavam-se simplesmente Monteiro, permanecendo com os mesmos distritos; os distritos de São Sebastião, Tigre, Prata e São Tomé tiveram seus nomes modificados para Caroá, Jacarará, Mugiqui e Sumé, respectivamente. A Lei n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, novamente altera a denominação de alguns distritos. Assim, apenas Monteiro, Camalaú e Sumé conservaram sua antiga denominação, enquanto Caroá, Jacarará e Mugiqui tiveram seus nomes substituídos, respectivamente, por São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre e Prata. Pela Lei n.º 513, de 8 de fevereiro de 1951, o distrito de Sumé (ex-São Tomé) adquiriu sua autonomia, ficando Monteiro, por conseguinte, com território reduzido aos dos distritos da sede, Camalaú, Prata, São João do Tigre e São Sebastião do Umbuzeiro. Pela Lei n.º 803, de 16 de outubro de 1952, foi criado o distrito de Boi Velho.

Vista parcial da cidade

LOCALIZAÇÃO — Está encravado em plena Zona Fisiográfica do Cariri. As coordenadas geográficas da sede municipal têm os seguintes pontos: 7º 53' 27" de latitude Sul e 37º 07' 16" de longitude W. Gr. Sua altitude é de 590 metros. Os municípios limítrofes são: Sumé, Serra Branca, Tabira, Poção, Afogados da Ingàzeira, Sertânia, Arcoverde, Pesqueira e Brejo da Madre de Deus, êstes no Estado de Pernambuco.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Seu clima é quente e sêco, tornando-se bastante saudável em grande parte do ano. Graças à salubridade com que se apresenta, é tido o município como verdadeiro centro de repouso e cura, principalmente para os indivíduos afetados por doenças bronco-pulmonares. A temperatura oscila de 18 a 30ºC, à sombra.

ÁREA — Até 1951, a área do município era de 4 024 quilômetros quadrados, o que lhe conferia o 1.º lugar entre os 54 municípios paraibanos quanto à extensão territorial. Com a criação do município de Sumé, território desmembrado do seu, Monteiro passou a ocupar o 2.º lugar com uma área de 3 068 quilômetros quadrados. Esta é a sua posição em relação aos 57 municípios paraibanos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é pouco acidentado, destacando-se, apenas, as serras do Cariri Velho, Verde, Branca ou Mulungu, do Jabitacá, Mãe-d'Água, Capitão-Mor, Pau-d'Arco, Porteiras, do Acaí,

Prefeitura Municipal

da Jacarará, do Gonçalo, do Cipó, da Quixabeira e outras de menor significação. O rio Paraíba é o seu principal curso d'água que, nascendo na serra do Jabitacá, em terras monteirenses, banha-lhe o território. São seus formadores os rios Sucuru, do Meio e da Serra. Destacam-se, entre outros, os riachos de Umbuzeiro, Catulés, Prata, Bom Jesus, Tingui, do Serrote, Mão-Beijada, Comprido, Corumba, Rapôsa, e o Fundão. Existem, no município, mais de 300 açudes públicos e particulares de pequena capacidade.

RIQUEZAS NATURAIS — Em minérios o município é dos mais ricos do Estado. Estão localizadas em algumas serras, segundo estudos realizados, jazidas de carvão-de--pedra, ferro, ouro, enxôfre, salitre, cristal de rocha e pedras preciosas. Há uma fonte de água bicarbonatada, cálcica, magnesiana, que está sendo explorada pela Prefeitura Municipal, com a venda de banhos ao povo.

A vegetação é escassa, quase não existindo matas de grande porte. Mesmo assim, porém, a flora é rica em plantas medicinais. Nas serras vegetam o angico, a aroeira, a baraúna e o cedro; nos tabuleiros, crescem o pereiro e a jurema; nos baixios, a oiticica e o juàzeiro.

POPULAÇÃO — Com 53 641 habitantes, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, Monteiro apresentou-se, então, como dos mais populosos municípios do Estado, figurando, precisamente, no 6.º lugar. No quadro a seguir verifica-se a localização dessa população, segundo os distritos:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Monteiro	20 163	3 787	16 376
Camalaú	5 435	485	4 950
Prata	8 420	510	7 910
São Sebastião do Umbuzeiro	4 836	504	4 332
São João do Tigre	4 525	377	4 148
Sumé	9 262	1 763	7 499
TOTAL	*53 641*	*7 426*	*46 215*

Havia forte predominância da população rural sôbre a urbana, representando aquela 86% do total. Note-se que a percentagem correspondente do Estado — 73%, é bem inferior.

Segundo os diversos grupos, a população estava assim representada: quanto à côr — branca 41 106, pardos 8 400, pretos 4 026, um (1) amarelo e 85 sem declaração de côr; entre as pessoas presentes, de 15 anos e mais, 11 879 eram solteiros, 16 690, casados, 5 desquitados e 1 694 viúvos, sendo que 434 eram homens e 1 260 mulheres; brasileiros natos 53 636, brasileiros naturalizados 2, estrangeiro 1 e 2 sem declaração de nacionalidade. Na mesma época, o número de católicos elevava-se a 53 227, o de protestantes era de 267, enquanto havia 8 espíritas, 10 de outras religiões, 58 sem religião e 71 sem declaração de religião.

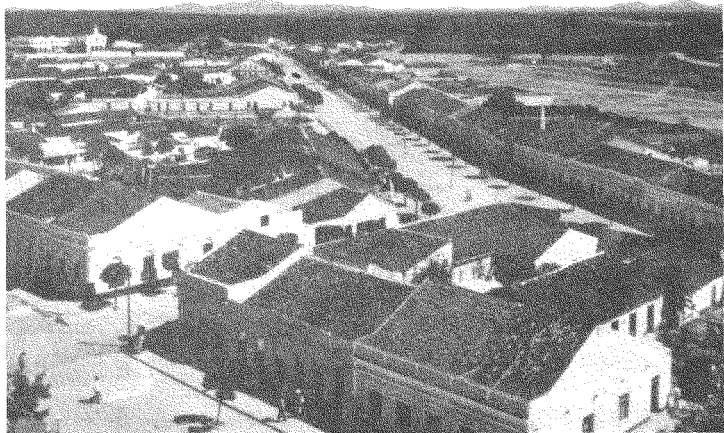
O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 31-XII-1956, em 46 691 almas, equivalente a 2,45% do total computado para o Estado, ocupando, dessarte, o 10.º lugar no concêrto dos municípios paraibanos. A densidade demográfica avaliada para a comuna foi de 15,22 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto que a do Estado é de 30,29. O decréscimo da população, comparando-se os dados do Censo de 1950 e a estimativa de 31-XII-1956, decorre da perda territorial sofrida pelo município, com o desmembramento do distrito de Sumé, transformado em município em 1951.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Assenta-se a economia municipal na agricultura e na pecuária. Na agricultura os principais produtos cultivados são: algodão arbóreo e agave ou sisal. Também os cereais (milho e feijão) têm representação nas colheitas locais. O quadro abaixo espelha, de um modo geral, o valor dos referidos produtos no ano de 1956.

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave	336	kg	450 000	2 250
Algodão arbóreo	11 200	Arrôba	276 100	55 220
Arroz	30	Saco de 60 kg	700	378
Banana	2	kg	4 000	200
Batata-doce	50	Tonelada	513	1 539
Cana-de-açúcar	90	»	2 100	588
Côco-da-baía	1	Cento	213	96
Fava	150	Saco de 60 kg	3 446	1 482
Feijão	800	» » » »	16 000	7 680
Laranja	1	Cento	370	31
Manga	10	»	4 100	205
Milho	4 880	Saco de 60 kg	122 700	17 791
TOTAL	*17 550*	—	—	*87 460*

Destaca-se, na pecuária, a criação de caprinos, bovinos e ovinos.

A tabela a seguir registra, estimativamente, o efetivo dos rebanhos do município, em 1956.

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Caprinos	31 000
Bovinos	20 000
Ovinos	15 300
Suínos	3 200
Asininos	2 000
Eqüinos	1 500
Muares	1 200

Vista aérea parcial da cidade

Igreja de N.S.ª das Dores

Comércio — Restringe-se essa atividade a 3 estabelecimentos atacadistas e 68 varejistas, sendo o mais importante centro comercial da Zona Fisiográfica do Cariri, depois de Campina Grande.

Indústria — Assume destaque na economia local especialmente o beneficiamento do algodão, da agave (sisal) e do caroá, representando os três cêrca de 66,42% do valor da produção industrial da comunidade. Merece destaque, ainda, a indústria de transformação, principalmente, a de óleo de caroço de algodão. A produção industrial em 1956 foi superior a 12 milhões de cruzeiros, conforme pode verificar-se pela tabela a seguir:

PRODUTO	N.º DE ESTABELECIMENTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PESSOAL EMPREGADO	VALOR (Cr$ 1 000)
Farinha de mandioca	23	kg	33 220	110	144
Rapadura	5	»	27 000	25	150
Benef. de fibra de agave	5	»	197 025	69	1 070
Fibra de caroá	4	»	178 400	74	1 125
Óleo de caroço de algodão	1	»	35 916	13	763
Algodão em pluma	2	»	265 900	12	5 804
Móveis de madeira	1	Unidade	208	6	234
Energia elétrica	1	kWh	...	6	200
Outros	—	—	—	—	2 553
TOTAL	*42*	—	—	*315*	*12 043*

Estabelecimentos de crédito — Opera na sede municipal uma Agência do Banco do Brasil.

FINANÇAS MUNICIPAIS — A arrecedação federal e estadual e a receita e a despesa municipal atingiam, nos anos de 1950-1957, as seguintes cifras, como se pode ver pela tabela abaixo:

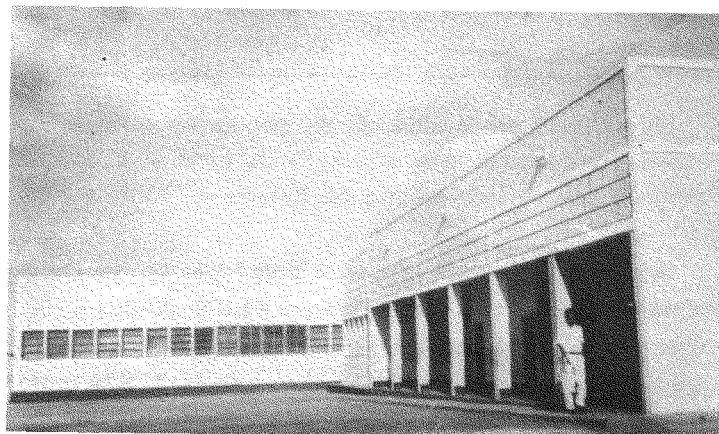
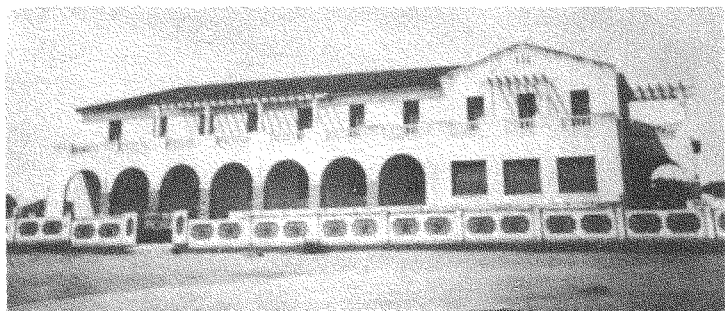
ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	—	—	—
1951	281	2 250	1 245	528	1 377
1952	277	2 634	...	...	...
1953	289	...	1 890	...	1 977
1954	296	2 929	2 114	793	1 976
1955	356	2 919	2 570	...	2 440
1956	389	...	2 730	820	2 071
1957 (*)	...	...	...	...	..

(*) Orçamento.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Monteiro liga-se às circunvizinhas e capitais Estadual e Federal pelos seguintes meios de transporte:

Sumé — rodovia — 36 quilômetros; Serra Branca — rodovia — 69 quilômetros; Poção (PE) — rodovia — 78 quilômetros; Afogados da Ingàzeira (PE) — rodovia — 104 quilômetros; Tabira (PE) — rodovia — 80 quilômetros; Sertânia (PE) — rodovia — 27 quilômetros; Arcoverde (PE) — rodovia — 96 quilômetros; Pesqueira (PE) — rodovia — 143 quilômetros; Serra da Madre de Deus (PE) — rodovia — 115 quilômetros; Capital do Estado — rodovia — 307 quilômetros; Capital Federal (misto) — 2 383 quilômetros — rodovia — 325 quilômetros — aéreo — 2 057 quilômetros.

Conta o município com 93 veículos: 59 caminhões, 23 automóveis, 7 camionetas, 3 jipes e 1 ônibus, e 490 quilômetros de estradas de rodagem. Pertencem ao Departamento Nacional de Correios e Telégrafos duas agências (Postal-telegráfica e Postal-telefônica), sendo uma na sede municipal e a outra na vila de Prata, e quatro Agências Postais, localizadas nas vilas de São Sebastião do Umbuzeiro, Camalaú, Boi Velho e São João do Tigre. Existe, também, uma estação Radiotelegráfica, pertencente ao município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Monteiro conta, atualmente, com cêrca de 4 200 habitantes, 1 000 prédios e 35 logradouros públicos. Dêstes, 3 são pavimentados, 16 arborizados e 3 arborizados e ajardinados simultâneamente. A cidade é servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a 22 logradouros, com mais de 300 focos, e a domiciliar conta com quase 500 ligações. Possui também água canalizada. A rêde distribuidora serve a 8 logradouros e tem 33 ligações (dados de 1954). Há, ainda, na cidade 1 cinema e 1 hotel.

Maternidade Ana Bezerra Paraguay

Prédio do Grande Hotel

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município é servido por uma maternidade com 19 leitos, mantida pela Prefeitura Municipal e subvencionada pelo Departamento Nacional da Criança, de âmbito federal. Existe, ainda, um Pôsto de Higiene e Puericultura com 11 leitos e um (1) gabinete dentário, cuja entidade mantenedora é o govêrno do Estado. Na sede municipal, atendem à população uma farmácia e duas drogarias, e, nas vilas de Camalaú e Prata, uma drogaria em cada.

ALFABETIZAÇÃO — Consoante os resultados do VI Recenseamento Geral do Brasil, o município, quanto ao nível de instrução das pessoas de 5 e mais anos, apresentava os seguintes números: sabiam ler e escrever 7 145 homens e 6 441 mulheres, num total de 13 586 das 45 028 pessoas em idade escolar, representando 30,17% do total. Essa taxa de alfabetização é superior à do Estado, que é de 25,3%.

Ensino — Dois ginásios particulares localizados no município, o de Nossa Senhora de Lourdes e o de Monteiro, ministraram, em 1956, o ensino secundário à juventude monteirense e à de municípios vizinhos. Havia, também, 1 grupo Escolar, localizado na sede municipal, e 92 unidades de ensino fundamental comum em todo o município, das quais eram municipais 65, estaduais 13 e 14 federais. Essas 92 escolas situavam-se 7 na cidade, 10 nas vilas e as 75 restantes na zona rural do município.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Em 3-X-1955, compareceram às urnas 7 633 eleitores. O Poder Legislativo está representado por 9 vereadores. O Prefeito Municipal, eleito pela Coligação do Partido Trabalhista Brasileiro-Partido Social Democrático, é o Sr. Alexandre da Silva Brito.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os seus filhos ilustres, vale salientar *J.C. Carneiro Monteiro,* que se destacou como escritor e emérito magistrado. Possui vários ensaios de valor na poesia, no conto e na história.

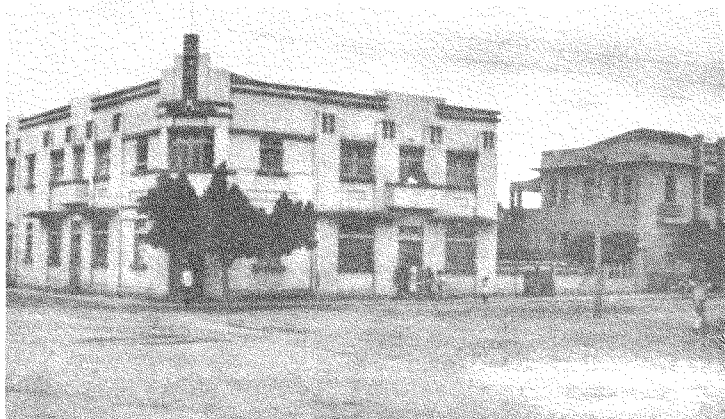
OUTROS ASPECTOS — Semanalmente, realiza-se uma grande feira para onde acorrem produtores e consumidores de gêneros de diversos municípios dêste Estado e do de Pernambuco. Monteirense é a denominação usada para designar os naturais do município.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *Sinopse Estatística do Município de Monteiro* — C.N.E. — 1948. 3) *A Parahyba* — João de Lyra Tavares. 4) *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954. 5) *Documentação municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.*

AUTORIA — Hélio de Caldas Barros.

PATOS — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Quando os primeiros colonizadores, que demandavam os sertões baianos do São Francisco, tendo à frente o sertanista Oliveira Lêdo, chegaram à região que hoje constitui o município de Patos, lá encontraram duas aguerridas nações indígenas, que lhes opuseram tremendas, mas inúteis resistências: eram os Pêgas e Panatis, da grande família dos Cariris. Apesar da encarniçada resistência ao assalto à terra que lhes pertencia, aquêles silvícolas foram obrigados a retirar-se para o interior, deixando aos invasores suas antigas glebas. Isto ocorreu em meados do século XVII. Dessa forma, os Oliveira Lêdo organizaram as primeiras fazendas de gado. Pouco depois, outros elementos portuguêses, procedentes de Pernambuco, Bahia e mesmo do litoral da capitania chegaram ao local e se estabeleceram com escravos, concorrendo para o mais rápido progresso da criação de gado, iniciada pelos primeiros colonos.

Prefeitura Municipal e Agência dos Correios e Telégrafos

Segundo a tradição, o nome de Patos originou-se de uma lagoa, hoje aterrada, às margens do rio Espinharas, a qual era conhecida por lagoa dos Patos, em virtude da grande quantidade daquelas aves ali existentes.

O primeiro lugar devassado foi a data de terras da "Farinha", pertencente a João Pereira de Oliveira, por volta de 1670, a qual, posteriormente, foi vendida ao tenente-coronel Domingos Dias Antunes, que comprou, também, a seu antigo proprietário, o sargento-mor José Gomes de Farias, a Fazenda Itatinga ("pedra branca"), a qual se limitava com a primeira. Por morte de Domingos Antunes, foram seus bens repartidos entre seu filho Antônio Dias

Avenida Venâncio Neiva

Antunes e sua filha Mariana Dias Antunes, casada com o alferes João Gomes de Melo. Antônio Dias Antunes, por sua vez, vendeu a seu cunhado, o capitão Paulo Mendes de Figueiredo, a parte que, do espólio, lhe coubera. Êste e sua mulher, D. Maria Teixeira de Melo, que residiam nas terras das fazendas Patos e Pedra Branca, doaram parte delas a Nossa Senhora da Guia, para ser-lhe erigida uma capela. É nessas terras que se origina a povoação, mais tarde transformada em cidade de Patos. Em 1678, os herdeiros do capitão Paulo Figueiredo ratificam a doação do imóvel, no qual, em 1772, tem início a construção da capela, que se incorporou à freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, de Pombal. Com o desenvolvimento do povoado,

Igreja-Matriz de N. S.ª da Guia

foi ela elevada à categoria de paróquia, pela Provisão régia n.º 14, de 6 de outubro de 1788. Por Decreto de 13 de dezembro de 1832, foi criado o município, com território desmembrado do têrmo da antiga vila de Pombal. Sua instalação deu-se a 22 de agôsto do ano seguinte. A comarca de Patos foi criada pela Lei n.º 897, de 26 de novembro de 1875. Patos adquiriu foros de cidade pela Lei estadual n.º 200, de 24 de outubro de 1903. Na divisão administrativa de 1911, apresenta-se o município dividido em dois distritos: o da sede e o de Passagem. Em virtude do Decreto estadual n.º 1 590, de 2 de junho de 1929, foi extinta a comarca, cuja restauração ocorreu a 18 de setembro daquele ano, sendo reinstalada a 17 do mês seguinte. Compõe-se o município, na divisão administrativa de 1933, de um

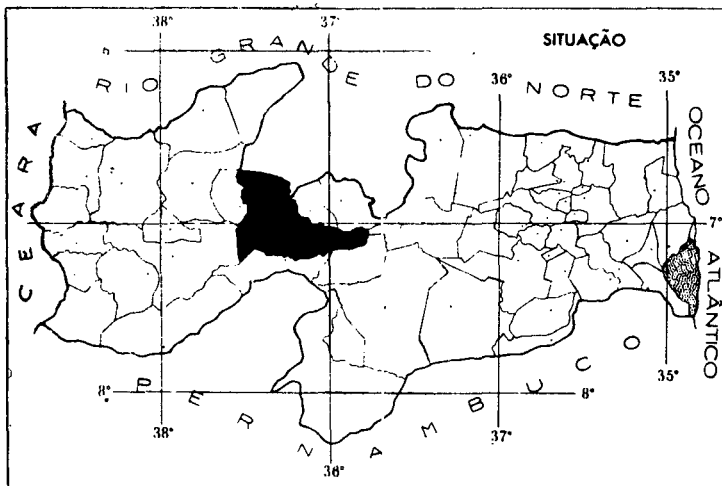
Vista de uma das principais ruas da cidade

único distrito, o da sede, ao passo que, na de 31-XII-1936, aparece com três: Patos, Passagem e São José. De acôrdo com a divisão territorial de 31-XII-1937 e o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, são quatro os distritos: sede, Cacimba de Areia, Passagem e São José; abrangia a comarca três têrmos: Patos, Santa Luzia do Sabugi e Teixeira. Tal formação administrativo-judiciária é mantida para o qüinqüênio vigente em 1939-43, de acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, e onde, entretanto, o município e têrmo de Santa Luzia do Sabugi aparecem com o nome simplificado para Santa Luzia. Em face do Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, a comarca de Patos perdeu os têrmos de Santa Luzia e Texeira, que passaram a constituir as comarcas dessas denominações, conseqüentemente, alterando o quadro territorial. De conformidade com o quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, o município de Patos permanece formado pelos quatro distritos precedentes, notando-se, todavia, que os distritos de Passagem e São José passaram a denominar-se, respectivamente, Espinharas e Mucunã. A Lei estadual n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, faz voltar as denominações de Passagem e São José de Espinharas para Espinharas e Mucunã. Aparece, também, pela primeira vez, o distrito de Salgadinho, de modo que o município, no qüinqüênio 1949-1953, compõe-se dos seguintes distritos: sede, Cacimba de Areia, Passagem, São José de Espinharas e Salgadinho. A Lei estadual n.º 653, de 5 de dezembro de 1951, cria o distrito de Santa Teresinha. Atualmente (31-6-1957), o município compõe-se, portanto, de 6 distritos: Patos, Ca-

Rua do Prado

Vista parcial da cidade

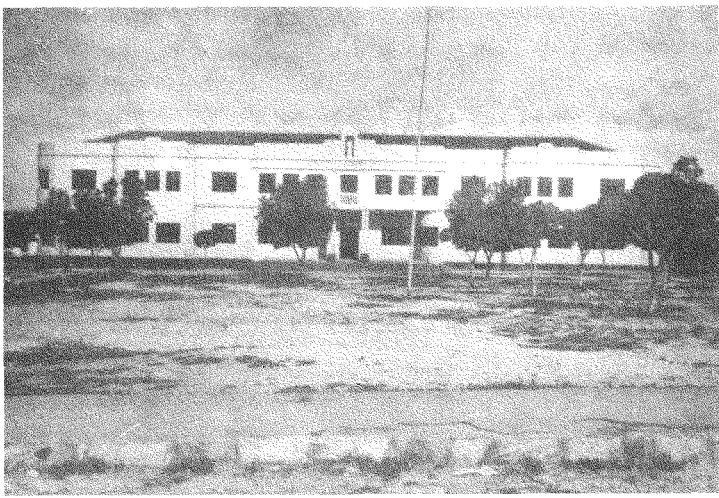
cimba de Areia, Espinharas, Mucunã, Salgadinho e Santa Teresinha.

LOCALIZAÇÃO — O município de Patos está situado na Zona Fisiográfica do Sertão — ao noroeste do Estado — e tem como municípios limítrofes: Santa Luzia, São Mamede, Taperoá, Teixeira, Piancó, Malta e Pombal, na Paraíba, e Serra Negra do Norte no Rio Grande do Norte. A sede municipal que dista da capital do Estado 264 quilômetros em linha reta e tem 245 metros de altitude, possui as seguintes coordenadas geográficas: 7º 01' 41" de latitude Sul, e 37º 16' 40" de longitude Oeste Greenwich.

SITUAÇÃO

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

CLIMA — É quente e sêco o clima do município, que se enquadra na zona sujeita às sêcas periódicas que assolam o Estado. De ordinário, é bom seu estado sanitário. A temperatura oscila entre 34ºC (média das máximas) e 24ºC (média das mínimas), à sombra, o que demonstra a calidez de seu clima. A ausência de abundantes matas, bem como a não existência de consideráveis cursos d'água, contribuem para o agravamento progressivo do fenômeno. Em 1955, as precipitações pluviométricas atingiram 690 milímetros.

ÁREA — O município de Patos possui uma superfície de 2 555 quilômetros quadrados, o que lhe confere a 5.ª colocação entre os de todo o Estado, representando, pois, 4,51% sôbre a área total da Paraíba.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seu território apresenta partes planas e partes onduladas, estas, principalmente, nos contrafortes da serra da Borborema. As serras de maior destaque do município são: da Viração, Pretas, das Bananeiras, São José da Batalha, Mucunã, Negra, Santa Rita, Seio de Abraão, Caicu, Santa Gertrudes, Melancias, da Rajada, dos Anísios, do Apertado, etc. Como picos mais importantes, temos os do Espinho Branco, Pia e Ôlho-d'Água, de relativamente pequena altitude. O curso d'água de maior destaque localizado no município de Patos é o rio Espinharas, ou, simplesmente, Pinharas, tributário do rio Piranhas ou Açu e formado pelos rios Farinha e Cruz (êste nasce em Teixeira com o nome de Mãe-d'Água), e o riacho Mares, os quais se lançam ao Espinharas por uma confluência única, muito próxima à cidade de Patos. O rio Espinharas, no município, tem como afluentes principais: pela margem direita, os riachos dos Bois e Pilões, e, pela esquerda, os riachos Trapiá, Caiçara, Anguilhada, Cajàzeiras e outros de menor importância. Completando êsses aspectos, temos as lagoas do Loreto, de Dentro, de Caboclo e Favela.

Ginásio Diocesano Municipal

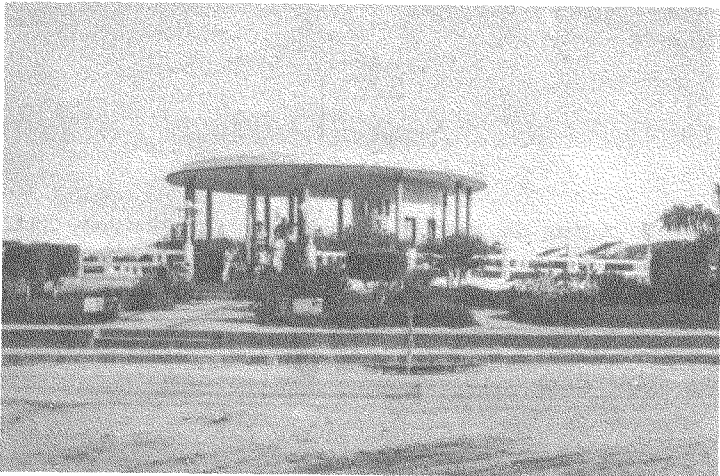
PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — Como riquezas naturais, destacam-se no reino mineral — jazidas de mármore-róseo, situadas na Fazenda Liberdade, bem como de calcários, ouro, ferro e cristais, em quase todo o município; no reino animal — remanescentes de sua antiga fauna, tais como a onça, o veado, o porco-do-mato, o mocó, etc.; no vegetal, algumas reservas florestais, onde se encontram madeiras de lei, como o jatobá, a aroeira, o angico, o pau-d'arco e outros.

POPULAÇÃO — Sendo um dos municípios de maior extensão territorial do Estado, Patos apresenta-se, igualmente,

Ponte sôbre o rio Espinharas

como uma das comunas de mais elevado índice populacional. De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, o município possuía àquela época 49 540 habitantes. Essa população representava 2,89% do total estadual e correspondia a 19,39 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto a do Estado era de 30,29. Tal efetivo assegurou-lhe o 10.º lugar entre os 41 municípios paraibanos então existentes.

Segundo os vários grupos, a população assim se constituía: *Sexo* — 24 539 homens e 25 001 mulheres. *Côr* — 25 226 brancos, 19 056 pardos e 4 297 pretos; 961 não declararam a côr. *Estado civil* — (pessoas de 15 anos e mais) — 11 216 solteiros, 15 401 casados, 11 desquitados e 1 513 viúvos (367 homens e 1 146 mulheres). *Religião* — 48 997 católicos apostólicos romanos, 366 protestantes, 46 espíritas, outras religiões 6, sem religião 40 e sem declaração de religião 85.

Localização da população — Dos 49 540 habitantes recenseados em 1950, 34 290 estavam no quadro rural, 13 672 no urbano e 1 578 no quadro suburbano. Como se vê, a população do município é preponderantemente rural, com 69% localizados nesse setor, enquanto, para todo o Estado, 73% viviam nos campos.

Praça Getúlio Vargas

Aglomerações urbanas — Em 1950, havia, no município 5 aglomerações urbanas — a cidade e 4 vilas, com os seguintes efetivos de população:

PATOS	13 889
Cacimba de Areia	553
Salgadinho	398
Passagem	268
São José de Espinharas	142

Com seus 13 889 habitantes, a cidade de Patos era a terceira em população do Estado, conforme se demonstra a seguir:

João Pessoa	89 517
Campina Grande	72 464
PATOS	13 889

Segundo estimativa elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística, e referente a 31-XII-1956, o município contava àquela data 55 102 habitantes, figurando assim no 7.º lugar entre as 7 comunas paraibanas então

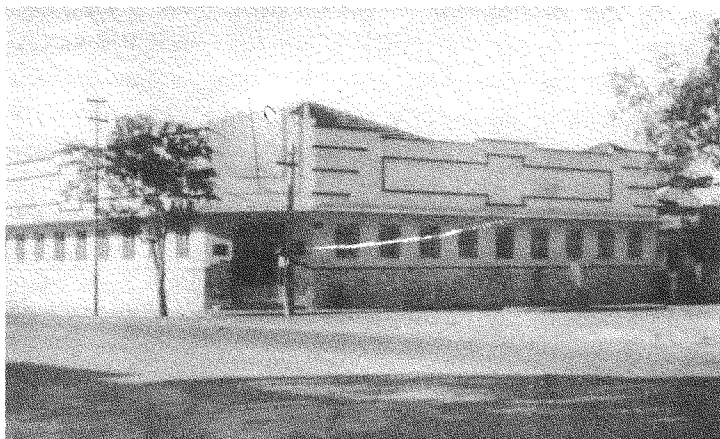
Rua Solon de Lucena

existentes. Essa melhoria na colocação foi principalmente conseqüência de desmembramento territorial sofrido por outras comunas. A população da cidade, segundo ditos cálculos, era então de 15 448 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária eram atividades econômicas dominantes no município, e segundo os resultados dos Censos Econômicos de 1950, congregavam cêrca de 73% das pessoas de 10 anos e mais (com exceção das que se dedicavam às atividades domésticas). A área aproveitada pelos estabelecimentos agrícolas, que eram em número de 1 888, representava 11% do respectivo total. O valor da produção agrícola, em 1956, atingiu a soma de Cr$ 163 601 000,00, conforme especificações abaixo:

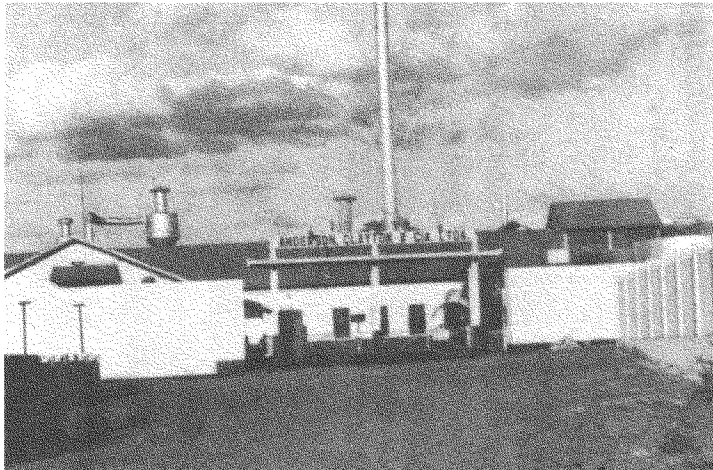
PRODUTOS AGRÍCOLAS	VALOR DA PRODUÇÃO	
	Números absolutos (Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Algodão	82 736	50,57
Feijão	42 336	25,87
Batata-doce	11 400	6,95
Milho	18 630	11,38
Banana	4 900	2,99
Cana-de-açúcar	1 800	1,10
Outros produtos	1 799	1,14
TOTAL	*163 601*	*100,00*

Pela presente tabela, verifica-se que o algodão e o feijão destacam-se como as duas principais culturas. Convém esclarecer que, em "outros produtos", estão incluídos: arroz, côco-da-baía, laranja, limão, manga, melão e melancia. Para se ter uma melhor idéia da produção algodoeira

Praça João Pessoa

Agência do Banco do Brasil S.A.

no município, registra-se, abaixo, o seu desenvolvimento no período de 1952-1956:

ANOS	PRODUÇÃO DE ALGODÃO	
	Quantidade (arrôba)	Valor (Cr$ 1 000)
1952	211 300	23 877
1953	342 900	36 570
1954	419 100	49 917
1955	341 800	51 270
1956	393 980	82 736

A pecuária tem também grande significação para o município, principalmente os rebanhos bovino e suíno, que

Usina de Beneficiamento de algodão

são dos mais numerosos do Estado. Registram-se, no quadro abaixo, os efetivos dos vários rebanhos existentes em 1956:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Asininos	3 500
Bovinos	42 000
Caprinos	4 000
Eqüinos	4 500
Muares	3 000
Ovinos	8 500
Suínos	12 000
TOTAL	*77 500*

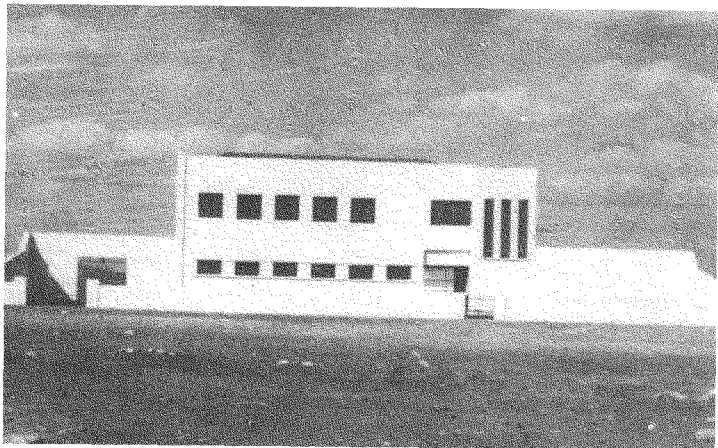
Grande parte da produção bovina é exportada para os municípios vizinhos e, em maior escala, para Campina Grande e a capital do Estado. Patos é considerado o município paraibano de maior área agropastoril, representando cêrca de 27% da respectiva Zona Fisiográfica — Sertão — e 8% da do Estado. As terras destinadas a pastagens, em 1950, representaram 54% da área total dos estabelecimentos recenseados, e assim se ditsribuíam: Pastagens naturais 162 142 hectares, e Pastagens artificiais 1 245 hectares.

Indústria — O parque industrial de Patos é dos mais progressistas da Paraíba. A indústria predominante no município é a de beneficiamento de algodão, à qual em 1955 se dedicavam 6 estabelecimentos e 230 pessoas, com um valor total de produção atingindo a soma de 208 milhões, 141 mil e 622 cruzeiros. A seguir, vem a extração de óleos vegetais — babaçu, oiticica e algodão —, que, no mesmo ano, ocupou 5 estabelecimentos e 203 pessoas com a produção total de Cr$ 61 324 398,00.

Mercado Público Municipal

Comércio — Patos é considerado o 4.º centro comercial do Estado, desfrutando, portanto, de situação de real destaque. Segundo o Censo Comercial realizado em 1950, existiam, àquela época, no município, 197 estabelecimentos com um movimento total de vinte e nove milhões de cruzeiros; já em 1956 totalizavam 310. O município transaciona, principalmente, com Campina Grande, João Pessoa, Recife, Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro. Importa: tecidos, estivas, louças, ferragens, material elétrico, miudezas, etc.; e exporta: algodão em pluma, óleos vegetais (algodão, babaçu e oiticica), gado bovino, etc.

Às segundas-feiras, realiza-se grande feira semanal, onde são expostas à venda as mais variadas mercadorias. A feira de gado é realizada às quintas-feiras. Ambas são consideradas das mais significativas do Estado.

Hospital Regional

Cadeia Pública

Estabelecimentos de crédito — Na cidade de Patos, funcionam duas agências bancárias, sendo uma do Banco do Brasil S.A. e a outra do Banco Industrial de Campina Grande. Uma Cooperativa de Crédito Agrícola concorre para o progresso da comuna. Aliás, convém salientar que o movimento bancário de Patos acompanha o notável progresso que, ùltimamente, vem alcançando a cidade.

FINANÇAS PÚBLICAS — De acôrdo com elementos fornecidos pelas respectivas repartições arrecadadoras, o movimento financeiro do município, no período compreendido entre 1950 e 1956, foi o seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	786	3 184	2 174	1 262	1 890
1951	1 250	4 125	2 525	1 565	2 840
1952	1 631	5 785	3 130	1 898	3 253
1953	1 200	5 338	3 828	2 306	4 719
1954	2 917	7 608	4 456	2 599	4 251
1955	2 548	11 877	5 887	4 025	5 793
1956	...	...	8 074	...	7 643

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A sede municipal está ligada às dos municípios vizinhos por meio de estradas de rodagem e de ferro. Por ferrovia, apenas, com Malta, numa extensão de 33 quilômetros. Por via rodoviária, com Teixeira (26 quilômetros), Taperoá (92), Piancó (82), Malta (33), Santa Luzia (41), Soledade (113) e Serra Negra do Norte (RN) (155, via Santa Luzia e Caicó). A estrada de ferro que corta o município é a Rêde de Viação Cearense. A cidade dista, por via rodoviária, 292 quilômetros da capital do Estado, ligando-se a ela por um regular serviço de ônibus (Emprêsa Viação Gaivota). Há no município 104 caminhões, 46 automóveis, 21 camionetas, 13 jipes e 4 ônibus. Sua rêde rodoviária mede 300 quilômetros. Como vias de comunicação dispõe o município de uma Agência Postal-telegráfica, na cidade, uma Agência Postal-telefônica na vila de Santa Teresinha e outra agência da mesma espécie na vila de Passagem.

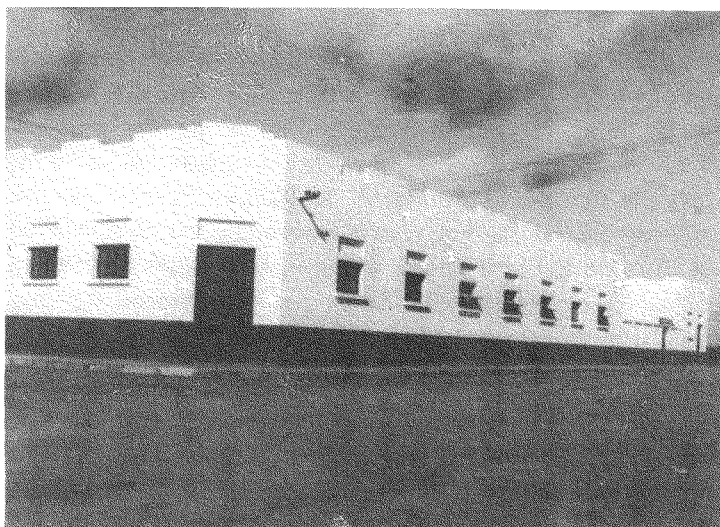
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (13.ª Residência)

ASPECTOS URBANOS — Como já foi dito anteriormente, é Patos a terceira cidade do Estado, contando atualmente com cêrca de 16 000 habitantes. Fica à margem esquerda do rio Espinharas e é importante entroncamento rodoviário.

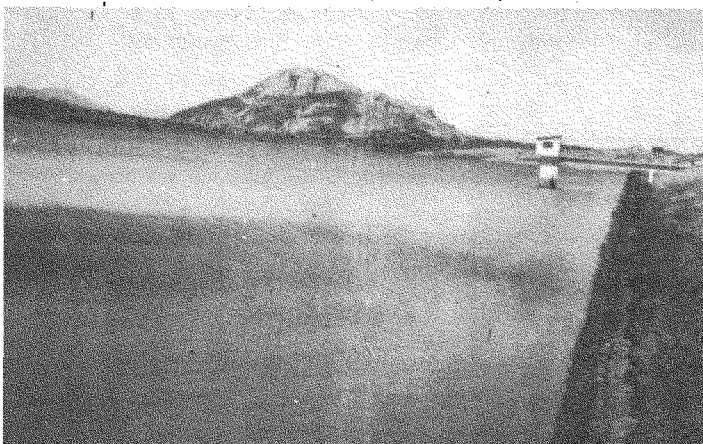
Dos seus logradouros públicos, entre os quais se destacam as Praças Getúlio Vargas e João Pessoa e as Avenidas Epitácio Pessoa, Venâncio Neiva e José Herculano, 15 são pavimentados e 3 arborizados. A cidade é servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 72 dos seus logradouros; a domiciliária contava, em 1956, com 1 950 ligações. Possui, atualmente, cêrca de 4 500 prédios, dos quais alguns com mais de 1 pavimento. Entre os seus edifícios mais importantes, sobressaem a Prefeitura Municipal, os Ginásios Cristo Rei e Diocesano, o Hospital Regional, o Mercado Público, o Grupo Escolar Rio Branco a Agência do Banco do Brasil. A imponente Matriz de Nossa Senhora da Guia é um dos mais belos templos religiosos do Estado. Conta a cidade com 2 cinemas (num dos quais há projeções em cinemascópio) clubes recreativos, 4 hotéis e 7 pensões. O desenvolvimento sócio-econômico da cidade já comporta uma radioemissora. Assim é que já vem funcionando ali, há alguns anos, a Rádio Espinharas. O tráfego de veículos é relativamente grande, não só por ser, como já se disse, entroncamento rodoviário dos mais importantes da região, como pelo regular número de automóveis e caminhões (175) existentes no próprio município.

Palacete residencial

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com um hospital (Hospital Regional de Patos), com 100 leitos disponíveis, e um Pôsto de Saúúde (Pôsto de Higiene Misto). Exercem a profissão no município 9 médicos e 5 dentistas. Há ainda 6 drogarias e 3 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados censitários de 1950, das pessoas de 5 anos e mais, em número de 41 165, sabiam ler e escrever 13 159, ou seja, 32%. A taxa

Indústrias Reunidas Produtos IPAL, fabricação de óleo e torta de algodão

correspondente a todo o Estado é de 29%, inferior, portanto, à de Patos.

Ensino — Em 1956, funcionavam no município 67 escolas de ensino primário, que, no mesmo ano, tiveram 5 398 alunos matriculados. Dessas escolas, 33 estavam localizadas na zona urbana e 34 na rural. Há, também, na cidade 1 estabelecimento de ensino comercial (Escola Comercial Roberto Simonsen), 1 de ensino pedagógico e dois de ensino secundário (Ginásio Cristo Rei e Ginásio Diocesano). No setor educacional, desfruta, assim, Patos, de situação de relêvo dentre as demais comunas paraibanas.

Vista parcial do Açude Público Jatobá

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Patos possui uma estação radioemissora (Rádio Espinharas), duas associações culturais, duas livrarias e duas tipografias.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O Legislativo é constituído por 9 vereadores. No último pleito, realizado a 3-10-1955, votaram 7 973 eleitores. O atual Prefeito do município é o engenheiro Nabor Wanderley da Nóbrega.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — De 14 a 24 de setembro realiza-se, todos os anos, a famosa e tradicional festa de Nossa Senhora da Guia, padroeira da cidade. As festividades, que atraem grande número de pessoas procedentes do interior do município e das comunas vizinhas, têm seu encerramento solene com uma imponente procissão, formada por longo cortejo de fiéis.

VULTOS ILUSTRES — Dentre seus filhos mais ilustres, convém citar o professor *Coriolano de Medeiros,* eminente historiógrafo e educador paraibano, autor do conhecido "Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba"; o Senhor *Apolônio Zenaide Peregrino de Albuquerque* que foi influente parlamentar e político sertanejo. Nos dias de hoje, é justo destacar a atuação de Ernani Sátyro e Sousa, como político e, sobretudo, escritor que, dia a dia, se firma nas letras nacionais. Também o falecido escritor *Allyrio Wanderley* merece menção pela bagagem literária que nos legou. Dentre suas obras, destacam-se os romances "Ranger de Dentes" e "Bolsos Vazios", obras-primas da literatura tabajara.

OUTROS ASPECTOS — O município é o de mais expressivo desenvolvimento dentre todos do Estado da Paraíba. Tanto assim que mereceu honrosa distinção no concurso promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal e o Ponto IV, em cooperação com a Comissão Consultiva de Administração Pública e a revista "O Cruzeiro", para a escolha dos municípios mais progressistas do país. Patos conta ainda com: uma cooperativa (Sociedade Cooperativa de Crédito Agrícola) 1 pôsto agropecuário, uma associação de caridade e duas associações de beneficência mutuária. É sede da Paróquia de Nossa Senhora da Guia, em cuja jurisdição estão localizados 18 templos católicos, e possui, também, o município 4 templos protestantes.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba.* — Coriolano de Medeiros. 2) *Monografia de Patos* — 1957 — C.N.E. 3) *Sinopse Estatística do Município de Patos* — 1948 — C.N.E. 4) *Censo Demográfico da Paraíba* — 1950. 5) *Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional da Paraíba.*

AUTORIA — Haroldo Escorel Borges.

PEDRAS DE FOGO — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Afirma o historiógrafo paraibano Coriolano de Medeiros, em seu "Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba", que "em 23 de dezembro de 1680, o capitão-general André Vidal de Negreiros, em virtude de um Codicilo, doou à Nossa Senhora do Destêrro de També o Engenho Novo de Goiana, com as terras que se estendiam à Paraíba, para que criasse uma colegiada, nomeando três testamenteiros, em cujo número entrava a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Esta, por falecimento dos outros dois, simulou cumprir a vontade do testador e mandou um cura que se locupletou com os rendimentos, revelando tal desleixo que deixou cair a capela, sendo as imagens recolhidas a um telheiro. Foi em tôrno da capela que se fundou uma povoação".

As ruínas da povoação, que distam dois e meio quilômetros da atual Pedras de Fogo, ainda existem. Lá foi colocada uma placa de bronze, por numerosa comitiva constituída por autoridades, jornalistas e fotógrafos da Paraíba e Pernambuco, relembrando o seu passado histórico. Com a decadência do povoado, conhecido naquela época por Destêrro, seus habitantes emigraram, indo fixar-se metade em Pedras de Fogo, que se originara de uma feira de gado, pois era o fim da estrada das boiadas que demandavam o

Praça da Restauração

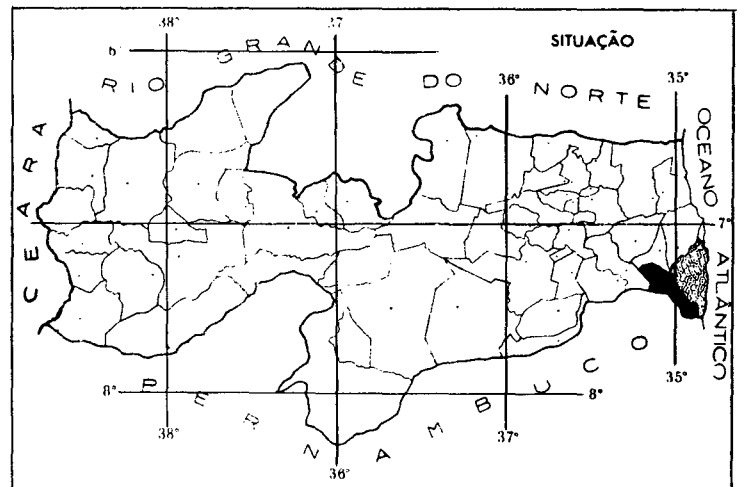
Piauí, incentivando o seu crescimento. Entretanto, divergências de ordens interna e externa perturbaram o desenvolvimento dêsse povoado, chegando a tal ponto que os seus moradores pediram ao Govêrno Geral que o incorporasse à vila de També e depois declarasse a qual província pertencia, se à da Paraíba ou à de Pernambuco, o núcleo assim formado pelas duas povoações.

Pela Lei provincial n.º 10, de 6 de agôsto de 1860, Pedras de Fogo foi elevada à categoria de vila, constituindo município com território desmembrado do de Pilar, ocorrendo a sua instalação a 29 de janeiro do ano seguinte. No entanto, registra o professor Coriolano de Medeiros (obra citada), que "A Lei provincial n.º 720, de 20 de maio de 1867, criando o município, deu à povoação a categoria de vila. . ." Posteriormente, foi o município extinto, em conseqüência da Lei estadual n.º 40, de 7 de março de 1896, que transferiu a sua sede para a povoação de Cruz do Espírito Santo, ali instalada a 8 de abril dêsse ano. Conseqüentemente, o município passou a ser designado pelo nome da nova sede, simplificado, porém, para Espírito Santo. Todavia, a Lei estadual n.º 125, de 7 de novembro de 1898, restabelecendo a vila de Pedras de Fogo, restaurou o município de igual nome, que foi desmembrado do de Espírito Santo, o qual foi mantido independentemente.

Mais tarde, entretanto, foi o município de Espírito Santo anexado ao de Pedras de Fogo, aparecendo nas divisões territoriais de 31-12-36 e 31-12-1937, como distrito-sede

Praça D. Vital

dêsse município, sendo êste têrmo judiciário da comarca de Santa Rita. Em virtude do Decreto-lei estadual número 1 010, de 30-3-1938, o têrmo judiciário e o município de Pedras de Fogo tiveram seu nome mudado para Espírito Santo, cuja vila já era sede municipal. A Lei estadual n.º 895, de 11 de março de 1953, restaurou o município de Pedras de Fogo, desmembrando seu território do de Cruz do Espírito Santo, dêle constando dois distritos, o da sede e o de Caaporã. Ainda por êsse mesmo diploma legal, o município constituiu-se comarca de 1.ª entrância.

LOCALIZAÇÃO — Está situado na Zona Fisiográfica do Litoral. Limita-se com os seguintes municípios: Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Santa Rita, Pilar e Sapé, todos no Estado, e També e Goiana, em Pernambuco. As coordenadas geográficas da sede municipal ainda não foram oficialmente determinadas, porém, calcula-se que sejam aproximadamente as seguintes: 7º 24' de latitude Sul e 35º 7' de longitude W.Gr. Tem uma altitude de 190 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É quente e sêco, porém, saudável, variando a sua temperatura entre 20 e 32ºC. Em 1956, a precipitação pluviométrica atingiu 1 518,8 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 546 quilômetros quadrados, classificando-se em 36.º lugar entre os 57 municípios paraibanos, existentes em 1957.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Não há serras no município; seu território assenta em terrenos ondulados, onde aparecem colinas, tabuleiros e várzeas. Os principais cursos d'água que existem no território pedra-foguense são os rios Una, Abiá e Gramame e seus afluentes Mumbaba, Prata, São Bento e Utinga. Banha-lhe também o território, servindo de limites naturais entre os Estados da Paraíba e de Pernambuco, o rio Goiana.

RIQUEZAS NATURAIS — Existem no município várias jazidas de pedra calcária e argila, as primeiras sempre em exploração. A vegetação é escassa, porém nas colinas localizam-se restos de matas, donde se extraem madeiras para construção e lenha; nos tabuleiros, com terrenos arenosos, pouco propícios à agricultura, crescem as mangabeiras; e, nas várzeas, as terras são férteis e perfeitamente aproveitáveis para o cultivo da cana-de-açúcar, cereais e mandioca.

POPULAÇÃO — Em 1950, quando da realização do último Censo Demográfico, os distritos de Pedras de Fogo e Ca-

aporã, que hoje integram o município de Pedras de Fogo, pertenciam ao município de Cruz do Espírito Santo. No quadro a seguir transcrevem-se os elementos mais importantes sôbre a população do município, segundo os resultados censitários:

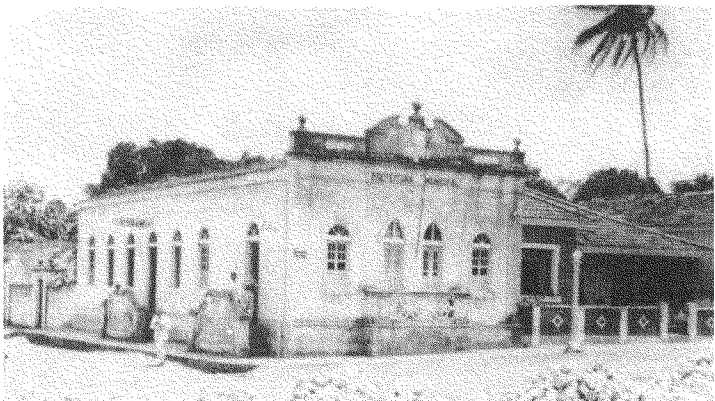
DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Pedras de Fogo	8 700	1 915	6 785
Caaporã	5 627	868	4 759
TOTAL	*14 327*	*2 783*	*11 544*

Daí se observa que cêrca de 80% de sua população habitava o quadro rural, taxa essa superior à do Estado,

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição

que é de 73%. As suas duas aglomerações urbanas: Pedras de Fogo e Caaporã, possuíam, respectivamente, 1 915 e 868 habitantes. Com sua população ocorre fato incomum no Estado: o representante masculino é maior que o feminino. Segundo os resultados censitários, só quatro municípios paraibanos — Cruz do Espírito Santo (do qual foi desmembrado Pedras de Fogo), Taperoá, Santa Luzia e Antenor Navarro apresentam tal situação.

Segundo estimativa elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística, referente a 31-XII-956, a população do município, àquela data, era de 15 935 habitantes. Com êsse contingente, coloca-se Pedras de Fogo no 44.º lugar entre os municípios ora existentes na Paraíba e apresenta a densidade demográfica de 29,18 habitantes por quilômetro quadrado, inferior à do Estado, que é de 33,69.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Assenta-se a economia municipal na agricultura e na indústria rural. Os principais

Prefeitura Municipal

produtos agrícolas são: abacaxi, cana-de-açúcar, mandioca, banana, fava e, em menor escala. arroz, feijão e batata-doce. O valor estimado da produção agrícola da comuna, em 1956, foi de mais de 15 milhões de cruzeiros, conforme se pode verificar pela tabela a seguir:

ESPÉCIE	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Abacaxi	Unidade	1 880 000	1 880
Agave	kg	40 000	200
Algodão herbáceo	Arrôba	2 100	378
Amendoim	kg	17 000	34
Arroz	Saco de 60 kg	780	222
Banana	Cacho	42 000	1 260
Batata-doce	Tonelada	710	994
Cana-de-açúcar	»	7 700	4 680
Côco-da-baía	Cento	8 700	2 436
Fava	Saco de 60 kg	700	378
Feijão	» » » »	150	85
Mandioca	Tonelada	2 720	1 840
Milho	Saco de 60 kg	270	54
Outros	—	—	622
TOTAL	—	—	*15 063*

Nota-se que a cana-de-açúcar, o côco-da-baía, o abacaxi, a mandioca mansa e brava e a banana concorrem com cêrca de 77% do valor da produção agrícola municipal.

Indústria — É significativa para a economia local a indústria, cuja produção alcançou, em 1956, mais de 22 milhões de cruzeiros conforme demonstra o quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Beneficiamento da fibra de agave	kg	8 500	55
Conservas de abacaxi-fatias	Litro (800 g)	895 000	14 817
Cal	kg	400 000	280
Farinha de mandioca	»	2 278 000	7 728
TOTAL	—	—	*22 880*

Grupo Escolar D. Vital

Avenida D. Vital

O Registro Industrial, em 1956, acusou a existência de uma fábrica de doce de abacaxi em fatias, 149 casas de fabricação de farinha de mandioca, uma caieira e uma desfibradeira de agave, ocupando, pela ordem, 164, 745, 6 e 5 operários ligados diretamente à produção.

Pecuária — A tabela abaixo demonstra o efetivo dos rebanhos existentes, em 1956, no município.

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Bovinos	2 700
Eqüinos	1 420
Caprinos	1 200
Suínos	1 060
Asininos	250
Ovinos	240
Muares	150

Se bem não seja das maiores do Estado, a sua pecuária é relativamente desenvolvida e organizada, possuindo o município bons campos de pastagens.

Comércio — O comércio local consta de um único estabelecimento atacadista e 32 varejistas, nos ramos de estivas, tecidos, miudezas e drogarias.

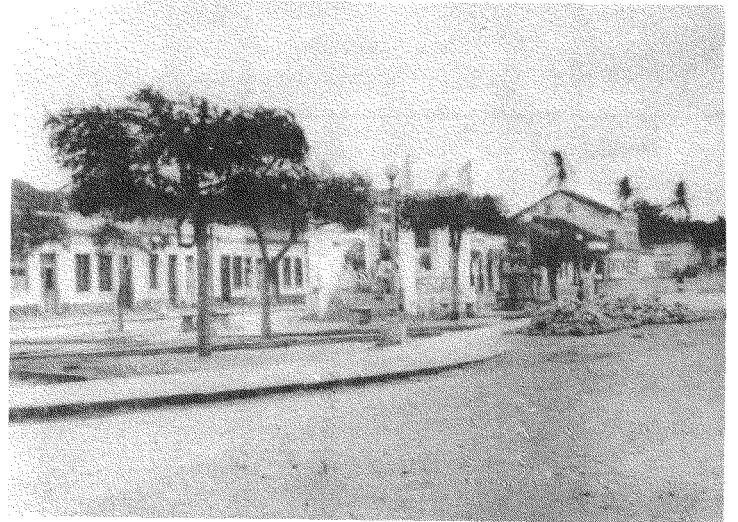
FINANÇAS PÚBLICAS — Transcrevem-se no quadro abaixo os dados disponíveis sôbre finanças públicas no município. Ainda não foi instalado ali o órgão arrecadador da União.

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)			DESPESA MUNICIPAL (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1954	—	326	242	322
1955	875	1 014	420	976
1956	1 205	1 321	622	1 148

Rua do Comércio

ASPECTOS URBANOS — Pedras de Fogo, com cêrca de 2 200 habitantes, é uma das menores cidades paraibanas. Conta com 16 logradouros públicos e 506 prédios. Dêsses logradouros, 3 são arborizados e 1 ajardinado. É servida de luz elétrica. A iluminação pública, com 128 focos, estende-se a todos os logradouros. Há 152 ligações domiciliares. Na principal praça da cidade, denominada D. Vital, encontra-se um busto dêsse ilustre brasileiro, Bispo de Olinda, e dos mais eminentes filhos de Pedras de Fogo.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste setor o município é muito pobre. Apenas três drogarias atendem às necessidades da população, porém, no vizinho município pernambucano de També, existe um hospital com ambulatório, que presta assistência médico-sanitária aos habitantes de Pedras de Fogo, quando a êle recorrem.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Clube das Mães é a única organização social do município destinada à prestação de auxílios às mães necessitadas, distribuindo remédios, leite e enxovais para crianças recém-nascidas.

Rua da Conceição, vendo-se ao centro a Praça Dr. João Úrsulo

Ensino — No município, em 1956, funcionaram 24 unidades escolares do ensino primário fundamental comum. Localizavam-se na zona urbana 7 dessas unidades e 17 na zona rural. Dos 24 estabelecimentos escolares existentes, 13 eram estaduais, 8 municipais, havendo 3 cursos de alfabetização de adultos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade de Pedras de Fogo liga-se por via rodoviária com os seguintes municípios vizinhos: Cruz do Espírito Santo (58 km), Pilar (59), Sapé (86) e Santa Rita (42), todos da Paraíba, e Goiana — PE — (30) e També — PE — (zero). Pedras de Fogo e També são geminadas, formando um só núcleo de habitantes. Possui o município 299 quilômetros de estradas de rodagem e 35 veículos rodoviários: 28 caminhões, 4 jipes, 2 automóveis e uma camioneta.

Funciona na vila de Caaporã uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos. A sede municipal é servida pela Agência Postal-telegráfica de També (PE).

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Compareceram às urnas no pleito de 3-10-55 um total de 2 159 eleitores. O Po-

Cadeia Pública

der Legislativo Municipal é representado por 7 vereadores eleitos pelos diversos partidos. O Chefe do Executivo da comuna é o Sr. Edgar Guedes da Silva, eleito pela União Democrática Nacional.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os seus ilustres filhos, destacam-se *André Vidal de Negreiros*, possìvelmente o mais hábil general do seu tempo. Foi o principal elemento da expulsão dos holandeses do Brasil. Era grande na bravura e invencível na tenacidade. Depois de repelido o forasteiro, galgou o fôro de grande fidalgo da Casa Real, do Conselho de Guerra de sua Majestade Rei de Portugal, teve a comenda de São Pedro do Sul e a de Cristo e as alcaidarias-mores das vilas de Marialva e do Moreira, foi confirmado no Pôsto de capitão-general e governador do Maranhão, capitão-general e governador de Pernambuco e mais tarde de Angola. No dizer insuspeito do grande Padre Antônio Vieira, "havia elle todas as virtudes e habilidades, só lhe faltando fazer versos". Morreu a 3 de fevereiro de 1680 e seus restos mortais descansam na Matriz de Goiana. Outra grande figura pedra-foguense foi *Vital Maria Gonçalves de Oliveira*, D. Vital, Bispo de Olinda. Ordenou-se na Europa. Era um homem de superior inteligência, de ilustração vasta e de notáveis predicados morais, *José da Silva Pessoa*, oficial superior do exército brasileiro e irmão do grande brasileiro Epitácio Pessoa, figura também como dos mais ilustres filhos de Pedras de Fogo.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *A Paraíba* — João da Silva Fernandes; 2) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 3) — Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — Hélio de Caldas Barros.

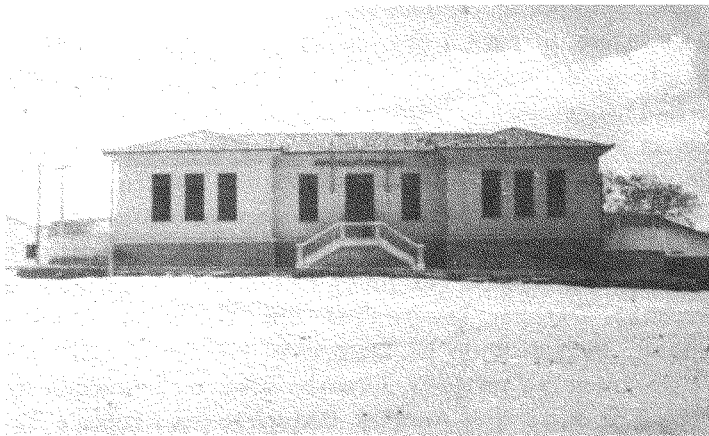
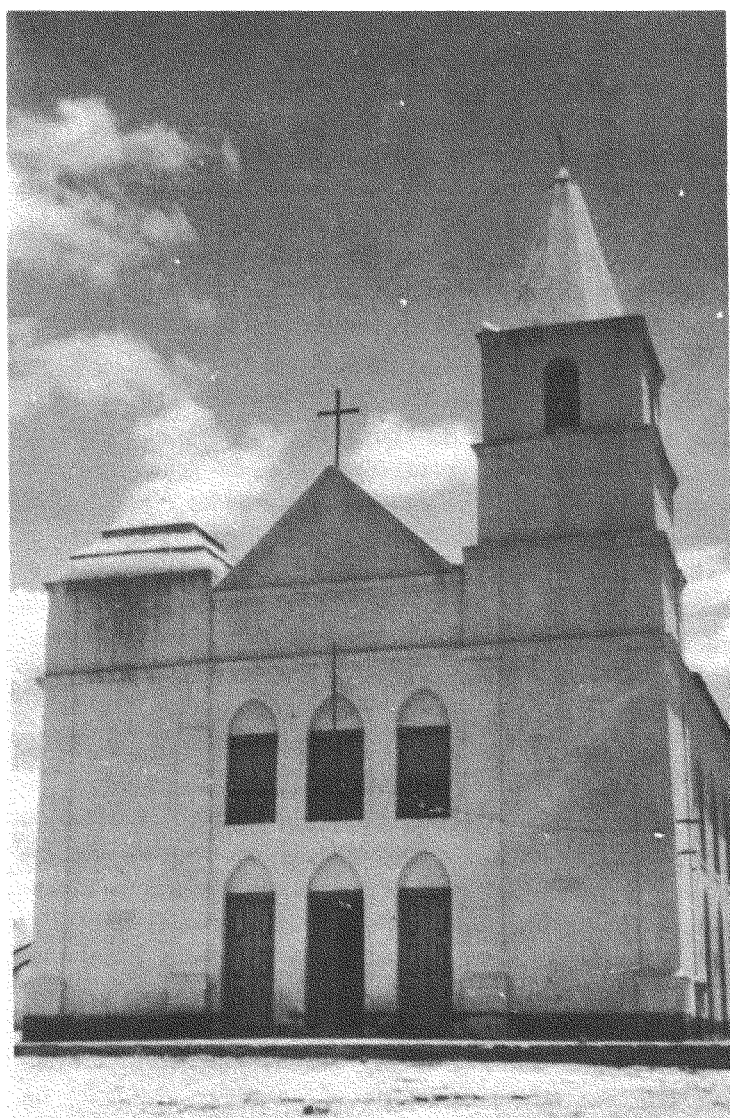
PIANCÓ — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A conquista definitiva dos sertões nordestinos durou muitos anos e foi a causa de enorme morticínio e prejuízos consideráveis à Fazenda Real daqueles tempos. As diversas tribos (Coremas e Panatis) confederaram-se, fortes e organizadas, para não ceder um palmo de terra nativa ao invasor português. Os selvagens, na certeza de que seriam trucidados, não baixavam as suas armas rudes, mas temíveis, e, unidos todos, iam até o último sacrifício da vida. Só pelo primeiro quartel do século XVIII, foi que serenou a luta, com a vitória dos invasores, e começaram a aparecer os primeiros núcleos coloniais de mais resistência e progresso, que são hoje quase tôdas as cidades e vilas em franca evolução. Foram, a princípio, fazendas de gado, picadas à margem de algum rio, ou onde houvesse água para aturar as estiadas comuns. Foi, pois, o boi o primeiro marco de conquista dos nossos sertões.

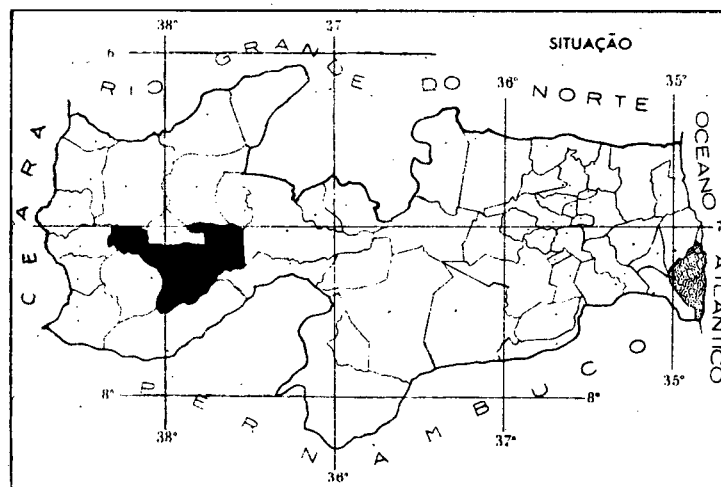
Piancó já era fazenda de mais de três décadas, quando, em 8 de novembro de 1748, Francisco Dias d'Ávila, seu proprietário, neto de Garcia d'Ávila, fêz a doação de um vasto patrimônio para construção da primeira igreja que deveria ser a matriz da nova freguesia de Piancó. Chamava-se Piancó o chefe dos índios Coremas, primitivos habitantes da região. Essa denominação a princípio se estendeu ao rio, e, sucessivamente, à primeira fazenda de gado que ali se instalou, e à povoação, origem da atual cidade. O vocábulo "piancó" significa pavor, terror, em língua indígena.

Foi fundador da região, o capitão-mor Manuel de Araújo Carvalho, que abriu no vale do Piancó as primeiras fazendas de gado no alvorecer do século XVIII, à margem do rio do mesmo nome. Antes, todavia, existiam ali um pequeno núcleo de portuguêses, brasileiros e selvagens amansados pelos conquistadores e Frades catequistas Franciscanos e de uma ordem nova, do hábito de S. Pedro, e um convento dêsses religiosos na Fazenda Santo Antoninho (Santo Antônio Pequeno) a seis quilômetros da sede municipal, cujos vestígios ainda existem. Manuel de Araújo Carvalho, que era rico proprietário e fazendeiro residente na margem esquerda do rio São Francisco, comissionado pelo Govêrno central para bater os indígenas no nordeste brasileiro, para ali se locomovera a fim de desincumbir-se dessa tarefa. Havendo apaziguado os indígenas, resolveu então ali se fixar, como realmente fêz, constituindo ainda numerosa família e dominando por vários anos tôda a região.

O distrito foi criado em data não apurada. O município o foi por fôrça de Decreto de 11 de dezembro de 1831, recebendo a denominação de Vila Constitucional de Santo Antônio do Piancó. A instalação deu-se a 2 de maio do ano seguinte. A comarca foi criada pela Lei provincial n.º 250, de 9 de outubro de 1854, suprimida pelo Decreto de 17 de abril de 1890, e restaurada pela Lei n.º 8, de 15 de dezembro de 1892. Segundo a divisão administrativa do Brasil, concernente a 1911, o município subdivide-se em

Grupo Escolar Ademar Leite

Igreja-Matriz de Santo Antônio

8 distritos, assim chamados: Piancó, Água Branca, Jucá, São Francisco do Aguiar, Curema, Santana de Garrotes, Boqueirão dos Cochos e Ôlho d'Água. Em face do Decreto estadual n.º 443, de 21 de novembro de 1933, foram concedidos foros de cidade à sede do município de Piancó, que, na divisão administrativa do Brasil relativa a êsse ano, se apresenta constituído ùnicamente do distrito da sede. Consoante as divisões territoriais de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, como também o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 1 010, de 30 de março de 1938, integram o município 6 distritos; o da sede e os de Boqueirão de Curema, Jucá, Ôlho d'Água, Santana dos Garrotes e São Francisco do Aguiar. Pelos mesmos instrumentos legais, a comarca figura composta ùnicamente do têrmo-sede. Em virtude do Decreto estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, que fixou o quadro territorial a vigorar no qüinqüênio 1939-43, o município perdeu parte de seu território, com que se formou o distrito de Carrapateira, do município de Jatobá. No mencionado quadro, Piancó mantém-se constituído dos mesmos distritos citados acima, alguns com alterações onomásticas: Piancó, Aguiar (ex-São Francisco do Aguiar), Caatingueira (ex-Jucá), Curema (ex-Boqueirão do Curema), Garrotes (ex-Santana dos Garrotes) e Ôlho d'Água. Pelo disposto no Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, foram criados, no município de Piancó, os distritos de Andreza, Boqueirão dos Cochos e Itajubatiba, o primeiro, com território desmembrado do distrito de Garrotes, o segundo com terras desligadas das de Aguiar e Piancó, e o terceiro com território desanexado do de Catingueira. Assim, no quadro territorial que êsse Decreto estabeleceu para vigorar no qüinqüênio 1944-48, Piancó aparece formado por 9 distritos: o da sede e os de Aguiar, Andreza, Boqueirão dos Cochos, Catingueira (anteriormente Caatingueira), Curema, Garrotes, Itajubatiba e Ibura (ex-Ôlho d'Água). Pela Lei 318, de 7 de janeiro de 1949, o distrito de Andreza passa a chamar-se de Nova Olinda e o de Ibura volta a sua antiga denominação de Ôlho d'Água. Dessa maneira, o município fica constituído dos distritos de Piancó, Nova Olinda, Aguiar, Boqueirão dos Cochos, Catingueira, Curema, Garrotes, Itajubatiba e Ôlho d'Água. A Lei n.º 1 005, de 28 de dezembro de 1953, desmembra-lhe o distrito de Curema que adquiriu autonomia sob o nome de Curema, cuja instalação se verificou a 4 de abril de 1954.

Não lhe altera a substância territorial administrativo-judiciária a Lei n.º 1 198, de 2 de abril de 1955.

Localização do município — Situado na Zona Fisiográfica Sertão, tem como municípios limítrofes: Teixeira, Princesa Isabel, Itaporanga, São José de Piranhas, Sousa, Pombal, Malta, Patos e Coremas. A sede do município apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 7° 12' 02" de latitude Sul e 37° 55' 40" de longitude W.Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 335 quilômetros, seguindo o rumo O.S.O., em relação à mesma. Está a 250 metros de altitude.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

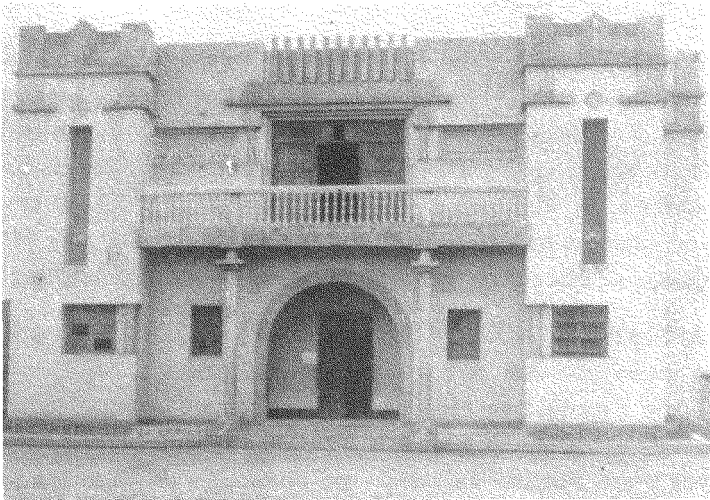
CLIMA — O clima do município é quente e sêco, bastante amenizado, contudo, na estação invernosa. Sua temperatura oscila de 21 a 34°C, à sombra. Em 1956, a precipitação pluviométrica atingiu 775,1 milímetros.

ÁREA — O município abrange, hoje, uma superfície de 2 606 quilômetros quadrados, uma vez que, dos seus antigos 3 132, foram deduzidos 526 correspondentes ao ex-distrito de Curema, transformado em município, sob o nome de Coremas. Sendo um dos municípios de maior superfície do Estado, encontra-se no 4.º lugar em relação à área dos demais.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é cortado por importante curso d'água, como o rio Piancó, afluente do Piranhas, com seus tributários; encontramos ainda os

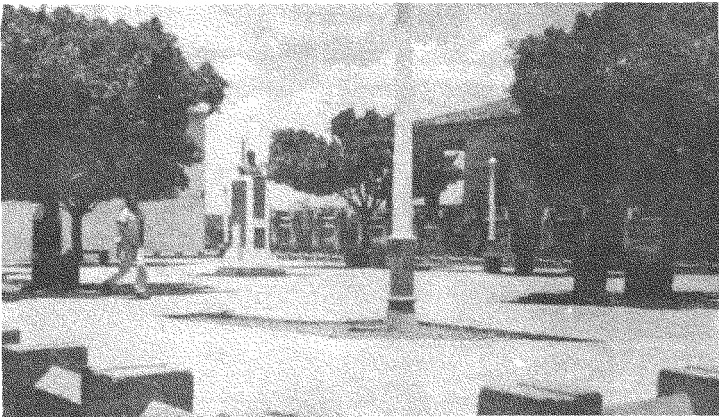
riachos dos Porcos, Aguiar, dos Bois, Jenipapo, Carneiro, Pilões, etc.

Seu relêvo apresenta-se ora plano, ora acidentado. Algumas serras, entremeadas de campos e vales férteis, sulcam-lhe o território. Destacam-se, dentre elas, a do Melado, do Condado, do Cedro, do Vento, dos Pilões, de Santa Catarina, Catingueira, Santo Antônio e a dos Doidos.

RIQUEZAS NATURAIS — Não possuindo apreciáveis matas, em virtude das devastações que vem sofrendo, nos últimos anos, há, contudo, extração regular de madeira e lenha, tendo sido de 280 metros cúbicos a produção de madeira para construção, de 12 000 metros cúbicos a de lenha, afora a empregada no fabrico de carvão vegetal (25 toneladas), no ano de 1956. Convém assinalar, ainda, a grande quantidade de pés de oiticica, planta que fornece sementes oleaginosas, cuja produção no ano acima referido foi de 700 toneladas com valor de Cr$ 1 050 000,00. De origem mineral, há grandes jazidas de calcário, que vêm sendo exploradas para as necessidades locais. O ouro é encontrado em seu território, no distrito de Itajubatiba, tendo sido feitas reduzidas explorações em anos anteriores.

Escola Normal Regional Santo Antônio

POPULAÇÃO — A população de Piancó, segundo os resultados censitários de 1950, era uma das maiores do Estado, estando colocada no 9.º lugar em relação à dos demais municípios paraibanos e representando 2,93% da total do Estado. O quadro abaixo demonstra a localização dessa população:

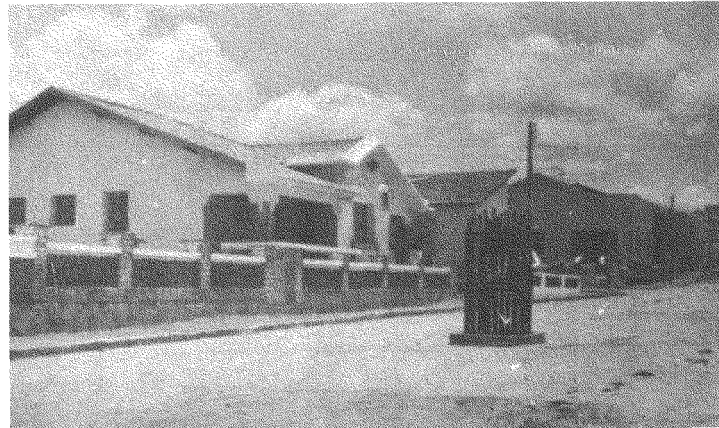
DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Piancó	8 673	1 845	6 828
Aguiar	6 218	711	5 507
Boqueirão dos Cochos	2 831	450	2 381
Catingueira	6 260	688	5 572
Curema	8 805	2 982	5 823
Garrotes	5 962	749	5 213
Itajubatiba	1 453	834	619
Nova Olinda	3 142	1 274	1 868
Ôlho d'Água	6 877	1 399	5 478
TOTAL	*50 221*	*10 832*	*39 289*

Cêrca de 79% da sua população, ou seja, precisamente 39 289 pessoas localizavam-se no quadro rural. Se bem não seja essa percentagem das maiores do Estado é, contudo, superior à dêste, que é de 73,30%.

Praça Getúlio Vargas

Segundo os vários grupos, a população estava assim representada: Homens — 24 996 e mulheres — 25 225; Brancos — 41 435, pretos — 8 175, amarelo — 1, pardos — 457, sem declaração de côr — 153; solteiros — 8 964, casados — 16 309, desquitados e divorciados — 11, viúvos — 384 homens e 1 139 mulheres, sem declaração do estado conjugal — 125; professavam as religiões — católica apostólica romana — 50 052, protestante — 54, espírita — 1; sem religião — 1 e não declararam a religião 109 pessoas. Afora 1 estrangeiro e 1 que não declarou a nacionalidade, os demais habitantes do município eram brasileiros natos.

Com a perda territorial sofrida em conseqüência da criação do município de Coremas, a população local, segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, para 31-XII-956, ficou reduzida a 46 065 habitantes. Com tal efeito, Piancó coloca-se no 11.º lugar entre as 58 comunas paraibanas ora existentes e apresenta a densidade demográfica de 14,7 habitantes por quilômetro quadrado, inferior à do Estado, que é de 33,69.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Piancó é produtor de algodão, milho, feijão, batata-doce, etc. A tabela a seguir diz melhor de sua produção agrícola verificada no ano de 1956:

ESPÉCIE	ÁREA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão arbóreo	13 050	Arrôba	530 000	121 900
Batata-doce	280	Tonelada	7 000	14 700
Milho	7 500	Saco de 60 kg	85 000	11 900
Feijão	6 000	» » » »	32 000	5 120
Fumo	380	Arrôba	7 000	4 200
Arroz	280	Saco de 60 kg	7 000	1 970
Banana	22	Cacho	25 000	750
Cana-de-açúcar	100	Tonelada	380	46
TOTAL	*27 612*	—	—	*160 586*

Rua Nicolau Loureiro

Constitui a pecuária um dos principais ramos de atividade da população do município, sendo bem acentuada sua importância na economia local. Damos abaixo o efetivo dos rebanhos existentes em 1956:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Asininos	3 700
Bovinos	13 500
Caprinos	15 500
Eqüinos	1 750
Muares	1 720
Ovinos	21 000
Suínos	46 000

O comércio do município é constituído por 79 estabelecimentos varejistas. Na indústria, cumpre registrar, apenas, a presença de uma importante usina de beneficiamento de algodão e 7 pequenos engenhos de rapadura. Neste setor são empregadas 65 pessoas.

Avenida Epitácio Pessoa

FINANÇAS — São os seguintes os dados disponíveis sôbre as finanças de Piancó, no período de 1950-57:

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	...	...	...
1951	323	1 825	722	...	...
1952	397	2 384	1 003	...	792
1953	422	...	1 037	...	419
1954	397	3 044	1 030	...	1 369
1955	364	3 153	1 365	711	1 702
1956	558		2 436	1 050	2 260

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Piancó está ligado aos municípios vizinhos e às capitais Estadual e Federal, pelos seguintes meios de transporte:

1 — Teixeira — Rodoviário: 108 km.
2 — Princesa Isabel — Rodoviário: 70 km.
3 — Itaporanga — Rodoviário: 35 km.
4 — São José de Piranhas — Rodoviário: 161 km.
5 — Sousa — Rodoviário: 151 km.
6 — Pombal — Rodoviário: 87 km.
7 — Malta — Rodoviário: 93 km.
8 — Patos — Rodoviário: 82 km.
9 — Coremas — Rodoviário: 35 km.
10 — Capital do Estado — Rodoviário: 374 km.
11 — Capital Federal — Via João Pessoa — Rodoviário: 2 962 km.

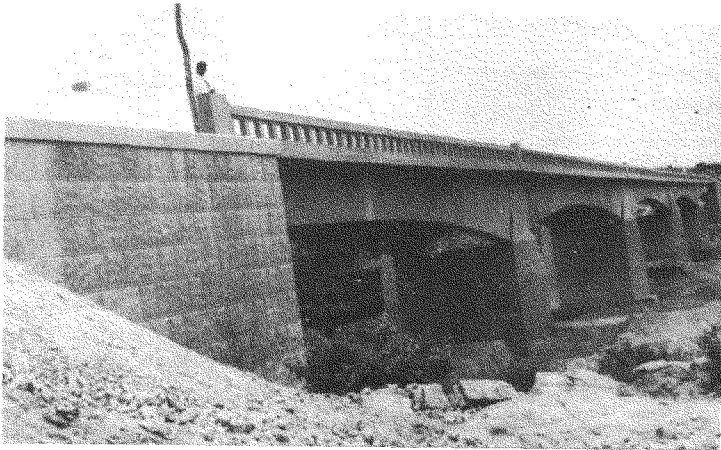
Rua José Américo

Possui o município 689 quilômetros de estradas de rodagem e 22 veículos rodoviários, dos quais, 13 caminhões. As comunicações do município são efetuadas por sete Agências Postais-telefônicas pertencentes ao Departamento dos Correios e Telégrafos, situadas na sede municipal, distritos de Garrotes, Nova Olinda, Boqueirão dos Cochos, Catingueira e Ôlho d'Água.

ASPECTOS URBANOS — Das menores cidades da Paraíba, Piancó conta com apenas 2 200 habitantes e 800 prédios. Dos seus logradouros públicos, em número de 17, sòmente 2 se acham pavimentados a paralelepípedos. Possui luz elétrica. A iluminação pública estende-se a todos os seus logradouros, com 650 focos, e a domiciliária conta com 480 ligações. Na cidade há 2 hotéis e uma associação cultural.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste aspecto o município está pouco desenvolvido, existindo, apenas, o Pôsto Estadual de Higiene que se dedica à clínica médica geral e profilaxia da sífilis e doenças venéreas. Três médicos e um dentista exercem suas atividades profissionais no município. Há, também, uma farmácia e uma drogaria na cidade e nas vilas de Garrotes, Nova Olinda, Boqueirão dos Cochos e Ôlho d'Água, existem drogarias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe a Cooperativa de Crédito Agrícola Piancó Ltda., com 288 associados, tendo sido de Cr$ 95 000,00 o valor dos serviços executados pela mesma, em 1956.

ALFABETIZAÇÃO — Habitavam o município, de acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, 41 277

Ponte de concreto armado

Pôsto de Puericultura da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância

pessoas de 5 anos e mais, sendo que destas sabiam ler e escrever 12 366. A percentagem dos alfabetizados para o Estado era de 25,36%, enquanto para o município era de 29,9%, bem mais elevada.

Ensino — O município é servido pela Escola Normal Regional Santo Antônio, pelo Ginásio Santana e Escola Profissional Pio XII, no setor do ensino extra-primário, ao passo que, de estabelecimentos que ministram o ensino primário geral, conta com 1 grupo escolar e 7 escolas elementares na cidade, 1 elementar na vila de Garrotes; 1 em Nova Olinda; 1 em Aguiar; 1 em Catingueira; 1 em Boqueirão dos Cochos; 1 em Ôlho d'Água e 25 na zona rural do município.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Digno de registro, possui Piancó a Biblioteca Augusto Mayer, na sede municipal, pertencente à Prefeitura local, possuindo catalogados 1 530 volumes. O movimento de consulta à mesma no ano de 1956 foi de 179.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O Poder executivo municipal está representado por 9 vereadores em exercício, sendo o Prefeito atual o Sr. Elzir Matos Rolim, eleito pela coligação Partido Trabalhista Brasileiro-Partido Social Democrático.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os mais ilustres filhos de Piancó, destacam-se os seguintes *Manuel de Arruda Câmara,* conhecido naturalista, nascido em 1752; *Francisco de Paula Primo,* Deputado Geral, em várias legislaturas; *João Leite Ferreira,* também Deputado Geral, em várias legislaturas; Comandante *João Leite Ferreira,* Deputado Provincial; *João Leite de Paula e Silva,* Deputado Federal; *Felizardo Toscano Leite Ferreira,* Deputado Federal.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 2) — *Sinopse Estatística do Município de Piancó* — 1948; 3) — *A Parahyba* — João de Lira Tavares; 4) — Documentação municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — Severino Baracuhy Ramalho.

PICUÍ — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração no território hoje ocupado pelo município de Picuí data do início do século XVIII. Com efeito, pelo ano de 1704, D. Isabel Câmara, capitão Antônio Mendonça Machado, alferes Pedro de Mendonça Vasconcelos e Antônio de Carvalho obtiveram, por sesmaria, três léguas de terras no riacho chamado pelos nativos de Pucuí ou Picuí, o qual corre de sul a norte e despeja no Acauã, afluente do rio Piranhas.

Dessa penetração, resultou apenas, ao que parece, a fundação de fazendas de criar nas proximidades do local onde está hoje a cidade de Picuí, as quais, tempos depois, foram adquiridas por elementos de novas correntes de povoamento. A entrada dessas novas correntes deve ter-se verificado entre 1750 e 1760, época em que teriam conjugado idéias da fudação do primeiro povoado no território em aprêço, que foi a atual vila de Pedra Lavrada, pois a licença para construção de sua capela, hoje igreja-matriz, fôra solicitada ao Bispo de Pernambuco, pelo capitão-mor Mateus Bezerra Cavalcanti e José Bezerra da Costa, no ano de 1760.

Como fôsse o riacho Picuí sempre abundante de água e cortado por uma estrada bem próxima do local em que está hoje edificada a cidade, e onde já havia naquele tempo certo agrupamento de casas de vivenda, fôra escolhido dito sítio para sede de um juizado de paz criado por Lei n.º 3, de 11 de outubro de 1841.

Mais tarde, em 1856, um terrível surto epidêmico de cólera-morbo assolava o Estado, do litoral ao sertão. Diante do fantasma tremendo e aterrador que dizimava tantas vidas laboriosas, o povo afligia-se e, na sua inabalável fé religiosa, compreendera que para combater tão grande desgraça, o remédio seria a promessa ... Não tardou surgir a idéia da construção de uma capela sob o patrocínio do mártir São Sebastião, que faria extinguir a assombrosa epidemia. Naquele mesmo ano, teve início a construção da capela, sendo fundado o povoado, que recebeu, por isso, o nome de São Sebastião do Triunfo. Foram os seus principais fundadores Antônio Ferreira de Macedo, José Ferreira de Macedo, Antônio Galdino da Luz, Felipe Neri de Macedo, Manoel Nunes de Macedo, Sebastião José Ferreira e Antônio Garcia do Amaral.

Vê-se, portanto, que a causa precípua do povoamento inicial do território picuiense fôra a aquisição de terras para

Praça Getúlio Vargas

Igreja-Matriz Municipal

a criação de gado, mas a determinante da fundação do povoado que é hoje sede municipal foi a construção de uma capela destinada à prática do culto religioso, idéia inspirada em forte preconceito de crença, o que deve ter acontecido igualmente com os outros distritos.

Em 1871, por fôrça da Lei provincial n.º 440, de 18 de dezembro, foi criado o distrito de Picuí, integrando o município de Cuité.

A Lei provincial n.º 876, de 27 de novembro de 1888, elevou a povoação de Picuí à categoria de vila. Cogitava-se, então, da transferência da sede do município para a novel vila.

Contudo, só dezesseis anos depois, ou seja, em 1904, é que essa transferência se verificou, em virtude da Lei estadual n.º 212, de 29 de outubro daquele ano. A instalação do município em sua nova sede ocorreu no dia 24 do mês seguinte. O município passou, então, a denominar-se Picuí e a sua antiga sede — Cuité — perdeu a categoria de vila.

Segundo a divisão administrativa do Brasil concernente a 1911, o município de Picuí subdivide-se em quatro distritos: o da sede e os de Cuité, Pedra Lavrada e Barra de Santa Rosa.

Em conseqüência da Lei estadual n.º 599, de 18 de março de 1924, foram concedidos foros de cidade à sede do município de Picuí, que, na divisão administrativa do Brasil, correspondente a 1933, figura formado por um distrito, apenas, o de igual denominação.

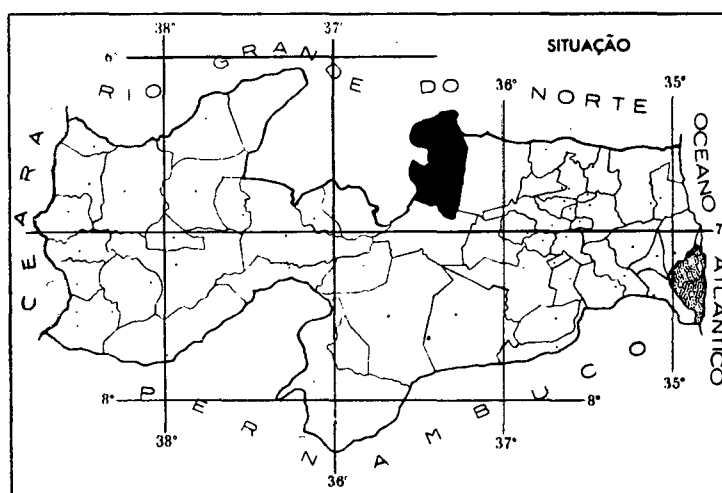
Pelo disposto na Lei estadual n.º 99, de 18 de dezembro de 1936, foi restaurado o município de Cuité, com a denominação de Serra de Cuité, integrado pelo distrito dessa designação e pelo de Barra de Santa Rosa, desligados do município de Picuí. No entanto, na divisão territorial de 31 de dezembro de 1936, os referidos distritos aparecem ainda subordinados ao município de Picuí.

Consoante a Divisão Territorial de 31 de dezembro de 1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 1 010, de 30 de março de 1938, Picuí apresenta-se composto de apenas 2 distritos: o da sede e o de Pedra Lavrada.

Já no quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, apresenta-se subdividido em três distritos: Picuí, Pedra Lavrada e Canoas.

De acôrdo com o quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, o município mantém-se constituído dos mesmos distritos citados no qüinqüênio precedente, tendo apenas o de Canoas passado a denominar-se Cubati, o que permanece até hoje (5-10-57).

LOCALIZAÇÃO — Situa-se o município na Zona Fisiográfica do Cariri, sendo uma das extremidades do norte paraibano. Limita com os municípios de Soledade e Cuité e com o Estado do Rio Grande do Norte (municípios de Parelhas, Acari, Carnaúba, Santa Cruz e Currais Novos).

A sede municipal dista 175 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado, está a 440 metros de altitude e possui as seguintes coordenadas geográficas: 6º 30' 37" de latitude Sul e 36º 20' 47" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É geralmente saudável o clima do município. Na zona da "Caatinga" (Curimataú) é bastante frio, no período invernoso, sendo de ordinário quente, na parte do Seridó, onde a salubridade mais se acentua.

A cidade e as vilas têm clima francamente salubre, embora sujeito a súbitas variações de temperatura nos meses chuvosos.

O inverno é sempre inconstante. Em anos favoráveis, as chuvas caem com mais abundância nos meses de fevereiro a abril. Em 1956, a precipitação pluvial atingiu apenas 322,9 mm.

ÁREA — Com 1 701 quilômetros quadrados, Picuí apresenta-se como um dos menores municípios da Paraíba.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é bastante acidentado. Talvez cêrca de dois terços sejam ocupados por montes e serras.

As principais elevações, que começam no extremo sul e acabam no extremo norte, limitando sempre o município com o Estado do Rio Grande do Norte, e cujos picos mais elevados têm, em média, de 450 a 500 metros de altitude, são as seguintes: serras: da Maniçoba, do Retiro, Branca, da Coruja, da Tábua, Vermelha, do Forte, das Umburanas, da Timbaúba, do Fogo, dos Brandões, do Cuité e Morro do Chapéu. São tôdas ramificações da Borborema. No centro e noutros pontos do território, aparecem ainda as serras: Quebrada, do Alagamar, das Porteiras, dos Picotes, da Garganta e dos Patos.

O principal rio do município é o Picuí, que nasce com o nome Cotovêlo, na fazenda de igual denominação, corre de sul a norte, recebe na margem direita os riachos dos Tanques, Cavalo Morto, Cachoeirinha, Panelas, da Conceição, da Carrapateira e da Quixaba; pela margem esquerda, os riachos do Provedor, da Malhada, de Dentro e Damião. Depois do Picuí vêm o Seridó e o Quinturaré.

Contam-se pequenas lagoas no município, sendo dignas de menção as do Mato Grosso, do Junco, Sêca, Cercada e do Canto.

RIQUEZAS NATURAIS — O município, pode-se dizer, é rico em minerais. Nos vários estudos geofísicos que se há procedido, foi comprovada a existência de diversos minerais, como a columbita, o berilo, a mica, o estanho, o cobre, etc.

Encontra-se a columbita em diversas zonas, especialmente nas fazendas Quixaba, Timbaúba, Volta do Rio, Boa Sorte, Tanquinhos e Damião.

No que concerne ao revestimento florístico, nada há de importante. Na zona Curimataú, que deve constituir 40% do território municipal, há plantas de variadas espécies, predominando os cardos e bromélias, vendo-se freqüentemente também o umbuzeiro, a baraúna, a umburana e a caatingueira. Na zona do Seridó, ocupando 60% do território, verifica-se, nas margens dos pequenos rios e riachos, a existência espontânea de caraibeiras, aroeiras, pereiros, quixabeiras e cajueiros.

Por motivo da escassez de água e vegetação densa em virtude das anormalidades climatéricas, é positivamente pobre a fauna municipal, sobretudo em espécies de aves. Não obstante, acham-se espécimes de maracajás, gatos-do-mato e teiú-açus.

POPULAÇÃO — Os resultados do Censo Demográfico realizado em 1950, constantes no quadro abaixo, retratam os aspectos mais importantes da população do município.

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Picuí	13 731	2 140	11 591
Cubati	2 498	552	1 946
Pedra Lavrada	7 012	686	6 326
TOTAL	*23 241*	*3 378*	*19 863*

Com 23 241 habitantes, o município de Picuí colocava-se no 35.º lugar entre os 41 então existentes no Estado. Era, pois, como se vê, dos menos populosos.

As três aglomerações urbanas têm, em conjunto, como se vê, apenas 3 378 habitantes. Delas, sòmente a sede do município possui alguns característicos de uma "urbs".

Grupo Escolar Professor Lordão

Cêrca de 86% de sua população localizava-se na zona campestre. Trata-se, pois de município essencialmente rural.

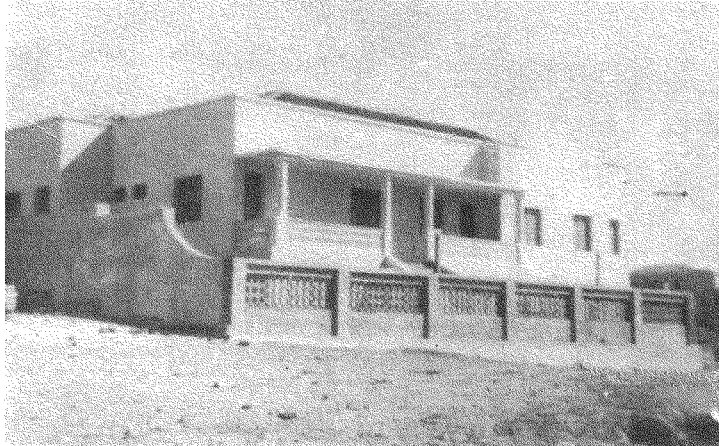
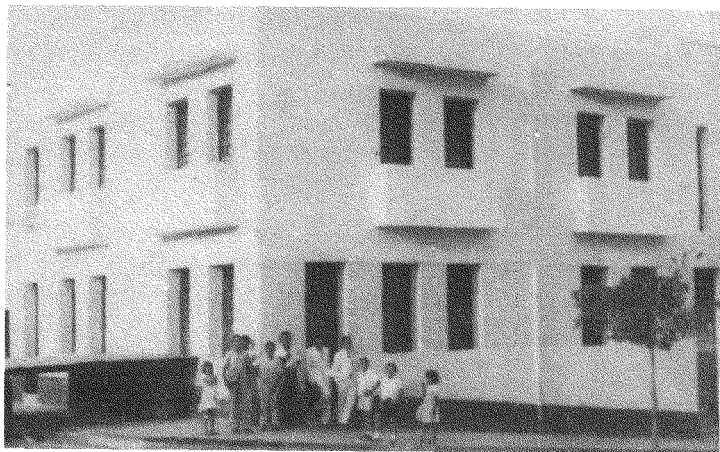
Os diferentes grupos populacionais assim se constituíam: *Sexo* — 11 448 homens e 11 793 mulheres. *Côr* — 10 785 brancos, 2 027 pretos e 10 401 pardos. *Estado conjugal* — (Pessoas de 15 anos e mais) — 5 105 solteiros, 7 656 casados, 3 desquitados e 770 (151 homens e 519 mulheres) viúvos. Só havia 1 estrangeiro no município. *Religião* — 23 804 católicos romanos, 374 de outras religiões, 36 sem religião e 27 sem declaração de religião.

Segundo estimativa elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística, referente a 31-XII-956, a população do município era, àquela data, de 25 850 habitantes. Essa população dá-lhe a densidade demográfica de 15,2 habitantes por quilômetro quadrado, das mais baixas do Estado, haja vista que a dêste é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

Constitui "agricultura, pecuária e silvicultura" o ramo de atividade que congrega maior número de pessoas no município.

Não fôra a constância de invernos irregulares, as condições da lavoura seriam ali de incontestável progresso, dado o interêsse de grande parte dos lavradores, nos últimos tempos, pelo desenvolvimento da cultura mecânica dos campos.

A principal cultura é a de algodão, enorme fonte de receita pública, matéria-prima de especial qualidade e, por isso, coluna-mestra da economia popular no município.

Vêm, em segundo plano, as culturas de feijão, milho, mandioca, agave, etc.

Maternidade N.Sª de Fátima

Sede do Picuí Clube

A pecuária, nos últimos tempos, estacionara bastante o seu desenvolvimento. Os rebanhos vêm decrescendo em conseqüência das grandes estiagens. Contudo, a criação tem relativa importância na vida econômica municipal.

Além do gado bovino, há regular criação de caprinos, lanígeros, suínos e asininos.

À guisa de esclarecimento, damos em seguida um quadro demonstrativo da produção agrícola no município referente ao ano de 1956:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	64 000	10 880
Agave	Quilograma	500 000	2 500
Mandioca	Tonelada	2 000	2 400
Milho	Saco de 60 kg	40 000	4 800
Fava	» » » »	4 000	1 600

Em 31 de dezembro de 1956, era o seguinte o número de cabeças da população pecuária no município:

Bovinos, 7 000; eqüinos, 1 800; asininos, 3 000; muares, 3 000; suínos, 7 000; ovinos, 10 000; caprinos, 12 000.

As principais transações do comércio do município são feitas com as praças de João Pessoa, Campina Grande e Recife. Entre os produtos importados figuram: açúcar, café, charque, sabão e tecidos. Há, na sede municipal, um estabelecimento atacadista e 27 varejistas.

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO — Funciona em Picuí uma cooperativa de crédito — Banco Rural de Picuí, que opera com os associados dentro da circunscrição municipal e que, apesar das suas modestas condições, vem prestando bons serviços à lavoura local.

Trecho da estrada de rodagem Carnaúba—Picuí

FINANÇAS PÚBLICAS — De acôrdo com elementos fornecidos pelas respectivas repartições arrecadadoras, o movimento financeiro no município, no período compreendido entre 1950 e 1956, foi o seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	381	...	584	200	445
1951	526	...	724	255	957
1952	530	1 341	878	331	720
1953	552	953	1 161	271	1 097
1954	430	1 248	1 077	289	1 003
1955	511	1 997	1 378	508	1 500
1956	540	...	1 857	646	1 488

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O rodoviário é o único meio de transporte existente no município, que se liga com as cidades vizinhas, nas distâncias seguintes: Cuité — 29 km, Soledade — 83 km, Parelhas (RN) — 60 km, Acari (RN) 52 km, Currais Novos (RN) 60 km, Coronel Ezequiel (RN) — 24 km, Carnaúba dos Dantas (RN) 36 km, Capital Estadual — 247 km.

Há no município de Picuí 48 veículos rodoviários: 35 caminhões, 6 automóveis comuns, 1 jipe, 6 camionetas. Sua rêde rodoviária tem 207 quilômetros de extensão.

Como meios de comunicação dispõe o município de 1 agência postal-telegráfica-telefônica na sede e 3 agências postais-telefônicas no interior do município.

ASPECTOS URBANOS — Sôbre pequena ondulação do terreno, à margem esquerda do rio Picuí, assenta-se a cidade de Picuí. O rio banhando-lhe os contornos, repletos de verdes coqueirais, empresta-lhe um tom pitoresco de formosa praia.

Conta a cidade 26 logradouros públicos, 831 prédios e, atualmente, cêrca de 2 500 habitantes. Dos seus logradouros, 6 são pavimentados: 2 a paralelepípedos e 4 a pedras irregulares, 10 são arborizados e 2 arborizados e ajardinados simultâneamente.

Há serviço de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a 22 logradouros e a domiciliária conta 420 ligações.

Entre os principais prédios da cidade, destacam-se: Grupo Escolar Professor Lordão, Correios e Telégrafos, Maternidade Nossa Senhora de Fátima, Igreja-Matriz, Mercado Público, Prefeitura Municipal e Picuí Clube.

Há, na cidade, 1 cinema e 2 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com um Pôsto de Higiene mantido pelo Govêrno Estadual. Com auxílios do Departamento Nacional da Criança, acaba de ser construída uma maternidade que entrará breve em funcionamento.

Apenas 1 médico exerce a profissão no município. Há, na sede municipal, 1 farmácia e 1 drogaria.

ALFABETIZAÇÃO — Os dados censitários de 1950 revelam a posição de Picuí, quanto ao nível de instrução geral:

PESSOAS PRESENTES	TOTAL	SABEM LER E ESCREVER	% SÔBRE O TOTAL
De 5 anos e mais	19 373	5 248	27
De 5 a 14 anos (idade escolar)	5 909	907	15

Ensino — Em 1956, existiam 56 unidades escolares no município, tôdas do ensino primário, sendo: 12 estaduais, 17 municipais, 9 federais (alfabetização de adultos) e 18 particulares (subvencionadas pela Prefeitura). Não há unidades do ensino secundário ou superior.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Acha-se em funcionamento uma biblioteca de propriedade do Picuí Clube e destinada exclusivamente aos seus associados; um serviço de alto-falantes (Amplificadora Manaíra); e 1 cinema (Cine Guarany).

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O Poder Legislativo é constituído por 9 vereadores. No último pleito eleitoral realizado em 3-10-55, votaram 2 523 eleitores. O atual Prefeito do município é o Sr. Francisco Eduardo de Macedo.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Com exceção das tradicionais festividades de São João, São Pedro e Natal, os festejos que se realizam com mais pontualidade e cunho de tradição em Picuí são em homenagem ao mártir São Sebastião padroeiro da cidade, em data de 20 de janeiro.

Antigamente se fazia uma festa chamada "Festa dos Negros", em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, quando os pretos tinham o seu "grande dia" de liberdade, dando expansão pouco comum aos seus espíritos.

Aos sábados, realiza-se uma feira na cidade. Outras são feitas no município: no domingo, em Pedra Lavrada e Pov. Frei Martinho; no sábado, em Cubati.

OUTROS ASPECTOS — Existem na cidade 2 hotéis em condições modestas que nem sempre dispõem de acomodações suficientes para o avultado número de visitantes. Gozam, todavia, de bom conceito no que diz respeito ao tratamento dispensado, aos hóspedes.

O movimento religioso está abrangido por duas paróquias: São Sebastião, no distrito de Picuí, e Nossa Senhora da Luz, no distrito de Pedra Lavrada, compreendendo também o de Cubati. As paróquias referidas têm a direção eficiente do zeloso Pároco, Reverendíssimo Padre Apolônio Gaudêncio de Queiroz, que vem emprestando à causa da religião o melhor de suas energias.

Há uma Agência Postal-telegráfica na cidade e Agências Postais-telefônicas no Povoado de Nova Palmeira e nas vilas de Pedra Lavrada e Cubati.

Foram fundadas, recentemente, no município, 2 associações de beneficência mutuária (Associação Rural de Picuí e União Beneficente de Artistas, Operários e Camponeses).

A denominação gentílica usada pelos filhos do município é picuiense.

Acha-se instalada na sede municipal uma Agência Municipal de Estatística, órgão do sistema estatístico brasileiro.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Sinopse Estatística do Município de Picuí* — 1948 — C.N.E.; 2) — *Censo Demográfico da Paraíba* — 1950; 3) — Documentação Municipal pertencente à Agência Municipal de Estatística local.

AUTORIA — Compilação da I.R.

PILAR — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O início do povoamento do município deu-se em fins do século XVI, pois os holandeses, em 1630, ali encontraram fazendas de criação, distando a última delas, "a de Gerônimo Cavalcanti, 8 léguas de Itaipu".

Em 1670, uma missão jesuíta, vinda da Serra do Fagundes, chegou ao local, acompanhada por índios cariris, seus primitivos habitantes, onde fundaram colégio para ensinar e doutrinar. Em tôrno dessa missão, agregaram-se outros civilizados, atraídos pela lavra do ouro lá existente, incrementando o desenvolvimento do povoado. A indústria aurífera continuou até 1758, quando o Govêrno da Metrópole mandou suspendê-la, em conseqüência da falta de braços para os trabalhos agrícolas. Em face dessa medida, a cultura da cana-de-açúcar passou a constituir a principal atividade econômica da região.

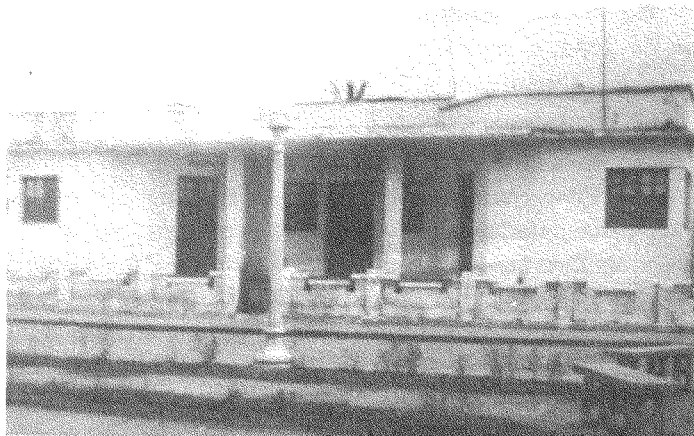
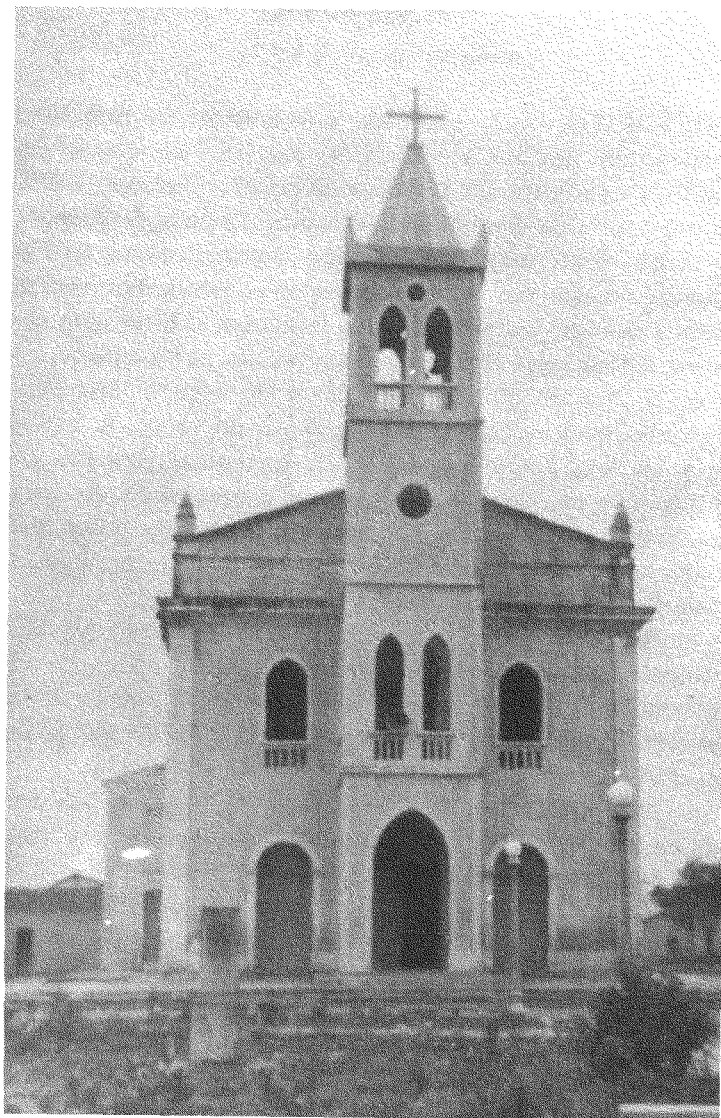
Em 1758, pela Carta Régia datada de 14 de setembro daquele ano, foi criado o município de Pilar, com sede na povoação de mesmo nome, então elevada à categoria de vila (Afirma João de Lyra Tavares, em "A Parahyba", página 608, que essa elevação teria ocorrido em 1765).

Pilar sempre figurou com galhardia nos movimentos de caráter patriótico, principalmente, nos movimentos liberais de 1817 e 1824.

Seus filhos, sob a chefia de Arruda Câmara e do Padre Antônio Pereira de Albuquerque, chefe do "Areópago" de També e Pedras de Fogo, sociedade que congregava as figuras ilustres das províncias e onde se propagavam os ideais da revolução de 1817, lutaram com denôdo e valentia, nessa época de agitações libertárias.

Sufocada a mesma, foi o padre Pereira enforcado por ser o cabeça da revolução, o mesmo sucedendo a Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, pilarense de boa cepa.

João Batista Rêgo Cavalcanti de Albuquerque, capitão das ordenanças, em Itabaiana, levantou tropas sob o seu comando e incorporou-se aos revolucionários. Depois de fracassada a revolução, êste foi encarcerado numa fortaleza da Bahia e, sendo anistiado em 1821, voltou, para continuar com maior ardor a pregação dos ideais republicanos.

Não ficaram aí os anseios de liberdade dos moradores da comuna. Em 1824, os irmãos Felix e José Francisco, sob o comando de Felix Antônio Ferreira de Albuquerque, chefe do movimento revolucionário deflagrado por Nunes Machado e Manoel Pereira de Morais, organizaram um exército e marcharam para o campo da luta...

Prefeitura Municipal

Igreja-Matriz de N.S.ª do Pilar

Em 1854, em virtude da Lei provincial n.º 27, de 6 de julho daquele ano, foi criada a comarca.

Era tão grande o prestígio de Pilar no conceito das comunidades paraibanas, em face da indústria açucareira, com os seus inúmeros engenhos espalhados pelas várzeas e baixios das caatingas, que teve a honra da visita do Imperador Pedro II, em 1859, hospedando-se no solar do Barão de Maraú, onde grandes festas lhe foram tributadas.

Pela Lei provincial n.º 727, de 1.º de outubro de 1881, Pilar foi anexada ao município de Itabaiana, tendo sido, no entanto, restaurado pela Lei n.º 800, de 8 de outubro de 1885.

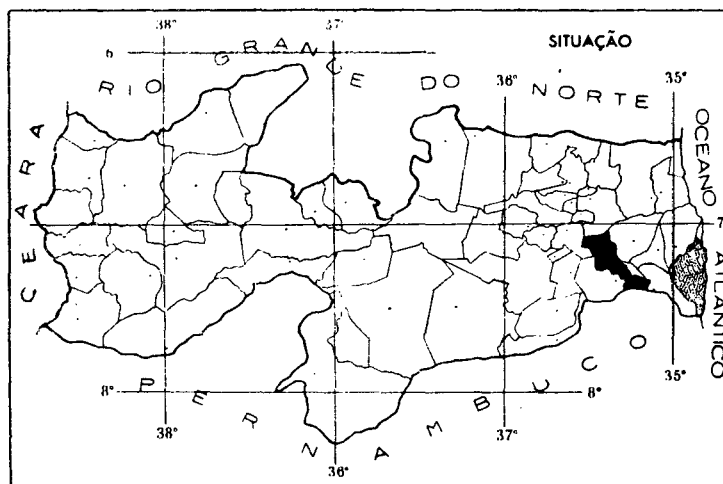
Na divisão administrativa do Brasil, concernente ao ano de 1911, o município divide-se em 4 distritos: Pilar, Gurinhém, Canafístula e Serrinha, ao passo que, na relativa a 1933, figura apenas com o distrito da sede.

Na divisão territorial datada de 31-XII-1936, o município de Pilar compõe-se dos mesmos distritos citados em 1911, e na datada de 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, passou a constituir-se de 3 distritos: Pilar, Canafístula e Serrinha. Por êsses mesmos diplomas legais, Pilar é têrmo judiciário da comarca de Itabaiana, situação que perdurou até 1940, quando, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril, dêsse ano, foi elevada à categoria de comarca, com o têrmo de idêntica denominação.

Segundo o quadro da divisão territorial em vigência no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, o município de Pilar compõe-se dos distritos de Pilar, Acaú, (ex-Canafístula), Serrinha e Gurinhém, criado êste último pela Lei provincial n.º 501, de 30 de outubro de 1873, e pela Lei estadual n.º 424, de 28 de outubro de 1915, deixando, não obstante, de figurar na divisão administrativa de 1933, na territorial de 1937 e no quadro anexo datado de 1938.

Também no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de janeiro de 1943, Pilar figura com os distritos do qüinqüênio precedente, notando-se, apenas, que Serrinha passou a denominar-se Juripiranga. Nota-se, ainda, que figura Pilar como têrmo judiciário único da comarca do mesmo nome.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se o território pilarense na Zona Fisiográfica da Caatinga e limita com os seguintes municípios: Pedras de Fogo, Cruz do Espírito Santo, Sapé, Guarabira, Alagoa Grande e Itabaiana, no Estado, e També no de Pernambuco.

Tem a cidade de Pilar as seguintes coordenadas Geográficas: latitude Sul — 7º 12' 30" e longitude W.Gr. — 35º 17' 40". Dista da Capital estadual 43 km em linha reta. Em relação à mesma, o seu rumo é O.S.O., ficando a 38 metros de altitude.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

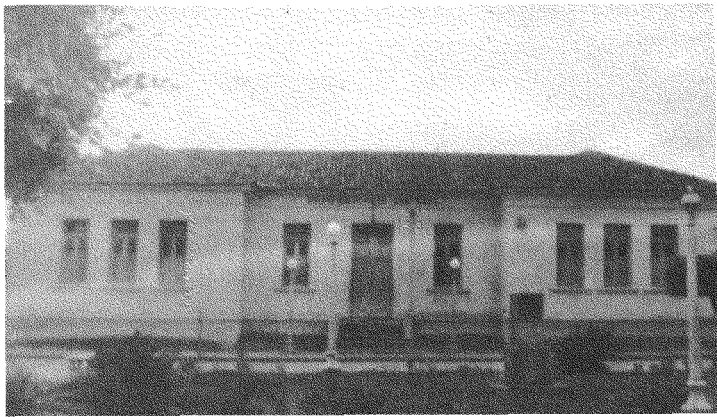
CLIMA — Quente e sêco, tanto na várzea como na caatinga, oscilando a sua temperatura de 23ºC a 27ºC.

ÁREA — Com 659 quilômetros de superfície, coloca-se em 31.º lugar entre os 58 municípios da Paraíba.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os terrenos do município são, em grande parte, planos, porém vale salientar as Serras do Boqueirão, do Quirino e da Jurema.

O rio Paraíba corta o município banhando-o conjuntamente com seus afluentes Gurinhém, Curimataú, Paraibinha, Gurinhenzinho e Una, êste perene, regando vasta área de terrenos agrícolas.

POPULAÇÃO — Atingia, em 1.º-VII-1950, por ocasião do último Recenseamento Geral, 33 106 pessoas, sendo 15 988 homens e 17 118 mulheres.

Ocupava, o município, o 22.º lugar entre os 41 existentes, representando 1,93% da população estadual.

Grupo Escolar Dr. José Maria

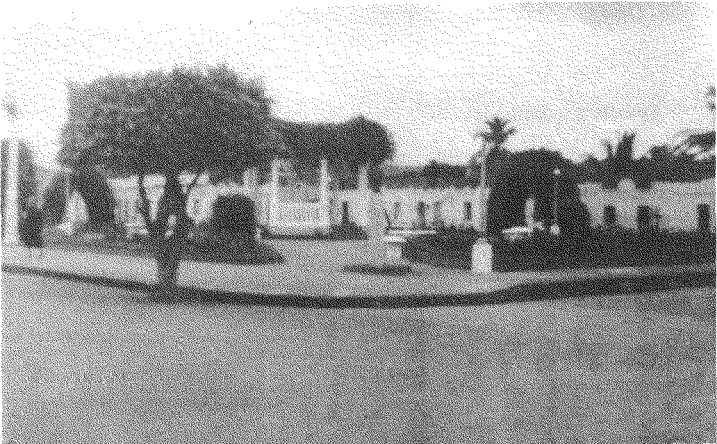
O quadro abaixo espelha a localização da população, segundo os distritos e os quadros urbano e rural:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Pilar	12 169	1 382	10 787
Juripiranga	5 722	2 427	3 295
Gurinhém	10 423	1 108	9 315
Acaú	4 792	435	4 357
TOTAL	*33 106*	*5 352*	*27 754*

Três aglomerações urbanas se destacavam, entre as existentes naquela data: a cidade de Pilar, com 1 382 almas, e as vilas de Juripiranga e Gurinhém com, respectivamente, 2 427 e 1 108 cada.

O quadro rural com 27 754 pessoas, representando 83% da população municipal, é das maiores porcentagens no Estado, sendo a dêste de 73% do respectivo total.

Composição — Os 33 106 habitantes da comuna, apurados no VI Recenseamento Geral do Brasil, estavam assim constituídos: *côr* — 21 754 brancos, 7 715 pretos, 3 562 pardos e 75 não prestaram declaração de côr; *estado civil* — 6 958 eram solteiros, 10 106 casados, 2 desquitados e 1 219 viúvos, sendo 258 homens e 861 mulheres; *nacionalidade* — 33 083 brasileiros natos, 1 estrangeiro e 22 sem declaração de nacionalidade; *religião* — 32 777 professavam a religião católica romana, 278 a protestante, 2 sem religião, e 49 sem declaração de religião.

Estimativa — Segundo cálculo do Departamento Estadual de Estatística do Estado, para 31-XII-1956, atingiu a população do município 36 823 indivíduos, ocupando o 18.º lugar entre os 57 existentes no Estado, e com uma densidade demográfica de 55,88 habitantes por quilômetro quadrado, superior, portanto, à do Estado, que é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

Praça João Pessoa

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são a base fundamental da economia do município, sendo que no ramo agrícola destacam-se as produções de algodão, agave, mandioca, frutas e alguns cereais, tais como o milho e o feijão.

O valor da produção agrícola foi estimado em 1956, em 35 milhões de cruzeiros, conforme o quadro a seguir:

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão herbáceo	2 300	Arrôba	64 300	11 574
Agave (sisal)	432	kg	432 000	2 160
Batata-doce	150	Tonelada	1 800	1 080
Cana-de-açúcar	250	»	10 000	1 500
Feijão	800	Saco de 60 kg	4 800	2 016
Fava	250	»	4 000	1 920
Mandioca-brava	800	Tonelada	10 400	5 200
Amendoim	150	kg	120 000	600
Milho	880	Saco de 60 kg	4 500	675
Côco-da-baía	13	Cento	350	105
Frutas em geral	—	—	—	6 805

Pelo exposto, pode-se ver que o algodão é a principal fonte de riqueza do município, seguido pela mandioca-brava e frutas em geral (abacaxi, banana, manga, etc.).

A tabela, a seguir, apresenta a estimativa do efetivo dos rebanhos existentes, em 1956, e demonstra que o município, apesar da sua pequena área, 659 quilômetros quadrados, possui relativamente um dos maiores rebanhos do Estado.

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Bovinos	20 000
Caprinos	10 000
Suínos	10 000
Eqüinos	3 000
Muares	600
Asininos	300
Ovinos	300

Vê-se, portanto, a predominância dos rebanhos bovinos, caprinos e suínos, avaliados em mais de 100 milhões de cruzeiros.

A cidade de João Pessoa é o seu principal mercado comprador.

A indústria rural é a única presente, através do beneficiamento do algodão e da agave, e da produção de farinha de mandioca, conforme se pode verificar pela exposição adiante:

PRODUTO	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão em pluma	163 580	3 994
Benef. de fibra de agave	559 500	2 880
Farinha de mandioca	397 160	796
Outros	326 200	979
TOTAL	—	*8 649*

O quadro, acima, demonstra ser de pequena significação econômica a indústria do município, comparada à agricultura e à pecuária.

Em 1956, foram cadastrados 73 estabelecimentos produtores de farinha de mandioca, que ocupavam 292 pessoas; 28 de beneficiamento da fibra de agave e 3 descaroçadores de algodão com, respectivamente, 198 e 28 operários, diretamente ligados à produção.

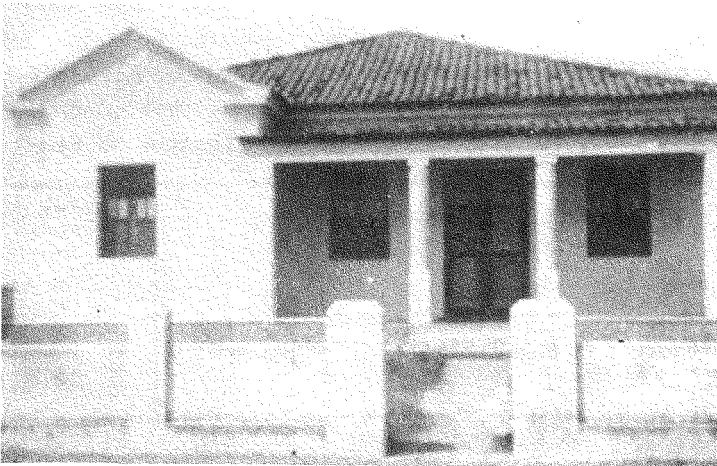
Comércio — Não é dos mais desenvolvidos, tanto que o município não possui estabelecimentos atacadistas, mas tão-só varejistas, em número de 123, explorando os seguintes ramos: tecidos em geral, drogas, estivas e cereais, etc.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)			DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1950	1 236	780	296	769
1951	1 573	...	...	...
1952	1 856	873	396	678
1953	1 534	1 170	426	1 377
1954	2 068	1 317	497	1 192
1955	2 802	1 560	680	1 413
1956	3 334	2 006	936	1 679

Observações: Até 1956 não havia coletoria federal no município.

ASPECTOS URBANOS — É Pilar uma das menores cidades da Paraíba. Possui 20 logradouros públicos, 372 prédios e cêrca de 1 500 habitantes.

Dos seus logradouros, 6 são pavimentados, 1 ajardinado e 1 arborizado e ajardinado simultâneamente. Entre êles, se destacam as Praças João, José Maroja e João Pessoa e a Rua José Lins do Rêgo.

Pôsto de Higiene

É servida de luz elétrica; a iluminação pública, com 200 focos, estende-se a 12 logradouros, e a domiciliária, a 142 prédios.

Os seus principais prédios são a Prefeitura Municipal, a Matriz de Nossa Senhora do Pilar e o Grupo Escolar Dom José Maria.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há na sede do município 1 farmácia e 1 drogaria. Nenhum estabelecimento que preste assistência de natureza médica ou preventiva funciona no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A Rêde Ferroviária do Nordeste liga a cidade de Pilar à Capital do Estado e às cidades vizinhas de Cruz do Espírito Santo e Itabaiana. O município é servido, também, por estradas de rodagem, ligando-o aos vizinhos, conforme se vê abaixo:

Por estrada de ferro: Cruz do Espírito Santo — 33 quilômetros; Itabaiana — 15 km; Capital do Estado — 57 quilômetros.

Por estrada de rodagem — Cruz do Espírtio Santo — 26 km; Itabaiana — 23 km; Alagoa Grande — 94 km; Guarabira — 91 km; Sapé — 32 km; Pedras de Fogo — 51 km; També (PE) — 51 km; Capital Estadual — 50 quilômetros.

Rua Jose Lins do Rego

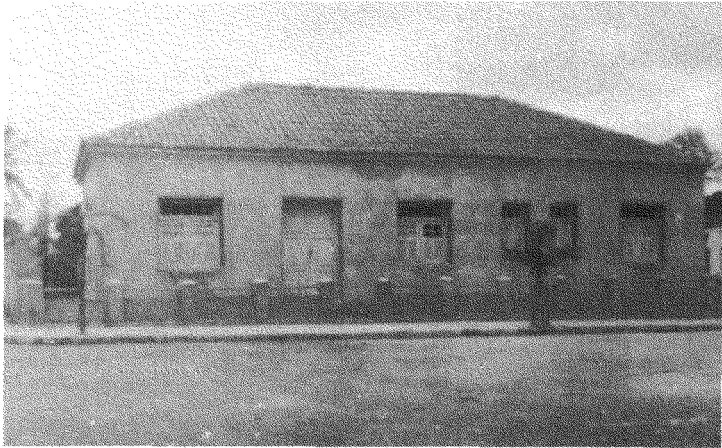
Há no município 33 veículos rodoviários: 20 caminhões, 5 automóveis comuns, 4 jipes, 2 ônibus e 2 camionetas. A sua rêde rodoviária estende-se por 177 quilômetros.

Como meios de comunicação, dispõe de uma agência postal-telegráfica na sede do município, uma postal-telefônica na vila de Juripiranga e uma postal na vila de Gurinhém.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Duas Cooperativas fazem pequenos financiamentos à agricultura. São elas: a Cooperativa de Crédito Agrícola do Distrito de Gurinhém, com 547 associados, e a Agrícola Mista de Pilar, com 294. A primeira, em 1956, efetuou 295 empréstimos, no valor de Cr$ 305 253,00, e a segunda, 180, atingindo Cr$ 132 700,00.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Recenseamento Geral de 1950, acusavam, quanto ao nível de instrução geral, o seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	3 526	12,77
Não sabem ler nem escrever	24 174	87,23
TOTAL	*27 700*	*100,00*

Pelo exposto, verifica-se que o nível de instrução geral da população pilarense é muito baixo, com relação ao do Estado que é de 25,3%.

Pôsto de Puericultura

Ensino — Pelo último levantamento efetuado, em 1956, o número de unidades escolares que ministravam o ensino primário fundamental comum era de 34, das quais, 20 mantidas pelo Estado e 14, pelo município.

Ficavam localizadas 27 na zona rural, 3 na cidade e 4 nas vilas, sendo em Acaú e Gurinhém, uma em cada, e 2 em Juripiranga.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui a cidade um clube recreativo e desportivo com 104 associados.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Votaram, nas eleições de 3-10-1955, 2 052 eleitores.

A Câmara Municipal se compõe de 7 vereadores, em exercício, e o Prefeito Municipal é o Sr. Jocelyn Veloso Borges, eleito pelo Partido Libertador.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os seus ilustres filhos, salientaram-se nas diversas atividades humanas os desembargadores *Santo Estanislau, Paulo Hipácio, Vasco de Toledo, Manoel Maroja Neto,* que estêve na inventoria do Pará, e outros; *Albino Gonçalves Meira de Vasconcelos,* orador, jornalista, advogado e político; Padre *Antônio Pereira de Albuquerque Melo,* mártir da revolução de 1817, da qual foi um dos principais chefes; *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque,* Visconde de Cavalcanti, político, advogado e administrador emérito. Foi Presidente do Piauí, do Ceará e de Pernambuco, Comendador da ordem de Cristo, Grã-Cruz da Vila-Viçosa de Portugal, e da Côrte Real da Prússia, Ministro de Estado três vêzes e do Conselho do Imperador; *Flávio Maroja,* higienista de nomeada, político e jornalista; *Francisco Xavier Júnior,* professor e filólogo de renome e político; *Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão,* mártir da revolução de 1817, da qual foi um dos principais cabeças; *João Florentino Meira de Vasconcelos,* político e magistrado, eleito duas vêzes Deputado Geral, Senador do Império e Presidente de Minas Gerais; foi também, Ministro da Marinha e do Império; *Emetério Estanislau,* poeta lírico, jornalista e orador, latinista e matemático, e *José Lins do Rêgo,* escritor de conceito internacional e membro da Academia Brasileira de Letras, recentemente falecido.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 2) — *Sinopse Estatística do Município de Pilar* — C.N.E. — 1948; 3) — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954; 4) — Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — Hélio de Caldas Barros.

PILÕES — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A conquista dos portuguêses na Paraíba realizou-se, de início, ao longo da faixa imediata ao mar, impelindo-se para o norte os piratas franceses e os índios inimigos, da nação potiguara. O fenômeno foi-se prolongando, com ligeiras variantes, além da expulsão dos holandeses. Então é que se formou, ao lado da capital, o núcleo de penetração e de domínio comercial de Mamanguape. Dali se irradiou uma corrente de povoamento que, se não foi profunda como a que seguiu o rumo do oeste, foi dominante de um largo setor ao norte da Capitania e da Província.

Pilões foi abrangido nesta área de influência.

A posse das terras veio subindo os rios. É de 1716 a doação de uma sesmaria de 9 léguas pelo Araçagy-Mirim a começar da cachoeira, onde êste faz barra no Araçagy-Grande, até entestar com os heróis do Curimataú. Um século depois, outra sesmaria confunde aquêle rio com o de Pinturas, parecendo que as posses ainda são dispersas e obscuros os topônimos e os limites das concessões.

Não se sabe quem fincou ali a primeira estaca de morador. A tradição é que foram uns Arouxas e Abreus, não parecendo, porém, que se assenhorearam das terras, salvo se foram despojados ou absorvidos mais tarde, ou, então, eram simples agentes dos donatários, pois não apareceram como senhores, não deixaram seus nomes nos grandes engenhos nem nas grandes famílias históricas de Pilões.

Em 1815, criou-se, com território desmembrado do município de Mamanguape, o de Areia, quando Pilões passou a pertencer ao município então criado.

Na segunda década do século XIX, já estava adensado o povoamento. Em 1818, o governador da Capitania, oficiando ao ministro do Rei, aludia a um protesto que lhe "dirigiu o Comandante da povoação de Pilões" contra a nomeação do capitão-mor de Areia. O protesto contestava o escolhido, sob os fundamentos de ser analfabeto, mecâ-

Igreja-Matriz Sagrado Coração de Jesus

nico de profissão e cabeça de partido de europeus contra brasileiros. Vê-se que já havia em Pilões, naquelas alvoradas, um comêço de formação aristocrática de classe e o prurido nacionalista que vinha do litoral e se espalhava pelo interior, ensaiando a independência do país.

Entre os vultos que mais se destacaram socialmente nos primórdios da história de Pilões, figuram João Crisóstomo, Antônio José da Cunha, José Leandro Correia da Costa, português, Rufo Correia Lima, José Tavares Adão, português, quase todos procedentes de Mamanguape.

A Corografia de Beaurepaire Rohan, de 1860, tratando de Areia, dá Pilões como povoação dêsse município, vivendo da lavoura, com uma capela e uma escola do sexo masculino. A capela tivera terreno doado naquele mesmo ano pelo velho João Cavalcante, outro que viera de Mamanguape e estagiara ou demorara por ali como veranista ou proprietário de grandes posses. Era avô do presidente João Pereira de Castro Pinto.

A escola a que aludia Rohan, cujo primeiro regente foi um Padre Victor, ora se fechava, ora reabria, até que em 1884 se restabeleceu de uma vez.

A capela devia ser a primitiva construção, a que o Padre Ibiapina dava caráter anos depois, de modo a poder ser a matriz da freguesia criada em 1876.

A Lei provincial n.º 755, de 4-12-1883, e a Lei estadual n.º 26, de 2-3-1895, criaram o município, com sede na povoação de Pilões e com território desmembrado de Areia.

No entanto, a Lei n.º 80, de 13 de abril de 1897, transfere a sede do município de Pilões para a povoação de Serraria, elevada então à vila. O município passou, por conseguinte, a ter a denominação de Serraria. Em 1900, também a sede da paróquia foi levada para Serraria.

Nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, Pilões de Dentro (ex-Pilões), como mero distrito, faz parte do município de Serraria.

No quadro em vigor para o qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15-11-1938, ainda como distrito de Serraria, figura Pilões, com o nome de Entre Rios.

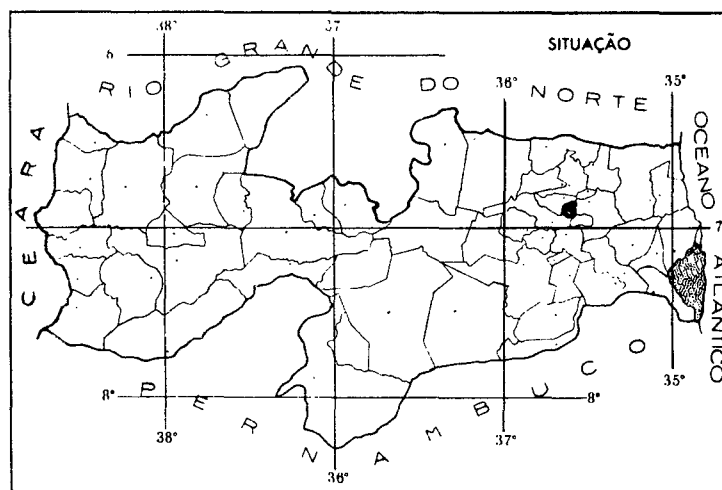
A Lei n.º 520, de 31-12-1943, que estabelece o quadro da divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, mais uma vez faz voltar o nome do distrito de Pilões, anteriormente Entre-Rios.

Grupo Escolar Dom Santino Coutinho

A Lei n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, conserva a denominação do distrito de Pilões, ainda pertencente ao município de Serraria.

Finalmente, com a Lei n.º 916, de 20 de agôsto de 1953, volta Pilões a figurar como município e se constitui comarca do mesmo nome.

LOCALIZAÇÃO — Localizado sôbre a Borborema está na Zona Fisiográfica Brejo. São seus municípios limítrofes Serraria, Alagoinha, Bananeiras, Guarabira e Areia. A sede do município não teve, ainda, determinadas suas coordenadas geográficas. No entanto, segundo informações prestadas pelo Agente de Estatística local, são elas as seguintes: 30º 37' de latitude Sul e 35º 35' de longitude W. Gr. Está a cidade a 343 metros de altitude.

SITUAÇÃO
RIO GRANDE DO NORTE
CEARÁ
PERNAMBUCO
OCEANO ATLÂNTICO

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É, em geral, quente e sêco, tornando-se frio e úmido durante o inverno, graças, sobretudo, às elevações que dominam o município.

ÁREA — A área do município é de 109 quilômetros quadrados, sendo um dos menores do Estado, figurando no 53.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Sendo seu relêvo bastante acidentado, destacam-se as serras do Espinho, Pau-d'Arco e Labirinto, a leste, e as do Capim e da Gameleira, ao sul.

Os únicos cursos de água de importância que o cortam são os rios Araçagi e Araçagi-Mirim, afluentes do Mamanguape.

RIQUEZAS NATURAIS — Se bem que suas matas tenham sido bastante sacrificadas pelo homem, no preparo de novos campos, principalmente para as culturas de cana-de-açúcar e agave, ainda restam algumas de certo porte, que fornecem madeira para construção e outros misteres.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os resultados censitários de 1950, naquela época, Pilões figurava como mero distrito do município de Serraria, sendo sua população de 8 941 pessoas, das quais eram homens 4 347 e mulheres 4 594.

Dessa população, cêrca de 91,4%, ou seja, precisamente 8 170 pessoas, habitavam o quadro rural, onde se verifica a pouca predominância da população urbana, apresentando percentagem das mais elevadas do Estado, vez que a dêste é de apenas 73%.

Salão São Vicente de Paulo, centro de treinamento de economia doméstica

A única aglomeração urbana existente no município é a sua sede, que contava com apenas 771 habitantes.

Segundo recente estimativa (31-XII-1950) do Departamento Estadual de Estatística, habitavam o município, àquela data, 9 945 habitantes. Com essa população, Pilões coloca-se no 51.º lugar entre os 58 municípios paraibanos ora existentes e apresenta a densidade demográfica de 90 habitantes por quilômetro quadrado, das mais altas da Paraíba; a dêste Estado é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem na agricultura sua principal fonte de renda, sendo a atividade de quase tôda sua população em idade ativa (dez anos e mais). O quadro a seguir registra, por espécie, a produção do ano de 1956:

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	2 600	Tonelada	80 000	24 000
Mandioca	1 560	»	30 720	21 504
Laranja	8	Cento	80 000	8 000
Abacate	8	»	80 000	8 000
Mandioca-mansa	80	Tonelada	2 600	5 200
Banana	85	Cacho	112 000	2 800
Agave-fibra	1 228	Quilograma	450 000	2 500
Outros	887	—	—	1 594

A cana-de-açúcar é a base de seu progresso econômico, seguindo-se as culturas de mandioca, laranja, abacate, etc.

A pecuária está representada por 1 200 bovinos, 2 000 caprinos, 1 200 suínos e 800 muares.

A indústria é subsidiária da atividade agrícola e limita-se à produção de rapadura e aguardente, feita através de 37 engenhos; ao desfibramento de agave, com 55 maquinismos; e inúmeras casas de farinha manuais. O quadro abaixo demonstra a produção do ano de 1956, segundo os resultados preliminares do Registro Industrial:

PRODUTOS	N.º DE ESTABELECIMENTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PESSOAL OCUPADO	VALOR (Cr$ 1 000)
Rapadura	21	kg	2 856 000	263	6 634
Aguardente	—	Litro	108 298	—	591
Fibra de agave	35	kg	1 172 000	280	5 860
Farinha de mandioca	57	»	349 650	—	1 573
TOTAL					*14 659*

Há na cidade 42 estabelecimentos comerciais sendo 1 atacadista e 41 varejistas.

FINANÇAS MUNICIPAIS — Os dados disponíveis sôbre finanças são os seguintes:

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)			DESPESA MUNICIPAL (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1955	780	910	...	1 055
1956	...	1 223	303	1 108

Não há coletoria federal no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Pilões liga-se aos municípios vizinhos, por rodovia: Serraria (12 quilômetros), Alagoinha (23 quilômetros), Bananeiras (19 quilômetros), Guarabira (22 quilômetros) e Areia (26 quilômetros). Dista 111 quilômetros da Capital Estadual.

No município contam-se 8 jipes, 7 caminhões, 6 camionetas e 5 automóveis comuns. Sua rêde rodoviária, das menores do Estado, mede, sòmente, 44 quilômetros.

As comunicações são feitas por uma agência postal-telefônica pertencente ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — É Pilões uma das menores cidades da Paraíba, contando apenas cêrca de 900 habi-

Vista parcial da Rua Juarez Távora

tantes, 254 prédios e 10 logradouros públicos. Dêstes, 4 são pavimentados e 3 arborizados.

Dispõe de energia elétrica. A iluminação pública estende-se a todos os logradouros e a domiciliária a 183 prédios.

Possui abastecimento de água canalizada com 51 ligações domiciliárias.

Há um pequeno cinema e um hotel.

Seus principais logradouros são: Praça João Pessoa e as Ruas Noberto Baracuhy e Juarez Távora.

ALFABETIZAÇÃO — Das 647 pessoas de 5 anos e mais existentes em 1950, segundo o Censo Demográfico então realizado, na vila de Pilões, atual sede do município, apenas 287, ou seja, 44%, sabiam ler e escrever.

Ensino — Existem no município 20 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, sendo 4 dessas mantidas pelo Govêrno estadual e as demais pelo municipal. Afora um importante grupo escolar, também estadual, há 3 escolas primárias particulares e 2 de ensino supletivo. Dessas escolas, 3 localizam-se na sede do município e 17, no quadro rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Mantidos pela Prefeitura, existe uma biblioteca pública, denominada "Professor Antônio Pinto" com menos de mil volumes e um serviço de alto-falantes.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O Legislativo é constituído por 7 vereadores e o atual Prefeito é o Sr. Hermes do Nascimento Lira. Nas eleições de 3-X-1955 votaram 1 545 eleitores.

OUTROS ASPECTOS — A cidade de Pilões é sede da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, fundada em 1874.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Sinopse Estatística do Município de Serraria* — C.N.E. — 1948. 2) *A Parahyba* — João de Lyra Tavares. 3) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 4) *"Restauração do município e criação da Comarca de Pilões"* — Imprensa Oficial — João Pessoa — Paraíba — 1954. 5) *Documentação municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.*

AUTORIA — Severino Baracuhy Ramalho.

PIRPIRITUBA — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Pirpirituba integra uma das primeiras zonas paraibanas a serem perlustradas por civilizados. Habitavam-na, então, os índios potiguares.

A serra da Cupaoba, que fica na zona em referência, já em 1641 era alvo do interêsse de Elias Herckman, então Governador holandês na Paraíba, que para ali se dirigiu à frente de numerosa tropa em busca de ouro tido como existente naquela serra.

Não está bem definida a evolução histórica do município. Sabe-se, contudo, que, por volta da primeira metade do século XIX, Luiz Correia de Melo e Lourenço Cordeiro, criaram, com suas respectivas fazendas, os primeiros núcleos de povoamento, conservando a toponímia usada pelos silvícolas, os quais tiveram, como guia espiritual, o mestre e abnegado Sacerdote Ricardo Brasiliense.

A êsses três vultos pràticamente se deve o progresso da região, a par de seu rápido desenvolvimento econômico, à base da cultura e comércio de algodão.

O vocábulo Pirpirituba, de acôrdo com o escritor Coriolano de Medeiros, no seu Dicionário Corográfico da Paraíba, seria uma corrutela de "peri-peri-tuba". E, supõe-se, — palavra de origem tupi-guarani, significando "onde nasce o junco", ciperácea que abundava na região.

O Decreto estadual n.º 24, de 18 de maio de 1892, fêz de Pirpirituba distrito de Guarabira.

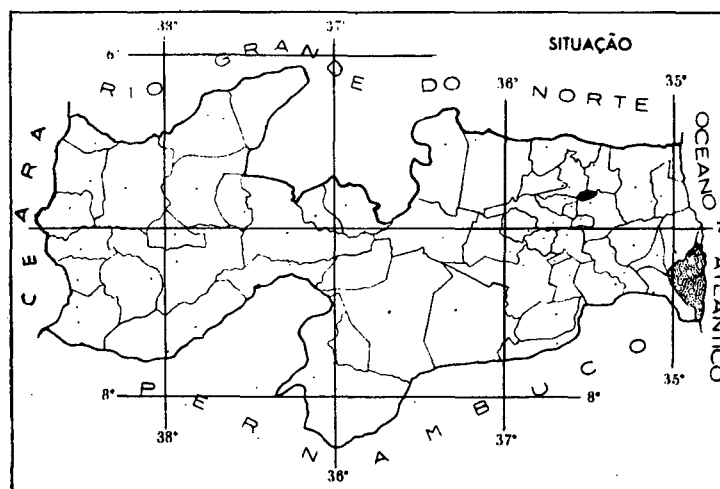
Nas divisões territoriais de 31-12-1936 e 31-12-1937, como, também, pelo Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o distrito continua a fazer parte de Guarabira.

O Decreto n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, eleva o povoado à categoria de vila, situação que é conservada com o Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, e Lei n.º 318, de janeiro de 1949.

Pirpirituba torna-se município pela Lei estadual n.º 978, de 2 de dezembro de 1953, desmembrando-se do município de Guarabira. Pelo mesmo decreto-lei, foi criada a comarca de Pirpirituba. constituída do têrmo de mesmo nome.

LOCALIZAÇÃO — Pirpirituba, localizado na Zona da Caatinga, limita com os municípios paraibanos de Serraria, Pilões, Guarabira, Bananeiras e Caiçara.

As coordenadas geográficas da sede municipal não foram ainda levantadas.

Sua altitude é de 102 metros, segundo consta no mapa do Estado da Paraíba, edição de 1951.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Seu clima é quente e sêco no verão, tornando-se quente e úmido no período das chuvas, oscilando a temperatura de 16ºC a 36ºC, à sombra, e normalmente salubre.

ÁREA — A superfície estimada para o município, segundo o Departamento Estadual de Estatística, é de 106 quilômetros quadrados, figurando no 54.º lugar entre as demais comunas do Estado, com uma percentagem de 0,17%.

Prefeitura Municipal

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — De seus acidentes geográficos dignos de nota, registramos o riacho Araçagi-Mirim e as serras Guarabira e Bebedouro, ambas contrafortes da chapada da Borborema.

Com exceção de sua caatinga, constituída na maior parte de terrenos planos, o solo é quase todo acidentado.

RIQUEZAS NATURAIS — Sua vegetação limita-se à presença de capoeirões, já que o desmatamento sofrido pelo município foi intenso nos últimos anos, encontrando-se, ainda, nas encostas das serras, restos de matas onde crescem o angico, a aroeira, o cedro, a jurema, etc.

Sua fauna apresenta variedades de tatus, rapôsas, gatos-bravos, voláteis canoros, etc.

POPULAÇÃO — Pertencendo ao município de Guarabira, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, o distrito de Pirpirituba contava 8 834 habitantes, sendo 4 270 homens e 4 564 mulheres.

Com área de 106 quilômetros quadrados, o município apresentava a densidade demográfica de 86 habitantes por quilômetro quadrado. Pouquíssimos são os que têm índice demográfico tão elevado. Esta concentração verifica-se apenas na zona rural, uma vez que a cidade é pequena.

Localização da população — De seus 8 834 habitantes em 1950, 3 110 localizavam-se na zona urbana do único distrito, o da sede; habitavam-lhe os campos 5 724 pessoas, representando 64,58% do global da população.

Aglomeração urbana — Apenas um centro populacional se destaca, a cidade de Pirpirituba, com 3 110 habitantes, segundo o Censo Geral de 1950.

Estimativa — Segundo cálculos efetuados pelo Departamento Estadual de Estatística, referentes a 31-12-1956, a população do município, era, naquela data, de 9 826 almas, ocupando o 52.º lugar entre as demais comunas do Estado. Essa população assegura-lhe a elevada densidade demográfica de 92,70 habitantes por quilômetro quadrado É mister salientar que apenas 9 municípios paraibanos possuem população relativamente superior à sua.

A população de sua única aglomeração importante, a cidade de Pirpirituba, nesta mesma época, era de 3 459 habitantes, conferindo-lhe o 22.º lugar entre os demais aglomerados urbanos da Paraíba.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Observa-se no município a predominância do ramo "agricultura e pecuária".

Sua área está bem localizada na Zona da Caatinga, que constitui verdadeiro oásis no vastíssimo e calcinado Nordeste. Possuindo terras fartamente irrigadas pelos riachos e fontes perenes que jorram de seu subsolo, a agricultura se desenvolve com facilidade, especialmente a cultura da cana-de-açúcar e do sisal, seguindo-se-lhes de perto as de algodão, batata-doce, feijão, mandioca, laranja, etc.

Existiam no município, em dezembro de 1956, 27 pequenos estabelecimentos agropecuários, que abrangiam 1 269 hectares de terras ocupadas com lavouras.

Segundo dados do Registro Industrial, o valor da produção agrícola de Pirpirituba, em 1956, atingiu 11 566 milhões de cruzeiros.

Os principais produtos agrícolas, no ano de 1956, foram os seguintes:

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave	135	Quilograma	520 000	2 860
Algodão herbáceo	320	Arrôba	12 700	1 524
Arroz	100	Saco de 60 kg	2 140	567
Banana	8	Cacho	7 000	182
Batata-doce	77	Tonelada	750	1 500
Cana-de-açúcar	150	»	6 150	1 476
Feijão	190	Saco de 60 kg	1 480	1 332
Fumo	15	Arrôba	900	99
Laranja	7	Cento	9 000	900
Mamona	7	Quilograma	7 700	42
Mandioca-mansa	23	Tonelada	183	475
Mandioca-brava	12	»	108	43
Milho	225	Saco de 60 kg	3 650	566
TOTAL	*1 269*		—	*11 566*

Igreja-Matriz de N.S.ª do Rosário

A produção de agave representou 24% do valor da produção do município, secundando-lhe o algodão herbáceo, com um total de 13%.

Pecuária — A pecuária não tem grande expressão, servindo, apenas, para o consumo local, no fornecimento de leite e carne. Nos últimos dois anos (1955 e 1956), diversas epidemias dizimaram grande parte de seus rebanhos.

Nos 27 estabelecimentos com modalidade mista de exploração, contavam-se 2 000 bovinos, 2 000 caprinos, 1 400 eqüinos, 1 000 muares, 1 000 suínos e 400 ovinos. O valor de sua população pecuária foi estimado em 15 000 milhares de cruzeiros.

Comércio — É bem modesto o comércio local, exercido através de 1 estabelecimento atacadista e 39 varejistas. Merece destaque, também, o pequeno comércio ambulante, do qual participa regular número de pessoas.

Mantém transação comercial com os outros municípios da zona da caatinga, além das praças de João Pessoa e Campina Grande.

Os principais artigos importados pelo município são: tecidos, ferragens, medicamentos e gêneros alimentícios.

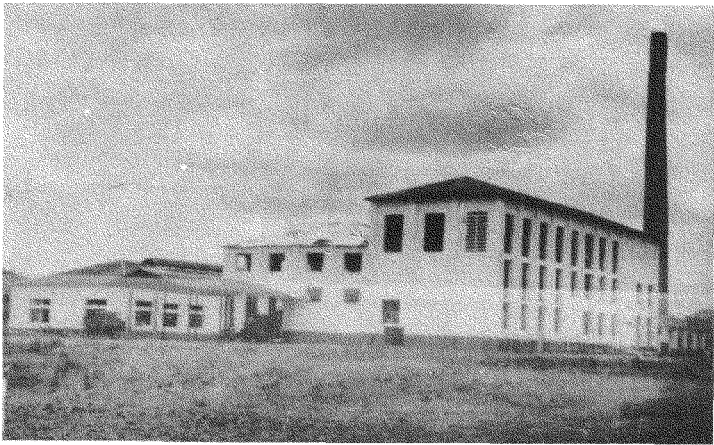
Indústria — Constitui importante ramo de atividade da população de Pirpirituba o das indústrias de transformação.

Segundo o Registro Industrial de 1956, o valor de tôda a produção industrial do município atingiu 16 788 milhões de cruzeiros, sendo mais de 8 milhões de beneficiamento de algodão e 2 milhões na indústria de panificação.

Caracteriza-se o município como centro de pequenas atividades industriais. Além do beneficiamento do algodão (uma única usina), e da indústria de panificação, citam-se ainda o fabrico da rapadura, o beneficiamento da agave e do arroz em casca.

A tabela a seguir discrimina os principais produtos obtidos em 1956:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Pão de farinha de trigo	Quilograma	191 412	2 842 450,00
Bolacha	»	31 229	553 545,00
Rapadura	»	2 224 760	857 400,00
Aguardente	Litro	20 500	102 500,00
Arroz em casca	Quilograma	90 000	1 200 000,00
Fubá de milho	»	119 500	836 500,00
Algodão em pluma	»	288 053	8 641 590,00
Outros	»	651 560	1 954 680,00
TOTAL	—	—	*16 787 665,00*

Vista parcial da cidade

Vista parcial da Usina São Francisco

Em outros, estão incluídos o beneficiamento da agave e do feijão, fabricação de móveis, etc.

FINANÇAS — Em 1956, a receita municipal foi de 1 585 milhares de cruzeiros, sendo a tributária de 492 milhares de cruzeiros; a despesa prevista nesse ano foi de 1 285 milhares de cruzeiros. Em 1955, de agôsto a dezembro, a receita arrecadada e a despesa realizada totalizaram .... Cr$ 1 240 000,00:

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)			DESPESA MUNICIPAL (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1955	547	1 240	...	1 240
1956	...	1 585	492	1 289

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A "União de Artistas e Operários Beneficente" é a única entidade que mantém assistência social.

ASPECTOS URBANOS — Pirpirituba é das mais novas cidades da Paraíba. Conta, atualmente, cêrca de 3 500 habitantes, 930 prédios e 21 logradouros públicos. Dêstes, 3 são pavimentados.

Há serviço de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a 15 logradouros e a domiciliária conta cêrca de 300 ligações.

Uma das suas ruas principais é a Coronel Oliveira Lucena. Dentre os edifícios, destacam-se a Matriz de Nossa Senhora do Rosário e a Prefeitura Municipal.

Há, na cidade, 1 hotel e 1 cinema.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Pirpirituba liga-se aos municípios vizinhos seguintes, por estrada de rodagem: Guarabira (10 quilômetros), Bananeiras (28), Pilões (25) e Caiçara (24). Por ferrovia, com Guarabira (13 quilômetros), Bananeiras (30) e Caiçara (até Logradouro) (33 quilômetros).

Dista da Capital do Estado, por rodovia, 119 quilômetros e, por ferrovia, 98. No município, cuja rêde rodoviária, das menores do Estado, mede cêrca de 100 quilômetros, há apenas 15 veículos: 13 caminhões, 1 jipe e 1 ônibus.

A cidade é servida por uma agência postal-telefônica e uma estação telegráfica privativa da Rêde Ferroviária do Nordeste.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a situação de Pirpirituba, quanto ao nível de instrução geral, era a seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	822	26
Não sabem ler e escrever	1 869	62
Sem declaração de instrução	419	13
TOTAL	*3 110*	*100*

Eram alfabetizados 26% das pessoas, o que representa um índice baixíssimo de cultura. Note-se, ainda, que os dados se referem à então vila de Pirpirituba, à população urbana, portanto, onde o nível de alfabetização é sempre melhor.

Ensino — Existem em funcionamento no município 47 unidades escolares, de ensino primário fundamental comum.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Conforme os escrutínios de 3-10-1955, votaram em Pirpirituba 1 271 eleitores. Seu poder Legislativo se compõe de 7 vereadores em exercício. Dirige, atualmente, Edilidade o Sr. José Fortuna Pereira dos Santos, da legenda Pessedista.

OUTROS ASPECTOS — Como em outros municípios da zona da Caatinga, Pirpirituba tem sua tradicional feira semanal onde se expõem à venda, aos domingos, rêdes chapéus de palha, cereais, artigos de "toilette", etc.

AUTORIA — Amaury Ribeiro de Barros.

POCINHOS — PB

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — Pocinhos, como em geral os agrupamentos humanos formadores de burgos e cidades, nasceu em tôrno de uma fonte e de um campanário. O seu nome originou-se da existência, em determinada área, de diversos pequenos poços, contendo água potável. Êsse cabedal, milagre da natureza em região tão pobre do precioso líquido, como a dos cariris paraibanos, fazia com que os vaqueiros conduzissem os seus rebanhos para aquêle lugar, e os tropeiros do sertão paraibano e do Rio Grande do Norte fizessem ali ponto de parada, quando em demanda de região brejeira limítrofe ou de cidades litorâneas.

A povoação nasceu no comêço do século passado, quando José Aires Pereira, fazendeiro nas "Datas" dos índios chamadas "Uriais" e do "Brabo" fêz edificar a sede de suas fazendas num pequeno morro bem próximo aos referidos poços e construiu entre 1815 e 1817 uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição.

A Paróquia é o maior centro de vida social. Através das associações e sodalícios estabeleceu-se grande intercâmbio entre a sede distrital e os habitantes da zona rural. As festividades religiosas atraem inumeráveis fiéis que, pelos vínculos da fé, se unem numa verdadeira comunidade de idéias recíprocas, num ambiente de paz e fraternidade.

Há fatos históricos em que Pocinhos se destacou no cenário paraibano. Em 1848, perseguidos e destroçados, em Areia, os liberais da Revolução Praeira foram recebidos, e garantidas as suas vidas, pelo brioso povo da localidade, com profundo sentimento de humanidade; em 1874, as fôrças legais revidaram êste antigo feito de patriotismo, perseguindo e prendendo muitos pocinhenses, quando da revolta dos Quebra-Quilos, motivada principalmente pela decretação de impostos e adoção de novo sistema de pesos e medidas.

A evolução de Pocinhos tomou novos e avançados impulsos quando da criação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, por Decreto Diocesano de 8 de dezembro de 1908, desmembrada da Paróquia de Campina Grande. De então para cá, vale salientar o trabalho afanoso e constante dos seus Párocos, que dedicavam o seu labor não só à missão religiosa, como pastôres d'almas, mas também, como brasileiros denodados, promovendo, sob múltiplos aspectos, o bem social da paróquia.

Por uma lei natural, inexorável, que impele o indivíduo, como as sociedade, para a plenitude da existência, e considerando o extraordinário espírito humanitário do seu povo, o Padre Dr. José Antônio de Maria Ibiapina fundou, em 1866, a Casa de Caridade, que foi e ainda é um Centro de Assistência Social e Educativa.

O Decreto-lei federal n.° 311, de 2 de março de 1938, estabelecendo a divisão territorial do País, por qüinqüênios, elevou, "ex vi", Pocinhos à categoria de vila. Mudado o nome para Joffily, por Decreto-lei estadual n.° 520, de

Igreja-Matriz Municipal

31 de dezembro de 1943, como um testemunho de gratidão aos seus filhos ilustres, o nome de Pocinhos permaneceu vivo no espírito popular, sem haver possibilidade de aceitar a nova denominação, motivo por que voltou a receber o seu antigo nome.

A Lei estadual n.º 986, de 10 de dezembro de 1953, cria o município e a comarca de Pocinhos, desmembrados de Campina Grande, juntamente com o distrito de Puxinanã. Foi o município paraibano que maiores lutas enfrentou para conseguir a sua emancipação política.

LOCALIZAÇÃO — Está situado no planalto da Borborema, no comêço dos Cariris Velhos, quase todo na Zona Fisiográfica chamada Cariri. Ao poente está por completo nos Cariris, e ao nascente, na região do Agreste paraibano.

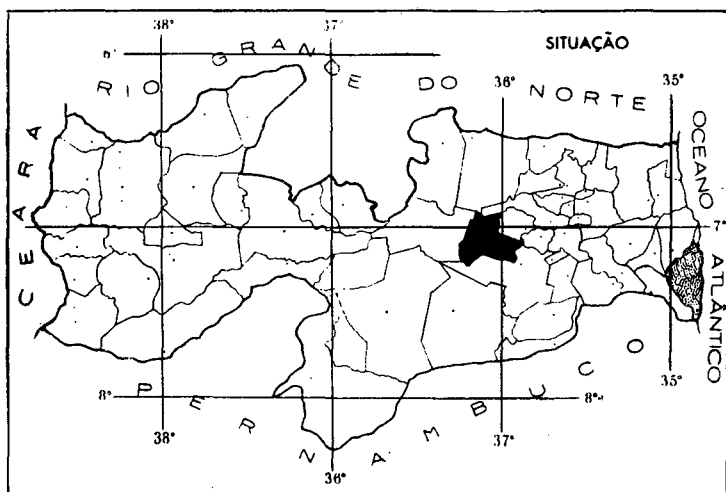
Limita com os seguintes municípios: Cuité, Areia, Esperança e Campina Grande. Ainda não foram fixadas as coordenadas geográficas da sede municipal, que dista (em linha reta) 131 quilômetros da capital Estadual. A cidade, localizada no planalto da Borborema, tem uma altitude de 624 metros acima do nível do mar, segundo consta do mapa da Paraíba, editado em 1951 pelo Conselho Nacional de Estatística.

SITUAÇÃO

RIO GRANDE DO NORTE

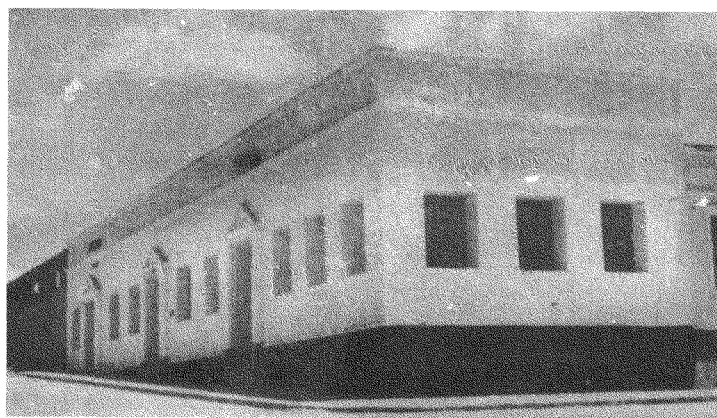
CEARÁ

OCEANO ATLÂNTICO

PERNAMBUCO

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Graças à altitude da região em que se localiza, seu clima é relativamente fresco e sêco, sendo considerado o melhor do Estado, com a temperatura média variando entre 18 e 30°C, à sombra. São raras as chuvas que caem em seu território.

ÁREA — A área do município é de aproximadamente, 736 quilômetros quadrados, de acôrdo com os dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística. Ocupa o 28.º lugar entre os municípios paraibanos.

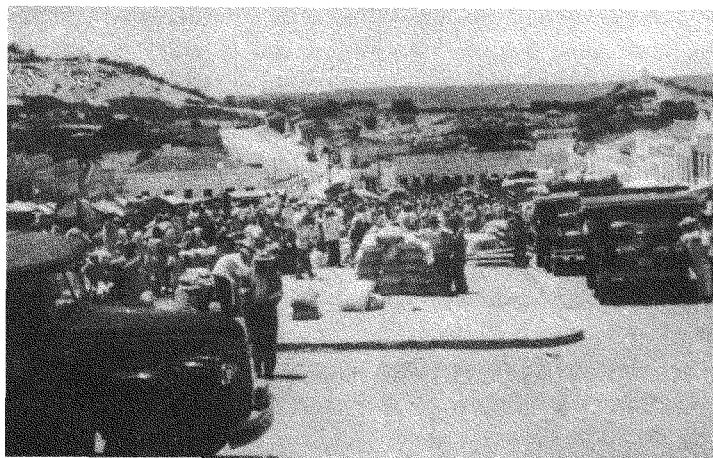
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município não possui acidentes geográficos de destaque. As pequenas serras existentes são ligeiros desníveis do terreno. Ressaltam apenas duas delas: a do Padre Bento e Maracajá. Os rios ali são inconstantes, em virtude da natureza do solo, do relêvo e das raras precipitações durante o ano. Um fato que sempre chamou a atenção dos curiosos e estudiosos é que lá nascem os rios Mamanguape, Curimataú e Santa Rosa. O primeiro, em Lagoa Salgada, 12 quilômetros a leste da sede; o segundo tem sua origem no lugar Catolé, 6 quilômetros ao norte da sede distrital, e o terceiro tem sua origem no açude que fica ao pé da cidade e da serra da Conceição. Na época chuvosa, a lagoa Salgada tem a profundidade de pouco mais de metro, estendendo-se por vários quilômetros. O seu terreno arenoso, permeável, não permite se conservem as águas por mais de seis meses.

Prefeitura Municipal

RIQUEZAS NATURAIS — Em seu território, pouco resta das matas antigas que, com certeza, cobriam grande parte do município. Existem apenas algumas jazidas de pedra calcária e argilas, sempre em exploração e pequenas minas de xilita.

POPULAÇÃO — Apurou o Recenseamento Geral de 1950 que as populações dos então distritos de Pocinhos e Puxinanã eram, respectivamente, de 10 135 e 10 493 habitantes, perfazendo um total de 20 628 pessoas, das quais 10 220 homens e 10 408 mulheres.

Estimativa da população — A estimativa para 31 de dezembro de 1956, feita pelo Departamento Estadual de Estatística, dá ao município um total de 22 944 habitantes, colocando-o, assim, no 35.º lugar entre os 58 municípios paraibanos e ocupando 1,20% da população total do Estado. A densidade demográfica que lhe é conferida é de 31,17 habitantes por quilômetro quadrado, inferior à do Estado, que é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

Localização da população — Dos seus 22 944 habitantes em 1956, 20 051 se achavam localizados na zona rural; os demais se encontravam nas zonas urbana e suburbana dos distritos da sede e da vila de Puxinanã.

Aglomerações urbanas — Tem como principais centros urbanos a cidade de Pocinhos e a vila de Puxinanã, com

Vista da feira pública municipal

1 752 e 1 141 habitantes, respectivamente, de acôrdo com o Censo Demográfico de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas são a agricultura e a pecuária. A agave é a cultura agrícola mais desenvolvida, seguindo-se em importância o feijão, o milho, a batatinha e outras. É interessante observar que a vida econômica do município gira em tôrno da agave ou sisal, e do algodão, que têm sua importância na safra municipal.

Em 1956, o valor da produção agrícola do município foi estimado em 24 milhões de cruzeiros, conforme se vê pela discriminação abaixo:

PRODUTOS AGRICOLAS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave	1 626 000	8 130
Feijão	816 000	7 344
Milho	2 040 000	6 120
Batata-inglêsa	480 000	2 400
Batata-doce	1 120 000	1 680
Algodão	750 000	82

O principal produto é a agave que, como se nota, concorreu com cêrca de um têrço dêsse valor.

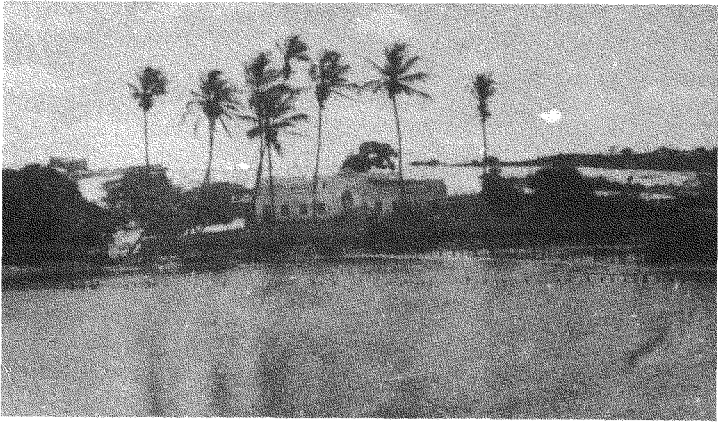
Segundo o Registro Industrial, em 1956, havia no município cêrca de 70 motores para beneficiamento do sisal, além da usina "Olho d'Água", da firma Ottoni & Cia., considerada a maior do Nordeste neste ramo, e, ainda, a usina de beneficiamento e prensamento de algodão da firma Araújo Filho & Cia., e José Tomé Filho, com acentuado comércio de compra e venda da fibra de agave. O valor total da produção industrial elevou-se a 18 milhões de cruzeiros, assim discriminada:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$ 1 000)
Fibra de agave	Quilograma	1 903 045	11 118
Farinha de mandioca	»	587 520	4 114
Pães e bolachas	»	121 515	2 018

Observa-se que o sisal concorreu com quase a metade do valor total da produção industrial do município.

Quanto à pecuária, estavam os rebanhos assim discriminados, em 31 de dezembro de 1956:

ESPÉCIE	NÚMERO DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	12 000	48 000
Caprinos	8 200	1 640
Ovinos	5 500	1 100
Suínos	4 000	3 200
Eqüinos	2 000	3 400
Muares	1 200	2 400
Asininos	1 000	450

É reduzida a atividade do seu comércio, embora esteja em franco desenvolvimento, mormente em função dos principais produtos industriais que sustentam a economia do município, que são a agave ou sisal e o algodão beneficiado e prensado. Há, na sede municipal, 45 estabelecimentos comerciais de tecidos em geral, ferragens, gêneros alimentícios, chapéus, drogas, etc.

Açude Público Municipal

FINANÇAS PÚBLICAS — A partir de 1954, a evolução das finanças municipais foi a seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1954	...	...	...	...
1955	1 565	1 225	...	1 199
1956	...	1 162	330	1 266

A arrecadação federal é feita por intermédio da Coletoria localizada no município de Campina Grande.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município é servido por estradas de rodagem e pela Rêde Ferroviária do Nordeste (R.F.N.). Por rodovias liga-se às sedes dos seguintes municípios: Campina Grande (31 quilômetros), Alagoa Nova (via Esperança — 58 quilômetros), Esperança (30 quilômetros), Soledade (50 quilômetros) e à Capital do Estado (152 quilômetros).

Por estrada de ferro com: Campina Grande (39 quilômetros), Soledade (35 quilômetros), Capital Estadual (154 quilômetros).

Liga-se, ainda, à Capital Estadual por via aérea, através de Campina Grande.

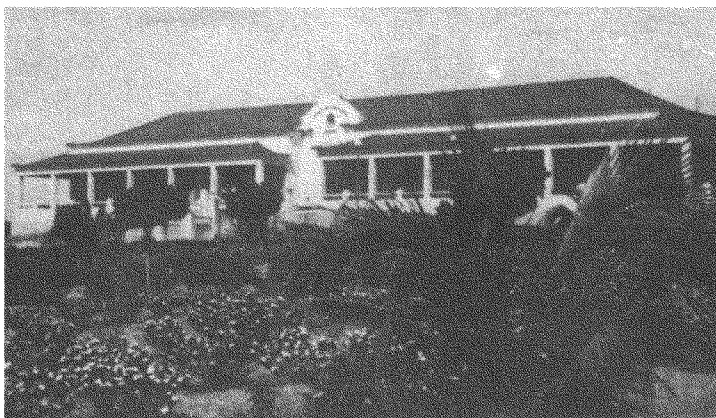
Há no município 19 caminhões, 12 camionetas, 2 jipes e 1 ônibus. Sua rêde rodoviária mede 138 quilômetros.

Dispõe, como meios de comunicação, de duas agências postais-telefônicas, uma na sede municipal e outra na vila de Puxinanã.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta 25 logradouros, dos quais 3 pavimentados a paralelepípedos, com cêrca de 14 000 metros quadrados. Nas zonas urbana e suburbana, existem aproximadamente 600 prédios.

A iluminação pública estende-se por 21 logradouros e a domiciliária conta nada menos de 300 ligações.

De modo geral, a cidade apresenta um aspecto agradável em virtude de sua ótima localização.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Presta assistência médico-sanitária à população local o Sanatório "São José", dependência do I.P.A.S.E., com cêrca de 40 leitos e um seleto corpo de médicos e enfermeiras, à altura das necessidades da população, com relevantes serviços assinalados.

Sanatório São José, de propriedade do I.P.A.S.E.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe, na cidade, a Cooperativa Agropecuária de Pocinhos Limitada, cuja finalidade é prestar auxílio aos pequenos agricultores. Possui, aproximadamente, 260 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Como distrito de Campina Grande, à época do Recenseamento Geral de 1950, o município já apresentava um nível satisfatório de instrução, assim resumido, referente à população da então vila de Pocinhos:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	688	52,64
Não sabem ler e escrever	619	47,36
TOTAL	*1 307*	*100,00*

Hoje, porém, como cidade, bem maior aparece o seu desenvolvimento educacional, contando com diversos grupos escolares e escolas outras espalhadas por todo o município.

Ensino — Em 1956, o município apresentava-se com os seguintes estabelecimentos de ensino: Instituto Nossa Senhora da Conceição, inaugurado a 2 de fevereiro de 1947, com ensino primário geral e de artes domésticas, Casa de Caridade para Assistência Social e Educativa, Escola de Corte e Costura, e ainda, 45 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, sendo 10 pertencentes ao Estado e 35 ao município.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade é dotada de uma biblioteca pública paroquial, de caráter geral; um cinema; Filarmônica "São José"; e serviço de alto-falantes, que em dias de festa concorrem para o entretenimento de seu povo.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O Legislativo Municipal é formado de sete vereadores. Em 3 de outubro de 1955, o município contava 1 736 eleitores inscritos. Seu primeiro Prefeito foi o Sr. José Pereira do Nascimento, nomeado pelo Governador do Estado, enquanto o padre José Galvão, atual Prefeito, foi o primeiro eleito pela nova comuna.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal cerimônia popular é a festa da padroeira do lugar, Nossa Senhora da Conceição, celebrada no dia 8 de dezembro, quando se reúne tôda a população do município em procissão, implorando graças e bênçãos à Virgem Maria. São também festejados o Natal e os Santos do mês de junho. As datas de 7 de setembro e 15 de novembro são celebradas com grandes festividades pelas escolas, agremiações esportivas e o povo em geral.

VULTOS ILUSTRES — Pocinhos deu à Pátria e à Igreja Católica homens que as dignificaram, e, em nossos dias, cidadãos que, pelo saber, pelo caráter e pelos postos que ocuparam e ocupam, honram o seu berço, a Paraíba e o Brasil: *Irineu Ceciliano Pereira Joffily*, historiador; Dom *João Irineu Joffily*, arcebispo; D. *Manoel Pereira da Costa*, bispo-auxiliar da Arquidiocese da Paraíba, e outros.

OUTROS ASPECTOS — Fato digno de nota é a feira-livre que se realiza tôdas às quartas-feiras, servindo não sòmente de condição de abastecimento da cidade, mas, também, de ponto de reunião dos produtores e consumidores de municípios vizinhos. O ponto alto é o comércio da carne-de-sol, considerada a melhor do Estado, fornecendo, semanalmente, para a cidade de Campina Grande, cêrca de 10 a 12 mil quilogramas.

A denominação gentílica usada pelos seus habitantes é pocinhense.

Na cidade, acha-se instalada uma Agência de Estatística, órgão do Sistema Brasileiro de Estatística.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *Sinopse Estatística do Município de Campina Grande* — C.N.E. — 1948. 3) *Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional da Paraíba.*

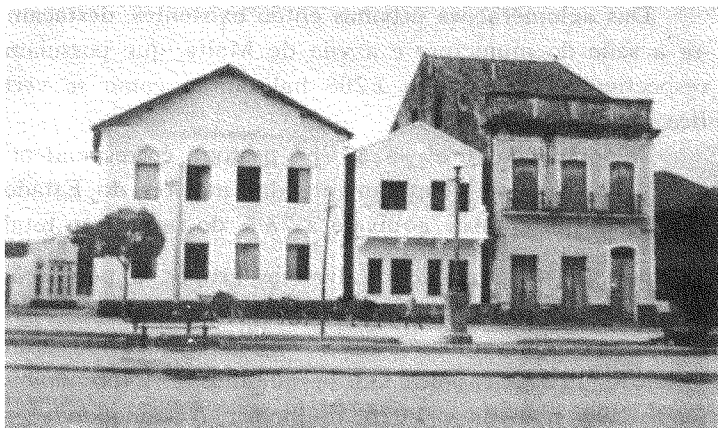
AUTORIA — Manoel Meireles — AE. de Pocinhos.

POMBAL — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo a tradição, foi fundado por Teodósio de Oliveira Lêdo e seus colonos, ao apagar das luzes do século XVII. Em 1696, ainda não tinha sido domado o gentio e, sendo governador da Capitania Manoel Soares de Albergaria, fêz Teodósio de Oliveira Lêdo uma entrada ao Piranhas, venceu a tribo dos pêgas e, com os índios mansos, fundou uma aldeia que denominou Piranhas.

Êste núcleo, ainda reduzido, em 1719, foi atacado por selvagens revoltados. Sitiados e desesperados, fizeram um voto à Nossa Senhora do Bom Sucesso, e os assaltantes foram rechaçados com grandes perdas em vidas. Pela expressiva vitória dos colonos sôbre os índios, passou a ter a denominação de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Em 24 de fevereiro de 1721, foi erigida a primeira igreja do município, dedicada à Nossa Senhora do Bom Sucesso, hoje conhecida pelo nome de igreja do Rosário, que constitui uma relíquia histórica da Paróquia.

Por Carta régia de 22 de julho de 1766, a povoação passou a chamar-se Pombal, em homenagem ao primeiro ministro português de D. José, o Marquês de Pombal; elevada à categoria de vila, deu-se a instalação em 4 de maio de 1772. Data, portanto, daí, a criação do município. Nesse mesmo ano, foi fundada a paróquia do Rosário.

Prefeitura Municipal (à esquerda)

João de Lyra Tavares, citando Pizzarro (ver "A Parahyba" — pág. 901) diz: "Sendo anteriormente assunto de um julgado, foi esta povoação erecta em vila, a 4 de maio de 1772, pelo Ouvidor Geral da Comarca, José Januário de Carvalho, executando a ordem do Governador e Capitão General de Pernambuco, Manoel da Cunha Menezes, Conde de Vila Flor, que, para êsse efeito, se achava autorizado pela Carta régia acima referida".

A comarca foi criada em 1831. Em virtude da Lei provincial n.º 68, de 21 de julho de 1862, foram concedidos foros de cidade à sede do município.

Em 1882, foi suprimida a comarca e restaurada depois em 1898, com sede em Catolé do Rocha.

Por fôrça da Lei estadual n.º 330, de 11 de novembro de 1907, a comarca de Pombal teve sua sede transferida para a cidade dêsse nome.

O Decreto estadual n.º 1 590, de 2 de junho de 1929, extinguiu, novamente, a comarca de Pombal, que foi restabelecida, em virtude do Decreto estadual n.º 268, de 16 de maio.

Nas divisões administrativas correspondentes aos anos de 1911 e 1933, o município aparece formado por um só distrito — o da sede.

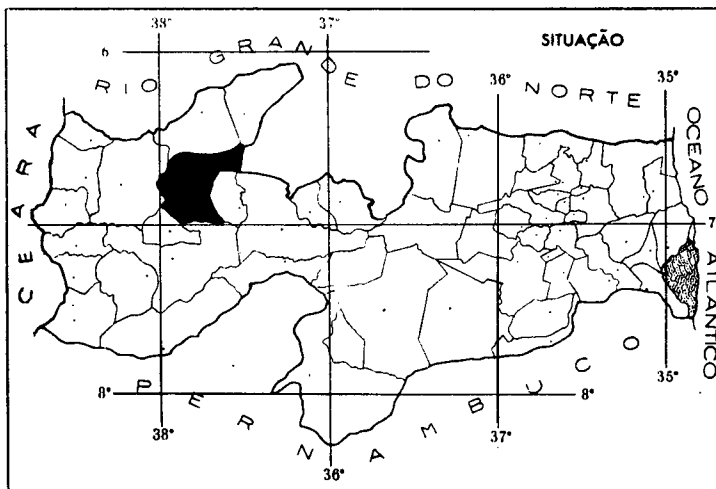
De acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem assim com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, se compõe de 4 distritos: Pombal, Lagoa, Malta e Paulista.

No quadro de divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, fixado pelo Decreto-lei estadual número 1 164, de 15 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o referido município permaneceu constituído pelos mesmos distritos, verificando-se, apenas, que o de Lagoa passou a chamar-se Nhandu.

Tal situação, conformou-a o Decreto-lei estadual número 530, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu o quadro territorial vigente em 1944-1948, observando-se, apenas, que nesse qüinqüênio, o distrito de Paulista se denomina Piranhas.

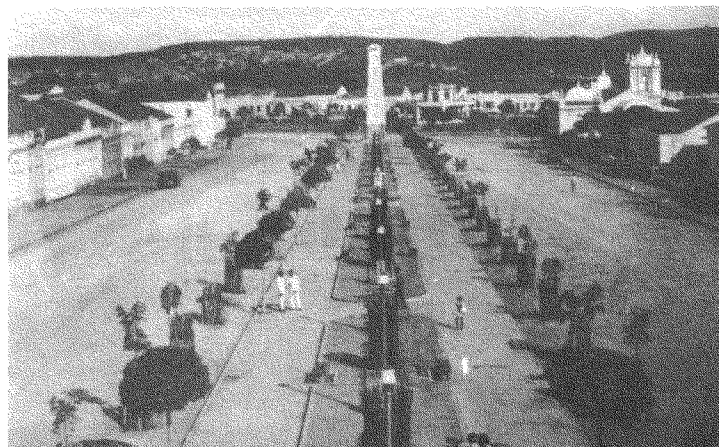
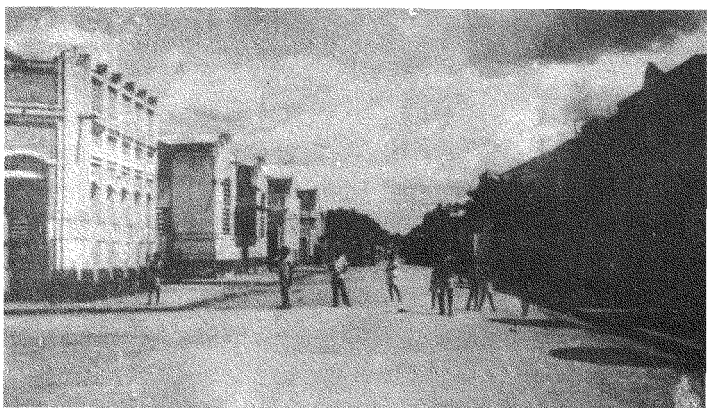
A Lei n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, fêz voltar Nhandu e Piranhas, respectivamente, a suas antigas denominações de Lagoa e Paulista, e criou mais o distrito de Várzea Comprida.

Pela Lei estadual n.º 985, de 9 de dezembro de 1953, o distrito de Malta é elevado à categoria de município e comarca de primeira entrância, reduzindo-se, então, o município aos distritos de Pombal, Lagoa, Paulista e Várzea Comprida.

LOCALIZAÇÃO — Está situado na Zona Fisiográfica do Sertão. Limita com os municípios seguintes: Sousa, Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Patos, Malta, Piancó e Serra Negra (RN). As coordenadas geográficas da sede do município são dadas pelos seguintes pontos: 6º 46' 13" de latitude Sul e 37º 48' 15" de longitude W. Gr. Dista (em linha reta) 325 quilômetros da Capital Estadual. Tem uma altitude de 178 metros, segundo consta do mapa do Estado da Paraíba, editado em 1951, pelo Conselho Nacional de Geografia, tomando rumo N.O., em relação à Capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Seu clima é quente e sêco, durante o período de estio que decorre de julho a janeiro, atingindo sua temperatura 20ºC para a média das mínimas e 34ºC para a das máximas, à sombra. Periòdicamente, experimenta os rigores da sêca prolongada.

ÁREA — Até 1954, a área do município era de 2 250 quilômetros quadrados, sendo um dos de maior extensão e ocupando o 8.º lugar entre os 54 municípios paraibanos de então. Com o desmembramento territorial verificado com a criação do município de Malta, sua superfície ficou reduzida a 1 677 quilômetros quadrados, passando a ocupar o 13.º lugar.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Diversas elevações se erguem em seu território, sendo justo destacar as serras

Vista da principal praça da cidade

Vista de uma das principais ruas da cidade

da Salamandra, do Melado, do Tigre do Comissário e os serrotes do Pilões e Ciqui.

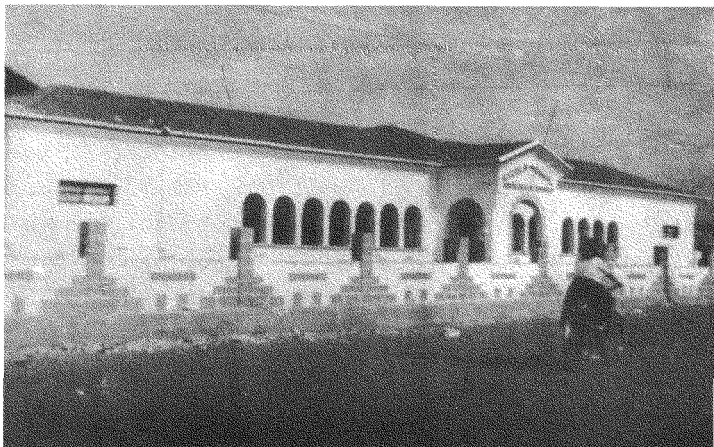
Dois dos mais importantes cursos de água do Estado banham-lhe o território: os rios Piranhas e Piancó, êste, afluente do primeiro, reunindo-se 6 quilômetros abaixo da sede. Além dêles, temos seus tributários, os riachos Caiçara, Gado Bravo, Jericó, Melado, São Miguel, e outros.

RIQUEZAS NATURAIS — Existem no município diversas jazidas de pedra calcária e argilas, sempre em exploração. Há indícios de possuir jazidas de minérios de valor, como o ouro e a mica. Existe uma fonte de águas minerais alcalinoterrosas, bicarbonatadas.

A vegetação é escassa, quase não existindo matas. Contudo, há localidades em que se extraem madeiras de lei, como o cedro, a baraúna, o angico, a aroeira, e outras espécies.

POPULAÇÃO — Habitavam-lhe o território, à época do Recenseamento Geral de 1950, 50 292 pessoas, das quais, 24 942 homens e 25 350 mulheres. O município ocupava o 8.º lugar entre os 41 existentes, representando 2,93% da população do Estado.

Na tabela abaixo constam elementos sôbre a localização da população, segundo os distritos e os quadros (urbano e rural).

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Pombal	22 871	4 867	18 004
Lagoa	4 368	254	4 114
Malta	10 689	1 208	9 481
Paulista	7 386	158	7 228
Várzea Comprida	4 978	38	4 940
TOTAL	*50 292*	*6 525*	*43 767*

Escola Normal Arruda Câmara

Das aglomerações urbanas então existentes, destacam-se a sede do município e a vila de Malta, que possuíam, respectivamente, 4 867 e 1 208 habitantes, como se verifica no quadro acima.

A população rural — 43 767 pessoas, correspondente a 87% do total, é relativamente das maiores do Estado, haja vista que a dêste equivale a 73% do respectivo total.

Composição — Segundo os diversos grupos, a população estava assim constituída: *Côr* — 40 377 brancos, 6 019 pretos e 3 840 pardos; *Estado conjugal* — 10 408 eram solteiros, 15 373 casados, 33 desquitados e 1 466 viúvos, sendo 390 homens e 1 076 mulheres; *Nacionalidade* — 50 287 brasileiros natos, 2 estrangeiros e 3 sem declaração de nacionalidade; *Religião* — 49 217 católicos romanos, 905 protestantes, 5 israelitas, 1 maometano, 3 de religiões diversas, 39 sem religião e 122 sem religião declarada.

Estimativa — Atualmente, com o desmembramento territorial que sofreu o município com a criação do de Malta, a população ficou reduzida a 44 049 habitantes, colocando-se no 14.º lugar entre os 57 municípios paraibanos ora em vigor. Com essa população, apresenta a densidade demográfica de 23,88 habitantes por quilômetro quadrado, muito inferior à do Estado, que é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

Vista de outra principal rua da cidade

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária constituem a base econômica do município. Os principais produtos agrícolas cultivados são algodão, feijão, milho, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, mandioca, banana e outros.

Agricultura — Em 1956, o valor da produção agrícola foi estimado em mais de 65 milhões de cruzeiros, conforme discriminação abaixo:

ESPÉCIE	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão arbóreo	Arrôba	241 050	48 210
Algodão herbáceo	»	28 500	5 130
Arroz	Saco de 60 kg	13 000	3 900
Batata-doce	Tonelada	2 400	2 400
Milho	Saco de 60 kg	13 440	1 747
Cana-de-açúcar	Tonelada	8 000	1 440
Outros	—	—	2 565
TOTAL	—	—	*65 392*

Como se vê, o algodão, como principal produto, concorreu com quase dois terços do valor total da produção agrícola local naquele ano.

Pecuária — Suas fazendas de criação, incontestàvelmente, se classificam como das maiores do Estado, conforme se pode depreender pela estimativa do número de cabeças de seus rebanhos, fixados na tabela abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Bovinos	40 000
Caprinos	45 000
Suínos	36 500
Ovinos	60 000
Eqüinos	4 050
Asininos	5 650
Muares	4 900
TOTAL	*196 100*

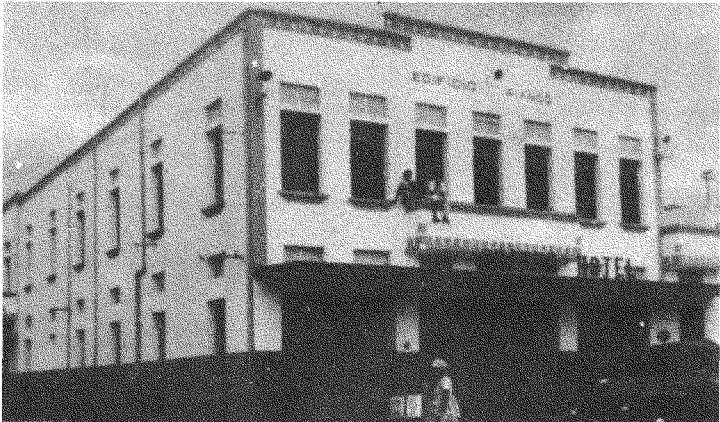
Vê-se, portanto, que a pecuária tem grande significação econômica para a vida do município. O principal mercado comprador de seus produtos de origem pecuária é a cidade de Patos, no Estado.

Indústria — A tabela a seguir espelha a situação industrial do município, de acôrdo com o inquérito procedido com base em 1956:

PRODUTO	QUANTIDADE (quilo)	VALOR (Cr$ 1 000)
Farinha de mandioca	61 700	239
Rapadura	132 380	894
Algodão em pluma	318 435	11 722
Óleo de oiticica	323 007	3 876
Queijo	12 132	409
Manteiga	3 460	131
Outros	702 378	2 107

Segundo o Registro Industrial, em 1956 havia 33 estabelecimentos, que ocupavam 5 ou mais pessoas, com um total de 334 operários, cujo valor da produção superou a 19 milhões de cruzeiros, ressaltando o fabrico de óleo de sementes de oiticica, beneficiamento de algodão, farinha de mandioca, rapadura, queijo e manteiga. Aos principais ramos da indústria, o fabrico de óleo e beneficiamento de algodão, foi atribuído o valor de 15 milhões de cruzeiros, aproximadamente, representando cêrca de 80% do total municipal.

Comércio — O comércio local se acha bem desenvolvido, contando com 8 estabelecimentos atacadistas e 80 varejistas, nos seguintes ramos: tecidos em geral, chapéus, estivas e cereais, ferragens, etc. Mantém transações com as praças de Campina Grande, João Pessoa, Recife, Cajàzeiras, Patos e ainda com o Ceará e Rio Grande do Norte.

Pôsto de Puericultura

Grande Hotel

FINANÇAS PÚBLICAS — O orçamento municipal para 1956, montou a Cr$ 2 457 000,00. A receita arrecadada e a despesa realizada, em 1955, atingiram as somas de .... Cr$ 2 425 150,00 e Cr$ 1 797 163,40, respectivamente. As arrecadações estadual e federal, no mesmo ano, somaram, Cr$ 3 771 424,60 para o primeiro e Cr$ 990 891,00 para a última.

A evolução das finanças municipais, no último qüinqüênio é a seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	562	1 929	1 145	553	1 128
1952	716	2 838	1 303	717	1 325
1953	792	2 106	1 651	625	1 819
1954	725	3 369	1 712	759	1 963
1955	990	3 771	2 425	1 418	1 797
1956 (*)	1 090	3 800	2 425	943	2 457

(*) Orçamento.

ASPECTOS URBANOS — Pombal é uma das mais graciosas cidades da Paraíba. Suas ruas são amplas e planas, assentadas numa bela planície.

Conta 68 logradouros públicos, 1 850 prédios e cêrca de 5 000 habitantes. Dos seus logradouros, 11 são calçados a paralelepípedos, 15 arborizados e 2 arborizados e ajardinados simultâneamente.

É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a 58 logradouros e a domiciliária a 850 prédios.

Há na cidade 1 cinema e 4 hotéis, ginásio e escola normal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funciona na sede um hospital e maternidade e também um Pôsto de Higiene e Puericultura, sob orientação de Irmãs de Caridade. Existem 4 farmácias, 4 médicos e 3 dentistas, em atividade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Registra-se na cidade a Cooperativa de Crédito Agrícola de Pombal Limitada, cuja finalidade é oferecer financiamento aos pequenos agricultores; conta cêrca de 416 associados.

A Sociedade de São Vicente de Paula, com 108 membros, teve destacada atuação no setor da assistência social, tendo oferecido Cr$ 18 000,00 de auxílios diversos.

Há também a Sociedade Artística Operária Beneficente, com 420 associados, prestando auxílios pecuniários, médicos e outros, a sócios e, também, a estranhos.

ALFABETIZAÇÃO — À época do Recenseamento Geral de 1950, o nível de instrução geral do município assim se apresentava:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	11 804	28,53
Não sabem ler e escrever	29 584	71,47
TOTAL	*41 388*	*100,00*

A taxa de alfabetização (28,53%) do município é superior à do Estado que é de 25,36%.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A sede municipal é servida por estradas de rodagem e de ferro (Rêde de Viação Cearense), ligando-a com Fortaleza, no Estado do Ceará, e com as cidades de Sousa, Malta e Patos, conforme se vê abaixo:

Por estrada de ferro:

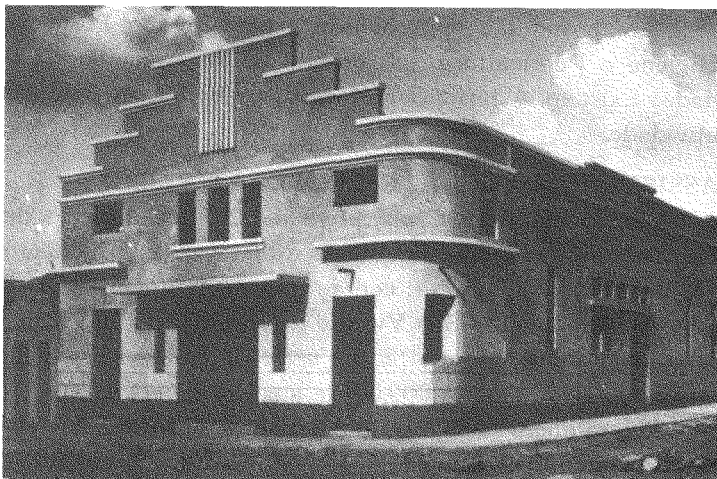
Malta	38 km
Sousa	55 km

Por estrada de rodagem:

Malta	43 km
Sousa	64 km
Piancó	87 km
Coremas	52 km
Catolé do Rocha	59 km
Brejo do Cruz	89 km
Serra Negra do Norte (RN)	63 km
Capital Estadual	367 km

O município conta 40 veículos rodoviários: 27 caminhões, 8 jipes e 5 automóveis comuns. Sua rêde rodoviária estende-se por 283 quilômetros.

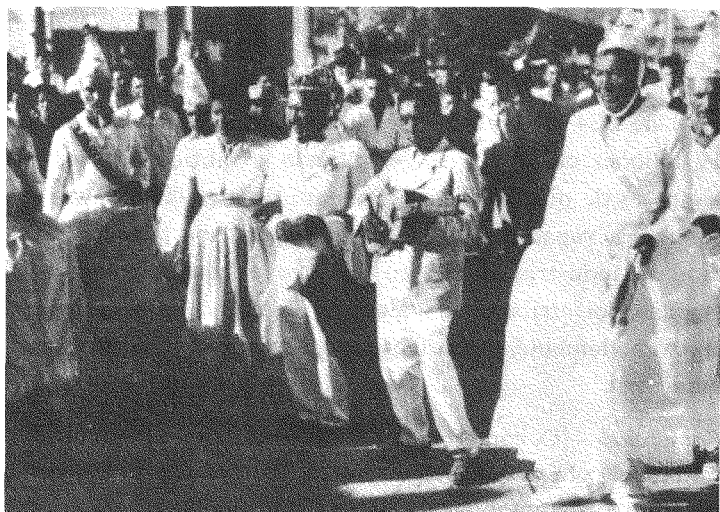
Como vias de comunicação, dispõe de uma agência postal-telegráfica na cidade e de uma agência postal na vila de Paulista.

Ensino — Em 1956, o número de unidades escolares do ensino primário fundamental comum elevou-se a 64, das quais, 40 eram municipais e 24 estaduais. Havia 2 estabelecimentos do ensino médio: o Ginásio Diocesano de Pombal e a Escola Normal "Arruda Câmara". Citam-se, ainda, uma escola de corte e costura, uma escola de datilografia e um curso de música.

Cine Lux

Festa do Rosário

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui a cidade uma Banda de Música e serviços de alto-falantes, que concorrem para o divertimento domingueiro e em dias festivos de sua gente.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Em 3 de outubro de 1955, votaram nas eleições 7 097 eleitores. O Poder Legislativo se compõe de 9 vereadores, em exercício, eleitos pelos diversos partidos. Seu atual Prefeito é o Sr. Elry Medeiros Vieira, eleito pela União Democrática Nacional.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A cerimônia que congrega todos os seus habitantes é a festa da padroeira, Nossa Senhora do Rosário, em cuja data,

Os Congos na festa do Rosário

antigamente, os escravos obtinham dos senhores relativa liberdade para celebração dos festejos, sendo, porém, sempre policiados pelos feitores. A festa tornou-se tradicional, e é atualmente celebrada na primeira semana do mês de outubro. Fato curioso é como os "mesários" (título dado aos componentes da irmandade do Rosário) conseguiam donativos para a realização dos festejos. Percorriam a feira precedidos de quatro negros que, conduzindo lanças engalanadas, com laços de fita e ao som de zabumbas, executavam passos e movimentos ritmados, entoavam cantigas, etc.

São também comemorados os festejos juninos, as datas de 7 de setembro, 15 de novembro e o Natal.

VULTOS ILUSTRES — O município possui filhos ilustres que se destacaram no cenário nacional. *Manoel de Arruda*

Câmara, médico, naturalista, botânico de renome nacional, considerado por Varnhagem como um dos maiores do seu tempo. Em També, Estado de Pernambuco, fundou o "Areópago", sociedade que congregava as figuras ilustres das províncias e onde se propagavam os ideais revolucionários de 1817.

Argemiro de Sousa, bacharel, notável jornalista, do qual diz o Padre Manoel Otaviano ter sido um exímio cultor da civilização oriental e uma das celebridades jornalísticas do Brasil.

Padre *José Ferreira Nobre,* foi Vigário da cidade de Pombal e adepto fervoroso do movimento de 1817. Organizou um exército de patriotas com o fim de auxiliar o levante no Ceará. Foi prêso e remetido para um presídio na Bahia.

OUTROS ASPECTOS — A igrejinha do Rosário vem despertando a curiosidade dos visitantes pelo valor histórico e pelas linhas arquitetônicas da época em que foi construída.

Semanalmente realiza-se na cidade uma grande feira, onde se aglomeram produtores e consumidores de gêneros diversos, dos municípios vizinhos.

Possui a cidade um Pôsto Agrícola e um Pôsto do Serviço Florestal.

Pombalense é o gentílico adotado pelos habitantes.

Na cidade, acha-se instalada uma Agência de Estatística, órgão do Sistema Estatístico Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA — 1) *A Parahyba* — João de Lyra Tavares. 2) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 3) *Anuário Estatístico do Município de Pombal* — 1948. 4) *Sinopse Estatística do Município de Pombal* — 1948. 5) *Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.*

AUTORIA — Manoel Meireles.

PRINCESA ISABEL — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Afirma Coriolano de Medeiros, no "Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba": — "O local da cidade, conhecido desde princípios do século XVIII, teve o nome de "Perdição", dado por uns caçadores que, perdendo o rumo a seguir, chegaram àquela lagoa e ali se orientaram". Foi precisamente nesse local, onde havia uma fazenda de criação, que o Padre Francisco Tavares Arcoverde construiu uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Bom Conselho, cujo nome se estendeu ao povoado. Para concretização do seu intento, serviu-se do auxílio concedido pelos proprietários da referida fazenda, D. Natália do Espírito Santo e seus filhos, o capitão Joaquim Pereira da Silva e o tenente Antônio Carlos da Silva. Após a conclusão do templo, o Padre Arcoverde, ajudado por alguns amigos, iniciou a construção de casas de morada.

O fazendeiro e comerciante Marcolino Pereira Lima muito concorreu para o desenvolvimento da sede, secundado por Manoel Rodrigues Florentino.

Prefeitura Municipal

Àquele tempo, a circunscrição pertencia à comarca de Piancó, da qual foi desligada pela Lei provincial número 596, de 26 de novembro de 1875. Em virtude da Lei provincial n.º 597, de igual data, foi elevada a povoação de Bom Conselho à categoria de vila, com a denominação de Princesa, em homenagem à espôsa do Conde d'Eu.

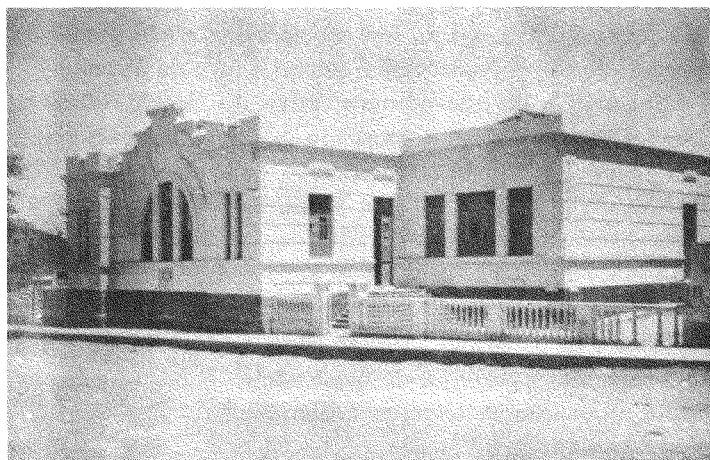
Essas leis posteriormente foram revogadas pela de n.º 659, de 5 de fevereiro de 1879; no entanto, a Lei n.º 705, de 3 de novembro de 1880, restaurou a vila. A Lei provincial n.º 751, de 27 de novembro de 1883, elevou-a à categoria de comarca, classificada pelo Decreto n.º 76, de 21 de dezembro de 1887.

Na divisão administrativa do Brasil, correspondente ao ano de 1911, o município figura apenas com o distrito da sede, ao passo que, nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º-9-1920, aparece com os 4 seguintes distritos: Princesa, Belém, São José e Alagoa Nova.

A Lei n.º 540, de 18 de novembro de 1921, eleva a vila de Princesa à categoria de cidade.

Em 1930, o município de Princesa Isabel foi cenário de sangrentas lutas. José Pereira Lima, prestigioso chefe político do município, rebelara-se, por questões políticas, contra o Govêrno do Estado — Dr. João Pessoa.

João Pessoa era candidato a vice-presidência da República, na chapa de Getúlio Vargas, para presidente. Contra essa chapa estava aquêle chefe político sertanejo — José Pereira. Esta foi, além doutras divergências ideológicas, o móvel da rebelião.

Era então a Paraíba campo propício à difusão de movimentos sediciosos, como se pode constatar nas palavras seguintes de João Lélis: "As divergências de atitudes que, aliás, não escassamente se registavam na vida política dos

Grupo Escolar Gama e Melo

Escola Normal Monte Carmelo

municípios, entre as figuras mais representativas, davam lugar a atritos tão intensos que se refletiam poderosamente no total estadual, originando conflitos, desequilíbrios, inquietudes, e a creação de Núcleos de desordem só extirpados depois de uma atuação mais enérgica ou mais demorada do poder público do Estado". Além disso, o cangaceirismo ainda imperava no Estado, principalmente no Sertão.

A rebelião de Princesa todavia assumia proporções bem maiores que qualquer movimento anterior. José Pereira aliciara um grande contingente de sertanejos. Nesse grupo, naturalmente, havia gente de tôda espécie; não só sertanejos briosos que julgavam defender uma nobre causa, mas também autênticos cangaceiros.

"O movimento de homens armados centralizado em Princesa teve imediata projeção na cidade de Teixeira, onde elementos de influência local seguiam os mesmos processos de atividade e domínio político preconizados e aplicados naquela" (*)

Para sufocar a sedição, o Govêrno do Estado criou um batalhão provisório, além de recorrer a vários elementos de valor da Polícia Militar.

Diversos combates travaram-se então entre as fôrças opostas. Combates às vêzes renhidos, onde muitas vidas foram sacrificadas. Teixeira, Imaculada, Tavares, Sítio Novo e Cajueiro foram palcos dessa luta inglória.

"A luta de Princesa empolgou os dirigentes do Estado pela extensão dos seus acontecimentos" (*)

Quando no dia 26 de julho foi assassinado o Presidente do Estado — Dr. João Pessoa, grande constrangimento e aceso desejo de vingança grassou no seio das tropas governamentais.

Todavia, no mês seguinte, o Govêrno do Estado determinou a cessação das lutas. Princesa fôra ocupada por fôrças federais. Teve, assim, fim melancólico a campanha de Princesa, de tanta repercussão dentro e fora da Paraíba.

Segundo a divisão administrativa do Brasil, referente a 1933, Princesa voltou a constituir-se de um distrito único, o de idêntico nome, formando-se, entretanto, dos de Princesa, Água Branca, Alagoa Nova, Barra e Tavares, não só nas divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e ...... 31-12-1937, como, também, no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938.

Ainda pelo mesmo Decreto-lei, é formada apenas por um têrmo judiciário — o de igual nome — o qual se compõe do município de idêntica denominação.

(*) João Lélis "A Campanha de Princesa".

Por Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, o município e a comarca passaram a denominar-se Princesa Isabel.

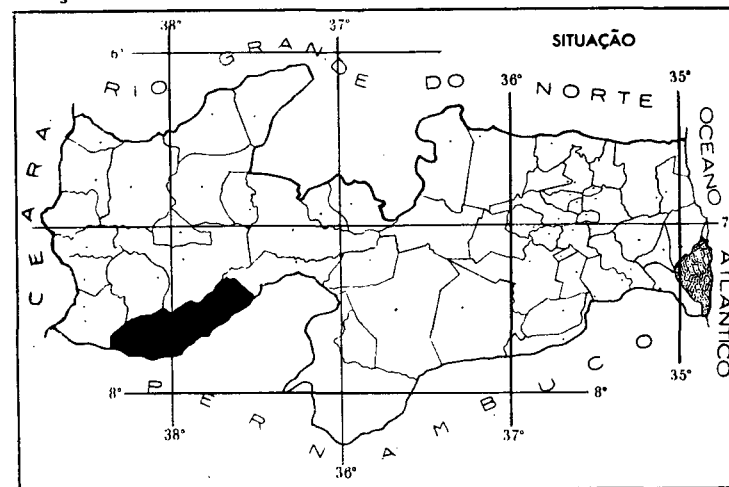
No quadro territorial, em vigência no qüinqüênio .... 1939-43, fixado pelo Decreto-lei supracitado, Princesa Isabel divide-se em 5 distritos: o da sede e os de Água Branca, Ibiapina (ex- Barra), Manaíra (ex-Alagoa Nova) e Tavares, continuando com o têrmo judiciário da mesma denominação.

Tal situação permanece inalterada no quadro da divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-48, constituindo-se, ainda, dos 5 distritos: Princesa Isabel, Imoroti (ex-Água Branca), Juru (ex-Ibiapina), Manaíra e Tavares.

Pela Lei n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, o distrito do Imoroti volta a sua denominação de Água Branca, aparecendo, também, pela primeira vez, o de São José.

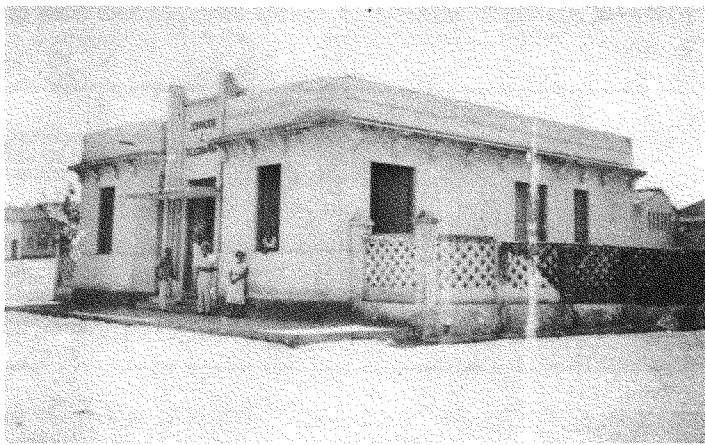
LOCALIZAÇÃO — Acha-se localizado na Zona Fisiográfica do Sertão, assentando-se na região acidentada da Borborema, a S.O. do Estado.

Limita com os seguintes municípios: Teixeira, Piancó, Itaporanga e Conceição, na Estado, Afogados da Ingàzeira, Triunfo, Flôres e Serra Talhada, em Pernambuco.

As coordenadas geográficas da sede são as seguintes: 7º 44' 16" de latitude Sul e 37º 59' 35" de longitude W.Gr. Situa-se a 600 metros de altitude, segundo consta no mapa do Estado da Paraíba, editado em 1951. Dista em linha reta da Capital do Estado 349 km, com o rumo S.O., em relação à mesma.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é quente e sêco durante o verão, tornando-se, porém, agradável no inverno, e a temperatura oscila de 15 a 32ºC, à sombra, graças a sua situação privilegiada, em pleno chapadão da Borborema.

ÁREA — Em 1954, segundo publicação do Anuário Estatístico do Brasil, a área do município era de 2 180 quilômetros quadrados, ocupando o 9.º lugar entre os 54 municípios paraibanos de então. Entretanto, em 1957, com a mesma área, classificou-se em 7.º lugar.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Corta-lhe o município, de leste a oeste, a Borborema, apresentando as seguintes serras: Ponta da Baixa Verde (onde se encontra o Pico do Pau Ferrado, que é o ponto culminante do município e um

Agência dos Correios e Telégrafos

dos mais altos do Estado), Vermelha, Boa Vista, Branca, do Gavião, da Lavadeira e outras.

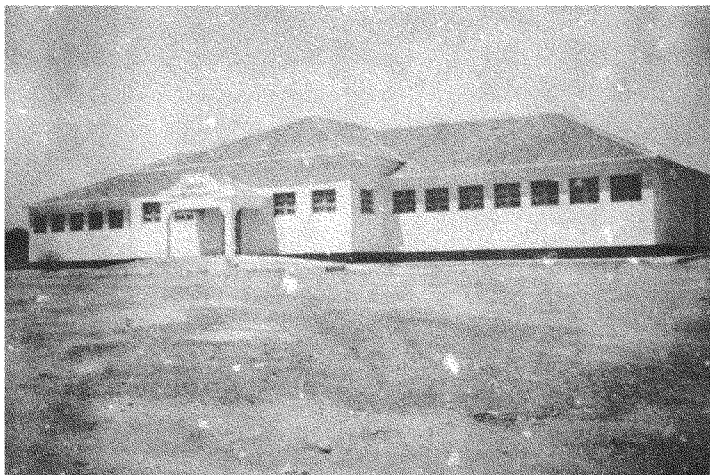
Alguns riachos, tributários do rio Piancó, banham o município; de suas lagoas se destacam: Perdição e São José.

RIQUEZAS NATURAIS — A vegetação do município é das mais bem conservadas do Estado, apesar das derrubadas sofridas, existindo boas matas em algumas de suas propriedades.

Há algumas jazidas de minérios, inclusive ouro. Afirma Coriolano de Medeiros: "Fica no município grande parte dos filões auríferos de Cachoeira de Minas, das Bruxas (V. Geologia, no artigo Paraíba). Tais jazidas, desde os tempos coloniais, foram conhecidas por flamengos e portuguêses".

José Jácomo Tarso adquiriu 36 lotes na sesmaria de Cachoeira. Após muitos anos, um francês solicitou do governador do Estado (1861) concessão para lavrar o ouro naquele local, no qual foi embargado pelos herdeiros de Jácomo Tarso, que continuaram no gôzo de seus direitos. A fauna fóssil apresenta esqueletos de animais antidiluvianos, encontrados em escavações feitas nas lagoas.

POPULAÇÃO — À época do Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 39 481 habitantes, dos quais 19 228 do sexo masculino e 20 253 do feminino, ocupando o 16.º lugar entre os 41 municípios paraibanos então existentes, representando 2,30% da população do Estado.

Conforme os diversos grupos, assim estava constituída a população: 25 071 brancos, 4 041 pretos, 1 amarelo, 10 313 pardos e 55 sem declaração de côr; 7 739 eram solteiros, 12 605 casados, 7 desquitados, 1 157 viúvos (sendo 246 homens e 911 mulheres) e 41 sem declaração de estado conjugal; e 39 476 brasileiros natos, 1 brasileiro naturalizado, 3 estrangeiros e 1 sem declaração de nacionalidade; 39 399 católicos romanos, 41 protestantes, 10 espíritas, 6 sem religião e 25 sem declaração de religião.

Hospital São Vicente de Paulo

Localização da população — Moravam, à época do Recenseamento Geral de 1950, em sua zona rural, 30 951 indivíduos, constituindo, dessarte, 78% de sua população, que se distribuía, do seguinte modo, segundo os distritos então existentes:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Princesa Isabel	8 045	3 306	4 739
Água Branca	4 643	979	3 664
Juru	5 841	710	5 131
Manaíra	7 002	1 380	5 662
São José	6 703	972	5 731
Tavares	7 247	1 138	6 064
TOTAL	*30 951*	*8 485*	*30 991*

As suas principais aglomerações urbanas são, como se vê, a sede do município, com 3 306 habitantes e as vilas de Manaíra e Tavares, respectivamente com 1 380 e 1 138 habitantes.

Rua Cel. Florentino em dia de festa

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO — O Departamento Estadual de Estatística, para 31-12-1956, estimou a população em 43 913 habitantes, colocando-se Princesa Isabel, assim, no 14.º lugar entre os 58 municípios paraibanos e representando 2,30% do total da população do Estado. Igualmente foi estimada a população da cidade em 3 677 pessoas, classificando-se no 18.º lugar, em relação às demais do Estado. A sua densidade demográfica é, atualmente, 20,14 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura é a pedra angular da economia princesense. As principais culturas agrícolas praticadas no município são as de algodão, cana-de-açúcar, agave, milho, mamona, mandioca, feijão, arroz e outras de pequena monta.

Em 1956, o valor da produção agrícola elevou-se a 73 milhões de cruzeiros.

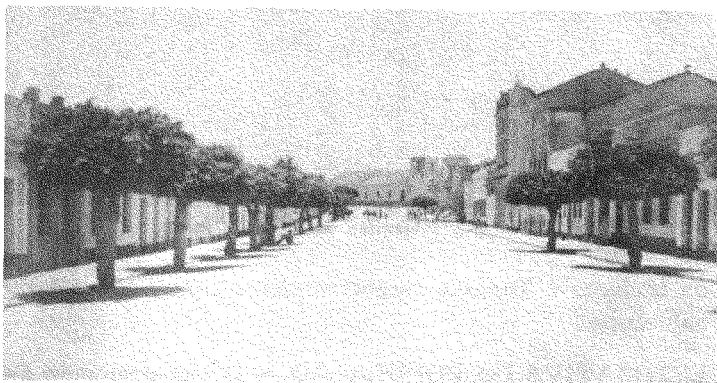
Dentre os produtos que mais se destacam, mencionam-se, pela ordem de importância, a cana-de-açúcar, o milho, o algodão arbóreo, o feijão e a mandioca-mansa, que somavam cêrca de 91,79% da produção total.

Vila de Tavares em dia de festa

Segundo o inquérito industrial, com base em 1956, a produção da indústria local atingiu os seguintes valores:

PRODUTOS	QUANTIDADE (kg.)	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão em pluma	85 980	2 579
Rapadura	531 000	1 594
Farinha de mandioca	65 500	495
Fibra de agave	77 500	465
Manteiga	873	51
Queijo	1 560	39
Outros	—	295

Pelo quadro acima, observa-se que o algodão contribuiu com a maior soma para o valor da produção industrial princesense.

Em 1956, segundo apuração do Registro Industrial, havia 370 casas de farinha, 95 engenhos de rapadura, 1 descaroçador de algodão e 1 fábrica de laticínios, que ocupavam 1 514 operários, dentre os que empregavam 5 ou mais pessoas.

Rua Cel. Marcolino

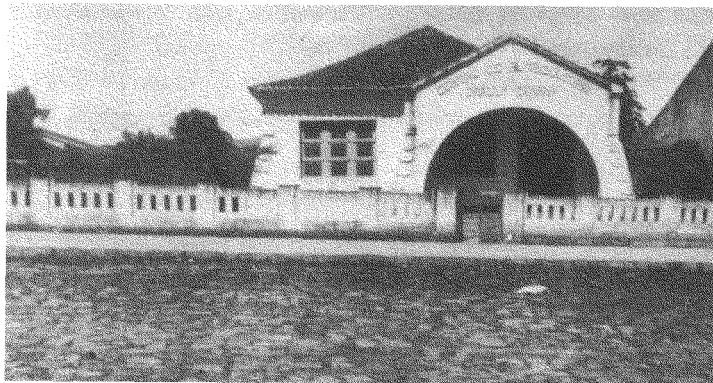
A pecuária não tem grande projeção no município; entretanto, os seus rebanhos estavam assim estimados, em 1956:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Caprinos	22 000	4 400
Ovinos	19 700	3 940
Suínos	16 000	12 800
Bovinos	7 500	30 000
Muares	5 400	10 800
Eqüinos	2 500	4 250
Asininos	2 100	945

Na economia, tem-se a destacar, apenas, a presença de estabelecimentos varejistas que exploram os ramos de estivas, tecidos em geral, ferragens, miudezas, etc., cuja atividade é desenvolvida por 296 unidades.

FINANÇAS PÚBLICAS — A tabela seguinte fixa bem êste aspecto:

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	200	1 613	581	195	604
1952	216	2 011	644	221	710
1953	294	...	1 075	...	1 179
1954	403	2 050	1 021	...	871
1955	295	2 272	1 157	312	1 142
1956	358	...	1 467	319	1 370

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Por meio de rodovias, liga-se Princesa Isabel aos seguintes municípios vizinhos: Teixeira (110 km), Piancó (70 km), Itaporanga (84 km), Conceição (136 km), Afogados da Ingàzeira — PE (42 km), Triunfo — PE (45 km), Flores — PE (51 km) e Serra Talhada — PE (108 km). Da Capital do Estado dista 428 quilômetros.

Centro de Puericultura Drault Ernâni

Há no município 9 caminhões, 3 jipes, 2 camionetas, 1 ônibus e 1 automóvel comum; a rêde rodoviária municipal mede 215 quilômetros.

Existe na cidade uma Agência dos Correios e Telégrafos (D.C.T.), com Serviço Postal-telegráfico.

ASPECTOS URBANOS — Princesa Isabel conta presentemente cêrca de 3 700 habitantes, 1 630 prédios e 20 logradouros públicos. Dêstes, 10 são pavimentados e 8 arborizados. É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se por todos os logradouros e a domiciliária conta perto de 400 ligações.

Funcionam na cidade um cinema e um hotel.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há na cidade um Centro de Puericultura e um Pôsto de Higiene, dispondo

Açougue Público Municipal

de médico e enfermeira, os quais vêm atendendo às necessidades da população local. Conta com 5 farmácias, sendo 2 na cidade, 2 na vila de Tavares e 1 na de Água Branca.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Possui a cidade o Orfanato São José, mantido pelas Irmãs Carmelitas Missionárias, subvencionado pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, destinado ao internamento de órfãos; dispõe de 24 leitos.

Funcionam no município 4 cooperativas de crédito agrícola, sendo 2 na cidade, 1 na vila de Tavares e outra na de Água Branca. Tôdas fornecem empréstimos aos pequenos agricultores, sendo que estas duas últimas fomentaram a produção através da concessão de 191 auxílios, no total de Cr$ 631 375,00.

ALFABETIZAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, o grau de instrução do município assim se representava:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	5 664	17,36
Não sabem ler e escrever	26 949	82,61
Sem declaração de instrução	6	0,03
TOTAL	*32 619*	*100,00*

Ensino — Em 1956, o número de unidades escolares atingiu 79 do ensino fundamental comum, sendo 20 pertencentes ao Estado e o restante ao município. Há, ainda, 2 estabelecimentos do ensino médio: Ginásio Nossa Senhora da Conceição e Escola Normal Monte Carmelo.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Em 3-10-1955, votaram nas eleições 5 820 pessoas. O poder legislativo se compõe de 9 vereadores, sendo o Sr. Nominando Muniz Diniz o Prefeito, eleito pelo P.L.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realiza-se todos os anos, com grande solenidade, a festa da padroeira. Ademais são comemoradas as datas de 7 de setembro e 15 de novembro.

Por tradição, celebram-se ao festas do Natal e as populares festividades juninas.

OUTROS ASPECTOS — Funcionam no município quatro cooperativas de crédito agrícola, duas na sede do município, uma na vila de Tavares, e outra na vila de Água Branca.

Um Pôsto Agropecuário, mantido pelo Ministério da Agricultura, localiza-se no distrito-sede.

As Irmãs Carmelitas Missionárias mantêm, na cidade, o Orfanato S. José, fundado em 1944.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 2) — *A Parahyba* — João de Lyra Tavares; 3) — *Sinopse Estatística do Município de Princesa Isabel* — 1948; 4) — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954; 5) — Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística.

REMÍGIO — PB

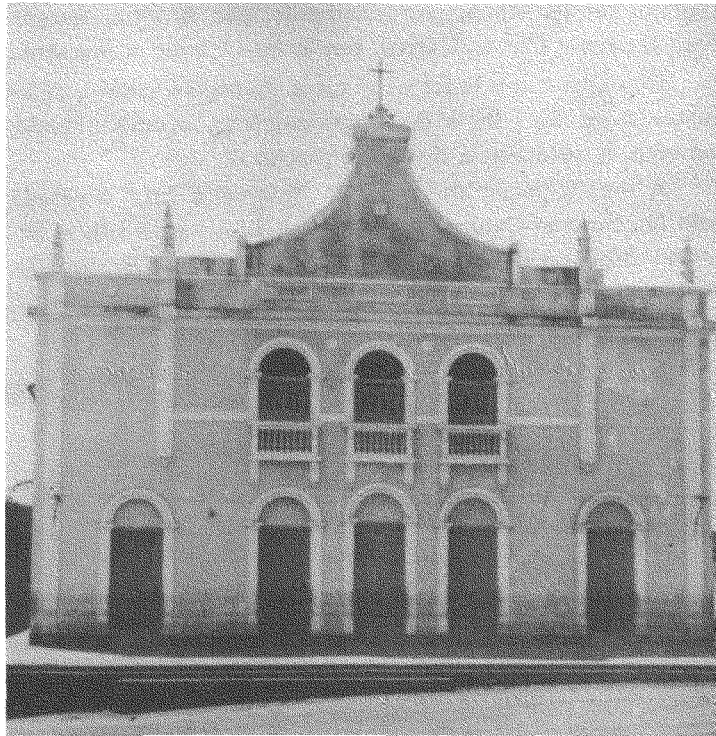
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros habitantes do território onde hoje assenta o município de Remígio foram os índios potiguares, que na região do Brejo eram distribuídos em seis grandes tabas, das quais as de Jandaíra, Queimadas e Caxexa, eram localizadas em terras que integram o atual município.

Não se sabe ao certo a data em que começou o desbravamento do território de Remígio, supondo-se que tenha sido iniciado nos primórdios do ano de 1700. Sòmente em 1778, porém, encontra-se o principal registro daquele fato, quando Luiz Barbosa da Silva Freire ou Luiz Barbosa Freire da Silva, alferes no Rio Grande do Norte, por motivos políticos, entrou em choque com o governador daquela Província, oferecendo-lhe resistência armada, e sendo obrigado a bater em retirada de sua terra.

Numa fuga cheia de peripécias, acompanhado de dois escravos negros, foi ter em Riacho de Areia, atualmente Saboeiro, onde se encontrou com o português João de Morais Valcácer, tendo com êle permutado sua propriedade "Barro Branco", no Rio Grande do Norte. Localizou-se, então, Barbosa Freire na sua nova propriedade "Chã do Jardim", em Areia, estendendo-se, depois, até o lugar denominado "Lagoas", em Remígio.

Estabelecido em seus novos domínios, buscou, posteriormente, sua família, inclusive filhos, genros e serviçais, iniciando imediatamente o desbravamento da propriedade, por sinal muito fértil e conseguindo a afeição do gentio.

Um fato interessante, curioso e até mesmo pitoresco, digno de menção, não só pelo aspecto "sui generis", como, também, para demonstrar o caráter e a confiança recíproca que condicionavam as ações dos nossos antepassados, é que a permuta das já citadas propriedades foi oficializada e achada conforme, pela simples troca de fios de barba dos permutadores.

Igreja-Matriz de N.S.ª do Patrocínio

Remígio dos Reis, um dos genros de Barbosa Freire, construiu sua morada perto de uma das cinco lagoas existentes na região, casa que resistiu à ação dos tempos e ainda hoje sobrevive. Por êsse motivo, ficou o lugar conhecido por "Lagoa do Remígio", nome que perdurou até 15 de novembro de 1938, quando, por fôrça do Decreto-lei n.º 1 164, passou a denominar-se, apenas, Remígio.

Em tôrno do lugar "Lagoa do Remígio", foram surgindo novos sítios de agricultura e criação, e a região, conseqüentemente, foi-se desenvolvendo. Os que se instalaram próximo às demais lagoas denominaram-nas de lagoas do Freitas, do Jenipapo, do Mato, etc., e são hoje reduzidos agregados de casas, não tendo nenhuma delas atingido o desenvolvimento de Lagoa do Remígio.

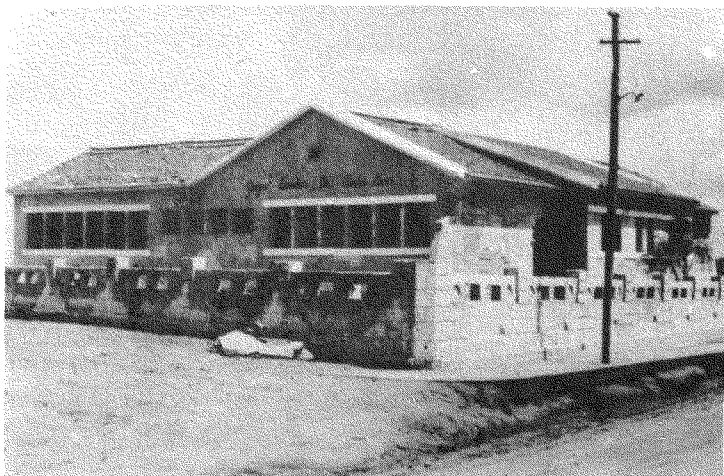
No campo político, os mesmos ideais da sede (Areia) empolgaram os filhos de Remígio, tomando êles parte ativa nas lutas da Confederação do Equador, uma das mais belas páginas da história areense. Também os movimentos abolicionistas encontraram nos remigenses total apoio; irmanados aos areenses, escreveram com ardor, desprendimento e humanitarismo a belíssima epopéia da Abolição.

Dotados de grande amor à terra natal, vários dos seus filhos, sob a orientação do missionário Frei Herculano, iniciaram, em 1876, a construção da igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, e, ainda, por iniciativa particular, tendo como principal incentivador Francisco Tonel, foi construído o mercado público, ainda hoje existente. Fundaram, também, escolas e fazendas e incentivaram a vida comercial do lugar.

A República veio encontrar Remígio desenvolvida social e econômicamente, motivo pelo qual foi criado o distrito de paz no ano de 1890, perdendo essa situação dois anos depois, isto é, em 1892, para reavê-la em 1910 e passando à vila, graças ao Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, com a denominação simplificada para Remígio.

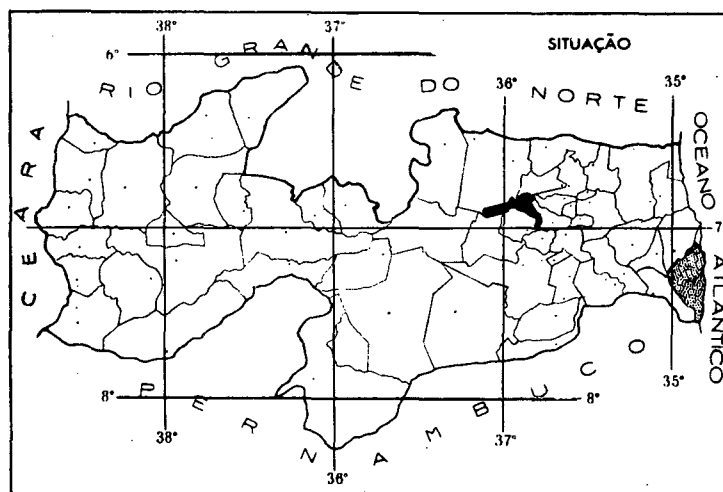
Já em 1918, tinha sido fundada a Sociedade Filarmônica Lagoense, pelo esfôrço de Bento Vitório Barbosa Tôrres, Francisco Valêncio, Hermenegildo Borges e outros, a qual foi reorganizada, posteriormente, por Antônio Borges, João Soares e Cícero Barros, sendo êste último o maestro.

Remígio, como todos os núcleos da região, passou pelas áureas fases do café e da cana-de-açúcar, acompanhando, também, a decadência daqueles produtos.

A emancipação de Remígio deve-se à luta encetada pelo Dr. Simeão Cananéia, Estanislau Elói e seus filhos, Severino Bronzeado e seus filhos Luiz e Epitácio Bronzeado, o primeiro, deputado estadual já em duas legislaturas, e o último, vendo coroado de êxito os seus esforços, teve a glória de ser nomeado seu primeiro Prefeito.

Grupo Escolar Dr. Cunha Lima

O município foi criado pela Lei estadual n.º 1 667, de 14 de março de 1957, sendo instalado a 31 de março do mesmo ano.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica do "Brejo", limita com os seguintes municípios: Esperança, Areia, Pocinhos, Serraria, Cuité, Solânea e Alagoa Nova.

Não foram, ainda, fixadas oficialmente as coordenadas geográficas da sede municipal, porém são, aproximadamente, 6° 56' de latitude Sul e 35° 47' de longitude W.Gr. A sua altitude é calculada em 46 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente e sêco; as oscilações termométricas variam de 16°C a 29°C.

ÁREA — Por não ter sido ainda concluído o levantamento topográfico já iniciado, estima-se em 300 quilômetros quadrados a superfície do municício. Com essa área, Remígio está classificado no 49.º lugar entre os 57 municípios existentes no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Apesar de localizado sôbre a serra da Borborema, o relêvo topográfico é mais ou menos plano com ondulações pouco pronunciadas, salvo nos contrafortes das serras da Canastra e Jandaíra. Aspecto digno de menção é a existência de um salão, nesta última serra, encravado na rocha e de difícil acesso, atapetado de finíssima areia, proveniente, sem dúvida, de erosão eólica, e que encerra ossadas, já constatadas como humanas. Variam as versões sôbre a sua existência, sendo a mais provável tenha sido ali a antiga localização de uma necrópole indígena.

Os principais cursos de água são os rios Curimataú, Jandaíra, Salgado, Jacaré ou Araçagi, Urubu e vários riachos que correm temporàriamente nos seus vales.

RIQUEZAS NATURAIS — Apenas as extrações de madeira, como a sucupira, o pau-d'arco, o cedro, o angico, a baraúna e a aroeira merecem citação no campo dos vegetais e, no dos minerais, algumas jazidas de argila vêm sendo exploradas para a fabricação de artefatos de barro, tijolos e telhas.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, habitavam o então distrito de Remígio 16 769 almas;

destas, 15 495 moravam na zona rural, representando 92% do total do distrito. Na sede distrital residiam 1 274 indivíduos.

Estimativa da população — Para 31-XII-1956, o Departamento Estadual de Estatística estimou em 18 300 habitantes a população da comuna, classificando-se no 42.º lugar entre os 58 municípios paraibanos e representando 0,96% da população estadual. A densidade demográfica é de 60 habitantes por quilômetro quadrado, muito superior à do Estado, que é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são as principais fontes de renda do município. Os principais produtos agrícolas são: a cana-de-açúcar, o sisal, o algodão herbáceo, a mandioca, o feijão, o milho, a mandioca mansa e brava, e outros em menor escala, tais como a batatinha, o fumo, a cebola e a fava.

Pecuária — É relativamente desenvolvida, principalmente na parte oeste do município, onde o local é propício à criação, existindo ótimos campos de pastagens. São estimados os seus efetivos em mais de 16 mil cabeças de gado, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

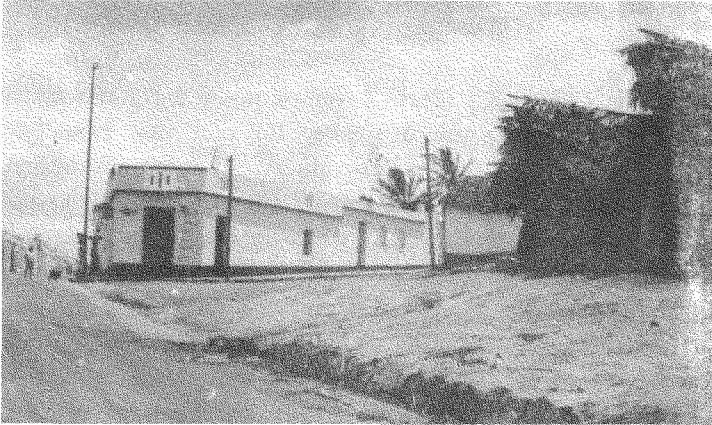
ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Bovinos	7 000
Eqüinos	1 200
Asininos	1 500
Muares	1 000
Suínos	1 000
Ovinos	800
Caprinos	4 000
TOTAL	*16 500*

Indústria — A produção industrial, com base nas atividades rurais, como o beneficiamento do sisal, fabrico de farinha de mandioca, de rapadura e aguardente, atingiu, em 1956, a importância de 10 milhões e 750 mil cruzeiros.

Comércio — Está representado por casas de tecidos, estivas, drogas, utensílios domésticos e cereais, e é relativamente desenvolvido.

FINANÇAS PÚBLICAS — O orçamento municipal para o exercício financeiro de 1957, previu a receita e fixou a despesa em 500 mil cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — É Remígio uma das menores cidades da Paraíba com cêrca de 1 500 habitantes e 600 prédios.

Vista parcial da Avenida João Pessoa

Entrada do Município vindo de Esperança, vendo-se a Rua da Palma

É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a tôda a cidade e a domiciliária conta 128 ligações.

O seu principal logradouro público é a Av. João Pessoa, o único pavimentado a paralelepípedo. Os prédios mais importantes são a Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio e o Grupo Escolar Dr. Cunha Lima.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste setor, é muito pobre o município. Apenas duas farmácias atendem às necessidades da população. Não existe nenhum estabelecimento que preste assistência médico-sanitária ao remigense.

Ensino — Mantida pela Paróquia, funciona uma Escola Doméstica, na sede municipal. Existem, ainda, 1 grupo escolar e 6 escolas de ensino primário fundamental comum, na cidade, e 20 na zona rural, sob o patrocínio dos governos estadual e municipal, e de particulares.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se Remígio com as seguintes cidades vizinhas: Areia (13 quilômetros), Esperança (12 km), Solânea (102 quilômetros, via Bananeiras, Pirpirituba, Guarabira, Alagoinha, Alagoa Grande e Areia), Pocinhos (72 km), Cuité (84 km), Serraria (89 km, via Bananeiras, Pilões, Alagoinha, Alagoa Grande e Areia) e Alagoa Nova (31 km, via Areia ou via Esperança).

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém em funcionamento uma Agência Postal-telefônica na sede municipal.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Sendo um município criado a 14 de março de 1957 e instalado a 31 do mesmo mês e ano, ainda não se processaram eleições para Prefeito e Vereadores.

O Chefe do Executivo é o Sr. Epitácio da Costa Araújo Bronzeado, nomeado por Ato do Sr. Governador do Estado e pertencente à União Democrática Nacional.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 2) — *Sinopse Estatística do Município de Areia* — 1948 — C.N.E.; 3) — Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística Municipal.

AUTORIA — Francisco Bezerra de Araújo Galvão Neto.

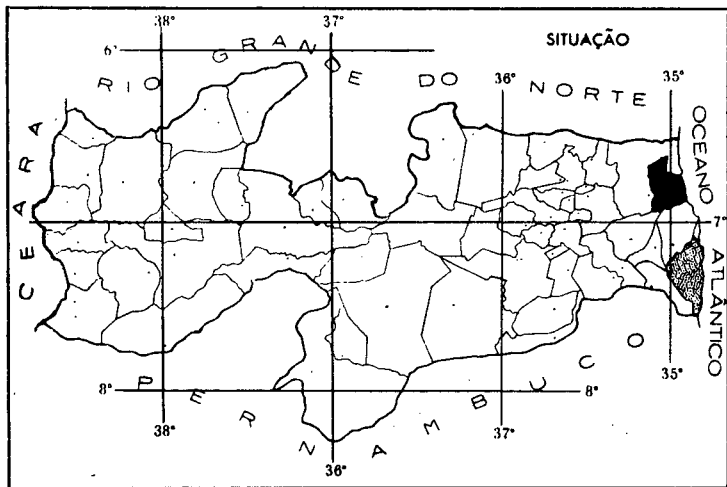
REDAÇÃO FINAL — Hélio de Caldas Barros.

RIO TINTO — PB

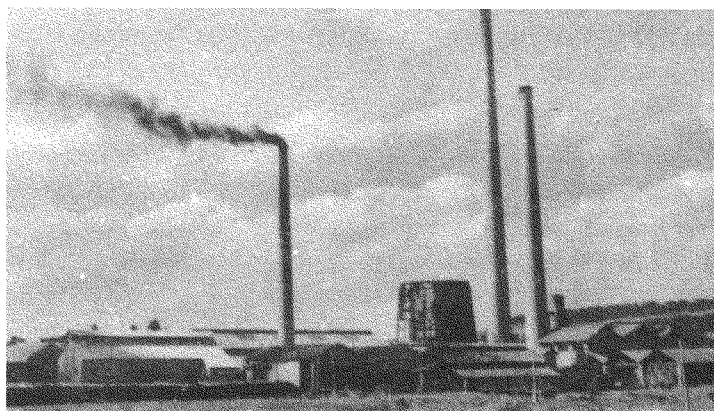
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Rio Tinto deve seu nome à côr das águas do rio Vermelho, que o banha. Foi um dos primeiros núcleos civilizados do território da Paraíba, remontando os primórdios de sua história, talvez, ao século XVII. O povoado teve início nas terras do atual Engenho Preguiça, em tôrno do qual cresceu. Seu desenvolvimento histórico está intimamente ligado ao da fábrica de tecidos de propriedade dos irmãos Lundgren (Artur, Frederico e Alberto), construída no lugar em tôrno do qual se ergueu a cidade, que se constitui em um dos mais significativos núcleos populacionais de todo o Estado.

Já nas divisões territoriais de 31-12-1936 e 31-12-1937, Rio Tinto figurava como distrito do município de Mamanguape, o mesmo ocorrendo nas divisões territoriais de que tratam os Decretos-leis estaduais números 1 164, de 15 de novembro de 1938, e 520, de 31 de dezembro de 1943, bem como ainda, pela Lei estadual n.º 318, de 7 de janeiro de 1949. O município de Rio Tinto foi criado pela Lei estadual n.º 1 622, de 6 de dezembro de 1956, com território composto do distrito do mesmo nome e partes dos de Mataraca e Baía da Traição, pertencentes ao município de Mamanguape, tendo sua instalação ocorrido a 23 de dezembro de 1956. O município de Rio Tinto subordina-se, judiciàriamente, à comarca de Mamanguape.

LOCALIZAÇÃO — Acha-se Rio Tinto localizado na Zona Fisiográfica do Litoral, limitando-se com os municípios de Mamanguape, Sapé e Santa Rita. Em sua parte leste, é banhado pelas águas do Oceano Atlântico. As coordenadas geográficas de sua sede são dadas pelos seguintes pontos: 6° 48' 21" de latitude Sul e 35° 04' 20" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Em geral, o clima do município é quente e sêco, semelhantemente ao da zona litorânea de todo o Estado. Contudo, torna-se úmido na estação invernosa, principalmente em virtude de serem seus terrenos cortados por alguns cursos d'água e por formações de solos pantanosos. Sua temperatura oscila de 22 a 31°C, à sombra.

ÁREA — A área de seu território não está, ainda, definitivamente determinada. Calculadamente, sua superfície perfaz 500 quilômetros quadrados, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, ocupando, dessarte, o 40.º lugar entre as comunas paraibanas, com uma percentagem de 0,88% em relação ao Estado.

Parque industrial da Companhia de Tecidos Rio Tinto

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais cursos d'água que banham seu território são os rios Mamanguape, Vermelho, Miriri, Jacaré e da Estiva, além de inúmeros riachos e córregos.

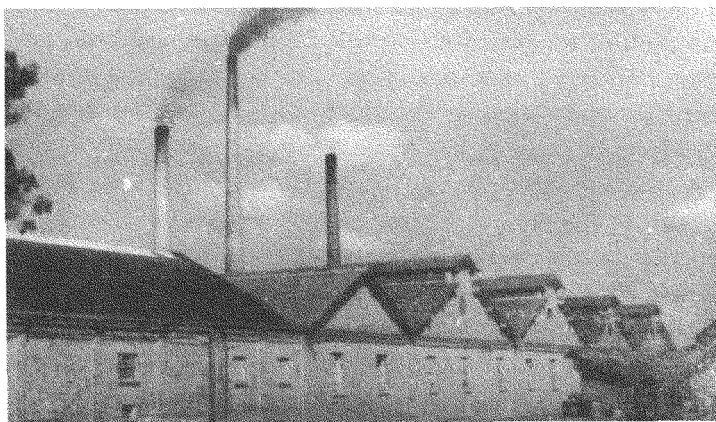
RIQUEZAS NATURAIS — O município é, em parte coberto por boas matas, que fornecem madeiras de lei para construção e lenha para alimentar as máquinas da grande fábrica de tecidos do município. Nesse aspecto, convém salientar, ainda, as excelentes plantações artificiais de eucaliptos, levadas a efeito pela Companhia de Tecidos Rio Tinto.

POPULAÇÃO — O território do atual município de Rio Tinto fazia parte, como mero distrito, de Mamanguape, na época do último Recenseamento Geral de 1950, quando possuía uma população de 26 733 habitantes, sendo 12 321 homens e 14 412 mulheres.

Aglomerações urbanas — A vila de Rio Tinto contava, na data do Recenseamento Geral de 1950, com 18 774 indivíduos. Sòmente no Estado, duas cidades tinham população superior à sua, conforme se pode depreender dos elementos a seguir mencionados:

João Pessoa	89 517
Campina Grande	72 464
RIO TINTO	18 774

Estimativa da população — Com seu desmembramento do território de Mamanguape, Rio Tinto, em 1956, contava com 30 000 habitantes, ocupando o 27.º lugar entre as comunas da Paraíba, figurando com uma densidade demográfica de 60 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município e, até certo ponto, o maior responsável pelo elevado índice de progresso de Rio Tinto, é a indústria de transformação, representada pelo conjunto fabril da Companhia de Tecidos Rio Tinto, de propriedade dos irmãos Lundgren. Dentre os estabelecimentos incluídos naquele conjunto, citam-se: uma fábrica de tecidos de algodão, olarias, oficinas mecânicas, caieiras, etc.

Outro aspecto do parque industrial da Companhia de Tecidos Rio Tinto

Agricultura — O ramo "agricultura e silvicultura" também tem importância, pois o município possui, além de excelente área agrícola cultivada, grandes plantações artificiais de eucaliptos, feitas a título de reflorestamento, para suprir, as derrubadas de matas, destinadas ao fornecimento de lenha às caldeiras da fábrica. O município planta em boa escala batata-doce, cana-de-açúcar, arroz e mandioca, principalmente.

Pecuária — Sua pecuária não tem significação, anotando-se, tão-só, a existência de gado estabulado para o consumo de leite pela população.

Comércio — O movimento comercial gira todo êle em tôrno do operariado da fábrica, que se utiliza dos produtos vendidos em 62 estabelecimentos varejistas: não há nenhum atacadista.

Indústria — Seu parque industrial é um dos maiores do Estado e do interior do Nordeste. Conta com as grandes fiações e tecelagem de algodão da Fábrica Rio Tinto, pertencentes aos irmãos Lundgren, as quais empregam cêrca de 6 000 operários. Além daquela fábrica, os ramos que mais se evidenciam em sua indústria são os de fabrico de açúcar e aguardente de cana, tijolos e telhas e louças de barro. É bem modesta a produção extrativa vegetal; contudo, há extração de lenha e fabrico de carvão vegetal, para o consumo na indústria e nos domicílios. Nas suas costas, a pesca vem sendo bastante explorada em jangadas e botes, cujo pescado é vendido no mercado local. Entre as variedades encontradas, temos: albacora, agulhão-de-vela, bicuda, dourado, cavala, etc.

FINANÇAS PÚBLICAS — Sendo criado nos últimos dias de 1956, sua arrecadação municipal foi de Cr$ 107 678,90 com uma despesa de Cr$ 21 065,60, enquanto que nesta mesma época a estadual elevou-se a Cr$ 478 005,00. Em 1957, o orçamento municipal estabelecido foi de ...... Cr$ 426 910,00.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Por meio de estrada de rodagem, o município se liga aos vizinhos de Mamanguape (6 quilômetros), Sapé (42) e Santa Rita — via Mamanguape (74). Dista da capital do Estado, também por estrada de rodagem, 84 quilômetros. Um pequeno campo de pouso para "teco-teco" serve à Companhia de Tecidos. Existe na cidade uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Rio Tinto possui cêrca de 32 logradouros, dos quais 8 são pavimentados a paralelepípedos, sendo 1 arborizado e 2 ajardinados. Quase todos possuem iluminação pública. Funcionam, ainda, um cinema, com 2 300 lugares, e um hotel, ambos pertencentes à fábrica.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Acha-se em funcionamento, desde 1946, a Sociedade Beneficente Coronel Frederico Lundgren, com um número de 180 associados.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe, apenas, um hospital mantido pela Fábrica de Tecidos Rio Tinto, destinado exclusivamente à assistência a seus operários, contando uns 10 leitos disponíveis.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais da vila de Rio Tinto era representada por 5 831 pessoas alfabetizadas, enquanto que 10 974 não sabiam ler e escrever.

Ensino — Cêrca de 30 unidades de ensino primário fundamental comum funcionam no município, além de uma escola profissional mantida pelo S.E.N.A.I. em cooperação com a Fábrica Rio Tinto, e outra mantida pelo S.E.S.I.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — De periodicidade bimensal, funciona um órgão, "O Tecelão", que circula entre os operários da fábrica. Existem cinco sociedades recreativas, sendo a mais importante o Rio Tinto Tênis Clube, que congrega cêrca de 250 associados.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Em virtude de ser um município recentemente criado, não se processaram, ainda, as eleições para preenchimento dos cargos eletivos. Dirige, entretanto, a comuna o Senhor Alberto Lundgren, nomeado pelo Governador do Estado.

PARTICULARIDADES — A cidade de Rio Tinto, denominada a "Manchester Paraibana", está situada entre as margens dos rios Vermelho e Mamanguape. O traçado da cidade é regular, muito embora não tenha obedecido a nenhum plano urbanístico. Entretanto, a procura de terrenos propícios às edificações das vilas operárias fêz com que os habitantes fôssem levados a abrir ruas determinadamente planejadas. O espírito germânico dos seus fundadores não deixou na cidade traços marcantes, quer na sua feição arquitetônica, quer no "modus vivendi" de seus habitantes. As moradias, na sua maior parte, constituindo "vilas operárias", obedecem a um padrão arquitetônico rústico. Existem, devido ao elevado índice de prosperidade alcançado no município, um Pôsto de Fomento Agrícola e um Campo de Cooperação Agrícola da Companhia de Tecidos Rio Tinto.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *Documentação municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística Municipal da Paraíba.*

AUTORIA — Francisco Seraphico da Nóbrega Neto.

SANTA LUZIA — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros civilizados que entraram em contacto com o gentio que habitava esta região do Sabugi (vocábulo indígena talvez derivado de *eça-ponji*: "olho-d'água rumoroso") foram o sargento-mor Matias Vidal de Negreiros, o alferes Marcos Rodrigues Cabral e Manoel Monteiro, e isto ocorreu em 1702, quando os mesmos ocupavam, pacìficamente, uma vasta gleba de terra com 9 léguas de comprido por 6 de largo, em cuja extremidade sul fica o atual município de Santa Luzia, que porém, naquela época, se denominava Data de Moicó ou Manoicó. Mas o primeiro a se situar no município foi Isidoro Ortins de Lima, isto por volta da primeira década do século XVIII, que construiu uma casa e currais de gado junto à cachoeira do Ingá (propriedade esta pertencente, hoje, ao velho João Evangelista da Nóbrega). Segundo alguns historiadores, o sucessor de Isidoro Ortins e o primeiro habitante no terreno onde seria construída a atual cidade de Santa Luzia foi o português Geraldo Ferreira Nunes. Êste tornou-se assim um senhor rico, possuidor de grandes fazendas de gado e, como tal, largamente conhecido na época. Eram suas as propriedades Tamanduá, São Domingos, Santo Antônio, Santa Luzia, Picotes e Ôlho-d'Água Grande. Um seu sobrinho de igual nome, natural de Mamanguape, atraído pela fortuna do tio, veio para sua companhia, e, depois que o velho faleceu, tornou-se seu herdeiro universal. Além das terras havidas por herança, Geraldo Ferreira Nunes Sobrinho requereu mais uma sesmaria, cuja concessão foi feita no Govêrno de Francisco Xavier de Miranda Henriques, pela Lei n.º 573, de 23-3-1762, de três léguas de comprido por uma de largo, no Riacho do Saco, a começar no Ôlho-d'Água das Caraibeiras. Posteriormente, trouxe de Mamanguape seu pai viúvo, Pedro Ferreira Nunes, conhecido por Pedro Velho, situando-se no lugar denominado Cacimba da Velha, três quilômetros rio abaixo desta cidade, propriedade esta, hoje bastante subdividida. Pedro Ferreira Nunes é o ascendente mais antigo das famílias Medeiros, Araújo, Nóbrega, Morais etc., que hoje dominam o município. Seu filho Geraldo Ferreira Nunes Sobrinho construiu a capela de Santa Luzia, em 1773. Depois, um português de nome Miguel Bezerra da Ressurreição veio de Pernambuco residir aqui, à procura de melhor clima para sua saúde. Comprou uma gleba de terra a Geraldo Sobrinho, na propriedade Santa Luzia, a meio quilômetro da capela, onde edificou uma casa, curral de gado e um pequeno "barreiro" no riacho Marias Pretas.

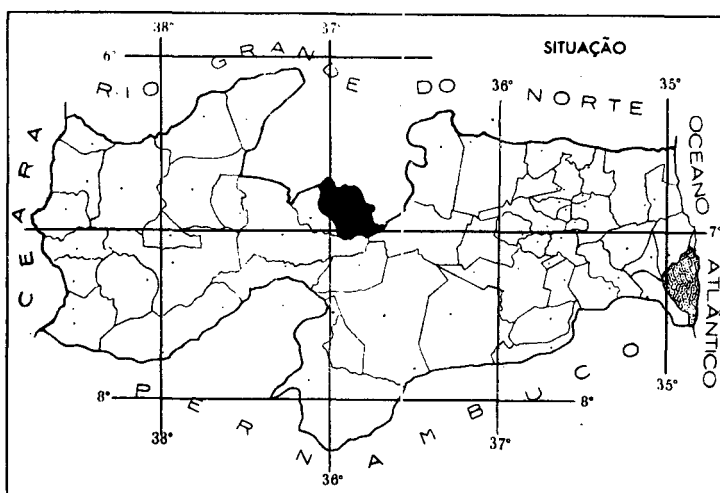
Sòmente para o comêço do século XIX, outras casas foram, aos poucos, sendo construídas próximo à capela. O lugarejo permaneceu estacionário por longos anos, sem as vistas dos dirigentes da Província, de modo que, sòmente a 6 de outubro de 1857, foi criada, pela Lei provincial n.º 14, a paróquia de Santa Luzia. No ano seguinte, Henrique Beaurepaire Rohan, então Presidente da Província da Paraíba, sancionou a Lei n.º 24, de 10 de novembro de 1858, que dava limites à freguesia de Santa Luzia, do têrmo de Patos. Cinco anos depois, Francisco de Araújo Lima sancionou a Lei n.º 114, de 17 de dezembro de 1863, anexando à freguesia de Santa Luzia, no município de Patos, os terrenos do Riacho Malhada do Umbuzeiro (hoje do distrito de Junco do Seridó). Em 1866, apareceu aí o padre Ibiapina, que quis deixar um marco de sua atuação benéfica pelo interior do Nordeste, fazendo ampliar um açude construído por Geraldo Ferreira Nunes Sobrinho, e que ficou conhecido por Açude da Caridade, hoje Açude Padre Ibiapina, do patrimônio da Prefeitura Municipal. Fundou também uma Casa de Caridade destinada a recolher e formar crianças desamparadas, que funcionou até os primeiros anos da segunda década dêsse século, sob a direção de religiosas, até que o Padre Belisário Dantas achou por bem extinguir a instituição, e assim o fêz quando vigário da Paróquia, naquela época.

Foi 24 de novembro de 1871 uma grande data para a vida de Santa Luzia. A Lei provincial n.º 410, dessa data, criou a vila de Santa Luzia, desmembrando-a do município de Patos. Nesse mesmo dia, pela Lei n.º 411, foi criada a primeira casa de instrução primária para o sexo feminino, na Paróquia, e pelas Leis números 413 e 414 foram aprovados os compromissos das Irmandades do SS. Sacramento e Nossa Senhora do Rosário. A instalação do município teve lugar a 27 de junho de 1872, sendo criado o têrmo judiciário por Ato provincial n.º 898, de 10 de julho do mesmo ano e Lei provincial n.º 655, de 18 de fevereiro de 1879.

Na primeira década dêste século, o município era constituído da vila de Santa Luzia e do povoado de São Mamede, que havia sido fundado a 5 de abril de 1903, data em que Santa Luzia passou de têrmo judiciário à categoria de comarca, com sede na vila de mesmo nome. Seis meses depois, contudo, fizeram-na voltar a têrmo judiciário, agregado à comarca de Patos. Já em 1922, o divisor de águas do Rio Sabugi delimitava os distritos de Santa Luzia e São Mamede, de modo que, para a administração, o município era constituído de dois distritos: o da sede e o de São Mamede. Em 1926, surgiu o povoado de Várzea, que se tornou sede do distrito do mesmo nome, e, em 1927, o de São José do Sabugi, de modo que em 1930 contava o município com êsses quatro distritos. Em 1932, a edificação de um outro povoado teve início, o de Junco. A criação dêsses distritos surgiu mais como um imperativo para deter a tendência infiltracionista do vizinho Estado do Norte, tanto em nossa economia como, principalmente, no território da Paraíba, devido ao desenvolvimento, respectivamente, das localidades norte-rio-grandenses de Ouro Branco, Santana e Equador. Se nas divisões administrativas de 1913 e 1933 compõe-se o município de um só distrito, e nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, de dois distritos, na realidade, porém, existiam quatro distritos, como se vê no Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, que compunham a comuna no qüinqüênio 1939-1943: Santa Luzia (sede, inclusive o território do Junco), Sabugirana (ou Várzea), Caapoã (ou José do Sabugi) e São Mamede. A vila de Santa Luzia e os demais povoados do município foram, respectivamente, elevados às categorias de cidade e vila, por fôrça do Decreto federal n.º 311, de 2 de março de 1938. Pelo Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, foi elevado de têrmo, novamente, a sede de comarca, com

a denominação de Santa Luzia. Pela Lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, o município e a comarca passaram a denominar-se Sabugi. Esta Lei, no entanto, é revogada pela de n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, que faz voltar os antigos nomes para o município, distrito e comarca. Com o desenvolvimento do distrito de São Mamede, que se tornou autônomo, por fôrça do Decreto-lei n.º 973, de 3 de dezembro de 1953, que "criou o município de São Mamede com sede na vila do mesmo nome, o qual foi elevado à categoria de cidade", ficou Santa Luzia com os quatro distritos supramencionados, e São Mamede ficou como têrmo judiciário da comarca de Santa Luzia.

LOCALIZAÇÃO — Está situado na Zona Fisiográfica do Sertão, constituindo-se de uma zona serrana, pertencente à grande cordilheira da Borborema, e de outra zona baixa.

Limita-se com os municípios seguintes: São João do Sabugi, Caicó, Ouro Branco, Jardim do Seridó e Parelhas, no Rio Grande do Norte, e Soledade, Patos e São Mamede neste Estado. A cidade de Santa Luzia apresenta como coordenadas geográficas os seguintes pontos: 6° 52' 18" de latitude Sul e 36° 55' 40" de longitude W. Gr. Dista (em linha reta) 227 quilômetros da capital Estadual, com rumo noroeste. Sua altitude é de 299 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é quente, sêco e saudável, na zona baixa do município, variando sua temperatura, à sombra, entre 25 e 35°C. Na zona serrana, é ameno, descendo a temperatura a 18°C, e não indo além de 28°C. Em 1950, a média pluviométrica foi de 534,9 milímetros. À noite sopra uma brisa fresca que promana dos açudes circunjacentes.

ÁREA — A área do município era de 1 437 quilômetros quadrados, até 1954 ocupando o 18.º lugar entre os 54 municípios paraibanos. Com a criação do município de São Mamede, a sua superfície ficou reduzida a 965 quilômetros quadrados, classificando-se no 20.º lugar em relação aos demais.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Muito irregular é o solo do município. A faixa de serras que cobre grande parte do território de Santa Luzia faz parte do sistema da Borborema. Dela se destacam as serras da Samambaia (onde se encontra o ponto culminante do município, a 873 metros de altitude), do Fogo, Pilãozinho, Carnaúba, Ôlho-d'Água, Saco, Cabaça, Redonda, Favela, Viola, Mandioca, Cozinha, Poção, Cavalos, Rapôsa, Inxa-Tapera, Batalha, Chafariz, Cajàzeiras, Junco, Carneira, Quintos, Albino e outras. O pico Yayu, com 400 metros, merece especial destaque pela configuração semelhante ao Pão de Açúcar. Seu sistema hidrográfico pertence à bacia do rio Piranhas, sendo seus principais componentes os rios Quipapá e Várzea, cujos tributários mais importantes são os riachos do Saco, Barra, São Gonçalo, Chafariz, Fogo, Salgadinho, Carnaúba, Santo Antônio e do Esguicho, que deságuam no Quipapá; e os riachos São Domingos, Queimadas, Viola, Juá e Umburana, que despejam no Várzea. Conta ainda com dezenas de açudes, sendo o mais importante o Santa Luzia, nos limites urbanos da cidade, com a capacidade de 11 700 000 metros cúbicos. Do lado oposto está o Ibiapina com a capacidade de 2 100 000 metros cúbicos. Dos açudes particulares, o mais importante é o Albino, tendo 1 886 400 metros cúbicos de capacidade.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, encontramos em exploração importantes jazidas de xilita e de outros minérios como: barita, berilo, columbita, amianto, caulim, cristal de rocha etc. A mina de fluorita, que desde 1948 vinha sendo explorada com resultados financeiros vantajosos, acha-se paralisada desde o segundo semestre de 1954, por falta de mercado para o produto, uma vez que o govêrno, naquela época, concedeu permissão para firmas de São Paulo importarem o referido minério da França. Convém ressaltar que a mineração no período da estiagem tem amparado inúmeras famílias, fornecendo trabalho e conseqüentemente sustento às mesmas. A vegetação é bastante variada, porém, não abundante, em vista do desmatamento sofrido.

POPULAÇÃO — Assinalou o Recenseamento Geral de 1950 a presença de 24 020 pessoas, contando-se 12 211 homens e 11 809 mulheres. Habitavam a cidade, à mesma época, 2 346 almas, ocupando, dessarte, o município e a cidade os 34° e 24° lugares, respectivamente, entre os 41 existentes, representando 1,40% da população total do Estado.

A população, segundo os diversos grupos, estava assim constituída: quanto à côr — 18 804 brancos, 3 247 pretos, 1 amarelo, 1 816 pardos e 152 sem declaração de côr; 5 329 eram solteiros, 7 420 casados, 6 desquitados, 631 viúvos e 57 sem declaração de estado conjugal; 24 019 brasileiros natos e 1 naturalizado; 23 917 católicos apostólicos romanos, 21 protestantes, 7 espíritas, 2 sem religião e 43 sem religião declarada.

Localização da população — Em 1.º-7-1950, data do Recenseamento Geral, a população estava assim distribuída: distrito da sede com um total de 6 467 pessoas, sendo 2 346 nas zonas urbana e suburbana e 4 121 na zona rural. Os demais distritos, com a seguinte discriminação: Junco do Seridó — 3 852 pessoas, sendo 371 na zona urbana e 3 481 na rural; São José do Sabugi — 3 638, com 332 na zona urbana e 3 306 na rural; São Mamede — 7 712, com 1 625 na zona urbana e 6 447 na rural; Várzea — 2 351, estando 266 na zona urbana e 2 085 na campestre. Do total geral anunciado, vivem nos campos 19 440 habitantes, perfazendo cêrca de 80% do total do município.

Aglomerações urbanas — Seus principais centros urbanos, ainda de acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, eram a cidade de Santa Luzia e 4 vilas, apresentando os seguintes efetivos (quadro urbano e suburbano):

Santa Luzia	2 346
Junco do Seridó	371
São José do Sabugi	332
São Mamede	1 625
Várzea	266

Estimativa da população — Com o desmembramento territorial que sofreu o município com a criação do de São Mamede, a sua população ficou reduzida a 18 139 pessoas, colocando-se em 41.º lugar entre os 54 municípios paraibanos, ocupando 0,95% do total da população do Estado; a da cidade foi, igualmente, estimada em 2 609 habitantes, classificando-se no 27.º lugar em relação às demais do Estado (estimativa em 31-12-1956 do Departamento Estadual de Estatística). A sua densidade demográfica passou a ser 18,79 habitantes por quilômetro quadrado, em 1956.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O sustentáculo econômico do município reside no binômio algodão-minérios. Figura como principal atividade a cultura do algodão "mocó" de fibra longa, tipo "Seridó", e agora com as variedades P-46 e Cruzeta, todos arbóreos, seguindo-se o feijão, o milho, a batata-doce, o arroz e outros. O valor da produção agrícola do município, em 1956, elevou-se a 33 milhões de cruzeiros, segundo se observa pela discriminação abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave	Quilograma	12 000	36
Algodão arbóreo	Arrôba	160 000	32 000
Arroz	Saco de 60 kg	450	108
Feijão	» » » »	2 200	1 056
Milho	» » » »	900	162
Cana-de-açúcar	Tonelada	100	50
TOTAL	—	—	*33 412*

Pelo exposto, vê-se que sòmente o algodão concorreu com mais de 95% do total do valor da produção agrícola do município. A pecuária é outra atividade econômica de significação para o município. A criação de bovinos é feita tendo em vista a produção de leite e a engorda para abate e reprodução. Para melhor clareza, damos abaixo a especificação dêsses rebanhos:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Bovinos	8 000
Caprinos	6 000
Asininos	3 300
Ovinos	6 000
Suínos	1 200
Muares	600
Eqüinos	[illegible]

Seu comércio limita-se à atividade de 71 estabelecimentos varejistas, dos quais 52 encontram-se na cidade, 6 no distrito de Várzea, 8 em São José do Sabugi e 5 em Junco do Seridó, com exploração dos ramos de tecidos em geral, miudezas, ferragens, estivas, etc. O setor industrial tem no beneficiamento do algodão e na extração de minérios sua melhor representação. O valor da produção industrial, em 1956, superou 87 milhões de cruzeiros, como se vê abaixo:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão em pluma	Quilograma	293 300	11 603
Xilita	»	205	24 600
Barita	»	115 000	46 000
Produtos alimentares	»	175 730	2 393
Calçados e artefatos de tecidos	Unidade	4 540	479
Outros	—	761 446	2 110

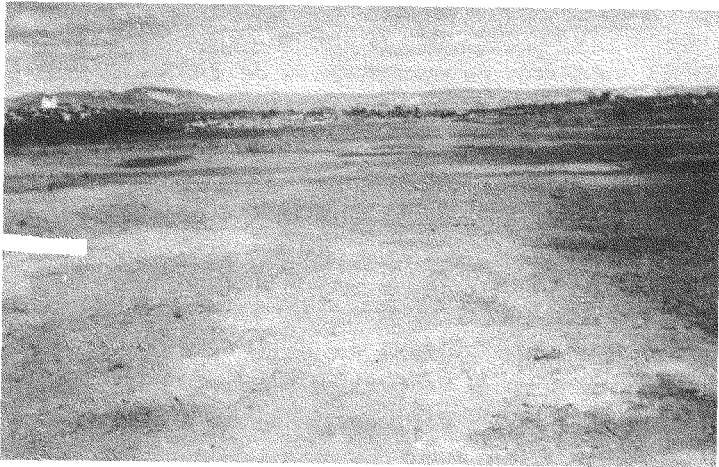
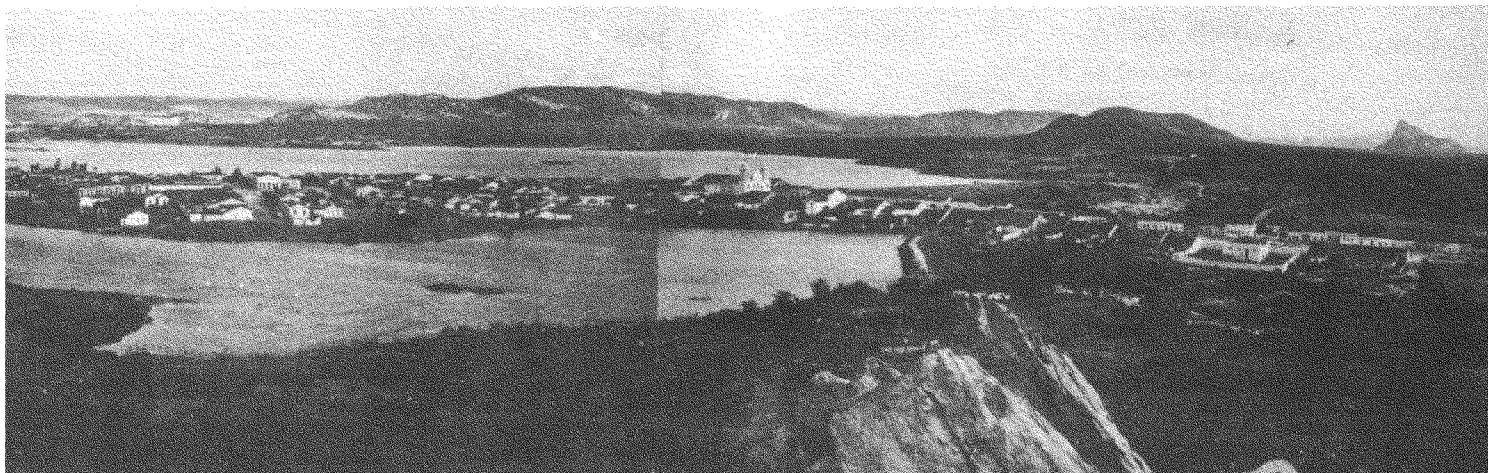
FINANÇAS PÚBLICAS — O orçamento municipal para 1956 foi de Cr$ 1 300 000,00. No período 1951-1956, a arrecadação das receitas federal, estadual e municipal apresentou os seguintes dados:

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	378	1 614	922	...	959
1952	279	2 011	1 375	707	1 414
1953	1 684	...	1 439	518	1 639
1954	280	2 330	1 199	410	1 079
1955	464	2 418	1 460	560	1 591
1956	358	...	2 178	1 020	1 955

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Santa Luzia é servido ùnicamente por estradas de rodagem que ligam a cidade às sedes distritais dos municípios vizinhos, guardadas as seguintes distâncias:

Soledade	88 km
Patos	41 km
São Mamede	21 km
Caicó (RN)	60 km
Jardim do Seridó (RN)	54 km
Parelhas (RN)	27 km
Ouro Branco (RN)	24 km
Capital Estadual (via Campina Grande)	267 km.

Há no município 29 caminhões, 9 automóveis, 6 jipes, 6 camionetas e 1 ônibus. Sua rêde rodoviária mede 402 quilômetros. Existe, ainda, na cidade uma Agência dos Correios e Telégrafos (Departamento dos Correios e Telégrafos) com serviço postal-telegráfico.

ASPECTOS URBANOS — Em 1956, contava a cidade 36 logradouros, sendo duas praças, 3 avenidas, 3 travessas e 28 ruas. Dos logradouros existentes, as praças e 5 ruas

Campo de pouso (em construção)

Vista geral da cidade

são totalmente pavimentadas, com mais de 15 000 metros quadrados, a paralelepípedos. Existiam 1 011 prédios nas zonas urbana e suburbana da cidade; a iluminação pública se estende a 23 logradouros e a domiciliária contava com 448 ligações. A cidade é dotada de um mercado público, 3 cinemas (sendo 2 na sede e 1 na mina Quixaba, da firma Mineração Sertaneja S.A.), campo de pouso, etc.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Santa Luzia possui o Pôsto de Higiene Dr. Augusto da Silveira Paula e uma maternidade da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância, uma farmácia e uma drogaria. Dois médicos, 2 dentistas e um farmacêutico aí se encontram em atividade. Cada vila está servida por um pôsto de socorro farmacêutico.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe na cidade a Cooperativa de Crédito Agrícola Santa Luzia Limitada, tendo como finalidade dispensar auxílio aos pequenos agricultores. Possuía, em 31-12-1956, 390 associados, tendo fornecido 406 empréstimos num total de .... Cr$ 1 556 796,00.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a situação do município, quanto ao nível de instrução geral, era a seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	6 650	33,69
Não sabem ler e escrever	13 103	65,31
TOTAL	*19 753*	*100,00*

Ensino — No setor educacional, em 1956 funcionaram 78 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, sendo 52 municipais, 12 estaduais e 14 de ensino supletivo, bem como, ainda, três unidades do ensino médio: Escola Normal Regional Santa Luzia, Escola Profissional Francisco Leandro e Ginásio Silvino Cabral. Além dêsses estabelecimentos de ensino não primário, foi fundada pelo Dr. Simeão Fernandes Cardoso Cananéa a Campanha de Instrução, Educação e Orientação de Menores.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade é dotada de duas bibliotecas, sendo uma delas pertencente à Instituição de Educação e Orientação de Menores e a outra ao município, contando esta com cêrca de 1 300 volumes, ambas de caráter geral. Existem duas associações recreativas intituladas Yayu Clube e Clube 6 de Julho, além de um Clube Agrícola.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O Legislativo Municipal é representado por 7 vereadores. Nas eleições de 3 de outubro de 1955, votaram 3 998 eleitores. O Senhor Euclides Ribeiro é o atual Prefeito eleito pela comuna, sob a legenda do Partido Social Democrático.

VULTOS ILUSTRES — *José Peregrino de Araújo,* político de nomeada, chegou a ser Presidente do Estado; *Abdon Odilon da Nóbrega,* chefe político de valor, tendo grande influência em sua época na política local; *Francisco Seráphico Nóbrega,* político e advogado, notabilizou-se como educador e deputado em várias legislaturas. Homem de lúcida inteligência e de grande atividade, chegou a ser vice-Presidente do Estado, chegando a governá-lo por quatro meses. Dos contemporâneos, cumpre assinalar o nome do desembargador *José Flóscolo da Nóbrega,* um dos luminares da Justiça paraibana e emérito professor de suas Faculdades de Direito e Filosofia.

OUTROS ASPECTOS — A cidade estende-se paralelamente entre dois açudes, motivando a denominação de "Veneza Paraibana", com um aspecto pitoresco. A arquitetura da cidade é caracteristicamente colonial-rústica, constituída de velhas casas sem jardins, ruas estreitas, lembrando os tempos idos. Com o desenvolvimento da cultura algodoeira e a exploração em larga escala da xilita, houve como que um renascimento nas construções, contrastando, assim, com a sua feição primitiva. Aos sábados, realiza-se grande feira tìpicamente sertaneja. Às margens do açude velho, eleva-se um pequeno morro, onde uma capelinha foi erigida a São Sebastião.

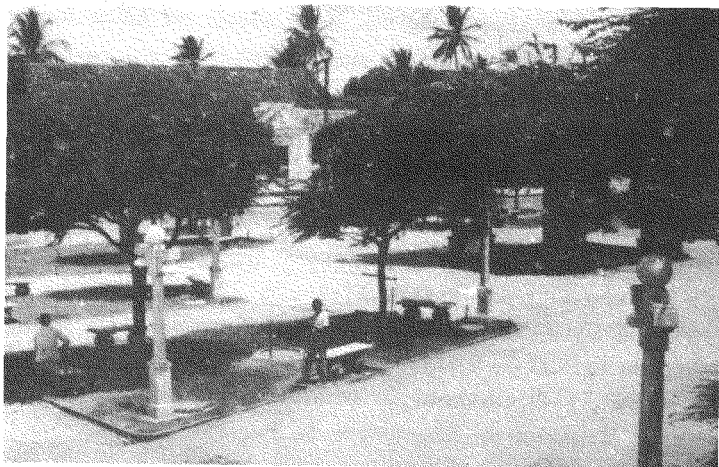
BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *A Parahyba* — João da Lyra Tavares. 3) *Sinopse Estatística do Município de Sabugi* — 1948. 4) *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954. 5) Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — Manuel Meireles.

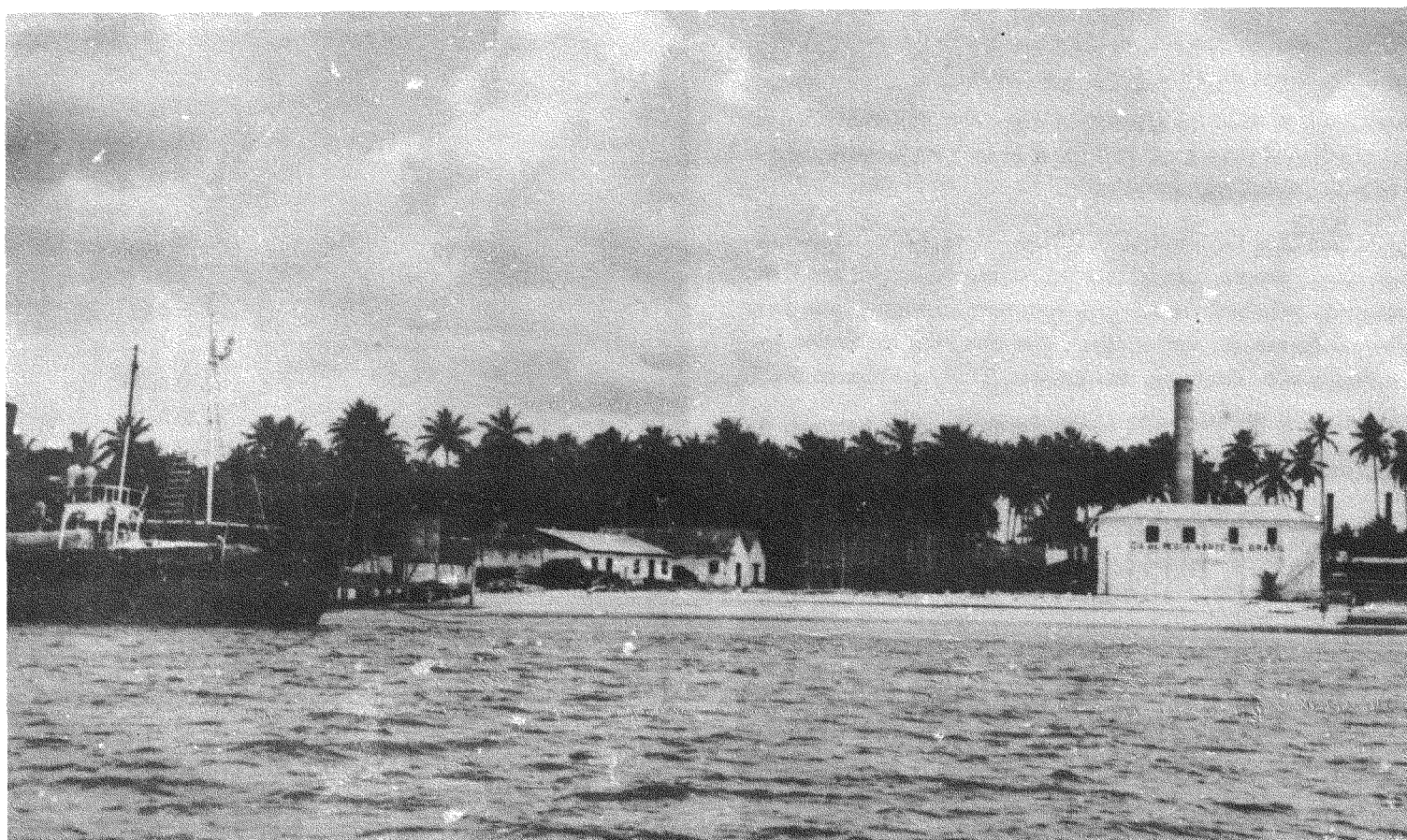
SANTA RITA — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

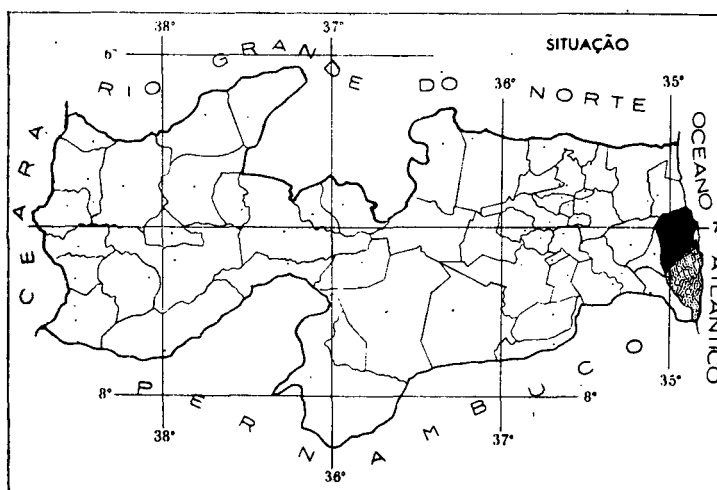
HISTÓRICO — Logo após a fundação de Felipéia, em 1585, pelos portuguêses de Martim Leitão, Santa Rita teve iniciada sua colonização. Verificaram-se violentos encontros entre portuguêses e potiguares, tabajaras, auxiliados pelos franceses. Aquêle notável capitão lusitano construiu, no local denominado Tibiri, o forte de S. Sebastião e, em suas proximidades, levantou o primeiro engenho de açúcar, que, com a capela criada em 1771, foi o ponto principal do início da civilização na várzea do Paraíba. Esta é a versão histórica, tida e proclamada como verdadeira pelos historiógrafos paraibanos. Entretanto, apesar de amparada por êsses ilustres e renomados historiadores, essa versão sofre contestações, segundo as quais teria sido outra a origem da atual cidade de Santa Rita. Segundo o Senhor David Falcão, Santa Rita originou-se de algum acampamento de tropas ou ponto de partida. A professôra e poetisa Iracema Feijó da Silveira e o Senhor Jaime Gonçalves do Nascimento, corroborando a mesma idéia, afirmam ter Santa Rita surgido em algum acampamento de tropas, na acepção naturalmente de estacionamento de comboios de almocreves de matutos, tendo sido a atual cidade primeiramente um local de "pouso". O farmacêutico Joaquim Gomes da Silveira esposava a mesma opinião, afirmando que as pessoas que viajavam da capital da Província para o interior, e vice-versa, o nativo, o colono, o explorador, o negociante, o criador, teriam de estacionar no referido "pouso", onde, geralmente, pernoitavam. Naquele tempo, efetivamente, para se ir à capital da Província, fazia-se um grande rodeio, contornando o vasto alagadiço existente entre Santa Rita e Tibiri, para então alcançar a Estrada de Manênma que ligava o Engenho Tibiri à Paraíba. A pousada aí, portanto, era uma necessidade. Foi, justamente, nesse "pouso", nesse ponto de descanso, de pernoite, que surgiram as primeiras habitações e que aos poucos se foram multiplicando, dando ao local o aspecto de um florescente lugarejo, de um atraente povoado, surgindo daí a então florescente e progressista cidade que é hoje Santa Rita.

Reforçando a opinião do surgimento de Santa Rita dum "pouso", possìvelmente à margem do rio Paraíba, vem o livre comércio dos albergues que até então se fazia e que nada mais era senão uma reminiscência dos velhos "pousos", dos antigos estacionamentos, em que os negociantes ambulantes, os "feireiros", os matutos, que passavam por Santa Rita em busca das feiras-livres da capital da Província, procuravam-nos para o descanso e pernoite, após longa caminhada, e que tiveram maior incremento, depois de 1822, quando foi criada a feira, e o povoado começou a sentir maior influência e o impulso de uma atividade comercial mais intensa.

Praça João Pessoa

Igreja-Matriz de Santa Rita

Em 20 de fevereiro de 1830, por Lei provincial de n.º 2, o povoado é Santa Rita erigida em sede de paróquia. O município foi criado como território desmembrado do da Paraíba, mais tarde João Pessoa, por Decreto estadual n.º 10, de 9 de março de 1890, tendo-se verificado sua instalação a 29 do mesmo mês e ano. Suprimido posteriormente, foi restaurado pela Lei estadual n.º 79, de 24 de setembro de 1897. A comarca foi criada pelo Decreto número 233, de 29 de fevereiro de 1904, suprimida pelo Decreto n.º 467, de 18 de outubro de 1910. Na divisão administrativa do Brasil, referente a 1911, o município de Santa Rita figura formado por um distrito, o de igual nome. A sede municipal recebeu foros de cidade por efeito da Lei estadual n.º 613, de 3 de dezembro de 1924, quando também foi restaurada a comarca. Entretanto, o município foi novamente suprimido pelo Decreto estadual n.º 83, de 6 de abril de 1931, e extinta a comarca pelo Decreto n.º 193, de 30 de setembro do mesmo ano. Foi restaurado o município pelo Decreto estadual n.º 352, de 28 de dezembro de 1932, e restabelecida a comarca pelo Decreto n.º 591, de 30 de outubro de 1934. Também na divisão administrativa,

Cia. Norte do Brasil, sita na praia de Costinha

correspondente ao ano de 1933, o município de Santa Rita aparece constituído de um distrito único — o da sede. Consoante a divisão territorial de 31-12-1936, o referido município subdivide-se em dois distritos: Santa Rita e Livramento, apresentando-se na de 31-12-1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, composto de três distritos: os dois supracitados e mais o de Lucena. Tal situação manteve-se no quadro territorial fixado, para vigorar no qüinqüênio 1939-43, pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, notando-se, porém, que o distrito de Livramento passou a denominar-se Tabajara. Em virtude dos Decretos acima referidos, vigorando no mesmo qüinqüênio a comarca abrange os termos de Santa Rita e Espírito Santo, devendo notar-se, entretanto, que êste último têrmo se denominava, em 1936 e 1937, Pedras de Fogo. Pelo disposto no Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, criou-se a comarca de Espírito Santo, com o têrmo dêsse nome, desligado da de Santa Rita. Ainda no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1944-48, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, o município é integrado pelos 3 distritos consignados no quadro do qüinqüênio precedente, devendo-se observar, contudo, a nova alteração toponímica sofrida pelo distrito de Tabajara, cujo nome foi substituído pelo de Gargaú, abrangendo um só têrmo — o de igual nome. Pelo Decreto-lei estadual n.º 454, de 2 de junho de 1944, o povoado de Barreiras tomou a denominação de Bayeux. Pela Lei número 159, de 5 de novembro de 1948, o distrito de Gargaú volta a denominar-se Nossa Senhora do Livramento. Ainda pela Lei municipal n.º 48, de 10 de dezembro de 1948, foi criado o distrito de Bayeux, por fracionamento do distrito da sede. A Lei n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, não altera a presente estrutura territorial administrativo-judiciária do município.

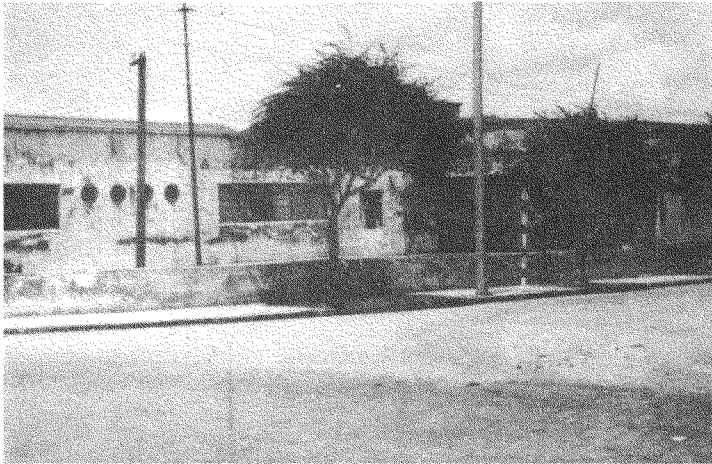
LOCALIZAÇÃO — O município assenta-se em terrenos quase sempre planos, ora com tabuleiros, principalmente nas proximidades da região costeira, localizando-se na Zona Fisiográfica do Litoral. Seus municípios limítrofes são os seguintes: Sapé, Pedras de Fogo, Cruz do Espírito Santo, Mamanguape e João Pessoa. As coordenadas geográficas da sede municipal são dadas pelos pontos seguintes: 7° 08' 40" de latitude Sul e 34° 59' 02" de longitude W.Gr., a qual dista (em linha reta) 8 quilômetros, tomando rumo O.N.O. em relação à capital do Estado. Tem uma altitude de 13 metros, segundo consta do mapa do Estado da Paraíba, editado em 1951 pelo Conselho Nacional de Geografia.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Seu clima é quente e sêco, pouco saudável, porquanto, no inverno, torna-se bastante úmido, em vista dos

mangues que circundam as margens do rio Paraíba. A temperatura varia de 18 a 36ºC, à sombra.

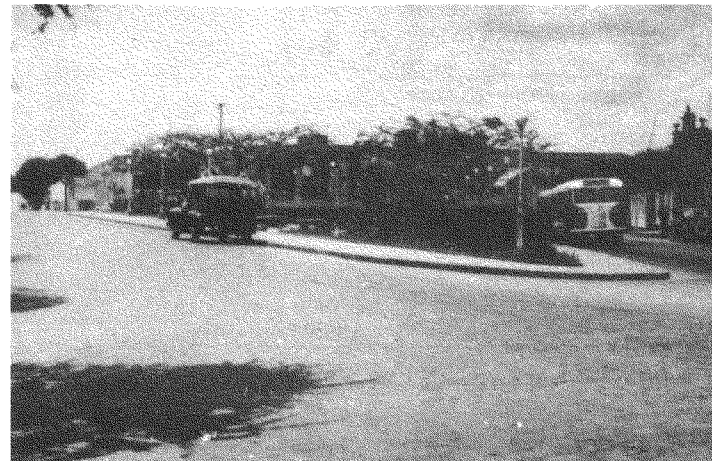
ÁREA — A área do município é de 718 quilômetros quadrados, que o coloca no 29.º lugar entre as 59 comunas paraibanas existentes em 1957.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Merece destaque, apenas, o rio Paraíba, que corta o município de oeste para leste, passando pela sede municipal, servindo de limite com João Pessoa, formando várias ilhas, das quais as de maior importância são: Restinga, dos Stuarts, Tibiri e Felix de Belli.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre as riquezas naturais do município, aparece em primeiro plano o reino vegetal, onde encontramos grandes reservas florestais, como seja: peroba, aroeira, sucupira, pau-ferro, pau-d'arco e outros. No reino mineral, merece destaque uma fonte de água mineral e

Grupo Escolar Dr. João Úrsulo

grandes argileiras, enquanto no reino animal ressalta a baleia, da qual se industrializa o óleo.

POPULAÇÃO — Transcrevem-se, a seguir, os principais resultados do Censo Demográfico de 1950, referentes ao município:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Santa Rita	23 893	12 362	11 521
Bayeux	8 896	7 981	915
Lucena	2 262	589	1 673
Nossa Senhora do Livramento	7 878	796	7 082
TOTAL	*42 929*	*21 728*	*21 201*

Praça Getúlio Vargas

Entrada principal do Parque Regional de Exposição de animais

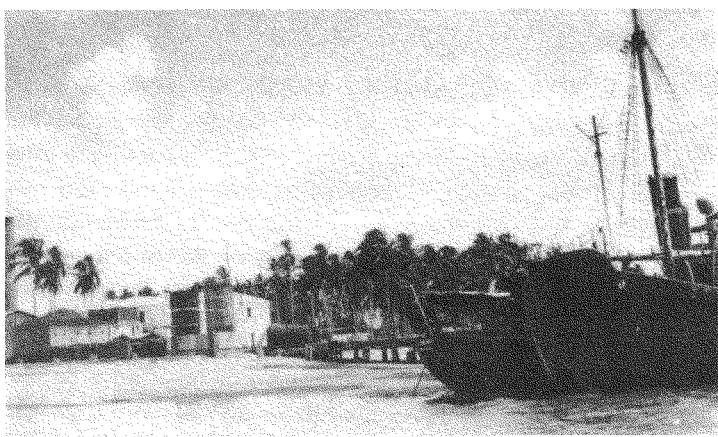
Santa Rita, com um total de 42 929 habitantes, colocou-se no 14.º lugar entre os 41 municípios existentes, àquela época na Paraíba. Há, como se vê no quadro acima, aglomerações urbanas relativamente importantes, como a cidade de Santa Rita e a vila de Bayeux, respectivamente com 12 362 e 7 981 habitantes. A cidade de Santa Rita é a 4.ª do Estado, em população, devendo possuir atualmente, cêrca de 14 000 habitantes. João Pessoa e Santa Rita são os únicos municípios do Estado, cuja população urbana sobrepuja numèricamente a rural em 1950. A população urbana do segundo corresponde a 51% da respectiva população local.

Segundo os diversos grupos, a população do município assim se dividia: *Sexo* — 20 754 homens e 22 175 mulheres. *Côr* — 31 656 brancos, 10 035 pretos, 1 amarelo, 1 150 pardos, 57 sem declaração de côr. *Estado conjugal* (Pessoas de 15 anos e mais) — 10 729 solteiros, 12 827 casa-

Matadouro Público Municipal

dos, 11 desquitados, 22 033 viúvos (476 homens e 1 557 mulheres). *Religião* — 41 789 católicos apostólicos romanos, 764 protestantes, 48 espíritas, 8 de outras religiões, 262 sem religião e 49 sem declaração de religião.

Estimativa da população — Estimativa do Departamento Estadual de Estatística referente a 31-XII-1956 atribui ao município a população de 47 749 habitantes. Essa população assegura-lhe o 9.º lugar dentre as 58 comunas paraibanas ora existentes e dá-lhe a densidade demográfica de 66,30 habitantes por quilômetro quadrado, muito maior que a do Estado, que é, de 33,69.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a indústria fazem o progresso material do município. As principais

Proa dos dois rebocadores que efetuam a pesca da baleia no litoral paraibano

riquezas agrícolas de Santa Rita são as culturas da cana-de-açúcar (com grande preponderância) e, em menor escala, a mandioca, batata-doce, côco-da-baía, banana, abacaxi, manga e outras.

Agricultura — O valor da produção agrícola, em 1956, foi estimado em 132 milhões de cruzeiros, conforme se vê abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	350 000	105 000
Batata-doce	»	5 000	4 500
Abacaxi	Fruto	140 000	287
Agave (fibra)	Quilograma	23 000	115
Banana	Cacho	130 000	1 950
Côco-da-baía	Cento	24 000	4 800
Feijão	Saco de 60 kg	5 000	4 000
Laranja	Cento	12 000	960
Mandioca mansa	Tonelada	1 800	1 620
Mandioca brava	»	6 500	3 250
Manga	Cento	78 000	3 900
Milho	Saco de 60 kg	5 000	900
Pimenta do reino	Quilograma	1 600	1 600

O quadro acima mostra claramente a situação excepcional, pela sua localização, da cultura canavieira, concorrendo com cêrca de 39% do valor da produção agrícola.

Indústria — A indústria ocupa posição de relêvo. Mencionam-se, neste setor, uma fábrica de tecidos, uma de cordas de agave e três usinas de açúcar. Convém registrar, ainda, a atividade de várias olarias, onde se fabricam tijolos e telhas para atender ao consumo local e até ao da própria João Pessoa. Completam-lhe êste aspecto várias casas de farinha localizadas na zona rural. A tabela abaixo permite verificar a discriminação da indústria, com base no Registro Industrial de 1956, que atingiu 331 milhões de cruzeiros:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Indústria extrativa:			
Água mineral	Litro	82 000	1 066
Óleo de baleia	»	602 154	13 725
Sal	Quilograma	1 638 140	810
Indústria de transformação:			
Têxtil	Metro	14 164 683	87 015
Bebidas	Litro	370	3 833
Álcool	»	1 413 689	9 089
Artefatos de couro	Milheiro	12 950	9 265
Açúcar	Saco de 60 kg	397 283	187 377
Produtos alimentares	Quilograma	596 200	7 067
Farinha de mandioca	»	68 000	5 431
Outros	—	516 707	6 643

Como se vê, a maior parcela da indústria é devida à produção do açúcar que concorreu com cêrca de 57% do valor total da produção industrial. Àquela época, existiam no município, aproximadamente, 113 estabelecimentos, que ocupavam 2 041 operários.

Pecuária — Sua pecuária não tem grande significação, haja vista que os seus rebanhos estavam, em 1956, assim discriminados:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Bovinos	9 500
Suínos	7 500
Caprinos	6 000
Muares	3 300
Eqüinos	3 200
Ovinos	1 800
Asininos	1 600

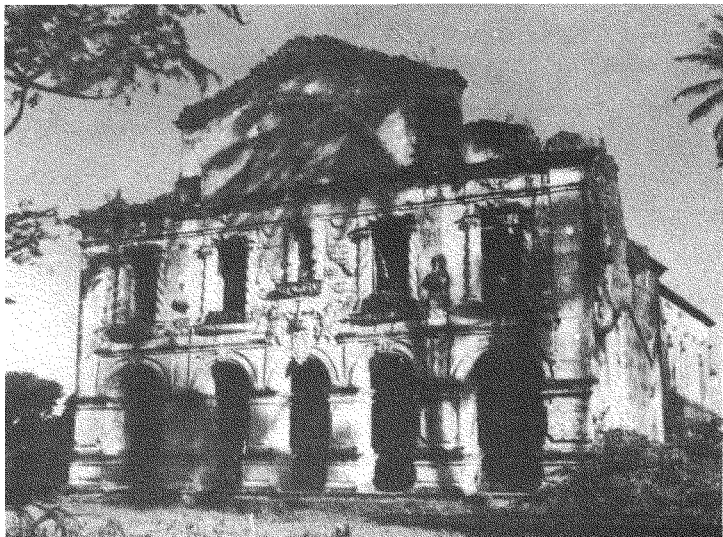
Em 1950, o Censo Agrícola cadastrou 286 propriedades, com uma área aproximada de 35 hectares.

Comércio — Em seu comércio, destacam-se os seguintes ramos: vendas de açúcar e álcool, fibra de sisal, tecidos, etc. Em 1956, existiam 260 estabelecimentos varejistas e 6 atacadistas, acusando o valor total das vendas mercantis .... Cr$ 150 000 000,00.

FINANÇAS PÚBLICAS — A evolução das finanças no último qüinqüênio foi a seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	4 164	3 863	2 009	2 060	1 940
1952	4 248	4 850	2 851	2 777	2 932
1953	5 397	5 074	3 811	3 722	3 625
1954	7 126	6 366	4 423	3 760	4 462
1955	7 821	10 358	5 472	5 332	5 297
1956	11 415	15 999	8 156	7 637	8 196

Em 1957, a previsão orçamentária foi de .... Cr$ 7 500 000,00.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal de Santa Rita acha-se ligada às sedes vizinhas, por intermédio de rodovia e ferrovia. Por estrada de rodagem, com: Cruz do Espírito Santo (14 km), Mamanguape (69), Sapé (32), Pedras de Fogo (42) e João Pessoa, capital do Estado (10). Por estrada de ferro, com Cruz do Espírito Santo (14 km), Sapé (31) e João Pessoa

Velha e histórica Igreja da Guia, hoje tombada ao Patrimônio Histórico Nacional

(12). As rodovias que servem ao município são as estradas de rodagem João Pessoa—Campina Grande, João Pessoa—Recife e João Pessoa—Natal, e a ferrovia é a Rêde Ferroviária do Nordeste. Há, ainda, várias emprêsas de ônibus e emprêsas de transportes aéreos: Panair do Brasil, Varig, Cruzeiro do Sul e Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte S. A.

Possui o município 104 veículos rodoviários: 40 caminhões, 18 automóveis, 33 camionetas, 3 jipes, 7 ônibus e 5 ambulâncias. Sua rêde rodoviária é das menores do Estado, medindo apenas 126 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — Santa Rita é das principais cidades da Paraíba. Contudo, dada a sua proximidade da capital do Estado, pode ser considerada, pràticamente, subúrbio desta. A cidade possui luz elétrica. A iluminação pública serve a 61 logradouros e a domiciliária conta com 1 390 ligações. As suas ruas apresentam agradável aspecto. São 8 delas pavimentadas a paralelepípedos e 22 arborizadas.

Possui 2 cinemas e duas associações culturais recreativas. Entre os seus principais prédios destacam-se o Grupo Escolar Dr. João Úrsulo, o Grupo Escolar Aluísio Pereira Borges, o Mercado Público e a Igreja Matriz. Possui a cidade serviço telefônico, através do qual se comunica com a capital do Estado.

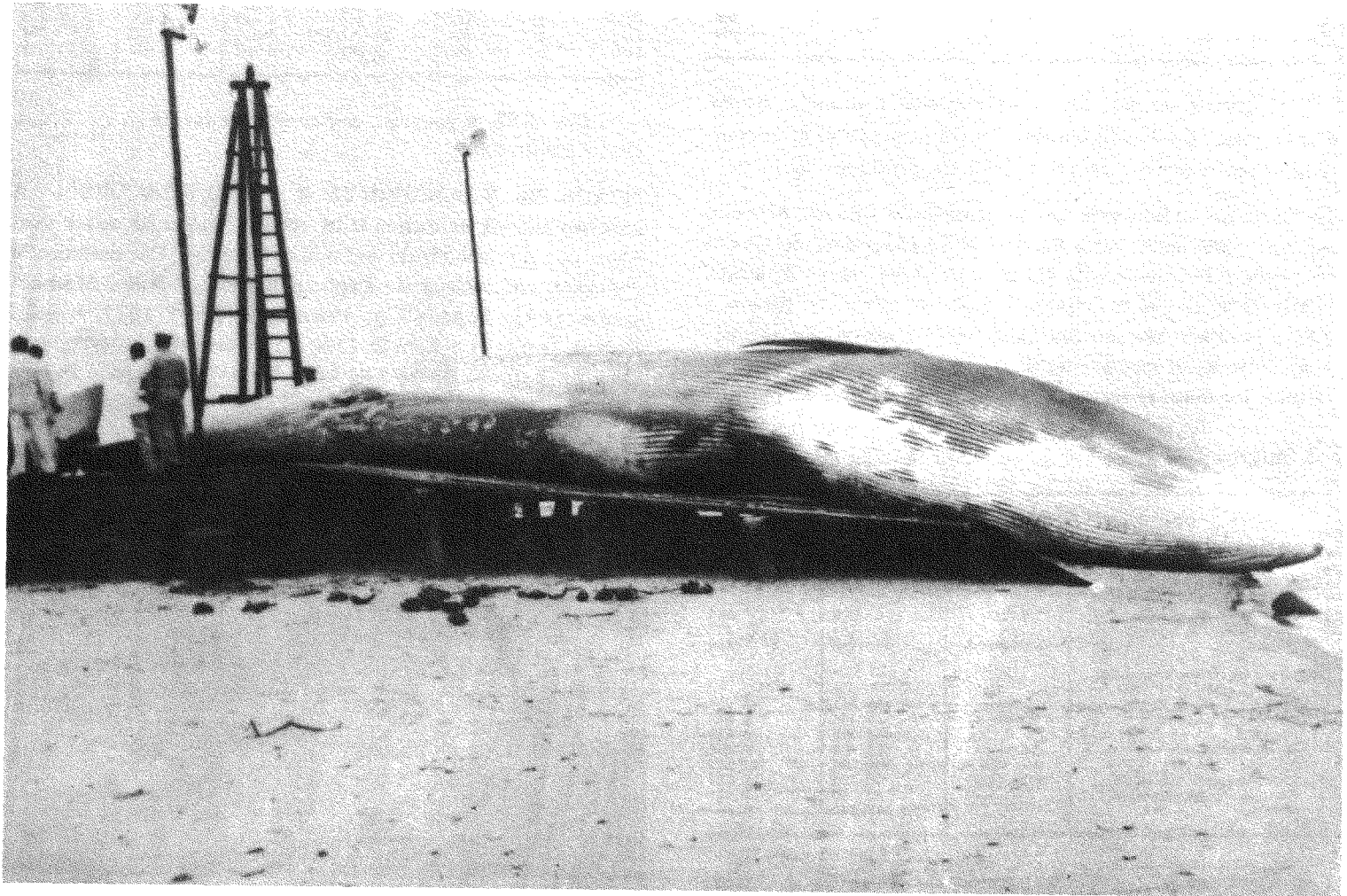
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município de Santa Rita, de modo geral, está bem servido no setor de assistência médico-sanitária, pois conta com um Pôsto de Higiene Municipal, na sede, um Subposto de Higiene, Educandário Eunice Weaver, Colônia Getúlio Vargas, no distrito de Bayeux, com um total de 236 leitos. Estão no exercício da profissão, aproximadamente, 6 médicos, 23 enfermeiras e 1 farmacêutico. Existem ainda 3 farmácias e 5 drogarias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A cidade dispõe de uma Cooperativa de Crédito Agrícola, cuja finalidade é oferecer financiamento aos pequenos agricultores. Em 1956, possuía 89 associados, apresentando um movimento de 331 empréstimos, no valor de Cr$ 1 160 800,00. Arrola-se também a União Beneficente de Santa Rita, tendo como objetivo prestar auxílio aos seus associados em casos de doença e morte.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseameto Geral de 1950, a situação do município, quanto ao nível de instrução geral, era a seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	9 160	25,29
Não sabem ler e escrever	27 047	74,71
TOTAL	*36 207*	*100,00*

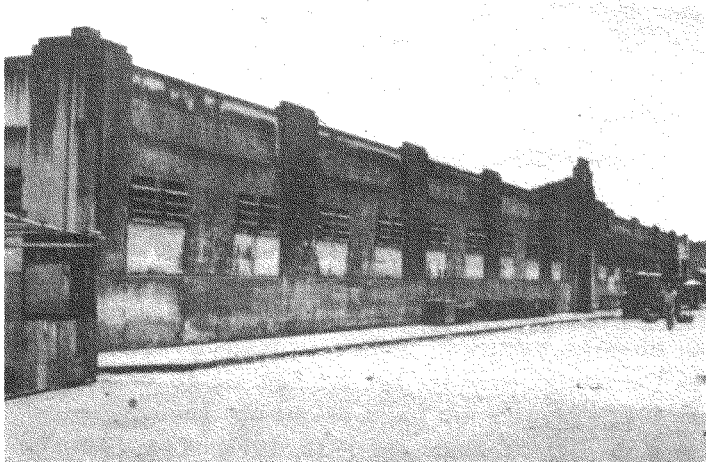
Ensino — Em 1956, existiam no município 69 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, sendo 26 estaduais, 30 federais do ensino supletivo, 13 municipais e 10 particulares. O número total de alunos matriculados foi de 3 780. Além dêsses estabelecimentos, há um de ensino médio denominado Ginásio Virgínia.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade é dotada de uma biblioteca pública denominada Américo Falcão,

Enorme baleia pescada ao largo da costa paraibana, para o centro baleeiro do Município

Pesca e industrialização da baleia, na praia de Costinha. Momento em que um daqueles grandes cetáceos recebia os primeiros cuidados

pertencente à Prefeitura Municipal, com cêrca de 2 000 volumes. Cita-se a Banda de Música e o serviço de alto-falantes, miniatura de uma pequena emissora.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — O Legislativo Municipal compõe-se de 9 vereadores. O número de votantes, em 3 de outubro de 1955, atingiu 5 676. O atual Prefeito é o Senhor João Crisóstomo Ribeiro Coutinho, representante da União Democrática Nacional.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — Merecem real destaque as festividades que se promovem em homenagem à padroeira do lugar, Santa Rita de Cássia, onde todo o povo se congrega num só ato de fé cristã. Comemora-se festivamente, também, as datas de 7 de setembro, Natal e os cultos do mês de junho.

Mercado Público Municipal

VULTOS ILUSTRES — Américo de Sousa Falcão, poeta destacado, Antônio Elias Pessoa, jornalista e poeta, e Francisco Manuel Carneiro da Cunha, professor e político cognominado "pai da pobreza".

OUTROS ASPECTOS — Realiza-se semanalmente uma grande feira, que atrai pessoas da capital do Estado, dada a importância de que ela se reveste. Existem diversos clubes, merecendo destaque o Santa Rita Tênis Clube, onde se reúne a elite da cidade. O município possui 12 povoados, com uma população aproximada de 9 000 habitantes. Denominam-se santa-ritenses os moradores locais. Acha-se instalada, na cidade, a Agência Municipal de Estatística, órgão do sistema brasileiro de estatística.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) — *Sinopse Estatística do Município de Santa Rita* — 1948; 3) — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954; 4) — Documentação municipal da Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — Felix Figueiredo de Oliveira.

SÃO JOÃO DO CARIRI — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Até meados do século XVII, o território do município de São João do Cariri era povoado pela grande família Cariri, que deu nome a tôda a região fisiográfica de que estas terras são bem representativas, e, especialmente, o Sítio São João. Os colonizadores desta região fixaram-se no município ainda no mesmo século XVII. É o que se deduz de uma sesmaria concedida em 17 de dezembro de 1669: "O Alferes Custódio Alves Martins diz que, sendo morador desta Capitania de Pernambuco, etc... descobriu alguma terra nas cabeceiras do rio Paraíba, em cujas terras êle, suplicante, situou-se e deu o nome de Sítio São João, etc... e, com efeito, está de posse dessa terra há mais de 3 anos, etc..."

Os desbravadores que eram portuguêses e brasileiros vindos de Pernambuco reuniram-se aos índios Cariris, formaram a aldeia a que deram o nome de Travessa, de rápido desenvolvimento. Foi criada a freguesia em 3 de abril de 1750, com sede na matriz de Nossa Senhora dos Milagres, austero templo construído pelos jesuítas, em época ainda não identificada. Pelo Alvará de 17 de abril de 1776, foi a aldeia elevada à categoria de julgado, com o nome de Cariri Velho (ou de Cariri de Fora, segundo alguns historiadores), para distinguir-se de uma outra aldeia, com o mesmo nome, em Pilar. Campina Grande disputou-lhe sempre a primazia, por dispor de maiores vantagens, o que não impediu o seu crescente progresso. Em 3 de abril de 1798, foi elevada à vila, sob a denominação de São Pedro, como homenagem ao Príncipe Regente. Depois que o sargento-mor José Francisco Alves Pequeno doou o patrimônio, verificou-se a instalação, no dia 5 de maio de 1803, estando presente o Ouvidor Geral da Capitania, recebendo a nova denominação de Vila Real de São João, também em homenagem ao então Regente D. João. Instalada e funcionando plenamente, a Vila Real continuou a progredir, elevando-se à categoria de comarca pela Lei provincial n.º 27, de 6 de julho de 1854, e classificada pelos Decretos números 1 645, de 29 de setembro de 1855, e 5 099, de 4 de dezembro de 1872. O Decreto n.º 1 621, de 14 de janeiro de 1930, suprimiu a comarca, sendo restaurada pelo Decreto n.º 403, de 25 de julho de 1933. O de n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, conservou-lhe as categorias de cidade e comarca. Por fôrça do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 1947, foi a sede do município e comarca transferida para a vila de Serra Branca, ficando, para tal, dita vila elevada à categoria de cidade, e conservando a comunidade o nome de município e comarca de São João do Cariri, com sede em Serra Branca. Em 2 de abril de 1951, a sede municipal e judiciária era restaurada em seu antigo lugar, logo depois despojado de suas prerrogativas, em razão de Decisão do Tribunal de Justiça, voltando ao estado de sede Serra Branca, mantendo, entretanto, o nome de município e comarca de São João do Cariri. Quanto à divisão administrativo-judiciária, sabidas as datas já enumeradas, consta que:

Pela Lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, a comarca compreendia os têrmos judiciários de São João do Cariri e Taperoá. Na divisão para o qüinqüênio 1944-1948, perdeu o têrmo de Taperoá, compreendendo, conforme o Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, o único têrmo judiciário da comarca de São João do Cariri.

Distritos componentes — São João do Cariri: Criado por Lei de 15 de janeiro de 1827.

São José dos Cordeiros: Teve primeiramente a denominação atual, depois a de Cordeiros, criado pela Lei número 533, de 25 de janeiro de 1921, figurando como São José dos Cordeiros no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, voltando a denominar-se simplesmente Cordeiros, pelo Decreto estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Pelo Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Aredecô. Com a divisão para o qüinqüênio 1949-1954, voltou ao nome primitivo de São José dos Cordeiros, denominação ainda em vigor.

Caraúbas: Criado por Decreto do Govêrno Republicano Provisório, de 20 de fevereiro de 1891. Em 1911, figurou como parte integrante dêste município, e, assim, em 1936, 1937, e, pelo Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, ainda no quadro fixado pelo Decreto número 520, de dezembro de 1943, com a denominação de Caraibeiras, voltando, porém, ao antigo nome de Caraúbas, na divisão para 1949-1954, nome que mantém.

Congo: Foi criado com o nome de Santa Ana do Cariri, pela Lei n.º 480, de 17 de novembro de 1871. Pertenceu sempre ao município de São João do Cariri. Pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro da divisão territorial para o qüinqüênio 1944-1948, passou a denominar-se Congo, denominação atual.

Coxixola: Criado pela Lei n.º 540, de 18 de novembro de 1921. Permanece, desde a sua criação, como pertencente ao município de São João do Cariri, figurando, como tal, nos qüinqüênios 1944-1948, conforme Decreto n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, e, ainda hoje, com a mesma denominação.

Gurjão: Criado pela Lei estadual n.º 540, de 18 de novembro de 1921, com o nome de Timbaúba, pertencendo ao município de São João do Cariri, desde a sua criação. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, deu-lhe o nome de Gurjão, denominação atual.

Santo André: Criado com o nome de Santo André, pela Lei n.º 533, de 25 de janeiro de 1921, sempre pertenceu ao município de São João do Cariri. Pelo Decreto-lei número 520, de 31 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Mucuitu. No quadro da divisão territorial para 1949-1954, voltou à denominação primitiva de Santo André, que é a atual.

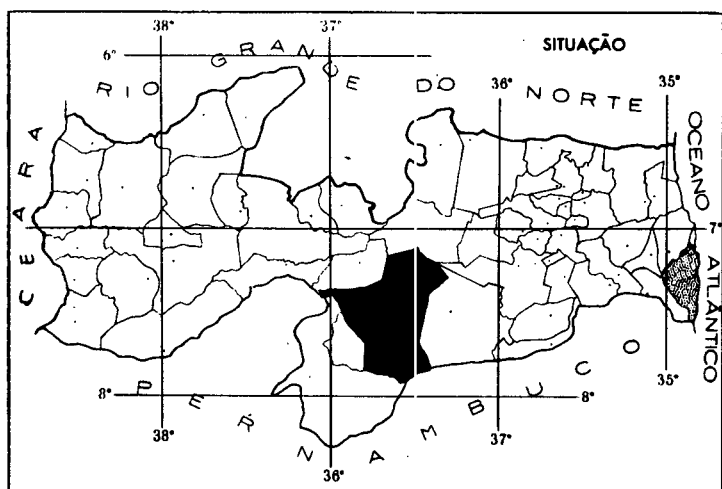
Parari: Criado com o nome de São José dos Pombos, pertenceu sempre a São João do Cariri. Pelo Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Parari, denominação atual.

Sucuru: Criado com a denominação atual que jamais foi alterada, pertenceu sempre ao município de São João do Cariri, figurando na Lei n.º 540, de 18 de novembro de 1921. Aparece em todos os quadros para divisão territorial do Estado, ainda em 1938, 1943, 1944, 1949, 1954 e 1955.

Santa Luzia do Cariri: Criado com o quadro da divisão territorial do Estado para o qüinqüênio 1949-1954, com a atual denominação.

Serra Branca: Criado com a denominação de Serra Branca, pela Lei n.º 520, de 15 de novembro de 1921. Desde a criação, pertence ao município de São João do Cariri. Pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, teve o nome mudado para Itamorotinga. Por fôrça do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado da Paraíba, promulgado em 1947, a vila então denominada Itamorotinga, voltava à sua antiga denominação de Serra Branca, e era elevada à categoria de cidade, sede do município de São João do Cariri.

Atualmente, o município de São João do Cariri compõe-se de onze (11) distritos: São João do Cariri, Serra Branca (atual sede municipal), Gurjão, Santo André, Parari, São José dos Cordeiros, Santa Luzia do Cariri, Sucuru, Congo, Coxixola e Caraúbas.

LOCALIZAÇÃO — O município de São João do Cariri está localizado na Zona Fisiográfica do Cariri Velho e da qual é parte mais característica, mais representativa, a começar pelo próprio nome, já antigo. Limita-se com os seguintes municípios: Campina Grande, Cabaceiras, Sumé, Monteiro, Taperoá, Juàzeirinho e Soledade, no Estado da Paraíba, e mais com São José do Egito, Brejo da Madre de Deus e Taquaretinga, no Estado de Pernambuco. A sede municipal situa-se a 7º 29' 34" de latitude Sul, 36º 41' 53" de longitude W.Gr. e 445 metros de altitude. Dista 203 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado, no rumo oés-sudoeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é sêco e fresco, com alíseos à noite, em geral moderados. A temperatura sobe até 36º (à sombra), desce até 16º e oscila entre 20 e 30 graus, na maior parte do tempo. De escassa pluviosidade, a precipitação pluviométrica não atinge a média anual de 400 milímetros, as chuvas são irregulares, ora muito fortes e prejudiciais, ora muito finas e inúteis, e sempre raras. Sem grandes reservatórios de água, e sem vegetação cerrada que possa influir na queda das chuvas, estas terras são sêcas, e as estiagens são mais acentuadas de ano para ano.

ÁREA — O município de São João do Cariri, o maior do Estado da Paraíba, tem a superfície de 3 594 quilômetros quadrados, representando 6,58% do território paraibano.

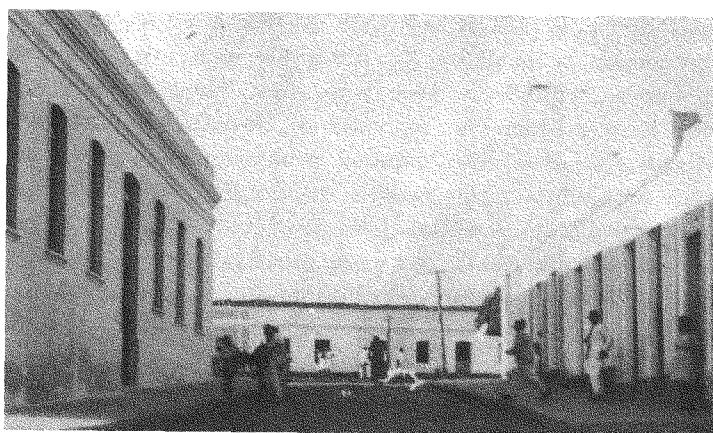
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Paraíba, de curso temporário, o maior do Estado, e que se forma neste município na confluência dos rios do Meio, Sucuru e da Serra, na Fazenda Maniçoba, seguindo em direção leste; banha a vila de Caraúbas. Rio Taperoá, principal afluente da margem esquerda do rio Paraíba, banha os distritos de São José dos Cordeiros e São João do Cariri. Serra da Engabelada, distrito de Congo, com altitude provável de 600 metros; serra dos Mares, distrito de Coxixola, com aproximadamente 500 metros acima do nível do mar; serra do Jatobá, distrito de Serra Branca, com 500 metros; serra Pedra do Fogo, distrito de São João do Cariri, com 400 metros; e serra do Maracajá, distrito de São João do Cariri, com altitude provável de 500 metros. Açude Namorado, distrito de São João do Cariri, com capacidade de .... 7 000 000 de metros cúbicos. Açude Congo, distrito de Caraúbas, que pode acumular 10 000 000 de metros cúbicos. Açude Lagoa de Cima, capacidade de 8 000 000 de metros cúbicos.

RIQUEZAS NATURAIS — O subsolo nunca foi explorado nem estudado convenientemente, razão por que, embora na prática tôda gente vislumbre jazidas de bons minerais, não podemos citá-las, por falta de dados científicos. A extração de produtos nativos ainda vai efetuar suas explorações na sacrificada floresta, com a derrubada para a lenha e carvão vegetal. Para tal se prestam a aroeira, a baraúna ou braúna, etc.; o angico fornece casca para os curtumes, porém a devastação está anulando esta disponibilidade natural.

POPULAÇÃO — Os resultados do Censo Demográfico de 1950 dão a São João do Cariri a população de 31 778 habitantes, figurando, assim, no 23.º lugar entre as 41 comunas existentes então no Estado. Na tabela a seguir e nos comentários subseqüentes, verifica-se como se distribuía essa população.

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Serra Branca	4 802	1 188	3 614
Caraúbas	2 751	285	2 466
Congo	3 246	401	2 845
Coxixola	2 641	212	2 429
Gurjão	2 965	204	2 761
Parari	2 032	121	1 911
Santa Luzia do Cariri	2 390	200	2 190
Santo André	2 814	135	2 679
São João do Cariri	2 299	371	1 928
São José dos Cordeiros	4 468	393	4 075
Sucuru	1 390	97	1 293
TOTAL	*31 778*	*3 607*	*28 171*

Como se observa no quadro exposto, as aglomerações urbanas existentes no município, embora numerosas, possuem reduzidos contingentes populacionais. Tôdas elas, com exceção parcial da sede do município, não têm os mínimos requisitos urbanísticos. Dos seus 31 778 habitantes, 28 171, correspondendo a 88,7%, localizavam-se no quadro rural. Daí se vê que, não obstante o grande número de aglomerações urbanas, trata-se de município tìpicamente rural. Observa-se, outrossim, que a população rural de todo o Estado representa 73% do total.

Através dos diferentes grupos, a população assim se distribuía: *Sexo*: 15 259 homens e 16 519 mulheres. *Côr*: 26 218 brancos, 1 397 pretos, 4 145 pardos, 18 sem decla-

Trecho da Rua 4 de Outubro

ração de côr. *Estado conjugal* (Pessoas de 15 anos e mais) — Solteiros 7 751, Casados — 9 497, Viúvos 998 (252 homens e 746 mulheres), Desquitado — 1, sem declaração de estado conjugal 41. *Religião*: Católicos Apostólicos Romanos — 31 698, Protestantes — 39, Espírita — 1, Maometano — 1, outras religiões — 12, sem religião — 4, sem declaração de religião — 23.

Segundo estimativa elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística e referente a 31-XII-1956, a população de São João do Cariri era àquela data de 35 894 habitantes, o que lhe dá a densidade demográfica de 10 habitantes por quilômetro quadrado, a mais baixa de todo o Estado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária constituem a principal atividade econômica do município, e pode mesmo ser dito que, sem industrialização, a base econômica de São João do Cariri repousaria quase totalmente nos alicerces da pecuária e da agricultura, que congregam cêrca de 75% das pessoas de 10 anos de idade e mais, dedicadas a atividades lucrativas (excluindo as profissões domésticas não remuneradas, porque a quase totalidade das mulheres dedicava-se aos afazeres do lar). Os estabelecimentos rurais aqui são simultâneamente agrícolas e pastoris, e o número de propriedades recenseadas foi de 3 479. O valor da produção agrícola em 1956 correspondeu ao montante de Cr$ 15 000 000,00 conforme especificação abaixo:

PRODUÇÃO AGRÍCOLA	VALOR DA PRODUÇÃO	
	Números absolutos (Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Algodão	15 000	96
Batata-doce	700	4
Arroz	*	*
Milho	*	*
Feijão	*	*

(*) No quadro acima, foram incluídos: arroz, milho e feijão, com o propósito de chamar a atenção para o fato de que a população agrícola neste município varia, de acôrdo com o inverno, em fortes oscilações de ano para ano, e, às vêzes, sem acusar qualquer rendimento, desde que as lavouras respectivas foram destruídas pela sêca. Tomando-se em consideração o quadro correspondente a vários anos, tem-se uma idéia do fenômero que determina quedas tão violentas. Resistem a estiagens, geralmente, o algodão mocó, por ser resistente ao meio, e a batata-doce, que é cultivada nos leitos dos rios e riachos, o que garante a existência da lavoura em maior ou menor quantidade, sujeita aos fatôres negativos parciais. Culturas que ofereciam perspectivas das melhores são dizimadas, geralmente, quando se aproxima o tempo da colheita. As chuvas são irregulares, e, mesmo em anos de intensa pluviosidade, pode ocorrer o verão extemporâneo que destrói as plantações. Em condições tão precárias, não se pode fixar estimativa nem tabela de comparação para essas particularidades da vida econômica do município. Ofereeemos o quadro abaixo como ilustração:

ANOS	PRODUTOS AGRÍCOLAS E QUANTIDADE PRODUZIDA EM kg				
	Algodão	Arroz	Batata-doce	Feijão	Milho
1952	900 000	27 000	1 200 000	30 000	30 000
1953	450 000	—	400 000	—	—
1954	1 200 000	—	800 000	—	—
1955	1 800 000	—	800 000	180 000	180 000
1956	1 500 000	—	700 000	—	—
1957	1 000 000	—	700 000	90 000	(*) 90 000

(*) Os dados referentes ao ano de 1957 são estimativas quase confirmadas.

A pecuária sofre as mesmas restrições decorrentes da irregularidade climática. O efetivo do rebanho oscila de acôrdo com o inverno, isto é, de acôrdo com as pastagens. O quadro abaixo explica:

ANOS	ESPÉCIE E NÚMERO DE CABEÇAS						
	Asininos	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Eqüinos	Muares	Suínos
1955	7 000	15 000	18 000	18 000	500	1 200	4 000
1956	4 000	13 000	18 000	18 000	500	1 200	4 000

Indústria — Não existe parque industrial pròpriamente dito, em São João do Cariri, mas apenas alguns estabelecimentos de beneficiamento de algodão. Outros de frágeis organizações dedicam-se, em modestíssimas escalas, ao fabrico de pães e bolachas. Assim é que, em 1956, funcionaram 2 estabelecimentos de beneficiamento de algodão, empregando 17 operários, cujos salários somaram Cr$ 14 200,00 e cuja produção atingiu o valor de Cr$ 5 868 112,00. Enquanto isso, o fabrico de pães e bolachas apresentava os seguintes números no ano de 1956: número de estabelecimentos (todos com menos de 5 pessoas ocupadas) 8; total do pessoal empregado: 16; salários pagos: Cr$ 170 100,00.

A seguir damos um quadro demonstrativo das oscilações da indústria de beneficiamento de algodão, a única existente em têrmos de comparação (por ocupar mais de 5 operários):

ANOS	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
1950	7 385 741,00
1951	2 126 200,00
1952	8 012 830,00
1953	4 514 566,00
1954	4 175 426,00
1955	5 043 200,00
1956	5 868 112,00

Comércio — Como se vê, a situação econômica é precária neste município e, dêsse modo, o comércio é naturalmente modesto. O volume de suas compras e vendas não se destaca, por ser dos menores do Estado; tanto assim, que em 1956 existiam 50 estabelecimentos varejistas (quase todos

pequenas mercearias e algumas lojas). O valor total do movimento comercial em 1956 foi de Cr$ 47 631 223,20, cujo montante só foi possível, graças ainda ao algodão que representa a quase totalidade de sua economia e que é a mais ponderável parcela nas vendas acima mencionadas. O município tem as suas transações comerciais de maior vulto com a cidade de Campina Grande, a praça por excelência da colocação de seus produtos, e abastecimento de suas necessidades.

FINANÇAS PÚBLICAS — Transcrevem-se, na tabela abaixo, dados referentes ao período 1950-1957:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	199	1 073	576	225	527
1951	184	1 116	606	215	774
1952	458	1 254	828	283	841
1953	345	900	919	181	670
1954	400	1 192	935	220	1 121
1955	407	1 760	1 031	287	1 293
1956	633	2 028	1 477	387	1 812
1957 (*)	...	...	1 240	363	1 240

(*) Os números referentes ao ano de 1957 constam do Orçamento Municipal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A sede municipal está ligada às cidades vizinhas por meio de estradas de rodagem. Distâncias: para Soledade, 82 km; para Campina Grande, 104 km para Cabaceiras, 93 km; para Juàzeirinho, 73 km; para Taperoá, 54 km; para Sumé, 36 km; para Monteiro, 72 km (estas no Estado da Paraíba), e para São José do Egito, 120 km; para Brejo da Madre de Deus, 120 km e para Taquaretinga, 136 km (as últimas no Estado de Pernambuco). A cidade dista, por via rodoviária, 232 quilômetros da capital do Estado, cuja ligação é feita com base em Campina Grande, ponto onde termina a rodovia que serve a esta cidade, e local de baldeação.

Servindo o município de São João do Cariri, existem duas emprêsas de transporte coletivo: a "Auto Viação Sertânia" que faz a linha regular Campina Grande—Sertânia (PE), tocando nas localidades de São João do Cariri, Serra Branca e Santa Luzia do Cariri, e a "Emprêsa Livramento" que faz a linha Campina Grande—Livramento (vila do vizinho município de Taperoá) e serve às seguintes localidades: São João do Cariri, Serra Branca e S. José dos Cordeiros. O município possui 32 veículos rodoviários: 28 caminhões, 3 automóveis e 1 jipe. Sua rêde rodoviária mede 487 quilômetros.

Como vias de comunicação, o município dispõe de uma Agência Postal-telegráfica na sua sede, de agências postais-telegráficas nas vilas de São João do Cariri, São José dos Cordeiros, Coxixola, Caraúbas e Congo, e agências postais em Gurjão e Parari.

ASPECTOS URBANOS — É modesta a apresentação urbana, tanto da velha e primitiva cidade de São João do Cariri, como na atual sede, Serra Branca. Ambas, com baixa densidade demográfica, de vida econômica precária, sem desenvolvimento, são pequenas e possuem poucas construções. Em Serra Branca, em 1950, existiam 1 188 habitantes e 334 prédios. Hoje se estimam êsses efetivos em 1 400 habitantes, e existem 404 prédios distribuídos pelos seus 11 (onze) logradouros públicos, totalmente sem pavimentação, e, pode ser dito, sem mesmo arborização, pois, se existem alguns exemplares de Ficus, são esparsos e irregulares.

A cidade é servida de luz elétrica em todos os seus logradouros, e a rêde de iluminação domiciliária conta com 154 ligações. Os prédios mais importantes são: o Grupo Escolar, o Correio e Telégrafos e a Matriz. Em São João do Cariri ainda existem os edifícios da Casa da Câmara e da Cadeia, construídos em 1859, e a Igreja de Nossa Senhora dos Milagres, sede da freguesia do Cariri, criada em 3 de abril de 1750, construída pelos Jesuítas, em época e data ainda não identificadas.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Censo de 1950, vê-se que no município de São João do Cariri existiam, com 5 e mais anos de idade (idade escolar), 26 653 pessoas, das quais sòmente 10 994 sabiam ler e escrever, ou seja: 41,25%. A taxa de analfabetismo era portanto de 58,75%, índice bem melhor que o do Estado, porquanto êste apresentava umá taxa de 71% de analfabetos.

Ensino — Em 1956 e 1957 funcionavam no município 77 escolas primárias. Dessas, 11 estão localizadas nas zonas urbanas e 66, nas zonas rurais. Foram matriculadas, para o corrente ano letivo, 3 120 alunos, sendo 1 415 do sexo masculino e 1 705 do feminino. Existem, ainda, 3 escolas de alfabetização de adultos, que matricularam 42 alunos do sexo masculino e 32 do feminino.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — A Câmara de Vereadores é constituída de nove (9) membros, sendo a representação atual composta de 5 representantes do Partido Social Democrático e 4 filiados à União Democrática Nacional. O atual Prefeito é o Dr. Genival de Queiroz Torreão, eleito sob a legenda do Partido Libertador.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Há uma tradição secular mantida com especial interêsse pelos filhos do município: em todos os anos é celebrada a Festa de Nossa Senhora dos Milagres, na Igreja dêsse orago, na velha e tradicional cidade de São João do Cariri, em 8 de setembro (precedida de outros dias festivos). É o dia da reunião da família caririzeira, porque ali, naquele primitivo ponto de encontro de tropeiros do século XVII, se invoca a proteção tida com a maior reverência, de Nossa Senhora dos Milagres, a mesma que presidiu os destinos desta região desde os seus primórdios. No templo histórico, viveram-se os episódios da formação desta comunidade, pois, na época, São João do Cariri era a povoação líder de tôda a zona dos Cariris Velhos, e a sua freguesia era o centro religioso da vasta zona. É por isso que um apêgo à terra e suas caras tradições mantém os seus filhos em contacto com o berço natal. É curioso e digno de menção o fato de ver-se o deslocamento que, de todos os pontos, promovem os habitantes de terras que mantêm afinidade com a nossa, levados pelos filhos da antiga cidade e do município; êstes vêm para participar da imponente procissão que percorre as ruas coloniais cheias de reminiscências. No cortejo impregnado de fé, piedade e também saudades, encontra-se apreciável número de fiéis que acompanham a imagem, com pés descalços, em homenagem à Padroeira do Cariri, tal qual se fazia a séculos atrás.

VULTOS ILUSTRES — São João do Cariri, a despeito de sua debilidade econômica, foi rico sob o ponto de vista humano. Neste solo pobre, e na cidade pequenina, velha, porém cheia de tradições bem vividas, nasceram e viveram homens ilustres que se constituíram, cada um em sua época, na cabeça-pensante da região. Dentre êstes, destacam-se o Dr. Elias Eliseu Elíaco da Costa Ramos, poderoso político do regime imperial; Dr. Domingos da Costa Ramos, advogado influente e Deputado Estadual; Dr. José Gaudêncio, hábil advogado que se tornou Procurador-Geral, Deputado, Senador; influente político, por ocasião da Revolução de 1930 foi deportado para Portugal. Ainda o Dr. Inácio Brito, Desembargador ilustrado, respeitável membro da Côrte de Justiça da Paraíba, político importante; Dr. Caetano de Farias, médico, brilhante oficial do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai; Desembargador Jansen Batista, jurista; Tertuliano Brito, vigoroso parlamentar que foi Presidente da Assembléia Legislativa por duas vêzes, e, nessa qualidade, representou o Govêrno da Paraíba nas comemorações do IV Centenário de São Paulo, político combativo, de marcante atuação no Estado, eleito deputado várias vêzes, foi um dos Chefes Revolucionários de 1930, de cuja campanha saiu Major Honorário (já era Major da Guarda Nacional) do Exército Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 2) — *A Parahyba* — João de Lyra Tavares, volume II — Edição de 1909; 3) — *Datas e Notas para a História da Parahyba* — Irineu Ferreira Pinto — Volume I, página 216. 4) — *Apanhados Históricos da Parahyba* — Celso Mariz; 5) — *Evolução Histórica da Parahyba* — Coronel Delmiro Ferreira de Andrade.

AUTORIA — José de Farias Tavares.

SÃO JOSÉ DE PIRANHAS — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Presume-se que o território seja constituído pelas antigas sesmarias pertencentes à Casa da Tôrre e a fazendeiros de Piancó que ali se estabeleceram nos primeiros dias do século XVIII. Tudo indica que havia fazendas na região, pois em 1764, no registro de Sesmaria requerida, possìvelmente para ser doada como patrimônio da Igreja, consta o seguinte "... Para o poente com terras de São José..." Ali foram então sendo construídas casas de residência e se formou uma povoação que recebeu o nome de São José de Piranhas, por localizar-se à margem do rio Piranhas.

Segundo João Lira Tavares (*vide* "A Paraíba"), de simples capela filiada à freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Sousa foi a povoação de São José de Piranhas elevada a sede de freguesia, pela Lei provincial n.º 13, de 10 de novembro de 1840, datando daí, naturalmente, a criação do distrito. A criação da paróquia foi confirmada pela Lei n.º 15, de 7 de outubro de 1848.

Em 1863, por fôrça da Lei n.º 92, de 23 de novembro, o município de Sousa perdeu para o de Cajàzeiras o distrito de São José de Piranhas.

A criação do município ocorreu em 1885, em virtude da Lei provincial n.º 791 de 20 de setembro daquele ano.

Nas divisões administrativas do Brasil, referentes a 1911 e 1933, o município de São José de Piranhas figura com apenas um distrito, o de mesmo nome.

Por fôrça da Lei estadual n.º 12, de 28 de novembro de 1935, a sede municipal foi transferida para a localidade de Jatobá. O município conservou, todavia, a denominação de São José de Piranhas e apresentou-se nas divisões territoriais de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, constituído de dois distritos: São José de Piranhas e Bonito de Santa Fé.

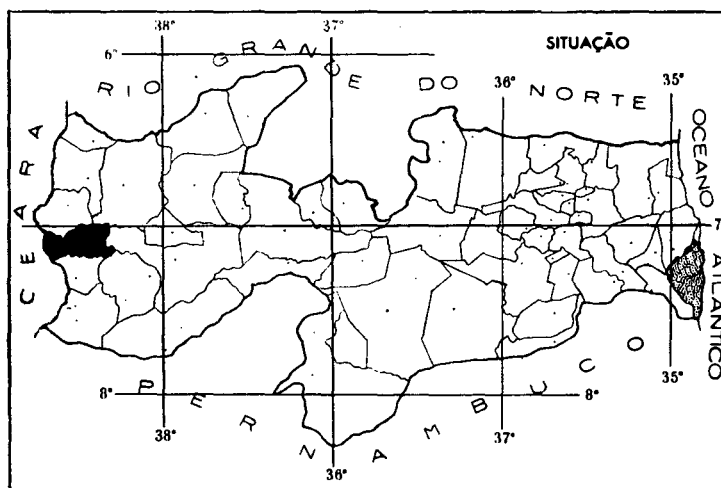
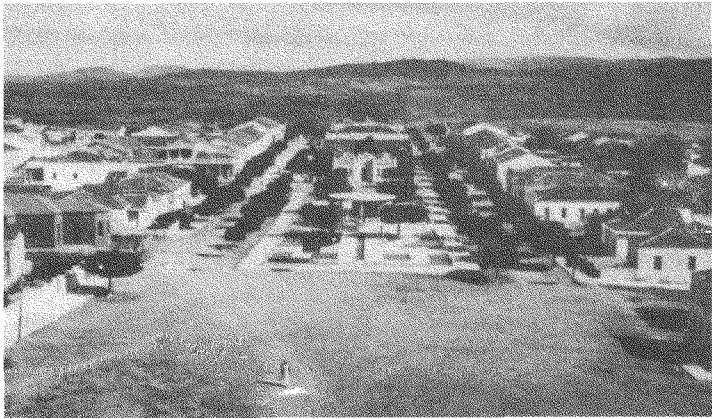
Motivou a transferência da sede do município a construção, pelo govêrno federal, da barragem do "Boqueirão do Piranhas", cujas águas represadas cobriram posteriormente quase tôda a área ocupada pela antiga sede municipal. O que dela restou chama-se hoje "Piranhas Velha".

Passou o município a denominar-se "Jatobá", a partir de 1939, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Em virtude dêsse mesmo decreto, perdeu o município o distrito de Bonito de Santa Fé, que passou a constituir o município de Bonito então criado. Ainda em conseqüência dêsse Decreto, foi criado no município de Jatobá o distrito de Carrapateira, constituído com território desanexado dos municípios de Piancó e Itaporanga e do distrito de Jatobá. Continuou, assim, o município com dois distritos: Jatobá e Carrapateira.

Em 1940, foi criada a comarca de Jatobá, pelo Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril do mesmo ano.

Voltou o município a ter o nome primitivo de São José de Piranhas em 1952, em face da Lei n.º 800, de 14 de outubro daquele ano.

Na divisão territorial vigente, o município mantém-se com os mesmos distritos: São José de Piranhas e Carrapateira.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão. Limita com os municípios de Cajàzeiras, Sousa, Piancó, Itaporanga e Bonito de Santa Fé, no Estado, e Mauriti e Milagres, no Ceará. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 7º 07' 14" de latitude Sul e 38º 30' 01" de longitude W. Gr. Tem uma altitude de 300 metros, tomando o rumo O.N.O., em relação à Capital do Estado, da qual dista em linha reta 402 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista parcial da cidade

CLIMA — Quente e sêco, notadamente na época do longo estio, que caracteriza a região em que está encravado. Oscila de 22 a 33ºC, à sombra, a sua temperatura. As chuvas caídas, durante o ano de 1956, atingiram 1 153,7 milímetros.

ÁREA — Até 1954, a sua área era de 706 quilômetros quadrados, sendo o ocupante do 31.º lugar entre os 54 municípios paraibanos então existentes. Em 1957, ainda, com a mesma área, passou a ocupar a 30.ª colocação em concorrência com os demais municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — As elevações que dominam parte de seu território são ramos da serra do Bongá, e merecem citação a do Braga, São Gonçalo, do Vital, Santa Catarina e inúmeros serrotes. Tôdas as serras e serrotes servem de limites naturais com os municípios vizinhos.

O Piranhas é o principal rio do município, e seus afluentes dentro do território piranhense são os riachos Tamanduá, da Corda, dos Patos, Bonfim e Currais.

Situa-se em seu território o grande Açude Boqueirão, represando o rio Piranhas, com capacidade para armazenar 255 milhões de metros cúbicos de água.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral, merecem citação as jazidas de argilas em exploração para o fabrico de tijolos e telhas, e a cal de pedra. De origem vegetal — a cêra de carnaúba, semente de oiticica, lenha em geral e casca de angico. De origem animal — peixes diversos extraídos do Açude Boqueirão de Piranhas, pelo D.N.O.C.S.

POPULAÇÃO — O resultado do Recenseamento Geral de 1950 acusou a existência de 12 954 pessoas no município.

Prefeitura Municipal

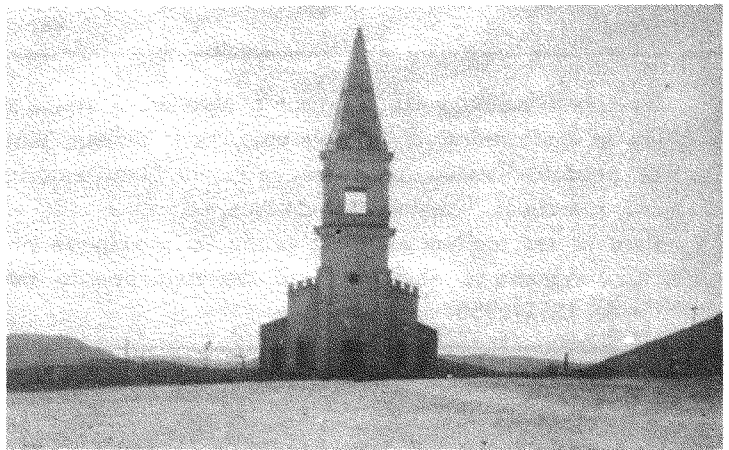
Ocupava o 40.º lugar entre as 41 comunas paraibanas, representando 0,76% da população estadual.

O quadro abaixo mostra a localização da população, por distritos e zonas urbana e rural.

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
São José de Piranhas	12 093	1 375	10 718
Carrapateiras	861	334	527
TOTAL	*12 954*	*1 709*	*11 245*

Apenas a sede municipal se destaca como aglomeração urbana de importância relativa, com apenas 1 375 habitantes.

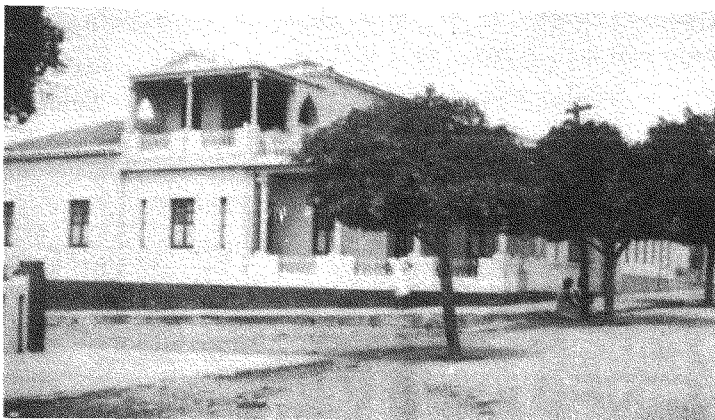
A população rural de 11 245 pessoas representa 86%, maior, portanto, do que a do Estado, equivalente a 73% do total.

Os seus 12 954 habitantes estavam assim distribuídos segundo os vários grupos: *Sexo* — 6 477 homens e 6 477 mulheres; *Côr* — 11 010 brancos, 1 761 pretos, 135 pardos, 93 sem declaração de côr; *Estado conjugal* — 2 419 solteiros, 4 039 casados e 394 viúvos, dos quais 118 eram homens e 276 mulheres; *Nacionalidade* — todos eram brasileiros natos; *Religião* — 12 888 católicos romanos, 43 protestantes, 4 espíritas, 8 sem religião e 11 sem declaração de religião.

Igreja-Matriz de São José

Chama-se a atenção para a raríssima coincidência, qual seja a igualdade numérica das populações masculina e feminina.

Segundo os cálculos feitos pelo Departamento Estadual de Estatística para 31-12-1956, a população do município era, àquela data, de 14 408 habitantes, classificando-se entre as 58 comunidades paraibanas no 44.º lugar. Sua densidade demográfica é de 20,41 habitantes por quilômetro quadrado, menor, portanto, que a do Estado, que é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária eram as atividades dominantes no município, as quais congregavam, aproximadamente, 70% dos habitantes de 10 e mais anos (Com exceção das mulheres que se dedicavam às atividades domésticas).

O valor da produção agrícola, em 1956, atingiu a soma de Cr$ 57 857 800,00 (cinqüenta e sete milhões,

Vista de um trecho da Rua Juvêncio Andrade

oitocentos e cinqüenta e sete mil e oitocentos cruzeiros), conforme especificação abaixo:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	VALOR DA PRODUÇÃO	
	Números absolutos (Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Algodão	48 600	84
Milho	2 718	4,70
Feijão	2 494	4,32
Fava	1 323	2,28
Arroz	792	1,36
Cana-de-açúcar	625	1,08
Outros produtos	1 305	2,25
TOTAL	*57 857*	*100,00*

Na tabela acima verifica-se que o algodão, o milho e o feijão se destacam como as três culturas principais. Em "outros produtos" estão incluídos: abóbora, batata-doce, mamona, mandioca, banana, côco-da-baía, laranja e manga.

Para se ter melhor idéia da produção algodoeira no município, registra-se abaixo o seu desenvolvimento no período de 1952-1956:

ANOS	PRODUÇÃO DE ALGODÃO	
	Quantidade (arrôba)	Valor (Cr$ 1 000)
1952	56 000	5 600
1953	17 000	2 380
1954	190 000	28 500
1955	345 000	41 400
1956	405 000	48 600

A pecuária tem considerável significação para o município de São José de Piranhas, principalmente os rebanhos bovinos, caprinos e suínos.

Registram-se, no quadro abaixo, os efetivos dos vários rebanhos existentes em 1956:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Asininos	2 400
Bovinos	5 700
Caprinos	3 500
Eqüinos	1 600
Muares	2 700
Ovinos	2 500
Suínos	3 500
TOTAL	*21 900*

Pequena parte da produção bovina e suína é exportada para os municípios de Patos e Campina Grande, no Estado.

Indústria — A indústria predominante é o fabrico de rapadura, à qual, em 1956, se dedicavam 17 estabelecimentos e 136 pessoas, cujo valor da produção atingiu a soma de Cr$ 879 000,00. Afora a indústria de rapadura, só existe a de farinha de mandioca, cujo valor da produção no mesmo ano foi de Cr$ 315 000,00.

Comércio — Contavam-se, na sede do município, no ano de 1956, 21 estabelecimentos varejistas, com um movimento total de Cr$ 15 919 000,00 (quinze milhões, novecentos e dezenove mil cruzeiros).

O município transaciona com Bonito de Santa Fé, Cajàzeiras, Patos e Campina Grande. Importa: tecidos, louças, estivas, ferragens, material elétrico, miudezas, etc.; e exporta: algodão em rama, gado bovino e suíno, milho e feijão macáçar.

Estabelecimento de crédito — Não existem estabelecimentos de crédito no município. Funciona na sede municipal uma Cooperativa de Crédito Agrícola, concorrendo muito para o progresso da comuna.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo retrata o movimento das finanças públicas no município no período de 1950-1956:

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	220	275	289	57	287
1951	297	495	395	126	531
1952	266	731	575	20	554
1953	326	559	856	545	880
1954	259	730	843	257	783
1955	296	1 110	1 544	526	929
1956	244	1 787	1 293	386	1 231

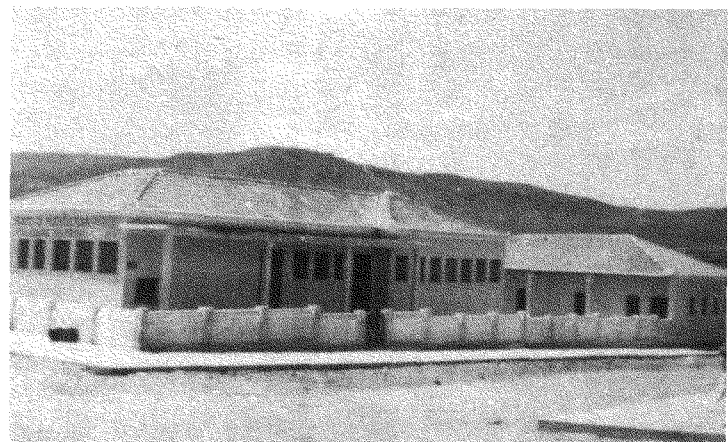
ASPECTOS URBANOS — A cidade de São José de Piranhas conta 18 logradouros públicos, 455 prédios e cêrca de 1 500 habitantes.

Dos seus logradouros, 2 são pavimentados a paralelepípedos, cobrindo uma área de 3 000 metros quadrados, e 4 arborizados.

Há serviço de luz elétrica e a iluminação pública estende-se a 13 logradouros, com 140 focos. A domiciliária totaliza 230 ligações.

Entre os seus mais importantes prédios, destacam-se o Mercado, a Matriz, o Forum e o Hotel Piranhas.

Os seus principais logradouros públicos são as Ruas Juvêncio Andrade e Sete de Setembro.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionavam, na sede do município, um pôsto de higiene, mantido pelo

Pôsto de Puericultura

Govêrno do Estado, com a finalidade de atender à população local, e uma farmácia e duas drogarias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — São duas as cooperativas da comuna, sendo uma a dos Pescadores do Piranhas Limitada, com 245 associados, tendo a finalidade de promover em comum a venda de suas produções; e a Rural Mista, destinada a facilitar empréstimos a pequenos agricultores.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Comunica-se a sede municipal por estrada de rodagem com os seguintes municípios vizinhos: Cajàzeiras (32 quilômetros), Sousa (71 quilômetros, via Cajàzeiras), Piancó (161 quilômetros, via Bonito de Santa Fé, Conceição e Itaporanga), Itaporanga (126 quilômetros, via Bonito de Santa Fé e Conceição) e Bonito de Santa Fé (32 quilômetros) todos no Estado, e Mauriti (60 quilômetros) e Milagres (72 quilômetros) no Ceará. Dista 509 quilômetros da Capital estadual, via Cajàzeiras.

O município conta 25 veículos a motor: 15 caminhões e 10 jipes e a sua rêde rodoviária mede 174 quilômetros.

Como meios de comunicação, dispõe de 1 agência postal-telegráfica na sede municipal.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral do País, em 1950, o nível de instrução geral da população piranhense era a seguinte, conforme demonstra a tabela a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	2 481	23,52
Não sabem ler e escrever	8 066	76,48
TOTAL	*10 547*	*100,00*

Ensino — Existiam, em 1956, 88 unidades de ensino primário fundamental comum, no município, sendo 6 federais, 11 estaduais e 71 municipais: 6 na cidade, 2 em vila de Carrapateiras e 80 espalhadas pela zona rural. No mesmo ano, o número de alunos matriculados foi 958.

ASPECTOS CULTURAIS — Possui um clube desportivo e cultural com 140 associados.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Compareceram às urnas, em 3-10-1955, 2 099 votantes. A Câmara Municipal compõe-se de 7 vereadores eleitos pelos diversos partidos concorrentes. O Chefe do Executivo municipal é o Senhor José Cavalcanti da Silva Primo, eleito pela União Democrática Nacional

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — De 9 a 19 de março, realiza-se, todos os anos, a tradicional festa de "São José", padroeiro da cidade. As festividades, que atraem considerável número de pessoas procedentes do interior do município, têm seu encerramento solene com magnífica procissão.

Às segundas-feiras realiza-se a feira-livre semanal, onde são expostas à venda variadas mercadorias.

OUTROS ASPECTOS — O município tem desenvolvimento normal, em relação ao seu número de habitantes.

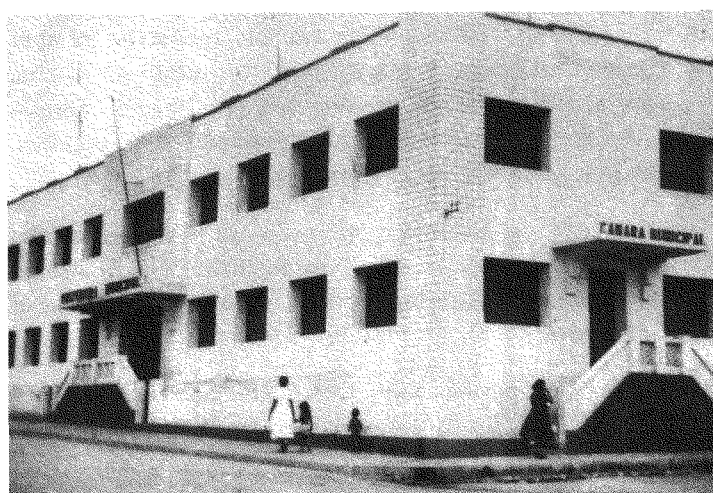
São José de Piranhas conta com 2 cooperativas — Cooperativa de Crédito Agrícola, na sede municipal, e Sociedade Cooperativa dos Pescadores do Piranhas Limitada, no povoado Piranhas Velha. É sede da Paróquia de São José, em cuja jurisdição estão localizados 7 templos católicos; no município há 1 templo protestante.

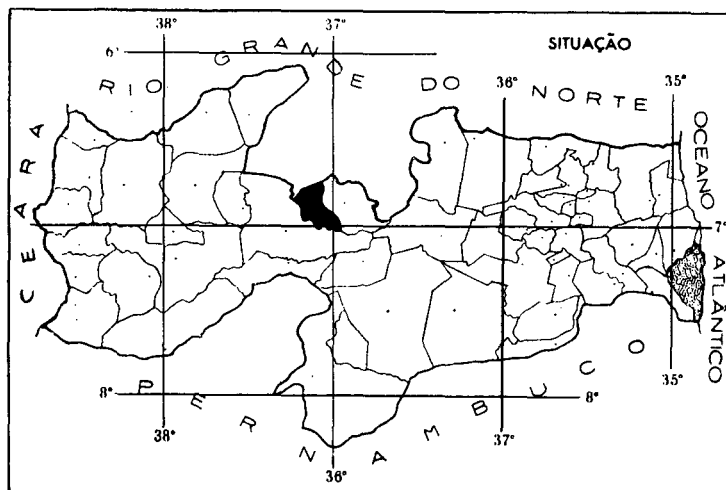
BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *A Paraíba* — João de Lyra Tavares. 3) *Sinopse Estatística do Município de Jatobá* — 1948. 4) *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954. 5) *Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.*

AUTORIA — Hélio de Caldas Barros.

SÃO MAMEDE — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Ao alvorecer do século XVIII, iniciaram-se as penetrações de homens civilizados na região onde se situa o município de São Mamede. Precisamente em 1702, o sargento-mor Matias Vidal de Negreiros e o alferes Marcos Rodrigues Cabral e Manuel Monteiro penetraram na zona do Sabugi. A Data de São Mamede foi requerida por Manoel Tavares Baía, cuja concessão foi feita no govêrno de Francisco Xavier de Mirandas Henriques, pela Sesmaria n.º 568, de 28 de janeiro de 1762. A povoação foi fundada a 5 de abril de 1903, por Manuel Augusto de Araújo e Manoel Faustino da Costa. Nesse dia, foi celebrada a primeira missa e realizada a primeira feira. José Paulo de Santos foi um dos elementos que mais contribuíram para o desenvolvimento da povoação. Por fôrça do Decreto federal n.º 311, de 2 de março de 1938, passou à categoria de vila. Nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, e na Lei estadual n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, figura como distrito de Santa Luzia. A Lei estadual n.º 973, de 2 de dezembro de 1953, concedeu autonomia ao distrito de São Mamede, que, dessarte, se tornou município sob o mesmo nome, instalado a 1.º de maio de 1954, constituindo-se de um único distrito, o do mesmo nome, não sendo, entretanto, erigido em comarca, mas sim constituído em têrmo da de Santa Luzia, de acôrdo com a mesma Lei.

Prefeitura e Câmara Municipais

LOCALIZAÇÃO — Está situado na Zona Fisiográfica do Sertão, constituído de uma zona pertencente à grande cordilheira da Borborema. Os seus municípios limítrofes são os seguintes: Santa Luzia, Patos e São João do Sabugi, no Rio Grande do Norte. As coordenadas geográficas da sede municipal estão assim determinadas: 6° 56' de latitude Sul e 37° 07' de longitude W. Gr. Tem uma altitude de 270 metros, segundo consta do mapa do Estado da Paraíba, editado em 1951 pelo Conselho Nacional de Geografia.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É quente e sêco, variando a temperatura de 18 a 35°C, à sombra. As chuvas caídas no último inverno atingiram 563 milímetros.

ÁREA — Segundo cálculos procedidos pelo Departamento Estadual de Estatística, a área do município é de, aproximadamente, 422 quilômetros quadrados, ocupando o 42.° lugar entre os demais municípios paraibanos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é ligeiramente ondulado, apresentando os seguintes contrafortes da Borborema: serras do Convento (onde nasce o rio Sabugi), do Cajueiro, da Boa Vista, do Pião, da Mandioca e das Melancias. Picotes é o ponto mais elevado do município e em seu sopé fica situado o povoado do mesmo nome. Seu mais notável curso d'água é o rio Sabugi, cujos tributários, dentro do município, são os riachos Yayu, Serra Branca, Queimadas e Papagaio, pela margem esquerda, e, pela direita, Várzea Alegre, Monte e outros de menor vulto.

RIQUEZAS NATURAIS — Em seu solo encontram-se apenas algumas argileiras, e minas de xilita, berilo e fluorita, enquanto a vegetação que recobre seu território é característica do Seridó, isto é, rala a abundando em facheiros, marmeleiros, pereiras, xiquexique, etc.

POPULAÇÃO — Segundo apuração do Recenseamento Geral de 1950, a população do então distrito de São Mamede era de 7 712 habitantes, dos quais 3 907 homens e 3 805 mulheres.

Localização da população — Dos 7 712 habitantes recenseados em 1950, 6 447 se achavam localizados na zona rural e os demais (1 265) nas zonas urbana e suburbana da cidade, correspondendo a 83%.

Aglomerações urbanas — Compõe-se de um único centro urbano — a cidade de São Mamede, que, em 1950, ainda vila do município de Santa Luzia, possuía, de acôrdo com o Censo então realizado, 1 265 habitantes.

Estimativa da população — Segundo estimativa apresentada pelo Departamento Estadual de Estatística, em 31 de dezembro de 1956, dá-se ao município um total de 8 578 pessoas, colocando-se, assim, no 53.° lugar entre os 58 municípios paraibanos, ocupando 0,45% da população do Estado. Igualmente, a população da cidade foi estimada em 1 407 habitantes, ocupando o 46.° lugar entre as demais. A sua densidade demográfica é de 20,32 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Funda-se a atividade econômica do município em sua agricultura, representada principalmente pelo cultivo do algodão mocó. Também se cultiva em escala representável o feijão, o milho, a batata-doce, o arroz e a cana-de-açúcar. Em 1956, o valor da produção agrícola superou a 23 milhões de cruzeiros, como se observa abaixo:

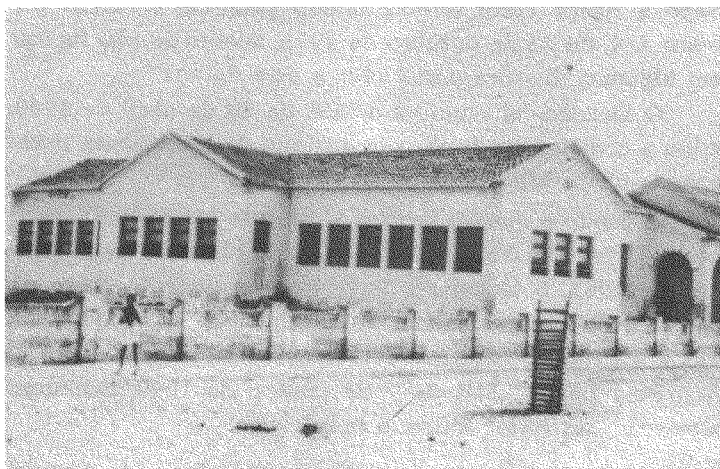
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão arbóreo	Arrôba	113 000	22 600
Arroz	Saco de 60 kg	220	53
Feijão	» » » »	1 925	924
Milho	» » » »	500	90
Cana-de-açúcar	Tonelada	130	65
TOTAL	—	—	*23 732*

Pelo exposto, vê-se a importância da cultura do algodão que contribuiu com 95% do valor total da produção agrícola.

Indústria — A tabela abaixo mostra a situação industrial do município, conforme o inquérito procedido em 1956:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (kg)	VALOR
Beneficiamento de algodão	1 237 990	42 221
Outros	2 822 741	10 039
TOTAL	*4 060 731*	*52 039*

Segundo aquêle inquérito, vê-se que o valor da produção industrial superou a 52 milhões de cruzeiros, onde o beneficiamento do algodão concorreu com 80% do valor total.

Igreja-Matriz de N.S.ª da Conceição

Grupo Escolar Seráfico Nóbrega

Pecuária — A pecuária é, também, regularmente desenvolvida, como se pode observar pelos seus rebanhos existentes em 1956:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Asininos	2 000
Bovinos	3 000
Caprinos	3 000
Eqüinos	330
Muares	250
Ovinos	2 500
Suínos	550

Comércio — Seu comércio vive da atividade de 25 estabelecimentos varejistas que exploram, entre outros, os ramos de estivas e molhados, casas de miudezas, quinquilharias, etc., destacando-se, ainda, os armazéns de compra e venda de algodão.

FINANÇAS PÚBLICAS — Em síntese, o resultado da Receita e Despesa da Prefeitura Municipal no exercício de 1956, foi o seguinte: Receita Cr$ 1 820 516,80 e a despesa realizada Cr$ 1 713 468,90, tendo a Coletoria Estadual arrecadado, no mesmo ano, mais de Cr$ 1 200 000,00. Para 1957, a receita municipal foi orçada em Cr$ 1 700 000,00.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade está localizada entre as de Santa Luzia e Patos. A principal estrada de rodagem é a de Santa Luzia—Patos, que corta o município na direção Leste-Oeste, além das carroçáveis pertencentes ao município e a particulares. Sua sede municipal está ligada às demais, verificando-se as seguintes distâncias: Santa Luzia (21 quilômetros), Patos (23), São João do Sabugi — RN (69); dista da capital Estadual (288), via Santa Luzia, e (315) via Patos.

O município tem apenas 13 veículos rodoviários: 7 caminhões, 3 automóveis comuns e 3 jipes. Sua rêde rodoviária estende-se por 143 quilômetros.

Existe, também, uma Agência dos Correios e Telégrafos com serviço postal-telegráfico.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Mamede tem atualmente cêrca de 2 000 habitantes, 535 prédios e 23 logradouros públicos.

Dos seus logradouros, 2 são pavimentados a paralelepípedos, e 20 iluminados a eletricidade. A iluminação domiciliária estende-se a 127 prédios.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A cidade conta com uma cooperativa denominada "Cooperativa Rural Mista de São Mamede Limitada" cuja finalidade é oferecer financiamento aos pequenos agricultores, tendo, em 1956, dispensado 229 empréstimos no valor de Cr$ 1 357 338,30.

ALFABETIZAÇÃO — A vila de São Mamede, pertencente ao município de Santa Luzia, por ocasião do Recenseamento de 1950, apresentava o seguinte índice de instrução:

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	392	36,88
Não sabem ler e escrever	671	63,12
TOTAL	*1 063*	*100,00*

Ensino — Funcionaram, em 1956, 43 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, dos quais, 3 na cidade e 40 na zona rural. Dessas escolas, 6 são do ensino supletivo, 4 estaduais e 33 municipais, registrando-se, ainda, a presença de uma escola datilográfica denominada "Alice Araújo".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui a cidade uma biblioteca pública municipal, de caráter geral, clube recreativo "Sabuji", etc.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Nas eleições de 3 de outubro de 1955 votaram 2 032 eleitores. A Câmara Municipal está composta de 7 vereadores, sendo seu atual prefeito, o Senhor Inácio Bento de Morais, da União Democrática Nacional.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos mais ilustres da terra, destaca-se o Dr. *Napoleão Abdon da Nóbrega,* autor do projeto de lei que criou o município de São Mamede, destacado parlamentar e advogado, conhecido no sertão paraibano.

OUTROS ASPECTOS — A nova cidade já se orgulha em possuir prédios modernos, haja vista o da Prefeitura Municipal, Mercado Público, Grupos Escolares, além de três usinas para beneficiamento de algodão, Pôsto de Higiene (em construção), Associação Rural, uma farmácia.

Semanalmente, realiza-se uma grande feira onde se congregam produtores e consumidores, não sòmente locais, como de municípios vizinhos.

São-mamedense é o patronímico usado para os habitantes do município.

Na cidade, acha-se instalada uma Agência de Estatística, órgão do Sistema Brasileiro de Estatística.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *Documentação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal.*

AUTORIA — Manuel Meireles.

SAPÉ — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — A bela planície onde se assenta a cidade de Sapé fôra habitada, nos tempos pré-coloniais, pelos índios potiguares.

Mata exuberante cobria a região, quando ali chegaram os primeiros civilizados, no início do século XVII. A partir de então, se foram fundando os "engenhos".

Das mais antigas propriedades rurais da zona, são o Engenho de Lagoa Cercada e o do Buraco (atual Conceição), em cujas terras está a cidade de Sapé.

Em 1882, com o avanço dos trilhos da Estrada de Ferro Great Western edificou-se ali uma estação, que foi como que o motivo para fundação da atual cidade de Sapé, pois a estação foi seguida logo de outras construções, formando dentro de poucos anos um povoado, que se estendia para leste e oeste.

Um dos fundadores da povoação foi o português Manuel Antônio Fernandes, que ali exerceu durante vários anos os cargos de Delegado de Polícia e Juiz de Paz. Merece também ser mencionado Simplicio Coelho, que construiu a primeira capela. Com o auxílio dos demais moradores do povoado, construíram em 1901 a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, cujo templo é atualmente a Matriz da Paróquia.

Na divisão administrativa do Brasil referente a 1911, integra o município de Espírito Santo, criado pela Lei estadual n.º 40, de 7-3-1896, o distrito de Sapé, com sede na localidade de mesmo nome.

Em 1925, por fôrça da Lei estadual n.º 627, de 1.º de dezembro, a sede do município foi transferida para Sapé, elevada, então, à categoria de vila.

Em face da divisão administrativa respeitante ao ano de 1933, o município constitui-se de um só distrito — o da sede, aparecendo na divisão territorial datada de 31-12-1936, com 2 distritos: Sapé e Araçá.

De acôrdo com a divisão territorial datada de ...... 31-12-1937, e o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 1 010, de 30 de março de 1938, o município se compõe, ùnicamente, do distrito dêsse nome, considerado têrmo judiciário da comarca de Mamanguape, assim permanecendo no quadro da divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-43, quando, mais uma vez, passou a dois distritos:

Prefeitura Municipal

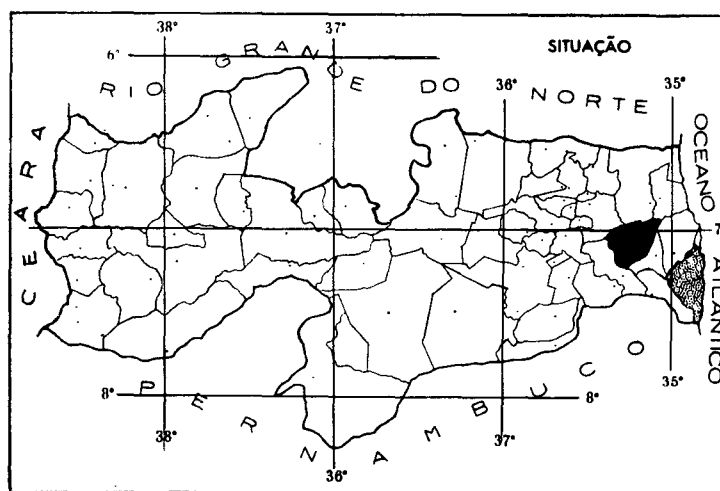
Sapé e Araçá (êste último, criado pela Lei estadual número 424, de 28 de outubro de 1915, apesar de não figurar em algumas divisões posteriores a essa data).

O Decreto-lei estadual n.º 29, de 10 de abril de 1940, criou a comarca de Sapé, com o têrmo de igual nome, desanexada da de Mamanguape.

Segundo o quadro territorial vigente em 1944-48, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, o têrmo de Sapé é o componente único da comarca dêsse nome, notando-se apenas que, nesse qüinqüênio, o distrito de Araçá se denomina Mari.

Pela Lei n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, nenhuma alteração territorial sofreu o município.

LOCALIZAÇÃO — Está na Zona Fisiográfica do Litoral, limitando com os municípios seguintes: Guarabira, Mamanguape, Santa Rita, Espírito Santo e Pilar.

Suas coordenadas geográficas estão assim determinadas: 7º 06' de latitude Sul e 35º 14' 50" de longitude W.Gr., distanciando-se (em linha reta) da Capital Estadual 35 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Tem uma altitude de 124 metros, segundo consta do mapa do Estado da Paraíba editado em 1951, pelo Conselho Nacional de Geografia, tomando rumo O.N.O. em relação à capital do Estado.

CLIMA — Não é uniforme o clima do município. Sêco e sadio na época do verão, torna-se um pouco úmido, mas, sem perder sua salubridade, na estação invernosa. Atualmente, é bom o estado sanitário do município. A temperatura, oscila entre 34ºC (média das máximas) e 16ºC (média das mínimas), à sombra, o que significa, não resta dúvida, possuir o município um clima saudável, não obstante achar-se encravado na Região Nordestina, onde a adustez do sol parece aumentar ano a ano. A inexistência de grandes cursos de água e a derrubada impiedosa das matas talvez contribuam, em futuro próximo, para que o município perca a situação vantajosa que desfruta, no que diz respeito ao clima. Em 1956, as precipitações pluviométricas chegaram a 1 262,9 milímetros.

ÁREA — Conforme o Anuário Estatístico do Brasil de 1954, a superfície do município era de 748 quilômetros quadrados, ocupando o 29.º lugar entre os 54 municípios paraibanos. Com a mesma área, em 1957, ocupava o 27.º lugar.

Igreja-Matriz de N.S.ª da Conceição

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Nenhum acidente geográfico se destaca. Pequenas elevações se insinuam, aqui e ali, na zona rural, e de semelhança tão viva e acentuada entre si que confundem a vista de qualquer pessoa que as observa. Não há, pois, em todo o território municipal, serras ou picos que tenham denominação própria.

O curso de água de maior porte é o rio Gurinhém, que nasce em serra Redonda, corta a parte oeste do município e deságua no Paraíba. Tem, como afluente, na comuna, à margem direita, o córrego Riachão, e, à esquerda, o riacho Ribeiro. Merecem registro, outrossim, as lagoas Taumatá, Sapé de Cima, Piripiri e do Felix.

RIQUEZAS NATURAIS — Destacam-se, no reino mineral, a pedra calcária, na propriedade Boa Vista; argila, em pequena parte do município. No que toca ao reino animal, são encontrados: rapôsa, tatu, preá, guaxini, etc. Relativamente ao vegetal, poucas são as reservas florestais. Daí, a inexistência de madeiras de lei.

POPULAÇÃO — Registram-se no quadro a seguir os mais importantes elementos referentes à população do município, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Sapé	37 918	7 416	30 502
Mari	9 341	3 495	5 846
TOTAL	*47 259*	*10 911*	*36 348*

Essa população total de 47 259 habitantes assegurou a Sapé o 11.º lugar entre os 41 municípios paraibanos então existentes.

Das suas duas aglomerações urbanas, destaca-se a sede do município, com 7 416 habitantes. Nota-se, também, que a outra — a vila de Mari, com 3 495 habitantes, tinha população superior à de várias cidades do Estado. Sapé era a 8.ª cidade da Paraíba, segundo a população.

Como se observa também no quadro exposto, cêrca de 76% de sua população localizava-se no quadro rural. Essa taxa embora superior à do Estado, que é de 73,30%, não é das maiores da Paraíba.

Segundo os diferentes grupos, a população assim se distribuía: *Sexo* — 23 141 homens e 24 118 mulheres; *Côr* — 21 092 brancos, 2 401 pretos, 1 amarelo, 27 707 pardos e 58 sem declaração de côr. *Religião* — 46 718 católicos romanos, 436 protestantes, 17 espíritas, 43 sem religião e 45 sem declaração de religião. *Estado conjugal* — (Pessoas de 15 anos e mais) 9 660 solteiros, 14 231 casados, 1 792 viúvos (488 homens e 1 304 mulheres) e 43 sem declaração. Estrangeiros, havia apenas 7.

Estimativa da população — O Departamento Estadual de Estatística, em estimativa referente a 31-XII-956, atribui ao município a população de 52 563 habitantes. Com êsse contingente populacional, Sapé obtém o 8.º lugar entre as 58 comunas ora existentes no Estado e apresenta a densidade demográfica de 70,27 habitantes por quilômetro quadrado, mais do dôbro da da Paraíba, que é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Nas atividades econômicas dominantes no município, conforme podemos ver dos resultados dos Censos Econômicos de 1950, 11 804 pessoas de 10 anos e mais se dedicavam à agricultura e à pecuária, o que vale dizer que 24,9% da população total tinham seu ganha-pão nessa classe de atividades.

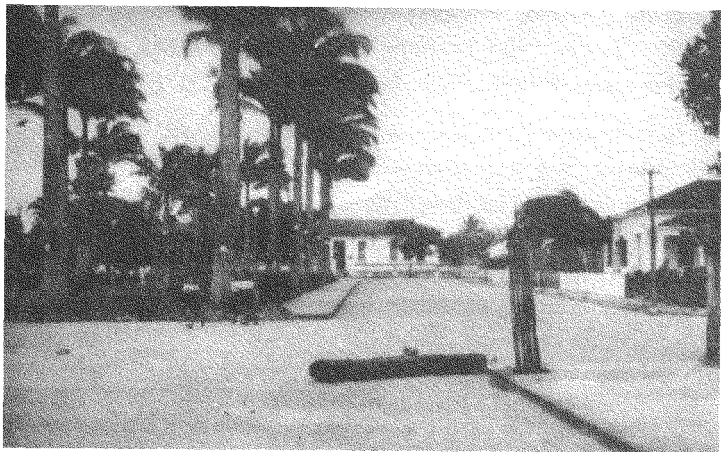
O valor da produção agrícola, em 1956, atingiu a Cr$ 73 458 000,00, de acôrdo com o quadro abaixo:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Abacaxi	21 600
Cana-de-açúcar	13 956
Algodão herbáceo	6 180
Fumo	7 600
Feijão	4 320
Batata-doce	3 400
Milho	1 920
Outros produtos	14 482
TOTAL	*73 458*

No quadro supra observa-se que o abacaxi, a cana-de-açúcar e o fumo se salientam como as três primeiras culturas. Convém frisar que em "outros produtos" acham-se incluídos: amendoim, agave, arroz, banana, côco-da-baía, mandioca mansa, mandioca brava, manga, laranja, fava e tomate.

Para que se possa saber o que foi a produção de abacaxi do município, registra-se abaixo a sua colheita no período de 1952-56:

ANOS	PRODUÇÃO DE ABACAXI	
	Quantidade (milheiro)	Valor (Cr$ 1 000)
1952	3 400	2 880
1953	3 900	5 700
1954	5 500	15 600
1955	8 200	11 800
1956	8 200	27 600

Grupo Escolar Gentil Lins

Vista parcial da Praça João Pessoa

Pecuária — Apesar de pequeno número de animais existentes — merece que façamos o seu registro no quadro infra. Ei-lo:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Asininos	1 500
Bovinos	5 600
Caprinos	1 200
Eqüinos	1 800
Muares	3 000
Ovinos	250
Suínos	2 600
TOTAL	*14 600*

Dado o número acima, o município não tem possibilidades de fazer o comércio exportador.

Sapé apresentou, no ano de 1956, uma área de 3 600 hectares de pastagens nativas, sendo que a de cultivadas chegou a 600 ha.

Indústria — O parque industrial de Sapé, se não é um dos maiores do Estado, merece entretanto, seja registrado. A indústria predominante local é a açucareira (açúcar mascavo, triturado e rapadura), com 21 estabelecimentos, ocupando 300 pessoas e cujo valor da produção atingiu a quantia de Cr$ 114 226 985,00. A de extração de óleos vegetais (oiticica e algodão), no mesmo ano que a primeira (1956), apesar da existência de um só estabelecimento, ocupou 84 pessoas, cujo valor da produção alcançou boa soma.

No que toca à produção industrial do município, o quadro seguinte mostra o seu desenvolvimento, a contar de 1950, não obstante haver caído em 1954, ascendendo no ano seguinte:

ANOS	VALOR (Cr$)
1950	42 150 234,00
1951	45 634 547,00
1952	49 992 766,00
1953	102 050 130,00
1954	71 933 197,00
1955	108 101 132,00

Comércio — Não é bem desenvolvido o comércio local. Talvez se verifique essa ocorrência pelo fato de achar-se a cidade próxima à Capital do Estado.

De conformidade com o Censo de 1950, Sapé possuía 130 estabelecimentos. Em 1956, todavia, êsse número se elevou para 160, tendo o seu movimento chegado à casa dos Cr$ 32 447 194,00.

O município comercia com João Pessoa, Campina Grande, Recife, Rio e São Paulo. Importa: tecidos, ferragens, louças e vidros, estivas, material elétrico, chapéus, miudezas, etc. Seu comércio exportador prende-se a óleo de oiticica, torta, línter, abacaxi, fumo em corda, algodão e açúcar.

FINANÇAS PÚBLICAS — A partir de 1951, a evolução das finanças municipais foi a seguinte:

ANOS	DESPESA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	—	3 704	2 121	752	2 237
1952	—	3 665	2 510	767	2 273
1953	—	4 098	2 874	1 011	2 917
1954	—	4 076	3 076	1 179	3 264
1955	—	7 682	4 244	1 839	3 932
1956	765	11 579	6 227	2 228	6 228

A Coletoria Federal foi criada em 1956.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Sapé liga-se às sedes vizinhas por rodovia e ferrovia.

Por estradas de rodagem com: Mamanguape (37 km), Santa Rita (32 km), Guarabira (69 km), Cruz do Espírito Santo (18 km), e à Capital Estadual (42 km).

Por estrada de ferro, com Santa Rita (31 km), Pilar (38 km), Guarabira (52 km), Cruz do Espírito Santo (17 quilômetros) e a Capital do Estado (43 km). A estrada de ferro é a Rêde Ferroviária do Nordeste.

O município conta 59 veículos rodoviários: 32 caminhões, 12 automóveis, 8 camionetas, 3 ônibus, 3 jipes e 1 ambulância. Sua rêde rodoviária é das menores do Estado, possuindo cêrca de 100 quilômetros.

Como meios de comunicação, existem, ainda, na cidade uma Agência dos Correios e Telégrafos com serviço postal-telegráfico e a Emprêsa Telefônica Municipal.

ASPECTOS URBANOS — Sapé ocupa o 8.º lugar no Estado, em população, contando, atualmente, mais de 10 000 habitantes. Situa-se numa grande planície, fator êsse que contribui para o seu desenvolvimento urbanístico.

Contando 54 logradouros, entre os quais se destacam a Praça João Pessoa, as Avenidas Getúlio Vargas e Rio Branco e as Ruas Dr. Epitácio Pessoa, Solon de Lucena,

Agência dos Correios e Telégrafos

Mercado Público Municipal

Pedro Américo e Orcine Fernandes, 11 são pavimentadas e 12 arborizadas.

A cidade é servida de luz elétrica, cuja iluminação pública atinge 41 logradouros. A domiciliária chega a 980 prédios. Existem 2 389 casas, sendo que sòmente uma possui mais de 1 pavimento. Merecem destaque a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o Grupo Escolar "Gentil Lins", o Hospital Regional "Dr. Sá Andrade", a Prefeitura Municipal e o Cinema São Luís.

Relativamente ao desenvolvimento sócio-econômico vinha merecendo a instalação de uma estação de rádio. Assim é que, em breves dias irá ao ar a "Rádio Educadora Augusto dos Anjos", de propriedade do Sr. Joaquim Dias Filho (Quito Dias).

O tráfego de veículos é bem acentuado por se tratar de estrada-tronco. Calculam-se em 500 o número de automóveis e caminhões que transitam diàriamente por Sapé. Até então foram matriculados 86 veículos motorizados.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município mantém o seu hospital (Hospital "Dr. Sá Andrade"), compreendendo a Casa de Saúde "São José", com 64 leitos disponíveis, além do Subposto de Higiene Municipal de Mari. Funciona, também, o Pôsto de Saúde do Estado.

Exercem a profissão, no município, 3 médicos, 3 dentistas; 1 farmácia e 6 drogarias têm regular movimento.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Sapé conta com duas Associações de Caridade intituladas Sociedade de São Vicente de Paula, no distrito da sede, e a Conferência Vicentina Nossa Senhora da Conceição, no distrito de Mari. Ditas agremiações vêm prestando relevantes serviços, pois, em 1956, concederam auxílios no valor de .... Cr$ 22 621,80 e Cr$ 12 800,00, respectivamente.

Destaca-se, ainda, o Círculo Operário de Sapé, com 349 associados, tendo em 1956 concedido 716 benefícios no valor de Cr$ 11 330,00.

Possui, também, uma Cooperativa de Crédito cuja finalidade é oferecer financiamento aos pequenos agricultores; em 31 de dezembro de 1956, contava 981 associados, havendo concedido 176 empréstimos, no valor de .... Cr$ 761 000,00.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, no que se refere à instrução de pessoas de 5 anos e mais, 2 466 homens e 2 623 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 16 674 homens e 17 475 mulheres não possuíam instrução. Isto significa que 13,2% das pessoas naquela idade não eram analfabetas. Essa percentagem é inferior à do Estado, que é de 25,36%.

Ensino — Dados atualizados indicam a existência de 89 estabelecimentos de ensino primário, com matrícula de 4 623 alunos. Dessas escolas, 21 são urbanas, 3 suburbanas e 65 rurais. Funcionam 1 estabelecimento de ensino comercial (Escola Comercial "Dr. Corálio Soares") e 1 de ensino secundário (Ginásio Estadual de Sapé). Como se vê, o município desfruta boa situação no campo educacional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade encontram-se três bibliotecas, sendo uma pública municipal e duas particulares; a Filarmônica "Santa Cecília" e serviços de alto-falantes.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — A Câmara municipal é composta de 9 vereadores. O atual Prefeito é o Sr. Cassiano Ribeiro Coutinho (U.D.N.). Em 3 de outubro de 1955, votaram 5 676 eleitores.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Destaca-se a festa da padroeira do lugar, Nossa Senhora da Conceição, comemorada pelo povo do município, a 8 de dezembro; são também festejados o 7 de Setembro, o Natal e os tradicionais folguedos juninos.

VULTOS ILUSTRES — Sapé também teve os seus filhos ilustres, figurando em primeiro plano Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos, considerado como o poeta da morte e da melancolia. Simplício Alves Coelho, grande batalhador pela emancipação do município, construiu a primeira capela e organizou a primeira feira pública. Gentil Lins, o primeiro Prefeito do município.

OUTROS ASPECTOS — Sapé, comuna das mais desenvolvidas da Várzea do Paraíba — vem se firmando cada vez mais no conceito não só de seus habitantes, mas sobretudo, nos dos moradores dos municípios vizinhos. É que, em Sapé, tanto no campo administrativo, econômico-financeiro e educativo, como no cultural, religioso, etc., observa-se desenvolvimento que faz jus a essa projeção.

Funcionam na comuna 1 clube recreativo, 3 desportivos, 1 pôsto agropecuário, 2 associações de caridade, 1 associação de beneficência mutuária e 1 cooperativa de crédito agrícola.

O município é sede das paróquias de Nossa Senhora da Conceição (cidade) e do Sagrado Coração de Jesus (Mari), em cujas jurisdições estão situados 22 templos católicos, sendo 14 subordinados a primeira.

Contando regular número de membros, 4 templos protestantes mantêm atividades religiosas.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 2) — *Sinopse Estatística dos municípios de Sapé e Maguari* — 1948; 3) — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954; 4) — *Anuário Estatístico do Estado da Paraíba* — 1948-53; 5) — Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — José Lamartini Lira da Cunha.

SERRA REDONDA — PB

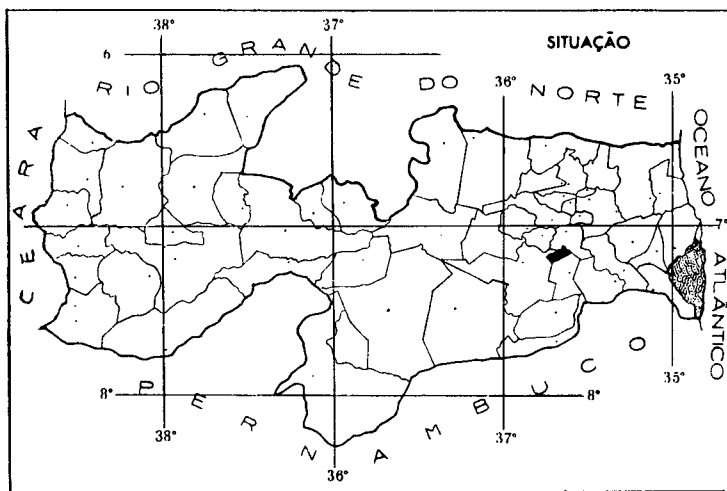
Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Foram os irmãos portuguêses Pedro de Azevedo Cruz e Alexandre José Gomes da Cruz os fundadores de Serra Redonda. Em princípios de 1780, chegaram êles à então vila de Ingá, donde Pedro Azevedo partiu em demanda ao interior do município (naquele tempo, Ingá fazia parte do município de Pilar). No local entre o rio Gurinhém e Pedra Lavrada, encontrou bela elevação que, por sua forma, denominou Serra Redonda, em cujas proximidades resolveu estabelecer-se, construindo casa de residência. Ao Governador da capitania, Jerônimo José de Melo e Castro, requereu então a doação de uma Sesmaria, o que obteve a 15 de fevereiro de 1780, cuja concessão tomou o número 773. Mais tarde, o mesmo desbravador nova concessão obtém, dessa vez em companhia de Manoel da Costa Travassos, Paulo Travassos e Antônio Gonçalves de Medeiros, todos moradores na vila de Ingá. Recebeu o território doado o nome Cafula, e o número dessa concessão foi de n.º 865. Então, em tôrno da casa construída por Pedro Azevedo desenvolveu-se o núcleo populacional que deu origem à atual cidade de Serra Redonda.

Já em 1900, como povoação, florescia Serra Redonda, para, a 15 de novembro de 1938, pelo Decreto-lei n.º 1 164 ser elevada à categoria de vila.

Pela Lei estadual n.º 992, de 17 de dezembro de 1953, foi criado o município de Serra Redonda, constituído do distrito de mesmo nome, desmembrado do município de Ingá.

O têrmo judiciário então criado, pela mesma lei, ficou subordinado à comarca de Ingá.

LOCALIZAÇÃO — Está localizado na Zona Fisiográfica da Caatinga. Limita com os seguintes municípios: Ingá, Campina Grande e Alagoa Grande. Não foram ainda fixadas suas coordenadas Geográficas.

SITUAÇÃO

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

CLIMA — Seu clima é quente e sêco, porém muito agradável, graças a sua incomparável situação geográfica, em plena crista da Serra da Borborema. As oscilações termométricas variam de 18ºC a 28ºC, à sombra.

ÁREA — O município de Serra Redonda, com área de 97 quilômetros quadrados, situa-se no 55.º lugar entre os 57 existentes no Estado.

Igreja-Matriz de São Pedro

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como ramos da Serra da Borborema, as únicas elevações dignas de registro são as serras Redonda, do Jucá e Catucá, além dos picos altos do Tipre, Pedras da Tôrre, Pedra Caída, Pedra Mouca, etc. São dignos de menção os seguintes rios: Ingá, Cachoeira e Gurinhém.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem vegetal, a única digna de nota é a extração de lenha, cuja produção em 1956 foi de 3 500 metros cúbicos no valor de .... Cr$ 227 500,00. Várias jazidas de argilas vêm sendo exploradas, aliás em grande escala, para o fabrico de tijolos, telhas e artefatos de barro.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral do País, em 1950, a população do então distrito de Serra Redonda, pertencente ao município de Ingá, era de 10 811 habitantes, dos quais 4 869 eram homens e 5 942, mulheres.

A única aglomeração urbana existente no município é a sua sede, que conta, atualmente, cêrca de 2 200 habitantes. Em 1950, ainda como vila do município de Ingá, a sua população era de 1 782 pessoas.

Assim se observa que a grande maioria da população do município, ou seja, 83%, localizava-se no quadro rural. Note-se, também, que essa percentagem é superior à do Estado, que é de 74,64%.

Estimativa — Para 31-XII-57, o Departamento Estadual de Estatística estimou uma população de 12 025 almas, conferindo-lhe o 49.º lugar entre os 58 municípios existentes, e representando 63% da população estadual. A sua densidade demográfica, de 123,87 habitantes por quilômetro quadrado é muito superior à conferida ao Estado, que é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

Grupo Escolar Eduardo Medeiros

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Assenta a riqueza do município na agricultura, que, apesar de sua pequena área, possui 831 propriedades rurais. Suas principais culturas agrícolas são a agave ou sisal, a mandioca, o algodão, o fumo, feijão e frutas.

Em 1956, o valor da produção agrícola foi avaliado em mais de 7 milhões de cruzeiros, conforme se pode verificar na tabela, a seguir:

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave	71	Quilo	82 050	410
Algodão herbáceo	35	Arrôba	900	101
Milho	306	Saco de 60 kg	1 330	266
Feijão	310	» » » »	1 050	2 260
Fava	290	» » » »	870	348
Côco-da-baía	111	Cento	2 240	448
Mandioca	370	Tonelada	346	939
Frutas	—	—	—	3 084
TOTAL	—	—	—	*7 856*

Pecuária — Foram estimados os rebanhos bovinos, caprinos, ovinos, suínos, etc. em cêrca de 9 300 cabeças, conforme se pode demonstrar pelo quadro abaixo:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Bovinos	5 000
Suínos	1 800
Ovinos	1 000
Caprinos	1 000
Eqüinos	300
Asininos	100
Muares	100

Se bem que não seja das maiores do Estado, a sua pecuária é desenvolvida e organizada, possuindo o município ótimos campos de pastagens.

Indústria — A situação industrial do município, de acôrdo com os levantamentos efetuados, em 1956, é a seguinte:

PRODUTO	QUANTIDADE (quilogramas)	VALOR (Cr$ 1 000)
Farinha de mandioca	194 000	776
Beneficiamento de agave	135 000	763
Pães e bolachas	74 940	1 171
Calçados em geral	—	432

O registro industrial, em 1956, acusou 22 estabelecimentos, ocupando nas suas atividades 112 operários, atingindo o valor da produção pouco mais de 3 milhões de cruzeiros:

Vê-se, portanto, que a indústria tem pequena siginificação econômica para a vida do município.

Comércio — O comércio local conta com 73 estabelecimentos varejistas, não existindo nenhum atacadista. Os principais ramos comerciais explorados no município são os de tecidos, miudezas, etc.

FINANÇAS PÚBLICAS — Transcrevem-se abaixo os dados disponíveis sôbre a arrecadação municipal, no período de 1954-56, que são os primeiros anos de sua existência municipal.

ANOS	RECEITA MUNICIPAL (Cr$ 1 000)
1954	649
1955	705
1956	908

Ainda não foram instalados os órgãos arrecadadores do Estado e da União.

ASPECTOS URBANOS — Em 1954, compunha-se a cidade de Serra Redonda de 12 logradouros, todos em terra melhorada, não existindo nenhuma espécie de pavimentação. Dêsses logradouros, 10 eram dotados de iluminação pública a eletricidade, com 180 focos. A iluminação domiciliária também, possuía 139 ligações, nos 461 prédios existentes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste setor, é muito pobre o município, tendo apenas, duas drogarias que atendem à população. Não há nenhum nosocômio ou outro qualquer estabelecimento que preste assistência médico-sanitária.

Ensino — Existiam, em 1956, 1 Grupo Escolar na sede municipal e outro no lugar Gameleira, mantidos pelo Govêrno do Estado, e 9 escolas elementares mistas, mantidas pelo município, os quais ministravam o ensino primário fundamental comum.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal liga-se, por meio de rodovia, com os seguintes municípios vizinhos:

Ingá, 18 km; Campina Grande, 43 km; Alagoa Grande, 50 km; Capital do Estado, 118 km.

O município conta 6 veículos rodoviários. As suas estradas de rodagem medem 29 quilômetros.

O Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos mantém uma agência na sede municipal.

Funciona, também, um Pôsto Telefônico Municipal para ligação interurbana entre Serra Redonda e Campina Grande.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Votaram nas eleições de 3-X-55, 662 eleitores.

O Poder Legislativo é composto de 7 vereadores, eleitos pelo P.S.D. e U.D.N. O Chefe do Executivo municipal é o Sr. Severino Dias de Almeida, eleito pela legenda do P.S.D.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *A Parahyba* — João de Lira Tavares; 2) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 3) — Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — Hélio de Caldas Barros.

SERRARIA — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros colonizadores que se estabeleceram em terrenos do atual município chegaram em princípio do século XVIII, quando se formou a missão de Santo Antônio da Boa Vista. Em 1850, o agricultor, Firmiano José Fernandes de Maria, da Várzea do Paraíba, fundou o primeiro engenho para fabricação de rapadura, o qual foi denominado "Engenho Velho".

Em 1851, Manoel Birindiba, proprietário de abundantes matas no município, permitiu sua exploração e também a edificação de residências em suas imediações. Um dos primeiros edifícios levantados foi uma serraria, exatamente no local onde hoje se ergue a igreja-matriz, a qual deu origem ao topônimo do município.

Vista parcial da Praça Antônio Bento

Em 1860, mais ou menos, Firmiano José fundou a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, a qual muito concorreu para incrementar o desenvolvimento do povoado.

Nesta mesma época, quem muito influiu para o desbravamento e progresso da zona de Curimataú, que hoje é o distrito de Arara, foi o Padre Mestre Doutor José Antônio de Maria Ibiapina, que deve ser classificado como uma das maiores figuras apostolares do Brasil, fundador da Casa de Caridade Santa Fé, nas proximidades da atual vila de Arara, e o Sr. Antônio José da Cunha, proprietário em Arara, vindo da cidade de Areia explorar as jazidas de calcário. Êste foi o doador dos terrenos para construção da casa de Caridade, a qual foi instalada em 1866. Hoje pertence ao município de Bananeiras.

Pela Lei provincial n.º 755, de 4 de dezembro de 1883, o povoado de Pilões foi elevado à categoria de vila, tornando-se município. Concomitantemente, o território de Serraria foi anexado ao de Pilões.

A Lei estadual n.º 80, datada de 13 de outubro de 1897, transferiu para a povoação de Serraria, elevada então a vila, a sede do município.

Em 31 de dezembro de 1906, com grandes festividades e a presença de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, foi efetivada a freguesia.

De acôrdo com a divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1936, o município de Serraria constitui um dos têrmos judiciários da Comarca de Areia.

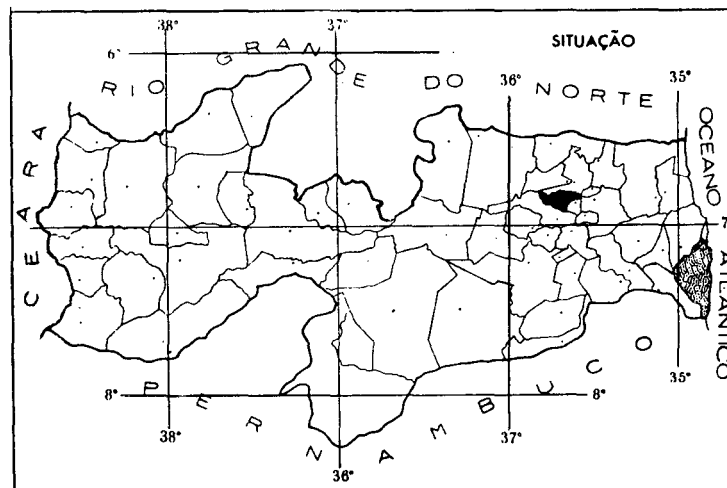
Nas divisões administrativas do Brasil correspondentes aos anos de 1911 e 1933, Serraria figura apenas com um distrito, o de idêntico topônimo, ao passo que, nas divisões territoriais datadas de 31-12-1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o referido município se compõe dos três seguintes distritos: Serraria, Arara e Pilões de Dentro.

De acôrdo com os diplomas legais acima referidos, o têrmo de Serraria passa à jurisdição da comarca de Bananeiras, perdurando tal situação no quadro em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, continuando a mesma a divisão territorial, devendo notar-se, apenas, que o distrito de Pilões de Dentro passou a denominar-se Entre-Rios.

Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, criou-se a comarca de Serraria, com têrmo de igual nome, desmembrado da de Bananeiras.

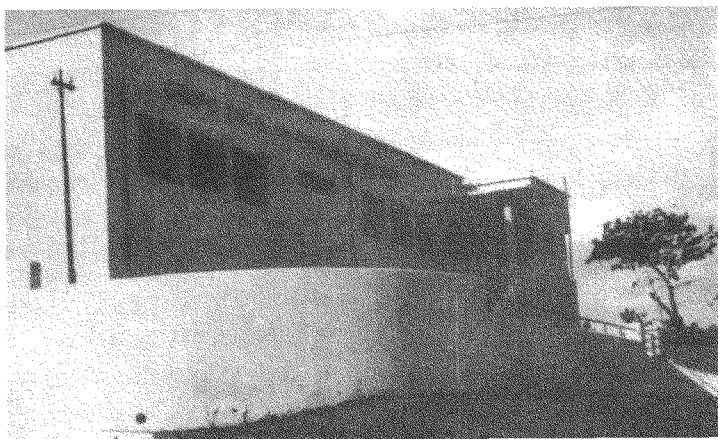
O quadro da divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, apresenta o município de Serraria ainda com três distritos: Serraria, Arara, e Pilões (ex-Entre Rios).

Em 20 de agôsto de 1953, pela Lei estadual n.º 916, Serraria perde o distrito de Pilões, o qual se torna autônomo.

LOCALIZAÇÃO — Situado no Brejo, uma das cinco Zonas Fisiográficas em que está dividido o Estado, tem como municípios limítrofes: Pilões, Areia, Solânea e Bananeiras. A cidade de Serraria tem as seguintes coordenadas geográficas: 6º 52' de latitude Sul e 35º 38' de longitude W. Gr. Dista, em linha reta, da Capital Estadual, 88 quilômetros, seguindo o rumo O.N.O. Está a 526 metros de altitude.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente e úmido, na Zona do Brejo, e, quente e sêco, na do Curimataú, descendo o termômetro, consideràvelmente, por ocasião do período hibernal. A temperatura oscila entre 15ºC e 29ºC, à sombra.

ÁREA — A superfície de Serraria é de 207 quilômetros quadrados, colocando-se no 52.º lugar em relação à superfície dos demais municípios paraibanos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Fazendo parte da cordilheira da Borborema, grande área de seu território apresenta-se bastante ondulada, porém, sem grandes picos, ao passo que, para o lado do Curimataú, o terreno é plano e arenoso.

Grupo Escolar Francisco Duarte

O rio Araçagi e seus tributários riachos: Araçagi-Mirim e Fechado, com seus inúmeros ribeiros e córregos, compõem a excelente hidrografia do município.

RIQUEZAS NATURAIS — Das grandes matas que outrora cobriam o município, apenas restam algumas que produzem madeira para construção e lenha.

O calcário encontrado no distrito de Arara, é explorado para o fabrico de cal, exclusivamente para as necessidades locais, tendo alcançado o valor de Cr$ 47 000,00 a produção de 1956.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseamento de 1950, a população estava assim localizada:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Zonas	
		Urbana	Rural
Serraria	13 163	1 047	12 116
Arara	6 062	745	5 317
Pilões	8 941	771	8 170
TOTAL	*28 166*	*2 563*	*25 603*

Como se pode verificar, de seus 28 166 habitantes recenseados, 25 603 localizavam-se no quadro rural, ou seja, precisamente, 90,9%, enquanto o índice do Estado para a população rural era de 75%.

Os centros urbanos mais populosos eram a sede do município, com 1 047 pessoas, Pilões com 771 e Arara com 745.

Composição — Através dos diferentes grupos, a população, assim se dividia: homens — 13 624; mulheres — 14 512; pretos — 7 139, pardos — 8 432; pessoas que não declararam a côr — 93. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 15 126, eram solteiros 5 884; casados, 8 322; desquitados e divorciados, 2; viúvos, 163 do sexo masculino e 732, do feminino. Todos os habitantes do município eram brasileiros natos. Em religião predominaram os católicos romanos com 28 054 pessoas; protestantes, 21; espíritas, 12; sem religião, 41 e sem declaração de religião, 58 pessoas.

De acôrdo com o cálculo efetuado pelo Departamento Estadual de Estatística, para 31-XII-1956, foi estimada a população do município em 21 383 pessoas, e da cidade em 1 165, colocando-se esta no 53.º lugar, em relação às demais cidades paraibanas. A densidade demográfica é, pelo referido cálculo, de 103,3 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município é essencialmente agrícola, graças à privilegiada situação de que desfruta como município da Zona do Brejo paraibano.

Os principais produtos agrícolas foram os seguintes, no ano de 1956:

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Abacate	31	Cento	192 000	28 800
Banana	176	Cacho	231 000	13 860
Cana-de-açúcar	1 150	Tonelada	44 750	12 000
Agave (fibra)	1 802	Quilo	100 000	11 050
Mandioca	230	Tonelada	5 950	11 900
Fumo	1 700	Arrôba	60 000	7 800
Feijão	1 200	Saco de 60 kg	7 600	7 236
Laranja	31	Cento	96 000	6 720
Algodão herbáceo	1 400	Arrôba	30 000	3 900
Cebola	120	»	24 000	3 600
Fava	900	Saco de 60 kg	5 400	3 240
Alho	80	» » » »	9 600	2 880
Arroz	30	» » » »	1 200	360
Mamona	60	Quilo	90 000	360
Côco-da-baía	44	Cento	1 540	339

A pecuária não é das mais desenvolvidas. Seus rebanhos em 1956 apresentavam os seguintes efetivos:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Caprinos	7 000
Ovinos	4 000
Bovinos	3 800
Asininos	3 500
Suínos	3 400
Eqüinos	2 400
Muares	2 200

O comércio local está representado por cêrca de 70 estabelecimentos varejistas, que exploram os ramos de tecidos, estivas e cereais, miudezas, etc.

A indústria rural tem a absoluta predominância, destacando-se, entre outras, a fabricação de rapadura, o beneficiamento da agave (sisal), a fabricação de farinha de mandioca. O quadro abaixo mostra o valor dessa produção, segundo os resultados do Registro Industrial de 1956:

ESPÉCIE	N.º DE ESTABELECIMENTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PESSOAL EMPREGADO	VALOR (Cr$ 1 000)
Rapadura	21	Quilo	2 509 000	406	20 136
Fibra de agave	41	»	1 137 000	586	5 990
Farinha de mandioca	222	»	1 086 500	1 965	5 642
Aguardente de cana	18	Litro	155 600	—	794
TOTAL	*302*	—	—	*2 957*	*32 562*

Rua Monsenhor Walfredo, ao fundo a Igreja-Matriz Coração de Jesus

Pôsto de Puericultura Ozanete Duarte

Como se vê, em 32 e meio milhões de cruzeiros, correspondentes ao valor da produção, a rapadura ocupa o primeiro lugar, representando mais de 60% do total.

FINANÇAS PÚBLICAS — São os seguintes os dados disponíveis sôbre as finanças do município, onde não há arrecadação da União:

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)			DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1950	...	...	...	...
1951	1 290	667	295	693
1952	1 408	945	369	829
1953	...	1 298	365	1 413
1954	...	1 059	275	967
1955	...	1 159	356	1 101
1956	...	1 625	475	1 625

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município liga-se às cidades vizinhas e às Capitais Estadual e Federal por intermédio dos seguintes meios de transporte:

Pilões (rodoviário) — 12 quilômetros; Areia (rodoviário) — 46 quilômetros; Solânea (rodoviário) — 20 ou 24 quilômetros; Bananeiras (rodoviário) — 18 ou 27 quilômetros; Capital Estadual (rodoviário) — 119 quilômetros (ou misto) — rodoviário — 5 quilômetros até Borborema e ferroviário — 126 quilômetros; Capital Federal (via João Pessoa — rodoviário) — 2 707 quilômetros.

Há, no município, 33 veículos rodoviários: 18 caminhões, 9 jipes, 3 automóveis comuns e 3 camionetas. Sua rêde rodoviária é, talvez, a mais curta do Estado, medindo apenas 37 quilômetros.

As comunicações são efetuadas por duas Agências dos Correios e Telégrafos, as quais estão localizadas na sede municipal e na vila de Arara.

ASPECTOS URBANOS — Serraria é uma cidade pequena, contando, atualmente, 3 020 habitantes. Fica situada na serra da Borborema, na altitude de 526 metros.

Dos seus 11 logradouros públicos, entre os quais se destacam as Praças João Pessoa e João Serrão e as Avenidas Gama e Melo, Cônego Cardoso e Duarte Lima, 9 são pavimentadas.

A cidade é servida de luz elétrica, estendendo-se a rêde a todos os seus logradouros. Contava, em 1956, com 275 ligações domiciliárias.

Até dezembro de 1956, possuía 604 prédios, sendo mais importantes: a Prefeitura Municipal, o Grupo Escolar "Francisco Duarte", o Forum Municipal e a bela Matriz do Sagrado Coração de Jesus.

Conta a cidade dois cinemas e dois hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste setor, o município possui, apenas, o Pôsto de Higiene Dr. Joaquim Rocha, localizado na cidade, o qual é mantido pelo Govêrno do Estado. Existe uma farmácia na sede municipal e 1 na vila de Arara.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Cooperativa Agrícola Mista de Serraria, cuja principal finalidade é o financiamento agropecuário, registra, em seu quadro de associados, 457 pessoas. Efetuou, em 1956, 98 empréstimos no valor de Cr$ 363 000,00.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais do município, de acôrdo com os resultados censitários de 1950, sabiam ler e escrever 1 807 homens e 1 747 mulheres e não sabiam ler e escrever 9 360 do sexo masculino e 10 388 do feminino.

Ensino — O município conta com 30 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, inclusive sete escolas supletivas mantidas pelo govêrno federal. O govêrno municipal mantém 14, enquanto o estadual arca com a responsabilidade das demais escolas.

Elas estão distribuídas pelo município do seguinte modo: 6 na cidade, 16 na zona rural do distrito de Serraria, 4 na vila de Arara e 4 na zona rural dêste último distrito.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade duas pequenas bibliotecas: a "Antônio Brito", do Grupo Escolar, e a "Francisco Duarte", da Prefeitura.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — De 25 de dezembro de cada ano a 1.º de janeiro do ano seguinte, realiza-se, todos os anos, a grandiosa festa tradicional do Sagrado Coração de Jesus, padroeiro da cidade. As festividades, que atraem grande número de pessoas procedentes do interior do município e dos vizinhos, tem seu encerramento solene com uma importante procissão formada por longo cortejo de fiéis.

VULTOS ILUSTRES — Dentre seus mais ilustres filhos, convém citar o Dr. *Francisco Duarte Lima*, que, logo após o ano de 1931, depois de ter sido deputado estadual, foi Senador da República, Procurador-Geral do Estado de Pernambuco, onde faleceu ocupando êste cargo, em 25 de março de 1945, tendo sido um grande político na Paraíba e grande advogado. Nos últimos tempos, é justo destacar a atuação do Dr. *Ovídio Duarte dos Santos Lima,* atual Prefeito e que, por diversas vêzes, tem desempenhado o cargo no qual se acha em exercício, e seu filho Dr. *Odívio Borba Duarte*, ex-deputado Federal e atual suplente do cargo referido foi candidato a Vice-Governador na campanha política do Dr. Oswaldo Trigueiro. Bacharel *Pedro Gondim*, grande advogado, já reeleito à Assembléia Legislativa do Estado e, ùltimamente, eleito vice-Governador do Estado.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954. 2) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* —

Coriolano de Medeiros. 3) *Anuário Estatístico da Paraíba* — 1949-1953. 4) *"A Paraíba* — João de Lyra Tavares. 5) *"Ibiapina"* — Celso Mariz. 6) *Pilões Antes e Depois do Têrmo* — Celso Mariz. 7) *Documentação Municipal pertencente à Inspetoria de Estatística.*

AUTORIA — Hélio de Caldas Barros.

SOLÂNEA — PB

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — Iniciou-se, nas primeiras décadas do século XVIII, a colonização da zona onde se acha o município de Solânea.

As primeiras sesmarias daquelas terras foram concedidas, em 1716, a Domingos Vieira e Zacarias de Melo.

Antes de 1800, já existia a povoação de Bananeiras, cujo município, do qual se desmembrou o de Solânea, foi criado em 1833.

Não se sabe exatamente a data de fundação de Solânea. Entretanto, em 1926, quando ainda tinha a denominação de Moreno, tornou-se sede do distrito de mesmo nome, criado pela Lei n.° 637, de 4 de dezembro daquele ano.

Sua fundação deve-se a um dos membros da tradicional família Soares Moreno, do Ceará, de cujo sobrenome se originou a denominação do povoado. No entanto, seu desenvolvimento socio-econômico representara o esfôrço particular de Leôncio Costa e Celso Cirne, batalhadores tenazes pelo engrandecimento do distrito.

A partir de 1927, Moreno começa a projetar-se no cenário comunal. Criam-se associações culturais e funda-se o periódico denominado "Correio de Moreno".

A sede municipal não via com bons olhos o desenvolvimento da florescente povoação, com receio, talvez, de que ela lhe roubasse o título de metrópole da comuna, e, por isso, não a ajudava na sua ânsia de progresso.

No quadro territorial estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.° 520, de 31 de dezembro de 1943, figura ainda Moreno, já com a denominação de Solânea, como distrito de Bananeiras.

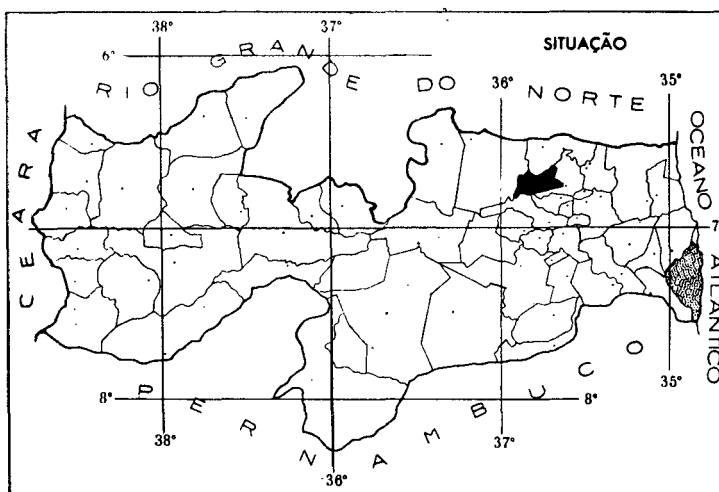
Sua população, entretanto, não cessa de pugnar pela emancipação do distrito. E em 1953, viram, finalmente, os solanenses coroados os esforços e satisfeita a sua aspiração suprema. Solânea tornou-se município, pela Lei estadual n.° 967, de 26 de novembro daquele ano. A comarca foi criada pela mesma lei citada.

Vista parcial da Rua Celso Cirne

O município, constitui-se com o território do distrito de mesmo nome, desmembrado do município de Bananeiras, que não foi subdividido.

LOCALIZAÇÃO — Solânea encontra-se localizado na Zona do Brejo, num planalto da serra da Borborema, entre os seguintes municípios: Bananeiras, Cuité, Areia, Araruna e Serraria. Ainda não determinadas, as suas coordenadas geográficas são 6° 45' de latitude Sul e 35° 37' de longitude W. Gr., aproximadamente.

A sede municipal está a uma altitude vizinha dos 630 metros.

SITUAÇÃO

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

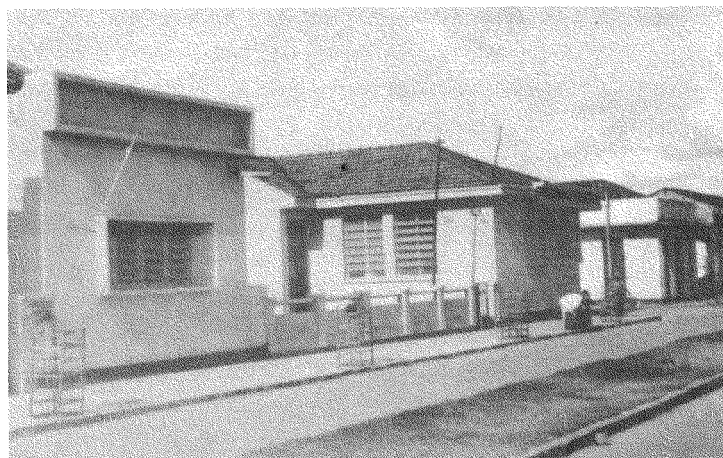
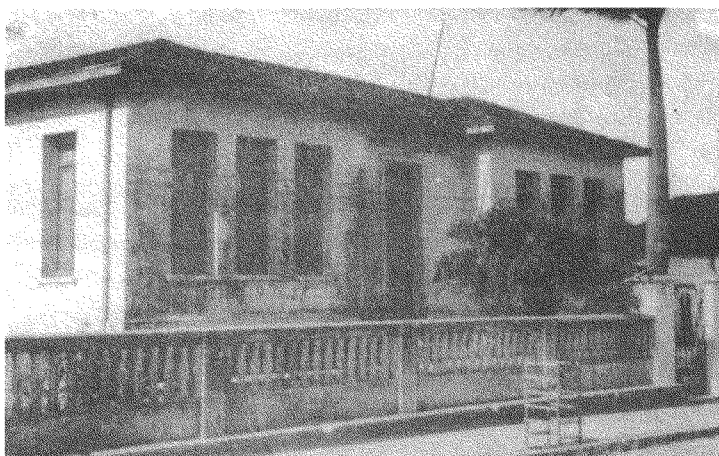
CLIMA — O clima predominante em todo o seu território é ameno, variando de acôrdo com as épocas, cujas temperaturas oscilam em média de 16°C a 28°C, para as mínimas e máximas, respectivamente.

ÁREA — Possui o território municipal uma área de 373 quilômetros quadrados, colocando-se no 47.° lugar entre os municípios paraibanos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — As terras do município são cortadas, apenas, por pequenos cursos de água, como os riachos da Mariana, das Lages e pelo rio Curimataú, sendo, o último, limite natural com o município de Cuité. Seu solo não apresenta acidentes que mereçam destaque; as serras do Caxexa e de Santa Luzia, embora pequenas, são as únicas que merecem citação.

RIQUEZAS NATURAIS — Por se tratar de um pequeno município, onde as terras são essencialmente agrícolas e pastoris, não possui riquezas naturais, a não ser algumas matas que cobrem parte de seu território.

POPULAÇÃO — Ainda como distrito de Bananeiras, Solânea possuía 11 435 habitantes em 1950, segundo os resultados do Censo Demográfico realizado naquele ano.

Dessa população, 78%, ou seja, precisamente 9 015 pessoas, localizavam-se no quadro rural. Essa taxa é superior à correspondente do Estado, que é de 73%. Esclarece-se, todavia, que não é Solânea dos municípios paraibanos que apresentam mais elevadas percentagens de população rural. A então vila de Solânea, única aglomeração urbana existente no atual município de mesmo nome, possuía, àquela época, 2 420 habitantes.

Grupo Escolar Celso Cirne

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, referente a 31-XII-1956, o município de Solânea contava, àquela data, 12 719 habitantes. Essa população dá-lhe a densidade demográfica de 34 habitantes por quilômetro quadrado, quase equivalente à do Estado, que é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura é a atividade predominante do município. Nela se destacam, como se pode ver no quadro abaixo, a cana-de-açúcar e o algodão, que contribuíram com mais de 50% do valor total da produção.

ESPÉCIE	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave (fibra)	Quilo	562 500	3 094
Algodão herbáceo	Arrôba	130 400	19 886
Alho	»	600	20
Arroz	Saco de 60 kg	4 000	1 800
Banana	Cacho	24 000	888
Batata-doce	Tonelada	4 600	5 280
Cana-de-açúcar	»	112 000	28 000
Cebola	Arrôba	2 000	62
Fava	Saco de 60 kg	4 000	3 200
Feijão	» » » »	8 500	8 075
Fumo	Arrôba	150 000	9 000
Laranja	Cento	150 000	9 000
Mandioca mansa	Tonelada	160	160
Mandioca brava	»	2 320	696
Manga	Cento	18 000	900
Milho	Saco de 60 kg	7 825	1 252
TOTAL	—	—	*91 313*

Embora o município seja um centro agrícola por excelência, sempre houve, apesar de quase insignificante, a criação de gado vacum, cavalar, caprino, ovino, suíno, asinino, cujos rebanhos são os constantes no quadro abaixo:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Asininos	120
Bovinos	2 000
Caprinos	1 200
Eqüinos	700
Muares	200
Ovinos	1 000
Suínos	800
TOTAL	*6 020*

O comércio local figura como um dos mais ativos, da região. Em 1956, havia 2 grandes estabelecimentos atacadistas e 93 varejistas.

O município exporta farinha de mandioca, fumo em corda, feijão, milho, frutas, fibras de agave, algodão em pluma, rapadura, aguardente de cana, doce e outros produtos. Importa tecidos, ferragens, medicamentos, farinha de trigo, etc.

A indústria do município ainda é pequena, salientando-se a extração da fibra da agave (sisal), o fabrico de farinha de mandioca, beneficiamento de fumo, calçados e outros.

O valor da produção industrial em 1956 foi de .... Cr$ 9 727 895,20.

PRODUTO	VALOR (Cr$ 1 000)
Rapadura	402
Aguardente	289
Farinha de mandioca	532
Fibra de agave	2 859
Fumo	2 329
Dentes de Acrílico	225
Pães	1 882
Bolachas	684
Sabão	217
Doces	251
Sapatos	27
Alpercatas	27

A indústria extrativa no município não tem muita importância, merecendo citação, entretanto, a extração de carvão vegetal e de madeiras para construção.

FINANÇAS PÚBLICAS — Pelo quadro abaixo, podemos conhecer mais seguramente o movimento financeiro do município.

ANOS	ARRECADAÇÃO			DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1954	836	878	222	825
1955	2 141	1 285	544	1 285
1956	1 974	1 449	554	1 468
1957 (*)	...	1 340	...	1 340

(*) Orçamento.

ASPECTOS URBANOS — Solânea é das mais novas cidades da Paraíba. Atualmente conta cêrca de 3 000 habitantes, 1 400 prédios, e 17 logradouros públicos; dêstes, 4 são pavimentados a paralelepípedos, numa área de cêrca de 5 000 metros quadrados, e 3 são arborizados.

A cidade é servida de luz elétrica. A iluminação pública, com 123 focos, estende-se a 20 logradouros e a domiciliária conta perto de 300 ligações.

Igreja-Matriz da Paróquia de Santo Antônio

Grêmio Morenense Municipal

Funcionam na cidade 1 cinema e 3 pensões. Entre os seus principais prédios, destacam-se a Matriz, a Prefeitura, Correios e Telégrafos e Pôsto de Saúde.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade está ligada por rodovias com os seguintes municípios vizinhos: Bananeiras (3 quilômetros), Araruna (45 quilômetros), Cuité (77 quilômetros), Serraria (20 quilômetros ou 27 quilômetros — duas vias); Areia (89 quilômetros) — via Bananeiras, Pirpirituba, etc.; — 76 quilômetros — via Bananeiras e Pilões e 66 quilômetros — via Bananeiras e Serraria).

A rêde rodoviária do município mede 135 quilômetros. O número de veículos rodoviários é de 49: 40 caminhões, 8 jipes e 1 ônibus.

Como meio de comunicação, dispõe o município de uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, na sua sede.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município, infelizmente, não dispõe de bom e completo serviço médico-sanitário. Apenas um Pôsto de Saúde existe, localizado na sede municipal, e que foi construído pelo Govêrno Federal gastando-se na construção e aparelhamento mais de .... Cr$ 500 000,00. É mantido, porém, pelo govêrno municipal, com verba especial da União.

ALFABETIZAÇÃO — Dos 2 068 habitantes da então vila de Solânea com a idade de 5 anos e mais, sabiam ler e escrever 716, sendo 320 homens e 396 mulheres, correspondendo a 34,6% do total. Em se tratando de população, essa taxa é baixa, haja vista que a do Estado, tôda população, é de 33,69%.

Ensino — Há no município 34 escolas de ensino primário. Destas, 17 são mantidas pelo município e 17 pelo govêrno Estadual; 6 localizam-se no quadro urbano e 28 no rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Conta a cidade com uma biblioteca municipal, possuindo aproximadamente 1 000 volumes e 1 Clube recreativo, onde a sociedade local realiza suas reuniões sociais.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — É de 7 vereadores em exercício a constituição da Câmara Municipal. O número de votantes em 3-10-1955 foi de 3 017. O Prefeito atual é o Sr. Waldemar Nóbrega.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa do município se realiza a 13 de junho, em homenagem ao padroeiro — Santo Antônio.

OUTROS ASPECTOS — Vale salientar que a feira-livre de Solânea é, sem favor, uma das mais preferidas pelos habitantes da região brejeira e é das mais importantes de todo o Estado.

Funciona, na sede municipal, um Pôsto Agropecuário, mantido pelo Ministério da Agricultura.

Criou-se, recentemente, a Escola de Comércio de Solânea, que em breve estará em funcionamento.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Sinopse Estatística do município de Bananeiras* — 1948. 2) *Documentação municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.*

AUTORIA — Hélio de Caldas Barros.

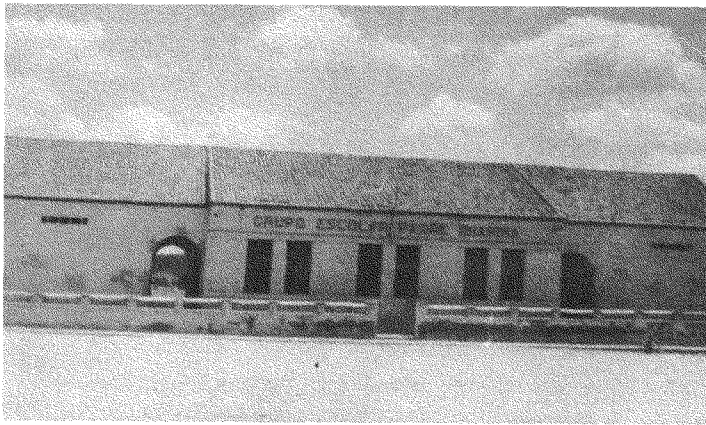
SOLEDADE — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O município começou pelo núcleo de Soledade, primitivamente chamada "Malhada Vermelha", parte componente de uma fazenda adquirida pelo português João de Gouveia e Sousa. Êste se instalara numa das datas de terras do riacho do Padre, que começa no Ôlho-d'Água do Tapuia-Pega e estende-se até Barra das Vacas. Os netos do primeiro proprietário, José Alves de Miranda e José de Gouveia e Sousa, fizeram doação do patrimônio para uma capela, mas a primeira construção foi um cemitério levantado pelo missionário Ibiapina, para inumação de vítimas da segunda cólera-morbo que grassou no lugarejo, em 1864. Antes disto, os enterros se faziam em São João do Cariri, numa distância de 70 quilômetros. No cemitério, edificou o referido missionário uma capelinha, a qual, tempos depois, foi ampliada, ocupando tôda a área do antigo Campo Santo. Em tôrno do templo, surgiu e cresceu a povoação que, anos adiante, foi elevada a sede de distrito com a denominação de Soledade, pela Lei provincial n.º 682, de 3 de outubro de 1879. A Lei n.º 791, de 24 de setembro de 1885, elevou-a à categoria de vila, criando-lhe o município.

Por ato de 14 de junho de 1890, foi sede de comarca, classificada por Decreto n.º 538, de 28 do mesmo mês e ano. O Decreto estadual n.º 70, de 21 de outubro de 1891, transferiu a sede municipal para a povoação de Pedra Lavrada, sendo restabelecida a sede em Soledade, em virtude do Decreto estadual n.º 22, de 21 de março do ano seguinte. Suprimiu-se, posteriormente, a comarca.

Na divisão administrativa concernente ao ano de 1911, Soledade se compõe de dois distritos: o da sede e o de São Francisco, figurando, na correspondente a 1933, com apenas um distrito, o de Soledade.

De acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o referido município divide-se nos distritos de Soledade, Juàzeiro, Santo Antônio e São Francisco. O município é têrmo da comarca de Campina Grande.

Grupo Escolar Padre Ibiapina

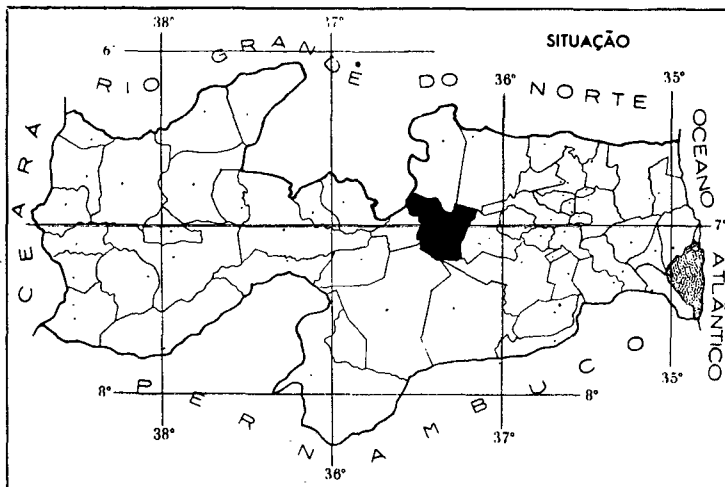
A mesma composição distrital permanece no quadro territorial vigente em 1939-1943, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, notando-se, sòmente, que o município passou a ter sede no distrito de Juàzeiro e tomou essa denominação.

Em 1940, foi restaurada a comarca de Juàzeiro, pelo Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril daquele ano.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, o topônimo do município de Juàzeiro foi modificado para Ibiapinópolis, em virtude de ter sido a sede municipal transferida para o distrito de Ibiapinópolis (ex-Soledade). Segundo o quadro da divisão judiciário-administrativa do Estado, estabelecido pelo citado Decreto-lei n.º 520, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, Ibiapinópolis compreende 4 distritos: Ibiapinópolis (ex-Soledade), Juàzeirinho (ex-Juàzeiro), Olivedos (ex-São Francisco) e Seridó (ex-Santo Antônio).

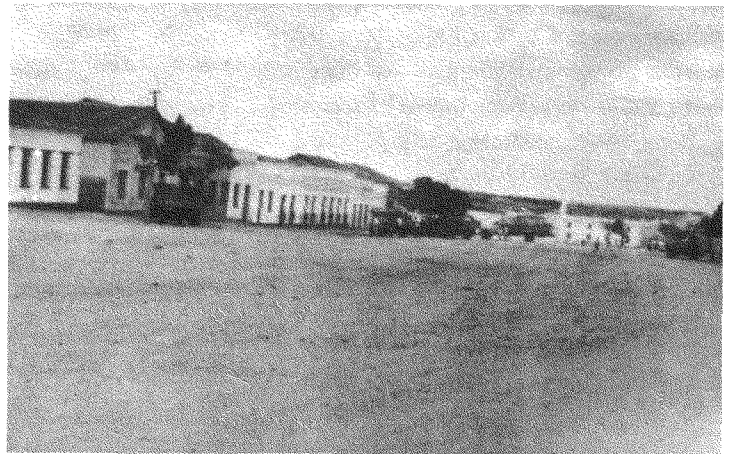
A Lei estadual n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, fêz voltar o topônimo Soledade.

Por fôrça da Lei estadual n.º 1 747, perdeu o distrito de Juàzeirinho, que passou a constituir o município do mesmo nome, então criado.

LOCALIZAÇÃO — Assenta no planalto da Borborema, situado na Zona Fisiográfica do Cariri. Tem como coordenadas geográficas 7º 03' 30" de latitude Sul e 36º 21' 47" de longitude W. Gr. Limita ao norte, com Picuí, Cuité e o Estado do Rio Grande do Norte; ao sul, com São João do Cariri; a leste, com Campina Grande e Pocinhos; e a oeste, com Taperoá, Patos e Santa Luzia. Dista da Capital, em linha reta, 167 quilômetros em rumo O.N.O. A cidade acha-se a 588 metros de altitude.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Seu clima é quente e sêco, mas muito ameno na estação das chuvas, de março a agôsto, quando a temperatura desce a 18ºC. Durante o verão, chega ela a 36ºC, à sombra. Mesmo nessa época, as noites são suaves, devido aos ventos alísios.

ÁREA — É de cêrca de 1 218 quilômetros quadrados, a superfície de Soledade, reduzida a área correspondente ao distrito de Juàzeirinho, recentemente transformado em município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Apesar de pouco acidentado, o município apresenta as seguintes elevações: serras dos Borges, do Caldeirão, da Melancia, da Carneira, etc. Tem como principais cursos de água a banhar-lhes o território, os seguintes riachos: Catolé, dos Porcos, Remédios, Seridòzinho, Juàzeiro, Malhada da Cruz, do Padre, São José e outros. O importante rio Seridó serve de limite entre o município e o de Picuí. Além dos riachos acima, existem o açude Soledade (com capacidade para 27 000 metros cúbicos) e a lagoa da Pedra da Água.

Principal rua da cidade

RIQUEZAS NATURAIS — Existe uma mina em exploração na "Fazenda Seridòzinho" no distrito de Juàzeirinho, donde são extraídos os seguintes minérios: Spodumênio, Columbita, Berilo e Ambligonita.

O município está encravado na região das cactáceas e bromélias, contando espécimes florísticos que lhe recordam devastação das matas. Isolados aqui e além, crescem a aroeira, a ibiraúna, ou braúna, o angico, o umbuzeiro, a umburana.

POPULAÇÃO — Transcrevem-se no quadro abaixo os mais importantes resultados do Censo Demográfico de 1950 sôbre a população do município:

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Soledade	5 103	819	4 284
Juàzeirinho	7 617	1 366	6 241
Olivedos	1 868	123	1 745
Seridó	4 198	172	4 026
TOTAL	*18 786*	*12 480*	*16 306*

Com essa população de 18 786 habitantes, colocou-se Soledade no 38.º lugar entre os 41 municípios então existentes no Estado.

A sua principal aglomeração urbana era a vila de Juàzeirinho (atual sede do município do mesmo nome) com 1 366 habitantes. Em seguida, vinha a sede do município com apenas 819 habitantes.

Cêrca de 87% de sua população localizava-se no quadro rural. A taxa correspondente ao Estado é de 73%.

Segundo os diferentes grupos, a população assim se distribuía: *Sexo* — 9 183 homens e 9 603 mulheres; *Côr* — 12 336 brancos, 3 220 pardos, 3 212 pretos, 9 amarelos e 9 sem declaração de côr. *Estado conjugal* — (Pessoas de 15 anos e mais) — 4 362 solteiros, 5 704 casados, 4 desquitados e 539 (130 homens e 409 mulheres) viúvos. *Estrangeiros* — só havia 1. *Religião* — 18 727 católicos romanos, 9 protestantes, 11 espíritas, 1 de outras religiões, 20 sem religião e 18 sem declaração de religião.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, referente a 31-XII-1956, a população do município era, naquela época, de 20 895 habitantes. Com o desmembramento do distrito de Juàzeirinho, essa população ficou reduzida a cêrca de 12 395 habitantes, correspondendo a densidade demográfica a, aproximadamente 10 habitantes por quilômetro quadrado, uma das mais baixas do Estado, haja vista que a dêste é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — São atividades principais a agricultura e a pecuária, destacando-se a última. A agave é a espinha-mestra da economia do município, seguindo-se algodão arbóreo, mandioca e cereais (feijão, fava e milho), etc. Discriminadas, seguem abaixo as culturas agrícolas de 1956:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave (fibra)	Quilo	624 000	3 432
Algodão arbóreo	Arrôba	112 000	16 800
Banana	Cacho	610	6
Batata-doce	Tonelada	736	662
Côco-da-baía	Cento	72	18
Fava	Saco de 60 kg	714	214
Feijão	» » » »	12 960	5 054
Mandioca brava	Tonelada	900	180
Milho	Saco de 60 kg	9 250	1 387

Pecuária — A produção pecuária em 31 de dezembro de 1956, estava assim constituída:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (cabeças)	VALOR (Cr$ 1 000)
Asininos	7 210	4 326
Bovinos	11 750	35 250
Caprinos	22 100	3 757
Eqüinos	1 110	1 887
Muares	1 820	3 640
Ovinos	21 200	4 240
Suínos	3 200	1 920

Indústria — Durante a coleta do Registro Industrial, em 1956, foi constatada a existência de 26 estabelecimentos, contendo 195 operários, montando a sua produção a .... Cr$ 4 934 000,00. Do total, 15 ocupavam-se no beneficiamento de agave, um na extração de minérios, seguindo outros de menos importância.

Comércio — Compõe-se o seu comércio de 20 estabelecimentos varejistas, não se destacando nenhum entre os demais, pelo seu movimento comercial. Transaciona com Campina Grande e João Pessoa.

Agência dos Correios e Telégrafos

Estabelecimentos de crédito — Em Soledade os agricultores, industriais, comerciantes e criadores são beneficiados pela Agência do Banco do Brasil, que, em regime de cooperação com a Agência do Banco do Nordeste S.A. e da Caixa de Crédito Imobiliário da Paraíba, atende dentro de suas possibilidades os pequenos agricultores.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Ligando o município à Capital do Estado e cidades vizinhas, existem os seguintes meios de transporte:

Campina Grande	58 km	Rodoviário
Campina Grande	99 km	Ferroviário
Picuí	83 km	Rodoviário
Cuité	112 km	Rodoviário
Pocinhos	50 km	Rodoviário
Pocinhos	60 km	Ferroviário
São João do Cariri	82 km	Rodoviário
Taperoá	96 km	Rodoviário
Patos	113 km	Rodoviário
Santa Luzia	109 km	Rodoviário
Parelhas (RN)	109 km	Rodoviário
Capital Estadual	199 km	Rodoviário
Capital Estadual	214 km	Ferroviário
Capital Federal (*)	58 km	Aéreo
Capital Federal (*)	2 816 km	Rodoviário

(*) (via Campina Grande).

Em 31-12-1956, havia no município 44 veículos: 35 caminhões, 4 camionetas, 3 jipes, 1 ônibus e 1 automóvel comum. A sua rêde rodoviária mede 255 quilômetros.

Como meios de comunicação, dispõe de uma agência telegráfica na sede municipal e uma postal-telefônica na vila do Seridó, ambas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

FINANÇAS PÚBLICAS — Os dados constantes no quadro abaixo retratam o movimento de arrecadação pública no período de 1950-1956:

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1950	994 765	714 282	137 365	607 519
1951	694 948	604 584	156 034	401 806
1952	796 012	1 055 857	280 000	756 981
1953	800 000	899 146	220 000	869 730
1954	888 217	903 000	262 000	679 000
1955	1 294 372	980 399	281 168	970 094
1956	—	1 561 352	353 000	1 251 145

NOTA — Não há Coletoria Federal no Município.

Mercado Público Municipal

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Servindo a população, existe um Pôsto de Saúde mantido pelo Govêrno do Estado, limitando-se, presentemente, a aplicações de injeção, vacinas e distribuição de remédios. À frente do aludido serviço, acham-se dois enfermeiros práticos que satisfazem aos encargos que lhe estão afetos.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, era de 4 757 o total de pessoas que sabiam ler e escrever, sendo que 492, 528, 43 e 76 se achavam localizadas na cidade de Soledade e nas vilas de Juàzeirinho, Olivedos e Seridó, respectivamente, e o restante, ou seja, 3 618, no quadro rural, segundo dados do Recenseamento realizado naquele ano. Entre aquela época e a atual, é natural que o número de alfabetizados seja bem maior, uma vez que os governos da União, Estado e Município vêm criando novas escolas, não só para crianças como, também, para adultos.

Ensino — Em 1956, com matrícula de 1 472 alunos, funcionavam 37 estabelecimentos de ensino fundamental comum, sendo 22 mantidos pelo Govêrno Estadual e 15 pelo Municipal.

ASPECTOS URBANOS — É Soledade uma das menores cidades da Paraíba. Conta, atualmente, cêrca de 900 habitantes, 386 prédios e 5 logradouros públicos.

Tôda a cidade é iluminada à luz elétrica. A iluminação domiciliária atinge 122 ligações. Aliás, é o único melhoramento urbano existente.

Os principais edifícios da cidade são: Matriz de Nossa Senhora de Santana, Grupo Escolar Padre Ibiapina, Correios e Telégrafos e o Mercado Público.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Em 31 de dezembro de 1956, existiam cinco mil novecentos e noventa e cinco (5 995) eleitores. O Poder Legislativo Municipal está representado por 7 vereadores, dos quais 4 do P.S.D. e 3 da U.D.N. Dirige o Executivo Municipal o Dr. José Ferreira Ramos, Prefeito eleito em 3 de outubro de 1955. pela União Democrática Nacional.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Com grande pompa, realiza-se, no dia 1.º de janeiro de cada ano, a festa da padroeira, Nossa Senhora de Santana comparecendo grande número de devotos de todos os recantos do município, a fim de dar maior brilhantismo à efeméride e mais solene demonstração de fé. A data cívica de 7 de setembro também é festejada com palestras nos estabelecimentos de ensino, dias antes, sendo encerradas as solenidades com a parada escolar, concorrendo para o êxito das mesmas, não só os responsáveis pelo ensino como, também, do poder executivo. Além dessas comemorações, são realizadas, como nos demais municípios do Estado, os festejos de São João, São Pedro, Natal e Ano Novo.

VULTOS ILUSTRES — Soledade, não só em épocas remotas como na atual, tem tido filhos que souberam elevar bem alto a terra natal, ocupando diversos postos seja na vida administrativa do município, seja na do país, destacando-se o Dr. *Wandick Londres da Nóbrega,* emérito latinista e atual Diretor do Colégio Pedro II, na Capital Federal; Dr. *Asdrubal Montenegro,* professor da Escola de Odontologia da Paraíba: *Gerôncio Estanislau Nóbrega,* Deputado Estadual à Assembléia Legislativa da Paraíba.

OUTROS ASPECTOS — Soledade é comarca de 1.ª entrância, encontrando-se presentemente vaga com a promoção de seu titular.

O município teve como primeiro Prefeito João Ouriques de Vasconcelos, já falecido, que exerceu o cargo cumulativamente com o de Presidente do Conselho Municipal.

A paróquia de Soledade, sob a invocação de Nossa Senhora de Santana, pertencente à Diocese de Campina Grande, foi criada em 10 de novembro de 1913, sendo o seu primeiro Vigário o Cônego José Betâmio Gouveia da Nóbrega e o atual o Cônego Virgínio Estanislau Afonso. Compõe-se de uma matriz, uma igreja e seis capelas. Não existe templo protestante no município.

O gentílico adotado para os habitantes do município é soledadenses.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *Anuário Estatístico do Brasil* — 1956. 3) *Anuário Estatístico do Estado da Paraíba* — 1949-1953. 4) *Boletim Estatístico — Ano VII — março a maio — Divulgação do Departamento Estadual de Estatística do Estado da Paraíba.* 5) *Censo Demográfico do Estado da Paraíba* — 1950 — I.B.G.E. 6) *Documentação Municipal da Inspetoria Regional de Estatística.*

AUTORIA — José Paulino Costa Filho.

SOUSA — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Durante o ciclo das entradas ao sertão bruto, selvagem e inexplorado, o terreno que forma hoje o município de Sousa foi domínio da Casa da Tôrre da Bahia e de Teodósio e Francisco de Oliveira Lêdo, "senhores" dos vales constituídos pelos rios do Peixe e Piranhas. A atual sede do município fica situada em terras da antiga Jardim do Rio do Peixe, que pertencia a Francisco Dias d'Ávila e, depois, por morte dêste, a sua mãe, Inácia de Araújo Pereira, doadora da sesmaria que ainda hoje constitui o patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios.

Os primeiros estanciadores do município, como vimos, foram os irmãos Lêdo, após o devassamento do território, no ano de 1723.

Com o incentivo à lavoura e à criação, o povoamento se desenvolveu em virtude de a riqueza fertilizante do ter-

Igreja-Matriz de N.S.ª dos Remédios

reno despertar o interêsse de pessoas dos mais longínquos recantos que eram atraídas para o cultivo e aproveitamento das terras, a ponto de, no ano de 1730, o Vale Jardim já contar com uma "numerosa" população de 1 468 habitantes, segundo informações do Cabido de Olinda. O fato levou Bento Freire de Sousa, residente na fazenda Jardim, a tomar a si a tarefa de construir um núcleo de povoamento denominado Povoado do Rio do Peixe, erguendo aí a primeira igreja, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, por volta dos anos de 1930 a 1932, num terreno doado por D. Inácia de Araújo Pereira. Ainda hoje o templo existe, resistindo a tôdas as intempéries.

Foi o primeiro administrador do patrimônio o Senhor Bento Freire de Sousa, cujo nome ficou ao município e à cidade, como gratidão pelos serviços prestados por seu fundador. No ano de 1741, o Doutor Manuel Machado Freire, ora visitador, concedia a licença para a sagração e provisão da referida igreja.

O município foi criado com sede na povoação de Jardim do Rio do Peixe, com o nome atual, por carta Régia de 22 de julho de 1766; o distrito o foi em virtude do Alvará de 2 de março de 1784, dando-se sua instalação a 14 de julho de 1800, recebendo, por fôrça da Lei provincial n.º 28, de 10 de julho de 1854, os foros de cidade e comarca de igual nome, mantidas pelas Leis números 8 e 256, datadas de 15 de novembro de 1892 e 9 de outubro de 1926, respectivamente.

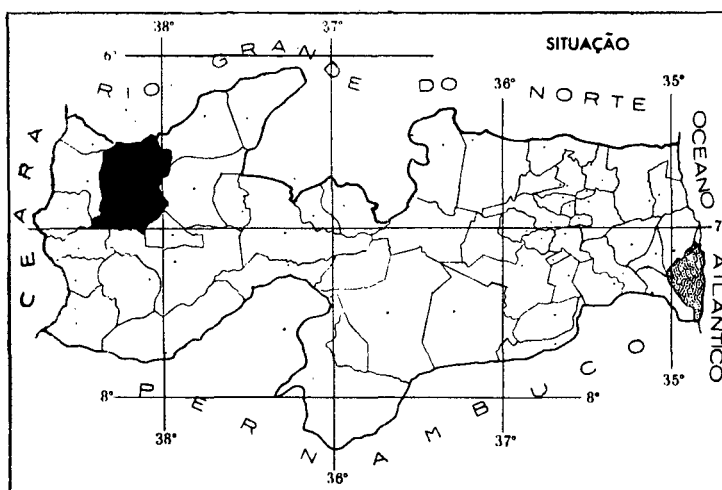
Nas divisões administrativas do Brasil, referentes a 1911 e 1933, o município figura com um só distrito — o de Sousa.

Consoante as divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, como também o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o município subdivide-se em dois distritos: o de mesmo nome e o de São José da Lagoa Tapada, enquanto a comarca se constituía de dois têrmos — o de Sousa e o de Antenor Navarro.

De acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-43, o município permanece composto dos dois distritos supracitados, tendo, no entanto, o segundo passado a chamar-se Oiticica.

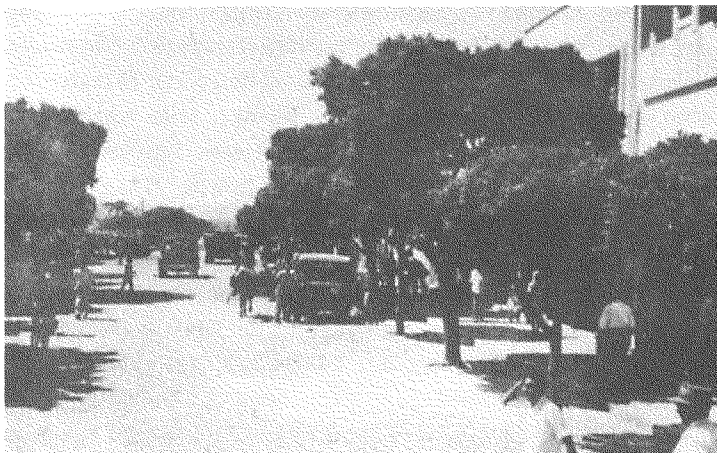
Em razão do Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, criou-se a comarca de Antenor Navarro, com o têrmo de igual nome, desligada da de Sousa.

Pelo Decreto-lei estadual n. 520, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu o quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, criou-se o distrito de Nazarèzinho, com sede no antigo povoado de Nazaré, cujo território foi desmembrado do distrito de Sousa. Assim, figuram no referido quadro, apenas, três distritos: Sousa, Nazarèzinho e Oiticicatuba (ex-Oiticica), modificado com a criação do distrito de Santa Cruz, formado por terras do distrito da sede e da antiga povoação de Santa Cruz, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, o qual fixou o quadro territorial vigente em 1949-53. Ficou constituído, finalmente, o município, de quatro distritos: Sousa Nazarèzinho, São José da Lagoa Tapada (ex-Oiticicatuba) e Santa Cruz.

LOCALIZAÇÃO — Entre os municípios paraibanos de Antenor Navarro, Cajàzeiras, Pombal, São José de Piranhas e Piancó, e mais Alexandria e Luís Gomes, no Rio Grande do Norte, encontra-se localizado Sousa, na Zona Fisiográfica do Sertão.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Sua sede municipal tem como coordenadas geográficas os seguintes pontos: 6° 45' 33" de latitude Sul e 38° 13' 56" de longitude W.Gr. e apresenta o rumo O.N.O. em relação à Capital do Estado, da qual dista, em linha reta, 372 quilômetros.

CLIMA — A temperatura varia entre 24°C e 35°C, à sombra, para as médias das mínimas e máximas, respectivamente. Dificilmente atinge 37°C. Dêsse modo, seu clima é quente e sêco, mas suportável, mesmo nas fases mais agudas do verão.

Grupo Escolar Manuel Mendes

Rua Cel. José Vicente

A vegetação se compõe de arbustos, isto é, árvores de pequeno porte, "rasteiras", como se costuma dizer na região. Nas serras, conta com algumas, donde se extraem lenha e madeira de lei para construção civil.

ÁREA — Com uma superfície de 2 295 quilômetros quadrados, o município estava classificado entre os sete primeiros do Estado, em 1954, passando para 6.º lugar, em 1957.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Suas terras constituídas em grande parte por extensa planície, notadamente no centro, possuem, apenas, algumas elevações: serras do Comissário, Negra, Cajàzeiras, Macacos, Santa Catarina, Pedra Talhada e Branca.

Banham-lhe o território alguns rios e riachos, merecendo referência especial os rios Piranhas e do Peixe. O primeiro dêles forma o magnífico açude público de São Gonçalo, um dos maiores do Nordeste e de grande importância para a vida da região, por contar com um perfeito sistema de canais de irrigação, que beneficia os vales secos de seu vasto território, tornando-os férteis e, conseqüentemente, próprios ao cultivo.

Citam-se, ainda, os riachos São Francisco, Santa Rosa, Trapiá ou São José e outros.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre as riquezas naturais existentes no município, as de origem vegetal são as que merecem maior destaque, onde a oiticica, a carnaúba e as madeiras de lei figuram em primeiro plano. Vale destacar, ainda, as jazidas de pedras calcárias, entre os minerais, e peixes, mel e cêra de abelhas, no que se refere às de origem animal.

Cursos de Economia Rural Doméstica

POPULAÇÃO — De acôrdo com resultados do Recenseamento Geral de 1950, havia no município 51 408 habitantes, representando 3,01% do total estadual, apresentando uma densidade de 24,47 habitantes por quilômetro quadrado.

Tal efetivo, como vimos, colocava-o em sétimo lugar entre a constelação municipal paraibana, em 1.º-7-1950, como se pode verificar:

Campina Grande, 173 206 hab.; João Pêssoa, 119 326 habitantes; Mamanguape, 83 112 hab.; Guarabira, 81 204 habitantes; Bananeiras, 61 223 hab.; Monteiro, 53 641 hab.; SOUSA, 51 408 habitantes.

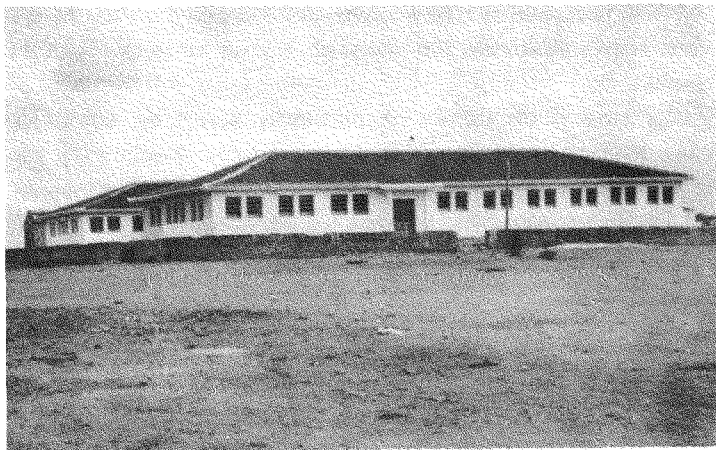
Dessa população, 38 068 indivíduos eram de côr branca, enquanto 7 305 eram pretos, 5 912 pardos e uma única mulher amarela, não declarando a côr 122 pessoas; 51 396 brasileiros natos, 2 naturalizados e 5 sem nacionalidade declarada; completavam essa situação demográfica, 9 675 solteiros, 16 213 casados, 11 desquitados (sendo 2 homens e 9 mulheres) e 1 450 viúvos, dos quais 377 eram homens e 1 073 mulheres; segundo a religião, havia 50 681 católicos romanos, 561 protestantes, 19 espíritas, 2 evangelistas, 1 ortodoxo, 13 com outras religiões e 13 não tinham religião declarada.

Rua Jabolino Formiga

Localização da população — A maior parte de seus habitantes, isto é, 45 145 pessoas, representando cêrca de 88%, vivia na zona rural de seus quatro distritos, os quais contavam, durante o Censo de 1950, com os seguintes efetivos: Sousa — 36 143 habitantes, Nazarèzinho — 5 017, Santa Cruz — 4 735 e São José da Lagoa Tapada — 5 513.

Aglomerações urbanas — A cidade de Sousa é seu principal centro populacional, contando, à época do Recenseamento de 1950, com 4 555 pessoas, e as vilas de Nazarèzinho, com 600, Santa Cruz, 419 e São José da Lagoa Tapada, 689.

Existem, ainda, os povoados de São Francisco, Aparecida, São Gonçalo, Marizópolis, Serra Branca e Lastro, todos no distrito da sede.

Estimativa da população — De acôrdo com a estimativa fornecida pelo D.E.E., para 31-12-1956, a população municipal atingiu 57 180 pessoas, enquanto a cidade cresceu com 5 967 indivíduos. Dessa forma, ficou o município com o 5.º lugar em todo o Estado, apresentando, dessarte, uma densidade de 24,91 habitantes por quilômetro quadrado.

Maternidade Municipal (em fase de conclusão)

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Preponderam-lhe as atividades agropecuárias, às quais se dedicavam, segundo o último Censo Agrícola, 68% das pessoas de 10 anos e mais.

Agricultura — As principais espécies cultivadas no município são o algodão (arbóreo e herbáceo), a banana, o milho, o arroz, o feijão e a batata-doce, cuja importância está fixada, especìficamente, na tabela abaixo, no quadro da produção agrícola do ano de 1956, que rendeu quase cento e cinqüenta milhões de cruzeiros:

PRODUTOS	ÁREA CULTIVADA (hectare)	UNIDADES ADOTADAS	PRODUÇÃO	
			Quantidade	Valor (Cr$ 1 000)
Algodão arbóreo	28 000	Arrôba	375 002	61 875
Algodão herbáceo	9 900	»	152 000	25 080
Arroz	1 700	Saco de 60 kg	60 000	18 000
Banana	1 075	Cacho	150 000	24 150
Batata-doce	12	Tonelada	850	2 775
Feijão	1 100	Saco de 60 kg	10 000	3 900
Milho	5 500	» » » »	50 000	6 000
Outros	438	—	—	7 644
TOTAL	*47 725*	—	—	*149 424*

Como se vê, há uma larga predominância da cultura algodoeira sôbre as demais, com 58% do total de sua produção; segue-se a da banana, da qual é o maior produtor paraibano, servindo como centro de abastecimento às cidades vizinhas e mais João Pessoa e Campina Grande, especialmente.

Duas plantas nativas — a oiticica e o babaçu — têm importância na economia municipal, pelo fornecimento de semente para a fabricação de óleo.

Igreja do Rosário

Foram-lhe recenseadas, em 1950, 2 477 propriedades rurais existentes, que se distribuíam, quanto à extensão, do seguinte modo:

Até 50 ha, 1 939; de 50 a 100 ha, 284; de mais de 100 hectares, 254.

Pecuária — Dos mais apreciáveis são seus rebanhos, que, em 1956, se apresentavam com os seguintes efetivos, onde mais se destacam os gados bovino e suíno:

REBANHOS	N.º DE CABEÇAS
Asininos	5 800
Bovinos	48 000
Caprinos	18 000
Eqüinos	7 600
Muares	5 500
Ovinos	17 000
Suínos	30 000
TOTAL	*131 900*

Êsses rebanhos valeram quase trezentos milhões de cruzeiros.

Comércio — Com referência a êsse aspecto, é Sousa um dos mais salientes empórios comerciais sertanejos, destacando-se com 14 estabelecimentos atacadistas e 85 varejistas, explorando os ramos: tecidos em geral, ferragens, gêneros alimentícios, calçados, etc.

Pôsto Médico Municipal

Indústria — A produção industrial, em 1956, montou a mais de setenta milhões de cruzeiros, aparecendo a extração de óleo de caroço de algodão em primeiro plano, com uma percentagem de 52% do total.

Pela tabela exposta a seguir, vê-se o valor específico da produção industrial do município, em 1956:

PRODUTOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Óleo de caroço de algodão	3	32 159
Produtos alimentares	123	16 742
Cêra de carnaúba	55	2 923
Algodão beneficiado	4	2 556
Calçados	3	1 137
Outros	30	5 734
TOTAL	*218*	*61 251*

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO — Funciona em Sousa uma subagência do Banco do Nordeste, que opera com real proveito para a economia do município, conforme atesta seu crescente movimento de empréstimos a inúmeros agricultores da região.

Rua Padre Corrêa de Sá

FINANÇAS PÚBLICAS — Pelo quadro a seguir, tem-se espelhada a situação financeira da importante comuna sertaneja paraibana:

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	1 065	3 435	1 688	1 010	1 504
1952	1 099	4 606	1 860	...	1 770
1953	1 288	...	2 177	737	2 137
1954	1 383	6 000	2 768	1 619	2 945
1955	1 616	7 642	3 782	...	3 729
1956	...	... *	5 000	3 006	4 391

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade está ligada às sedes dos seguintes municípios: Catolé do Rocha: rodoviário (120 km — 2 h 45 m, via Pombal); Pombal: rod. (64 km — 1 h 20 m) ou ferroviário, R.V.C. (55 km — 2 h 20 m); Coremas: rod. (116 km — 2 h 20 m) ou misto: a) ferrovia (55 km — 2 h 20 m) e b) rod. (52 quilômetros — 1 hora); Piancó: rod. (151 km — 4 horas, via Pombal e Coremas) ou misto: a) ferrovia, R.V.C. (55 km — 2 h 20 m) e b) rod. (52 km — 1 hora); São José de Piranhas: rod. (71 km — 1 h 40 m, via Cajàzeiras): rod. (46 km — 20 m) ou ferrovia, R.V.C. (51 km — 2 horas); Antenor Navarro: rod. (26 km — 35 m) ou ferrovia, R.V.C. (27 km — 1 h 20 m); Uiraúna: rod. (62 quilômetros — 1 h 20 m). Capital Estadual: rod. (431 quilômetros — 10 h 20 m).

Fazenda histórica, por pertencer ao Padre Luiz José Correia de Sá, revolucionário de 1817

O município é servido pela ferrovia da Rêde de Viação Cearense e conta com 385 quilômetros de estrada de rodagem e 137 veículos: 79 caminhões, 29 jipes, 19 camionetas e 10 automóveis.

Há na sede do município um Campo de Pouso, que vem sendo utilizado em viagens regulares pela Real Aerovias.

Possui o município os seguintes meios de comunicação: agência postal-telegráfica na cidade e agências postais nas vilas de Santa Cruz e Nazarèzinho e nos povoados de São Francisco, São Gonçalo e Aparecida, tôdas do D.C.T.

Pôsto Agrícola de São Francisco — Cultura de Amendoim Tatu

ASPECTOS URBANOS — Conta a cidade de Sousa com cêrca de 6 000 habitantes e 1 700 prédios.

Dos seus 54 logradouros públicos, 3 são pavimentados a paralelepípedo com cêrca de 6 000 metros quadrados. Dêsses logradouros, 23 são arborizados.

Vista da galeria e barragem do Açude São Gonçalo (D.N.O.C.S.)

A cidade é servida de luz elétrica. A iluminação pública, com cêrca de 1 000 focos, estende-se a 42 logradouros. A domiciliária conta 600 ligações.

Existem, ainda, na cidade, 2 cinemas, 2 farmácias, 4 drogarias, 5 hotéis e 2 pensões.

Merece destaque uma rêde de esgotos "unitários", com 600 metros de extensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No que diz respeito a êsse setor, são bem conceituados os hospitais e casas de saúde sousenses, tanto pela aparelhagem de que dispõem, como pelo tratamento que dispensam. Entre êles, destacam-se o Hospital e Maternidade "São Gonçalo" e a Casa de Saúde "Dr. A. C. Abrantes". Vale ainda mencionar a existência de dois postos de higiene, um municipal

e outro estadual. Exercem a profissão no município 7 médicos e 5 dentistas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Entre os serviços sociais, aparecem a Conferência de São Vicente de Paulo, que, no ano de 1956, forneceu mais de treze mil cruzeiros em auxílios e benefícios; o Círculo Operário de Sousa e a Sociedade Operária Beneficente Dr. Silva Mariz.

Conta com quatro cooperativas, sendo de maior expressão a Cooperativa de Crédito Agrícola de Sousa Ltda., a qual forneceu, em 1956, 136 empréstimos, no valor de Cr$ 539 712,00.

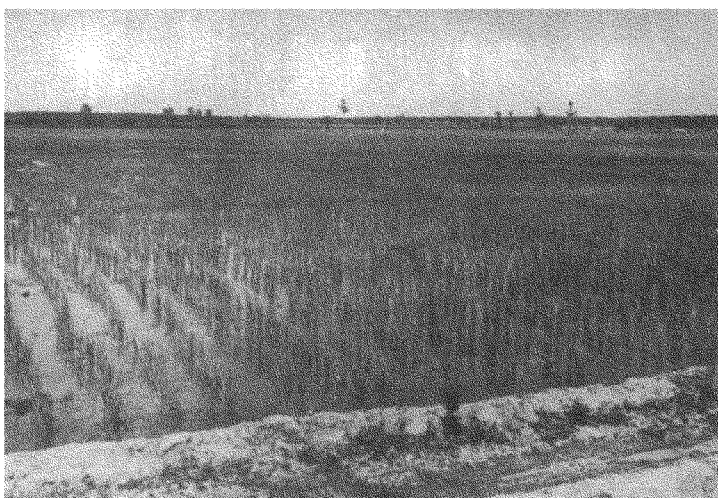
ALFABETIZAÇÃO — De sua população de 51 408 pessoas, havia 49 912 de cinco anos e mais. Dessas, sabiam ler e escrever 12 010 (6 414 homens e 5 596 mulheres), enquanto 29 902 não sabiam ler ou escrever, estando incluídas, entre estas, as pessoas de instrução não declarada. Por aí se vê que o índice de analfabetos no município, segundo o Censo Demográfico de 1950, atingiu cêrca de 60%.

Ensino — Em 1956, o município, um dos mais importantes de todo o Estado, possuía os seguintes cursos e unidades escolares: de ensino primário fundamental comum, 92 unidades, das quais 8 de ensino supletivo (federal), 33 estaduais e 49 municipais; de ensino normal — 11; de ensino ginasial — 1; e comercial — 1. A matrícula inicial, em 1957, foi de 15 alunos do sexo masculino e 26 do feminino no curso ginasial; 39 homens e 10 mulheres no comercial básico; e 51 no curso normal (regente de ensino).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade de Sousa, existe a Biblioteca Municipal "Humberto de Campos", com 1 210 volumes registrados, e um clube com finalidade cultural, recreativa e esportiva.

A revista "Letras do Sertão", de circulação trimestral, difunde a cultura e o gôsto pelas letras, no município.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — São nove os vereadores em exercício na Câmara Municipal de Sousa. Votaram na última eleição (3-10-1955) 8 742 eleitores. O atual Prefeito do município é o Sr. Felinto da Costa Gadelha.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa realizada no município é a da padroeira, que atinge o auge com a tradicional procissão que encerra os festejos. São, ainda, festivamente comemoradas as datas nacionais de destaque, como o Dia da Independência, de cujas solenidades constam passeatas colegiais, sessões cívicas, tardes esportivas e outras, a que o povo assiste com entusiasmo contagiante.

Mercado Público Municipal

Cultura de arroz

OUTROS ASPECTOS — Deve-se salientar como de grande importância para a vida turística do município as barragens do "São Gonçalo", açude público de grande expressão, que são visitadas constantemente por pessoas vindas de regiões circunvizinhas e de outros Estados.

VULTOS ILUSTRES — Entre seus mais ilustres filhos, destacam-se o marechal *José de Almeida Barreto*, herói da Guerra do Paraguai, e escritor e historiógrafo, *Celso Mariz*, elemento de destaque e prestígio na vida intelectual do Estado, com trabalhos de mérito sôbre a história de várias de suas mais importantes cidades, como Areia, Mamanguape, Pilar, etc.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Sinopse Estatística do Município de Sousa* — 1948; 2) — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954; 3) — Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística.

AUTORIA — Raimundo Pereira de Oliveira.

SUMÉ — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Nos fins do século XVIII, iniciou-se a fixação de colonos na zona do Cariri paraibano, os quais, procedentes doutras paragens da própria Paraíba e de Pernambuco, foram ali se estabelecendo, a partir de então, com fazendas de criação de gado.

São João do Cariri, a mais antiga localidade da zona, foi elevada a sede de freguesia em 1750. Em 1762, as terras onde hoje se assenta a sede do município de Sumé integravam a fazenda de criação de gado de Manuel Tavares Baía. Monteiro, sede do município, do qual foi desmembrado o de Sumé, foi fundada em 1800. A povoação de São Tomé foi fundada em 1903 por Manuel Augusto de Araújo, na confluência do rio Sucuru com o riacho São Tomé. Dêste último acidente geográfico, provém-lhe a denominação.

Na divisão administrativa do Brasil, referente ao ano de 1911, integra o município de Alagoa do Monteiro o distrito de São Tomé.

Prefeitura Municipal

Como distrito do município de Alagoa do Monteiro (atualmente Monteiro), permaneceu São Tomé até 1951, quando, por fôrça da Lei estadual n.º 513 de 8 de fevereiro daquele ano, foi criado o município de Sumé, compreendendo o território do distrito de São Tomé, que passou então a denominar-se Sumé. Posteriormente, foi anexada ao município parte do distrito de Prata.

A mesma Lei acima referida criou, igualmente, a comarca de Sumé.

O vocábulo "Sumé", em língua indígena, significa "personagem misterioso, que pratica o bem e ensina a cultivar a terra", segundo aparece em lenda entre o gentio, e no qual "o espírito religioso dos catequizadores quis identificar São Tomé".

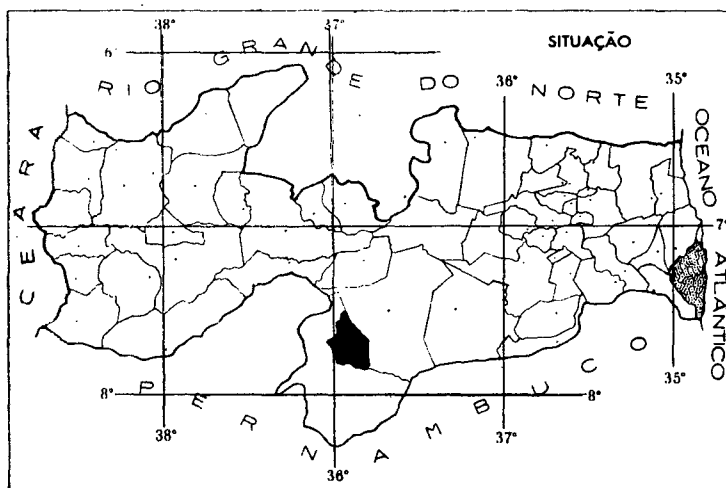
A criação do município foi obra exclusiva da determinação e tenacidade de seus habitantes. Não foi por simples vaidade que o seu povo lutou de armas na mão, bravamente, por sua emancipação política. As raízes históricas da animosidade existente entre a sede municipal de Monteiro e o então distrito de São Tomé vêm de muito longe, do tempo da revolução de Augusto Santa Cruz, em 1911. O escopo supremo do levante era exatamente libertar São Tomé do jugo de Monteiro, em virtude do tratamento de "madrasta" que o município dispensava a seu principal distrito. O único efeito palpável da insurreição foi aprofundar as dissensões e de tal forma que o tratamento desigual continuou, recebendo as gerações atuais o legado de libertar São Tomé.

Igreja-Matriz de N.S.ª da Conceição

Efetivamente, a autonomia trouxe um surto de progresso extraordinário para o novo município, surto que ainda continua em sua fase ascensional, apesar de todos os fatôres adversos que têm atuado nessa região.

Atualmente, já não existe a animosidade anterior; os dois municípios vivem em completa harmonia.

Os habitantes do município receberam o gentílico sumeenses.

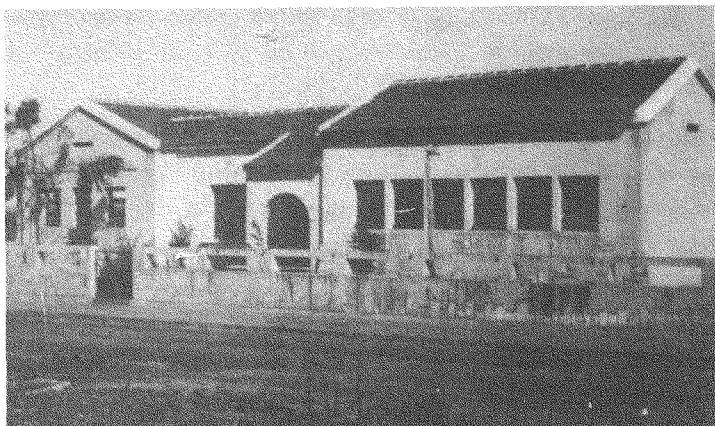
LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO — O seu território possui como limites os municípios de Monteiro e São João do Cariri, ficando suas terras encravadas na Zona do Sertão. A cidade de Sumé encontra-se numa altitude de 510 metros, não estando determinadas suas coordenadas geográficas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Todo o município desfruta de clima saudável que é, de um modo geral, quente e sêco. Apresenta as médias mínimas e máximas de temperatura oscilantes entre 22ºC a 37ºC, à sombra.

A vegetação, se bem que não seja espêssa, aparece mais ou menos intensa em determinadas áreas do território municipal.

ÁREA — Sua superfície é de aproximadamente 956 quilômetros quadrados, de acôrdo com cálculos levantados pelo Departamento Estadual de Estatística. Está colocado no 21.º lugar entre os municípios paraibanos.

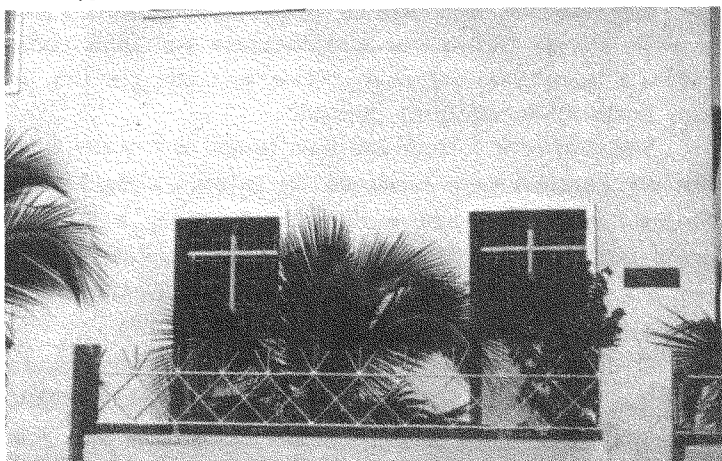
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os terrenos que o compõem são mais ou menos planos, tanto que apenas podem ser citadas duas serras de importância: a do Gonçalo, a sudoeste, e uma outra sem denominação precisa, a noroeste da cidade. Entre os cursos de água, mencionam-se o rio Sucuru, um dos formadores do Paraíba, e os riachos dos Catulés, da Pedra Comprida e de Caraibeiras. Êste último serve-lhe de limite natural com o município de Monteiro.

RIQUEZAS NATURAIS — Por tratar-se de um município cujo território é relativamente pequeno, pouco vamos encontrar com referência às suas riquezas naturais. As suas partes norte e oeste apresentam, nas regiões menos explora-

Grupo Escolar Desembargador Feitosa Ventura

das, algumas matas, nas quais se encontram, como dignas de destaque, madeiras para construção — baraúna, aroeira, angico, etc.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o então distrito de Sumé, pertencente ao município de Monteiro, tinha uma população de 9 262 habitantes, sendo 4 589 homens e 4 673 mulheres, com uma densidade demográfica de 10 habitantes por quilômetro quadrado.

Localização da população — Distribui-se por seus dois distritos — o da sede e Amparo, êste proveniente do fracionamento do distrito de Prata, pertencente a Monteiro.

O Censo revelou que, de seus 9 262 habitantes, 80% viviam na zona rural. A taxa correspondente ao Estado é de 73%.

Agência Municipal de Estatística

Aglomerações urbanas — Em 1950, a vila de Sumé possuía 1 763 habitantes dos quais, 825 homens e 938 mulheres.

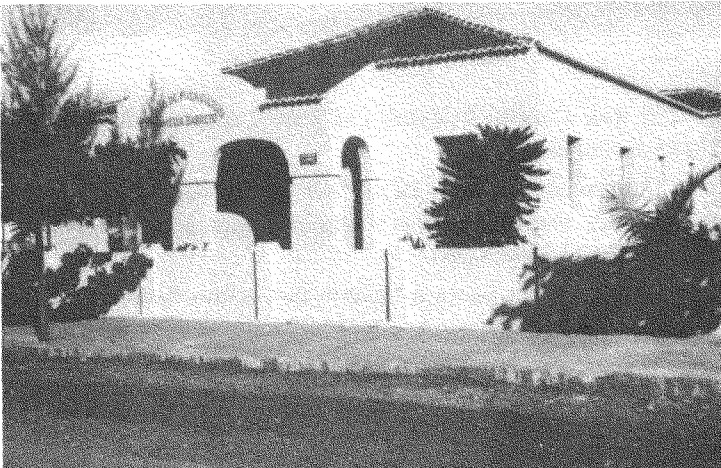
Estimativa da população — De acôrdo com a previsão do Departamento Estadual de Estatística, existiam no município, em 31-12-1956, 12 972 habitantes. A densidade populacional do município é de 13,5 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto a do Estado é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Sua economia se caracteriza pela predominância do ramo "agricultura e pecuária" nas atividades da população local.

O principal produto agrícola é o algodão, com uma área cultivada de 4 880 hectares, tendo a produção sido estimada em Cr$ 5 250 000,00, secundada, em ordem decrescente, pelo milho e o feijão.

Seus rebanhos mais apreciáveis eram: asininos — 250 cabeças; bovinos — 5 000; caprinos — 2 500; eqüinos — 800; muares — 300; ovinos — 10 000 e suínos — 1 600, num total de 20 450 cabeças.

Quanto ao comércio, cumpre assinalar que só existem a registrar estabelecimentos varejistas, em número de 17.

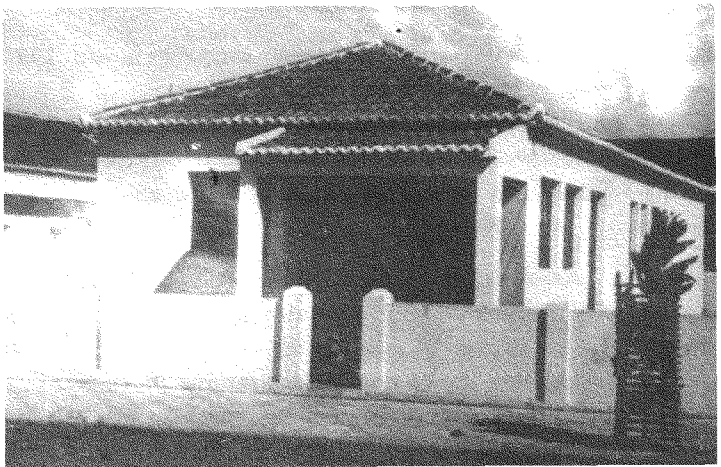
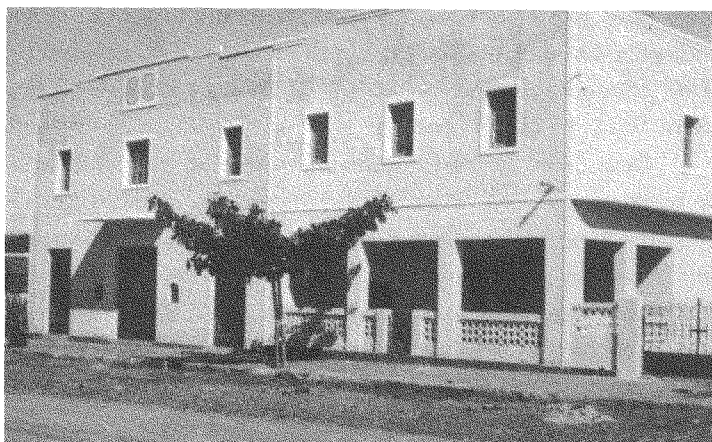
Pràticamente, não há indústrias no município, a não ser a presença de uma usina de energia elétrica, fornecedora de iluminação à cidade, e 4 padarias. Mencionam-se, ainda, as produções de casca-de-angico e carvão que renderam, em 1956, mais de um milhão de cruzeiros.

Pôsto de Puericultura Almeida Barreto

FINANÇAS PÚBLICAS — Pela tabela exposta, vê-se a situação financeira no município:

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)			DESPESA MUNICIPAL (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1952	...	594	181	516
1953	477	968	273	877
1954	605	994	291	847
1955	727	1 461	287	1 441
1956	976	1 337	293	1 189
1957 (1)	...	1 440	387	1 400

(1) Orçamento. Não há Coletoria Federal em Sumé. Os tributos da União são recolhidos à Coletoria de Monteiro.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Sumé liga-se às cidades vizinhas e às capitais estadual e federal pelos seguintes meios de transporte:

Monteiro, rodoviário — 36 km; Serra Branca (São João do Cariri), rodoviário — 33 km; São José do Egito (PE), rodoviário — 156 km; Capital Estadual, rodoviário

Agência dos Correio e Telégrafos

Hotel e Cinema municipais

— 252 km; Capital Federal, via João Pessoa, rodoviário — 2 840 quilômetros.

O município possui 15 veículos rodoviários: 1 automóvel comum, 5 camionetas e 9 caminhões, e 206 quilômetros de estradas de rodagem.

Como via de comunicação o município dispõe de uma Agência Postal-telefônica, localizada na sede municipal e pertencente ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Foi inaugurado recentemente na cidade um Pôsto de Puericultura.

Há no município uma farmácia e um farmacêutico.

ASPECTOS URBANOS — Com cêrca de 2 000 habitantes, tal é a estimativa de sua população atual, Sumé apresenta-se como das menores cidades do Estado, certamente por ser também das mais novas. Conta 14 logradouros públicos, dos quais 9 são arborizadocs, e 686 prédios.

É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 11 logradouros, com 173 focos, e a domiciliária possui 297 ligações, segundo dados de 1954.

Os seus edifícios públicos são todos novos, dada a recente criação do município, e, entre êles, destacam-se a Prefeitura Municipal, o Mercado Público, o Pôsto de Puericultura e o Cinema.

Há na cidade 3 hotéis, 1 cinema, 1 filarmônica e 1 associação desportiva.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Cooperativa de Sumé, antiga Cooperativa de Crédito Agrícola, é a única existente no município, e tem como objetivo fomentar a agricultura e a produção; contava, em 31-12-1956, com 379 sócios e proporcionou aos seus associados 52 empréstimos, no valor de Cr$ 80 368,00.

ALFABETIZAÇÃO — A população recenseada em 1950, segundo o grau de instrução, dentre as pessoas de 5 anos e mais, na então vila de Sumé pertencente ao município de Monteiro, apresentou-se do seguinte modo: 643 pessoas, ou seja, 42,7% do total, sabiam ler e escrever, enquanto 861 não sabiam ler e escrever.

Ensino — Além de um Grupo Escolar, possui o município 38 estabelecimentos de ensino primário, distribuídos: municipais 25 e estaduais 14. Entre os municipais, figura um Jardim da Infância, funcionando conjuntamente com o Parque Infantil, ambos modernamente aparelhados. Conta, ainda, com 1 escola profissional, mantida pela Sociedade Beneficente e Educativa "União e Trabalho", e mais duas escolas particulares que se dedicam ao ensino de datilografia. Dessas escolas, 3 situavam-se na sede do município e 36 no quadro rural.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — São em número de 7 os vereadores em exercício no município. Em 3-10-1955, votaram 1 978 eleitores. Seu atual Prefeito é o Sr. Milton Leite Rafael (PL).

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 2) — *Sinopse Estatística do Município de Monteiro* — 1948; 3) — Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística.

AUTORIA — João de Deus Rafael.

TAPEROÁ — PB

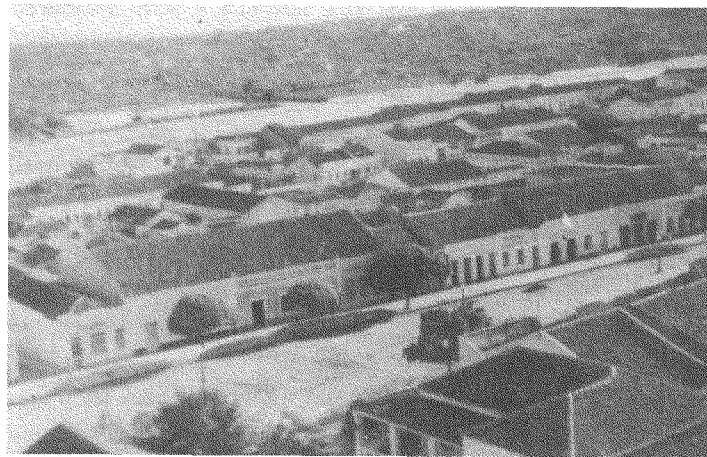
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Deve-se, incontestàvelmente, a Francisco Tavares de Melo, ao capitão Gonçalo Pais, ao ajudante Cosme Pinto e ao alferes Manuel de Farias Castro o início da colonização do município. Foram êles que, após requererem à Coroa, estabeleceram fazendas de gado naqueles territórios, em que, mais tarde, seria levantado o povoado que deu origem a Batalhão (hoje Taperoá). Tal topônimo deriva do fato de, naquelas paragens, ter-se dado tremendo combate entre as fôrças governistas e os rebeldes da Confederação do Equador, no ano de 1824.

Em tôrno de uma casa de fazenda, pertencente a Manuel de Farias Castro, aproximadamente em 1865, começaram a levantar-se outras moradias, as quais, por fim, deram início à formação do povoado.

Segundo reza a tradição, duas foram as grandes famílias responsáveis pela fundação da cidade: a de Manuel Farias Castro, já citada, e a dos Costa Vilar, a primeira então radicada no vizinho município de São João do Cariri, e a segunda oriunda de Portugal. Ambas, ainda hoje, se projetam na sociedade local.

O distrito e o município de Batalhão foram criados pela Lei provincial n.º 829, de 6 de outubro de 1886, o segundo com território desmembrado do de São João do Cariri.

A comarca foi criada em 1890 e suprimida mais tarde pela Lei estadual n.º 8, datada do ano de 1892.

Vista parcial da cidade, destacando-se a Rua 15 de Novembro e o rio Taperoá

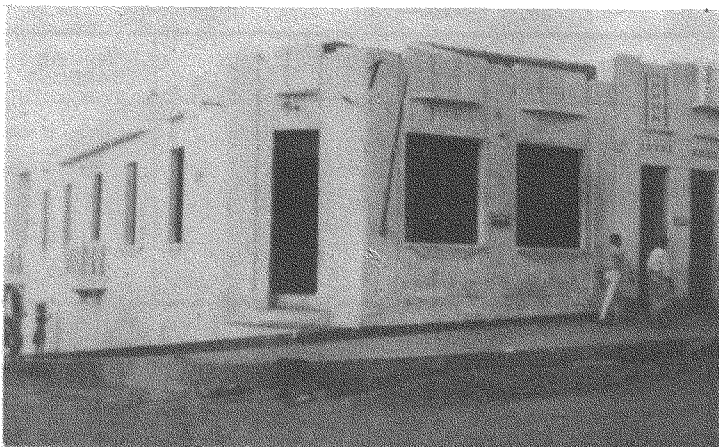
Por Lei municipal de 23 de novembro de 1905, o município passou a denominar-se Taperoá.

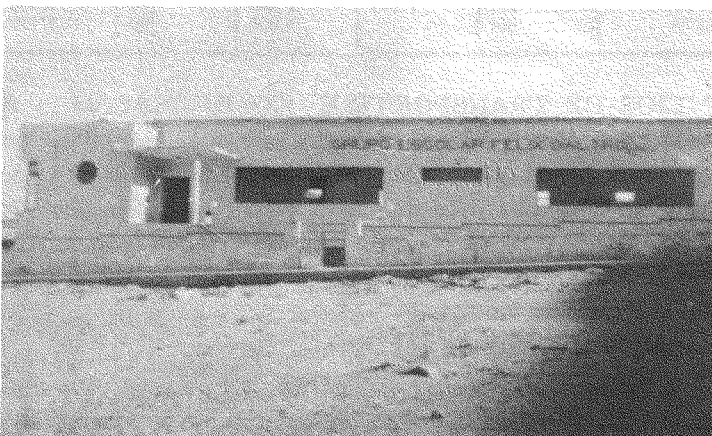
Nas divisões administrativas do Brasil, referentes a 1911 e 1933, o município compõe-se ùnicamente do distrito-sede.

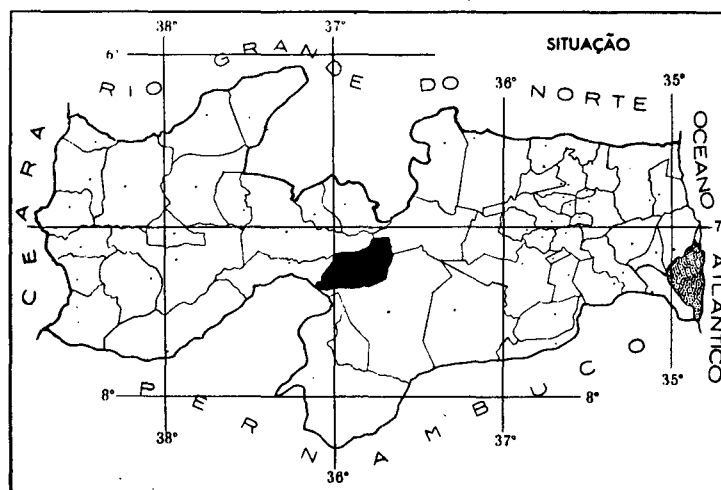
Segundo as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, êle se divide em dois distritos: Taperoá e Livramento, ficando o têrmo judiciário de Taperoá subordinado à comarca de São João do Cariri.

No quadro da divisão territorial do Estado, em vigor no qüinqüênio 1939-43, fixado pelo Decreto-lei estadual número 1 164, de 15 de novembro de 1938, continuam os mesmos distritos, alterada apenas a toponímia Livramento, para Carnaubal.

O Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940, restaurou a comarca de Taperoá, formada com o têrmo dêsse nome, desligado da de São João do Cariri.

Conforme o Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, o município e o distrito, bem como a comarca e seu têrmo voltaram a receber a denominação de Batalhão. Pelo mesmo Decreto-lei, para vigorar no qüinqüênio 1944-48, o município permanece formado por dois distritos: Batalhão (ex-Taperoá) e Sarapó (ex-Carnaubal) e com a Lei estadual n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, o município e a comarca mais uma vez passaram a denominar-se Taperoá, compondo-se esta de um só têrmo, o da sede; o distrito de Sarapó, por fôrça do mesmo diploma legal, passa a chamar-se Livramento.

Prefeitura Municipal

Os filhos do município são conhecidos como taperoasenses.

Grupo Escolar Félix Daltro

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO — Fica o município localizado na Zona Fisiográfica do "Sertão". Limita com os municípios de São João do Cariri, Patos e Teixeira, na Paraíba, e São José do Egito, em Pernambuco. A posição geográfica da cidade de Taperoá é dada pelas coordenadas: 7º 12' 23" de latitude Sul e 36º 49' 25" de longitude W.Gr., encontrando-se numa altitude de 500 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Seu clima é quente e sêco, característico do Sertão paraibano; a temperatura varia entre 20ºC e 38ºC, à sombra, respectivamente para a média das mínimas e das máximas.

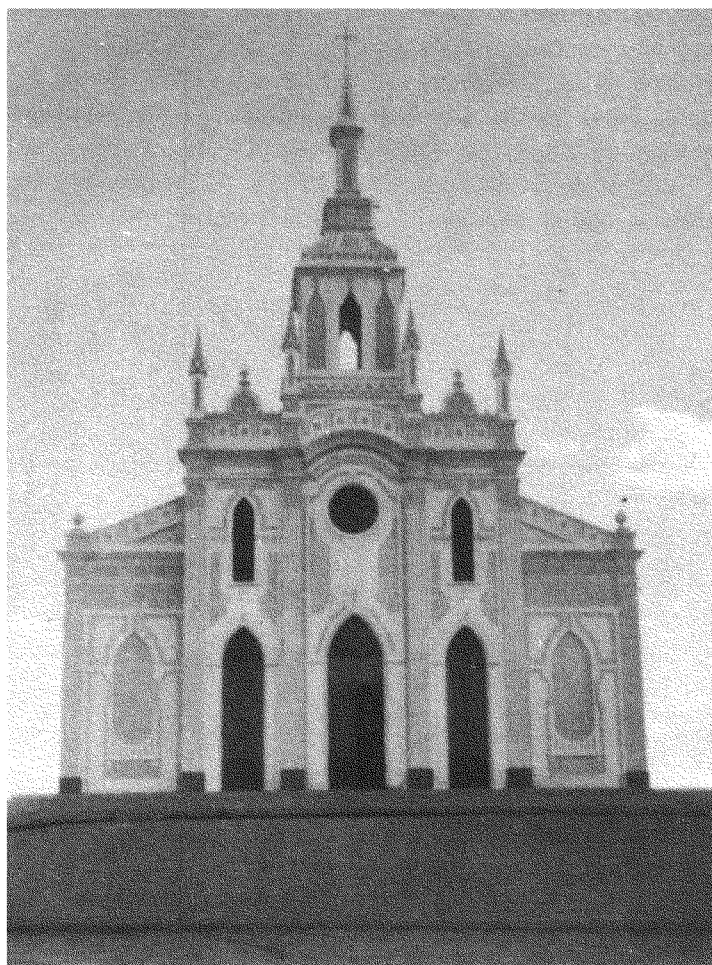
Com referência à vegetação do seu território, quase nada há a salientar, pois pouco resta de suas matas, em virtude das derrubadas que se vêm processando desde longo tempo.

ÁREA — Sua superfície é de cêrca de 1 025 quilômetros quadrados, conforme dados do "Anuário Estatístico do Brasil", ano de 1954. Em relação com os demais municípios paraibanos, está colocado no 19.º lugar.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como outros municípios, encontramos o de Taperoá situado na serra da Borborema, e em seu território outras serras merecem destaque, tais como: do Gonçalo, dos Cariris Velhos, do Algodão, etc.

Convém pôr em relêvo o Pico, que é seu ponto culminante, e um dos mais elevados de todo o Estado. Suas terras são banhadas por pequenos cursos de água, sendo o maior o rio Taperoá (que lhe dá o nome) o qual passa pela sede municipal, e os riachos Cosme Pinto, Mucuitu, Salgado, Carneiro e Carnaúba. Em seus limites com o município pernambucano de São José do Egito, existem as lagoas do Fundão e do Tabu.

POPULAÇÃO — Segundo dados fornecidos pelo Recenseamento de 1950, havia, em 1.º de julho daquele ano, 17 470 habitantes no município, sendo 8 642 homens e 8 828 mulheres, representando 1,02% do total estadual. Daí estar o mesmo colocado no 39.º lugar entre os 41 municípios então existentes na Paraíba. De seus habitantes, apenas uma mulher não declarou a nacionalidade, enquanto todos os outros se registraram como brasileiros natos.

Com referência à côr, predomina em Taperoá o elemento branco, pois existiam, na época do último Censo Demográfico, 8 619 almas; havia 3 186 pretos; eram par-

Igreja-Matriz Municipal

dos 5 604. A população presente, então, por religião, era de 17 330 católicos, 51 protestantes e 2 espíritas.

Localização da população — Dos habitantes recenseados em 1950, localizavam-se no quadro urbano 2 423, no suburbano 249 e no rural 14 758. Portanto, como se vê, o município é preponderantemente rural, com 85,6% de sua população localizada nesse quadro, enquanto em todo o Estado da Paraíba correspondia a 73%.

Aglomerações urbanas — Existiam no município, em 1.º-VII-1950, duas aglomerações urbanas — a cidade e a vila de Livramento, com os seguintes efetivos de população (quadro urbano e suburbano):

Cidade, 2 207; vila de Livramento, 465.

A cidade de Taperoá é, segundo o Departamento Estadual de Estatística, a 29.ª em população no Estado. Possui ainda o povoado de Assunção.

Rua 15 de Novembro

Estimativa da população — O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município para ...... 31-XII-56 em 19 431 habitantes, com uma percentagem de 1,75% do total do Estado, portanto, colocando-o no 40.º lugar entre os municípios que constituem a Paraíba.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade principal à economia do município é a agricultura, sendo o algodão herbáceo o produto mais cultivado com 54% da produção em 1956, secundado por milho, feijão e outros:

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave (fibra)	23	Quilograma	150 000	750
Algodão arbóreo	56	Arrôba	500	110
Algodão herbáceo	7 650	»	100 000	22 000
Arroz	170	Saco de 60 kg	2 750	825
Batata-doce	200	Tonelada	1 000	1 700
Feijão	2 000	Saco de 60 kg	7 000	3 500
Milho	4 250	» » » »	40 000	8 225
TOTAL	*14 345*	—	—	*37 110*

No cômputo geral, sua pecuária merece citação, principalmente o rebanho bovino, disseminado por várias e importantes fazendas de criação.

O quadro a seguir mostra a situação em 1956:

REBANHOS	N.º DE CABEÇAS
Asininos	2 500
Bovinos	18 000
Caprinos	6 200
Eqüinos	800
Muares	1 000
Ovinos	7 500
Suínos	6 400
TOTAL	*42 400*

Comércio — Existem 5 estabelecimentos atacadistas e 19 varejistas no comércio local.

Indústria — Não tem grande representação a atividade industrial, limitando-se à existência de uma usina de descaroçamento de algodão.

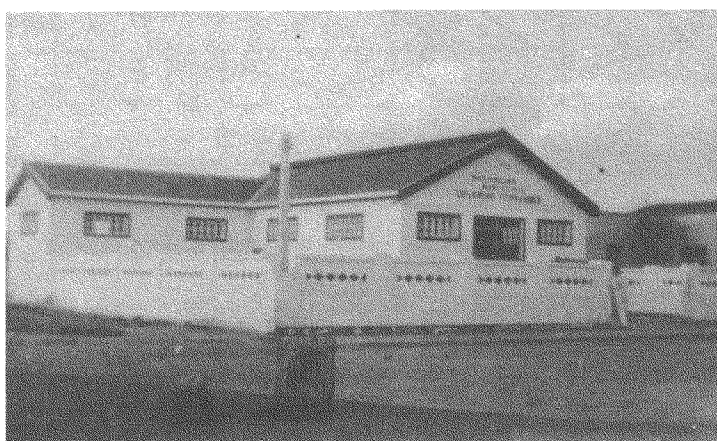
FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1951-57 a situação financeira do município assim se definia:

ANOS	ARRECADAÇÃO MUNICIPAL (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	256	989	767	...	1 037
1952	254	984	977	393	933
1953	290	...	1 101	304	1 201
1954	309	1 423	1 209	...	1 211
1955	539	1 643	1 363	467	1 253
1956	476	...	1 818	589	1 777

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A sede municipal liga-se às seguintes comunas circunvizinhas por meio de rodovias: Soledade (96 km), Serra Branca (no município de São João do Cariri — 54 km), São José do Egito — PE (80 km, via Teixeira), Teixeira (54 km) e Patos (92 km, via Estaca Zero ou 80 km, via Teixeira). Com a Capital do Estado, rodovia (224 km); misto (255 quilômetros — 8 h 30 m).

Há no município 13 caminhões, 2 automóveis comuns, 2 ônibus, 1 jipe. Sua rêde rodoviária mede apenas 135 quilômetros.

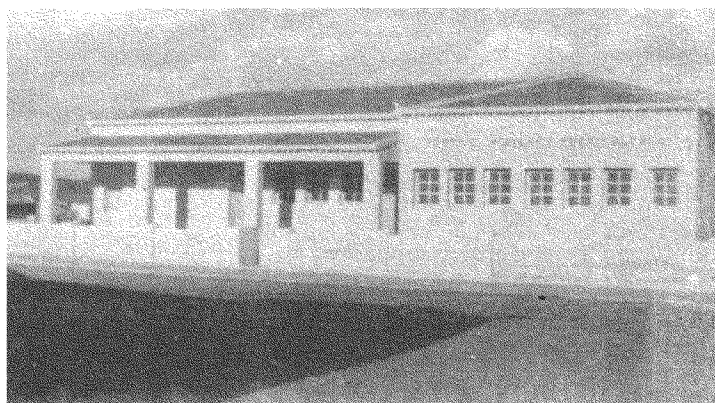
Como meios de comunicação dispõe de uma agência postal-telegráfica na cidade e de uma postal-telefônica na vila de Livramento, mantidas pelo D.C.T.

OUTROS ASPECTOS — A cidade de Taperoá está localizada, como foi dito anteriormente, às margens do rio Taperoá, cuja paisagem deslumbra os visitantes, principalmente quando em seu alvo leito as águas passam até encontrar o Paraíba uma grande e bonita ponte, em cimento armado. Na sede municipal, encontram-se o edifício onde funciona a Prefeitura Municipal, com seus dois grandes pavimentos; o dos Correios e Telégrafos, o do Grupo Escolar, valendo destacar-se a Igreja-Matriz que é um dos bonitos templos católicos da região. A água fornecida aos habitantes vem canalizada de um açude, próximo à cidade, para um chafariz público.

Matadouro Público Municipal

Conta atualmente cêrca de 2 500 habitantes, 1 003 prédios e 23 logradouros públicos. Dêstes, 2 são pavimentados a paralelepípedos e 3 arborizados. A rêde de energia elétrica estende-se a vários logradouros, apresentando 252 ligações. Dois hotéis funcionam na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Com o fim de fomentar a agricultura, por meio de empréstimos a seus associados, funciona no município uma Cooperativa de Crédito Agrícola, cujos serviços executados em 1956 foram de 341 empréstimos, no valor de Cr$ 1 042 357,00.

A Sociedade de São Vicente de Paulo é a única entidade que mantém assistência social; no mesmo ano, teve a despesa de Cr$ 24 000,00 na concessão de auxílios e benefícios.

Rio Taperoá, em plena ocasião de enchente

Pôsto de Higiene e Puericultura

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Recenseamento de 1950 revelam que apenas 31% do total da população presente, de 10 anos e mais, no município, eram alfabetizados.

Ensino — Existem em funcionamento 1 estabelecimento de ensino básico comercial e 24 escolas estaduais, 7 federais e 18 municipais, que lecionam o ensino primário fundamental comum.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O govêrno municipal mantém uma bem aparelhada biblioteca, em cujas estantes existem 3 090 volumes, sôbre vários assuntos. No ano de 1956 o estabelecimento registrou 3 390 consultas.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Sete vereadores integram a Câmara Municipal. Em 3-10-1955, 3 383 eleitores votaram no município.

Outro aspecto parcial da Rua 15 de Novembro e do rio Taperoá

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Durante as festas da Padroeira local, realizam-se novena e festejos profanos, nas ruas locais. Entre outros de menor vulto, celebra-se o dia da Independência do Brasil, com paradas escolares e festejos populares cívicos.

VULTOS ILUSTRES — O município tem em *Raul Machado* um dos seus filhos mais ilustres. Destacou-se como insigne poeta conhecido, na época, em todo o Estado.

BIBLIOGRAFIA — 1) — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros; 2) — *Sinopse Estatística do município de Batalhão* — 1948; 3) — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954; 4) — Documentação Municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — Haroldo Escorel Borges.

TEIXEIRA — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Várias são as opiniões a respeito dos primeiros momentos da existência de Teixeira. Para o historiógrafo Coriolano de Medeiros, em seu "Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba", foi o capitão Francisco da Costa Teixeira seu fundador, no ano de 1761, quando o mesmo, vindo de Mamanguape, estabelecera-se no território. Daí, segundo se depreende, o nome do município provém do sobrenome do referido capitão. Há, porém, quem afirme ser êsse cidadão chamado de Antônio Teixeira. Contudo, sabe-se que o fundador real do povoado foi outro proprietário, o sertanista pernambucano Manuel Lopes Romeu, o qual, juntamente com seu irmão de nome João Leitão, fundou o povoado de Canudos, que, com o correr dos tempos, passou a chamar-se Serra do Teixeira, abreviado para Teixeira.

Pela Lei provincial n.º 4, foi o povoado erigido em vila, libertando-se, dêsse modo, da tutela da freguesia de Patos.

Em 1792, sendo Vigário em Patos, o cônego Manuel da Costa Pereira recebeu de Manuel Lopes o patrimônio de um terreno onde ergueu uma capelinha dedicada a Santa Maria Madalena.

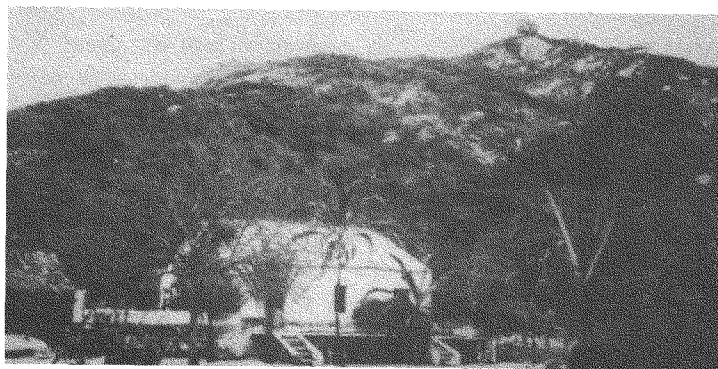
Já em 1857, o povoado foi elevado a freguesia, tendo por primeiro Vigário o padre Geminiano Ferreira Régis.

O distrito foi criado pela Lei provincial n.º 16, de 6 de outubro de 1857. O município o foi, com território desmembrado do de Patos, por efeito da Lei provincial n.º 4, de 29 de agôsto de 1859.

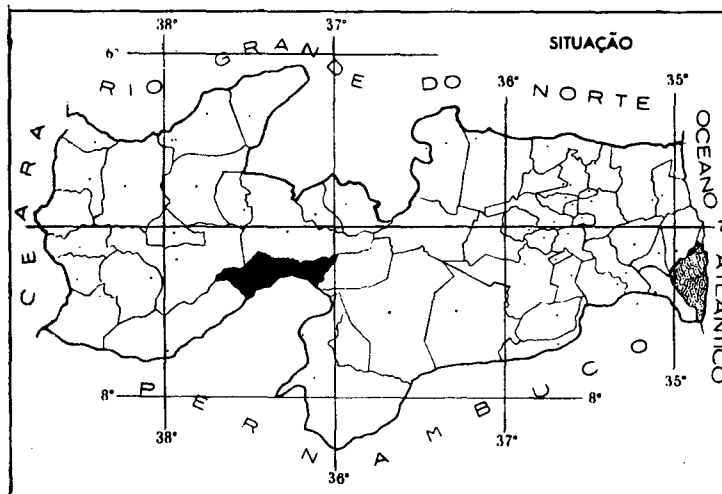
A Lei provincial n.º 410, de 24 de novembro de 1871, suprimiu o município de Teixeira. Restaurou-o, porém, a Lei provincial n.º 550, de 5 de setembro de 1874.

No dia 10 de agôsto de 1890, passou o município a têrmo judiciário da comarca de Patos.

Na divisão administrativa do Brasil, concernente a 1911, Teixeira figura formado por 3 distritos: o da sede e os de Destêrro e Imaculada, aparecendo, na relativa a 1933, composto de apenas o distrito de Teixeira.

Consoante as divisões territoriais de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, como, também, no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o município em aprêço constitui-se dos distritos de Teixeira, Imaculada, Destêrro e Mãe-d'Água. Pelo mesmo Decreto-lei, aparece como têrmo judiciário da comarca de Patos; porém, o Decreto-lei n.º 39, de 10-4-1940, criou a comarca de Teixeira, com o têrmo de igual nome, desligando-a da de Patos.

Vista do pico do Jabre, ponto culminante do nordeste

LOCALIZAÇÃO — Teixeira encontra-se localizado na Zona do Sertão, tendo como municípios limítrofes: Patos, Taperoá, Piancó, Princesa Isabel e São José do Egito (PE).

A sede do município tem as seguintes coordenadas geográficas: 7° 13' 13" de latitude Sul e 37° 15' 15" de longitude W. Gr. Em linha reta, dista 262 quilômetros da Capital do Estado, seguindo o rumo O.S.O., estando a 790 metros acima do nível do mar.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima do município é quente e sêco, porém, reconhecidamente o mais saudável de todo o Estado, graças à excelência de sua situação no dorso da serra da Borborema. A temperatura varia de 15 a 28°C, para as máximas e mínimas, sendo a compensada de 20°C, à sombra.

A vegetação é escassa, não se dando a formação de grandes matas.

ÁREA — A área abrangida pelo território municipal é de 1 036 quilômetros quadrados, o que lhe conferia o 18.º lugar entre os municípios paraibanos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — As terras do município são cheias de serras bastante altas, atingindo até 1 090 metros de altitude como é o pico do Jabre, considerado o ponto culminante de todo o sistema orográfico da Paraíba.

Aparecem, ainda, as serras do Carice, Logradouro, Ôlho-d'Água, Piedade, Balança, dos Cariris Velhos e outras, sendo as três últimas divisas naturais do município com alguns de Pernambuco. Além do Jabre, temos o pico das Covas, entre os mais altos da comuna.

Seus principais cursos de água são os rios Taperoá e Mãe-d'Água ou Cruz, que nascem em seu território, e os riachos Condado, Caldeirão, Destêrro e Santa Maria. Parte da lagoa Tabu fica dentro do município.

POPULAÇÃO — Segundo o último Recenseamento Geral de 1950, habitavam-lhe o território, 30 426 pessoas, sendo 14 991 do sexo masculino, e 15 435, do feminino. Portanto, com 1,78% da população estadual, estava no 26.º lugar, entre os mais populosos dos 41 municípios que formavam o Estado da Paraíba.

Composição — *Sexo*: havia 11 494 homens e 11 850 mulheres; *religião*: 30 290 católicos romanos, 56 protestantes, 12 espíritas; 19 de outras religiões, 33 não tinham religião e 16 sem religião declarada; *côr*: 23 344 eram brancos,

6 966 pretos e 85 pardos; *estado conjugal*: eram solteiros — 6 089, casados — 9 768, desquitados — 9, viúvos — 940, sendo 238 homens e 702 mulheres.

Tôdas as pessoas da comuna eram brasileiros natos.

A tabela a seguir demonstra a distribuição da população teixeirense, segundo os distritos (zonas urbana e suburbana):

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Teixeira	15 152	2 494	12 658
Destêrro	3 808	526	3 282
Imaculada	6 163	453	5 710
Mãe-d'Água	5 303	290	5 013
TOTAL	*30 426*	*3 763*	*26 663*

Sua população rural representava cêrca de 87,6% sôbre o total do município.

Segundo, pois, os dados censitários em referência, a cidade de Teixeira, com 2 494 almas, era o 23.° centro urbano da Paraíba.

Possuía, ainda, os seguintes povoados: São Sebastião, Maturéia, Santo Aleixo, Tataíra e Palmeira.

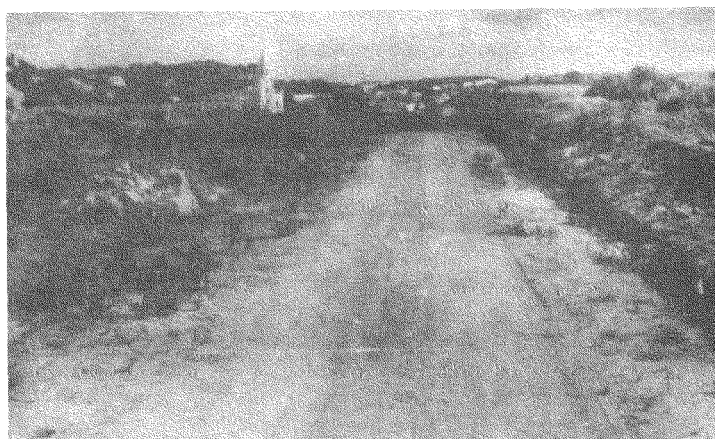
Estimativa da população — O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, presente em 31-XII-1956, em 33 482 habitantes, colocando-o no 25.° lugar na Paraíba, representando 1,75% da população estadual. Sua densidade demográfica é de 32,31 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura encontra-se caracterizada como a principal atividade dos habitantes do município, onde a agave, o algodão, a banana, a mamona e a manga são os principais produtos, conforme se vê do quadro exposto:

PRODUTOS	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Agave (fibra)	5 520	Quilograma	3 000 000	15 000
Algodão arbóreo	2 840	Arrôba	40 000	7 600
Arroz	44	Saco de 60 kg	2 400	588
Banana	28	Cacho	38 000	1 520
Batata-doce	210	Tonelada	2 500	3 000
Cana-de-açúcar	200	»	10 000	1 800
Côco-da-baía	5	Cento	200	100
Fava	400	Saco de 60 kg	21 200	420
Feijão	4 900	» » » »	21 000	9 450
Laranja	5	Cento	5 200	260
Mamona	265	Quilohrama	150 000	600
Mandioca-brava	600	Tonelada	3 000	630
Manga	140	Cento	62 000	3 100
Milho	8 000	Saco de 60 kg	80 000	12 800

Embora em menor escala, a pecuária tem alguma importância na economia do município cuja situação apresentava-se como segue:

ESPÉCIE	N.° DE CABEÇAS
Asininos	1 100
Bovinos	2 500
Caprinos	4 000
Eqüinos	1 100
Muares	700
Ovinos	1 200
Suínos	5 600
TOTAL	*16 200*

Já na indústria de transformação, não encontramos a mesma importância, merecendo destaque, porém, a produção de fibra de agave e farinha de mandioca.

Vista do Município vindo-se de Patos, destacando-se a Igreja-Matriz

Segundo o Registro Industrial de 1956, apresentava-se com 29 estabelecimentos desfibradores de agave, cujo valor da produção subiu a Cr$ 8 999 145,00. Dez casas de farinha de mandioca produziram Cr$ 83 000,00. Existe, ainda, um produtor de aguardente de cana que teve sua produção estimada em Cr$ 645 000,00.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita arrecadada nos anos de 1951 e 1955 pode ser apreciada no quadro abaixo. Não há Coletoria Federal no município:

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)			DESPESA MUNICIPAL (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1951	1 216	517	98	635
1952	1 047	611	161	613
1953	...	839	192	844
1954	1 806	850	209	687
1955	2 133	917	200	1 030
1956	...	1 582	666	1 293

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade de Teixeira se comunica através de estradas de rodagem com as sedes dos seguintes municípios:

Taperoá	54 km
São José do Egito (PE)	26 km
Princesa Isabel	110 km
Piancó	108 km
Patos	26 km
Itapetim (PE)	30 km
Capital Estadual	314 km

Há no município 25 caminhões, 3 automóveis, 3 camionetas, 1 jipe e 1 ônibus. A sua rêde rodoviária mede 197 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Teixeira tem atualmente cêrca de 2 700 habitantes, 710 prédios e 20 logradouros públicos. Dêstes, 3 são pavimentados a paralelepípedo e 2 ajardinados.

É servida de luz elétrica. A iluminação pública conta 120 focos e a domiciliária, 182 ligações.

Há na cidade um hotel e um cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funciona no município um Pôsto de Higiene, mantido por acôrdo entre os governos municipal e estadual.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O serviço de assistência social é representado pela Socie-

dade de São Vicente de Paulo, a qual concedeu, entre auxílios e benefícios, a quantia de Cr$ 19 436,70, em 1956.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Recenseamento de 1950 revelam a posição do município quanto ao nível de instrução geral (pessoas presentes de 5 anos e mais):

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	4 426	17,70
Não sabem ler e escrever	20 627	52,30
TOTAL	*25 053*	*70,00*

Ensino — Existem, no município, escolas que lecionam apenas o curso primário fundamental comum e se resumem em 41 estabelecimentos municipais e 20 estaduais, inclusive os cursos supletivos.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — A comuna conta 7 vereadores; na eleição de 3-10-1955, votaram 3 845 eleitores de ambos os sexos. O Prefeito municipal é o Senhor Paulo de Lucena Dantas, eleito pela União Democrática Nacional.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como nos demais municípios, o de Teixeira comemora várias datas, principalmente as de cunho pátrio. Realizam-se passeatas e sessões cívicas, nas quais o povo se toma de entusiasmo. Entre as festas religiosas, se destacam, além da do mês, que se constitui de rezas para onde convergem pessoas de todo o município, a da Padroeira, que se realiza também com raro brilhantismo. Convém destacar as comemorações juninas, quando ardem as fogueiras, foguetões estouram no céu, as quadrilhas e a tradicional canjica constituem o ponto alto dos festejos...

VULTOS ILUSTRES — Seus filhos ilustres figuram entre literatos, magistrados e políticos, oradores e eclesiásticos, merecendo referência, na literatura e magistratura, Doutor *Antônio Xavier de Farias,* possuidor de lúcida inteligência, de grandes predicados morais e culturais. Dedicava-se ao jornalismo e às musas. O Cônego *Bernardo de Carvalho Andrade,* sacerdote e orador que, embora fôsse avêsso à política, aceitou o pôsto de deputado provincial, a fim de aliviar o povo, que atravessava uma sêca terrível. Cônego *Florentino Barbosa,* também sacerdote e professor; *Manuel Sabino Batista,* poeta e, finalmente, o Dr. *Odilon de Barros Ribeiro,* que teve grande destaque na advocacia e na cátedra.

OUTROS ASPECTOS — Realizam-se, embora não todos os anos, as famosas corridas de gado, representadas pelas vaquejadas e, também, a brincadeira das "argolinhas", onde um cavaleiro a caráter, provido de lança e montando um corcel, em grande carreira, tenta introduzi-la em uma argolinha.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *Sinopse Estatística do Município de Teixeira* — 1948. 3) *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954.

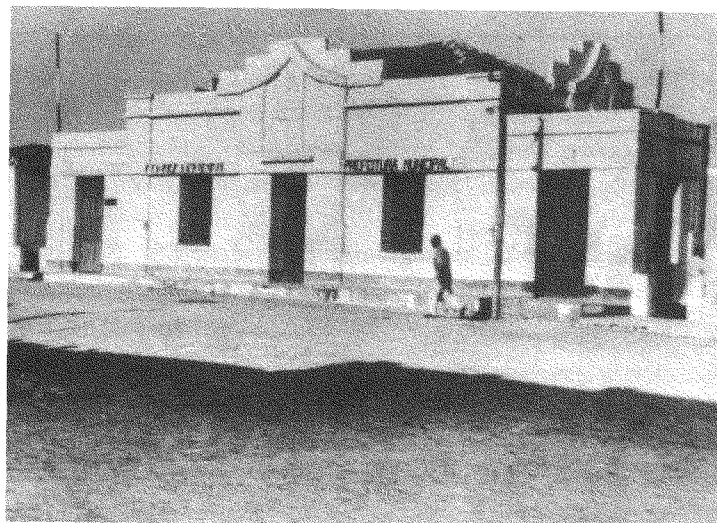
AUTORIA — Haroldo Escorel Borges.

UIRAÚNA — PB

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Na zona a que pertence o município de Uiraúna, as doações de "sesmarias" iniciaram-se na segunda metade do século XVII.

Em 1691, o capitão-mor Antônio José da Cunha, de Pernambuco, estabeleceu-se com fazenda de gado, às margens do rio do Peixe, nas proximidades da atual cidade de Antenor Navarro, sede do município do qual recentemente foi desmembrado o de Uiraúna.

De Uiraúna, particularmente, pouco se conhece dos primórdios históricos.

Prefeitura Municipal

Segundo Coriolano de Medeiros, em seu "Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba", o topônimo foi extraído da expressão "guira-una", que, em língua indígena, significa "Pássaro prêto", relativo, possìvelmente, a "anu-mará".

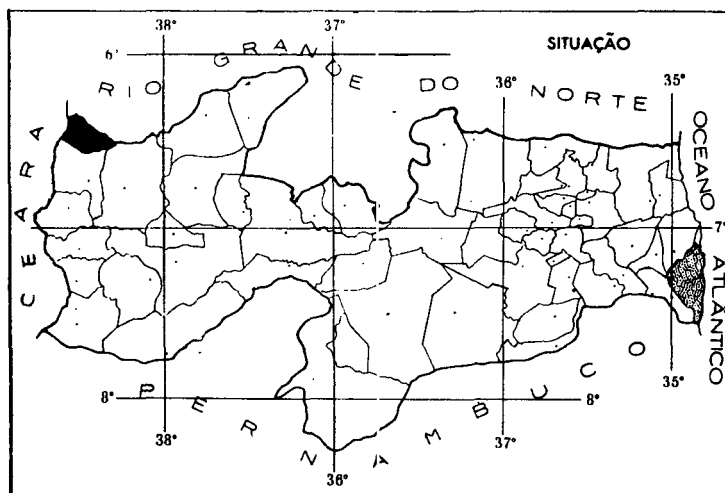
De conformidade com as divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o território de Uiraúna figurava como distrito de Antenor Navarro, com a denominação de Belém. Posteriormente, pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, que fixa o quadro territorial do Estado para o qüinqüênio 1939-1943, Belém passa a denominar-se Canaã, que, por sua vez, recebe o nome de Uiraúna, pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943.

Igreja-Matriz Jesus, Maria e Jose

O município foi criado pela Lei estadual n.º 972, de 2 de dezembro de 1953, e instalado, oficialmente, a 27 do mesmo mês e ano.

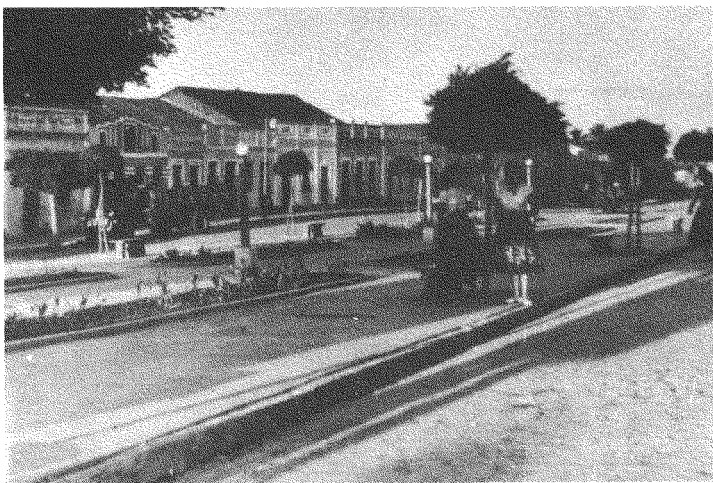
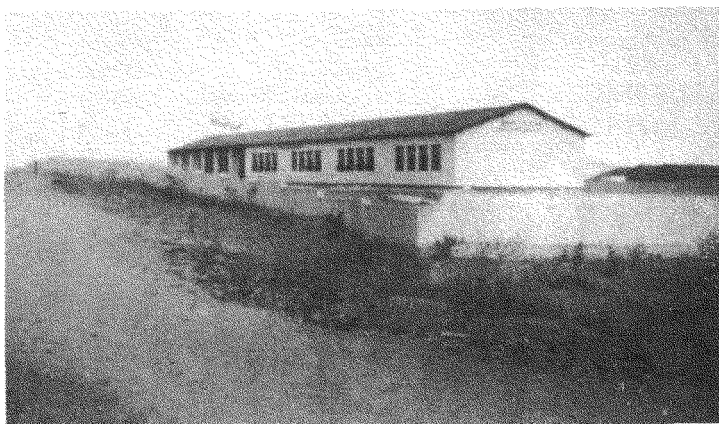
Pela supracitada Lei, foi igualmente criada a comarca de mesmo nome, desmembrada da de Antenor Navarro.

LOCALIZAÇÃO — Entre os territórios dos municípios de Antenor Navarro e Sousa, na Paraíba; Luís Gomes e São Miguel, no Rio Grande do Norte, e terras do Ceará, está situado o município de Uiraúna na Zona Fisiográfica do "Sertão", da Paraíba.

A cidade de Uiraúna não possui, ainda, indicações técnicas sôbre as respectivas coordenadas geográficas. Entretanto, o rumo em relação à Capital do Estado é O.N.O. e sua altitude é de cêrca de 300 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é quente e sêco, mas suportável, mesmo nas estações mais sêcas do ano. A temperatura apresenta as seguintes variações: média das mínimas 18ºC e média das máximas 35ºC. No ano de 1955, as precipitações pluviométricas atingiram uma altura de 752,3 milímetros. A vegetação que cobre as terras do município é rala.

ÁREA — Entre os 54 municípios que formavam o Estado, em 1956, está colocado no 38.º lugar, possuindo uma área de 528 quilômetros quadrados, sendo, pois, um dos de menor área.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seu território não apresenta acidentes geográficos de importância; nêle encontram-se plantadas as serras do Balanço, Luís Gomes (contra-

Praça Padre José de França

Grupo Escolar Jovelina Gomes

fortes), Bandarra e dos Catolés. O pico Mastruço é uma de suas elevações predominantes. Também, os cursos de água que o banham não têm grande significação, mencionando-se como de maior destaque o riacho Fazenda Nova.

RIQUEZAS NATURAIS — Pràticamente não há riquezas naturais no município; podem-se agrupar, no entanto, as seguintes: madeiras para construção, lenha, pedra calcária (pequenos depósitos) e peixes, sendo êstes encontrados abundantemente nos açudes e riachos.

POPULAÇÃO — Por ocasião do último Recenseamento Geral, o território hoje ocupado pelo município de Uiraúna pertencia ao de Antenor Navarro, compreendendo, então, os distritos de Uiraúna e Poço Dantas. A população dêsses distritos era, segundo os resultados censitários, de, respectivamente, 8 074 e 4 387 habitantes, perfazendo o total de 12 461 habitantes.

Rua João Moreira Pinto

Dessa população, cêrca de 86% localizavam-se no quadro rural, evidenciando as características campestres do município.

Das duas aglomerações urbanas então existentes, as vilas de Uiraúna, com 1 658 habitantes — e Poço Dantas, com apenas 103 habitantes, só a primeira possuía algo de uma "urbs".

Também, com o município de Uiraúna ocorre fato incomum no Estado: a população masculina é mais numerosa que a feminina.

Segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, referente a 31-12-1956, a população do município era, àquela data, de 13 700 habitantes. É, assim, um dos

Rua Padre José de França

menos populosos municípios da Paraíba. A sua densidade demográfica — 26 habitantes por quilômetro quadrado, é inferior à do Estado, que é de 33,69 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção agrícola do município está bem caracterizada pela predominância do algodão, principalmente o herbáceo. A produção em 1956 atingiu a soma de quase 30 milhões de cruzeiros:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão arbóreo	Arrôba	154 000	21 410
Algodão herbáceo	»	7 000	1 155
Arroz	Saco de 60 kg	3 250	812
Batata-doce	Tonelada	75	19
Cana-de-açúcar	»	1 720	344
Feijão	Saco de 60 kg	1 400	588
Mandioca-brava	Tonelada	310	62
Milho	Saco de 60 kg	38 300	4 596

Rua Francisco Leão Veloso

Mas, é na pecuária onde reside a principal fonte de economia municipal. Em 1956, existiam cêrca de 17 300 cabeças, assim distribuídas: 900 asininos, 5 200 bovinos, 1 800 caprinos, 800 eqüinos, 600 muares, 2 000 ovinos e 6 000 suínos.

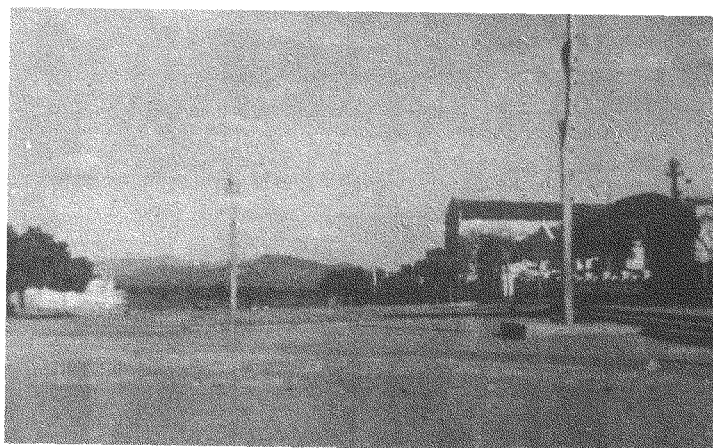
Seu comércio consta de aproximadamente 140 estabelecimentos varejistas, enquanto 5 pertencem ao ramo atacadista. Das referidas casas comerciais, 60 encontram-se na sede municipal.

Entre os produtos vendidos na comuna, destacam-se: estivas em grosso e a retalho, tecidos, miudezas, etc.

O comércio local exporta produtos agrícolas e pecuários.

Quanto à indústria de transformação, pode-se destacar em primeiro plano, a produção de algodão em pluma, cujo valor elevou-se, em 1956, a Cr$ 18 510 600,00, merecendo, também, importância as produções de farinha de mandioca e rapadura.

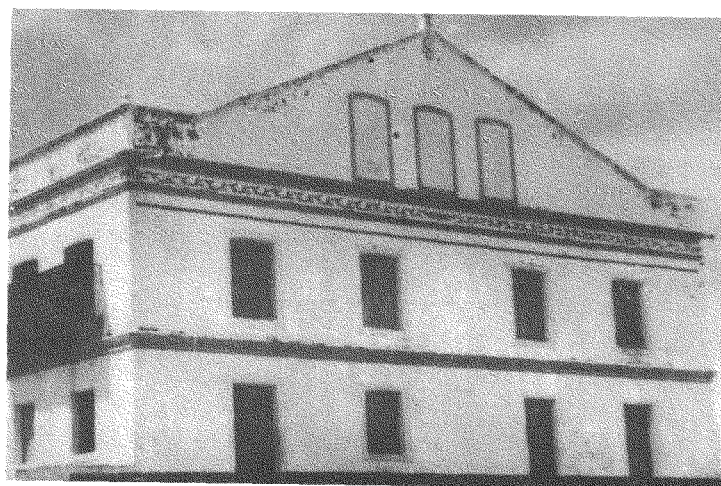
FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo mostra o movimento da arrecadação efetuada pela Coletoria Estadual e Prefeitura Municipal, deixando de indicar-se a arrecadação federal em virtude de o município não possuir órgão encarregado de coleta.

ANOS	DESPESA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1954	976	1 072	...	857
1955	1 890	1 466	...	1 639
1956	2 112	1 792	804	1 726

Rua José Vieira Bujari

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido, apenas, por estradas carroçáveis, que ligam sua sede à de Antenor Navarro (36 quilômetros), Luís Gomes — RN (12 quilômetros) e Sousa (62 quilômetros).

Há no município 18 veículos rodoviários: 10 caminhões, 7 jipes, 1 automóvel comum, e apenas 86 quilômetros de estradas de rodagem (terra melhorada).

Como vias de comunicação, dispõe de uma Agência Postal-telefônica, na sede do município.

ASPECTOS URBANOS — Atualmente, com cêrca de 2 000 habitantes, é Uiraúna uma das menores cidades paraibanas.

Casa da fazenda do Canadá

Conta 15 logradouros públicos e quase 600 prédios. É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a todos os logradouros e a domiciliária soma 242 ligações.

Entre os logradouros, os principais são a Praça Padre José de França e a Rua Francisco Leão Veloso.

Há na cidade um pequeno cinema, um hotel e uma pensão.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A única entidade destinada a fornecer auxílios e benefícios aos necessitados é a Conferência de São Vicente de Paulo.

Há no município a Cooperativa de Crédito Agrícola de Uiraúna Limitada que tem como finalidade proporcionar crédito aos seus associados, com o fim de fomentar a agricultura. Sua importância é grande para o município, pois, sòmente em 1956, forneceu 109 empréstimos, no valor total de quase 500 mil cruzeiros.

ALFABETIZAÇÃO — Os dados mais recentes com referência ao índice de alfabetização foram apresentados pelo Recenseamento de 1950, quando o município em aprêço ainda não possuía autonomia e figurava como distrito de Antenor Navarro. Existiam, àquela época, na vila de Uiraúna, 1 384 pessoas de 5 anos e mais, sendo que, dêsses habitantes, 522 sabiam ler e escrever, enquanto 862 não sabiam ler e escrever.

Ensino — Possui o município apenas estabelecimentos que ministram o ensino primário fundamental comum, contando-se 28 mantidos pelo govêrno municipal, 1, pelo estadual e 7, pelo federal.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — A Câmara Municipal está composta de 7 vereadores, sendo seu Prefeito municipal o Sr. Ananias Alves de Figueiredo, eleito pela legenda do P.S.D. Nas eleições de 3 de outubro de 1955, votaram 1 448 eleitores.

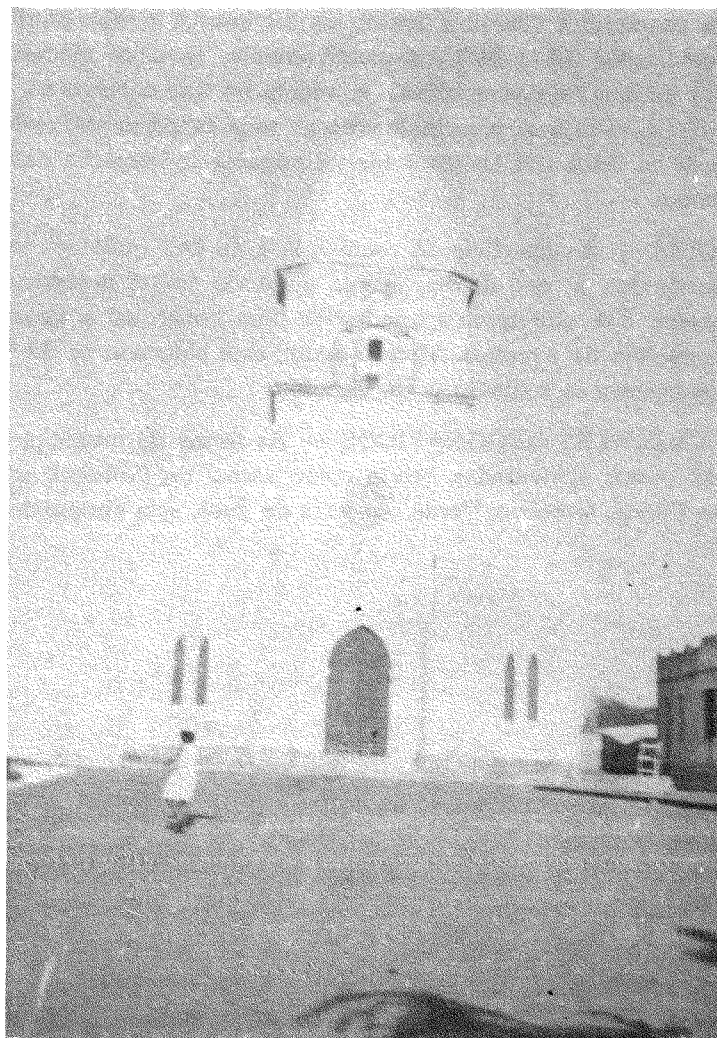
BIBLIOGRAFIA — 1) *Sinopse Estatística do município de Antenor Navarro.* 2) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 3) Documentação municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — Amaury Ribeiro de Barros.

UMBUZEIRO — PB

Mapa Municipal no 4.º Vol.

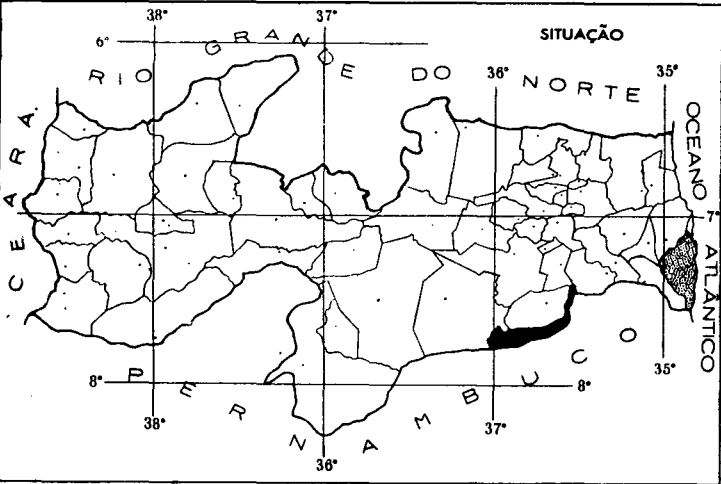
HISTÓRICO — De um "pouso" de almocreves à sombra de frondoso umbuzeiro, onde se abrigavam êsses rudes tropeiros, defendendo-se da canícula sertaneja, em suas horas mais ardentes, também ponto de pernoite e refeição, originou-se a atual cidade de Umbuzeiro. O primeiro morador foi atraído ao local pelas possíveis vantagens financeiras que lhe poderia proporcionar o pequeno comércio com os tropeiros, já que êstes ali encontrariam hospedagem. Isso por volta dos meados do século XIX. A êsse morador foram juntando-se outros e mais outros, de maneira que dentro de pouco tempo se formou a povoação. Destacam-se, entre os elementos que contribuíram para a formação do povoado, José da Silva Pessoa, Gervásio Travassos Sarinho e os "coronéis" Assunção Calafange e Calafange Santiago.

O município e o distrito foram criados pelo Decreto n.º 15, de 2 de maio de 1890, com território desmembrado do município de Ingá. Posteriormente, foi criada a comarca de Umbuzeiro pelo Decreto estadual n.º 26, de 9 de julho de 1890. A sede municipal foi transferida, no entanto, para a povoação de Barra de Natuba pelo Decreto estadual n.º 25, de maio de 1892. Pela Lei estadual n.º 225, de 19 de novembro de 1904, porém, voltou a sede do município para Umbuzeiro. Na divisão administrativa do Brasil, referente ao ano de 1911, o município figura com 5 distritos: o da sede e os de Natuba, Aroeiras, Mata Virgem e Pirauá, aparecendo nos quadros relativos a 1920 com os distritos citados e mais o de Rio. De acôrdo com a divisão administrativa correspondente a 1933, a referida comuna compõe-se, apenas, do distrito de igual nome, sendo que, na territorial datada de 31-12-1936, são 4 os distritos componentes do município: Umbuzeiro, Aguapaba, Aroeiras e Natuba. Na divisão territorial datada de 31-12-1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 1 010, de 30 de março de 1938, o município divide-se nos distritos de Umbuzeiro, Aguapaba, Aroeiras, Mata Virgem e Natuba. Pelo mesmo Decreto-lei, a comarca de Umbuzeiro é formada, ùnicamente, pelo têrmo de igual nome. Pela Lei estadual n.º 318, de 7 de janeiro de 1949, nenhuma alteração lhe é feita em sua divisão territorial, como também na formação da comarca. No entanto, a Lei estadual n.º 980, de 2 de dezembro de 1953, desmembrou-lhe todo o distrito de Aroeiras, erigindo-o em município. Desta ma-

Igreja-Matriz de N.S.ª do Livramento

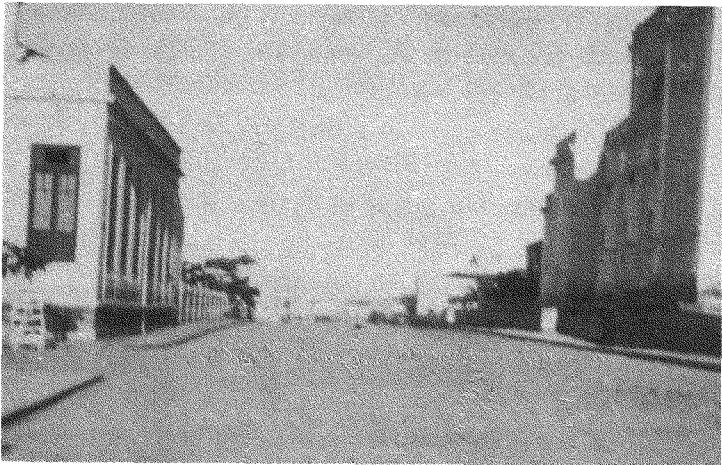
neira a comuna perdeu um distrito, reduzindo-se ao de Umbuzeiro. A denominação adotada para os naturais do município é umbuzeirense.

LOCALIZAÇÃO — Encravado na Zona Fisiográfica da Caatinga, seu território limita-se com os municípios de Aroeiras, Orobó (PE), Itabaiana, São Vicente Ferrer (PE) e Cabaceiras. A cidade de Umbuzeiro apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 7° 41' 52" de latitude Sul e 35° 39' 57" de longitude W. Gr. Está a 553 metros de altitude, o que significa ser uma das mais altas cidades de todo o Estado da Paraíba.

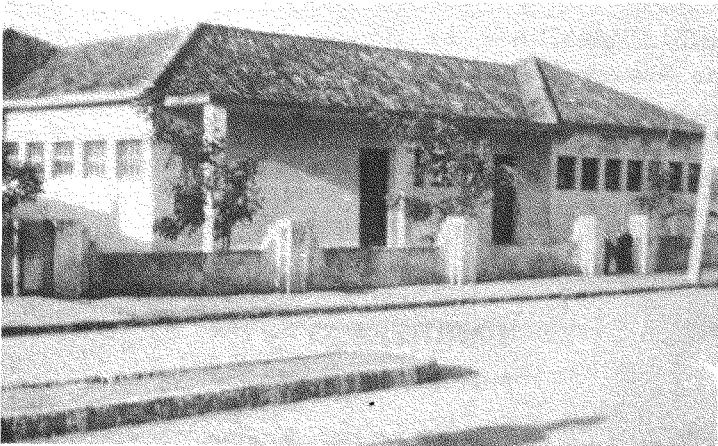
Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Avenida Carlos Pessoa

CLIMA — O clima é dos mais agradáveis, podendo ser classificado, a grosso modo, como quente e sêco, na região da caatinga, e quente e úmido na serrana. A temperatura varia entre 16 e 29°C, respectivamente, para as médias das mínimas e das máximas. A vegetação que o cobre não é das mais densas, principalmente na zona caatingueira, pois para os lados dos brejos é mais compacta a formação das matas.

ÁREA — A superfície do município é de 649 quilômetros quadrados, já que de seu antigo território foram desmembrados 832 quilômetros quadrados para constituir o novo município de Aroeiras. Mesmo assim, está colocado no 32.° lugar entre os municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — As terras do município são pouco acidentadas, tendo como serras de destaque as do Pirauá, Oratório, Verde e a serra de Jucá, esta abrigando o ponto mais alto da comuna, com uma altitude máxima de 560 metros. O rio Paraíba é o mais importante curso d'água que o banha, servindo de limite natural com Aroeiras. Além dêle, temos os riachos Abreu, Barris, Dois Riachos, Fervedouro, Leitão e outros, todos tributários do Paraíba, pela margem direita.

Prefeitura Municipal

POPULAÇÃO — No quadro apresentado a seguir, constam os mais importantes dados sôbre a população do município, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950.

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Umbuzeiro	6 568	1 155	5 413
Aguapaba	5 689	41	5 648
Aroeiras	18 312	1 436	16 876
Mata Virgem	7 299	225	7 074
Natuba	5 136	363	4 773
TOTAL	*43 004*	*3 220*	*39 784*

Pôsto de Higiene Sinhá Pessoa

Com a população total de 43 004 habitantes, colocou-se Umbuzeiro no 13.° lugar entre as 41 comunas paraibanas então existentes. As suas principais aglomerações urbanas eram a vila de Aroeiras e a sede do município, respectivamente, com 1 436 e 1 155 habitantes. Atualmente, Aroeiras é sede do município do mesmo nome, criado em 1953. É Umbuzeiro município tìpicamente rural. Haja vista que cêrca de 92% de sua população habitavam a zona rural. É, provàvelmente, o município de mais elevada percentagem de população rural na Paraíba. A taxa cor-

respondente ao Estado — 73% — é, como se vê, muito inferior à sua.

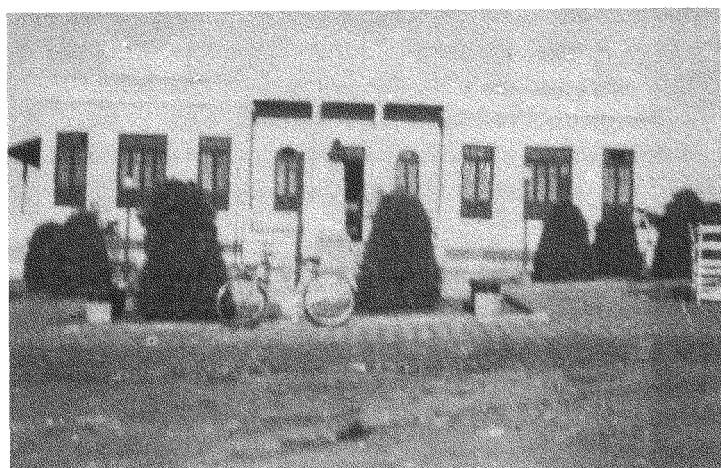
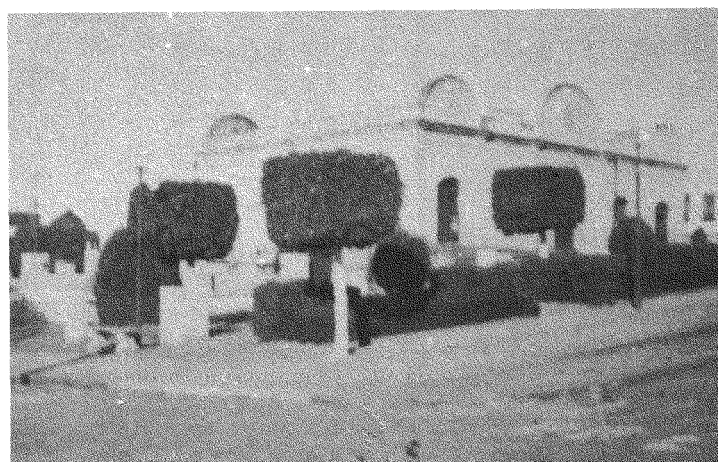
Segundo os diversos grupos, a população do município assim se distribuía: *Sexo* — 20 952 homens e 22 052 mulheres. *Côr* — 26 595 brancos, 2 847 pretos, 13 511 pardos e 2 amarelos e 49 sem declaração de côr. *Estado conjugal* (Pessoas de 15 anos e mais) — 8 865 solteiros, 13 477 casados, 1 desquitado, 1 372 (323 homens e 1 049 mulheres) viúvos. *Religião* — Católicos apostólicos romanos — 42 569, demais religiões 217, sem religião 92 e sem declaração de religião 126.

Com o desmembramento do distrito de Aroeiras, que passou a constituir o município do mesmo nome, criado em 1953, a população do município, segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística referente a 31 de dezembro de 1956, ficou reduzida a 27 464 habitantes. Essa população dá ao município a densidade de 42,31 habitantes por quilômetro quadrado, superior à do Estado que é de 33,69.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades agropecuárias são pontos fundamentais da economia da população de Umbuzeiro, notadamente a agricultura, que tem largo campo entre seus habitantes.

Agricultura — Em têrmos absolutos, êsse ramo é responsável pela prosperidade do município. Assim, em 1950, o Censo Agrícola registrou a presença de 2 443 propriedades rurais. Em 1956, a produção agrícola umbuzeirense atingiu a quantia total de Cr$ 56 998 000,00. Os seus principais produtos são: algodão, café, feijão, banana, mandioca e manga. O algodão contribuiu com mais de 20% do total, ou seja, precisamente Cr$ 12 042 000,00.

Pecuária — É relativamente desenvolvida a pecuária umbuzeirense. Já se pratica ali o selecionamento das raças com criação de gado escolhido. Os seus principais rebanhos são os de caprinos, ovinos e suínos, como se pode ver no quadro a seguir:

ESPÉCIE	N.º DE CABEÇAS
Asininos	490
Bovinos	9 757
Caprinos	11 950
Eqüinos	720
Muares	460
Ovinos	9 760
Suínos	2 400

Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa

Praça da Bandeira

Existe no município um pôsto de remonta pertencente ao Ministério da Agricultura, destinado à seleção e aperfeiçoamento dos rebanhos da região.

Comércio — O comércio é feito através de 2 estabelecimentos atacadistas e 10 varejistas, que transacionam com a capital do Estado, Campina Grande e Recife, no Estado de Pernambuco, isto no que diz respeito ao comércio atacadista, enquanto o varejista tem como principal praça a do Recife, donde importa tecidos, miudezas, farinha de trigo, remédios, material elétrico e outros.

Indústria — A indústria de beneficiamento de café é a mais importante do município. Em plano secundário vem o fabrico de farinha de mandioca, queijo e manteiga e beneficiamento de agave.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento de arrecadações públicas no município poderá ficar caracterizado pelos dados abaixo:

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	152	1 025	655	...	601
1952	271	1 486	...	...	...
1953	190	..	1 256	...	985
1954	187	1 390	866	...	892
1955	213	1 157	959	...	1 371
1956	246	...	1 489	312	1 429
1957	...	...	...	...	...

ASPECTOS URBANOS — É Umbuzeiro, com cêrca de 1 300 habitantes, atualmente, uma das menores cidades da Paraíba. Possui 17 logradouros públicos e pouco mais de 300 prédios. Dêsses logradouros, 4 são pavimentados e arborizados e 2 arborizados e ajardinados simultâneamente. É servida de luz elétrica. A iluminação pública, com 534 focos, estende-se a 10 logradouros. A domiciliária conta com 170 ligações. Entre os seus principais logradouros públicos, destacam-se as Avenidas Getúlio Vargas e Carlos Pessoa e as Praças João Pessoa e da Bandeira. Os seus mais importantes edifícios são o Grupo Escolar Coronel Antônio Pessoa, a Matriz de Nossa Senhora do Livramento, a Prefeitura Municipal, o Pôsto de Higiene e o Pôsto de Puericultura. Há na cidade 1 cinema e 1 hotel.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal está ligada aos seguintes municípios vizi-

nhos: Itabaiana: rod. (71 quilômetros, 1 h 20 m), Aroeiras: rod. (45 quilômetros — 1 h), Cabaceiras: rod. (132 quilômetros — 3 h), Ingá: rod. (110 quilômetros — 2 h), Orobó (PE): rod. (18 quilômetros — 20 minutos), Macaparana (PE): rod. (72 quilômetros — 1 h 30 m), Surubim (PE): rod. (30 quilômetros — 45 minutos) e Vertentes (PE): rod. (78 quilômetros — 1 h 10 m). Com a capital do Estado os transportes são mistos: rod. (144 quilômetros — 3 h), mistos (143 quilômetros — 4 h 20 m). Há na comuna 21 veículos rodoviários. Outros meios de comunicações que servem ao município: Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Estação Radiotelegráfica, esta última mantida pelo Govêrno Estadual.

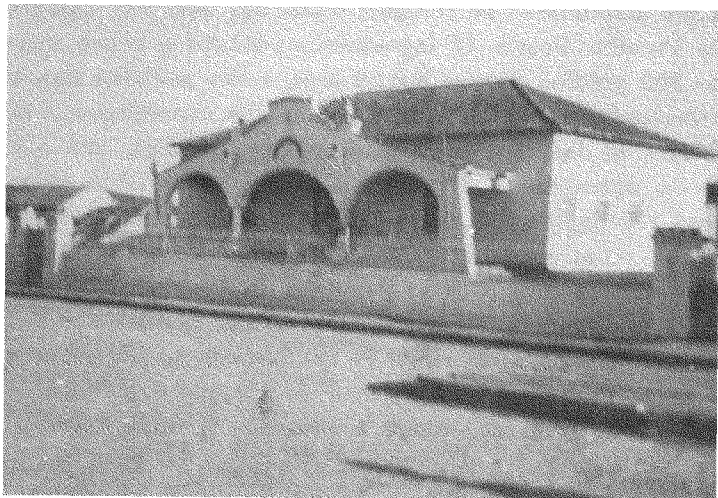
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — São em número de duas as organizações médico-sanitárias: o Pôsto de Higiene D. Sinhá Pessoa, mantido pelo Estado, com 8 leitos destinados aos doentes com males transmissíveis agudos, e o Pôsto de Puericultura Santiago Boqueirão, também mantido pelo Estado.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe no município a "Cooperativa Banco Agrícola de Umbuzeiro Limitada" que tem como finalidade auxiliar os seus 666 associados. O valor dos empréstimos foi de 12 mil, 210 cruzeiros e 30 centavos, no ano de 1956.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1.º de julho de 1950, a situação de alfabetização era a seguinte:

MUNICÍPIO, CIDADE E VILAS	POPULAÇÃO PRESENTE				
	Total	Pessoas de 5 anos e mais			
		Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Umbuzeiro	35 565	2 654	2 749	14 567	15 595
Cidade	970	191	242	240	297
Vilas					
Aguapaba	39	5	6	14	14
Aroeiras (*)	1 194	195	261	356	382
Mata Virgem	188	14	37	63	74
Natuba	315	60	65	93	97
Quadro rural	32 859	2 189	2 138	13 801	14 731

(*) Hoje não pertence mais ao município.

Como se vê, apenas 15% das pessoas de 5 anos e mais eram alfabetizadas.

Pôsto de Puericultura Santiago do Boqueirão

Praça João Pessoa

Ensino — Além de um grupo escolar, há no município 42 escolas municipais de ensino primário, 6 estaduais e 21 cursos de alfabetização de adultos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Apesar de serem poucos os meios, a população, principalmente a da cidade, procura, através de sua Biblioteca Pública Municipal, um veículo mais fácil para o fim de melhor aumentar seus conhecimentos. Possui a cidade uma pequena biblioteca pública, cujo número de consultas, em 1956, foi de mais de 5 500. Acham-se registrados 2 520 volumes, abrangendo os mais variados assuntos. Deve-se ressaltar, ainda, a existência de 3 associações esportivas e culturais, onde os adeptos realizam as festas sociais.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — A Câmara Municipal está composta de 7 vereadores. O número de votantes, em 3-10-1955, era de 2 275. O atual Prefeito municipal é o Sr. Alcides Cabral de Melo, da União Democrática Nacional.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se no município várias festas em comemoração quase sempre a datas variáveis, tradicionais da região. A principal delas é a da Padroeira, que culmina com a procissão. As festas profanas apresentam características de uso e costumes de outros municípios da região. Comemoram-se com passeatas, tardes esportivas, sessões, conferências e bailes as grandes datas da história do Brasil. Suas principais danças: quadrilha, bumba-meu-boi, lapinha, etc. O "côco" é, igualmente, difundido.

VULTOS ILUSTRES — O município viu nascer em suas terras um dos mais destacados vultos da nação brasileira, *Epitácio Pessoa*, magistrado, jurista, professor e político de grande envergadura e orador dos mais brilhantes.

Foi eleito Presidente da República, onde alcançou as culminâncias de sua vida pública, caracterizada, antes de tudo, pela sua indiscutível honestidade e capacidade de trabalho.

BIBLIOGRAFIA — 1) *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros. 2) *Sinopse Estatística do Município de Umbuzeiro* — C.N.E. — 1948. 3) *Anuário Estatístico do Brasil* — 1954. 4) Documentação municipal pertencente à Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba.

AUTORIA — Virgílio Pimentel de Lira.

Índice Geral

Índice dos Municípios

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA

CONFECÇÃO GRÁFICA

Sob a direção de:

Antônio Maria Coelho,
Petrônio Cezar Coutinho,
Acácio da Cunha Figueiredo,
Mário Batista de Abreu,
José Corrêa Neves e
Elio Ricaldône.

Com a colaboração de:

Antônio Buss, Seno Eyng, Nerval Dutra, Ovídio Rodrigues Costa, Francisco A. M. Bessa, Walkyrio W. Morgado, Heinzelman Almeida, João Brand, Venício Coutinho, Valdemiro Joaquim Fernandes, Luiz Borges da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Joaquim Soares Moreira, Manoel Pereira de Melo, Vicente Basile, José Paixão Filho, Jussieu Leite, Acrisio Lopes, Francisco Lopes, Pedro Murga, Carlos Alfeld, Manoel Neto Araújo, Hilton Fróis Ribeiro, Eudes Vieira, Sílvio Brand, Lourival Fernandes, Sebastião Cassia, Armindo Fiães, Walter Schöpke, Manoel Ferreira de Figueiredo, Zenir Ferreira Lopes, Walter Freitas Nunes, Pedro de Castro Biancovilli, Laudo de Oliveira, José Fagundes do Amaral, Arnaldo V. Reis, Luiz C. Campos, Antônio Gama, José Batista de Abreu, Waldir Rangel, Jayme Santiago Maphêo, Antônio Ferreira Gabri, Marcílio Mazzola, Manoel Gomes Neto, Reginaldo de Sousa Leal, Valdemar Lopes, Manoel Cordilha, Florisvaldo Araújo, Laurentino de Oliveira, José Maria da Silva, Raimundo Pires Seixas, Levy de Menezes, Álvaro F. Órphão, Ivo José Ferreira, Geraldo Gonçalves de Souza, Maria Yára Branco, Leonardo Eyng, Darcy Vieira Cardoso, Edjalme Perret de Souza, Miguel Paixão, Eduardo Dias, João de Almeida Guimarães, Armando W. Cruz, Joaquim G. M. Gonçalves e José Cândido de Araújo.

ACABOU-SE DE IMPRIMIR ÊSTE DÉCIMO SÉTIMO VOLUME DA "ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS", EM 31 DE JANEIRO DE 1960, NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E., EM LUCAS, DF — BRASIL